



ANAIS DO CIRIEC

1st World Conference in Latin America

Economia social e solidária como modelo
de desenvolvimento inclusivo, sustentável
e resiliente em um mundo pós Covid 19

13 a 16 de abril de 2021

Daniel Nagao Menezes
Dayvid Souza Santos
Adriana Marmorì
Sahada Luedy
Tilson Nunes Mota
Adinoraide Oliveira Santos

Organizadores



UNIVERSALIS
edições
EDUNEB

Apoio



Estado da Bahia

SECRETARIA DE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

SECRETARIA DO TRABALHO,
EMPREGO, RENDA E ESPORTE



Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico



Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Adriana Marmori Lima

Reitora

Dayse Lago de Miranda

Vice-Reitora



Editora da Universidade do Estado da Bahia - EDUNEB

Diretora

Sandra Regina Soares

Daniel Nagao Menezes
Dayvid Souza Santos
Adriana Marmori
Sahada Luedy
Tilson Nunes Mota
Adinoraide Oliveira Santos
Organizadores

ANAIS DO CIRIEC WORLD 1st CONFERENCE IN LATIN AMERICA

**Economia social e solidária como modelo de
desenvolvimento inclusivo, sustentável e resiliente em
um mundo pós covid-19**

13 a 16 de Abril de 2021

EDUNEB
Salvador
2022

© 2022 Autores

Direitos para esta edição cedidos à Editora da Universidade do Estado da Bahia.
Proibida a reprodução total ou parcial por qualquer meio, em forma idêntica, resumida ou modificada, em Língua Portuguesa ou qualquer outro idioma.
Depósito Legal na Biblioteca Nacional.

Coordenação Editorial

Fernanda de Jesus Cerqueira

Coordenação de Design e Capa

Sidney Silva

Projeto Gráfico

Henrique Rehem Eça

Diagramação

Daniel S. Santos

Henrique Rehem Eça

Revisão Textual

Tikinet

FICHA CATALOGráfICA
Bibliotecária: Fernanda de Jesus Cerqueira – CRB: 162-5

CIRIEC World Conference in Latin America (1. 2021 : Salvador, BA)
Anais do CIRIEC 1st World Conference in Latin America: economia social e solidária como modelo de desenvolvimento inclusivo, sustentável e resiliente em um mundo pós covid-19/ Organização de Daniel Nagao Menezes, Dayvid Souza Santos, Adriana Marmori, Sahada Luedy, Tilson Nunes Mota e Adinoraide Oliveira Santos. – Salvador: EDUNEB, 2022.
1331 p.: il.

ISBN 978-65-89492-12-2.

1. Economia social. 2. Pandemia - covid 19. I. Menezes, Daniel Nagao. II. Santos, Dayvid Souza. III. Marmori, Adriana. IV. Luedy, Sahada. V. Mota, Tilson Nunes. VI. Santos, Adinoraide Oliveira.

CDD: 334

Editora da Universidade do Estado da Bahia – EDUNEB
Rua Silveira Martins, 2555 – Cabula
41150-000 – Salvador – BA
editora@listas.uneb.br
portal.uneb.br

Esta Editora é filiada à
ABEU
Associação Brasileira
das Editoras Universitárias



Rui Costa

Governador do Estado da Bahia

Davidson Magalhães

Secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte

Adélia Pinheiro (2021)

André Pinho Joazeiro (2022)

Secretária(o) de Ciência, Tecnologia e Inovação

José Bites de Carvalho (2021)

Adriana dos Santos Marmori Lima (2022)

Reitor(a) da Universidade do Estado da Bahia

Milton Barbosa de Almeida Filho

Superintendência de Economia Solidária e Cooperativismo (SETRE)

Rosely Cabral (2021)

Handerson Leite (2022)

Superintendente de Desenvolvimento Científico (SECTI)

Sahada Luedy

Diretora de Políticas e Programas (SECTI)

Dayvid Souza Santos

Coordenação de Formação e Divulgação de Economia Solidária e Cooperativismo (SETRE)

Congresso CIRIEC World Conference in Latin America Bahia-Brasil 2021

Daniel Francisco Nagao Menezes (**Presidente do CIRIEC Brasil**)

Eliane Ribeiro Pereira

Leandro Pereira Moraes

Dayvid Souza Santos

Ronaldo Chaves Gaudio

Sandro Pereira da Silva

Luiz Filipe Goldfeder Reinecke

Julia da Silva Gutierrez Ruiz

Ana Beatriz Alves de Lima

Vitoria Carolina de Oliveira Cavalcanti

Amanda Krishna Cardoso de Oliveira;

Adriana Marmori

Sahada Luedy

Tilson Nunes Mota

Adinoraide Oliveira

SUMÁRIO

O TRABALHO E SUAS MULTIDIMENSÕES

COOPERATIVISMO E TRABALHO DECENTE NA REGIÃO
SUL DO ESTADO DE SANTA CATARINA 23

O COOPERATIVISMO SOCIAL COMO INSTRUMENTO
DE RESSOCIALIZAÇÃO NO CÁRCERE 35

DA ORIGEM AO DECLÍNIO DAS MADEIREIRAS DE UNIÃO
DA VITÓRIA-PR: PARA ONDE FORAM OS TRABALHADORES? 55

ECONOMIA DOS SETORES POPULARES: TRABALHO,
INSERÇÃO SOCIAL E CIDADANIA..... 75

(AUTO)GESTÃO, COMERCIALIZAÇÃO E EMPREENDEDORISMO NA ESS

AUTO (GESTIÓN) Y COMERCIALIZACIÓN VÍA ECONOMÍA
SOCIAL Y SOLIDARIA EN UN MUNDO POST-COVID 19:
RETOS PARA BRASIL..... 101

COVID-19 E SEUS IMPACTOS PARA O EMPREENDEDORISMO
FEMININO: O OLHAR DE UMA INSTITUIÇÃO DO
TERCEIRO SETOR..... 113

DO OÁSIS DA GESTÃO COOPERATIVA AO NOVO
NORMAL DA INCLUSÃO DIGITAL: CADEIAS COOPERATIVAS
DE PRODUÇÃO E DE TRABALHO E POSSIBILIDADES
REAIS DE RESILIÊNCIA 139

NEGÓCIO DE IMPACTO SOCIAL COM GESTÃO DE
ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO DE
CASO BRASILEIRO 165

RECICLAGEM POPULAR E PANDEMIA DE COVID-19: DESAFIOS NA GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS DE CATADORES DE NITERÓI.....	197

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA SOCIAL

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA SOB A LENTE DA TECNOLOGIA SOCIAL E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	227

ECONOMIAS ALTERNATIVAS À MINERAÇÃO: ANALISANDO O CASO DE BRUMADINHO PÓS-TRAGÉDIA E AS POSSIBILIDADES EM TEMPOS PANDÊMICOS.....	253

EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO SOCIAL NUM MUNDO PANDÊMICO	277

INCLUSÃO DIGITAL EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS.....	295

INNOVACIÓN Y TECNOLOGÍA SOCIAL EN EL DESARROLLO TERRITORIAL PARA UN MUNDO POST-COVID 19: CASOS EN AMÉRICA LATINA.....	309

PROJETOS DE TECNOLOGIAS SOCIAIS PARA O ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOBRE O POTENCIAL DE INOVAÇÃO SOCIAL DE PROPOSTAS APRESENTADAS EM UMA PLATAFORMA DE FINANCIAMENTO COLETIVO.....	321

DIREITO E INSTITUIÇÕES

CONSTRUINDO UMA VISÃO SISTEMÁTICA DO DIREITO COOPERATIVO	345

CONTRIBUIÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA A JUSTIÇA AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	357

DIREITO COOPERATIVO MUNDIAL E TENDÊNCIA PARA A AMÉRICA LATINA	375

O ESTATUTO DA MICRO E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE NO BRASIL: POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO ECONÔMICA PARA A INFORMALIDADE E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS.....	393

POLÍTICAS PÚBLICAS DE GERAÇÃO DE RENDA: O CAMINHAR E IMPORTÂNCIA DO MARCO LEGAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	413

MOVIMENTOS SOCIAIS E REDES DE ESS

A REALIDADE DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM CINCO MUNICÍPIOS DA BAIXADA.....	437

ECOSSISTEMA EMPREENDEDOR SOLIDÁRIO: A EXPERIÊNCIA DE ARARAQUARA (SP)	465

FÓRUM MUNICIPAL DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA DE JUIZ DE FORA-MG: NOVAS RELAÇÕES, PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS E DE AÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS ENTRE TELAS DURANTE A PANDEMIA.....	489

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

CHAPADA AGROECOLÓGICA: AGRICULTURA FAMILIAR, JUVENTUDE RURAL E BEM VIVER.....	509

ECONOMIA SOLIDÁRIA E AGROECOLOGIA COMO ARRANJO SOCIOTECNOLÓGICO TERRITORIAL: DESENVOLVIMENTO, REDES, ATORES E SUJEITOS NA FRENTE DE AGROECOLOGIA DA INTECOOP-UFJF.....	535

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESS

A POLÍTICA DOS CENTROS PÚBLICOS DE ECONOMIA
SOLIDÁRIA DA BAHIA: UM ESTUDO SOBRE AS
CONDIÇÕES DE SUSTENTABILIDADE 567

APRENDER COM O PASSADO PARA PENSAR O FUTURO:
AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA
NO BRASIL (2003 A 2020) 591

LEVANTAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DE CENTROS
PÚBLICOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL E
CLASSIFICAÇÃO DE MODELOS DE GESTÃO 613

MUDANÇAS INSTITUCIONAIS NA ECONOMIA
SOLIDÁRIA: ANÁLISE DAS MUDANÇAS OCORRIDAS
EM ÂMBITO FEDERAL NO PERÍODO DE
2003 A 2020 637

VOLTANDO A CAMPO 15 ANOS DEPOIS DO PRIMEIRO
MAPEAMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA..... 661

FINANCIAMENTO E PRÁTICAS DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS

COOPERATIVISMO DE CRÉDITO: UMA ALTERNATIVA
SOCIAL E SOLIDÁRIA NAS RELAÇÕES FINANCEIRAS..... 689

MICROCRÉDITO E OS EFEITOS DA PANDEMIA DE
COVID-19: UM ESTUDO BASEADO EM REVISÃO DA
LITERATURA E ANÁLISE DOCUMENTAL..... 709

OS BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO..... 727

EDUCAÇÃO COOPERATIVA

A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ARGUMENTO
PARA REFLEXÕES ACERCA DE ABORDAGENS
EDUCACIONAIS E CULTURAIS NO ENSINO SUPERIOR..... 751

EL PERFIL PROFESIONAL DE LA PERSONA
EMPREENDEDORA EN ECONOMÍA SOCIAL Y SU
FORMACIÓN ASOCIADA 777

DESIGUALDADES E GERAÇÕES NA ESS (GÊNERO, RAÇA E JUVENTUDE)

A CONCENTRAÇÃO DA RENDA NO BRASIL (2012-2018):
BUSCANDO CAMINHOS ALTERNATIVOS 803

COLETIVO FEMINISTA E ANTIRRACISTA ECOSOL
MULHER: CONSTRUINDO A CONSCIÊNCIA DAS
MULHERES SOBRE SI MESMAS E SOBRE
SEU PAPEL SOCIAL 829

ELABORAÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO
INCLUSIVO PARA COOPERATIVAS SOLIDÁRIAS 855

JUVENTUDE E ECONOMIA SOLIDÁRIA:
POTENCIALIDADES E DESAFIOS 889

MULHERES CATADORAS DE MATERIAIS
RECICLÁVEIS: CONDIÇÕES DE VIDA, TRABALHO E
ESTRATÉGIAS ORGANIZATIVAS NO BRASIL 905

PRÁTICAS FEMINISTAS DE AUTO GESTÃO
NA ECONOMIA SOLIDÁRIA:UM ESTUDO
QUANTITATIVO DAS RELAÇÕES ENTRE JUSTIÇA
DE GÊNERO E AS DINÂMICAS ORGANIZACIONAIS
EM UMA REDE DE EMPREENDIMIENTOS FORMADOS
POR MULHERES 929

REFLEXÕES SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE A ECONOMIA
FEMINISTA E A ECONOMIA SOLIDÁRIA: INTERSECÇÕES 965

TURISMO, CULTURA E MEIO AMBIENTE

SUSTENTABILIDADE NO TURISMO: APLICAÇÃO DE ÍNDICES de SUSTENTABILIDADE NA GAMBOA DO MORRO DE SÃO PAULO, CAIRU-BA..... 993

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO PRÁTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: OBSERVAÇÕES COM ÊNFASE EM GÊNERO NO INTERIOR DE São Paulo (IPERÓ)..... 1023

TEORIA DO COOPERATIVISMO, ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA

PERCEPÇÃO DOS CONSUMIDORES QUANTO à SATISFAÇÃO E IMPORTÂNCIA DE UMA COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DO OESTE PARANAENSE..... 1051

PERSPECTIVAS PARA CONSTRUÇÃO DE UM MODO DE PRODUÇÃO SOLIDÁRIO NA PANDEMIA E NO PÓS COVID-19: EMPREENDEDORISMO SOLIDÁRIO E GÊNERO 1071

TEORIZAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA REVISÃO NARRATIVA 1105

RELATO DE EXPERIÊNCIA

ENLACES: UMA EXPERIÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO E INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19..... 1137

ESTRATÉGIAS DE GESTÃO NA COOPERTÊXTIL: UMA ESPERANÇA CHAMADA ECONOMIA SOLIDÁRIA? 1159

O PAPEL DAS UNIVERSIDADES NO FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO 1187

OS ESPAÇOS SOLIDÁRIOS IMPLEMENTADOS PELO CENTRO PÚBLICO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM SALVADOR, NO ESTADO DA BAHIA: UMA EXPERIÊNCIA INOVADORA DE COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA NO VAREJO 1215

PROJETOS E AÇÕES DE PROGRAMAS DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR SITUADAS NO RIO GRANDE DO SUL DO BRASIL, EM TEMPOS DE PANDEMIA..... 1241

RECONSTRUÇÃO DAS ALTERNATIVAS METODOLÓGICAS NO PROCESSO DE INCUBAÇÃO DE GRUPOS DA SAÚDE MENTAL DURANTE A PANDEMIA de COVID-19: RELATO DE EXPERIÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO TRABALHARTE..... 1255

DIVERSIDADE RACIAL, COOPERATIVISMO E EMPREENDEDORISMO NEGRO

DESAFIOS DOS AFROEMPREENDEDORES NA GESTÃO DE NEGÓCIOS NO RIO DE JANEIRO..... 1277

VOZES NEGRAS: AS PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO AFROEMPREENDEDORISMO NO YOUTUBE POR MEIO DO FUNDO DE APOIO AOS CRIADORES DE CONTEÚDO NEGRO..... 1307

APRESENTAÇÃO¹

O CIRIEC 1st World Conference in Latin America ocorreu entre os dias 13 e 16 de abril de 2021 de forma virtual em razão da pandemia global de covid-19. O evento estava previsto originalmente para ocorrer no segundo semestre de 2020, de forma presencial, em Salvador, estado da Bahia, Brasil.

O evento mundial contou com 12 conferências magnas, as sessões de abertura e encerramento e 18 grupos de trabalho, divididos entre os quatro dias de evento. Ao todo, foram mais de 200 participantes inscritos, de diversos países, com 138 resumos apresentados, maior parte deles apresentados nesta coletânea.

Apesar das dificuldades que a pandemia global de covid-19 trouxe à organização do evento, este honrou a tradição dos grandes congressos mundiais do CIRIEC Internacional, congregando participantes dos seguintes países além do Brasil: Colômbia, México, Argentina, Espanha e Portugal; e palestrantes de: Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Colômbia, Costa Rica, México, Porto Rico, Espanha, França, Suíça, Itália, Bélgica e Canadá.

O evento foi um grande sucesso na divulgação e consolidação da rede internacional do CIRIEC no Brasil e na América Latina, especialmente entre os empreendimentos solidários, agentes públicos e universidades, e permitindo uma maior união entre as redes de pesquisa na América Latina. O sucesso do evento permite a construção de vários cenários positivos para o cooperativismo e a economia solidária na América Latina considerando a possibilidade de ação conjunta entre os empreendimentos, governos, centros de pesquisa e universidades na construção de uma agenda que inclusive será usada para a recuperação econômica global pós-covid-19.

¹ Nota do editor: O conteúdo de todos os textos inclusive a omissão de algumas referências é de inteira responsabilidade dos autores.

Além disso, o congresso produziu um rico e vasto material bibliográfico, condensando o “estado da arte” na temática do evento, o qual é disponibilizado para toda a sociedade.

Há que se agradecer o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para a realização deste evento e ao Governo do Estado da Bahia, especialmente à Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE) e à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), parceiros incansáveis na luta por uma sociedade mais justa e solidária.

CIRIEC BRASIL

PREFÁCIO

As conferências e debates, trabalhos produzidos e apresentados do 1st WORLD CONFERENCE IN LATIN AMERICA revelaram espaços relevantes de diálogos sobre o equilíbrio entre desenvolvimento econômico, meio ambiente, raça, gênero e economia social e solidária, bem como para divulgação, intercâmbio de pesquisas e estudos científicos entre pesquisadores, além de apoio à gestão pública e a empreendimentos voltados ao tema.

Centro de Estudos e Pesquisas em Economia Publica Social - CIRIEC BRASIL, fundado em 13 de junho de 2015 no Brasil, busca em sua agenda de trabalho a estruturação, produção, divulgação e intercâmbio de pesquisas e estudos científicos, assim como o desenvolvimento e o apoio a trabalhos acadêmicos e de suporte à gestão pública voltados a dois temas: serviços públicos e economia social/solidária e cooperativismo.

Neste sentido, destacamos o quão importante foi a Bahia apoiar um evento de natureza internacional da qualidade do CIRIEC, sobretudo no atual contexto de crise global, em que a sociedade é convocada a pensar novas formas de relação e de produção mais sustentável, com acesso mais equânime a bens e serviços e reponsabilidade ambiental e social.

Para tanto, o CIRIEC foi fundamental no sentido de juntar setores estratégicos da sociedade, tais como acadêmicos, empreendedores e gestores públicos, na perspectiva de unir esforços, conhecimentos, com o suporte das tecnologias, na busca de construir soluções para novas formas de produzir e viver, objetivando o enfrentamento das desigualdades, prioritariamente dos grupos mais vulneráveis da sociedade.

A economia solidária nesse contexto pode ser uma possibilidade frente a esse cenário que estamos vivendo, em que as demandas sociais estão muito mais evidentes no enfrentamento da pandemia e, provavelmente, com consequência imensurável para um futuro, podendo levar ao aumento da informalidade e precariedade do trabalho.

Vale destacar que boa parte da população brasileira vem tentando se reinventar e empreender para sua subsistência diante da perda do trabalho formal e instabilidade da renda familiar. Percebe-se muita disponibilidade e potencialidade; o que falta nesse processo é acesso ao conhecimento e às fontes de integração e captação de recursos.

A produção e publicação dos *Anais do CIRIEC* constitui-se em um desdobramento importante para o repositório acadêmico, para os pesquisadores baianos que estão construindo um legado bibliográfico dos conhecimentos produzidos ao longo da história, pelos diversos grupos sociais, buscando desenvolvimento social, por meio da economia solidária, além de ser mais um espaço de divulgação e intercâmbio entre os pesquisadores no âmbito local, nacional e internacional.

O Governo do Estado da Bahia cumpre o seu Programa de Governo Participativo, em sua proposta de incentivo à Inclusão Produtiva, Economia Solidária e Mundo do Trabalho, fortalecendo, valorizando o desenvolvimento do sistema cooperativo do estado através da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE) e da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) com o apoio ao evento desde a sua gênese.

Na oportunidade, parabenizam os organizadores pelo sucesso e pelo serviço social prestado ao trazer assuntos tão necessários para ressignificação de paradigmas, por autorizar a publicação dos anais e repercutir os resultados para outros grupos, visto que ela estará disponível no repositório da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e será divulgada nas redes sociais e institucionais locais, podendo ser fonte de estudo para instituições de educação formal e não formal e de incentivo para potenciais atores e pesquisadores das universidades e grupos de pesquisa diversos.

Este trabalho conta com o apoio da UNEB, que colocou a equipe da sua editora à disposição para a implementação desta ação, da SETRE, que tem a economia solidária como um de seus pilares e sempre esteve envolvida de forma direta com a comissão organizadora do evento, e da SECTI, na articulação das instituições para viabilizar a produção e publicação dos

anais na forma de *e-book* para compartilhar as experiências e diálogos empreendidos.

Por fim, esperamos que a reflexão proposta pelos artigos aqui publicados possa ser ampliada e se encontrar com outras ações do estado comprometidas em construir processos nos quais todas as pessoas possam se fortalecer como sujeitos, para de fato transformar para melhor a sociedade onde vivemos.

Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação da Bahia
Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte da Bahia
Universidade do Estado da Bahia



O TRABALHO E SUAS MULTIDIMENSÕES

COOPERATIVISMO E TRABALHO DECENTE NA REGIÃO SUL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Gabriela Miguel de Medeiros¹

Dimas de Oliveira Estevam²

Max Richard Coelho Verginio³

INTRODUÇÃO

Há cerca de 21 anos, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) nos trouxe estudos sobre o tema intitulado de trabalho decente, que, para o próprio órgão mencionado, parte da missão de promover oportunidades a mulheres e homens como um todo em condição de equidade e liberdade para que estes obtenham a oportunidade de realizar suas atividades laborais em condições dignas e libertadoras, sendo estas fundamentais para a superação da pobreza e das desigualdades sociais e para a obtenção de um desenvolvimento socioeconômico sustentável.

Para Farias e Gil (2013), o termo “cooperativismo” surgiu em meados do século XIX, sendo resultante de um árduo processo oriundo da revolução industrial, cujos danos econômicos resultantes buscava atenuar ou suprimir. Ainda segundo Farias e Gil (2013, p. 19), “[...] uma cooperativa é uma sociedade civil de pessoas com forma e natureza jurídica próprias, sem fins lucrativos, não sujeita à falência, constituída para prestar serviços a seus associados, buscando atender às suas necessidades sociais, econômicas e culturais”.

Considerando enfim a importância e influência do sistema cooperativista, este artigo tem como ideia central uma união do tema

1 Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc).

2 Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

3 Doutorando em Desenvolvimento Socioeconômico pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc).

“cooperativismo” e “trabalho decente” em caráter vinculado ao desenvolvimento socioeconômico e ao bem-estar social convergindo em ideais, mencionando a participação democrática e a solidariedade com ênfase no estado de Santa Catarina, mais precisamente em sua região sul, abrangendo as cidades de Araranguá, Armazém, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Balneário Rincão, Braço do Norte, Capivari de Baixo, Cocal do Sul, Criciúma, Ermo, Forquilha, Garopaba, Grão Pará, Gravatal, Içara, Imaruí, Imbituba, Jacinto Machado, Jaguaruna, Laguna, Lauro Müller, Maracajá, Meleiro, Morro da Fumaça, Morro Grande, Nova Veneza, Orleans, Passo de Torres, Pedras Grandes, Pescaria Brava, Praia Grande, Rio Fortuna, Sangão, Santa Rosa de Lima, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, São Ludgero, São Martinho, Siderópolis, Sombrio, Timbé do Sul, Treviso, Treze de Maio, Tubarão, Turvo e Urussanga.

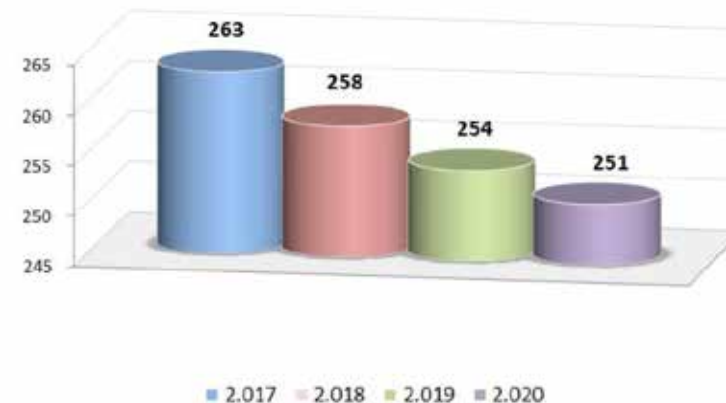
COOPERATIVISMO E TRABALHO DECENTE: INTRODUÇÃO E DADOS QUANTITATIVOS

A presença de cooperativas no sul do estado de Santa Catarina vem de longa data; um exemplo que podemos levar em consideração é a existência, na década de 1950, das cooperativas de eletrificação rural oriundas do estado de Santa Catarina com a missão de suma importância de abastecer de energia províncias para a realização tanto de atividades laborais quanto domésticas.

Podemos citar ainda que as cooperativas de eletrificação fazem parte do ramo de infraestrutura e são delimitadas com a finalidade de atender direta e prioritariamente serviços de infraestrutura do quadro social, ao passo que as cooperativas de eletrificação rural, a maioria, geralmente são transmissoras de energia elétrica, mas muitas já passaram a gerar energia elétrica (CLASSIFICAÇÃO, [2021]).

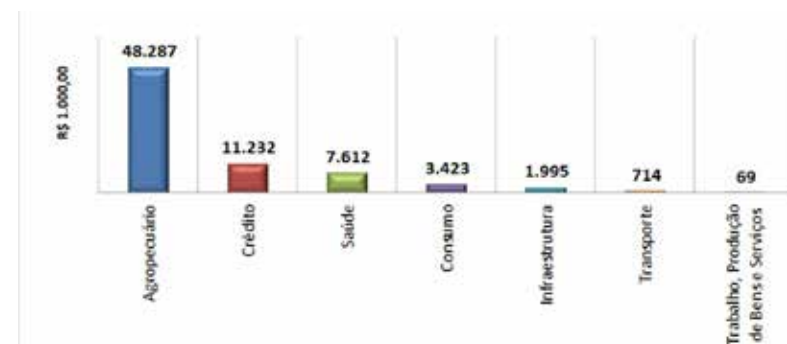
O estado, segundo coleta de dados realizada recentemente pelo Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (Ocesc), possui em atividade cerca de 251 cooperativas dos mais diversos ramos em ativa fomentando a economia (DADOS, [2021]). A Figura 1 mostra a evolução do número de cooperativas em atividade.

Figura 1 – Evolução do número de cooperativas em atividade.



Fonte: Dados ([2021]).

Figura 2 – Número de empregados, por ramo, em 31/12/2020.



Fonte: Dados ([2021]).

Em suma, as cooperativas desempenham um papel importantíssimo de construção social e de desenvolvimento econômico.

Tendo em vista seu foco financeiro e capitalista, vale citar seu desempenho de autogestão.

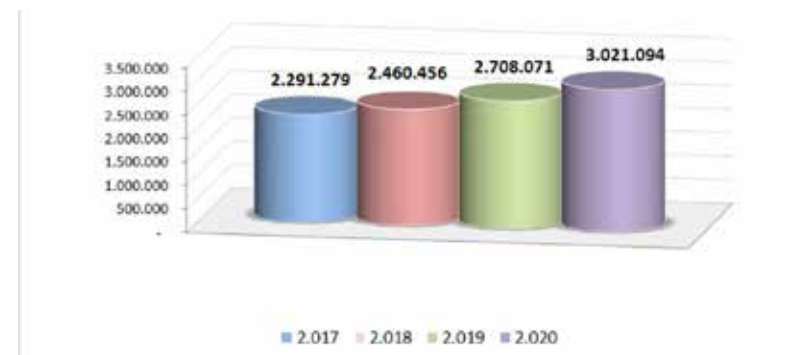
Podemos compreender a autogestão como uma forma diferente de organização em que não existe chefe e subordinado, permanecendo em evidência o interesse mútuo entre as partes envolvidas na cooperativa. Ainda sobre autogestão, em Albuquerque (2003, p. 20), encontramos o seguinte:

Por autogestão, em sentido lato, entende-se o conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um “coletivo”. É um exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre pessoas e/ou grupos, independentemente do tipo das estruturas organizativas ou das atividades, por expressarem intencionalmente relações sociais mais horizontais.

Debatido e ressaltado, o papel do cooperativismo, segundo Gawlak e Turra (2001), é uma “[...] doutrina cultural e sócio econômica fundamentada na liberdade humana e nos princípios cooperativistas, é o cooperativismo”.

O agronegócio é quesito de extrema importância para a economia brasileira, sendo um setor gerador de renda e empregos, e, no estado de Santa Catarina, não é diferente; segundo dados divulgados pelo Ocesc, este setor é o que mais possui empregados. O país é o terceiro maior exportador mundial de produtos agrícolas, e um dos fatores que propiciam essa situação é a condição natural na qual estamos inseridos, além do aumento da demanda mundial, ressaltando-se a Ásia, que se mostra o maior cliente do agronegócio, da presença da tecnologia na melhoria das funções desempenhadas, e do apoio governamental em financiamentos de safras e pesquisas de cunho invocatório. Isso tudo aliado ao empreendedorismo dos produtores, garante ao setor um superávit na produção não só do país como dos estados também (ASSAD; MARTINS; PINTO, [2015]).

Figura 3 – Evolução do número de cooperados.



Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

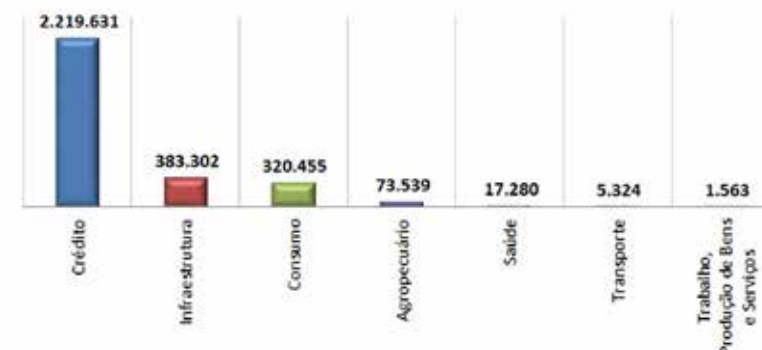
A Figura 3 nos apresenta a evolução do número de cooperados no estado, que teve um significativo aumento de demanda, da qual usufruem e participam das atividades que a cooperativa trabalha. A vantagem de ser filiado a um sistema cooperativista, para Meinen e Port (2014), pode ser atrelada aos sete princípios cooperativistas, no qual as ações são articuladas com base em uma visão humanizada dos cooperados, colaboradores e usuários indiretos. Baseiam-se no estatuto da cooperativa de consumo, criado em Rochdale em 1844, que continha sete princípios denominados de “regras de ouro”, que serviram como importante embasamento para algumas edições importantes visando a adaptação do contexto cooperativista nas realidades que o cooperado vivenciaria atual e futuramente. Novamente segundo Meinen e Port (2014), atualmente, estes princípios são definidos por:

- Adesão livre e voluntária: as adesões ao sistema em que a cooperativa está inserida são totalmente voluntárias e abertas ao público em geral, apto a utilizar seus serviços e responsabilizar-se como membro, sem quaisquer discriminações.
- Gestão democrática: estas organizações são administradas pelos

próprios membros, que participam de assembleias para delimitar o rumo político e socioeconômico da cooperativa em que estão inseridos, e cujo trabalho pende ao desenvolvimento tanto da cooperativa em questão como dos cooperados e colaboradores.

- Participação econômica: seus membros contribuem equitativamente nas cooperativas em que estão inseridos e controlam este capital de forma democrática, sendo parte deste mencionado anteriormente como propriedade comum da cooperativa.
- Autonomia e independência: de ajuda mútua, as cooperativas fazem-se, por sua origem, organizações autônomas, controladas pelos próprios membros nela inseridos, sem um dono específico. Se acaso necessitarem de recurso externo, devem utilizá-lo de forma consciente e que a autonomia da cooperativa não seja prejudicada, prevalecendo as decisões tomadas em assembleia geral, garantindo que a democracia prevaleça e a natureza da autonomia cooperativista se faça presente.
- Educação, formação e informação: as cooperativas são provedoras da educação e formação de seus membros, representantes e colaboradores, com vista a que estes possam contribuir com eficácia para o desenvolvimento da instituição. O artigo 28 da Lei nº 5.764/71 menciona que: “As cooperativas são obrigadas a constituir: II – Fundo de Assistência Técnica, Educacional e social destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa, constituído de 5% (cinco por cento), pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício.” (BRASIL, 1971).
- Intercooperação: as cooperativas servem de forma mais eficaz trabalhando em conjunto com a comunidade, através de estruturas locais, regionais, nacionais ou internacionais.
- Interesse pela comunidade: estas instituições, em suma, trabalham visando o desenvolvimento socioeconômico e sustentável das comunidades onde estão inseridas, através de políticas aprovadas pelos membros em assembleia.

Figura 4 – Número de cooperados por ramo, em 31/12/2020.



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Enquanto os bancos tradicionais utilizam a prerrogativa da pandemia para justificar desligamentos, planos de demissão voluntária em massa (denominados PDV) e redução dos postos de atendimento, as cooperativas de crédito (cujas autogestão é feita pelos cooperados através de assembleias, juntamente com os colaboradores e demais autarquias) seguem abrindo postos de atendimento, operando com tecnologias inclusivas.

Segundo o Portal do Cooperativismo Financeiro, no ano de 2021, a previsão no estado de Santa Catarina é de que ocorra a abertura de dezenas de agências pelas centrais cooperativas Sicred, Sicoob, Unicred, ViaCredi, entre outras. O Sicoob-SC-RS, que possui a maior presença entre os municípios de Santa Catarina, projeta para o estado a abertura de cerca de 20 novas agências, tendo como objetivo oferecer atendimento de alto padrão aos associados.

Laidlaw (1987) acrescenta que o desenvolvimento local é um artifício eminentemente endógeno, ou seja, que visa utilizar seus recursos próprios para aperfeiçoar o sistema de produção local com o objetivo de trazer o bem-estar da população. Benecke (1980) pontua que a cooperativa é uma instituição importante para a geração de renda; as empresas cooperativistas

são organizações que trazem consigo uma importante contribuição para o desenvolvimento econômico, promovendo geração de renda e empregos dignos. Todavia, as cooperativas facilitam a distribuição dos resultados econômicos proporcionais às operações com seus associados (BENECKE, 1980).

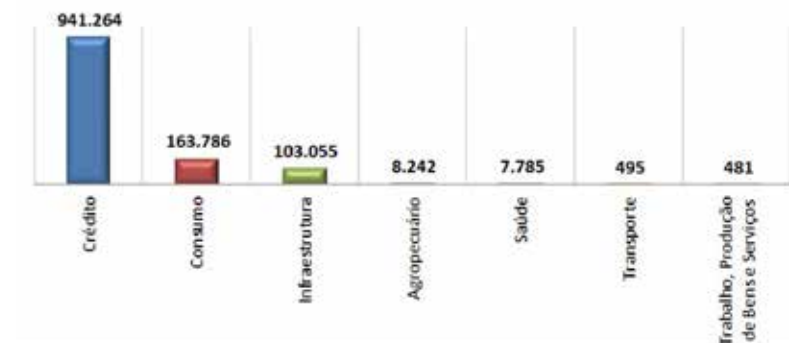
Figura 5 – Evolução do número de mulheres no quadro de associados.



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

A evolução da mulher no quadro de associados no ano de 2020 se fez presente; dados colhidos no portal do Ocesc mostram que a participação obteve um aumento significativo. No estado de Santa Catarina, há projetos que visam a inserção da mulher nos princípios cooperativistas citados neste artigo. A Cooperativa Pioneira de Eletrificação (Coopera) promoveu uma iniciativa denominada “Mulheres Cooperativistas”, consistindo em encontros voltados ao público feminino com palestras e cursos de capacitação para melhor atuação deste nos âmbitos da cooperativa e comunidade.

Figura 6 – Número de mulheres no quadro de associados, por ramo, em 31/12/202.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Diante de adversidades presenciadas no século XX, o cooperativismo de crédito obteve sua origem no Brasil e hoje se faz referência de apoio no enfrentamento dos grandes desafios oriundos da globalização. Os ideais cooperativistas estão em evidência; a atuação da cooperativa é pautada em sustentabilidade, na qual o recurso captado em uma região traz desenvolvimento e prosperidade para a comunidade. Segundo pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), o trabalho realizado por uma cooperativa de crédito incrementa o PIB per capita dos municípios em 5,6%, criando também 6,2% vagas de trabalho formal e contribuindo para o crescimento do número de estabelecimentos comerciais em 15,7%, sendo assim um grande canalizador do empreendedorismo local.

Mantendo um relacionamento de presença diante da adversidade que a pandemia causou na vida do empreendedor local, instituições como o Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) buscaram realizar para este público ações que visam fomentar a economia local, e não somente ofertar seus produtos e serviços. Por meio de divulgação do projeto “Eu coopero com a economia local”, o Sicredi atingiu não só seus cooperados como também a comunidade que não participa do quadro de associados da instituição.

O modelo cooperativista, acima de tudo, é um movimento humano, feito de pessoa para pessoa, e o associado é a parte mais importante, sendo o centro das decisões tomadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se desta pesquisa que as cooperativas são geradoras de trabalho de nível decente, segundo os princípios da OIT, e também instituições importantes para o desenvolvimento socioeconômico e cultural no estado de Santa Catarina, unindo geração de empregos, benfeitoria e capacitações para a comunidade visando a inserção desta nos princípios cooperativistas. As cooperativas de crédito obtiveram um grande crescimento de associados mesmo com a pandemia de coronavírus, pois possuem grandes diferenciais se comparadas às instituições bancárias convencionais. O setor do agronegócio se destaca no número de colaboradores e na presença de produtos comercializados no estado. Dentro da doutrina do cooperativismo, propõe-se a melhoria do bem-estar social visando não só lucros ou interesses próprios, mas também o pensamento coletivista com foco no melhor para todos os associados. Este princípio é o grande motivo do crescimento destas instituições, que se adaptam com o passar dos séculos, desde a institucionalização do pensamento cooperativista.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, P. Autogestão. In: CATTANI, A. *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 20-26..

AS COOPERATIVAS da Fecoagro realizaram assembleia com aprovação das contas de 2020 e eleição. *Revista das Cooperativas Santa Catarina*, ano XX, n. 59, p. 62, jan./fev./mar. 2021. Disponível em: https://cooperativismocatarinense.com.br/wp-content/uploads/2021/04/Cooperativas-59_final.pdf. Acesso em: 31 abr. 2021.

ASSAD, E. D.; MARTINS, S. C.; PINTO, H. S. Sustentabilidade no agronegócio brasileiro. FBDS.org.br, [2015]. Disponível em: <http://fbds.org.br/fbds/IMG/pdf/doc-553.pdf>. Acesso em: 18 set. 2015.

BENECKE, D. W. *Cooperação e desenvolvimento*. Porto Alegre: Coojournal, 1980.

BRASIL. Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971. *Diário oficial da União*, Brasília, 16 dez. 1971. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=5764&ano=1971&ato=fa6EzYU50MjRVt8a7>. Acesso em: 08 abr. 2022.

CLASSIFICAÇÃO das Cooperativas. *OCB.org.br*, [2021]. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/ramos/index.asp>. Acesso em: 5 abr. 2021.

COOPERATIVAS de crédito ampliam número de agências; bancos fazem o oposto. 2021. *Cooperativismodecredito.coop.br*, [2021]. Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/2021/02/santa-catarina-cooperativas-de-credito-ampliam-numero-de-agencias-bancos-fazem-o-oposto/>. Acesso em: 28 abr. 2021.

DADOS do Cooperativismo Catarinense. *OCESC.org.br*, 2021. Disponível em: http://admin.ocesc.org.br/padrao_itens/arquivos/107.pdf. Acesso em: 30 abr. 2021.

FARIAS, C. M.; GIL, M. F. *Cooperativismo*. Pelotas: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia; Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil, 2013. Disponível em:

GAWLAK, A.; TURRA, F. R. *Cooperativismo: filosofia de vida para um mundo melhor*. 5. ed. Paraná: Linarth Brasil, 2001.

<https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/413/2018/12/cooperativismo.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2021.

LAIDLAW, A. F. *As cooperativas no ano 2000*. 2. ed. São Paulo: OCEMG, 1987.

MATOS, M. A.; NINAUT, E. S. O cooperativismo frente às perspectivas econômicas: organização das cooperativas brasileiras. *INFOTEC: Informativo Técnico do Sistema OCB*, n. 2, p. 9, 2007.

MEINEN, Ê.; PORT, M. *Cooperativismo financeiro: percurso histórico, perspectivas e desafios*. Brasília, DF: Confebras, 2014. Disponível em: [https://cooperativismodecredito.coop.br/wp-content/uploads/2021/03/Cooperativismo- Financeiro-percurso-historico-perspectivas-e-desafios-de-Enio-Meinen-e-Marcio-Port.pdf](https://cooperativismodecredito.coop.br/wp-content/uploads/2021/03/Cooperativismo-Financeiro-percurso-historico-perspectivas-e-desafios-de-Enio-Meinen-e-Marcio-Port.pdf). Acesso em: 18 abr. 2021.

SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. *OCESC.org.br*, [2021]. Disponível em: <http://www.ocesc.org.br>. Acesso em: 30 abr. 2021

O COOPERATIVISMO SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE RESSOCIALIZAÇÃO NO CÁRCERE

Juliana Oliveira de Lima¹

INTRODUÇÃO

A população carcerária do Brasil vem crescendo de forma acelerada a cada ano e, de acordo com o Institute for Crime & Justice Policy Research (ICPR),² no ano de 2019, foi considerada a terceira maior do mundo, ficando atrás apenas de Estados Unidos e China. Os dados revelam uma política criminal que se mostra ineficaz e exigem mudanças urgentes.

Para Rothman (1991 *apud* Pedroso, 1997, p. 124), os objetivos das prisões no século XIX eram: “[...] modificar a índole dos detidos através da recuperação dos prisioneiros; reduzir o crime, a pobreza e a insanidade social”.

No entanto, a responsabilidade de administrar as instituições penitenciárias se limitava aos carcereiros, sem qualquer instrumento ou estratégia de ressocializar.

¹ Graduada em Direito pela Universidade São Francisco (USF), advogada de cooperativas populares e empreendimentos autogestionários, pós-graduada em Direito Tributário Aplicado pelo Centro Universitário FMU, com extensão em Cooperativismo pela Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo (ESA-OAB/SP), extensão no Curso Superior em Cooperativismo pela Universidad Nacional de Rosario, Argentina, pós-graduanda em Cooperativismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), diretora presidente do Instituto Social de Organização do Trabalho e Inclusão (Isoti), membro efetivo da Comissão de Cooperativismo da OAB/SP, filiada ao Centro de Investigação e Pesquisa em Economia Pública e Social (CIRIEC).

² Site: <https://www.icpr.org.uk/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

As oficinas de trabalho para os presos no Brasil foram incluídas no sistema prisional em 1840, após elaboração de relatório e incorporada a estrutura dos modelos norte-americanos.

As estruturas das unidades prisionais sofreram alterações pelo Código Penal de 1890, que não foram suficientes diante das superlotações, da higiene inadequada, dos grandes índices de reincidência, da baixa quantidade de atividades escolares, de laborterapia e, conseqüentemente, de ressocialização.

Embora a Lei nº 7.210/84, que institui a execução penal, trate da garantia da preservação humanitária dos presos, sua aplicabilidade se faz inexpressiva quando correlacionada às condições de sobrevivência dos detentos. Os direitos humanos se estendem a todos os cidadãos que se encontram em situação de vulnerabilidade, todavia as mais diferentes formas de violação estão situadas nos locais onde a liberdade é cerceada, como no caso das penitenciárias.

A finalidade educativa e produtiva do trabalho em relação ao condenado, além de gerar renda, está diretamente ligada à dignidade da pessoa humana, pois permite o pleno desenvolvimento do exercício da cidadania.

Diante dessa realidade cruel, em 1999, entrou em vigência a Lei nº 9.867, que trata do cooperativismo social, um formato italiano de cooperativa para organizar pessoas em desvantagem, como é o caso das pessoas presas e egressas do sistema prisional.

O cooperativismo social é um instrumento de ressocialização da pessoa presa porque tem como valores a liberdade, a inclusão, o trabalho justo, o respeito ao meio ambiente e a democracia nos processos decisórios.

Essa forma jurídica democrática é, muitas vezes, a última opção na vida de muitas pessoas, principalmente as excluídas da sociedade e do mercado de trabalho, e aqui destacamos as pessoas presas e egressas do sistema penitenciário; é uma estratégia que, apesar de pouco utilizada, se apresenta transformadora e ressocializadora nas cooperativas sociais que atuam nesse sentido, além de promover a remissão da pena da pessoa condenada.

Para compreender melhor a importância do cooperativismo, apresentaremos as primeiras cooperativas sociais de pessoas presas e egressas do sistema prisional registradas no Brasil como projetos por sua importância como iniciativas socializadoras, diminuindo, assim, a reincidência criminal.

METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza exploratória. Para Zikmund (2000), os estudos exploratórios, geralmente, são úteis para diagnosticar situações, explorar alternativas ou descobrir novas ideias.

De forma semelhante, Gil (1999) considera que a pesquisa exploratória tem como objetivo principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Nesse contexto, a abordagem metodológica do presente artigo consiste em apresentar o problema enfrentado com a superlotação das prisões brasileiras, o método pouco eficaz de ressocializar a pessoa presa, trazendo a possibilidade do cooperativismo social como mecanismo de inclusão e reintegração das pessoas em cumprimento de pena.

O trabalho se embasa na pesquisa bibliográfica de livros, boletins, outras pesquisas e demais publicações, que forneceram instrumentos analíticos que subsidiaram o estudo. Em suma, todo trabalho científico, toda pesquisa, deve ter o apoio e o embasamento na pesquisa bibliográfica, para que não se desperdice tempo com um problema que já foi solucionado e se possa chegar a conclusões inovadoras (LAKATOS; MARCONI, 2001).

O objeto da pesquisa consiste em abordar o cooperativismo social como um modelo raramente utilizado, mas que, diante de seus princípios e características de inclusão, possibilita um caminho para a ressocialização de pessoas presas.

RESULTADOS

A partir do levantamento das normas legais que regem a execução penal e o sistema carcerário, verificou-se a ineficácia da ressocialização com o modelo atual de função da pena, uma vez que o sistema carcerário se encontra superlotado e com insuficientes oportunidades de atividades de laborterapia.

Nesse contexto, o cooperativismo social se manifesta com previsão legal, incluindo como pessoas em desvantagem social as que estão presas ou egressas do sistema prisional, com possibilidade de somar às atividades de laborterapia, resultando assim em maiores oportunidades.

As cooperativas e projetos já existentes corroboram para demonstrar o alcance e o desempenho do cooperativismo social com geração de renda, humanização da pena e redução da reincidência.

Durante o estudo, foi detectado que a Lei nº 9.867/99, que institui as cooperativas sociais, foi reproduzida da lei italiana e que precisa de adequação, uma vez que em nosso ordenamento jurídico não existem condenados a penas alternativas à detenção como dispõe o artigo 3º, VI.

Os resultados alcançados confirmam o objetivo do estudo, qual seja, a afirmação do cooperativismo social como instrumento de ressocialização da pessoa presa, capaz de ampliar as expectativas fora do cárcere com possibilidade de reinserção no trabalho, na vida social e de reduzir os índices de reincidência criminal.

DISCUSSÕES

DO SISTEMA PRISIONAL E A FUNÇÃO DA PENA

O direito penal brasileiro adotou a teoria da dupla finalidade no que aborda a junção das teorias retributiva e preventiva; já o sistema

penitenciário adotado no Brasil é o sistema progressivo de execução da pena, com a finalidade de ressocialização da pessoa presa.

Conforme o artigo 33 do Código Penal, a pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semiaberto ou aberto, devendo a progressão ocorrer conforme o mérito da pessoa condenada.

Discorre o artigo 112 da Lei de Execução Penal que a pena privativa de liberdade é executada em forma progressiva com transferência do regime mais rigoroso ao de menor rigor, devendo a pessoa apenas ostentar boa conduta carcerária comprovada pelo diretor do estabelecimento no qual cumpre pena.

Nesse contexto para pena privativa de liberdade, temos o regime fechado como o regime mais rígido, passando pelo regime semiaberto, de média flexibilidade, até o aberto, o mais brando.

O sistema penitenciário subsistente na sociedade capitalista brasileira apresenta grande falha na sua finalidade ressocializadora porque confina física e mentalmente a pessoa apenas pela lei, fazendo com que essa pessoa cumpra penalidade privada de sua liberdade sem oferecer possibilidades de racionalização da situação em que se encontra e de reinserção à sociedade.

De acordo com Foucault (2021, p. 17), a prisão também tem a função de “[...] aparelho para transformar os indivíduos”, servindo desde os primórdios como uma:

[...] detenção legal [...] encarregada de um suplemento corretivo, ou ainda uma empresa de modificação dos indivíduos que a privação de liberdade permite fazer funcionar no sistema legal. Em suma o encarceramento penal, desde o início do século XIX, recobriu ao mesmo tempo a privação de liberdade e a transformação técnica dos indivíduos. (FOUCAULT, 2021, p. 17).

Atualmente, o sistema prisional apresenta um cenário alarmante que não respeita os direitos humanos da pessoa presa; o que podemos ver são unidades superlotadas, sem resguardar a integridade física e moral

do indivíduo no cárcere, contra o que está previsto no artigo 5º, XLIX, da Constituição Federal.

Garante também a Lei de Execução Penal, em seu artigo 3º, todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei, devendo assim a pessoa presa ter sua dignidade preservada. Por consequência, a pena, que deveria ter a função de prevenção, correção e de contenção da criminalidade, se apresenta mais com caráter vingativo de exclusão e retenção da pessoa que cometeu ato ilícito.

O Estado é responsável não somente por aplicar a pena, mas também por combater a criminalidade e punir, mas punir melhor, conforme observa Foucault (2011, p. 79):

[...] a reforma propriamente dita, tal como ela se formula nas teorias do direito ou que se esquematiza nos projetos, é a retomada política ou filosófica dessa estratégia, com seus objetivos primeiros: fazer da punição e da repressão das ilegalidades uma função regular, extensiva à sociedade; não punir menos, mas punir melhor; punir talvez com uma severidade atenuada, mas para punir com mais universalidade e necessidade; inserir mais profundamente no corpo social o poder de punir.

Imprescindível se faz a atuação do Estado no sentido de adotar estratégias efetivas de reeducar e ressocializar a pessoa presa para que esta consiga voltar a conviver em sociedade com dignidade e integridade.

DO TRABALHO PRISIONAL

A população carcerária no Brasil é de 748.009 indivíduos, dos quais 362.547 cumprem pena em regime fechado, 133.408, em regime semiaberto, 25.137, em regime aberto, 222.558 são pessoas presas provisoriamente, 250 estão em tratamento ambulatorial e 4.109 cumprem medida de segurança, segundo dados divulgados pelo Ministério da Justiça e o Departamento Penitenciário Nacional (Depen), responsável pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen).

O Depen também aponta que, no mesmo período, das incidências por tipo penal, 50,96% são por crimes contra o patrimônio, 20,28% são crimes elencados nas leis de drogas, 17,36%, crimes contra a pessoa, e os demais crimes somados apresentam um resultado de 5,7%.

Há ainda no Infopen dados quanto à população prisional que esteve, no período de julho a dezembro de 2019, em atividade de laborterapia, totalizando 19,28%.

O número de pessoas presas excede em 38,4% o total de vagas disponíveis no sistema penitenciário: são 461.026 vagas para 758.676 detentos, e ainda outros 14.475 estão detidos em delegacias de polícia.

Como podemos notar pelos dados do Depen, apenas 19,28% das pessoas presas estão realizando alguma atividade laboral durante o cumprimento de sua pena; as ofertas dessas atividades são extremamente baixas diante do total da população em cárcere.

A Lei de Execução Penal apresenta em seu artigo 28 a possibilidade de trabalho das pessoas presas: “O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva”.

O artigo 29 da mesma lei estabelece que “o trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a três quartos do salário mínimo”; essa remuneração deve atender a indenização dos danos causados pelo crime cometido, assistência à família, pequenas despesas pessoais e o ressarcimento ao Estado das despesas com a manutenção da pessoa condenada.

Os trabalhos oferecidos no cárcere são escassos e apresentados através de empresas que firmam contratos com o poder público com a finalidade de utilizar os presos como mão de obra de baixo custo, uma vez que estes trabalham para obterem como pagamento da atividade desempenhada apenas três quartos do salário mínimo e nenhum outro direito ou benefício trabalhista.

O trabalho prisional é mecanismo de readaptação social, conforme destaca o exposto por Francisco Aruz (apud MIRABETE, 2000, p. 88):

O trabalho do preso “é imprescindível por uma série de razões: do ponto de vista disciplinar evita os efeitos corruptores do ócio e contribui para manter a ordem; do ponto de vista sanitário é necessário que o homem trabalhe para conservar seu equilíbrio orgânico e psíquico; do ponto de vista educativo o trabalho contribui para a formação da personalidade do indivíduo; do ponto de vista econômico, permite ao recluso dispor de algum dinheiro para suas necessidades e para subvencionar sua família; do ponto de vista da ressocialização, o homem que conhece um ofício tem mais possibilidades de fazer vida honrada ao sair em liberdade”.

Um dos benefícios da atividade laboral é o instituto da remição da pena, considerada como a redução do tempo de cumprimento da pena pelo período de trabalho ou estudo, conforme orienta o artigo 126 da Lei de Execução Penal.

O trabalho é fonte que garante o desenvolvimento profissional, impede o ócio da pessoa presa, contribui para a organização interna do sistema prisional e prepara essas pessoas para além do cárcere, evitando a reincidência criminal e gerando a humanização das prisões, porém a exploração deve ser combatida e devem ser apresentadas outras possibilidades de desenvolvimento das atividades laborais que preparem a pessoa presa não somente para retornar à sociedade, mas para conviver em uma sociedade mais justa e solidária.

DO COOPERATIVISMO SOCIAL

O cooperativismo social no Brasil apresenta forte influência do modelo italiano; as também conhecidas como cooperativas especiais reúnem pessoas que precisam ser tuteladas ou estão em situação de desvantagem.

A Lei nº 9.867/99 dispõe sobre a criação e o funcionamento de cooperativas sociais visando a integração social dos cidadãos, assim como inserir no mercado econômico, por meio do trabalho, as pessoas em desvantagem.

Tem como fundamentos a promoção da pessoa humana e a integração social dos cidadãos, e inclui entre suas atividades: I) a organização e gestão de serviços sócio-sanitários e educativos; II) o desenvolvimento de atividades agrícolas, industriais, comerciais e de serviços.

Define a Lei do Cooperativismo Social como pessoas em desvantagem os deficientes físicos e sensoriais, os deficientes psíquicos e mentais, as pessoas dependentes de acompanhamento psiquiátrico permanente e os egressos de hospitais psiquiátricos, os dependentes químicos, os egressos de prisões, os condenados a penas alternativas à detenção, os adolescentes em idade adequada ao trabalho e situação familiar difícil do ponto de vista econômico, social ou afetivo.

As cooperativas sociais organizam seu trabalho, especialmente no que diz respeito a instalações, horários e jornadas, de maneira a levar em conta e minimizar as dificuldades gerais e individuais das pessoas em desvantagem que nelas trabalharem, e desenvolvem programas especiais de treinamento com o objetivo de aumentar a produtividade e a independência econômica e social.

Para fazer parte da cooperativa social, a pessoa em situação de desvantagem deve comprovar a condição por meio de atestado proveniente da administração pública, devendo ser resguardado o direito de privacidade.

Poderão as cooperativas sociais ter em seu quadro social a participação de sócios voluntários que não se confundem com pessoas em situação de desvantagem, prestando essas pessoas seus serviços gratuitamente.

A denominação “cooperativas sociais” nos leva à conclusão de que estas se submetem à Lei Geral das Cooperativas, nº 5.764/71, mas com especificidades compostas da lei especial e seu caráter beneficente.

Para Becho (2019), as cooperativas sociais são distintas das demais cooperativas; devido ao que o autor chama de infelicidade linguística, o

legislador confundiu a sociedade brasileira com uma nova instituição, entendendo que o cooperativismo social não se submete à Lei 5.764/71 por incompatibilidade.

Dentre as distinções apontadas por Becho (2019), podemos destacar que as cooperativas sociais têm por objetivo a inclusão de pessoas em desvantagem, enquanto as cooperativas tradicionais regidas pela Lei nº 5.764/71 objetivam a melhoria econômica do associado.

Outros apontamentos do autor dizem respeito à continuidade de participação da pessoa associada; nas cooperativas sociais, cessada a situação de desvantagem, a pessoa deve deixar a cooperativa, enquanto nas demais cooperativas não há essa condição.

Por outro lado, para Souza (2005 apud VIOLIN, 2006, p. 202), as cooperativas sociais obedecem à Lei nº 5.764/71, uma vez que, como exposto no artigo 3º: “Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens e serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro”, o que pode ser atribuído a qualquer pessoa, inclusive as que se encontram em desvantagem social, não havendo qualquer empecilho às cooperativas sociais de obedecerem aos princípios cooperativistas.

Destacamos que o cooperativismo social é um importante marco para as pessoas em desvantagem, porque possibilita a inclusão, a emancipação e geração de renda através de atividade laboral e de capacitação.

As cooperativas sociais, resguardadas as suas especificidades, são regidas pela Lei Geral das Cooperativas, assim como ocorre com a Lei nº 12.690/12, que trata especificamente das cooperativas de trabalho, e, no que não colidir, pela lei geral 5.764/71.

O COOPERATIVISMO SOCIAL E A POSSIBILIDADE DE RESSOCIALIZAÇÃO CARCERÁRIA

O processo de exclusão social no Brasil tem histórico nas transformações do mundo e nos modelos estruturais da economia do país, onde a

pobreza e a desigualdade social estão associadas ao alto índice de desemprego, de criminalidade e na centralização de renda.

Necessária se faz a inclusão social para que possamos recuperar esse grande espaço tomado pela exclusão, de forma a reduzir esses altos e negativos índices, com melhores oportunidades e condições de saúde, educação, entre outras necessidades básicas da população. A Lei nº 9.867/99 explicita em seu artigo 3º quem são as pessoas consideradas em desvantagem social, incluindo, no inciso IV, os egressos de prisões e, no inciso VI, os condenados a penas alternativas à detenção.

Nesse contexto, o cooperativismo social apresenta alternativa de extrema importância para a ressocialização da pessoa presa, uma vez que toda pessoa deve ter garantido seu direito de livre escolha e convívio social. A convivência e a participação social, educacional e econômica dos grupos minoritários na vida da comunidade podem gerar uma cadeia de transformações que, num movimento crescente, abre possibilidades de interferência nos níveis político e econômico (CUNHA, 2001).

A cooperativa é uma sociedade inclusiva pois é aberta a todos, estimula a participação de seus trabalhadores e trabalhadoras cooperados, apesar de diferentes experiências e opiniões, de forma democrática, reconhecendo as dificuldades individuais e coletivas de seus cooperados para pensar em estratégias de melhores condições de vida para todos, não se limitando à geração de renda, mas abrangendo a melhoria social da pessoa cooperada.

Para Amarante (1997, p. 172), “[...] as Cooperativas Sociais são constituídas com o objetivo, não mais terapêutico, isto é, rompendo com a tradição da terapia ocupacional [...], mas de construção efetiva de autonomias e possibilidades sociais e subjetivas”.

A Lei nº 9.867/99, ao ser reproduzida da lei italiana, deixou de observar algumas especificidades da legislação brasileira, necessitando assim de algumas adequações, como o disposto no artigo 3º, que define quem são consideradas pessoas em desvantagem, ou o inciso VI, que trata dos condenados a penas alternativas à detenção, sendo que não existe no direito penal

a pena alternativa à detenção; possivelmente, o legislador pensou tratar dos condenados em cumprimento de pena nos regimes semiaberto e aberto conforme artigos 35 e 36 do Código Penal, o que também não impede a inclusão dos condenados em regime fechado, já que o artigo 34, §1º, da mesma lei enfatiza sobre o cumprimento de pena em regime fechado: “O condenado fica sujeito a trabalho diurno e a isolamento durante o repouso noturno”.

Essa questão vem de encontro à Portaria Interministerial nº 210, de 16 de janeiro de 2014, que no seu artigo 4º prevê como meta da Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade do Sistema Prisional (PNAMPE) que em seu inciso II, “g”, explicita:

[...] acesso à atividade laboral com desenvolvimento de ações que incluam, entre outras, a formação de redes cooperativas e a economia solidária, observando: compatibilidade das horas diárias de trabalho e estudo que possibilitem a remição; e compatibilidade da atividade laboral com a condição de gestante e mãe, garantida a remuneração, a remição e a licença maternidade para as mulheres que se encontravam trabalhando.

Tornando seu efeito amplo, deve estender a aplicação também para os homens em cumprimento de pena como forma de remição da pena, geração de trabalho e renda e ainda reinserção à sociedade.

A Portaria Interministerial nº 210 possibilitou a concretização de um projeto que estava em andamento com a finalidade de registrar a primeira cooperativa social de pessoas presas.

Segundo o Instituto Humanitas360, a primeira cooperativa social composta por detentas tem origem no Centro de Recuperação Feminino (CRF), que fica em Ananindeua, região metropolitana de Belém do Pará, que reuniu 20 internas em 2013 para criar a Cooperativa Social de Trabalho Arte Feminina Empreendedora (Coostafe).

A segunda cooperativa social do Brasil e primeira oficialmente registrada no estado de São Paulo formada por detentas e egressas é a

Cooperativa Lili, iniciada em 2018, que se dedica à produção de artigos têxteis de alta qualidade, com uma oficina dentro da Penitenciária Feminina 2 de Tremembé, na área de regime fechado, e a outra oficina na chamada Casa Tereza, que é um espaço criado na cidade vizinha de Taubaté, permitindo que as egressas continuem participando do projeto e da cooperativa. Em maio de 2019, a cooperativa contava com 26 cooperadas no regime fechado, 3 no regime semiaberto e 4 em liberdade.

O Instituto Humanitas360 está em processo de implementação de outra cooperativa social com presos da Penitenciária Masculina 2 de Tremembé, atuando os presos com atividade de produção de alimentos orgânicos, com foco em produtos alimentícios não convencionais.

Apesar de o cooperativismo social se apresentar como possibilidade de ressocialização da pessoa presa, temos raras iniciativas no Brasil de projetos que desenvolvem o cooperativismo social como proposta de reinserção e diminuição da reincidência de pessoas presas.

O cooperativismo assume o compromisso de transformação social através da solidariedade em relação às pessoas e comunidade, onde a cooperação, inclusão e democracia devem caminhar de mãos dadas, e essa transformação requer um grande esforço que não se limita ao aspecto econômico, mas requer uma nova concepção de mundo, de viver e de valorizar o ser humano em todos os sentidos.

Projetar o cooperativismo social dentro e fora dos estabelecimentos prisionais é dar oportunidade de trabalho com recebimento justo, de educação, de qualificação e de experimentar a solidariedade.

DA GARANTIA DOS PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO

Para Martins (2014), princípios são proposições colocadas na base da ciência, informando-a e orientando-a, com funções informadora, normativa e interpretativa.

Os princípios são orientadores e construtivos; no caso do cooperativismo, são a base para o funcionamento das cooperativas. A Lei nº 5.764/71

estabelece no seu artigo 4º os princípios que fazem a distinção das cooperativas e demais sociedades, que são: I) adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços; II) variabilidade do capital social representado por quotas-partes; III) limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais; IV) inaccessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade; V) singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade; VI) quórum para o funcionamento e deliberação da Assembleia Geral baseado no número de associados e não no capital; VII) retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral; VIII) indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social; X) neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social; X) prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa; XI) área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.

A Aliança Cooperativa Internacional (ACI) aceita como filiadas as cooperativas que apliquem os princípios do cooperativismo considerados como mundiais, que são: 1) adesão voluntária e livre; 2) gestão democrática; 3) participação econômica dos membros; 4) autonomia e independência; 5) educação, formação e informação; 6) intercooperação; 7) interesse pela comunidade.

As cooperativas de trabalho são reguladas pela Lei nº 12.690/12, que se apresenta mais completa uma vez que define, em seu artigo 3º, seus princípios e valores específicos e ainda trata, em seu artigo 1º, que a cooperativa de trabalho é regulada por esta lei e, no que ela não colidir, com a Lei Geral das Cooperativas e ainda com o Código Civil, previsão esta que não está contemplada na lei das cooperativas sociais.

Diferente, a Lei nº 9.867/99, do cooperativismo social, não faz previsão em seu texto legal sobre seus princípios, seguindo assim os princípios da lei geral do cooperativismo e também da ACI.

Seguir os princípios mundiais do cooperativismo apresentados através da ACI e ainda na lei geral do cooperativismo brasileiro pode acarretar alguns conflitos com os objetivos das cooperativas sociais, ainda mais se tratando de cooperativas formadas por pessoas em cumprimento de pena.

O princípio da autonomia e independência que compõe um dos princípios da ACI é um dos mais preocupantes com relação à garantia de aplicação quando se trata de cooperativa social composta por pessoas presas, uma vez que estas estão privadas de liberdade e em poder do Estado, devendo seguir regras do estabelecimento prisional.

O fundamento da autonomia e independência está previsto na Constituição Federal no artigo 5º, XVIII, no sentido de as cooperativas independentem de autorização para sua criação, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

Outro princípio que pode causar conflito é o da gestão democrática, uma vez que seus sócios cooperados participam ativamente da construção e funcionamento da cooperativa, das tomadas de decisões e do estabelecimento de políticas, devendo ser praticados de forma democrática e autônoma.

As duas cooperativas de pessoas presas que hoje existem e estão registradas receberam apoio e o comprometimento dos diretores das unidades prisionais para que seu projeto acontecesse com a garantia de ter os princípios assegurados.

A importância da previsão dos princípios adequados evidencia os objetivos da cooperativa social, uma vez que exercer apenas atividades laborativas não garante a ressocialização, e o cooperativismo garante a emancipação da pessoa presa.

Imperiosas se fazem a abertura de debates e a construção da regulamentação da lei das cooperativas sociais, garantindo a aplicação dos

princípios constantes na lei geral do cooperativismo às cooperativas sociais, ou, ainda, a construção de princípios específicos.

Destacamos que o artigo 5º da Constituição Federal, que trata dos direitos e garantias fundamentais, nos apresenta implícito no seu inciso XVIII que as cooperativas são independentes e veda a interferência do Estado em seu funcionamento, portanto, há de se garantir que as pessoas presas exerçam esse direito ao constituir uma cooperativa social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tratou do conjunto de questões que cercam a pessoa presa em cumprimento de pena e egressas do sistema prisional, sob uma compreensão do sistema carcerário, apresentando o cooperativismo social como instrumento de ressocialização.

Essas pessoas presas, em sua grande maioria, não tiveram melhores oportunidades ao longo de suas vidas, principalmente a chance de estudar para garantir um futuro melhor, e o tempo que ficam em detenção atrás das grades pode e deve ser utilizado para lhes garantir, por meio de estudo e trabalho profissionalizante, essas oportunidades que não tiveram.

Ressocializar é humanizar a pessoa enquanto reclusa pelo sistema prisional e prepará-la para que não volte a cometer crimes, ao passo que protege a sociedade de uma possível reincidência.

No aspecto legal, existe uma necessidade de realizar adequações no texto normativo para que atenda a realidade brasileira e, ainda, difundida como estratégia de ressocialização dentro do sistema penitenciário.

É preciso dar à pena uma nova finalidade, não somente de reter, corrigir e punir, mas de ressocializar com ações que preparem o indivíduo para retornar ao convívio social com oportunidades que possivelmente este não teve antes do cárcere.

As iniciativas de cooperativismo social ainda se apresentam em passos lentos, mas com resultados suficientes para que se entenda que seus objetivos básicos as tornam inclusivas, pois estimulam a participação de cada cooperado apesar de diferentes experiências e opiniões, de forma democrática, reconhecendo as dificuldades individuais e coletivas para pensar em estratégias de melhores condições de vida para todos.

Nesse contexto, o cooperativismo social pode oferecer às pessoas presas oportunidade de desenvolverem o trabalho solidário, sem exploração e de forma organizada, capacitando-as não somente no aspecto laboral, mas, principalmente, para viver de forma democrática, com autogestão e valorização em todos os sentidos.

REFERÊNCIAS

- AMARANTE, P. D. Loucura, cultura e subjetividade: conceitos e estratégias, percursos e atores da reforma psiquiátrica brasileira. In: FLEURY, S. (org.). *Saúde e democracia: a luta do CEBES*. São Paulo: Lemos, 1997. p. 163-185.
- BECHO, R. L. *Elementos de direito cooperativo*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 08 abr. 2022.
- BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm. Acesso em: 08 abr. 2022.
- BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de Julho de 1984, institui a Lei de Execução Penal. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1984. Disponível em: <https://>

legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=7210&ano=1984&ato=c6fUTUU9EeBpWT4ac. Acesso em: 08 abr. 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 abr. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999. Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19867.htm. Acesso em: 08 abr. 2022.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em: 08 abr. 2022.

BRASIL. Portaria Interministerial nº 210, de 16 de janeiro de 2014. Institui a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 2014.

CUNHA, C. *A inclusão das pessoas excluídas no contexto do desenvolvimento social: estratégias e parcerias possíveis*. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2001.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2021.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Tradução Raquel Ramallete. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução Raquel Ramallete. 39. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos da metodologia científica*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, S. P. *Cooperativas de trabalho*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MIRABETE, J. F. *Execução penal*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

PEDROSO, Célia Regina. Utopias penitenciárias projetos jurídicos e realidade carcerária no Brasil. *Revista história*, n. 136, p. 121-137, 1997.

VIOLIN, T. C. O terceiro setor e as cooperativas sociais. *Raízes Jurídicas*, Curitiba, v. 2, n. 2, jul./dez. 2006.

ZIKMUND, W. G. *Business research methods*. 5. ed. Fort Worth, TX: Dryden, 2000.

DA ORIGEM AO DECLÍNIO DAS MADEIREIRAS DE UNIÃO DA VITÓRIA-PR: PARA ONDE FORAM OS TRABALHADORES?

Acir Batista Moreira¹

Marilene Zazula Beatriz²

INTRODUÇÃO

Este artigo busca investigar questões relacionadas ao trabalho, sua relação com as tecnologias e os trabalhadores que perderam postos de trabalho em madeireiras que decretaram falência na cidade de União da Vitória, Paraná, no Sul do Brasil.

Inicia-se o presente artigo por identificar os fatores macros e micros que resultaram na perda de postos de trabalho e segue sua abordagem sobre o trabalho como principal aspecto de análise, relacionando-o com o desenvolvimento tecnológico e os fatos regionais que conduziram ao momento da perda dos postos de trabalho.

Nos países periféricos, com ênfase na América Latina, a atual crise no mundo do trabalho resulta especialmente de dois fatores considerados marcantes nestes últimos 20 anos, embora sua origem preceda o final do século XX. Primeiro, o projeto neoliberal dos anos 1980 implantado, a partir do centro do mundo ocidental, pelo sistema capitalista, como a

¹ Licenciado em Línguas português/inglês pela Universidade Estadual do Paraná (Unespar), especialista em Análise e Produção de Texto pela Unespar, mestrando em Tecnologia e Sociedade pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

² Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), mestre em Administração de Empresas pela UFPR, doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

principal filosofia de mercado para a concretização do processo de “globalização” – ao que Antunes (2020) chama de processo de financeirização e mundialização do capital –, após o esgotamento das estruturas de acumulação fordista/taylorista (PINTO, 2013), da primeira metade do século XX, que condicionaram a vida dos trabalhadores do Ocidente e que deveriam ser o ideal da sociedade capitalista, mas cedem lugar a uma estrutura tão ou mais cruel para os que vivem da sua força de trabalho: o toyotismo.

O modelo de produção da empresa Toyota Motors Company (PINTO, 2013, p. 59), com seu “moderno” projeto de flexibilização das relações de trabalho, teve o Brasil, entre outros países da América Latina, na década de 1990, como “[...] uma extensão de seu laboratório”, apesar da resistência dos movimentos sociais e sindicais.

Segundo fator, a crise econômica global de 2008, “atingindo inicialmente os países capitalistas centrais” (ANTUNES, 2020, p. 233-235), seguidos dos periféricos, alcança todos os continentes, contribuindo enormemente para agravar a crise, acentuando diferenças regionais e a consequente precarização no mundo do trabalho, servindo de argumento para implementação de reformas e leis que afetam ainda mais a classe trabalhadora.

Para a região Sul do Brasil, em especial União da Vitória, no estado do Paraná, além dos fatores anteriores, há outros elementos de grande relevância que poderão ser apontados como causa histórica da precarização do trabalho para muitos homens e mulheres: a presença da Rede Ferroviária Federal (1910), a qual influenciou a configuração social da região, trazendo como consequência o enriquecimento de alguns e o empobrecimento de outros (MONASTIRSKY, 2006); a redução da madeira nativa extraída e exportada pelos trilhos, atingindo seu esgotamento na última década do século XX, quando a Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA), já sem forças, e cedendo lugar ao transporte rodoviário, passa a ser privatizada pelo Governo Federal (CARVALHO, 2010), atendendo o apelo neoliberal no Brasil de um pacote de privatizações de estatais.

Entende-se que esses fatores contribuíram para levar à falência a maioria das madeireiras da região Sul do Paraná e trouxeram, como consequência, a perda de postos de trabalho para sujeitos que tiveram suas histórias construídas no exercício de profissões ligadas à extração e ao beneficiamento da madeira.

Assim, a questão que se apresenta para este artigo é: que relação pode se estabelecer entre a história dos trabalhadores das indústrias madeireiras, a presença anterior da estrada de ferro na região e a tecnologia usada nessas empresas no final do século XX e início do século XXI?

METODOLOGIA

A metodologia deste estudo se assenta sobre o uso de uma pesquisa teórica, com um referencial bibliográfico que discorre sobre a questão do trabalho e suas dimensões, a questão da tecnologia com sua aparente neutralidade e a relação: estrada de ferro, indústria madeireira e os trabalhadores. Foram selecionadas três categorias para esta abordagem: trabalho, tecnologia e a relação: tecnologias das madeireiras, estrada de ferro e trabalhadores.

TRABALHO

O que significou trabalho no passado, sua relação com a natureza, seu sentido ontológico (SILVA; SANTOS; DURÃES, 2017), e o que representa o trabalho nas sociedades recentes?

À medida que avança a socialização, as relações de trabalho se alteram ao longo da história: a passagem de nômade a território fixo configura algumas modificações nas formas de realizar determinadas tarefas, que passam a exigir ferramentas, técnicas e certa especialização e a consequente divisão de tarefas em atividades como: cultivo da terra, criação de animais, artesanatos, entre outros.

Com a queda do Império Romano, após longo período de fome e epidemia, a Europa volta-se para o que era possível naquele momento e que sempre foi até os dias atuais: extrair o alimento da terra, mesmo que em condições injustas. Batista (2014, p. 3) assinala que:

Com a derrocada do Império Romano, as condições econômicas, sociais, políticas, culturais e religiosas enfrentaram profundas fraturas em suas estruturas, dentre as quais se destacavam: existência de uma ampla extensão territorial deixada pelo Império Romano em território ocidental e oriental; desenvolvimento de uma economia totalmente dependente da terra; convivência com uma base técnica simples dos instrumentos de trabalho, não permitindo ir além da realização de práticas primitivas, impedindo o avanço na esfera da produção de alimentos para atender às necessidades de todos os envolvidos; produção de excedentes para comercialização no mercado; e problemas expressivos enfrentados na esfera da demografia.

Estabelecendo critérios jurídicos nas relações de trabalho, senhores feudais (fazendeiros), apoiados pela Igreja e pelo governo, recebem em suas terras os trabalhadores, denominados servos. Com o passar do tempo, tais critérios deixam de ser cumpridos e os servos, agora denominados vassalos, passam a trabalhar apenas em troca de alimentos e moradia, ao que Batista (2014, p. 4) expressa:

Vivenciando dificuldades que extrapolavam às de períodos anteriores — primeira Idade Média e alta Idade Média —, senhores feudais em conjunto com o clero não vacilaram em tomar decisões autoritárias: iniciam processos de intervenção nas relações jurídicas acordadas. Lembremos que a maioria das leis existentes ocorria sob a jurisdição dos costumes. Nesse exato momento os acordos públicos sofreram profundas intervenções. Senhores feudais e representantes oficiais da Igreja Católica deixam de cumprir seus contratos com os trabalhadores, o que causa profunda crise na relação.

Essa estrutura revela uma tentativa de tornar essa condição permanente, como se estivessem predestinados ao fado dessa vida, até o esgotamento desse sistema, por volta do século XVI, quando inicia outro período histórico, o Renascimento, uma outra organização de trabalho marcada como a fase embrionária do capitalismo: a burguesia, que se consolida na Revolução Francesa (1789).

Com a Revolução Francesa, uma nova era está para surgir: a explosão da burguesia e o início da Revolução Industrial, que torna efetiva e hegemônica uma organização do trabalho que predomina até os dias atuais: o capitalismo, trazendo com ele a divisão de classes entre a burguesia e o proletariado, conforme preconizam Silva, Santos e Durães (2017, p. 6):

A Revolução Francesa, com seus ideais iluministas, e a Revolução Industrial com a introdução e/ou o aperfeiçoamento de técnicas de produção, marcam uma nova fase para a realização do trabalho. Trata-se do advento e ascensão do modo de produção capitalista, em que o trabalho passa a ser assalariado e torna-se uma das principais fontes de obtenção de lucro e acúmulo de capital. Aqui os conflitos se apresentam e se acentuam na dimensão dos interesses das classes envolvidas: burguesia e proletariado.

Até aqui, esta pesquisa tenta construir uma trajetória que demonstre, minimamente, como o trabalho é conceituado em dados momentos históricos, que sentido tem o trabalho em cada época e que papel exerce o trabalhador nesses contextos, algumas dimensões do trabalho e suas origens as quais nos permitem elaborar outras reflexões sobre o sentido do trabalho contemporâneo e suas relações, o que pode contribuir para desmascarar as narrativas capitalistas como única via de acesso para quem vive da sua força de trabalho, apontado até então como caminho do paraíso. A esse respeito Silva, Santos e Durães (2017, p. 4) afirmam:

Trabalho no sentido ontológico tem a ver com a interação que o homem estabelece com a natureza. Trata-se de uma atividade do gênero humano que é ao mesmo tempo objetivadora, social

e consciente. Pode ser entendido como transformador ou produtor na sua essência. O trabalho com caráter transformador diz respeito à capacidade do homem em utilizar os recursos disponíveis na natureza, para assim transformá-los visando a obtenção de bens necessários à sua sobrevivência. Já o trabalho visto como produtor trata-se da produção e reprodução de bens, serviços e relações oriundas desta transformação.

Marx (2006) relaciona as coisas úteis ao valor que lhes é atribuído, estabelecendo uma contradição entre quantidade de trabalho empregado e qualidade das mercadorias produzidas. Sobre alguns conceitos relacionados ao trabalho, como meios de produção, valor e tempo de trabalho, Marx (2006, p. 61), afirma que:

[...] toda força de trabalho da sociedade – que se revela nos valores do mundo das mercadorias – vale, aqui, por força de trabalho única, embora se constitua de inúmeras forças individuais de trabalho [...], na medida em que possua o caráter de uma força média de trabalho social e atue como essa força média, precisando apenas do tempo de trabalho em média necessário ou socialmente necessário para a produção de uma mercadoria .

Mas o que seria considerado como tempo de trabalho socialmente necessário? Marx (2006, p. 61), apud Teixeira Filho (2013), diz que “[...] tempo de trabalho é o tempo requerido para produzir-se um valor de uso qualquer, nas condições de produção socialmente normais existentes e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho”.

Diante dessa afirmação, vale ressaltar que, embora a máquina moderna tenha padronizado o tempo de cada um em tempo igual para todos, as pessoas acabam por exercer suas atividades em tempos diferentes, nos limites de cada um. Caso contrário, o trabalho não produz a satisfação desejada, haja vista a pressão que se exerce sobre o ser humano, cuja constituição vai além do fazer coisas.

Essas e outras reflexões de Marx (2006) sobre as mercadorias parecem não ter eco ou nenhuma relação com o trabalho na forma em que

este se estrutura a partir da modernidade até os dias atuais. No mundo inteiro, com raras exceções, as relações de rompimento entre trabalho, trabalhadores e produtos vão se tornando lentamente naturalizadas e falar de marxismo representa “algum tipo de mal” aos seres humanos.

Antunes (1999) analisa o contexto do trabalho a partir da década de 70 do século XX para dizer que o mundo do trabalho vivenciou uma situação fortemente crítica, talvez a maior desde o nascimento da classe trabalhadora e do próprio movimento operário. Que ocorreram mutações intensas, de diferentes ordens e que, no seu conjunto, acabaram por acarretar consequências muito fortes no interior do mundo do trabalho e, em particular, no âmbito do movimento operário e sindical. Com esse inevitável avanço das políticas neoliberais a partir dos anos 70 do século XX, quais foram as consequências no processo de produção e de que forma afetam o mundo do trabalho?

Com todos esses ataques no final do último século de profunda destruição da classe trabalhadora, respaldada pelo Estado (ANTUNES, 1999), os trabalhadores fragmentaram-se ainda mais. Essas mutações criaram, portanto, segundo Antunes (1999, p. 292),

[...] uma classe trabalhadora ainda mais dividida, entre os que têm uma profissão e os que não têm, são os qualificados e os desqualificados. Os que estão no mercado formal e os da informalidade, os que conseguem uma estabilidade e os precarizados, entre os brasileiros e imigrantes.

Ressalte-se que Antunes aponta esse quadro, que se agravou a partir de março de 2020, dois anos antes de se iniciar a pandemia de covid-19.

A pandemia de covid-19 se torna o motivo mais agravante para a classe trabalhadora, servindo como justificativa para o aumento da precarização e exclusão, principalmente de quem já se encontrava na informalidade, como bem assinala Santos (2020, p. 16):

O que significa a quarentena para trabalhadores que ganham seu dia-a-dia para viver dia-a-dia? Arriscarão desobedecer à quarentena para dar de comer à sua família? Como resolverão o conflito entre o dever de alimentar a família e o dever de proteger as suas vidas e a vida desta? Morrer de vírus ou morrer de fome, eis a opção.

Mediante essa diversidade e fragmentação dos trabalhadores e do trabalho, que esperança podem ter então, nos dias atuais, os que vivem da sua força de trabalho? Antunes (2020, p. 191) afirma que, ao contrário dos que propugnaram pelo fim do papel central da classe trabalhadora no mundo atual, o desafio maior da classe que vive do trabalho, nesta virada do século XX para o XXI, é:

[...] soldar os laços de pertencimento de classe existentes entre os diversos segmentos que compreendem o mundo do trabalho, procurando articular desde aqueles segmentos que exercem um papel central no processo de criação de valores de troca até aqueles segmentos que estão mais à margem do processo produtivo, mas que, pelas condições precárias em que se encontram, constituem-se em contingentes sociais potencialmente rebeldes frente ao capital e suas formas de (des) sociabilização.

Para garantir a utopia, encerro este item com as palavras de De Masi (2000), o qual afirma que será necessária uma completa e radical transformação mental, graças à qual os operários, os empregados, os executivos, os profissionais, os dirigentes, os proprietários e os consumidores devem introjetar um modo novo de considerar as categorias de tempo, espaço, lucro, concorrência, solidariedade, ecossistema e qualidade de trabalho e de vida.

Nesse sentido, também, a ciência que permite o desenvolvimento tecnológico, com seus artefatos oriundos do acúmulo de conhecimento técnico, pode contribuir para uma vida mais justa, para um mundo de trabalho mais digno, contrapondo a hegemonia do capital, especialmente em países periféricos onde a tecnologia, muitas vezes importada, tem se colocado historicamente a serviço do acúmulo de riquezas e da fragmentação social.

TECNOLOGIAS, TÉCNICAS, ARTEFATOS E TRABALHADORES

A reflexão sobre a tecnologia pretende analisar suas origens, funções, alguns conceitos relacionados a tecnologia, como a noção de artefatos e de técnica em autores como Spengler (1941), Pinto (2008), e sobre como determinados segmentos sociais se apropriaram dela de modo particular, excluindo outros grupos de menor acesso, como afirma Winner (1986, p. 201): “É óbvio que as tecnologias podem ser usadas de modo a aumentar o poder, a autoridade e o privilégio de algumas pessoas sobre outras”.

À medida que os seres humanos vão se agrupando no início da civilização, diversos artefatos vão surgindo de acordo com a necessidade de cada grupo e de cada região. A noção de artefatos diz respeito à ideia da criação de objetos encontrados na natureza, ou oriundos da técnica que auxiliem o ser humano no desenvolvimento de algumas tarefas necessárias, utilizando-os como instrumento de produção que facilitem a realização do trabalho. Tais artefatos, como elementos da tecnologia, ainda que primitiva, contribuem para o desenvolvimento da humanidade, conforme descreve Mendonça, Oliveira, Costa (2016, p. 3):

A tecnologia sempre acompanhou o desenvolvimento humano. O homem primitivo, em busca de sua sobrevivência, utilizou diferentes artefatos disponíveis no meio, como ferramentas que o auxiliaram em tarefas que ele não seria capaz de realizar somente com o uso das mãos.

Marx (1998) estabelece uma diferença entre instrumentos de produção naturais e instrumentos de produção criados pela civilização.

O campo cultivado (a água, por exemplo) pode ser considerado como instrumento de produção natural. Para o instrumento de produção natural, os indivíduos são subordinados à natureza; no segundo caso, produtos criados, eles se subordinam a um produto do trabalho. (MARX, 1998, p. 78)

Uma definição simples sobre técnica, mas que pode resumir o que se pretende (FREITAS, [2020]), seria a técnica como o resultado de experiências em criar um manejo, um conhecimento que possa gerar inventos com o intuito de executar uma determinada tarefa. Assim, com o passar dos anos, os conhecimentos resultantes das experiências e de tentativas em executar as atividades vão evoluindo, resultando no aperfeiçoamento das técnicas e, consequentemente, os milhares de artefatos da nossa época.

Para Spengler (1941, p. 26): “A técnica é a tática de vida; é a forma íntima cuja expressão exterior é a conduta no conflito que se identifica com a própria vida. [...] O que importa não é como se fabricam as coisas, mas o que fazemos com elas”.

Desse modo, minimamente definido o conceito de técnica, tenta-se aqui encontrar um elo que conduza a ideia de técnica para tecnologia.

Vislumbrou-se, então, buscar em Pinto (2008) os avanços da técnica, o deslumbramento, o fascínio cultural, o desenvolvimento das máquinas da Era Industrial e a apropriação ideológica da consciência dos usuários subjugados, fazendo dos resultados da técnica as mais encantadoras das invenções, de maneira que até o conceito de natureza se modifica com a incorporação dos produtos do desenvolvimento tecnológico como elementos essenciais da natureza moderna.

Nesse sentido, a reflexão de Pinto (2008, p. 37) sobre a tecnologia começa por definir a natureza em determinadas épocas e por situar o ser humano na sua interação e seu entendimento com a natureza:

O homem é um ser destinado a viver necessariamente na natureza. Apenas, o que se entende por “natureza” em cada fase histórica, corresponde a uma realidade diferente. Se no início era o mundo espontaneamente constituído, agora que o civilizado consegue cercar-se de produtos fabricados pela arte e pela ciência, serão estes que formarão para ele, a nova “natureza”. De fato, tão realmente assim lhe parecem, que a falta deles é considerada estranha, vindo a caracterizar o estado de pobreza, de atraso.

Essa reflexão introduz o pensamento de Pinto (2008, p. 37) na questão da tecnologia, partindo do que representa a evolução tecnológica e sua adaptação na natureza do homem moderno, ao afirmar que:

Os objetos de conforto que nos cercam, os meios de transporte dos quais nos valem são para as gerações atuais a própria natureza, no sentido de serem o que lhes parece como natural. [...] A simples interrupção da corrente elétrica doméstica, causando a escuridão e paralisação dos aparelhos mecânicos ou eletrônicos, parece uma anormalidade, sem que alguém pense tratar-se na verdade do retorno à normalidade antiga, pois a humanidade viveu por incontáveis milênios, em que floresceram grandes civilizações e se realizaram admiráveis obras de cultura sem conhecer nenhum desses recursos de que hoje dispomos.

Pinto (2008, p. 38) destaca a inserção dos objetos da técnica na ideologia da produção capitalista, ao afirmar que: “Atualmente o que excita espanto e entusiasmo é o conjunto dos objetos e procedimentos que nos cercam. Daí a fácil conversão dessa atitude em ideologia”.

Ao descrever sua definição sobre tecnologia, Pinto (2008, p. 219) afirma que: “A palavra tecnologia é usada a todo momento por pessoas das mais diversas qualificações e com propósitos divergentes”. E acrescenta que sua importância na compreensão dos problemas da realidade atual agiganta-se em razão justamente do largo e indiscriminado emprego que a torna ao mesmo tempo uma noção essencial e confusa.

Por fim, ressalta-se, nestas definições de Pinto (2008, p. 221), a forma como ele conceitua a tecnologia como uma ciência que resulta da ação técnica pela relação humana inserida na cultura, ao afirmar:

Se a técnica configura um dado da realidade objetiva, um produto da percepção humana que retorna ao mundo em forma de ação, materializado em instrumentos e máquinas, e entregue à transmissão cultural, compreende-se tenha obrigatoriamente de haver a ciência que o abrange e explora, dando em resultado um conjunto de formulações teóricas, recheada de complexo

e rico conteúdo epistemológico. Tal ciência deve ser chamada “tecnologia”, conforme o uso generalizado na composição das denominações científicas.

Contudo, não basta definir conceitos referentes à tecnologia, aceitando os fenômenos relacionados a ela como simples fatos, isentos de vontades políticas ou ideológicas. Ela resulta de intenções previamente definidas por aqueles que têm o poder de direcioná-la conforme seus interesses.

A QUESTÃO DA NEUTRALIDADE DA TECNOLOGIA

Alguns pesquisadores se dedicam a questionar a neutralidade da tecnologia, como Winner (1986), quando se refere à aparente neutralidade da tecnologia, alertando para a nossa maneira de entender a técnica como resultado da produção de ferramentas neutras que podem ser usadas para o bem ou para o mal, sem que paremos para pensar se tais ferramentas podem produzir um conjunto de consequências anteriores a seus pretensos usos. Ainda sobre a neutralidade da tecnologia, Winner (1986) é categórico em sua afirmação de que estaremos cegos se nossa linguagem política e moral referente à tecnologia não considerar o significado dos *designers* e dos arranjos dos artefatos.

Nessa mesma linha de crítica sobre a neutralidade, Thomas (2009, p. 25) argumenta que “As tecnologias são construções sociais da mesma forma que as sociedades são construções tecnológicas”. E acrescenta que as tecnologias não são neutras e podem fazer parte das nossas sociedades democráticas, visto que são resultado de escolhas políticas e sociais.

INTERAÇÃO TECNOLÓGICA, TRABALHO E SER HUMANO

A respeito de interações humanas, especialmente no mundo do trabalho, não se descarta a relação com as novas tecnologias presentes na

modernidade, mas de uma forma diferente das ferramentas geradas para uso artesanal.

Embora as máquinas modernas não dependam do mesmo grau como as ferramentas de artesanato dependem dos operadores humanos, é ainda possível designá-las para tirar vantagens de um ambiente de inteligência humana. Que a integração homem-máquina, penetrando em toda a extensão das capacidades intelectuais e físicas dos trabalhadores, implica formas mais participativas de organização. (FEENBERG, 2003, p. 52)

E Feenberg (2003, p. 56) cita os exemplos das últimas conquistas da técnica para toda a humanidade, ao dizer:

Lutas inesperadas sobre temas como força nuclear, acesso a tratamento experimental para pacientes de Aids e participação do usuário no projeto do computador, lembram-nos que o futuro tecnológico não está, de modo algum, predeterminado. Na proporção em que tais lutas se espalhem, poderemos ter esperança de habitar um futuro bem diferente do que aquele projetado pela crítica essencialista.

Conclui Feenberg (2003) que, nesse futuro, a tecnologia não será um destino que se deva apoiar ou negar, mas um desafio à criatividade política e social.

TECNOLOGIAS DAS MADEIREIRAS, ESTRADA DE FERRO E TRABALHADORES

No período que antecede a presença da estrada de ferro na região Sul do Brasil, a tecnologia da madeira é bem rudimentar, como descreve Carvalho (2010, p. 109):

Antes da década de 1910, época que coincide com a instalação da companhia Lumber no planalto sul-brasileiro, a exploração madeireira da floresta com araucária, com exceção de algumas

poucas serrarias, era apenas destinada a atender necessidades locais de madeira serrada nas colônias ou nas pequenas vilas que existiam no planalto. Muitas vezes as tábuas, vigas e outros tipos de peças de madeira eram extraídos das toras sem o uso de máquinas, com o uso exclusivo da força humana, pelo processo de falquejar a madeira à mão ou cortando as toras com traçadeiras.

Destoando das pequenas serrarias, cujo objetivo era atender as necessidades locais, a Lumber, com tecnologia norte-americana, chega na primeira década do século XX, no Planalto Norte de Santa Catarina, divisa com o sul do Paraná, com o propósito de extrair, beneficiar e exportar a madeira que cresce em abundância às margens da estrada em construção, sendo na época considerada a maior e mais sofisticada empresa do ramo da madeira da América Latina. A Southern Brazil Lumber and Colonization Company é uma das empresas pertencentes ao grupo empresarial de Percival Farquhar, este responsável pela construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (EFSPRG).

Para a produção de madeiras, geralmente integram seus artefatos os instrumentos necessários para a extração e beneficiamento de madeiras, desde as ferramentas mais rudes, como machado, foice, guinchos e motosserras, até os artefatos mais sofisticados de logística e transporte, como tratores, caminhões e trens, os quais adentram as fábricas para cargas e descargas. Sendo que somente a Lumber possuía os artefatos mais sofisticados no início das madeireiras. “Ferrovias privadas conectando os locais onde estavam as imensas toras com a fábrica, além de maquinários de última tecnologia, incluindo poderosos guinchos a vapor para puxar as árvores abatidas” (CARVALHO, 2010, p. 29).

Ressalte-se que a ferrovia, com uma tecnologia de saltar aos olhos de uma população, na época, pouco acostumada ao ronco e à fumaça desse meio de transporte (HARDMAN, 2005), desempenha no desenvolvimento da comunidade regional, sem alterar a estrutura de classes sociais, papéis significativos que reforçam argumentos romantizados de progresso e de

desenvolvimento tecnológico, em sintonia com a visão nacional, positivista de progresso e civilidade da época.

No Estado do Paraná, a concepção romantizada da ferrovia foi igualmente incorporada por um movimento paralelo, associado ao movimento republicano: acontecia no Paraná o “Movimento Paranista” ou “Paranismo” que, além de seguir a tendência nacional da busca da civilidade e do progresso, também visava constituir uma identidade regional ao Estado do Paraná. (MONASTIRSKY, 2006, p. 48)

Para alguns, o desejado progresso se concretizou mesmo. Grande parte das próprias serrarias, no início do século XX, com seus instrumentos necessários ao corte e beneficiamento de madeira, com seu conjunto de artefatos tecnológicos, alguns de pouca sofisticação, com exceção da Lumber Company, que já inicia grande e sofisticada, resulta da presença da estrada de ferro, que também surge na primeira década do referido século.

Na região da araucária, como passaremos a entendê-la, pipocaram serrarias construídas por imigrantes e fazendeiros locais (os coronéis), principalmente a partir de 1910, com a construção de uma ferrovia que viabilizou o escoamento de madeira dos sertões. A princípio essas serrarias eram pequenos estabelecimentos rústicos e que pareciam desprezíveis ante as extensões a perder de vista dos pinheirais. A Lumber era a grande exceção, a grande empresa em meio à floresta. (CARVALHO, 2010, p. 29-30)

Se, por um lado, predominou a pequena indústria de madeira por um bom tempo, carente de tecnologia, depois da construção da estrada de ferro, por outro, a evolução das madeireiras e a possibilidade de exportação passam a exigir mais do que uma estrada de ferro, necessitando mais mão de obra e mais tecnologia. “Esse tipo de serraria, hoje extinto, continuou existindo por muitas décadas, embora cada vez mais a indústria da madeira sulina tenha ao longo do século tenha se aperfeiçoada tecnicamente e aumentado consideravelmente a sua escala de produção” (CARVALHO, 2010, p. 112).

No final do século XX, com exceção da logística de transporte agora por rodovias, o que se pode perceber no interior das fábricas de madeiras é pouca evolução tecnológica que se some à força de trabalho: máquinas elétricas, serras-fitas, carregadeiras, tornos, caldeiras, amperímetros e, em alguns casos, computadores e produtos químicos têm um propósito que não tem a princípio a função de amenizar a força braçal consumida pelos trabalhadores e as longas jornadas, embora apareçam como aliados do trabalhador.

O que se constata é a extinção de postos de trabalho e o aumento da produção, mantendo a mesma estrutura capitalista ou, pior ainda, para quem vive de sua força de trabalho e não se ajusta às máquinas do final do século, a exclusão definitiva, em muitos casos substituído pelas próprias máquinas. É o que, na concepção de Marx (2013b, p. 307), pode-se denominar “trabalho morto”.

Há algo ainda a ser dito sobre e por aqueles que por algum motivo não puderam dominar os artefatos resultantes do desenvolvimento tecnológico e que, no apagar das luzes do século XX, perderam seus postos de trabalho com a decretação de falência generalizada das empresas da madeira, os quais passaram a ser excluídos de novos processos de trabalho no início do século XXI, como define Hobsbawm (1995, p. 298):

[...] as classes operárias acabaram e de maneira muito clara após a década de 1990, tornando-se vítimas das novas tecnologias; sobretudo os homens e mulheres não qualificados das linhas de produção em massa, que podiam ser mais facilmente substituídos por maquinário automatizado.

Portanto, além da crítica que se pode fazer ao desenvolvimento tecnológico da atualidade, que tem se mostrado a serviço das desigualdades sociais, o que se pode notar por meio da redução de antigos postos de trabalho, é preciso também reconhecer que estamos numa época que exige uma disposição coletiva para o enfrentamento dos desafios gerados pelas tecnologias que avançam no século XXI com seus novos artefatos atendendo

uma parcela privilegiada da sociedade, sem considerar as demandas sociais de países periféricos, como no caso do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que novas tecnologias possam contribuir para amenizar o sofrimento do trabalho manual pesado em longas jornadas, ainda que a criação de novos artefatos possa ajudar a salvar vidas em hospitais na cura de doenças como a aids e na solução de vacinas contra uma pandemia como a de covid-19, Harvey (2018) alerta para sua aparente neutralidade e insignificante contribuição para as necessárias transformações de que necessita a aldeia humana universal, caso não venha acompanhada de algumas mudanças como nas relações sociais e nos arranjos institucionais.

As inovações trazem algum conforto, o de imaginar que a máquina moderna, que depende de menos operadores, ameniza a força de trabalho e promete-nos algumas vantagens como reduzir o tempo de trabalho na produção, mas sem aumentar rendimentos e diminuir as longas jornadas, o que leva a algumas perigosas consequências para os trabalhadores, como a perda de postos de trabalho nos mais diversos setores da sociedade, tendo como resultado o aumento e a naturalização do processo de uberização e trabalho digital (ANTUNES, 2020), com jornadas extensas e poucos direitos individuais.

A estrada de ferro que se instala no início do século XX na região de União da Vitória, Paraná, para gerar riqueza e progresso, impacta de alguma forma a vida dos trabalhadores do final desse século e na sua forma de compreender o trabalho.

Este artigo não responde por completo a uma questão de extrema importância para a região de União da Vitória: como os trabalhadores que perdem seus postos de trabalho conseguem se adequar a uma nova atividade laboral e até que ponto suas experiências com o uso de tecnologias das fábricas de madeiras contribuem para acessar novos postos de trabalho?

Entende-se que uma possibilidade de compreender esse fenômeno é ouvir as narrativas dos próprios trabalhadores. Apesar disso, este trabalho permite novas interpretações e a produção de novos estudos em relação ao tema abordado.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. Ensaio sobre as afirmações e a negação do trabalho. 5. ed. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ANTUNES, R. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BATISTA, A. Processos de trabalho: da manufatura à maquinaria moderna. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 118, p. 209-238, abr./jun. 2014.
- CARVALHO, M. M. X. *Uma grande empresa em meio à floresta: a história da devastação da floresta com araucária e a Southern Brazil Lumber Colonization 1870-1970*. 2010. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFSC, Florianópolis, 2010.
- DE MASI, D. *O futuro de trabalho*. Fadiga e ócio na sociedade pós-industrial. 4. ed. Brasília, DF: Editora UnB, 2000.
- FEENBERG, A. Do essencialismo ao construtivismo: a filosofia da tecnologia numa encruzilhada. *UFSCar*, 2003. Disponível em: https://www.sfu.ca/~andrewf/books/Portug_Do_essencialismo_ao_construtivismo.pdf. Acesso em: 30 out. 2019.
- FREITAS, E. Técnica e tecnologia. *Brasil Escola*, [2020]. Disponível em: https://www.google.com/search?q=T%C3%A9cnica+e+tecnologia.+Brasil+Escola%2C&rlz=1C1JZAP_pt-BRBR944BR944&oq=T%C3%A9cnica+e+tecnologia.+Brasil+Escola%2C&aqs=chrome..69i64j5.406j0j9&sourceid=chrome&ie=UTF-8. Acesso em: 13 dez. 2020.

- HARDMAN, F. D. *Trem fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- HARVEY, D. *A loucura da razão econômica: Marx e o capitalismo no século XXI*. Tradução Artur Renzo. São Paulo: Boitempo, 2018.
- HOBBSBAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MARX, K. *A ideologia alemã*. Tradução Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MARX, K. *O capital: crítica da Economia Política*. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2013a. v. I.
- MARX, K. *O Capital: crítica da Economia Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MARX, K. *O capital: livro I*. São Paulo: Boitempo, 2013b.
- MENDONÇA, C. T. M.; OLIVEIRA, P. G.; COSTA, M. L. F. O conceito de tecnologia na concepção de Álvaro Vieira Pinto: contribuições para a educação à distância. *Colloquium Humanarum*, Presidente Prudente, v. 13, n. Especial, jul./dez., p. 315-320, 2016.
- MONASTIRSKY, L. B. *Ferrovia: patrimônio cultural*. Estudos sobre a ferrovia brasileira a partir da região dos Campos Gerais (PR). Florianópolis: UFSC, 2006.
- PINTO, A. V. *O conceito de tecnologia*. Tradução Marcos Cezar de Freitas. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- PINTO, G. A. *A organização do trabalho do século XX: taylorismo, fordismo e toyotismo*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SANTOS, B. de S. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Almedina, 2020.
- SILVA, V. N.; SANTOS, G. R.; DURÃES, S. J. A. Trabalho, dimensões, significados e ampliações do conceito. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Presidente Prudente, v. 12, n. 2, p. 739-754, 2017.

SPENGLER, O. *O homem e a técnica*: contribuição a uma filosofia da vida. Tradução Êrico Veríssimo. Porto Alegre: Meridiano, 1941.

TEIXEIRA FILHO, Francisco Luciano. *A fórmula do valor de troca*: a demonstração formal da sociabilidade do trabalho em o capital de Karl Marx. Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil. emaildolu@hotmail.com. Discus. Filos v.14 n. 22 Manizales jan./junes 2013.

THOMAS, H. E. Tecnologias para inclusão social e políticas públicas na América Latina. In: OTTERLOO, Adalice *et al.* *Tecnologias sociais*: caminhos para a sustentabilidade. Brasília, DF: RTS. p. 25. 2009.

WINNER, L. Do Artifacts Have Politics? In: WINNER, L. *The Whale and the Reactor* – A Search for Limits in Age of High Technology. Chicago: The University of Chicago Press, 1986. p. 19-39.

ECONOMIA DOS SETORES POPULARES: TRABALHO, INSERÇÃO SOCIAL E CIDADANIA

Gabriel Kraychete¹

Vinicius Goncalves²

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo analisar e colocar em evidência, do ponto de vista teórico e prático, as peculiaridades de uma realidade social que se expressa sob a forma de uma economia dos setores populares, e as implicações dessa abordagem conceitual para a proposição de políticas de inserção social pelo trabalho, para além das ações tradicionais voltadas para a integração via emprego assalariado, ou para a formalização dos trabalhadores da economia popular, como se houvesse uma identidade entre a dinâmica dessa economia e a economia empresarial. Em consonância com essa abordagem conceitual, realiza-se um tratamento das informações contidas na base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), objetivando captar, de forma aproximada, a dimensão dessa economia dos setores populares e as suas características nos espaços urbanos.³

¹ Doutor em Políticas Sociais e Cidadania pela Universidade Católica do Salvador (Ucsal), colaborador da Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (Incuba-UFRB).

² Mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

³ O tratamento estatístico aqui utilizado foi originalmente proposto por Kraychete (2018), considerando a base de dados do IBGE (PNAD e PNAD Contínua), e também a Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador (PED-RMS), realizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e pela Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre), em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade).

A análise dessas questões supõe considerar as relações intrínsecas entre trabalho e cidadania e tem por base três pressupostos. O primeiro é a constatação de que o Brasil nunca conheceu os índices de assalariamento das economias capitalistas centrais e não vivenciou uma “sociedade salarial” entendida como o predomínio do emprego assalariado regulado pelo Estado. Historicamente, numa realidade como a brasileira, as condições necessárias à reprodução da vida de milhões de pessoas não são proporcionadas pelo mercado capitalista de trabalho, nem pelas ações de um Estado de Bem-Estar.⁴ Ocorrem por conta dos próprios sujeitos e suas famílias, independentemente do seu caráter de força de trabalho para o capital. O emprego regular assalariado não ultrapassa 40% da população ocupada, e 50% da sua força de trabalho encontra-se fora das normas do trabalho protegido.⁵ Há uma *disjunção entre trabalho e cidadania*.

O segundo pressuposto é que as políticas de inserção social pelo trabalho têm por referência primordial o emprego assalariado organizado – seja como condição de acesso, no caso do seguro-desemprego, seja como referência de destino, no caso das ações de qualificação profissional e intermediação de mão de obra. A partir dos anos 1990, surgem os programas em apoio ao empreendedorismo (microcrédito e incentivo à formalização dos pequenos negócios), que têm por substrato uma corrente segundo a qual o trabalhador é visto como detentor de um capital humano, um empreendedor de si mesmo, a quem caberia implantar o seu trabalho, tendo a si próprio como sua melhor mercadoria.⁶ Dada a centralidade da empresa capitalista

⁴ A versão brasileira dos direitos sociais ocorre apenas a partir de 1930, quando foi criada a legislação que estabelecia os direitos trabalhistas restritos aos assalariados urbanos, num país essencialmente rural. Só quase 100 anos após a abolição e Proclamação da República, a sociedade brasileira completou as bases institucionais da cidadania social com a Constituição de 1988, reconhecendo a condição de trabalhador a todos que desenvolviam atividades fora da relação de trabalho assalariada. Essa conquista se dá tardiamente, quando o regime de bem-estar começa a sofrer reestruturações nas sociedades do capitalismo avançado (IVO, 2008b).

⁵ Considera-se como trabalho desprotegido o somatório dos empregados sem carteira, domésticos sem carteira, conta própria não contribuinte, trabalhadores não remunerados, produção para próprio consumo, construção para próprio uso e não remunerados.

⁶ Para esta corrente cada “indivíduo é uma empresa que deve se gerir e um capital que deve se fazer frutificar” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 7).

e do emprego assalariado como categoria de análise, as demais relações de trabalho são invariavelmente catalogadas com a denominação genérica de trabalho informal.⁷ Na primeira década dos anos 2000, como resultado das lutas sociais, institucionalizam-se, ainda que de forma nitidamente residual e periférica,⁸ programas em apoio à economia solidária, expressando uma contratendência crítica às políticas de inserção social pelo trabalho.⁹

O terceiro pressuposto, que decorre dos anteriores, é que, numa sociedade como a brasileira, as análises do mundo do trabalho centradas no emprego assalariado regular não captam ou mantêm na penumbra, como uma face oculta e indefinida desse nosso capitalismo, as singularidades do trabalho e da vida cotidiana de milhões de pessoas, que parecem compeli-das, do ponto de vista analítico, ao limbo das relações sociais. Termos como trabalho informal ou empreendedorismo mais escondem do que revelam uma realidade que se pretende compreender e transformar.¹⁰ *Há uma desconexão entre as categorias de análise e a dinâmica efetiva da organização do trabalho dos agentes dos setores populares*. Ou, dito de outra forma, as categorias de análise ofuscam ou restringem o entendimento dessa realidade, estabelecendo, no âmbito conceitual, um limbo de relações sociais existentes, mas não reconhecidas. As categorias de análise, por sua vez, retroagem sobre as estruturas, influenciando-as (IVO, 2008a). Repõem-se, assim, do ponto de vista analítico, as condições que reproduzem a disjunção

⁷ A conceituação do informal assemelha-se mais a uma descrição ou justaposição de atividades ou situações envolvendo um conglomerado que não responde a nenhuma lógica específica (CORAGGIO, 1998). Seriam igualmente informais o trabalhador da economia popular urbana, diferentes modalidades de trabalho associativo, o trabalho dos assalariados sem carteira, as atividades das empresas que burlam a legislação trabalhista ou tributária, além de atividades consideradas ilícitas à luz do código penal (CACCIAMALI, 1994, 2000). Apesar das várias críticas que recebe, a categoria de trabalho informal permanece sendo recorrentemente utilizada, de forma ambígua, ao lado de termos como setor informal, economia informal e mercado informal, o que torna o seu entendimento ainda mais impreciso.

⁸ Cf. Schiochet (2012).

⁹ A partir de 2003, sobretudo com a implantação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego. Em 2016, a Senaes foi extinta.

¹⁰ Para uma análise crítica dessas categorias, ver Kraychete (2016).

entre cidadania e trabalho, ou que restringem a “universalização de uma cidadania embasada nos direitos sociais do trabalhador”.¹¹

O artigo está estruturado em torno de três questões básicas: i) o que se entende por economia dos setores populares e qual a sua dinâmica peculiar; ii) qual a dimensão dessa economia; e iii) quais as características das ocupações e o perfil dos seus trabalhadores nos espaços urbano.

ECONOMIA DOS SETORES POPULARES E SUA DINÂMICA PECULIAR: O TRABALHO PARA ALÉM DA NORMA SALARIAL

A base teórica e a percepção da lógica peculiar da economia dos setores populares têm por referência as interpretações de Fernand Braudel (1985, 1996) sobre economia de mercado e capitalismo; os estudos de Milton Santos (2004) sobre o circuito inferior da economia; as análises de José Luís Coraggio (1998, 2000) sobre a economia do trabalho; o estudo de Paul Singer (1970) sobre a natureza do emprego em países não desenvolvidos e as noções de Razeto (1993) e Razeto et al. (1983) sobre as diferentes expressões da economia popular.

Por *economia dos setores populares*, entende-se as atividades que possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos (monetários ou não) destinados a prover e repor os meios de vida e na utilização de recursos humanos próprios, agregando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão de capital.¹² Essa economia dos setores populares abrange tanto as atividades realizadas de forma individual ou

¹¹ Esta expressão é utilizada por Marques-Pereira (1998, p. 334) referindo-se à especificidade do capitalismo latino-americano, que se enraíza nos limites à universalização dos direitos de cidadania social.

¹² O capital aqui entendido não como um estoque de recursos, mas como uma relação social, determinada pela transformação da força de trabalho em mercadoria (MARX, 1971).

familiar¹³ e as diferentes modalidades de trabalho associativo,¹⁴ formalizadas ou não, também denominadas empreendimentos econômicos solidários (KRAYCHETE, 2000).

Conceitos típicos da economia capitalista, como salário e lucro, perdem o seu significado, pois não expressam as relações sociais de produção que caracterizam essa economia dos setores populares. Não ocorre a mercantilização da força de trabalho. Os trabalhadores dessa economia produzem mercadorias, mas a sua força de trabalho não se constitui numa mercadoria. Vendem as mercadorias que produzem, mas não vendem a sua força de trabalho. Ou seja, temos a *produção de mercadorias por uma não mercadoria* (KRAYCHETE, 2001). Em outros termos, quando falamos em economia dos setores populares, estamos falando de trabalho e trabalhadores e não da relação emprego assalariado e capital. Essa designação pretende expressar um conjunto heterogêneo de atividades, tal como elas existem, sem idealizar os diferentes valores e práticas que lhes são concernentes (CORAGGIO, 2000; SANTOS, 2004). Não se trata, portanto, de adjetivar essa economia, mas de reconhecer que os atores que a compõem e que a movem são essencialmente populares.¹⁵ Não exclui, mas pressupõe o mer-

¹³ Singer (1970) define o “Setor Autônomo” como sendo aquele composto por empreendimentos individuais cujo produto se destina ao mercado (em contraposição ao “Setor de Subsistência”), mas não empregam trabalho assalariado, ocupando apenas seus donos e eventualmente membros da família.

¹⁴ No campo, essa relação é facilmente percebida pela vinculação entre a produção feita por agricultores familiares e o trabalho associativo de beneficiamento ou comercialização da produção. Em geral, o trabalho associativo é uma atividade não agrícola, de comercialização ou beneficiamento da produção feita individualmente por cada unidade da agricultura familiar. Nas cidades, entretanto, o trabalho individual ou familiar, no âmbito da economia popular urbana, usualmente é classificado pela negatividade do trabalho informal, em oposição aos empreendimentos associativos.

¹⁵ Razeto (1993) utiliza o termo “economia popular”, considerando que as formas e os setores econômicos devem ser identificados pelos sujeitos que o compõem, que, neste caso, são os grupos sociais mais pobres, usualmente identificados como “populares”. Para Razeto, a economia popular não se explica como um fenômeno conjuntural ou passageiro, mas expressa causas estruturais. Nesses termos, não pode ser explicada como “estratégias de sobrevivência” desenvolvidas pelos setores sociais marginalizados decorrentes de políticas de livre-mercado. Se assim fosse, o seu crescimento seria revertido por processos de modernização que ampliassem os postos de trabalho formais.

cado, e a sua existência na história se elucida pelo que há de peculiar em nosso capitalismo.

Diferentemente da empresa capitalista que – na busca do lucro, da competitividade e da produtividade – dispensa trabalhadores, a racionalidade econômica dos empreendimentos populares está subordinada às necessidades *da reprodução da vida da unidade familiar* (CORAGGIO, 1998). A referência para a sua compreensão e análise, como indicado por Coraggio, não é a micro ou pequena empresa, mas a unidade domiciliar. Um censo econômico, por exemplo, não capta o trabalho de mulheres que, dentro de casa, produzem e vendem alimentos, produtos de limpeza ou confecções. Nessas circunstâncias, a visão convencional da economia tem pouca utilidade.

Diferentemente do que ensinam os manuais de administração e economia, os trabalhadores da economia dos setores populares não separam o dinheiro do negócio das despesas domésticas. Na gestão cotidiana do negócio, um trabalhador não separa o uso do açúcar comprado para fazer o alimento que produz para vender do açúcar que usa no café da manhã da família. O mesmo açúcar é, simultaneamente, um custo variável para o negócio e um bem de consumo para a família. Da mesma forma, para muitos empreendimentos da economia dos setores populares, os bens de consumo duráveis representam instrumentos e meios de trabalho. É o caso, por exemplo, do fogão e da geladeira para um grande número de mulheres que, dentro de casa, produzem e vendem alimentos. Investimento produtivo, receitas, custos e consumo familiar estão misturados e voltados para a garantia da reprodução familiar. Esta realidade não é compreendida por modelos de contabilidade ou do cálculo econômico convencional. Não há como tratar tais empreendimentos como se fossem micro ou médias empresas tradicionais.

Nos termos de Braudel (1985),¹⁶ pode-se afirmar que os trabalhadores que ganham o sustento no âmbito dessa economia estão inseridos em pleno mundo do mercado e do cálculo econômico, por mais simples e

¹⁶ Braudel faz a distinção entre economia de mercado e capitalismo.

modestos que sejam estes cálculos, mas excluídos de direitos, sobretudo nos espaços urbanos, que podem ser acessados por meio do trabalho assalariado (aposentadoria, seguro-desemprego, auxílio-doença, licença-maternidade etc.). Além disso, não usufruem dos conhecimentos e serviços públicos de apoio e fomento, que, usualmente, têm por referência as empresas tradicionais (assistência técnica, crédito, qualificação, legislação etc.). Nestes termos, esses trabalhadores da economia dos setores populares têm acesso a direitos sociais universais como educação e saúde, mas um acesso restrito a direitos econômicos e previdenciários.

DIMENSÃO DA ECONOMIA DOS SETORES POPULARES

No Brasil, cerca de 89% da população ocupada concentra-se nos espaços urbanos. A economia dos setores populares está presente em todo o território nacional, somando, em 2020, mais de 22 milhões de trabalhadores, correspondendo a cerca de 24% do total da população ocupada. Essa economia também possui uma feição predominantemente urbana, com 82% dos seus trabalhadores concentrando-se nos espaços urbanos, configurando uma economia popular urbana.¹⁷

¹⁷ Para estimar o trabalhador da economia popular urbana, com base nos microdados da PNAD, tomou-se como recorte a definição da população urbana adotada pelo IBGE e delimitou-se a PEA e a população ocupada por posição na ocupação. A partir desse recorte, delimitou-se o que a PNAD classifica como “ocupado por conta própria”, e excluiu-se desse conjunto o segmento que agrupa os profissionais liberais, conforme as designações da Classificação Brasileira de Ocupações Domiciliares, utilizada pelo IBGE (KRAYCHETE, 2018).

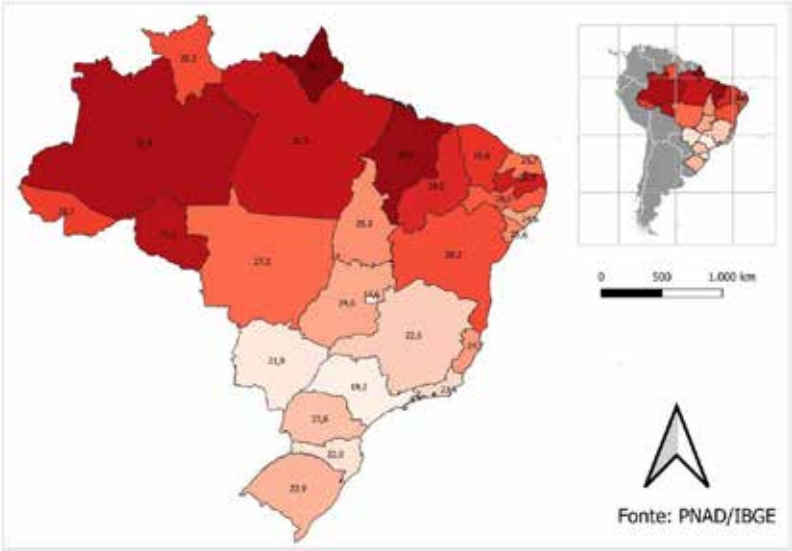
Tabela 1 – População ocupada e trabalhador da economia dos setores populares no Brasil em 2020.

População ocupada	Total		Urbana		Rural	
	N	%	N	%	N	%
Total	92.223.395	100,0	81.742.300	88,6%	10.481.095	11,4%
Economia popular	22.055.832	100,0	18.083.724	82,0%	3.972.108	18,0%

Fonte: IBGE (2020).

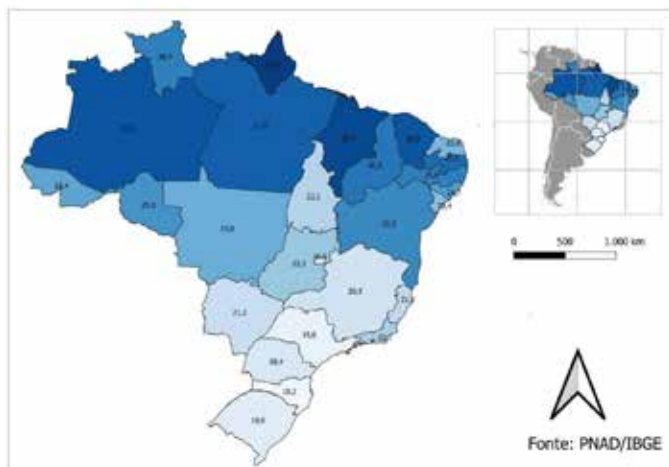
Essa economia dos setores populares tem uma presença mais forte nas regiões Norte e Nordeste, abrangendo, em alguns estados, mais de 30% da população ocupada, a exemplo do Maranhão (33%) e do Pará (31,5%). Nos espaços urbanos, a economia dos setores populares envolve mais de 18 milhões de trabalhadores, correspondendo a cerca de 22% da população ocupada urbana. Esse percentual é um pouco menor na região Sul e mais elevado nas regiões Norte e Nordeste (Figura 2). Os trabalhadores da economia dos setores populares têm, em termos relativos, uma presença marcante nos espaços rurais, onde correspondem a quase 38% da população ocupada. No Sul do país, esse percentual é mais elevado, chegando a 47% da população ocupada no meio rural nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul, refletindo a forte presença dos agricultores familiares na economia dos setores populares nessa região (Figura 3).

Figura 1 – Participação da economia dos setores populares na população ocupada por estado no Brasil em 2020 (em %).



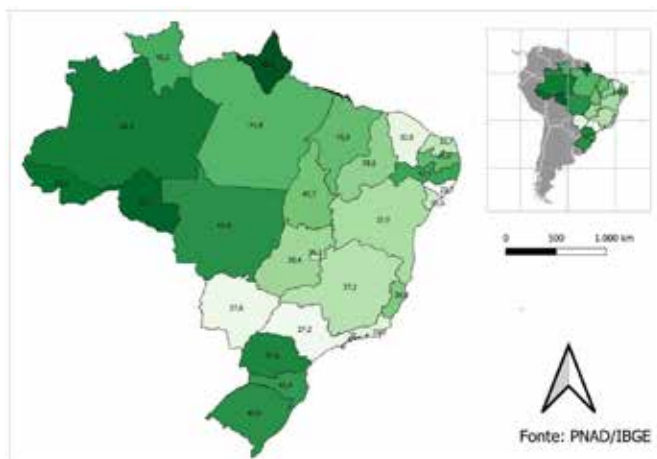
Fonte: IBGE (2020).

Figura 2 – Participação da economia popular urbana na população ocupada urbana por estado no Brasil em 2020 (em %).



Fonte: IBGE (2020).

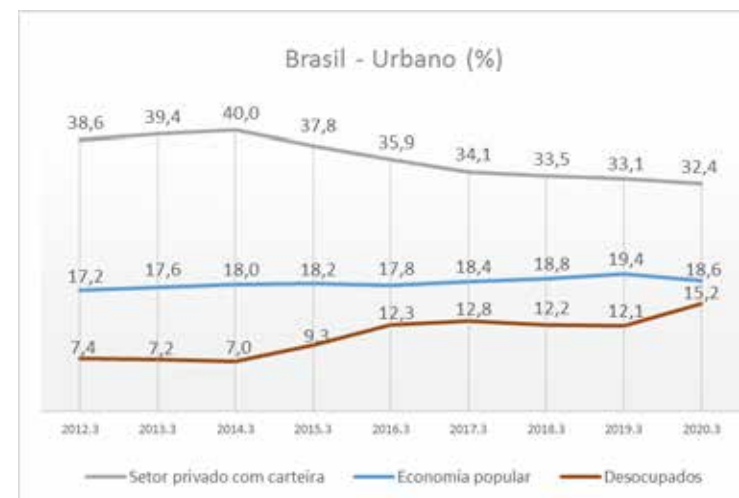
Figura 3 – Participação da economia popular rural na população ocupada rural por estado no Brasil em 2020 (em %).



Fonte: IBGE (2020).

Os dados da PNAD ilustram a magnitude e o caráter estrutural da economia dos setores populares nos espaços urbanos. No início dos anos 2000 até 2013, ocorre uma elevação do emprego regular assalariado, que atinge o seu mais alto nível, após um movimento inverso na década anterior. No Brasil urbano, os assalariados com carteira passam, naquele período, de 34% para pouco mais de 40% da população ocupada. Os dados da PNAD Contínua (Figura 4), para o período 2012 a 2020, mostram uma redução do emprego assalariado com carteira, que cai para cerca de 32% da população ocupada. Nesse período, há um grande aumento do desemprego. Entretanto, os trabalhadores da economia popular urbana permanecem praticamente estáveis ao longo de todo o tempo, em torno de 18,5% da PEA, independentemente do período de crescimento ou de queda da atividade econômica (Figura 4).

Figura 4 – Participação na população ocupada dos empregados com carteira e trabalhadores da economia popular urbana no Brasil urbano de 2012 a 2020 (em %).



Fonte: IBGE (2020).

Estes dados revelam o caráter mais permanente da economia popular urbana. Ao contrário do que acreditavam as análises desenvolvimentistas, na década de 1970, a expansão capitalista foi incapaz de superar esse contingente de trabalhadores por meio da sua inclusão em relações de assalariamento. Cinco décadas depois, mantém-se, em termos relativos, o número de trabalhadores imersos num “circuito inferior” da economia do qual já falava Milton Santos (2004). Não foram incluídos com a transição do trabalho escravo para o trabalho livre,¹⁸ nem com o ciclo de expansão industrial de 1930-1980. E não há razão para supor que será diferente nos tempos que correm.

Por sua magnitude e caráter estrutural, a existência dessas formas de trabalho já não pode ser explicada como um fenômeno residual, transitório, ou como um subproduto de um período de crise a ser superado pelo crescimento econômico. São modalidades de trabalho que permaneceram nas fímbrias das relações sociais. Antes, porque ainda não haviam sido integradas à expansão das relações de assalariamento e, agora, porque se reproduzem com a própria expansão dos setores modernos, ou apesar desta expansão. A sua permanência não se define pela condição de reserva ou desempregados para o capital, mas expressa uma matriz de desigualdade e pobreza que se reproduz ao longo da história.¹⁹ Não é um fenômeno atual.²⁰ Não resulta da trajetória mais recente da precarização do trabalho por perdas de direitos, vivenciada pelo atual processo de desestabilização da sociedade salarial (CASTEL, 1998, 2013).²¹ Trata-se de um contingente

¹⁸ Ver, a respeito Cardoso (2010).

¹⁹ Esta proposição inspira-se na análise de Delgado (2004) sobre a natureza de um setor de subsistência, entendido como o conjunto das atividades econômicas e relações de trabalho não reguladas pelo contrato monetário de trabalho e sem ter por objetivo primordial a produção de mercadorias, que perpassa pela economia colonial, pela transição para o trabalho livre e se reproduz com a industrialização e urbanização pós 1930. Nas cidades, com características próprias, também se reproduz um grande contingente de trabalhadores não integrado ao contrato assalariado.

²⁰ “O homem livre e pobre é um personagem do Brasil colonial” (LESSA, 2000, p. 11).

²¹ A reestruturação e o desenvolvimento tecnológico atual que produzem a crise da “sociedade salarial”, atingindo o núcleo do trabalho protegido, agravam dramaticamente, no Brasil, as condições de inserção na precariedade.

permanente, que vem se recriando para além das conjunturas de crise ou de expansão da economia, configurando uma economia popular urbana, que antecede, se reproduz e se refaz com e *para além da norma salarial*.

PERFIL DOS TRABALHADORES DA ECONOMIA POPULAR URBANA

Busca-se, neste item, identificar, no âmbito da economia dos setores populares, as características das ocupações e o perfil dos seus trabalhadores, que desenvolvem atividades de forma individual ou familiar nos espaços urbanos, aqui denominados de trabalhadores da economia popular urbana.²²

Diferentemente do que sugere o senso comum, as atividades realizadas pelos trabalhadores da economia popular urbana não são eventuais, passageiras ou circunstanciais, mas atividades permanentes: 52% desses trabalhadores exercem a mesma atividade há mais de cinco anos, percentual superior ao tempo de permanência no trabalho principal apresentado pelo conjunto da população ocupada, revelando o caráter mais estrutural do segmento.²³

²² Embora, do ponto de vista conceitual adotado neste artigo, os agricultores familiares integrem a economia dos setores populares, já existem estatísticas específicas que captam o perfil desses trabalhadores. O IBGE, tomando por referência o conceito de “agricultura familiar”, realizou uma delimitação estatística desta a partir das informações do Censo Agropecuário (2006). Da mesma forma, o mapeamento realizado pela Senaes fornece um perfil dos empreendimentos da economia solidária. O tratamento estatístico aqui apresentado, portanto, restringe-se ao trabalho individual ou familiar realizado no âmbito da economia dos setores populares, e às características desse trabalho nos espaços urbanos.

²³ Observe-se que esses dados diferem da situação das microempresas, das quais, conforme dados do Sebrae (2016), metade não consegue ultrapassar os dois primeiros anos de existência.

Tabela 2 – Trabalhadores da economia popular urbana e total da população ocupada por tempo de permanência no trabalho principal no Brasil em 2020 (em %).

Faixa de tempo	Economia popular	População ocupada
0 a 1 ano	26,8	29,8
2 a 4 anos	21,1	22,2
5 a 7 anos	12,1	12,7
8 a 10 anos	11,6	10,5
11 anos ou mais	28,4	24,8
Total	100,0	100,0

Fonte: IBGE (2020).

Quando comparados com o conjunto da população ocupada, os trabalhadores da economia popular urbana concentram-se nos estratos inferiores de renda. Cerca de 47% situam-se no estrato de renda de até um salário mínimo. Para o conjunto dos trabalhadores ocupados, esse percentual é de 29%.

Tabela 3 – População ocupada, empregados e trabalhador da economia popular por faixa de renda (salário mínimo) no Brasil urbano em 2020 (em %).

Categorias de análise	Faixas de renda (salário mínimo)							
	Até ½	+ de ½ a 1	+ 1 a 2	+ de 2 a 3	+ de 3 a 5	+ de 5 a 10	+ de 10	TOTAL
População ocupada	8,0	21,0	39,0	14,0	10,0	6,0	3,0	100,0
Setor privado com carteira	0,0	16,0	53,0	15,0	8,0	4,0	2,0	100,0
Setor privado sem carteira	16,0	38,0	31,0	6,0	4,0	3,0	2,0	100,0
Economia popular	20,0	27,0	33,0	11,0	6,0	2,0	(Continua) 0,0	100,0
Contribuinte	6,0	19,0	39,0	19,0	12,0	4,0	1,0	100,0
Não contribuinte	26,0	31,0	31,0	8,0	3,0	1,0	0,0	100,0

Fonte: IBGE (2020).

A grande maioria (71%) não contribui para a Previdência Social, vivenciando uma situação de incerteza sobre o dia de amanhã e uma permanente insegurança diante de doenças ou acidentes que interrompam o seu trabalho.

Agregando os trabalhadores da economia popular urbana conforme a Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares, utilizada pelo IBGE, é possível ter uma percepção aproximada dos ofícios exercidos por esses trabalhadores. Diferentemente do que usualmente se pensa, estão presentes em diferentes atividades, abrangendo o comércio, construção civil, produção de alimentos, de confecções, serviços de beleza, de transporte de carga etc. Embora o vendedor ambulante apareça como uma manifestação

mais facilmente visível, ele representa apenas uma pequena parte da economia popular urbana.

Cerca de 63% dos trabalhadores da economia popular urbana possuem uma jornada de trabalho superior a 40 horas semanais (Tabela 4). Esses dados reforçam a ideia de que as atividades realizadas por esses trabalhadores constituem-se num meio essencial para a sustentação de suas vidas. Não são trabalhos fortuitos, realizados nas horas vagas.

Tabela 4 – Horas semanais trabalhadas por categorias selecionadas no Brasil urbano em 2020 (em %).

Categorias de análise	Faixas de horas semanais trabalhadas					
	Até 14 horas	15 a 39 horas	40 a 44 horas	45 a 48 horas	49 horas ou mais	Total
População ocupada	3,0	22,0	56,0	9,0	9,0	100,0
Setor privado com carteira	0,0	10,0	72,0	13,0	5,0	100,0
Setor privado sem carteira	4,0	28,0	48,0	10,0	10,0	100,0
Economia popular	7,0	30,0	39,0	9,0	16,0	100,0

Fonte: IBGE (2020).

O local de trabalho, para uma parcela expressiva dos trabalhadores da economia popular urbana (cerca de 31% do total), é o próprio domicílio. No caso das mulheres, essa coincidência entre residência e local de trabalho é muito maior (cerca de 63%).

Tabela 5 – Trabalhador da economia popular urbana por local de trabalho, segundo o sexo, no Brasil em 2020 (em %).

Local de trabalho	Total	Homens	Mulheres
	%	%	%
Em estabelecimento de outro negócio/ empresa	0,6	0,6	0,4
Em local designado pelo empregador, cliente ou freguês	41,5	51,8	21,4
Em domicílio de empregador ou freguês	3,7	3,4	4,3
No domicílio de residência, em local exclusivo para o desempenho da atividade	12,8	6,9	24,2
No domicílio de residência, sem local exclusivo para o desempenho da atividade	18,0	7,5	38,6
Em veículo automotor	13,3	19,5	1,3
Em via ou área pública	9,4	9,7	9,0
Em outro local	0,7	0,6	0,8
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE (2020).

No que se refere às características pessoais (Tabela 6), as mulheres representam 35,2% dos trabalhadores da economia popular urbana, e 56,6% são pretos e pardos, percentual pouco superior ao apresentado para o conjunto da população ocupada. Cerca de 49% possuem mais de 45 anos de idade. Assim, ao contrário do que usualmente se supõe, a maior parte dos trabalhadores da economia popular urbana situa-se em faixas etárias mais avançadas (74% possuem mais de 35 anos), evidenciando que não se trata de um trabalho típico ou circunstancial, realizado por quem ainda é jovem, enquanto aguarda a oportunidade de se inserir no mercado de trabalho como assalariado. O grau de escolaridade dos trabalhadores da economia popular urbana é bem inferior ao apresentado pelo conjunto da população ocupada. Mais de 40% possuem, no máximo, o ensino fundamental. O baixo grau de escolaridade, somado à faixa etária desses trabalhadores, indica que, em sua maior parte, apresentam uma chance muito reduzida de serem absorvidos pelo emprego regular assalariado.

Tabela 6 – Características pessoais dos trabalhadores da economia popular urbana e da população ocupada no Brasil em 2020 (em %).

(Continua)

Características pessoais	Trabalhador da economia popular urbana (%)	População ocupada (%)
Raça ou cor		
Pretos e pardos	56,6	51,6
Branços	42,4	47,2
Amarelos	0,6	0,9
Indígenas	0,3	0,3
Sexo		
Masculino	64,8	55,5
Feminino	35,2	44,5
Idade		
14 a 18	1,0	1,7
19 a 23	4,9	7,9

(Conclusão)

24 a 34	19,9	25,2
35 a 44	25,4	27,1
45 a 49	12,5	11,6
50 e mais	36,2	26,5
Escolaridade		
Sem escolaridade a menos de 1 ano	2,1	1,1
Fundamental incompleto	27,9	16,9
Fundamental completo	10,2	7,1
Médio incompleto	7,4	5,7
Médio completo	36,7	35,2
Superior incompleto	5,1	7,0
Superior completo	10,6	26,9

Fonte: IBGE (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise conceitual da economia dos setores populares contribui para desvelar problemas contemporâneos do trabalho, sobretudo nos espaços urbanos, com implicações práticas para a proposição de políticas de inserção social pelo trabalho. Se, como afirma Castel (2012), a sociedade salarial se configura quando as prerrogativas relacionadas ao trabalho assalariado passam a cobrir os principais riscos sociais, e a possibilidade dessa generalização reside na generalização do próprio trabalho assalariado, o Brasil, na segunda década do século XXI, apresenta um quadro em que a reprodução da vida de parcelas significativas da população ocorre para além da norma da sociedade salarial. Não se trata de um contingente que será engatado ao emprego regular assalariado como um resultado linear do crescimento econômico. Também seria um despropósito teórico e prático

incluir esses trabalhadores nas estatísticas utilizadas para demonstrar que o “Brasil é o país do empreendedorismo”. Historicamente, os trabalhadores da economia popular urbana vivenciam situações marcadas pela privação e carência de direitos. *Trabalho e cidadania não se associam*. Não há liberdade se as escolhas são movidas pela privação²⁴ (SEN, 2000). Assim, para além das políticas tradicionais de integração via emprego regular assalariado ou em apoio ao denominado empreendedorismo, há de se ter políticas de inserção social especificamente orientadas para a economia dos setores populares, considerando a dinâmica peculiar dessa economia.

A abordagem conceitual da economia dos setores populares ao reunir, sob a mesma denominação, o trabalho realizado de forma individual ou familiar e os empreendimentos associativos, que usualmente caminham separados nas análises predominantes, inclusive nas definições que embasam as políticas institucionais em apoio à economia solidária, contribui para a percepção de uma realidade social que abrange, numa mesma dinâmica peculiar, um contingente de trabalhadores bem mais extenso do que aquele circunscrito aos empreendimentos econômicos associativos. O mapeamento realizado pela Senaes identificou a existência, no Brasil, de 19.708 empreendimentos da economia solidária, reunindo cerca de 1,4 milhão de trabalhadores, localizados, majoritariamente, na área rural. Esses dados revelam a dificuldade de os empreendimentos associativos constituírem-se numa alternativa de inserção para os milhões de desempregados e 18 milhões de trabalhadores da economia popular urbana. Assim, pensar a inserção social pelo trabalho no âmbito da economia solidária é

²⁴ A pesquisa sobre o “microempreendedorismo”, promovida pelo Sebrae-RJ em domicílios nas favelas, revela que se trata de uma ocupação que resulta mais de um quadro de carências e necessidades do que do aproveitamento de uma oportunidade por si mesma. Cerca de 64% dos trabalhadores por conta própria abriram o seu negócio por necessidade e esse percentual alcança 69% quando esse trabalhador por conta própria é do sexo feminino (SEBRAE, 2014).

pensar o popular,²⁵ abrangendo, simultaneamente, numa mesma política, os empreendimentos associativos e os trabalhadores da economia popular urbana. A proposição aqui contida é que políticas de inserção que promovam uma mudança de qualidade da economia dos setores populares não se contrapõem, mas favorecem o desenvolvimento dos empreendimentos associativos populares.

REFERÊNCIAS

- BRAUDEL, F. *A dinâmica do capitalismo*. Lisboa: Editorial Teorema, 1985.
- BRAUDEL, F. *O tempo do mundo*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- CACCIAMALI, M. C. A economia informal 20 anos depois. *Revista Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, n. 4, p. 217-232, 1994.
- CACCIAMALI, M. C. Globalização e processo de informalidade. *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, n. 14, p. 153-174, jun. 2000.
- CARDOSO, A. *A construção da sociedade do trabalho no Brasil*. Uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. *E-book*.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social*. Uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTEL, R. *El ascenso de las incertidumbres*. Trabajo, protecciones, estatuto del individuo. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012.
- CASTEL, R. As transformações da questão social. In: BELFIORE, W. M.; YAZBEK, M. C.; BÓGUS, L. (Orgs). *Desigualdade e questão social*. São Paulo: EDUC, p. 283-312, 2013.

²⁵ Em geral, os trabalhadores que integram os empreendimentos associativos não são os que possuem um emprego regular assalariado, mas os que ganham o seu sustento por meio do trabalho individual ou familiar no âmbito da economia dos setores populares. Convém lembrar, também, que os clientes dos bancos comunitários são trabalhadores da economia dos setores populares.

CCORAGGIO, J. L. *Economia urbana: la perspectiva popular*. Quito: Propuestas, 1998.

CORAGGIO, J. L. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, G. (Org.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE - UCSAL, p. 91-132, 2000.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo*. Ensaio sobre sociedade neoliberal. Boitempo, 2016. *E-book*.

DELGADO, G. O setor de subsistência na economia e na sociedade brasileira: gênese histórica, reprodução e configuração contemporânea. In: RAMALHO, J. P.; ARROCHELLAS, M. H. (org.). *Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil*. São Paulo: Cortez; Petrópolis: CAAL, p. 45-75, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) 1992 a 2015*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: jan. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD – Contínua) 2012 a 2020*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: jan. 2020.

IVO, A. B. L. *Sociologia, modernidade e questão social*. 2008. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008a.

IVO, A. B. L. *Viver por um fio*. Pobreza e política social. São Paulo: Annablume; Salvador: CRH; UFBA, 2008b.

KRAYCHETE, G. (org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE-UCSAL, 2000.

KRAYCHETE, G. A produção de mercadorias por não mercadorias. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 1, p. 85-92, 2001.

KRAYCHETE, G. Categorias de análise do mundo do trabalho e dinâmica da economia dos setores populares: aderências e disjunções. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 239, p. 892-910, set./dez. 2016.

KRAYCHETE, G. *Economia dos setores populares e inserção social pelo trabalho: a reprodução da vida para além da norma salarial*. 2018.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Política Social e Cidadania da Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2018.

LESSA, C. Os ovos da serpente. In: BURSZTYN, M. (org.) *No meio da rua: nômades, excluídos, viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. p. 11-18.

MARQUES-PEREIRA, J. Trabalho, cidadania e eficiência da regulação econômica: uma comparação Europa/América Latina. In: THÉRET, B.; BRAGA, J. C. de S. *Regulação Econômica e Globalização*. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, p.322-350,1998. Disponível em [www.http://rodrigocantu.weebly.com/uploads/2/3/0/7/23070264/marques-pereira_1998_trabalho_cidadania_e_eficiencia_da_regulacao_economica2.pdf](http://rodrigocantu.weebly.com/uploads/2/3/0/7/23070264/marques-pereira_1998_trabalho_cidadania_e_eficiencia_da_regulacao_economica2.pdf). Acesso em: 3 out. 2016.

MARX, K. *O capital: livro I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. v. 2.

RAMALHO, J. R.; SANTANA, M. A. *Sociologia do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

RAZETO, L. *De la Economía Popular a la Economía de Solidaridad en un Proyecto de Desarrollo Alternativo*. Ciudad de México: Instituto Mexicano de Doctrina Social Cristiana, 1993.

RAZETO, L. *et al. Las Organizaciones Económicas Populares*. Santiago: Ediciones PET, 1983.

SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SCHIOCHET, V. A experiência da Secretaria Nacional de Economia Solidária: um breve relato. In: LIANZA, S.; HENRIQUES, F. C. (org.)

A economia solidária na América Latina: realidades nacionais e políticas públicas. Rio de Janeiro: Pró Reitoria de Extensão UFRJ, p. 55-62, 2012.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade.* São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). *Perfil do Microempreendedor Individual 2013.* Brasília, DF: Sebrae, 2014. Série Estudos e Pesquisas Disponível em: https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/ebb82ea6cddbacde43591ec5b7302141/%24File/4582.pdf. Acesso em: 8 maio 2018.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). *Sobrevivência das empresas no Brasil.* Brasília, DF: Sebrae, 2016. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/sobrevivencia-das-empresas-no-brasil-relatorio-2016.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2018.

SILVA, S. P.; CARNEIRO, L. M. Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Relatório de pesquisa.* Brasília, DF: Ipea, 2016. Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP_Os%20Novos%20dados%20do%20mapeamento%20de%20economia%20solid%C3%A1ria%20no%20Brasil_2016.pdf. Acesso em: 27 abr. 2018.

SINGER, P. Elementos para uma teoria de emprego aplicável a países não desenvolvidos. *Cadernos CEBRAP*, São Paulo, n. 18, 1970. Disponível em http://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/index.php?r=acervos/busca&keyword=paul+singer&Arquivos_page=2. Acesso em: 20 abr. 2017.

(AUTO)GESTÃO, COMERCIALIZAÇÃO E EMPREENDEDORISMO NA ESS

AUTO (GESTIÓN) Y COMERCIALIZACIÓN VÍA ECONOMÍA SOCIAL Y SOLIDARIA EN UN MUNDO POST-COVID 19: RETOS PARA BRASIL

Rosinele da Silva de Oliveira¹

José Daniel Gómez López²

INTRODUCCIÓN

Existe un amplio consenso sobre que la innovación social es un fenómeno necesario para contribuir a resolver los retos sociales de carácter complejo y multidimensional que han proliferado en las últimas décadas. Sin embargo, y aunque la innovación social ha ido ganando peso, no hay un acuerdo general sobre qué es, ni se conocen a profundidad todos los factores que determinan su aparición en un territorio. No es infrecuente que dicho término se asocie directamente a la generación de nuevas tecnologías.

La comprensión de las actividades de innovación y de su impacto económico ha sido objeto de estudio en numerosas investigaciones a lo largo de las últimas décadas. De hecho, existe una creciente literatura que trata dicha cuestión y que no la ha logrado comprender de una forma totalmente eficiente e integradora. Las deficiencias a la hora de abordar el concepto de innovación se derivan, principalmente, de la existencia de los tipos muy diversos de ésta.

En la Amazonía, específicamente en el Brasil, existe la creación de mercados institucionales que tienen entre sus objetivos combatir algunos retos sociales como el hambre y la pobreza en el ámbito local (mediante la

¹ PhD en Administración. Email: rosioliveira.adm@gmail.com

² PhD en Geografía. Email: jd.gomez@ua.es

suministración de la alimentación escolar y fortaleciendo la agricultura familiar, respectivamente). Esos mercados institucionales tienen una lógica que diverge frontalmente de la lógica de mercados tradicionales y son dirigidos al segmento de la agricultura familiar que, según Cazella, Bonnal y Maluf (2009), tiene una multifuncionalidad – económica, ambiental, social y de seguridad alimentaria – considerada de carácter estratégico para el país.

El presente trabajo nace del convencimiento de la necesidad de discutir la naturaleza diferenciada del mercado institucional que en sí mismo es una innovación social enfocada a la agricultura familiar en la Amazonía brasileña. Esa necesidad está sustentada en el intento de comprender cuál es la variable considerada de mayor potencial para que el diseño de dicha innovación sea proficuo en la práctica.

OBJETIVO

Analizar la innovación social mientras la creación del mercado institucional, específicamente el PNAE, a través de políticas públicas.

NOTA METODOLOGICA

La base teórica utilizada es el capital social. Se toma como la cohorte los municipios del estado de Pará puesto que tienen una base económica fundamentada en la agricultura familiar. La investigación adopta una metodología que utiliza los principios del *compliance*, determina los indicadores de cumplimiento de las normas establecidas por el Programa y la capacidad de los municipios y productores locales para atenderlo y, finalmente, identifica – por medio de documentos y entrevistas con algunos actores – las formas e intensidad de las interacciones entre las organizaciones locales envueltas en el proceso. Son utilizados como métodos el Estudio de Caso y el Análisis de Contenido conforme a lo propuesto por Yin (2001, 2009) y Bardin (1977).

ANÁLISIS

Se analizaron todas las convocatorias públicas de los municipios del estado de Pará de los años 2017 y 2018. Se buscó verificar su eficiencia para llegar al público *target* y, de esta manera, contribuir a un mayor volumen de compra a los agricultores familiares estimulando el desarrollo local. La calidad de las convocatorias públicas depende de la explicitud de los precios a pagar, de la información sobre la periodicidad y de los puntos de entrega.

Durante este período, 55 municipios publicaron 60 convocatorias públicas – CP's. De este total, 24 CP's no ofrecieron información sobre el precio de los productos a comprar. Ésta es una de las principales variables que hace imposible la participación del agricultor familiar y que, al mismo tiempo, es contraproducente al incitar – de esta manera – la disputa de precios entre los agricultores familiares, amén de contravenir la legislación en este ámbito.

De las periodicidades registradas en las CP's, se evidenció la preferencia por las entregas semanales las cuales son compatibles con las condiciones de los agricultores familiares y con la compra de hortalizas frescas (que son los artículos más solicitados por los municipios paraenses). Las entregas de más de una vez a la semana son muy costosas para los agricultores familiares y solamente una (01) CP hizo esta solicitud con este tenor. Las entregas de un mayor lapso que la semanal suelen estar relacionadas con productos no perecederos.

En lo que concierne a los datos del “número de unidades de entrega” de los productos alimenticios adquiridos a los agricultores familiares se halló que, de las 60 CP's, solamente en 27 se registraron esta información. Por lo tanto, el 55% no hizo que esta información estuviera disponible. Y, en última instancia, cuando hicieron referencia a esta información fue para mencionar que divulgarían dichos datos, posteriormente, de acuerdo con sus necesidades.

Las CP's que centralizan la entrega de los productos favorece al agricultor familiar, habida cuenta que – desde 2015 – el costo de la logística

está incluido dentro del límite que el agricultor familiar puede vender por entidad ejecutora.

En las CP's que fueron analizadas la mayoría centralizó las entregas, pero una parte significativa solicitó la entrega en diferentes lugares (de 11 a 50 unidades) y, solamente, 2 CP's solicitaron entrega en todas las escuelas del área urbana y rural, con un total de más de 50 unidades.

Las CP's presentan debilidades con respecto a brindar información de vital importancia para que el agricultor familiar decida participar en el Programa.

Información que comprende: precios a pagar, la periodicidad de las entregas y el número de unidades de entrega. Dicha información es escasa en estos documentos y esto perjudica la eficiencia y eficacia del Programa.

Se llevó a cabo una evaluación cuantitativa del cumplimiento del Art. 14 de la Ley nº 11.497/2009 que ordena que al menos el 30% de los recursos transferidos para el PNAE (a través del FNDE) deben ser utilizados – por los municipios – en la adquisición de productos provenientes de la agricultura familiar. Los municipios se agruparon en función de la relación entre el porcentaje de compra y de las transferencias hechas al PNAE.

Todavía hay un número significativo de ayuntamientos refractarios al cumplimiento del Art. 14. Son municipios que no adquieren nada de la agricultura familiar, alcanzando – preocupantemente – el 21% en 2016. Sin embargo, hay un número alentador de ayuntamientos muy adherentes llegando, también, al 21% en 2016. Desde el inicio del período de análisis, el número de municipios que adquirieron productos de la agricultura familiar – disponiendo para ello de más del 35% de recursos provenientes del PNAE – aumentaron de 2 (dos) en 2011 a 30 (treinta) en 2016.

Las entrevistas realizadas a los actores que representan la secretaría de educación, la secretaría de agricultura y las cooperativas – correspondientes a algunos municipios adherentes al Programa – que suministran productos alimenticios (vía PNAE) corroboran lo que los datos citados anteriormente evidencian. Finalmente, y no menos importante, resaltan

que las pésimas condiciones de las carreteras (así como de las conexiones fluviales) y la baja confianza entre los actores al interrelacionarse representan una significativa dificultad para la comercialización de los productos en este mercado.

RESULTADOS

Es innegable, conforme a todos los autores presentados en esta obra, que la creación de los mercados institucionales se configura como una innovación social que tiene como presupuesto básico el capital social. Al insertar a las personas en el ámbito sociolaboral y al respetar el medioambiente vía crecimiento sostenible, según Sanchís y Campos (2008); y al beneficiar tanto el lado social como el interés público e inspirarse en el deseo de satisfacer las necesidades sociales que quizás estén descuidadas por las formas tradicionales de provisión del mercado, según Harris; Albury (2009), esta innovación social se configura con gran efecto en el ámbito local.

El principal factor identificado en esta investigación es el capital social ya que éste es esencial en toda red conformada en torno al Programa y es en el que se basa esta innovación social (mercado institucional).

A pesar de que el Programa tiene todavía grandes problemas (muchos de ellos de índole burocrática) es una política pública que – indudablemente – es una innovación social que cambió de forma positiva la dinámica de la agricultura familiar proporcionando diferentes beneficios (económicos, sociales, culturales, etcétera). Todo el diseño de esa política pública adopta como presupuesto básico el capital social.

Se destaca que hay una fuerte dependencia de las organizaciones que avituallan – aquí representadas por las cooperativas agropecuarias – en relación con el poder público. La mayoría se han constituido – inclusive – con este fin específico. Ésta es una crítica de este trabajo a la innovación social del mercado institucional.

Considerando que Brasil está en su tercera generación de políticas públicas para la agricultura familiar y que todas ellas coexisten – iniciando con formas de apoyo para estimular la producción, asistencia social y actualmente como medios para comercializar la producción – se comprende que son hechos exitosos; No obstante, hace falta estimular el fortalecimiento del capital social, tanto para que en este mercado se tenga una mayor participación – dado que hay muchos agricultores con capacidad productiva que no participan – como para que también se rompa el círculo en el que el suministro es exclusivo para este mercado. Los autores de este trabajo defienden que esa innovación social sea una vía para resolución de los problemas colectivos de los agricultores familiares y sin que sean capturados por la misma.

Se ratifica que el PNAE asume un carácter transversal y su eficacia depende, fundamentalmente, de otras políticas públicas que apoyen el desarrollo local. Una cuarta generación de políticas públicas para la agricultura familiar que logre una interfaz con áreas como la seguridad alimentaria, salud en el campo e infraestructura es imperativa.

REFERÊNCIAS

BALEM, T. A. *et al.* The role of Rural Extension in the viability of public procurement for school meals. *In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON AGRICULTURE IN AN URBANIZING SOCIETY: RECONNECTING AGRICULTURE AND FOOD CHAINS TO SOCIETAL NEEDS*, 2., 2015, Rome. *Book of Abstracts*. Rome: AiCARE, 2015. p. 70-92.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BLANCO, I. ¿Frente a la desigualdad social, innovación social? Lecciones teóricas, políticas metodológicas de una investigación en Catalunya. *In: BARÓN, N.; ROMERO, J. Cultura territorial e innovación social ¿Hacia un nuevo modelo metropolitano en Europa del Sur?* València: Universitat de València, 2018. p. 21-34.

BLANCO, I.; CRUZ, H.; MARTINEZ, R. El papel de la innovación social frente a la crisis. *Ciudad y Territorio Estudios Territoriales*, Madrid, v. 47, n. 188, p. 249-260, 2016.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 24 jul. 2006.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 17 jun. 2009.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 18 dez. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução/CD/FNDE nº 4, de 2 de abril de 2015. *Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013 no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)*. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 8 abr. 2015.

CAULIER-GRICE, J. *et al.* *Defining social innovation*. A deliverable of the project: The theoretical, empirical and policy foundations for building social innovation in Europe (TEPSIE), European Commission– 7th Framework Programme. Brussels: European Commission, DG Research, 2012.

CAZELLA, A. A; BONNAL, P; MALUF R. S. Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e o enfoque da pesquisa. *In: CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. Agricultura familiar: multifuncionalidade*

e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2009. p. 301.

CENSO Agropecuário 2006. *IBGE.gov.br*, [2019]. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017>. Acesso em: 22 dez. 2019.

COLEMAN, J. Social Capital and the Creation of Human Capital. *American Journal of Sociology*, Chicago, Illinois, v. 94 Supplement, p. 52-120, 1988.

COMISIÓN EUROPEA. *Guía de la Innovación social, Regional and Urban Policy*. Bruselas: Comisión Europea, 2013.

DJELLAL, F.; GALLOUJ, F. Social innovation and service innovation. In: FRANZ, H. W.; HOCHGERNER, J.; HOWALDT, J. (eds). *Challenge social innovation: potentials for business, social entrepreneurship, welfare and civil society*. Berlin: Springer Science+ BusinessMedia, 2012. p. 119-137.

FAO; FIDA; PMA. *El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo 2013*. Las múltiples dimensiones de la seguridad alimentaria. Roma: FAO, 2013.

FLIGSTEIN, N.; DAUTER, L. The Sociology of Markets. *Working Paper*, Berkley, v. 33, 2006.

FONTYS Academy for Creative Industries. Creative Industries: Social Innovation. Tilburg: Fontys ACI, 2016.

GARCÍA-FLORES, V; PALMA, L. Innovación Social: factores claves para su desarrollo en los territorios. *Revisa de Economía Pública, Social y Cooperativa*, Valencia, n. 9, p. 245-279, 2019.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, Chicago, Illinois, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. *RESR*, Piracicaba, v. 52, supl. 1, p. S125-S146, 2014.

HARRIS, M.; ALBURY, D. *The innovation imperative*. London: Nesta, 2009.

HOWALDT, J.; SCHWARZ, M. *Social Innovation: Concepts, research fields and international trends*. Dortmund: Sozialforschungsstelle Dortmund, 2010.

HUBERT, A. *Empowering people, driving change: Social innovation in the European Union*. Bruxelles: Bureau of European Policy Advisors, 2010.

LOPES, I. D. Análise da operacionalização do programa nacional de alimentação escolar em escolas públicas de Passo Fundo/RS. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2018.

MILLAN, R.; GORDON, S. Capital social: una lectura de tres perspectivas clásicas. *Rev. Mex. Sociol.*, Ciudad de México, v. 66, n. 4, p. 711-747, 2004.

MOULAERT, F.; MACCALLUM, D.; HILLIER, J. Social innovation: intuition, precept, concept. In: MOULAERT, F. et al. (ed.). *The International Handbook on Social Innovation: collective action, social learning and transdisciplinary research*. Northampton, MA: Edward Elgar, 2013. p. 17-22.

MOYANO, E. Capital social y acción colectiva en el sector agrario. *Revista Española de Sociología*, Madrid, n. 10, p. 15-37, 2008.

MULGAN, G. The process of social innovation. *Innovations: Technology, Governance, Globalization*, v. 1, n. 2, p. 145-162, 2006.

NESTA. New approaches to transforming public services. *Nesta*, 1º jan. 2008. Disponível em: <https://www.nesta.org.uk/report/new-approaches-to-transforming-public-services/>. Acesso em: 22 dez. 2019.

OCDE. Fostering Innovation to Address Social Challenges. In: OECD INNOVATION STRATEGY, [s. l.], 2011. *Workshop proceedings*. Paris: OECD, 2011. p. 37-43.

OOSTERLYNCK, S. *et al.* The butterfly and the elephant: local social innovation, the welfare state and new poverty dynamics. *ImPRovE Methodological Paper*, Antwerp, n. 13/03, abr. 2013.

PAZ, E. Un paradigma emergente: la innovación social. *3CEmpresa*, v. 4, n. 1, p. 50-68, 2015.

PHILLS, J. A.; DEIGLMEIER, K.; MILLER, D. T. Rediscovering social innovation. *Stanford Social Innovation Review*, v. 6, n. 4, p. 34-43, 2008.

POT, F; VAAS, F. Social innovation, the new challenge for Europe. *International Journal of Productivity and Performance Management*, v. 57, n. 6, p. 468-473, 2008.

PUTNAM, R. D. *Comunidade e Democracia – A experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1993.

RÜEDE, D.; LURTZ, K. Mapping the various meanings of social innovation: Toward a differentiated understanding of an emerging concept. *EBS Business School Research Paper*, Oestrich-Winkel, n. 12-03, 2012. DOI: 10.2139/ssrn.2091039.

SALOM-CARRASCO J.; PITARCH-GARRIDO, M. D.; SALES-TEN, A. Innovación social: estrategias urbanas en un contexto de cambio. El caso de la ciudad de Valencia. *Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, Valencia, v. 91, p. 31-58, 2017.

SANCHÍS, J. R.; CAMPOS, V. La innovación social en la empresa. El caso de las cooperativas y de las empresas de Economía Social en España. *Economía Industrial*, v. 368, p. 187-196, 2008.

7SUBIRATS, J. Políticas urbanas e innovación social. Entre la coproducción y la nueva institucionalidad. Criterios de significatividad. In: SUBIRATS, J.; GARCÍA BERNARDOS, A. (eds.). *Innovación social y políticas urbanas en España: experiencias significativas en las grandes ciudades*. Barcelona: Icaria, 2015. p. 13-42.

TRICHES, R. M. *et al.* Aquisições públicas em Cabo Verde: desafios e potencialidades para o desenvolvimento rural. *Revista Angolana de Sociologia*, p. 63-80, 2013.

WOOLCOCK, M.; NARAYAN, D. Social Capital: implication for development theory, research and policy. *The World Bank Research Observer*, Oxford, v. 15, n. 2, p. 225-249, 2000.

WORLD ECONOMIC FORUM; SCHWAB FOUNDATION FOR SOCIAL ENTREPRENEURSHIP. *Social Innovation: A Guide to Achieving Corporate and Societal Value*. Cologny-Geneva: World Economic Forum; Schwab Foundation for Social Entrepreneurship, 2016.

YEPEZ, F. La Estrategia Europea de Especialización Inteligente. Implicaciones para el Sistema Andaluz de Innovación. 2017. Tese (Doutorado) – Universidad de Sevilla, Sevilla, 2017.

YIN, R. K. *Estudo de Caso – Planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

YIN, R. K. *Estudo de Caso – Uma estratégia de pesquisa*. São Paulo: Saraiva, 2009.

COVID-19 E SEUS IMPACTOS PARA O EMPREENDEDORISMO FEMININO: O OLHAR DE UMA INSTITUIÇÃO DO TERCEIRO SETOR.

Bárbara Anastácia Wagner Teles¹

Marcela Coelho Monteiro²

Thamires Lacerda Sampaio³

INTRODUÇÃO

As últimas décadas do século XX foram marcadas pelo processo de reestruturação produtiva e consequentes transformações na estrutura econômica e no mercado de trabalho, trazendo, entre tantos efeitos, um excedente de mão de obra. Desta forma, provocaram fenômenos por meio do incremento de pequenos negócios, assim como o aumento da informalidade, com a predominância de iniciativas autônomas e empreendimentos familiares (GAIGER; CORREA, 2011).

Ao longo desse processo, a mulher buscou – e ainda busca – conquistar um lugar no mercado de trabalho. Além de se deparar com entraves decorrentes desse processo, enfrenta questões como desigualdade salarial, dupla jornada de trabalho, posicionamento em cargos inferiores, sendo aspectos reforçados pelo legado histórico e cultural da sociedade contemporânea. Assim, existe um esforço constante de entender o acesso da mulher ao mercado de trabalho decorrente da cobrança imposta a ela de realização profissional e responsabilidade de cuidar do lar e da família,

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal Fluminense (UFF).

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Administração da UFF.

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Administração da UFF.

resultando algumas vezes no despertar empreendedor de forma autônoma e/ou a partir da autogestão (AZEVEDO; ANDRADE, 2017).

Segundo Barros (2021), a pandemia do covid-19, de acordo com pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acarretou o recorde na taxa média de desemprego em 20 estados brasileiros, enfatizando ainda uma taxa de desocupação superior quando comparados os gêneros: 11,9% entre os homens, enquanto entre as mulheres foi de 16,4% no último trimestre de 2020.

“É possível identificar a Economia Solidária e outras economias como efetivas alternativas à produção capitalista, pautadas pela ética da solidariedade, da preservação da natureza e da defesa radical da democracia” (MOLINA et al., 2020, p. 187). Assim, tanto a economia solidária e o empreendedorismo ganham espaço no que tange ao acesso das mulheres ao mercado de trabalho e suas respectivas experiências, pois nota-se que ambos os temas versam sobre a relevância da emancipação das pessoas. Este estudo parte do pressuposto de que tanto a economia solidária como o empreendedorismo são recursos/ferramentas-chave para que as mulheres possam superar alguns entraves, inclusive os decorrentes da pandemia atual.

O Global Entrepreneurship Monitor (GEM) descreve empreendedorismo como qualquer tentativa de novos negócios ou criação de novos empreendimentos, como trabalho autônomo, uma nova organização comercial ou a expansão de um negócio existente, por um indivíduo, uma equipe de indivíduos ou um negócio estabelecido. Segundo o *Relatório Executivo de Empreendedorismo no Brasil 2018* elaborado pelo GEM, no tópico específico sobre a mentalidade, 54% dos brasileiros afirmam-se detentores de habilidades, conhecimentos e experiências necessárias à realização de uma atividade empreendedora. Ainda de acordo com o relatório do GEM Brasil (2018), 38,7% dos brasileiros estão envolvidos com alguma atividade empreendedora, e a maioria deles (88,4%) são motivados a empreender porque os empregos são escassos.

De acordo com Dornelas (2018), o período atual pode ser considerado como a “era do empreendedorismo” por conta do movimento que

os empreendedores estão fazendo na economia, ao eliminar barreiras no comércio, globalizando a economia e gerando novos formatos de trabalho. Por esse motivo, o movimento do empreendedorismo tem grande importância dentro do contexto de novas dinâmicas de economia, não sendo restrito ao formato capitalista de mercado, podendo ser atrelado também aos movimentos de economia solidária.

No Brasil, entre as entidades que desde o final do século passado possuem grande importância no fomento e assessoria de organizações e indivíduos, que trabalham sob premissas da economia solidária, tem-se as organizações não governamentais (ONGs) (SILVA, 2016; FREYRE, 2003). No contexto atual de pandemia e toda sua repercussão aos trabalhadores de um modo geral, tais instituições buscam a continuidade de suas ações de forma a contribuir na minimização destes efeitos. Desta forma, o objetivo principal desta pesquisa é investigar maneiras de atenuar os impactos relativos à pandemia de covid-19 que afetam iniciativas de empreendedoras que atuam sob princípios da economia solidária na perspectiva de uma instituição do terceiro setor que atua auxiliando mulheres empreendedoras de baixa renda da região metropolitana do Rio de Janeiro.

A relevância deste estudo é percebida por aspectos sociais e acadêmicos. Primeiro, na medida em que prevê a discussão de alternativas de atenuar e fortalecer iniciativas empreendedoras de mulheres em vulnerabilidade econômica que atuam em uma lógica de cooperação entre si a partir do estímulo de uma instituição do terceiro setor. A relevância acadêmica, por sua vez, é observada ao passo que estimula debates acerca da temática ao contexto de pandemia, além de estreitar o relacionamento da academia com outros atores sociais – como as empreendedoras e profissionais da instituição que é objeto de estudo.

O trabalho está organizado em cinco seções principais. A fundamentação teórica encontra-se a seguir desta introdução, dividida entre os temas: economia solidária; dimensão empreendedora da economia solidária; e empreendedorismo feminino na economia solidária. Após estas

partes, tem-se a metodologia; apresentação e discussão dos resultados; e, por fim, as considerações finais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

ECONOMIA SOLIDÁRIA

Economia solidária é um conceito de organização econômica, ou um modo de produção, pautado nos princípios da autogestão, solidariedade e cooperação (SINGER, 2002). Baseia-se nos princípios de apropriação coletiva dos meios de produção, gestão democrática das decisões e deliberação coletiva sobre os rumos da produção, utilização dos excedentes e responsabilidade coletiva quanto aos eventuais prejuízos (SCHIOCHET, 2009).

De acordo com Faria (2009), a economia solidária surge a partir de uma série de lutas sociais e reflexões sobre as alternativas organizacionais para enfrentar os problemas que emergiam de um contexto de crise econômica e de reestruturação produtiva. É nesse cenário de instabilidade e elevados índices de desemprego que o movimento da economia solidária nasce, se caracterizando por uma articulação de trabalhadores em associações ou cooperativas com o objetivo de gerar renda, pautando-se em uma gestão democrática e solidária.

Segundo Singer (2002), as raízes da economia solidária estão fundamentadas nas ideias de autores como Robert Owen, Charles Fourier e Saint Simon, clássicos do socialismo utópico, sendo o primeiro um grande protagonista dos movimentos políticos e sociais na Grã-Bretanha nas primeiras décadas do século XIX. Quanto ao Brasil, a economia solidária (Ecosol) ganha força a partir da crise social no final do século XX – período marcado pela desindustrialização, desemprego em massa e acentuada exclusão social – como uma alternativa de geração de emprego e renda e como uma ação de inclusão social, explica Singer (2002).

Vale destacar que, atualmente, a economia solidária no Brasil se encontra fragilizada enquanto política pública. É possível pensar que a sua institucionalização seria um caminho necessário para o seu reconhecimento e fortalecimento na pauta política e, consequentemente, na disseminação dos princípios para os envolvidos no movimento. Esse fortalecimento dependerá da força e pressão social dos grupos e de empreendedores solidários, construídas pelas alianças do movimento enquanto coletivo de resistência social. E que são estimuladas nestes espaços de participação.

A relevância da economia solidária perpassa por resultados em torno das necessidades sociais de natureza mais elementar, como emprego, consumos básicos e segurança social, tendo em vista que as falências dos sistemas de proteção – não só os mais eficientes, como também os rudimentares – propiciaram novas formas de organização da sociedade civil como resposta às necessidades mencionadas (HESPANHA; NAMORADO, 2009). Ademais, as organizações de economia solidária minimizam a presença de relações sociais que admitem a fragmentação entre capital e trabalho. O novo modelo também reforça a importância da participação cotidiana frente aos problemas comunitários (GAIGER, 2009) e se apresenta como fundamental no contexto pandêmico atual, tendo em vista a urgência em se estabelecer relações pautadas em princípios de solidariedade e cooperação.

DIMENSÃO EMPREENDEDORA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

O GEM (2018) descreve empreendedorismo como qualquer tentativa de novos negócios ou criação de novos empreendimentos, como trabalho autônomo, uma nova organização comercial ou a expansão de um negócio existente, por um indivíduo, uma equipe de indivíduos ou um negócio estabelecido.

Ainda de acordo com o GEM, o empreendedorismo pode ser definido em dois tipos: empreendedorismo de oportunidade e empreendedorismo de necessidade. O primeiro tipo está ligado a uma ação planejada na qual o empreendedor tem uma visão de futuro. O segundo tipo se relaciona àqueles indivíduos que se envolvem com o empreendedorismo por falta

de opção e espaço no mercado de trabalho. É sob esta última perspectiva que podem ser analisados os empreendimentos solidários, já que muitos recorrem a este movimento como uma alternativa de trabalho.

Kuratko (2011) argumenta que novos empreendimentos contribuem de duas maneiras diferentes para a economia; a primeira é através da renovação dos processos que definem a economia de mercado e a segunda é pela possibilidade da entrada de milhões de pessoas no meio econômico. É através desses novos espaços que surgem muitos dos empreendimentos que são fomentados pelas ações da economia solidária.

Mas, por ser uma nova proposta de economia totalmente contrária à lógica capitalista, o movimento da economia solidária, em sua maioria, não aprova ser comparado à dinâmica empreendedora. Isso porque, até então, o empreendedorismo é predominantemente estudado pelo viés do capitalismo. A predominância da racionalidade do capital determina sua ideologia como sendo única e dominante. De fato, ela predomina na economia mundial, mas não anula outras formas de economia que surgiram e ainda estão por surgir. Como colocado de forma oportuna por Gaiger (2008, p. 61):

Isto implica reconhecer que a ciência econômica, como qualquer outra, não é uma simples expressão da visão e dos interesses dominantes, mas reflete a multiplicidade da experiência humana e a diversidade de orientações presentes nas formas praticadas e nos modelos prescritivos da economia.

Não há como negar que todo empreendimento, quer ele seja voltado para a lucratividade, quer ele seja pautado nas dinâmicas solidárias, não deixa de ser uma organização, e que como tal deve ser gerenciada para garantir sua sobrevivência em um ambiente incerto. A diferença é que no caso dos empreendimentos solidários os recursos geridos são tipicamente de natureza cooperativa, como o conhecimento, as informações, experiências dos associados, o trabalho coletivo, os meios de produção compartilhados etc. (GAIGER, 2008).

Conforme colocado por Duarte e Neto (2018, p. 92), “[...] o empreendedorismo, quando acontece ao largo das injunções do modelo capitalista, pode alcançar um cariz solidário, que o inscreve no que se convencionou denominar economia solidária”; para os autores, o “empreendedorismo solidário é capaz de empoderar de forma significativa a vida de grupos que são aliados do mercado formal de trabalho”.

O EMPREENDEDORISMO FEMININO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A discussão em torno dos conceitos de “empreendedorismo” e “economia solidária” se mostra necessária, apesar de se apresentar como um desafio pela sua difícil realização, devido à existência de princípios controversos entre si (NEVES, 2019). Por esse motivo, de acordo com a literatura utilizada, se reforça que o empreendedorismo feminino quando atrelado à economia solidária possui um sentido diferente dos estudos mais tradicionais, tendo em vista o enfoque em mulheres que passaram por situações de exclusão social, econômica e/ou cultural (DUARTE; NETO, 2018).

É possível relacionar o movimento da economia solidária com o empoderamento feminino, pois o próprio movimento reforça as concepções propostas pelo empoderamento. O termo “empoderamento” refere-se à mudança nas relações de poder em favor daqueles que não tinham autonomia sobre as próprias vidas. Empoderar-se é, portanto, ter voz e capacidade de ação e decisão em determinado ambiente (SEN, 1997). A noção de empoderamento converge com um pilar fundamental da economia solidária, a autogestão. Segundo Singer (2002), significa defender questões de igualdade, sejam elas de classe ou de gênero, pois as relações ocorrem de forma horizontalizada.

Além disso, o empoderamento não pode ser concebido por determinados indivíduos ou grupos, trata-se de algo que é derivado de processos que empoderam a si mesmos (HOROCHOVSKI; MEIRELLES, 2007), como é o caso do movimento da economia solidária. Propor novos modelos de gestão depende de processos consolidados, que estejam alinhados com ações inovadoras, que sejam distintas das práticas tradicionais.

A credibilidade do movimento para o empoderamento feminino é notória, tendo em vista que “[...] mulheres são frequentemente as primeiras atrizes da economia solidária; mas o mais importante [...] oferecem uma oportunidade inédita para avançar na luta contra as desigualdades entre os sexos” (GUÉRIN, 2005, p. 12). O autor enfatiza inclusive a possibilidade de conciliação entre a vida profissional e familiar da mulher, pois há mais facilidade de acesso ao crédito, à propriedade, o que impulsiona as mulheres na mobilização para os empreendimentos autogestionários (GUÉRIN, 2005).

METODOLOGIA

A presente pesquisa tem caráter qualitativo e, como meios investigativos, utilizou a pesquisa bibliográfica (VERGARA, 2003) realizada em artigos acadêmicos, livros, teses e dissertações para discutir conceitos sobre economia solidária e empreendedorismo feminino. De forma complementar, foi realizada pesquisa de campo com entrevista realizada em ambiente virtual por meio da plataforma Google Meet no dia 29 de março de 2021 com representante de uma instituição do terceiro setor.

A seleção do objeto de estudo foi dada em virtude de sua trajetória como instituição de fomento ao empreendedorismo, bem como pelo fato de seus princípios serem convergentes ao movimento de economia solidária. Tal escolha tem extrema importância, tendo em vista o público-alvo desta instituição: mulheres empreendedoras de baixa renda da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Com a finalidade de organizar a apresentação dos resultados encontrados, as autoras procuraram investigar no conteúdo do discurso da entrevistada, representante da instituição a qual foi nosso objeto de estudo, dados acerca da interlocução entre as temáticas empreendedorismo e economia solidária, tendo em vista, sobretudo, o contexto atual de covid-19. Para tanto, procurou-se elaborar o Quadro 1, de forma a orientar as discussões a seguir, como sugere Vieira (2004).

Quadro 1 – Matriz analítica para pesquisa bibliográfica e de campo.

Categorias	Subcategorias	Dados a investigar
Economia solidária (Ecosol): “[...] outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade associada ou coletiva do capital e o direito à liberdade individual” (SINGER, 2002, p. 10). É, portanto, um modo de produzir, comercializar, consumir e poupar de forma justa e igualitária pautada nos princípios da cooperação, autogestão e solidariedade.	Princípios	Identificar os principais princípios de economia solidária; identificar se há uma apropriação de tais princípios pela instituição.
	Redes	Identificar o conceito de rede de acordo com a teoria e a visão da instituição.
	Contexto covid-19	Apresentar como a economia solidária se encontra neste contexto; quais ações da instituição para atenuar impacto às iniciativas empreendedoras.
Empreendedorismo é prosperidade. É um fenômeno capaz de melhorar o padrão e a qualidade de vida das pessoas (MAXIMIANO, 2011).	Princípios	Identificar a vertente do empreendedorismo utilizada neste trabalho; identificar se há uma apropriação deste conceito pela instituição.
	Empoderamento feminino	Destacar as ações empreendedoras de mulheres e relatos da instituição sobre o tema.
	Contexto covid-19	Apresentar como as iniciativas empreendedoras se encontram neste contexto; quais ações da instituição para atenuar os impactos às empreendedoras.

Fonte: elaboração própria.

Portanto, os resultados serão apresentados na seção a seguir com suas respectivas discussões a partir da operacionalização do Quadro 1. Os dados a serem investigados em cada categoria e subcategoria descrita orientaram a organização da pesquisa para o alcance do objetivo geral proposto (VIEIRA, 2004).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A instituição em questão refere-se a uma ONG. No que tange a esse tipo de organização, Vergara e Ferreira (2005) apontam que não há um conceito único, tendo em vista que, dentre as particularidades deste tipo de organização, destacam-se a pluralidade e a heterogeneidade. Tais organizações se diferem, por exemplo, de acordo com o país em que estão situadas, bem como suas definições. Uma questão fundamental é o fato de as ONGs não terem como objetivo a filantropia, mas o desenvolvimento social – exercício que, inclusive, costuma ser referido ao primeiro setor.

Este tipo de organização pode ser considerado essencial para os empreendimentos econômicos solidários (EES) em razão de estruturar o que é conhecido como entidade de apoio e fomento (EAF) à economia solidária. Tais organizações desempenham atividades que auxiliam os empreendimentos em diversos assuntos que são imprescindíveis para a manutenção e desenvolvimento do negócio, como: organização; viabilidade econômica; capacitação técnica (SILVA, 2016). Portanto, as ONGs que atuam em temáticas específicas – como é o caso da instituição em estudo – exercem uma função crucial quanto ao fomento dos EES no Brasil.

Desde a sua origem, o objetivo central da instituição é estimular o empreendedorismo, de modo que as mulheres assistidas sejam incentivadas ao protagonismo, empoderamento, autogestão. De acordo com a entrevistada, as ações se baseiam em três eixos (formação e mentoria; conexão em rede; fomento), que são, por sua vez, pautados na metodologia de ensino de Paulo Freire. De antemão, este aspecto enfatiza uma correlação entre tal instituição e a prática pedagógica da economia solidária – ambas

reconhecem as ideias freireanas como elementares. É necessário ressaltar que Freire (1989) se propunha a buscar uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política, com o intuito de promover o diálogo e a criticidade dos indivíduos, de modo que estes venham a se tornar mais autônomos. Os parágrafos mais adiante exploram outros tipos de correlação observados.

Um atributo relevante mencionado pela entrevistada é o fato de a instituição ser associada à Associação Brasileira de ONGs (Abong), que foi criada em 1991 para fortalecer organizações brasileiras que atuam na defesa de direitos e bens comuns. A parceria é pertinente por promover uma comunicação efetiva com os governos, concedendo oportunidades de participação na formulação de políticas públicas, por exemplo. Ademais, a instituição é favorecida em relação ao reconhecimento e divulgação de suas ações perante a sociedade.

A história do estabelecimento da instituição começa quando seus fundadores, lá na década de 1990, percebem que no Brasil não existia a cultura do coletivo dentro do fenômeno do empreendedorismo. Segundo a diretora da instituição, até o contexto da década de 1990, não era tão comum o país estimular o coletivismo nem o empreendedorismo coletivo; ambas as temáticas eram explanadas de maneira superficial, o que suscitou a descontinuidade de diversos projetos que foram tentados no Brasil na época. De uma década para a outra, ambas as temáticas (empreendedorismo e coletivismo) foram mais expressivas, aparecendo com mais frequência nas pautas. De certo modo, a instituição se destacou por basear-se em ideias, naquela época, ainda recentes no país.

Foi a partir da década de 1990, em um contexto de reestruturação produtiva e econômica – devido a uma crise que suscitou em um alto índice de desemprego – que o cooperativismo foi impulsionado em cidades brasileiras. Naquele período, o mercado de trabalho sofreu algumas mudanças significativas, uma vez que os trabalhadores que perderam seus empregos na indústria tiveram a necessidade de buscar alternativas de geração de renda. Neste sentido, novas formas e medidas foram surgindo, como a economia

solidária. No entanto, ainda na década de 1980, a democratização do país influenciou o desenvolvimento de discussões em relação ao trabalho, de modo que movimentos sociais surgem e se mobilizam na promoção de práticas de autogestão. Tais movimentos contaram com o suporte de algumas organizações como a Cáritas Brasileira, que desenvolveu um conjunto de incubadoras de cooperativas, e a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), que teve sua origem no Centro de Pós-Graduação em Engenharia (Cope) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (LEITE, 2009). Em síntese, a instituição em estudo encontrava-se alinhada aos ideais econômicos solidários que emergiram no Brasil no contexto mencionado.

Algumas experiências internacionais bem-sucedidas proporcionaram à organização um conhecimento detalhado do cooperativismo enquanto forma de erradicação da pobreza. O conceito foi trazido para o contexto brasileiro, mas notou-se que, pela falta de uma cultura do compartilhamento na dinâmica do empreendedorismo, este princípio basilar da economia solidária foi, de modo geral, pouco aderido nos empreendimentos solidários brasileiros. Na prática, as cooperativas estão presentes no cenário econômico brasileiro, porém de forma artificial.

Percebeu-se que a criação de negócios compartilhados não era um costume do povo brasileiro. Então, em 1997, de forma pioneira, a instituição criou a primeira rede do país, composta exclusivamente por mulheres. O projeto difundiu o conceito de redes aos empreendimentos solidários brasileiros. A conexão em rede foi parte de uma estratégia de estímulo ao empreendedorismo feminino nas periferias. Na prática, essa estratégia mostrou-se eficaz, o que tornou o projeto permanente até os dias atuais. Tal iniciativa demonstrou que a organização é fundamentada em princípios de economia solidária, pois a dinâmica contempla uma nova forma de relação de trabalho, que prioriza a aprendizagem permanente no que tange à reformulação da divisão de tarefas, organização das pessoas e gerenciamento de forma democrática. Este tipo de aprendizagem reforça, principalmente, o princípio da autogestão presente na economia solidária, pois a autogestão é entendida como um sistema de organização em que os indivíduos

cooperam de forma mútua para a realização das atividades, incluindo a tomada de decisão a partir da coletividade (FOLLIS, 2007).

Ainda sobre a autogestão, Tragtenberg (2002) reforça que ela representa a autoconscientização do proletariado em relação à administração de sua produção e criação de novas formas de organização do trabalho, colocando em prática a democracia operária. Portanto, a autogestão é um recurso essencial na dinâmica do cooperativismo, em que os trabalhadores se tornam agentes. Ao abordar sobre a rede de mulheres, a entrevistada disse as seguintes palavras: “Quando a gente resolveu criar a rede, já foi com essa visão de promover uma economia solidária que possibilitasse as mulheres excluídas a se fortalecerem como empreendedoras individuais e coletivas” (ENTREVISTADA, 2021, informação verbal). A explanação reforça que a instituição buscava atender não só questões individuais, mas também reafirmar a coletividade, focando a temática do empreendedorismo em um contexto que não se restringe a uma competitividade, tal como costuma ser visto no mercado tradicional, mas incorporando os ideais de economia solidária através de um projeto de cooperativismo em rede.

No tocante ao cooperativismo, a entrevistada relatou:

[...] não acredito que no Brasil e no mundo, na atual conjuntura, o caminho é a criação de cooperativas de economia solidária, embora romanticamente eu ache bonito, mas eu não acredito. Por isso que a gente vem trabalhando essa questão da economia solidária e do empreendedorismo pegando a rede como estratégia. A gente é uma referência de instituição que participa dessa cultura da solidariedade. As redes não são movimentos sociais, são programas. Autodeterminação, ser dona do seu próprio destino, qual seu lugar no mundo.
(ENTREVISTADA, 2021, informação verbal).

Portanto, na visão dela, há dificuldades intrínsecas ao Brasil na execução do cooperativismo, embora ela valorize e enxergue o cooperativismo como uma ferramenta pertinente. De acordo com Barreto e Paula (2009), a dificuldade de inserção da lógica cooperativista na prática está em parte na mentalidade dos cooperados, que se encontra enraizada no contexto capitalista a tal ponto que não enxergam outro modo de economia, e na

precariedade dos princípios basilares do movimento solidário dentro das cooperativas, que *a priori* ficam apenas no âmbito do discurso.

Lima (2004) aponta que, em virtude de o cooperativismo se alargar em contextos de crise econômica e desemprego, a busca voluntária por este formato fica prejudicada, tornando-se uma busca condicionada a uma falta de opção dos trabalhadores mais do que uma decisão em favor da autonomia e solidariedade. O autor ainda questiona se o cooperativismo é uma alternativa à exploração capitalista ou à falta dessa mesma exploração (LIMA, 2004). As observações feitas estimulam possíveis proposições, com o intuito de investigar as reais motivações que levam os cooperados a atuar no cooperativismo.

Outro ponto mencionado pela entrevistada foi sobre a importância do conceito de “redes” para a instituição. A ONG criou um portal com o intuito de atender as demandas advindas dos avanços digitais. A página conta com o apoio de diversas instituições de ensino, como a Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) e a Universidade Estadual do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). O portal contém seções que abrangem videopalestras e programas de publicação de conteúdo com materiais referentes ao empreendedorismo feminino. Ao longo da entrevista, notou-se que a entrevistada pronunciou com frequência a palavra “estratégia”, uma delas quando mencionou a rede de cooperativas, reportando em seguida o portal. Foi observado que a rede de cooperativas, juntamente com o portal, é uma estratégia adotada pela instituição que prioriza, substancialmente, a comercialização. A organização desenvolve seus projetos buscando gerar subsídios para que as mulheres consigam proceder com a prática comercial, e um desses subsídios é a informação.

Sobre o conceito de redes, Mance (2009, p. 278) coloca que a rede se caracteriza por uma “[...] relação entre diversidades que se integram, os fluxos de elementos circulantes nessas relações, os laços que potencializam a sinergia coletiva”. Quando oriundo do aporte teórico, e associado à lógica da economia solidária, sugere que incorpora uma lógica estratégica, que, segundo o autor, é vista como recurso para conectar organizações

populares, instituições de ensino, apoiadores técnicos, Estado e empreendimentos solidários de produção, comercialização, financiamento e consumo (MANCE, 2011). Observou-se ao longo da entrevista que tal conceito era frequentemente utilizado por ser base do trabalho desenvolvido pela instituição. O que o difere consiste no fato de tais redes incluírem e estimularem empreendedoras que atuam de forma individual e se apoiam por meio de redes que se materializam não como movimento social e sim por meio de projetos e programas com princípios como cooperação, autodeterminação, escala humana e laços de solidariedade.

EMPREENDEDORISMO SOLIDÁRIO FEMININO NA VISÃO DA INSTITUIÇÃO

No que diz respeito ao fomento ao empreendedorismo feminino, a instituição se coloca como uma jardineira de talentos e sonhos, remetendo a algo que está em constante movimento no sentido de reforçar o trabalho empreendedor, tanto no sentido individual como no coletivo. Fica claro durante a entrevista que a instituição não admite que o empreendedorismo é a precarização do trabalho. Nas palavras da entrevistada: “[...] *muita gente diz que tem a questão do empreendedorismo de precarizar o trabalho. Qualquer coisa pode precarizar o trabalho. Você organizar cooperativas também pode precarizar o trabalho*” (ENTREVISTADA, 2021, informação verbal)

Partindo dessa concepção, o objetivo maior da instituição é combater a precarização do trabalho da mulher de uma forma geral, através de estratégias que possibilitem a elas a saírem da condição de empreendedoras por necessidade para empreendedoras criativas, que, conforme colocado pelo GEM (2018), é o conhecido empreendedorismo por oportunidade, onde os negócios são criados de forma planejada, tendo em mente não somente a subsistência, mas o lucro e o crescimento da empresa. Para Dornelas (2018), os negócios criados informalmente, como é o caso dos empreendimentos por necessidade, são os que têm alta mortalidade, ou seja, isso reforça a

pertinência do trabalho da instituição em fomentar o empreendedorismo criativo, possibilitando que os empreendimentos sejam duradouros.

A entrevistada também fala da importância dos empreendimentos criativos para inspiração da comunidade na qual essas mulheres estão inseridas. Esse aspecto se aproxima do conceito de empreendedorismo social, colocado na literatura como “[...] um processo que estimula o aumento da participação em ações empreendedoras locais, o aumento do sentimento de conexão das pessoas com sua cidade, terra e cultura, e o surgimento de novas ideias” (ANDRADE et al., 2016, p. 179).

O protagonismo feminino é o valor central trabalhado nesta instituição. É importante destacar que a entrevistada coloca que a instituição é construída por todas as mulheres que ali passam, e reforça o aprendizado contínuo. Parte dessa construção do protagonismo feminino veio em forma de um evento do TEDx realizado há três anos, onde as palestrantes eram essas mulheres que tiveram suas histórias de vida transformadas pelo trabalho da instituição.

METODOLOGIA DAS AÇÕES E PERÍODO DA PANDEMIA DE COVID-19

A entrevistada sinalizou que a metodologia da instituição – e consequentemente suas ações – está baseada em Paulo Freire, justamente pela indiscutível referência de todo o legado freireano no que tange à educação em todos seus aspectos, sobretudo em relação aos sujeitos postos à margem da sociedade. Neste sentido, o trabalho realizado em prol de uma educação popular sob a lógica freireana pauta-se na dialogicidade e admite a importância na construção de uma educação a partir do conhecimento das próprias empreendedoras, provocando uma leitura da realidade na perspectiva destas, que ultrapasse as fronteiras das letras e se estabeleça a partir das relações históricas e sociais (MACIEL, 2011).

A autora discute as considerações freireanas e chega à ideia de transformação do indivíduo em agente político. “Político no sentido de ser

participante ativo na transformação do mundo e da sua história, construir seres autônomos e capazes na responsabilidade singular de uma organização coletiva em prol de um projeto de sociedade que tenha como eixo central o ser humano” (MACIEL, 2011, p. 339). Ou seja, tal entendimento dialoga diretamente com os princípios de economia solidária e, portanto, a discussão de seu conceito é um ponto considerado na formação das empreendedoras.

A entrevistada ressalta que tal metodologia se divide em três eixos de atuação. O primeiro, relativo a formação e mentoria, incluindo cursos de formação em temáticas como gestão, cooperativismo popular e economia solidária, gênero e direitos humanos, além de assessoria individual e em grupo. O segundo eixo, fomento, apoia as empreendedoras na criação de material de divulgação bem como na compra de pequenos equipamentos e insumos, buscando ainda a articulação com investidores. Por fim, o terceiro eixo, referente à conexão em rede, proporciona, entre tantas ações, as reuniões periódicas, rodas de conversa e trocas de experiências a fim de reforçar o lugar da mulher empreendedora na sociedade, bem como a busca de instituições parceiras.

Em razão da inviabilidade de encontros presenciais para a realização destas ações, devido ao isolamento social em decorrência da covid-19, houve a migração destas para o ambiente virtual por meio de plataformas específicas para a continuidade de assessoria e formação dos grupos. Segundo a instituição, a adesão desta estratégia foi tão boa que, mesmo após a flexibilização e retorno das atividades presenciais, parte das ações serão mantidas a distância pela redução de custos com transporte por parte das empreendedoras bem como pela questão temporal com deslocamento.

Um quesito que foi considerado como grande obstáculo às empreendedoras diz respeito às possibilidades de comercialização e venda. Por isso, desde o início da pandemia, buscou-se trabalhar estratégias de *delivery* para empreendedoras que, dentro de suas possibilidades, pudessem trabalhar neste formato em sua região. Desta forma, houve a construção de forma coletiva com as empreendedoras de catálogos para divulgação de serviços gastronômicos oferecidos de forma *on-line* por meio de *delivery*. Para tanto,

houve a oferta de formação complementar a empreendedoras deste ramo, que contou com *workshops on-line* com foco em gestão financeira, *design thinking* e plano de negócios.

Molina et al. (2020) apontam que essa estratégia foi utilizada por empreendimentos econômicos solidários inclusive com a divulgação de produtos em redes sociais e campanhas de vendas virtuais e entregas em domicílio, contando com o fortalecimento e apoio de fóruns, redes e entidades como as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares de instituições de ensino. Os autores trazem a experiência da cidade de São Carlos, em São Paulo, onde um projeto voltado ao fortalecimento de uma rede de colaboração acrescentou ao catálogo *on-line* e entregas em domicílio a possibilidade da realização de feiras virtuais, revelando assim o potencial destes espaços virtuais como alternativa ao espaço das feiras presenciais.

Embora a entrevistada reforce que o eixo conexão em rede procura em sua essência expandir as ações desenvolvidas a partir de incentivo de jornadas “extramuros” por meio de parcerias, os entraves como difícil acesso ao crédito e fechamento de negócios por causa do isolamento social estimularam ainda mais o estreitamento dessas relações. Exemplo disso é o Fundo Manamano, parceria entre instituições filantrópicas – em que está inserida a instituição pesquisada – e a UFRJ.

A entrevistada aponta que o objetivo do fundo, destinado a nano e microempreendedores de regiões periféricas do Rio de Janeiro, é a promoção do protagonismo e autonomia destes indivíduos que se encontram em vulnerabilidade econômica e social em razão da crise atual do novo coronavírus. O fundo consiste não apenas na concessão de crédito – com foco na compra de insumos, de equipamentos e de acesso à internet –, como também na oferta de formação e mentoria a partir de seleção divulgada por edital (FUNDO, [2021]).

Outro exemplo de ação realizada como forma de contornar as dificuldades associadas ao período pandêmico foi o Fundo Brasil-Alemanha, idealizado por uma ex-estagiária da instituição. O princípio de solidariedade regeu a ideia que resultou na ação em que 22 empreendimentos da

Baixada Fluminense e Zona Oeste do Rio de Janeiro foram contemplados com capital semente – investimento realizado em empresas iniciantes. A entrevistada aproveita para ressaltar a importância do trabalho voluntário e de experiências com profissionais acadêmicos de outros países e instituições de ensino da Europa.

Outros exemplos de parceria foram citados pela entrevistada, como, por exemplo, uma realizada desde o ano passado com o governo norte-americano que prevê a formação de idioma e intercâmbio cultural de empreendedoras assistidas pela instituição que foram selecionadas a partir de edital. Além disso, sinaliza a atuação junto à Fundação Cherie Blair, que atua no fomento do empoderamento feminino em todo o mundo. Esta fundação possui um programa de mentoria global e também busca a continuidade de suas ações neste momento delicado, reforçando o compromisso em trabalhar com tecnologia que garanta o acesso às ferramentas e redes por parte das mulheres que assistem tanto no momento atual quanto no futuro (COVID-19, [2021]).

A instituição, objeto de estudo deste trabalho, não apresentou resultados de pesquisas com dados concretos que forneçam números com o alcance dos benefícios das ações específicas desde o início da pandemia. No entanto, enfatiza que as narrativas das empreendedoras sugerem os inúmeros ganhos tanto aos seus negócios quanto em questões relacionadas: ao posicionamento da mulher dentro do contexto familiar; à inspiração a outras mulheres e comunidade de uma forma geral; à atenuação de sintomas que geram doenças como depressão a partir da continuidade das ações e trabalho em rede e laços solidários entre as envolvidas, e outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou investigar maneiras de atenuar os impactos causados pelo covid-19 a iniciativas empreendedoras femininas convergentes aos princípios de economia solidária sob a perspectiva de uma instituição do terceiro setor. A instituição se coloca como uma jardineira de

talentos e sonhos, remetendo a algo que está em constante movimento no sentido de reforçar o trabalho empreendedor feminino.

A metodologia das ações da instituição possui uma base freireana, conferindo um papel transformador às empreendedoras como protagonistas, com base em três diferentes eixos de atuação: formação e mentoria; fomento; e articulação em rede. O primeiro eixo traz cursos em temáticas como economia solidária e cooperativismo, já que parte dos princípios atrelados a estas correspondem aos fundamentos de atuação da própria organização.

No período atual, os encontros frequentes de formação e mentoria foram levados ao ambiente virtual para continuidade das ações já desenvolvidas. Destes encontros, surgiram debates em torno dos impactos do isolamento social às empreendedoras e de que forma poderiam ser contornados. O catálogo e venda *on-line*, *delivery* e formação em outros cursos foram algumas das alternativas observadas.

O eixo articulação em rede prevê a constante busca de estreitamento entre os laços solidários das próprias empreendedoras e da instituição bem como de jornadas “extramuros” a partir das parcerias estabelecidas com instituições de ensino e organizações afins (inclusive de outros países). Como exemplo de tais parcerias, tem-se o Fundo Manamano e o Fundo Brasil-Alemanha. Além disso, a estratégia de rede é uma adoção que reforça princípios como cooperação, autodeterminação, escala humana e laços de solidariedade. Trata-se, inclusive, de um recurso que contribui para a comercialização dos empreendimentos individuais. A ideia é, portanto, desenvolver programas e projetos pautados em premissas de economia solidária.

A realidade apresentada pela entrevistada em relação à forma que essas mulheres e seus empreendimentos estão organizados mostra que empreendedoras individuais se apoiam e se articulam em rede, propiciando uma reflexão em torno das experiências atuais da economia solidária, que em sua origem se debruça em formas de organização cooperativistas, mas

que hoje deve considerar a possibilidade de inclusão de iniciativas individuais, por exemplo.

As ações direcionadas ao momento de pandemia foram pensadas como forma de os negócios não sucumbirem. Embora não haja resultados quantitativos sobre os benefícios dessas ações, as narrativas das empreendedoras, de acordo com a instituição, reforçam o quanto os ganhos oferecidos às mulheres envolvidas são significativos. As contribuições abrangem desde a capacitação técnica ao *networking* para a formação de parcerias e envolvimento em projetos comuns.

Por fim, é válido ressaltar que buscou-se entender as ações de uma única instituição do terceiro setor, observando sua trajetória e compromisso com os princípios de economia solidária. Logo, não se deve generalizar tais achados. Como futuros desdobramentos desta pesquisa, as autoras buscarão entender a perspectiva das próprias empreendedoras que atuam em rede a partir do trabalho da ONG supracitada bem como de outras instituições afins com o intuito de ampliar o debate sobre o tema.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Diego Cesar, et al. Empreendedorismo e Economia Solidária: um ensaio de suas convergências e divergências. *Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace*, Ribeirão Preto, v. 7 mar. 2016. Edição Especial.
- AZEVEDO, P. M.; ANDRADE, M. O. Empreendedorismo de mulheres artesãs: caminhos entre o capital social e a autogestão. *Política & Trabalho Revista de Ciências Sociais*, João Pessoa, n. 47, p. 173-189, jun./dez. 2017.
- BARRETO, R. de O.; PAULA, A. P. P. de. Os dilemas da economia solidária: um estudo acerca da dificuldade de inserção dos indivíduos na lógica cooperativista. *Cad. EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 199-213, jun. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>.

php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512009000200003&lng=en&nrm=i so. Acesso em: 12 abr. 2021.

BARROS, A. Com pandemia, 20 estados têm taxa média de desemprego recorde em 2020. *Agência IBGE notícias*, 10 mar. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30235-com-pandemia-20-estados-tem-taxa-media-de-desemprego-recorde-em-2020>. Acesso em: 24 mar. 2021.

COVID-19. *Cherie Blair Foundation for Woman*, [2021]. Disponível em: <https://cherieblairfoundation.org/covid-19/>. Acesso em: 20 mar 2021.

DORNELAS, J. *Empreendedorismo, transformando ideias em negócios*. São Paulo: Empreende, 2018.

DUARTE, A. L.; NETO, B. de S. Empreendedorismo feminino solidário: estudo de caso em uma horta comunitária. *Húmus*, v. 8, n. 23, 2018. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/9019>. Acesso em: 17 mar. 2021.

FARIA, Jose Henrique de. A Gestão Participativa Expandida: a Economia Solidária. In: FARIA, Jose Henrique de. *Gestão participativa: relações de poder e de trabalho nas organizações*. São Paulo: Atlas, 2009. p. 137-158.

FOLLIS, M. Autogestão. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. 13. ed. Brasília, DF: Editora UnB, 2007. p. 74-81.

FREIRE, P. *A importância do ato de ler: em três artigos que se complementam*. 23. ed. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1989.

FREYRE, Gilberto. Casa grande & senzala: formação das famílias brasileiras sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

FUNDO de Transformação Social Manomana, [2021]. Disponível em: <http://manamano.org.br/>. Acesso em: 11 abr. 2021.

GAIGER, Luiz Inácio. A dimensão empreendedora da economia solidária. Notas para um debate necessário. *Revista Otra Economía*, Buenos Aires, v. 2, n. 3, p. 58-72, 2008.

GAIGER, Luiz Inácio. Antecedentes e expressões atuais da Economia Solidária. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 84, mar 2009. p. 81-99.

GAIGER, L. I.; CORREA, A. da S. O diferencial do empreendedorismo solidário. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 47, n. 1, p. 34-43, 2011.

GEM BRASIL. *Empreendedorismo no Brasil 2018*. Curitiba: IBQP, 2019. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2019/02/Relat%C3%B3rio-Executivo-Brasil-2018-v3-web.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2020.

GUÉRIN, I. *As mulheres e a economia solidária*. São Paulo: Loyola, 2005.

HESPANHA, Pedro; NAMORADO, Rui. Os desafios da economia solidária. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 84, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/536>. Acesso em: 03 abr. 2022.

HOROCHOVSKI, R.; MEIRELLES, G. Problematizando o conceito de empoderamento. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2., 2007, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: NPMS, 2007. p. 485-506.

KURATKO, D. F. Entrepreneurship theory, process, and practice in the 21st century. *International Journal of Entrepreneurship and Small Business*, v. 13, n. 1, p. 8-17, 2011.

LEITE, M. de P. A Economia Solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 24, n. 69, fev. 2009.

LIMA, J. C. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 19, n. 56, out. 2004.

MACIEL, K. de F. O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular. *Educação em Perspectiva*, Viçosa, v. 2, n. 2, p. 326-344, jul./dez. 2011. Disponível em: http://acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/4304/2/FPF_PTPF_01_0952.pdf. Acesso em: 20 mar. 2021.

MANCIE, E. A. A consistência das redes solidárias. *Perspectiva Filosófica*, Pernambuco, v. 8, n. 16, p. 11-29, dez. 2011.

MANCIE, E. A. Redes de Colaboração Solidária. In: CATTANI, A. D. et al. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina, 2009. p.278-283.

MOLINA, W. de S. L. et al. A Economia Solidária no Brasil frente ao contexto de crise COVID-19: trajetória, crise e resistência nos territórios. *Otra Economía*, São Leopoldo, v. 13, n. 24, p. 170-189, jul.-dez. 2020. Disponível em: <https://www.revistaotraeconomia.org/index.php/otraeconomia/article/view/14914/9546>. Acesso em: 8 abr. 2021.

NEVES, E. F. de. Economia solidária e empreendedorismo: uma análise preliminar. *Economia e Desenvolvimento*, Santa Maria, v. 31, e. 12, p. 1-15, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/eed/article/viewFile/36337/pdf>. Acesso em: 18 mar. 2021.

SEN, G. Empowerment as an Approach to Poverty. *Working Paper Series – Human Development Report*, v. 7, n. 97, 1997.

SCHIOCHET, Valmor. Institucionalização das Políticas Públicas de Economia Solidária: Breve trajetória e desafios. *Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise*, Brasília, v. 40, p. 55-59, ago. 2009.

SILVA, Sandro Pereira. *Entidades de apoio e fomento à economia solidária no Brasil: uma análise exploratória*. IPEA, 2016.

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

TRAGTENBERG, M. Rosa Luxemburgo e a crítica aos fenômenos burocráticos. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, n. 9, fev.

2002. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/40279>. Acesso em: 26 abr. 2021.

VERGARA, S. C; FERREIRA, V. C. P. (2005). A representação social de ONGs segundo formadores de opinião do município do Rio de Janeiro. *Revista De Administração Pública*, n. 39, v. 5, p. 1137-1159, 2005. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6582>. Acesso em: 03 abr. 2022.

VERGARA, S. *Projetos e relatórios de pesquisa e administração*. São Paulo: Atlas, 2003.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. Por uma boa pesquisa em Administração. In VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; ZOUAIN, Déborah Moraes (Orgs.). *Pesquisa qualitativa em Administração*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

DO OÁSIS DA GESTÃO COOPERATIVA AO NOVO NORMAL DA INCLUSÃO DIGITAL: CADEIAS COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO E DE TRABALHO E POSSIBILIDADES REAIS DE RESILIÊNCIA

Monica Concha-Amin¹

Mariana de Freitas Dewes²

Filipe Santana da Silva³

INTRODUÇÃO

No Brasil, as cooperativas encontram definição segundo a Lei nº 5.764/1971, no seu artigo 4º: “As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades” (BRASIL, 1971).

Outra definição, segundo os autores Cardoso, Carneiro e Rodrigues (2014, p. 9), é:

Cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de um empreendimento de propriedade coletiva e democraticamente gerido. Fundamenta-se na economia solidária e se propõe

¹ Professora do Departamento de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas (DECESA) da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA).

² Professora do DECESA e do Programa de Pós-Graduação em Tecnologias da Informação e Gestão em Saúde (PPG TIGSaúde) da UFCSPA.

³ Professor do Decesa e do Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Enfermagem (PPGENF) da UFCSPA.

a obter um desempenho econômico eficiente, por meio da produção de bens e serviços com qualidade destinada a seus cooperados e clientes.

Segundo a Resolução da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) nº 56 de 2019, a classificação dos ramos de cooperativas atualmente se divide em: agropecuário, consumo, crédito, infraestrutura, trabalho-produção de bens e serviços, saúde e transporte. Dentre essas denominações, e para os indivíduos que exercem atividades de produção de bens e serviços, a literatura aponta benefícios como a união do trabalho, o uso de máquinas e equipamentos de propriedade comum ao grupo, a possibilidade de reunir o trabalho e aumentar o produto para atender mais clientes. Cooperativas de trabalho-produção de bens e serviços surgem pela união de pessoas que compartilham uma mesma profissão ou que, ocorrida a falência numa empresa, se unem para continuar ativos economicamente no mesmo setor (RAMOS, [2020]).

Outra forma de se ver o surgimento do cooperativismo é a partir das dificuldades decorrentes de condições socioeconômicas de grupos sociais. Essas dificuldades ensejam a sua busca por uma atividade que promova não apenas a integração a um grupo com as mesmas necessidades e os mesmos objetivos, mas que possam promover também o desenvolvimento individual. Isso pode ser entendido em termos de a pessoa exercer sua capacidade produtiva (BATTILANI; SCHRÖTER, 2012; RAMOS, [2020]).

Ainda, em 2020, a população teve que enfrentar uma situação sanitária (em nível global) alarmante: a pandemia de covid-19. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil tinha 14.308.215 casos de covid-19 reportados desde o início da pandemia no país até 26 de abril de 2021, ocupando o terceiro lugar no número de casos a nível mundial, com 389.492 mortes pela doença. O Brasil passou de 11 mortes pela doença no período compreendido entre 9 e 16 de março de 2020 para 15.209 mortes entre 8 e 15 de março de 2021. De 779 casos confirmados para 508.010, nos mesmos períodos, respectivamente (ALL ABOUT, [2021]).

Enquanto a situação de saúde piorava quase de forma universal, com a situação econômica não foi diferente. No Brasil, a taxa de desocupação estava em 10,4% na semana entre 10 de maio de 2020 e 16 de maio de 2020 e se elevou quatro pontos percentuais (14,4%) entre 20 de setembro de 2020 e 26 de setembro de 2020. Na mesma semana de setembro, havia 15,3 milhões de pessoas que não buscaram emprego, desalentadas pela pandemia e/ou pela falta de emprego no local. Contudo, esses dados correspondem a uma média nacional, havendo taxas próximas a 10% nas regiões Centro-Oeste e Sul e mais próximas a 18% em alguns estados do Nordeste e na região Norte do país (IBGE, 2020a).

Com relação à inflação, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) apresentou uma variação mensal (em março de 2020) de 0,02%. No ano seguinte (março/2021), atingiu o patamar de 0,93% (IBGE, 2021). Contudo, observando mais de perto a situação econômica, o país já mostrava sinais de aumento da pobreza antes da pandemia. A *Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018* contabilizou aumento do número de domicílios em situação de insegurança alimentar, estando 20.864.000 domicílios na área urbana e 4.411.000 na área rural. Em comparação com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2013, eram 11.459.000 domicílios na área urbana 3.275.000 na área rural (IBGE, 2020b).

Entretanto, na semana entre 3 e 9 de maio de 2020, havia 8.569.000 de pessoas trabalhando de forma remota, isto é, em outro local que não o lugar de trabalho, podendo ser na própria casa ou outro, número que se manteve com pouca variação, sendo 7.948.000 pessoas na semana entre 20 e 26 de setembro de 2020 (PNAD COVID 19; IBGE, [2021]). Em contrapartida, (no mesmo período) o número de pessoas afastadas do trabalho devido ao distanciamento social caiu abruptamente, passando de 16.589.000 pessoas a 2.748.000. Segundo dados da OMS, houve crescimento na quantidade de casos confirmados de covid-19, passando de 72.895 entre 5 a 11 de maio de 2020 para 190.910 entre 22 a 27 de setembro de 2020.

Diante do difícil cenário econômico e da necessidade de retomar a atividade econômica, mesmo em tempos de pandemia, entre as estratégias para reduzir os contágios estão o isolamento social e uso de máscaras (OMS, 2021a, 2021b). No entanto, diante da alta incidência da doença no mundo, chama a atenção a acelerada implementação de mais tecnologias de informação e aumento do acesso à internet.

No Brasil, não é diferente. O Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br)⁴ apresenta diversos indicadores sobre o uso da internet para usuários de 16 anos ou mais. Entre os indicadores apresentados nos três informes elaborados durante a pandemia, a “Comunicação”, vista como troca de mensagens, tem mais de 90% de participação em todas as regiões do país. No caso de “Atividades realizadas na internet – educação e trabalho”, no item: “realizou atividades de trabalho”, responderam “sim”, em nível nacional, 53%, e, por regiões: 55% no Sudeste, 55% no Nordeste, 42% no Sul, 56% no Norte, e 54% no Centro-Oeste.

O usuário com mais de 16 anos, por uso de equipamento para internet, se destacou usando o “celular”, em mais de 90% dos resultados, a nível país e suas regiões. Com uso “apenas” de celular, essa porcentagem cai para 40% a nível nacional. Já para o caso do “comércio eletrônico”, o Painel TIC COVID-19, do Cetic.br, revela que houve aumento expressivo de 39% em 2018 para 70% durante a pandemia em 2020. E aumento na “comunicação direta entre as empresas e os consumidores”, passando de 26% para 46% no mesmo período (CETIC, 2020; CETIC, 2021). Esse panorama mais geral – visto que outros inúmeros elementos poderiam ser destacados – mostra que, a partir de março de 2020 (no Brasil), se vivencia um momento atípico na dimensão econômica, do trabalho e do “cotidiano”.

Diante da necessidade de manter a atividade econômica e reduzir os contágios durante a pandemia pela covid-19, as pessoas (em suas diversas formas de organização) tiveram que reorganizar seus canais de

⁴ “O levantamento estima os hábitos on-line para um universo de cerca de 100 milhões de usuários de Internet a partir de 16 anos de idade. Foram realizadas entrevistas pela web e por telefone, durante os dias 23 de junho e 8 de julho de 2020” (PAINEL TIC, [2021]).

comunicação, a comunicação com o trabalho, as próprias relações de trabalho, sem mencionar o que pode ter acontecido com todas as formas de relações sociais existentes. As cooperativas e seus cooperados precisaram fazer parte ativa deste processo.

Nesse sentido, o objetivo do estudo é conhecer e analisar a opinião dos cooperados em torno do arranjo de cooperativas da Justa Trama (JT). A partir desta análise, identificar elementos do ambiente interno e externo em meio ao cenário da pandemia pela covid-19 enunciada pela Organização Mundial da Saúde em março de 2020 e ainda vigente em abril de 2021.

METODOLOGIA

REFERENCIAL TEÓRICO: ECONOMIA SOLIDÁRIA E COOPERATIVISMO

No século XIX, os 28 tecelões de Rochdale formaram a primeira cooperativa de compra e consumo. Foi uma oportunidade para um grupo de tecelões sobreviver diante das práticas de preços e de lucro excessivo dos comerciantes da época. Com o passar do tempo, novas formas de cooperativismo foram surgindo, sendo chave entender que a união das pessoas no sistema cooperativo surge para se contrapor a alguma desvantagem ou situação de vulnerabilidade, lembrando o fundo de cunho econômico nessa união (CARDOSO; CARNEIRO; RODRIGUES, 2014; FLACH, 2016; VIANNA; LOREGIAN, 2015; ECKER, 2013; MUNARETTO, 2015).

Cardoso, Carneiro e Rodrigues (2014) resume tanto os princípios cooperativistas como os tipos de cooperativas. O fato de poder ser membro de uma cooperativa e de participar das decisões é uma das grandes diferenças desse sistema, se comparado com empresas do sistema capitalista. O trabalhador não cooperado tem mais restrições em uma empresa sob a figura do “empregado”. Participação explícita e acordada nas sobras (ou nas perdas) também é uma prerrogativa do cooperado, que na empresa é atribuída apenas aos seus acionistas ou aos proprietários. Vianna e Loregian

(2015) destacam o ato de “cooperar” como uma ação de várias pessoas para conseguir um resultado coletivo o qual, individualmente, poderia não ter sido alcançado.

A desejável “autonomia” das cooperativas é promovida como uma forma de respaldo aos seus membros, pois, sob esse modelo, são as pessoas que ali se reúnem que têm prioridade na gestão. Nesse sentido, há um cunho de fundo social que promove também melhorias educacionais, cooperação entre as cooperativas (intercooperação) e melhoras nas condições de vida como tal (MUNARETTO, 2015).

O cooperativismo está inserido nos fundamentos da economia solidária. Na economia solidária, os indivíduos se unem em busca de um interesse comum, não para competir, mas para atuar de forma colaborativa e em prol da comunidade. Em contextos de dificuldade de inserção no mercado de trabalho, assim como em contraposição às dificuldades impostas pela forte concorrência ou práticas de exercício de poder econômico, a alternativa de formar associações e cooperativas é aproveitada por indivíduos em diferentes áreas de atividade (BATTILANI; SCHRÖTER, 2012; FLACH, 2016; VIANNA; LOREGIAN, 2015).

Para Santos *et al* (2016), o trabalho sob a ótica da economia solidária não é visto apenas como fonte de renda, mas também como uma forma de realização das pessoas, assim como uma forma de se relacionar com o mundo.

MARCO ANALÍTICO

A pesquisa que deu origem a este artigo teve sua aprovação no Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), no Rio Grande do Sul, em parecer substanciado CEP 3.081673 (CAAE00380018.2.0000.5345).

Segundo Gonzalez Rey (2015), para a construção de um projeto de pesquisa, na perspectiva qualitativa, é importante a forma como se constroem os processos e como o pesquisador se aproxima das pessoas no ambiente social a pesquisar. O autor destaca que, neste desenho, a participação

de cada participante é uma decisão pessoal, que precisa de um ambiente de comunicação e participação das pessoas. Mesmo considerando a importância da amostra na pesquisa quantitativa, o mesmo autor destaca que o processo singular da pesquisa qualitativa tem a devida relevância pela sua participação no método construído para a pesquisa, reconhecendo que “nem toda a generalização dedutiva seja a única forma de conhecer o fenômeno” (GONZALEZ REY, 2015). O autor destaca, por exemplo, os estudos da psicologia e da psicanálise, nem sempre com amostra estatística, mas com a pessoa como o indivíduo central.

Neste estudo, o foco recai sobre as cooperativas singulares que compõem a JT. Utilizando ferramentas de diagnóstico comunitário, foram identificados atores-chave nessa cadeia no formato de “personagem interlocutor”, sendo o ator-chave em cada elo da cadeia quem auxiliou na entrega do questionário para o cooperado respondente, no local onde estivesse, *in loco*. Os elos e os respectivos atores estavam localizados nos municípios de Tauá (CE), Ponta Porã (MS), Pará de Minas (MG), Porto Alegre (RS) e Porto Velho (RO). Contudo, não obtivemos contato ou respostas por *e-mail* ou por telefone desde Tauá, nem desde Porto Velho. Onde não havia interlocutor que respondesse ao contato feito por *e-mail* ou por telefone, não foram enviados questionários.

Os contatos com os elos foram fornecidos a partir de consulta na Univens (Porto Alegre-RS), sede da JT. Os questionários foram enviados e devolvidos fisicamente via Correios, exceto em Porto Alegre. Neste, os questionários foram aplicados diretamente pelos pesquisadores.

Em termos de aplicação da gestão estratégica para analisar o contexto, empregamos uma ferramenta bastante tradicional para a administração, especificamente a matriz SWOT. A matriz SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats* ou Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) é utilizada para planejamento de médio e longo prazo. Tem como objetivo mapear o cenário externo (oportunidades e ameaças) às organizações de qualquer natureza e tamanho, e confrontá-lo com seus aspectos internos (forças e fraquezas). Também é utilizada como instrumento de avaliação

do cenário atual de organizações para a implementação de estratégias em prol do crescimento e ganho de eficiência. Por ser uma ferramenta de gestão bastante genérica para organizações em mercados diversos (HILL; WESTBROOK, 1997; MADSEN, 2016), avaliou-se que poderia ser útil para a análise da cooperativa ora estudada, em função da necessidade de estruturação de uma gestão mais profissional e atenta ao contexto local e nacional de sua atuação (CRÚZIO, 2005). A partir da análise do ambiente da cooperativa, as informações se organizam em quatro quadrantes, do positivo (forças e oportunidades), do negativo (fraquezas e ameaças), do cenário interno (forças e fraquezas) e do externo (oportunidades e ameaças).

De forma complementar, a ênfase na gestão utilizando tecnologias de informação e o conhecido *e-commerce* são fundamentais no contexto da pandemia. Segundo O'Brien e Marakas (2012, p. 310-314), o *e-commerce* inclui etapas diferentes da comercialização ou do *marketing*, não unicamente os atos de “comprar ou vender produtos *on-line*”. Os autores incluem: *marketing* interativo, registro de pedidos de compras, pagamento e apoio ao cliente nos catálogos disponíveis *on-line*, para mencionar alguns.

Contudo, o *e-commerce* requer a atenção de experts na área para a implementação em cooperativas ou em empreendimentos solidários. Os autores (O'BRIEN; MARAKAS, 2012) resumiram em nove categorias o processo para que esta implementação fosse efetiva: controle de acesso e segurança, definição de perfil e personalização, gerenciamento de busca, gestão de conteúdo e catálogo, pagamento e carrinho de compras, gestão do fluxo de trabalho, evento notificação, colaboração e comercialização.

PROCEDIMENTOS PRÁTICOS DA APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS E OS PARTICIPANTES

A cooperativa que representa o elo da ponta da Justa Trama fica em Porto Alegre, no bairro Sarandi, sendo o contato inicial dos pesquisadores. A Cooperativa Central reúne e “mobiliza” os demais elos, que estão localizados em outros estados, como no Ceará, Mato Grosso do Sul, Minas

Gerais e Rondônia. Para fins práticos, cada elo será chamado de “Coop A”, “B”, “C”, “D”, até a letra “E” para o quinto elo.

A seguir, apresenta-se uma descrição geral dos elos da cadeia da JT:

- Coop A – Adec (Tauá-CE): produção de algodão ecologicamente sustentável. Fomos informados da participação de 68 cooperados atuantes na JT, mas não houve resposta ao contato feito nesta pesquisa.
- Coop B – Aefaf (Ponta Porã-MS): Produção de algodão na cor rubi. Fomos informados da participação de cerca de 180 cooperados atuantes na JT, porém, houve disponibilidade de apenas 5 a 7 produtores para responder ao questionário. O motivo seria que os cooperados fazem parte do Assentamento Itamarati e cada assentado-cooperado se encontra a longa distância de quilômetros um do outro.
- Coop C – Coopertêxtil (Pará de Minas-MG): cooperativa de trabalho e produção têxtil, inicialmente com 140 cooperados; fomos informados da disponibilidade de 5 a 10 respondentes que participam da JT.
- Coop D – Univens (Porto Alegre -RS): cooperativa de confecção têxtil; participam na JT, na íntegra, o 27 cooperados, todos mulheres. Fomos informados que o grupo como um todo poderia responder ao questionário.
- Coop E – Açaí (Porto Velho-RO): cooperativa de produção e comercialização. Fomos informados da participação de 22 cooperados, contudo, seriam 10 artesãos respondentes unicamente. Porém, quando enviados os questionários pelos Correios para o interlocutor, não ocorreu a devolução destes respondidos.

Especificidades mais aprofundadas de cada cooperativa não serão feitas neste estudo, pois fogem ao escopo do objetivo. Em função de residir na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, teve-se acesso direto ao contato da presidenta da JT na coop D (Univens). A partir daí, o grupo de pesquisadores recebeu o contato de telefone e WhatsApp de pelo menos

uma pessoa em cada elo da cadeia. Para fins práticos, a Cooperativa Central Justa Trama é uma junção de pessoas em torno do ideal da economia solidária e sustentável.

No mês de maio de 2019, mensagens de WhatsApp foram enviadas para os possíveis interlocutores em cada elo. Os autores apresentavam e descreviam a pesquisa e especialmente o questionário, o qual deveria ser aplicado, após assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Quando houve a resposta virtual ao contato desde Porto Alegre, perguntou-se sobre quantos questionários poderiam ser enviados e a qual endereço. No caso da Adec, não houve resposta ao contato pelo WhatsApp. Na Aefaf, o interlocutor local recebeu sete vias do questionário no correio do assentamento Itamarati. Na Coopertêxtil, a interlocutora local recebeu via correios dez vias do questionário. Na Univens, em Porto Alegre, foi aplicado o questionário para 17 cooperadas, que estavam no local no momento da visita. Por fim, a Cooperativa Açaí respondeu o contato virtual do WhatsApp, e foram-lhe enviadas dez vias do questionário pelo serviço de Correios, contudo não retornou mais contato nem as vias do questionário respondidas.

Para atender a abrangência da JT em diferentes Unidades da Federação (UF), foram enviados via Correios impressos do instrumento, para os demais estados. Cada via (questionário) foi identificada por um número aleatório composto por nove dígitos, sendo os três primeiros aleatórios e o restante a data de envio pelos Correios junto ao mesmo número de envelopes, para que cada interlocutor, ao receber, fora de Porto Alegre, o pacote de unidades, pudesse entregar uma via ao respondente, o qual preencheria suas respostas, de forma anônima, e colocaria de volta, dentro de envelope lacrado, não identificando o respondente. Dessa forma, o que os interlocutores enviaram de volta, via Correios, aos pesquisadores, foi um envelope grande com todos os envelopes de tamanho médio com as vias respondidas e, por fora dos envelopes de respostas, os TCLE assinados. Na Coop D, o mesmo procedimento de aplicação dos questionários foi realizado, sem a identificação dos interlocutores e com a assinatura de um TCLE.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Tabela 1 apresenta o fluxo de vias do questionário por envio, e o recebido com respostas. Em Porto Alegre, os autores aplicaram os questionários no local, no mesmo formato de uso de envelopes para não identificar o respondente e suas respostas. Os respondentes não declararam impossibilidade de leitura (por falta de alfabetização ou outro motivo) para colocarem suas respostas. Qualquer esclarecimento feito sobre as perguntas, não conduziu à identificação de nenhum respondente. Nenhum questionário recebido de volta precisou ser excluído. Estavam devidamente respondidos de forma clara.

Tabela 1 – Fluxo de questionários enviados e recebidos com respostas.

Cooperativa singular	Questionários enviados para o contato da cooperativa (interlocutor)	Questionários devolvidos com respostas
Coop A	0	0
Coop B	7	3
Coop C	10	6
Coop D	17	17
Coop E	10	0

Fonte: elaboração própria.

O contato dos pesquisadores com os interlocutores até a aplicação dos questionários ocorreu entre os meses de maio e julho de 2019. Em dezembro de 2019, foram apresentados os resultados dos questionários para membros da JT (Coop D) em Porto Alegre. Em julho de 2020, uma síntese dos resultados foi enviada aos interlocutores contatados.

Nas tabelas a seguir, há uma síntese de respostas do questionário. De acordo com a primeira questão do instrumento: “Há quanto tempo você está na cooperativa?”, o tempo de permanência na cooperativa apresentava uma variação expressiva, sendo de no mínimo 3 meses até mais de 20 anos. Dessa forma, foi difícil ver um resultado homogêneo para as respostas a essa questão.

Sendo que, na Questão 2 (Tabela 2), “trabalho e renda” foi a principal motivação para a permanência, seguida pelo fato de uma firma virar cooperativa. A Coop B e a Coop D tiveram como a principal motivação trabalho e renda, enquanto a Coop C foi o caso da firma que passa a ser cooperativa. “Unir-força” também foi respondido pela Coop D e pela Coop B como motivação.

Tabela 2 – Perguntas e respostas sobre a motivação.

Questão 2: por qual motivo você decidiu se juntar à cooperativa?	
Meio de trabalho e renda	52%
A firma virou uma cooperativa	17%
Unir força	14%
Próximo de casa	10%
Sustentabilidade ambiental	4%
Outro	3%
Total	100%

Fonte: elaboração própria.

Na Questão 3 (Tabela 3), “O que estaria fazendo se não estivesse na cooperativa?”, a opção de estar em “outro trabalho” foi a que mais se repetiu em cada elo da JT. Ou seja, o ingresso na cooperativa foi uma oportunidade mais palpável para as pessoas, e no caso de muitas mulheres, foi porta alternativa à opção de dona de casa. No caso das Coop C e D, os cooperados são em maioria mulheres.

Tabela 3 – Perguntas e respostas sobre alternativas.

Questão 3: se você não estivesse na cooperativa, estaria fazendo o quê?	
Estaria em outro trabalho	62%
Ficaria como dona de casa	17%
Atuaria na minha profissão	7%
Nada	4%
Outro	10%
Total	100%

Fonte: elaboração própria.

Na Questão 4 (Tabela 4), “Quais as vantagens que você teve na vida ao se juntar à cooperativa?”, os participantes cooperados tiveram várias respostas na linha de “outra” tais como: “realizar desejos e sonhos”. Ou seja, a cooperativa como meio de realização pessoal e não apenas financeira. Contudo, consideram também entre as vantagens a de “estarem trabalhando”. Este resultado favorece a ideia da inclusão econômica para os cooperados.

Tabela 4 – Perguntas e respostas sobre as vantagens.

Questão 4: quais as vantagens que você teve na vida ao se juntar à cooperativa?	
Outra: realização de aspirações e sonhos	39%
Estar trabalhando	36%
Estar perto de casa	21%
Nenhuma	4%
Total	100%

Fonte: elaboração própria.

O resultado na Questão 5, “Você tem planos de permanecer na cooperativa?”, sobre a permanência na cooperativa, resulta difícil de interpretar,

pois a resposta de maior frequência era permanecer, porém sem conseguir especificar por quanto tempo. Dessa forma, pode-se dizer que há um ambiente de incerteza sobre o tempo de permanência para o cooperado. Não houve elementos novos que permitissem explicar ou justificar esse resultado no instrumento utilizado.

Tabela 5 – Perguntas e respostas sobre a permanência.

Questão 5: você tem planos de permanecer na cooperativa?	
Sim	93%
Não	7%
Total	100%

Fonte: elaboração própria.

O resultado contrasta, na Questão 6, “Há alguma coisa que você mudaria HOJE na cooperativa?”, com o que gostariam de mudar em primeiro, segundo e terceiro lugar. A preferência é por mudar os equipamentos utilizados e ter mais capacitações. Surpreende ver que não se espera mudar em primeiro lugar, por exemplo, tempo de descanso, valor do pagamento (sobras, valores recebidos). Cumpre-se aqui o postulado no Modelo Ward-Vanek-Meade no qual o resultado seria a busca de maiores rendimentos de cada cooperado em vez do “lucro”, este último como no caso das empresas incentivadas pelo capital (ECONOMIC, [2021]).

Tabela 6 – Perguntas e respostas sobre o que mudaria hoje.

Questão 6: há alguma coisa que você mudaria HOJE na cooperativa?			
Mudaria:	Mudaria em primeiro lugar	Mudaria em segundo lugar	Mudaria em terceiro lugar
Equipamentos	52%	-	-
Relacionamento com cooperados	14%	20%	
Capacitações	10%	25%	39%
Comunicação	7%	15%	15%
Valor recebido como pagamento	7%	10%	38%
Espaço	4%	10%	8%
Tempo de descanso	3%	-	-
Materiais	3%	15%	-
Estratégia de vendas	3%	5%	-
Total	100%	100%	100%

Fonte: elaboração própria.

Já na Questão 7, “O que você gostaria de mudar na cooperativa?”, os cooperados relataram que gostariam de mudar o “relacionamento” e a “comunicação” na sua cooperativa. O valor que é recebido como pagamento aparece no terceiro lugar com maior frequência nas cooperativas (“valor pago”).

Os resultados nas Questões 8 e 9 se relacionam a “instrumentos de trabalho que utiliza” e “Quais instrumentos de trabalho você gostaria de utilizar, caso não utilize HOJE na sua rotina?”; as pessoas gostariam de utilizar: computadores, máquinas e equipamentos em primeiro lugar, enquanto, em segundo lugar, as respostas que mais se repetem são quadro organizador, celular e internet. Foi o resultado mais comum na Coop B e na Coop

D. A Coop D incluiu nas respostas que gostaria de utilizar uniforme. Este resultado não quer dizer que os cooperados não utilizavam equipamentos e máquinas, mas aponta que estariam na busca, provavelmente, de mais (e/ou melhores) equipamentos, máquinas e computadores do que utilizam atualmente. Neste caso, a pandemia pela covid-19 leva, a partir de 2020, a atender esta necessidade de novos equipamentos e acesso à internet ampliado entre os cooperados.

Entre as dificuldades apontadas pela Questão 10 (Tabela 7): “Qual dos problemas listados você acha que a cooperativa apresenta?”, estão em primeiro lugar o de “produzir mais” nas Coops B, C e D e “vender mais” nas Coops C e D, seguidas pela opção de “subir preço”. Em segundo lugar das dificuldades, aparecem “vender mais” e “baixar custos”, mostrando em conjunto dificuldades para se obter uma margem (diferença entre o preço recebido e o custo por unidade) maior. Margem baixa pode impactar de forma negativa o resultado final – do exercício – das sobras para os cooperados. Dessa forma, é possível identificar que as cooperativas do estudo estão em um mercado de concorrência com outras empresas e não determinam o preço de mercado; também podem estar com problemas para ampliar o volume e a escala de produção no longo prazo.

Tabela 7 – Perguntas e respostas sobre problemas.

Questão 10: qual dos problemas abaixo você acha que a cooperativa apresenta?			
Dificuldades	Dificuldades em primeiro lugar	Dificuldades em segundo lugar	Dificuldades em terceiro lugar
Produzir mais	46%	-	-
Aumentar as vendas	16%	43%	-
Aumentar os preços do produto	15%	-	42%
Não sabe	15%	-	-
Chegar em comum acordo	8%	14%	17%
Baixar custos	-	29%	41%
Aumentar os clientes	-	14%	
Total	100%	100%	100%

Fonte: elaboração própria.

Para a Questão 11, “Você gostaria de poder ter mais capacitações?”, a resposta sim foi de cerca de 25%; por sua vez, trabalhar com mais cooperados reuniu o sim de 44%. Já ter mais benefícios como cooperados teve o sim de pelo menos 75%. Entre as observações não explicitadas nos questionários, estão: a necessidade de adquirir ou modernizar os equipamentos, relacionado com as Questões 5 e 6. Com relação às capacitações, não se identificou se ocorrem aperfeiçoamentos após entrada do profissional na cooperativa e, caso haja, com qual frequência. Por sua vez, mesmo apontando precisar vender mais e ampliar a produção, a ideia de trabalhar com mais cooperados foi aceita com o sim de menos da metade dos cooperados. Entre os benefícios, se apontava ter plano de saúde e receber “salário”.

Na pergunta aberta da Questão 12, “Como imagina sua vida nos próximos cinco anos?”, com relação às expectativas para o futuro, algumas

respostas foram: “Na mesma situação atual, se for na produção de algodão”; “Trabalhando bastante, sempre com mais conhecimento. E, quem sabe, encontrando cada vez mais parceiros para a cooperativa, podendo aumentar nossas retiradas”; “Estar muito bem e continuar trabalhando na cooperativa”; “Caso esteja na cooperativa em questão, pretendo estar capacitada e já experiente para fazer um bom trabalho e poder ajudar os futuros cooperados”; “Que melhore um pouco mais e a gente consiga ganhar mais um pouco”.

Ao todo, os resultados mostram melhora na qualidade de vida relacionados com a inclusão produtiva, a satisfação e a participação como cooperados, no entanto, estão faltando elementos tais como mais capacitações e formação para um maior impacto socioeconômico da cooperativa nessas pessoas.

Em seguida, mostra-se, na Tabela 8, a matriz de análise SWOT antes e durante os tempos de pandemia de covid-19. O questionário foi aplicado em 2019, contudo, a pandemia não estava prevista, permitindo ser incorporado este fato como parte do ambiente externo numa matriz SWOT atualizada. No ambiente interno, o gosto dos cooperados pela cooperativa e sua ideia de permanência são positivos. Já se convertem em fraquezas que servem como potenciais fontes de inovação os desejos de mudar equipamentos, aumentar a capacitação, melhorar a comunicação e estar em plena concordância. No ambiente externo também, a Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa) e o programa de Algodão Brasileiro Responsável (ABR) fomentam a produção de algodão ecológico e com sustentabilidade ambiental, o que por sua vez promove a concorrência neste segmento específico (programa Better Cotton Initiative – BCI).

Tabela 8 – Matriz de análise SWOT antes e durante os tempos de pandemia de covid-19.

(Continua)

	Positivo	Negativo
	Forças	Fraqueza
Interno	Cooperados respondentes gostam de trabalhar na cooperativa 93% responderam que pretendem permanecer na cooperativa Confiança de continuidade na cooperativa	Equipamentos da cooperativa Capacitações Comunicação Falta de profissionalização da gestão das cooperativas
	Forças durante o período da pandemia	Fraquezas durante o período da pandemia
	Cooperados unidos pelo bem comum Possibilidade de trabalho no domicílio ou em turnos reduzidos na oficina Compra de novos equipamentos de computação Melhora no acesso à internet Acesso a <i>smartphone</i> e aprendizado de recursos para conferência <i>on-line</i>	Equipamentos de computação escassos e obsoletos Dificuldades para lidar com as novas metodologias
	Oportunidades	Ameaças

(Conclusão)

Externo	Desemprego em alta Reforma trabalhista: fragilização dos vínculos trabalhistas Consumidores valorizam produtos ecologicamente corretos e inseridos em cadeia de comércio justo Dólar em aumento (a moeda nacional, o Real Brasileiro, desvalorizado)	Aumento da competição por produtos similares Produção em grande escala de algodão (<i>commodity</i>) Apoio ao empreendedorismo (individual e de concorrência) (pequeno empreendedor, empreendedorismo feminino, rural, produção ecológica sustentável)
	Oportunidades durante o período da pandemia	Ameaças durante o período da pandemia
	A OMS alerta sobre a importância do uso de máscaras, podendo ser máscaras de pano, com especificidades para maior idoneidade e uso de algodão na parte interna Salto tecnológico a nível mundial e nacional, e, busca da inclusão digital da população Vendas pela internet em aumento (B2B, B2C) Busca pela qualidade	Aumento da pobreza e o desemprego dos potenciais compradores Se houver adoecimento pela covid-19, com agravamento pela doença Incerteza sobre a duração do período de pandemia

Fonte: elaboração própria.

A Cooperativa Central do Estado (COOP) disputa o mercado com inúmeros concorrentes próximos do produto, haja vista as cifras: 1.671 milhares de hectares de área cultivada no país com uma produção de 2.879 milhares de toneladas de algodão em pluma (1.722,92 kg/ha) na safra 2019/20 (ÁREA, [2020]). Dessa forma, novos concorrentes no mercado produzem e comercializam um produto substituto do algodão sustentável, seja este sob a forma de cooperativa (cooperação) ou produção familiar (no marco da Agricultura Familiar, segundo a Lei nº. 11.326, artigo 3º (BRASIL, 2011) ou de mercado (guiado pelo modelo do capital e o empresariado). As oportunidades no ambiente externo com relação a cada cooperativa singular e da cadeia JT advêm da oportunidade de se organizar diante do cenário trabalhista fragilizado no Brasil, mas também da valorização de produto sustentável e da organização coletiva que alguns nichos de consumidores têm na sua preferência. Na busca pelo mercado externo, a moeda nacional, o Real Brasileiro, apresentou uma desvalorização no câmbio nominal, passando de 4,4946 u.m.c./US\$ em 2 de março de 2020 para 5,4424 u.m.c./US\$ em 27 de abril de 2021 (BCB, 2021). Ou seja, a taxa de câmbio pode ser atraente para a compra de produtos brasileiros, contudo, pode haver alguns empecilhos no mercado interno que deixariam os preços menos favoráveis, tudo mais constante a paridade do poder de compra ajustada ao crescimento do produto interno bruto do país (THE ECONOMIST, 2021). Haja vista a extensão e o dano ocasionados durante a pandemia de covid-19, as possibilidades de resiliência aumentarão desde que, entre outros fatores, haja incorporação de tecnologias digitais. O Business-to-Business (B2B) e o Business-to-Consumer (B2C) não serão alheios à realidade da JT. Porém, a inclusão digital é necessária para aumentar a capacidade de resiliência de cada cooperada e cooperado. Acompanhando este movimento, a busca de capacitações confirma que o princípio de educação, formação e informação é necessário para que se cumpra com os sete princípios do cooperativismo e os empreendimentos solidários avancem, na medida em que as pessoas têm crescimento pessoal também.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo apresenta uma análise qualitativa de uma cadeia solidária de produção de algodão ecológico até a confecção têxtil. O caso da Justa Trama mostra a resiliência dos cooperados e cooperadas a partir de fatores como gosto por estar na cooperativa assim como busca de realizações e sonhos, inserindo a análise no contexto do período de início da pandemia de covid-19 no Brasil até o período recente, em abril de 2021. Haja vista que os cooperados e cooperadas também precisam de inclusão digital e utilizar o *e-commerce* como ferramenta de resiliência, a JT pode ser um estudo de caso, mas sem perda de generalidade para empreendimentos solidários similares.

Utilizamos questionário e matriz SWOT para análise dos resultados obtidos. Acreditamos, pelos resultados, que maior inclusão tecnológica e capacitações na área de tecnologias de informação são necessárias para promover o sucesso de empreendimentos solidários e cooperativas durante e no pós-pandemia de covid-19 no Brasil.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos pela colaboração e acolhida desta pesquisa por parte dos participantes cooperados interlocutores e respondentes da Aefaf, Coopertêxtil, Univens e Açaí que fazem parte da Justa Trama.

REFERÊNCIAS

ALL ABOUT masks in the context of COVID-19. WHO, [2021]. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/advice-for-public/when-and-how-to-use-masks>. Acesso em: 26 abr. 2021.

ANDRADA, C. F.; SATO, L. Trabalho e política no cotidiano da autogestão: a rede JUSTA TRAMA. *Psicologia & Sociedade*, [S. l.], v. 26, n. spe., p. 3-13, 2014.

ÁREA, produção e produtividade Brasil. *Abrapa*, [2020]. Disponível em: <https://www.abrapa.com.br/Paginas/Dados/%C3%81rea,%20Produ%C3%A7%C3%A3o%20e%20Produtividade%20Brasil.aspx>. Acesso em: 3 jun. 2020.

BATTILANI, P. P.; SCHRÖTER, H. G. (ed.). *The Cooperative Business Movement, 1950 to the Present* (Comparative Perspectives in Business History). Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

BCB. Banco Central do Brasil. 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/historicocotacoes>. Acesso em: 08 abr. 2022.

BOSSLE, M. B.; NASCIMENTO, L. F. M. do. As relações interorganizacionais na rede justa trama como um fator de sucesso na produção e comercialização dos produtos do algodão ecológico. *Revista Metropolitana de Sustentabilidade*, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 64-81, maio/ago. 2014.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 08 abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 5.764/1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm. Acesso em: 03 abr. 2021.

CARDOSO, U. C.; CARNEIRO, V.; RODRIGUES, E. *Cooperativa*. Brasília, DF: Sebrae, 2014. (Série Empreendimentos Coletivos).

CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M. F. *O poder nas organizações*. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

COVID-19 STRATEGIC preparedness and response plan: Country preparedness and response status for COVID-19 as of

9 June 2020. WHO, [2021]. Disponível em: https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/covid-19-sprp-unct-guidelines.pdf?sfvrsn=81ff43d8_4. Acesso em: 26 abr. 2021.

CRÚZIO, H. de O. Como Organizar e Administrar uma Cooperativa. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ECKER, A. F. *Cooperando em lombo de mula*. De Nova Petrópolis a Tamandaré. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2013.

ECONOMIC Democracy: The Cooperative Alternative. edX, [2021]. Disponível em: <https://learning.edx.org/course/course-v1:EdinburghX+COOPsx+1T2018/block->. Acesso em: 27 jan. 2021.

FLACH, J. C. *Cooperativa Ouro do Sul 80 anos de história*. Porto Alegre: Seescoop, 2016.

FRANCISCHINI, A. S. N.; FRANCISCHINI, P. G. *Indicadores de desempenho*: Dos objetivos à ação – métodos para elaborar KPIs e obter resultados. Rio de Janeiro: Starlin Alta Editora; Consultora Eireli, 2018. *E-book*.

GASPAR, I. de A.; SHIMOYA, A. Coeficiente alfa de Cronbach. In: SIENPRO, 2., 2017, Catalão. *Anais [...]*. Disponível em: <https://www.catalao.ufg.br/e/19513-simposio-de-engenharia-de-producao-sienpro-2017>. [Catalão: UFG], 2017. Acesso em: 3 jul. 2020.

GOMES, G. G. *Justa Trama – Cadeia Produtiva do Algodão Ecológico: As territorialidades da Economia Solidária*. 2011. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

GONZALEZ REY, F. *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção de informação*. Tradução Marcel Aristides Ferrada Silva. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

HILL, T.; WESTBROOK, R. SWOT analysis: it's time for a product recall. *Long Range Planning*, Amsterdam, v. 30, n. 1, p. 46-52, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Atlas do espaço rural brasileiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=263372>. Acesso em: 3 jun. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018*. Análise da Segurança Alimentar no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IPCA-15 -Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15. IBGE, [2021]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9260-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo-15.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 26 abr. 2021.

JUSTA TRAMA. Disponível em <https://www.justatrama.com.br/>. Acesso em: 9 jun. 2020.

MADSEN, D. Ø. SWOT Analysis: A Management Fashion Perspective (March 21, 2016). *International Journal of Business Research*, Stockton, v. 16, n. 1, p. 39-56, 2016. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2615722>. Acesso em: 30 maio 2020.

MUNARETTO, L. F. *Avaliação de desempenho organizacional em cooperativas de eletrificação: um estudo sobre uso de indicadores de desempenho*. Porto Alegre: Buqui, 2015.

O'BRIEN, James, A.; MARAKAS, George M. *Administração de Sistemas de Informação*. Available from: VitalSource Bookshelf, Grupo A, 2012.

PAINEL DA COVID-19. WHO, [2021]. Acesso em: <https://covid19.who.int/table>. Acesso em: 26 abr. 2021.

PAINEL TIC Covid-19. *Cetic.br*, [2021]. Disponível em: <https://cetic.br/pt/tics/tic-covid-19/painel-covid-19/3-edicao/C16AW/>. Acesso em: 26 abr. 2021.

PNAD COVID19. IBGE, [2021]. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/trabalho.php>. Acesso em: 26 abr. 2021.

RAMOS do Cooperativismo. OCB, [2020]. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/ramos#:~:text=A%20ideia%20%C3%A9%20simples%3A%20cada,uma%20estrutura%20de%20sete%20ramos>. Acesso em: 6 jun. 2020.

Santos, Clarice da Silva *et al.* Psicologia & economia solidária: possíveis intervenções. DIALOGO, Canoas, n. 31, p.47-57, abr./2016. Disponível em: <<https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Diálogo/article/view/2238-9024.16.23/pdf>> Acesso em: abril de 2021.

SILVA, J. S. G. da; SCHULTE, N. K. O caso JUSTA TRAMA: contexturas entre a economia solidária e as estratégias orientadas para a sustentabilidade no processo de Life Cycle Design. *Moda Palavra e-periódico*, Florianópolis, ano 7, n. 13, jan./jun. 2014.

THE BIGMAC Index. *The Economist*, 2 fev. 2022. Disponível em: <https://www.economist.com/big-mac-index>. Acesso em: 20 jan. 2021.

VIANNA, J. P.; LOREGIAN, E. *Majestade 80 Anos de Cooperativismo*. Porto Alegre: Sescoop, 2015.

MATERIAL SUPLEMENTAR

Análise dos dados: <https://figshare.com/s/e0e362e314f4e2b3a447>.

Questionário: <https://figshare.com/s/5edd58d4b00d061468dc>.

NEGÓCIO DE IMPACTO SOCIAL COM GESTÃO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO DE CASO BRASILEIRO

Márcia Lima Santos de Cezere¹

Ana Clarissa Matte Zanardo dos Santos²

Ana Clara Aparecida Alves de Souza³

INTRODUÇÃO

Os negócios de impacto social (NIS) têm encontrado substancial espaço para crescimento e fortalecimento no Brasil, acompanhando a tendência de outros países. Esses negócios adotam formas próprias de condução da gestão de suas atividades. Um dos caminhos possíveis para a sua gestão é seguir os princípios da economia solidária (EcoSol), mesmo esta não sendo uma prática nova. Sua origem se deu no movimento cooperativista britânico estabelecido em decorrência da primeira Revolução Industrial (SINGER, 2002), mas, na contemporaneidade, tem sido resgatada em conjunto com outras práticas de negócio, de modo que suas premissas podem indicar uma melhor forma de estabelecer vínculos com trabalhadores, fornecedores, consumidores e outras partes envolvidas, de maneira a primar pela justiça nessas relações.

¹ Mestra em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

² Professora adjunta na Escola de Negócios e no Programa de Pós-Graduação em Administração da PUCRS, doutora em Administração pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

³ , Professora Visitante no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS – Campus Canoas), doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Considerando uma perspectiva tríplice de sustentabilidade, este estudo busca entender como os impactos sociais, ambientais e econômicos se relacionam na percepção de *stakeholders* de um NIS atuante no campo da EcoSol. Na possibilidade de junção desses dois universos, foi identificada a oportunidade de buscar compreender como os *stakeholders* de um NIS gerido com princípios da economia solidária percebem os impactos sociais, ambientais e econômicos de suas atividades.

A literatura, ao abordar sobre NIS, muitas vezes não explicita o que são os impactos sociais, ambientais e econômicos, denominando-os como impacto social, socioeconômico ou socioambiental. Logo, essa denominação evidencia que o impacto social engloba os demais impactos, resumindo-os em uma única nomenclatura. De acordo com Iizuka, Varela e Larroudé (2015, p. 386), “[...] embora os resultados financeiros sejam, relativamente, fáceis de medir, o nível social e ambiental é muito mais difícil de determinar”.

Da mesma forma, não é possível compreender objetivamente as percepções dos *stakeholders* com relação a cada um desses impactos. Sabatier et al. (2017) ressaltam a perspectiva dos *stakeholders* frente ao desempenho organizacional de empresas sociais quanto à equação social e de lucro, visto que há o interesse da realização do objetivo social e igualmente do retorno financeiro. Pagnussatt et al. (2018) analisam, em um negócio tradicional,⁴ as diferentes percepções dos *stakeholders* locais, diferenciando os impactos sociais, ambientais e econômicos gerados pela implementação de pequenas centrais hidroelétricas. Como resultado, evidenciam-se as divergências entre as percepções em um mesmo grupo de *stakeholders* sobre a caracterização dos impactos. Além disso, como futuras pesquisas, as autoras sugerem que se realizem estudos que aprofundem o entendimento sobre as dimensões sociais, ambientais e econômicas dos possíveis impactos das organizações (PAGNUSSATT et al., 2018). Com isso, a lacuna desta pesquisa centra-se em discorrer sobre esses impactos a partir da perspectiva de diversos *stakeholders* de um NIS.

⁴ Negócios tradicionais têm o propósito de maximizar e rentabilizar os lucros.

Para isso, se empreendeu um estudo qualitativo, com a realização de 29 entrevistas com os diferentes *stakeholders* envolvidos com o NIS, abrangendo todo o território brasileiro, mais especificamente em Porto Alegre (RS), Tauá (CE), Pará de Minas (MG), Porto Velho (RO) e Ponta Porã (MS). Além disso, foram coletados dados complementares, como documentos e fotografias, para compreender de forma mais ampla essas percepções com relação aos impactos gerados pelo NIS. Os resultados destacam os impactos sociais, ambientais e econômicos do referido NIS, ressaltando, adicionalmente, a presença dos princípios da EcoSol na gestão do empreendimento.

Este artigo está estruturado em cinco seções, iniciando por esta introdução, seguida pela seção de revisão de literatura, na qual são destacados NIS, EcoSol e a noção de *stakeholders*, nessa junção. O método apresenta como a pesquisa foi conduzida, bem como o caso escolhido para pesquisa. A seção seguinte dá conta da análise e discussão dos resultados. Finalmente, são apresentadas as considerações finais.

REVISÃO DE LITERATURA

Com vistas a discorrer sobre a temática apresentada e buscar substância conceitual para a questão identificada, foram revisadas contribuições da literatura que tratam de concepções a respeito de três abordagens principais, a noção de NIS, a compreensão sobre as bases da EcoSol e o conceito de *stakeholders* que, juntos, compõem a problemática de interesse desta pesquisa.

NEGÓCIOS DE IMPACTO SOCIAL (NIS)

No que diz respeito à noção de negócios de impacto social, diferentes nomenclaturas associadas são encontradas na literatura como resultado de pesquisa sobre NIS, como negócios para a base da pirâmide (BoP, do inglês *bottom of the pyramid*), empresa social, negócios inclusivos e negócios sociais. Comini, Barki e Aguiar (2012) identificaram, na literatura, três concepções que buscam definir um NIS. A primeira, é a concepção

européia, que se refere à abordagem de empresa social, com a origem em associações e cooperativas, destacando as relações entre as organizações da sociedade civil com as funções públicas. A segunda é a norte-americana, que utiliza a nomenclatura “negócio social” ou “unidade de negócio de empresa comercial”, com a lógica de mercado voltada para o público da BoP. A terceira é a concepção dos países emergentes, contemplando América Latina e Ásia, com o termo “negócios inclusivos”, que abarca as iniciativas para a inclusão social e a redução da pobreza.

Na América Latina, conforme Comini, Barki e Aguiar (2012), não há definição quanto à distinção entre negócios sociais e negócios inclusivos. No Brasil, negócio inclusivo seria uma subcategoria de negócio social e, atualmente, não há diferenciação na constituição legal ou no formato jurídico e regime tributário entre NIS e negócios tradicionais. Já o Reino Unido, a Itália e os Estados Unidos reconhecem essas organizações híbridas e oferecem vantagens e incentivos (IIZUKA; VARELA; LARROUDÉ, 2015).

Na Europa, por outro lado, há diversas ações que fomentam a criação de NIS, de acordo com informações do Comitê Econômico e Social Europeu (Cese). O estudo fomentado pelo Cese (2017) apresenta a evolução recente da economia social na União Europeia (UE) e nos 28 Estados-membros no que diz respeito à criação de emprego, promoção do desenvolvimento sustentável, adequação dos serviços às necessidades e distribuição mais justa do rendimento e da riqueza. Considera-se importante esse movimento de dar um tratamento diferenciado à economia social como forma de estimular e valorizar as potencialidades desse segmento.

Em essência, os negócios sociais são modelos de empresas que buscam resolver um problema social, recorrendo a mecanismos utilizados no mercado tradicional da criação e da venda de produtos e serviços que atendem às reais necessidades do mercado voltados para a população em vulnerabilidade social, em vez de apenas maximizar o lucro (YUNUS; MOINGEON; LEHMANN-ORTEGA, 2010). Para Yunus (2008, p. 35), o negócio social é uma “[...] oportunidade multidimensional dos seres humanos”, com vistas a “[...] identificar o verdadeiro ser humano e reconhecer os

seus desejos multifacetados”. Ainda segundo o autor, o negócio social é uma abordagem organizacional com a vocação de reduzir a pobreza e oferecer oportunidades para as pessoas terem meios de produção e sobrevivência (YUNUS, 2008). Em consonância, Comini, Barki e Aguiar (2012) afirmam que esse tipo de negócio objetiva a inclusão de desfavorecidos e está mais vinculado à realidade de pequenas e médias empresas.

Considerando o sistema capitalista, na visão de Yunus, Moingeon e Lehmann-Ortega (2010), há uma distinção nos objetivos e nos interesses das corporações. Em uma extremidade, procura-se a maximização dos lucros, visando gerar mais riqueza para os empresários, sendo as chamadas empresas que maximizam os lucros (EML), isto é, os negócios ou empresas tradicionais. Na outra ponta, há organizações sem fins lucrativos para cumprir objetivos sociais. Os negócios sociais conseguem oferecer um equilíbrio, já que são empreendimentos com um propósito primordialmente social, mas que se dedicam a serem autossustentáveis financeiramente (YUNUS; MOINGEON; LEHMANN-ORTEGA, 2010).

Em publicação seminal para o campo, Yunus, Moingeon e Lehmann-Ortega (2010) introduziram o conceito de modelo de negócios sociais como um parâmetro específico para este tipo de negócio. Com base na análise de diferentes negócios sociais no Grupo GDFL, composto por empresas sociais da Grameen Danone Foods Limited, de Bangladesh, os autores concluem que os modelos de negócios sociais são extensões daqueles derivados de negócios regulares, tendo como elemento adicionado a equação do lucro social, responsável por propor e criar valor para todas as partes interessadas, em vez de apenas para os clientes.

Thompson e McMillan (2010, p. 292) apontam o surgimento de um novo setor econômico global, se referindo a um tipo de empresa que proporciona a “[...] redução da pobreza por meio da criação de negócios que busquem simultaneamente lucros e riqueza social”. Essa configuração de empresa forma os NIS, que, na visão dos autores, podem proporcionar desenvolvimento à economia e à sociedade, criando um ciclo virtuoso, na expectativa de atenuar os problemas sociais e aumentar o número de

beneficiários para, consequentemente, aumentar os lucros. Isso significa maior retorno para os empreendedores e maiores investimentos no negócio, visando ampliar a abrangência da organização. Considerando as particularidades propostas pelos NIS em comparação aos negócios tradicionais, princípios da EcoSol podem somar a esse tipo de negócio, tornando a sua gestão mais participativa e as relações estabelecidas mais horizontais e justas.

IMPACTOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E ECONÔMICOS

Considerando a noção geral de impacto dos NIS, esta pode ser ampliada quando se discutem os aspectos mais amplos de impacto que dão conta de questões não apenas sociais, mas também ambientais e econômicas. Nesse sentido, partindo de uma concepção tradicional, mas aplicável em configurações organizacionais diferentes, entende-se que os impactos sociais podem ser compreendidos como as consequências sociais geradas a partir da implementação de algum negócio. Assim, um impacto social é considerado algo experimentado ou sentido, de forma cognitiva ou corporal (físico). Essa percepção pode ocorrer no nível individual, de uma unidade econômica (família), um grupo social (círculo de amigos), um local de trabalho (empresa ou agência governamental), uma comunidade ou a sociedade em geral. Esses níveis são afetados de diversas maneiras por um impacto ou ação causadora de impacto (VANCLAY, 2015). Barki (2018) contextualiza o impacto social por meio de ações realizadas pela população da periferia, considerada como um gargalo no desenvolvimento de negócios de impacto. Por meio de diversas iniciativas e, consequentemente, pelo fortalecimento, esses negócios promovem impactos em diferentes frentes.

Dentro do grande escopo de impacto social, Vanclay (2002) apresenta impactos que podem ser relacionados à dimensão ambiental e econômica. Seguindo a orientação do próprio Vanclay (2002), neste trabalho, os impactos serão agrupados em sociais, ambientais e econômicos.

Como impactos sociais, Vanclay (2002) aponta aqueles relacionados à saúde e ao bem-estar social; institucionais, legais, políticos e de equidade;

relacionados às questões de gênero; e relacionados às questões culturais. No que tange aos impactos ambientais, para o mesmo autor, tem-se os impactos relacionados à qualidade de vida no ambiente. Nos impactos econômicos, consideram-se os impactos relacionados ao bem-estar econômico e ao bem-estar material. Tais impactos podem ser tanto positivos quanto negativos no processo de desenvolvimento de um NIS, a depender dos encaminhamentos de sua atividade. Entretanto, sempre se buscará, desde a origem que move esses negócios e, alinhando-se a princípios da EcoSol, efeitos sobre as relações que sejam conectados com preceitos positivos e justos.

FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Nas bases fundamentais da EcoSol, tem-se uma contraposição entre solidariedade e competição na economia. A competição pode ser positiva, mas, na configuração do sistema capitalista atual, gera efeitos sociais negativos ao antagonizar o que se entende como “vencedores” (aqueles que acumulam vantagens) e “perdedores” (aqueles que acumulam desvantagens em competições futuras) (SINGER, 2003). França-Filho (2007) destaca que a noção de economia plural corresponde à ideia de uma economia que admite uma pluralidade de formas de produzir e distribuir riquezas. A adoção desse modo de conceber o funcionamento da economia real amplia a noção de econômico para além da visão dominante da economia de mercado. Assim, é possível perceber certas singularidades, próprias às práticas de EcoSol.

Nesse sentido, a solidariedade na economia, para Singer (2002), só pode se configurar a partir de uma organização igualitária na qual, por meio de associação, é possível produzir, comerciar, consumir e poupar. Essa associação se dá entre iguais, em vez do estabelecimento de contrato entre desiguais. Fundamentalmente, conforme Singer (2002), principal nome relacionado a essa temática no Brasil, a EcoSol pode ser compreendida como outro modo de produção que tem como princípios básicos a propriedade coletiva ou associada do capital e, adicionalmente, o direito à liberdade individual.

Gaiger e Kuyven (2020) destacam entre as práticas identificadas no campo da EcoSol diferentes categorias sociais e diversas modalidades de organização, tais como unidades informais de trabalho e geração de renda, associações de produtores e consumidores, cooperativas populares, empresas recuperadas por trabalhadores, sistemas locais de troca e bancos comunitários, podendo ser dedicadas à produção de bens, à prestação de serviços, à comercialização e ao crédito.

A administração na EcoSol, conforme Singer (2002), ocorre pela noção de autogestão (democraticamente, decisões tomadas em assembleia), diferentemente da heterogestão da economia capitalista (hierárquica, com níveis sucessivos de autoridade). A autogestão exige que os trabalhadores da empresa solidária, além de cumprirem suas tarefas, se preocupem com os problemas gerais da empresa, em um interesse comum que permite uma cooperação inteligente e benéfica para todas as partes. França-Filho (2007) ressalta como segunda vocação dessa economia a construção conjunta da oferta e da demanda, que vai muito além da combinação de diferentes lógicas econômicas, traço que singulariza as práticas de EcoSol como fundamentos de uma outra economia.

As origens da EcoSol datam de um momento histórico um pouco depois do surgimento do capitalismo industrial. Seu aparecimento se deu como reação ao amplo empobrecimento dos artesãos em decorrência da difusão de máquinas e da organização fabril da produção. Pode-se destacar o protagonismo do britânico Robert Owen para o cooperativismo nesse processo, bem como a experiência francesa com Charles Fourier. Como formas diversas, tem-se o cooperativismo de consumo, o cooperativismo de crédito, as cooperativas de compra e venda e cooperativas de produção (SINGER, 2002). No Brasil, essa configuração de práticas econômicas ganha força a partir da década de 1990 (FERRARINI; GAIGER, SCHIOCHET, 2018; GAIGER; KUYVEN, 2020).

Cattani et al. (2009), ao discorrerem sobre “a outra economia”, a apresentam como alternativa material e humana superior à economia capitalista. Algumas designações podem ser utilizadas nessa perspectiva,

tais como EcoSol, economia do trabalho, novo cooperativismo, empresas autogestionárias e outras. Os autores compreendem que essas são realizações inovadoras, associadas a novos valores e princípios que se opõem às práticas excludentes, social e ambientalmente predatórias.

Ferrarini, Gaiger e Schiochet (2018) lembram que os empreendimentos econômicos solidários permitem metabolizar de forma inovadora racionalidades diferentes, ancestrais. É o caso dos povos e comunidades tradicionais. Nas periferias urbanas, a EcoSol também ganha força a partir das suas organizações comunitárias. Cooperativismo, autogestão, solidariedade e justiça podem ser destacados como princípios básicos da EcoSol (SINGER, 2003); tais princípios são considerados como centrais nesta pesquisa, com vistas a melhor compreender a dinâmica de gestão do caso analisado.

A NOÇÃO DE STAKEHOLDERS RELACIONADA A NIS E ECOSOL

Considerando organizações dos mais diversos tipos, é possível reconhecer que todas terão diversos atores e instituições conectadas. Nesse sentido, Carroll e Buchholtz (2003) compreendem *stakeholders* como um conjunto de sujeitos e instituições que compõem as partes “interessadas” que afetam e são afetadas pelas atividades de uma organização. Esse conceito passa pela compreensão do envolvimento de um indivíduo ou grupo que participa de determinadas ações e decisões, por interesse, direito ou reivindicação.

As diversas formas de organização humana envolvem um processo de criação e distribuição de valor, em sentido amplo, por meio das interfaces existentes entre variados interlocutores. Conforme Rodrigues e Wada (2011), a gestão dessas interfaces pode ser gerada pelo reconhecimento do seu valor intrínseco ou pela expectativa dos respectivos impactos no desempenho organizacional, sendo que, em princípio, essa opção estará intimamente ligada à natureza do respectivo propósito e a valores fundamentais explícita ou implicitamente assumidos. A gestão dos *stakeholders* quando estão envolvidos em um processo é considerada um desafio, uma vez que é fundamental equilibrar interesses possivelmente conflitantes,

especialmente quando os *stakeholders* vêm de grupos e culturas diversos ou exercem poder e influência desigual (FRIEDMAN; MILES, 2006).

No que tange às empresas sociais, considera-se que cada *stakeholder* tem suas próprias perspectivas e percepções sobre o impacto dessas organizações com base nas interações que têm com o negócio (CHAN; MOOK; KISLENKO, 2015), de modo que todas as partes interessadas podem influenciar a visão do impacto social. Em todos os modelos de negócios, independentemente do formato, sempre haverá a figura do *stakeholder*, representado pelos indivíduos com relação direta ou indireta com o empreendimento.

De acordo com Sabatier et al. (2017), as empresas sociais (formas organizacionais híbridas) precisam equilibrar as expectativas de várias partes interessadas, isto é, *stakeholders*, correndo o risco de satisfazer as demandas de um lado e violar as de outros, assim como comprometer a autenticidade do objetivo social das partes interessadas. Além disso, as empresas podem ser confrontadas com percepções variadas de resultados bem-sucedidos, assim como tensões entre os acionistas e os demais *stakeholders* (WANG et al., 2016).

Assim, os *stakeholders* envolvidos com o NIS podem ser trabalhadores, empreendedores, clientes, fornecedores e a comunidade onde o negócio está inserido. Dependendo do tipo de NIS, é possível que haja oportunidades para diversos trabalhadores, cada um com suas peculiaridades. Certamente não há um tipo único de trabalhador com características definidas que esteja envolvido com um NIS, já que esse modelo de negócio é plural. Desse modo, um NIS pode gerar oportunidades de trabalho e renda para pessoas em vulnerabilidade social, ajudando-as a garantir a sua sobrevivência e o sustento de sua família. Por outro lado, um NIS também pode empregar pessoas que não buscam somente uma fonte de renda, mas acreditam no propósito de um empreendimento e desejam promover mudanças de ordem pessoal e coletiva (BARKI, 2015). Na tentativa de entender o grande interesse de organizações e instituições de ensino em compreender sobre NIS, Barki (2015, p. 16) sugere que, dentre tantas alternativas possíveis, a mais

plausível seja “[...] a busca de um propósito de vida por parte crescente da sociedade”, que vai além do dinheiro, mas também envolve fazer o bem.

Siqueira (2015) preocupou-se em investigar as relações de confiança e de poder dos *stakeholders* internos das cooperativas de coleta e tratamento de resíduos sólidos, no contexto dos princípios da EcoSol. Os resultados evidenciaram que, na relação entre a confiança e poder, as variáveis caminham lado a lado. Assim, foram identificados aspectos como utilitarismo, confiança relacional, confiança mútua, bem como formas diferentes de poder considerando uma tipologia: (i) autocrática, (ii) instrumental, (iii) transição de autocrática para missionária e (iv) missionária.

Na esteira da pesquisa anterior, Lopes (2019) investigou como se deu a atuação dos *stakeholders* na aprovação do projeto de lei para criação da política nacional de EcoSol no Brasil. Entre os *stakeholders* investigados na pesquisa, foram elencados o Fórum Nacional de Economia Solidária, a Cáritas Brasileira, a Organização das Cooperativas Brasileiras e a União Nacional das Organizações Cooperativas Solidárias. A pesquisa destaca uma matriz analítica que indica o quanto tais organizações estavam envolvidas no projeto, considerando aspectos de interesse e poder.

Diante do exposto na literatura destacada, pode-se perceber a complexidade posta na compreensão da visão de impacto de *stakeholders* de um NIS com gestão de EcoSol, foco desta pesquisa.

MÉTODO

A presente pesquisa, de natureza qualitativa, é um estudo exploratório com o objetivo de entender como os impactos sociais, ambientais e econômicos se relacionam na percepção de *stakeholders* de um NIS atuante no campo da EcoSol. Um estudo exploratório se caracteriza por oferecer informações sobre o objeto de pesquisa, a fim de conhecer tudo que o cerca, proporcionando entendimentos e descobertas (GIL, 2017).

Para alcançar o objetivo, como estratégia de pesquisa, optou-se pela análise em profundidade de um estudo de caso único instrumental (STAKE, 1998), ou seja, um caso que, pela sua expressividade, permite analisar como um fenômeno de interesse se comporta. De acordo com a estrutura desta pesquisa, a justificativa para o estudo único é por ser o NIS um caso revelador, visto que a investigação foi realizada junto a indivíduos distribuídos com abrangência nacional, compostos por uma diversidade cultural e social, com distinta organização da rotina de trabalho, papéis diferentes junto à cadeia produtiva e, em certos casos, alguns lugares com difícil acesso à comunicação. Nessa situação, o objetivo é captar as circunstâncias e as condições de uma situação cotidiana, tornando-se importante pela possibilidade de identificar as lições que podem oferecer sobre os processos sociais relacionados a algum interesse teórico.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas com roteiro não estruturado, mas tendo como suporte as categorias definidas a partir da literatura. A seleção dos 29 entrevistados, residentes em cinco regiões do Brasil, foi feita por meio da técnica bola de neve, iniciando com a empreendedora. Os *stakeholders* entrevistados foram trabalhadores, clientes, fornecedores, comunidade e empreendedora. O perfil dos entrevistados é apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Perfil dos Entrevistados

(Continua)

Entrevistado/a	Identificação	Gênero	Idade	Cidade/Estado (Residência)	Escolaridade	Profissão/função	Data da entrevista
1	FOR1	Fem	52	Pará de Minas/MG	Ensino médio	Assist. admin.	06/03/2020
2	FOR2	Fem	41	Porto Velho/RO	Fund. Incompleto	Artesã	11/02/2020
3	FOR3	Fem	66	Porto Velho/RO	Superior completo	Diretora Financeira	08/03/2020

(Continuação)

Entrevistado/a	Identificação	Gênero	Idade	Cidade/Estado (Residência)	Escolaridade	Profissão/função	Data da entrevista
4	FOR4	Fem	51	Tauá/CE	Fund. Completo	Agricultora	11/02/2020
5	FOR5	Masc	31	Ponta Porã/MS	Superior completo	Agricultor e Técnico agric.	09/04/2020
6	FOR6	Masc	68	Porto Velho/RO	Ensino Médio	Artesão	08/03/2020
7	FOR7	Masc	63	Tauá/CE	Fund. Incompleto	Agricultor	04/02/2020
8	FOR8	Masc	73	Tauá/CE	Ens. fund. Incompleto	Agricultor	22/04/2020
9	FOR9	Masc	56	Tauá/CE	Superior completo	Agricultor	04/02/2020
10	FOR10	Fem	72	Ponta Porã / MS	Superior completo	Voluntária/ Proj. social	10/03/2020
11	FOR11	Masc	56	Tauá/CE	Superior completo	Técnico e Assessor	02/02/2020
12	FOR12	Masc	56	Porto Velho/RO	Ensino Médio	Artesão	14/12/2019
13	FOR13	Masc	41	Ponta Porã / MS	Superior completo	Agricultor	10/01/2020
14	FOR14	Fem	58	Tauá/CE	Fund. Incompleto	Agricultora	19/12/2019
15	CLI1	Fem	32	Porto Alegre/RS	Superior completo mestrado e doutorado	Empreendedora e pesquisadora	18/03/2020
16	CLI2	Fem	32	Porto Alegre/RS	Superior completo	Empreendedora	17/03/2020

(Conclusão)

Entrevistado/a	Identificação	Gênero	Idade	Cidade/Estado (Residência)	Escolaridade	Profissão/função	Data da entrevista
17	CLI3	Fem	34	Porto Alegre/RS	Superior completo	Empreendedora	06/03/2020
18	CLI4	Masc	63	Porto Alegre/RS	Superior completo	Empreendedor	18/03/2020
19	COM1	Masc	60	Porto Alegre/RS	Superior completo	Dentista	17/03/2020
20	COM2	Fem	44	Porto Alegre/RS	Ensino Médio	Coordenadora pedagógica	17/03/2020
21	COM3	Fem	36	Porto Alegre/RS	Superior completo	Agente de crédito	10/03/2020
22	COM4	Masc	23	Porto Alegre/RS	Ensino médio	Designer gráfico	17/03/2020
23	COM5	Fem	39	Porto Alegre/RS	Ensino Médio	Agente de desenv. comunitário	10/03/2020
24	TRA1	Fem	36	Porto Alegre/RS	Ensino Médio	Assist. Admin.	16/12/2019
25	TRA2	Fem	57	Porto Alegre/RS	Fund. Incompleto	Costureira	16/12/2019
26	TRA3	Fem	59	Porto Alegre/RS	Ensino Médio	Costureira	16/12/2019
27	TRA4	Fem	44	Porto Alegre/RS	Superior completo	Costureira e dir. financeira	05/12/2019
28	TRA5	Fem	56	Porto Alegre/RS	Ensino Médio	Serigrafia	16/12/2019
29	EMP1	Fem	57	Porto Alegre/RS	Ensino Médio	Diretora Presidente	06/05/2020

Fonte: dados da pesquisa (2020)

Adicionalmente, foi realizada uma análise de documentos para compor a caracterização do objeto de estudo. Para categorização de dimensões de impacto social, ambiental e econômico, foram consideradas as composições sinalizadas conforme Vanclay (2002). A análise de dados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2009), com o auxílio do *software* ATLAS.ti.

CASO ANALISADO – REDE JUSTA TRAMA

O caso analisado nesta pesquisa trata-se da Justa Trama, uma cooperativa central de algodão agroecológico que atua com abrangência nacional no território brasileiro, com sede em Porto Alegre (RS).

A Cooperativa Central Justa Trama (CCJT) nasceu no 5º Fórum Social Mundial, em 2005, quando um grupo de pessoas teve a ideia de implementar um negócio, associando a geração de renda e a solidariedade. A CCJT é classificada como de segundo grau, por ser composta por uma cadeia produtiva que inclui outras cooperativas, em um processo que inicia no plantio do algodão agroecológico e vai até a comercialização de peças confeccionadas com este e outros insumos (COOPERAÇÃO, 2018).

A Figura 1 apresenta as áreas de atuação da Justa Trama no Brasil e suas respectivas atividades produtivas.

Figura 1 – Áreas de atuação do NIS no Brasil e suas respectivas atividades produtivas.



Fonte: Justa Trama (2020).

De acordo com a Organização de Cooperativas no Brasil (OCB), cooperativa de segundo grau ou central é “[...] uma cooperativa para cooperativas. Seu objetivo é organizar em comum e em maior escala os serviços das filiadas, facilitando a utilização deles” (O QUE É COOPERATIVISMO, [2020]). A CCTJ tem aproximadamente 500 cooperados (NESPOLO, 2020), sendo homens e mulheres que atuam como agricultores, fiadores,

tecedores, costureiras, artesãos, coletores e beneficiadores de sementes, distribuídos com abrangência nacional.

Diante deste contexto, a CCTJ foi escolhida por sua importância, representatividade e desempenho, sendo um caso de NIS que atua com diversos *stakeholders*, em rede e em cadeia e adota princípios da EcoSol na sua gestão e relações. Em rede, ao aproximar os atores de um mesmo segmento, que viabilizam tanto o processo de produção como o de comercialização, com o objetivo de realizar as atividades em comum e obter melhores negociações. Em cadeia, por envolver várias etapas e segmentos da EcoSol. A CCTJ é a primeira cooperativa de segundo grau ou central de algodão agroecológico do mundo (COOPERAÇÃO, 2018).

O empreendimento é amplamente reconhecido por órgãos e instituições. Em 2015, recebeu o Prêmio Sandra Magalhães, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), como reconhecimento das melhores práticas de EcoSol no Brasil. Outro prêmio foi da Fundação Banco do Brasil, como tecnologia social, além do certificado de empreendimento solidário do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), órgão do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Muitas pesquisas de mestrado e doutorado são desenvolvidas junto à CCTJ, por ser uma iniciativa que trabalha em rede em prol de construir uma economia de inclusão e distribuição justa de renda. No ano de 2019, o NIS recebeu o prêmio de melhor Tecnologia Social em Geração de Renda pela Fundação Banco do Brasil, sendo primeiro lugar na categoria Geração de Renda e terceiro lugar na categoria Gestão Comunitária e Algodão Agroecológico. No mesmo ano, a premiação da *Revista Cláudia* rendeu homenagens e divulgação do projeto nas categorias Mulher, Meio Ambiente e Geração de Renda (NESPOLO, 2020).

A CCTJ forma um sistema de produção totalmente ecológico e sustentável, fazendo parte da rede de EcoSol. Desta forma, de acordo com as características apresentadas neste trabalho, é possível apontar a CCTJ como um caso relevante a ser estudado dentro da temática de NIS, por ser um empreendimento que nasceu prioritariamente com o propósito de gerar

benefício social a todos os públicos interessados e à sociedade onde está inserido, beneficiar os trabalhadores, ser economicamente autossustentável e distribuir aos cooperados excedente de renda. Pode-se confirmar essas características por ser uma instituição criada com o propósito de unir e fortalecer os atores da cadeia produtiva de algodão agroecológico.

Além disso, a Justa Trama é economicamente autossustentável e, quando há excedente do resultado financeiro das atividades do ano, denominado como sobras, é distribuído às cooperativas e associações que fazem parte da CCTJ, podendo ser essa sobra distribuída aos trabalhadores ou reinvestida no negócio.

Pode-se observar os objetivos, a missão e os valores da CCTJ que apresentam elementos que fazem relação com o conceito de NIS e princípios de gestão da EcoSol, foco deste trabalho (COOPERAÇÃO, 2018). O Quadro 2 apresenta essas informações.

Quadro 2 – Objetivos, missão e valores da Justa Trama.

Objetivos	Missão	Valores
Articular empreendimentos de EcoSol, com foco na geração de trabalho e renda para os empreendimentos envolvidos diretamente na produção e nas comunidades onde estão, trazendo aos envolvidos equidade de gênero e social.	Articular e integrar os empreendimentos da cadeia produtiva da fibra ecológica, por meio do plantio, transformação, produção e comercialização, promovendo a EcoSol, a sustentabilidade, a agroecologia, o comércio justo, o consumo consciente, a preservação do meio ambiente e a distribuição justa de renda para seus associados e a sociedade em geral.	Ser referência nacional e internacional de cadeia produtiva integrada de fibras ecológicas da EcoSol.

Fonte: Justa Trama (2019).

Diante do exposto, a cooperativa foi escolhida por sua importância, representatividade e desempenho, além de caracterizar um caso de NIS com princípios de EcoSol na gestão, sobretudo por possibilitar a investigação dos impactos sociais, ambientais e econômicos e suas percepções junto aos *stakeholders* representados pelos trabalhadores, clientes, fornecedores, comunidade e empreendedora.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O fato de proporcionar a inclusão e a valorização de cooperados e associados na cadeia produtiva, eliminando os atravessadores do processo e viabilizando um preço justo na negociação dos insumos e dos produtos, já reforça o entendimento de que a organização pode ser considerada um NIS com princípios de EcoSol. Além disso, estão as iniciativas sustentáveis ambiental e socialmente, bem como a distribuição dos resultados excedentes do ano, entre os cooperados e associados. Os papéis e responsabilidades que os cooperados têm com o negócio, unindo função operacional e de gestão com poder de decisão, também dialogam intrinsecamente com bases da economia solidária.

Vários são os *stakeholders* que fazem parte da cadeia produtiva de algodão agroecológico do NIS em questão, sendo agricultores, agrônomos, fiadores, tecedores, costureiras, artesãos, coletores e beneficiadores de semente. Fazem parte também as pessoas que trabalham na área administrativa do NIS, no transporte dos insumos e produtos, na orientação técnica junto aos agricultores, na manutenção dos equipamentos, além de consumidores/clientes, comunidade, pesquisadores e apoiadores (NESPOLO, 2020).

Os resultados desta pesquisa evidenciaram a relevância da gestão de um NIS com princípios da EcoSol, em que foi possível identificar a dinâmica de cooperativismo de produção, autogestão, comércio justo e solidariedade. Tais dinâmicas estão presentes nos impactos sociais, ambientais e econômicos percebidos pelos *stakeholders* desse NIS. Com vistas a ilustrar o

processo de resultados e análise, são destacadas algumas das falas que ilustram tanto os impactos quanto a presença da EcoSol como parte da gestão do NIS. Inicialmente, pode ser destacado o depoimento de um agricultor, fornecedor de algodão orgânico para a cooperativa:

*Uma confecção [NIS] pode ter um **diferencial** de outra confecção, **de algo que é convencional**. Mas a pessoa também tem que entender que ali está embutida a questão social, a **questão ambiental**, a questão de ter um produto diferente. Foi um grupo de agricultores que esteve envolvido naquele processo produtivo. Tem alguma coisa por trás daquele produto, não é só um produto qualquer. Então, tem que ver o que tem por trás. Talvez um preço a mais que você pagar por uma camisa, por exemplo, comprar uma camisa do [NIS] que vai custar quarenta reais, ao invés de você comprar outra parecida por trinta ou trinta e cinco reais, porque não teria o mesmo **valor social e ambiental** que tem uma roupa do NIS. **Você vestirá consciência**, não é só uma roupa qualquer.*

(Entrevistado 11, 2020, informação verbal, grifos nossos)

No trecho dessa entrevista, observa-se a questão do impacto social positivo decorrente da solidariedade em relação aos envolvidos no processo, no caso, o agricultor, e o impacto sobre o consumidor da confecção feita com o algodão orgânico (impacto ambiental) plantado em umas das cinco regiões brasileiras conectadas ao NIS. Tem-se, adicionalmente, a questão da preocupação ambiental atrelada ao comércio justo do item confeccionado, cujo preço será definido conforme os princípios sociais envolvidos (impacto econômico). A invocação da consciência a partir da relação de produção e consumo indica o laço de solidariedade estabelecido na cadeia produtiva. Percebe-se que o empoderamento na gestão do NIS, desde a produção à confecção, chegando ao consumidor, fica evidente na expressividade desta fala.

Resgatando o que aponta Yunus, Moingeon e Lehmann-Ortega (2010), os negócios sociais recorrem à criação e à venda de produtos e serviços que atendem às reais necessidades do mercado voltados para a população em vulnerabilidade social, em vez de apenas maximizar o lucro. Nesse caso, atende-se à necessidade dos produtores e dos clientes com as vestimentas, mas não em uma dinâmica de produção em massa, desconectada

dos *stakeholders* e dos impactos sociais, ambientais e econômicos que contribuem para vulnerabilidades sociais.

Alinhada com essa perspectiva, tem-se uma fala adicional destacando tecnologias alternativas e cuidados com questões ambientais que impactarão também em questões sociais e econômicas, que nessa conexão são indissociáveis.

*As tecnologias alternativas, têm comprovado que é possível você produzir sem necessariamente ter que usar esse pacote de veneno, de coisas que, pelo contrário, tem é causado **danos à saúde das pessoas**. O principal é fazer a relação tanto na parte **educacional**, de convivência no semiárido de forma **sustentável**, como na questão da saúde, que é saber quais os impactos que essa minha ação vai causar na minha saúde, se vai ser para o bem ou para o mal.* (Entrevistado 9, 2020, informação verbal, grifos nossos)

Este relato alinha-se aos impactos sociais que Vanclay (2002) destaca como relacionados à saúde e ao bem-estar social, de modo que o agricultor toma consciência sobre os danos dos venenos para a sua produção e saúde e conecta, adicionalmente, a uma reflexão sobre educação e convivência com o semiárido, onde habita. A questão educacional é também relatada por uma das trabalhadoras de cooperativa, ao destacar a representatividade que o NIS tem no impacto junto aos jovens da comunidade do entorno. Noções mais amplas sobre EcoSol e microcrédito também são compartilhadas.

*Aqui da comunidade [...] todos conhecem [o NIS] e a líder, daí fazemos festas de Natal, feiras, brechós que unem toda a comunidade. Um dos objetivos [do NIS] dentro da comunidade é tirar o jovem do meio da rua, **para este jovem ver que existem outras oportunidades**. Temos **palestras** com médicos, dentistas, e todos os tipos de assuntos que tem necessidade de serem esclarecidos, **fazemos parcerias para passar este esclarecimento para a comunidade**. O NIS é visto por dar oportunidade para as pessoas virem aqui, conversarem, esclarecerem e tentarem uma **nova perspectiva da vida**.* (Entrevistada 25, 2019, informação verbal, grifos nossos)

*No mês da mulher, a gente trouxe **uma palestrante** e ela falou sobre os **direitos da mulher**. Talvez a gente traga esse ano de novo. Eu já tenho o olhar ampliado da pessoa como um todo, uma coisa que eu percebo, [...] se uma pessoa vem me pedir um **microcrédito**, eu já pergunto direto: Tu sabes*

*o que é um **banco comunitário**? Sabe o que é uma **moeda social**? Conhece a **economia solidária**? como forma de aproximação e que ela saiba a que se refere.* (Entrevistada 21, 2020, informação verbal, grifos nossos)

Observa-se que há nesse processo um vínculo de solidariedade que se entende para além da dinâmica interna do NIS; esse acesso a conhecimento compartilhado com os jovens do entorno do local onde ocorre a produção e mulheres é também uma socialização de riquezas que o NIS produz, pois se trata de partilhas sociais, de modo que o tipo de economia aí desenvolvido é plural, como reflete França-Filho (2007), ao permitir, além de pluralidade nas formas de produzir, que também sejam plurais os processos de distribuição de riquezas alcançadas com o trabalho cooperativo e solidário.

Os clientes do NIS percebem também os seus amplos impactos, reconhecendo uma contribuição para o desenvolvimento social. Há uma percepção de que apoiar as ações do NIS e consumir os seus produtos permite somar a uma microrrevolução nos modos de pensar questões nos três aspectos, sociais, econômicos e ambientais, em constante consonância e alinhados também ao pensamento externalizado pela empreendedora.

*A gente não faz um apelo ao consumo, a gente faz um apelo para que as pessoas reflitam de onde é que vem a sua roupa, se, de fato, ela é necessária. E se ela é necessária, **aqui estamos nós para oferecer um produto orgânico**, que não contaminou o planeta, que tem esses **princípios da justiça social**.* (Entrevistada 29, 2020, informação verbal, grifos nossos).

*O benefício que se faz para sociedade é principalmente a **evolução**. Eu acredito que eu não consigo fazer a grande revolução, mas eu faço a micro revolução, [...] por meio do meu negócio ficar mais próximo dos meus filhos, comprar do pequeno produtor e **incentivar o consumo do orgânico**, valorizar o **consumo local**, dessas **cooperativas de mulheres**. Eu acho que tudo isso são as micro revoluções que são possíveis da gente fazer. Esses pequenos atos que pouco a pouco a gente vai **mudando em nosso entorno** e quem sabe incentivando uma outra pessoa a **pensar diferente**, olhar diferente e com isso ela também fazer a mesma **mudança**. [...] Pensando só em negócios a gente têm uma relação com o NIS de cliente-fornecedor, mas eu sempre, até se tu olhares nas nossas redes sociais, **a gente não só divulga nossos produtos, mas a gente divulga toda a***

***causa envolvida com eles**. Então, assim, eu sempre divulgo o NIS como nosso parceiro* (Entrevistada 17, 2020, informação verbal, grifos nossos).

A cliente destaca a cooperativa de mulheres, ressaltando a relevância de a igualdade de gênero possibilitar a todas as pessoas encontrar meios para evoluir e melhor desenvolver as sociedades, conforme observado por Vanclay (2002) nos impactos sociais. Ao desenvolver as bases do que se tornaria o Grameen Bank, em Bangladesh, o professor e economista Muhammad Yunus fez também essa consideração de gênero, vendo que o empoderamento de mulheres permitiria impactos sociais significativos em toda a comunidade. No caso do NIS analisado nesta pesquisa, a cooperativa Univens, em Porto Alegre, parte da Rede Justa Trama, destina atenção às mulheres que atuam na produção também conectando-se às suas demandas familiares.

*A escolinha nasceu há doze anos por causa das mães que trabalhavam [no NIS], elas não tinham onde deixar as crianças, então elas se uniram com o apoio do NIS e conseguiram fazer essa escola de Educação Infantil. Antigamente era um 'cuida-se de criança', mães que vinham cuidar dos filhos dos outros por pouco dinheiro, e agora **se tornou uma coisa maior**. Agora é uma escolinha conveniada da prefeitura, legalizada no SMED [Secretaria Municipal Educação], a prefeitura paga os salários dos educadores e dos demais funcionários[...]. Ela se transformou numa escola quando começou a vir mais criança, outras **mães que trabalhavam na economia solidária**, aquelas que saíam para **vender bolo na rua**, outras que iam **fazer faxina**, só que não tinham onde deixar as crianças, aí começaram a deixar aqui. Aí, não foi somente as pessoas do NIS, ficou maior, porque vieram muitas outras crianças para cá.* (Entrevistada 20, 2020, informação verbal, grifos nossos)

*Em relação às mulheres que fazem parte do [NIS], que a gente observa muito, muito marcadamente, é um **empoderamento dessas mulheres**. Eu acho que o fato de elas fazerem coisas que elas fazem, ocupar os lugares que elas ocupam. [...] acho que esse empoderamento, **talvez seja o mais significativo que a gente observa**. Eu acho muito importante a força do **poder feminino** assim, porque é uma organização basicamente feminina, [...]. E essas mulheres com essa organização delas, conseguiram se colocar num lugar importante, **dar visibilidade para essa comunidade de forma positiva e potente que passa a ser vista a partir da experiência de uma forma diferente e todos ganham com isso**.* (Entrevistada 19, 2020, informação verbal, grifos nossos)

O impacto social observado nesse relato dialoga com o que Vanclay (2002) indica como impactos relacionados aos aspectos institucionais, legais, políticos e de equidade. A escola passa a ser parte estendida do local de trabalho, facilitando os processos de maior dedicação e tranquilidade para a produção das mães, o que reverbera no impacto econômico da produção da cooperativa e na renda dessas pessoas.

A empreendedora, uma das fundadoras do NIS, compartilha a satisfação que o trabalho cooperativo árduo gera ao longo de todos os anos de atividade. A sua fala reflete o reconhecimento dos impactos gerados pelos *stakeholders* e a sua própria realização.

Eu posso dizer, eu tive muitos convites de estar em outros lugares, estar também dando outros tipos de contribuição, mas eu gosto, sabe, eu gosto de levantar, ir na cooperativa, de a gente programar a produção, de a gente cortar, de a gente ver a peça pronta, de falar com cada um dos elos, de poder estar lá junto com os agricultores, de estar com eles, conversar nas dificuldades que tem. Isso me fez tão feliz, que tu não podes imaginar. (Entrevistada 29, 2020, informação verbal, grifos nossos)

Quanto à gestão da Rede, a empreendedora destaca o desafio contínuo de orquestração de todas as cadeias e elos. Como destaca Singer (2002), a autogestão exige que os trabalhadores da empresa solidária cumpram suas tarefas, mas também se preocupem com os problemas gerais da empresa, em um interesse comum que permite uma cooperação inteligente e benéfica da qual usufruirão todas as partes.

A gente está querendo muito fazer um processo mais intenso de formação na gestão mesmo, até a gente está colocando isso com a perspectiva de acontecer em cada um dos elos, não só para aqueles que estão na direção, mas para que todos os nossos associados incorporem mais, estudem, tenham mais detalhamento de cada um dos elos. Então, a gente tem muito esse desafio colocado. (Entrevistada 29, 2020, informação verbal, grifos nossos).

Ressalta-se, nesse sentido, que, além de pensar nos impactos de ordem social, econômica e ambiental, é um desafio agregado alinhar tais esforços com vistas a uma gestão democrática e justa, na qual todas as partes

se sintam acolhidas em reciprocidade. Nesse sentido, o NIS busca deixar seus *stakeholders* cientes de que a gestão também depende da participação ativa deles para que haja a possibilidade de contribuir para redução da pobreza e buscar, simultaneamente, lucro e riqueza social, como é estabelecido por Thompson e McMillan (2010) como fundamento de um NIS. A fala de um dos fornecedores deixa evidente que a mensagem é compartilhada em toda a cadeia.

Como a gente é um elo do [NIS] a gente tem que estar participando das decisões com relação a definição de valores, quanto é que pode ser uma roupa de algodão, com um preço que seja justo para o agricultor e justo para toda a cadeia, para não se tornar também um produto, lá no consumidor, que seja impossível dele poder consumir, em termos de valor. (Entrevistado 9, 2020, informação verbal, grifos nossos)

Observa-se a preocupação de alinhamento da gestão democrática com os impactos sociais e econômicos possíveis a partir das definições. Os impactos das atividades, nas três esferas, são reconhecidos em tudo o que o NIS e a sua rede realizam.

Só tenho a dizer que todas as ações que a gente faz, a gente vê que tem um resultado positivo, tanto ambiental, social e econômico. Porque naquele momento que você está trabalhando junto com a comunidade, você está dando a oportunidade de se envolver com o negócio, abrir portas para as pessoas estarem trabalhando, porque, muitas vezes as pessoas sabem fazer alguma coisa, tem aptidão para aquilo, mas está lá isolada, sem perspectiva nenhuma, porque ela não sabe chegar. Então, você abre as portas, você tem um resultado. Esse resultado não é para mim, é para a comunidade. (Entrevistado 6, 2020, informação verbal, grifos nossos)

Adicionalmente, como impacto ambiental das atividades, destaca-se o reconhecimento de contribuição inclusive para a redução do desmatamento por meio de melhores práticas. As queimadas são, muitas vezes, questões culturais passadas entre as gerações, mas que podem ser repensadas pelos seus efeitos ambientais, promovendo maior qualidade de vida como impacto nesses ambientes (VANCLAY, 2002). Percebe-se uma consciência mais

ampla a respeito de que a terra onde se produz para fornecer é também a terra de onde saem os alimentos para as famílias. Nesse sentido, os impactos sociais, ambientais e econômicos se configuram de forma integrada, apresentando um resultado final mais satisfatório para os envolvidos.

Porque todo o tempo que tem esse trabalho reduziu muito desmatamento aqui na região, porque com o algodão não pode desmatar, não pode queimar, como aquela cultura antiga de derrubar a mata para plantar, então não pode fazer esse tipo de plantio. Então, quando os agricultores aderiram essa proposta, deixaram de desmatar, fazer queimadas e usar veneno. Então isso é um impacto positivo grande [...] quando ele produz o algodão, não está produzindo só o algodão, ele tem que produzir o milho, o feijão que ele come, o gergelim que ele come, batatas, jerimum, melancia e outros produtos que ele leva para feira também, é tudo produzido ali naquela área, porque quando ele vai se transformar em um agricultor ecológico, não é só a área do algodão, é toda a propriedade dele. Tudo que ele produzir ali vai ser considerado orgânico, porque o manejo é um só. O manejo orgânico é feito em toda a propriedade, não é só na área do algodão. (Entrevistado 11 2020, informação verbal, grifos nossos)

Finalmente, conforme Vanclay (2002) considera, os impactos econômicos abrangem impactos relacionados ao bem-estar econômico e ao bem-estar material, mas não devem estar destituídos dos impactos sociais e ambientais.

Antes eu não tinha muito como sobreviver. Eu sou de família humilde. Agora, graças a esse trabalho eu já tenho a minha casa [...] uma parte foi quando houve o assentamento na reforma agrária, onde comecei a construir. E agora, com a plantação do algodão e tudo, eu vou reformando aos poucos. Graças a Deus, eu já posso dizer que tenho a minha casa. Além disso tem mais meio de comunicação, um estilo de vida melhor. Tem mais com o que a pessoa se locomover de um canto para o outro, essas coisas. Antes a locomoção era por meio de cavalo ou de bicicleta. Agora já tem mais oportunidades de se locomover de um canto para o outro. Eu tenho uma motinha para eu andar, antes era de bicicleta ou a pé, aí tudo isso para mim, foi uma benção dada por Deus. (Entrevistada 4, 2020, informação verbal, grifos nossos)
Na verdade, tu tens uma renda bem boa, que vem a agregar. Porque quando dizem assim: “Ah, cooperativa todo mundo ganha pouco”. Não, todo mundo ganha muito bem. Todo mundo ganha, razoavelmente, um salário

que qualquer outro lugar [paga]. Não é um salário-mínimo, um salário pequeno não. E tu tem a chance de fazer teu salário ser maior. (Entrevistada 28, 2019, informação verbal, grifos nossos)
É possível ter um valor justo para cada uma das etapas do processo produtivo e chegar ao final com um valor que esteja dentro da realidade do consumidor, algo que, por ser justo para cada etapa, ele chega no final e acaba sendo acessível aos que produzem. Então, tem esse princípio da justiça social. (Entrevistada 29, 2020, informação verbal, grifos nossos)

As citações apresentadas e analisadas nesta pesquisa evidenciam como os *stakeholders* do NIS pesquisado percebem os impactos positivos da Rede em suas vidas. Não se negam nesta investigação os desafios cotidianos de manutenção das atividades e das relações sociais estabelecidas, mas ressalta-se como os princípios da EcoSol, que permeiam a configuração de um NIS, podem levar ao estabelecimento de uma ampla e justa cadeia de trabalho que prima pela produção orgânica, pelo cooperativismo, pela autogestão e pela justiça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do estudo apontam para a percepção positiva dos *stakeholders* do NIS estudado quanto aos impactos sociais, ambientais e econômicos de suas atividades, destacando a forte presença de princípios da economia solidária nesses impactos, uma vez que estão presentes na gestão do negócio. Nesse sentido, compreende-se que é possível pensar em novas configurações de negócios, como é o caso dos NIS, sem abandonar relações e práticas solidárias que buscam tornar as relações de trabalho mais acolhedoras e justas.

Assim, como destacado, foram verificadas questões essenciais às relações sociais trabalhistas como a solidariedade em relação aos envolvidos no processo de produção; consciência ambiental quanto ao correto manejo e eliminação dos agrotóxicos; consciência a partir da relação de produção e consumo; socialização de riquezas e rendas; igualdade de gênero; prática da justiça social e outras fundamentais para alinhamento tanto ao que propõe

a literatura de negócios de impacto social, quanto ao que prega a economia solidária na sua essência.

Como contribuições para a literatura, este artigo associa a discussão contemporânea de negócios de impacto social, considerando as três esferas da sustentabilidade (social, econômica e ambiental), à discussão já consolidada de economia solidária, indicando os pontos de convergência desses dois universos a partir de princípios comuns na prática da gestão. Com isto, busca-se estimular o diálogo de outras análises a partir da inquietação motivadora deste estudo.

Como contribuições para a prática, entende-se que o caso analisado permite grande inspiração para outros negócios semelhantes e ressalta como é possível mesmo em uma atuação macro, em um país de dimensões continentais como o Brasil, estabelecer uma rede de solidariedade e atenções múltiplas, tanto na esfera do mercado quanto na esfera das pessoas envolvidas e do meio ambiente.

Não tendo sido possível de realizar neste estudo, sugere-se para pesquisas futuras ampliar o entendimento das implicações dos princípios de gestão EcoSol em diferentes segmentos de NIS e estabelecer comparativos com negócios que não adotem tais princípios.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BARKI, E. Negócios de impacto: tendência ou modismo? *GV-executivo*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 14-17, jan./jun. 2015.
- BARKI, E. A periferia no centro. *GV-executivo*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 18-21, mai./jun. 2018.
- CARROLL, A. B.; BUCHHOLTZ, A. B. *Business and society: ethics and stakeholder management*. 5. ed. Ohio: Thomson South-Western, 2003.

CATTANI, A. D. et al. *Dicionário internacional da outra economia*. [S. l.: s. n.], 2009.

CHAN, A.; MOOK, L.; KISLENKO, S. Stakeholders' stories of impact: the case of furniture bank. In: QUARTER, J.; RYAN, S.; CHAN, A. (eds.). *Social Purpose Enterprises. Case Studies for Social Change*. Toronto: University of Toronto Press, 2015. p. 236-260.

COMINI, G.; BARKI, E.; AGUIAR, L. T. A three-pronged approach to social business: A Brazilian multi-case analysis. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 47, n. 3, p. 385-397, 2012.

COMITÊ ECONÔMICO E SOCIAL EUROPEU. *Evolução recente da economia social na União Europeia*. Bruxelas: União Europeia, 2017. Disponível em: <https://www.eesc.europa.eu/sites/default/files/files/qe-04-17-876-pt-n.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2020.

COOPERAÇÃO e sustentabilidade em cadeia nacional de produção de roupas. *Justa Trama*, 2018. Disponível em: <https://www.justatrama.com.br/blog/cooperacao-e-sustentabilidade-em-cadeia-nacional-de-producao-de-roupas/>. Acesso em: 15 out. 2019.

FERRARINI, A.; GAIGER, L.; SCHIOCHET, V. Economia social e solidária: estado da arte e agenda de pesquisa. *Revista Brasileira de Sociologia*, Porto Alegre, v. 6, n. 12, p. 157-180, 2018.

FRANÇA-FILHO, G. C. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 155-174, 2007.

FRIEDMAN, A; MILES, S. *Stakeholders: Theory and Practices*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

GAIGER; KUYVEN, P. Economia Solidária e Trajetórias de Trabalho: Uma visão retrospectiva a partir de dados nacionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 35, n. 103, 2020.

GIL, A. C. A. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2017.

IIZUKA, E. S.; VARELA, C. A.; LARROUDÉ, E. R. A. Social business dilemmas in Brazil: Rede Asta case. *Revista de Administração de Empresas* – RAE, São Paulo, v. 55, n. 4, p. 385-396, 2015.

JUSTA TRAMA. Sobre nós. In: JUSTA TRAMA. Home. Porto Alegre: Justa Trama, 2018a. Disponível em: <https://www.justatrama.com.br/sobre-nos/>. Acesso em: 15 out. 2019.

JUSTA TRAMA. Foto de mapa das regiões do Brasil. Porto Alegre, RS, 15 abr., 2020. Facebook: justatrama. Disponível em: <https://www.facebook.com/JustaTrama/photos/1674101626062250>. Acesso em 20 ago. 2020.

LOPES, M. C. F. *Atuação dos stakeholders na aprovação do projeto de lei para criação da política nacional de economia solidária no Brasil*. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2019.

NESPOLO, N. I. F. *As tramas da esperança: a história não para*. São Leopoldo: Oikos, 2020.

O QUE É COOPERATIVISMO. OBC, [2020]. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/o-que-e-cooperativismo>. Acesso em: 10 abr. 2020.

PAGNUSSATT, D. *et al.* What do local stakeholders think about the impacts of small hydroelectric plants? Using Q methodology to understand different perspectives. *Energy Policy*, Amsterdam, v. 112, p. 372-380, 2018.

RODRIGUES, R. J.; WADA, K. E. Stakeholders: Estratégia Organizacional e relacionamento: Estudo de casos múltiplos do setor hoteleiro. *Revista Ibero Americana de Estratégia*, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 94-125, set./dez. 2011.

SABATIER, V. *et al.* Social business model design and implementation in developing countries: Learning from an affordable medicine developed in Burkina Faso. *Journal of Management Development*, Bingley, v. 36, n. 1, p. 48-57, 2017.

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. Economia solidária. *Iberoamerican Journal of Strategic Management*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 3-6, 2003.

SIQUEIRA, D. M. *Confiança e poder dos stakeholders internos no contexto da economia solidária: uma contribuição para o estudo das associações e cooperativas de recicláveis do grande ABC Paulista e Cotia*. 2015. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2015.

SOBRE NÓS. *Justa Trama*, [2019]. Disponível em: <https://www.justatrama.com.br/sobre-nos/>. Acesso em: 15 out. 2019.

STAKE, R. E. *Investigación con estudio de casos*. Madrid: Ediciones Morata, 1998.

THOMPSON, J. D.; MACMILLAN, I. C. Business models: Creating new markets and societal wealth. *Long Range Planning*, Amsterdam, v. 43, p. 291-307, 2010.

VANCLAY, F. Conceptualising social impacts. *Environmental Impact Assessment Review*, Amsterdam, v. 22, p. 183-211, 2002.

VANCLAY, F. *et al.* *Social Impacts Assessment: Guidance for assessing and managing the social impacts of projects*. Fargo, ND: International Association for Impact Assessment, 2015.

WANG, H. *et al.* From the editors (thematic issue on corporate social responsibility): corporate social responsibility: an overview and new research directions. *Acad. Manag. J.*, Amsterdam, v. 59, p. 534-544, 2016.

YUNUS, M. *Um mundo sem pobreza: A empresa social e o futuro capitalismo*. São Paulo: Ática, 2008.

YUNUS, M.; MOINGEON, B.; LEHMANN-ORTEGA, L. Building social business models: Lessons from the Grameen experience. *Long Range Planning*, Amsterdam, v. 43, p. 308-325, 2010.

RECICLAGEM POPULAR E PANDEMIA DE COVID-19: DESAFIOS NA GESTÃO DE EMPREENHIMENTOS SOLIDÁRIOS DE CATADORES DE NITERÓI

Jean Carlos Machado Alvse¹

Lucas Martins Oliveira Bastos²

INTRODUÇÃO

A economia predominante, essa de natureza capitalista, impõe pilares de sustentação muitas vezes danosos à esfera ambiental por meio da utilização insustentável dos recursos naturais, atingindo e comprometendo ecossistemas e biomas. Além disso, o impacto antrópico tem se destacado, principalmente, no que se refere ao descarte incorreto de resíduos, diminuindo a qualidade do ar, solo e da água, com, dentre várias consequências, a proliferação de doenças. Outra esfera comprometida pelo sistema capitalista é a parte social com a exploração, marginalização e exclusão de indivíduos, esses que não se enquadram na lógica do próprio sistema (ZAMORA et al., 2020).

A partir desta conjuntura social e ambiental, vários profissionais tiveram que se adaptar e buscar outras alternativas de sobrevivência. Neste contexto, no início do século XX, dentre as iniciativas, surge a figura do “garrafeiro”, que possuía identidade conhecida pelas pessoas da região e era responsável por coletar materiais ferrosos e o objeto que dava nome à profissão, que eram as garrafas. Porém, com o passar das décadas, o Brasil

¹ Pós-Doutorando e Doutor em Sistemas de Gestão Sustentáveis pela UFF/Niterói. É professor do Departamento de Engenharia de Produção da UFOP – Campus João Monlevade.

² Graduando em Desenho Industrial – Escola de Engenharia da Universidade Federal Fluminense – Niterói e bolsista PIBIC-PDUFF

foi mudando o seu tipo de resíduo gerado tanto em quantidade e na composição em decorrência do crescimento das cidades, forte urbanização e do novo padrão de consumo estabelecido. As pessoas que, para o sistema capitalista e suas “evoluções”, não eram qualificadas para serem inseridas neste novo formato, foram marginalizadas do processo. Desta forma, o garrafeiro foi se adaptando também e assim surgiu o que hoje no Brasil é conhecido como catador(a) de materiais recicláveis (PINHEL et al., 2013).

Por ser agente deste cenário excludente e desigual, os catadores viram nos resíduos descartados pela sociedade a possibilidade de geração de ocupação e renda visando muitas vezes sua subsistência por meio da realização de atividades como a coleta, triagem e venda destes materiais para outros atores da cadeia da reciclagem (HENRIQUE; MATTOS, 2020).

Estes trabalhadores operam, geralmente, em condições precárias, insalubres, com alto grau de periculosidade, níveis de organização precários, baixo poder de barganha e às vezes sem a consciência do potencial a ser explorado e da importância do seu trabalho (CRUZ, 2020). Ademais, os catadores sofrem estigmas sociais e preconceitos por terem a sua imagem associada aos resíduos ou a pessoas que optaram por “não trabalhar” (CRUVINEL et al., 2019).

Diante das dificuldades impostas pelo modelo econômico capitalista tais como estigmas sociais, marginalização, desenvolvimento de atividades sem amparo e reconhecimento social e trabalhista, os catadores começaram a se organizar em grupos e formalizá-los nos formatos de associações e cooperativas, assim buscando uma inserção na sociedade a partir de geração de ocupação e renda, visando melhorar as suas condições de vida e trabalho, conscientização sobre seu ofício, autovalorização e empoderamento a partir de várias lutas sociais e políticas.

Essas organizações são formalizadas sobre a lógica da economia solidária, a qual consiste em um modelo alternativo de geração de trabalho e renda aliado às questões sociais, políticas e da sustentabilidade. O conceito de economia solidária consiste em uma alternativa de relações econômicas cruciais para a manutenção da existência, na qual o trabalhador é dono

de sua própria força laboral. Este modelo configura-se sob a forma de empreendimentos como associações e cooperativas, essas que se propõem a atuar de acordo com os quatro pilares da economia solidária, que são: ação econômica; autogestão; cooperação; solidariedade (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2021).

Este conceito foi amplamente difundido e defendido pelo Movimento dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), esse que auxiliou na luta de várias políticas públicas, das quais se destaca a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), aprovada em 2010 e que orienta e regulamenta questões vinculadas à gestão eficiente dos resíduos, direitos e deveres dos vários setores da sociedade, possui diretrizes favoráveis aos catadores e aos empreendimentos solidários, dentre outros (ALVES; VELOSO, 2018).

Em seu processo de luta, os catadores, através do MNCR após a conquista da PNRS, vêm buscando novos avanços visando os direitos, qualidade de vida e trabalho dos catadores e, dentre algumas propostas, tem-se o que eles têm chamado de reciclagem popular.

A reciclagem popular é um projeto produtivo que visa a distribuição da riqueza, do poder e dos conhecimentos gerados a partir dos resíduos. O principal objetivo é combater a desigualdade nesta cadeia, fazendo com que as organizações auto gestionárias ocupem todos os elos do ciclo produtivo, desde a coleta até a industrialização do material reciclável, garantindo a gestão integrada dos resíduos. Esse objetivo é coerente com a defesa do meio ambiente e a economia dos recursos naturais, garantindo a gestão compartilhada de resíduos, na qual todos os agentes da cadeia, incluindo fabricantes até as indústrias auto gestionárias recicladoras, façam seu papel de garantir prioritariamente a defesa do meio ambiente e a economia dos recursos naturais (MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, 2017)

A reciclagem popular apoia-se em três pilares, que são o conhecimento, poder e riqueza; a proposta é que esses devem ser desenvolvidos de forma justa entre os agentes da cadeia produtiva da reciclagem.

Embora haja legislação vigente e alternativas elaboradas que visem a melhoria das condições de vida e trabalho do catador de resíduos sólidos, ainda há muitas barreiras na aplicação dessas propostas. Além disso, os obstáculos tornaram-se ainda maiores com o advento da pandemia do novo coronavírus em 2020. Por ser uma doença contagiosa de fácil disseminação e sem tratamento, a solução mais efetiva ao combate deste vírus tem sido o distanciamento social (CUNHA et al., 2020).

Porém, no contexto brasileiro, principalmente em localidades com concentração de população de baixa renda, essa estratégia se torna um desafio, não só pela aglomeração de moradores, mas também devido à carência de saneamento básico e baixo padrão de acesso à renda. Uma parcela significativa dos catadores está entre os profissionais que podem estar residindo em locais nessas condições, deixando-a cada vez mais vulnerável.

Mesmo encontrando-se em situação de vulnerabilidade social, os catadores, em algumas localidades, foram orientados a paralisar os trabalhos ou tiveram as atividades suspensas pelo poder público devido à pandemia. Outro fator que também pode ter afastado os catadores do trabalho é que alguns fazem parte dos grupos de risco por serem idosos ou apresentarem comorbidades. Ademais, o vírus pode permanecer por dias nos mais diferentes tipos de materiais e os resíduos gerados apresentam grande risco de contaminação e perigo biológico por não serem desinfetados e ficarem extremamente expostos antes e durante o processo de coleta (URBAN; NAKADA, 2021).

Em uma realidade específica no contexto brasileiro, na região Sudeste do país, a qual possui a maior população e, consequentemente, maior geração de resíduos, há no estado do Rio de Janeiro duas importantes cidades em sua zona metropolitana: a capital, a cidade do Rio de Janeiro, a qual possui a segunda maior população do país, e o município de Niterói, que foi pioneiro na década de 1980 no que se refere à implementação da coleta seletiva e que, apesar do pioneirismo, apresenta algumas questões socioambientais, econômicas e políticas que podem contradizer seu empreendedorismo do século passado.

A partir disso, tendo como base as questões expostas anteriormente, este trabalho busca “compreender a possibilidade da promoção de uma política de reciclagem popular em empreendimentos econômicos solidários de catadores a partir de experiências de Niterói”.

REFERENCIAL TEÓRICO

A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CONTEXTO BRASILEIRO

No contexto brasileiro, apesar de algumas políticas governamentais que nas últimas décadas auxiliaram na redução da pobreza, observa-se que há muitas pessoas que vivem na extrema pobreza, a qual foi agravada com a pandemia de covid-19, como consequência gerando mais exclusões socioeconômicas, desemprego, limitações de serviços básicos, por exemplo, de saúde e educação, preconceitos raciais, de gênero, dentre outros.

Essa relação entre sociedade, meio ambiente, economia, produção, meios sociais e culturais tem provocado vários agentes sociais a refletir sobre os aspectos de afinidades ou não entre esses elementos, gerando novas respostas, oportunidades, percepções, instrumentos, ações e relações, como, por exemplo, a economia solidária. Essa que, do ponto de vista dos seus defensores e praticantes, apresenta-se como uma estratégia que pode auxiliar na promoção da sustentabilidade, resgate da cidadania, gerar ocupação e renda, promover a justiça socioambiental, desenvolvimento local, dentre outros.

[...] Economia Solidária como alternativa ao desenvolvimento local [...], buscaria reinserir um determinado território sócio geográfico na agenda do mercado global ou, numa versão um pouco mais alternativa, numa condição de garantir o desenvolvimento “sustentável” dessa população a partir de ações coletivas e associativas de caráter restrito, num nível de metabolismo econômico e social coerente com suas condições subordinadas de desenvolvimento econômico e social. (CRUZ; SANTOS, 2011, p. 65-66)

Veronese (2009, p. 154) reforça que os grupos vinculados à economia solidária “[...] praticam, em graus variados, a socialização dos meios de produção e a autogestão. Dentre seus pressupostos estão a valorização da comunidade de trabalho e o compromisso com a coletividade em que se inserem”.

Essa outra economia, segundo autores como Alves et al. (2020), Fernandes e Pires (2016), Laville e Gaiger (2009) e Leite (2009), pode desenvolver funções em várias áreas tais como saúde, educação, ambiental, dentre outras, devido a sua inserção social e comunitária, e auxiliar na transformação de contextos produtivos tradicionais apresentando ações coletivas a partir de princípios como autogestão, igualdade e solidariedade.

Porém, conceituar a economia solidária é um desafio, pois ela está em constante evolução e/ou adaptação, mas, para uma melhor compreensão da sua trajetória no contexto brasileiro, é necessário um breve resgate histórico dos movimentos sociais e da realidade socioeconômica e política do Brasil.

Para Scholz e Veronese (2007), a segunda metade do século XX foi um período de reestruturação política e produtiva no Brasil; a partir da década de 1970, observou-se números significativos de excluídos do ambiente formal e tradicional de trabalho, o que levou trabalhadores desempregados a buscarem alternativas para sua sobrevivência. Na década de 1980, surgem grandes movimentos comunitários e associativos de geração de ocupação e renda, que, na década de 90, ganham apoios e reforços de outros movimentos, como as universidades, auxiliando através da ciência e conhecimentos acadêmicos na promoção de novas alternativas de geração de trabalho e renda.

Autores como Magni e Gunther (2014) e Barros e Pinto (2008) sugerem que a participação em movimentos associativos, fundamental à noção de Economia Solidária, proporciona uma identificação política e gera sociabilidades embasadas na solidariedade em torno de um objetivo comum, o da contraposição aos meios de exploração, opressão e individualismo que permeiam os cotidianos. É em parte para contrapor tais situações que os sujeitos se organizam em associações e ou cooperativas solidárias (ALVES et al., 2020, p. 128).

E nos primeiros anos do século XXI a economia solidária ganha força no Brasil com políticas de governo em nível nacional com a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e da antiga Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), que nos últimos anos perdeu espaço, se tornando um departamento, o que tem enfraquecido as ações e políticas públicas de economia solidária no Brasil.

Os autores ainda reforçam que vários fatores contribuíram para a motivação desses movimentos, como discussões sobre pobreza digna, valorização da comunidade, desejo de propriedade própria, apoio de movimentos religiosos e outras entidades.

Para Veronese (2011, p. 98), no Brasil a economia solidária se desenvolve “[...] como campo de práticas econômicas calcadas em noções de justiça, equidade, responsabilidade social e ambiental.”

E alguns princípios vinculados à economia solidária e ou empreendimentos solidários são apresentados e defendidos por autores como Pauli, Bender e Zanella (2013), Gaiger (2004) e Lisboa (2001), tais como: autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, autossustentação, desenvolvimento humano, responsabilidade social, valorização do território, sustentabilidade, melhora da qualidade de vida da comunidade, solidariedade, fraternidade, transparência, cidadania e valorização das pessoas.

A economia solidária no Brasil se apresenta como forma de valorizar e/ou resgatar as relações sociais e de trabalho a partir das pessoas e humanizar os processos produtivos. Muitos grupos marginalizados, invisíveis e ou excluídos têm visto sentido nessa outra economia, como os catadores de materiais recicláveis.

OS CATADORES E CATADORAS DE MATERIAIS REICLÁVEIS BRASILEIROS

Os catadores e catadoras de materiais recicláveis brasileiros muitas vezes não são vistos como profissionais “qualificados”. No entanto, agem como verdadeiros agentes ambientais, uma vez que contribuem para a

limpeza urbana e preservação do meio ambiente, consequentemente contribuindo para evitar alguns impactos socioambientais e auxiliar na redução da extração de matérias-primas da natureza (ALVES, 2018).

Segundo Ministério do Trabalho e Emprego, MTE (2020) e Alves e Veloso (2018), os catadores já estão identificados através do Código Brasileiro de Ocupações (CBO), esse que reconhece os profissionais e diz que catadores são responsáveis por coletar, vender, selecionar e preparar o material reciclável, além de realizar a manutenção do ambiente e equipamentos de trabalho, divulgar o trabalho de reciclagem e administrar o trabalho.

Mas, para entender a realidade, avanços e desafios desses profissionais, é importante conhecer um pouco da história e contexto brasileiro e seus catadores.

Segundo Alves et al. (2020), no século XX, devido a vários contextos sociopolíticos e econômicos, muitas pessoas viram nos vidros, ferros velhos e outros materiais recicláveis uma oportunidade para sobrevivência. E na década de 1980, na cidade de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, ocorreu uma iniciativa liderada pela Pastoral de Rua com alguns movimentos sociais com objetivo de pesquisar o perfil da população de rua da cidade.

Um dos resultados desse trabalho foi a identificação de perfis heterogêneos, e começaram a elaborar estratégias para amenizar e melhorar as condições socioeconômicas desses grupos. E dentre esses já havia atores sociais que trabalhavam com catação de materiais recicláveis, os quais deram início à organização coletiva por meio de associações e cooperativas.

Os autores ainda lembram que a iniciativa desses catadores foi crescendo, e em 1999 realizou-se o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, que culminou mais tarde, em 2001, na criação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, esse que deu mais visibilidade e força à luta dos catadores por uma vida digna.

Para Silva (2006, p. 4), o MNCR deve ser entendido como um espaço de relações e diálogo entre atores, governo e políticas públicas, a partir de um cenário complexo, cuja ação transforme

e empodere os sujeitos sociais envolvidos, “ressignificando e atualizando sua função social, reafirmando-se e ocupando novos espaços, ou mesmo atuando como responsáveis por criar ou modificar institucionalmente as ‘regras do jogo’”. Trata-se de um movimento que se baseia na luta pela participação direta e efetiva do trabalhador, visando, por um lado, a ressignificação da “catação” como “trabalho” efetivo, sujeito a direitos e organização social, de forma a modificar as percepções estigmatizantes de que os catadores são alvos, e, por outro lado, a potencialização de formas de acesso e inclusão através da garantia de renda e sustento. (ALVES et al., 2020, p. 129)

Sant’ana e Metello (2016) reforçam que desde a década de 1960 há experiências através de movimentos religiosos, organizações não governamentais e universidades que de alguma forma já buscavam identificar e se aproximar da população de rua e dos catadores. E, com a criação do MNCR e o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), em 2004, essa organização política amplificou sua força, auxiliando na criação de algumas políticas públicas, dentre elas a Lei nº 12.305/2010, referente à Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Os autores ainda dizem que a PNRS foi regulamentada pelo Decreto nº 7.405/2010, que, dentre as abordagens, destaca que os municípios deveriam finalizar os lixões, implantar a coleta seletiva e priorizar a participação de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis.

A Lei nº 12.305/2010 se destaca e inova, dentre outras questões, pela abordagem do compartilhamento da responsabilidade sobre o ciclo de vida dos produtos, promoção da produção mais limpa e conceitos vinculados às questões socioambientais, tais como produção mais limpa. Além de reforçar a inclusão dos catadores no processo de coleta seletiva como os principais agentes da logística reversa. E são esses profissionais da catação de materiais recicláveis que mais contribuem para as atividades de reciclagem no Brasil e ao mesmo tempo são invisíveis e expostos a grande vulnerabilidade social (ALVES et al., 2018; DEMAJOROVIC; AUGUSTO; SOUZA et al., 2016).

Apesar de vários avanços através da PNRS, ainda há muito a consolidar dessa lei, principalmente no que se refere às políticas públicas voltadas

às questões ambientais, que têm perdido força no contexto brasileiro. Os autores Alves e Veloso (2018, p. 248) dizem:

Sendo assim, a PNRS pode ser vista como uma política nacional, estatal e municipal de meio ambiente que, por um lado, inclui sujeitos excluídos, marginalizados e desvalorizados e os concebem como agentes importantes na concretização dos preceitos desta política, mas por outro, ao não conseguir superar os ditames do sistema capitalista e das estruturas políticas de favores e assistencialismo, acaba por limitar o próprio alcance daqueles objetivos ali propostos.

Mas, segundo Alves et al. (2020), os catadores, através do MNCR, continuam lutando e promovendo ações tais como projetos educacionais, culturais, recreativos, de capacitação, dentre outros, como também o resgate do papel das mulheres catadoras, que são a maioria nos empreendimentos solidários, como também os negros, perfis predominantes dos grupos de catadores. Buscam por parcerias com entidades públicas e privadas visando a promoção do trabalho, renda, educação ambiental, saúde, coleta seletiva solidária, promoção da sustentabilidade local, entre outros.

Há dentre essas ações um trabalho de promoção do que eles chamam de reciclagem popular, que visa a equidade na cadeia produtiva dos resíduos, mas, devido às questões sociopolíticas no Brasil nos últimos anos, os catadores têm dificuldades para consolidar essa e outras ações, que acabaram se agravando com a pandemia de covid-19.

RECICLAGEM POPULAR E A PANDEMIA DE COVID-19

Refletir sobre a realidade do catador brasileiro se torna um desafio, pois, como visto anteriormente, por um lado observa-se algumas conquistas legais com a PNRS, a qual visa a promoção de uma classe marginalizada, que é o catador de resíduo, através da inclusão socioeconômica a partir da articulação e compartilhamento da responsabilidade da promoção de novas diretrizes e condutas entre os setores públicos, privados e sociedade civil.

E, do outro lado, o que tem se observado na prática é que, apesar do respaldo no âmbito legislativo, os avanços garantidos não se traduziram no campo prático, ou seja, a realidade das associações e cooperativas muitas vezes contradiz as supostas conquistas, pois na realidade, devido a algumas questões burocráticas, falta de planejamento, de acesso a recursos, apoio, dentre outros, nem sempre há melhorias significativas em suas práticas de trabalho e na qualidade de vida do catador (ALVES; VELOSO, 2018).

Diante disso e dando continuidade às suas ações visando, dentre outras questões, a valorização do catador, o MNCR tem discutido e proposto uma política que promova uma equidade na cadeia produtiva da reciclagem, que tem chamado de reciclagem popular, essa que tem sido proposta como uma das possíveis respostas às dificuldades encontradas pelos catadores e seus empreendimentos.

Tal política traduz-se enquanto

[...] modelo de gestão integrada de resíduos sólidos onde a reciclagem é feita por catadoras/es organizadas/os em associações e cooperativas auto gerenciadas, através da prestação de serviços de Coleta Seletiva Solidária (CSS) e triagem dos materiais, além do avanço na cadeia de reciclagem via beneficiamento e comercialização coletiva, garantindo a gestão compartilhada e a distribuição da renda, da riqueza, do poder e do conhecimento gerado a partir do manejo dos resíduos. (ZEELAND, 2017, p. 12)

O pilar do conhecimento caracteriza-se pela gestão dos resíduos, mesmo que este ainda se encontre majoritariamente nos departamentos de órgão públicos, instituições de ensino superior e organizações privadas, que muitas vezes podem ignorar os saberes adquiridos e desenvolvidos pelos catadores. Outro pilar citado é o do poder, que rejeita uma figura ou grupo detentor do mesmo e prega a responsabilidade compartilhada, essa que é um dos preceitos da economia solidária e também contemplada na PNRS. Desta forma, os resíduos devem possuir uma gestão integrada, na qual todos os agentes encontram-se com o mesmo nível de importância, ou seja, sem hierarquia de poder. Por fim, a reciclagem popular aponta que a riqueza

deve ser melhor distribuída por meio do pagamento justo ao trabalhador que atua em qualquer uma das etapas citadas anteriormente, como a coleta e triagem (ZEELAND; TELLIER e FERREIRA, 2016).

Embora a reciclagem popular tenha sido elaborada como um modelo a fim de melhorar a qualidade de vida e trabalho dos catadores, sua implementação pode ter se tornado mais difícil devido à pandemia do novo coronavírus no primeiro trimestre de 2020.

Assim, encontra-se uma conjuntura desfavorável para a distribuição justa do conhecimento, poder e riqueza. Este fenômeno é consequência da possibilidade dos catadores de terem sido impedidos de exercerem as suas atividades devido ao possível alto grau de contaminação dos resíduos. Assim, o perigo do contágio é provocado pela persistência do vírus na superfície dos materiais, aumento do volume de resíduo hospitalar e a não desinfecção. Além disso, a ausência de segregação do resíduo na fonte geradora, a não utilização de EPIs e inserção em grupos de risco agravam o quadro dos catadores (HENRIQUE; MATTOS, 2020).

Dessa maneira, afirma Magalhães (2016), o quadro de vulnerabilidade social, em que encontra-se a maioria dos catadores, pode ser agravado pelas condições apresentadas e pela restrição deste agente ambiental de atuar na sua atividade de geração de ocupação e renda.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No que se refere ao método empregado, esta pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, por ter como objetivo compreender a conjuntura na qual estão inseridos os empreendimentos solidários. Esta abordagem tem como objetivo

[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu

planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão. (GIL, 2010, p. 41)

Dessa maneira, busca-se não só identificar e analisar dados quantitativos, mas também realizar entrevistas com os membros dos grupos e empreendimentos solidários, entender as dificuldades encontradas, o nível estrutural e o público que compõe essa esfera de trabalho e propor possíveis soluções para a implantação do modelo de reciclagem popular no município de Niterói.

Em função da pandemia de covid-19, os pesquisadores obtiveram apenas contato remoto com as associações, cooperativas, grupos informais e instituições governamentais vinculadas ao poder público municipal. Além disso, agentes que trabalham com o tema também foram contactados a fim de identificar um número maior de empreendimentos solidários. A proposta é, caso se tenha oportunidade, realizar observação participante junto aos empreendimentos de forma segura e seguindo os protocolos de segurança.

O contato inicial com tais empreendimentos visou adquirir informações referentes ao nome, histórico, quantidade de membros, gênero, tipo de resíduo coletado, existência de parcerias, local, o que produz e *e-mail* para contato. Essas informações preliminares auxiliaram na construção de um perfil inicial e identificação de uma possível rede e cadeia produtiva.

A respeito das instituições governamentais, foi realizado um contato para a formalização para atuação e obtenção de dados oficiais, porém, devido à troca de gestão a partir das eleições municipais de outubro de 2020, esta possibilidade foi interrompida, pois a entidade que trabalha diretamente com a temática da economia solidária está passando por mudanças de lideranças e gestão.

Além disso, a pesquisa é de caráter exploratório, pois tem buscado tanto na literatura quanto em documentos as informações necessárias para a constituição não só deste trabalho, mas também de facilitar, por meio deste estudo, o acesso a um universo de informações referentes ao tema que auxiliarão na construção de futuras pesquisas. Este tipo de pesquisa visa descobrir o que ocorre em relação ao objeto de estudo e promove questionamentos a respeito. Os estudos exploratórios traduzem-se na investigação na literatura, diálogo com especialistas do tema e na promoção de entrevistas com grupos focais (GRAY, 2012).

Por fim, por meio desta leitura tem se realizado análises de informações e dados estatísticos que têm auxiliado em certos níveis na compreensão da realidade vivenciada pelos empreendimentos solidários e catadores de Niterói.

Segundo Gil (2010), as pesquisas de caráter exploratório possuem como principal objetivo desenvolver, elucidar e transformar conceitos, ideias e a finalidade de possibilitar uma visão geral acerca de determinado fato; e, através das pesquisas descritivas, é possível executar a definição das características de uma população ou fenômeno através de técnicas padronizadas de coleta de dados.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

O presente trabalho ainda se encontra em desenvolvimento, mas já é possível identificar e analisar alguns resultados a partir das ações estratégicas até aqui desenvolvidas.

O município de Niterói fica situado no estado do Rio de Janeiro, região Sudeste do Brasil. Possui, segundo o Plano Municipal de Saneamento Básico, 520.312 habitantes, com densidade demográfica de 3.650 hab./km², e produz cerca de 421 toneladas de resíduos por dia. A partir destas informações, é possível afirmar que a relação entre resíduos sólidos e população é equivalente a 0,81 kg/pessoa por dia; comparando com a média nacional,

que, segundo a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), é de 1,03 kg/pessoa, o município apresenta uma proporção menor do que a média geral do país (PANORAMA, 2019).

Em relação à quantidade de resíduo coletado por kg/hab./ano, Niterói apresenta 395,53 kg/hab./ano em relação à média nacional de 346 kg/hab./ano de acordo com o Índice de Sustentabilidade da Limpeza Urbana (Islu) (PWC, 2019). Esse índice elabora um *ranking* com todas as cidades do país, no qual Niterói é a segunda melhor no recorte das cidades com mais de 250.000 habitantes. Isto pode ser reflexo do fato de Niterói ser o município que possui maior despesa do serviço de limpeza urbana por habitante, que é equivalente a R\$ 479,55. Em contrapartida, a cidade apresenta uma das piores posições quanto à quantidade de resíduos coletados por trabalhador (ton./ano/trabalhador), sendo detentora de 76,37 ton./ano/trabalhador.

O Islu possui uma classificação denominada “dimensão” baseada na PNRS, em que cada uma é metrificada em uma escala de 0 a 1, sendo 1 o ideal. As dimensões existentes são:

- Dimensão E: engajamento do município: 0,885;
- Dimensão S: sustentabilidade financeira: 1,000;
- Dimensão R: recuperação dos resíduos coletados: 0,012;
- Dimensão I: impacto ambiental: 1,000.

A média destas dimensões resulta no índice de 0,742 do município estudado e, portanto, por efeito comparativo entre as dimensões, pode-se afirmar que Niterói possui um número inferior na dimensão R. Assim, faz-se necessário compreender como são geridos os resíduos na cidade a fim de identificar as causas a serem retificadas.

No que se refere à questão da gestão e do manejo dos resíduos produzidos, a prefeitura possui a Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói (Clin). Uma das estratégias de recolhimento dos resíduos desta empresa é por meio da coleta porta a porta, que permite a retirada em

locais de difícil acesso como construções em encostas e zonas periféricas carentes de infraestrutura como saneamento básico e que possuem, muitas vezes, violência como parte da realidade desses moradores. Além disso, a empresa municipal ainda realiza a varrição manual e mecanizada, limpeza de praias, de comunidades e de encostas. O material recolhido é enviado para o aterro sanitário, localizado no município de São Gonçalo (13 km do centro urbano de Niterói).

O Plano Municipal de Saneamento Básico aponta que apenas 1,79% dos materiais recicláveis coletados através da coleta domiciliar (convencional e seletiva) é desviado do aterro sanitário (PLANO, 2019).

Com objetivo de melhorar o índice de desvio, a prefeitura nesse plano propõe o incentivo à criação de novas cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis e a realização da manutenção dos equipamentos dos empreendimentos, a qual já tem parceria. Segundo um estudo da Ampla (2020), o percentual da composição gravimétrica de Niterói aponta que 46,07% são materiais recicláveis; 48,84% são resíduos orgânicos; e 5,09 % são rejeitos, ou seja, só podem ter destinação adequada e não possuem valor econômico. Em relação ao reciclável, percebe-se uma oportunidade a ser explorada por meio da fomentação, estímulo e manutenção de parcerias com as cooperativas.

A Ampla (2020), a partir de uma projeção e análise gravimétrica dos próximos 20 anos do município de Niterói, identificou, mensurou e projetou possíveis valores referentes à população, produção de resíduos e quantidade de prestação de serviço. Dessa maneira, o PMSB organizou e projetou um sistema fundamentado na economia circular.

A economia circular se refere a um modelo de crescimento sustentável: análise da Política Nacional de Resíduos Sólidos de economia industrial que é, por concepção ou intenção, restauradora, com foco no conceito de princípios cradle-to-cradle e na sustentabilidade dos materiais. Portanto, sob o conceito de economia circular, questões como compras sustentáveis de matérias-primas, processos de produção e design ecológicos, adoção de modelos de distribuição e consumo mais

sustentáveis, desenvolvimento de mercados secundários de matérias-primas tornam-se elementos-chave para o sucesso do negócio e transição gradual para uma sociedade sustentável. (COSENZA; ANDRADE; ASSUNÇÃO, 2020, p. 6-7)

Observa-se que no programa municipal há a pretensão de implementar um novo modelo econômico na esfera do manejo de resíduos e nesta proposta os catadores de resíduos são contemplados no tópico “Diretriz Geral e Manejo Proposto para a Gestão dos Resíduos Sólidos”. Nesse, a questão dos resíduos é apresentada da seguinte forma: “Coleta Seletiva dos Resíduos Secos e encaminhamento para Associações/Cooperativas de catadores” e “Fomentar a criação de negócios visando emprego e renda para catadores de materiais recicláveis” (AMPLA, 2020, p. 612).

Dessa maneira, de forma mais detalhada, a proposta sugere a formação e capacitação de novos empreendimentos de catadores e visa:

- melhorar a capacidade produtiva das unidades de triagem;
- possibilitar processos padronizados no cenário municipal quanto à triagem dos materiais, melhorando a qualidade final dos materiais à comercialização (padronização técnica), bem como criando condições melhores de trabalho e operação das unidades, possibilitando autonomia dos grupos junto a seu processo de trabalho;
- melhorar as condições de atuação desses profissionais no manejo de materiais recicláveis secos auxiliando em sua organização e na operacionalização das unidades de triagem;
- capacitar nas áreas de: tecnologia da informação; educação; gestão; artesanato, dentre outras.

O modelo de política de gestão dos resíduos proposto no Plano Municipal de Saneamento Básico, apesar de prever ou citar os catadores em algumas estratégias, não tem a pretensão de envolvê-los diretamente ou em toda a cadeia da coleta seletiva. A idealização da proposta é que uma empresa terceirizada realize a coleta seletiva e a prefeitura contrataria os catadores

para triagem e comercialização dos materiais. Tudo isso com supervisão e metas propostas pelo poder público, o qual pretende garantir condições mínimas sanitárias, ambientais e secundárias para os catadores.

É importante ressaltar que tal proposta contraria uma das diretrizes da Política Nacional dos Resíduos Sólidos, que determina a priorização na contratação de catadores formalizados e vinculados a empreendimentos solidários para a realização da coleta seletiva. Além disso, a concessão de exclusividade a uma empresa terceirizada para atuar na coleta pode inviabilizar a instauração de uma política de reciclagem popular, visto que a mesma objetiva promover a atuação dos catadores em todas as etapas do processo da cadeia produtiva da reciclagem.

A respeito da cadeia produtiva da reciclagem de Niterói, identificou-se, até o momento, alguns atores como grupos, cooperativas, empresas, entidades públicas que atuam diretamente com a economia solidária, Fórum Municipal de Economia Solidária e prefeitura.

No que tange aos empreendimentos solidários e grupos que atuam direta ou indiretamente sob a temática da economia solidária, pode-se destacar:

- Grupos, formais e informais, que têm como objetivo a conscientização ambiental, produção de artesanatos de caráter social com a participação de catadores e população que reside em condição de rua, utilizando os resíduos coletados como matéria-prima para as artes. Elaboração de projetos junto aos catadores, dentre outros objetivos.
- Cooperativas: foram identificadas três cooperativas que estão em estágios diferentes de atuação e gestão.

Â A primeira cooperativa está vinculada a uma comunidade carente e tem uma parceria com a prefeitura, na qual recebe os resíduos para a realização da triagem. Reforça-se que o Plano Municipal de Saneamento prevê de forma ambiciosa a implantação de um biodigestor neste local, a instalação de novos

galpões e a contratação de novos catadores até 2024. Caso não se consiga contratá-los, estuda-se a inserção de um processo de triagem mecanizada. E com essa possibilidade da substituição do catador por um processo mecanizado nesta etapa da cadeia produtiva pode impactar negativamente no processo de implantação de uma política de reciclagem popular.

- Â A segunda trabalha com óleo, atuando, especificamente, na recuperação de óleo de cozinha. A partir de pontos de coletas espalhados na cidade e em espaços escolares e universitários, realiza o recolhimento do resíduo oleoso com auxílio de veículos dos seus cooperados. Após a coleta, são realizados o beneficiamento e o repasse para indústria de sabão.
- Â A terceira trabalha diretamente com resíduos eletroeletrônicos, cujo objetivo, além de coletar esses materiais, é conscientizar a população local sobre a coleta seletiva visando a preservação do meio ambiente. Ela coleta papel, papelão, resíduo eletrônico, ferro, PET e PP.

Após o contato com estes atores locais vinculados em níveis diferentes à temática da economia solidária no município de Niterói, identificou-se inicialmente alguns desafios para a gestão destes empreendimentos, como:

- a ausência de comunicação e articulação entre as cooperativas e os outros grupos vinculados direta ou indiretamente à cadeia produtiva da reciclagem e da economia solidária;
- carência de infraestrutura, como ausência de espaço para armazenamento dos resíduos, maquinário inadequado, equipamento pessoal de segurança vencido ou inutilizável, transporte realizado via tração humana de forma não ergonômica;
- burocracia;
- conflitos com o poder público local devido à falta de apoio e contradições nas propostas e no processo de gestão dos resíduos

sólidos;

- ausência de suporte de instituições vinculadas ou especializadas na temática da economia solidária e gestão dos seus empreendimentos;
- escassez de mão de obra por causa da pandemia do novo coronavírus, visto que muitos catadores se encontram inseridos em grupos de risco e que é alto o grau de contaminação dos resíduos descartados, já que a covid-19 pode permanecer na superfície de diversos materiais (HENRIQUE; MATTOS, 2020).

Além disso, Kampf et al. (2020) revisaram a persistência de coronavírus em diferentes superfícies e relataram a sobrevivência dos vírus em metal por 5 dias, em plástico por até 5 dias, em papel por 4 a 5 dias, em vidro por 4 dias e em alumínio por até 8 horas. Além disso, uma investigação recente sobre a estabilidade do SARS-CoV-2 em várias superfícies relatou o vírus SARS-CoV-2 viável em plástico por até 72 horas, em aço inoxidável por até 48 horas e em papelão por até 24 horas (URBAN; NAKADA, 2021).

Por fim, mediante a elevada exposição dos catadores de resíduos ao coronavírus e suas novas variantes em resíduos de diferentes naturezas, sobretudo a hospitalar, é possível o agravamento na condição de vulnerabilidade social dos catadores por terem, em algumas realidades, suas atividades interrompidas por causa da pandemia.

Em Niterói, embora haja uma parceria entre o município e uma cooperativa, os demais empreendimentos e grupos inseridos na esfera da reciclagem encontram-se isolados e não assistidos pelo poder público municipal mesmo com as propostas apresentadas tanto pelo Plano Municipal de Saneamento Básico quanto pela Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Dificulta-se, portanto, a implementação de uma política de reciclagem popular, visto que a participação do catador em todas as etapas da cadeia produtiva encontra-se ameaçada e o PMSB não prevê políticas que permitam a distribuição justa dos três pilares fundamentais, que são o conhecimento, riqueza e poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de um cenário de marginalização e exclusão socioeconômica, somado à exploração predatória dos recursos naturais e da força de trabalho, procurou-se apresentar, dentro do modelo alternativo denominado economia solidária, a política de reciclagem popular, esta que caracteriza-se pela distribuição justa do conhecimento, poder e riqueza na cadeia de resíduos, e sua viabilidade enquanto solução aos desafios encontrados pelos catadores e empreendimentos solidários durante a pandemia do novo coronavírus. A aplicação da política de reciclagem popular e da inserção de uma lógica da economia solidária pode auxiliar no combate à desigualdade social, essa que historicamente é consequência de, dentre outras, políticas públicas que não consideram as particularidades de grupos sociais como os que atuam com as temáticas de resíduos, reciclagem e economia solidária e atualmente agradava com a pandemia da covid-19. Estas ideias contribuem em diferentes âmbitos como o social e o ambiental e procura-se atender a sequência da não geração, redução, reutilização, reciclagem e disposição adequada do resíduo final, contrapondo-se à mentalidade capitalista consumista e insustentável.

Além disso, ocorre um processo de empoderamento e orgulho da profissão de catador, aliado a que os empreendimentos solidários devem se organizar, fortalecer a sua rede e apresentar como também pleitear capacitações e promover um processo de conscientização com o associado ou cooperado, a fim de eliminar os estigmas e preconceitos em relação aos catadores e o trabalho exercido. Buscar a sustentabilidade de suas ações e gestão dos empreendimentos e grupos de forma não dependente de outras entidades, sejam elas públicas e ou privadas, mas de forma a compartilhar ideias e fortalecer a responsabilidade compartilhada.

A respeito do agravamento ocasionado pela pandemia da covid-19, há a possibilidade de este fenômeno ter impedido a realização das atividades do catador de resíduos por causa do alto grau de contaminação por coronavírus dos resíduos descartados. Além disso, esses trabalhadores geralmente estão inseridos em grupos de risco como idade mais elevada

e/ou apresentam algum tipo de comorbidade que muitas vezes resulta das condições de trabalho. Assim, impedidos de realizarem sua atividade laboral, compromete-se a renda e aumenta-se o grau de vulnerabilidade social que esta classe ocupa.

Portanto, discutir e refletir sobre a reciclagem popular pode ser uma das alternativas capazes de promover ideias que visem a redução da exploração da força de trabalho e do meio ambiente, distribuição justa dos recursos a fim de melhorar a qualidade de vida por meio da inclusão social e econômica com a geração de empregos, organização dos grupos, conscientização dos atores sociais, gestão dos empreendimentos, dentre outros.

Diante do contexto apresentado, é possível identificar um município que, embora tenha estudos, pesquisas, propostas e um aparente ranqueamento positivo no que se refere à política de saneamento básico pelo Índice de Sustentabilidade e Limpeza Urbana, está muito aquém na questão social referente ao resíduo reciclável. Ratifica-se isso por meio da análise da dimensão R do último Islu, que aponta o município de Niterói entre os piores classificados a respeito da coleta de material por catador. Ademais, a cidade apresenta uma taxa de desvio do aterro sanitário distante da meta pretendida pelo PMSB.

Ademais, observou-se ações tímidas e isoladas de atores sociais, empreendimentos e outras organizações de várias esferas que dialogam com a temática da economia solidária, resíduos e reciclagem, que poderiam ser potencializadas a partir de uma rede efetiva de cooperação e solidariedade. Consequentemente, essa desarticulação impacta negativamente na gestão das ações, geração de estratégias sustentáveis, não há trocas de informações, essa que é uma característica das redes, e automaticamente não ocorre a geração e troca de conhecimento, poder e riqueza, dificultando a implementação da reciclagem popular.

No nível de gestão pública, observa-se pelo Planejamento Municipal de Saneamento Básico limitações, distorções e possíveis ameaças à efetivação de uma política de reciclagem popular no contexto dos empreendimentos solidários. Pois o PMSB propõe exclusividade para uma empresa

terceirizada realizar a coleta dos resíduos e a implementação de uma triagem mecanizada a fim de substituir parte dos catadores neste processo. O que pode impedir a participação dos catadores em etapas importantes da cadeia da reciclagem, destinando-os apenas para uma parcela da triagem do material.

Na proposta desse planejamento, apesar de prever atualmente estímulo à criação de novas cooperativas, segundo informações do PMSB, foi identificada somente a existência de uma parceria com uma cooperativa. Portanto, é necessário haver maior respaldo do município para com os outros empreendimentos assim como descrito no próprio PMSB. Além disso, incorporar as diretrizes da PNRS como a priorização na contratação de catadores vinculados a associações e cooperativas na realização da coleta seletiva. Não obstante, os empreendimentos apresentam muitas dificuldades na questão de sua regularização devido aos altos custos para a realização do processo, desestimulando a atuação dos mesmos de forma juridicamente legal.

Ademais, para a implantação da política de reciclagem popular, é preciso que ocorra maior diálogo entre todos os agentes da cadeia produtiva da reciclagem, que são os próprios catadores, empreendimentos, grupos, empresas municipais, terceirizadas, prefeitura, secretarias e instituições governamentais de apoio à economia solidária, com a possibilidade da elaboração e implementação de uma rede colaborativa. Por meio destas iniciativas, a tendência é que a cidade melhore seu desempenho e classificação no que se refere à gestão de resíduos sólidos e forneça para os catadores uma maior qualidade na geração de ocupação e renda.

Assim, espera-se auxiliar na diminuição do status de vulnerabilidade social, principalmente, dos catadores de materiais recicláveis e, consequentemente, promover uma melhora na qualidade de vida, o aprimoramento da infraestrutura e comunicação com os demais atores da cadeia produtiva. Contribuindo, assim tanto em nível de gestão dos empreendimentos, mas também com toda a dinâmica das relações sociais envolvidas na temática da economia solidária, resíduos e reciclagem.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. C. M *et al.* Economia Solidária e a dimensão cognitiva da experiência dos catadores. *Interações*, Campo Grande, v. 21, n. 1, p. 125-140, jan./mar. 2020.
- ALVES, J.C.M *et al.* Planejamento Estratégico Organizacional: reflexões a Partir da Utilização das Matrizes SWOT e GUT em uma Associação de Catadores de Materiais Recicláveis. *Revista Eletrônica Sistemas & Gestão*, Niterói, v. 13, n. 2, p. 219-231, 2018.
- ALVES, J. C. M. *Análise de Sustentabilidade Social de Redes Solidárias de Catadores de Materiais Recicláveis: Um Estudo de Caso da Rede CATAVALES*. 2018. Tese (Doutorado em Sistemas de Gestão Sustentáveis) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.
- ALVES, J.C.M; VELOSO, L. H. M. A Política Nacional de Resíduos Sólidos e a “Catação” de Lixo: Uma Relação Sinérgica? *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, ano XXI, n. 40, p. 229-252, jan./abr. 2018.
- AMPLA. *Plano Municipal de Saneamento Básico-PMSB Prefeitura Municipal de Niterói*. Relatório Final, Niterói, março, 2020.
- BRASIL. *Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010*. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: abr. 2020.
- COSENZA, J. P; ANDRADE, E. M; ASSUNÇÃO, G. M. A circular economy as an alternative for Brazil's sustainable growth: analysis of the National Solid Waste Policy. *Journal of Environment Management & Sustainability*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 1-28, 2020. Disponível em: <https://zaguan.unizar.es/record/89933?ln=en>. Acesso em: abr. 2021.
- CRUVINEL, V. *et al.* Waterborne diseases in waste pickers of Estrutural, Brazil, the second largest open-air dumpsite in world. *Waste Management*, Amsterdam, v. 99, p 71-78, nov. 2019. Disponível em: [https://www.](https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0956053X19305549)

[sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0956053X19305549](https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0956053X19305549). Acesso em: abr. 2021.

- CRUZ, A.; SANTOS, A. M. A economia solidária e as novas utopias: permanências e rupturas no movimento histórico do associativismo econômico. In: HESPANHA, P; SANTOS, A. M. *Economia solidária: questões teóricas e epistemológicas*. Coimbra: Almedina; CES, 2011.
- CRUZ, U. A relação entre o trabalho dos catadores de materiais recicláveis da rede de reciclagem do estado do Rio de Janeiro e a manutenção da indústria de reciclagem. *Revista Tamoios*, Rio de Janeiro, ano 16, n. 2, p. 117-142, maio 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/tamoios/article/view/43890>. Acesso em: dez. 2020.
- CUNHA, M. *et al.* How many could have been saved? Effects of social distancing on COVID-19. *Brazilian Journal of Public Administration*, Recife, nov. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122021000100012&script=sci_arttext. Acesso em: abr. 2021.
- DEMAJOROVIC, J.; AUGUSTO, E. E. F; SOUZA, M. T. S. Logística Reversa de Ree em Países em Desenvolvimento: Desafios e Perspectivas para o Modelo Brasileiro. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 119-138, 2016.
- FERNANDES, J. R. S.; PIRES, A. Metas de produção em cooperativas de recicláveis: tensões entre ambiente cooperativo e atuação competitiva. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 17, n. 2, p. 184-192, abr./jun., 2016.
- GAIGER, L. I. *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- GIL, A.C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GRAY, D. *Pesquisa no mundo real*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.
- HENRIQUE, R.; MATTOS, U. Contexto Socioambiental das Cooperativas de Catadores do Rio de Janeiro e os Impactos da COVID 19. *Revista Internacional de Ciências*, Rio de Janeiro, v. 10, ed. 3, 31 dez. 2020.

Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/ric>. Acesso em: mar. 2021.

KAMPEF, G. *et al.* Persistence of coronaviruses on inanimate surfaces and their inactivation with biocidal agents. *Journal of Hospital Infection*, Amsterdam, v. 104, ed. 3, p. 246-251, mar. 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0195670120300463>. Acesso em: abr. 2021.

LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I. Economia solidária. In: CATTANI, A. D. *et al.* (org.). *Dicionário internacional da outra economia*. São Paulo: Almedina, 2009.

LEITE, M. P. A economia solidária e o trabalho associativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 24, n. 69, fev. 2009.

LISBOA, A. de M. A socioeconomia solidária diante da grande transformação. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 37, n. 159, 2001.

MAGALHÃES, B. J. Liminaridade e exclusão: caracterização permanente ou transitória das relações entre os catadores e a sociedade brasileira? In: PEREIRA, C. J.; GOES, F. L. (org.). *Catadores de Materiais: um encontro nacional*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. *Economia Solidária, 2021*. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-productiva-urbana/economia-solidaria>. Acesso em: fev. 2021.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Classificação Brasileira de Ocupação, 2020. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>. Acesso em: dez. 2020;

ALVES, J.C.M; MENDONÇA, F. M; VELOSO, L. H. M; MAGALHÃES, G. H. Planejamento Estratégico Organizacional: Reflexões a Partir da Utilização das Matrizes SWOT e GUT em uma Associação de Catadores de Materiais Recicláveis. *Revista Eletrônica Sistemas & Gestão*, Niterói, v. 13, n. 2, p. 219-231, 2018.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS REICLÁVEIS. O QUE É A REICLAGEM POPULAR? Um novo modelo baseado em um novo conceito de reciclagem. *MNCR*, jul. 2017. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/noticias/noticias-regionais/o-que-e-a-reciclagem-popular>. Acesso em: abr. 2021.

PANORAMA dos resíduos sólidos no Brasil 2018/2019. *Abrelpe*, [2021]. Disponível em: <https://abrelpe.org.br/download-panorama-2018-2019/>. Acesso em: fev. 2021.

PAULI, J.; BENDER, N.; ZANELLA, W. Perfil de Liderança em Empreendimentos de Economia Solidária. *Perspectiva*, Erechim, v. 37, n. 138, p. 93-104, jun. 2013.

PINHEL, J. R. *et al.* *Do lixo à cidadania: guia para a formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis*. São Paulo: Peirópolis, 2013.

PWC. Índice de Sustentabilidade da Limpeza Urbana. São Paulo: PwC, 2019. Disponível em: <https://selur.org.br/wp-content/uploads/2019/09/ISLU-2019-7.pdf>. Acesso em: jan. 2021.

SANT'ANA, D.; METELLO, D. Reciclagem e Inclusão Social no Brasil: Balanço e Desafios. In: PEREIRA, C. J.; GOES, F. L. (org.). *Catadores de Materiais: um encontro nacional*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 21-44.

SCHOLZ, R. H.; VERONESE, M. Liderança na economia solidária: o caso da cooperativa metalúrgica Cooperei. *ESAC Economia Solidária e Ação Cooperativa*, São Leopoldo, v. 2, n. 2, p. 90-99, jul./dez. 2007.

URBAN, R. C.; NAKADA, L. Y. K. COVID-19 pandemic: Solid waste and environmental impacts in Brazil. *Science of the Total Environment*, Amsterdam, v. 755, part 1, 10 fev. 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0048969720360009?via%3Dihub>. Acesso em: abr. 2021.

VERONESE, M. V. A Economia Solidária e a Formação de Lideranças Democráticas. *Diálogo*, Niterói, n. 18, p. 97-114, jan./jun. 2011.

VERONESE, M. V. Subjetividade, trabalho e economia solidária. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, v. 84, p. 153-167, mar. 2009.

ZAMORA, A. *et al. Atlas do Plástico: Fatos e números sobre o mundo dos polímeros sintéticos*. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Stiftung, 2020. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2020/11/29/atlas-do-plastico>. Acesso em: jan. 2021.

ZEELAND, A.J.W.M. Desafios da Autogestão na Reciclagem Popular. *Revista NAU Social*, v.7, n.13, p. 9-22, nov. 2016 / abr 2017.

ZEELAND, A. J. W. M; TELLIER, M; FERREIRA, M. P. *Catadoras e Catadores em Rede: Fortalecendo a Reciclagem Popular*. Porto Alegre: Fundação Luterana de Diaconia, 2016.

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA SOCIAL

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA SOB A LENTE DA TECNOLOGIA SOCIAL E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Norma Suely da Silva Chavão¹

Carlyle Tadeu Falcão de Oliveira²

INTRODUÇÃO

A pandemia de covid-19 pegou o mundo de surpresa e mostrou como a humanidade não está preparada para tratar questões de saúde, bem-estar e desigualdade. Questões essas abarcadas pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos em 2015 pela Agenda 2030, numa tentativa das nações em buscar, globalmente, alternativas que ofereçam um contraponto à competitividade acirrada, ao consumo desenfreado, aos problemas sociais e às demais mazelas que assolam a sociedade, intensificados nesse tempo pandêmico.

Os ODS foram construídos com o sucesso dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, acordados durante a Rio+20 no Rio de Janeiro, incluindo novos temas, como mudança global do clima, desigualdade econômica, inovação, consumo sustentável, paz e justiça, entre outras prioridades. Os objetivos são interconectados, o sucesso de um ODS envolve o combate a temas que estão associados a outros objetivos, exigindo das nações programas e políticas públicas:

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal Fluminense (UFF).

² Professor doutor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e do Programa de Pós-Graduação em Administração da UFF.

O Governo do Brasil (GdB) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) trabalharão na mobilização social e na territorialização dos ODS, buscando a participação das populações vulneráveis nas políticas públicas e no diálogo democrático. O conhecimento brasileiro sobre desenvolvimento e tecnologias sociais continuará a ser sistematizado e compartilhado com países em desenvolvimento por meio da cooperação Sul-Sul e Triangular. (NAÇÕES UNIDAS, 2016, p. 5-6)

No Brasil, a pandemia mostrou o quanto estamos indo em direção contrária à Agenda 2030 e como vivemos uma crise no campo da Ciência. É neste momento que a Ciência e a comunidade de pesquisa precisarão explorar novas alternativas, favoráveis ao desenvolvimento social e produtivo, demonstrando sua importância em articular soluções para essa nova realidade social.

Neste contexto, este artigo tem como objetivo investigar como a reaplicação de uma tecnologia social pode ocorrer no campo da administração, por meio do projeto de extensão intitulado “Projetos Solidários” que foi oferecido aos alunos no Centro de Convivência da Universidade Aberta da Terceira Idade da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UnATI-Uerj). O curso Projetos Solidários teve como finalidade fornecer a formação em economia solidária em conjunto com o de elaboração de projetos comunitários a indivíduos 60+, para a melhoria das condições de vida das suas comunidades, bem como para contribuir para o aumento da autoestima e sua inserção cidadã dentro da comunidade.

A relevância desse estudo está na reflexão sobre o conceito de tecnologia social, no campo da Administração, para aproximar os saberes da universidade e da sociedade, agregando informações e conhecimento a fim de transformar uma realidade social e desenvolver o conceito de cidadania, bem como sua sinergia com as ações favoráveis ao desenvolvimento social e produtivo, questões tratadas pelos 17 ODS. Os resultados destacaram que a reaplicação de uma tecnologia social para grupos 60+ e sua sinergia com os ODS contribuíram para o aumento da autoestima e possibilitaram a visualização de alternativas para trabalhos com viés solidário, tão discutidos no

momento atual e imprescindíveis para a retomada das atividades econômicas no mundo pós-pandêmico.

Este artigo é composto de seis seções. Após esta introdução, serão abordados conceitos sobre tecnologia social, o papel da universidade na sociedade e os ODS. Na sequência, tem-se a seção onde são apresentadas as características da pesquisa-ação utilizada para aprofundamento do tema; a quarta seção apresenta os resultados e a discussão do caso empírico; completando o trabalho, na seção cinco encontram-se as considerações finais e, na seção seis, as referências bibliográficas.

OS CONCEITOS QUE DEFINEM A TECNOLOGIA SOCIAL E SUAS INTERFACES

A tecnologia como se conhece hoje está inserida na sociedade de tal forma que não paramos para nos questionar como ela dita a forma como a sociedade se desenvolve. A tecnologia vem moldando os estilos de vida de tal maneira que já não é possível tratá-la como um fenômeno isolado da dinâmica social cerceado por um debate reducionista de cunho técnico científico (FREITAS; SEGATTO, 2014).

A tecnologia que está intimamente ligada às inovações tecnológicas atuais é a tecnologia que a empresa desenvolve, usa e precisa para diminuir seu custo de produção (DAGNINO, 2014). A tecnologia convencional (TC) foi sendo desenvolvida e aprimorada, nos primórdios da Revolução Industrial, quando as tarefas e ambientes de trabalhos foram sendo reorganizados para redução da mão de obra e aumento da produtividade. Nos tempos atuais, a TC está altamente voltada para o lucro e o consumo. A cada evolução tecnológica, ela atinge maior eficiência e em escala cada vez maior.

O termo “tecnologia social” surgiu no Brasil na década de 1980 e designa produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidos na interação com a comunidade e que representam efetivas soluções de transformação social (DAGNINO, 2014). Já para Garcia (2014), a tecnologia social refere-se à criação e utilização de conhecimentos por populações

duplamente desfavorecidas de modo a promover a sustentabilidade econômica, o fortalecimento cultural e político dessas comunidades.

Considerada política pública a partir de 2015, com a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 111, que instituiu a Política Nacional de Tecnologia Social com o objetivo de promover, fomentar e fortalecer as atividades de tecnologia social no Brasil, a tecnologia social (TS) passou a fazer parte da agenda pública.

O Instituto de Tecnologia Social (ITS), ator neste cenário de TS no Brasil, foi instituído num ambiente em que as demandas do novo milênio desafiavam a sociedade brasileira a construir um novo modelo de desenvolvimento para viabilizar a relação entre ciência, tecnologia, inovação e inclusão social. Em sua trajetória de mais de 15 anos, o ITS foi protagonista em processos que colaboraram para o estabelecimento do conceito de tecnologia social e da tecnologia assistiva no Brasil, impulsionando projetos em sua prática pela articulação com governos e sociedade civil (ITS, [2019]).

Para Dagnino (2014), a TS deve ser vista como um elemento viabilizador das “sustentabilidades” (econômica, social, política e cultural) dos empreendimentos solidários (ES). Nesse contexto, a TS passa a fazer parte da Política Nacional de Educação em Economia Solidária como uma prioridade temática no 1º Plano Nacional de Economia Solidária (PNES), para o quadriênio 2015-2019, no seu eixo Educação e Autogestão, que tem como objetivo principal:

Constituir uma Política Nacional de Educação em Economia Solidária com estrutura, instrumentos e financiamento adequados, viabilizando processos educativos que contemplem as necessidades dos diferentes segmentos (gestores públicos, Empreendimentos de Economia Solidário, EAF), bem como o desenvolvimento e disseminação de tecnologias sociais e de estratégias de comunicação visando fortalecer as práticas da autogestão. (BRASIL, 2015, p. 29).

A economia solidária, como alternativa favorável ao desenvolvimento social e produtivo de comunidades carentes, apresenta-se como

um contraponto à realidade brasileira do desemprego e informalidade em que uma grande parcela da sociedade vive, uma problemática sistêmica do Brasil (OLIVEIRA et al., 2018) potencializada pela pandemia de covid-19.

Na interseção da tecnologia social e economia solidária, a universidade faz-se presente, fomentando a ES e a TS, atuando na formação e assessoria a indivíduos que desejem empreender de forma solidária, cooperativa e sustentável, contribuindo para a transformação social, fomentando padrões transformadores, que, para Pozzebon, Tello-Rozas e Heck (2017), estão relacionados às novas formas de indivíduos e grupos de desenvolver novos recursos, ou mobilizar os existentes de novas maneiras, levando a mudanças sociais.

COMO A UNIVERSIDADE TEM FOMENTADO A TECNOLOGIA SOCIAL

É principalmente através das dimensões da ciência, tecnologia e inovação (CT&I) que as universidades vêm participando ativamente no promover, potencializar, organizar, desenvolver, fomentar e fortalecer as atividades de tecnologia social no Brasil, mesmo antes da instituição da política.

Para Dagnino (2014), há que se aumentar a “oferta” pelo fomento ao desenvolvimento de TS em institutos de pesquisa e universidades públicas. As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares têm uma participação ainda pequena no desenvolvimento de TS. Para esse autor, uma medida seria lutar por uma medida de política de apoio tecnológico à economia solidária para colocar em cada incubadora, cooperativa ou empreendimento solidário um profissional para dar suporte cognitivo a fim de superar a pobreza e gerar renda.

Para Martins et al. (2018), um dos lugares onde se observa o desenvolvimento das tecnologias sociais é no âmbito das universidades. Especialmente nas universidades públicas, não é incomum observar, através do desenvolvimento de projetos de extensão ou de inovação, iniciativas cuja

metodologia prevê a articulação entre os saberes desenvolvidos no ambiente acadêmico e científico e os saberes locais, da comunidade, do entorno ou de grupos considerados vulneráveis e, a partir dessa interlocução, propiciar formas (inovadoras ou não) de superar ou mitigar problemas sociais. No caso da Universidade Federal Fluminense (UFF), que vem trabalhando com TS por meio dos seus docentes, estudantes e técnicos administrativos, fruto de projetos de ensino, pesquisa, extensão e/ou inovação, foi criado um catálogo com o objetivo de criar o seu banco de TS:

Pelo terceiro ano consecutivo a Coordenação de Inovação e Tecnologias Sociais da Agência de Inovação (AGIR) lança o Catálogo de Tecnologias Sociais da Universidade Federal Fluminense. A cada ano novas experiências tornam-se conhecidas e são incorporadas a essa publicação. No primeiro ano de edição do Catálogo de Tecnologias Sociais, em 2017, foram catalogadas 32 experiências. Em 2018 foram 38. A presente publicação reúne 52 tecnologias sociais, sendo 49 experiências implementadas e 03 experiências piloto. (AGIR, 2019, p. 8-10)

Segundo o Núcleo Interdisciplinar para Desenvolvimento Social (Nides), o Núcleo de Solidariedade Técnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Soltec-FRJ), núcleo interdisciplinar de extensão, pesquisa e ensino, desenvolve há 15 anos projetos em rede com abordagem territorial e participativa, nos campos da tecnologia social e da economia solidária, visando à construção de políticas públicas para a equidade social e o equilíbrio ambiental. Há em sua lista vários projetos em andamento no campo da TS.

Para Roberto, Scariot e Zimmermann (2012), o Projeto de Extensão Incubadora de Economia Solidária, Desenvolvimento e Tecnologia Social – parte do Programa de Extensão Cidadania e Movimentos Sociais da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí) – vem constituindo-se em um importante espaço de reflexão e educação, uma vez que oportuniza uma interação cooperativa com diferentes agentes da sociedade civil, bem como uma reflexão crítica sobre os mesmos. Dentre os seus projetos, pode-se citar a Metodologia de Incubação

para Empreendimentos de Economia Solidária, que em 2017 conseguiu a certificação de TS, passando a fazer parte do Banco de Tecnologia Social da Fundação do Banco do Brasil (FBB, 2019).

Frente à crise atual do país e ao reflexo desta nas universidades públicas, torna-se cada vez mais importante que as universidades invistam, de forma equiparada, seus esforços em ensino-pesquisa-extensão na busca da democratização dos seus saberes, contextualizados com os problemas sociais para o desenvolvimento de soluções que contribuam com o desenvolvimento social. Nesse sentido, o artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 dispõe que: “[...] as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (MOITA; DE ANDRADE, 2009).

Para Santos (1999), a universidade somente será democrática se souber usar seus saberes para possibilitar o desenvolvimento autônomo de saberes gerados nas práticas das classes sociais oprimidas e dos grupos ou estratos socialmente discriminados.

A universidade possui um papel vital no debate sobre a exclusão, participando da construção de alternativas e apontando caminhos. Por ser uma instituição criada pela própria sociedade, relaciona-se diretamente com ela de modo que as questões alarmantes da sociedade são igualmente as da universidade (HECKERT, 2004). Porém, para Dagnino (2014), há a necessidade de criar uma agenda diferente da atual, onde uma cultura institucional (da universidade) viabilize uma agenda de pesquisa e de formação de recursos humanos coerente com a inovação social, a economia solidária e a tecnologia social. Para este autor, a universidade reforça o contexto atual, de maneira sutil, aparentemente natural, enraizada no mito da neutralidade da ciência e em função do contexto socioeconômico que engendra a TC (DAGNINO, 2014).

Para Etzkowitz e Zhou (2017), ao assumir um novo papel na sociedade, a universidade passa por mudanças internas de forma a integrar novas funções e relações. Para ele, a primeira missão acadêmica da educação inspira uma segunda missão de pesquisa, que, por sua vez, impulsiona uma terceira missão de desenvolvimento econômico e social. Nesse cenário, no Brasil, o desenvolvimento acadêmico pode ter metas simultâneas de negócios e de desenvolvimento social.

A missão da universidade envolve compreender que a tecnologia não se limita àquelas associadas à reprodução do capital, mas envolve a utilização de tecnologias sociais para ambientes organizacionais solidários (PINHEIRO; PAULA; PAULA, 2014), e que a articulação de diferentes saberes na residência social pode ser percebida em pelo menos três vertentes: 1) articulação entre saberes científicos e não científicos; 2) articulação entre diferentes atores sociais e os saberes associados a cada um deles; 3) articulação entre diferentes áreas do conhecimento científico (SCHOMMER; FRANÇA FILHO, 2010).

Com o conceito de residência social, Schommer e França Filho (2010, p. 216) introduzem o que chamam de metodologia da residência social:

A metodologia da residência social constitui exemplo da tão propalada (embora difícil de ser encontrada) indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, os pilares da universidade moderna. O ensino, na residência social, não acontece prioritariamente nos espaços tradicionais das salas de aula ou das bibliotecas da universidade, mas em variados espaços e contextos: praças, casas, igrejas, salões comunitários, mangues, rios, mares, salas de aula e bibliotecas na universidade e fora dela, auditórios, ônibus, barcos, estradas, visitas, eventos, reuniões, discussões em grupo, enfim, no local, no território, na vida, no mundo.

Assim, a partir dessa dimensão de articulação entre ensino, pesquisa e extensão pretendida pela metodologia da residência social, surge a proposição de uma formação que passa, essencialmente, por uma aprendizagem pela prática, a qual envolve, de maneira indissociável, ação e reflexão, já que, segundo Paulo Freire (1987): os homens se fazem pela ação e reflexão, cuja relação resulta na práxis.

OS ODS E A UNIVERSIDADE

Reunidos na sede das Nações Unidas em Nova York de 25 a 27 de setembro de 2015, chefes de Estado do mundo inteiro firmaram um compromisso com o desenvolvimento sustentável, buscando fortalecer a paz

universal com mais liberdade e reconhecendo a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, como o maior desafio global e requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Esse compromisso deu origem à Agenda 2030, um plano de ação que envolve as pessoas, o planeta, a prosperidade e a paz. Instrumentalizada por meio de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável globais e suas 169 metas, mescla de forma equilibrada as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

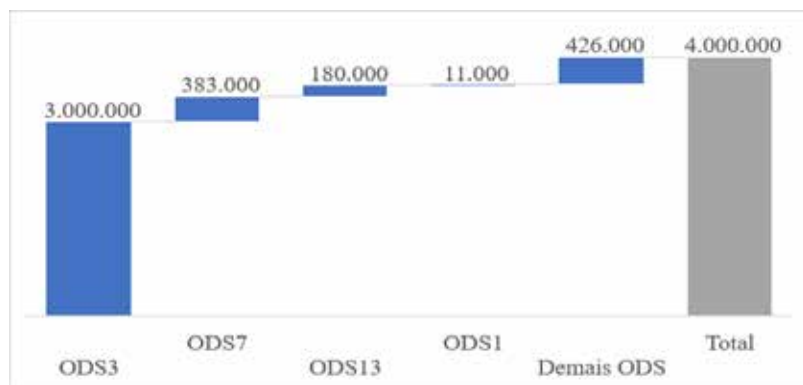
Para implementar a Agenda 2030 no Brasil, o Governo Federal instituiu, por meio do Decreto nº 8.892, de 27 de outubro de 2016, a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS), integrando a estrutura da Secretaria de Governo da Presidência da República (Segov-PR). Com o propósito de atuar no processo de articulação e implementação dos ODS, constitui-se uma instância de governança nacional da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável no Brasil, cuja comissão é composta por 16 membros representantes dos governos federal, estaduais, distrital e municipais e da sociedade civil.

A Comissão Nacional como um espaço institucionalizado de intercâmbio e de cooperação entre as instâncias de governo e os segmentos da sociedade civil para impulsionar o plano de ação dos objetivos e metas tem, dentre os representantes da sociedade civil, a área de ensino, pesquisa e extensão, representada pelas instituições federais de ensino superior por meio da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e pela Academia Brasileira de Ciências (ABC).

A Andifes, como membro de todas as subcomissões, participa ativamente das reuniões, apresenta e promove ações vinculadas aos ODS na comunidade acadêmica, com a realização de seminários, criando estratégias de disseminação e de interiorização dos objetivos e metas da Agenda 2030, estimulando a realização de projetos de ensino da graduação e pós-graduação, de pesquisa e de extensão voltados ao desenvolvimento sustentável (CNODS, 2018).

Segundo o relatório da Elsevier (2020), intitulado *The Power of Data to Advance the SDGs*, nos últimos anos aproximadamente 4 milhões de artigos relacionados aos ODS foram publicados mundialmente entre 2015-2019, demonstrando o engajamento da academia. Os temas com mais publicações foram os ODS3 (Saúde e Bem-Estar), com 3 milhões publicações, ODS7 (Energia Limpa e Acessível), com 383 mil publicações, e ODS13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima), com 180 mil publicações. No entanto, o ODS1 (Erradicação da Pobreza) teve a menor quantidade de publicações relacionadas, com 11 mil artigos publicados (Gráfico 1). Os demais ODS juntos totalizaram 426 mil publicações aproximadamente.

Gráfico 1 – Publicações 2015-2019



Fonte: Elsevier (2020)

Ainda, segundo o relatório, esta diferença de interesse entre os ODS se dá em função da relevância desses para os países industrializados e, apesar de os ODS procurarem reduzir diretamente o fardo dos mais pobres, as publicações não seguem essa mesma tendência. Os ODS que experimentaram o maior crescimento mundial, em termos de número de publicações, estão relacionados ao ODS11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e ao

ODS13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima), com crescimento no período, respectivamente, de 11,6% e 13,1%.

Acreditando que os objetivos são interconectados, que o sucesso de um ODS envolve o combate a temas que estão associados a outros objetivos, este artigo buscou contribuir com o debate por meio desta pesquisa, que teve duas universidades trabalhando de forma colaborativa na busca de resultados que possam ser aplicados na construção de alternativas para um mundo melhor.

A TECNOLOGIA SOCIAL E O PROJETOS SOLIDÁRIOS

O projeto de extensão Projetos Solidários tem como um dos objetivos promover a participação cidadã de indivíduos da terceira idade; dessa forma, este artigo se propõe a avaliar seus resultados nas dimensões dos ODS, a fim de definir a sinergia com um ou mais ODS, contribuindo para este debate no meio universitário e sua materialização na realidade social desse público com mais de 60 anos.

O curso Projetos Solidários, caracterizado como uma tecnologia social, no campo da Administração, foi inspirado na experiência desenvolvida junto à Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro (Cáritas) com o apoio da Fundação Getúlio Vargas (FGV). A metodologia utilizada na Cáritas foi testada ao longo de quase 30 anos, com as comunidades assistidas pelas pastorais vinculadas à Arquidiocese do Rio de Janeiro (TENÓRIO, 2016).

A TS Projetos Solidários surgiu como um projeto de extensão ligado ao Centro de Ciências Sociais da Faculdade de Administração e Finanças da Uerj (FAF-Uerj), em parceria com o programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal Fluminense (PPGAd-UFF).

A capacitação em economia solidária e elaboração de projetos comunitários buscou nesta experiência, por meio dos princípios da educação popular, uma reflexão coletiva de como o conhecimento acadêmico pode

ser útil à comunidade. Para Paulo Freire (1987), no momento em que a percepção crítica se instaura, desenvolve-se um clima de esperança e confiança que leva os homens a empenhar-se na superação dos desafios.

A economia solidária que se vale da cooperação produtiva aciona circuitos de reciprocidade, tende a exercer efeitos diretos na distribuição dos resultados, no fortalecimento dos seus membros e na promoção da equidade. Com suas características, que se resumem num jeito de fazer acontecer uma atividade econômica de produção, oferta de serviço, comercialização e finanças por meio do cooperativismo e da autogestão, o consumo e as relações sociais passam a ser mais humanos, solidários e sustentáveis e não se dão na forma capitalista como estamos acostumados (SINGER, 2003).

Como objetivo, pretendeu-se despertar o que Gurgel (2013) chama de *espírito* cooperativista, que, para o autor, não significa alinhar-se com alguma corrente socialista ou comunista, mas buscar ter relações humanas e de produção solidárias, fraternais, e não alimentar somente pretensões de riqueza, acumulação ou exploração do trabalho do outro, tão comum na sociedade contemporânea.

Por acreditar que, no campo educativo, as tecnologias com finalidade social contribuem efetivamente na formação dos cidadãos de modo que esses se tornem verdadeiramente autônomos, capazes de conviver democrática e solidariamente (ADAMS et al., 2011), tenta-se, por meio deste debate, contribuir para o índice de publicações dos ODS, com a experiência da TS Projetos Solidários.

METODOLOGIA

Ao se propor neste estudo uma pesquisa-ação, se pressupôs uma pesquisa de transformação, participativa, caminhando para processos formativos (FRANCO, 2005). Buscou-se ressignificações coletivas das compreensões do grupo, articuladas com as condições sócio-históricas e o desenvolvimento cultural dos sujeitos da ação. Pôde-se atribuir como justificativa

para o uso da pesquisa-ação a utilização de uma das cinco modalidades de pesquisa-ação, a pesquisa-ação emancipatória, que tem como característica ter como meta explícita mudar o “*status quo*” numa escala mais ampla, por exemplo, de um grupo social (TRIPP, 2005). Característica essa que se adéqua ao processo emancipatório e de ressignificações coletivas que se pretende investigar na primeira turma do curso de extensão Projetos Solidários para o grupo dos 60+ da UnATI-Uerj.

A metodologia de pesquisa-ação adquiriu nesse contexto as características de um método flexível para o projeto, com equipes interdisciplinares em contato direto com grupos da população ou das comunidades interessadas na resolução dos problemas detectados (THIOLLENT; SILVA, 2007).

A coleta de dados deu-se pela observação-participante, pelo diário de campo e entrevistas em profundidade que foram gravadas. Como instrumentos de trabalho, a observação-participante e o diário de campo, considerados como técnicas antropológicas de coleta de dados (THIOLLENT, 2011), permitiram o registro das informações observadas durante as sessões do curso, que visava a obter a percepção do programa oferecido e o engajamento dos participantes aos temas, no formato de relatos. Foram entrevistados 6 alunos do curso e 2 coordenadores da UnATI-Uerj, e a duração das entrevistas foi em média de 1 hora. Toda a pesquisa foi realizada no período de março de 2019 a abril de 2020.

Os dados obtidos por meio dos relatos e entrevistas foram submetidos a uma grade analítica cujas categorias de análise foram selecionadas com base no referencial teórico, conforme a pertinência ao objetivo da pesquisa. O relato dos alunos e as entrevistas foram as unidades de análise utilizadas. As unidades de análise foram selecionadas, codificadas e divididas, inicialmente, conforme o Quadro 1, que apresenta a grade para análise dos dados coletados, segundo as categorias, subcategorias e dados a investigar.

Quadro 1 – Grade de análise com categorias, subcategorias e dados a investigar

Categoria	Subcategorias	Dados a investigar
Ensino (processo de construção do saber, com apropriação do conhecimento produzido pela universidade e saber popular)	Processo dialógico (processo de aprendizado compartilhado entre os participantes universidade-comunidade)	Participação, reflexão crítica e autonomia
Extensão universitária (processo educativo, aprendizagem pela prática, identificação de problemas da sociedade)	Tecnologia social (reaplicação de uma tecnologia social, transformação social, oportunizando a integração universidade/sociedade)	Demanda social, inovação social e solução de problemas sociais
	Economia solidária (melhoria das condições de vida, inserção cidadã dentro da sua comunidade e elaboração de projetos comunitários)	Cooperativismo, práticas de autogestão, solidariedade e ação econômica
Pesquisa (processo de materialização do saber a partir da produção de conhecimentos)	Relevância social (participação no debate dos ODS por meio de publicações)	Sinergia: ODS3, ODS4, ODS8, ODS10 e ODS12

Fonte: elaboração autores

ANÁLISE E DISCUSSÃO

O objetivo geral deste artigo foi investigar como se dá a transferência de uma tecnologia social no campo da Administração, por meio do projeto de extensão intitulado Projetos Solidários oferecido na UnATI-Uerj, em 2019. O projeto, criado no Centro de Ciências Sociais da FAF-Uerj, em parceria com o PPGAd-UFF, tinha como objetivo principal a formação em economia solidária e elaboração de projetos comunitários de indivíduos da terceira idade. O curso, categorizado na área de conhecimentos gerais e línguas estrangeiras, foi o único voltado para formação e capacitação dentre outros 11 cursos do programa do ano letivo de 2019.

O curso Projetos Solidários foi oferecido nas condições de um encontro semanal de duas horas e duração de nove meses, durante os meses de março a novembro de 2019.

A turma era formada por 13 indivíduos, sendo 79% mulheres, 21% homens, com alto grau de escolaridade, uma vez que 57% possuíam terceiro grau e 43% possuíam o segundo grau, sendo que 86% já eram aposentados. Apesar de poucos, alguns alunos tinham interesse em alternativas de geração e complementação de renda. Com interesses diversos, como, por exemplo, leitura, línguas e cuidados com a saúde, eles buscavam na UnATI-Uerj um novo despertar para a nova fase da vida quando ainda se sentiam ativos e produtivos. Ademais, constituída por pessoas de formações acadêmicas diferentes e experiências de vida diversas, a turma tornou as apresentações dos temas e discussões enriquecedoras.

Neste contexto, o objetivo do curso foi alcançado, pois, como processo educativo, foi possível dialogar com os alunos, inserindo novos conceitos, convidando-os à reflexão e crítica do modelo conhecido de tecnologia. O curso teve a sua conclusão coroada com a apresentação de um projeto final, desenvolvido pela turma com os conceitos aprendidos, e apresentados para um representante da UnATI-Uerj no encerramento do curso.

Podemos destacar que o processo de transferência da TS, na dimensão ensino como um processo dialógico, teve a participação e a reflexão

crítica como diferencial do curso, demonstrando que os debates gerados durante as aulas possibilitaram uma construção e apropriação do saber. No entanto, em relação à autonomia, quanto a assumir a direção das suas ações a partir do aprendizado, destacamos que para alguns alunos isso mostrou-se um processo ainda em construção que deverá ser exercitado em outras experiências, mas pode-se inferir que o primeiro passo foi dado na integração universidade-comunidade.

A inclusão do idoso no contexto social por meio da educação alinhou-se perfeitamente com o ODS4 (Educação de Qualidade), por assegurar o ensino para uma educação inclusiva e equitativa de qualidade ao longo da vida, que, por meio de uma reflexão crítica, pode dar uma nova perspectiva para a melhoria da condição de vida, seja ela social ou econômica. Essa nova perspectiva estimulou, assim, a criação e o fortalecimento de perspectivas de alternativas de produção individuais e coletivas de renda, para inclusão social de uma população que vem aumentando a sua expectativa de vida, alinhando assim aos ODS8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), ODS10 (Redução das Desigualdades) e ODS12 (Consumo e Produção Responsáveis).

A extensão universitária, no campo da Administração, destaca-se como um processo inovativo quando leva a comunidade da terceira idade à capacitação dos temas TS, economia solidária e elaboração de projetos comunitários por meio dos seus conceitos e prática, visando desenvolver habilidades na fase em que seus membros se encontram mais propensos à cooperação, solidariedade e sustentabilidade. Assim eles poderão explorar novas alternativas ao desenvolvimento social e produtivo, soluções de problemas e demandas sociais pelo cooperativismo e práticas de autogestão.

Apesar de ser uma alternativa favorável à complementação de renda, de forma autônoma e emancipatória, a maioria não tinha em mente o processo pela sua imediata ação econômica para eles próprios. Destaque para uma aluna que estava fazendo um curso de panificação, que ainda não tinha se aposentado, e outra aluna aposentada recentemente, que buscavam uma forma de complementação de renda.

Ainda no âmbito da extensão universitária, o curso Projetos Solidários, em parceria com a UnATI-Uerj, proporcionou um espaço público que contribuiu para que o idoso refletisse sobre o seu papel na sociedade, desenvolvesse novas relações e, ao mesmo tempo, absorvesse conhecimentos que possibilitassem a busca do exercício pleno da cidadania.

Por fim, destaca-se a prática da cidadania pela participação da comunidade da terceira idade em um espaço público educacional não formal, que visa a integração social, a aquisição de conhecimentos, a elevação da autoestima, a valorização pessoal, o conhecimento dos direitos e deveres do cidadão, o exercício pleno da cidadania. Com isso, assegura-se uma vida saudável e bem-estar para todos, em alinhamento ao ODS3 (Saúde e Bem-Estar).

A partir da avaliação dos objetivos do curso Projetos Solidários com os cinco ODS previamente selecionados, concluímos que existe uma correlação desses objetivos, que são apresentados no quadro de sinergia com os ODS (Quadro 2), em que se demonstra como o curso pôde contribuir na promoção do(a):

- ensino, para assegurar uma educação inclusiva e equitativa de qualidade ao longo da vida com aquisição de novos conhecimentos e habilidades em sintonia com o mundo em que vive;
- inclusão social, que, por meio desta ação pedagógica, proporciona uma reflexão crítica, que pode dar uma nova perspectiva para a melhoria das condições de vida, seja ela social ou econômica, superando o estigma de improdutividade, mantendo-se ativo e trabalhando;
- integração e valorização social, quando possibilita a inserção do indivíduo em um espaço educacional não formal, que visa a integração social, a aquisição de conhecimentos, a elevação da autoestima, a valorização pessoal, o conhecimento dos direitos e deveres, com o exercício pleno da cidadania.

Quadro 2 – Resumo da sinergia com os ODS

Objetivos do curso Projetos Solidários	ODS (sinergia)	Resultados
Oportunizar a integração universidade/sociedade que envolva a participação cidadã de indivíduos da terceira idade		Educação inclusiva
Fornecer a formação em Economia Solidária e na elaboração de projetos comunitários a indivíduos da terceira idade, para a melhoria das condições de vida das suas comunidades	  	Inclusão social
Contribuir para o aumento da auto-estima do público da terceira idade e sua inserção cidadã dentro da sua comunidade		Integração e valorização social

Fonte: elaboração autores

Pode-se inferir que a transferência de tecnologia social, na UnATI-Uerj, foi um processo de ensino inovativo, em virtude do pioneirismo da proposta, e oportunizou a integração da universidade com a sociedade de forma alinhada ao objetivo da Política Nacional de Tecnologia Social por promover, fomentar e fortalecer as atividades de tecnologia social no Brasil nas dimensões: a) conhecimento e CT&I, b) participação, cidadania e democracia, c) educação, e d) relevância social. Ademais, nos fez vivenciar os princípios da TS segundo os quais todo indivíduo produz conhecimento e aprende com a interação universidade-sociedade e a compreensão da realidade local propicia a transformação social.

A pesquisa também corroborou as políticas públicas de economia solidária quanto à importância da extensão universitária na articulação desse movimento para explorar novas alternativas, favoráveis ao desenvolvimento social e produtivo, de modo que possam gerar renda de forma autônoma e emancipatória (OLIVEIRA; CHAVÃO; CORREA, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O curso Projetos Solidários, oferecido na UnATI-Uerj em parceria com a FAF-Uerj e o PPGAd-UFF como um projeto de extensão universitária, visou a formação e a capacitação de alunos 60+ em economia solidária e elaboração de projetos comunitários. O curso, tendo por base uma metodologia participativa, foi desenvolvido como uma tecnologia social, já reaplicada para outros grupos da sociedade, e previa a articulação entre os saberes desenvolvidos no ambiente acadêmico e os saberes locais da comunidade da terceira idade.

Os resultados da análise dos dados mostram o projeto como um processo inovativo, em virtude do pioneirismo da proposta, que oportunizou a integração da universidade com o segmento do grupo 60+. A formação e a capacitação em economia solidária e a elaboração de projetos comunitários possibilitaram ao grupo explorar novas alternativas favoráveis ao desenvolvimento social e produtivo para geração de renda.

A oferta de cursos e projetos ligados ao cooperativismo para terceira idade alinha-se às mudanças que vêm ocorrendo na sociedade, como o envelhecimento acelerado, a redução dos postos de trabalho e a vulnerabilidade da comunidade 60+, evidenciados nos dias atuais. A economia solidária, que tem como pilares a autogestão, cooperação, solidariedade e ação econômica, pode oferecer oportunidades em outra configuração de trabalho, numa fase da vida em que os 60+ estão mais propensos à cooperação, solidariedade e sustentabilidade, qualidades que serão imprescindíveis para a retomada das atividades econômicas no mundo pós-pandêmico.

Ao aprendizado da economia solidária, somou-se a oportunidade de conhecer práticas produtivas e de consumo mais sustentáveis em prol de um mundo mais inclusivo, atuando para a inserção social e econômica de segmentos menos favorecidos da sociedade, bem como um mundo mais sustentável, em sinergia com os ODS. No Brasil, vários programas de divulgação e conscientização têm inspirado as pessoas a mudarem seus hábitos de consumo cotidiano para práticas mais sustentáveis, como, por exemplo, adquirir produtos em feiras orgânicas, frequentar feiras do circuito solidário, participar de ações de consumo consciente de água e energia, entre outras, que hoje ganham espaço na agenda da economia solidária.

Como processo educativo no campo da Administração, na atual conjuntura das universidades públicas no Brasil, o estudo contribuiu para demonstrar as possibilidades de aumentar a participação da universidade, por meio de projetos de extensão e da aplicação do conceito de tecnologia social, no momento em que a contribuição das instituições de ensino e ciência vem sendo questionada e colocada à prova.

É de suma importância que as universidades possam contribuir efetivamente para o desenvolvimento socioeconômico do país, no contexto da economia do conhecimento, mas sem deixar de fora seu papel no debate sobre a exclusão, participando da construção de alternativas e apontando caminhos para os problemas da sociedade, respondendo de forma mais criativa aos desafios do futuro para um crescimento econômico inclusivo, sustentável e de trabalho decente para todos, alinhados assim à Agenda 2030.

Quanto à tecnologia social como uma metodologia para transformação social, aplicada na interação com o grupo dos 60+ e apropriada por ele, possibilitou fomentar os conceitos de economia solidária; foi possível dialogar com os alunos, inserindo novos conceitos, convidando-os à reflexão e à crítica do modelo conhecido de tecnologia, diferenciando-o do modelo de tecnologia social que contribui para o desenvolvimento local e tem um significado cultural.

Adicionalmente, esse campo mostrou-se um espaço para reflexão crítica sobre os problemas vivenciados e a visualização de possíveis soluções para problemas sociais. O que materializa a relevância social da extensão universitária para a transferência do conhecimento e contribuição para a inclusão social, bem como a sua sistematização e publicação dos achados da pesquisa. Nesse sentido, fecha-se o triângulo ensino-pesquisa-extensão.

A pesquisa sobre a temática da tecnologia social e sua sinergia com os ODS no que se refere a uma educação inclusiva, inclusão social e integração e valorização social para o grupo 60+ contribuiu com o debate acadêmico acerca dos ODS, incluindo o ODS4 (Educação de Qualidade), a partir da contribuição de duas universidades do estado do Rio de Janeiro.

No entanto, é necessário apontar a limitação temporal das atividades e resultados avaliados, uma vez que não podemos ter conhecimento dos desdobramentos futuros advindos desse processo de aprendizagem. Somente após um tempo de consolidação do aprendizado e uma nova pesquisa, seria possível concluir mais assertivamente sobre os resultados aqui apresentados.

Sugere-se também a realização de novas pesquisas que investiguem a prática da TS e a sinergia com os ODS em outros contextos e públicos para combater os efeitos de uma crise que, no momento de pandemia, reforça o desemprego, a falta de oportunidade de trabalho e acentua as injustiças sociais.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, T. *et al.* Tecnologia Social e Economia Solidária: desafios educativos. *Diálogo*, Niterói, v. 18, p. 13-35, 2011.
- AGIR. *Catálogo de Tecnologias Sociais*. Niterói (2019). Niterói: Agir, 2019. n. 3. v. 1.
- BRASIL. Conselho Nacional de Economia Solidária. *Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019)*. Brasília, DF: Conaes, 2015.
- COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (Brasil). *Relatório de Atividades 2017-2018*. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/01/Relatorio-CNODS-2017-18.pdf>. Acesso em: jan. 2021.
- DAGNINO, R. *Tecnologia Social: Contribuições conceituais e Metodológicas*. Campina Grande: EDUEPB; Florianópolis: Insular, 2014.
- ELSEVIER. *The Power of Data to Advance the SDGs*. Mapping research for the Sustainable Development Goals. [Amsterdam]: Elsevier; RELX SGD Resource Centre, 2020. Disponível em: https://www.elsevier.com/data/assets/pdf_file/0004/1058179/Elsevier-SDG-Report-2020.pdf. Acesso em: mar. 2021.
- ETZKOWITZ, H.; ZHOU, C. Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 31, n. 90, p. 23-48, 2017.
- FRANCO, M. A. S. Pedagogia da Pesquisa-Ação. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005.
- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREITAS, C. C. G.; SEGATTO, A. P. Ciência, tecnologia e sociedade pelo olhar da Tecnologia Social: um estudo a partir da Teoria Crítica da Tecnologia. *Cad. EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 7, p. 302-320, 2014.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-39517420>. Acesso em: jan. 2021.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL (FBB), [2019]. Disponível em: <https://fbb.org.br/pt-br/>. Acesso em: mar. 2021.

GARCIA, S. G. A tecnologia social como alternativa para a reorientação da economia. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 28, n. 82, p. 251-275, 2014.

GURGEL, C. Economia Solidária. In: VIEIRA, F. O. *et al.* (org.). *Dicionário Crítico de Gestão e Psicodinâmica do Trabalho*. Curitiba: Juruá, 2013. p. 123-128.

HECKERT, S. M. R. A emergência e potencialidades da economia solidária e autogestão no contexto das transformações do mundo do trabalho: a participação da Universidade, Brasília Mercado de Trabalho. *Conjuntura e Análise*, Brasília, v. 24, p. 7-8, ago. 2004. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5703.

Acesso em: mar. 2021.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL, [2019]. Disponível em: <http://itsbrasil.org.br>. Acesso em: mar. 2021.

MARTINS, L. *et al.* Tecnologias Sociais, seus usos e significados: A Experiência do Catálogo de Tecnologias Sociais da Universidade Federal Fluminense. In: CONGRESSO DE ADMINISTRAÇÃO, SOCIEDADE E INOVAÇÃO, 11., 2018, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Eceme, 2018. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/11casi/119142-tecnologias-sociais-seus-usos-e-significados---a-experiencia-do-catalogo-de-tecnologias-sociais-da-universidade-/>. Acesso em: mar. 2021.

MOITA, F.; DE ANDRADE, F. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, maio/ago. 2009.

NAÇÕES UNIDAS. Comitê Executivo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, do Fundo das Nações Unidas para População e

do Escritório das Nações Unidas para Serviços de Projetos. *Documento de Programa País para a República Federativa do Brasil (2017-2021)*. Nova York: Nações Unidas, 2016. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/>. Acesso em: mar. 2021.

NÚCLEO INTERDISCIPLINAR PARA DESENVOLVIMENTO SOCIAL (NIDES), [2019]. Disponível em: <http://nides.ufrj.br/index.php/programas/soltec>. Acesso em: mar. 2021.

OLIVEIRA, C. T. F. *et al.* O papel das universidades no fomento às políticas públicas de Economia Solidária no Estado do Rio de Janeiro. In: CONGRESSO DE ADMINISTRAÇÃO, SOCIEDADE E INOVAÇÃO, 11., 2018, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Eceme, 2018. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/11casi/119066-o-papel-das-universidades-no-fomento-as-politicas-publicas-de-economia-solidaria-no-estado-do-rio-de-janeiro/>. Acesso em: mar. 2021.

OLIVEIRA, C. T. F.; CHAVÃO, N. S. S.; CORREA, P. B. Projetos Solidários: Um caso de Extensão Universitária para grupos de terceira idade. *Revista Debates Insubmissos*, Recife, v. 2, n. 6, p. 148-133. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/debatesinsubmissos/article/view/241942>. Acesso em: jan. 2021.

PINHEIRO, D. C.; PAULA, A.; PAULA, P. de. A Mitologia da Ineficiência nas Organizações Solidárias: em Busca da Ressignificação de um Conceito. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, v. 12, n. 27, p. 42-65, 2014.

POZZEBON, M.; TELLO-ROZAS, S.; HECK, I. The transformative paths of social technologies: influences back and forth between Quebec and South America. In: CONFERENCIA REGIONAL DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE SOCIEDAD INTERNACIONAL PARA LA INVESTIGACIÓN DEL TERCER SECTOR, 11., 2017 Quito. *Anais [...]*, p. 18-20, 2017.

ROBERTO, J.; SCARIOT, N.; ZIMMERMANN, I. *A Economia Solidária e a ITECSOL/UNIJUÍ: produção e interlocução de conhecimentos*. [S. l.: s. n.], 2012.

SANTOS, B. de S. *Pela mão de Alice*. O social e o político na pós-modernidade. 7. ed. [S. l.: s. n.], 1999.

SCHOMMER, P. C.; FRANÇA FILHO, G. C. A metodologia da Residência Social e a aprendizagem em comunidade de prática. *Revista NAU Social*, Salvador, v. 1, n. 1, 2010.

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 2003.

SOUZA, G. C.; BARBOSA, C. M. A relação entre empresas e instituições de ensino e pesquisa e seu papel no desenvolvimento econômico. In: SOARES, F. M.; PRETE, E. K. E. (org.). *Marco regulatório em ciência, tecnologia e inovação: texto e contexto da Lei M321 nº 13.243/2016*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2018. p. 79-92.

TENÓRIO, F. G. *Uma alternativa: gestão social*. Ijuí: Unijuí, 2016.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

THIOLLENT, M.; SILVA, G. D. O. Metodologia de pesquisa-ação na área de gestão de problemas ambientais. *Reciis*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, 2007.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educação e Pesquisa*, v. 31, n. 3, p. 443-466, 2005.

ECONOMIAS ALTERNATIVAS À MINERAÇÃO: ANALISANDO O CASO DE BRUMADINHO PÓS- TRAGÉDIA E AS POSSIBILIDADES EM TEMPOS PANDÊMICOS

Tânia Cristina Teixeira¹

David Ferreira Duarte²

INTRODUÇÃO

A produção minerária faz parte da história do Brasil desde o século XVII, possuindo, em maior ou menor escala, presença em diversas regiões do território brasileiro. No que se refere à região do município de Brumadinho, a introdução da atividade de extrativismo mineral remonta a um contexto de uma visão de progresso ligado à grande indústria e à centralidade econômica. Assim, nos anos 30, a mineração de grande porte se instala na região, que até então se apresentava como essencialmente rural e sem desenvolvimento de núcleos urbanos. A análise feita a partir de estudos usando dados secundários e a revisão bibliográfica, somada ao trabalho de campo realizado nos anos de 2019 e 2020, nos indica que a atividade de extrativismo mineral de grande porte tem por característica, por motivos que serão abordados ao longo do texto, a construção de uma relação de minério-dependência. A dependência econômica é uma situação na qual uma determinada economia é condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual está subordinada (SANTOS, 2011). Assim, a minério-dependência se

¹ Mestra em Ciências Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestra em Economia Aplicada pela Universidad de Valencia, doutora em Economia Aplicada pela Universidad de Valencia.

² Graduando em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).

caracteriza como a situação na qual uma determinada economia se encontra refém de um modelo de crescimento dos resultados do setor mineral em seu território.

Verifica-se que o estado de Minas Gerais, onde se localiza o município de Brumadinho, se apresenta, segundo a Agência Nacional de Mineração (ANM), em 2020, como o segundo estado brasileiro no *ranking* de arrecadação da Contribuição Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), com 38,9% da arrecadação total, ficando atrás apenas do estado do Pará, que concentrou 51,2% da arrecadação total. A CFEM, prevista por lei desde 1989, expressa o principal vínculo econômico entre os municípios e as empresas mineradoras, sendo um dos parâmetros para se medir o grau de dependência econômica dos territórios em relação à atividade extrativista. Segundo o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), as exportações minerais brasileiras em 2020 representaram cerca de 17% do total das exportações brasileiras; ao todo foram 370,9 milhões de toneladas de bens minerais exportados, sendo 66,36% apenas de minério de ferro. Silva (2020, p. 27) e Pádua (1987) ressaltam que a “[...] literatura mostra que o Brasil é marcado historicamente pelo papel de país exportador de matéria prima, que começou com o Pau Brasil, depois a cana de açúcar, seguiu com o ouro, o algodão, o café, a borracha, o petróleo, o gado e a soja, em uma sucessão do que hoje chamaríamos de ‘desastres ecológicos’”. Partindo de uma análise inicial, os dados exibidos nos dão indicativos de que: (1) a atividade de extrativismo mineral no Brasil possui grande relevância econômica e política, estando o município de Brumadinho incorporado nessa conjuntura; (2) o extrativismo mineral está altamente ligado ao mercado externo de exportações; e (3) a arrecadação da CFEM se mostra um pilar fundamental na estrutura de dependência.

Tem-se que, quando um empreendimento de grande porte se instala em determinado local, cria-se uma tendência imigratória no território, isto pelo número de empregos gerados direta e indiretamente pela atividade. Assim, o município de Brumadinho, a partir da instalação de empreendimentos minerários, teve de lidar, subitamente, com o aumento populacional e do fluxo de pessoas no território, alterando seu ordenamento territorial

de maneira brusca, sem planejamento específico para tal, acarretando uma série de problemas urbanísticos, o que afetou e afeta diretamente a qualidade de vida da população que ali reside. Soma-se a isso a questão ambiental, em que a atividade mineradora, ao mesmo tempo, pode gerar processos de desequilíbrio e degradação, tais como: aumento da poluição atmosférica por conta dos materiais particulados, o ruído, a sobrepressão acústica e vibrações no solo associados à operação de equipamentos e explosões, o grande fluxo de automóveis pesados, a poluição, o assoreamento e/ou destruição de rios, córregos, nascentes e lençóis freáticos – todo o recurso hídrico da região –, em caso de manejo inadequado de rejeitos, o que pode contribuir com a destruição do extrato orgânico da terra, tornando-a estéril para a produção agrícola.

Todos os problemas levantados são também problemas econômicos. Se, por um lado, a atividade extrativa mineral gera valor, por outro, ela destrói valor, impossibilitando e/ou prejudicando a ocorrência de diversas atividades econômicas que muitas vezes já ocorriam naquele território, promovendo impactos negativos na renda das famílias. Dessa forma, o presente artigo apresenta uma análise das dinâmicas expostas acima e tem como objetivo principal apresentar as possíveis alternativas e tecnologias sociais emergentes no território de Brumadinho, baseando-se na pesquisa bibliográfica e de campo, delineando alternativas econômicas já em curso.

METODOLOGIA

A pesquisa realizada é de cunho exploratório e descritivo, pois objetiva proporcionar maior familiaridade com o tema em foco e o esclarecimento acerca de um problema de investigação, que é analisar a minério-dependência, destacando as diferenças teórico-metodológicas que fundamentam as correntes de pensamento afeitas à antropologia econômica, o desenvolvimento local e regional, a economia ambiental e ecológica e a sustentabilidade.

Gil (2002) tece considerações a respeito dos estudos de alcance e complexidade, pontuando que demandam o uso de técnicas e de

instrumentos de pesquisas que deem condições efetivas para compreender a realidade dos fenômenos, sejam eles de natureza diversa.

Neste sentido, a presente pesquisa, observados os limites estabelecidos pela abordagem temática e as teorias-base, se deu a partir de: a) revisão da literatura pertinente em relação ao tema e levantamento de dados secundários; b) estudo crítico de correntes teóricas e pronunciamentos sobre o tema proposto; c) contato e diálogo direto com a população local, sobretudo as organizações da sociedade civil (OSC) atingidas pelo rompimento da barragem.

É importante destacar que a pesquisa aqui retratada é originária de pesquisa e ações extensionistas no território de Brumadinho e regiões limítrofes. Assim, faz-se necessário esclarecer que os métodos e técnicas utilizados na sensibilização, na realização de oficinas e reuniões de apoio e assessoria técnica seguiram as recomendações da pesquisa-ação, reconhecendo que a:

[...] pesquisa-ação é um tipo de pesquisa participante engajada, em oposição à pesquisa tradicional, que é considerada como “independente”, “não-reativa” e “objetiva”. Como o próprio nome já diz a pesquisa-ação procura unir a pesquisa à ação e/ou a prática, isto é, desenvolver o conhecimento e a compreensão como parte da prática. A pesquisa-ação surgiu da necessidade de superar a lacuna entre teoria e prática. Uma das características deste tipo de pesquisa é que através dela se procura intervir na prática de modo inovador já no decorrer do próprio processo de pesquisa e não apenas como possível consequência de uma recomendação na etapa final do projeto. (ENGEL, 2000, p. 182).

Baldissera (2001), ao analisar a importância da pesquisa-ação, reafirma que este método assegura uma aprendizagem coletiva dos atores sociais envolvidos. Já Thiollent (1985, p. 14) reafirma que:

[...] a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os

pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo.

Enfim, pode-se concluir, a partir do exposto, que as ações desencadeadas durante o período de pesquisa e ação extensionista seguiram esta linha metodológica, cujas ações de aprendizagem dizem respeito a todos os atores envolvidos da universidade e comunidade.

SOBRE A ATIVIDADE MINERÁRIA, A MINÉRIO-DEPENDÊNCIA E A POSIÇÃO ECONÔMICA DO MUNICÍPIO: DILEMAS E DESAFIOS EM UMA COMUNIDADE LOCAL DEPENDENTE DOS RECURSOS MINERÁRIOS

Como já destacado na introdução, a minério-dependência se caracteriza por uma situação na qual uma economia se torna refém dos resultados econômicos do setor de extrativismo mineral em seu território. Uma problemática que emerge dessa relação, a princípio, estritamente econômica se refere ao grande volume de bens minerais direcionado ao setor de exportação. De acordo com o Decreto nº 9.252, de 28 de dezembro de 2017, a alíquota da CFEM incide sobre a receita bruta calculada. Assim, com o grande volume de bens minerais exportado, a arrecadação por parte da União, estados e municípios depende, em parte, de duas variáveis exógenas, que são o preço dos bens minerais exportados no mercado internacional e a relação monetária USD (\$)/BRL (R\$). Importante destacar que a exportação de bens minerais no Brasil se dá, majoritariamente, a partir de demanda única de alguns países.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Mineração, Ibram (2020), 72% do minério de ferro exportado teve como destino a China, ou seja, um único país sustenta bem mais da metade do total da demanda por minério de ferro brasileira, o que, por sua vez, indica que a alta ou a baixa dos preços desse bem mineral está completamente subordinada ao modelo de desenvolvimento econômico deste país comprador, produzindo uma

relação de dependência e perda parcial do controle do poder público local sobre a receita e a expectativa orçamentária, o que, por sua vez, produz impactos na viabilidade de estruturação e execução de políticas públicas. Silva (2020) e Coelho (2012, p. 128) afirmam de forma categórica que “[...] a pauta da dependência [...] se trata de ‘uma situação econômica, política e social na qual algumas sociedades têm sua estrutura condicionada pelas necessidades, interesses e ações de outras nações.’”

A partir de dados disponibilizados pelo Observatório Social de Brumadinho³, do ano de 2019, é demonstrada a importância do setor extrativo mineral para composição do orçamento municipal.

Tabela 1 – Composição do orçamento

Receita arrecadada – Brumadinho – Espécie	2019	Percentual
Impostos sobre a Renda	R\$ 2.363.851,29	0,75%
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	R\$ 44.381.784,55	14,08%
Impostos sobre o Patrimônio	R\$ 10.355.885,00	3,28%
Taxas e Emolumentos	R\$ 3.242.083,35	1,03%
Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública	R\$ 2.228.955,65	0,71%
Receita sobre Valores Imobiliários	R\$ 1.732.985,46	0,55%
Cota-parte da Contribuição Financeira pela Exploração Mineral	R\$ 45.175.969,26	14,33%
Cota-parte do Fundo Especial do Petróleo	R\$ 8.321.311,78	2,64%
Outras Transferências	R\$ 85.022.368,52	26,97%

³ Disponível em: <http://osbrumadinho.blogspot.com/>

Receita arrecadada – Brumadinho – Espécie	2019	Percentual
Participação em Impostos da União e Estado	R\$ 71.692.478,21	22,74%
Receita para Financiamento da Educação	R\$ 25.259.207,01	8,01%
Receita para Financiamento das Ações de Assistência	R\$ 325.857,76	0,10%
Receita para Financiamento das Ações em Saúde	R\$ 14.446.516,51	4,58%
Total geral	R\$ 315.259.048,64	100%

Fonte: <https://portaldialogos.org.br/2020/11/24/receitas-e-despesas-de-brumadinho-em-2019/>.

Nota-se que apenas um setor de toda a cadeia produtiva local é responsável por 14,33% da arrecadação total do município, importância relativa que variou pouco ao longo da última década, e que estabelece um vínculo de dependência econômica/institucional entre o poder público local e as empresas mineradoras. Entretanto, é importante notar que esse vínculo econômico não é essencialmente insubstituível, dado que o município já possui outras fontes de arrecadação não vinculadas à atividade de extrativismo mineral que apresentam montantes maiores e/ou aproximadamente iguais em relação ao valor arrecadado através da CFEM, como, por exemplo, a receita de impostos sobre a circulação de mercadorias e serviços, ainda que estes estejam, em parte, relacionados à atividade econômica produzida indiretamente pelo setor mineral.

Agora, levando-se em conta a análise das despesas do município, percebe-se que o vínculo econômico/institucional supracitado possui contrapartidas, no sentido de que a dinâmica da indústria mineral está intimamente ligada com a estruturação de condições urbanas adequadas para tal, e que o poder público municipal demonstra preferência na execução da despesa orçamentária para este fim, de modo que, da mesma forma que o setor gera receita, se faz necessária a execução de uma série de despesas

para a manutenção e continuidade de tal atividade. Um padrão claro acerca de tal apontamento é a necessidade que a atividade extrativa possui de deslocamentos dentro do território, principalmente no que se refere ao transporte de cargas. Ainda segundo a lei nº 13.540 (BRASIL, 2017), artigo 2º, parágrafo 6º, preferencialmente, apenas 20% da arrecadação municipal advinda da CFEM deve ser obrigatoriamente destinada “à diversificação econômica, ao desenvolvimento mineral sustentável e ao desenvolvimento científico e tecnológico.”

Sendo assim, também segundo o Observatório Social de Brumadinho, em 2019, a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos apresentou um valor liquidado (R\$ 55.404.420,44) superior ao de outras secretarias estratégicas para o desenvolvimento econômico e social do território, como, por exemplo, a Secretaria Municipal de Educação (R\$ 45.719.227,72), a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (R\$ 3.964.397,37) e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (R\$ 6.435.944,64).

Tabela 2 - Despesas das Secretarias Municipais

Classificação da despesa	Liquidada
Unid.: 02023001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	R\$ 55.404.420,44
Unid.: 02005001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	R\$ 45.719.227,72
Unid.: 02009001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	R\$ 3.515.256,15
Unid.: 02009003 – FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	R\$ 449.141,22
Unid.: 02010001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	R\$ 4.487.418,02
Unid.: 02010002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 502.950,76
Unid.: 02010003 – FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	R\$ 1.445.575,86

Fonte: <https://portaldialogos.org.br/2020/11/24/planilhas-do-orcamento-2019/>.

Dentro do gasto da Secretaria de Obras, a função 26 – Transporte Rodoviário apresentou uma liquidação de R\$ 32.597.308,06. Desse montante, R\$ 16.179.877,59 (49,64%) foram para a construção e ampliação do sistema viário, e R\$ 9.462.491,62 (29,03%), para construção de pontes e passarelas, o que sustenta a percepção de que existe um investimento por parte do poder público que possui como foco a estruturação urbana de modo a viabilizar e dinamizar o deslocamento em massa de veículos, como cerne da questão do desenvolvimento econômico e social local. Todavia, há de se destacar que o município apresenta-se como essencialmente rural, possuindo 639.434 km², cerca de duas vezes a extensão territorial da capital do estado, Belo Horizonte, mas com uma população aproximadamente 62 vezes menor, de 39.520 habitantes (IBGE, 2018).⁴

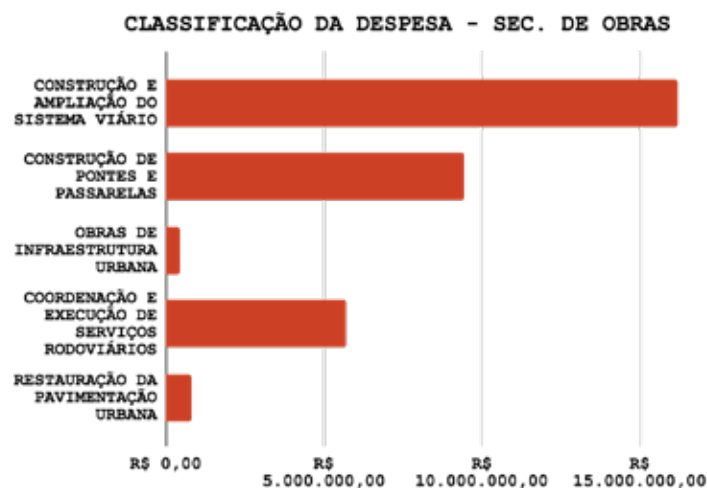
Tabela 3 - Classificação da despesa – Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Classificação da despesa – Secretaria de Obras e Serviços Públicos	Soma de valor liquidado (F)
Função: 04 – Administração	R\$ 2.997.609,39
Função: 15 – Urbanismo	R\$ 13.942.302,99
Função: 17 – Saneamento	R\$ 1.447.325,04
Função: 25 – Energia	R\$ 4.419.874,96
Função: 26 – Transporte	R\$ 32.597.308,06
Total geral	R\$ 55.404.420,44

Fonte: <https://portaldialogos.org.br/2020/11/24/planilhas-do-orcamento-2019/>.

⁴ Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html?utm_source=portal&utm_medium=popclock&utm_campaign=novo_popclock.

Figura 1 – Classificação da despesa – Secretaria de Obras



Fonte: <https://portaldialogos.org.br/2020/11/24/planilhas-do-orcamento-2019/>.

A partir do que foi abordado anteriormente, constata-se que, devido ao direcionamento da despesa orçamentária municipal, uma possível justificativa quanto à manutenção da relação de dependência e, consequentemente, de seus efeitos negativos, em decorrência da importância econômica do setor extrativo mineral na composição da receita orçamentária do município, não se sustenta, uma vez que, ao analisar a relação do orçamento (receitas e despesas) com tal atividade, verifica-se que sua manutenção caracteriza-se quase que como um fim em si mesma, dado que, ao mesmo tempo que gera recursos para o município, depende da capacidade da infraestrutura urbana daquele território.

Pode-se argumentar também que essa análise não leva em consideração os efeitos indiretos da atividade econômica, entretanto, também sobre os efeitos indiretos, há de se notar que estão presentes diversos processos de destruição de valor e de geração de impactos negativos na obtenção de renda em consequência dos processos produtivos minerários, tema que

trataremos a seguir. É importante destacar que as alternativas econômicas e o desenvolvimento de tecnologias sociais decorrem do cenário descrito anteriormente e discutido amplamente pela comunidade local com vistas à superação dos entraves econômicos com graves repercussões sociais em médio e longo prazo.

IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS DO EXTRATIVISMO MINERAL EM BRUMADINHO

Como já citado, o processo de instalação de empreendimentos industriais de grande porte, nesse caso de empreendimentos minerários, produz efeitos amplos e estruturais de toda ordem no território em que se encontram. Em decorrência deste processo, é possível verificar uma série de transformações das estruturas econômicas e produtivas, que, por sua vez, implicam mudanças na maneira de se viver nesses lugares, mudando a lógica urbana e, consequentemente, social. A expansão demográfica gera transformações na paisagem urbana; alguns bairros são completamente destruídos e outros, criados, no intuito de alocar uma “nova população”, imigrante, que chega subitamente, sem tempo hábil para se pensar na ordenação do espaço e de suas funções sociais, caracterizando um processo de expansão não planejada. Assim, novos estabelecimentos são construídos visando atender as demandas crescentes, e a cidade se amplia, então, para lugares que antes eram usados para outros fins, haja vista o desenvolvimento de atividades produtivas, tais como setores de serviços turístico e de lazer, que já impactavam, mesmo que indiretamente, o ordenamento social local. Dessa forma, o encadeamento de fatores destacado também desconsidera o espaço enquanto lugar de subjetividades, atuando, muitas vezes, de modo a suprimir e criar barreiras para a reprodução dessas subjetividades, dado o caráter exógeno e a relação de dependência econômica/institucional alimentada pela relação de minério-dependência, fator que sustenta a existência no território de uma nova práxis dominante. No caso de Brumadinho esse fator é agravado pelo rompimento da barragem, que gera estigmas e mais barreiras (econômicas e sociais) para a reprodução da

cultura local. Sobre essa relação das populações atingidas pela degradação ambiental, Silva (2020, p. 1) coloca que:

[...] o processo extrativista ultrapassa o território da empresa e cria teias de dependência moral, política e econômica. Mariana, que vivenciou um rompimento de barragem de rejeitos de minério há quatro anos, tem, desde então, vivido um desastre com simultâneas consequências físicas, econômicas e psicológicas. Pequenas crises cotidianas, resultantes de um contexto de crise amplo, que se perpetuam sobre atingidos e trabalhadores, na forma de fantasmas que rondam a memória e intensificam o medo de outros rompimentos, outras formas de morrer.

Assim, as comunidades locais são alijadas gradativamente do processo de participação social, são impactadas e impedidas de dar respostas imediatas aos dilemas impostos pela minério-dependência, resultando em queda da atividade econômica, no desaparecimento e varredura de economias locais, empobrecendo, sobremaneira, municípios e comunidades que antes apresentavam crescimento econômico e emprego da mão de obra local (TEIXEIRA et al., 2019).

No que diz respeito aos impactos ambientais e socioambientais provocados pela atividade de extração mineral, destaca-se a poluição atmosférica por conta dos materiais particulados, o ruído e a vibração, causados, principalmente, pelas explosões nas minas. O grande fluxo de automóveis, muitas vezes pesados, como caminhões de carga, provocam danos nos imóveis (que não possuem planejamento prévio para suportar tais vibrações) localizados próximo, ou no caminho das minas, desvalorizando-os no mercado imobiliário, fazendo parte então do processo de destruição de valor provocado por tal atividade produtiva. Ademais, observa-se em Brumadinho, a partir do trabalho de campo, que parte do rejeito da extração mineral tem como destino a rede hídrica do município, como ocorre, por exemplo, na região do Tejuco, há mais de dez anos (DOTTA, 2019).

Estas iniciativas da indústria minerária acabam por intensificar a degradação de rios, córregos e nascentes, o que também faz parte do processo de destruição de valor pela atividade de extração mineral, bem como a implicação

direta na diminuição das condições de bem-estar social e de saúde dos municípios. Além disso, a atividade minerária pode contribuir com a destruição do extrato orgânico da terra, tornando-a estéril para a produção agrícola. Sobre isso, é válido ressaltar que esse problema tem parcela no que tange ao tema da reconstrução de áreas degradadas e de gestão do passivo ambiental, em que muitas vezes se verifica o manejo inadequado de reconstrução e recuperação dessas áreas, decorrente das políticas de redução de custos operacionais e de capital fixo adotadas pelas empresas mineradoras que aqui operam, sendo essa a mesma dinâmica presente no município de Brumadinho. Constata-se que é

[...] na fragilização do possível questionamento feito pelas comunidades em que encontramos uma relação entre barragens de rejeitos e minério-dependência. A instalação ou expansão das barragens de rejeitos, ou até mesmo o retorno das atividades em complexos minerários que passaram por rompimentos de barragens (Coelho, 2017), são facilitadas pela situação de dependência, pois a população local se vê novamente no dilema entre barrar o empreendimento e/ou sua expansão ou permitir a continuidade e sofrer os danos potenciais causados por barragens de rejeitos, que vão desde a alteração da dinâmica hídrica regional até o risco de rompimentos. (COELHO, 2018, p. 256)

Diante de tal contexto apresentado, analisa-se a seguir a emergência das alternativas econômicas e organizacionais a partir das ações desenvolvidas na comunidade, com vistas ao rompimento do ciclo de degradação vigente na localidade e suas regiões limítrofes.

BREVE ANÁLISE SOBRE O DESENVOLVIMENTO LOCAL, A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA SUSTENTÁVEIS E O SURGIMENTO DE TECNOLOGIAS SOCIAIS EM BRUMADINHO PÓS-TRAGÉDIA CRIME

O principal dilema que surge a partir das questões expostas é o de como superar as condições macroestruturantes de efeitos negativos advindas da cadeia produtiva mineral, bem como promover a substituição

da geração de valor desse mesmo setor. Primeiramente, é necessário atenção para o fato de que, como já mencionado, a atividade econômica de extração de bens minerais possui um processo duplo e ambíguo em relação ao valor, sendo que de um lado gera valor e de outro destrói. Somado a essa constatação, é importante notar que, como evidenciado na primeira seção deste texto, o município já possui outras redes e estruturas econômicas que geram arrecadação similar ou superior às originadas da mineração. Assim, as alternativas econômicas de cunho mais sustentável atuam na geração de emprego e renda, mas também na promoção de melhores condições de vida e de bem-estar social, bem como na preservação da cultura local e da práxis já existente. Seguindo a conceituação de Beatriz Plaza (2009), partimos do entendimento, como ressalta a autora, de que:

O impacto esperado dos equipamentos culturais nas estratégias de revitalização normalmente supera os meros efeitos culturais ou educacionais. Enquanto alguns projetos apontam para a geração de efeitos econômicos adicionais diretos por meio da atração de turistas e despesas turísticas, outros contam com efeitos mais indiretos e mais brandos, como mudar a imagem da cidade, incentivar a integração social, criar um ambiente seguro, reter o comércio no centro da cidade comércio, incentivando novos investimentos locais, desenvolvendo a identidade local e o sentimento de pertencimento, etc.⁵ (PLAZA, 2009) [tradução dos autores]

A pesquisa extensionista em curso já assinala que o senso de pertencimento e a preservação das culturas locais são elementos chave para a compreensão do surgimento, emergência e criação de novos ciclos e de dinâmicas econômicas locais que pretendem ser estruturadas em redes

⁵ The expected impact of cultural facilities in revitalisation strategies normally surpasses the mere cultural or educational effects. Whereas some projects point towards the generation of direct additional economic effects through the attraction of tourists and tourist expenditure, others rely on more indirect and softer effects such as changing the city's image, encouraging social integration, creating a secure environment, retaining inner-city retail trade, encouraging new local investments, developing local identity and a sense of belonging, etc. (PLAZA, 2009)

mais sustentáveis, tanto no que tange aos aspectos econômicos, sociais e ecológicos. Pode-se observar que essas novas dinâmicas possíveis contribuem, sobremaneira, na geração de emprego e renda diretamente aos que mais sofrem os impactos negativos da relação de minério-dependência, inclusive no que se refere às suas condições financeiras para o atendimento das necessidades mais prementes.

Outra questão a ser considerada se refere ao conceito norteador de tecnologia social que fundamenta tanto as ações participativas em campo quanto o processo de sistematização das experiências práticas exitosas vivenciadas no território e nas comunidades chave onde estão sendo desencadeadas as atividades pós-tragédia crime. Averigua-se que o conceito de

[...] tecnologia social, no campo da economia solidária, revela-se nas formas de produção, comercialização e consumo caracterizadas pela troca e socialização de conhecimentos que visem solucionar demandas concretas vividas e identificadas por uma população. Isso através de um processo de mobilização e participação coletiva na escolha das decisões e de conhecimentos compartilhados que gerem novos conhecimentos. Podemos considerar, então, que a prática da autogestão é uma tecnologia social, pois requer o planejamento de ação coletiva, a sustentabilidade das propostas e a geração de aprendizagens que sejam referências para novas experiências com formação crítica. Esses marcadores da tecnologia social revelam uma intrínseca relação entre economia e desenvolvimento e especialmente uma economia engajada pela responsabilidade com o ser humano e todos os seres vivos. Por isso, a tecnologia social na economia solidária está alinhada ao desenvolvimento local, mobilizando pessoas e instituições para a melhoria de vida da população. (CARVALHO; SILVA CRUZ, 2018, p. 236)

Contudo, é importante destacar que a referência acerca da economia solidária não é um único norteador da investigação e ações de pesquisa aplicada usado no desenvolvimento de alternativas econômicas locais com vistas à geração de trabalho, renda e de um ciclo

alternativo de minério-dependência nas respectivas localidades alvo da investigação.

Considerou-se que

[...] para desenvolvermos as atividades da Incubadora de Tecnologia Social e Inovação nos pautamos em um campo de estudos com destaque para os seguintes suportes teóricos: a) relação sociedade, ciência e tecnologia; b) tecnologia social e [alternativas econômicas participativas] e solidária. (CARVALHO; SILVA CRUZ, 2018, p. 232-233)

Outro aspecto a ser mencionado refere-se à sinalização clara da abertura de espaço para o desenvolvimento de subsetores localizados no setor de serviços, diretamente ligado ao turismo e ao ecoturismo na região, que é uma possibilidade promissora que já se encontrava dada a partir do zoneamento urbano que delimitou áreas de preservação dos recursos naturais do território e que, atualmente, também podem estar em risco devido à proposta de reparação aprovada recentemente pelos órgãos governamentais que prevê a construção de estruturas rodoviárias consideradas ambientalmente evasivas e insustentáveis para os territórios atingidos pelo rompimento da barragem.

As novas tecnologias que se propõem a permitir um desenvolvimento integrado têm de levar em consideração a sustentabilidade de toda a cadeia produtiva, como se observa, por exemplo, em parte do setor agrícola, turístico e cultural do município, que é dotado de práticas agroecológicas e sustentáveis, e que também possui um processo endógeno de geração e incremento de valor, que pouco depende de grandes arranjos estruturais de mercado. Estes se encontram permeáveis ao desenvolvimento das práticas inovadoras e da abertura aos modelos de tecnologias sociais implementadas nas últimas duas décadas, orientadas e segmentadas pela rede de tecnologias sociais, e que, a partir da expansão da participação de empreendimentos industriais de pequeno e médio porte voltados para o setor, podem produzir o beneficiamento dos produtos agrícolas do território atingido pela tragédia crime, elevando seu valor agregado em um sistema de cadeia

de distribuição na região da Grande BH. Tal ordenação apresenta impactos positivos diretos na renda das famílias e na dinamização indireta da economia local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação realizada sinaliza que as características e dinâmicas da relação de minério-dependência presente no município de Brumadinho e demais municípios que possuem a atividade de extrativismo mineral como uma das principais atividades econômicas. Todo o processo de minério-dependência é retroativo e se alimenta institucionalmente, como exposto no decorrer do texto a respeito das necessidades e ações do poder público local, que funcionam de modo a dar suporte e incentivo à permanência de tal atividade produtiva. Entretanto, como também se constata na exposição, a lógica que estrutura a atividade de extrativismo mineral possui uma série de implicações negativas ao desenvolvimento socioeconômico local, sobretudo aquele que se dá de maneira sustentável, preservando as condições naturais, os modos de ser e de fazer locais.

A partir disso, justifica-se a necessidade de desenvolvimento de economias alternativas à mineração, haja vista as barreiras causadas pela atividade de extrativismo mineral na região ao desenvolvimento econômico e social sustentáveis. É importante que a superação da relação de minério-dependência seja instituída de fato com um processo de desenvolvimento local e que este se dê de maneira mais harmônica, substituindo essas relações por outras dinâmicas baseadas na criação de processos inovadores por meio da geração de tecnologias sociais capazes de criar tessituras entre a sociedade organizada local, a produção industrial subjacente, a cadeia do turismo e a economia da cultura, compartilhada, circular, estabelecendo uma agenda vigorosa que dê sustentação ao território, às localidades e aos que nelas residem.

Há de se destacar que o território de Brumadinho possui várias potencialidades a serem desenvolvidas nesse sentido, até pelas próprias

características geográficas, da grande extensão rural e de zonas de proteção/preservação ambiental, como também por suas características sociais, com a presença de várias comunidades quilombolas e indígenas. Essas características demonstram as potencialidades do território para a construção de uma estrutura econômica e social de maior sustentabilidade, afeitas ao caráter cultural e do senso de pertencimento da população com o território, em que o desenvolvimento de tecnologias sociais que propicie uma articulação em rede no intuito de promover e acelerar os impactos positivos na renda das famílias é fundamental para tal mudança de conjuntura.

Nesse sentido, tal mudança decorre de processos de escolha da própria sociedade, sendo muito importante a participação institucional do poder público local, que, nos processos de escolha referentes às despesas orçamentárias do município, deve avaliar os resultados quantitativos e qualitativos que o suporte ao setor de extrativismo mineral gera no território.

REFERÊNCIAS

- ADDOR, F.; LARICCHIA, C. R. (org.). *Incubadoras tecnológicas de economia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018.
- ALBUQUERQUE, E. M. Sistemas nacionais de inovação e desenvolvimento. *Revista da Universidade Federal de Minas Gerais*, Belo Horizonte, ano 5, n. 5, 10 out. 2006.
- ALMEIDA, N. V. *Economia Solidária em Minas Gerais: uma análise sobre os fatores que contribuem para sua auto sustentabilidade e capacidade de geração de renda*. Belo Horizonte. 2010. 130f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belo Horizonte, 2010.
- AMARAL FILHO, J. A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional e Local. *Planejamento e Políticas Públicas PPP*, Brasília, DF, n. 23, p. 262-286, jun. 2001.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

ARAÓZ, H. M. Entre la fiebre del oro y el polvo de las voladuras: Cuerpos y emociones en contextos de mineralización. *Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad*, Córdoba, ano 5, n. 11, p. 21-33, abr./jul. 2013.

BALDISSERA, A. Pesquisa-ação: uma metodologia do “conhecer” e do “agir” coletivo. *Sociedade em Debate*, Pelotas, v. 7, n. 2, p. 5-25, ago. 2001.

BARBOSA, R. K. *Economia, meio ambiente e sustentabilidade: a visão da Economia Ambiental e da Economia Ecológica*. 2008. TCC (Bacharelado em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

BARBOSA, R. N. C. *A Economia Solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2007.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Lei nº 13.540 de 18 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13540&ano=2017&ato=90foXRq5EeZpWT738>.

BRASIL. Ministério do Trabalho. *Atlas da Economia Solidária no Brasil*. Brasília: MTE; Senaes, 2008.

BRITO, J.; ALBAGLI, S. *Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais*. Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST). Vitória: Sebrae, 2003.

CABRAL JUNIOR, M. Mesa Redonda: APLs de base Mineral. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS, 3., 2007, Brasília, DF. *Anais [...]*. [S. l.: s. n.], 2007. Disponível em: <https://www.cdes.gov.br/jspui/bitstream/11451/559/1/3confer%3%aancia.pdf>. Acesso em: 2008.

- CARVALHO, S. M.; SILVA CRUZ, T. C. Trajetória da Incubadora de Tecnologia Social e Inovação da UnB (2006 a 2016). Referenciais teóricos e metodológicos. In: ADDOR, F.; LARICCHIA, C. R. (org.). *Incubadoras tecnológicas de economia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018. p. 213-235.
- CASTRO, L.; ALMEIDA, E. Desastres e desempenho econômico: avaliação do impacto do rompimento da barragem em Mariana. *Geosul*, Florianópolis, v. 34, n. 70, p. 406-429, jan./abr. 2019.
- CHAVES, R.; MONZON, L. C. La economía social ante los paradigmas económicos emergentes: innovación social, economía colaborativa, economía circular, responsabilidad social empresarial, economía del bien común, empresa social y economía solidaria. *CIRIEC-España*, Valencia, n. 93, p. 5-50, 2018.
- COELHO, T. P. Mineração e dependência no quadrilátero ferrífero. *Intratextos*, Rio de Janeiro, n. esp. 3, p. 128-146, 2012.
- COELHO, T. P. Minério-dependência e alternativas em economias locais. *Versos – Textos para Discussão PoEMAS*, v. 1, n. 3, p. 1-8, 2017.
- COELHO, T. P. Minério-dependência em Brumadinho e Mariana. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 22, n. 41, p. 252-267, jul./dez. 2018. Disponível em: fjf.br/poemas/files/2019/04/Coelho-2019-Minero-dependencia.pdf. Acesso em: 6 fev. 2022.
- DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (DNPM). 2002. Sumário Mineral Brasileiro. Brasília. Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/sumario-mineral/sumario-mineral-brasileiro-2002/sumario-mineral-brasileiro-2002>. Acesso em: 9 abr. 2022.
- DOTTA, R. História: 10 vezes que moradores de Brumadinho disseram não à mineração. *Brasil de Fato*, 1º fev. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefatomg.com.br/2019/02/01/historia-10-vezes-que-moradores-de-brumadinho-disseram-nao-a-mineracao#:~:text=Graves%20problemas%20com%20o%20abastecimento,mesmo%20utiliz%C3%A1%20a%20para%20consumo>.

- ENGEL, Guido Irineu. Pesquisa-Ação. *Educar*, Curitiba, n. 16, p. 181-191. 2000
- FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. *Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: FBB, 2004.
- GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GUIMARÃES, C. Mineração, impactos locais e os desafios da diversificação: revisitando Itabira. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 41, p. 215-236, ago. 2017.
- ICAZA, A. Economía solidaria, prácticas cooperativas y desarrollo local en el sur de Brasil. *CIRIEC-España*, Valencia, n. 43, p. 41-60, 2002.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO. *A força da mineração brasileira*. Brasília: Ibram, 2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO. *Informações sobre a Economia Mineral do Estado de Minas Gerais*. Brasília: Ibram, 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO. *Mineração em números, 2020*. Disponível em <https://ibram.org.br/mineracao-em-numeros/>. Acesso em: 09 abr. 2022.
- JARDIM, F.; OTERO, M. R. *Caderno de debates: Tecnologia Social no Brasil – Direito à ciência e ciência para a cidadania*. Instituto de Tecnologia Social. Rio de Janeiro: Raiz, 2004.
- MARQUES, J. F. A teoria neoclássica e a valoração ambiental. In: ROMEIRO, A. R.; REYDON, B. P.; LEONARDI, M. L. A. *Economia do meio ambiente: teoria, políticas e a gestão de espaços regionais*. Campinas: Unicamp, 1996. p. 21-42.
- MAY, P. H. (org.). *Economia Ecológica: aplicações no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1995.
- MONTE CARDOSO, D. *Mineração e subdesenvolvimento: impactos da atividade mineradora nos municípios de Canaã dos Carajás, Marabá e*

Parauapebas (2004 – 2015). 2018. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

ORTIZ, R. A. Valoração Econômica Ambiental. In: MAY, Peter H. *Economia do Meio Ambiente: Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. p. 81-100.

PÁDUA, J. A. Natureza e Projeto Nacional: As Origens da Ecologia Política no Brasil. In: PÁDUA, J. A. (org.). *Ecologia e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987. p. 134-163.

PEREIRA, D. *et al.* Irresponsabilidades organizacionais ou ausência de governança territorial? Reflexões sobre gestão ambiental no Projeto Minas-Rio. *Ambient. soc.*, São Paulo, v. 22, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/asoc/v22/pt_1809-4422-asoc-22-e02701.pdf. Acesso em: 20 out. 2020.

PLAZA, Beatriz. Using Google Analytics for measuring inlinks effectiveness. *MPRA Paper*, n. 19676, 2009.

PORTAL da Mineração, [2020]. Disponível em: <http://portaldamineraacao.com.br/wp-content/uploads/2021/02/Infogr%C3%A1fico-Minera%C3%A7%C3%A3o-em-N%C3%BAmoros-2020-NOVO-1-1.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2022.

RODRIGUES, A. C. M. Análise da eficiência socioeconômica dos municípios mineradores da Região Central do Estado de Minas Gerais. 2009. 139 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2009. Disponível em: <http://www.locus.ufv.br/handle/123456789/1976>. Acesso em: 20 out. 2020.

SANTOS, T. dos. A Estrutura da Dependência. *REVISTA Soc. Bras. Economia Política*, São Paulo, n. 30, p. 5-18, out. 2011.

SILVA, J. F. Da especialização produtiva ao rompimento da barragem de Fundão: uma análise da resiliência econômica para o município de Mariana/MG. 2018. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2018.

SILVA, J. L. J. Entre montanhas e dores: a dependência da mineração e a vivência do desastre em Mariana – MG, Brasil. *Revista Abordagens*, João Pessoa, v. 2, n. 1, jan./jun. 2020.

TEIXEIRA, M. B. M. *et al.* Entre a tragédia e o crime: narrativas sobre o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, Minas Gerais. In: SEMEAD SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 22. 2019, São Paulo. *Anais [...]*. [São Paulo: FEA-USP], 2019.

TEIXEIRA, T. C. *et al.* Projeto Educação Financeira e Geração de Trabalho e Renda, PROEX-ICEG-Departamento de Economia, Administração e Ciências Contábeis. 2019 e PROEX-2020/26753.

TEIXEIRA, T. C.; SILVEIRA, E. Desafios para construção de um modo de produção solidário: trabalho, renda e gestão solidária. In: SITRE SIMPÓSIO INTERNACIONAL TRABALHO, RELAÇÕES DE TRABALHO, EDUCAÇÃO E IDENTIDADE, 8., 2020, Belo Horizonte. *Anais [...]*. [Belo Horizonte: Cefet-MG], 2020.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1985

ZHOURI, A. *et al.* The Rio Doce Mining Disaster in Brazil. *Vibrant*, Brasília, DF, v. 14, n. 2, ago. 2017. Disponível em: <http://www.vibrant.org.br/andrea-zhou-ri-raqueloliveira-marcos-zucarelli-maxvasconcelos-the-rio-doce-mining-disaster-in-brazil-between-policies-of-reparation-and-the-politics-of-affectations/>. Acesso em: 20 out. 2020.

ZHOURI, A. Mapeando desigualdades ambientais: mineração e desregulação ambiental. In: ZHOURI, A.; VALENCIO, N. (org.). *Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais*. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 111-142.

EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO SOCIAL NUM MUNDO PANDÊMICO

Vitoria Carolina de Oliveira Cavalcanti¹

Eliane Ribeiro Pereira²

José Roberto Dourado Mafra³

INTRODUÇÃO

O mundo vive um momento de profunda transformação. Os efeitos da pandemia vivenciada em 2020 prometem se prolongar por anos, com grande impacto na vida das pessoas. Desastres e crises deixam marcas profundas, influenciando o caminho de quem as vive. As consequências dessa experiência de isolamento social, perdas de vidas e mudanças de hábitos provocadas por um vírus desconhecido e devastador ainda não são passíveis de serem elencadas. Talvez sejam necessários anos para que seja possível entender melhor as marcas provocadas pela covid-19 no mundo em 2020. Cada dia que passa, a crise vivenciada aumenta os danos econômicos e sociais, que se mostram ainda mais perversos para aqueles que vivem em situação de vulnerabilidade.

A crise decorrente da pandemia atingiu a todo o planeta e promete deixar mudanças no modo de vida das pessoas. Não é possível ainda prever a completa extensão de tais mudanças, mas questões como a preocupação

¹ Graduando na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), bolsista de iniciação científica na UFRJ.

² Professor titular na UFRJ, coordenador da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares.

³ Professor associado da UFRJ, pesquisador da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares.

com o controle sanitário, a adoção de normas de higiene mais rígidas e o controle de aglomerações parecem ter vindo para ficar, senão para sempre, pelo menos por um bom tempo. Esse é mais um elemento que impacta o mercado de trabalho. Estabelecimentos comerciais, que amargaram grandes prejuízos com o fechamento de seus negócios durante a pandemia, precisarão, para voltar a operar, fazer mudanças físicas e estruturais que atendam às exigências do novo momento.

A introdução de regras de distanciamento social mais rígidas pode impulsionar o comércio *on-line*, que tem sido a grande resposta à crise atual, transformando o modelo anterior. Não se sabe o custo humano e social que o homem herdarà, mas a aposta é que as formas de consumo serão afetadas, e, com elas, o mundo dos negócios e o mercado de trabalho. Não há uma expectativa de quando essa pandemia terminará.

Tais transformações tendem a ampliar a dificuldade de recuperação do mercado de trabalho, em especial o de pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade. O objetivo deste estudo foi investigar a forma como os empreendimentos sociais de catadores de materiais recicláveis incubados pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ITCP-Coppe-UFRJ), no período 2012-2017, que continuam em funcionamento, lidaram com o momento de pandemia e as estratégias de retomada por eles utilizadas, bem como os recursos usados para sobreviver e manter a continuidade das cooperativas, de forma a garantir trabalho e renda para este público.

O trabalho foi dividido da seguinte forma: além dessa introdução, na próxima seção são abordados aspectos da crise no Brasil e caminhos para enfrentamento deste momento de pandemia. Em seguida, vêm a metodologia utilizada no estudo e a seção “Empreendimentos e a pandemia”, onde são abordados os casos estudados e apresentados os resultados da investigação, indicando os efeitos da pandemia nas cooperativas de catadores analisadas. Finalmente, tem-se as considerações finais do estudo.

CRISE E ALTERNATIVAS

A crise provocada pela covid-19 se mostra ainda mais dramática em países como o Brasil, onde a desigualdade social atinge níveis muito elevados. A pandemia, o aumento do desemprego e o agravamento da crise econômica que se avizinha impactam sobremaneira os brasileiros em situação de extrema pobreza. O mercado de trabalho se retraiu ao longo dos últimos anos, atingindo uma situação de inegável precariedade. Não há lugar para todos. Velhos, jovens, todos sofrem as consequências dessa retração. Diferentes estudos apontam a gravidade da situação (CARVALHO et al., 2020; KREIN; BORSARI, [2021]). Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) apontam um total de 28,3 milhões de trabalhadores informais, classificados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020) como:

As pessoas foram classificadas como trabalhadores informais quando eram ocupadas como empregado do setor privado sem carteira; trabalhador doméstico sem carteira; empregador que não contribui para o INSS; trabalhador por conta própria que não contribui para o INSS; ou trabalhador não remunerado em ajuda a morador do domicílio ou parente. (IBGE, 2020, p. 8)

Krein e Borsari ([2021]) destacam que “[...] o cenário mais provável que nos espera é uma crise mais prolongada, com recuperação lenta após pandemia, ao meio de transformações tecnológicas e do modo de vida”. Tal realidade obriga a população a buscar alternativas para viabilizar sua própria existência. Guimarães e Pereira (2015) destacam que “[...] a luta pela sobrevivência esbarra no trabalho ou na falta deste, falta esta traduzida na informalidade, que é um limite legal politicamente definido”. Nesse contexto, os trabalhos formal e informal impactam de forma distinta a vida das pessoas. Enquanto trabalhadores formais têm oportunidade de lutar por dignidade e cidadania, a busca por subsistência faz com que os que se encontram na informalidade acabem lutando por sua sobrevivência. O trabalho informal, caracterizado por não requerer conhecimentos prévios, e por poder ser realizado por qualquer pessoa, requer o emprego de baixa ou

nenhuma tecnologia; por sua vez, o trabalho formal em geral requer algum *know-how*, equipamentos e conhecimentos técnicos. A grande diferença entre eles está na tecnologia empregada (GUIMARÃES; PEREIRA, 2015).

Na década de 90, ao enfrentar situação semelhante, de retração dos postos de trabalho, as Incubadoras Tecnológicas de Empreendimentos Populares (ITCP) surgiram como alternativa de trabalho e renda para este público, que, ao ter sua atividade legalizada, passou a ter mais oportunidades e acesso a políticas públicas de fomento. Num mundo pós-pandemia, a organização deste público em empreendimentos pode se apresentar como alternativa para esta parcela da população, não apenas como forma de enfrentamento do desemprego, mas como forma de inclusão. Bocayuva (2002) destaca que a ideia principal da criação da ITCP em um ambiente de alta tecnologia foi a de propiciar a difusão do conhecimento técnico e científico às classes populares, objetivando a criação de empreendimentos da economia social e solidária. Ao falar sobre a criação da ITCP-Coppe-UFRJ, ressalta:

A ITCP tem por objetivo desenvolver atividades voltadas para a inserção de setores economicamente marginalizados no mercado formal de trabalho. Seu público-alvo é um grande contingente de trabalhadores, desempregados ou vinculados ao plano da economia informal, que pode conquistar requisitos básicos de cidadania a partir da organização do trabalho. A incubadora nasce na universidade pública, a partir de um centro de alta tecnologia. O impacto dessa novidade difunde-se num sistema complexo de parcerias, estrutura-se em redes semelhantes dentro da universidade e articula-se em alianças com outros atores sociais nacionais. Num momento de reestruturação econômica que acentua a precarização do mercado de trabalho, a experiência da ITCP faz parte de um processo ora organizado, ora espontâneo dos setores da classe trabalhadora, nas comunidades excluídas do espaço social e produtivo do capital. (BOCAYUVA, 2002, p. 235).

Tais questões se apresentam bastante atuais. A redução dos postos de trabalho a ser enfrentada num mundo pós covid-19 contribui para o crescimento da informalidade e para a precarização do trabalho, em particular

das populações que vivem em situações economicamente mais fragilizadas, que encontram um caminho na sua organização em pequenos empreendimentos associativos –cooperativas populares.

O quadro de desemprego e desigualdade tende a aumentar, ampliando ainda mais a importância de propostas alternativas para a geração de trabalho, renda e cidadania, especialmente para a população que vive em condição de grande vulnerabilidade.

Tal como o cooperativismo, que surgiu em consequência da revolução industrial, o desenvolvimento do cooperativismo popular ocorreu, no Brasil, em resposta ao modelo econômico então implantado. A especificidade da experiência brasileira relaciona-se ao modelo de reestruturação produtiva, que teve como consequência o processo de desemprego estrutural. Uma cooperativa popular é formada, em geral, em comunidades de baixa renda, a partir da união de vizinhos, amigos e familiares, que participam de forma ativa de suas atividades, a fim de vencer situações de desemprego ou de precarização das relações de trabalho. O cenário que se apresenta a tais empreendimentos é bastante adverso. A Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag) destaca que fatores como a baixa escolaridade, a precária qualificação profissional, a falta de tecnologia adequada, a resistência a mudanças nas formas de organização do trabalho dificultam sobremaneira a continuidade desses empreendimentos (ANTEAG, 2004).

Bocayuva (2002) destaca a importância da incubação para o sucesso das cooperativas populares, ressaltando a necessidade de

[...] apoiar a construção associativa e legal-formal, o acesso ao mercado, a elaboração de projetos, a definição de processo e produto, o acompanhamento e a capacitação gerencial, a administração, o planejamento, a controladoria, a contabilidade e outras áreas necessárias ao sucesso do empreendimento. (BOCAYUVA. 2002, p. 6).

A realidade mostrou que muitos empreendimentos populares permanecem à margem da sociedade por questões como a ausência de inovação e tecnologia. Com o sistema mantendo-os em um nível inferior, não conseguem competir no mercado formal, pois seus produtos tendem a traduzir o atraso de sua realidade. Sobre isso, Bocayuva (2002) destaca que

[...] a transferência de tecnologia de ponta para o terreno do setor popular da economia, exige a construção de novas estratégias de formação e capacitação dos incubados, de metodologias de educação e aprendizagem, de elementos de cidadania e de aspectos culturais [...].(BOCAYUVA. 2002, p. 6).

A metodologia da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFRJ foi construída a partir de experiências ligadas à educação popular, tendo sido desenvolvida com base na obra de Paulo Freire, que considera que o conhecimento se desenvolve de forma coletiva, a partir da conscientização do educando, de forma a desenvolver seu espírito crítico (GADOTTI, 1996). De acordo com Arns (2002), Paulo Freire “[...] percebeu que a educação é exercício da liberdade e processo de libertação dos oprimidos. Ato de conhecimento criativo, em um aproximar-se da realidade social e política de maneira crítica”. Assim, a metodologia da ITCP-UFRJ estimula o “[...] aprender fazendo”, e mantém um processo contínuo de avaliação e realimentação, destacando princípios de autogestão, interdisciplinaridade e aprendizado mútuo.

Com relação ao desenvolvimento social, fundamental no âmbito do cooperativismo, o empreendedorismo seria uma exigência preestabelecida, pois problemas como o subdesenvolvimento poderiam ser resolvidos através de uma visão inovadora e com a atitude necessária para atuar em uma sociedade que está em constante transformação. Num momento de tantas incertezas, o espírito empreendedor poderia estar, como destacado por Dornelas (2008, p. 6), “[...] eliminando barreiras comerciais e culturais, encurtando distâncias, globalizando e renovando os conceitos econômicos, criando relações de trabalho e novos empregos, quebrando paradigmas e gerando riqueza para a sociedade”.

A literatura disponibiliza diferentes conceitos de empreendedor. Dos Santos et al. (2016) sugerem que algumas características são fundamentais para o empreendedor: a inovação, a criatividade e a liderança. Essas habilidades poderiam ser desenvolvidas pelas pessoas por meio de instrumentos. Seriam inerentes ao empreendedor a busca, a reação e a exploração das mudanças como reais oportunidades de crescimento, ou seja, saber lidar com os desafios estaria relacionado ao comportamento desejado na arte de empreender. O empreendedor precisa estar preparado para assumir os riscos necessários em uma economia em crescimento e produtiva; e, em momentos de crise, precisa encontrar formas alternativas de manter seu negócio em funcionamento. Faz-se importante esclarecer que o empreendedor difere do capitalista por assumir riscos de forma ativa, enquanto o capitalista não costuma assumir riscos sem respaldos que garantam a integralidade do seu investimento.

Há, ainda, o perfil do empreendedor social, que tem a função de produzir bens e serviços, ao mesmo tempo que busca soluções para os problemas sociais, como o resgate de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Para Oliveira (2003), os empreendedores são agentes de mudança que visam a criação e a sustentabilidade do empreendimento, participando como referência em atividades voltadas ao bem comum. Para Vieira e Gauthier (2000, p. 8), “[...] os empreendedores sociais são aqueles que criam valores sociais através da inovação e da força de recursos financeiros, independente da sua origem, visando o desenvolvimento social, econômico e comunitário.”

É importante, ainda, diferenciar inovação de criatividade. A inovação é definida como um processo de atividades contínuas e cíclicas voltadas para a identificação, solução e execução de problemas que geram mudanças vanguardistas. Inovar, por vezes, não implica criar algo novo, mas transformar o que já existe, aperfeiçoando e reinventando processos. Já a criatividade é o processo no qual as invenções ocorrem e é o que diferencia o empreendedor do administrador, em geral, um cumpridor dos afazeres no dia a dia.

Entender os processos de inovação e criação exige conhecimentos diversos, integração de abordagens e senso crítico, além da necessidade de estar aberto à auto-reavaliação diária, recriando conceitos, visões e teorias, provocando mudanças necessárias para o desenvolvimento. Além disso, o empreendedorismo depende de interações entre pessoas e envolve a viabilização e a articulação de diferentes recursos, sendo fundamental a criação de uma cultura de empreendimento.

Uma cultura empreendedora se dá por um conjunto de valores sociais e culturais, como a valorização do emprego, a estabilidade financeira e a formação universitária, em que uma educação empreendedora vise o desenvolvimento do país. Nesse sentido, é preponderante que haja manifestações voltadas para a realização de mais projetos organizacionais.

Outra perspectiva que pode ser observada no comportamento do empreendedor social é a sua postura perante a sociedade. Ter um perfil exemplar de acordo com os bons valores sociais é ainda mais importante nas organizações do terceiro setor, já que, em muitos casos, lidam com vidas em situação de alto grau de vulnerabilidade. Para isso, precisa ser ético e estar comprometido com a causa.

Segundo Ferreira (2010), empreendedorismo é um substantivo masculino que significa a disposição ou capacidade de idealizar, coordenar e realizar projetos, serviços, negócios; o autor define, ainda, como a iniciativa de implementar novos negócios ou mudanças em empresas já existentes, geralmente com alterações que envolvem inovação e riscos.

Schumpeter (1950) destaca que o sistema capitalista tem como característica um processo de destruição criativa, que reside no desenvolvimento de novos produtos, novos métodos de produção e novos mercados; ou seja, destruir o “velho” e criar o “novo”. Para o autor, o agente básico desse processo de destruição criativa está na figura do empreendedor. Neste sentido, o empreendedor é alguém que inicia algo novo, aquele que realiza, sai do sonho, do desejo, e vai para a ação. O empreendedor seria alguém apto a transformar ideias em realizações, oportunidade em sucesso (TIMMONS, 2004; DOLABELA, 2001). Filion (1993, p. 60) complementa dizendo que o

empreendedor deve ser “[...] um pensador com visão, a visionary, [...] ser alguém capaz de atingir o equilíbrio entre o fazer e o sonhar”.

É preciso, então, ampliar a investigação de elementos que, além de técnicas e ferramentas de trabalho, consigam contribuir para a continuidade do empreendimento. Em se tratando de empreendimentos econômicos solidários (EES), esta questão ganha destaque e faz pensar quais competências técnicas e comportamentais estão presentes no perfil dos cooperados dos empreendimentos que conseguem manter-se em atividade.

O problema que se coloca é a questão da sobrevivência dos EES, mais especificamente das cooperativas populares, ou cooperativas de trabalho. Constituídas para responder à necessidade de geração de emprego e renda para grupos em situação de fragilidade social, tais EES dependem, fundamentalmente, da capacidade, ou competência, de seus cooperados de realizar tarefas e tomar decisões, entre outras demandas da gestão do empreendimento. Esta competência pode ser caracterizada como empreendedorismo.

Muito mais do que um perfil empreendedor, é preciso encontrar forças para lutar, se reinventar e continuar suas atividades diante de uma realidade antes nem sequer imaginada. Como prosseguir depois de ficar meses proibido de manter seu negócio em funcionamento, seja por determinações governamentais, ou para manter sua integridade física, diante de um vírus desconhecido que assolou o mundo? Quais os novos desafios a serem vencidos? Como garantir um controle sanitário mínimo e a adoção de normas de higiene mais rígidas em empreendimentos de catadores de recicláveis? Como se dará o funcionamento de tais empreendimentos num mundo com controle de aglomerações?

Perguntas como essas precisam ser respondidas, pois, mais do que um perfil empreendedor, gestores desses empreendimentos precisam encontrar novas formas de garantir a sua continuidade. Cruz e Moraes (2013) destacam a resiliência, como uma característica relacionada ao empreendedorismo, que se refere “[...] aos indivíduos com maior facilidade de adaptabilidade e resignação aos acontecimentos potencialmente difíceis na vida, especialmente situações que geram alto stress, esgotamento e exaustão”.

Criatividade e flexibilidade são pontos-chave da gestão empreendedora. O empreendedor deve possuir habilidade de agir e tomar decisões por conta própria, fundamentando o caminho da inovação e a conquista de seu lugar no mercado. Assim, é fundamental capacitar esse empreendedor antes que ele se lance ao mercado. Considerando que o processo de incubação de EES promovido pela ITCP-UFRJ se desenvolve através de estratégias de capacitação e formação dos cooperados, esse é o momento apropriado para focar o desenvolvimento de tal habilidade.

METODOLOGIA

A definição metodológica é fundamental para a conquista dos objetivos propostos no estudo, na medida em que ela estabelece o caminho para alcançá-los.

A pesquisa qualitativa visa entender fenômenos humanos e processos sociais. É uma análise subjetiva de uma realidade, que considera as motivações, crenças, valores e representações das relações sociais (KNECHTEL, 2014). Mota (2013, p. 52) destaca que “A pesquisa qualitativa é utilizada em situações em que se pretende apreender informações que requeiram uma observação com maior profundidade”. A ideia é entender os fatores motivacionais envolvidos em determinada ação, fatores esses muitas vezes desenvolvidos de forma inconsciente, que ajudam a explicar os fenômenos estudados. A pesquisa qualitativa permite, enfim, compreender a subjetividade dos aspectos envolvidos na investigação, sem se preocupar com generalizações, contribuindo para um melhor entendimento da complexidade de um problema.

Quanto aos fins, esta pesquisa pode ser classificada como exploratória e descritiva, na medida em que envolveu levantamento que garantiu maior familiaridade acerca do perfil dos gestores das cooperativas populares, mas também adotou técnica padronizada e bem estruturada para a coleta de dados para descrever os dados levantados (GIL, 2008; VERGARA, 2007).

Quanto aos meios, este estudo pode ser caracterizado como bibliográfico e de campo, dado que foi composto por levantamento bibliográfico e realização de pesquisa de campo nas cooperativas selecionadas.

Foram realizadas entrevistas em profundidade com os gestores dos dez empreendimentos investigados. O roteiro das entrevistas foi baseado na estrutura do plano de negócios adaptado ao projeto cooperativo para incubação, acrescido de questões específicas acerca do momento de pandemia. A abordagem qualitativa permitiu uma melhor compreensão dos aspectos subjetivos intrínsecos ao caso. As entrevistas foram realizadas no período de agosto a dezembro de 2020.

EMPREENDIMENTOS E A PANDEMIA

Os EES enfrentam inúmeros desafios para a conquista da sua sustentabilidade. Segundo Lencioni (2017), os catadores de materiais recicláveis são responsáveis por cerca de 90% da reciclagem brasileira. Todavia, a pandemia gerou fortes consequências em todo cenário que envolve o ofício desses profissionais.

Esse estudo foi realizado com cooperativas de catadores de materiais recicláveis incubados pela ITCP-Coppe-UFRJ, no período 2012-2017, que inicialmente indicou 19 empreendimentos para compor o universo do estudo. Ao iniciar-se o trabalho de campo, apenas dez empreendimentos puderam ser contatados e passaram a integrar a amostra deste estudo.

Os empreendimentos investigados ficam localizados no Rio de Janeiro/Baixada Fluminense. São compostos por homens e mulheres, em proporções similares, sendo que há cooperativas geridas majoritariamente por mulheres. A maioria dos cooperados pertence à faixa etária entre 45 e 60 anos, idade média de 50 anos, indicando serem os empreendimentos compostos por pessoas maduras.

Pôde-se identificar que os empreendimentos não apresentam diferenciais competitivos significativos, sendo a gestão um fator determinante do desempenho da cooperativa. A pandemia afetou as atividades das cooperativas investigadas de diferentes formas, sendo que algumas conseguiram desenvolver estratégias para compensar a queda de fornecimento de materiais, indicando um perfil empreendedor para tais gestores.

A situação ambiental foi fortemente afetada, estando os cooperados sujeitos a uma alta exposição ao vírus, pelo manuseio de material potencialmente contaminado. As medidas restritivas adotadas em função da proliferação do vírus da covid-19 dificultaram a realização de coletas nas ruas, intensificando a retração do mercado.

O cenário de pandemia tornou necessário adotar medidas de precaução: uso de máscaras, distanciamento social, uso de equipamento de proteção individual (EPI) e álcool gel. A máscara foi um ganho positivo, uma vez que, em sua maioria, os trabalhadores não utilizavam, ainda que estivessem expostos a vírus e bactérias dos materiais. Entretanto, eles já faziam o uso de luvas e botas, visto que esses itens fazem parte do EPI mais culturalmente arraigados.

Apesar de estudos indicarem que o vírus pode se alojar nos materiais, os catadores continuaram trabalhando, seguindo a estratégia de deixar os materiais estocados durante um período, em quarentena, visando a eliminação do vírus. Assim, eles trabalhavam sempre com os materiais mais antigos e nunca com os recém-chegados.

A principal fonte de receita é a comercialização dos materiais coletados em fornecedores, em geral fidelizados, ou identificados a partir de editais (papel, papelão, plástico, metais etc.). Grande parte destes fornecedores são empresas, muitas das quais, com a pandemia, fecharam, ou reduziram drasticamente seu funcionamento, acarretando numa forte redução de oferta de materiais. Concomitantemente, as cooperativas também sofreram com as medidas restritivas, sendo que a grande maioria (70%) parou totalmente suas atividades durante o período inicial da pandemia, retomando-as em dois ou três meses. No auge da pandemia, o círculo se fechou com

o fechamento também de grande parte dos clientes. A alternativa para os empreendimentos que continuaram funcionando foi aproveitar o momento para organizar o estabelecimento e seus estoques.

Do ponto de vista de estratégia de mercado, a maioria dos empreendimentos (80%) ficou presa ao modelo de negócio já estabelecido – captar materiais de empresas e organizações públicas etc., o que as fez sofrer maior estagnação. Diferentemente, duas cooperativas encontraram um caminho para vencer a dificuldade do momento passando a desenvolver uma estratégia de geração de novos mercados: passaram a realizar atividades de educação ambiental com a população do seu entorno, sensibilizando-a a ponto de conseguirem captar o mesmo volume de materiais captados com as empresas anteriormente.

Foram detectadas necessidades de melhores recursos para aprimoramento dos processos de controle do negócio, o que aponta para um amadurecimento da gestão. Outro dado interessante é a demanda por melhorar a divulgação dos empreendimentos através do uso da internet e de redes sociais.

Durante o período mais crítico, muitos catadores conseguiram ajuda de cestas básicas/alimentação, através de movimentos solidários. Além disso, quase todos tiveram êxito no recebimento do auxílio emergencial do governo, mesmo que com uma certa demora.

Com a flexibilização das restrições e da necessidade de isolamento social, as cooperativas retomaram seu funcionamento, tendendo a restabelecer o mercado, em função da tendência de alta dos preços, devido à escassez de produtos. Todavia, não é possível precisar quando elas voltarão a alcançar os patamares de mercado anteriores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Catadores de materiais recicláveis são agentes ambientais, cujo trabalho tem grande impacto na destinação de lixo nos grandes centros

urbanos do país. A pandemia trouxe impacto significativo no funcionamento das cooperativas de catadores, que viram seus desafios diários ser ampliados de forma significativa.

Este estudo teve como objetivo investigar a forma como dez empreendimentos sociais de catadores de materiais recicláveis incubados pela ITCP-Coppe-UFRJ, no período 2012-2017, que continuam em funcionamento, enfrentaram a pandemia da covid-19.

O trabalho foi realizado entre agosto e dezembro de 2020, a partir de entrevistas em profundidade com os gestores dos dez empreendimentos investigados, com um roteiro baseado na estrutura do plano de negócios adaptado ao projeto cooperativo para incubação, além de perguntas específicas acerca do momento de pandemia.

Após análise dos dados levantados, foi possível verificar que as medidas restritivas adotadas pelo governo tiveram impacto direto nas atividades desses grupos, reduzindo ou mesmo suspendendo suas atividades.

Em termos operacionais, passaram a adotar normas de higiene mais rígidas e estratégias de quarentena dos materiais, para se preservarem. Em termos de mercado, houve uma retração num primeiro momento, que levou a grande maioria a ficar estagnada. Com a diminuição das restrições, o movimento começou a ser retomado, mas é difícil precisar quando conseguirão atingir os patamares anteriores.

O espírito empreendedor foi fundamental para a continuidade e reinvenção dos empreendimentos no enfrentamento das restrições sanitárias impostas.

Alguns empreendimentos conseguiram adotar estratégias diferenciadas, o que lhes permitiu garantir a manutenção de suas atividades. Uma estratégia bem-sucedida foi a implantação de educação ambiental na comunidade local, de forma a estimular a reciclagem e a coleta seletiva domiciliar. A proposta parece ser uma alternativa viável para a expansão do mercado de captação de materiais. Assim, a ideia é estimular as demais cooperativas a desenvolver estratégias similares em suas regiões.

Considerando-se os resultados encontrados, abre-se a perspectiva de sistematizar as estratégias bem-sucedidas, de forma a contribuir para que empreendimentos de natureza similar encontrem caminhos para a sua continuidade.

O fenômeno das atividades remotas, impulsionado pela pandemia, trouxe uma nova perspectiva de comunicação e de integração de mercado. O uso das redes sociais, do comércio eletrônico, de sites e blogues de divulgação aumentou sobremaneira nesse momento, facilitando os processos de negócio. A adoção de estratégias desta natureza pode impulsionar o comércio com a realização de campanhas de conscientização, servindo de ligação para atrair as pessoas para a localidade das cooperativas.

Os cooperados de EES, em especial de catadores de recicláveis, precisarão enfrentar uma realidade em que as dificuldades e barreiras para conquistar a sustentabilidade de seu empreendimento tendem a ser ampliadas num mundo pós-pandemia. É possível reconhecer a expectativa da presença de uma característica empreendedora em sua personalidade; todavia, mais do que isso, eles vão precisar se reinventar num mundo diferente. O apoio da ITCP nesse momento pode ser o diferencial necessário para garantir a conquista dos objetivos almejados.

REFERÊNCIAS

- ARNS, P. E. Educação e Esperança. Folha de São Paulo, 12/04/98. In: GUIMARÃES, G. *Ossos do ofício: cooperativas populares em cena aberta*. 2. ed. Rio de Janeiro: ITCP; COPPE; UFRJ, 2002. p. 97.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE AUTOGESTÃO E PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA. *Autogestão e Economia Solidária: Uma Nova Metodologia*. São Paulo: ANTEAG, 2004.
- BOCAYUVA, P. C. Incubadora tecnológica de cooperativas populares Coppe/UFRJ. In: CAMAROTTI, I.; SPINK, P. (org.). *Redução da pobreza e dinâmicas locais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 235-263.

CARVALHO, S. S. de *et al.* Análise das transições no mercado de trabalho brasileiro no período da covid-19. *Carta de Conjuntura*, Brasília, DF, n. 49, nota de conjuntura 12, 4º trim. 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/201106_nota_12_transicoes_de_mercado_de_trabalho.pdf. Acesso em: 3 mar. 2020.

CRUZ, M. T. S.; MORAES, I. M. M. Empreendedorismo e Resiliência: mapeamento das competências técnicas e comportamentais exigidas na atualidade. *Revista Pensamento & Realidade*, São Paulo, v. 28, n. 2, 2013.

DOLABELA, F. C. Oficina do empreendedor. *Seminário*, Curitiba, p. 20-22, ago. 2001.

DORNELAS, J. C. A. *Empreendedorismo*: transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2008.

DOS SANTOS, A. M. *et al.* Empreendedorismo: inovação, criatividade e liderança. *Visão*, Caçador, v. 5, n. 1, p. 56-68, jun. 2016.

FERREIRA, A. B. H. *Mini Aurélio*: o dicionário da língua portuguesa. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FILION, L. J. Visão e Relações: Elementos para um Metamodelo Empreendedor. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 33, n. 6, p. 50-61, nov./dez. 1993.

GADOTTI, M. (org.) *Paulo Freire*: Uma bibliografia. São Paulo: Cortez, 1996.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, G.; PEREIRA, E. R. Informalidade, exclusão e desenvolvimento. In: LEAL, Claudio Figueiredo Coelho *et al.* (org.). *Um olhar territorial para o desenvolvimento*: Sudeste. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2015. p. 462-472.

KNECHTEL, M. do R. *Metodologia da pesquisa em educação*: uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba: Intersaberes, 2014.

KREIN, J. D.; BORSARI, P. Pandemia e desemprego: análise e perspectivas. *Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho*, [2021]. Disponível em: <https://www.cesit.net.br/pandemia-e-desemprego-analise-e-perspectivas/>. Acesso: 3 mar. 2021.

LENCIONI, C. Catadores são responsáveis por 90% do lixo reciclado no Brasil. *Observatório do 3º Setor*, 2017. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/carrossel/catadores-sao-responsaveis-por-90-do-lixo-reciclado-no-brasil/>. Acesso: 2 Dez 2019.

MOTA, S. A. S. *Diagnóstico da capacidade empreendedora de estudantes universitários e profissionais de micro, pequenas e médias empresas*. Campo Limpo Paulista: Faccamp, 2013.

OLIVEIRA, E. M. *Empreendedorismo Social no Brasil*: fundamentos e estratégias. 2003. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Franca, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa nacional por amostra de domicílios*: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101763.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2021.

SCHUMPETER, J. *Capitalism, Socialism, and Democracy*. 3rd. ed. New York: Harper and Row, 1950.

TIMMONS, J. F. *The Fiscal Contract*: States, taxes and public services. 2004. Tese (Doutorado) – University of California, San Diego, 2004.

VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VIEIRA, R.; GAUTHIER, F. *Introdução ao empreendedorismo social*. Anais. II Encontro Nacional de Empreendedorismo. Florianópolis, 2000.

INCLUSÃO DIGITAL EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

Amanda Krishna Cardoso de Oliveira¹

Leonardo Ruma Martins²

José Roberto Dourado Mafra³

INTRODUÇÃO

O tema da pesquisa surge em meio a um contexto pandêmico, em que a tecnologia toma proporções cada vez maiores no dia a dia dos indivíduos, revelando-se como indispensável. Por conta de um vírus altamente contagioso que se espalha através do ar, a população mundial precisou adequar todos os aspectos da vida a essa nova realidade. Dessa forma, muitas empresas adotaram o trabalho remoto, como uma medida de evitar aglomerações. Além disso, o momento de lazer também mudou, nota-se um grande crescimento dos serviços de *streaming*, devido ao fechamento dos cinemas. Contudo, o aprofundamento da lógica informacional gerou um agravamento das desigualdades sociais para os indivíduos que se encontram em grupos marginalizados.

No ano de 2008, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu o atraso digital como uma das quatro mazelas sociais, ao lado da fome, pobreza e analfabetismo, haja vista a relevância desse tema. Dessa forma, consideramos a inclusão digital como uma forma de promover cidadania

¹ Graduando na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), bolsista de iniciação científica na UFRJ.

² Graduando na UFRJ, bolsista de iniciação científica na UFRJ.

³ Professor associado da UFRJ, pesquisador da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares.

e combater a desigualdade, porque a tecnologia está diretamente ligada à qualidade de vida de uma população. Sabe-se que, em todo o período histórico existente, as elites se utilizavam das tecnologias como fonte de poder e manutenção da riqueza.

Como apontado por Smith (1980), a dependência informacional dos países periféricos poderia ser muito mais difícil de romper do que a existente nos períodos colonial e industrial. Isso é explicado pela ampliação da miséria, um dos efeitos gerados pela consolidação da era das redes, visto que a exclusão digital não é apenas uma consequência da pobreza. Constata-se ainda que o mercado não inclui na era da informação os que são pobres e desprovidos de dinheiro.

Segundo Silveira (2003), a inclusão digital efetiva depende da universalização ao acesso de um computador, telefone, provimento de acesso à rede, *software* e uma capacitação básica para o uso dessas tecnologias. Diante disso, é importante ressaltar que o passado descortina um relevante contraste em relação à velocidade em que os ricos e pobres obtinham acesso a uma nova tecnologia. Sabe-se que os extratos mais privilegiados utilizavam exaustivamente uma determinada tecnologia desde o seu lançamento, enquanto os mais desfavorecidos só tinham direito ao acesso quando a tecnologia se tornava obsoleta e ocorria o barateamento. Logo, percebe-se que a velocidade da inclusão às novas tecnologias é decisiva na vida dos indivíduos, para que eles possam ser capacitados a gerar inovações.

Ante o exposto, esse tema emerge de uma reflexão acerca do grau de inclusão digital dentro do território brasileiro, aprofundando-se na análise do acesso às camadas mais pauperizadas da sociedade. Tendo em vista que foram selecionadas as cooperativas populares de materiais recicláveis como objeto principal de estudo, pois seus cooperados fazem parte de um grupo socialmente vulnerável. Eles vão participar de capacitações sobre tecnologia, a fim de habituá-los ao uso das redes. Por fim, será desenvolvida uma tecnologia social em que os usuários estarão incluídos no processo de criação.

ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA CONTRAPROPOSTA AO SISTEMA VIGENTE

A economia solidária, como um conceito consolidado, surge durante a Primeira Revolução Industrial na Europa, especificamente na Grã-Bretanha, mas o cerne de suas práticas pode ser notado em diversos momentos da história. No caso europeu, o surgimento dos sindicatos e cooperativas que visavam reunir demanda de artesãos que haviam perdido os seus empregos para as máquinas a vapor. Entretanto, o termo só foi amplamente aceito e registrado no século XX.

Contrariando a lógica capitalista, que se baseia na exploração da mão de obra, visando o lucro de apenas uma parcela da sociedade, a economia solidária propõe uma divisão igualitária dos rendimentos entre a sociedade. Uma característica importante é a cooperação no lugar da competição, visto que todos têm o pertencimento igualitário do capital e direito de voto.

A construção da economia solidária é uma destas outras estratégias. Ela aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista. Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos, que esperam em vão um novo emprego, a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria individual ou coletivamente. (SINGER, 1997, p. 138).

No Brasil, o tema se tornou relevante no início dos anos 1990, em um contexto de desemprego, pobreza, desigualdade de gênero e difícil acesso à educação. O debate teórico do tema conta com uma relevante diversidade epistemológica, entretanto, Cattani (2003) aponta que princípios como cooperação, solidariedade, compromisso com a vida, natureza, pacifismo e justiça social são unânimes.

O autor Luiz Inácio Gaiger (2004, p. 397), em sua pesquisa acerca das experiências de economia social no Brasil, afirma:

[...] as práticas e a sociabilidade dos empreendimentos econômicos Solidários, ao demonstrarem a viabilidade de outras formas de vida social e econômica, ao negarem o exclusivismo e a superioridade da lógica utilitária e do primado da mercadoria, adquirem uma conotação anticapitalista mesmo quando não se contrapõem diametralmente às relações sociais dominantes.

A primeira fase institucionalizada da economia solidária no território brasileiro pode ser identificada no ano de 2001, a partir da criação de um Grupo de Trabalho (GT) Brasileiro no evento do I Fórum Social Mundial (FSM), em Porto Alegre. O GT Brasileiro tinha o intuito de identificar uma identidade comum em relação à concepção da economia solidária que contemplasse os diversos atores sociais envolvidos. Posteriormente, esse grupo deu origem ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que obteve grandes conquistas com o apoio governamental, destacando-se a Secretaria Nacional de Economia Solidária.

[...] a valorização social do trabalho humano [...], a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica [...], o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade [...] a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza [...] e os valores da cooperação e da solidariedade [...]. (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2003b).

Em meados de 2007, ocorreu a instalação do Conselho Nacional de Economia Solidária, que teve mais da metade de seus conselheiros indicados pelo FBES, expandindo os espaços de articulação sobre temas da economia solidária na pauta governamental.

HISTÓRICO DAS TECNOLOGIAS SOCIAIS NO BRASIL

A tecnologia social representa um importante papel para a mudança da sociedade, visto que as tecnologias são construções sociais, da mesma

forma que as sociedades são construções tecnológicas. Além disso, Thomas (2009) aponta que a criação e o desenvolvimento de tecnologias sociais orientadas a solucionar problemas coletivos serão de extrema importância para a região da América Latina, que é marcada pelo subdesenvolvimento.

Em um contexto mundial, a origem do atual movimento de tecnologias sociais se baseia nas experiências de desenvolvimento tecnológico na Índia e na República Popular da China, durante os anos de 1940 e 1950. Porém, as primeiras movimentações acerca do tema no Brasil ocorreram no ano de 1983, quando foi criado o Programa de Transferência de Tecnologias Apropriadas (PTTA) ao Meio Rural, atrelado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Nesse momento, o CNPq passa então a desempenhar um papel fundamental como fomentador de ações integradas com os diversos órgãos estaduais parceiros e concede bolsas de fomento tecnológico destinadas a diversas áreas, desde a pesquisa até consultorias e treinamentos em áreas de pesca. Como mencionado no texto:

[...] o PTTA atenderia prioritariamente aos setores de agropecuária, saneamento básico, habitação, saúde e alimentação, transporte, energia e educação, incorporando depois a pesca artesanal, a aquicultura e a produção de pequena escala em madeira, cerâmica, couro, têxtil, metais, mineração, objetos utilitários e de uso doméstico, serviços de reforma e consertos, utensílios domésticos de cocção e conservação de alimentos, e deveria contar com uma base forte de um programa de difusão tecnológica. (THOMAS, 2009, p. 28)

O programa encerrou suas atividades em 1988, embora tenha obtido determinado sucesso, seguindo a tradição brasileira da descontinuidade administrativa, que afeta os mais diversos setores públicos. Porém, no ano de 1993, a pauta foi retomada com o Programa de Apoio às Tecnologias Apropriadas (PTA), que encerrou as atividades no ano de 2000.

Contudo, no ano de 2005, foi criada a Rede de Tecnologias Sociais (RTS), com o objetivo de construir uma nova estrutura social, baseando-se no desenvolvimento e integração de diferentes agentes sociais. A RTS é composta por entidades de todo o território brasileiro, além da adesão

de algumas organizações latino-americanas e europeias. Os princípios da rede resumem-se em inclusão social, geração de trabalho e renda, além do desenvolvimento local sustentável.

Para RTS, a tecnologia social compreende produtos, técnicas ou metodologias que podem ser replicadas, desenvolvidas em interação com a comunidade, que representem mudança do tecido social. Nesse contexto, algumas instituições promoveram premiações, visando gerar visibilidade às tecnologias sociais, como Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, Prêmio FINEP de Inovação, além de outros editais voltados à difusão e reaplicação de TS.

Um exemplo de uma tecnologia social implementada e que demonstra resultados positivos é o Projeto Pais (Produção Agroecológica Integrada e Auto Sustentável) no Brasil. Ele consiste em um sistema agropecuário formado por anéis, organizado da seguinte forma: o centro do sistema é utilizado para a criação de pequenos animais (galinhas e patos). O adubo produzido pelas aves é utilizado para fertilizar a horta. Esse projeto fornece os materiais e capacitação para o cultivo e venda da produção, por meio do que diversas famílias tiveram acesso a meios de subsistência e algumas podem vender seu excedente.

Reitera-se o importante papel que a Pró-Reitoria de Extensão teve na promoção de tecnologias sociais pelo Brasil ao longo dos anos, manifestando a importância da universidade em aproximar os conhecimentos acadêmicos dos saberes populares. Bocayuva (2002, p. 235) destaca essa relevância na criação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ITCP-Coppe-UFRJ):

A ITCP tem por objetivo desenvolver atividades voltadas para a inserção de setores economicamente marginalizados no mercado formal de trabalho. Seu público-alvo é um grande contingente de trabalhadores, desempregados ou vinculados ao plano da economia informal, que pode conquistar requisitos básicos de cidadania a partir da organização do trabalho. A incubadora nasce na universidade pública, a partir de um

centro de alta tecnologia. O impacto dessa novidade difunde-se num sistema complexo de parcerias, estrutura-se em redes semelhantes dentro da universidade e articula-se em alianças com outros atores sociais nacionais. Num momento de reestruturação econômica que acentua a precarização do mercado de trabalho, a experiência da ITCP faz parte de um processo ora organizado, ora espontâneo dos setores da classe trabalhadora, nas comunidades excluídas do espaço social e produtivo do capital.

SOFTWARE LIVRE COMO FORMA DE DESCENTRALIZAÇÃO DE PODER

O início do movimento ocorreu no ano de 1983, após Richard Stallman ter problemas com um *software* comercial; na época, ele era funcionário do Laboratório de Inteligência Artificial do Instituto de Tecnologia de Massachusetts. No mesmo ano, o ativista dá início ao projeto GNU, a fim de promover a liberdade de executar o programa como você desejar, além de copiar, doar, modificar e ter total acesso ao código-fonte. Posteriormente, o projeto é institucionalizado através da criação da Free Software Foundation, conquistando a licença General Public License (GPL), que demonstrava os interesses do movimento de *software* livre.

No cenário nacional, nota-se que é comum entidades públicas e ONGs utilizarem *softwares* comerciais para exercício de suas funções. Como exemplificado por Silveira (2003), até mesmo instituições de ensino com o objetivo de fomentar a inclusão digital utilizam-se de *softwares* pagos. Entretanto, o autor condena essa normalização:

[...] o software livre tal como o proprietário necessita de suporte e manutenção [...] pode ser um grande incentivo ao surgimento de inúmeras empresas locais capacitadas a configurar e até a desenvolver soluções [...] o código aberto permite que qualquer programador habilidoso crie soluções que melhor atendam às necessidades do seu cliente. A inexistência de royalties permite

que toda a renda gerada pela empresa local de suporte e desenvolvimento fique com ela. (SILVEIRA, 2003, p. 480).

Ademais, não é correto que o Estado gaste dinheiro público para alfabetizar digitalmente os cidadãos em uma linguagem proprietária de um monopólio privado. As medidas que visam combater a exclusão digital devem ser radicalmente contrárias à centralização dos poderes políticos e econômicos. Consequentemente, Silveira (2003) afirma que “[...] temos um vínculo claro entre o combate à exclusão digital e o movimento do software livre”.

METODOLOGIA

A metodologia adotada é de caráter exploratório, com o objetivo de identificar padrões e hipóteses para o tema pesquisado. Conforme Clemente (2007), as pesquisas que seguem essa metodologia buscam estabelecer uma visão mais geral do assunto, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, além de entrevistas, experiências que favoreçam a compreensão do problema.

Dessa forma, foi realizada a revisão de livros, artigos e documentos que apresentassem pertinência ao tema apresentado, a fim de nos familiarizarmos com este. O próximo passo foi a definição de um objeto para estudo de caso, que será uma das cooperativas, na qual serão realizadas entrevistas qualitativas, a fim de dar relevância às narrativas de cada entrevistado.

O objetivo deste estudo é investigar as necessidades para a inclusão digital dos empreendimentos incubados pela ITCP-Coppe-UFRJ, com o propósito de elaborar um aplicativo que facilite a sua gestão. Tal aplicação será uma tecnologia social com proposta de construção colaborativa dos usuários, a fim de ser orientada aos seus impasses cotidianos.

Para a elaboração da tecnologia social, foi realizada uma pesquisa de campo qualitativa acerca da familiaridade que os cooperados têm com o

mundo digital. Posteriormente, será realizada uma pesquisa indagando as maiores dificuldades da gestão, baseando-se no plano de negócios.

Depois disso, uma cooperativa será usada como estudo de caso; a cooperativa que tiver a regra de negócio mais complexa será selecionada. É importante ressaltar que um dos objetivos é que os cooperados atuem conosco durante o processo de criação da aplicação, a fim de respeitar as demandas próprias do grupo. Após a experimentação durante um período, a aplicação será replicada para outras cooperativas de materiais recicláveis incubadas pela ITCP-Coppe-UFRJ.

As perguntas direcionadas aos gestores dos empreendimentos nos dão uma visão geral da situação de cada cooperativa. As pesquisas foram realizadas por meio de ligação telefônica, por conta da pandemia da SARS-CoV-2. O questionário apresentava as seguintes perguntas:

- Acerca do empreendimento:
 - Quantos membros tem na cooperativa?
 - Vocês têm alguma ficha cadastral dos membros? Quais dados tem nelas?
 - Vocês usam computador na cooperativa? Quais ferramentas? Qual sistema operacional?
 - Vocês têm acesso a wi-fi pela cooperativa?
- Acerca dos cooperados:
 - Qual é a proporção de homens e mulheres?
 - Qual é a idade média das pessoas?
 - Qual é a escolaridade média das pessoas?
- Os cooperados sabem usar o computador?
 - Os cooperados sabem usar o celular?
 - Eles têm acesso a wi-fi dentro de casa? Ou planos de dados móveis?
 - Eles estão presentes nas redes sociais como Facebook, Instagram, WhatsApp?

As cooperativas selecionadas a participar deste estudo são:

- Cooperativa Central dos Catadores de Material Reciclável Rede Recicla Verde LTDA. (Rede Recicla Verde);
- Cooperativa de Trabalho e Produção dos Catadores da Cooper Vida LTDA. (Cooper Vida);
- Cooperativa de Trabalho e Produção dos Catadores de Materiais Recicláveis Amigos do Meio Ambiente LTDA. (Amigos do Meio Ambiente);
- Prosperar Cooperativa de Catadores do Aterro Metropolitano do Jardim Gramacho LTDA. (Prosperar);
- Cooperativa de Trabalho e Produção de Reciclagem da Penha (Cooper Trans Vida);
- Cooperativa de Trabalho dos catadores de Material Recicláveis da Baixada Fluminense LTDA.;
- Cooperativa Popular Amigos do Meio Ambiente (Copama);
- Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos Mãos Unidas LTDA. (Cootramub);
- Cooperativa de Trabalho Coopquitungo Cooperando e Reciclando o Rio LTDA. (Coopquitungo);
- Cooperativa de Catadores de Material Reciclável do Município de Seropédica LTDA. (Cootraser).

DESENVOLVIMENTO

Inicialmente, a pesquisa seria realizada de forma presencial, com todos os cooperados das dez cooperativas selecionadas para o estudo. Entretanto, o agravamento da crise sanitária no estado do Rio de Janeiro nos obrigou a uma mudança de planos, e apenas os gestores foram entrevistados.

As pesquisas foram realizadas por meio de ligação telefônica; a maior parte das cooperativas atendeu prontamente as ligações, e as conversas tiveram duração média de 8 minutos. Em todos os casos, a pessoa entrevistada foi o gestor, visto que ele é o responsável administrativo pelo empreendimento.

Por meio das pesquisas, percebe-se que o perfil demográfico entre as cooperativas assume homogeneidade acerca de alguns tópicos. Por exemplo, a idade média dos cooperados é de 35 anos, majoritariamente compostos por mulheres, que representam a principal fonte de renda da família. Sobre a questão educacional, a escolaridade média é o ensino fundamental incompleto, com a ressalva de que todos os empreendimentos relatam pelo menos um indivíduo que é iletrado. Por lei, todas as cooperativas deveriam ter ficha cadastral dos seus membros, entretanto, a realidade demonstra que alguns cooperados nem sequer possuem documentos de identificação civil.

Em uma análise do panorama geral acerca da inserção tecnológica, percebe-se que a maioria tem contato com a internet, por meio do wi-fi da cooperativa ou pelo uso de plano de dados do aparelho móvel. Além disso, grande parte das pessoas que têm um celular está presente nas redes sociais, como WhatsApp e Facebook. Contudo, a maioria tem acesso apenas a *smartphones* e não sabe manusear um computador. Como relatado pela gestora de um empreendimento, a única pessoa do empreendimento que sabia usar um computador era uma jovem que tinha concluído o ensino médio. Nas palavras dela: “só uma sabe mexer, porque ela teve mais acesso a estudo, né?”.

Por meio de trabalhos de campo anteriores realizados pela incubadora, sabe-se que as condições de trabalho vivenciadas pelos cooperados é precária e sua gestão interna é bem desarmoniosa e, em alguns casos, inexistente. Por isso, o aplicativo criado terá o intuito de facilitar a gestão, porém, no século que estamos vivendo, a inclusão digital se torna um tópico muito relevante.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente trabalho ainda se encontra em desenvolvimento, mas já é possível estabelecer alguns apontamentos.

Inicialmente, a pesquisa apresenta uma possível validação da tese apontada pelos autores Oliveira (2007) e Silveira (2003) segundo a qual temas como a pobreza e o analfabetismo são indissociáveis à questão da exclusão digital.

Baseando-se nos resultados preliminares da pesquisa realizada, definimos que a aplicação será desenvolvida em duas versões, uma para *desktop* e a outra para Android, visando facilitar o acesso à maioria dos membros da cooperativa. Posteriormente, a incubadora ministrará cursos na área de informática, privilegiando *softwares* livres e posicionando-se contra empresas monopolistas que escravizam indivíduos em suas soluções altamente custosas.

Por fim, entendemos que o acesso às camadas mais pauperizadas da sociedade, nesse caso específico, os cooperados, é essencial para a garantia da cidadania. Principalmente, considerando que eles são um público empreendedor, que por si só já tem muitas dificuldades com a gestão de um negócio. Além disso, como já citado, a falta de inclusão aos meios digitais no século XXI mantém muitos grupos estagnados na miséria. Em vista disso, visando o crescimento e sucesso dos empreendimentos econômicos solidários, faz-se inadiável a inclusão dos mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, resumimos a finalidade do trabalho na frase que Hernán Eduardo Thomas (2009, p. 24-47) usa em seu artigo citando as tecnologias sociais como uma maneira possível de construir um futuro melhor para América Latina:

O destino de nossas sociedades, a estabilização e o aprofundamento de nossas democracias, a ampliação do espaço público, a produção dos bens públicos e a construção do futuro da região dependem, provavelmente, da adequada concepção de estratégias de desenvolvimento com base na aplicação de TSs. Não como uma forma de minimizar os efeitos da exclusão dos pobres, mas como uma forma de viabilizar a inclusão de todos em um futuro possível.

REFERÊNCIAS

- BOCAYUVA, P. C. Incubadora tecnológica de cooperativas populares Coppe/UFRJ. In: CAMAROTTI, I.; SPINK, P. (org.). *Redução da pobreza e dinâmicas locais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002. p. 235-263.
- CAMPOS, A. O que é software livre. *BR-Linux*, mar. 2006. Disponível em: <http://br-linux.org/linux/faq-softwarelivre>. Acesso em: maio de 2021.
- CATTANI, A. D. A outra Economia: os conceitos essenciais. In: CATTANI, A. D. (org.). *A outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. [FBES]. (2003). Carta de Princípios da Economia Solidária. III Plenária Nacional da Economia Solidária. Recuperado em 02 de maio, 2021. Disponível em: http://base.socioeco.org/docs/carta_de_principios_do_fbess.pdf.
- GAIGER, L. I. A emancipação no presente e no futuro. In: GAIGER, L. I. (org.). *Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2004.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.
- SILVA, S. L. P. Histórico da Economia Solidária no Brasil. In: CONGRESSO DE PESQUISADORES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 1., 2015, São Carlos. *Anais [...]*. São Carlos: Diagrama Editorial, 2015. Disponível em <http://www.conpes.ufscar.br/anais>. Acesso em: maio de 2021.

SILVEIRA, S. A. Inclusão digital, software livre e globalização contra-hegemônica. In: SILVEIRA, S. A.; CASSINO, J. (org.). Software livre e inclusão digital. São Paulo: Conrad, 2003. v. 7. p. 11.

SINGER, P. Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao neoliberalismo. *Proposta – Revista Trimestral de Debates*, São Paulo, n. 72, p. 5-13, mar./maio 1997.

SMITH, A. *Geopolitics of Information: How Western Culture Dominates the World*. Oxford: Oxford University Press, 1980.

THOMAS, H. Tecnologias para Inclusão Social e Políticas Públicas na América Latina. In: OTTERLOO, Aldalice. *Tecnologias Sociais: Caminhos para Sustentabilidade*. Brasília, DF: [s. n.], 2009.

INNOVACIÓN Y TECNOLOGÍA SOCIAL EN EL DESARROLLO TERRITORIAL PARA UN MUNDO POST-COVID 19: CASOS EN AMÉRICA LATINA

Rosinele da Silva de Oliveira¹

José Daniel Gómez López²

INTRODUCCIÓN

Existe un amplio consenso sobre que la innovación social es un fenómeno necesario para contribuir a resolver los retos sociales de carácter complejo y multidimensional que han proliferado en las últimas décadas. Sin embargo, y aunque la innovación social ha ido ganando peso, no hay un acuerdo general sobre qué es, ni se conocen a profundidad todos los factores que determinan su aparición en un territorio. No es infrecuente que dicho término se asocie directamente a la generación de nuevas tecnologías.

En la Amazonía, específicamente en el Brasil, existe la creación de mercados institucionales que tienen entre sus objetivos combatir algunos retos sociales como el hambre y la pobreza en el ámbito local (mediante la suministro de la alimentación escolar y fortaleciendo la agricultura familiar, respectivamente). Esos mercados institucionales tienen una lógica que diverge frontalmente de la lógica de mercados tradicionales y son dirigidos al segmento de la agricultura familiar que, según Cazella, Bonnal y Maluf (2009), tiene una multifuncionalidad – económica, ambiental, social y de seguridad alimentaria – considerada de carácter estratégico para el país.

¹ PhD en Administración. Email: rosioliveira.adm@gmail.com.

² PhD en Geografía. Email: jd.gomez@ua.es

El presente trabajo nace del convencimiento de la necesidad de discutir la naturaleza diferenciada del mercado institucional que en sí mismo es una innovación social enfocada a la agricultura familiar en la Amazonía brasileña. Esa necesidad está sustentada en el intento de comprender cuáles son las variables consideradas de mayor potencial para que el diseño de dicha innovación sea proficuo en la práctica.

OBJETIVO

Analizar la innovación social mientras la creación de mercados institucionales, específicamente PAA y PNAE, a través de políticas públicas.

NOTA METODOLOGICA

La base teórica utilizada es el capital social. Se toma como la cohorte los municipios del estado de Pará puesto que tienen una base económica fundamentada en la agricultura familiar. La investigación adopta una metodología que utiliza los principios del *compliance*, determina los indicadores de cumplimiento de las normas establecidas por los Programas y la capacidad de los municipios y productores locales para atenderlos y, finalmente, identifica – por medio de documentos y entrevistas con algunos actores – las formas e intensidad de las interacciones entre las organizaciones locales envueltas en los procesos. Son utilizados como métodos el Estudio de Caso y el Análisis de Contenido conforme a lo propuesto por Yin (2001, 2009) y Bardin (1977, 2011), respectivamente.

ANÁLISIS

Las operaciones del PAA realizadas entre 2011 y 2017 en los municipios del estado de Pará no muestran regularidad. El punto clave de esta observación se concentra en 2013, cuando – en todo el Brasil

– se ejecutaron 38% de los recursos en comparación con 2012, en los municipios del estado de Pará esta reducción fue aún mayor, alcanzando 94% en comparación con el referido año. La baja ejecución puede atribuirse a diferentes factores, tales como: reducción de la demanda de compra directa, cancelación de la formación de inventario con liquidación física, remodelación de las regulaciones dentre otros.

La capilaridad del programa por parte de los municipios todavía carece de robustez, sin embargo, los beneficios evidenciados son diversos, entre ellos se puede señalar directamente a la generación de ingresos para los agricultores familiares, el aumento de la producción, mejora de los alimentos para las personas en situaciones de inseguridad alimentaria y nutricional.

La pertinencia del Programa se observa en el fomento de la agricultura familiar con generación de ingresos, seguridad alimentaria y nutricional para las poblaciones urbanas y rurales y el mantenimiento de la biodiversidad apoyando a las comunidades indígenas, quilombolas y extractivas. Ejemplo de eso son los casos en que pasaron de receptores de cestas básicas a proveedores de alimentos a los Programas sociales. Por lo tanto, el Programa proporciona la inserción digna y respetuosa de estas comunidades en el mercado local desde el establecimiento de concertaciones sociales basadas en una percepción renovada, superando los preconceptos y reconociendo su papel en el desarrollo local.

Referente al PNAE se analizaron todas las convocatorias públicas de los municipios del estado de Pará de los años 2017 y 2018. Se buscó verificar su eficiencia para llegar al público *target* y, de esta manera, contribuir a un mayor volumen de compra a los agricultores familiares estimulando el desarrollo local. La calidad de las convocatorias públicas depende de la explicitud de los precios a pagar, de la información sobre la periodicidad y de los puntos de entrega.

Según estudio realizado por Triches y Grisa (2015), entre las principales razones de escasa atraktividad se encuentran la documentación de los agricultores, la dificultad de la logística, los precios pagados por los

productos, la falta de formación e información y, de manera destacada, la desconfianza en la interrelación con las autoridades (factor que muestra la necesidad de fortalecimiento del capital social).

Los resultados indican que las principales dificultades para que los agricultores familiares participen en este mercado institucional se concentran, principalmente, en las acciones de los municipios – con respecto a la estructura de las convocatorias públicas – que en no pocos casos contravienen la legislación: no fijar precios, no explicitar la periodicidad y no explicitar el número de lugares de entrega.

RESULTADOS

Es innegable, conforme a todos los autores presentados en esta obra, que la creación de los mercados institucionales se configura como una innovación social que tiene como presupuesto básico el capital social. Al insertar a las personas en el ámbito sociolaboral y al respetar el medioambiente vía crecimiento sostenible, según Sanchís y Campos (2008); y al beneficiar tanto el lado social como el interés público e inspirarse en el deseo de satisfacer las necesidades sociales que quizás estén descuidadas por las formas tradicionales de provisión del mercado, según Harris y Albury (2009), esta innovación social se configura con gran efecto en el ámbito local.

El principal factor identificado en esta investigación es el capital social ya que éste es esencial en toda red conformada en torno de los Programas y es en el que se basa esta innovación social (mercado institucional).

A pesar de que los Programas tengan todavía grandes problemas (muchos de ellos de índole burocrática) son políticas públicas que – indudablemente – son innovaciones sociales que cambiaron de forma positiva la dinámica de la agricultura familiar proporcionando diferentes beneficios (económicos, sociales, culturales, etcétera). Todo el diseño de esas políticas públicas adopta como presupuesto básico el capital social.

Se destaca que hay una fuerte dependencia de las organizaciones que avituallan – aquí representadas por las cooperativas agropecuarias – en relación con el poder público. La mayoría se han constituido – inclusive – con este fin específico. Ésta es una crítica de este trabajo a la innovación social del mercado institucional.

Considerando que Brasil está en su tercera generación de políticas públicas para la agricultura familiar y que todas ellas coexisten – iniciando con formas de apoyo para estimular la producción, asistencia social y actualmente como medios para comercializar la producción – se comprende que son hechos exitosos; no obstante, hace falta estimular el fortalecimiento del capital social, tanto para que en este mercado se tenga una mayor participación – dado que hay muchos agricultores con capacidad productiva que no participan – como para que también se rompa el círculo en el que el suministro es exclusivo para este mercado. Los autores de este trabajo defienden que esa innovación social sea una vía para resolución de los problemas colectivos de los agricultores familiares y sin que sean capturados por esta.

Se ratifica que la innovación social, configurada por los Programas, asume un carácter transversal y su eficacia depende, fundamentalmente, de otras políticas públicas que apoyen el desarrollo local. Una cuarta generación de políticas públicas para la agricultura familiar que logre una interfaz con áreas como la seguridad alimentaria, salud en el campo e infraestructura es imperativa.

REFERENCIAS

BACCARIN, J. G. 2011. Alimentação Escolar e agricultura familiar: alcance e dificuldades para implantação do Artigo 14 da Lei 11.947/2009 no Estado de São Paulo. In: CONGRESSO DA SOBER, 49., 2011, Belo Horizonte. *Anais* [...]. Brasília, DF: Sober, 2011. p. 17-32.

BALEM, T. A. *et al.* The role of Rural Extension in the viability of public procurement for school meals. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON AGRICULTURE IN A URBANIZING SOCIETY: RECONNECTING AGRICULTURE AND FOOD CHAINS TO SOCIETAL NEEDS, 2., 2015, Roma. *Proceedings* [...]. [S. l.: s. n.], 2015. p. 35-48.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011. p. 279.

BLANCO, I. ¿Frente a la desigualdad social, innovación social? Lecciones teoricas, politicas metodologicas de una investigacion en Catalunya. In: BARÓN, N.; ROMERO, J. *Cultura territorial e innovación social ¿Hacia un nuevo modelo metropolitano en Europa del Sur?* València: Universitat de València, 2018. p. 21-34.

BLANCO, I.; CRUZ, H.; MARTINEZ, R. El papel de la innovación social frente a la crisis. *Ciudad y Territorio Estudios Territoriales*, Madrid, v. 47, n. 188, p. 249-260, 2016.

BRASIL. Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 3 jul. 2003.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 24 jul. 2006.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 17 jun. 2009.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de

2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 18 dez. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução/CD/FNDE nº 4, de 2 de abril de 2015. Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013 no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 8 abr. 2015.

CAULIER-GRICE, J. *et al.* *Defining social innovation*. A deliverable of the project: The theoretical, empirical and policy foundations for building social innovation in Europe (TEPSIE), European Commission– 7th Framework Programme. Brussels: European Commission, DG Research, 2012.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF R. S. Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e o enfoque da pesquisa. In: CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF R. S. *Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2009. p. 301.

CENSO AGROPECUÁRIO, [2019]. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017>. Acesso em: 22 dez. 2019.

COLEMAN, J. Social Capital and the Creation of Human Capital. *American Journal of Sociology*, Chicago, Illinois, v. 94 Supplement, p. 52-120, 1988.

COMISIÓN EUROPEA. *Guía de la Innovación social, Regional and Urban Policy*. Bruselas: Comisión Europea, 2013.

CUNHA, W. A. *et al.* Efeitos dos Programas Governamentais de Aquisição de Alimentos para a Agricultura Familiar em Espera Feliz, MG. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, Brasília, DF, v. 55, p. 427-444, 2017.

DE SCHUTTER, O. *The power of procurement: public purchasing in the service of the realizing the right to food*. Rome: FAO, 2014.

- DJELLAL, F.; GALLOUJ, F. Social innovation and service innovation. In: FRANZ, H. W.; HOCHGERNER, J.; HOWALDT, J. (eds). *Challenge social innovation: potentials for business, social entrepreneurship, welfare and civil society*. Berlin: Springer Science+ BusinessMedia, 2012. p. 119-137.
- FAO; FIDA; PMA. *El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo 2013*. Las múltiples dimensiones de la seguridad alimentaria. Roma: FAO, 2013.
- FLIGSTEIN, N.; DAUTER, L. The Sociology of Markets. *Working Paper*, Berkley, v. 33, 2006.
- FONTYS Academy for Creative Industries. Creative Industries: Social Innovation. Tilburg: Fontys ACI, 2016.
- GARCÍA-FLORES, V; PALMA, L. Innovación Social: factores claves para su desarrollo en los territorios. *Revisa de Economía Pública, Social y Cooperativa*, Valencia, n. 9, p. 245-279, 2019.
- GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, Chicago, Illinois, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. *RESR*, Piracicaba, v. 52, supl. 1, p. S125-S146, 2014.
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (org.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 624.
- HARRIS, M.; ALBURY, D. *The innovation imperative*. London: Nesta, 2009.
- HOWALDT, J.; SCHWARZ, M. *Social Innovation: Concepts, research fields and international trends*. Dortmund: Sozialforschungsstelle Dortmund, 2010.
- HUBERT, A. *Empowering people, driving change: Social innovation in the European Union*. Bruxelles: Bureau of European Policy Advisors, 2010.

- LOPES, I. D. Análise da operacionalização do programa nacional de alimentação escolar em escolas públicas de Passo Fundo/RS. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2018.
- MILLAN, R.; GORDON, S. Capital social: una lectura de tres perspectivas clásicas. *Rev. Mex. Sociol.*, Ciudad de México, v. 66, n. 4, p. 711-747, 2004.
- MOULAERT, F.; MACCALLUM, D.; HILLIER, J. Social innovation: intuition, precept, concept. In: MOULAERT, F. et al. (ed.). *The International Handbook on Social Innovation: collective action, social learning and transdisciplinary research*. Northampton, MA: Edward Elgar, 2013. p. 92-109.
- MOYANO, E. Capital social y acción colectiva en el sector agrario. *Revista Española de Sociología*, Madrid, n. 10, p. 15-37, 2008.
- MULGAN, G. The process of social innovation. *Innovations: Technology, Governance, Globalization*, v. 1, n. 2, p. 145-162, 2006.
- NESTA. New approaches to transforming public services. *Nesta*, 1º jan. 2008. Disponível em: <https://www.nesta.org.uk/report/new-approaches-to-transforming-public-services/>. Acesso em: 22 dez. 2019.
- OCDE. Fostering Innovation to Address Social Challenges. In: OECD INNOVATION STRATEGY, [s. l.], 2011. *Workshop proceedings*. Paris: OECD, 2011. p. 23-45.
- OOSTERLYNCK, S. et al. The butterfly and the elephant: local social innovation, the welfare state and new poverty dynamics. *ImPROvE Methodological Paper*, Antwerp, n. 13/03, abr. 2013.
- PAGANINI, S. A implantação do PAA. In: ARANHA, A. V. (org.). *Fome Zero: Uma História Brasileira*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Assessoria Fome, 2010. v. 1. p. 190.
- PAZ, E. Un paradigma emergente: la innovación social. *3CEmpresa*, v. 4, n. 1, p. 50-68, 2015.

- PHILLS, J. A.; DEIGLMEIER, K.; MILLER, D. T. Rediscovering social innovation. *Stanford Social Innovation Review*, v. 6, n. 4, p. 34-43, 2008.
- POT, F; VAAS, F. Social innovation, the new challenge for Europe. *International Journal of Productivity and Performance Management*, v. 57, n. 6, p. 468-473, 2008.
- PUTNAM, R. D. *Comunidade e Democracia – A experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1993.
- RÜEDE, D.; LURTZ, K. Mapping the various meanings of social innovation: Toward a differentiated understanding of an emerging concept. *EBS Business School Research Paper*, Oestrich-Winkel, n. 12-03, 2012. DOI: 10.2139/ssrn.2091039.
- SALOM-CARRASCO J.; PITARCH-GARRIDO, M. D.; SALES-TEN, A. Innovación social: estrategias urbanas en un contexto de cambio. El caso de la ciudad de Valencia. *Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, Valencia, v. 91, p. 31-58, 2017.
- SANCHES, A. *et al.* Familiar y compras públicas: inovaciones en la agenda da segurança alimentícia e nutricional. In: SALCEDO, S.; GUZMÁN, L. (ed.). *Agricultura familiar en América Latina e Caribe: recomendaciones de política*. Santiago: Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura, 2014. p. 486.
- SANCHÍS, J. R.; CAMPOS, V. La innovación social en la empresa. El caso de las cooperativas y de las empresas de Economía Social en España. *Economía Industrial*, v. 368, p. 187-196, 2008.
- SUBIRATS, J. Políticas urbanas e innovación social. Entre la coproducción y la nueva institucionalidad. Criterios de significatividad. In: SUBIRATS, J.; GARCÍA BERNARDOS, A. (eds.). *Innovación social y políticas urbanas en España: experiencias significativas en las grandes ciudades*. Barcelona: Icaria, 2015. p. 13-42.

- TRICHES, R. M. *et al.* Aquisições públicas em Cabo Verde: desafios e potencialidades para o desenvolvimento rural. *Revista Angolana de Sociologia*, p. 63-80, 2013.
- TRICHES, R. M.; GRISA, C. Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência. *Revista NERA*, p. 10-27, 2015.
- WOOLCOCK, M.; NARAYAN, D. Social Capital: implication for development theory, research and policy. *The World Bank Research Observer*, Oxford, v. 15, n. 2, p. 225-249, 2000.
- WORLD ECONOMIC FORUM; SCHWAB FOUNDATION FOR SOCIAL ENTREPRENEURSHIP. *Social Innovation: A Guide to Achieving Corporate and Societal Value*. Cologny-Geneva: World Economic Forum; Schwab Foundation for Social Entrepreneurship, 2016.
- YEPEZ, F. La Estrategia Europea de Especialización Inteligente. Implicaciones para el Sistema Andaluz de Innovación. 2017. Tese (Doutorado) – Universidad de Sevilla, Sevilla, 2017.
- YIN, R. K. *Estudo de Caso – Planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- YIN, R. K. *Estudo de Caso – Uma estratégia de pesquisa*. São Paulo: Saraiva, 2009.

PROJETOS DE TECNOLOGIAS SOCIAIS PARA O ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOBRE O POTENCIAL DE INOVAÇÃO SOCIAL DE PROPOSTAS APRESENTADAS EM UMA PLATAFORMA DE FINANCIAMENTO COLETIVO

Leonardo Alves Luiz Albino¹

Janaína Machado Simões²

INTRODUÇÃO

O atual cenário pandêmico vem impactando diversos países, tornando ainda mais crônicos os problemas presentes no espaço público. No caso brasileiro, diversos problemas antigos – que persistem atualmente, por exemplo: a desigualdade social – sofreram agravos, pois, mesmo com os avanços tecnológicos e as tentativas de ações em prol do crescimento econômico presentes na agenda dos Estados Nacionais ao longo dos anos, assim como o crescimento de empresas em território nacional e internacional, o foco ainda é o mesmo: a economia (MUNÕZ; MUNÕZ, 2017). O efeito disso na sociedade dá-se em suas mais diversas esferas, evidenciando e aprofundando as mazelas sociais, sobretudo pela fragilidade atual do acesso a serviços básicos pela população e pela discrepância entre aqueles que são socioeconomicamente favorecidos e os que são socioeconomicamente desfavorecidos. É nesse cenário que a inovação social e as tecnologias sociais ganham destaque.

¹ Graduando em Administração pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

² Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Administração/Mestrado-PPGAd da Universidade Federal Fluminense-UFF.

Na busca de diminuir essa diferença entre as classes sociais, as mais variadas necessidades não atendidas a níveis globais foram convertidas em bandeiras por diversas instituições e seus atores sociais, sob perspectivas diferentes no campo social, econômico, ambiental e político (VIEIRA; PARENTE; BARBOSA, 2017). De tal modo, as transformações humanas com os seus iguais, com a natureza e consigo mesmo são inerentes à capacidade humana de inventar, ser criativo, potencializada pela ocorrência de uma renovação, da inovação, ainda que venha a acontecer de forma accidental (MUNÓZ; MUÑOZ, 2017). Então, para Sarate e Piccinini (2019), inovação, especificamente inovação social, é alvo do crescente interesse acadêmico e científico das ciências sociais e econômicas. Isso é explicado pela ascensão do número de publicações e modelos de análises; e que as matérias estudadas contribuem na melhoria das práticas mais variadas e a identificação das inovações sociais (PATIAS et al., 2017).

A discussão sobre inovações sociais envolve o entendimento sobre as tecnologias sociais, sua natureza, forma de organizar e seus responsáveis. Embora as ideias de inovações sociais e tecnologias sociais possam confundir-se quanto às definições e às semelhanças, estas estão relacionadas, mas não são iguais. Para Cajaiba-Santana (2014), ainda não existe uma limitação dos processos de criação das inovações sociais, havendo espaço para a criação de métodos que contribuam teórica e empiricamente apresentados nos mais variados fatores. Isso acaba por causar confusão sobre o que são as inovações sociais e o que são as chamadas tecnologias sociais, visto que elas possuem uma relação de complementariedade, observando-se as nomenclaturas sob o olhar do desenvolvimento territorial (MEDEIROS et al., 2017).

Para Medeiros et al. (2017), as tecnologias sociais (TS) e as inovações sociais (IS) são interligadas aos conceitos de um desenvolvimento sustentável como satisfação das necessidades humanas, preservação do meio-ambiente, fortalecimento dos empreendimentos coletivos, geração de renda, transformações sociais e promoção do bem-estar social. Assim sendo, ambas necessitam de amplitude em sua difusão, além de trabalhar com essa complementariedade, conhecendo sua capacidade de aplicação,

o conhecimento sobre elas, além da capacidade de aplicação não somente local, mas expandida por toda a comunidade, alastrando não somente seus benefícios, como seus impactos causados pela aplicação do conhecimento adquirido na decorrência dos estudos.

As inovações sociais surgiram como um novo sopro para a renovação dos serviços de bem-estar social e na contribuição direta pelas mudanças sociais, estando interligadas às estruturas democráticas e participativas do governo, logo, assumindo-se como cruciais no contexto de desenvolvimento, através de suas iniciativas, para agarrar oportunidades de um desenvolvimento sustentável (CORREIA et al., 2018). Porém, isso abre espaço para lacunas a serem preenchidas e observadas, pois a simplificação do Estado mínimo e uma economia em que o lucro é o seu objetivo – o mercado – a que foi reduzida não estão sequer próximos de um sistema racional de tomada de decisão que um desenvolvimento sustentável e equilibrado não deixa de exigir (DOWBOR, 2007).

Nisso, as tecnologias sociais surgem como um pressuposto da necessidade de desenvolvimento local com bases igualitárias, assistindo como referências às características locais e apropriação destas pela comunidade, transformando-a em agente tanto receptor das transformações como agente transformador da realidade (BAPTISTA, 2019). Portanto, conceitua-se tecnologias sociais, no sentido amplo, como a aplicação do conhecimento científico e técnico nos processos e produtos, que podem tanto ser criados quanto modificados a partir dos conhecimentos adquiridos (MEDEIROS et al., 2017). Assim, tem-se por objetivo a diminuição no máximo possível dos danos causados pela diferença socioeconômica, desenvolvendo, por este conhecimento, a comunidade.

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo geral analisar o potencial de inovação social de projetos, financiados em uma plataforma de financiamento coletivo, que se utilizaram de tecnologias sociais para o enfrentamento à pandemia de covid-19 no Brasil. A discussão sobre como os temas voltados ao que são as inovações sociais e as tecnologias sociais, relacionando a contemporaneidade da pandemia da covid-19, justifica-se

pela importância tanto teórica do debate na conjuntura brasileira como pela contribuição empírica do conhecimento sobre as iniciativas reais de projetos, oriundas da sociedade civil, de diminuição do impacto negativo da doença nas comunidades, assim como seu potencial de geração de inovações sociais.

REFERENCIAL TEÓRICO

INOVAÇÕES SOCIAIS

A palavra “inovação” tem se tornado – aos poucos – a palavra da moda, abrindo, desta forma, espaço para estudos nas mais variadas disciplinas, além de incorporar novos significados a ponto de torná-la mais abrangente e sistêmica (BIGNETTI, 2011). Assim sendo, o autor acredita não haver na literatura um consenso sobre a definição do que são as “inovações sociais”, como também sua abrangência, portanto, possibilitando afirmar que o tema é menos conhecido se comparado ao existente no sentido mais amplo que são as definições de inovação, sendo assim, um resultado diverso entre os variados autores e instituições flutuando entre ser fluido ou tortuoso para aqueles que se direcionam para esse material de estudo e seus conceitos. Para o correto entendimento do conceito de inovação social, é necessário entender a correta distinção desta com os conceitos entendidos como inovações tecnológicas (ROCHA, 2019). Assim sendo, as novas perspectivas atribuídas aos conceitos de inovações sociais se afastam definitivamente dos conceitos atribuídos às inovações tecnológicas, atribuindo-lhes, portanto, uma natureza não mercadológica, mais coletiva, além de direcionada para a transformação social e o engajamento nas relações sociais (ANDRÉ; ABREU, 2006). Para Thomas (2009), isso inclui conhecimentos práticos derivados de uma experiência não produzida, exclusivamente, por peritos e cientistas.

Para Dagnino (2009), o conceito de inovação social que pode ser tomado como equivalente ao de inovação tecnológica contém alguns problemas. Para o autor, a ideia de inovação é, por si só, uma contraposição às

tecnologias sociais, utilizando-se como base as ideias de Schumpeter (2017), que classifica inovações tecnológicas como novas maneiras de criar uma combinação entre “forças e matérias”, que são usadas pelos ditos capitalistas pela sua capacidade de diferenciar-se no mercado, trazendo – temporariamente – uma posição privilegiada ao inovador, sobretudo, uma posição monopolista.

Portanto:

Esta posição lhe permitiria realizar lucros extraordinários, substancialmente superiores aos lucros de seus concorrentes. A inovação tecnológica seria, portanto, um fenômeno essencialmente capitalista, e não poderia ser entendida como algo genérico, a-histórico, a-social e a-político. (DAGNINO, 2009, p. 58)

Consequentemente, desta maneira, o conceito de inovação estaria remetido à criação e melhoria de um produto ou serviço, processo ou uma nova forma de organização, cujo objetivo seja tão unicamente o comercial (DAGNINO, 2009). Para Thomas (2009), diferentemente do modelo convencional do que seja uma inovação – que é concentrada em objetivos econômicos, sobretudo o aumento de lucro –, a inovação social se preocupará em alcançar as metas sociais, culturais e políticas. Assim, quando uma novidade é criada sem essa finalidade, é tida como uma invenção, de tal forma que encontra-se inovação, por definição, no estrito senso da palavra (DAGNINO, 2009).

O básico do conceito de inovação social é a observação das mais diversas necessidades sociais, que vão desde a saúde, a educação, a moradia, o lazer, o turismo, o emprego, e a renda (TONDOLO, 2013). Para Bustamante (2013), ela é compreendida como uma empresa que é coletiva da sociedade e na qual as estratégias e laços comunitários ostentam um papel fundamental a ser desenvolvido, dando à inovação social um papel de extrema importância como pilar sustentador de uma sociedade baseada em expansão da globalização a todos os níveis de associação às mudanças sociais e mudanças tecnológicas.

O conceito das inovações sociais como uma estratégia para a superação dos desafios sociais aos poucos vem sendo construído, mas não é um fenômeno novo (FARFUS et al., 2007). Para os autores, muitas foram as iniciativas implementadas e esforços realizados para a construção desse conceito, suas metodologias e seus indicadores para a referência em uma reflexão sobre o tema. Para a condução à criação e à incorporação das inovações sociais no desenvolvimento sustentável socioeconômico-cultural, o poder suficiente sobre a realidade requer a utilização de metodologias adequadas, processos sistematizados, alianças estratégicas e sistemas efetivos para a sua disseminação (FARFUS et al., 2007).

TECNOLOGIAS SOCIAIS

A proliferação das tecnologias denominadas “apropriadas”, “intermediárias”, “alternativas”, foi iniciada a partir de meados da década de 1960 e só mais recentemente as “tecnologias sociais” foram assim chamadas (THOMAS, 2009). Para Medeiros et al. (2017), as tecnologias apropriadas surgiram como resposta às tecnologias convencionais, datadas do final do século XX, a partir de um questionamento em relação ao uso destas tecnologias – não sendo elas ideais para países periféricos e marginalizados por conta da inevitável dispersão da mão de obra.

Albuquerque (2009) traz em seus estudos que as tecnologias apropriadas representavam um sonho utópico de muitas sociedades humanas influenciadas por vários autores, teóricos, experiências governamentais e diversas políticas desenvolvimentistas, todas com o objetivo de evitar o uso extensivo do capital, além da exclusão da mão de obra massivamente, fugindo ao modo das tecnologias de grandes escalas passadas de países desenvolvidos para os ditos emergentes, enfatizando, assim, o desenvolvimento das tecnologias adaptadas às culturas locais, às vocações regionais, dos territórios e do meio ambiente.

A partir da compreensão do papel das tecnologias apropriadas, foi impulsionado o conceito de tecnologias intermediárias (TI), o qual

ressaltava a necessidade de desenvolvimento tecnológico acessível para países subdesenvolvidos – como forma de diminuição dos problemas econômicos, sociais e ambientais –, sendo que as tecnologias intermediárias apresentariam custo menor, respeito ao meio ambiente, um uso mais fácil e a possibilidade de produção em pequena escala (MENDES et al., 2015). Com este pensamento, surgem as noções – as primeiras – do que são as tecnologias sociais, nascendo como uma ferramenta real de diminuição das desigualdades sociais e regionais (ADAMS et al., 2011).

No sentido amplo da palavra, tecnologia é uma aplicação de determinado conhecimento científico e técnico em processos ou produtos, que podem receber modificações como também criarem conhecimentos adquiridos durante o processo (MEDEIROS et al., 2017). Para Correia et al. (2018), as tecnologias desempenham papel crucial e com destaque, determinando posições e condutas dos seus participantes, condicionando as estruturas de distribuição social, seus custos de produções, acessos aos bens e serviços, além de gerar problemas sociais e ambientais ou facilitar tanto quanto a sua resolução assim como dificultar o encontro de uma solução viável, a exemplo das mudanças sociais.

Assim:

As tecnologias sociais (TS), como ações que visam a melhorar a qualidade de vida de grupos sociais diversos e que se encontram à margem do mercado ou do sistema econômico, têm por objetivo um novo modelo de desenvolvimento não predatório. Diante da ideia de melhoria da qualidade de vida, essas tecnologias acabam obtendo uma difusão sem limites, colaborando mais para a manutenção do sistema que para a solução definitiva dos problemas sociais. (MENDES et al., 2015, p. 687)

Isto posto, o termo “tecnologia social” surgiu em contraposição à tecnologia convencional, que visa uma forma excludente e exploratória de desenvolvimento intrínseca do capitalismo (MENDES et al., 2015). As tecnologias sociais serão assim nomeadas quando, a partir de sua implantação,

em determinados contextos, forem capazes de melhorar a qualidade de vida e apresentar as condições para tal (MEDEIROS et al., 2017).

Para a Fundação Banco do Brasil, tecnologias sociais são os produtos, as técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representam efetivamente soluções para uma transformação social, dessa maneira, sendo propostas inovadoras de desenvolvimento, com abordagem construtiva na participação coletiva do processo de organização, desenvolvimento e implementação (SAIBA MAIS, [2020]). Para a fundação, importa apenas que as tecnologias sociais sejam efetivas, promovendo soluções para as demandas relacionadas a alimentação, educação, energia, habitação, renda, recursos hídricos, saúde, meio-ambiente, dentre outras; aliando saberes populares, organização social e conhecimentos técnico-científicos.

Para Thomas (2009), os agentes que são a base dos processos de desenvolvimento das tecnologias sociais são: os movimentos sociais, cooperativas populares, organizações não governamentais, unidades públicas de investigação e desenvolvimento (I+D), divisões governamentais e organismos descentralizados e empresas públicas (e, em menor escala, as empresas privadas). Isto posto, para Novaes e Dias (2009, p. 18-19), as principais características que uma tecnologia social deve ter, são:

[...] ser adaptadas a pequenos produtores e consumidores de baixo poder econômico; não promover o tipo de controle capitalista, segmentar, hierarquizar e dominar os trabalhadores; (3) ser orientadas para a satisfação das necessidades humanas; (4) incentivar o potencial e a criatividade do produtor direto e dos usuários; (5) ser capazes de viabilizar economicamente empreendimentos como cooperativas populares, assentamentos de reforma agrária, agricultura familiar e pequenas empresas.

As tecnologias sociais estariam sobrepostas à realidade das sociedades locais, de tal modo que pudessem gerar respostas mais adequadas aos contextos dos problemas daquela região em específico (NOVAES; DIAS, 2019). Assim sendo, para os autores, enquanto a tecnologia convencional

é funcional para as grandes corporações, a tecnologia social estaria focada em produção coletiva e não mercadológica. A tecnologia somaria recortes instrumentais e dimensionais do problema social estrategicamente situado conforme as relações de forças nas diversas formações sociais, sendo assim compreendida como parte de um processo histórico, com afeição ideológica, legitimada por um sistema com uma forma de agir racional e instrumentalmente organizada, calculada e regulada para a rentabilidade e a funcionalidade orientadora dos modos de produção e consumo (BOCAYUVA, 2019).

Para Busko (2019), as tecnologias sociais se baseiam no conhecimento científico e no conhecimento popular, podendo ainda basear-se no conhecimento aonde se tem origem deste na própria exclusão, sendo, então, um tipo de tecnologia que surge pelo protagonismo e foco nos excluídos. Desta forma, os excluídos são todos aqueles que vivem em setores informais da economia e têm a necessidade de oportunidades para que possam obter participações nas gerações de trabalhos formais e renda, sobretudo em países como os da América Latina (DAGNINO, 2009). O autor afirma que as tecnologias sociais necessitam de empreendimento solidário; aqueles que se caracterizam pela propriedade coletiva dos meios de produção, pelo processo de trabalho não controlado por um patrão e que independem de estar baseados em conhecimento científico ou popular.

Em outras perspectivas, as tecnologias sociais são plataformas cognitivas de um lançamento das economias solidárias com uma proposta societária radicalmente distinta do capitalismo, sobretudo do capitalismo praticado na América Latina (DAGNINO, 2009). Porém, entende-se que não é somente o fato de uma tecnologia buscar tentar resolver problemas sociais que a identifica enquanto tecnologia social; assim sendo, ser de baixo custo ou ter vindo de conhecimento popular não a torna identificável com o campo, pois o que caracteriza o campo das tecnologias sociais é o processo, não o produto (ADDOR, 2020).

A RELAÇÃO ENTRE INOVAÇÕES SOCIAIS E TECNOLOGIAS SOCIAIS

O conceito de inovação social pode ser compreendido de uma forma diferente daquela pela qual foi concebido, dando lugar ao conceito de inovação social mais adaptado ao conceito de tecnologia social (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004). Para os autores, a contribuição teórica da inovação social para a superação de alguns dos problemas do modelo cognitivo que serviu como a base para o movimento das tecnologias apropriadas, criticando o pouco realismo e aplicabilidade do modelo “oferta e demanda” para tratar as questões relativas ao produto fruto do conhecimento, além de propor uma perspectiva baseada na interação dos atores no âmbito de um processo inovatório.

Para Fonseca (2010), a repetição de experiências que obtiverem êxito se manterá como um processo inovador em sua profundidade, mas com resultados igualmente inovadores. Para o autor, não há necessidade de ser um fato inédito o efeito inovador de uma tecnologia social, mas, sim, a associação das condições locais para o seu desenvolvimento e sua aplicação, assim sendo, melhor que uma tecnologia social suscite soluções e processos de reinvenção e inovação distintos dos convencionais que outrora sejam utilizados.

Araújo e Cândido (2015) consideram haver aproximação conceitual de inovações sociais e tecnologias sociais em diversos aspectos, porque ambas estão comumente ligadas por objetivos como inclusão social; resolução dos problemas sociais; desenvolvimento fora do mercado; associação às iniciativas do terceiro setor; são fruto da construção coletiva; visam e geram transformação social, além de visar a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Nisso, as temáticas se sobrepõem em diversos pontos, porém entende-se que a inovação social tem o propósito de ampliar o escopo – e vai além – das tecnologias sociais, visto que esta última se comporta como uma ferramenta indispensável para que ocorra a inovação social, ou seja, elas possuem determinada complementaridade (MEDEIROS et al., 2017).

Assim, para Oliveira e Silva (2012), é possível criar uma relação entre os conceitos que permeiam as tecnologias sociais e as inovações sociais, pois as propostas centrais em ambas estão associadas à transformação social e desenvolvimento comunitário sustentável, o que condiz com:

Satisfazer as necessidades humanas; participação igualitária nos recursos; Integração coletiva; preservação ambiental simultaneamente com desenvolvimento econômico, social e político-institucional; ideia de equidade social; Fortalecimento de empreendimentos coletivos; geração de emprego; distribuição dos recursos; Novas maneiras de fazer as coisas com o propósito explícito de responder às necessidades sociais; Transformação social; Visa à sustentabilidade econômica, social e ambiental; Promoção do bem-estar. (OLIVEIRA; SILVA, 2012, p. 288)

No conceito de tecnologia social, a técnica é tomada como um instrumento que gera emancipação social, não como um meio de dominação, forma de controle ou causa de exclusão social (BAUMGARTEN, 2009). Segundo a autora, esse é o ponto de partida para a busca do meio-termo entre as instâncias de produção de conhecimento científico e a sociedade; mediações que viabilizem a geração de conhecimentos que possam ser apropriados e utilizados na busca pela sustentabilidade social e econômica. Ou seja, conhecimentos que possam ocasionar a geração de inovações sociais (BAUMGARTEN, 2006). Para Baumgarten (2006), as tecnologias sociais são as bases da articulação de uma ampla rede de atores sociais, ao mesmo tempo que as inovações sociais com base nas tecnologias sociais precisam ser estruturadas em modelos flexíveis, já que algumas coisas que são viáveis em uma determinada comunidade e para uma determinada situação não o serão para outro meio, ainda que semelhante.

METODOLOGIA DE PESQUISA

A metodologia aqui utilizada segue uma abordagem qualitativa (FLICK, 2004; MINAYO, 2012). O presente estudo também pode ser

classificado, segundo a taxionomia de Vergara (2003), quanto aos fins e quanto aos meios. Assim, esta pesquisa, quanto aos fins, é descritiva e, quanto aos meios, bibliográfica, documental e de campo. A coleta de dados ocorreu por meio de uma pesquisa realizada na internet, entre março e julho de 2020, com projetos com financiamentos aprovados na plataforma de *crowdfunding* Catarse com temáticas voltadas para o covid-19.

Todos os projetos estudados na pesquisa foram coletados da plataforma de *crowdfunding* Catarse. Cabe esclarecer que *crowdfunding* é uma proposta criada nos dias mais modernos como alternativa criativa e sustentável para solucionar problemas anteriormente sem solução (COELHO, 2018). Desta forma surgiram, então, os chamados financiamentos coletivos – *crowdfunding* – e que se popularizaram como uma alternativa viável para angariação de recursos para projetos pessoais, assim como profissionais. *Crowdfunding*, para Cocate e Júnior (2012), é um fenômeno virtual que tem como objetivo a promoção e a realização de projetos, os mais variados possíveis, por meio de contribuições financeiras de pessoas que se interessem ou identifiquem-se pela concretização de determinada iniciativa ou projeto disponíveis em tais plataformas, sendo elas motivadas por diversos fatores. No Brasil, embora o *site* que tenha iniciado esse fenômeno tenha sido o Vakinha, cujos projetos objetivavam beneficiar ações de cunho cultural até necessidades pessoais, foi o Catarse – utilizado como fonte de pesquisa – que primeiro apresentou uma plataforma voltada somente para projetos culturais, criada no início de 2011 (COCATE; JÚNIOR, 2012).

Foram inicialmente selecionados 68 projetos para a pesquisa, identificados com o critério “Projeto Covid-19”, que alcançaram 100% ou mais de financiamento. Posteriormente, foi realizado um novo corte, tendo em vista o atendimento aos critérios do Instituto de Tecnologia Social (ITS, 2004), sendo definidos 36 projetos na presente pesquisa. Os projetos foram inicialmente analisados a partir das dimensões contexto; estrutura; forma de organização e de gestão; resultados esperados; e visão sobre a pandemia. A análise dos dados coletados foi realizada de forma interpretativa, tendo em vista a teoria apresentada. Os projetos

foram analisados quanto a critérios de tecnologia social segundo o ITS (2004): (I) a razão de ser; (II) o processo da tomada de decisão; (III) o papel da população; (IV) a sistemática; (V) a construção de conhecimento; (VI) a sustentabilidade; e (VII) a aplicação em escala. Por fim, foi realizada a análise sobre o potencial de inovação a partir dos limitadores de inovação social.

APRESENTAÇÃO DA ANÁLISE DE DADOS

Os projetos presentes na plataforma Catarse que alcançaram 100% ou mais de financiamento e foram identificados com o critério “Projeto Covid-19” foram inicialmente estudados a partir das dimensões contexto; estrutura; forma de organização e de gestão; resultados esperados; e visão sobre a pandemia. Posteriormente, a realização da presente pesquisa permitiu verificar que, dos 36 projetos estudados que atendiam os critérios do ITS (2004), 20 deles apresentaram um potencial significativo de inovação social. Cabe destacar que tais projetos com maior potencial de inovação social foram elaborados por pessoas físicas ou organizações sem fins lucrativos e tiveram objetivos ligados a auxiliar grupos com maior vulnerabilidade social. Além disso, a participação popular foi um elemento importante, especialmente para suprir lacunas deixadas tanto pelo Estado quanto pelo mercado no enfrentamento à pandemia de covid-19.

Segundo o ITS (2014), o importante debate promovido a respeito das ideias das tecnologias sociais foi dividido em três grupos: princípios, parâmetros e implicações, entendendo que, para a apresentação do conceito de tecnologias sociais, passa-se pela constatação do cuidado e explicitação máxima das ideias utilizadas. Desta forma:

Em relação aos princípios que embasam nossa definição de TS, podemos destacar que, para o ITS, aprendizagem e participação são processos que caminham juntos, que a transformação social implica compreender a realidade de maneira sistêmica, que a transformação social ocorre na medida em que há respeito às

identidades locais e que qualquer indivíduo é capaz de gerar conhecimento e aprender. (ITS, 2004, p. 131)

Já os parâmetros têm como objetivo servir de base para o futuro estabelecimento de critérios para a análise das ações sociais (ITS, 2004). Para o instituto, de modo geral, os parâmetros organizam a aprendizagem vista a partir de exames experimentais concretos, retirando deles alguns elementos que, ao modo de ver da entidade, são centrais para a atribuição do caráter de tecnologias sociais, destacando-se até o momento: a razão de ser; o processo da tomada de decisão; o papel da população; a sistemática; a construção de conhecimento; a sustentabilidade; a aplicação em escala.

Tendo em vista os conceitos acima citados, foi realizada uma análise comparativa entre os projetos, sendo importante destacar que suas origens estão ligadas à vontade popular, ainda que de formas diferentes, em ajudar os mais vulneráveis durante a pandemia atual – que ainda permanece –, sendo as pessoas físicas e as instituições filantrópicas os grandes atores detrás dessas iniciativas. Os projetos, em geral, nasceram do desejo em participar da manutenção social e auxílio à camada socioeconomicamente vulnerável, do norte ao sul do território brasileiro, além de serem atuais dentro do contexto de pandemia ainda vivido.

Como dito por Tondolo (2013), os projetos classificados como com potencial de inovações sociais são voltados para a observação das diversas necessidades sociais como saúde, educação, moradia, lazer, emprego e renda. O ambiente favorável a novas ideias e a adaptabilidade ao atual cenário pandêmico criaram conexões entre pessoas, desenvolvendo um ambiente sistemático que permitiu a promoção dessa inovação, assim como afirma Tondolo (2013). É desta forma que os laços comunitários citados por Bustamante (2013) se sustentam como uma estratégia fundamental para o desenvolvimento dos projetos estudados na presente pesquisa.

Já no que diz respeito aos 16 projetos com potencial limitado de inovação social, foram encontrados elementos limitadores relacionados a aspectos intrínsecos e extrínsecos às propostas. O primeiro deles diz respeito ao potencial de amplitude e de efetividade dos impactos sociais

dos projetos, diante das especificidades de cada público-alvo. Já o segundo trata da possibilidade de manutenção, de sobrevivência e de replicabilidade tendo em vista o cenário de recursos escassos da pandemia de covid-19.

No que compete às implicações, o ITS (2004) destaca os aspectos da realidade que a noção de TS procura sublinhar. Assim sendo, as implicações do conceito foram organizadas em três grandes eixos:

[...] o primeiro se refere à relação entre produção de C&T e sociedade; o segundo, à direção que se confere à produção de conhecimento, e o último, a um modo de fazer específico de intervenção sobre a realidade, que está ligado tanto aos parâmetros que caracterizam o processo de intervenção quanto aos resultados esperados (ITS, 2004, p. 131)

A inovação social que parte dos projetos busca vai assim ao encontro das ideias de Medeiros et al. (2017) quanto ao tema, pois prioriza produção de mudanças sociais que possibilitem o alcance do bem-estar social, sendo elas incrementais ou radicais. Ainda na linha de Medeiros et al. (2017), verificou-se que os projetos classificados como potencialmente inovadores existem dentro de um conceito territorial como uma forma de desenvolvimento sustentável, sendo eles direcionados para comunidades locais. Os 20 projetos estavam inclusos em diversas categorias, tais como: arquitetura e urbanismo; artes; ciências e tecnologias; cinema e vídeo; *design* e moda; educação; esportes; eventos; jogos; pessoais e socioambiental, com propostas que emergiram da crise estabelecida pela pandemia de covid-19.

Portanto, os objetivos dos projetos classificados enquanto potenciais para a geração de inovação social foram os voltados para a observação das variadas necessidades sociais do público-alvo atuante nessas áreas temáticas. Como Tondolo (2013) aponta, há a necessidade de ambientes favoráveis e adaptáveis que criem conexões entre pessoas, que desenvolvam ambientes sistemáticos que permitam a propagação da inovação social. Desta forma, o atual cenário de pandemia acabou abrindo espaço para que novas formas de inovações, sobretudo as inovações sociais, fossem criadas de maneiras a

diminuírem o máximo possível os impactos alarmantes e desumanos ocasionados pela pandemia de covid-19.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da presente pesquisa, foi possível verificar que, dos 36 projetos estudados, 20 deles apresentaram um significativo potencial de inovação social. Em sua maioria, as propostas estudadas foram elaboradas por pessoas físicas ou organizações sem fins lucrativos, com objetivos ligados a auxiliar grupos com maior vulnerabilidade social, nos quais a participação popular foi um elemento importante, especialmente para suprir lacunas deixadas tanto pelo Estado quanto pelo mercado no enfrentamento à pandemia de covid-19.

Cabe salientar que, ao longo do estudo, identificou-se limitações quanto ao detalhamento de informações sobre os projetos, sendo necessário acessar canais externos à plataforma para um melhor entendimento sobre as propostas apresentadas. Um maior volume de informações sobre os projetos facilitaria não apenas o processo de financiamento coletivo como ampliaria a possibilidade de novos contatos para a continuidade e o desenvolvimento das iniciativas.

Diversos são os desafios em torno da avaliação de projetos de tecnologias sociais e o impacto deles na possibilidade de inovação social. O primeiro deles está ligado à escolha de parâmetros que serão adotados na análise de projetos. O caminho natural de replicar modelos existentes pode reproduzir uma lógica instrumental que vai contra os próprios pressupostos teóricos da tecnologia social. Já a tentativa de criação de critérios exige a superação de formas tradicionais e conservadoras utilizadas para mensuração de impactos e efetividade de propostas de origem social.

Esta pesquisa se limitou a analisar de que maneira ocorreu o uso das tecnologias sociais de projetos com financiamentos aprovados na plataforma Catarse de *crowdfunding* no enfrentamento da pandemia de covid-19.

Por conseguinte, este trabalho buscou contribuir para a discussão acadêmica em torno da relação entre tecnologias sociais e inovações sociais, trazendo para este debate o chamado *crowdfunding* no contexto brasileiro. Assim, sugere-se como pesquisa futura a análise de outros projetos que possam compor paridade com o objetivo desta pesquisa, porém utilizando-se de outras plataformas de financiamento coletivo.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, T. *et al.* Tecnologia social e economia solidária: desafios educativos. *Diálogos*, Canoas, n. 18, p. 13-35, 2011.
- ADDOR, F. Extensão tecnológica e tecnologia social: Reflexões em tempos de pandemia. *Revista NAU Social*, Salvador, v. 11, n. 21, p. 395-412, 2020.
- ALBUQUERQUE, L. C. Tecnologias Sociais ou Tecnologias Apropriadas? O resgate de um termo. In: OTTERLOO, A. (org.). *Tecnologias Sociais: caminhos para a sustentabilidade*. Brasília, DF: Rede de Tecnologia Social, 2009. p. 15-24.
- ANDRÉ, I.; ABREU A. Dimensões e espaços da inovação social. *Finisterra*, Lisboa, ano XLI, v. 81, p. 121-141, 2006.
- ARAÚJO, R. O. A.; CÂNDIDO, G. A. Tecnologia social e inovação social: interação indutora do desenvolvimento sustentável nos territórios rurais. *Espacios*, Caracas, v. 36, n. 13, 2015. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a15v36n13/15361301.html>. Acesso em: Junho de 2020.
- BAPTISTA, V. F. Tecnologia e Desenvolvimento Social: Uma Abordagem Teórica. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, João Pessoa, v. 9, n. 1, p. 4-23, 2019.
- BAUMGARTEN, M. Neutralidade da ciência e determinismo tecnológico – um debate sobre a tecnociência, *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, v. 3, n. 2, p. 85-88, 2009.

BAUMGARTEN, M. Tecnologias Sociais e Inovação Social. In: CATTANI, A. D.; HOLZMANN, L. (org.). *Dicionário de trabalho e tecnologia*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. v. 358. p. 302-304.

BAUMGARTEN, M. *Tecnologias sociais, inovação e desenvolvimento*. [S. l.: s. n.], 2008. Disponível em: <http://www.necso.ufrj.br/esocite2008/trabalhos/35793.doc>. Acessado em: jun. 2020.

BIGNETTI, L. P. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 47, n. 1, p. 3-14, 2011.

BOCAYUVA, P. C. C. Tecnologia social na transição paradigmática. In: OTTERLOO, A. (org.). *Tecnologias Sociais: caminhos para a sustentabilidade*. Brasília, DF: Rede de Tecnologia Social, 2009. p. 117-130.

BUSKO, P. S. O ensino das Tecnologias Sociais: Um relato de experiências sobre práticas freireanas aplicadas na educação CTS. *Revista Internacional de Educação Superior*, Campinas, v. 7, p. 1-25, 2019.

BUSTAMANTE, D. J. Vectores éticos de innovación oculta en la tecnología social. *Isegoría*, Madrid, n. 48, p. 75-94, 2013.

CAJAIBA-SANTANA, G. Social innovation: moving the field forward: a conceptual framework. *Technological Forecasting and Social Change*, Amsterdam, v. 82, p. 42-51, 2014.

COCATE, F. M.; JÚNIOR, C. P. Crowdfunding: Estudo sobre o fenômeno virtual. *Líbero*, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 135-144, 2012.

COELHO, C. S. G. *Crowdfunding*: Natureza e regime jurídico. São Paulo: Almedina Brasil, 2018.

CORREIA, S. E. N. *et al.* Inovação social para o desenvolvimento sustentável: Um caminho possível. *Administração Pública e Gestão Social*, Viçosa, v. 10, n. 3, p. 199-212, jul./set. 2018.

DAGNINO, R. P. (org.). *Tecnologia Social: Ferramenta para construir outra sociedade*. Campinas: Unicamp, 2009.

DAGNINO, E. BRANDÃO, F. C.; NOVAES, H. T. Sobre o marco analítico-conceitual da Tecnologia Social. In: FBB. *Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: FBB, 2004. 15-64 p.

DOWBOR, L. Inovação social e sustentabilidade. *Economia Global e Gestão*, Lisboa, v. 12, n. 2, p. 9-33, 2007.

FARFUS, D. *et al.* *Inovações sociais*. Curitiba: FIEP, 2007. (Coleção Inova).

FLICK, U. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FONSECA, R. Ciência, Tecnologia e Sociedade. In: Rede de Tecnologia Social (org.). *Tecnologia social e desenvolvimento sustentável: Contribuições da RTS para a formulação de uma política Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação*. Brasília, DF: Rede de Tecnologia Social, 2010. p. 71-78.

SAIBA MAIS. *Transforma: Rede de Tecnologias Sociais*, [2020]. Disponível em: <https://transforma.fbb.org.br/sobre-nos>. Acesso em: maio 2020.

GRAHAM, R. G. *Análise de dados qualitativos: Coleção pesquisa qualitativa*. São Paulo: Artmed, 2008.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. Reflexões sobre a construção do conceito de tecnologia social. In: DE PAULO, A. *et al.* *Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p.117-134.

MEDEIROS, C. B. *et al.* Inovação Social Além da Tecnologia Social: Constructos em Discussão. *RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, Joaçaba, v. 16, n. 3, p. 957-982, 2017.

MENDES, L. *et al.* Tecnologias Sociais, Biopolíticas e Biopoder: Reflexões Críticas. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 687-700, 2015.

MINAYO, M. C. S. *Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade*. *Ciênc. saúde coletiva*, Manguinhos, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.

MUNÓZ, E. F. P.; MUNÓZ, A. H. P. A Inovação social para o desenvolvimento Rural: desafios para as Instituições brasileiras. *Revista Brasileira de Tecnologia Agropecuária*, Erechim, v. 1, n. 2, p. 146-158, 2017.

NOVAES, H. T.; DIAS, R. Contribuições ao Marco Analítico-Conceitual da Tecnologia Social. In: DAGNINO, R. P. (org). *Tecnologia Social: Ferramenta para construir outra sociedade*. Campinas: Unicamp, 2009. p. 17-54.

OLIVEIRA, N. D. A.; SILVA, T. N. Inovação social e tecnologias sociais sustentáveis em relacionamentos intercooperativos: um estudo exploratório no CREDITAG-RO. *Revista de Administração da UFSM*, Santa Maria, v. 5, n. 2, p. 277-295, 2012.

O QUE É TECNOLOGIA SOCIAL? [S. l.: s. n.], 2013. 1 vídeo (2min39). Publicado pelo canal CANALPPGTE. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yopLz56uV8U>. Acesso em: 12 nov. 2020.

PAINEL CORONAVÍRUS, [2021]. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 4 maio 2021.

PATIAS, T. Z. *et al.* Modelos de Análises da inovação social: O que temos até agora. *Revista Brasileira de Gestão e Inovação*, Caxias do Sul, v. 4, n. 2, jan./abr. 2017.

ROCHA, R. O. *et al.* Inovação Social: Uma Revisão Bibliográfica dos Estudos de Caso Publicados no Brasil. *Revista Economia & Gestão*, Belo Horizonte, v. 19, n. 54, p. 172-193, 2019.

SARATE, J. A.; PICCININI, V. C. Inovação social e desenvolvimento territorial. *Gestão & Regionalidade*, São Caetano do Sul, v. 35, n. 105, edição especial, p. 106-122, 2019.

SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. São Paulo: Unesp, 2017.

TONDOLO, R. R. P. Aspectos emergentes entre o terceiro setor e a inovação social: um olhar a partir do contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Gestão e Inovação*, Caxias do Sul, v. 1, n. 1, p. 21-36, 2013.

THOMAS, H. E. Tecnologias para Inclusão Social e Políticas Públicas na América Latina. In: OTTERLOO, A. (org.). *Tecnologias Sociais: caminhos para a sustentabilidade*. Brasília, DF: Rede de Tecnologia Social, 2009. p. 25-82.

VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

VIEIRA, N. S.; PARENTE, C.; BARBOSA, A. C. Q. Terceiro setor, economia social, economia solidária: laboratório por excelência de inovação social. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Porto, n. 7, p. 100-121, 2017.

DIREITO E INSTITUIÇÕES

CONSTRUINDO UMA VISÃO SISTEMÁTICA DO DIREITO COOPERATIVO³

Daniel Francisco Nagao Menezes⁴

INTRODUÇÃO

O Direito Cooperativo pode ser abordado a partir de uma abordagem ortodoxa latino-americana: por exemplo, um sistema fechado baseado no Código Napoleão; ou, em regime aberto: que corresponde ao Direito pós-moderno, em que seus limites legais se estendem ao âmbito dos ordenamentos jurídicos nacionais e internacionais, em interconexão com as regulamentações das organizações sociais do mundo, por exemplo, o Direito Cooperativo, como um sistema aberto, estende seu ambiente aos objetivos de regulação de toda atividade que inclui múltiplos campos sociais, como economia, política, sociologia, até aquelas disciplinas de interesse cooperativo.

O conceito de sistema aberto como necessidade da globalização nos obriga a reler a forma de abordagem do sistema jurídico e sua relação com o meio ambiente que o Direito Cooperativo, como sistema aberto, afeta e pelo qual é afetado. Para isso, será útil a lógica dos sistemas, o que implica uma visão holística, ou seja, da totalidade, que enfoca a realidade de diferentes ângulos, o que nos permite trabalhar de forma inter e multidisciplinar. E,

³ Artigo resultante do Projeto de Pesquisa 402885/2018-0, financiado e apoiado pelo CNPq no Edital CNPq/Sescoop nº 07/2018.

⁴ Mestre e doutor em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, pós-doutor em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), pós-doutor em Economia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), professor do Programa de Pós-Graduação em Direito Político e Econômico da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, professor colaborador da Maestría em Economía Social da Universidad Autónoma de Guerrero (Acapulco, México), membro do CIRIEC-Brasil.

como *modus operandi* do pensamento sistêmico, o jurista desce daquele paraíso dos conceitos imóveis do sistema fechado.

Intzessiloglou (1989) afirma que a organização do conhecimento do ponto de vista de cada ramo do direito leva necessariamente à acumulação de conhecimentos especializados (Direito Penal, Direito Comercial, Direito Civil, Direito Cooperativo etc.) e ao surgimento de sistemas de tendências fechadas, de acordo com cada disciplina do Direito Normativo, de acordo com a segunda máxima da lógica de Descartes: dividir o todo em suas partes mais elementares e estudá-las separadamente.

Ao contrário, uma organização do conhecimento do Direito que utiliza o conceito de sistema aberto fundamenta a abordagem multidisciplinar do fenômeno jurídico, segundo um sistema aberto que implica que as partes cartesianas devem ser estudadas segundo as interconexões entre normas medidas e comportamentos. É sobretudo ao nível destes últimos conceitos que se torna imprescindível a contribuição das demais ciências humanas e o Direito se transforma em um campo científico investido pela interdisciplinaridade.

O Direito Cooperativo oferece-nos elementos que permitem estudá-lo como um sistema aberto, visto que são organizações definidas basicamente como entidades econômico-sociais, são empresas e ao mesmo tempo são determinadas por conceitos particulares como a mutualidade como base de sua existência e caracterizadas por princípios de dimensão global que nem sempre estão incluídos nos regulamentos promulgados pelos parlamentos de cada Estado-nação, mas que fazem parte das fontes de interpretação e integração do Direito.

A partir desta premissa de que o Direito Cooperativo é um sistema aberto, o artigo buscará analisar as possibilidades e desafios da construção e consolidação de um sistema aberto de Direito Cooperativo, utilizando para tanto o método hipotético dedutivo.

O SISTEMA JURÍDICO

DIREITO COMO UM SISTEMA FECHADO

Para Russo (1995), o sistema jurídico, tanto o paradigma antigo quanto o atual, apresenta uma estrutura hierárquica de suas partes que forma um sistema fechado e autossuficiente. Não há nada, isso é certo, fora do sistema, e tudo o que o compõe está certo.

O paradigma de Kelsen (2009) é o de um sistema fechado, pois ele vê o Direito apenas feito por normas, basicamente de um único tipo, aquelas que têm como consequência a sanção. Por outro lado, como uma “teoria pura”, isola o Direito de seu ambiente social, político, econômico e axiológico.

A orientação para o estudo de uma disciplina como sistema, segundo um conjunto de interligações entre os agentes, e onde a visão holística (de totalidade) foi uma tendência geral que começou a manifestar-se nessas primeiras décadas do século XX. Kelsen participou com alguns escritores notáveis desta área da ciência na descoberta do sistema como objetivo da investigação, definindo a totalidade, cuja estrutura, uma vez individualizada, permite explicar a composição, movimento e mudança de elementos específicos. Posições semelhantes foram adotadas na linguística por Ferdinand de Saussure e na ciência política por Pareto.

DIREITO COMO SISTEMA ABERTO E OS TRIDIMENSIONALISTAS

Com base nas ideias de Kelsen, outros autores como Ross, Hart (2009) e Raz propõem uma abertura e conexão do sistema jurídico kelseniano, fechado em si mesmo, a um sistema aberto, ou seja, conectado a realidades como o social, o econômico, o político, e hoje nós o estenderíamos ao sistema ecológico.

Hart (2009) observa que existe uma prática social, desenvolvida principalmente por juizes, que estabelece: que as normas que satisfaçam certas condições válidas devem ser aplicadas. Por outro lado, Hart distingue entre

o ponto de vista exógeno e o endógeno quanto à regra de reconhecimento. O paradigma exógeno é o de um observador que descreve o fato, que para uma determinada área prescreve que certas normas devem ser aplicadas. Por outro lado, o paradigma endógeno não se refere a ele, mas o utiliza.

Os tridimensionalistas são autores que tentaram conectar fatos, valores e normas, ou seja, os três “sistemas” uns com os outros, o que Hart (2009) chamou de “jusfilosofia integrativa”. Nessa linha, Miguel Reale pode ser citado no Brasil, e, na Argentina, Carlos Cossio, Julio Cueto Rúa e Werner Goldschmidt, entre outros. Mas todas essas posições esbarraram em problemas metodológicos e epistemológicos, pela dificuldade de reunir essas “dimensões” a partir do pensamento cartesiano.

TEORIA GERAL DE SISTEMAS

Desde a última década do século XX, o mundo se transformou em uma aldeia verdadeiramente global, como diz Marshall McLuhan (2011). Mas nesta dinâmica o paradigma do Direito como sistema fechado para um Estado-nação de normas, conceitos e atos envelheceu e está condenado à morte. Em contrapartida, nasce o sistema aberto de Direito, proposto pela Teoria Geral dos Sistemas, que rompe com o monopólio da lógica mecanicista de Newton, já que o princípio do paradigma do sistema fechado é a analogia com uma máquina.

Com o paradigma dos sistemas, vemos que o Direito não é aconselhável para abordar o jurídico de forma intuitiva e artesanal, nem para criar ou aplicar o direito “de boa-fé guardado e verdade conhecida”. Conforme disse Russo (1995), nas faculdades de Direito recebe-se uma formação teórica do Direito como sistema dedutivo composto por normas (ciências dogmáticas do Direito), e do Direito como arte.

Intzessiloglou (1989) define o sistema de Direito aberto, que responde melhor às demandas da realidade jurídica socializada do capitalismo avançado (capitalismo de grupos econômicos e sociais), e que impõe uma perspectiva holística do fenômeno jurídico em sua dimensão social. Esse

paradigma é retroalimentado com a política (que afeta e é afetada pelo Direito). Isso induz os juristas a repensar as relações entre o poder de promulgar normas jurídicas, por um lado, e as condições em que os súditos de direito são obrigados a obedecê-las.

Através do isomorfismo, a Teoria Geral dos Sistemas como paradigma nos permite ver a realidade social como uma estrutura de caixa-preta (quando seu conteúdo não é conhecido, mas, para o especialista que conhece o conteúdo, é uma caixa translúcida) em interconexão com o ambiente por meio de entradas (entradas complexas) e saídas (saídas complexas).

Dentro da caixa do sistema, estão entidades (subsistemas, como o subsistema certo). Esse sistema social aberto, por sua vez, faz parte de um sistema maior, o macrosistema. O sistema existe em um *status* de espaço e uma dimensão de tempo, rodeado por um ambiente. O sistema fechado não tem conexão com o ambiente de entrada e saída. O sistema fechado é teórico, não existe na realidade, responde ao modelo da máquina de Newton, daí a sua conotação mecanicista: na qual causa e efeito estão relacionados por uma conjuntura (período curto). Por outro lado, nos sistemas, as causas são necessárias, mas não suficientes para que o fenômeno ocorra, pois no longo prazo essa relação é contingente.

Assim, Intzessiloglou (1987) concebe o jurídico como um sistema de interconexões entre normas (entidades) nos comportamentos sociais correspondentes. Sistema que por sua vez contém entidades de diferentes configurações (estaduais, municipais, subsistemas jurídico-administrativos etc.), incluindo pessoas jurídicas e pessoas físicas. De acordo com o sistema fechado de Kelsen (2009), o “centro de imputação de normas” pode ser considerado como entidades (subsistemas judiciais, processuais etc.), o que chamamos de ramos do Direito e que, visto desta forma, de forma alguma podem ser considerados departamentos, estanques ou pouco menos.

Russo (1995) aponta que os chamados ramos do Direito podem ser vistos como sistemas coordenadores (que corresponderiam aos princípios gerais de cada disciplina) de um determinado número de subsistemas (as

partes ou leis especiais), ou, pelo contrário, como subsistemas do ordenamento jurídico nacional.

Se aplicarmos ao universo jurídico os parâmetros indicados a respeito da sociedade, segundo François (1992), podemos fazer um isomorfismo tanto do sistema social quanto de seu subsistema: o Direito. Todos os sistemas são dinâmicos e mudam de acordo com seu *status*, dimensão espacial e temporal. Portanto, a Teoria Geral dos Sistemas os teoriza de acordo com o princípio matemático do isomorfismo: dois sistemas são iguais se cumprem os mesmos princípios de processo.

SISTEMA CIBERNÉTICO E DIREITO

A palavra “cibernética” vem do grego *kybernetés*, que era o timoneiro dos navios antigos. Assim, o conceito, em um sentido mais amplo, está relacionado a controle e governo. Consequentemente, é fácil perceber que as noções cibernéticas têm grande importância no campo jurídico.

Talvez um dos aspectos mais importantes é que se pode perceber claramente, com a abordagem do sistema cibernético de Direito, que permite superar a posição metodológica e epistemológica vigente até o período kelseniano, que opera, em certa forma ainda de maneira unidirecional, substituindo a noção de causa e efeito que é linear pela, algo semelhante, de imputação (isto é, de *feedback*).

A Teoria dos Sistemas Cibernéticos (que faz parte da Teoria Geral dos Sistemas) apresenta um paradigma que permite ver a ação da entidade reguladora (ou do governo para o todo), que atua de acordo com os objetivos esperados. A lacuna constitui a diferença entre os objetivos declarados e os objetivos esperados. No sistema cibernético, destaca-se o *feedback*, o movimento circular das variáveis.

Dentro da caixa de processo do sistema cibernético, estão as entidades (como um subsistema certo). Esse sistema social, por sua vez, faz parte de um sistema maior, o macrosistema (o Estado-nação). De acordo com

este modelo, Easton (1979) e Deutsch (1985) falam de seus governos provinciais, governos municipais, os poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, corporações dentro do Estado-nação etc., de modo que existem governos e governos subnacionais (que tendem a se fortalecer com a globalização), e, mais ainda, macrogovernos, organizações que reúnem blocos de Estados-nação, como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC) etc.

O termo matemático “isomorfismo” é usado para indicar comparações entre modelos. Este conceito é fundamental para a compreensão do movimento cooperativo mundial, em cujos processos de retroalimentação do cotidiano, isto é, da política real de sua atividade econômico-social, não se reflete nas normas legais e formais dentro das quais tais atividades nascem e se desenvolvem processos. As saídas do cooperativismo são os acordos político-econômicos e sociais oriundos dos diferentes órgãos sociais: Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Educação; acordos que estão interligados ao sistema do Direito Cooperativo. Através deste *feedback* informal, as entidades reguladoras (governo) do sistema cooperativo vão modificando e escrevendo, dia a dia, o desenvolvimento histórico de uma cooperativa.

Além disso, os sistemas cooperativos atuam no macrosistema quando participam perante entidades políticas, onde o princípio da democracia política “um membro, um voto” deve privar para manter sua legitimidade, e para analisar o quão grande é o fosso entre os objetivos alcançados em contraste com os objetivos esperados. Por exemplo, no caso do Movimento Cooperativo brasileiro e o Banco Central, ou, ainda, no caso do Movimento Cooperativo na Espanha, pode-se citar a interconexão econômica e política com os governos nacionais. Por outro lado, as relações de cooperativismo com outros sistemas da economia social e solidária que geram fontes de emprego e bem-estar social são marcantes na maioria dos Estados-nação com maior desenvolvimento.

Devemos ter em mente que, no ambiente de um ordenamento jurídico de um Estado-nação, existem outros ordenamentos jurídicos internacionais e

supranacionais com os quais está relacionado, que o influenciam de diferentes formas, por meio de tratados, diversos mecanismos estudados pelo Direito Internacional Público e Privado e, também, como fonte de normas legisladas. Por exemplo, o uso de padrões de outros sistemas conforme refletido.

Mas, tendo em conta que, tão decisivas quanto as normas jurídicas podem nos parecer em sua capacidade de influenciar a vida social, tão livres quanto as condições em que podem aparecer sua criação pelo legislador e sua aplicação pelo juiz e autoridades administrativas (e mesmo indivíduos), a realidade é que eles são concebidos e agem por e sob a ação direta de dados externos ao sistema jurídico, ou seja, seu ambiente. Isso fica claro quando observamos a forma como o sistema econômico, administrativo e político (para citar apenas os mais importantes) exercem permanentemente sua influência e, por sua vez, o sistema jurídico atua sobre esses sistemas *loops de feedback*.

Mas também, e de acordo com a atividade empresarial que as cooperativas desenvolvem; por exemplo, a atividade dos cafeicultores se desenvolve em dois universos jurídicos formados pelo Direito Privado e pelo Direito Público, os quais se inserem no grande universo jurídico do Direito Internacional, quando se trata de operações na Bolsa de Valores de Nova York, Londres ou antes do cumprimento das normas da OMC (antigo GATT) ou antes da Convenção da Biodiversidade, do Rio de Janeiro, 1992.

FUTURO DO DIREITO COOPERATIVO

Sabemos que o campo jurídico evolui rapidamente para mudanças profundas, em relação ao sistema ortodoxo herdado como fonte. Como diz Willis Santiago Guerra Filho (2018), a lei, assim como os sistemas sociais em geral, passa a operar em condições de alto risco: risco de que as opções feitas no presente não apareçam como as mais adequadas no futuro. Por isso, convém refletir, ainda que de forma breve e não exaustiva, sobre qual será a evolução dos sistemas jurídicos em um futuro mais ou menos próximo, à luz dessas profundas mudanças que estamos vendo, e, consequentemente, construir uma visão do futuro, digamos, uma visão teleológica.

Segundo a teoria do caos, podemos dizer que estamos em um momento de bifurcação: os sistemas jurídicos da modernidade, do Estado-nação, estão em crise. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, houve profundas transformações em todas as áreas do conhecimento, da tecnologia e da economia global. Como François (1992) observa, as comunidades políticas transnacionais, a rede financeira global, são fortalecidas; a desnacionalização de grandes empresas globais; consciência ecológica que transcende fronteiras e disciplinas especializadas, redes transcontinentais de informação científica e técnica. Tudo isso corresponde à estruturação de megaestruturas globais que vão, se vislumbra, impor uma ordem de um nível superior à indispensável convivência harmoniosa do homem com seu planeta.

Uma das consequências da globalização é a destruição do Estado-nação, que continuará a declinar como unidade eficaz de poder: é muito pequeno para resolver os grandes problemas e muito grande para resolver os pequenos problemas, especialmente as questões ambientais da atualidade.

Com efeito, para citar apenas alguns dos mais notórios, vários fenômenos estão ocorrendo atualmente no campo do Direito, simultaneamente. Por um lado, o Direito Internacional está se transformando rapidamente e assume um papel crescente e dominante sobre os sistemas jurídicos nacionais.

Os sistemas jurídicos dos vários Estados-nação estão cada vez mais interconectados entre si e com sistemas jurídicos internacionais de vários tamanhos, que estão se movendo rapidamente para a constituição de um sistema jurídico global.

Até recentemente, surgiam instituições impensáveis a partir do século XXI, como o Direito Ambiental, cujas características o tornam não apenas mais um ramo do Direito, mas algo estrutural e funcionalmente diferente; a noção de direitos difusos, ação popular, para citar alguns exemplos.

Da mesma forma, encontramos a noção de Direito Internacional como uma “lei primitiva”, e o princípio do *pacta sunt servanda* em poucas décadas foi passado a organizações complexas e estruturadas como a ONU, a União Europeia (UE), a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Mercosul, e a lista cresce mais e mais a cada dia. Estruturas jurídicas que

ainda possuem tribunais com *imperium* não só sobre os Estados-nação, com intensidade variável, mas também sobre os sujeitos de direito (pessoas singulares e coletivas) desses Estados. O exemplo claramente dramático foi a prisão do general Augusto Pinochet na Inglaterra, a pedido do procurador Gaspar Garzón, que, em nome da Espanha, pediu-lhe que o acusasse de crimes cometidos durante seu governo no Chile.

Outro aspecto relevante é a transformação do conceito de Estado. Nesse sentido, a transformação do Estado-nação em uma versão ampliada da Comunidade ou da Região, como sujeito político, também nos obriga a repensar o conceito clássico da Constituição e alguns de seus conceitos-chave, que talvez devam começar a ser pensados fora da ideia de Estado-nação. Por outro lado, como observa Laszlo (1990), por mais natural que pareça essa adesão inquebrantável à soberania nacional, ela não está inscrita nem nas leis da sociedade nem nas da natureza. É um produto histórico e deve entrar para a história quando a era que o produziu tiver passado. O desenvolvimento e a expansão das redes globais podem marcar o início de uma transição passo a passo em direção ao controle suprassocietal, com enormes consequências potenciais para as sociedades baseadas no Estado-nação.

Para construir uma visão teleológica futura do Direito, é necessário que reflitamos não em termos do sistema fechado: que o abordemos como um fenômeno imutável ao longo dos séculos; mas como o que é: um processo do sistema aberto, algo que foi transformado por crises sucessivas, e que, pelo menos em nossa época, se configura como um sistema de entidades complexas, em interação dinâmica estável e instável; que os modelos devem ser construídos levando em consideração essas características. Caso contrário, o modelo não será eficiente para nos fazer compreender e agir na e sobre a realidade jurídica em que devemos viver. E compreender o instrumento de controle social que durante os últimos séculos permitiu que a sociedade humana crescesse e evoluísse é uma necessidade imperiosa para que não caia em uma grande crise; que pode ser previsto e evitado, entramos em uma anarquia social com consequências impensáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: DIREITO COOPERATIVO COMO SISTEMA

Apresentou-se uma visão da Teoria Geral dos Sistemas sob dois ângulos: o sistema aberto e o sistema cibernético (ou seja, a inclusão do governo no modelo aberto) segundo a técnica do isomorfismo (ou seja, comparação de modelos) com o Sistema de Direito, delineado com seus múltiplos aspectos estruturais, relacionais e funcionais, diversos problemas e temas.

Vários aspectos do pensamento sistêmico do sistema jurídico nem mesmo foram desenvolvidos e muitos deles ainda não foram percebidos.

Por necessidade, surgirá para dar mais atenção a esta abordagem no Brasil (por exemplo, como uma necessidade de aperfeiçoar a democracia e a participação). Nesse caso, podem colaborar aqueles que se dedicam a áreas jurídicas específicas, tendo em conta as orientações gerais que desenvolvemos nas páginas anteriores. A lógica dos sistemas complementa, não substitui, as especialidades. A lógica dos sistemas jurídicos exige uma discussão e troca de ideias, multi e interdisciplinar (como este ensaio foi escrito), que, fundamentalmente, queríamos motivar com essas linhas.

A adoção do pensamento sistêmico nos leva a um poderoso método de raciocínio, que nos permite superar a clássica construção dogmática do século XIX e início do século XX, cujo mapa, como no caso dos navegadores antigos, está incompleto e distorcido. Mas é evidente que muitas empresas transnacionais já utilizam a lógica de sistemas como um *modus operandi* (SENGE, 1990). Portanto, a questão é: somos a tribo primitiva que não entende o invasor estrangeiro?

O fundamental é que, como diz o poeta Miguel Hernández, “avancamos caminhando”. A lógica dos sistemas aponta para a visão de futuro compartilhada pelas comunidades. A experiência do pós-modernismo, do século XXI, está ensinando, mais uma vez, que os Estados-nação ágeis para aceitar novos paradigmas, como a lógica sistêmica, são vencedores; os outros são perdedores, como vemos com as crises financeiras, devidas à péssima conduta de seus governos; como visto em algumas nações latino-americanas e no continente africano.

Para aí que o Direito Cooperativo deve caminhar.

REFERÊNCIAS

- DEUTSCH, K. *Los nervios del gobierno*. Buenos Aires: Paidós, 1985.
- EASTON, D. *Esquema para el análisis político*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1979.
- FRANÇOIS, C. *Diccionario de teoria general de sistemas y cibernética*. Buenos Aires: Gesi, 1992.
- GUERRA FILHO, W. S. A Autopoiese do Direito na Sociedade Informacional. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.
- HART, H. L. A. *O Conceito de Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- INTZESSILOGLOU, N. G. Stability and change in law; the dynamic equilibrium between the system of law and its social environment. In: ANNUAL MEETING OF THE INTERNATIONAL SOCIETY FOR GENERAL SYSTEMS RESEARCH, 31., 1987, Budapest. *Proceedings* [...]. [S. l.: s. n.], 1987. p. 510-523.
- INTZESSILOGLOU, N. G. L'approche systemi que a systeme ouvert comme strategie d'elaboration d'un projet d'etude interdisciplinaire du phenomene juridique. In: EUROPEAN CONGRESS ON SYSTEM SCIENCE, 1989, Lausanne. *Proceedings* [...]. [S. l.: s. n.], 1989. p. 157-171.
- KELSEN, H. *Teoria Pura do Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- LASZLO, E. *La gran bifurcación*. Barcelona: Gedisa, 1990.
- MCLUHAN, M. *O Meio é a mensagem*. Rio de Janeiro: Ímã, 2011.
- RUSSO, E. Á. *Teoría general del derecho en la modernidad y en la posmodernidad*. Tucumán: Abeledo-Perrot, 1995.
- SENGE, P. M. *La quinta disciplina*. Cómo impulsar el aprendizaje en la organización inteligente. Buenos Aires: Editorial Vergara, 1990.

CONTRIBUIÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA A JUSTIÇA AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Vitor Gabriel Garnica⁵

Marlene Kempfer⁶

INTRODUÇÃO

A economia solidária em suas múltiplas dimensões oferece possibilidades para o enfrentamento das externalidades produzidas pelo capitalismo. Dessa forma, ao mesmo tempo que se enquadra dentro do modo de produção capitalista pelo seu caráter intersticial, também almeja avançar ao propor uma nova racionalidade econômica, endereçada à emancipação humana em suas múltiplas dimensões: social, ambiental, cultural e econômica. Ora, dentro dessa perspectiva, busca-se analisar a contribuição dos empreendimentos solidários na perspectiva ambiental. Para tanto, serão utilizados os conceitos de desenvolvimento sustentável e justiça ambiental. Por fim, propõe-se um norte a ser perseguido pelas economias solidárias em busca da sustentabilidade para além da acepção de desenvolvimento econômico, a fim de contribuir para o fortalecimento da justiça ambiental e social, respaldado na preservação do ecossistema.

Primeiramente, explora-se os conceitos e o surgimento de desenvolvimento sustentável e justiça ambiental. Diante do exposto, discutir-se-á

⁵ Mestrando do Programa de Direito Negocial da Universidade Estadual de Londrina (UEL), bolsista pela CAPES.

⁶ Doutora e mestre em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), professora da graduação em Direito e do Programa de Mestrado em Direito Negocial da UEL.

extensão de sustentabilidade. A fim de delimitar um campo de atuação concreta, tem-se a Economia Verde enquanto espécie da sustentabilidade sustentável em seus três grandes pilares: i) economia de baixo carbono; ii) eficiência dos recursos; e iii) inclusão social. Prossegue-se para contribuição das economias solidárias em face da Economia Verde e os arranjos institucionais e constitucionais que visam fomentar a justiça social e ambiental. Conclui-se a partir das múltiplas dimensões da Economia Solidária a efetivação da justiça ambiental amparada nos pilares da Economia Verde.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E JUSTIÇA AMBIENTAL

O desenvolvimento sustentável enquanto conceito foi tratado na Conferência de Estocolmo, em 1972. A partir desse marco, observa-se a expansão do discurso entre sustentabilidade e desenvolvimento econômico. Paralelamente acontece nos Estados Unidos a reivindicação em prol da justiça ambiental, um movimento combativo que luta pela equidade do uso das terras e a preservação delas. Diante desse quadro, expor-se-á ambas categorias analíticas, surgimento e evolução, a fim de edificar o contexto dado atualmente na relação entre sociedade e natureza e suas repercussões, sejam econômicas, ambientais, sociais e culturais.

Desenvolvimento sustentável, em seu campo discursivo nos âmbitos internacionais, tem potencialmente ganhado relevância com o passar dos anos. Identifica-se que, a partir de 1972, houve preocupações em conceituar a temática; assim a confecção do documento pioneiro e mais importante de desenvolvimento sustentável, o *Relatório de Brundtland*, define o conceito em: “Modelo de desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras em atenderem suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1991, p. 9).

O Brasil, dentro do cenário mundial, tem ativamente participado dos debates e conferências mundiais sobre o meio ambiente. Os casos mais emblemáticos foram as duas conferências acontecidas no Rio de Janeiro (RIO-92 e RIO +20), nas quais o Brasil foi anfitrião e país sede dos mais

importantes eventos sobre o meio ambiente e clima. Assim, o Brasil foi signatário dos documentos e compromissos ali propostos. Destaca-se *O futuro que queremos*, que também inaugurou as diretrizes da Economia Verde, que será explanada posteriormente neste trabalho.

Outro ponto que reforça o compromisso brasileiro frente ao meio ambiente são os protocolos assinados durante as conferências mundiais e que se tornaram leis ou decretos a fim de efetivar a força cogente estatal para a proteção ecológica. Exemplificadamente, apresenta-se o protocolos mais importante: i) Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática, internalizado pelo Decreto nº 5.445, de 2005; ii) Protocolo de Nagoya – Convenção sobre a Biodiversidade – em 2011, positivado pela Lei nº 13.123, de 2013; iii) Convenção de Minamata sobre Mercúrio em 2013, internalizado pelo Decreto nº 9.470, de 2018; iv) Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima em 2016, internalizado pelo Decreto nº 9.073, de 2017.

A cooperação mundial e o compromisso dos Estados refletem a preocupação a respeito das matérias ambientais e sociais; observa-se que, dentro do plano do discurso e na busca da coesão do projeto de sustentabilidade, se tem avançado. Contudo, após 50 anos do surgimento do tema, pouco se tem conquistado para a concretização do equilíbrio ecológico. Como o próprio documento *O futuro que queremos* reconhece:

Reconhecemos que desde 1992, a integração das três dimensões do desenvolvimento sustentável tem progredido de forma desigual e sofrido com retrocessos, agravados por várias crises financeiras, econômicas, alimentares e energéticas, que têm desafiado a capacidade de todos os países, em particular dos países em desenvolvimento, de realizar o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, é fundamental não recuar diante dos compromissos firmados na Rio 92. Reconhecemos também que as consequências das múltiplas crises que afetam o mundo de hoje são um dos principais problemas que todos os países devem enfrentar, principalmente os países em desenvolvimento. (NAÇÕES UNIDAS, 2012, p. 6).

Na verdade, o cenário nunca esteve em nível tão preocupante, como alerta Luiz Marques (2020) em seus estudos, ao analisar que, por mais que cresça o campo discursivo de sustentabilidade, na prática possui efeito contrário. Por exemplo, os índices de aumento do clima e emissão de gases poluentes não apresentam tendência de diminuir, a desigualdade social aumenta e a pobreza aos níveis de fome volta a subir. Em relação ao aumento do clima, observa-se algumas consequências preocupantes como a elevação do nível do mar, a extinção em massa de animais. O autor aponta que estamos em colapso, o qual, diferentemente de ser um evento, apresenta-se enquanto processo. Portanto, “as respostas da sociedade contemporânea à degradação ambiental permanecem, como é óbvio, insuficientes. E é forçoso reconhecer que as dinâmicas positivas, embora crescentes, não estão evoluindo numa velocidade superior às dinâmicas negativas” (MARQUES, 2020, p. 41).

O *mainstream*, como é classificada a corrente das Nações Unidas (HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005; PIERRI, 2001), possui suas limitações e controvérsias. Primeiramente, reflete a ingenuidade das propostas sob o manto da ética dos países desenvolvidos em auxílio dos sub-desenvolvidos. Também expõe dentro de sua classificação (ambientalismo moderado) as contradições dos seus pressupostos pelo tempo: não houve efetividade (PIERRI, 2001).

Hopwood, Mellor e O'Brien (2005) enquadram a retórica das Nações Unidas enquanto movimento reformista. Baseia-se, sobretudo, na tutela ambiental pautada na proteção via estatal, sendo a democracia o principal motor para a consolidação das propostas ambientais e sociais.

Contudo, os autores anteriormente mencionados refletem um período até os anos 2005. Passada mais de uma década, observa-se no mundo o avanço do neoliberalismo e os impactos da globalização. Os autores tratam as propostas de desenvolvimento sustentável enquanto ideologias vencedoras com caráter reformista e moderado, o que nomeamos de desenvolvimento sustentável forte. Apesar dos esforços, pouco se tem observado, por exemplo, a agenda do ecomodernismo se consolida

enquanto a principal matriz discursiva do desenvolvimento sustentável ao estabelecer a modernização e o aumento das tecnologias como meio para amenizar os desgastes ambientais. Em contraponto, quem não possui os meios possíveis para modernizar, acabam sendo excluídos cada vez mais dos processos produtivos, inclusive sendo desapropriados, muitas vezes, do próprio uso da terra.

Dentro desse contexto, Pierri (2001) e Hopwood, Mellor e O'Brien (2005) já tratavam sobre outros movimentos mais radicais a respeito da sustentabilidade; enquanto a primeira classifica em *humanista crítica*, os segundos propõem os *transformacionistas*. Assim, a justiça ambiental enquanto movimento social e discursivo existe desde a década de 1970, e propõe-se como outro modo de sustentabilidade para além do modelo hegemônico das Nações Unidas e totalmente contrária à privatização e modernização da natureza tal como propõem os ecomodernistas.

Em síntese, o avanço do discurso e das práticas sustentáveis do *mainstream* é extremamente importante dentro do contexto mundial de modo a dar forma e diretrizes às ações conjuntas dos Estados, mercados e sociedade civil respaldadas no *three bottom line* (social, ambiental e econômico). Contudo, a sua efetividade é controversa, avançam os campos de discussão, mas pouco se tem colocado em prática. Por isso, propõe-se a justiça ambiental enquanto expansão do conceito da sustentabilidade para a efetivação concreta a partir dos atores sociais (de baixo para cima) em busca da sustentabilidade.

Segundo os autores Loureiro e Layrargues (2013, p. 63-64), os princípios que definem a Justiça Ambiental são:

Por outra parte, justiça ambiental pode ser entendida como um conjunto de práticas organizadas de agentes sociais que se encontram na condição de expropriados e que defendem politicamente projetos societários anticapitalistas, estando pautadas por princípios como: equidade na distribuição das consequências ambientais negativas, de forma que nenhum grupo social, étnico ou de classe suporte uma parcela desproporcional dessas consequências; justo acesso aos bens

ambientais do país; amplo acesso às informações relevantes sobre as atividades poluentes, tais como o uso dos recursos naturais, o descarte de seus rejeitos e a localização das fontes de risco; fortalecimento e favorecimento da constituição de sujeitos coletivos de direitos, isto é, de movimentos sociais e organizações populares capazes de interferirem no processo de decisão da política e da economia.

Henri Acselrad (2004), também estudioso sobre a temática da justiça ambiental, vem compor o movimento em duas etapas, a reivindicação do uso da terra e a preservação do meio ambiente, uma vez que, além de minorias étnicas (sobretudo comunidades negras) não possuírem espaços geográficos de produção, era em suas territorialidades que a produção das externalidades ambientais se concentrava (esgotos, lixões, poluição). Neste contexto, surgem movimentos sociais contra o racismo ambiental. A luta contra as injustiças ambientais passa por dois momentos: i) a disputa geográfica dos recursos naturais e; ii) a luta política, no qual se estabelecem no campo discursivo a narrativa da falta de acesso aos recursos ambientais, alta incidência de riscos para as populações locais e o descaso com o meio ambiente. Conforme dito anteriormente, o movimento de justiça ambiental luta contra a proposta de privatização da terra e da produção, impõe uma visão democrática tanto na esfera produtiva/geográfica e política.

Acselrad (2004) continua a tratar a justiça ambiental em outro plano: do subjetivismo – plano do discurso. Neste momento, há duas pautas inter-relacionadas, o combate dos discursos hegemônicos privativos e a ampliação do movimento em si. Para tanto, realiza-se justiça social e ambiental dentro da esfera estatal e, em seu segundo momento, empenha-se em aglutinar via solidariedade outros atores sociais que partilham da mesma concepção e de exclusão social, econômica e cultural, de modo que todas essas dimensões influenciam diretamente o meio ambiente.

Por fim, ressalta-se que as propostas do reformismo moderado via regulação estatal das Nações Unidas não são excludentes com o conceito de justiça ambiental. Reforça-se, neste momento, a necessidade de intercomunicação entre ambas. Considerar o projeto hegemônico enquanto único

modelo de desenvolvimento sustentável é excluir outras coletividades do discurso, mas não englobá-las faz as coletividades isolarem-se de forma inoperante dentro do sistema capitalista.

A IMPORTÂNCIA DOS PILARES DA ECONOMIA VERDE PARA (RE) ORIENTAR A PRODUÇÃO E O CONSUMO

A sustentabilidade é uma temática desenvolvida por múltiplas perspectivas. A fim de delimitar o recorte temático, propõe-se a Economia Verde enquanto diretrizes a firmar-se com uma produção, circulação e consumo preocupados com os aspectos ambientais. Com esse propósito, analisar-se-á três documentos que buscam delimitar os propósitos e objetivos da Economia Verde. O recorte é oportuno por expor, institucionalmente, os pilares que sustentam de forma pragmática um modelo de sustentabilidade voltada a preservação e conservação ambiental. Assim, dentro do pragmatismo de suas diretrizes, a Economia Verde e a luta pela democratização dos espaços territoriais possuem juntos um forte arsenal a ser conquistado nos espaços públicos.

O documento das Nações Unidas intitulado *O futuro que queremos* explana em seus tópicos 56 a 74 o conteúdo e a forma da Economia Verde (NAÇÕES UNIDAS, 2012). O referido documento segue então para um quadro de ação e acompanhamento (20 subitens) e finaliza com os meios de implementação (finanças, tecnologia, capacitação, comércio e registro de compromissos) para tornar a economia verde realidade.

O segundo documento, talvez o mais emblemático entre eles, é o *Towards a Green Economy*, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). A cartilha elaborada pelas Nações Unidas é uma síntese da Economia Verde para os políticos, destacando que a finalidade é estabelecer caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza: “O PNUMA define uma economia verde como aquela que resulta na melhoria do bem-estar humano e da equidade social, enquanto reduz significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica”

(UNEP, 2011, p. 1, tradução nossa). Assim, a Economia Verde é a espécie do gênero do desenvolvimento sustentável e tem como pilares: i) a economia de baixo carbono; ii) eficiência dos recursos; e iii) inclusão social. Sendo suas propostas: i) a redução dos gases poluentes; ii) energia sustentável; e iii) conservação dos ecossistemas.

Por fim, o terceiro e último documento analisado a partir do *Towards a Green Economy* e *O futuro que queremos*, sendo um trabalho elaborado pela Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS), intitulado de *Diretrizes para uma economia verde no Brasil*, expõe mais pragmaticamente medidas a serem adotadas no campo em prol da melhoria das pequenas produções visando enverdecer a economia. Destaca a importância para a atenção às peculiaridades brasileiras, com atenção especial para a Lei de Política Nacional sobre Mudanças do Clima (Lei nº 12.187, de 2009) em parceria com a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais (Lei nº 11.326, de 2006) (PINTO, 2012). Em suma, busca conciliar a política de preservação ambiental com a agricultura familiar, baseada no financiamento pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) a fim de possibilitar por meio dos avanços tecnológicos a Economia Verde. O plano de ação é contida em quatro propostas:

- i) uma transformação radical e urgente das atividades oficiais de transferência de tecnologia para o campo, com direcionamento a uma modernização dos sistemas de cultivo; ii) Uma alteração radical do controle de pragas e doenças, passando do uso de defensivos químicos para controle biológico; iii) controle da erosão em áreas de solo mais arenoso ou de clima úmido é uma forma de se permitir o cultivo de plantas com o ganho de áreas verdes e; iv) A recuperação ou manutenção de áreas de matas ciliares. (PINTO et al., 2012, p. 37)

A partir das considerações feitas sobre a delimitação e as diretrizes da Economia Verde, propõe-se analisar de qual modo, a partir da produção e do consumo, a sustentabilidade torna-se possível ao (re)inventar o modo de produção aos moldes atuais.

A PARTIR DA PRODUÇÃO

A partir do documento anteriormente citado, procura-se delinear a partir da esfera produtiva as possibilidades da efetivação da Economia Verde. Destaca-se que o modo de produção, quando realizado em cadeias, pressupõe uma circularidade na sua produção e consumo. Descarta-se a circulação das mercadorias e serviços, ou seja, a presença de um mediador ou intermediário na comercialização, uma vez que se propõe dentro dos moldes das Redes de Colaboração Solidária (MANCE, 2005). As razões derivam-se, sobretudo, da pessoalidade nas trocas mercantis, do conhecimento e da informação direta entre produtor e consumidor, a fim de dirimir a assimetria de informações e propiciar o comércio justo entre os dois polos.

Primeiramente, faz-se o recorte das propostas dentro da Economia Verde. Entre elas, identifica-se a economia descarbonizada ou de baixo carbono e relaciona-se ao aumento e fomento das energias renováveis disponíveis, no Brasil, com grande potencial para a energia solar (PINTO et al., 2012).

Outro ponto de suma importância que ratifica a sustentabilidade é a circularidade da produção. Elemento este que traduz a reciclagem, a remoção de embalagens desnecessárias (redução do uso de plásticos) e a promoção de uma rede de circularidade na diminuição de resíduos sólidos e do controle por agrotóxicos, expandindo-se os controles biológicos de pragas (PINTO et al., 2012).

Portanto, dadas as diretrizes de uma produção circular, sustentável e colaborativa, salienta-se a ampliação da produção aos atores sociais tidos em espaços geográficos específicos. Ladislau Dowbor (2019) propõe a democracia econômica assentada em três pilares: i) processo produtivo; ii) renda; e iii) informação. Em suma, a importância da inclusão socioeconômica circunscreve-se, primeiramente, na esfera produtiva, grupos devem estar inseridos na produção, pois a luta pela desigualdade social, também se perfaz dentro do plano econômico, ou seja, dentro do processo produtivo. Aliada a esse pressuposto, a busca da sustentabilidade ambiental e econômica reflete na promoção da renda aos novos modelos econômicos mais a participação ativa dentro da esfera do consumo impulsionada pela informação.

A CONSCIENTIZAÇÃO NO CONSUMO

O consumo atualmente possui uma forte ferramenta de influenciar diretamente na produção. As escolhas dos consumidores são consideradas, dentro da matriz subjetivista marginalista econômica, o grande operador entre a oferta e a demanda. Portanto, influenciar e direcionar condutas positivas em prol de um consumo mais consciente é permitir que a sustentabilidade se opere na última fase da circulação da mercadoria.

A sociedade de consumo analisada por Zygmunt Bauman (2003) compreende a expansão da lógica mercadológica em todas as esferas da vida social, a imposição do ter sobre o ser gera o individualismo em detrimento do coletivo, o que o autor chama de liquidez nas relações sociais ou sociedade líquida. Reflete Silva (2014, p. 30):

O pertencimento está associado à identidade de cada indivíduo. Cada produto consumido traz, na identidade do consumidor, uma reação deste frente ao bem que possui, mergulhado num universo de produtor e serviços, que deseja e pode adquirir. Já se sente, então, integrado ao sistema, mas senão pode adquiri-lo fará parte de uma dissonância com o sistema vigente na sociedade de consumo.

O sistema impositivo do consumo pelo consumo é o maior adversário da conscientização do consumo. Não há como conciliar duas faces de uma mesma moeda, elas são opostas, assim como o consumismo e o consumo consciente e sustentável.

Deste modo, observa-se a contrarreação aos modelos tradicionais de produção por meio do consumo. Exemplos como o veganismo e o minimalismo estão ocupando cada vez mais o debate nos dias atuais. Acredita-se, portanto, na possibilidade da identificação dos consumidores com a produção local, o reflorescimento das feiras e dos produtos orgânicos, da pessoalidade e solidariedade entre os produtores e consumidores. Por meio de uma rede de colaboração solidária entre produtores e consumidores, sem a presença de um intermediário, desponta a possibilidade de um comércio justo e que se

apoia na identificação para além dos preços. Por isso, conclui-se que haja um selo público validado pelos atores sociais e pelas instituições fiscalizadoras que dê forma aos produtos sustentáveis, seguindo as diretrizes da Economia Verde, a fim de fomentar um consumo consciente.

TRANSIÇÃO PARA OS MODELOS ECONÔMICOS SUSTENTÁVEIS: CONTRIBUIÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E A EFETIVIDADE DA JUSTIÇA AMBIENTAL

O desenvolvimento sustentável em sua espécie da Economia Verde aliado aos conceitos e ampliação das possibilidades políticas da justiça ambiental tornam-se unos se compreendidos dentro da Economia Solidária. Importa salientar o dever estatal nas competências normativas, fomento, fiscalização e planejamento, conforme o artigo 174 da Constituição Federal. Construir caminhos e possibilidades para a consecução da inclusão socioeconômica e preservação ambiental por meio da transição aos modelos econômicos sustentáveis.

O autor Ulrick Beck (2010) defende a tese de que estamos vivendo a sociedade de risco. Dentre diversas exposições, destaca-se que a produção e o consumo são os próprios motores do capitalismo, e a sociedade se organiza diante dos riscos produzidos pelas desigualdades sociais e acumulação do capital em larga escala. Ora, a acumulação do capital possui um denominador comum, a apropriação da natureza e a produção de externalidades ambientais, que geram, ambos, uma sociedade desequilibrada em que o risco é constante. Em síntese, as riquezas são privatizadas e os riscos são socializados (BECK, 2010).

Contudo, a situação é ainda pior quando o autor prossegue ao identificar que os riscos são gerais, mas as consequências são classistas, pois “o risco de tornar-se desempregado é atualmente consideravelmente maior para quem não tem qualificações do que para os que são altamente qualificados” (BECK, 2010, p. 41). Por fim, os ricos possuem capacidade de se movimentar diante dos desastres ambientais e da exposição de

poluentes, diminuir os efeitos do aumento da temperatura (ar-condicionado), cercar-se de altos muros contra a violência social etc. Em suma, todos sofrerão com o desequilíbrio ambiental, contudo alguns sofrerão antes do que outros.

Portanto, o crescimento econômico não deve balizar as nossas escolhas, e sim a ampliação da democracia, a equidade nos processos sociais e a promoção do bem-estar amparada na justiça social e ambiental. Portanto, “há convergência e interdependência entre elas, desde que não se reduza a noção de desenvolvimento ao simples crescimento do PIB” (MARQUES, 2020).

Segue-se agora às propostas de intervenção jurídica do trabalho. Primeiramente, cumpre salientar sobre as possibilidades constitucionais para efetuar a transição dos modelos clássicos capitalistas para os modelos econômicos sustentáveis. O artigo 3º, incisos II e III, é o fundamento teleológico da Constituição de 1988, e visa “garantir o desenvolvimento nacional” e a “erradicar a pobreza e a marginalização”. Já o artigo 225 indica que todos temos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como a seu uso, devendo o Estado protegê-lo e preservá-lo, inclusive para as gerações futuras. E, por fim, destaca-se a ordem constitucional econômica, no artigo 170, inciso VI, indicando a “defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação” (BRASIL, 1988). Portanto, o arcabouço jurídico ratifica todas as propostas contidas até o presente momento, sendo que fornecer “trabalho que garanta a subsistência e instrução é condição necessária para o tratamento homogêneo de qualquer assunto atinente ao modo de ser da sociedade, inclusive da questão ambiental” (DERANI, 2008, p. 249).

A capilarização de tudo que foi exposto até o presente momento encontra-se na Economia Solidária, o grande denominador comum capaz de promover o desenvolvimento sustentável, Economia Verde, novas formas de sustentabilidade, justiça social e ambiental, espaços públicos democratizantes e, por fim, uma racionalidade para além da econômica.

A Economia Solidária pode ser compreendida enquanto modo de produção (SINGER, 2004), empreendedorismo (GAIGER, 2008), movimento social (SANTOS, 2002), tecnologia social (DAGNINO, 2019) e políticas públicas (FRANÇA FILHO, 2004). As suas múltiplas manifestações em território nacional revelam a sua heterogeneidade, contudo, o aspecto a ser ressaltado são seus princípios, o fundamento axiológico (re)direciona e (re) dimensiona a intersubjetividade dos atores sociais em novas formas de agir e reinventar o modelo desenvolvimento econômico. Concomitantemente, amplia-se os campos de possibilidade mais incluído de um sistema social e solidária que almeja abarcar os indivíduos excluídos pelo status quo posto.

Portanto, deve-se definir o núcleo duro, inclusive dar densidade normativa para a definição de um setor solidário. Primeiramente, a Economia Solidária não é modo de produção isolado, é intersticial, encontra-se dentro do capitalismo e é pressuposto básico para a compreensão da matéria (SINGER, 2004; FRANÇA FILHO, 2004; GAIGER, 2008; DAGNINO, 2019).

Outro ponto é a forma indissolúvel da cooperação e da solidariedade. Ambos os pressupostos axiológicos delineiam toda a proposta da Economia Solidária. Em termos materiais, encontra-se na autogestão a sua forma organizativa (SINGER, 2004) e na colaboração em redes solidárias a sua forma de circuito econômico (MANCINI, 2005). Portanto, tanto na esfera produtiva e de consumo, impõe a paridade/horizontalidade em suas relações. Na produção, a equidade formal e material (voto censitário independente de quotas partes e mesmos rendimentos aos sócios); no consumo, exige-se a transparência das informações na produção e a razão do preço (comércio justo).

Por fim, acredita-se que a Economia Solidária possa ser um modelo de transição a modelos econômicos sustentáveis ao alcançar os pressupostos contidos nas diretrizes da Economia Verde e, intrinsecamente, consolidados na efetividade da justiça social. Para tanto, almeja-se a construção de uma política pública capaz de edificar e institucionalizar essa transição. Estabelecidos esses propósitos, discorreu-se a compatibilidade constitucional ao modelo solidário, como também as práticas efetivas para a sustentabilidade.

Em tom declaratório e reivindicatório, é dever do Estado normatizar tanto em norma nacional e, posteriormente, normas estaduais e municipais a regulação do setor solidário, observando a obrigatoriedade da distribuição equitativa entre os sócios e a participação nas redes e fóruns de colaboração solidária. No aspecto do fomento, por meio das normas promocionais, estimular condutas positivas em relação ao meio ambiente, tais como a criação de cisternas para a captação de água da chuva, compostagem, reciclagem e revezamento do plantio de produtos agrícolas para o não esgotamento do solo, além de práticas de conservação e não erosão. No aspecto da fiscalização, a criação de instituições capazes não apenas de multar práticas indesejáveis, mas auxiliar por meio das prefeituras e universidades o processo a ser efetuado das mudanças necessárias. E, por fim, no aspecto de planejamento, a disposição orçamentária para políticas públicas em relação a esse setor e consolidação de instâncias na União, nos estados e municípios promovendo o diálogo e reforçando as redes de colaboração.

Portanto, o caminho não é simples, exige vontade individual, coletiva e institucional. Diversos problemas foram expostos no decorrer do texto, mas o projeto a ser traçado revela a potencialidade da Economia Solidária. Não há que pensar em utopia, as movimentações dos atores sociais e a insatisfação geral aos moldes atuais já revelam que há espaço para uma nova conjuntura, urge a necessidade de criar caminhos jurídicos, econômicos, políticos, culturais e ambientais que viabilizem a solidariedade e igualdade em detrimento do individualismo e da acumulação incessante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com propósitos de conclusão das ideias esboçadas, suponha-se três cidades hipotéticas. A primeira, cidade A, que tem como diretrizes de seu desenvolvimento a Economia Verde, parte do pressuposto da prefeitura em atrair empresas responsáveis e sustentáveis socialmente e ambientalmente. Segue a cartilha de otimização dos recursos naturais, de modo a preservá-los, com uma matriz energética limpa, e produz empregos em toda região, impactando

diretamente a diminuição das desigualdades sociais. Contudo, essas mesmas empresas possuem fortes influências políticas e, por mais positivas que sejam as suas ações, o campo de concentração das escolhas serão determinadas por elas. Neste exemplo, tem-se presente a racionalidade econômica própria das empresas, busca-se harmonizar o lucro com o bem-estar, mas destaca-se a centralidade do poder econômico (o que acaba influenciando no político), esta hierarquizada da forma de organização empresarial.

Parte-se, então, para a segunda cidade, B. Nesta cidade, os grupos vulnerabilizados decidem iniciar uma produção a fim de fomentar a atividade econômica daquela região e geração de trabalho com propósitos de gerar renda. Conforme demonstrado nesse estudo, o próprio processo produtivo aliado à formação de uma renda geram a formação coletiva e a inclusão política, pois buscam melhores condições para os seus empreendimentos. Contudo, os preços das mercadorias ali geradas são onerosos e caros, uma vez que não possuem qualificação técnica e a disposição de tecnologias para a otimização na produção. Por fim, esses grupos não conseguem se manter no mercado por falta de competitividade com os produtos vindos de outras regiões. Assim, acaba-se produzindo externalidades ambientais, uma vez que processos de preservação ambiental (filtros, redes de esgoto, depósitos de lixo, reciclagem etc.) exigem gastos que influenciam na receita final. Conclui-se, não haveria viabilidade da permanência no mercado, nem tampouco sustentabilidade ambiental.

Poder-se-ia considerar na cidade A um processo em que a empresa permita aos empregados condições democráticas de igualdade (voto censitário) e a horizontalidade nas relações entre empregado e empregador. Nessa condição, a cidade A estaria contribuindo para a efetivação da justiça ambiental e social. Contudo, a realidade empresarial não se delineia desse modo, nem tampouco desapareceriam os conflitos existentes entre ambas as classes, além da nítida diferença das racionalidades hierarquizadas e técnicas da empresa que divergem da opinião popular. Também retrata-se o caso da Cidade B, no qual a competitividade do mercado poderia enquadrar esse caso enquanto possível, mas tudo indica que as condições de competição exigem técnicas e tecnologias disponíveis a fim de gerar uma realidade econômica.

Diante de todo o exposto, propõe-se a cidade C enquanto paradigma da transição da produção atual para os modelos econômicos sustentáveis. Destaca-se, primeiramente, os três pilares que a sustentam: i) Economia Verde (EV); ii) justiça ambiental (JA); e iii) desenvolvimento local (DL). A soma desses produtos pode ser encontrada e desenvolvida no resultado da Economia Solidária ($EV + JA + DL = ES$). Ora, conforme descrito no percorrer do estudo, a Economia Solidária pressupõe a colaboração e a solidariedade na forma de autogestão enquanto modo de produção aliado às institucionalidades públicas (Estado) e privadas (redes de produção e consumo) dentro de suas especificidades locais e temporais. A cidade hipotética C almeja isso, a busca de conciliar novas formas de organização e relação dos indivíduos com o meio ambiente. A Economia Verde se faz necessária enquanto diretriz a ser efetuada, e a justiça ambiental, por promover amplo debate político ao conceder paridade de poder na equidade do uso da terra e dos campos discursivos. Por fim, o desenvolvimento local engloba os atores sociais ali contidos. Contudo, só será possível se o Estado promover essas organizações conforme a Constituição preceitua nos artigos 3º, 170 e 225, imbuídos do dever estatal constante no artigo 174.

Adverte-se, por fim, que a possibilidade é levantada nesse estudo, mas a concretude é derivada pelos atores sociais (coletivos, políticos e individuais). Parafraseando Lukács (2020): *Essenciais são os livros não escritos*, pois é na história e na vontade de mudança em cada indivíduo, enquanto sujeito coletivo, que está o poder de transformação e emancipação.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. Meio Ambiente e Justiça: estratégias argumentativas e ação coletiva. In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (org.). *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004. p. 23-39.
- BAUMAN, Z. *Amor Líquido*: Sobre a fragilidade dos laços humanos. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

- BRUNDTLAND, G. H. *Nosso futuro comum*: comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- BECK, U. *Sociedade de Risco*: rumo a uma outra modernidade. Tradução Sebastião Nascimento. São Paulo: 34, 2010.
- DAGNINO, R. *Tecnociência Solidária*: um manual estratégico. Marília: Lutas Anticapital, 2019.
- DERANI, C. *Direito Ambiental Econômico*. São Paulo: Saraiva, 2008.
- DOWBOR, L. *Democracia Econômica*: Alternativas de Gestão Social. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2019.
- FRANÇA FILHO, G. C. de. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública? *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 1-18, 2004.
- GAIGER, L. I. G. A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 11-19, 2008.
- HOPWOOD, B., MELLOR, M.; O'BRIEN, G. Sustainable development: Mapping different approaches. *Sustainable Development*, Hoboken, v. 13, p. 38-52, 2005.
- LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 53-71, abr. 2013.
- LUKÁCS, G. *Essenciais são os livros não escritos*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- MANCE, E. A. A revolução das redes de colaboração solidária. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECONOMIAS SALESIANAS, 2005, Sevilha. *Anais [...]*. [S. l.: s. n.], 2005.
- MARQUES, L. O colapso socioambiental não é um evento, é o processo em curso. *Revista Rosa*, [S. l.], v. 1, n. 1, 2020.

NAÇÕES UNIDAS. *O futuro que queremos*: declaração final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20). Rio de Janeiro: ONU, 2012.

PIERRI, N. El proceso histórico y teórico que conduce a la propuesta de desarrollo sustentable. In: PIERRI, N.; FOLADORI, G. (org.). *Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable*. Montevideo: Trabajo e Capital, 2001. p. 27-79.

SILVA, D. R. da. *O consumo na pós-modernidade*: efeitos nas classes D & E. Campinas: Alínea, 2014.

PINTO, H. S. et al. *Diretrizes para uma economia verde no Brasil*: avanços tecnológicos para a agricultura familiar. Rio de Janeiro: FBDS, 2012.

SANTOS, B. de S. et al. *Produzir para viver*: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 3.

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. *Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication – A Synthesis for Policy Makers*. St-Martin-Bellevue: UNEP, 2011. Disponível em: https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/126GER_synthesis_en.pdf. Acesso em: 10 fev. 2022.

DIREITO COOPERATIVO MUNDIAL E TENDÊNCIA PARA A AMÉRICA LATINA¹

Daniel Francisco Nagao Menezes²

INTRODUÇÃO

É opinião comum que o cooperativismo, no sentido moderno, tem como referência histórica a segunda metade do século XIX e, especificamente, a experiência de Rochdale (1844). Da mesma forma, é a primeira norma específica a British Industrial and Provident Partnership Act (IPSA) de 1852. Como todas as convenções, pode ser recebida sem necessidade de mais dedicação: sabemos, aliás, que experiências desta natureza acompanharam a raça humana, aqui e ali, desde tempos imemoriais.

O que se pretende neste momento é que, mais uma vez, o antigo aforismo latino *ius oritur facto* se torne uma realidade tangível. Ou seja, toda regulação jurídica tem como antecedente necessário um fato social e é justamente isso, juntamente com sua relevância no contexto da sociedade em questão, que o justifica.

Da mesma forma, ele quer destacar que quando ao longo dos anos presenciamos sucessivas atualizações, reformas ou substituições regulatórias, nada se faz senão responder ao mesmo fato no que constitui sua

¹ Artigo resultante do Projeto de Pesquisa 402885/2018-0 – financiado e apoiado pelo CNPQ no Edital CNPQ/SESCOOP N° 07/2018.

² Mestre e doutor em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, pós-doutor em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), pós-doutor em Economia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), professor do Programa de Pós-Graduação em Direito Político e Econômico da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie, professor colaborador da Maestría em Economía Social da Universidad Autónoma de Guerrero (Acapulco, México), membro do CIRIEC-Brasil.

realidade mutante de mãos dadas com o passar do tempo. As sociedades e seus requisitos são tudo menos estáticos. O fato social cooperativo, a sociedade específica em que ocorre e, é claro, o contexto circunstancial e temporal em que ocorre constituem as premissas da questão normativa.

Não se pode negar que, quaisquer que sejam seus precedentes em diferentes regiões e países, o fenômeno cooperativo tornou-se global. As suas manifestações também são completamente comparáveis e assentam no mesmo fundamento: a autoajuda mutualística, a soma dos esforços entre os que mais precisam. O *operare cum* – atuar em conjunto, em comunidade e na mesma direção – foi percebido como essencial em muitos setores da atividade humana. Assim os “ay-llus” pré-colombianos, as “misericórdias” portuguesas, as “lecherías” nos países da Europa Central, o “pósito” ou celeiros comunitários de inspiração árabe. Todos esses antecedentes, nos quais coexistem elementos de mutualidade, cooperação e ação solidária, formavam um núcleo “genérico” de cooperação.

O AMBIENTE ATUAL DE GLOBALIZAÇÃO E CRISE

Não são necessárias muitas palavras para fazer contato com o significado e as consequências práticas do fenômeno da globalização em que vivemos. A globalização, transcrição da interdependência de todos os países e regiões do planeta, oferece como processo múltiplas facetas – não apenas a econômica –, mas também e decididamente muitas outras de âmbito social, tecnológico e cultural. O símile mais frequente é o da projeção da “aldeia global” de McLuhan, proposta já na década de 1960.

De fato, as telecomunicações – e com elas as informações – chegam aos lugares mais inesperados; os recursos financeiros se movem com surpreendente facilidade; nunca houve uma abertura de mercados como o atual; as empresas realocam suas instalações com a velocidade do lucro imediato. Em suma, a velha ordem parece condenada ao fim.

O próprio fenômeno, que em princípio não poderia ser considerado de maneira simplista como bom ou ruim, pode tanto ajudar os países em desenvolvimento como representar sérias ameaças em decorrência da apreciável falta de sensibilidade social em sua abordagem. Agora, a opção de ignorar, encerrar-se nas fronteiras não parece a mais razoável.

Ninguém pode negar que o fenômeno implica óbvias ameaças às condições de trabalho, à sustentabilidade e preservação do meio ambiente, bem como um inegável aumento do poder das grandes corporações e seu impacto sobre os governos. Da mesma forma, não devemos ficar cegos às oportunidades de desenvolvimento oferecidas a muitos países até agora excluídos dessa possibilidade. O desafio está em dar uma resposta adequada e tudo indica que, hoje, não se conseguiu.

Em última análise, este é o contexto em que as cooperativas devem operar, uma vez que o quadro de globalização e crise é comum. Nele, elas têm que demonstrar mais uma vez seu potencial. Nesta abordagem, sem dúvida, a colaboração legislativa tem o seu lugar, mesmo que não seja um fator isolado e, talvez, nem mesmo principal.

RESPOSTAS LEGISLATIVAS

Voltamos à abordagem inicial: até aqui o fato social e a resposta cooperativa. Uma breve análise das iniciativas legislativas agora é possível.

VISÃO DE CONJUNTO

A primeira grande divisão que se poderia fazer a esse respeito seria determinada pela situação daqueles países que, em determinado momento, carecem de legislação sobre o cooperativismo em relação aos demais que, por muito tempo, dela usufruíram. Dentro do primeiro grupo, havia principalmente países africanos e asiáticos, ao contrário do que aconteceu na América e na Europa.

Nestas últimas regiões, a legislação sobre o cooperativismo começou a adquirir a sua natureza na segunda metade do século XIX, quer como legislação especial e incluída nos códigos, quer noutras leis de maior alcance, por exemplo, sociedades ou associações. Se a IPSA britânica data de 1852, os Códigos Comerciais da Argentina (1882) e do México (1889) já continham regulamentação das cooperativas, como aconteceu na Alemanha com a Lei de 1889 (uma transcrição fiel da Lei Schulze de 1867) e que, evidentemente com modificações, continua em vigor), em França com a Lei das Sociedades de Capital Variável de 1867, em Portugal com uma Lei do mesmo ano, e na Espanha com o Código de 1885 e anterior com a legislação das associações. Caso único é o representado pela Venezuela, que inaugura no continente americano a técnica da legislação especial por meio da Lei das Associações Cooperativas de 1910, enquanto outras legislações da região mantiveram a técnica de codificação, por exemplo: os Códigos Comerciais de El Salvador de 1904, Colômbia de 1912 e Panamá de 1916, embora esse eventualmente prosperasse, por exemplo: Leis do Chile (1925), Argentina (1926) e México (1927). Em suma, a tendência da legislação “local” se consolidou.

A perspectiva oposta é oferecida pelos países dos continentes africano e asiático, normalmente em dependência colonial, em que a legislação cooperativa era importada diretamente da metrópole. Aquela conhecida como Lei Modelo de 1946 (Model Co-operative Societies Ordinance), proposta pelo British Colonial Office e que foi implementada com maior ou menor sucesso nas diferentes colônias, não só nessas regiões, mas também no Caribe e no Pacífico Sul. A Índia se destacou por sua aceitação, provavelmente porque teve o precedente da regulamentação de 1904 relativa às cooperativas sob a tutela do Estado e deu origem ao chamado “Classical British-Indian Pattern of Co-operation”, que foi projetado para o resto dos países sob sua influência. Alguns dos regulamentos contidos nesses modelos posteriormente passaram para a legislação nacional, embora bem adaptados aos requisitos locais, por exemplo: Tanzânia (1968), Zâmbia (1970), Sudão (1970 e atual de 1999) e Quênia (1966 e atual de 1997).

Esta iniciativa foi acompanhada de perto pela França através de um Decreto de 1955, exclusivamente para as suas colônias, e que veio atualizar

o regime das sociedades de ajuda mútua também tuteladas pelo Estado. Boa parte de suas disposições passou para os novos países após a independência, é verdade que atentos à sua realidade, por exemplo: Senegal (1960), Costa do Marfim (1966) e Camarões (1969).

Dessas experiências, sem dúvida, duas conclusões podem ser tiradas. A primeira tem um claro alcance de técnica legislativa: a primazia do regime especial de regulamentação das cooperativas – senão várias leis tendo em vista a sua finalidade – sobre qualquer outro, seja de codificação, seja de inserção em legislação de maior alcance. A segunda, o abandono das leis-modelo em favor da particularização local, por mais que seus elementos sejam assumidos pelas normas que vieram a substituí-los.

EVOLUÇÃO

Com efeito, a evolução da legislação cooperativa aqui e acolá tem passado pelos canais técnicos da *lex specialis*, verdade isso como em quase todos os aspectos sujeitos a regulamentação legal, talvez devido à complexidade das nossas sociedades. Este parece ser um dos sinais do nosso tempo; especialização para o impensável.

Na América Latina, mesmo dentro das próprias cooperativas, a regulação de alguns setores foi particularizada. De forma unitária, a Argentina mantém a Lei de 1973, dando continuidade ao caminho iniciado em 1926. A Bolívia, por sua vez, conta com a já veterana Lei Geral das Sociedades Cooperativas de 1958, completando a regulamentação com a Lei de 13 de dezembro de 1996 ao setor de poupança e crédito ao mesmo tempo que as cooperativas mineiras obtêm sua própria regulamentação do Código de Mineração aprovado pela Lei de 17 de março de 1997. O Uruguai também acolhe a mesma técnica de lei especial através da Lei de 2010, de embarque um caminho de unificação legislativa ao revogar a regulamentação separada das cooperativas em geral (1946) em comparação com a agrária (1984) e trabalho associado (2004). Muitos outros países da região, como Peru (1990), México, Paraguai e Porto Rico (1994), Panamá (1997),

Venezuela (2001), Chile (2003), Costa Rica e Nicarágua (2004), atualizaram a sua legislação da década de 90 e outros estão a estudar a sua reforma, contudo, aceitando generalizadamente a anunciada técnica de legislação especial complementada em muitos casos com disposições específicas para determinados setores de atividade.

Na Europa é claro que a técnica da *lex specialis* também prevalece, mas a “lei única” é também uma exceção diante de um panorama avassalador de extrema fragmentação em que não só intervém o direito, a atividade cooperativa, mas, como se dirá, a geografia. Com efeito, o regulamento francês ou italiano cobre uma gama variada (cooperativas, agricultura, habitação, crédito, trabalho associado, pequenas cooperativas) que só pode ser considerada dentro de uma identidade unitária do ponto de vista do Estatuto da Cooperação (1947) no caso da França e da Lei Basevi (também de 1947) no caso da Itália. Claro que, no que diz respeito à sua naturalização legal, a gama também é muito diversa: comercial na Alemanha, Bélgica ou Luxemburgo, bem como nos países do Norte; civis ou associações, no caso da Itália ou da Holanda; mútuo e parcialmente *sui generis* no Reino Unido.

O caso espanhol é paradigmático. Além da Lei Estadual vigente (1999) e das que regulamentam o tratamento tributário das cooperativas (1990) e do crédito cooperativo (1989), 15 das 17 Comunidades Autônomas têm pelo menos sua própria lei sobre cooperativas. Não é surpreendente que a situação tenha atraído críticas totalmente razoáveis.

A evolução normativa assim sucintamente limitada deixa vestígios de uma certa distância entre as tendências na Europa e aquelas que parecem ser notadas no continente americano. No caso da Europa, se há uma orientação acima de todas as outras, é a aproximação da regulamentação da “sociedade” cooperativa ao regime geral das “sociedades de capital”. Daí muitas das ferramentas de que as cooperativas foram dotadas desde a reforma alemã de 1973 e as leis de modernização francesa e italiana de 1992: melhoria dos instrumentos financeiros, admissão de membros não utilizadores, aceitação do voto plural ponderado. No caso da América Latina, continua a prevalecer o que a doutrina chama de “principismo” no sentido

de apego talvez excessivo à ortodoxia da identidade e distanciamento da perspectiva empresarial da cooperativa.

Após outras modificações notáveis como a que visa submeter as cooperativas a auditoria, o consistente movimento cooperativista alemão, no final da década de 1960, considera a sua situação de estagnação no contexto empresarial e as reformas legislativas que considera inevitáveis. Esta foi a origem da atualização legislativa de 1973 que consideramos uma referência para o futuro. Quatro foram os pontos fortes da reflexão:

- Nem todos os associados participam da mesma forma na cooperativa; parece lógico então que a quem arrisca mais se reconheça um poder de decisão maior, porém, de forma ponderada.
- Se o financiamento é necessário e deve provir preferencialmente dos sócios, devem ser estabelecidas taxas de juros razoáveis, o que incentiva o aporte de capital.
- Dada a necessidade de competir no mercado, as cooperativas não podem ser discriminadas e, portanto, devem ser aceitas operações com terceiros.
- Pelo mesmo motivo e para ganhar agilidade empresarial, é aconselhável aumentar as atribuições dos administradores, já bem sob regime de responsabilidade e sujeitos ao controle permanente do Conselho Fiscal.

Pode-se dizer que as reformas ou leis de modernização francesa e italiana de 1992 enfatizaram aspectos semelhantes. Dessa forma, são aceitos parceiros não usuários, entendidos como aqueles que não participam da atividade cooperativa, mas vão para o seu financiamento. A eles é concedido o direito de voto, embora no seu conjunto não devam exceder 1/3 (Itália) ou 35% (França) do total da entidade. Da mesma forma, são permitidos novos instrumentos de financiamento (cotas sociais de interesse preferencial, certificados de investimento cooperativo ou cotas de participação cooperativa que se tornam negociáveis e não se limitam

aos associados etc.) visando o fortalecimento financeiro das cooperativas. Estas medidas, sempre facultativas, são contrabalançadas, no caso da Itália, pelos chamados fundos mútuos que são alimentados por 3% dos lucros de cada entidade e são geridos pelas entidades de integração com o objetivo de promover o cooperativismo.

Em tudo isto, para além do decurso do tempo, a influência das normas ou recomendações internacionais não está alheia, como veremos, nos casos que acabam de ser delineados, em particular, o Regulamento da Sociedade Cooperativa Europeia de 2003.

RECOMENDAÇÕES E PADRÕES SUPRANACIONAIS E INTERNACIONAIS

O que acabamos de expor transmite uma ideia do polimorfismo com que se manifesta o tratamento das cooperativas nos diferentes ordenamentos jurídicos e, se assim podemos dizer, um certo movimento centrífugo em relação aos princípios identitários que habitualmente aceitamos.

Se tentarmos um certo sistema cronológico, que também nos leva à América Latina, a primeira referência deve ser feita à chamada “Lei-Quadro das Cooperativas Latino-americanas” aprovada no VIII Congresso Continental da Organização das Cooperativas Americanas (OCA), que aconteceu em Bogotá em novembro de 1988. É claro que, como toda conquista humana, a “Lei de Bases” está aberta a críticas. No entanto, o que não se pode atribuir a ela é que não foi fruto de uma grande participação de setores cooperativos, especialistas e representantes das administrações.

O de Bogotá foi precedido dos trabalhos de três congressos continentais sobre o tema (Mérida, Venezuela, 1969; San Juan, Porto Rico, 1976, e Rosário, Argentina, 1986), articulados a partir dos dois seminários internacionais realizados em Santa Cruz de la Sierra (Bolívia) em 1987 e 1988. Além do apoio da organização a que é devido, o projeto foi aceito pelo Parlamento Andino e pelo Parlamento Latino-americano. Ambas as instituições o recomendam precisamente na natureza que mais lhes convém: não

de norma supranacional com o fim de se incorporar uniformemente nas diferentes ordens nacionais, mas de recomendação – a partir do consenso das cooperativas do continente e pelas cooperativas deste – que poderia servir para atualizar a legislação da região sobre cooperativas.

O projeto, que, como foi adiantado, já teve impacto em diversos regulamentos, como já foi feito nesta e em outras ocasiões, foi atualizado em 2008 (San José, Costa Rica) com a liderança da ACI-Américas e que posteriormente teve que precedê-lo. As principais características do projeto incluem o seguinte:

- Oferece uma vocação de norma geral abstraindo setores específicos de atividade que frequentemente requerem legislação própria. Neste ponto, o projeto apenas ecoa (Capítulo X) uma breve proposta de regulamento especial para as cooperativas de trabalho associado, crédito, moradia, escolares e aquelas estabelecidas no exterior (arts. 91 e seguintes).
- Assume (Capítulo I) os princípios da identidade cooperativa e mantém o voto único por sócio (art. 5º), a limitação dos juros às contribuições (art. 41) e a indivisibilidade das reservas (art. 44). Não deve ser esquecido que se abre uma modesta possibilidade de operações com terceiros em determinadas circunstâncias – sujeitando os seus resultados a um regime distinto (art. 8º) e em que se prevê a possibilidade de associação com sociedades de naturezas diversas (art. 12), embora não a eventual transformação da cooperativa.
- Abre a possibilidade de financiamento por membros não utentes embora limitado a entidades sem fins lucrativos, cooperativas ou organizações governamentais, estabelecendo o limite máximo dos seus direitos políticos em 30% do total da cooperativa e a limitação de ocupar uma percentagem superior nos seus órgãos (art. 21), embora também preveja a possibilidade de as cooperativas assumirem todas as formas de responsabilidades e emitir obrigações que possam ser subscritas por sócios ou terceiros (art. 46).

- Mantém a estrutura ordinária do órgão de administração (Assembleia), administração (Conselho de Administração) e controle (Conselho de Fiscalização), permitindo ao mesmo tempo a existência de uma gestão profissionalizada e responsável.
- Propõe a conveniência da integração das cooperativas em entidades de nível superior, podendo mesmo ser encarregadas de atividades de fiscalização, bem como a existência de Agência Estatal ou Instituto específico em matéria cooperativa.
- Por fim, defende a possibilidade de revisão jurisdicional das decisões da autoridade executora, de forma a contribuir para a transparência do sistema.

Por não interromper a sequência relativa à região, enquanto o critério cronológico se desintegra, a referência à proposta MERCOSUL/PM/ANT.NORM 01/2009 se desdobra como natural para os países que compõem esta entidade acima da nacional. O texto prevê trabalhos e proposta final para a Reunião Especializada das Cooperativas do Mercosul (RECM).

O objetivo principal da proposta é constituído por cooperativas transfronteiriças, cooperativas com sócios de diferentes Estados-partes, sejam de primeiro ou de grau superior e que se chamarão “Cooperativa do Mercosul”. Esta nova rota, de acordo com o projeto, não exclui a possibilidade de qualquer outra forma de integração ou colaboração, especialmente aquelas que poderiam ser alcançadas por meio de parcerias comerciais. A previsão é que as legislações dos Estados-membros acrescentem à sua legislação um capítulo que reconheça tais cooperativas; a partir desse enfoque, se deduzem as seguintes características para as “Cooperativas do Mercosul”:

- Devem associar sócios de pelo menos dois Estados-partes e aquele em que se encontram representará pelo menos 51% dos sócios e do capital subscrito.
- Todos os associados gozarão dos mesmos direitos, independentemente de sua nacionalidade, e os Estados-partes reconhecerão integralmente essas cooperativas, em caráter

recíproco, uma vez que provem sua constituição legal.

- As regras de constituição, funcionamento, fiscalização, dissolução e liquidação ficarão sujeitas às disposições comuns sobre a matéria com as devidas adaptações à especificidade da entidade.
- Os casos de eventual conflito serão resolvidos perante a autoridade de execução e os órgãos jurisdicionais do Estado de domicílio da cooperativa.

O regulamento proposto afigura-se, portanto, extremamente prudente, de acordo com o propósito de harmonização, o que nunca é uma tarefa fácil. Talvez por isso, deixe de lado formas de constituição, como a fusão de cooperativas preexistentes de diferentes nacionalidades, questão que, no entanto, e como será discutido, é abordada em outras áreas, embora o propósito de harmonização seja obscuro.

Há muitos anos que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) conhece bem o campo das *joint ventures* e não, em particular, o das cooperativas. Basta lembrar, neste momento e entre outros exemplos, seu apoio à Lei-Quadro a que se faz referência e sua Resolução Transcendental 127/1966 sobre cooperativas em países em desenvolvimento, marco então e precedente imediato da atual Recomendação 193/2002 sobre a promoção de cooperativas aprovada pela sua 90ª Conferência Geral.

Não sendo um texto articulado, é claro que a recomendação transita no âmbito de propostas e considerações. Porém, de seu texto principal e, sem dúvida, de seu anexo, podem ser extraídas as seguintes características:

- A recomendação não se dirige mais exclusivamente aos países em desenvolvimento, mas de forma geral.
- Suas propostas não se limitam aos governos, mas englobam as organizações de empregadores e trabalhadores, bem como as possibilidades de cooperação internacional.
- Em sua definição de cooperativa, ela ecoa plenamente a formulação do ACI e seus princípios. Em primeiro lugar, afirma

o propósito da cooperativa de satisfazer as necessidades e aspirações econômicas, sem esquecer imediatamente a menção a outras sociais ou culturais, sempre por meio de uma empresa de propriedade comum e administrada democraticamente. Nessa perspectiva, assume o princípio democrático máximo de “um homem, um voto” nas cooperativas de primeiro grau, que, no entanto, poderia ser modulado nas cooperativas de grau superior.

- Mantém a limitação de juros às contribuições dos associados, embora abra a possibilidade de financiamento externo desde que não comprometa a autonomia e a governabilidade democrática da cooperativa.

Com as referidas limitações, na medida em que a formulação dos princípios não comporta os riscos da sua articulação concreta, a verdade é que a Recomendação 193 abre novos horizontes na atualização da legislação cooperativa.

Podemos agora incluir também uma breve referência, não mais a uma proposta ou recomendação, mas a uma regra supranacional. Referimo-nos ao Regulamento (CE) 1.435/2003, do Conselho, de 22 de julho de 2003, pelo qual finalmente e após anos de debate foi aprovado o Estatuto da Sociedade Cooperativa Europeia (Esce). Digamos desde já que a entrada em vigor deste estatuto não significa que as cooperativas de todos os Estados-membros sejam regidas por uma única regra, nada está mais longe da verdade. Nem tampouco que as legislações desses Estados devam harmonizar suas legislações cooperativas de acordo com o referido regulamento. O que a Esce quer dizer é que os cooperados desses Estados têm à sua disposição um novo instrumento para organizar cooperativas transnacionais. Quanto ao mais, a Esce não harmoniza nem suplanta a legislação interna, é um instrumento jurídico recém-criado que, na projeção supranacional a que responde, coexiste com as diferentes regulamentações nacionais.

Acontece no contexto da comunidade europeia que o art. 58 do tratado fundador da Comunidade Econômica (Roma, 1957) incluía

expressamente as cooperativas na definição de “sociedade”. O instrumento de “harmonizar”, ou seja, de conseguir uma verdadeira aproximação das legislações dos Estados-membros, foi constituído pelas diretivas. As diretivas obrigam a obter um resultado dentro de um prazo especificado. Para atingir este objetivo, os respectivos regulamentos internos devem ser adaptados.

No domínio do direito das sociedades, desde 1968 foram aprovadas diretivas para harmonizar a publicidade dos diversos atos societários, zelar pela posição de sócios e terceiros, sistematizar o sistema de contabilidade etc. As cooperativas foram expressamente excluídas de todas elas, talvez pela grande diversidade de regulamentos, ao contrário do que resultou nas sociedades de capitais, além da relevância da sua respectiva implementação. Tanto é assim que a promulgação do Estatuto da Sociedade Anônima (SE) foi alcançada com muito mais facilidade do que a relativa à cooperativa (SCE).

Assim, sendo a Esce entendida como um instrumento opcional à disposição dos cooperados que desejam promover uma nova cooperativa com sócios de pelo menos dois Estados-membros ou fundir cooperativas de pelo menos dois Estados em uma SCE, as características desta nova fórmula cooperativa podem ser resumidas do seguinte modo:

- A Sociedade Cooperativa Europeia requer a participação de cinco membros de pelo menos dois Estados-membros para a sua constituição. Também pode ser constituída por fusão ou transformação de empresas preexistentes. Em qualquer caso, o domicílio da SCE deve estar estabelecido no território comum.
- O capital da SCE, com caráter variável, será de pelo menos 30.000 euros, repartidos em ações que podem ser de classe diferente e com atribuição de participações diferentes nos resultados. A cargo dos excedentes do exercício, a SCE atenderá às devoluções acordadas pela entidade, bem como providenciará as reservas legais ou estatutárias.
- As formalidades de constituição, registro, formulação de contas e publicidade dos atos sociais serão as previstas na

legislação do Estado do domicílio, limitando as garantias dos sócios, credores e terceiros, em termos equiparáveis aos de companhias. Em particular, os atos de constituição, mudança de endereço e extinção serão publicados no *Diário Oficial da União Europeia* (Doue).

- Caberá aos sócios a formulação de seu Estatuto Social, que em qualquer caso comportará o conteúdo mínimo – por outro que não o usual – específico a eles. As decisões administrativas sobre o assunto serão passíveis de revisão perante os órgãos judiciais.
- Os membros não usuários são amplamente aceitos e todos os mecanismos de financiamento externo são aceitos, e, embora o direito político de voto seja reservado aos membros clássicos, os membros não usuários podem desfrutar de um voto contingente até o máximo estabelecido nos estatutos.
- Operações com terceiros são aceitas com caráter ordinário.
- A estrutura organizacional da SCE pode ser de natureza “monística” (Assembleia Geral e Órgão Administrativo), típica de países latino, ou “dualista” (Assembleia Geral, Órgão Administrativo e Órgão de Controle), típica do sistema alemão onde a “Gestão” exerce a administração da entidade sob a tutela do “Conselho Fiscal” como delegado permanente da Assembleia Geral.
- Os Estados-membros devem adotar as disposições adequadas para garantir a aplicação eficaz da Esce.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS NA AMÉRICA LATINA

Como em muitos outros aspectos do desenvolvimento das sociedades, no que diz respeito às cooperativas e ao seu regime jurídico, não é possível ignorar as circunstâncias que as rodeiam. Como já foi escrito, a lei

cooperativa reflete as circunstâncias econômicas, sociais e políticas. Com efeito, é esse o caso, e não é em vão que se antecipou a inevitável particularização local da legislação a este respeito. No entanto, nesta mesma ordem de considerações, a partir das experiências e decisões que foram delineadas ao longo destas páginas, é possível identificar as tendências e propostas mais atuais, em particular, no que diz respeito à América Latina. Em seguida, tentaremos uma sistematização por rubricas amplas.

CONSTITUIÇÕES POLÍTICAS

São crescentes os textos constitucionais que incluem o reconhecimento expresso do cooperativismo e o compromisso de apoio do poder público. Esta é uma tendência facilmente perceptível durante anos aqui (Colômbia, Costa Rica, Equador, México, Venezuela) e na Europa, onde o precedente da Constituição italiana de 1947 foi seguido pela portuguesa de 1976, após a Revolução dos Cravos, e pela espanhola de 1978, que restabeleceu o marco constitucional democrático no país.

MANDATOS INTERNACIONAIS E SUPRANACIONAIS

Desde as Nações Unidas e suas organizações especializadas – especificamente a OIT –, a Aliança Cooperativa Internacional (ICA) e suas organizações regionais, os Parlamentos Andino e Latino-americano, o Mercosul, a União Europeia etc., as propostas e mandatos a favor da cooperativa são uma constante. Poucas políticas serão capazes de exibir endosso semelhante.

IDENTIDADE INSTITUCIONAL E UNIDADE REGULADORA

Todos os regulamentos com referência direta ou indireta ao ICA abrangem os princípios universais da instituição cooperativa, embora com nuances que não podem ser esquecidas. Nesse ponto, emerge uma diferença

notória entre as posições que defendem a escassa relevância da “motivação do lucro” nas cooperativas, pois, afinal, quando elas não pretendem melhorar a economia de seus associados fora da comunidade e os que defendem por outro lado. Assim, a ideia “societária” que ganha cada vez mais vigor, por exemplo na Europa, dificilmente está representada na América Latina, onde prevalece a ideia “associativa”. Isso, sem dúvida, é uma contribuição da própria terminologia usada por organizações internacionais.

ESTATUTOS E REQUISITOS FORMAIS

Tendem a facilitar a formalização das cooperativas, conferindo aos associados grande autonomia na formulação de seus estatutos e arbitrando em caso de oposição às decisões da autoridade executora a possibilidade de recorrer à proteção judicial. Essa tendência costuma fazer parte de um plano mais amplo em favor de todas as sociedades. Paralelamente e de forma a contribuir para a segurança de sócios, credores e terceiros, são impostos requisitos de publicidade mais elevados nos aspectos de maior importância, por exemplo: constituição, mudança de domicílio, intimação, formulação de contas, dissolução etc.

LIVRE ASSOCIAÇÃO E RETIRADA VOLUNTÁRIA

Muitos regulamentos também modulam a adesão livre no sentido de ajustá-la à capacidade das instalações da cooperativa. Da mesma forma, sem impedir a saída voluntária do associado, abraçam mecanismos para deter a atividade por um período de tempo ou graduar o reembolso de contribuições, especialmente nas cooperativas que exigem grandes compromissos financeiros.

GESTÃO DEMOCRÁTICA

A formulação clássica “um homem, um voto” admite gradativamente uma modulação a favor do reconhecimento do voto plural ponderado,

proporcional à sua participação na atividade cooperativa e normalmente contingenciado a até 1/3 do total de votos da entidade. Não é um detalhe menor que a Recomendação 193 da OIT enfrente uma modulação desse tipo nas cooperativas de nível superior. O que é realmente importante é que o controle seja responsável por critérios democráticos e resida nos parceiros.

AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA

A tendência geral é objetivar a intervenção das diferentes administrações públicas ou autoridades de execução, admitindo expressamente a possibilidade de recorrer aos órgãos judiciais em casos de litígio ou desacordo.

EDUCAÇÃO COOPERATIVA

Esse aspecto, que parece inerente à ideia do cooperativismo e que desde o início tem inspirado o cooperativismo, sofre na prática, assim como a constituição e constituição de uma reserva especial para esse fim. É provavelmente mais um dos efeitos indesejáveis do referido panorama de crise e que necessita urgentemente de correção. Neste ponto, os esforços e conquistas de muitas leis e administrações do continente americano são muito notáveis.

COOPERAÇÃO ENTRE COOPERATIVAS

O conjunto de normas e recomendações internacionais prevalece e tende a facilitar, em geral, a cooperação entre cooperativas e, em particular, os fenômenos de cooperação transfronteiriça ou supranacional.

FORTALECIMENTO DA INSTITUIÇÃO

As tarefas que começaram a atualizar as legislações, harmonizá-las tanto quanto possível, bem como o resto das medidas de normalização institucional e financeira, devem ser presididas pelo desenho de fortalecimento do conceito e da instituição cooperativa. Nesse ponto, atenção especial deve ser dada e todos os benefícios da Declaração das Nações Unidas de 2012 como o Ano Internacional das Cooperativas devem ser aproveitados.

CONTENÇÃO REGULATÓRIA

Finalmente, com cada vez mais intensidade, ouve-se um apelo à contenção normativa, para travar uma produção legislativa inacessível para os cidadãos ao mesmo tempo que a torna mais fácil e compreensível.

Com efeito, ninguém vai questionar a necessidade de canalizar legalmente uma realidade social e uma atividade econômica como a representada pelas cooperativas. É apenas uma questão de considerar até que ponto é conveniente percorrer esse caminho e quanta atenção os outros precisam, principalmente – aqui e agora – aqueles relacionados ao aspecto empresarial. Certamente, o cuidado de ambos não é apenas compatível, mas benéfico.

O ESTATUTO DA MICRO E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE NO BRASIL: POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO ECONÔMICA PARA A INFORMALIDADE E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS

Vitor Gabriel Garnica¹

Marlene Kempfer²

INTRODUÇÃO

O Estatuto da Micro e Pequena Empresa (Lei nº 123/2006) é um importante marco regulatório que facilita a inclusão, inclusive, daqueles que atuam na economia informal, quer seja na espécie de empreendedores tradicionais ou empreendedores da economia solidária. Uma vez no domínio econômico, é essencial que os empreendimentos nele permaneçam pois ajudam a promover a concorrência, geração de empregos, acesso a políticas públicas, obtenção e distribuição de renda. É um caminho para a redução das desigualdades socioeconômicas no Brasil.

Atividades econômicas informais, defende-se, são aquelas que acontecem no mundo fenomenológico, mas que não estão amparadas pelo sistema jurídico-econômico. Esta é uma realidade que aponta para a existência de um potencial de capital, denominado por Hernando de Soto (2001) de capital morto. Este se movimenta pela racionalidade econômica,

¹ Mestrando do Programa de Direito Negocial da Universidade Estadual de Londrina (UEL), bolsista pela CAPES.

² Doutora e mestre em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), professora da graduação em Direito e do Programa de Mestrado em Direito Negocial da UEL.

sobrevive à formalidade, mas gera externalidades negativas, tanto para o domínio econômico quanto para o acesso aos direitos previdenciários, participação de negócios públicos, titularidade de propriedade por inovações, entre outros. Para enfrentar esta realidade, a Lei Complementar (LC) nº 123/2006 é fundamental pois pode promover inclusões para a redoma de tutela estatal.

Na atualidade, este marco regulatório não tem previsão expressa sobre direitos e políticas de acesso e permanência para os empreendimentos solidários, no sentido de que a titularidade do capital e do trabalho estejam concentrados em único(s) titular(es). Esta ausência tem consequências, tais quais diminuir as possibilidades de acessos a políticas fiscais, financeiras e firmar negócios públicos.

As possibilidades para promover a inclusão dos empreendimentos solidários, nesta acepção, neste arcabouço jurídico, dependerão de algumas alterações no texto normativo. Isto ainda não ocorreu até o presente momento. Defende-se, entre outros motivos, por não haver prioridade no âmbito das articulações políticas no Congresso e também porque ainda não foi aprovado pelo Congresso Nacional o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 137/2017, que trata da Política Nacional de Economia Solidária. Esta aprovação em muito poderá contribuir pois introduz os pilares de um marco regulatório para delimitar e criar uma identidade jurídica para este setor.

Neste contexto, a pesquisa, de natureza bibliográfica e legislativa, percorre os estudos de Hernando de Soto (2001) na obra *O mistério do capital*, que analisa o fenômeno da informalidade em cinco grandes mistérios.

A INFORMALIDADE E OS FUNDAMENTOS DE HERNANDO DE SOTO PARA A INCLUSÃO ECONÔMICA

Hernando de Soto, no livro *O mistério do capital*, contribui com seus estudos para analisar o capitalismo sob a constatação do avanço nos países desenvolvidos e fracasso nos subdesenvolvidos. Para tanto, analisa cinco grandes mistérios: i) aspecto da informação ausente; ii) potência do capital;

iii) importância da percepção política; iv) relembra as lições esquecidas da história dos Estados Unidos; e v) a preocupação com o fracasso legal.

O desenvolvimento dos estudos de Hernando de Soto possui uma ordem lógica e sequencial ao explicar a não incorporação de um grande contingente de capital não formal dentro do processo de circulação formal. A partir do mistério da informação ausente (SOTO, 2001), alerta sobre a geração de riqueza contida dentro dos círculos de pobreza, onde há comércio e produção fora do circuito formal, denominada capital morto e que gera um passivo social. Aponta que esse processo inicia-se a partir do êxodo rural para os centros urbanos e que há uma barreira formal (legal) que o impede de participar das atividades sociais e econômicas. Esta realidade afeta o acesso ao trabalho formal, à habitação e aos recursos públicos. A constatação empírica feita pelo autor permite concluir que, apesar desta informalidade, tem-se um importante capital circulando e não computado no circuito da economia formal, por isso o denomina capital morto.

No segundo mistério do capital, defende que o capital é um valor que se reveste de diversas formas (dinheiro, propriedades, empresas, produtos, ações) e tem potencial produtivo para tornar-se replicativo e gerar mais ativos, e não apenas acumulativo. Indica que as propriedades privadas material e imaterial são ativos qualificáveis de capital que na informalidade estão dispersos e sugere a sua formalização. As vantagens deste passo são: i) fixar o potencial econômico dos ativos; ii) integrar as informações ausentes em um único sistema; iii) responsabilizar os proprietários; iv) transformar os ativos em bens fungíveis; e v) proteger as transações. Aqui tem-se a segunda categoria analítica de extrema importância do autor: integração à redoma de vidro, ao sistema formal jurídico-econômico, tutelado pelo sistema normativo estatal. Antes da formalização, portanto, na invisibilidade, a tutela estatal não está à disposição dos mercados informais, mas somente para o grupo seleto daqueles que estão na redoma. Esta é uma das fontes da impossibilidade de multiplicar o capital, pois não há acesso às oportunidades que o Estado e o mercado podem oferecer. Alimenta-se a desigualdade social e econômica, no que denomina capitalismo de *apartheid*.

O não reconhecimento, pelo Estado, da realidade que envolve a extralegalidade é o terceiro mistério do capital. A não percepção política da dimensão socioeconômica da informalidade tem graves consequências. O *apartheid* legal gera contingentes de excluídos e, se não percebido pelo Estado, traz consequências ruins para todos. A ausência do Estado faz crescer formas privadas de domínio político e econômico, entre elas transporte ilegal, vendas de bens sem proteção da saúde pública, riscos para liberdade individual, e o Estado perde espaço político e, também, arrecadação de tributos. Diante desta situação, a ação política na implantação de um sistema de propriedade que gere capital deve ser perseguida. Um sistema que democratize a propriedade por meio de meios que facilitem o acesso à propriedade tanto material quanto imaterial neste domínio econômico informal.

Relembra (no capítulo cinco) o percurso histórico nos Estados Unidos. Soto explica as razões do sistema de propriedade ter dado certo nos países desenvolvidos. Inicia, assim, “as lições esquecidas da história norte-americana” (SOTO, 2001, p. 125). Um dos principais motivos foi a marcha para o Oeste (século XIX). Este movimento significou a ocupação das terras ao oeste do território norte-americano, expandiu o processo das conquistas de terras, ao mesmo tempo que permitiu o avanço de imigrantes que não possuíam terras a leste, consolidou um sistema de propriedade que fosse possível por meio dos colonos e os novos proprietários. Somadas a isto, destacam-se as formações associativas dos novos proprietários ao reivindicar tanto nas esferas federais, estaduais e locais um sistema que pudesse abranger as conquistas desses novos colonos. Em suma, por meio de pressões associativas a níveis locais e demandas massivas ao governo central, o Estado norte-americano acabou por criar um sistema de propriedades, não apenas das posses materiais, mas também do trabalho e contratos, integrando, portanto, todo um novo contingente de novos colonos ao sistema formal jurídico, tendo enquanto resultado a integração entre Leste-Oeste por meio da promoção da formalidade (igualdade jurídico-formal) ao possibilitar relações de trocas mais seguras envolvendo todo o país.

Por fim, a preocupação do autor, no quinto mistério, é com o fracasso legal, no sentido de que nos países subdesenvolvidos a legislação que regula a propriedade, fundamental para impulsionar o capital, não consegue atingir este objetivo. Há resistência da aprovação de leis e consequentes ações públicas para regularizar as posses de bens já utilizados na informalidade. Aponta possíveis soluções que devem considerar a realidade do país e a não importação de soluções: i) rever a opção por leis coercitivas; ii) estabelecer um novo contrato social, ou seja, criar mecanismos baseados na legitimidade social, incluindo um sistema de propriedade formal dentro das estruturas públicas e jurídicas; e iii) a esfera política, ao romper as formações de privilegiamento ao sistema formal, buscar meios político-argumentativos de convencimento da população e das classes mais reacionárias, demonstrando que a inclusão do capital morto retido nas classes mais pobres vai estimular todo o desenvolvimento nacional baseado no sistema legal, unificado, simplificado de propriedades.

A realidade brasileira muito se aproxima das análises de Hernando de Soto (2001) no sentido de um forte mercado informal. Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a população ocupada e o desemprego, a taxa de desemprego é de 14,2% no trimestre encerrado em janeiro de 2021, o que equivale a 14,3 milhões de pessoas, sendo que não são incluídos os 5.902.000 de desalentados (CARNEIRO, 2021). Este é um novo recorde do desemprego na série histórica iniciada em 2012. Tais dados explicam o momento crítico que o Brasil vive economicamente e, consequentemente, a informalidade torna-se o meio de grande parte da população em buscar recursos para custear as necessidades básicas, uma vez que o mercado formal não oferece oportunidades de trabalho.

Os dados do IBGE acima apresentados apontam que a informalidade voltou a aumentar, devido à forte crise no mercado no ano de 2020, inclusive, em decorrência da grave pandemia de covid-19. Muitas pessoas não tiveram condições nem sequer de exercer a atividade informal. Assim, dos 86 milhões da população ocupada, 34.118.000 de pessoas encontram-se na informalidade (39,7%).

Avaliando os cinco mistérios do capital apontados por Hernando de Soto, com olhos para o Brasil, considerando o recorte da presente pesquisa, destaque-se os aspectos que o autor expõe sobre o fracasso legal, especificamente sobre um ordenamento jurídico com leis que não atingem o objetivo de democratização da propriedade, fundamental para ativar o capital morto. Dentre as causas que aponta para o insucesso, a análise ora escolhida, para avaliar a realidade do Brasil, é sobre a crítica ao fracasso de um sistema jurídico onde predominam as normas jurídicas tradicionais prescritivas de condutas que têm em seu consequente as sanções punitivas, diferentemente das normas de incentivo que em vez de punir promovem a indução de condutas desejadas.

O Brasil inaugurou um marco regulatório em nível nacional, cujos destinatários são os membros da federação (níveis federal, distrito federal, estadual e municipal), somente no ano de 2006, com a aprovação da Lei Complementar nº 123, cujo objetivo é tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte. Esta iniciativa ocorreu somente 18 anos após a promulgação da Constituição Federal de 1988, nos seguintes termos:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:
IX-tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. (BRASIL, 1988).

A Lei Complementar nº 123/2006 referida, hoje conhecida por Estatuto da Micro e Pequena Empresa, tem vários objetivos, todos para facilitar o acesso e a permanência destes pequenos empreendimentos no mercado. O caminho foram as normas oferecendo tratamento diferenciado, simplificado e favorecido em várias frentes que o pequeno empreendedor enfrenta para a regularização de sua atividade. Estas são as normas de incentivo que têm alto potencial de atrair, especialmente, os empreendimentos que estão na informalidade.

Pode-se identificar inúmeras normas promocionais nesta lei complementar para viabilizar o ingresso das atividades informais na redoma de vidro a que se refere Hernando de Soto (2001). Entre elas, conforme artigo 4º, § 1º, estimular o acesso legalizado de forma que “O processo de abertura, registro, alteração e baixa da microempresa e empresa de pequeno porte, bem como qualquer exigência para o início de seu funcionamento, deverão ter trâmite especial e simplificado, preferencialmente eletrônico, opcional para o empreendedor” (BRASIL, 2006). Formalizar o empreendimento é uma forma de gerar o direito à propriedade empresarial e, assim, usufruir de todas as potencialidades que este capital possibilita.

O alcance desta lei vai além de viabilizar o acesso ao mercado formal via simplificação, ela oferece incentivos para a permanência no mercado dos pequenos empreendedores, conforme artigo 1º, III, para garantir “[...] acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos.” (BRASIL, 2006). Portanto, quanto ao alerta que Hernando de Soto (2001) aponta sobre o fracasso do sistema legal nos países subdesenvolvidos, pode-se afirmar que o Brasil tem um arcabouço legal que estimula o acesso dos informais por normas de facilitação. É verdade que somente um sistema legal não é suficiente para a efetividade dos objetivos legais. O sucesso desta lei em atrair a informalidade depende, também, de estímulo por meio de políticas públicas.

EMPREENDEDORISMO SOLIDÁRIO E A INFORMALIDADE

Diante do tema do empreendedorismo solidário e da informalidade, sugere-se sejam tratados a partir da delimitação do que é esta espécie no conjunto das demais atividades econômicas de empreendedorismo. É importante definir esta identidade para seguir e apontar que junto com os demais empreendedores a maioria está, também, na informalidade. É também oportuno analisar quais seriam as possíveis causas do crescimento da informalidade, inclusive, dos empreendimentos solidários.

Conforme acima exposto, o Brasil, por meio da Lei Complementar nº 123/2006, trouxe um arcabouço jurídico que, atualmente, contribui para incentivar a migração dos informais para a economia formal e sob controle estatal em muitos aspectos. No entanto, não há neste Estatuto nenhuma referência expressa aos empreendimentos solidários que à luz da sustentabilidade econômica é importantíssimo.

Esta omissão tem consequências negativas em face do arcabouço jurídico aprovado por meio da Lei Complementar nº 123/2006, pois há risco de exclusões, entre elas não participar no Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (artigo 2º, II), que é um espaço público importante onde se pode discutir políticas públicas para o setor, em especial para o empreendedorismo solidário, que tem peculiaridades que justificam a inclusão neste momento da democracia participativa.

Os estudos feitos pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) revelam a correlação entre a informalidade e os empreendimentos econômicos solidários (DIEESE, 2015). Os pontos destacados reafirmam a tese de que a informalidade afeta diretamente os principais objetivos da Economia Solidária: i) acesso e permanência no mercado; ii) número de pessoas; iii) periodização das assembleias (democracia deliberativa); e iv) participação política. Portanto:

Ser informal, em uma economia capitalista, entretanto pode trazer muitas limitações ao desenvolvimento de qualquer atividade econômica. Deve-se destacar que ser informal não significa ser automaticamente precário, embora essa condição esteja mais vinculada a essa posição mais fragilizada de acesso aos mercados abertos ou institucionais. Sem uma condição de formalidade juridicamente adequada, o empreendimento passa a ter dificuldades de assumir responsabilidades legais diante de órgãos públicos e privados, o que impõe, portanto, barreiras não triviais para seu crescimento e desenvolvimento sustentável. (DIEESE, 2015, p. 58)

Outro estudo importante que visa consolidar o mesmo entendimento é a contribuição de Luiz Inácio Germany Gaiger, Adriane Ferrarini e Marília

Veronese (2018) a respeito da visão gradualista da economia solidária. Partem da concepção da tipologia weberiana ao traçar uma pluralidade de expressões solidárias correlacionando as suas formas jurídicas. Assim, subdividem-se em três grandes grupos: i) Empreendimentos Autogestionários Alternativos; ii) Economia Solidária; e iii) Setores Afins. Dentro da perspectiva gradualista, os autores desenvolvem que os graus mais avançados dos principais objetivos dos empreendimentos econômicos solidários (a partir da elaboração de indicadores que expressam a atividade econômica, o compromisso sociais e a gestão democrática), que revelam a organização institucional ser diretamente relacionado ao sucesso destes objetivos. Em suma, as cooperativas são as que melhor conseguem captar e efetivar os princípios da Economia Solidária de autogestão, seguidas das associações, que possuem dificuldade no indicador da atividade econômica. Já os grupos informais compõem os setores afins e alguns de Economia Solidária, o que implica a conclusão de que a própria regulamentação dos empreendimentos afeta o seu modo de agir e produzir nos aspectos do acesso e permanência, gestão democrática e compromisso social.

Contudo, a literatura de Economia Social e Solidária, no que tange a formatação jurídica, centra-se suas análises na personificação jurídica das cooperativas. Propõe-se, no próximo tópico, a reflexão da possibilidade de estender aos empreendimentos econômicos solidários (EES) o regime favorecido e diferenciado contido na Lei Complementar nº 123/2006 a fim de configurar e ampliar o acesso em redes do empreendedorismo individual, que, por sua vez, encontra-se em reconhecimento a outros que compartilham as mesmas visões de mundo para uma reprodução da vida ampliada para além do lucro.

ESTATUTO DA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE E AS POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS

A informalidade enquanto fenômeno dos países subdesenvolvidos é extensiva nos empreendimentos econômicos solidários, conforme exposto. O enfrentamento a esta realidade depende de iniciativa política tal qual a do Estado brasileiro que se iniciou em 1988 com a promulgação da

Constituição Federal, nos termos da competência prevista no artigo 170, IX. É direito dos empreendedores de pequeno porte um tratamento diferenciado em relação aos demais que atuam no domínio econômico, em face do princípio da isonomia material. Com a Lei Complementar nº 123/2006, a competência constitucional foi exercida e, assim, tem-se um arcabouço jurídico que tem o nível de norma geral e que vincula a todos os membros da federação brasileira. Foi uma grande conquista, pois as normas gerais têm esta força de uniformização de tratamento para alcançar a harmonização do sistema jurídico. Desta forma, cumpre-se os fundamentos do Estado brasileiro previstos no artigo 1º, III e IV, que determina perseguir a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. Além de atender a alguns dos objetivos do Estado que estão no artigo 4º, II e III, que são os de garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza, reduzir a marginalização e as desigualdades sociais e regionais.

Considerando as competências normativa, de fiscalização, incentivo e planejamento para intervenção do Estado sobre o domínio econômico previstas no artigo 174 da Constituição, tem-se que este estatuto é uma intervenção: normativa, pois traz um regramento inaugural para o setor; o texto normativo traz ao ordenamento jurídico, predominantemente, normas de incentivo; prevê um sistema de fiscalização em vários aspectos, entre eles, o tributário; quanto ao planejamento, significa incluir nas diretrizes plurianuais e anuais políticas públicas para dar efetividade às obrigações que estão previstas na lei, neste sentido tem-se a exemplificar a obrigação legal, prevista no estatuto em análise, de oferecer créditos ao setor, por meio de bancos públicos.

Apesar de todos estes avanços, infelizmente, os empreendimentos solidários não foram incluídos, expressamente, no texto normativo da LC nº 123/2006. O reclamo é no sentido de que, embora este setor esteja inserido entre os empreendedores de pequeno porte tradicionais, tem peculiaridades importantes, entre elas a formação de redes de colaboração solidária a fim de estimular outros empreendimentos solidários em detrimento ao fornecimento e consumo de insumos e produtos de grandes empresas já estabelecidas no mercado. Assim, os empreendedores solidários pautados

na sustentabilidade, tanto na produção quanto no consumo, possam desenvolver cadeias e auferir lucros que correspondam aos compromissos sociais e ambientais dos empreendimentos com a comunidade: i) alimentação saudável (utilização mínima de agrotóxicos); ii) ausência de mão de obra assalariada; iii) promoção ao comércio justo e à identificação de selos entre produtores e consumidores; iv) respeito e compromisso ao desenvolvimento local pautados na sustentabilidade social e ambiental.

As sugestões de alteração da LC nº 123/2006 envolvem os seguintes aspectos: definir um microempreendedorismo dentro dos princípios e lógicas da economia solidária; indicar novas possibilidades sobre as normas de incentivo que são importantíssimas para atrair os empreendedores solidários por meio do acesso, políticas para permanência e o direito a participar da gestão do sistema no órgão Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Para tanto, há importantes argumentos que podem compor as justificativas das alterações importantes para ampliar a abrangência neste marco regulatório.

Em face aos argumentos expostos, a pesquisa propõe alterações no estatuto para abarcar os empreendimentos solidários. A primeira sugestão é traçada pela criação de um setor próprio destinado aos empreendimentos solidários dentro da própria lei, assim como se estabelece tratamento diferenciado para os Microempreendedores Individuais (artigo 18-A) e para Inova Simples (artigo 65-A). A segunda hipótese é a inclusão da configuração do empreendedor solidário individual na definição do Projeto de Lei nº 137/2017 (Lei de Economia Solidária); o projeto de lei não dispõe sobre o empreendedor individual, mas, seguindo os critérios da inserção nas redes de colaboração solidária, explana-se a possibilidade de inclusão (MANCIE, 2005).

Portanto, exemplifica-se nos tópicos a seguir o dever estatal da intervenção sobre o domínio econômico, conforme preceitua o artigo 174 da Constituição Federal de 1988. Inicia-se a identificar o setor a ser regulado e as normas que vão definir os destinatários da norma. Então, por meio das normas promocionais, impulsionar condutas que expressem externalidades

positivas na ordem econômica. Prossegue-se ao explanar quais as facilidades de acesso e permanência ao mercado que o ordenamento jurídico atual permite que seja extensível à Economia Solidária. E, por fim, a proposta da representação política dos empreendimentos solidários via criação de uma gestão colegiada que possa promover espaços de diálogos institucionais, aferindo deliberações dos atores sociais que compõem o setor.

DESTINATÁRIOS DO ESTATUTO DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A Lei Complementar nº 123/2006, no 3º artigo, define o Microempreendedor e a Empresa de Pequeno Porte com base no faturamento anual bruto de cada tipo societário. Também, o artigo 18-A da mesma lei vem conceituar o microempreendedor individual (MEI), partindo do mesmo critério do faturamento (neste caso, menor, R\$ 81.000,00 ao ano) e optante do Simples Nacional. Observa-se que a referida lei claramente preferiu o critério do faturamento para diferenciar com outros tipos societários do Código Civil.

O contexto histórico e social da lei complementar visava, sobretudo, o combate à informalidade. Contudo, esta continua a crescer enquanto fenômeno brasileiro. Segundo os estudos do Banco Central (2019), a média dos rendimentos da população informal é de R\$ 1.530,00 mensais, o que concluímos ser um valor menor do que o próprio critério do faturamento do microempreendedor individual (R\$ 6.750,00 mensais).

Consequentemente, conclui-se pela opção de o microempreendedor solidário estar contido dentro das conceituações do MEI, uma vez que o trabalho e o capital estão reunidos em uma só pessoa. Destaca-se, então, a correlação entre o microempreendedor individual e a economia solidária. Tem-se dois desafios neste momento: i) abranger o microempreendedor dentro dos princípios e lógicas da economia solidária; e ii) quais as razões de um tratamento diferenciado para o setor de empreendedores solidários.

A literatura sobre Economia Solidária respalda-se nas construções coletivas dos atores sociais em organização autogestionária e democratizada (SINGER, 2002). O Projeto de Lei nº 137/2019, no artigo 4º, não contempla a possibilidade do empreendedor individual. Ora, neste momento, discorda-se com a proposta de lei, pois acredita-se que possa haver os princípios e as características da solidariedade no empreendedor individual. Pois, argumenta-se, não há acumulação nem exploração do trabalho de outrem (extração da mais-valia) nos empreendedores individuais, além de que o capital e o trabalho misturam e englobam-se na mesma pessoa. A fim de construir uma possibilidade via inclusão das redes solidárias, crê-se que o empreendedor poderia enquadrar-se enquanto solidário partindo do pressuposto do reconhecimento de outros empreendedores que almejam uma racionalidade para além da esfera econômica, que possam realizar relações sociais e trocas mercantis priorizando o indivíduo e o meio-ambiente e não só o lucro. Não abranger os individuais na composição da solidariedade é desprezar todo um potencial humano e social que almeja outras formas de sociabilidade.

Após compreender a possibilidade da inclusão do microempreendedor ao contexto da Economia Solidária, busca-se modos de efetivá-la enquanto regime diferenciado dentro da própria sistematização da lei complementar. Enquanto conceituação da lei, propõe-se o microempreendedor solidário nos mesmos parâmetros do artigo 18-A (MEI). Assim, avança-se a traçar as características de sustentabilidade e comércio justo enquanto prerrogativas para um tratamento favorecido. Ora, concebe-se essa ideia a partir do momento da construção de uma rede entre os empreendedores, trata-se da concepção da horizontalidade nas relações e o acesso às informações desde a produção ao consumo. Por fim, a construção da rede de colaboração solidária poderá ser efetivada via processo legislativo (alterações do estatuto ou, então, a inclusão dos microempreendedores individuais no marco regulatório da Economia Solidária).

Em conclusão, ao definir o procedimento a ser adotado, também define-se os destinatários da norma. O processo legislativo na inclusão de um setor solidário a ser regulado pelo estatuto pode ser uma alternativa a configurar as

políticas de inclusão econômica aos empreendimentos solidários, sobretudo os informais. O Inova Simples contido no artigo 65-A é um exemplo sobre a regulação do setor de informática que o Estado atentou a estimular, não há razão de ser diferente quanto aos empreendimentos solidários. Contudo, a melhor alternativa é a institucionalização e regulação da Economia Solidária, incluindo a perspectiva do microempreendedor solidário enquanto destinatário das políticas públicas e do sistema nacional de economia solidária, consequentemente, criando e alterando a Lei Complementar nº 123/2006 ao promover o setor solidário baseado nos microempreendedores individuais seguindo os princípios e os objetivos da Economia Solidária.

IMPORTÂNCIA DAS NORMAS PROMOCIONAIS PARA A INCLUSÃO ECONÔMICA

Neste momento, é oportuno lembrar as lições de Hernando de Soto (2001) no mistério do fracasso legal, pois apresenta-se o primeiro desafio: o fracasso da lei coercitiva. O direito possui força em determinar condutas, contudo muitas vezes o mundo do ser e do dever ser são destoantes. Assim, salienta-se os estudos de Norberto Bobbio (2007) no livro *Da estrutura à função*, no qual o Estado de Bem-Estar Social ou Socialdemocrata possui uma estrutura jurídica que vá além do mero caráter sancionatório da norma. Bobbio vem propor uma concepção jurídica que vise a efetividade e o impacto sobre as condutas positivas humanas (desejadas). Em suma, as normas promocionais tornam-se de extrema valia para os tempos atuais, o direito reinterpreta a realidade aos pressupostos da efetividade e busca estimular condutas positivas ao combate das externalidades negativas, apenas uma estrutura apta de estímulo viabilizaria dentro do campo da liberdade condutas de externalidades positivas.

Crê-se que os mecanismos das normas promocionais prezam pelas boas condutas dos agentes econômicos, o que viabilizaria aspectos ambientais e sociais, tais como uma produção circular e reaproveitamento dos recursos, consumo e produção de mercadorias vindas da produção local e regional

(principalmente da agricultura familiar), a ausência do uso de agrotóxicos de larga escala, priorização de serviços diretos (sem intermediários), acesso a informação, entres outras propostas a serem delineadas na proposição da lei de incentivo. Destaca-se que, dentro da sistematização dos microempreendedores solidários, haveria a necessidade da composição em redes de colaboração, de modo que possam se reconhecer uns aos outros em suas finalidades e objetivos, fomentando e expandindo as redes de produção e comércio.

INCLUSÕES POR MEIO DO ACESSO AO DOMÍNIO ECONÔMICO FORMAL

A análise da Lei Complementar nº 123/2006 e da Lei de Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019) permite visualizar dentro do arcabouço jurídico as facilidades e o tratamento diferenciado para os pequenos empreendedores adentrarem ao domínio econômico formal.

Os capítulos III (“Da inscrição e baixa”), V (“Do acesso ao mercado”) e IX (“Do estímulo ao crédito e a capitalização”) dispõem sobre normas de acesso ao mercado. A facilitação e redução de custos, o tratamento favorecido, a licitação de compras públicas e a disponibilidade de conseguir créditos refletem o interesse estatal em apoiar e favorecer os destinatários da LC nº 123/2006. Outro ponto de destaque é a Lei de Liberdade Econômica. Dentre tantas alterações no âmbito municipal, principalmente referentes aos alvarás, esta lei representou o predomínio do acesso ao mercado e à livre-iniciativa.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PERMANÊNCIA NO DOMÍNIO DA ECONOMIA FORMAL

Destaca-se as políticas públicas direcionadas ao Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Identifica-se no capítulo IV (“Dos tributos e contribuições”) a sistematização tributária do Simples Nacional. A lei facilita o acesso e o recolhimento dos tributos e contribuições devidas a um único documento (artigo 13). Além de ser constituído por

instâncias e membros comprometidos à política do setor, como o Comitê Gestor do Simples Nacional, que, entre outras prerrogativas, encaminha e representa os microempreendedores na sede da União.

Prossegue-se, também, no artigo 55, §1º, o critério da dupla fiscalização, aliado ao artigo 76-A, que estabelece o apoio de diversos setores sociais para a consolidação dos empreendimentos. Ora, ambos os artigos citados conjuntamente estimulam a permanência do empreendimento, uma vez que não poderá ser multado na primeira visita, possuindo prazos para regularizar conforme a lei determina, assim permitindo que instituições auxiliem tecnicamente de modo a compatibilizar os empreendimentos às exigências normativas.

EFETIVIDADE DO SISTEMA POR MEIO DA GESTÃO COLEGIADA

Não se deve restringir as políticas ao acesso e à permanência; os empreendedores solidários também almejam participar das decisões e construir novos meios para a efetivação da justiça social. Assim, a Lei Complementar nº 123/2006 contempla a possibilidade da inserção política e participativa por meio dos órgãos colegiados, conforme artigo 2º.

Conforme explanado, as possibilidades legislativas deverão conter a presença do Comitê Gestor do Setor Solidário, a fim de incorporar e participar deliberativamente das instâncias do artigo 2º da Lei Complementar nº 123/2006 (I-Comitê Gestor do Simples Nacional; II-Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e; III-Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios).

Em síntese, o processo de participação política via gestão colegiada ampliaria os princípios e redimensionaria a discussão nessas instâncias, além de promover o debate da Economia Solidária, permitindo que avancem dentro do campo político e discursivo outros modos de pensar, produzir e consumir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face do exposto, parte-se da constatação de que o processo e o fenômeno da informalidade resultante da América Latina possuem causas históricas, sociais e econômicas, sendo que muitas delas são estruturais das próprias condições do capitalismo periférico. Hernando de Soto, em sua obra *O Mistério do Capital*, contribuiu para avaliar sobre as possíveis causas de o sistema econômico capitalista avançar com inclusões nos países desenvolvidos e não ocorrer o mesmo nos países subdesenvolvidos. Alerta que o mercado informal existe e tem um importante potencial de capital, que denomina capital morto, pronto a replicar-se e promover inclusões socioeconômicas. Entre as análises, destaca a importância da intervenção do Estado para gerar oportunidades de regularização da propriedade material ou imaterial que está presente de fato e não de direito no âmbito desta economia. Por meio de um arcabouço jurídico (redoma de vidro), ter-se-á iguais oportunidades entre os agentes que estão no domínio econômico.

O Brasil, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 170, IX, prevê competência para os governos promoverem tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte. Entre tais, a regularização das atividades, reconhecendo o direito de propriedade, por meio das diferentes formas de organização, para empreendedores individuais ou empresas. Este reconhecimento jurídico traz o capital para dentro da redoma de vidro e cria as possibilidades de replicação. Somente 18 anos após, foi aprovada a LC nº 123/2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Nele tem-se inúmeras normas de incentivo para o acesso e permanência no mercado, além de prever um sistema de gestão com a participação dos órgãos federais competentes e das entidades vinculadas ao setor.

A pesquisa aponta a importância de propor alterações neste estatuto para incluir de modo expresso o setor do empreendedorismo solidário. Para tanto, é necessário delimitar este setor como sendo aquele em que capital e trabalho estejam reunidos em uma única pessoa, além de participar de redes de colaboração solidária a ser definidas em Lei Ordinária da

Economia Solidária (Projeto de Lei nº 137/2019). As práticas e condutas devem ser pautadas na solidariedade e cooperação entre os empreendedores solidários com base no comércio justo (ausência do intermediador nas trocas mercantis) entre o consumo e a produção sustentáveis, partindo das normas promocionais a fim de estimular a comercialização pautadas na sustentabilidade social e ambiental.

Para tanto, sugere-se mudanças, tais quais: a) acrescentar um empreendimento cujos agentes sejam, exclusiva e simultaneamente, os detentores do capital e do trabalho e que estariam incluídos nas múltiplas possibilidades de organização da economia solidária; b) garantir direito à representatividade dos empreendimentos solidários junto ao Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte; e c) normas de incentivos para colaboração entre fornecedores cujos titulares estão sob o regime da Economia Solidária e para participar nos negócios públicos.

Gerar oportunidades aos grupos econômicos marginalizados pelo sistema formal para ingressar na redoma de vidro é caminho eficiente para promover inclusão socioeconômica. Portanto, as políticas de acesso e permanência no mercado são de suma importância para o combate da informalidade, inclusão socioeconômica, distribuição de renda e promoção da justiça social.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL. Evolução dos mercados de trabalho formal e informal nos recentes ciclos de atividade econômica. *Estudo Especial*, n. 67, 2019. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/EE067_Evolucao_dos_mercados_de_trabalho_formal_e_informal_nos_recentes_ciclos_de_atividade_economica.pdf. Acesso em: 28 abr. 2021.

BOBBIO, N. *Da estrutura à função: novos estudos da teoria do direito*. Barueri: Manole, 2007.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 abr. 2021.

BRASIL. Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm. Acesso em: 28 abr. 2021.

CARNEIRO, L. IBGE: Desemprego fica em 14,2% no trimestre até janeiro, recorde para o período. *Valor*, 31 mar. 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/03/31/taxa-de-desemprego-fica-em-142percent-no-trimestre-movel-ate-janeiro-mostra-ibge.ghtml>. Acesso em: 20 abr. 2021.

DAGNINO, R. *Tecnociência Solidária: um manual estratégico*. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *Informalidade na Economia Solidária*. São Paulo: Senaes, 2015.

GAIGER, L. I.; FERRARINI, A.; VERONESE, M. O Conceito de Empreendimento Econômico Solidário: Por uma Abordagem Gradualista. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, p. 137-169, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Quarto Trimestre de 2020*. Brasília, DF: IBGE, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2020_4tri.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

MANCE, E. A. A revolução das redes de colaboração solidária. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECONOMIAS SALESIANAS, 2005, Sevilha. *Anais* [...]. [S. l.: s. n.], 2005.

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOTO, H. *O Mistério do Capital*. Tradução Zaida Maldonado. Rio de Janeiro: Record, 2001.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE GERAÇÃO DE RENDA: O CAMINHAR E IMPORTÂNCIA DO MARCO LEGAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Maria de Nazaré Moraes Soares¹

Paulo Torres²

INTRODUÇÃO

Os desafios para a geração de emprego e renda têm sido um ponto crítico das políticas públicas no Brasil, em conjunto com quadros persistentes de desemprego estrutural e uma crescente da economia informal. A partir dos anos de 1990, ocorreu uma ampliação de grupos produtivos de base associativista e cooperativa baseados na perspectiva da autogestão, hoje identificada como Economia Solidária (ES); tal movimento de geração de renda abrange categorias sociais e modalidades diversas de organização, tais como unidades informais de geração de renda, associações de produtores e consumidores, sistemas locais de troca, comunidades produtivas autóctones e cooperativas dedicadas à produção de bens, à prestação de serviços, à comercialização e ao crédito (GAIGER, 2011). Ao considerar as diferentes perspectivas e modos de desenvolvimento, a ES se desenvolve onde persiste a desigualdade. No Brasil, a desigualdade socioeconômica vem sendo um dos temas mais debatidos de forma interdisciplinar, notadamente em momentos de crise sistêmica agravada pela pandemia da covid-19. Ainda que

¹ Professora Adjunta da Universidade Federal do Ceará – Departamento de estudos Interdisciplinares. Professora do Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas Coordenadora do Núcleo de estudos em Gênero, Idade e Família

² Professor da Universidade Estadual do Ceará Doutorando em Administração - PPGA/UECE .Mestre em Avaliação de Políticas Públicas - PPGAPP/UFC. Advogado especialista em Direito Público e Administrador.

os debates primem pelo desenvolvimento econômico, algumas análises avaliam o perigo em priorizar desenvolvimento econômico em detrimento da dimensão social, especialmente em países de economia dependente como o Brasil (POLANYI, 2011).

Singer (2008) aponta a ES como um movimento que estimula a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão, e se norteia pela solidariedade entre os atores e comunidades. As características dessas novas formas de organização estão pontuadas em Laville (2009): coopeção, autogestão, sustentabilidade, solidariedade, democracia, desenvolvimento humano, responsabilidade social, participação e igualitarismo. Singer (2008) observa que a transferência do trabalho da indústria para o comércio e para o setor de serviços ao longo das últimas décadas do século XX significou também uma substituição do trabalho assalariado pelo trabalho por conta própria, havendo a pressão dos empregadores sobre o Estado para que ele deixe de intermediar a relação trabalho-capital. Pontua-se, ainda, os impactos das novas reformas governamentais no mercado de trabalho, ampliando-se a vulnerabilidade de condições às quais os trabalhadores estão submetidos (PESQUISA NACIONAL, [2020]; IPEA, 2017; UNDP, 2014). Nesse sentido, assim como observam Gaiger (2011) e Laville (2009), a contribuição da Economia Solidária reside principalmente em ampliar as perspectivas das pessoas, de emancipá-las no processo de participação ativa do progresso social através da união das dimensões trabalho e educação.

Em 2006, os atores da ES organizaram a primeira Conferência Nacional da Economia Solidária (Conaes), visando fortalecer as discussões sobre as demandas gerais e específicas dos grupos produtivos das diversas regiões do país. A organização dos trabalhadores não ocorreu por acaso, conforme mapeamento elaborado pelo extinto Sistema de Informações da Economia Solidária (Ministério do Trabalho e Emprego), o Brasil contava em 2014 com 19.708 empreendimentos em mais de 2.804 municípios. Estima-se que a ES movimente, por ano, R\$ 12 bilhões (BRASIL, 2014). Desde antes da primeira Conaes, o movimento da ES demanda um marco legal que possibilite um respaldo institucional às atividades desenvolvidas pelos empreendimentos, visando reconhecimento e interesse por parte do

poder público pelas práticas e políticas da ES, que se relacionam, por exemplo, com as políticas de geração de emprego e renda, desenvolvimento local e com a Política Nacional de Resíduos Sólidos. As demandas por políticas públicas relacionadas à ES sinalizam, de modo incremental, o desejo em avançar inclusive na participação junto ao orçamento público, através do fomento de recursos e/ou apoio. Segundo Silva e Silva (2015), em contraposição às demandas de fortalecimento por parte do movimento da ES, há relativa lentidão no processo de estruturação de luta por um marco legal que possibilite os avanços necessários, notadamente em contextos de crise como o da pandemia covid-19.

Nesse sentido, a pesquisa procura analisar como está caminhando a tramitação do marco legal para a organização das políticas públicas voltadas para os arranjos produtivos de geração de trabalho e renda da Economia Solidária. A pesquisa tem natureza exploratória e descritiva, utilizando-se de uma abordagem qualitativa nas etapas de coleta e análise dos dados. A coleta de dados foi realizada a partir dos documentos legais e dados públicos relacionados à tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 137/2017. Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas a partir da perspectiva da história oral temática, considerando-se que tal metodologia é a que mais se aproxima dos atores das organizações sociais, onde visa-se reconhecer as vozes dos atores envolvidos e que por muitas vezes são esquecidas ou invisibilizadas (MEIHY, 2002).

OS CAMINHOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

No debate atual sobre desigualdade, o desemprego tem sido um dos principais fatores de observação, uma vez que a geração de renda é prejudicada e os indivíduos são impossibilitados de consumir, inclusive o básico, e levados a um quadro de exclusão (DOWBOR, 2006). Nesse sentido, Singer (2008) observa que a transferência do trabalho da indústria para o comércio e para o setor de serviços que ocorreu durante as últimas décadas do século XX significou também uma substituição do trabalho assalariado

pelo trabalho por conta própria, havendo a pressão dos empregadores sobre o Estado para que ele deixe de intermediar a relação trabalho-capital. Além disso, observa-se que as novas configurações do mercado de trabalho impendem grande parte da população de alcançar postos de trabalho formais, e o contingente de pessoas demitidas das organizações dificilmente encontrará novos espaços, pois as oportunidades de emprego formal estão cada vez mais selecionadas, resultando em elevadas taxas de desemprego. Nesse sentido, o cooperativismo emergiu como uma alternativa à exclusão de trabalhadores do processo de produção, consumo e comercialização e está presente em quase todos os países do mundo e representa importância econômica, social e política, contudo, as pesquisas a respeito do cooperativismo são escassas e restritas a algumas áreas do conhecimento científico. Existe uma necessidade de que a academia se dedique a estudar o cooperativismo, que, mesmo que não se apresente um consenso entre a teoria e a prática cooperativista em todo o mundo, se configura como um campo aberto de crescimento em termos de pesquisa e prática (SILVA; PEREIRA; PEREIRA, 2014; FERRARINI; GAIGER; SCHIOCHET, 2018). O tema da Economia Solidária, portanto, é amplo e disperso, e abrange diversas áreas, porém ainda se apresenta pouco interesse em estudar o cooperativismo como forma de gestão específica, em especial em suas práticas de autogestão e em contexto de complexidade de dinâmicas.

A cooperação ou associação de trabalhadores em negócios sociais da Economia Solidária no Brasil oferece meios de mobilização e incentiva o crescente compromisso em construir meios reais de subsistência, construindo, ao mesmo tempo, outro paradigma de valores sociais, onde os indivíduos tornam-se parte ativa. O movimento da Economia Solidária é baseado em princípios como reciprocidade, bem viver, cooperação, comércio justo e sustentabilidade (ARRUDA, 2003; SINGER, 2008). Laville (2009) e Gaiger (2011) acrescentam que as práticas de cooperação emancipam os atores envolvidos na formação de uma identidade, e na expansão da cidadania, bem como no aprendizado através da cooperação. O cooperativismo e associativismo surgem como uma forma autônoma de organização do trabalho e percepção de renda, envolvendo atores econômicos, sociais e

governos, tendo como maior benefício o aprendizado e a compreensão de um futuro sustentável (MORIN, 2007; SINGER, 2008). Para autores como Mance (2002) e Laville (2014), são características marcantes do cooperativismo são: a existência de interesses e objetivos comuns, com esforços e capacidades comuns, propriedade partilhada, seja ela coletiva parcial ou totalmente, bem como a divisão de responsabilidades ou dificuldades, de forma autogestionária, beneficiam não só a dimensão econômica dos empreendimentos como a dimensão.

Para Vieta (2015), a autogestão na Economia Solidária prefigura o “novo cooperativismo” através da autodeterminação dos trabalhadores na luta por melhores condições de trabalho em ambientes de exploração. Além disso, segundo o autor, a autogestão carrega em si uma força educativa libertadora que molda o futuro no presente, construindo possibilidades de mudanças mais estruturais em longo prazo.

No Brasil, os empreendimentos da Economia Solidária surgem como uma forma de enfrentamento à crise do desemprego e exclusão social (FRANÇA FILHO, 2007; SINGER, 2008). Esses negócios são geridos pelos próprios atores desses empreendimentos, que passam a lidar com questões de gestão que antes eram-lhes relegadas; nesse novo contexto, os trabalhadores precisam cooperar entre si, e ao mesmo tempo entender o processo de produção e gestão como um todo, para que possam tomar as decisões mais acertadas. Essa nova dinâmica de trabalho exige uma disponibilidade interna para cooperar e dividir os riscos e ganhos do empreendimento; quem está gerindo os negócios são os próprios trabalhadores, portanto, todos são corresponsáveis pelo empreendimento de forma solidária. Neste sentido, a ideia de uma economia baseada em valores solidários tem sido cada vez mais fortalecida; no Brasil, encontramos inúmeras iniciativas que trabalham nesses moldes e em expansão (SILVA; PEREIRA; PEREIRA, 2014; FERRARINI; GAIGER; SCHIOCHET, 2018).

O mercado, não raro, pressiona a sociedade a incorporar seus valores como fundamentais, e mesmo essenciais, e a tentação de ceder constantemente a esse sistema de competição exige uma maior organização

da sociedade, principalmente no compartilhamento dos valores de cooperação. Instituições incorporadas ao contexto dos movimentos sociais são mais propensas a sustentar um maior compromisso com a transformação conjunta (ASSEBURG; GAIGER, 2007). Dessa forma, o debate atual sobre o cooperativismo enfatiza a necessidade de estratégias de fortalecimento desses negócios sociais, visto que a maior dificuldade destes empreendimentos é o acesso ao mercado e a comercialização de seus produtos, seguidos da insuficiência de assessoramento técnico e de gestão (BRASIL, 2007). De fato, essa constatação pode ser identificada tanto no contexto brasileiro quanto no contexto internacional (SPEAR, 2004; BORZAGA; TORTIA, 2007; GRASSL, 2012). Em um mercado imperfeito e de competição assimétrica, há motivos para acreditar que a gestão dos empreendimentos cooperativos deve buscar ferramentas de organização socioprodutiva e de consolidação dos negócios e assim potencializar as ações individuais e garantir-lhes a robustez necessária ao enfrentamento de um ambiente geralmente inóspito aos negócios sociais (BRASIL, 2007; SINGER, 2008).

Segundo Silva, Pereira e Pereira (2014), uma das abordagens referentes ao cooperativismo defende que o movimento deve ser reformulado para refletir o que ocorre na realidade, adaptando as regras estabelecidas em Rochdale, os primórdios do cooperativismo. Dessa forma, a prática cooperativista pode se utilizar de ferramentas e métodos de gestão estratégica que possam lhe garantir sustentabilidade econômica e um ambiente competitivo. Nesse sentido, a modelagem de negócios de cooperativas surge como uma alternativa viável de concepção e estruturação de estratégias de colocação desses empreendimentos no mercado (YUNUS, 2010). As cooperativas são geralmente relacionadas a organizações comunitárias sem fins lucrativos, mas vêm se tornando cada vez mais um modelo comercial comum para as empresas que prestam serviços (cooperativas de consumo) ou geram empregos/trabalho (cooperativas de trabalhadores) para seus cooperados. Há também híbridos cooperativos, como cooperativas de trabalhadores que também são cooperativas de consumidores ou cooperativas de crédito. Em suma, uma cooperativa é uma organização cuja propriedade é conjunta e se dedica à produção e/ou comercialização de bens e/ou

ao fornecimento de serviços, operados por seus membros para benefício mútuo. Mesmo não sendo totalmente orientadas ao lucro, as cooperativas geram renda. O modelo de negócio de cooperativas é, por sua natureza legal, uma organização sem fins lucrativos. Elas costumam cobrar uma taxa de administração para se tornar um membro (para comprar ações) e uma taxa mensal para cobrir os custos operacionais. O sucesso do modelo social de negócio está diretamente relacionado ao seu potencial de agregar seus membros e gerar benefícios para estes de forma contínua e sustentável, se mantendo fiel aos princípios do mutualismo. Dessa forma, é preciso que o negócio seja capaz de reinvestir lucros em melhores produtos e serviços, alinhados com as necessidades de seus sócios cooperados e do mercado.

De outra parte, o mundo dos negócios também precisa aprender com o movimento cooperativista. A revolução digital, a era do cliente, a globalização e a velocidade das mudanças em todas as áreas do conhecimento vêm afetando diretamente o mundo dos negócios. A ciência da administração de empresas, que ganhou força a partir do início do século XX, vem precisando incorporar uma série de novos conceitos para atuar em meio a essas mudanças. A Economia Solidária, como qualquer negócio, é um sistema que combina vários elementos, interconectados, de forma a constituir um todo organizado, essencialmente complexo (MORIN, 2007). Entende-se que um negócio é um sistema porque ele é constituído por várias partes ou funções e necessita de todas elas para ser bem-sucedido, cujas variáveis de eficiência dependem de várias perspectivas, inclusive a do Estado de Direito, notadamente em contextos de crise como o da pandemia de covid-19.

A Economia Solidária luta cada vez mais pela inclusão de suas demandas na agenda de decisões legislativas, através do fomento de políticas públicas e pela defesa do setor cooperativista junto ao judiciário, em especial na adequação do tratamento tributário ao ato cooperativo ou mesmo na aproximação e realização de parcerias com o Estado que diminuam a assimetria de condições no mercado para estes empreendimentos (ASSEBURG; GAIGER, 2007). Além disso, o estudo do Direito Cooperativo, tendo em vista sua aplicação prática, se relaciona diretamente

com as práticas cotidianas das cooperativas, pois busca o sentido que oferece a base que sustenta a estrutura lógica do texto legal. Nesse sentido, o cooperativismo é uma doutrina, uma vez que possui bases filosóficas estáveis que dão sustentáculo, na forma de princípios, à criação dos textos legais reguladores da sociedade cooperativa e mesmo do sistema, portanto, é necessária a elaboração de políticas públicas de apoio às cooperativas, prestação de auxílio técnico visando a sustentabilidade dos negócios cooperativos, formação de parcerias.

O MARCO LEGAL COMO PROCESSO DE FORTALECIMENTO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Como um modo de promover a inserção social e econômica de milhares de pessoas através de estruturas associativas e democráticas de organização e produção de trabalho, a Economia Solidária atua como uma expressão importante da atividade econômica na geração de renda, aliando elementos que se afiguram justos e democráticos a partir da ideia desagregada do contexto precarizador do trabalho firmado sob a ótica do sistema capitalista, onde os trabalhadores não são considerados apenas meros integrantes da cadeia produtiva, mas valorizados a partir de sua condição, unindo a perspectiva do trabalho e da vida. Neste sentido:

A Economia Solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igualem cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade. (SINGER, 2008, p. 10)

No Brasil, esse modelo de organização de trabalho teve impulso a partir da década de 1990, por meio de empreendimentos econômicos solidários vistos como um novo caminho frente ao desemprego que assolava o país, reflexo das primeiras investidas neoliberais de reestruturação econômica

nacional. A partir daí, com o crescimento desse novo olhar para a forma associativa e de reorganização de trabalho, a busca por sua institucionalização passou a compor os objetivos do movimento da Economia Solidária, bem como de outros setores da sociedade civil diretamente engajados na construção desse novo paradigma laboral, como a Igreja Católica, através da Cáritas Brasileira, os movimentos sociais, ONGs e instituições de ensino, a fim de que lhe fossem asseguradas garantias e direitos comuns a qualquer outra atividade econômica.

Apesar do estímulo, proteção e garantia conferidos às atividades cooperativistas e associativistas pela Constituição de 1988, através de §2º do artigo 174, as primeiras políticas públicas voltadas ao fomento de atividades relacionadas com a economia solidária foram criadas apenas na década de 1990 (SANCHEZ, 2012) por estados e municípios, a fim de viabilizar mecanismos que a desenvolvessem de maneira eficaz, atendendo as demandas que lhe são inerentes. Contudo, tais políticas e incentivos, por estarem atrelados aos planos de governos – e não às políticas de Estado –, mostravam-se sem continuidade, sem a segurança jurídica necessária para a sua consecução. Daí que, com a regulação de tais atividades, a partir do papel do Estado enquanto institucionalizador de iniciativas de desenvolvimento de ações e políticas relacionadas com a Economia Solidária, visa-se garantir dignidade a milhões de mulheres e de homens, ao fornecer subsídios suficientes (tangíveis e intangíveis) para trabalharem. A institucionalização social e jurídica da Economia Solidária, o reconhecimento formal de atividades decorrentes de empreendimentos econômicos solidários, bem como dos direitos, deveres e garantias das comunidades e dos atores envolvidos, são passos necessários e uma luta do movimento que visa dar maior alcance e possibilidades de implementação de políticas públicas que efetivem tais direitos e garantias.

Notadamente, em 8 de novembro de 2012, foi apresentado o Projeto de Lei nº 4.685, de autoria do deputado Paulo Teixeira (PT/SP), Eudes Xavier (PT/CE), Padre João (PT/MG), Luiza Erundina (PSB/SP), Miriquinho Batista (PT/PA), Paulo Rubem Santiago (PDT/PE), Bohn Gass (PT/RS) e Fátima Bezerra (PT/RN). Referido projeto de lei, considerado o marco legal da Economia Solidária no Brasil, prevê a criação da Política Pública Nacional de Economia

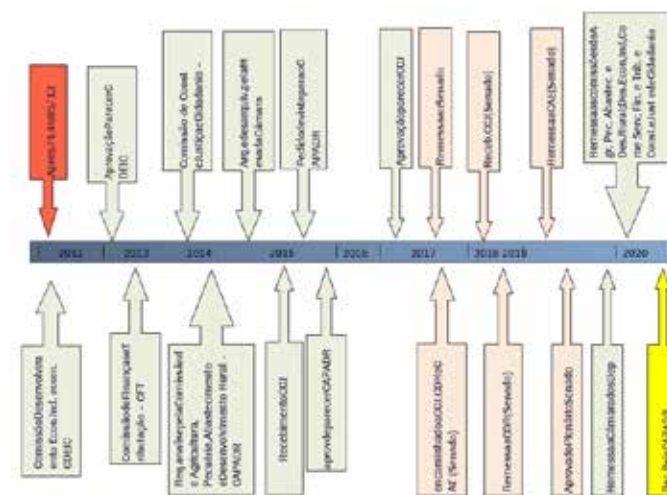
Solidária como o instrumento pelo qual o poder público, com a participação de instituições que compõem o movimento da Economia Solidária, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas ao fomento da Economia Solidária, fornecendo os instrumentos que efetivem o direito ao trabalho associado e cooperativo; e o Sistema Nacional de Economia Solidária (Sies), aqui apresentado como um conjunto de relações entre o Estado e as instituições do movimento da Economia Solidária para que desenvolvam políticas públicas, bem como a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes). Tais políticas abrigaram como um dos objetivos da Política Nacional da ES a democratização do acesso a fundos públicos, instrumentos de fomento, meios de produção, mercados e tecnologias necessárias ao desenvolvimento de práticas econômicas e sociais solidárias; bem como ações de educação, formação, assistência técnica e qualificação social e profissional nos meios rural e urbano para empreendimentos com perfil aderente à ES.

Tal regulação visa proteger e dar maiores garantias aos principais beneficiários da política, que são os empreendimentos econômicos solidários, oportunizando-lhes acesso a recursos e condições para obterem suporte necessário para o satisfatório desempenho de suas atividades. Contudo, em que pese a urgência da proposta legislativa que regulamenta a atividade econômica solidária, esperada há mais de 30 anos pela ES, o percurso legislativo para sua conclusão ainda não foi concluído e, aparentemente, está longe de ser finalizado. A proposta iniciou seu trâmite na Câmara dos Deputados, conforme o rito ordinário³ previsto, e seguiu para o Senado, após a sua aprovação em plenário, conforme predispõe o rito legislativo da casa. Contudo, diante das alterações/emendas realizadas pelo Senado Federal (Emenda Substitutiva

3 A maioria dos projetos de lei iniciam a tramitação na Câmara dos Deputados, exceto quando são apresentados por senador ou comissão do Senado. Depois de apresentado, o projeto é distribuído pelo presidente da Câmara dos Deputados para as comissões temáticas que tratam dos assuntos correlatos a ele, até três no máximo. Em cada comissão, o projeto é analisado por um relator, que recebe e analisa as sugestões (emendas) dos deputados. Ele pode alterar a proposta ou não. Depois de votado o parecer do relator, o projeto segue para a comissão seguinte. Após a aprovação no Plenário da Câmara, há diversos caminhos possíveis. No presente caso, o projeto seguiu para o Senado, onde foi analisado e votado. Como foi alterado, voltou para a Câmara, que analisará apenas as alterações, podendo mantê-las ou recuperar o texto original. Em seguida, vai para sanção ou veto do presidente da República. Fonte: <https://www.camara.leg.br/entenda-o-processo-legislativo/>. Acesso em 03/07/2020.

nº 6.606, de 19 de dezembro de 2019),⁴ o processo legislativo “voltou” para a Câmara dos Deputados, devendo, portanto, o projeto “emendado” ser submetido, novamente, às comissões da casa que se relacionam com o assunto da proposta apresentada, *in casu*, às Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR); Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS); Finanças e Tributação (CFT) (Mérito e Art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ). A Figura 1 apresenta o decurso temporal (em anos) atualizado a proposta legislativa na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Figura 1 – Trajetória legislativa do Projeto de Lei nº 4.685/2012 (novo número 6.606/2019).



Fonte: elaboração própria.

4 EMS 6606/2019 MESA - Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2017 (PL nº 4.685, de 2012, na Casa de origem), que “Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências”. Substitua-se o Projeto pelo seguinte: Dispõe sobre os empreendimentos de economia solidária, a Política Nacional de Economia Solidária e o Sistema Nacional de Economia Solidária. Fonte: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2236092>. Acesso em 03/07/2020.

Para o movimento social da ES, o estabelecimento do marco legal ampliará a legitimidade de todo o processo de luta e mobilização social, atravessado por décadas, através do reconhecimento legal de seus empreendimentos solidários, trabalhadoras e trabalhadores, agentes e setores relacionados com essa atividade econômica, bem como diminuirá a assimetria de condições a que são submetidos no mercado. Decerto, a atividade cooperativista e associativa já havia recebido um tratamento legal⁵ pertinente às suas atividades bem antes do estabelecimento de um marco legal da Economia Solidária, porém tais regimentos, além de se mostrarem lacunosos quanto à economia solidária e seus princípios, ainda não fornecem garantia ao acesso a recursos e investimentos públicos, bem como à viabilidade eficiente da construção de políticas públicas de fomento a tais atividades, ante as dificuldades percebidas pelos trabalhadores para acesso a tais recursos, que vão desde processos burocráticos à alta incidência tributária.

Além disso, mostra-se necessária a afirmação e conceituação adequada dos termos jurídicos de cada área de atuação, para que não haja desvirtuamento de suas essências. Por exemplo, no mundo jurídico, o trabalhador de uma cooperativa é considerado como autônomo e está mais equiparado ao empregador do que ao empregado, embora as finalidades de um trabalhador cooperado e de um empreendedor sejam essencialmente diversas e os ônus respectivos, também. Vale observar que é através do marco regulatório da Economia Solidária que poderão se consolidar um direito e uma política pública nacional, propiciando o reconhecimento social e jurídico das especificidades dos empreendimentos econômicos solidários, a criação de um sistema público nacional e financiamento público institucionalizado, transformando-a em política pública de Estado e não de governo. Autores como Kruppa et al. (2012) afirmam que o marco

5 Decreto nº 1637/1907, que pela primeira vez introduz as cooperativas como uma espécie de sociedade comercial no sistema jurídico nacional; Lei nº 5764/1971, que determinava aspectos ideológicos para as cooperativas e associações; lei nº 7357/2010, que dispõe sobre o programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares, PRONINC; e o Decreto nº. 7.358, de 17 de novembro de 2010, que institui o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário – SCJS. Fonte: www.camara.gov.br. Acesso em 03/07/2020.

legal visa, sobretudo, reconhecer os trabalhadores dos empreendimentos econômicos solidários como sujeitos de direitos do trabalho associado e consolidar a ES como política pública.

VOZES DO MOVIMENTO

Ao analisar o caminhar do marco legal nas instâncias legislativas, a pesquisa percebeu a necessidade em ouvir as vozes de atores da Economia Solidária que acompanham as políticas públicas voltadas para a ES. Ao serem perguntadas sobre as políticas públicas específicas para a ES, as artesãs, representantes de rede de cooperação, respondem com receio, mesmo que o movimento resista sem o olhar do poder público, como se observa na fala da colaboradora da pesquisa a seguir:

[...] acabou o Ministério né... e as SENAES é uma pasta dentro da pasta dos direitos humanos, da mulher e tal e não sei que... e a gente... eu acho que a gente tá muito é... como é que eu posso dizer assim... descreditado né, de como é que vai ser. A gente muito sem saber o que é que vai ser da nossa vida, o que é que a gente vai fazer e aí... [...] mas independente dessas políticas públicas existirem ou não, que a gente sabe que vai caminhar a passo de tartaruga, mas o movimento ele tá vivo né... o movimento tá vivo e a gente continua com as nossas ações independente de ter projeto ou de não ter projeto a gente não vai deixar de ser mulher, a gente não vai deixar de ser economia solidária, a gente não vai deixar de fazer encontro, a gente não vai deixar de produzir, a gente não vai deixar de comercializar, a gente vai fazer os nossos esforços né... que tendo ou não tendo projeto eu sempre fui da Rede, sempre tive batalhando nos movimentos... mas com a política pública ela lhe dá condições de construir mais... mas nós estamos aqui. Vamos continuar aqui fazendo esse trabalho... resistindo... resistir sempre. (CLARA NUNES, 2020, informação verbal)

Como o movimento da ES surgiu das próprias iniciativas das comunidades, mantém-se uma perspectiva de sobrevivência perante os desafios, contudo percebe-se a necessidade de políticas públicas que atuem

no desenvolvimento e amparo a estes empreendimentos. Ao terem acesso a políticas públicas e normativos de fomento voltados para o seu contexto, os empreendimentos têm a possibilidade de ampliar sua atuação para além dos processos de produção e comercialização:

[...] a Economia Solidária é todo mundo junto! Aí depois, no Programa Brasil Local, que foram feito por temas, e aí, a ganhamos um edital e como com essa proposta, fizemos algumas formações, construímos uma grande Rede, onde essa Rede cada estado fez a representação dos seus produtos, da sua produção Teve, inclusive, na conferência de Economia Solidária uma das nossas Redes, porque é enorme (...) foi um ato muito legal, muito lindo nosso. (LELIA GONZALEZ, 2020, informação verbal)

A necessidade de um marco legal e de políticas públicas orientadoras é apontada pelas mulheres como uma possibilidade de crescimento e desenvolvimento local nos bairros e comunidades. A institucionalização de um marco legal é questão premente nas falas das mulheres:

Precisam de política pública, ainda precisamos da Lei de Economia Solidária (...) inclusive lá na Rede tavam ainda se organizando pra pressionar pra que tenha uma Lei, pra que tenha uma... pra que seja formalizada, pra que tenha, né, recursos, orçamentos voltado pra Economia Solidária, mas ainda é um... ainda mais agora nessa nova política, nesse novo modelo, muitas coisas sendo fechadas, sendo acabadas, né, mas é importantíssimo [...] tinha a política pública, você via mais os grupos mais organizados e mais participativos, tinha projeto de feira nos bairros, projetos rotativos As mulheres não paravam de tá em várias coisas e em várias produções, né, recebiam capacitação que as mulheres precisam, maquinário. (LAUDELINA DOS SANTOS, 2020, informação verbal).

Ao identificar os pontos de percurso do marco, para além dos caminhos que o projeto de lei vem percorrendo, há que se observar as vidas que são envolvidas por tais decisões e trâmites legislativos. A articulação deste empreendimento no mercado é dificultada por diferentes variáveis, especialmente em contextos de crise como o da covid-19, em que os atores

se vêm sem recursos para empreender suas atividades de produção e comercialização. Há que se observar que a maioria dos atores destes empreendimentos são mulheres, muitas das quais arrimos de família, segundo dados do Ipea (2017) e do IBGE (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa é fruto de um projeto de pesquisa para o desenvolvimento de estudos de competitividade e inovação no âmbito do terceiro setor fomentados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), em que são mentoreados grupos produtivos informais da Economia Solidária que buscam desenvolver-se em termos de formalização e modelagem de seus empreendimentos. A Economia Solidária no Brasil vive um momento de repensar suas estratégias em razão da extinção das políticas públicas que eram implementadas no extinto Ministério do Trabalho e Emprego por meio da Secretaria Nacional da Economia Solidária. O movimento da ES no decorrer dos últimos dez anos havia ampliado sua atuação na economia a partir das políticas públicas de formação estratégica de redes de cooperação. Tal movimento foi importante para impulsionar a necessidade da institucionalização de um marco legal.

Ao analisar a tramitação do projeto de lei que prevê o marco legal da ES, observa-se que há um lento impulso nos encaminhamentos, ainda que haja importante mobilização do movimento da ES para tal conquista. Ao observar a tramitação de projetos de lei nos portais públicos, percebe-se que, para além do processo burocrático normativo em si, há que se observar os movimentos políticos que orbitam a aprovação ou não de um marco legal como o que se pesquisa neste trabalho. A vontade política, para além da instrumentalidade burocrática, orienta o caminhar ou não de uma política pública, e define o desenvolvimento ou não das iniciativas de produção e comercialização que se desenvolvem na Economia Solidária. Tais iniciativas, como discorrido ao longo do artigo, são relevantes para

o desenvolvimento local de comunidades e contextos periféricos onde a informalidade permeia as relações econômicas e expõe tais negócios a um ambiente de negociação com maiores riscos e menos oportunidades de crescimento. A institucionalização de um marco legal é uma prioridade para o movimento da ES, especialmente em contextos de crise como o da covid-19, em que os empreendimentos foram ainda mais prejudicados e excluídos das dinâmicas socioeconômicas, por falta de financiamento, investimento, doações, parcerias, entre outras.

Portanto, os desafios para a construção de um movimento inclusivo na economia exigem um olhar urgente para os movimentos locais da economia, que geram renda e desenvolvimento, não apenas econômico, mas social, para tais ambientes. Como sugestão de pesquisa futura, prevê-se a realização de entrevistas semiestruturadas, que não foram possíveis durante a pandemia, com atores do movimento da ES que conhecem o caminhar do projeto de marco legal e seu olhar sobre tal percurso, apontando os desafios atuais e as possibilidades de crescimento a partir da conquista de um marco regulador que se apresenta como um instrumento que legitima – e legaliza – as relações econômicas em que o capital não é o único fator de produção essencial para a geração de riqueza e de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. *Manual de história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2005. v.1.
- ARRUDA, M. *Humanizar o infra-humano*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- ARRUDA, M. *Exchanging visions on a responsible, plural and solidarity-based economy*. Rio de Janeiro: ALOE – Workgroup visions of a responsible, plural y solidarity-based economy, 2008.
- ASSEBURG, H. B.; GAIGER, L. I. G. *A economia solidária diante das desigualdades*. Dados, Rio de Janeiro, v. 50, n. 3, p. 499-533, 2007.

BESSANT, J.; TIDD, J. *Inovação e empreendedorismo*. Porto Alegre: Bookman, 2009.

BORZAGA, C.; TORTIA, E. Social economy organizations in the theory of the firm. In: NOYA, A.; CLARENCE, E. (eds). *The Social Economy: building inclusive communities*. Paris: OECD Publishing, 2007. p. 23-60.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Secretaria Nacional de Economia Solidária. *Atlas da Economia Solidária no Brasil*. Brasília, DF: MTE, 2007. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1012F4F674618242E/Atlas%20da%20Economia%20Solid%C3%A1ria%20-%20publica%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Secretaria Nacional de Economia Solidária. *Banco de dados do Sistema de Informações da Economia Solidária – SIES*. Brasília, DF: MTE, 2014. 1 CD-ROM.

BRASIL. Ministério do Trabalho (MTb). Economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento. In: *Texto final da I Conferência Nacional de Economia Solidária*. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério do Trabalho (MTb). Secretaria Nacional de Economia Solidária [SENAES]. *Atlas da Economia Solidária no Brasil*, Brasília, 2007. Recuperado em 15 novembro, 2016. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1012F4F674618242E/Atlas%20da%20Economia%20Solid%C3%A1ria%20-%20publica%C3%A7%C3%A3o.pdf>, 2007.

Ministério do Trabalho (MTb) Secretaria Nacional de Economia Solidária [SENAES]. *Banco de dados do Sistema de Informações da Economia Solidária – SIES*. Brasília, 2014. 1CD-Rom: base de dados em planilhas eletrônicas, 2014.

CRESWELL, J. W. *Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CURADO, I. Pesquisa historiográfica em administração: uma proposta mercadológica. In: Encontro Nacional da Associação Nacional dos

- Programas de Pós-graduação em Administração, 25., 2001, Campinas. *Anais [...]*. Maringá: Anpad, 2001.
- DORNELAS, J. C. A. *Empreendedorismo*. Transformando ideias em Negócios. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- DOWBOR, L. *O que acontece com o trabalho?* 3. ed. São Paulo: Editora do Senac, 2006.
- FERRARINI, A.; GAIGER, L. I.; SCHIOCHET, V. O Estado da Arte e a Agenda de Pesquisa da Economia Solidária no Brasil. *Revista Brasileira de Sociologia*, Porto Alegre, v. 6, n. 12, jan./abr. 2018.
- FIORINI, C. G.; ZAMPAR, A. C. Cooperativismo e empreendedorismo. Carapicuíba: Pandorga, 2015.
- FRANÇA FILHO, G. C. Teoria e prática em Economia Solidária: problemática, desafios e vocação. *Civitas*, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 155-174, jan./jun. 2007.
- GAIGER, L. I. Contribuições para uma agenda de pesquisa. In: HESPANHA, P.; SANTOS, A. M. (org.) *Economia Solidária: questões teóricas e epistemológicas*. Coimbra: Edições Almedina, 2011. p. 237-256.
- GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (org.). *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: Paradigmas, estratégias e métodos*. São Paulo: Saraiva, 2006.
- GRASSL, W. Business Models of Social Enterprise: A Design Approach to Hybridity. *ACRN Journal of Entrepreneurship Perspectives*, Oxford, v. 1, i. 1, p. 37-60, feb. 2012.
- IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. Brasília: Ipea, 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/comunicadopresidencia/08_10_07_Pnad_PrimeirasAnalises_N11demografia.pdf. Acesso em: 10 dez. 2017.
- KOTLER, P.; LEE, N. R. *Marketing contra a pobreza: as ferramentas da mudança social para formuladores de políticas, empreendedores, ONGs,*

- empresa e governos. Tradução Sônia Augusto. Porto Alegre: Bookman, 2010.
- KRUPPA, S. M. P. et al. *Regime jurídico das cooperativas populares e empreendimentos em economia solidária*. Brasília: Ministério da Justiça, 2012. v. 46. (Série Pensando o Direito).
- LAVILLE, J.-L. Economia plural. In: CATTANI, A. D. et al. (org). *Dicionário Internacional da outra economia*. Coimbra; São Paulo: Editora Almedina, 2009. p. 145-149.
- LECHAT, N. M. P. Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata? *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, ano 2, n. 1, jun. 2009.
- MANCE, E. A. Redes de Economia Solidária: a expansão de uma Alternativa Global. In: FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 2., 2002, Porto Alegre. *Anais [...]*. Porto Alegre: FSM, 2002.
- MARRA, A. V. Associativismo e cooperativismo. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2009.
- MEIHY, J. C. S. B. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 2002.
- MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- OLIVEIRA, E. D. Os processos estratégicos da gestão cooperativa. *Revista Eletrônica Científica*, Mossoró, v. 4, n. 10, p. 26-39, 2018.
- ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. *Agenda institucional do cooperativismo*: Edição 2018. Brasília, DF: OCB, 2018. Disponível em: <http://somoscooperativismo.coop.br/publicacao/1/agenda-institucional-do-cooperativismo>. Acesso em: 20 jan. 2019.
- PESQUISA NACIONAL por Amostra de Domicílios – PNAD COVID19. *IBGE.gov.br*, [2020]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/27946-divulgacao-semanal-pnadcovid1.html?=&t=destaques>. Acesso em: 15 jun. 2020.

- PINHEIRO, D. C.; PAULA, A. P. P. A mitologia da ineficiência nas organizações solidárias: em busca da resignificação de um conceito. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, v. 12, n. 27, p.42-65, jul./set 2014.
- POLANYI, K. *A Grande Transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro Campus, 2011.
- RAMOS, A. G. *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.
- ROSALEM, V. *et al.* Gestão de Cooperativas: um estudo sob o olhar do cooperado. *Administração Pública e Gestão Social*, Viçosa, v. 1, n. 1, 2009.
- SANCHEZ, F. J. B. *Além da informalidade, quem dos direitos: reflexões sobre o trabalho desprotegido*. 2012. 200 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- SANTOS, M. B. *et al.* As características dos empreendimentos sociais atuantes na economia solidária em diferentes países da América Latina. *Revista de Gestão e Organizações Cooperativas*, Santa Maria, v. 4, n. 7, 2017.
- SCCOTT, C. R. da C.; GODOY, L. P. O controle interno como ferramenta da gestão para cooperativas do Rio Grande do Sul: um estudo de caso. *Revista de Gestão e Organizações Cooperativas*, Santa Maria, v. 1, n. 2, 2015.
- SILVA, E. E.; PEREIRA, A. C. C.; PEREIRA, J. R. Roteiro bibliográfico do cooperativismo no Brasil (1966 a 2009). *Otra Economía*, São Leopoldo, v. 8, n. 14, ene./jun. 2014.
- SILVA, R. F.; SILVA, S. P. Em busca de um marco legal para a economia solidária no Brasil: análise da trajetória do PL no 4.685/2012. *IPEA: Mercado de trabalho*, Brasília, DF, ano 2, n. 58, abr. 2015.
- SINGER, P. I. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

- SPEAR, R. From co-operative to social enterprise: trends in Europe an experience. In: BORZAGA, C.; SPEAR, R. *Trends and challenges for co-operatives and social enterprises in developed and transition countries*. Trento: Idizionni31, 2004. p. 99-116.
- SPIVAK, G. C. *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (2014). *Human Development Report 2014*. Sustaining Human Progress: Reducing Vulnerabilities and Building Resilience. New York: UNDP, 2014. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/arquivos/RDH2014pt.pdf>. Acesso em: 2 maio 2016.
- VIETA, M. Autogestión: Prefigurando el nuevo cooperativismo y el trabajo como um bien común. In: ENCUESTRO INTERNATIONAL LA ECONOMÍA DE TRABAJADORES Y TRABAJADORAS, 5., 2015, Paranaguá. *Anais [...]*. [S. l.: s. n.], 2015.
- YUNUS, M. *Criando um negócio social: como iniciativas economicamente viáveis podem solucionar os grandes problemas da sociedade*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MOVIMENTOS SOCIAIS E REDES DE ESS

A REALIDADE DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM CINCO MUNICÍPIOS DA BAIXADA

Maria Anielly dos Santos ¹

Susana Iglesias Webering ²

INTRODUÇÃO

A Economia Solidária (ES) pode ser entendida como as iniciativas de projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, cooperativas de coleta e reciclagem de materiais recicláveis, redes de produção, comercialização e consumo, instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas autogestionárias, cooperativas de agricultura familiar e agroecologia, cooperativas de prestação de serviços, entre outras, que dinamizam as economias locais, geram trabalho e renda às famílias envolvidas, além de promover a preservação ambiental (TYGEL, 2011).

A ES constitui uma organização do trabalho em cooperação que, no caso brasileiro, na ausência de um setor específico que contemple as especificidades deste tipo de organização, configurou-se como um movimento social, um campo em disputa por institucionalização, reconhecimento, políticas públicas e legislação adequada (WEBERING, 2019, 2020).

Esta pesquisa teve como objetivo conhecer a realidade da ES nos municípios próximos ao *campus* do Instituto Multidisciplinar (IM) da

¹ Egressa do curso de graduação em Administração do Instituto Multidisciplinar (IM) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), onde foi bolsista de iniciação científica da FAPERJ.

² Docente do Departamento de Administração e Turismo (DAT) do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT) e do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Estratégia (PPGE) da UFRRJ.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) em Nova Iguaçu. Os municípios levantados foram: Belford Roxo, Duque de Caxias, Magé, Mesquita e Nilópolis. Para isto, foram mapeados os espaços de construção e realização da ES – tais como redes, fóruns, conselhos, feiras de comercialização –, as políticas públicas existentes ou que estejam em trâmite, o histórico da sua institucionalização, elaborados relatórios por município e sistematizados os dados.

Diante das implicações de tal linha de investigação, fez-se necessário tratar mais detalhadamente o que vem a ser a autogestão e a ES, bem como as políticas públicas de ES, o que constitui o referencial teórico deste trabalho.

A coleta de dados desta pesquisa foi obtida através de material bibliográfico e a realização de entrevistas com os atores por meio de pesquisa de campo e com visitas às prefeituras e secretarias municipais envolvidas com a ES, bem como a participação nos fóruns. Como resultados, podemos constatar a organização democrática e participativa do movimento nos municípios, o engajamento político e a busca pelo reconhecimento da importância da ES como uma forma de organização do trabalho diferenciada, baseada na cooperação e solidariedade entre os membros, bem como na produção, comercialização e consumo justos e sustentáveis.

AUTOGESTÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

De acordo com Lago (2012), a proposta autogestionária, desde o final da década de 80, passou a ser parte fundamental da agenda de lutas dos principais movimentos de moradia no Brasil. Para esta autora, a proposta, inspirada no modelo uruguaio, serviu de base para a construção de conceitos na relação Estado e sociedade, até hoje defendidos pelos movimentos, bem como da revisão da proposta de política habitacional.

Pinheiro e Paula (2016) apontam a autogestão como um conceito antecipador que expressa uma realidade ainda não existente por ser uma construção coletiva, construída e reconstruída livremente. Deste modo,

para eles, nas teorias da gestão tradicional, os princípios que evidenciam o modo de organização do trabalho estão baseados principalmente nas ideias que defendem a aceitação da hierarquia, da meritocracia e da divisão do trabalho, enquanto as organizações coletivistas passam pela necessidade de reestruturação do poder e de sua estrutura organizacional.

A ES pode ser compreendida como um conjunto complexo que permeia elementos econômicos e sociais (HORTA; COSTA; ALVES, 2018). O primeiro fator corresponde a um envolvimento econômico com produção, distribuição e consumo, enquanto o segundo condiz com um engajamento em práticas sociais assumidas por grupos, associações, cooperativas, fóruns e empresas autogestionárias.

De acordo com Singer (2002, p. 9), a ES só pode ser compreendida se ela for constituída de forma igualitária por seus membros, “[...] a solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comercializar, consumir ou poupar”.

Para Faria (2017), existem três distintas proposições para a análise dessa questão: a ES é um novo modo de produção que se ergue paralelamente ao modo capitalista de produção como sua oposição; o cooperativismo é um movimento que se desenvolve no interior do capitalismo, integrando-se a ele com uma forma diferenciada de organização na realização de atividades associadas ou complementares; já as Organizações Coletivistas de Produção Associada (OCPA), as fábricas-cooperativas de trabalhadores, são rupturas no interior da forma de produção capitalista, as quais constituem uma nova forma de produção. Então, para o autor, apenas a terceira proposição implica uma transformação mais efetiva, pois indica que esta transformação da sociedade decorre de um processo em que a organização coletivista de trabalho se distingue da organização capitalista de trabalho.

A ES é apresentada como expressões vindas da minoria por meio de mobilização de luta de classes, dessa forma, pode ser definida como transformações de vínculos, imersos nas práticas da economia popular e na experiência de classe dos trabalhadores, advindos de sua posição comum no interior das relações de produção. A expressão “economia popular solidária”

serve para indicar a forma das experiências que integram aspectos tanto da ES como da economia popular, tem-se aí uma interseção de dois conjuntos com limites bem claros, formando um cenário que comporta características específicas, principalmente devido a sua heterogeneidade (NASCIMENTO, 2007). Assumindo essas identidades e demandas, o “movimento social” da ES alça à vida democrática, através de pressões dirigidas às esferas de decisão (GAIGER, 2008).

Então, é preciso implementar políticas que fomentem o desenvolvimento destas regiões onde a desigualdade social e o desemprego, as maiores causas de pobreza, acontecem. É sabido que as sociedades e os seus respectivos sistemas econômicos regem-se por lógicas e regulamentos próprios. Assim, a ES surge como estratégia de inclusão econômica e social, visto que oferece um caminho com potencial para o desenvolvimento, em especial o local ou territorial sustentável (WEBERING, 2005; SILVA; SILVA, 2008).

POLÍTICAS PÚBLICAS E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Os fóruns de ES podem ser entendidos como coletivos que reúnem os empreendimentos autogestionários em que assessorias e militantes são membros ativos em uma determinada região, além disso, são tratados assuntos de interesse da ES na localidade. Nesse contexto, são apresentadas e discutidas as oportunidades e desafios para o movimento e são escolhidos os representantes locais da ES, com isso, existe o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), os fóruns estaduais e os fóruns municipais (FÓRUNS, [2020]).

O FBES é um instrumento do movimento, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da ES como base fundamental de outro desenvolvimento socioeconômico para o Brasil.

Em junho de 2003, foi instituída a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) e criado o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES). Com essa implementação, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) foi elaborado como órgão consultivo e propositivo para

a interlocução permanente entre setores do governo e da sociedade civil que atuam em prol da economia solidária (BRASIL, 2016). Portanto, somente em 2003, o Estado reconheceu o processo de transformação social em curso, provocado pela ampla crise do trabalho assalariado desde os anos 1980 (SOUSA; RODRIGUES; ABRANTES, 2009). Dessa forma, a institucionalização de políticas públicas de ES se torna essencial como uma das estratégias para consolidação e permanência política nas três esferas de governo: municipal, estadual e federal no intuito de garantir a continuidade de políticas públicas de ES.

Em 2005, foi realizado o primeiro mapeamento da Economia Solidária, que registrou aproximadamente 18 mil empreendimentos. O mapeamento partiu da necessidade identificada por gestores, pesquisadores, técnicos e trabalhadores ligados a organizações envolvidas direta e indiretamente com o tema de iniciar o trabalho de montagem de um Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies) (IPEA, 2016). Os principais objetivos do Sies, desde sua concepção, foram: identificar e caracterizar a economia solidária no Brasil; fortalecer a organização e integrar redes de produção, comercialização e consumo; promover o comércio justo e o consumo ético; subsidiar a formulação de políticas públicas; facilitar a realização de estudos e pesquisas; dar visibilidade à economia solidária para obter reconhecimento e apoio público (SIES, [2020]).

O resultado deste mapeamento foi considerar a criação de uma base de dados quantitativos para conhecer o perfil da Economia Solidária no Brasil e analisar suas capacidades, potencialidades e seus limites, considerando principalmente aspectos como inclusão social pela via da geração de trabalho e melhoria de renda; constituição de redes de comércio e consumo justos; potencial organizativo na formulação de políticas alternativas de desenvolvimento com relações de trabalho mais igualitárias.

Em 2009, a Senaes, em parceria com o FBES, iniciou a realização da segunda rodada de coleta de informações junto aos empreendimentos de Economia Solidária em todos os estados do Brasil.

Em 2011, a política pública de ES estava articulada às estratégias de inclusão produtiva no Brasil, contribuindo para a geração de oportunidades de trabalho e renda com pessoas em situação de pobreza extrema. No Plano Plurianual 2012 a 2015, a política de ES foi incorporada ao Programa de Desenvolvimento Regional Territorial Sustentável e Economia Solidária, contribuindo com as estratégias de promoção do desenvolvimento local e territorial solidário e sustentável (BRASIL, 2016).

O segundo mapeamento foi concluído em 2013 e reuniu informações sobre cerca de 20 mil empreendimentos econômicos solidários (EES) (GAIGER, 2013a). Tanto o primeiro Mapeamento Nacional (2005-2007) quanto o segundo (2009-2013) são sintomáticos de grandes lacunas no estado atual de conhecimento sobre a ES no Brasil. Segundo esse autor (2013) Gaiger (2013b), esses dados fornecem um valioso material empírico e uma experiência metodológica ímpar para que tais deficiências venham a ser superadas.

Além disso, em 2015 foi aprovado o 1º Plano Nacional de Economia Solidária para ofertar à sociedade brasileira um aparato legal para a atuação do Governo Federal e demais entes federados, em parceria com a sociedade civil e com vistas ao fortalecimento da ES no país. Em 2016, constam os principais desafios à política nacional de Economia Solidária relativos às ações de organização da produção, comercialização e consumo, bem como aos avanços na institucionalidade da economia solidária no país. Ao longo do ano, a Senaes realizou reuniões e seminários em 25 unidades da federação com o objetivo de avaliar e definir estratégias com parceiros (estados, municípios, universidades, organizações da sociedade civil), órgãos do governo federal, movimentos sociais, para promover a agilidade na execução das ações pactuadas, promover a articulação federativa e a integração das políticas de promoção das iniciativas econômicas solidárias nos processos territoriais sustentáveis e solidários de desenvolvimento (BRASIL, 2016). Os principais desafios permaneceram relacionados aos projetos de ações integradas conduzidos em parcerias com governos estaduais e municipais. Desde a sua criação, em 2003, até o ano de 2016, a Senaes desenvolveu ações no sentido de institucionalizar a política

pública de ES no Brasil, em diálogo constante com o movimento de ES. Não obstante, observou-se um retrocesso nestas conquistas desde 2016. Durante o governo Temer, a Senaes foi transformada em Subsecretaria do Ministério do Trabalho e Emprego e teve o orçamento restringido. No governo Bolsonaro, o próprio MTE foi extinto e parte de suas atribuições, remetidas ao Ministério da Cidadania. Portanto, a Senaes foi extinta e houve uma alteração na percepção das políticas públicas de ES, que ganharam um viés assistencialista. O associativismo rural foi vinculado ao Ministério de Agricultura dentro da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. Assim, o papel articulador da Senaes foi suprimido e as políticas de ES, fragmentadas.

O novo contexto político no país é desafiador para a ES, pois o desenvolvimento dos EES está relacionado à formulação e implementação de políticas públicas. Essa articulação não ocorre por acaso. Dessa forma, desenvolver tal prática remete à institucionalização desta, e políticas públicas podem ser constituídas, a princípio, em ferramentas eficientes para cumprir essa tarefa. A justificativa para o empenho pretendido nesse sentido pode não parecer tão evidente para os que não estão familiarizados com o tema. O modelo de políticas públicas pode e tem sido utilizado para legitimar hábitos, quaisquer que sejam eles, mas, para que obtenham a permanência, deve-se considerar, além da dinâmica própria de ES, também o contexto social, político e histórico no qual elas estão inseridas ou a finalidade de sua criação (ALCÂNTARA, 2014).

Além disso, o tipo de assistência e orientação fornecido pelas municipalidades interfere no nível de transformação do modelo de política pública, ou seja, se a relação é de cunho assistencialista, as possibilidades de se institucionalizar são diminuídas, na medida em que não permite que os indivíduos internalizem o hábito de cooperar e autogerir o empreendimento em questão. Contudo, se a administração municipal oferece assistência capaz de estimular a qualificação dos atores envolvidos e faz com que eles desenvolvam uma dinâmica social, então tal efeito contribui para a institucionalização da ação de cooperação e autogestão.

Nesse contexto, percebe-se que a institucionalização só tem efetividade se o programa de geração de renda qualificar os indivíduos para desempenharem uma atividade econômica na qual esses indivíduos buscam se desenvolver. Da mesma forma, quando a municipalidade determina uma relação assistencialista, há que se esperar uma maior dependência por parte dos indivíduos em relação ao atendimento fornecido pelo programa municipal, além de dificultar o desenvolvimento autônomo desses autores no projeto (ALCÂNTARA, 2014).

LEGISLAÇÃO

Em termos de legislação federal, temos o Projeto de Lei (PL) nº 4.685/2012, apresentado pelo deputado Paulo Teixeira (PT-SP) e outros, que “dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências” (BRASIL, [2020b]). Porém não teve grandes avanços e, desde 19 de dezembro de 2019, passou a tramitar como PL 6.606/2019.

Este Projeto de Lei estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição da Política Nacional de Economia Solidária e ainda qualifica os empreendimentos econômicos solidários como sujeitos de direito, com vistas a fomentar a economia solidária e assegurar o direito ao trabalho associado e cooperativado (BRASIL, [2020b]).

A cidade do Rio de Janeiro já dispõe de uma lei, a nº 5.435, de 12 de junho de 2012, que veio instituir a política pública de Fomento à Economia Solidária. Importante destacar que essa lei versa sobre as estratégias gerais de desenvolvimento sustentável e os investimentos sociais, tendo por finalidade a promoção de atividades econômicas autogestionárias, o incentivo aos empreendimentos econômicos solidários, bem como a criação de novos grupos e sua integração a redes associativistas e cooperativistas de produção, comercialização e consumo de bens e serviços (RIO DE JANEIRO, [2020]).

Nesse sentido, as principais características que são abordadas nesta lei são: ser uma organização autogestionária, cujos participantes ou sócios tenham aderido de forma livre e voluntária e exerçam coletivamente a gestão das atividades econômicas e dos seus resultados de forma democrática; ser uma organização que desenvolva suas atividades de forma condizente com a preservação do meio ambiente, que estabeleça condições de trabalho saudáveis e seguras; ser uma organização que desenvolva suas atividades em cooperação com outros grupos e empreendimentos da mesma natureza; ser uma organização que respeite a equidade de gênero, raça, etnia e geração; ser uma organização que valorize e respeite os costumes e tradições culturais (RIO DE JANEIRO, [2020]).

Em 2017, foi lançado o plano estadual de economia solidária realizado no Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Este plano foi desenvolvido pela Secretaria Estadual do Trabalho, com a participação de entidades públicas e de trabalhadores. O texto aborda temas como finanças solidárias, agricultura familiar, artesanato, reciclagem e pesca artesanal buscando agregar a diversidade da economia solidária fluminense e construir um instrumento importante para orientar a formulação de políticas públicas de economia solidária no Estado do Rio de Janeiro.

METODOLOGIA

A presente pesquisa desenvolve-se numa discussão qualitativa, interpretativa e reflexiva sugerida por Denzin e Lincoln (2006). Dessa forma, qualitativa porque reúne instrumentos necessários através de pesquisa bibliográfica, da pesquisa documental e das entrevistas com os gestores públicos; além disso, é interpretativa porque envolve dados para a análise, e reflexiva no sentido de repensar e criar sentido quanto ao objeto estudado. O diagnóstico nos municípios acontecerá por meio de pesquisa exploratória: levantamento bibliográfico, entrevistas, visitas às prefeituras e secretarias municipais.

Na Tabela 1, são levantados alguns dados dos municípios obtidos através do último censo realizado pelo IBGE em 2010.

Tabela 1 – Dados dos municípios.

Elementos	Belford Roxo	Duque de Caxias	Magé	Mesquita	Nilópolis
População	469.332	855.048	227.322	168.376	157.425
Área	78,985 km ²	467,072 km ²	390,775 km ²	41,490 km ²	19,393 km ²
PEA	7,3%	18,9%	11,8%	10,4%	12,6%
PIB <i>per capita</i>	R\$ 16.512,03	R\$ 45.894,84	R\$ 16.240,43	R\$ 13.505,21	R\$ 16.698,88
Escolaridade	96,2%	96,1%	97,7%	97,9%	96,7%
IDHM	0,684	0,711	0,709	0,737	0,753

Fonte: IBGE [2010])

Na Tabela 2, temos o perfil dos entrevistados, atores envolvidos com a Economia Solidária nos cinco municípios pesquisados: sexo, idade, nível de escolaridade, cargo e estado civil, a fim de melhor compreensão dos dados. É imprescindível salientar que optou-se por preservar a identidade dos entrevistados.

Tabela 2 – Perfil dos entrevistados.

Município	Nome	Sexo	Idade	Escolaridade	Cargo	Estado civil
Belford Roxo	<i>Entrevistada 1</i>	F	50 anos	Superior completo em Administração	Diretora-presidente do MP Mulheres, coordenadora geral do Fesbel e diretora da Federação da Associação de Artesãos	Solteira
Duque de Caxias	<i>Entrevistada 2</i>	F	55 anos	Superior completo em Serviço Social	Assistente social no CD Vida em Duque de Caxias	Casada
Magé	<i>Entrevistado 3</i>	M	37 anos	Cursando nível superior	Secretário municipal de Agricultura Sustentável e Secretário de Trabalho, Emprego e Geração de Renda	Casado

Município	Nome	Sexo	Idade	Escolaridade	Cargo	Estado civil
Mesquita	Entrevistada 4	F	38 anos	Superior em Biologia e mes-tranda em Segurança Alimentar e Nutricional	Chefe de gabinete na Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	Solteira
Nilópolis	Entrevistada 5	F	70 anos	Ensino médio completo	Coordenadora no Fórum de Economia Solidária de Nilópolis e voluntária na Casa da Mulher Nilopolitana.	Solteira

Fonte: elaboração própria.

As entrevistas foram qualitativas, em que se seguiu um roteiro de questões abertas e um modo conversacional (YIN, 2016). Com a revisão bibliográfica, levantamento de dados e a análise das entrevistas, foram elaborados relatórios por município.

MUNICÍPIO BELFORD ROXO

Nesse município, a associação Movimento Permanente (MP) Mulheres é das primeiras iniciativas de Economia Solidária que se tem notícia. Trata-se de uma organização sem fins lucrativos, criada em 1999 a partir da iniciativa de um grupo de mulheres atuantes em prol da

solidariedade, empoderamento da mulher, empregabilidade, empreendedorismo individual, do respeito ao meio ambiente e do enfrentamento a todo tipo de violência contra a mulher, criança, idoso, adolescente e família (APRESENTAÇÃO, [2020]).

Além disso, a instituição iniciou uma parceria com a Prefeitura de Belford Roxo em 2005 com o Fórum de Mulheres, no qual teve o 1º Encontro de Mulheres realizado pela prefeitura com a parceria da Associação Brasileira de Ensino Universitário (Abeu) e o Movimento de Mulheres, com a presença de 800 mulheres. Em 2006, houve a elaboração e a implantação do projeto Centro de Referência à Mulher (Crambel), hoje com nova nomenclatura, Ceambel. Em 2007, teve-se a continuidade em parceria com a prefeitura, obteve-se a Feira da Mulher Empreendedora, voltada para Economia Solidária vinculada organicamente ao Crambel. Dessa forma, o MP Mulheres tem por finalidade desenvolver o potencial social, cultural, artístico e desportivo da criança, adolescente, mulher, família e idoso com recorte de gênero e étnico, buscando a cidadania e geração de renda.

A entrevista foi realizada com a Entrevistada 1, a presidente da MP Mulheres e diretora da Federação da Associação de Artesãos em Belford Roxo. A MP Mulheres atua em Belford Roxo com a realização de feiras locais.

Quando perguntada sobre a existência de um conselho municipal de ES, a Entrevistada 1 diz que ainda não tem conselho, mas o poder público hoje tem muito mais participação e envolvimento nas ações, e que é utilizado o espaço da Secretaria de Emprego e Desenvolvimento Econômico para a reunião mensal do fórum e para espaço de Formação da Militância do Movimento de Mulheres e Economia Solidária, em parceria com a prefeitura e outras instituições. Quanto à legislação, a gestora afirma que, em julho de 2016, foi conquistada a Lei Municipal de Fomento à Economia Solidária, Lei nº 1.538, que fomenta a economia solidária no município.

Quando perguntada sobre a existência de programa desenvolvido por alguma universidade (por exemplo, incubação, extensão), a Entrevistada 1 relata que há maior diálogo com o poder público municipal, para isto, tem-se uma Feira Estadual de Economia Solidária (Circuito Fluminense),

em parceria com a Prefeitura de Belford Roxo e o Fórum de Economia Solidária de Belford Roxo (Fesbel), que utiliza o espaço da secretaria para reuniões, formação e comercialização na parte externa.

Além disso, segundo o mapeamento realizado em 2013, foi registrado apenas um empreendimento econômico solidário no município (ATLAS, [2020]).

MUNICÍPIO DUQUE DE CAXIAS

Em Duque de Caxias, foi inaugurado em 13 de julho de 2013 o Espaço da Economia Solidária, na praça Roberto Silveira. Importante ressaltar que, nesse mesmo ano, o mapeamento de ESS contabilizou 22 empreendimentos na região (ATLAS, [2020]). As reuniões de ES acontecem toda segunda sexta-feira de cada mês, participam 25 produtores rurais, cooperativados e artesãos que se encontram no local. A feira é organizada pelo Fórum Municipal de Economia Solidária com apoio da Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Abastecimento, responsável pela execução das políticas públicas de fomento à economia solidária (DUQUE DE CAXIAS, [2012]).

Com a elaboração do Decreto Municipal nº 6.208 em 2012, ficou instituída a política municipal de fomento à economia solidária em Duque de Caxias. Entre os objetivos definidos, estão: a geração de trabalho e renda; estímulo à organização popular e registro de empreendimentos da economia solidária; apoio à introdução e registro de novos produtos; processos e serviços no mercado; e a educação, formação e capacitação técnica dos trabalhadores dos empreendimentos solidários. Este decreto estabelece também o Comitê Intersetorial, composto por dez membros representantes do poder público, além da criação do Fórum Municipal de Economia Solidária por membros eleitos em plenária.

Através da implementação legislativa, compete ao poder público celebrar convênios e oferecer suporte técnico com parceiros, além de articular linhas de crédito junto a agentes financeiros públicos e privados com taxas

de juros adequadas à realidade desses empreendimentos. Dessa forma, podem ser considerados empreendimentos de Economia Solidária as empresas de autogestão, associações, pequenos produtores rurais e urbanos organizados coletivamente, grupos de produção e que atuem por meio de organizações e articulações locais, estaduais e federais.

Atualmente, o Espaço da Economia Solidária realiza a comercialização de atividades agrícolas, gastronomia, artesanato, catadores e calçadistas. A Entrevistada 2 conta que o Fórum de Economia Popular Solidária de Duque de Caxias (Feps-DC) foi criado em julho de 2004 e veio a ser reconhecido oficialmente pelo governo municipal em 5 de maio de 2012. Trata-se de um movimento social apartidário, e em média são 70 participantes nas reuniões mensais, porém cadastrados são bem mais.

No município de Duque de Caxias, foi realizada uma entrevista com a Entrevistada 2, membro da Comissão Executiva e representante do Fórum Municipal no Fórum de Cooperativismo Popular do Estado do Rio de Janeiro. A Entrevistada 2 entende que a Economia Solidária se configura como uma resposta dos próprios trabalhadores às transformações atuais do mundo do trabalho. Ela diz ainda que identifica a temática através de fontes documentais e que o Centro de Defesa da Vida (CDVida), através de suas atividades e ações, teve grande contribuição para a criação do Fórum Municipal de Economia Solidária de Duque de Caxias.

Com o projeto de Geração de Trabalho e Renda, na perspectiva da Economia Solidária, como estratégia de enfrentamento à dependência financeira das mulheres, o CDVida promoveu oficinas, cursos e seminários junto ao Centro de Ação Comunitária (Cedac) e outros parceiros. As oficinas e cursos de formação deram origem a grupos de produção, tais como: ateliê de arte (fuxico e arteiras), oficina de confeitários, entre outros. A criação desses grupos nasceu da proposta em buscar a garantia de políticas públicas para as mulheres, uma vez que o cenário político, econômico e social era desfavorável.

De acordo com a Entrevistada 2, foi a partir da discussão sobre a geração de trabalho e renda para mulheres que foi criado o Fórum de

Economia Solidária em 10 de julho de 2004. Em 28 de agosto de 2004, ocorreu a primeira reunião do fórum, constando 19 mulheres, realizada no Sindicato dos Bancários da Baixada em Duque de Caxias.

Quando perguntada sobre a existência de um conselho municipal, a entrevistada afirma não haver nenhum conselho, apenas o fórum. Além disso, afirma que não há nenhum programa que tenha sido desenvolvido pela prefeitura.

MUNICÍPIO MAGÉ

Segundo Francisco e Teixeira (2017), a Feira da Agricultura Familiar de Magé foi inaugurada no dia 28 de julho de 2012, no bairro de Piabetá (pertencente ao distrito de Inhomirim), em Magé, embora o último mapeamento realizado em 2013 não tivesse registrado nenhum ESS no município (ATLAS, [2020]).

Segundo esses autores, teve-se uma iniciativa conjunta entre a Secretaria em Gestão Social e Políticas Públicas, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) de Magé e a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (ONG AS-PTA), atendendo a uma demanda apresentada pela Cooperativa Magé e pela Associação de Produtores Rurais de Magé.

Além disso, conforme Francisco e Teixeira (2017), os municípios de Magé, Nova Iguaçu e Japeri foram selecionados para o Convênio 198/09 do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), cujo objetivo é o apoio à agricultura urbana na região metropolitana do Rio de Janeiro, fortalecendo os sistemas locais de produção e abastecimento de alimentos, com ações de formação, assistência técnica, fomento e monitoramento dentro dos princípios da Economia Solidária e agroecologia.

No município de Magé, foi realizada uma entrevista com o Entrevistado 3, secretário de Agricultura Sustentável, também secretário de Trabalho. De acordo com este entrevistado, a prefeitura implantou a compra da merenda escolar diretamente do agricultor familiar, projeto

que injeta R\$ 8 milhões na economia local por ano e está lançando hortas comunitárias, onde as famílias da região trabalharão de forma cooperada e poderão vender a produção e assim garantir uma nova renda.

A prefeitura implementou um programa, o Disque Abelha. Neste, a equipe técnica da secretaria faz a remoção de enxames de abelhas de áreas urbanas e as insere em propriedades que sejam compatíveis como o manejo e cujo agricultor familiar tenha feito o devido treinamento. Visto que tanto a remoção de um enxame de um local indesejável quanto a aquisição dele por parte do produtor rural têm um custo elevado, acredita-se que esta iniciativa tem um grande valor agregado para esse produtor.

Quando perguntado sobre o histórico da ES, o Entrevistado 3 entende que Economia Solidária passa diretamente pelo trabalho cooperado e a distribuição de renda entre seus associados, é toda iniciativa, que inclusive pode ser pública, que tenha como principal objetivo o fortalecimento econômico da população mais carente, que traga renda, acessibilidade a bens e serviços.

Quanto à legislação, o Entrevistado 3 afirma não ter conhecimento sobre a existência de lei própria no município. Além disso, no *site* da prefeitura, foi pesquisado um plano diretor municipal de 2016; este plano diretor pode ser entendido como instrumento global e estratégico da política municipal de desenvolvimento social, urbano, econômico, ambiental e dos serviços de utilidade pública do município de Magé. Nesse sentido, no tocante à política pública, o texto de lei aborda o desenvolvimento econômico como resultante da dinamização e diversificação das atividades econômicas que integram o sistema produtivo no município, incluindo a Economia Solidária.

MUNICÍPIO MESQUITA

No município de Mesquita, a Coordenadoria de Economia Solidária (Ecosol) da Secretaria de Assistência Social (Semas) realizou, no dia 21 de março de 2014, o 1º Encontro de Economia Solidária no bairro Rocha Sobrinho. No encontro, estavam presentes representantes de organizações

não governamentais, da administração municipal e dos empreendimentos de economia solidária. O mapeamento de 2013 havia contabilizado 11 empreendimentos no município (ATLAS, [2020]).

Durante o evento, foram apresentados quatro temas para discussão, dos quais os participantes deveriam escolher um e formar grupos para debater as políticas e ações necessárias de acordo com o interesse. Os temas propostos foram: legislação e políticas públicas; educação, formação e assessoramento; financiamento, crédito e finanças solidárias; comercialização e consumo sustentáveis.

Segundo relatos dos coordenadores de Ecosol, um dos objetivos era preparar a equipe para o encontro estadual ao final de cada mês. O ponto abordado foi a aproximação da população, a mobilização das pessoas e organizações para a importância da economia solidária (PRIMEIRO, 2014).

Atualmente, o fórum da ES da região contabiliza 25 membros ativos, em sua maioria mulheres. Neste município, foi entrevistada a coordenadora da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico. De acordo com esta entrevistada, existem atividades como artesanato, venda de produtos agrícolas, feiras de comercialização e formações vinculadas à prefeitura.

Ademais, quando perguntada sobre a existência de algum conselho, a Entrevistada 4 fala que tem um conselho de trabalho e renda que está vigente, mas ainda não está atuando. Além disso, sobre o programa desenvolvido pela prefeitura, aborda que há fomento à comercialização, contudo esse apoio à comercialização ainda não é suficiente para a proposta da Economia Solidária no município.

No tocante à legislação, foi pesquisado no *site* da prefeitura do município o Decreto nº 1.047, de 2011, o qual dispõe sobre o programa de fomento à economia solidária e que tem como objetivo implantar a política municipal de economia solidária, contribuindo para a integração das estratégias gerais de desenvolvimento econômico e social. Além disso, existe outro decreto, nº 1.201, de 2012, o qual regulamenta a Feira Municipal Solidária, definida como um espaço público de apoio, comercialização,

fomento, incentivo e capacitação de iniciativas populares de geração de trabalho e renda na ótica da economia solidária.

MUNICÍPIO NILÓPOLIS

Em 2013, foram registrados três empreendimentos solidários segundo o último mapeamento de ESS (ATLAS, [2020]). Em 2015, a Prefeitura de Nilópolis promoveu a I Conferência Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Econômico e Economia Solidária do município. O evento teve parceria com a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e reuniu gestores e dirigentes municipais dos 13 municípios da Baixada Fluminense, oito deles pertencentes ao g100 – grupo que reúne cidades brasileiras com mais de 80 mil habitantes, baixa renda e alta vulnerabilidade socioeconômica (NILÓPOLIS PARTICIPA, [2020]).

Os seguintes temas, entre outros, foram abordados neste evento: a importância do diálogo social tripartite para o desenvolvimento econômico e o papel da Economia Solidária na promoção do trabalho decente em prol da formação de conselhos municipais.

Atualmente, existe o Fórum de Economia Solidária de Nilópolis (Fesn), que conta com 38 membros ativos. Quando perguntada sobre as atividades desempenhadas por esta rede, a Entrevistada 5 disse que todo tipo de artesanato é comercializado, e há também exposição de livros e artigos religiosos. Sobre o histórico da Economia Solidária na região, a participante respondeu que há uma luta de aproximadamente dez anos em prol de reconhecimento e apoio governamental.

Quando perguntada sobre parcerias, a Entrevistada 5 relatou que foi cedido um espaço na I Igreja do Nazareno em Nilópolis para a realização das reuniões mensais do grupo. Vale salientar também que existe um programa que vem sendo desenvolvido pela prefeitura para atender mulheres que sofrem algum tipo de violência, programa esse chamado Casa da Mulher Nilopolitana, onde a Entrevistada 5 presta serviço como voluntária.

Além disso, quando questionada sobre a existência de um conselho ou aparato legal, a gestora afirma não haver nenhum incentivo, nem projeto de lei que vise fomentar a ES no município.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste item, são apresentados os resultados dos dados coletados através da pesquisa de campo, bem como a análise baseada na fundamentação teórica. Assim, buscou-se assinalar alguns pontos da forma da gestão solidária: a estrutura organizacional, a relação dos associados e a autonomia, a trajetória desses na economia solidária, a divisão do trabalho, o fator político e a legislação.

Além das cinco entrevistas qualitativas, houve a participação na reunião do Fórum Estadual de Economia Solidária, na feira da UFRJ e no Seminário da Baixada Verde em Queimados, que contribuiu para o entendimento do cenário de Economia Solidária na Baixada Fluminense.

Figura 3 – Comparativo entre os municípios.

Elementos	Belford Roxo	Duque de Caxias	Magé	Mesquita	Nilópolis
Normativa jurídica	Sim	Sim	Não	Sim	Não
Conselho	Não	Não	Não	Não	Não
Política pública	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Espaços	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Elementos	Belford Roxo	Duque de Caxias	Magé	Mesquita	Nilópolis
Fórum ou rede	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Realiza reuniões ou assembleias	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Decisões participativas	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Parcerias	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: elaboração própria.

Em relação ao mapeamento e acompanhamento dos espaços de construção e realização da economia solidária nos cinco municípios da Baixada, é possível perceber que parte dos entrevistados não soube informar a historicidade da ES, em parte devido à rotatividade, ou seja, ao caráter temporário dos gestores que ocupam cargos na administração pública. Quanto à continuidade da política pública de ES, existem projetos nos fóruns municipais e redes que visam fortalecer as práticas, desenvolvimento de cooperação e autogestão.

Quanto à estrutura dos espaços de ES, os membros se organizam de forma democrática e os recursos são oriundos das comercializações estabelecidas pelos próprios membros. Contudo, as feiras de comercialização necessitam de incentivos municipais, e demanda-se regulamentação própria para atuar nessas feiras, redes e fóruns. Nesse sentido, foi possível perceber que há pouco incentivo em relação aos processos de formação, bem como seminários e oficinas, além disso, existem alguns projetos nos municípios pesquisados os quais ficam fragilizados com a mudança da gestão pública.

Em referência à coleta de dados, observou-se a presença de autonomia das atividades estudadas nos municípios relatados, uma vez que os próprios associados realizam a gerência da maior parte dos recursos financeiros oriundos da comercialização de produtos. No entanto, verificou-se uma dependência dos espaços que são administrados pela prefeitura.

Em se tratando do apoio governamental, há muitos questionamentos feitos pelos membros, já que relatam ausência de aparato governamental e o reconhecimento de que o governo devia apoiar as iniciativas solidárias; é sabido que existem decretos e projetos de leis relevantes, contudo, com a instabilidade da gestão política, fica difícil manter a continuidade e a efetividade desses projetos.

Os atores dos próprios empreendimentos foram os que mostraram maior conhecimento do histórico da Economia Solidária nos municípios, do funcionamento e especificidades da gestão coletiva, bem como interesse pela continuidade dos projetos. É possível perceber, ainda, a singularidade das estruturas e características obtidas nessas organizações informais de trabalho. A pesquisa aborda indagações tanto para os gestores públicos quanto para os estudiosos, já que os pontos apresentados neste trabalho auxiliam na interpretação dos elementos contidos sobre essa perspectiva sobre gestão coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como finalidade discorrer sobre a política pública de economia solidária em cinco municípios da Baixada Fluminense, localizada no estado do Rio de Janeiro. O trabalho foi baseado por uma pesquisa de campo realizada em torno da gestão pública dos municípios, bem como em secretarias de Turismo ou Trabalho e Administrações Públicas de Belford Roxo, Duque de Caxias, Magé, Mesquita e Nilópolis.

Assim, entre os espaços estudados, foram encontradas atividades de artesanato, agricultura familiar e produtos agrícolas, além de cursos

oferecidos nessas instituições. Dessa forma, a partir desses dados, verificou-se fatores inerentes a uma gestão participativa e colaborativa por meio de sua estrutura organizacional descentralizada e sua produção de forma autônoma.

Os dados e as informações abordados neste trabalho reafirmam que ainda há pouca efetividade da ES e também há resistência por parte do governo em fomentar essa política pública, para o que é importante fortalecer as instâncias participativas como os fóruns e redes para que os próprios atores também possam participar e ter mais voz na construção de políticas de fortalecimento de suas atividades, além da garantia de direitos em prol de práticas solidárias. Este trabalho apresenta alguns debates tanto para os gestores quanto para os estudiosos, no sentido de que auxilia na compreensão dos elementos gestionários da Economia Solidária fluminense. Desse modo, a fim de preencher possível hiato nesta pesquisa, nesse caso, a questão de se basear no último mapeamento realizado pela Senaes, feito no ano de em 2013, recomenda-se que sejam realizados estudos de ESS nessas mesmas regiões para que haja a continuidade e ampliação do entendimento sobre a ES na Baixada Fluminense.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, F. H. C. Políticas públicas municipais e economia solidária. *Interações*, Campo Grande, v. 15, n. 1, p. 135-145, jan./jun. 2014.

APRESENTAÇÃO MP Mulheres. *MP Mulheres*, [2020]. Disponível em: <https://mpmulheres.blogspot.com/2017/01/>. Acesso em: 2 jan. 2020.

ATLAS Digital da Economia Solidária. *Sies.ecosol.org.br*, [2020]. Disponível em: <http://sies.ecosol.org.br/atlas>. Acesso em: 8 jul. 2020.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência Social. Secretaria Nacional de Economia Solidária. *Relatório de gestão do exercício de 2015*. Unidade Prestadora de Contas: Ministério do Trabalho e Previdência Social e Secretaria Nacional de Economia Solidária. Brasília, DF: Ministério do

Trabalho e Previdência, 2016. Disponível em: <http://www.trabalho.gov.br/auditoria/prestacao-de-contas-anuais-do-trabalho/item/2541-secretaria-nacional-de-economia-solidaria-senaes>. Acesso em: 30 abr. 2020.

BRASIL. *Lei nº 13.928, de 10 de dezembro de 2019*. Institui o Dia Nacional da Economia Solidária. Brasília, DF: Presidência da República, [2020a]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13928.htm. Acesso em: 20 de jul. 2020.

BRASIL. *Projeto de Lei nº 4.685, de 8 novembro de 2012*. Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2020b]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=559138>. Acesso em: 20 jul. 2020.

IBGE. *Cidades*. [2010]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em 28 abr.2020.

CIDADES@. *IBGE.gov.br*, [2020]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 30 abr. 2020.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teoria e abordagens*. 2. ed. Tradução S. R. Netz. Porto Alegre: Bookman, 2006.

DUQUE DE CAXIAS ganha Espaço de Economia Solidária. *Baixada Fácil*, 11 jul. 2012. Disponível em: <http://baixadafacil.com.br/municipios/duque-de-caxias/duque-de-caxias-ganha-espaco-de-economia-solidaria-2052.html>. Acesso em: 3 jan. 2020.

DUQUE DE CAXIAS (RJ). *Lei nº 6.208, de 11 de jun. de 2012*. Institui a Política Pública para a Economia Solidária e define a Política Municipal de Fomento à Economia Solidária de Duque de Caxias-RJ. Duque de Caxias: Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, [2020]. Disponível em: <https://www2.leismunicipais.com.br/leismunicipais/originais/rj/duque-de-caxias/decreto-6208-2012.pdf>. Acesso em: 2 jan. 2020.

FARIA, J. H. Autogestão, Economia Solidária e Organização Coletivista de Produção Associada: Em Direção ao Rigor Conceitual. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 629-650, 2017.

FÓRUNS de Economia Solidária no Rio de Janeiro. *Ecosol RJ*, [2020]. Disponível em: <https://ecosolrj.wixsite.com/ecosolrj/foruns-de-economia-solidaria>. Acesso em: 4 jan. 2020.

FRANCISCO, L. D. S.; TEIXEIRA, M. G. C. Democracia e Direitos: Dimensões das políticas públicas e sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA DO CAMPO DE PÚBLICAS, 2., 2017, Brasília, DF. *Anais [...]*. [São Paulo]: Anepcp, 2017.

GAIGER, L. I. G. A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes. *Rev. Katál*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 11-19, jan./jun. 2008.

GAIGER, L. I. G. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 28, n. 82, jun. 2013a.

GAIGER, L. I. G. O Mapeamento Nacional e Conhecimento da Economia Solidária. *Revista da ABET*, João Pessoa, v.12 n.1 p jan/jun 2013b.

HORTA, C. R.; COSTA, C.; ALVES, F. A. *Novos Contextos e desafios do mundo do trabalho*. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos*. Brasília, DF: Ipea, 2016.

LAGO, L. C. *Autogestão Habitacional no Brasil: Utopias e contradições*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

MAGÉ (RJ). *Plano Diretor Municipal participativo para o desenvolvimento sustentável de Magé*. Magé: Prefeitura Municipal de Magé, 2016. Disponível em: <http://transparencia.mage.rj.gov.br/execucao/PLANO%20DIRETOR%20PUBLICADO.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2020.

MESQUITA (RJ). *Decreto nº 1.047, de 29 de setembro de 2011*. Dispõe sobre o Programa de Fomento à Economia Solidária e dá outras providências. Mesquita: Prefeitura Municipal de Mesquita, [2020a]. Disponível em: <http://www.mesquita.rj.gov.br/pmm/wp-content/uploads/2017/06/Decreto-1047.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2020.

MESQUITA (RJ). *Decreto nº 1.201, de 27 de dezembro de 2012*. Dispõe sobre a Regulamentação do funcionamento da Feira de Economia Solidária de Mesquita. Mesquita: Prefeitura Municipal de Mesquita, [2020b]. Disponível em: <http://www.mesquita.rj.gov.br/pmm/wp-content/uploads/2017/06/Decreto-1201.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2020.

NASCIMENTO, A. F. Economia popular solidária: alternativa de geração de trabalho e renda e desafio aos profissionais do Serviço Social. *Revista Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 264-281, jul./dez. 2007.

NILÓPOLIS PARTICIPA do lançamento do Plano Estadual de Economia Solidária. *Prefeitura Municipal Nilópolis*, [2020]. Disponível em: <http://nilopolis.rj.gov.br/site/nilopolis-participa-do-lancamento-do-plano-estadual-de-economia-solidaria/>. Acesso em: 29 jul. 2020.

PINHEIRO, D. C.; PAULA, A. P. P. Autogestão e Práticas Organizacionais Transformadoras Contribuições a Partir de um Caso Empírico. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, v. 14, n. 33, p. 233-266, 2016.

PRIMEIRO Encontro de Economia Solidária em Mesquita. *Mesquita.rj.gov.br*, 2014. Disponível em: <http://www.mesquita.rj.gov.br/pmm/gestao-anterior/2014/03/21/primeiro-encontro-de-economia-solidaria-em-mesquita/>. Acesso em: 7 jan. 2020.

RIO DE JANEIRO (RJ). Lei nº 5.435, de 12 de jun. de 2012. Institui a Política Pública de fomento à Economia Solidária, no âmbito da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, e dá outras providências. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, [2020]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/lei-ordinaria/2012/543/5435/lei-ordinaria-n-5435-2012-institui-a-politica-publica-de-fomento-a->

economia-solidaria-no-ambito-da-prefeitura-da-cidade-do-rio-de-janeiro-e-da-outras-providencias. Acesso em: 2 jan. 2020.

SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. *Projeto Sies*, [2020]. Disponível em: <http://sies.ecosol.org.br/sies>. Acesso em: 8 jul. 2020.

SILVA, J. L. A; SILVA, S. I. R. A economia solidária como base do desenvolvimento local. *E-cadernos CES*, Coimbra, n. 02, 2008.

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUSA, S. R.; RODRIGUES, L.; ABRANTES, S. M. S. A economia solidária no âmbito de resistências e lutas sociais. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 4., 2009, São Luís. *Anais [...]*. [São Luís: UFMA], 2009.

TRABALHO, Desenvolvimento Econômico e Economia Solidária são temas de conferência em Nilópolis. *FNP*, 27 ar. 2015. Disponível em: <https://www.fnp.org.br/noticias/item/373-trabalho-desenvolvimento-economico-e-economia-solidaria-sao-temas-de-conferencia-em-nilopolis>. Acesso em: 16 jan. 2020.

TYGEL, D. O que é economia solidária. *Cirandas*, 4 mar. 2011. Disponível em: <https://cirandas.net/fbes/o-que-e-economia-solidaria>. Acesso em: 8 jul. 2020.

WEBERING, S. I. *Conhecendo a realidade da Economia Solidária: o mapeamento de empreendimentos*. 2005. 131 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Engenharia de Produção, UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

WEBERING, S. I. Economia Social, Non-Profit Sector, Terceiro Setor ou Economia Solidária: sentidos, diferenças e similaridades. *P2P & INOVAÇÃO*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 62-82, 2019.

WEBERING, S. I. *Autogestão e Cooperação*. Curitiba: Appris, 2020.

YIN, R. K. *Pesquisa Qualitativa do Início ao Fim*. Porto Alegre: Penso, 2016.

ECOSSISTEMA EMPREENDEDOR SOLIDÁRIO: A EXPERIÊNCIA DE ARARAQUARA (SP)

Caroline Cristina Sanches¹

INTRODUÇÃO

A preocupação em gerar novos postos de trabalho – através de incentivos públicos às empresas privadas – tem sido alvo de intensos debates na academia e nas esferas públicas. Desde a imersão do sistema econômico mundial aos ditames neoliberais, os espaços para tal discussão (e, sobretudo, atuação) se enfraquecem. O neoliberalismo ganhou força intensa após os anos 1970, primeiramente nos países desenvolvidos e, posteriormente, inundando as parcas economias periféricas com falácias de um mundo melhor para todos, através da moderna ideia de *liberdade econômica*, que vinha, por outra face, desfrutando em si a semente do *des-desenvolvimento* econômico, caracterizada por aumento da concentração de renda e da desigualdade social e econômica, bruscas mudanças na lógica de atuação do capital – que concentrou-se e centralizou-se numa velocidade nunca antes vista –, redução da soberania dos Estados, intensa precarização e flexibilização do trabalho, entre outras mazelas.

Nesse contexto, tem ganhado espaço o debate em torno da ideia de criação de empreendimentos que sejam capazes de gerar trabalho e renda por meios dignos e solidários.

Trata-se de uma forma de fomentar a economia por meio da criação de empresas solidárias ou sociais, fundadas na ótica do cooperativismo,

¹ Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), mestranda em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com ênfase em Economia Social e do Trabalho.

integrantes do que se chama atualmente de *terceiro setor*. É um campo recente onde atuam essas empresas peculiares ou *não-tradicionais*, denominadas empreendimentos econômicos solidários (EES); empresas que distinguem-se das convencionais fundamentalmente por sua missão social, cuja prioridade é a satisfação das demandas sociais. Consistem em organizações em formato de associações, cooperativas, empresas e outras pequenas iniciativas ligadas à economia social e solidária (ESS), com objetivos econômicos, porém fortemente articulados à comunidade por meio de sua “[...] prática da gestão democrática e forte apelo político” (VIEIRA; PARENTE; BARBOSA, 2017, p. 117). Em outros termos, são organizações que baseiam a sua atividade no princípio da autogestão, que engloba em seus pressupostos a democracia, a cooperação e a solidariedade, englobando nestes fundamentos desde a criação e manutenção do empreendimento até a repartição das suas receitas – ou, em termos específicos, *sobras*.

No prisma teórico-conceitual, a ESS situa-se em um campo ainda repleto de indefinições, abarcando desde imprecisões teóricas até as que dizem respeito às suas organizações pertencentes, bem como o papel social que cada organização desempenha. Os conflitos teóricos e conceituais, que nascem nas diferentes interpretações e opiniões sobre o tema, ao mesmo tempo que trazem um tom de pluralidade aos debates – como resultado de interpretações alinhadas a culturas, regiões e contextos distintos –, também chamam a atenção para a necessidade de melhores definições e rigor metodológico, para fins de aprimoramento na interpretação e análise da situação atual da ESS no mundo, tornando possível, assim, a elaboração de estratégias para desenho de políticas públicas adequadas. Por esse motivo, conhecer e aprimorar as pesquisas no âmbito da ESS, que incluam um olhar sobre seus atores e suas formas jurídicas, constitui um passo importante.

A crescente importância que vem ganhando o tema da ESS e da economia solidária (Esol) – termo comumente utilizado no Brasil e que será utilizado no desenvolvimento deste artigo – despertou a necessidade de busca por formas de identificação e mensuração deste campo, de modo a mapear seus atores e conexões, permitindo compreender o modo pelo qual

a Esol atua no território. Trata-se de um olhar sobre as redes de ESOL, que chamaremos neste trabalho de ecossistema empreendedor solidário.

O termo ecossistema empreendedor pressupõe a existência de um espaço onde se concentra um grupo heterogêneo de atores, cuja atuação conjunta é capaz de influenciar positivamente (em termos de produtividade, inovação, competitividade etc.) o sistema como um todo; permitindo, inclusive, a criação (e coevolução) de novos empreendimentos ao longo do tempo (COHEN, 2006).²

A partir dos anos 1990, o termo “ecossistema empreendedor” adquire significativa notoriedade como paradigma para interpretar os atores e as relações que levam ao surgimento e crescimento de empreendimentos, com base no conhecimento e na formulação de políticas públicas para dinamizar atores e relações (COHEN, 2006; BACIC, 2014). É um processo que resulta de uma co-construção, que parte de uma dinâmica integrada de desenvolvimento econômico e social, incluindo políticas de incentivo ao empreendedorismo social, através de programas nas universidades, nos institutos de pesquisa, nos órgãos governamentais de apoio etc. (MORAIS, 2013; MORAIS; BACIC, 2020).

Segundo Neck et al. (2004 apud COHEN, 2006) e Birley (1985 apud COHEN, 2006), esse ecossistema – ou, nos termos dos autores citados, rede social – compreende outros dois tipos de redes: as formais (que incluem: universidades, governos, serviços profissionais e de apoio, como consultores, advogados, contadores etc.) e as informais (amigos, familiares, colegas e suas relações com outras empresas).

Nas palavras de Isenberg (2011), um ecossistema empreendedor é constituído por uma comunidade dentro de uma região de atores interdependentes, com diversos papéis, que, ao atuarem conjuntamente, determinam o desempenho do ecossistema e, eventualmente, de toda a economia de uma região. Portanto,

O impacto do ecossistema nos níveis micro e macro da atividade econômica depende da interação eficaz de agentes constituintes do sistema como em um ambiente natural. Fazendo uma analogia ao ecossistema natural, o isolamento de um ator pode causar consequências negativas, incluindo o efeito sobre a saúde do sistema. (SILVA, 2017, p. 22-23)

Em recente estudo produzido pela European Commission (2016), demonstrou-se que um ecossistema estruturado requer a presença, em diferentes níveis de prioridade, de seis fatores fundamentais: (i) políticas públicas de apoio; (ii) acesso a recursos financeiros; (iii) infraestrutura de apoio; (iv) acesso a mercados; (v) capital humano; e (vi) fatores culturais. Um ecossistema empreendedor depende da presença de todos esses elementos no território, de forma simultânea, a depender do grau de evolução de suas estruturas fundamentais – que varia de um país a outro ou, até mesmo, dentro de um mesmo país.

Na esfera da Esol, a construção do ecossistema empreendedor tem se tornado um caminho essencial para se construir uma Esol forte (OIT, 2014). Isso porque os EES são permeados por diversas fragilidades internas e externas ao seu funcionamento, que vão desde aquelas relacionadas às capacidades de administração e gerenciamento de seus próprios membros, até as que demandam um suporte externo, seja por acesso a recursos financeiros, jurídicos ou legislativos. Por essas razões, a construção e estruturação de uma rede de Esol implica diretamente o fortalecimento de seus atores fundamentais, os EES, buscando compreender as especificidades inerentes ao *modus operandi* de cada um deles e a forma como estes empreendimentos se conectam aos demais agentes no território.

Outro avanço importante em relação à necessidade de fortalecimento do ecossistema empreendedor solidário está em seu potencial de atuar como um instrumento de fomento ao desenvolvimento econômico local. A nível territorial, constatou-se, a partir de um estudo realizado pelo Centro Internacional de Pesquisa e Informação sobre a Economia Pública, Social e Cooperativa (CIRIEC), em 2007, que a

Economia Social e Solidária apresenta um grande potencial para ativar processos de “desenvolvimento endógeno”, visto que a forte conexão comunidade (território) e Economia Social e Solidária faz desta especialmente conhecedora dos interesses e necessidades daquela, sendo capaz de promover a corresponsabilidade em termos de utilização de recursos e distribuição de benefícios. (MORAIS, 2014, p. 14)

Além disso, é importante pontuar o reconhecimento feito pelas Nações Unidas à Esol como um dos instrumentos para se efetivar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) com base nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), da Agenda de 2030 (MORAIS; BACIC, 2018). Tal reconhecimento se justifica pela forma como a Esol atua no território, buscando gerar trabalho e renda, mas de modo solidário e sustentável. Portanto, Esol e ODS conectam-se essencialmente pela missão de gerar uma sinergia entre as áreas econômica, social e ambiental, possibilitando, em última instância, um desenvolvimento econômico local mais abrangente e sustentável.

Em linhas gerais, a ESS tem potencial para se configurar, para além de um conjunto de atividades voltadas para a subsistência, como uma estratégia de desenvolvimento, capaz de combinar crescimento econômico com desenvolvimento humano (CARVALHO, 2011). Para Silva e Silva (2008, p. 5),

A economia solidária surge-nos como uma estratégia para um novo modelo de desenvolvimento sustentável, incluindo e solidário, visto que todos os envolvidos beneficiam dos seus resultados econômicos, sociais, políticos e culturais. Sendo que não há qualquer tipo de discriminação entre os envolvidos, havendo total respeito pela raça, etnia, gênero, geração e opção religiosa.³

A tarefa de fomento da Esol no território “[...] não está ao alcance de empresas ou organizações individuais” (OIT, 2014, p. 55); mas requer esforços combinados no longo prazo,

Que envolve aspectos internos e externos e requer um conjunto de ações, tais como autossuficiência econômica e financeira, capacidade de investimento, incremento produtivo, educação e qualificação permanentes, ampliação social do empreendimento, preservação de parceiros estratégicos, emprego de tecnologias limpas etc. (MORAIS; BACIC, 2018, p. 3)

Todas as constatações apresentadas brevemente nesta introdução justificam a crescente relevância que a Esol vem ganhando em diversas esferas. Por esses motivos, este trabalho busca compreender, na prática, as peculiaridades inerentes ao ecossistema empreendedor solidário. Para isso, a análise de uma determinada experiência territorial torna-se um instrumento fundamental para esta pesquisa. Nesse sentido, objetiva-se realizar um estudo de caso do município de Araraquara (SP) no intuito de compreender as especificidades inerentes à dinâmica do ecossistema empreendedor na esfera da Esol nesta localidade, através de um mapeamento da dinâmica local, permitindo a identificação dos principais atores de Esol no território e as articulações existentes entre eles.

As principais justificativas que despertaram o interesse de investigar o ecossistema empreendedor foram: (i) reconhecimento da Esol e ecossistema empreendedor solidário como instrumentos reconhecidamente capazes de enfrentar situações de desemprego, que são um dos principais responsáveis pela geração de profundas mazelas sociais; (ii) a ESS se mostra como um motor-chave de desenvolvimento econômico e social, segundo o Conselho da União Europeia; (iii) a nível territorial, a ESS atua como “um instrumento adequado para cumprir grandes objetivos coletivos como o desenvolvimento territorial, a coesão social, a correção dos desequilíbrios no mercado de trabalho, a inclusão financeira e a inovação social”⁴

⁴ No original: “un instrumento adecuado para cumplir grandes objetivos colectivos como el desarrollo territorial, la cohesión social, la corrección de los desequilibrios del mercado laboral, la inclusión financiera y la innovación social” (MONZÓN; CHAVES, 2017, p. 52)

(MONZÓN; CHAVES, 2017, p. 52, tradução nossa); e, (iv) em se tratando da escolha de Araraquara para este estudo, esta ocorreu pela percepção da existência de diversas ações e frentes com as quais o município se envolve com a Esol, que contribuem para gerar possibilidades de avanços na construção do ecossistema empreendedor solidário no território.

A hipótese adotada é a de que a existência de um ecossistema empreendedor para Esol possibilita a criação, manutenção e possível emancipação dos EES no território, possibilitando o fomento ao desenvolvimento econômico local. O objetivo do que se propõe neste trabalho será atingido, fundamentalmente, por meio de revisão bibliográfica sobre o tema e realização de entrevistas com os principais atores de Esol no território.

Este artigo está dividido da seguinte forma: após feita esta introdução, com a revisão dos aspectos mais gerais do tema da ESS e Esol e apresentação dos objetivos, justificativa e hipótese aqui adotados, descreve-se, na sequência, os métodos utilizados na construção desta pesquisa. Posteriormente, os principais resultados são descritos, contemplando desde o mapeamento dos principais atores de Esol locais até as compreensões mais concretas acerca da realidade que permeia o ecossistema empreendedor solidário em Araraquara nos dias atuais. Por fim, são trazidas algumas considerações finais, na esperança de que os resultados obtidos nesta pesquisa possam servir como base para o desenvolvimento de estudos posteriores nesse campo.

METODOLOGIA

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória, este artigo busca compreender o estado da arte do ecossistema empreendedor solidário no município paulista de Araraquara, procurando identificar os principais atores responsáveis pela construção dessa rede no território, bem como a forma como se articulam entre si. Por essa ótica, a opção por um estudo de caso torna-se o melhor caminho para o desenvolvimento do que se objetiva neste trabalho, tendo-se em conta a flexibilidade que esta opção assegura à pesquisa exploratória ao mesmo tempo que possibilita

ao pesquisador organizar a pesquisa em torno dos constructos de interesse (GIL, 2008). Adicionalmente, o detalhamento, desenvolvimento e esclarecimento de questões pertinentes à compreensão dos conceitos e ideias aqui expostos viabilizam a formulação mais precisa de problemas ou “[...] hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 2008, p. 27).

O mapeamento da dinâmica local dos principais atores responsáveis pelas interações locais de Esol – conforme propugnado por Albagli e Maciel (2004) – baseou-se fundamentalmente na realização de entrevistas semiestruturadas, entre os anos de 2018 e 2019, com atores da administração pública local; participantes dos EES; pesquisadores do tema na Universidade Estadual Paulista (Unesp); e outros atores que foram considerados como relevantes no decorrer da pesquisa. O questionário centrou-se no objetivo de captar a percepção de cada um desses atores com relação a alguns tópicos norteadores, como:

- o entendimento dos atores por “ecossistema empreendedor solidário”;
- relevância de cada um dos atores de Esol mapeados em Araraquara que poderiam compor o ecossistema;
- pontos positivos (conquistas) e negativos (desafios) na construção desse ecossistema no município;
- importância dos seis fatores apontados como essenciais para a construção do ecossistema de Esol no município: (i) políticas públicas de apoio; (ii) acesso a recursos financeiros; (iii) fatores culturais; (iv) infraestruturas de apoio; (v) capital humano; e (vi) acesso aos mercados (EUROPEAN COMMISSION, 2016).

Cabe lembrar que as pesquisas desenvolvidas no campo da ESS e Esol são recentes e ainda carecem de metodologias mais precisas. Por ser um campo de estudo relativamente novo, ainda existe um debate amplo em torno do tema, sobretudo pela complexidade inerente ao entendimento do lugar deste setor na economia e sociedade. Por outro lado, torna-se um desafio o desenvolvimento de metodologias e instrumentos mais rigorosos

que sejam capazes de captar, empiricamente, as articulações que decorrem da “dinâmica inovativa local”, que se conecta diretamente com os fenômenos econômico, social, político, cultural, institucional etc. (ALBAGLI; MACIEL, 2004).

Pelo lado das políticas públicas de Esol, Monzón e Chaves (2017, p. 104) pontuam que a quantificação e avaliação são passos essenciais para o melhor entendimento da Esol, seu lugar e sua função: “[...] *estadísticas [...] cumplen una función pragmática porque permiten la elaboración y evaluación de políticas públicas relacionadas a [Esol] em diferentes niveles territoriales, nacionales e internacionales*” [tradução da autora]⁵

Apesar da multiplicidade inerente a esse tipo de pesquisa, os resultados aqui obtidos permitem compreender, mais profundamente, a organicidade do ecossistema empreendedor solidário no território, observado por seus principais padrões de localização e manifestação, bem como seus pontos de conexão com o sistema econômico.

De porte dessas informações, torna-se possível um planejamento mais contundente de programas, estratégias e tecnologias de intervenção e capacitação para melhor aproveitamento desse potencial, seja via ações diretas entre grupos na sociedade engajados nessa temática, seja via ações governamentais, por meio de políticas públicas. (SILVA; CARNEIRO, 2016, p. 8)

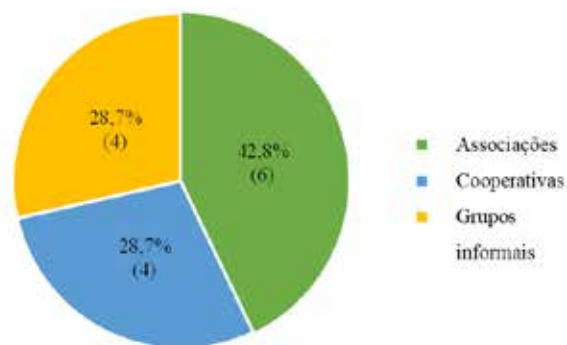
RESULTADOS E DISCUSSÕES

O mapeamento da dinâmica local de Esol em Araraquara indicou a presença de 14 EES, sendo maioria as associações (42,8%), seguidas por cooperativas e grupos informais (28,7% cada). Destes 14 EES, 8 estavam localizados nas zonas rurais ou periféricas da cidade, dada a sua atuação na agricultura, por meio da produção e comercialização de alimentos,

⁵ “[...] *las estadísticas [...] cumplen una función pragmática porque permiten elaborar y evaluar la política pública relativa a la [Esol] a distintos niveles territoriales, nacionales e internacionales*” (MONZÓN, CHAVES, 2017, p. 104).

assim como fabricação de artesanato e diversos outros tipos de produtos. Os outros 6 empreendimentos situavam-se no perímetro urbano, podendo ser esta uma evidência de maior participação destas empresas no mercado local – mais concentrado nas áreas centrais da cidade. Os EES mapeados foram: (1) Associação das Mulheres do Assentamento Monte Alegre VI (AMA) – também conhecida como “Padoka” –; (2) Associação de Mulheres Camponesas em Ação (Amca); (3) Associação dos Trabalhadores do Comércio Alternativo de Araraquara (ATCAAR); (4) Associação de Artesãos Mãos que Criam; (5) Associação Macaxeira (Farinheira); (6) Cooperativa Acácia de Catadores de Materiais Recicláveis de Araraquara; (7) Cooperativa Agropecuária Mista do Assentamento Bela Vista do Chibarro (Coobela); (8) Cooperativa dos Produtores Agrícolas de Motuca e Região (Coopam); (9) Cooperativa de Trabalho dos Trabalhadores Autônomos de Araraquara e Região (Coopersol); (10) Grupo de Artesanato do Bela Vista; (11) Grupo de Palha: Bela Vista; (12) Horta Comunitária Zona Norte; (13) Luz do Valle; (14) Mulheres Unidas do Parque São Paulo (MUPSP) – “Sabão Higobom”.

Figura 1 – Principais formas de organização dos EES de Araraquara.



Fonte: elaboração própria.

Além dos EES, outros atores foram identificados:

- i. Governo local: nos derradeiros anos, observou-se uma significativa atuação por parte do poder público local no sentido de abrir mais espaço (em termos legais, institucionais e por meio de diversos outros tipos de iniciativas propulsoras à causa) dentro do território para a Esol.
- ii. Universidade: atuando como incubadora e dando suporte na elaboração e aprovação de projetos de fomento direcionados a empreendimentos de Esol.
- iii. Sistema S: notou-se um esforço no sentido de se promover uma cultura empreendedora para com as pessoas que atuam nos EES, por meio do oferecimento de cursos sobre empreendedorismo, inovação, riscos que envolvem a rotina das micro e pequenas empresas etc.
- iv. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra): trata-se de uma autarquia federal cujo principal objetivo é o de executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional; centra seus esforços na assistência às comunidades assentadas, a partir de um conjunto de ações e projetos voltados para algumas áreas (como redes de água; esgoto; iluminação e transmissão de energia; produções sustentáveis etc.).
- v. Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp): vinculado à Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, é uma entidade responsável pelo planejamento e execução das políticas agrária e fundiária do estado de São Paulo e também pelo reconhecimento das Comunidades de Quilombos; sua principal atuação está ligada à promoção da democratização do acesso às terras.
- vi. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip): uma entidade civil sem fins lucrativos, que busca apoiar

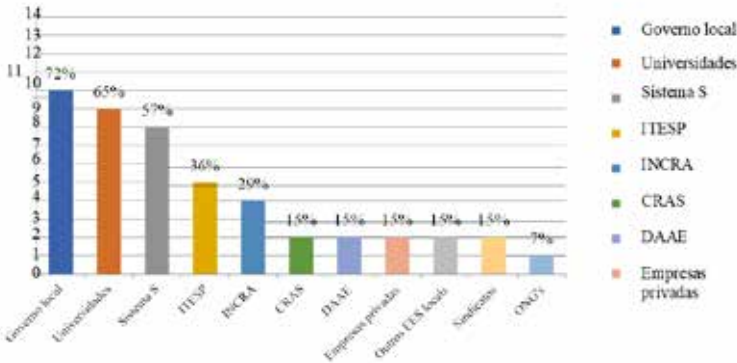
e promover algumas proposições ligadas à assessoria e consultoria de empreendimentos de Esol, contribuindo para o fomento das alianças entre os empreendimentos e os demais atores.

- vii. Sindicatos: Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara, Sindicato dos Trabalhadores(as) na Agricultura Familiar de Araraquara, Sindicato da Indústria de Panificação e Confeitaria de Araraquara, Sindicato do Comércio Varejista de Araraquara (Sincomercio).
- viii. Centro de Referência de Assistência Social (Cras): assim como os atores do Sistema S, o Cras contribuiu, por meio de um diálogo com o poder público local, com o fomento da cultura de Esol no âmbito dos EES.

Durante o mapeamento, foram identificados alguns pequenos coletivos, que são grupos de pessoas que se mobilizam pelo afeto ou ideologia no intuito de constituir pequenos EES (considerados, em sua maioria, grupos informais). Mapeou-se: o Coletivo Colmeia Cultural de Araraquara, o Coletivo de Alimentação Mulheres Negras, o Coletivo Bennu e o Coletivo Rolê Feira. Esses grupos têm um potencial de impactar a economia do território de modo mais abrangente por meio da realização de feiras culturais, que reúnem empreendedores e produtores locais de Esol; além de permitir aos grupos maior representatividade perante as instituições e o poder público.

Um olhar mais amplo sobre a dinâmica existente entre esses atores evidenciou a existência de diferentes graus de articulação entre eles. Uma das principais constatações foi a de que o principal meio pelo qual os EES são criados, mantidos e, possivelmente, emancipados são as políticas públicas de apoio à Esol. Concretamente, para 10 dos 14 EES mapeados (mais de 70%), se percebeu que o poder público local atuou de modo estratégico na consolidação dos três períodos mencionados acima. Na Figura 2 é possível visualizar os principais atores que mantêm conexões com cada EES listados.

Figura 2 – Relação dos atores que fornecem algum tipo de infraestrutura de apoio aos EES (em %).



Fonte: elaboração própria.

Tabela 1 – Classificação do grau de relevância dos seis constructos apresentados para três momentos distintos de um empreendimento: criação, manutenção e emancipação, a partir do ponto de vista de membros dos EES mapeados (em %).

	Criação de novos EES				Manutenção de um EES				Emancipação de um EES			
	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4
Políticas públicas de apoio	50,0	7,1	42,9	0,0	50,0	21,4	28,6	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Acesso a recursos financeiros	50,0	28,6	21,4	0,0	50,0	42,9	7,1	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0
Fatores culturais	64,3	0,0	35,7	0,0	50,0	28,6	21,4	0,0	78,6	21,4	0,0	0,0

	Criação de novos EES				Manutenção de um EES				Emancipação de um EES			
Infraestruturas de apoio	85,7	14,3	0,0	0,0	64,3	35,7	0,0	0,0	85,7	14,3	0,0	0,0
Capital humano	35,7	14,3	50,0	0,0	28,6	35,7	35,7	0,0	85,7	14,3	0,0	0,0
Acesso aos mercados	78,6	14,3	0,0	7,1	85,7	7,1	0,0	7,1	92,9	7,1	0,0	0,0

Fonte: elaboração própria.

Com relação ao suporte aos EES, conforme os dados da Tabela 1 – que buscou identificar o grau de prioridade dos seis fatores mencionados para a criação, manutenção e emancipação do empreendimento pela perspectiva de seus membros –, cerca de 86% dos EES necessitaram de algum tipo de infraestrutura de apoio (física ou não) no momento de sua criação. Um suporte dessa natureza significa apoiar o empreendimento direta ou indiretamente em: provimento de espaço para a realização das atividades de produção e comercialização dos EES; doação de materiais e equipamentos para o início das atividades; suporte jurídico e/ou institucional; assessorias e consultorias; viabilização de recursos financeiros; suporte administrativo/gerencial; facilitação de conexões e estabelecimento de redes com outros atores importantes; incubação etc.

Para a manutenção dos EES, a resposta mais frequente (85,7%) foi aquela relacionada ao acesso aos mercados. Tal fato pode justificar-se pela atuação da maior parte dos empreendimentos (aproximadamente 93%) na esfera comercial. Portanto, o acesso aos mercados é um fator associado estritamente à dinâmica da produção e venda das mercadorias dos empreendimentos.

Observou-se que a principal via de acesso ao mercado local acontece através das feiras locais, ambiente onde os EES expõem seus produtos

à população local. Apenas alguns EES detêm de um espaço fixo para a comercialização de seus produtos – como é o caso da Associação Mãos que Criam. Entretanto, muitos EES ainda têm dificuldades em escoar sua produção, visto que nem todos têm acesso a essas feiras; e mesmo os que possuem um local fixo enfrentam desafios, seja pela pouca visibilidade que o local proporciona a seus produtos, seja pelo fato de o público frequentador do respectivo local não ser muito apto a comprar as mercadorias oferecidas pelo empreendimento.

Finalmente, averiguou-se que as políticas públicas de apoio, juntamente com o acesso aos recursos financeiros, são consideradas por 100% dos EES entrevistados como fator crucial para sua emancipação. No que tange às políticas públicas, estas atuam de forma estratégica em praticamente todas as etapas consideradas neste processo. Todavia, elas agem de modo peculiar na emancipação dos EES. Tal circunstância se justifica pelo fato de que as políticas públicas de apoio contribuem com a criação e o fortalecimento de conexões e parcerias estratégicas entre EES e outros atores relevantes. Com essas articulações estabelecidas, os EES podem ser capazes de obter ganhos de autonomia, traduzidos em aumento da produção, melhorias nos processos produtivos, aumento das vendas, melhorias na organização e administração do empreendimento, aumento do grau de capacitação técnica dos trabalhadores envolvidos (pela realização de cursos de capacitação nas áreas de interesse) etc.

Além disso, também se verificou que o acesso aos recursos financeiros é tido como fundamental para o processo de emancipação dos EES. O caminho de fortalecimento dos EES requer que alguns fatores essenciais sejam trabalhados. Um desses fatores é a facilidade de obtenção de recursos para a conquista de autonomia nesse aspecto. Para tal, também se reitera que é importante o estabelecimento de conexões com atores que possam contribuir com a viabilização desses recursos, tais como: universidades, podendo atuar na elaboração de projetos a editais específicos, para que um determinado EES possa obter recursos financeiros; governo local, favorecendo o estabelecimento de redes de contatos entre agentes estratégicos, que possam fornecer algum tipo de recurso

para os EES, sejam eles em forma monetária ou em forma de materiais e equipamentos; bem como podem articular os EES a algum programa que contemple as atividades realizadas pelos EES locais; e, também, podem fornecer subsídios e/ou isenções fiscais para que os EES possam reduzir seus custos e aumentar a sua capacidade financeira de atuação no mercado; ONGs, atuando como consultorias e assessorias de EES, criando conexões com outros atores relevantes, que podem facilitar a captação de recursos; entre outros atores.

Os dados levantados nesta pesquisa indicaram que grande parte das relações estabelecidas entre os EES e outros atores teve a intermediação do governo local – por meio do amparo institucional e jurídico aos EES, demonstrado pelas figuras da Coordenadoria e Conselho de Economia Solidária – e da universidade – atuando como incubadora e dando suporte na elaboração e aprovação de projetos de fomento direcionados a empreendimentos de Esol.

Disso decorre a constatação da existência de uma artéria pela qual acontecem as principais conexões entre os EES e os demais atores no território. Esses três elos fundamentais compõem a base do ecossistema empreendedor solidário em Araraquara, que pode ser melhor visualizado por meio da hélice tripla, um modelo reconhecido internacionalmente e que está no âmago da disciplina emergente de estudos de inovação, e que tornou-se um guia de políticas e práticas nos âmbitos local, regional, nacional e multinacional. Este modelo prevê a existência de três pilares ou hélices essenciais para a efetivação de um ecossistema empreendedor: (i) o governo; (ii) a universidade; e (iii) as empresas. Quando esses alicerces são fortalecidos dentro do território, é possível que haja, então, uma fonte de geração de desenvolvimento socioeconômico local (ETZKOWITZ; ZHOU, 2017). Portanto, é uma abordagem que “[...] provê uma metodologia para examinar pontos fortes e fracos locais e preencher lacunas nas relações entre universidades, indústrias e governos, com vistas a desenvolver uma estratégia de inovação bem-sucedida” (ETZKOWITZ; ZHOU, 2017, p. 23).

Figura 3 – Atores do ecossistema empreendedor solidário em Araraquara pela perspectiva do modelo da hélice tripla.



Fonte: elaboração própria.

Partindo desse modelo, o ecossistema empreendedor para Esol em Araraquara pode ser viabilizado através do fortalecimento dessas três esferas, que se conectam com os demais atores do ecossistema. Nesse sentido, esses três atores devem se articular de modo sinérgico, assumindo o papel de tradutores ou apoiadores das “[...] traduções para a construção de redes sociotécnicas” (SILVA et al., 2018, p. 11). Isto é, o governo, a universidade e os próprios EES, sendo os elos essenciais dessa rede, devem ser capazes de garantir os fatores apontados como prioritários para a construção do ecossistema – que depende do “[...] apoio de atores com diferentes competências, sendo resultado de ação em rede” (SILVA et al., 2018, p. 11). Para tal, a “[...] sociologia da tradução ou sociologia da inovação ou, ainda, sociologia das redes sociotécnicas” (SILVA et al., 2018, p. 11) configura-se como um instrumento para a compreensão da atuação e articulação de determinados atores em um dado território. Como enfatizam Silva et al. (2018, p. 11), essa “rede sociotécnica” é um espaço de integração (de atores sociais e elementos não humanos) e “[...] cooperação, fundamentado em um

quadro de interesse comum”. Logo, “[...] para que a rede se construa é necessário que haja um tradutor das lógicas de ação. Neste caso, traduzir é promover e apoiar alianças e não passar um texto de um idioma a outro” (SILVA et al., 2018, p. 11).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para além de atividades que visam a geração de trabalho e renda para as pessoas marginalizadas social e economicamente do sistema capitalista, alguns estudos importantes verificaram que a Esol também tem a capacidade de configurar-se como estratégia de desenvolvimento local; sendo um dos caminhos possíveis para a efetivação deste processo a construção de um ecossistema empreendedor solidário – espaço no qual estão presentes uma gama de atores interdependentes, ligados à Esol, que, quando atuam juntos, determinam a saúde ou desempenho do ecossistema como um todo –, que permita aos EES – célula básica de representação da Esol na dinâmica econômica real – fortalecerem-se e, possivelmente, emanciparem-se dentro do território.

Esta pesquisa partiu da pressuposição de que a construção desse ecossistema em um determinado território requer a presença e o fortalecimento de alguns fatores essenciais, que são: políticas públicas de apoio; acesso a recursos financeiros; fatores culturais; infraestruturas de apoio; capital humano; e acesso aos mercados. Com base nisso, buscou-se, no desenvolvimento deste trabalho, identificar quais atores locais envolvidos com a Esol são os responsáveis pelo provimento e/ou respondem mais intensamente por cada um desses constructos no território.

O estudo do ecossistema empreendedor solidário em Araraquara permitiu levantar importantes informações inerente ao *modus operandi* dessa rede nos dias atuais, por meio de um olhar atento aos seus principais atores e às conexões construídas e mantidas entre eles. De um modo geral, o município de Araraquara apresenta um considerável *know-how* em termos

da atenção direcionada à causa da Esol, evidenciada por diversas iniciativas adotadas no sentido do fomento da pauta no território.

Como resultado dessa crescente atenção com a causa da Esol, foi possível notar que muitos EES puderam ser criados por meio de um suporte do governo local, figurado pela prefeitura municipal e suas divisões de Esol internas – como a Coordenadoria e o Conselho Municipal de Economia Solidária –, bem como pela universidade – representada, em especial, pela Unesp e seus grupos de extensão atuantes no âmbito da Esol, tais como o Núcleo de Estudos em Economia Solidária e Cidadania (Neesc), Núcleo de Extensão e Pesquisa em Economia Solidária, Criativa e Cidadania (Nepesc), Incubadora de Empreendimentos Solidários (Inconesp), Enactus etc. A estruturação de uma base de apoio constitui-se em uma estratégia que possibilitou aos EES desenvolverem-se e atingirem um certo grau de maturidade.

Foram mapeados 14 EES, sendo em sua maior parte associações, além de cooperativas e grupos informais. Além destes, foi possível constatar a presença de outros atores relevantes para a composição do ecossistema empreendedor de Esol local, sendo o governo local e a universidade as principais hélices deste sistema. Essa constatação permitiu avançar na compreensão de que a construção deste ecossistema no território pode ser viabilizada por meio do instrumental utilizado na sociologia da tradução ou sociologia das redes sociotécnicas, o qual requer que os componentes do tripé estratégico que se molda no cerne dessa rede – governo, universidade e EES – assumam o papel de tradutores na construção e estruturação do ecossistema de Esol em Araraquara, no sentido de promover e apoiar alianças; sendo, dessa forma, o principal canal de articulação entre os EES e os demais atores. Como resultado, é possível obter um ecossistema onde o provimento dos fatores apontados como essenciais para a criação, manutenção e emancipação de um EES seja garantido.

Em termos gerais, nota-se que a construção de um ecossistema empreendedor solidário é um processo complexo, ainda permeado por muitos desafios. Por outro lado, a conjunção de esforços mútuos entre os atores,

que seja capaz de formar uma estrutura de articulações coesas, torna possível o fortalecimento do EES e do próprio ecossistema, além de permitir um campo mais concreto de desenho de ações e políticas públicas estratégicas. Em outras palavras, a construção do ecossistema empreendedor para Esol requer a consubstancialização de uma sinergia entre os atores.

REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. Informação e conhecimento na inovação e no desenvolvimento local. *Ci. Inf*, Brasília, DF, v. 33, n. 3, p. 9-16, 2004.
- BACIC, M. J. Da oportunidade de pensar no desenvolvimento de um ecossistema empreendedor para os empreendimentos de economia solidária em América Latina. In: ACADEMIA SOBRE ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA, 4., 2014, Campinas. *Anais [...]*. Genève: ILO, 2014.
- BARQUERO, A. V. Reflexiones teóricas sobre la relación entre desarrollo endógeno y economía social. *Revista Iberoamericana de Economía Solidaria e Innovación Sociológica*, Huelva, v. 1, p. 11-22, 2018.
- BIRLEY, S. The role of networks in the entrepreneurial process. *Journal of Business Venturing*, Amsterdam, v. 1, n. 1, p. 107-117, 1985.
- CALLON, M. Eléments pour une sociologie de la traduction: la domestication des coquilles Saint-Jacques et des marins-pêcheurs dans la baie de Saint-Brieuc. *L'Année Sociologique*, [Paris], n. 36, 1986.
- CALLON, M. Le réseau comme forme émergente et comme modalité de coordination: les cas des interactions stratégiques entre firmes industrielles et laboratoires académiques. In: CALLON, M. *et al. Réseau et coordination*. Paris: Econômica, 1999. p. 13-64.
- CARVALHO, K. L. de. Economia solidária como estratégia de desenvolvimento: uma análise crítica a partir das contribuições de Paul Singer e José Ricardo Tauile. In: CONFERÊNCIA DO

DESENVOLVIMENTO, 2., 2011, Brasília, DF. *Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos*. Brasília, DF: Ipea, 2011.

CENTRO INTERNACIONAL DE INVESTIGACIÓN E INFORMACIÓN SOBRE LA ECONOMÍA PÚBLICA, SOCIAL Y COOPERATIVA (CIRIEC). *La Economía social en la Unión Europea*. Brussel: Comité Económico y Social Europeo, 2007.

CHAVES, R.; MONZÓN, J. L. La economía social ante los paradigmas económicos emergentes: innovación social, economía colaborativa, economía circular, responsabilidad social empresarial, economía del bien común, empresa social y economía solidaria. *Working Papers – CIRIEC International*, Liège, n. 2018/13, 2018.

COHEN, B. Sustainable Valley Entrepreneurial Ecosystems. *Business Strategy and the Environment*, Hoboken, v. 15, n. 1, p. 1-14, 2006.

ETZKOWITZ, H.; ZHOU, C. Hélice Tríplice: inovação e empreendedorismo universidade-indústria-governo. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 31, n. 90, p. 23-48, maio 2017.

EUROPEAN COMMISSION. *Social enterprises and their eco-systems: developments in Europe*. Brussels: European Commission, 2016.

GAIGER, L. A dimensão empreendedora da economia solidária: notas para um debate necessário. *Otra Economía*, São Leopoldo, v. 2, n. 3, 2008.

GAIGER, L. *A Economia Solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. *Social and Solidarity Economy: an opportunity to enhance youth employment*. Turin: ILO, 2013.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. *Social and Solidarity Economy and the Future of Work Euricse Working Paper for the ILO/ International Labour Office*. Geneva: ILO, 2017.

ISENBERG, D. (2011). The Entrepreneurship Ecosystem Strategy as a New Paradigm for Economic Policy: Principles for Cultivating Entrepreneurship. *Institute of International and European Affairs*, Dublin, p. 1-13, 12 May 2011.

LATOUR, B. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Unesp, 2000.

MONZÓN, J. L.; CHAVES, R. *Evolución reciente de la economía social en la Unión Europea*. Brussel: Comité Económico y Social Europeo, 2017.

MORAIS, L. P. *As políticas públicas de Economia Solidária (Esol): avanços e limites para a inserção sociolaboral dos grupos-problema*. 2013. Tese (Doutorado em Economia) –Unicamp, Campinas, 2013.

MORAIS, L. P. *Cooperação Sul-Sul e triangular e Economia Social e Solidária: possíveis conexões e contribuições para o desenvolvimento sustentável inclusivo*. Turim: Centro Internacional de Formação da OIT, 2014.

MORAIS, L. P.; BACIC, M. J. Pela necessidade de criar, manter e fortalecer o ecossistema empreendedor solidário. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PESQUISADORES EM ECONOMIA SOCIAL, COOPERATIVA E PÚBLICA DO CIRIEC-INTERNATIONAL, 32., 2017, Manaus. *Anais [...]*. [Manaus: Ufam], 2017.

MORAIS, L. P.; BACIC, M. J. Modern Cooperatives in the System of Sustainable Development Goals: the Importance of the Solidarity Entrepreneurship Ecosystem. *Fundamental and Applied Studies of the Cooperative Sector of the Economy*, Mytishchi, v. 6, p. 13-24, 2018.

MORAIS, L. P.; BACIC, M. J. A Importância do Ecossistema Empreendedor para a Economia Social e Solidária (ESS): avanços, retrocessos e desafios atuais no Brasil. *Revista da ABET*, João Pessoa, v. 18, n. 1, p. 3-21, jan./jun. 2019.

MORAIS, L. P.; BACIC, M. J. Social and Solidarity Economy and the need for its entrepreneuring ecosystem: current challenges in Brazil. *Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, Valencia, v. 98, p. 5-30, 2020.

NECK, H. *et al.* An entrepreneurial system view of new venture creation. *Journal of Small Business Management*, Hoboken, v. 42, n. 2, p. 190-208, 2004.

NYGAARD, S. *Co-Evolution of Technology, Markets and Institutions – the Case of Fuel Cells and Hydrogen Technology in Europe* LU. 2008. Thesis (Doctoral) – Lund University, Lund, 2008.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Economia Social e Solidária*. Turim: Centro Internacional de Formação da OIT, 2014.

RODRÍGUEZ, J. F. A. *Economía social y solidaria en el territorio: significantes y co-construcción de políticas públicas*. 2. ed. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2017.

SANCHES, C. C. *Economia Solidária e o Ecossistema Empreendedor Solidário: um estudo de caso do município de Araraquara (SP)*. Monografia – FCLAr/Unesp, Araraquara, 2019.

SERRANO, S. Economía Social y solidaria: una propuesta para un ecosistema más complejo. *Información Estadística y Cartográfica de Andalucía*, n. 5, p. 172-178, 2015.

SILVA, J. L. A. da.; SILVA, S. I. R. da. A economia solidária como base do desenvolvimento local. *E-cadernos CES*, Coimbra, n. 02, 2008.

SILVA, J. R. da. *et al.* Fatores determinantes para a consolidação de empreendimentos econômicos solidários. In: CONGRESSO DE PESQUISADORES DE ECONOMIA, 2., 2018, São Carlos. *Anais [...]*. São Carlos: Diagrama Editorial, 2018.

SILVA, M. C. *Análise do Ecossistema Empreendedor Brasileiro e dos Fatores Críticos de Sucesso para a Gestão de Incubadoras de Empresa*. 2017. Tese (Doutorado) –Unicamp, Campinas, 2017.

SILVA, S. P.; CARNEIRO, L. M. *Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos*. Relatório de pesquisa. Brasília, DF: Ipea, 2016.

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, A. Política pública de economia solidária e desenvolvimento territorial. *Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*, Brasília, DF, n. 52, p. 63-70, ago. 2012.

VIEIRA, N. S.; PARENTE, C.; BARBOSA, A. C. Q. Terceiro setor, economia social, economia solidária: laboratório por excelência de inovação social. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Porto, n. 7, p. 100-121, 2017.

FÓRUM MUNICIPAL DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA DE JUIZ DE FORA-MG: NOVAS RELAÇÕES, PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS E DE AÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS ENTRE TELAS DURANTE A PANDEMIA

Nathália Carneiro da Cunha Prados¹

Luiz Felipe Novais Falcão²

Lucas Galhardo Santos³

INTRODUÇÃO

As questões e problemáticas referentes ao papel da universidade pública brasileira para a sociedade são múltiplas e podem ser analisadas a partir de diferentes pontos de vista (FERNANDES, 2004). Esses pontos de vista podem abarcar as questões internas, as externas, as de ordem técnico-científica, as políticas, as econômicas, entre outras. Florestan Fernandes (2004) apresenta o debate sobre a questão da universidade pública e o chamado “desenvolvimento social” atentando para o fato de que, tratando sobre países em subdesenvolvimento (principalmente América Latina e, especificamente, falando sobre o Brasil), o papel do ensino superior é e foi diversas vezes atrelado ao desenvolvimento social do país.

Essa relação é descrita pelo autor como um movimento paradoxal que tratava, nos séculos XIX e XX, da necessidade pontual do crescimento das universidades públicas em países subdesenvolvidos como

¹ Bacharela em Ciências Humanas, mestranda e graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

² Doutorando, mestre e graduado em Comunicação pela UFJF.

³ Graduando em Comunicação pela UFJF.

uma forma de acelerar o processo de urbanização. Esse crescimento criaria mão de obra e trabalho técnico-científico possível e necessário para o desenvolvimento social interno como forma de manutenção no espaço internacional de dependência, tentando evitar regressão sistemática ou estagnação crônica (FERNANDES, 2004). Nesse sentido, o desenvolvimento interno da universidade acaba por sofrer uma disputa político-histórica entre os interesses da classe média, liberais, de grandes empresas e de países hegemônicos na manutenção da universidade como campo técnico subserviente à demanda externa e, não obstante, pressão progressiva pela sua privatização. Em contrapartida, observa-se um movimento interno e resistente de luta por um ensino crítico e movimento de autogestão e soberania nacional.

É dentro deste espaço histórico de disputa política e econômica no ensino superior público que se desenvolveram, na América Latina, e, especificamente nas universidades brasileiras, tanto medidas liberais que respondem aos interesses do capitalismo imperialista e hegemônico quanto estudos e análises críticas, anti-imperialistas, anticapitalistas, antirracistas, feministas que buscam, por meio da pesquisa e das educações popular e permanente (FREIRE, 2003, 2015, 2018), refletir e expandir os princípios autogestionários, construindo e revelando assim saberes regionais, tecendo a luta pela soberania popular nacional.

Nesse aspecto, surgem dentro das universidades movimentos e formas de pesquisa e de trabalho que priorizam as demandas dos setores populares, que buscam interseccionar estudos teóricos e ações na manutenção e criação de organizações não hegemônicas, por meio da extensão universitária. A extensão universitária se configura como um instrumento potente de troca e crescimento entre a comunidade acadêmica e sociedade. É uma devolutiva do investimento feito na formação de profissionais sob a forma de trabalho qualificado e formação de novas relações. No entendimento de Christina Musse (2003, p. 61), é papel e missão da universidade “[...] promover a qualidade de vida e o desenvolvimento regional através de diversas ações principalmente na área da extensão, que sejam capazes de romper os limites espaciais do campus universitário”.

A questão comunitária se faz presente em uma parcela significativa da atuação dos programas e projetos de extensão. As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) surgem na década de 1990 levando em consideração exatamente este caráter de valorização dos saberes comunitários, fomento e promoção do seu desenvolvimento. A primeira Incubadora de Cooperativas Populares se estabeleceu na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e, segundo Pedro Bocayuva (2001, p. 235), o projeto pioneiro da UFRJ:

Abriu um novo conjunto de ações de apoio às iniciativas de geração de trabalho e renda. A ITCP tem por objetivo desenvolver atividades voltadas para a inserção de setores economicamente marginalizados no mercado formal de trabalho. Seu público-alvo é um grande contingente de trabalhadores, desempregados ou vinculados ao plano da economia informal, que pode conquistar requisitos básicos de cidadania a partir da organização do trabalho. A Incubadora nasce na universidade pública, a partir de um centro de alta tecnologia. O impacto dessa novidade difunde-se num sistema complexo de parcerias, estrutura-se em redes semelhantes dentro da universidade e articula-se em alianças com outros atores sociais nacionais. Num momento de reestruturação econômica que acentua a precarização do mercado de trabalho, a experiência da ITCP faz parte de um processo ora organizado, ora espontâneo, dos setores da classe trabalhadora, nas comunidades excluídas do espaço social e produtivo do capital. A Incubadora insere-se num trabalho nacional sobre as novas relações de trabalho, envolvendo questões como cooperativismo, mercado, legislação e sistemas de crédito voltados para o cooperativismo e os microempreendimentos. No momento atual, a ITCP se transforma num modelo de ação da universidade no combate ao desemprego e à exclusão, como prática de extensão, e como um conjunto de metodologias desenvolvidas para ações de inserção social e combate à pobreza. Seu impacto nacional repercute no debate sobre o campo das políticas públicas e das práticas e conflitos ligados ao futuro do trabalho e à redistribuição de renda, o que levou ao seu desenvolvimento e difusão em outras unidades da federação, por meio da montagem de outras incubadoras universitárias, assim como de uma rede universitária nacional.

No final dos anos de 1990 e início dos anos 2000, o modelo de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares se fazia presente em 13 universidades brasileiras, entre elas a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (Intcoop-UFJF) surgiu em 1998 sob o comando da professora Sônia Heckert (2003, p. 11) na perspectiva de

[...] incorporar a ótica dos setores populares no desenvolvimento do conhecimento científico, tecnológico e artístico gerado na Universidade, reconhecendo que existem outras formas de conhecimento surgidas da prática de pensar e de agir de inúmeros segmentos da sociedade, que, por não serem tidas como científicas, são desprovidas de legitimidade institucional.

Ao longo desses mais de 20 anos, a Intcoop-UFJF acompanhou pelo menos 40 grupos populares entre cooperativas, associações e movimentos sociais, assessorando diretamente mais de 1.100 trabalhadores e trabalhadoras “[...] organizadas em sistema de autogestão sob os princípios da economia solidária (Ecosol) para elaboração coletiva de propostas e ações que contribuam para atendimento a demandas e problemas enfrentados” (FALCÃO; OLIVEIRA; MENDONÇA, 2021, p. 3).

O Fórum Municipal de Economia Popular Solidária (Fomeps) é um dos coletivos atualmente acompanhados pela Intcoop-UFJF. Um grupo composto por diversos empreendimentos e coletivos da Economia Solidária, entidades de apoio e representantes do poder público. Dado o contexto de isolamento social e medidas restritivas, trabalhadores, em sua maioria pessoas que garantem renda por meio de feiras, começaram a sofrer negações de direitos básicos como alimentação e moradia, agravando assim o contexto de desigualdade, pobreza e exclusão social.

Enquanto secretaria executiva do Fomeps, a Intcoop-UFJF percebeu a necessidade de articulação da própria equipe, de outros movimentos sociais e do poder público para potencializar a ação da extensão universitária e buscar alternativas capazes de mitigar os efeitos do contexto atual.

A INTECOOP-UFJF E A IMPORTÂNCIA DA CONSTRUÇÃO COLETIVA DE EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO E METODOLOGIAS

No início de 2020, a equipe da Intcoop era coordenada pela professora e pró-reitora de Extensão Ana Livia de Souza Coimbra e contava com 15 bolsistas de extensão e dois técnicos (Luiz Felipe Novais Falcão e Juliana Macário). A metodologia de trabalho da equipe, como vinha se estabelecendo nos últimos três anos, era organizada por frentes e núcleos de atuação (Frente de Agroecologia, Frente de Arte, Artesanato e Reciclagem, Frente de Movimentos Sociais, Núcleo de Comunicação, Núcleo de Formação e Núcleo Jurídico e de Gestão). Nesse modelo, os bolsistas formadores acompanham os grupos com os quais se identificam e atuam nos núcleos mais ligados à sua formação acadêmica. Fazem trabalho de elo entre os grupos incubados pela ITCP, suas frentes e a organização geral da Intcoop. São os técnicos e coordenadores que articulam o trabalho de núcleos e frentes na busca por propor ações, repensar metodologias e criar um ambiente de troca de experiências e saberes entre grupos, sociedade e equipe.

Em períodos anteriores à pandemia, eram feitos encontros presenciais com os grupos incubados, encontros com as frentes para organização, debate e estudo sobre questões comuns de cada frente, e encontro geral da equipe para repasses, discussões das ações e deliberações gerais. A metodologia da equipe da ITCP tem em seu horizonte um modo de trabalhar a Economia Popular Solidária (SINGER, 2002) bem como seus objetivos, é também flexível na forma de se aproximar e mobilizar o espaço amplo de interdisciplinaridade universitária, seus públicos e ainda, a partir do estudo, adaptar as maneiras de fomentar a autogestão.

Além dessa organização básica e da estrutura da equipe, metodologia e funcionamento, havia diversos outros encontros e atividades paralelos e relacionais que proporcionaram o encontro entre os diversos grupos incubados. Destacamos a oficina Café com Prosa. Na atividade, os grupos eram convidados a comparecer no espaço físico da Intcoop para uma tarde de café e discussão sobre temas relacionados à Economia Popular Solidária.

Neste e noutros espaços de troca e educação popular (FREIRE, 2003), a equipe promovia a formação dos cooperados e associados bem como realizava a autoformação, com a presença de professores convidados. A circulação do conhecimento e a expansão da interdisciplinaridade permitiam novas perspectivas de abordagem, trabalho e ressignificavam a atuação de todas e todos no espaço da extensão.

Nos interessa aqui descrever como essa abertura a adaptações metodológicas se deu na Frente de Movimentos Sociais e especificamente no Fórum Municipal de Economia Popular Solidária. A incubadora exerce a função de secretaria executiva do Fomeps-JF assim como no Fórum Regional de Economia Popular Solidária da Zona da Mata. Entre as atividades do bolsista formador responsável, Lucas Galhardo (curso a graduação em Comunicação), estão a organização dos encontros, a confecção das atas, proposição de formações, elaboração junto à coordenação de estratégias para o fomento das políticas públicas ligadas ao movimento da Ecosol na cidade e na região. São pelo menos dez grupos populares convivendo nesse ambiente democrático. Os encontros trimestrais seguem a organização dos fóruns estadual e nacional. Antes do início da pandemia de covid-19, os encontros do Fomeps-JF ocorriam, geralmente, no espaço físico da Intecoop-UFJF.

Mas a notícia do fechamento provisório do *campus* e atividades da universidade em março de 2020, devido à então iminente epidemia de covid-19, gerou não só preocupação e cuidados referentes à prevenção da doença, mas também trouxe preocupação em como realizar as atividades do próprio fórum.

O período de incerteza e de falta de informações sólidas sobre o que era o vírus ou quanto tempo poderia demorar para que a situação fosse contornada causou uma pausa nas atividades da incubadora. É claro que, nesse período, houve comunicação entre as pessoas que fazem parte da equipe, entre os responsáveis dos respectivos grupos e empreendimentos, entre as organizações da sociedade civil. Foi um tempo importante para repensar a própria equipe, estudar e planejar como realizar encontros virtuais. Cabe dar relevo aqui ao perfil dos participantes dos grupos incubados: com faixa etária entre 40 e 70 anos, com algumas questões de vulnerabilidades

latentes, em grande parte sem intimidade com a tecnologia ou ainda sem condições financeiras e técnicas de acessar os ambientes digitais. Então como (re)construir metodologicamente a forma de fomentar a Ecosol?

É FAZENDO, E FAZENDO JUNTO, QUE SE ENCONTRA O MEIO MAIS ADEQUADO DE APRENDER E CRESCER

Inicialmente, a equipe Intecoop-UFJF passou por um período (entre março e maio) tateando como seriam retomadas as atividades da extensão. Nesse período, a atividade mais robusta dos bolsistas formadores foi a de fazer contato com grupos e com associados de maneira individual para saber das necessidades mais urgentes, inclusive as alimentares, para tentar solucionar os problemas e ainda instruir e orientar quanto à prevenção e aos cuidados básicos para evitar a contaminação pelo vírus.

A partir de maio, as reuniões foram sendo gradativamente retomadas em praticamente todas as instâncias. Da reunião geral da equipe da incubadora (a primeira a se reunir virtualmente), passando pelos encontros dos formadores com os grupos até a realização de reuniões deliberativas como as do Fórum Regional de Economia Popular Solidária da Zona da Mata, as dificuldades de acesso e manuseio das tecnologias digitais foram sendo contornadas com apoio, compreensão das limitações individuais e coletivas e, claro, solidariedade.

A equipe da incubadora e os grupos começaram a demandar a retomada dos encontros, ainda que em forma virtual, e foi decidido que tal atividade ocorresse por meio da instância de representação oficial da Ecosol na cidade e região, o Fomeps-JF.

Ao ultrapassar os limites de suas iniciativas autogestionárias, os sujeitos coletivos alcançam o espaço público através de sua organização em movimentos sociais, porém o uso de TICs é pouco utilizado ou usado com muitas ressalvas. Entretanto, a pandemia impulsionou a superação dessas limitações e confrontou o movimento a procurar formas de se adaptar de

forma a não perder sua identidade e seus princípios e o Fórum Municipal de Economia Popular Solidária de Juiz de Fora -FOMEPS foi bem representativo desse processo. (FALCÃO; OLIVEIRA; MENDONÇA, 2021, p. 2)

Em 6 de junho de 2020, depois de verificarmos e avaliarmos que as experiências das reuniões virtuais entre os grupos, Fórum Regional de Economia Popular Solidária da Zona da Mata e de outros fóruns estavam fluindo de maneira interessante, e percebendo que as demandas por políticas públicas mais consistentes poderiam também acontecer nesses espaços, realizamos o primeiro encontro do Fórum Municipal durante a pandemia.

Ocupar esse espaço do fórum, de maneira remota, mostrou que existem muitas possibilidades de uma perspectiva popular ser exercitada enquanto pedagogia. Um determinado currículo educacional a serviço do poder afirma uma certa política de ensino e aprendizagem, binária e focada no resultado, enquanto único modo possível de experienciar qualquer modelo formativo. A educação popular, em contrapartida, apresenta um modo de produção veementemente comprometida com os processos, com o desenvolvimento e com as experiências que nascem dos encontros e são intermediadas pela comunicação e suas tecnologias. Tomar todo o processo com esses trabalhadores e trabalhadoras, para além da perspectiva única das dificuldades e da exclusão digital, e assim, afirmar que aprendizados aconteciam nesse movimento, é um ato revolucionário. (FALCÃO; OLIVEIRA; MENDONÇA, 2021, p. 5)

Dentro dos princípios da Economia Popular Solidária, as primeiras reuniões do Fomeps-JF foram para o acolhimento e a escuta. O cenário ainda era de insegurança e de medo. Os grupos populares do fórum já são oriundos de um contexto duro de vulnerabilidades que, infelizmente, potencializou-se. Os grupos então se reuniam inicialmente para dialogar sobre suas experiências pessoais dentro de casa, ansiedades, a angústia sobre falta de informações de uma retomada das atividades presenciais e a necessidade de estruturar uma forma de os indivíduos e os empreendimentos se manterem. Algumas saídas possíveis para a geração de trabalho e

renda começaram a ser desenhadas, como feiras virtuais, cadastros em plataformas de divulgação, necessidade de formações para o comércio virtual. Mas todas as articulações surgiam como sendo imediatas e emergenciais. A percepção coletiva começou a se estruturar na necessidade de políticas públicas mais robustas para garantir os direitos fundamentais dos trabalhadores e trabalhadoras da Economia Popular Solidária em Juiz de Fora.

Enquanto a ideia de acessar e/ou construir essa política pública era amadurecida, os grupos seguiram com debates internos sobre possibilidades ou não de vínculos com empresas, visto que, nos primeiros meses de pandemia, redes de supermercados disponibilizaram espaço para comercialização de pequenos empreendedores. Além disso, os grupos fortaleceram e expandiram sua própria rede de segurança emergencial. Nela os grupos com acompanhamento dos bolsistas formadores se organizaram para mapear e cadastrar as famílias em vulnerabilidade extrema, se unir na produção de cestas de alimentos e coleta de materiais de higiene, entre outras providências para as demandas pontuais que surgiram no período. A secretaria executiva do fórum e membros de alguns dos grupos participaram ainda da criação da Rede de Segurança Alimentar Municipal de Juiz de Fora, ampliando o diálogo com a sociedade civil no esforço para superar alguns dos problemas trazidos e outros potencializados pela crise sanitária.

Mas a situação de vulnerabilidade cresceu. Veio a diminuição da perspectiva de retorno das atividades. As reuniões do Fórum, antes quinzenais, começaram a ocorrer semanalmente a partir da necessidade de organização das ações. Os grupos perceberam a necessidade de construir frentes de trabalho para encontrar medidas mais efetivas em várias situações distintas que surgiam. A medida reafirma o caráter educativo da articulação e da mobilização em Economia Popular Solidária, além de garantir a delegação de responsabilidades, distribuição e divisão de ações coletivamente, cujos resultados e apontamentos são submetidos à análise e aprovação também coletiva. Assim, além de as demandas serem tratadas de maneira mais rápida e efetiva, são mantidos os princípios de autogestão, da participação coletiva e da democracia nas tomadas de decisões: princípios da Ecosol (SINGER, 2002).

Duas dessas frentes de trabalho se destacaram a longo prazo: a Frente de Resíduos Sólidos e a Frente de Políticas Públicas (Plano Mineiro). A primeira foi criada pela necessidade de estudo e inserção dos participantes do fórum no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Juiz de Fora (PMGIRS-JF), que estava em processo de construção e, não obstante, para tratar de demandas e projetos de grupos incubados e parceiros. Dessa forma, bolsistas formadores da Intecoop planejaram leituras dinâmicas do texto do PMGIRS-JF. O grupo promoveu debates sobre o projeto, levantou questões pertinentes ao contexto e que, depois de detalhadas e discutidas, foram levadas e apresentadas para as assembleias do Fórum Municipal. Os projetos e as iniciativas de sustentabilidade, processo de reciclagem, articulação de catadores de Juiz de Fora resultaram na elaboração de documentos de apoio a projetos e também documentos propositivos para encaminhamento ao poder público.

Já na Frente de Políticas Públicas, as discussões foram pautadas pela necessidade de articulação dos empreendimentos de Economia Popular Solidária pela reivindicação de seus espaços de representatividade e ação. Mesmo antes da pandemia, o Fomeps-JF se configurava como um espaço de estudo crítico e debate entre trabalhadoras e trabalhadores na construção de “[...] uma agenda pública que possa contribuir para o desenvolvimento e fortalecimento das iniciativas de geração de renda a partir da proposição de práticas sustentáveis, democráticas e inclusivas” (FALCÃO; OLIVEIRA; MENDONÇA, 2021, p. 2).

MOBILIZAÇÃO SOCIAL E RESULTADOS: A CARTA DE PRINCÍPIOS E A PROPOSTA DE PROJETO DE LEI DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Entendemos que o fortalecimento e a união de grupos, pautados pela autogestão, reafirmam e reconhecem a Economia Popular Solidária como projeto político. Diante dessa percepção e da observação, no início do segundo semestre de 2020, de um processo eleitoral se aproximando, as frentes de trabalho e o fórum de maneira geral vislumbraram a oportunidade de ver seus esforços, até então emergenciais, ganharem uma dimensão

menos imediatista de “apagar incêndios” e de poder começar a planejar medidas mais efetivas de médio e longo prazo. Era chegada a hora de reunir as demandas, apresentar os princípios que nos balizam enquanto movimento articulado nacionalmente e trabalhar nossas necessidades e propostas junto àqueles que disputavam espaço no executivo e no legislativo.

Dentro da Frente de Políticas Públicas, os representantes se organizaram para a elaboração de um documento de convite para apoio de candidatas e candidatos à prefeitura e à câmara de vereadores. Na carta, foram detalhadas as pautas do movimento de Economia Popular Solidária, suas necessidades específicas para os grupos do município e as reivindicações de direitos individuais e coletivos. O documento foi entregue aos então candidatos com quem os representantes conseguiram contato, para que aqueles e/ou aquelas que se identificassem e se comprometessem com as pautas e demandas assinassem e estabelecessem compromisso com o Fórum.

Como resultado, o Fomeps-JF conseguiu articular uma reunião com a então candidata Margarida Salomão (Partido dos Trabalhadores), hoje prefeita de Juiz de Fora. No encontro virtual, os participantes do fórum puderam expor suas demandas, contar experiências prévias com a prefeitura e mostrar as questões a serem resolvidas (demandas vindas de grupos de usuários do sistema da saúde mental, de grupos da agroecologia, dos recicláveis, dentre outras tantas demandas).

A então candidata teve espaço para tirar dúvidas, fazer suas considerações sobre a carta, argumentar suas propostas de governo que coincidiam com aquilo que foi apresentado e se comprometer com o Fomeps-JF. Outra reunião no mesmo modelo também foi realizada com candidatos ao legislativo.

Ao fim do processo eleitoral, a única candidata ao executivo que conseguiu realizar uma reunião com o Fórum foi eleita no segundo turno. A essa altura, as discussões nos encontros do Fomeps-JF avançaram e a mobilização se fez no sentido de resgatar e fomentar o processo de retomada da elaboração de um projeto de Lei Municipal de Economia Popular Solidária, que havia sido pausada diante da falta de abertura e efetividade de ações para a Ecosol em gestões municipais anteriores.

A frente de trabalho responsável pelo projeto resgatou documentos anteriormente elaborados, legislações de economia solidária de outros municípios, convocou reuniões de estudo, provocou debates, deu início à reescrita e à realização da adaptação da proposta de lei municipal paradas havia, pelo menos, três anos. A nova proposta, sendo aprovada, vai se configurar como o marco legal da Economia Popular Solidária no município. O texto prevê, inclusive, a criação de um conselho municipal de Ecosol e um fundo para financiar e fomentar a política pública de Ecosol, assim como dar meios de os grupos, cooperativas e associações crescerem e se estabelecerem de forma segura no cenário econômico de Juiz de Fora. Ao fim de um exaustivo trabalho de meses,

Na sexta-feira, 19 de março de 2021, os trabalhadores e trabalhadoras do Fórum se mobilizaram, acionaram o secretário municipal responsável pelo setor econômico do município, apresentaram a proposta de lei, discutiram os termos da política pública e asseguraram o compromisso de um parecer sobre a iniciativa popular construída a partir do debate sobre o noticiário das eleições, as estratégias e programas de campanha e de uma formação em economia popular solidária pautada no diálogo e, agora, mediada também pelas tecnologias digitais de informação e comunicação já incorporadas ao uso dos trabalhadores e trabalhadoras. (FALCÃO; OLIVEIRA; MENDONÇA, 2021, p. 8)

O Fórum Municipal de Economia Popular Solidária de Juiz de Fora segue acompanhando os desdobramentos e a tramitação do projeto no executivo. As reuniões se tornaram mais espaçadas (uma vez por mês), a articulação agora é na construção de uma estratégia de mobilização social focada no legislativo e na sociedade civil para quando o projeto for encaminhado para apreciação dos vereadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É nítido que o Fórum Municipal de Economia Popular Solidária de Juiz de Fora conseguiu se manter, criar estratégias significativas de luta diante das imposições trazidas pela pandemia de covid-19.

Durante os 12 meses analisados na pesquisa, houve pelo menos três momentos distintos e que merecem destaque: os primeiros quatro primeiros meses de transição da paralisação do que acreditávamos ser um momento passageiro para a retomada das atividades de maneira remota; os quatro meses seguintes de reuniões mais frequentes e trabalho constante no que se refere às demandas do movimento e do período eleitoral; os quatro meses finais que marcaram não apenas a virada do ano de 2020 para 2021 como também o começo de um novo mandato na cidade e a motivação para a construção de novas estratégias de ação e políticas públicas.

Não deixamos de reconhecer aqui que o quantitativo de trabalhadores e trabalhadoras nas reuniões do fórum, devido às questões socioeconômicas e culturais supracitadas, não foi homogêneo. O grau de participação oscilava entre períodos de concentração de representantes de diferentes grupos e convidados (entre 25 e 30 pessoas) e momentos de falta de quórum. De certa maneira, identificamos a quase ausência de rotatividade dos representantes dos grupos, permanecendo as mesmas pessoas nas reuniões, o que também gerou certa exaustão em muitos momentos do processo porque, além das reuniões fixas do fórum, havia reuniões das frentes de trabalho. Tal situação exigiu dos bolsistas formadores da Intcoop-UFJF contato contínuo com os grupos, muita conversa e compreensão para mobilização e manutenção de vínculo.

Concluimos, portanto, que, dado o cenário sanitário e socioeconômico, o Fomeps-JF conseguiu realizar não apenas a elaboração da carta aos candidatos em época eleitoral, mas também desenvolveu relação de proximidade com a prefeitura desde o início da gestão, além da possibilidade de avanços no projeto legislativo do fórum. Observamos que a resistência e a persistência nos trabalhos e questões referentes à Economia Popular Solidária, durante esses 12 meses de pandemia analisados, foram também grandes conquistas do próprio movimento. Notamos que a articulação e o olhar constante para a metodologia de trabalho caracterizaram um processo formativo único para bolsistas formadores, grupos e a equipe Intcoop-UFJF como um todo. A organização do Fórum gerou, ainda que virtualmente, novos espaços coletivos de organização política.

O período permitiu observar que a extensão universitária é também movimento de resistência e adaptação a contextos diversos e hostis. A extensão, por um esforço hercúleo daqueles que nela acreditam como transformadora da sociedade pela construção e efetivação do conhecimento compartilhado e da pesquisa, realizou o seu papel de ponte e contato entre as demandas populares e a universidade. Fez com que os bolsistas formadores continuamente superassem medos e limitações no desafio de transformar seu conhecimento e colocar a pesquisa acadêmica em ação.

O papel de ser pesquisador, técnico, bolsista formador, estudante, e atuar por meio da extensão como representante de uma universidade pública, principalmente atuando em ITCP durante um cenário de pandemia, é e foi um grande desafio para todos e todas. Por muitas vezes, a universidade é ligada ao papel de desenvolvimento social (FERNANDES, 2004) e, embora sejam diversas as discussões e disputas políticas sobre de qual desenvolvimento social se trata (FERNANDES, 2004), é inegável que, durante uma das maiores crises sanitárias do país e do mundo, a universidade ganhou grande enfoque. Trouxe para si o protagonismo de que é cobrada assim como contribuiu para trazer à tona outros tantos protagonismos da sociedade, principalmente dado o cenário político do Brasil.

O país, que, para além dos mais de 400 mil mortos, enfrenta crise financeira, a alta de desemprego, o cenário político polarizado, a politização de medidas de segurança e saúde e, principalmente, a quase ausência de medidas e políticas populares e de assistência, incluindo opção de não realização do Censo.

Não bastasse tudo isso, no caso brasileiro, infelizmente, as universidades também sofreram pressões do governo federal, corte no orçamento e viram parte da sociedade questionar sua eficiência e empenho no enfrentamento da pandemia – ainda que o ensino superior público estivesse pesquisando vacinas e medidas de prevenção contra o coronavírus.

Conquistas e superações como a do Fórum Municipal de Economia Popular Solidária de Juiz de Fora são significativas para provar que a extensão universitária, assim como a pesquisa, é imprescindível. Juntas, pesquisa

e extensão são essenciais para pensar estratégias de organização social e sobrevivência principalmente em cenário de crise e/ou quando há falta de políticas públicas eficientes. Este trabalho desenvolvido, visto sob perspectiva histórica, principalmente se tratando de ITCPs e do papel que elas ocupam nas universidades, merece relevo na perspectiva da resistência, pois “[...] é uma fração da universidade dirigida aos que estão à margem do mercado de trabalho, assim ela é vista pela maioria dos dirigentes: a universidade ‘cumprindo sua função social’” (DOS SANTOS; DA CRUZ, 2008, p. 3).

A metodologia construída, aplicada, avaliada e ressignificada pela Intecoop-UFJF, como secretaria do fórum, não poderia ser outra além da pesquisa-ação (TRIPP, 2005). Utilizamos dos meios possíveis para, em conjunto com os integrantes do fórum, refletir, mitigar as situações de vulnerabilidade dos grupos incubados e parceiros, ao passo que investimos em estudos críticos na perspectiva da educação popular de Paulo Freire e na pedagogia da autonomia. Tudo isso preservando o distanciamento social e experienciando maneiras virtuais de contato. Vistos sob esta perspectiva, a extensão e o processo de troca entre a Intecoop-UFJF e os grupos

não se esgota no “tratamento” do objeto ou do conteúdo, superficialmente feito, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível. E essas condições implicam ou exigem a presença de educadores e de educandos criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes. Faz parte das condições em que aprender criticamente é possível a pressuposição por parte dos educandos de que o educador já teve ou continua tendo experiência da produção de certos saberes e que estes não podem a eles, os educandos, ser simplesmente transferidos. Pelo contrário, nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo. (FREIRE, 2002, p. 12-13)

O método aplicado para que o fórum pudesse ser órgão ativo e eficiente ainda que em tempos de pandemia e isolamento social trouxe marcas e conquistas que superam o processo de troca e de autogestão. Muito mais

que trocar os saberes e efetivação de medidas práticas, o aprendizado se operou ainda nas relações de mobilização social e troca de afetos. Ao compartilhar, elaborar e trabalhar as dúvidas e angústias, as preocupações, situações de conflito, a coletividade se acolheu, articulou maneiras de subsistir, desenvolveu soluções e estratégias de ação. O Fórum reafirmou, durante a pandemia, seu lugar de resistência, de luta por direitos e construiu também um ambiente acolhedor para novos integrantes, fez-se espaço de escuta para todos e todas, e, na medida do possível, solucionou ou encaminhou as demandas específicas do movimento, dos grupos e das trabalhadoras e dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

BOCAYUVA, P. C. Incubadora tecnológica de cooperativas populares Coppe/UFRJ. In: CAMAROTTI, I.; SPINK, P. (org.). *Redução da pobreza e dinâmicas locais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 235-263.

DOS SANTOS, A. M.; DA CRUZ, M. Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: interdisciplinaridade articulando ensino, pesquisa e extensão universitária. *E-cadernos CES*, Coimbra, n. 02, 2008. Disponível em: <http://ec.es.revues.org/1354>. Acesso em: 25 mar. 2021.

FALCÃO, L. F. N.; MENDONÇA, P. R. S. de; MACÁRIO, J. Comunicação, mobilização social e economia popular solidária: a construção de metodologias para a formação de trabalhadores cidadãos. In: SITRE SIMPÓSIO INTERNACIONAL TRABALHO, RELAÇÕES DE TRABALHO, EDUCAÇÃO E IDENTIDADE, 8., 2020, Belo Horizonte. *Anais [...]*. [Belo Horizonte: Cefet-MG], 2020.

FALCÃO, L. F. N.; OLIVEIRA, J. M.; MENDONÇA, P. R. S. A educação popular em período de pandemia: formação/experimentação de trabalhadores na proposição de políticas públicas por meio das múltiplas telas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM MÍDIA E COTIDIANO, 8., 2021. *Anais [...]*. Niterói: PPGMC-UFF, 2021.

FERNANDES, F. A universidade brasileira: reforma ou revolução? In: IANNI, O. (org.). *Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante*. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 273-317.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, P. *Política e educação*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, P. *Pedagogia do compromisso: América Latina e educação popular*. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

MUSSE, C. F. A comunicação e as Cooperativas Populares: alternativas de intervenção no espaço local. In: HECKERT, S. M. R. *Cooperativismo popular: reflexões e perspectivas*. Juiz de Fora: UFJF, 2003. p. 59-80

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educação e pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, 2005.

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

CHAPADA AGROECOLÓGICA: AGRICULTURA FAMILIAR, JUVENTUDE RURAL E BEM VIVER

Juliana Campos¹

Washington Franca-Rocha²

INTRODUÇÃO

O território Chapada Diamantina, porção central do estado da Bahia, está localizado na região denominada semiárida. É um território essencialmente rural, marcado pelo colonialismo, pelo coronelismo e pelo patriarcalismo. Devido ao processo de ocupação, possui traços da presença de etnias indígenas, quilombolas e sertanejas, compondo assim um mosaico cultural nesta região. Embora localizado no sertão, este território possui relevante biodiversidade, considerável geodiversidade e importante patrimônio histórico, atraindo assim interesses diversos.

A expansão econômica iniciou com a pecuária adentrando os sertões, mas somente atingiu seu auge nos tempos auríferos e diamantíferos. Com o declínio do garimpo, a cafeicultura ocupou o espaço geográfico e, após longo período de decadência, o turismo surgiu como um novo ciclo econômico, principalmente após a fundação do Parque Nacional da Chapada Diamantina, em 1985. Atualmente, o agronegócio, a mineração, e o turismo, dito “ecológico”, são as principais atividades econômicas do território, no entanto, atuam com lógicas predatórias.

Nas últimas décadas, este território vem perdendo consideravelmente aspectos bióticos, abióticos e culturais, devido ao modelo moderno de desenvolvimento, baseado na exclusão social e na exploração dos recursos

¹ Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs).

² Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs).

naturais. Cabe destacar a especulação imobiliária, os conflitos fundiários, a poluição sonora, do ar, das águas, a degradação da paisagem, a contaminação dos solos, o desmatamento, a redução da biodiversidade e a falta de políticas públicas, que vêm expulsando a população nativa do território. A agricultura familiar atravessa a história e se encontra, até hoje, como o grupo social mais vulnerável na região. Como símbolo de resistência, ocupa majoritariamente as comunidades rurais dos municípios. Estas famílias cuidam das suas roças na zona rural, dependem do meio ambiente saudável para reproduzirem suas vidas, são responsáveis pela produção de alimentos na região, e, geralmente, comercializam os excedentes nas feiras locais. No entanto, muitas delas ainda dependem dos benefícios do governo para se manterem e complementarem sua renda.

Este grupo social foi historicamente marginalizado (WANDERLEY, 2014), desconsiderado como agente cultural, detentor de saberes e práticas sustentáveis. Entretanto, é justamente onde se localiza potencialmente a produção de alimentos saudáveis para o abastecimento local, a memória, o patrimônio genético, a proteção ambiental e a conservação dos solos. Além disso, onde se manifesta as raízes da cultura popular, com influências na culinária local, nas festas tradicionais, nas crenças, na arquitetura e no artesanato da região.

Diante do exposto, surge o projeto colaborativo intitulado Chapada Agroecológica, com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar, incentivar a agroecologia, valorizar a cultura local, integrar as principais instituições de educação pública da região e promover a educação ambiental. Para tanto, utiliza-se a educomunicação e a pesquisa-ação, voltadas para a educação ambiental, com suporte teórico da tecnociência solidária e da economia solidária.

Este projeto integra o projeto de mestrado profissional da autora principal, no Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB), sendo realizado colaborativamente entre a Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs), *campus* Lençóis; alunos do curso de ensino técnico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), *campus* Seabra; e agricultores familiares da região, sob a coordenação dos professores do Núcleo de Comunicação do

Departamento de Ciências Humanas e Tecnológicas (DCHT) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *campus* XXIII, Seabra.

Trata-se de um projeto digital, composto por um *website* e o *Bocapiu – O programa da agricultura familiar*, no YouTube, transmitido no canal da TV UNEB Seabra. Constata-se que o projeto, desde a sua concepção, vem aumentando o número de acessos, resultando em maior visibilidade para as experiências e para a produção local, proporcionando o diálogo entre universidade e agricultura familiar, além de possibilitar a apresentação de trabalhos acadêmicos.

Em dezembro de 2020, o projeto recebeu o Prêmio de Preservação dos Bens Culturais Populares e Identitários da Bahia Emília Biancardi, além de apoio financeiro do Estado da Bahia através da Secretaria de Cultura e do Centro de Culturas Populares e Identitárias, via Lei Aldir Blanc, direcionada pela Secretaria Especial da Cultura do Ministério do Turismo, Governo Federal.

ASPECTOS CONCEITUAIS

Estamos diante de uma crise estrutural, envolvendo aspectos éticos, sociais, políticos, econômicos e ambientais. A “tecnociência capitalista” (DAGNINO, 2019) a serviço de uma ideologia, voltada à sociedade de mercado global, prioriza a produção de mercadorias e o estímulo ao consumo individual. Por outro lado, a natureza e a humanidade agonizam diante das consequências dessa “globalização perversa” (SANTOS, 2010). Nos últimos tempos, com a emergência da pandemia da covid-19, no ano de 2020, os efeitos desta crise se agravaram e nos alertam da urgência de uma mudança no modelo político-econômico ora vigente.

Paradoxalmente ao avanço das técnicas e da ciência, presenciamos “[...] a miséria, a escassez de alimentos, a desnutrição, o declínio nas condições de saúde e a degradação ambiental” (ALTIERI, 2004, p. 19). O uso intensivo de máquinas, defensivos, fertilizantes, sementes transgênicas, e todo o pacote tecnológico envolvido nos impérios do agronegócio,

vem causando um desenraizamento dos humanos com a terra e com os alimentos, a perda da biodiversidade e da geodiversidade, a contaminação das águas, do solo, problemas para a saúde humana e, finalmente, comprometendo a soberania alimentar.

“A crise agrícola-ecológica existente, hoje, na maior parte do Terceiro Mundo, resulta do fracasso do paradigma dominante de desenvolvimento” (ALTIERI, 2004, p. 19). Desde a Revolução Verde, com a transformação da agricultura em indústria, toda a cadeia produtiva de alimentos foi invadida por multinacionais, privilegiando os impérios agroalimentares, voltados à produção de *commodities*, intensificando assim o consumo de alimentos ultraprocessados. Este regime agroalimentar hegemônico, alienado nos grandes intermediários, exclui, marginaliza, explora, destrói e mata a humanidade e a natureza.

Esta agricultura científica globalizada se caracteriza pelo grande latifúndio, produção de *commodities*, utilização de transgênicos, uso intensivo de agroquímicos, maquinário e assistência técnica especializada. Bombardi (2017) salienta que o Brasil é um dos principais consumidores de agroquímicos no mundo; 20% da quantidade mundial é consumida no país. Segundo esta autora, em 15 anos, tivemos um aumento de 135%, e somente a cultura da soja, do milho e da cana-de-açúcar concentram 72% da utilização de agroquímicos.

Bombardi (2017) destaca ainda o aumento da produção de *commodities* e a diminuição da produção de alimentos para a população, com a recorrente importação de produtos ora exportados e da alimentação básica. Para uma produção intensiva, o uso de transgênicos aumenta e, assim, culturas como a soja, o milho e o algodão concentram 96,5%, 15,7% e 78%, respectivamente, do uso de transgenia para manter uma produção voltada para a exportação (BOMBARDI, 2017).

Isto vem ocasionando a substituição da mão de obra por máquinas; precarização do trabalho, onde 74% do trabalho análogo ao escravo se concentra na agricultura; expulsão dos camponeses de suas terras; contaminação ambiental; intoxicação dos camponeses e trabalhadores rurais;

e crescimento dos grandes oligopólios (BOMBARDI, 2017). Segundo a autora, a legislação permissiva, pouco ou nada restritiva, seja com relação à legislação ambiental ou à legislação quanto ao uso de agroquímicos, vem permitindo a expansão deste tipo de prática.

Diante deste cenário trágico, no ano de 2015, os países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) criaram a Agenda 2030. Os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) e as 169 metas estabelecem práticas a serem adotadas para fomentar o desenvolvimento sustentável no mundo em áreas de importância crucial para a humanidade, dentre eles: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria. Esses elementos são integrados e indivisíveis, e equilibram três dimensões: econômica, social e ambiental (ONU, 2015).

Nos territórios rurais, a agricultura ocupa um papel central na Agenda 2030, principalmente com relação ao objetivo 2: fome zero e agricultura sustentável. Para tanto, a erradicação da fome, segurança alimentar e nutricional, acesso à terra e outros recursos, diversidade genética, garantia de sistemas sustentáveis de produção de alimentos, bem como geração de renda e subsistência dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, são metas a serem alcançadas pelos países signatários, incluindo o Brasil (ONU, 2015).

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, 2018), os agricultores familiares são atores-chave para alcançar a segurança alimentar e nutricional, redução da pobreza e preservação ambiental. O ano de 2014 foi instituído como o ano internacional da agricultura familiar e, posteriormente, em 2017, foi declarado o período de 2019-2028 como a década da agricultura familiar. Estes marcos têm por objetivo incentivar a erradicação da fome e da pobreza, promover segurança alimentar e nutricional, melhorar a subsistência, gerir de forma sustentável os recursos naturais, proteger o meio ambiente e promover o desenvolvimento rural sustentável (FAO, 2018).

Ao analisar a história, é possível observar que a agricultura no Brasil é marcada pelo latifúndio, pela monocultura e pela escravidão. Desde o

período colonial, este modelo caracterizou as relações políticas, sociais, culturais, econômicas e ambientais. Desta forma, a agricultura assumiu um caráter de domesticação, dominação e exploração sobre o ser humano e a natureza.

Esta reprodução de poder desconsiderou as singularidades, excluiu as diferenças e, conseqüentemente, vem ocasionando mudanças drásticas no meio ambiente.

No entanto, nem sempre foi assim. Ao invadirem o Brasil, os portugueses se depararam com etnias que se relacionavam com a terra de forma bastante diferente. Segundo Neves (2019, p. 10), “[...] as populações nativas, coletoras e caçadoras, não domesticavam animais para fins alimentares ou de serviços, e desenvolviam uma agricultura rudimentar, de subsistência, sem intercâmbio comercial nem de acumulação econômica”. Este autor destaca o papel central dos indígenas na produção de autoabastecimento no período de colonização.

Além disso, devido ao processo de ocupação do território, a pequena produção, caracterizada pelo minifúndio, pelo policultivo e pelo trabalho coletivo familiar, foi historicamente subordinada e marginalizada, ocupando assim as brechas do latifúndio. Neves (2019, p. 244) menciona que no período colonial “[...] produtores autônomos de pequenas e médias unidades agrárias desempenharam atividades fundamentais no desenvolvimento das policulturas, nas quais a força de trabalho escrava coexistia com outras relações de trabalho”.

Neves (2019, p. 386) destaca que houve uma “[...] formação e o desenvolvimento de grupos sociais e de economias regionais com o emprego do trabalho escravo associado ao de famílias proprietárias (campesinato), de meeiros e de diaristas e comercializavam excedentes produzidos no mercado interno”. A policultura era uma realidade em pequenas unidades produtoras desde o início da colonização portuguesa, no entanto nunca reconhecidas.

Mesmo com a industrialização e modernização agrícola, este modelo não se alterou. O caráter latifundiário, no exercício do poder, permeava as políticas públicas, que privilegiaram a concentração de terras, a utilização de maquinário, disseminação do uso de defensivos e fertilizantes agrícolas, implementando, assim, a conhecida Revolução Verde no país. Ou seja, até

hoje, “[...] essa via do desenvolvimento é uma via dolorosa, pela sua natureza antissocial, antieconômica e predatória” (WANDERLEY, 2019, p. 19).

Aos pequenos agricultores, excluídos do “progresso”, sem terra, restava o trabalho gratuito nas grandes propriedades, em troca de moradia e cultivo de subsistência; o trabalho temporário, característico do período da colheita; as pouquíssimas opções de trabalho assalariado; ou o êxodo rural. No entanto, estes sujeitos foram protagonistas de muitas lutas pelos seus direitos. A história do campesinato foi construída nas bases da resistência, em movimentos sociais e sindicatos que buscavam condições menos desiguais (WANDERLEY, 2014).

O protagonismo histórico do agricultor camponês nos processos sociais foi invisibilizado, e movimentos contra-hegemônicos, como a resistência indígena, quilombola e camponesa, foram esquecidos. Vale ressaltar as Ligas Camponesas (1950) – associações de trabalhadores rurais, inicialmente criadas em Pernambuco e Paraíba e, posteriormente, em todo o Brasil. Além disso, os sindicatos rurais (SR), o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Atualmente, os movimentos sociais lutam por uma reforma agrária popular, nunca efetivamente realizada no Brasil. As elites agrárias, com uma mentalidade colonialista e escravista, diferente dos países desenvolvidos, nunca apoiaram a reforma agrária, pois o projeto de desenvolvimento no Brasil foi baseado na exclusão social, mantendo a ordem e os privilégios dos latifundiários. Cabe destacar que “[...] o patrimonialismo português que se transferiu para a colonização do Brasil teve raízes medievais, nas relações socioeconômicas denominadas de senhoriaisismo” (NEVES, 2019, p. 12).

Durante o período da Ditadura Militar (1964-1985), os camponeses foram duramente perseguidos, torturados, expulsos de seus territórios, exilados e, muitas vezes, assassinados, pois lutavam pelo direito à terra e à vida digna, contra o poder político local dos coronéis. Contraditoriamente, o Estatuto da Terra (1964), promulgado durante o período militar, enquanto legislação, previa uma série de reformas, que no entanto não foram efetivamente implementadas.

Segundo Wanderley (2014, p. 26), “[...] o campesinato corresponde a uma forma social de produção, cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, tanto dos objetivos da atividade produtiva – voltados para as necessidades da família – quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros”. Ou seja, para além de um modo de produção, esta forma se estabelece como um modo de vida, partilhado entre os membros constituintes.

O termo agricultura familiar é recente. Segundo Schneider (2009, p. 29), esta expressão “[...] ganhou projeção somente a partir do final dos anos oitenta e, sobretudo, a partir da primeira metade da década de noventa”. Segundo este autor, isto ocorreu devido aos movimentos sociais, que travaram discussões e reivindicações acerca do espaço e do papel dos pequenos produtores rurais, e, além disso, por intelectuais, por meio de pesquisa científica investida na busca de referenciais teóricos e analíticos, e na introdução do tema nos trabalhos acadêmicos.

A partir dos anos 90, o termo agricultura familiar foi adotado pelo Estado com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Posteriormente, com a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (BRASIL, [2021b]), define-se agricultor familiar aquele que não detenha área maior que quatro módulos fiscais, utilize mão de obra da própria família, tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas de seu estabelecimento e dirija seu empreendimento com sua família. Incorpora também outras categorias sociais, como: silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e comunidades tradicionais.

Além deste conceito funcional, a agricultura familiar abarca outros significados. Neste sentido, Ploeg (2014, p. 11) ressalta que “[...] a agricultura familiar carrega a promessa de criar práticas agrícolas altamente produtivas, sustentáveis, simples, flexíveis, inovadoras e dinâmicas”. Ploeg (2014) destaca o caráter multidimensional e identifica algumas qualidades da agricultura familiar, como: controle sobre os recursos sem intenção de obter somente lucro; a relação família e estabelecimento; geração de renda

e autoconsumo de qualidade; lugar de pertencimento; relação passado, presente e futuro; geração de conhecimento; lugar onde se vivencia e preserva a cultura; parte integrante da economia rural e integração na paisagem rural.

Paradoxalmente, estamos diante de um modelo de desenvolvimento em que a fome e a desnutrição persistem, as desigualdades aumentam e a destruição do meio ambiente se agrava. No entanto, outros modelos contra-hegemônicos vêm surgindo e, entre eles, Gliessman (2018) salienta três aspectos fundamentais da agroecologia: o aspecto científico, o aspecto prático e o aspecto da mudança social. De acordo com Gliessman (2018, p. 599, tradução nossa):

Agroecologia é a integração de pesquisa, educação, ação e mudança que traz sustentabilidade a todas as partes do sistema alimentar: ecológico, econômico e social. É transdisciplinar na medida em que valoriza todas as formas de conhecimento e experiência na mudança do sistema alimentar. É participativo na medida em que requer o envolvimento de todas as partes interessadas, desde a fazenda até a mesa e todos os demais. É orientado para a ação porque confronta as estruturas de poder econômico e político do atual sistema alimentar industrial com estruturas sociais alternativas e ação política. A abordagem é baseada no pensamento ecológico, onde uma visão holística, a compreensão sistêmica da sustentabilidade do sistema alimentar, é necessária.³

Segundo Altieri (2004, p. 21), “[...] a agroecologia fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis”. Segundo Casado, Sevilla-Guzmán e Molina (2000), o objetivo da agroecologia não é somente

³ Agroecology is the integration of research, education, action and change that brings sustainability to all parts of the food system: ecological, economic, and social. It's transdisciplinary in that it values all forms of knowledge and experience in food system change. It's participatory in that it requires the involvement of all stakeholders from the farm to the table and everyone in between. And it is action-oriented because it confronts the economic and political power structures of the current industrial food system with alternative social structures and policy action. The approach is grounded in ecological thinking where a holistic, systems-level understanding of food system sustainability is required (GLIESSMAN, 2018, p.599)

estabelecer outros modelos para os sistemas agrários, mas, sobretudo, constituir uma estratégia alternativa e eficaz para solucionar os enormes problemas sociais e ambientais causados pelo modelo de agricultura hegemônico.

Desta forma, Guzmán e Rist (2018, p. 78, tradução nossa) ressaltam a natureza “pluriepistemológica”⁴ da agroecologia, onde “[...] a interculturalidade aparece como elemento central”⁵. Portanto, “[...] ao suscitar a necessidade de contribuir da ciência para o empoderamento de aspirações e projetos de vida emancipatórios historicamente gerados pelo campesinato e povos indígenas, a agroecologia se baseia em um processo de coprodução de conhecimento comunitário e público que, com uma clara orientação normativa, se enquadra na ideia de um desenvolvimento endógeno” (GUZMÁN; RIST, 2018, p. 79, tradução nossa).⁶

Nesta perspectiva, a relação horizontal entre a ciência e os saberes locais é um aspecto relevante para a implementação da agroecologia. Dagnino (2019, p. 18) conceitua “tecnociência solidária” como:

[...] decorrência cognitiva da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, em função de um contexto socioeconômico (que engendra a propriedade coletiva dos meios de produção) e de um acordo social (que legitima o associativismo), os quais ensejam, no ambiente produtivo, um controle (autogestionário) e uma cooperação (de tipo voluntário e participativo), provoca uma modificação no produto gerado cujo ganho material pode ser apropriado segundo a decisão do coletivo (empreendimento solidário).

Dagnino (2019) se fundamenta nos estudos sociais da ciência e da tecnologia, e o termo tecnociência solidária surge ao identificar a apropriação da tecnologia e inovação voltada ao projeto desenvolvimentista baseado

4 Pluriepistemológica (GUZMÁN; RIST, 2018, p.78)

5 La interculturalidad aparece como elemento central. (GUZMÁN; RIST, 2018, p.78)

6 Al plantear la necesidad de contribuir desde la ciencia a la potenciación de las aspiraciones y proyectos de vida emancipatorios generados históricamente por el campesinado y los pueblos indígenas, la agroecología se basa en un proceso de coproducción de conocimientos comunitarios y públicos que, con una clara orientación normativa, se enmarca en la idea de un desarrollo endógeno (GUZMÁN; RIST, 2018, p.79)

no “[...] cientificismo, produtivismo, inovacionismo e empreendedorismo” (p. 124). O mito da neutralidade da ciência e do determinismo da tecnologia legitima a apropriação do conhecimento a serviço da propriedade privada dos meios de produção, da acumulação e da desigualdade. Portanto, além de propor a união do binômio tecnologia e ciência, este autor propõe uma nova terminologia que pudesse servir para um outro modelo de sociedade.

Altieri (2004, p. 21) destaca que “[...] novos agroecossistemas sustentáveis não podem ser implementados sem uma mudança nos determinantes socioeconômicos que governam o que é produzido, como é produzido e para quem é produzido”. França-Filho e Laville (2004, p. 51) salientam que “[...] com a dominação da economia mercantil, pensada como a única economia portadora de desenvolvimento, a dissociação entre produção e distribuição é ratificada: a produção geradora de excedente fica sob o registro da economia mercantil e a distribuição torna-se sua dependente”.

Nesta perspectiva, a economia solidária tem um papel estratégico na consolidação desta mudança. França-Filho (2007) destaca a construção conjunta da oferta e da demanda como característica essencial, informando que a regulação ocorre através de debates públicos no espaço associativo, num exercício de democracia local em que os próprios moradores planejam e decidem sobre a oferta de produtos e/ou serviços, em função de suas demandas. Assim, criando e fomentando vínculos de relação entre natureza-humanos-comunidade.

Ao encurtar a distância entre agricultor e consumidor,

em vez da comida de nenhum lugar, cultivada por produtores desconhecidos, embalada e transportada através de longas distâncias por grandes corporações, ganham visibilidade outras práticas, antigas, novas ou renovadas, sinalizadoras de um jeito diferente de produzir, distribuir, escolher, valorizar e consumir o alimento. (SCHMITT, 2011, p. 4)

Portanto, diferente da lógica dos impérios agroalimentares, baseada nos grandes latifúndios, na monocultura e no trabalho análogo à escravidão, a emergência de um projeto endógeno, baseado na reforma agrária popular; na agricultura familiar, enraizada nos moldes da cultura

camponesa; e na agroecologia; pilares centrais dos movimentos sociais, é urgente para uma economia justa e solidária.

Casado, Sevilla-Guzmán e Molina (2000) destacam o endógeno como forma de recriar a heterogeneidade do meio rural. Para estes autores, um plano de desenvolvimento rural deve seguir alguns princípios como: 1) integralidade; 2) harmonia e equilíbrio; 3) autonomia de gestão e controle; 4) minimização das externalidades negativas nas atividades produtivas; 5) manutenção e fortalecimento dos circuitos curtos de comercialização; 6) utilização do conhecimento local vinculado aos sistemas tradicionais de manejo dos recursos naturais; e 7) pluriatividade, seletividade e complementaridade de rendas.

Segundo Singer (2002), a economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante. Para esse autor, a economia solidária deve ser entendida como estratégia político-pedagógica em prol da democracia e de outro projeto societário. Para França-Filho (2007), a economia solidária tem uma forte vocação: a propensão a se constituir como políticas de desenvolvimento e não somente a um público historicamente excluído.

Assim, a educação ambiental torna-se imperativa no processo de emancipação para a identificação das insustentabilidades e intervenção no território. No entanto, Layrargues (2020, p. 34) menciona que não há “[...] um estímulo ao engajamento coletivo na luta política na mesma proporção em que se estimula o engajamento individual na redução do desperdício dos recursos naturais”. Para tanto, é preciso um projeto educativo, voltado para o reconhecimento do contexto desigual, desumano e alienado, provocado pelo sistema-mundo moderno-colonial, que encobre o outro e seus direitos (COSTA; LOUREIRO, 2019).

Diferente dos “sujeitos ecológicos” (CARVALHO, 2004), Layrargues (2020, p. 77) destaca que a superação da lógica sujeitos “[...] cidadãos-consumidores individualmente eco responsáveis” deve ser a pauta principal de uma educação ambiental, voltada à formação de sujeitos ecológicos, ou seja, aqueles que exercem sua “cidadania política enquanto um ‘ativista’ da

causa ambiental, para subversivamente retomar o caminho da civilidade no convívio humano com e no planeta Terra” (p. 78).

A CHAPADA DIAMANTINA: O ESTUDO DE CASO

O território Chapada Diamantina está localizado na porção central do estado da Bahia, região denominada como semiárida (Figura 1). Ocupa uma área de 32.664 km², quase 5,7% do território baiano. Possui 24 municípios, a saber, Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iramaia, Iraquara, Itaetê, Jussiape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga e Wagner (BAHIA, 2016).

Figura 1 – Localização da Chapada Diamantina.



Fonte: elaboração própria.

O povoamento iniciou no século XVII com a passagem dos bandeirantes para a conquista dos territórios, interessados nos recursos naturais abundantes. Os bandeirantes, “[...] tipo social integrante de expedições de aventureiros, que no início da colonização portuguesa adentravam os sertões em busca de índios para a escravização e depois de metais valiosos e pedras preciosas”, tiveram um papel central (NEVES, 2019, p. 268). Além disso, Neves (2019, p. 256) destaca o papel da pecuária no povoamento:

Desenvolveu-se na pecuária dos sertões semiáridos, concomitante ao trabalho cativo, a atividade camponesa livre, cujo produtor tinha autonomia sobre a produção e a comercialização do excedente. Na interatividade com a policultura agrícola, a pecuária diversificada ocupou o território pelas margens de rios, complementada por pequenas lavouras autoabastecedoras, da qual se comercializavam excedentes e impulsionou o início do povoamento dos sertões, continuado com os impactos das descobertas minerais. A pecuária constituiu o principal fator interveniente, tanto na conquista do território quanto na sua ocupação econômica, organização das atividades produtivas e formação social sertaneja.

A ocupação socioeconômica deste território inicia-se com a expansão da pecuária e, posteriormente, com a descoberta aurífera, no início do século XVIII. No entanto, foi no século XIX, com a descoberta do diamante, que esta região viveu seu auge econômico e, com isso, surgiram alguns povoados (BAHIA, 2016). Com a decadência do ouro e do diamante, muitos emigraram para outras regiões, e, principalmente, durante o longo período da grande seca, entre 1857 e 1861. Os que ali resistiram se dedicaram à produção do café, cultura com expressivo valor econômico no século XX. Mas, com a ocorrência da crise de 1930, houve um longo período de estagnação. No entanto, foi na segunda metade do século XX, com a emergência da onda ambientalista e com a criação do Parque Nacional da Chapada Diamantina, em 1985, que esta região encontrou uma nova vocação econômica, o ecoturismo (BAHIA, 2016).

Entre crises e diásporas, a pequena produção, voltada para a subsistência e o abastecimento local, atravessa a história. Caracterizada pela

pequena extensão de terra, pelo policultivo e pela mão de obra familiar, esta atividade já era utilizada pelos indígenas que ali habitavam, antes mesmo da chegada do colonizador. O protocampesinato ocupava as brechas da grande produção, passando pela pecuária, pelo garimpo, pelas grandes monoculturas e, até hoje, é possível identificar a agricultura familiar em todo território, porém com pouca expressividade econômica (BAHIA, 2016).

Trata-se de uma região essencialmente rural, com forte legado do colonialismo, do coronelismo e do patriarcalismo. Este modelo político herdado permanece até os dias de hoje, moldando assim as relações sociais, econômicas e ambientais. Devido ao processo de ocupação, esta região possui traços da cultura indígena, quilombola e sertaneja, compondo assim um mosaico cultural, que se expressa por meio da cultura popular local, nas crenças, nas festas, no artesanato, na culinária e na arquitetura.

Cabe destacar que “[...] a cultura de uma população relaciona-se com as condições naturais oferecidas pelo meio. O ambiente influencia os modos de vida humana através do clima, do solo, da vegetação, do relevo, da hidrografia, da pluviosidade” (NEVES, 2019, p. 10). Assim, grupos sociais se relacionam entre si e com a natureza, construindo desta forma a cultura, ou seja, etimologicamente, do latim, ato ou efeito de cultivar. Neste sentido, é possível identificar a presença de comunidades remanescentes de quilombolas, indígenas, povos e comunidades tradicionais resistentes, até hoje, na região.

Embora no sertão, esta região possui relevante biodiversidade, considerável geodiversidade e importante patrimônio hídrico, com nascentes que abastecem todo o estado da Bahia. A paisagem é composta por depressões, gerais, chapadas, planaltos, cavernas e grutas, com a presença de pinturas rupestres em todo o território. Possui duas unidades de conservação de proteção integral, o Parque Nacional da Chapada Diamantina e o Monumento Natural da Cachoeira do Ferro Doido, e quatro unidades de conservação de uso sustentável, a saber, Parque Estadual de Morro do Chapéu, Área de Preservação Ambiental Marimbus/Iraquara, Área de Relevante Interesse Ecológico Nascentes do Rio de Contas e Área de Preservação Ambiental Serra do Barbado (BAHIA, 2016).

Devido à abundante riqueza natural, esta região sempre atrai, e ainda atrai, muitas pessoas com diversos interesses. Atualmente, as principais atividades econômicas são a agricultura, a mineração e o turismo, que no entanto apresentam práticas predatórias. O agronegócio se concentra nas regiões de Mucugê, Ibicoara e, atualmente, vem se expandindo para Piatã. Quanto à mineração, vale ressaltar a atuação na zona rural de Piatã, que vem apresentando sérios problemas sociais e ambientais. Já em relação ao turismo, destaque para os municípios de Lençóis, Palmeiras (Vale do Capão) e Andaraí (Vila de Igatu), cidades localizadas no entorno do Parque Nacional (BAHIA, 2016).

A agricultura familiar, embora seja a principal atividade econômica da população, não possui grande expressividade econômica. Cabe destacar a cultura do café, a mandioca, a mamona, cana-de-açúcar e a fruticultura. A falta de investimento em assessoria técnica, formação e equipamentos impede um maior e melhor desenvolvimento do setor da agricultura familiar. Este grupo social, geralmente, se encontra na zona rural e produz para a sua subsistência. Entretanto, os agricultores ocupam as feiras livres dos municípios, com a comercialização dos excedentes, abastecendo a região (BAHIA, 2016).

METODOLOGIA

Diante do exposto, surge o projeto colaborativo Chapada Agroecológica. Trata-se de um portal de informações, voltado à agricultura familiar, composto pelo blogue; pela feira virtual, uma página com a produção dos agricultores familiares; e o *Bocapiu* – *O programa da agricultura familiar*, exibido no YouTube, transmitido pelo canal da TV UNEB Seabra (Figura 2).

Para a execução deste projeto, são utilizadas a revisão bibliográfica e documental, a educomunicação e a pesquisa-ação. Estas metodologias são complementares, e compõem a estratégia voltada para promover a educação ambiental no território. Esta proposta foi construída, em colaboração, pela aluna de mestrado em Ensino das Ciências Ambientais da Universidade Estadual de Feira de Santana; os alunos do ensino técnico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, *campus*

Seabra; os agricultores familiares locais; e o Núcleo de Comunicação da Universidade do Estado da Bahia, *campus* XXIII, Seabra.

Figura 2 – Composição do Projeto Chapada Agroecológica.



Fonte: elaboração própria.

A educomunicação possui um enraizamento histórico e uma perspectiva social. Segundo Citelli, Soares e Lopes (2019, p. 15), é um campo teórico metodológico que visa “[...] promover processos comunicativo-educativos apoiados em relações dialógicas e colaborativas, voltados à formação cidadã”. Neste sentido, trata-se de um campo investigativo, acerca das práxis, voltado à compreensão dos vínculos entre comunicação e educação (CITELLI; SOARES; LOPES, 2019).

“Na pesquisa-ação, os atores estão no centro das atenções, quer como indivíduos ou grupos ativos dentro da situação investigada, quer como pesquisadores, parceiros ou demais participantes no processo” (THIOLLENT;

COLETTE, 2020, p. 47). Neste sentido, esta metodologia pode contribuir com uma maior interação entre universidade e sociedade, a fim de buscar coletivamente soluções para as questões locais (THIOLENT; COLETTE, 2020).

Desta forma, articulando ação e reflexão, com a utilização da educação e da pesquisa-ação, busca-se uma relação dialética entre universidade e sociedade, a partir da perspectiva crítica, enquanto agentes sociais, pesquisadores, alunos e cidadãos. Neste sentido, introduzir a importância social da ciência para solucionar questões locais e vislumbrar futuros possíveis de forma dialógica, inclusiva e participativa, por meio de estratégias multi-inter-transdisciplinares.

Figura 3 – Página principal do *website* do Projeto Chapada Agroecológica.



Fonte: elaboração própria.

O projeto foi concebido durante o período de pandemia e, portanto, foi construído de forma remota, por meio do WhatsApp e do Google Meet. Para a construção do *site*, foi utilizada a plataforma WordPress, versão gratuita. O *site* foi elaborado e desenhado pela aluna de mestrado, em colaboração com os alunos do curso técnico. Possui um blogue com duas principais colunas, a saber, “Ideias” e “Experiências” (Figura 3). Possui uma página, intitulada “Feira Virtual”, destinada à divulgação da produção da agricultura familiar local, e uma página para a divulgação do programa *Bocapiu – O programa da agricultura familiar*, exibido pela TV UNEB Seabra. Além disso, conta com a página principal e as seções “Contatos” e “Sobre Nós”.

Para melhor execução das atividades, são realizadas reuniões semanais, por meio da plataforma digital Google Meet, onde todos os integrantes se organizam, planejam, estudam e trocam ideias. Além disso, para agilizar os processos e melhorar a integração, o projeto possui também um grupo no WhatsApp, onde os colaboradores se comunicam e compartilham informações pertinentes à execução do projeto.

Na coluna “Ideias”, são produzidos textos acerca da agroecologia e assuntos transversais ao tema. Os artigos são produzidos quinzenalmente pelos alunos do curso técnico em Meio Ambiente do IFBA, *campus* Seabra, e pela aluna de mestrado em Ensino das Ciências Ambientais, da Uefs. Para tanto, de forma remota, os alunos realizam uma pesquisa bibliográfica e documental, bem como pesquisam imagens e vídeos, para a criação dos textos.

Para a coluna “Experiências”, são produzidos textos a partir das experiências dos agricultores familiares da região da Chapada Diamantina. Os textos são veiculados quinzenalmente e conta-se com a pesquisa-ação, em que os alunos do curso técnico em Meio Ambiente, do IFBA, *campus* Seabra, entrevistam os agricultores, coletam imagens e produzem os textos baseados nestas experiências. As entrevistas e toda troca de informação com os agricultores são realizadas de forma remota, por meio do WhatsApp, pois é o meio de comunicação mais acessível nas comunidades rurais, embora a internet não seja de boa qualidade.

De forma remota, os agricultores enviam fotos, pequenos vídeos, relatam o seu dia a dia, bem como a sua história, para a melhor contextualização do território. Já na página da feira virtual, é divulgada a produção com imagens, contato e indicação geográfica. Assim, espera-se, além de divulgar, estimular o consumo local, escoando a produção local, um dos grandes gargalos da economia solidária.

O *Bocapiu – O programa da agricultura familiar* – é realizado em parceria com a mediadora e apresentadora Brígida Salgado, pesquisadora e agricultura local. O programa acontece mensalmente, por meio da plataforma do YouTube, exibido no canal da TV UNEB Seabra. Para tanto, são convidados especialistas e agricultores familiares locais para refletir e discutir temas convergentes com a agroecologia e assuntos acerca da realidade do território.

RESULTADOS

O projeto Chapada Agroecológica surgiu em setembro de 2020, mas originou-se na Feira Agroecológica Territorial, realizada em março de 2020, no espaço coletivo da UNEB, *campus XXIII*, em Seabra (Figura 4). Entretanto, foi interrompido devido à pandemia de covid-19, que se instalou a nível nacional e internacional. Mesmo diante de tamanha crise sanitária, este projeto vem pouco a pouco se consolidando no território e, até o momento, vem apresentando interessantes resultados.

Na ocasião da feira presencial, universidades, instituições educacionais, instituições sociais, prefeituras, sindicatos, conselhos, associações, cooperativas e agricultores se reuniram para desenhar, planejar e organizar uma feira destinada à produção agroecológica, pois ocorriam muitos relatos que, na feira convencional, os produtos livres de agroquímicos eram comercializados no mesmo local que aqueles produzidos com agroquímicos.

Figura 4 – Feira Agroecológica Presencial, UNEB, *campus XXIII*, Seabra.



Fonte: elaboração própria.

As reuniões de planejamento, organização e mobilização ocorreram nos meses de dezembro de 2019, janeiro de 2020 e fevereiro de 2020, respectivamente. Em março de 2020, foi realizada a feira presencial, com o tema “Agroecologia e Feminino”, devido à semana do Dia Internacional da Mulher. Duas semanas depois, fomos surpreendidos pela pandemia e tivemos de interromper toda a programação então planejada. Infelizmente a convivência com a covid-19 atravessa, até hoje, toda a população e vem provocando mudanças profundas nas relações sociais.

Após seis meses paralisados e perdidos, em setembro de 2020, surge o projeto Chapada Agroecológica, adaptando-se ao formato digital, a fim

de não perder a mobilização, anteriormente iniciada com a feira presencial. Desde então, o projeto vem crescendo, se transformando, atraindo a curiosidade da população local e construindo novas parcerias e colaborações. Em dezembro de 2020, o projeto foi apresentado e publicado nos *Anais do IV Simpósio de Pesquisa e Experiências em Agricultura Familiar*, realizado durante a 11ª Feira Baiana da Agricultura Familiar da Bahia.

Além disso, a professora Dra. Gislene Moreira, coordenadora do Núcleo de Comunicação da UNEB, *campus* XXIII, Seabra, iniciou um grupo de pesquisa, via Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), intitulado Rede Agroecológica, que visa dar suporte a este trabalho, bem como a outros projetos de extensão.

E, atualmente, o projeto conta com o apoio financeiro do estado da Bahia através da Secretaria de Cultura e do Centro de Culturas Populares e Identitárias (Programa Aldir Blanc Bahia), via Lei Aldir Blanc, direcionada pela Secretaria Especial da Cultura do Ministério do Turismo do Governo Federal. Além disso, vem despertando o interesse das comunidades, dos alunos, dos pesquisadores e da sociedade civil.

Nestes seis meses de projeto digital, o *site* possui mais de 2.500 visualizações e o *Bocapiu* conta com mais de 1.500 visualizações. Foram publicados mais de 20 textos e produzidos mais de 6 programas *Bocapiu*, transmitidos pela TV UNEB Seabra, atualmente com mais de 3.000 seguidores. Desta forma, estamos construindo novas narrativas, contra-hegemônicas, por meio de conteúdo local, produzido por atores locais, voltadas para uma cultura sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O processo de globalização traz em si, a globalização da exploração da natureza com proveitos e rejeitos distribuídos de forma desigual” (COSTA; LOUREIRO, 2019, p. 682). É evidente que a forma como estamos utilizando o conhecimento científico, nos organizando enquanto sociedade

e gerindo os recursos naturais é insustentável. No entanto, quando se buscam soluções não estruturais para uma crise estrutural, gera-se mais crises (SANTOS, 2010, p. 35).

Nesta perspectiva, a educação ambiental tem um papel central ao estimular a compreensão dos humanos, enquanto atores e autores da história e, sobretudo, como agentes modificadores do meio em que vivem. Para tanto, o reconhecimento das insustentabilidades a nível social, político, ambiental e econômico no sistema-mundo é a base para a constituição de sujeitos “eco-políticos” (LAYRARGUES, 2020).

A agroecologia e a economia solidária apontam as contradições e problematizam as bases do modelo de produção, direcionando a reflexão para novos rumos. Desta forma, o projeto Chapada Agroecológica vem construindo novas narrativas, voltadas para uma cultura sustentável, onde a tecnociência possa servir aos atores sociais e, consequentemente, desenvolver o local onde vivem.

O projeto, atualmente somente no formato digital, vem contribuindo na formação dos jovens estudantes das zonas rurais, no reconhecimento dos agricultores familiares locais e na divulgação de uma nova narrativa para toda a sociedade civil. Neste sentido, vem desconstruir um passado que não esperamos mais reproduzir no futuro.

REFERÊNCIAS

- ALTIERI, M. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- BAHIA (Estado). Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia. *Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável e solidário do território Chapada Diamantina*. Chapada Diamantina: CAR; IFBA; NEDET; SDR; SEPLAN, 2016.
- BOMBARDI, L. M. *Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia*. São Paulo: Laboratório de Geografia Agrária, 2017.

BRASIL. *Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964*. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2021a]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: fev. 2021.

BRASIL. *Lei nº 11.326, de 24 de Julho de 2006*. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF: Presidência da República, [2021b]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: jan. 2021.

CARVALHO, I. C. M. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez, 2004.

CASADO, G. G.; SEVILLA-GUZMÁN, E.; MOLINA, M. G. *Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible*. Madrid: Mundi-Prensa, 2000.

CITELLI, A. O.; SOARES, I. de O.; LOPES, M. I. V. de. Educomunicação: referências para uma construção metodológica. *Comunicação & Educação*, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 12-25, 2019. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v24i2p12-25. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/165330>. Acesso em: 14 fev. 2021.

COSTA, C.; LOUREIRO, C. A questão ambiental a partir dos “sem direitos”: uma leitura em Enrique Dussel. *Revista E-Curriculum*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 673-698, abr./jun. 2019.

DAGNINO, R. *Tecnociência solidária: um manual estratégico*. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. *Fao's Work on Family Farming: Preparing for the Decade of Family Farming to achieve the SDGs*. [Rome]: FAO, 2018. Disponível em: <http://www.fao.org/3/CA1465EN/ca1465en.pdf>. Acesso em: agosto 2020.

FRANÇA-FILHO, G. C. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 155-174, 2007.

FRANÇA-FILHO, G.; LAVILLE, J. L. *A economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GLIESSMAN, S. Defining Agroecology. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, Oxfordshire, v. 42, n. 6, p. 599-600, 2018.

GUZMÁN, E. S.; RIST, S. *Metodologías agroecológicas: una propuesta sociológica de sistematización desde una perspectiva transdisciplinaria e intercultural*. In: GERRITSEN, S. R. et al. (org.). *Multifuncionalidad, sustentabilidad y buen vivir: miradas desde Bolivia y México*. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, p. 75-130, 2018.

LAYRARGUES, P. Manifesto por uma Educação Ambiental indisciplinada. *Ensino, Saúde e Ambiente*, Niterói, n. esp., p. 44-87, jun. 2020.

NEVES, E. F. *Formação social do Brasil: etnia, cultura e poder*. Petrópolis: Vozes, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. [S. l.: s. n.], 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: fev. 2021.

PLOEG, J. D. van der. Dez qualidades da agricultura familiar. Tradução Flávia Londres e Paulo Petersen. *Cadernos de Debate*, Brasília, DF, n. 1, p. 7-14, fev. 2014.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SCHMITT, C. Encurtando o caminho entre a produção e o consumo de alimentos. *Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, 2011.

SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

THIOLLENT, M. J. M.; COLETTE, M. M. Pesquisa-ação, universidade e sociedade. *Revista Mbote*, Salvador, v. 1, n. 1, p. 042-066. jan./jun. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/mbote/article/view/9382>. Acesso em: 14 fev. 2021.

WANDERLEY, M. N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, v. 52, supl. 1, p. 25-44, 2014.

WANDERLEY, M. N. B. A questão agrária, uma questão para a sociedade brasileira. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, Campina Grande, v. 39, n. 1, p. 15-30, 26 jun. 2019.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E AGROECOLOGIA COMO ARRANJO SOCIOTECNOLÓGICO TERRITORIAL: DESENVOLVIMENTO, REDES, ATORES E SUJEITOS NA FRENTE DE AGROECOLOGIA DA INTECOOP-UFJF

Gabriel Duque Coelho Novaes¹

Rodrigo Diaz de Byvar Venâncio²

Juliana Macário de Oliveira³

INTRODUÇÃO

A pandemia de Covid-19 que atinge o planeta atualmente provocou um profundo impacto social, sanitário e econômico, trazendo como consequência o retorno de países e territórios ao Mapa da Fome. Em 2020, o Comitê de Especialistas em Segurança Alimentar da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) revelou que, durante o primeiro ano da pandemia, houve aumento da pobreza e desigualdade social, principalmente nos países com baixa renda. De acordo com o comitê, a dinâmica da Covid-19 ameaça a segurança alimentar e nutricional dos territórios, dado um colapso ocorrido nas redes de abastecimento e distribuição em várias partes do mundo. Durante o período da pandemia analisado (março-maio de 2020), foram observadas algumas medidas sanitárias a partir da geopolítica dos circuitos agroalimentares globais. Entre os dados, o painel destaca os bloqueios comerciais

¹ Mestrando em Ciências Sociais na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), formador voluntário da Frente de Agroecologia Intecoop/UFJF.

² Bolsista formador de graduação da Frente de Agroecologia Intecoop/UFJF.

³ Consultora da Intecoop/UFJF, mestre em Serviço Social pela (UFJF).

no mercado de *commodities* e os relatos na mídia de alimentos colhidos sem destino que precisaram ser devolvidos, despejados e desperdiçados nas unidades produtivas. Consequentemente, os impactos foram críticos para a cadeia de produção e comercialização agroalimentar em pequenas escalas, o que atinge diretamente a agricultura familiar e os pequenos produtores rurais de alimentos (HLPE, 2020) 4.

Na América Latina e Caribe, que pesquisadores apontam ser uma região de alto volume demográfico e territorial para a produção agrícola (no desenvolvimento de sistemas agroalimentares), também se observou que, devido à crise de Covid-19, diversos setores econômicos de abastecimento alimentar apresentaram impactos significativos. O aumento da pobreza e desigualdade afetou milhares de famílias, acarretando falta de renda e poder de compra (MORRIS; SEBASTIAN; PEREGO, 2020). O retrato regional ressalta que a escassez da distribuição e comercialização de alimentos determina o aumento da insegurança alimentar, não só em vários setores econômicos das grandes cadeias agroalimentares, como também, acima de tudo, na geração de renda dos pequenos empreendimentos solidários e populares locais em diferentes realidades territoriais.

No campo de discussão sobre a economia popular e economia social solidária – independente de suas diferenças conceituais⁵ –, reconhecemos o papel fundamental das ações e iniciativas autogestionárias no universo social, enquanto movimentos coletivos de propostas tecnológicas e alternativas para o desenvolvimento humano e territorial. As dificuldades geradas pelas ações-dinâmicas da Covid-19 levaram as múltiplas organizações sociais da economia solidária a se reinventarem, não só em suas estratégias, como na adaptação de seus fluxos coletivos para enfrentar com inovação a crise social, econômica e sanitária⁶.

4 No painel, é possível perceber outros impactos que o período pandêmico ocasionou no desenvolvimento de políticas responsáveis para combater a fome.

5 Para tanto, consultar o trabalho de França-Filho (2002).

6 A Cooperativa de Trabalho Acesso Cultural Educacional Sustentável Solidária (Coopaceso) reuniu algumas experiências que foram potencializadas no primeiro ano de Covid-19 no Brasil. Consulte: Pinho, Silva e Sena (2020).

Considerando estas dinâmicas em um contexto local, o trabalho busca apresentar uma análise que articula movimentos, redes, atores e sujeitos da economia solidária e agroecologia, como arranjos estratégicos de ação coletiva, política e local para o desenvolvimento territorial em tempos de pandemia de Covid-19. Neste período, destacam-se algumas estratégias adotadas pelos grupos que compõem a Frente de Agroecologia, vinculada à Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Juiz de Fora (Intcoop/UFJF). Durante os primeiros meses, constatou-se que o isolamento social afetou a todos, os empreendimentos da economia solidária e da agroecologia, técnicos, secretárias, profissionais de assistência social, colaboradores e até outras dinâmicas territoriais através dos fornecedores, feirantes e consumidores que compõem sistemas de relações e cadeias produtivas. Os empreendimentos solidários sentiram, de fato, a distância nas relações sociais e econômicas, o que se transformou em um processo de resiliência, enquanto parte das iniciativas buscava difundir inovações através das suas próprias redes sociais, digitais e tecnológicas.

A reflexão parte de algumas contribuições teóricas sobre economia solidária e agroecologia, reconhecidas como “campos” de relações diferentes e diversificadas, mas que emergem politicamente através da articulação de fatores dinâmicos e unitários (SCHMITT, 2010). Procura-se, a partir da experiência local, conciliar as “ideias-forças” da economia solidária e da agroecologia através de uma “abordagem relacional”, para tratar em forma de rede os diversos atores que circulam e atuam no território (SCHMITT, 2010, 2011, 2016). Será destacada a teoria ator-rede como complementação teórica e ferramenta analítica (mas não a única possível), para invocar um imaginário complexo de articulação para a “dimensão social”, a dispor de associações e traduções no mundo social (CALLON, 1995; AKRICH; CALLON; LATOUR, 2002; GODIN, 2006; LATOUR, 2012). Além disso, compreende-se a importância de relacionar a “dimensão territorial” como fruto da sua própria “territorialidade”, recorrendo ao conjunto de sujeitos, conhecimentos e realizações (LINS, 2006). Nesta direção, procuramos apresentar uma discussão não só para pensar os movimentos de economia solidária e agroecologia na pequena escala de ações em tempos de

Covid-19, mas também para trilhar alguns caminhos de se imaginar “arranjos produtivos locais” (APL) (SILVA; NEVES, 2012, p. 205), sem deixar de considerar os desdobramentos por meio da perspectiva crítica sobre o desenvolvimento social, tecnológico e territorial.

METODOLOGIA

Este trabalho é resultado de um esforço reflexivo entre alguns mediadores sociais que compõem a Frente de Agroecologia da Intecoop, fundada em 1998, programa de extensão ligado à UFJF. Partimos do entendimento de que nosso trabalho é baseado na “pesquisa-ação”, pois parte da consciência refletida no desenvolvimento participativo das ações e saberes locais. Este modo de pesquisa-ação reflexiva busca produzir informações e gerar conhecimentos a partir da desconstrução do “objeto”, sendo assim, reconhece que os próprios sujeitos da pesquisa são os mesmos “construtores” deste trabalho, baseado na inserção e construção da própria realidade (THIOLLENT, 1997). Neste sentido, buscamos reproduzir pelo caminho qualitativo “[...] uma práxis que esclarece e alimenta o processo de conhecimento” (HAGUETTE, 1992, p. 116). Nesta trajetória, procuramos alternar alguns significados da teoria e prática da nossa atuação como técnicos, intelectuais e militantes da economia solidária. Para tanto, também foi realizada uma pequena revisão bibliográfica para aprofundar a temática e concretizar as reflexões aqui expostas.

A Intecoop/UFJF teve suas atividades paralisadas no primeiro bimestre da pandemia, segundo determinação das Instituições Públicas de Ensino Superior e, em decorrência, foram suspensas as atividades e os projetos. Isso afetou sobremaneira os projetos de extensão universitária, que tiveram que se adaptar ao campo virtual. Ressaltamos que o trabalho desenvolvido pela Frente de Agroecologia se baseava fundamentalmente no contato presencial com os grupos agroecológicos da economia solidária que se reuniam na Feira Orgânica estabelecida no *campus* da UFJF. Nos primeiros meses de pandemia, observamos uma maior participação

virtual nos Fóruns de Economia Popular Solidária nos âmbitos municipal e regional, como também muitas discussões em grupos do aplicativo WhatsApp. Nestes espaços, surgiram demandas como formação digital, *marketing* e conteúdos estratégicos para divulgação nas redes sociais e comercialização de produtos. A Intecoop/UFJF organizou pequenos cursos, fóruns, apresentações, diagnósticos e compartilhamentos de materiais para os empreendimentos, a fim de redefinir ações da extensão e adaptar as mudanças que foram propostas. Vale lembrar que a situação do “trabalho remoto” condicionou a reconfiguração de técnicas e metodologias por parte da Intecoop em acompanhar e atender os grupos da economia solidária e agroecologia. Mas, apesar das dificuldades ocasionadas pela pandemia, também percebemos que os próprios grupos procuraram se movimentar, se adaptar às mudanças e situações em busca de alçar novos fluxos e tecnologias sociais.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E AGROECOLOGIA FRENTE AO DESENVOLVIMENTO

As conexões entre economia, sociedade e meio ambiente tornaram-se centrais nas discussões e debates em diferentes escalas territoriais, estimuladas pelas mudanças da globalização econômica, agravamento das desigualdades sociais e crises ambientais como parte de um enfoque mais amplo na busca de modos de vida mais sustentáveis (CHAMBERS; CONWAY, 1992). No início do século XXI, as iniciativas e políticas em torno das ideias de “sustentabilidade” adquiriram maior fôlego através dos fóruns e conferências multilaterais como evocadas nas Cúpulas Mundiais de 2002 e 2012, posteriores à Agenda 21 constituída na Conferência Eco-92 – ainda que alguns autores considerem esses encontros pouco efetivos, devido à falta da participação de países fundamentais para o avanço de discussões e por causa da insuficiência na organização em direcionar fontes de financiamento aos programas e objetivos específicos, pensados e encaminhados através desses espaços multilaterais para a tomada de decisões. No entanto, é preciso considerar que foram encontros determinantes para fundamentar uma série de documentos

e propostas com vistas a elaborar e implementar “[...] estratégias ambientalmente viáveis para promover o desenvolvimento socioeconômico equitativo, fornecendo as bases para o que ficou conhecido como *desenvolvimento sustentável*” (LOURENÇO et. al., 2016, p. 41, grifo no original).

A ideia de “desenvolvimento” se tornou, há muito tempo, uma chave científica e política para pensar os desafios globais e locais. No entanto, concordamos, em boa medida, com as provocações de Escobar (1995, 2010) quando entende que a ideia de desenvolvimento remete a uma construção discursiva e temporalmente definida que é constituída através de uma racionalidade ideológica, acima de tudo, de um modo de produção e de conhecimento ancorado nas grandes instituições e corporações econômicas como o Banco Mundial, Nações Unidas e agências internacionais, espacialmente referenciadas nos grandes países capitalistas⁷.

Por outro lado, também partilhamos das considerações da professora Schmitt (2011, p. 83), para quem a noção de “[...] desenvolvimento tem operado como uma *ideia-força*, capaz de articular distintas constelações de atores, significados e práticas” (grifo no original). O que possibilita o seu uso em diferentes contextos assim como em várias significações. Esta abordagem contribui para uma virada de ideias e questionamentos controversos que se encontram no próprio modo de produção capitalista, e que podem ser rebatidos a partir da contestação social e das práticas alternativas que envolvem diferentes dinâmicas sociais, econômicas, ambientais, climáticas, ecológicas, biológicas e espaciais em desenvolvimento.

Antes de tudo, é preciso ressaltar que o desenvolvimento de determinados fatos históricos foi fundamental para a compreensão dos elementos que nos permitem sugerir a aproximação entre economia solidária e agroecologia, não apenas de uma forma conceitual, mas, sobretudo, enquanto movimentos sociais comprometidos com uma ciência engajada e prática em desenvolvimento, imbuída de criatividade desde

⁷ Vale lembrar que existem muitos autores que se dedicaram a construir críticas sobre o “desenvolvimento”. Como não faz parte do nosso objetivo principal, este trabalho vai contemplar apenas um autor, Escobar (1995, 2010) bastante referenciado pelas suas contribuições teóricas e criativas de reimaginar a respeito dessa discussão.

suas origens, por uma sociedade mais justa e ambientalmente sustentável e pela emancipação humana.

A fase embrionária da economia solidária surge em um período histórico europeu de contestações e conflitos sociais, enquanto processo de desenvolvimento, conscientização e como conceito sociopolítico intimamente relacionado com as transformações posteriores à Primeira Revolução Industrial na Grã-Bretanha. O processo de transição do século XVIII ao XIX foi marcado por grandes mazelas sociais que afetaram a vida da classe trabalhadora europeia. Este cenário, consequentemente, ocasionou um processo de efervescência social e mobilização do conjunto de trabalhadores, o que contribuiu para o surgimento dos primeiros sindicatos e, posteriormente, das primeiras cooperativas. Esse foi o recorte histórico no qual se formaram as bases sociais e políticas da economia solidária, que se apresenta e se desenvolve também enquanto um movimento social e se coloca como pequenos focos de resistência ao modo de produção capitalista.

Paul Singer (2002) afirma que a origem da economia solidária remete ao período no qual o sistema de produção capitalista aperfeiçoou sua capacidade produtiva, inserindo máquinas a vapor no processo de produção industrial, excluindo os artesãos europeus, causando grande conflito e desemprego, que afetaram diretamente as condições de vida da população trabalhadora. Não havia, inicialmente, nenhuma regulamentação do trabalho formal. Em função disso, o cenário observado era de extrema exploração do trabalho, no qual mulheres, homens e crianças eram submetidos às jornadas de cerca de 15 horas diárias, vivendo em situações precárias e famélicas, tudo em nome da acumulação capitalista.

Singer e Machado (2000, p. 12) compreendem que “[...] as revoluções industriais tornaram-se economicamente viáveis porque a concentração do capital possibilitou o emprego de vastas somas na atividade inventiva e na fabricação de novos meios de produção e distribuição”. Assim, o modo de produção capitalista conseguiu investir em um processo de desenvolvimento tecnológico e em novos mercados ao longo dos séculos XIX e XX, elevando a hegemonia das principais potências mundiais, sua influência econômica e ideológica, além do poderio militar que acentuou a exploração capitalista.

No lapso entre as duas Grandes Guerras Mundiais, tornaram-se mais evidentes e frequentes os questionamentos em relação à capacidade do sistema capitalista em solucionar os crescentes problemas sociais e econômicos que atingiam diversos países no mundo e intensificados a partir da crise de 1929. De acordo com Iamamoto (2001), o desenvolvimento das forças produtivas no marco do sistema capitalista se constrói a partir da contradição entre capital e trabalho, que fundamenta o surgimento da chamada “questão social”. Segundo a autora, “a questão social enquanto parte constitutiva das relações sociais capitalistas é apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social” (IAMAMOTO, 2001, p. 10).

Pós Segunda Guerra Mundial até meados da década de 1970, alguns países europeus experimentaram o chamado *Welfare State*, que marcou a reconstrução europeia, baseando-se em promover um Estado de bem-estar social, que combinava altas taxas de empregos para a classe trabalhadora com políticas públicas de cunho conservador do *status quo*. As sociedades euros-ocidentais se reconstruíram das cinzas dos massacres dos períodos de guerra a partir de um desenvolvimento baseado na colaboração social e de produção capitalista em grande escala mundial. Isso trouxe um extraordinário crescimento econômico capitalista e transformação social que marcaram de forma profunda a sociedade, entre uma crise e outra, relacionadas aos processos econômicos e geopolíticos marcados na história. A “era de ouro” (1945-1970)⁸ seguiu em um caminho de desenvolvimento histórico da economia corporificada enquanto um sistema global, o que propiciou uma série de instituições e acordos que corroboraram no desenvolvimento tecnológico e social, bem como o crescimento de valores, moedas, produtos e consumo, marcando o surgimento da sociedade moderna.

Novos setores da indústria globalizada se desenvolveram na agricultura através dos processos de produtividade e investimentos na implementação de máquinas sofisticadas para geração de energia – além da busca pela homogeneização e uso de biotecnologias que fizeram parte do progressivo arranjo científico-tecnológico em desenvolvimento, ocorridos

⁸ Para mais informações, ver Hobsbawm (1995), p. 202-248.

no pós Segunda Guerra Mundial. No entanto, o ganho de escala na produção econômica e agrícola pode ter avançado na sistematização de cadeias agroalimentares, mas acentuou o processo de degradação ecológica e exclusão social. As mudanças tecnológicas, sociais e políticas que enriqueceram parte da população com os luxos da modernização global aparentemente também multiplicaram as diversas expressões da “questão social” que se refletiram nas crises de desemprego, miséria, fome etc.

Historicamente, as descobertas e os avanços científico-tecnológicos no campo da agricultura ofereceram à humanidade um conhecimento capaz de produzir e atender às necessidades sociais coletivas nos marcos do sistema agroalimentar capitalista. Na perspectiva crítica, o processo de desenvolvimento ancorado na revolução verde foi apropriado por setores hegemônicos do capital privado que buscaram intensificar a exploração do capital humano e de recursos naturais.

Grossi (2014, p. 134) interpreta essa realidade como “falha metabólica”:

O capitalismo, ao reunir e subordinar a produção agrícola à produção industrial com a tecnologia da revolução verde impõe sobre natureza sua lógica destrutiva, através da dupla degradação, do solo e do trabalhador, ampliando seus efeitos para toda a sociedade. Este progresso técnico da revolução verde reforçou a submissão do campo à cidade, elevou as desigualdades sociais, afetando diretamente os pequenos produtores, degradando os meios de vida e sua cultura, e operou um processo sem precedentes de destruição ambiental, ampliando, portanto, a falha metabólica na relação sociedade e natureza.

Esse contexto gerou reações sociais, viradas contra-hegemônicas nos países latino-americanos. É preciso destacar que, desde o final dos anos 1960 até o início dos anos 1990, diversos movimentos sociais buscaram se organizar a favor dos processos de abertura democrática (como foi no contexto brasileiro), especialmente quando começaram a ocupar novos espaços de articulação em âmbito global e local. Neste período, destacaram-se movimentos sindicalistas, sociais, ambientais e camponeses, como

também as políticas públicas para a agricultura familiar, a Via Campesina, o Movimento dos Trabalhadores Rurais e Sem Terra, seringueiros, povos tradicionais, ativistas e diversas outras articulações sociais e alternativas que levaram para frente amplas bandeiras socioambientais. Em consequência, surgiram espaços de decisões para apontar outras alternativas em desenvolvimento. Destacamos a Cúpula da Terra (ou Rio 92), conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que procurou traçar estratégias de enfrentamento dos problemas ambientais e de melhorias dos processos produtivos para a conservação da biodiversidade (BARBIERI, 2001).

Em contrapartida, em 1992 foi realizado o *II Congreso da Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos de Nicaragua* (UNAG),⁹ no quais líderes sociais, camponeses, intelectuais e ativistas, mobilizados pelos seus direitos e questões geopolíticas, se reuniram em Manágua, com o objetivo estratégico de avançar em uma organização internacional do movimento camponês. Cabe ressaltar a importância deste evento como arena de debate a respeito do conflito contemporâneo entre o agronegócio (global) e camponeses (loais), que foi colocado em disputa na dimensão ecológica, política e territorial através do “[...] desenvolvimento rural sustentável” (MAZZETTO, 2007, p. 52).

Estas reações sociais e políticas também foram traduzidas e orientadas como contestações para busca de modos de vida realmente sustentáveis, relacionados à produção de sistemas alimentares com princípios ecológicos, enquanto iniciativas da “agricultura alternativa” e, posteriormente, no desenvolvimento da “agroecologia” (ALMEIDA, 2003). A agroecologia propõe valorizar os saberes ancestrais da “agricultura nativa” e a “memória biocultural” das populações tradicionais, com o uso potencial da diversidade cultural e local dos sistemas agrícolas (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015). É uma proposta que procura incluir os processos históricos e

⁹ Desmarais (2007) retrata a experiência da autora, que atuou como assistente técnica do Movimento da Via Campesina e que esteve presente como agente nesses primeiros encontros. O artigo traz a informação de que o evento foi organizado pela Brigada de Oxfam de Agricultores Canadenses em auxílio nos campos da Nicarágua.

ambientais dos pequenos agricultores, modelos camponeses, tradicionais e indígenas, defendendo a prática de uma agricultura voltada para a preservação dos seus territórios e da sociobiodiversidade (PETERSEN, 2015). Para tanto, Altieri (2010, p. 23) entende que o conceito de “soberania alimentar” é baseado nos Sistemas Agrícolas Tradicionais (SAT) e nas experiências produtivas da agroecologia. Neste sentido, implica a ideia de uma “ciência agroecológica”, ao mesmo tempo moderna e tradicional, que se alimenta de conhecimentos locais e saberes milenares.

Recorremos à agroecologia a partir de um processo indissociável entre ciência, prática e movimento. Segundo Wezel (2009), o conceito da “agroecologia” existe como disciplina científica que se afirma como prática produtiva, agrícola e alternativa a partir da articulação do movimento social e político. Além disso, Altieri e Toledo (2011) reconhecem que o aglomerado de práticas locais biodiversas em torno da agroecologia, além de promover modos de vida mais sustentáveis, se transformam em bases organizacionais de luta para os movimentos sociais e que, consequentemente, provocam a formação de propostas para o desenvolvimento do território. Esta dimensão plural da agroecologia contribui para um entendimento transdisciplinar, participativo e orientado para ação que pode ser direcionado ao desenvolvimento de políticas públicas de inovação tecnológica e ações coletivas e sustentáveis (MÉNDEZ; BACON; COHEN, 2013; SCHMITT, 2016).

De acordo com Schmitt (2010), as experiências vivenciadas pelos empreendimentos da economia solidária e as iniciativas locais com enfoques produtivos da agroecologia se convergem em busca de novas capacidades não só para a organização do trabalho e atividades em torno da sustentabilidade, mas também para o desenvolvimento crítico e o enfrentamento à economia capitalista. Apesar de as trajetórias políticas e sociais serem de distintos “campos”, as duas forças reflexivas confluem em um mesmo espaço prático e discursivo. A relação entre os dois conceitos busca superar dilemas comuns da busca por autonomia social e protagonismo político, além de incorporar princípios e ideias que se unificam dentro do desenvolvimento territorial, levando em consideração a sustentabilidade ambiental, sistemas produtivos ecológicos e a formação de mercados locais mais justos e solidários.

Compreende-se que os movimentos da economia solidária e agroecologia se fortaleceram através dos espaços sociais e políticos com uma base popular de trabalhadores na origem e na formação de “ideias-forças”. Por outro lado, além de estreitar suas relações com instituições públicas como órgãos municipais, estaduais e federais, também vale ressaltar os sujeitos que articulam o ensino, pesquisa e extensão nas Instituições de Ensino Superior no Brasil, como é destacado pelas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (SANTOS; CRUZ, 2008). Os programas de extensão universitária contribuíram para pensar um conjunto de atributos que envolvem o desenvolvimento humano e social, como frente alternativa para a reinserção de trabalhadores nos processos produtivos, através de propostas sustentáveis e justas. Além de mobilizar e empoderar coletivos que buscam se arranjar diante de tecnologias sociais e transformações territoriais.

Nas próximas linhas, nos dedicaremos a compartilhar algumas considerações sobre a Frente de Agroecologia e os demais sujeitos que tornam estas discussões presentes no imaginário. Para tanto, buscamos dispor de traduções que compõem os sistemas de relações em forma de rede, enquanto uma dimensão sociotecnológica presente na territorialidade. Visto que seguir os atores e redes, como traduções dos aspectos sociais e culturais da economia solidária e agroecologia, contribui para compreender as interconexões no território como processos não só de desenvolvimento local, mas de empoderamento social e político (HESPANHA, 2016a; RIPPEL, 2016).

ARRANJO DAS TECNOLOGIAS SOCIAIS DA FRENTE DE AGROECOLOGIA

Para compor um arranjo que, a princípio, está disperso entre os movimentos sociais, ações coletivas e inovações tecnológicas, foi preciso reconhecer que os empreendimentos da economia solidária e agroecologia são compostos por tecidos, fluxos e redes sociais que se entrelaçam e se manifestam através das contradições e complexidades presentes nos

próprios circuitos curtos de produção e comercialização.¹⁰ Através do pensamento sistêmico, procuramos compartilhar as inovações como processos plurais de envolvimento que se estabelece entre os sujeitos sociais que estão inseridos na territorialidade regional e local. A noção de “territorialidade” é apresentada como um conjunto de fatores e inclinações específicos que mobilizam um aglomerado de atores, conhecimentos e realizações, bem como a construção de “ativos específicos” que definem identidades locais, a partir de componentes sociais e culturais dentro da dimensão territorial (LINS, 2006).

Como necessidade de compreender as interconexões e a diversidade presentes nas dinâmicas socioeconômicas, frente à situação pandêmica, buscou-se realizar uma abordagem relacional, enquanto intermediações em desenvolvimento. Para caracterizar a experiência empírica, recorreremos à noção de “rede”, especificamente à teoria ator-rede, ou *actor-network theory* (ANT), como um elemento analítico, capaz de decifrar, articular e traduzir as atividades performáticas reinventadas através do movimento agroecológico local.

A teoria ator-rede ganhou maior espaço nas ciências sociais através dos estudos de ciência e tecnologia a partir das discussões de intelectuais e ecos-franceses. Transversalmente retratadas nas críticas à “sociologia do social” e “sociologia das associações” de Bruno Latour (2012), que procura relacionar e definir uma “associologia” de diferentes tipos de conexões em ambientes humanos e não humanos ajustados à ciência e tecnologia reagregadas ao social. Bem como é apresentada a “sociologia da tradução”, que elabora estudos descritivos, vívidos e detalhados que se configuram entre a ciência, elementos específicos e as relações de poder, em diferentes

¹⁰ A ideia dos “circuitos curtos” constitui pensar dinâmicas territoriais que estão relacionadas com as redes, mercados alternativos e pequenas cadeias de comercialização em busca de retribuir valores, autonomia e capacidade para expandir o “consumo” justo, consciente e político que está relacionado não só com a agroecologia, mas também com a produtividade da agricultura familiar e da produção orgânica. Vale conferir o trabalho de Wilkinson (2008); e os recentes trabalhos defendidos na Universidade Federal de Santa Catarina, no Centro de Ciências Agrárias do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, em nome de: Silva (2015); Viegas (2016).

versões e pontos do mundo social e natural de Michel Callon (1995). Nesta abordagem relacional, os autores procuram confrontar uma espécie de “sociologia da inovação” capaz de agregar inter-relações e coatividades, enquanto difusão de materiais, ideias, construções híbridas e coletivas de normas, valores e práticas que compreendem a noção da inovação como reflexão social e tecnológica em meio a imprevisibilidades e contingências (AKRICH, CALLON, LATOUR, 2002; GODIN, 2006).

O caminho da ANT busca compreender a “dimensão social” ou as redes sociais, como produções constantes do mundo que está além do “social”, interligado a diversas outras perspectivas, nas quais a separação natureza e sociedade se torna irrelevante (LATOUR, 2012). Neste sentido, podemos considerar qualquer fenômeno como um “ator social”. Isto quer dizer que a Covid-19 se atribuiu como um ator de ações e disposições na rede, traduzidas durante a geração de novos ambientes e gravidades sanitárias provocadas pelo distanciamento social.

Em termos gerais, a ANT possibilita ressignificar as relações “sociobiológicas” e “re-associações” existentes (LATOUR, 2012, p. 31). Desta forma, é possível considerar que o próprio desenvolvimento científico-tecnológico das vacinas para combate à pandemia desenha novos atores em movimento planetário a fim de gerar descobertas e inovações estabelecidas.

Desde 2017, a Frente de Agroecologia é constituída por consultores técnicos, assistentes sociais, comunicadores, colaboradores e formadores, como bolsistas de pós-graduação e graduação que atuam e circulam em diferentes ambientes. Este grupo de mediadores se relaciona com ampla instituição coletiva e grupos de produtores rurais e artesanais de produtos agroecológicos, orgânicos e inclusivos, como também de agricultores familiares e comunidades tradicionais que atravessam a cidade e o campo no entorno da microrregião de Juiz de Fora, Zona da Mata mineira. Neste momento, os grupos acompanhados pela Frente são: 1) Monte de Gente Interessada em Cultivo Orgânico (Mogico), associação de produtores e consumidores da agricultura familiar, agroecologia e agricultura orgânica; 2) a experiência das cestas agroecológicas do Assentamento Denis Gonçalves da

reforma agrária do Movimento Sem Terra (MST), localizado na fronteira entre os municípios de Chácara/MG e Goianá/MG; 3) a Feira É Daqui, grupo de feirantes e produtores de alimentação inclusiva, agroecológica e sem glúten de Juiz de Fora; 4) a comunidade quilombola Colônia do Paiol, localizada no município de Bias Fortes/MG; 5) a Associação Orgânica da Mata formada por produtores, técnicos, e instituições que trabalham como parceiros para certificar a produção de alimentos orgânicos e agroecológicos na região da Mata Mineira e Vertentes; 6) e o Curso de Agroecologia Biodinâmica, organizado pela Intecoop/UFJF em parceria com o Núcleo de Ensino e Pesquisa Aplicada em Agroecologia e Desenvolvimento Social (NEPA), por meio da Aliança Social (AS), construída entre parceiros institucionais, técnicos, políticos e agricultores que atuam no território. A seguir, discorreremos sobre os coletivos aqui relacionados.

MONTE DE GENTE INTERESSADA EM CULTIVO ORGÂNICO

O Mogico é um coletivo que reúne produtoras e produtores orgânicos e agroecológicos, técnicos e pessoas interessadas no viver da produção orgânica, que inclui valores, atitudes baseadas no respeito mútuo, comprometimento solidário, liberdade responsável e sustentabilidade. As ações desenvolvidas com o coletivo envolvem apoio à elaboração do planejamento e controle de vendas, estratégias de comercialização e conquista de novos mercados, banco de sementes, comissões de trabalho relacionadas à produção e consumo local, bem como realização da Feira Orgânica da UFJF. Os produtores comercializavam os produtos certificados e livres de conservantes químicos no estacionamento da Reitoria, no *campus* da UFJF, uma vez por semana, às segundas-feiras, e usavam esse e outros espaços de comercialização para estabelecer um contato mais próximo com o consumidor, mostrando uma nova forma de se relacionar com o outro no universo de trabalho da economia solidária. Com a pandemia da Covid-19, o grupo teve que buscar se adaptar a novos ambientes e novas maneiras de comercialização remota, surgindo por meio da difusão a entrega de cestas coletivas.

Em 2021, a associação Mogico completa oito anos de trabalho e existência. Ao longo de sua trajetória, tem promovido a produção e comercialização de alimentos da agricultura orgânica, o processo de certificação participativa, ações formativas agroecológicas, como o “Dia Agroecológico”,¹¹ e outras ações, com objetivo de fortalecer a valorização de uma cultura da alimentação orgânica e agroecológica no município e região. Segundo os dados do grupo no aplicativo WhatsApp, hoje em dia, há 64 membros que acompanham as mensagens, discussões e encaminhamentos gerais. Porém, com base nos relatórios produzidos e nas “observações participantes” sobre os processos coletivos, podemos dizer que membros “ativos” estão em torno de 20 a 25 pessoas, que procuram estar presentes em algum momento nas reuniões, feiras e visitas técnicas. Desta estimativa, existem 14 unidades produtivas certificadas pelo Sistema Participativo de Garantia da Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (SPG-ABIO/RJ) e apenas uma pela Associação de Certificação Instituto Biodinâmica (IBD). Vale relatar que este número apresentou uma redução em relação aos participantes comparado a dois anos atrás, dado que anteriormente o número de unidades produtivas era de 26, distribuídas por 11 municípios do entorno de Juiz de Fora (SOARES, 2018). Esta informação revela que existem pontos a serem considerados, uma vez que a certificação orgânica demanda custos relacionados à organização da produção, investimentos e logística dos produtores e também é necessário considerar a distância do organismo responsável pela instrumentalização da conformidade e regulamentação orgânica, localizado em outro estado.

Com a chegada da pandemia de Covid-19 no mês de março de 2020, o grupo teve que se reestruturar a partir das demandas de escoamento e comercialização. É neste momento que os produtores organizaram e construíram uma plataforma de pedidos *on-line*, onde produtos orgânicos do coletivo Mogico são disponibilizados e comercializados em forma de “cesta

¹¹ Encontro realizado pela associação que envolve produtores, agricultores, técnicos, consumidores e instituições que buscam a formação, prática e trocas de saberes articuladas. Geralmente, o evento ocorre em um dia inteiro, tendo uma programação predefinida com oficinas e palestras relacionadas com o tema da agroecologia.

coletiva”.¹² Além disso, o grupo investiu na comunicação digital em redes sociais, onde regularmente faz postagens para divulgar o endereço eletrônico, como também, conceitualmente, trabalha a produção e consumo do “alimento local” ou o “locavorismo”, valorizando os perfis de produtores e agricultores que circulam e pertencem ao coletivo Mogico. Como contrapartida solidária, o grupo também começou a doar semanalmente uma parcela dos alimentos produzidos a outros grupos, comunidades, artesãos, catadores de material reciclado, entre outros, que compõem o movimento de economia solidária no município.

NÚCLEO SERRA/ASSENTAMENTO DÊNIS GONÇALVES/MST

O Assentamento Denis Gonçalves é um coletivo de reforma agrária do MST que está localizado entre os municípios de Chácara/MG e Goianá/MG. Possui cerca de 140 famílias divididas em dois núcleos. O primeiro envolve grande parte das famílias e fica na parte baixa do assentamento com acesso via Goianá; o segundo envolve 13 famílias e está localizado na serra do assentamento com acesso via Chácara. Após o período de divisão dos lotes para as famílias assentadas e do cultivo dos primeiros alimentos agroecológicos, o Núcleo da Serra inicia a comercialização dos primeiros itens através de encontros e reuniões de mobilização e articulação. Com a ampliação da produção e o aumento de pessoas interessadas em consumir produtos agroecológicos da reforma agrária, o movimento amplia sua rede de consumidores e de parceiros, passando a entregar semanalmente os itens em dois pontos da cidade de Juiz de Fora: no Parque Halfeld e no estacionamento da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. A partir desse momento, foi necessário institucionalizar a relação

¹² Os pedidos no *site* ficam disponíveis durante os finais de semana, a partir das 14 horas no sábado até 20 horas no domingo, e as entregas são realizadas no começo da semana, na segunda-feira e terça-feira. Segundo alguns produtores que organizam as cestas coletivas, a plataforma tem movimentado a saída de 60 a 80 cestas por semana. Para saber mais, acesse: <https://cestamogico.lojaintegrada.com.br>.

entre o grupo e a UFJF, o que ocasionou o processo de incubação entre a experiência das cestas agroecológicas e a Intecoop/UFJF.

O processo de incubação possibilitou, ainda, o assessoramento para a entrega de cestas agroecológicas realizadas em uma sala próxima ao estacionamento da Reitoria. Além das entregas, outras iniciativas foram fundamentais para o desenvolvimento da relação e do processo de aproximação com o grupo. Dentre elas, destacam-se: o Curso de Agroecologia Biodinâmica criado em parceria entre o Intecoop/UFJF, NEPA e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater/MG) via emenda parlamentar da então deputada Margarida Salomão, que ofereceu formação voltada para a produção de alimentos orgânicos e agroecológicos e se constituiu como importante fonte de saberes para as famílias de produtores do Núcleo da Serra; a construção do Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC) Associação Orgânicos da Mata, que atua no processo de certificação participativa de orgânicos e foi fundamental para aproximar diferentes produtores individuais e fortalecer o trabalho em rede, o que facilitou a troca de saberes entre os participantes, causando um impacto positivo no grupo.

A pandemia de Covid-19, logo no início de 2020, impactou enormemente o processo de entregas das cestas agroecológicas, uma vez que foram proibidas as atividades presenciais na Universidade Federal de Juiz de Fora, o principal ponto de entrega das cestas. Durante os primeiros meses da pandemia, o grupo investiu nos mecanismos de comunicação digital criando um *site* que facilitou o processo de compra. Outra iniciativa foi trabalhar o engajamento dos consumidores, que em grande medida possuem um perfil de identidade e alinhamento político com o movimento, assim, durante alguns meses da pandemia, o grupo observou um crescimento no volume dos pedidos, momento esse que foi fundamental para investir no melhoramento da cozinha e no financiamento de um veículo maior para a realização das entregas. No entanto, com o prolongamento e a piora da pandemia, o volume dos pedidos caiu drasticamente, impactando diretamente a renda das famílias do Núcleo da Serra.

FEIRA É DAQUI

Fundada em 2017, a Feira É Daqui é um coletivo atuante em Juiz de Fora formado por produtoras e produtores artesanais locais que produzem alimentos processados, veganos, naturais e inclusivos. Esta é a única feira da cidade com foco total em produtos sem glúten. Atualmente, é composta por 14 integrantes que se dedicam à produção de mel e derivados (pólen, própolis, geleia real), hortaliças, legumes, frutas, temperos, microverdes e brotos germinados, pães, bolos, biscoitos, salgados, hambúrgueres veganos, laticínios veganos (manteiga, requeijão, maionese, doces), queijos vegetais e tradicionais, ervas, aromaterapia, geleias, doces, cafés especiais, farinhas e muitos outros produtos e alimentos que carregam histórias e tradições familiares.

Os integrantes do coletivo oferecem muitos ingredientes e produtos diferenciados, especiais, frescos e com grande qualidade nutricional para atender tanto a população em geral quanto pessoas com doença celíaca, de forma segura (sem risco de contaminação cruzada), e também outros consumidores com algum tipo de restrição quanto a açúcar e leite, como também portadores de doenças como diabetes e hipertensão. O espaço da Feira É Daqui também atua como um importante instrumento de conscientização, troca de saberes e aprendizado sobre o papel da alimentação viva e inclusiva para a saúde.

O grupo se organiza coletivamente sob os princípios da economia popular solidária, que, além de ter como objetivo a geração de renda, valoriza a autogestão e a participação coletiva. Vale lembrar que a maioria do coletivo é composta por mulheres, sendo a representatividade feminina um ponto-chave para a identidade do grupo. Infelizmente, a Feira É Daqui foi profundamente impactada pela pandemia de covid-19, visto que suas atividades foram suspensas a partir da segunda semana de março de 2020, por muitos de seus integrantes pertencerem ao grupo de risco e, principalmente, em respeito à segurança dos consumidores, que englobam idosos e portadores de doenças.

Com a impossibilidade das vendas físicas, os integrantes migraram para o meio virtual, através de redes sociais, divulgando e compartilhando

listas de produtos para entregas próprias. Mesmo sofrendo uma redução drástica nas vendas e com risco de o grupo se desmobilizar completamente, o coletivo se manteve firme, buscando formações de boas práticas, cursos e capacitações técnicas, e outros meios para suporte financeiro, como a inscrição para a Lei Aldir Blanc via Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (FUNALFA, Juiz de Fora).

Em 2021, mesmo com restrições e com uma quantidade reduzida de barracas em função da limitação de espaço e reflexos na queda do movimento de clientes, houve um retorno de pontos da feira na cidade.¹³

COMUNIDADE QUILOMBOLA COLÔNIA DO PAIOL

A comunidade quilombola Colônia do Paiol está localizada no município de Bias Fortes e é composta por aproximadamente 150 famílias. A comunidade foi constituída a partir da doação de terras, por parte do fazendeiro José Ribeiro Nunes, a nove ex-escravizados, através de seu testamento, documento este que, além de confirmar e registrar a doação, concedia aos beneficiários e seus descendentes o direito de morar e usufruir do cultivo daquelas terras, as quais, segundo o registro, se tornaram, desde então, invendáveis e inalienáveis.

Contudo, as informações acerca do direito às terras só se confirmaram e chegaram ao conhecimento da atual geração da colônia através de uma tese de doutorado elaborada por Antônio Djalma da Silva, em 2005. Silva pesquisou e descobriu, na comarca de Barbacena/MG, os papéis que documentavam e asseguravam os direitos de usufruto daquele território a seus moradores. Até então, eles se baseavam nos discursos de seus antepassados quanto à posse daquele terreno. No entanto, durante o período que antecedeu a referida tese, a comunidade sofreu diversas perdas territoriais.

A Colônia do Paiol conta com a certificação da Fundação Palmares, mas ainda é necessário que seja realizada a demarcação de terras pelo

¹³ Funciona às terças pela manhã na rua Mister Moore e, às sextas, no Parque Halfeld.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Vale ressaltar a relevância de tal feito, visto que, a partir dele, as famílias que ali residem podem se melhor redistribuir no espaço que ocupam e aproveitar um melhor cultivo da terra.

Os moradores que não trabalham em Bias Fortes vivem de subsistência através do trabalho no cultivo e plantação de abóbora, milho, feijão e arroz. Além disso, aproximadamente 200 pessoas recebem benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A diretoria da associação possui 16 integrantes atualmente e tem como propósito a geração de renda dos associados, a partir da produção local.

Desde 2017 a equipe Intecoop/UFJF empreendeu vários esforços para conseguir acompanhar a Associação, entretanto, a distância entre os municípios e a inviabilização do deslocamento da equipe até a comunidade, que dista da sede de Bias Fortes aproximadamente 13 quilômetros, impossibilitou o desenvolvimento do trabalho. Contudo, procuramos manter a proximidade através de atividades transversais, como a viabilização da participação na Troca de Saberes, evento realizado pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), por meio do curso de Agroecologia Biodinâmica, entre outras ações. Durante a pandemia, o grupo recebeu recursos do Ministério Público e com eles construiu uma sede com cozinha montada para elaboração de pratos da culinária afro-brasileira e a proposta é se tornar um ponto de cultura e recepção agroturística, difundindo os valores da cultura quilombola.

ASSOCIAÇÃO ORGÂNICOS DA MATA

Este grupo está desenvolvendo um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC), que em síntese pode ser expresso como o representante legal do Sistema Participativo de Garantia (SPG) para certificação e decisão da conformidade orgânica. O processo de composição deste coletivo surgiu a partir da instituição da Zona da Mata como um Polo Agroecológico de Produção Orgânica e da crescente

procura de agricultores familiares da região em certificar, através do sistema participativo¹⁴. Além de produtores de Juiz de Fora, fazem parte do coletivo, sujeitos de municípios vizinhos e da microrregião, como Matias Barbosa, Lima Duarte, Piau, Arantina, Bias Fortes, Barbacena, Leopoldina e Cataguases. Muitos destes produtores foram mobilizados em redes, por meio das ações formativas realizadas pela Intcoop/UFJF pelo denominado Circuito Agroecológico. Vale marcar outros encontros realizados como o I Seminário de Construção do Sistema Participativo de Garantia do Polo Agroecológico da ZM, realizado em maio de 2019 em Viçosa; a visita feita por uma comissão constituída por técnicos e produtores ao Instituto Federal do Sul de Minas para conhecer a experiência do Orgânicos Sul de Minas; e a organização do Seminário Regional de Certificação Participativa da Produção Orgânica, que chegou a mobilizar mais de 100 produtores de toda a microrregião, realizado na Faculdade de Direito da UFJF, além de uma série de reuniões organizadas na sede da Intcoop/UFJF.

Atualmente, o coletivo tem realizado reuniões *on-line* para continuar o desenvolvimento dos procedimentos que formalizam a associação. Para tanto, os mais importantes foram a construção do Estatuto, Regimento Interno, Manual de Procedimentos e a Cartilha. Vale destacar que todos os documentos estão sendo acompanhados e revisados através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), com intuito de adequar especificações mais atuais, de acordo com a Portaria nº 52, de 15 de março de 2021, que estabelece o Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção e as listas de substâncias e práticas para o uso nos Sistemas Orgânicos de Produção.

¹⁴ Destacamos: o Projeto de Lei estadual de Minas Gerais nº 23.207/2018, que institui a Zona da Mata mineira como Polo Agroecológico e de Produção Orgânica e dá outras providências, apresenta o artigo 2º o Polo de Agroecologia e de Produção Orgânica da Zona da Mata mineira orienta-se pelos seguintes princípios: I – desenvolvimento sustentável; II – participação e protagonismo social; III – preservação ecológica com inclusão social; IV – segurança e soberania alimentar; V – diversidade agrícola, biológica, territorial, paisagística e cultural; VI – reconhecimento da importância dos movimentos de agroecologia, da agricultura familiar e dos povos tradicionais para a agrobiodiversidade e a segurança alimentar.

CURSO DE AGROECOLOGIA BIODINÂMICA

Com o propósito de formar tecnicamente agricultores e agricultoras para conversão orgânica e agroecológica de suas produções, foi organizado o curso de Agroecologia Biodinâmica pela Intcoop/UFJF, em parceria com o Núcleo de Ensino e Pesquisa Aplicada em Agroecologia e Desenvolvimento Social (NEPA) e fomentado pela Aliança Social (AS) construída entre parceiros institucionais, técnicos, políticos e agricultores que atuam na microrregião de Juiz de Fora. Desde 2016, já foram realizadas três edições do curso, tendo como objetivo construir um espaço social de aprendizagem em que seja possível compartilhar e aprender princípios da agroecologia e conhecer processos e relações presentes no cultivo sustentável de alimentos com pequenos produtores e agricultores familiares.

O curso é presencial e realizado em seis módulos, denominados “organismo solo”; “vivificação do solo”; “calendário agrícola”; “manejo do organismo agrícola”; “controle natural de pragas e doenças”; e “o ser humano na teia da vida”. O participante tem a oportunidade de vivenciar e observar o desenvolvimento da produção de alimentos em sistemas agroflorestais, por meio do manejo agroecológico biodinâmico, realizado no Sítio Pachamama (sede do NEPA), localizado no distrito de Penido, na zona rural de Juiz de Fora¹⁵.

As edições do Curso de Agroecologia Biodinâmica são organizadas através de duas turmas: a primeira é “aberta” aos pequenos produtores e entusiastas que procuram mais informações e capacitação nos conhecimentos biodinâmicos; a segunda é “fechada” e constituída por agricultores familiares, pequenos produtores em processo de transição agroecológica e relacionados com a rede e associações articuladas através da “aliança social” entre os grupos apresentados anteriormente. É preciso destacar que, para entrar na turma “aberta”, é necessário contribuir com um valor que, por sua vez, é revertido nas retribuições, passagens e custos adicionais da organização.

¹⁵ Para mais informações da organização, acessar: <http://nepa.org.br>.

Como também, parte do valor arrecadado é direcionada para compor e sustentar a participação da turma “fechada”, que tem acesso gratuito.

O Curso de Agroecologia Biodinâmica, além de proporcionar formação, capacitação e múltiplas trocas, pode ser considerado um “ator” agenciador que permite desenvolver o encontro dos movimentos, atores e sujeitos que tecem redes e interconexões territoriais. Consideramos que a difusão deste espaço de formação é capaz de empoderar conhecimentos locais, fluxos e ações em busca da transição agroecológica presente na territorialidade. Assim como para sustentar os diversos valores heterogêneos que circulam neste arranjo marcado por especificidades e complexidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de redes e arranjos de ambientes sócio-tecnológicos permite recriar e traduzir contingências do “social”, além de buscar significações locais e territoriais dentro de uma investigação emaranhada, enquanto teias de inovações inconstantes. Quando nos propomos a pensar em uma aliança de ideias e fundamentos entre os movimentos da economia solidária e agroecologia, reconhecemos a necessidade de contemplar uma discussão ampla e sistêmica, a partir do pensamento crítico para imaginar complexidades, controvérsias e transformações que a “dimensão territorial” envolve. Além de considerar diferentes trajetórias, movimentos sociais e distintas correntes teóricas que, uma vez mobilizadas, possibilitam novos diálogos e profundos ensaios.

Ao acompanhar os processos e inovações dos próprios atores e sujeitos, percebemos que todas as ações produzidas se relacionam de maneira interligada, apesar de encontrar atividades específicas e descentralizadas que correspondem às dores e conquistas de cada coletivo. Acima de tudo, entendemos que ainda é preciso maior atenção aos impactos da Covid-19 em relação aos empreendimentos solidários, trabalhadores rurais e demais invisibilidades que simbolizam e justificam a luta pela justiça social. Para tanto, é preciso fomentar tecnologias sociais não só como dinâmicas de

geração de renda e trabalho, mas como empoderamentos locais para propor caminhos de esperança e transformações socialmente profundas.

Tendo em vista a perspectiva dos sistemas agroalimentares, procuramos destacar que a aliança social em pequena escala entre a economia solidária e agroecologia é capaz de promover, de fato, um arranjo produtivo local que produz a cultura de alimentos saudáveis, a soberania alimentar e preserva modos de vida realmente sustentáveis.

Ao promover a confluência entre duas formas contra-hegemônicas de produção, consumo e desenvolvimento adaptadas à realidade sócio-histórica de cada território, gera-se uma cultura social realmente capaz de promover uma contraposição ao modelo de desenvolvimento capitalista. Acreditamos que a experiência latino-americana se coloca no horizonte como uma alternativa para movimentos sociais, famílias do campo e o conjunto dos trabalhadores rurais e urbanos excluídos do processo produtivo hegemônico – injusto e insustentável.

REFERÊNCIAS

- AKRICH, M.; CALLON, M.; LATOUR, B. The key to success in innovation: Part I, the art of interessement. *International Journal of Innovation Management*, Trondheim, v. 6, n. 2, p. 187-206, 2002.
- ALMEIDA, J. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 499-520, 2003.
- ALTIERI, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. *Revista Nera*, Presidente Prudente, ano 13, n. 16, jan./jun. p. 23-29, 2010.
- ALTIERI, M.; TOLEDO, V. The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. *The Journal of Peasant Studies*, Milton Park, v. 38, n. 3, p. 587-612, 2011.
- BARBIERI, J. C. *Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CALLON, M. Algunos elementos para una sociología de la traducción: la domesticación de las vieiras y los pescadores de la bahía de Saint Brieuc.

In: IRANZON, S. M. et al. (ed.). *Sociología de la ciencia y la tecnología*.

Madrid: CSIC, 1995. p. 89-104.

CHAMBERS, R.; CONWAY, G. Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21st century. *Institute of Development Studies Discussion Paper*, n. 296, 1º out. 1992. Disponível em: www.ids.ac.uk/publications/sustainable-rural-livelihoods-practical-concepts-for-the-21st-century. Acesso em: abr. 2021.

DESMARAIS, A. *La Via Campesina: Globalization and the Power of peasants*. Halifax: Fernwood Publishing, 2007.

ESCOBAR, A. *Encountering development: the making and unmaking of the Third World*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1995.

ESCOBAR, A. *Una minga para el postdesarrollo: lugar, medio ambiente y movimientos sociales en las transformaciones globales*. Lima: Programa Democracia y Transformación Global; Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2010.

FRANÇA-FILHO, G. Terceiro Setor, Economia Solidária, Economia Social e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. XXII, p. 9-19, 2002.

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. Aliança Social (AS). Núcleo de Ensino e Pesquisa em Agroecologia (NEPA), 2016. Disponível em: <https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/alianca-social-as->. Acesso em: abril. 2021.

GODIN, B. The linear model of innovation: the historical construction of an analytical framework. *Science, Technology and Human Values*, Thousand Oaks, v. 31, n. 6, p. 639-667, 2006.

GROSSI, M. A. R. *Politização da Questão Ambiental no MST: a agroecologia como estratégia produtiva e política*. 2014. Tese (Doutorado

em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. p. 134.

HAGUETTE, T. M. F. *Metodologias qualitativas na Sociologia*. 3. ed. rev. e atual. Petrópolis: Vozes, 1992.

HESPANHA, Pedro. A economia solidária e o desenvolvimento local. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL CURUPIRAS UNIVERSIDADES & TERRITÓRIOS: DIVERSIDADE DE SABERES PARA ALTERNATIVAS SOCIAIS, 1., 2016, Guaranhuns. *Anais [...]*. Recife: Editora Universitária da UFRPE, p. 5-18, 2016a.

HESPANHA, P. O papel dos novos atores coletivos na revitalização dos territórios rurais de baixa densidade. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL CURUPIRAS UNIVERSIDADES & TERRITÓRIOS: DIVERSIDADE DE SABERES PARA ALTERNATIVAS SOCIAIS, 1., 2016, Guaranhuns. *Anais [...]*. Recife: Editora Universitária da UFRPE, p. 19-38, 2016b.

HIGH LEVEL PANEL OF EXPERTS ON FOOD SECURITY AND NUTRITION (HLPE). *Impacts of COVID-19 on food security and nutrition: developing effective policy responses to address the hunger and malnutrition pandemic*. Rome: FAO, 2020. Disponível em: <http://www.fao.org/3/cb1000en/cb1000en.pdf>. Acesso em: abr. 2021.

HOBSBAWM, E. *Era dos Extremos*. O breve século XX, 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 202-248.

IAMAMOTO, M. A questão social no capitalismo. *Revista Temporalis*, Brasília, DF, ano II, n. 3, jan./jun. 2001.

LATOUR, B. *Reagregando o Social: uma introdução à teoria do Ator-Rede*. Salvador: Edufba; Bauru: Edusc, 2012.

LINS, H. N. Sistemas agroalimentares localizados: possível “chave de leitura” sobre a maricultura em Santa Catarina. *RER*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, p. 313-330, abr./jun. 2006.

- LOURENÇO, A. V. *et al.* Desenvolvimento Sustentável e Agroecologia. In: SOGLIO, F. D.; KUBO, R. (orgs.). *Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 39-55.
- MAZZETTO, C. E. S. Modo de apropriação da natureza e territorialidade camponesa: revisitando e ressignificando o conceito do campesinato. *Geografias*, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 46-63, jan./jun. 2007.
- MÉNDEZ, E. V.; BACON, C. M.; COHEN, R. La agroecología como un enfoque transdisciplinar, participativo y orientado a la acción. *Agroecología*, Murcia, v. 8, n. 2, p. 9-18, 2013. Disponível em: <https://revistas.um.es/agroecologia/article/view/212061>. Acesso em: abr. 2021.
- MINAS GERAIS. Lei n. 23.207, de 27 de dezembro de 2018. Institui o Polo Agroecológico e de Produção Orgânica na Região da Zona da Mata. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 27 de dez. 2018.
- MORRIS, M.; SEBASTIAN, A. R.; PEREGO, V. M. E. *Future Foodscapes: Re-imagining Agriculture in Latin America and the Caribbean*. Washington, DC: World Bank, 2020. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/34812>. Acesso em: abr. 2021.
- PETERSEN, P.; LONDRES, F. Seminário Regional sobre Agroecologia na América Latina e Caribe. *AS-PTA*, 23 nov. 2015. Disponível em: <https://aspta.org.br/2015/11/23/fao/>. Acesso em: abr. 2021.
- PINHO, L.; SILVA, J. H.; SENA, A. (org.). *Respostas das cooperativas e da economia solidária frente à crise social, econômica e sanitária da Covid/19*. Santo André: Coopacesso, 2020. Disponível em: <http://portal.unisolbrasil.org.br/wp-content/uploads/2020/12/MIOLO-UNISOL-BRASIL-1-3.pdf>. Acesso em: abr. 2021.
- RIPPEL, L. *Os atores e as redes de desenvolvimento rural no processo produtivo do leite no sudoeste do Paraná*. 2016. 161 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2016.

- SANTOS, A. M.; CRUZ, A. C. M. Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: Interdisciplinaridade articulando ensino, pesquisa e extensão universitária. *E-cadernos CES*, Coimbra, n. 02, 2008.
- SCHMITT, C. J. Economia solidária e agroecologia: convergências e desafios na construção de modos de vida sustentáveis. *Economia Solidária e Políticas Públicas*, Brasília, DF, n. 42, fev. 2010. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4050/1/bmt42_08_Eco_02_convergencias.pdf. Acesso em: abr. 2021.
- SCHMITT, C. J. Rede, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, n. 27, p. 82-112, maio/ago. 2011.
- SCHMITT, C. J. A transformação das “Ideias Agroecológicas” em Instrumentos de Políticas Públicas: dinâmicas de contestação e institucionalização de novas ideias nas políticas para a agricultura familiar. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 15, ed. esp., 2016.
- SILVA, B. J. *Circuitos curtos de comercialização de alimentos orgânicos: emancipação socioeconômica na agricultura familiar?* Dissertação (Pós-Graduação em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- SILVA, D. A. da. *O passeio dos quilombolas e a formação do quilombo urbano*. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/4022>. Acesso em: abr. 2021.
- SILVA, G. M.; NEVES, J. A. B. Divisão do trabalho social e arranjos produtivos locais: reflexos econômicos de efeitos morais de redes interorganizacionais. *Ram – Rev. Adm. Mackenzie*, São Paulo, v. 14, n. 1, jan./fev. 2013. p. 203-228.
- SINGER, P. *Introdução à Economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2002.

SINGER, P.; MACHADO, J. *Economia socialista*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 12.

SOARES, A. L. T. *Protocolo de apoio às visitas de verificação para a conversão à produção orgânica de unidades agrícolas do sistema participativo de garantia Abio/Mogico, Juiz de Fora-MG*. Dissertação (Pós-Graduação em Agricultura Orgânica) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018

THIOLLENT, M. *Pesquisa-ação nas organizações*. São Paulo: Atlas. 1997.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. *A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais*. São Paulo: Expressão Popular; AS-PTA, 2015.

VIEGAS, M. da T. *Agroecologia e circuitos curtos de comercialização num contexto de convencionalização da agricultura orgânica*. Dissertação (Pós-Graduação em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

WEZEL, A. *et al.* Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. *Agronomy for Sustainable Development*, New York, v. 29, p. 503-515, 2009. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1051/agro/2009004>. Acesso em: abr. 2021.

WILKINSON, J. *Mercados, Redes e Valores*. O novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 125-170.

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESS

A POLÍTICA DOS CENTROS PÚBLICOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA BAHIA: UM ESTUDO SOBRE AS CONDIÇÕES DE SUSTENTABILIDADE¹

Patricia Carvalho Vieira²

INTRODUÇÃO

Este artigo propõe discorrer sobre a Política dos centros públicos de economia solidária da Bahia, os Cesol, que são definidos como equipamentos públicos de assistência técnica aos empreendimentos econômicos solidários (EES), com a finalidade de promover sustentabilidade. O objetivo com este trabalho foi compreender como estão articuladas as condições que pretendem promover a sustentabilidade dos EES, analisando as propostas e concepções orientadoras das ações dos Cesol, bem como cotejando os seus desdobramentos face aos desenhos institucional e territorial da Política. Como resultado, inferimos que, embora a Política dos Cesol articule condições que podem contribuir para a sustentabilidade dos EES, estas condições não se apresentam como suficientes, nem mesmo plenamente efetivas. Há fatores institucionais e políticos com efeito limitante, que diminuem a amplitude e o alcance das ações desenvolvidas.

Este texto foi organizado em três partes além da introdução e conclusão. A primeira faz uma breve explanação sobre a metodologia trabalhada no estudo para, em seguida, contextualizar o objeto de pesquisa,

¹ Este trabalho resulta da nossa pesquisa de doutorado, realizada no Departamento de Sociologia da Universidade do Porto, sob orientação da professora Cristina Parente e coorientação do professor Gabriel Kraychete.

² Doutora em Sociologia pela Universidade do Porto e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

a Política dos Cesol e seu funcionamento. A segunda parte expõe um fundamento conceitual a partir do qual os dados colhidos na pesquisa foram interpretados. Na terceira parte, são apresentados e discutidos os resultados do estudo.

A METODOLOGIA DE PESQUISA E UMA CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

O estudo que se apresenta adotou uma estratégia metodológica qualitativa, tendo como método de pesquisa o estudo de caso. Buscou-se com esta escolha amplitude e profundidade em todo processo, visando uma elaboração válida sobre o objeto de estudo em causa (MARTINS, 2004). Ressalte-se que não se pretendeu produzir qualquer generalização das análises feitas, antes formular uma interpretação que seja capaz de desvelar novas questões de interesse social e suscitar novos sentidos sobre a Política dos Cesol.

A pesquisa empírica foi realizada por meio de análise documental, observação direta e de entrevistas semiestruturadas aprofundadas com representantes de empreendimentos acompanhados por Cesol, e com promotores públicos e privados da Política. Neste último caso, as entrevistas foram realizadas com representantes de organizações sociais (OS) gestoras de Cesol, coordenadores e técnicos de Cesol participantes do estudo. A escolha destes Cesol deu-se com base em informações colhidas na fase da pesquisa exploratória, considerando três variáveis: i) tipos de EES mais assistidos – âmbito rural ou urbano –; ii) características dos territórios de abrangência; e iii) incorporação da metodologia de assistência técnica pactuada em contrato.

Os Cesol da Bahia são a expressão de uma Política pública governamental de economia solidária, com abrangência territorial, que apresenta como propósito a convergência de diferentes ações de apoio aos EES e às redes de economia solidária. A Política, a partir de 2012, modificou seu escopo e

incorporou uma nova proposta de trabalho,³ que colocou centralidade na assistência técnica socioprodutiva em um processo que se pretende contínuo. Ampliou sua abrangência projetando instalação de Cesol nos diversos territórios do estado, e alterou a gestão, que deixou de ser feita diretamente pelo Estado, passando para OS selecionadas por meio de edital e chamada pública. Este estudo que se apresenta abrange, justamente, o período a partir de 2012.

Por definição, os Cesol são espaços públicos multifuncionais, que têm como objetivo promover a sustentabilidade dos EES através da prestação de assistência técnica socioprodutiva⁴ permanente, do acesso a bens, serviços e ativos produtivos. É uma política formulada no âmbito de um programa governamental multisetorial do Governo da Bahia, o Vida Melhor, que tem como objetivo realizar a inclusão socioprodutiva pelo trabalho decente de uma população vulnerável social e economicamente (BAHIA, [2019]; MATOS et al., 2015; VASCONCELOS et al., 2015). Ainda que nem todos que estejam sob a cobertura desta Política se enquadrem num perfil de vulnerabilidade social, é certo que, em geral, os EES coexistem em condições adversas, muitas vezes desfavoráveis, e expressam diferentes graus de desenvolvimento influenciados também pelos territórios onde estão localizados. Isto porque, em alguns territórios, o tecido social pode se apresentar com um tipo de densidade que possibilita, ao longo do tempo, a formação de redes institucionais que favorecem a disseminação de práticas sociais mais favoráveis aos EES.

O processo de pesquisa que embasou este artigo valeu-se para a sua construção da reflexividade crítica, com o fim de modular o acesso a conhecimentos prévios advindos de uma intensa aproximação da realidade e dos

3 Entre 2008-2011, havia três Cesol em funcionamento na Bahia: um na capital, Salvador, e dois distribuídos no interior do estado. Ressalte-se que estes Cesol se apoiavam na metodologia de centro público difundida pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), com um plano de atendimento diferente dos Cesol implementados a partir de 2012 (OLIVA, REIS; MEIRA., 2009; VASCONCELOS et al., 2015; REIS; ALMEIDA FILHO, 2016).

4 Por assistência técnica socioprodutiva, entende-se um processo de repasse ou transferência de conhecimentos e práticas voltados para o aperfeiçoamento das atividades econômicas desenvolvidas pelos EES, inseridos tanto em espaço urbano quanto rural.

agentes observados na fase de implementação da Política.⁵ Foi exigido para tanto um tratamento vigilante ao longo de todo o tempo de construção do estudo. Sabe-se que a reflexividade metodológica, ao passo que reconhece a posição ativa do pesquisador em relação ao objeto de estudo, impõe-lhe uma redobrada vigilância epistemológica, que deve balizar a sua postura analítica. Tal como Pyett (2003) expressa, a reflexividade e o autoexame na pesquisa qualitativa devem contemplar um processo contínuo de avaliação. Sob este prisma, buscou-se evitar reproduções automáticas, pautando a coleta, análise e interpretação dos dados sob um ângulo permanente de autoavaliação.

EMPREENHIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS: ALGUMAS NOTAS SOBRE VIABILIDADE E SUSTENTABILIDADE

Um empreendimento econômico solidário é a expressão concreta do que se define economia solidária, isto é, uma atividade econômica que se realiza por meio do trabalho associativo, da posse coletiva dos meios de produção e da autogestão ou gestão coletiva. Expressa uma forma social específica de produção que se contrapõe à forma típica da produção capitalista de trabalho assalariado (GAIGER, 2003). Os empreendimentos no Brasil podem assumir, na prática, uma variedade de formas que também podem influenciar na maneira como organizam a atividade desempenhada. Entre tantas variações, podem se apresentar como: associações (muito comuns entre agricultores familiares e artesãos), cooperativas (de crédito, produção, comercialização, consumo, catadores de resíduo reciclável etc.), empresas recuperadas, grupos produtivos informais (vinculados a associações ou não), clubes de trocas, centrais de comercialização, bancos populares, fundos solidários.

Esta diversidade de empreendimentos da economia solidária denota uma heterogeneidade quanto à forma e funcionamento, mas que, *grosso*

⁵ Entre 2012 e 2015, integramos a equipe do professor Gabriel Kraychete na capacitação dos profissionais contratados pelas OS para atuar nos diversos Cesol. Acompanhamos direta e indiretamente parte do processo de implementação e operacionalização dos Cesol. Ao longo deste período, aproximamo-nos de aspectos e faces da Política que nos inspiraram questionamentos e colaboraram para as nossas formulações neste estudo.

modo, conforma uma realidade social traduzida por fragilidades, escassez e, frequentemente, por obstáculos que cerceiam as possibilidades de desenvolvimento. Dados já conhecidos do mapeamento da economia solidária no Brasil (2005-2007 e 2009-2013) apontam para muitas dificuldades, desde instalações precárias ou inadequadas, acesso insuficiente e problemático a crédito, falta de capital de giro, até limitações técnicas, gerenciais e materiais que permanecem como entraves e que se refletem na forma de produzir, gerir e comercializar. Ressalte-se que, no Brasil, grande parte dos trabalhadores da economia solidária acessam de modo limitado e restrito direitos sociais, econômicos e previdenciários. Nesta configuração, o acesso pelos EES a uma assistência técnica adequada configura-se como uma necessidade capaz de assegurar, de fato, possibilidades de uma manutenção viável e, a médio e longo prazo, uma reprodução mais sustentável.

Nestes termos, sobretudo numa realidade como a brasileira, articular as condições necessárias à sustentabilidade dos EES significa desenvolver ações que incidam no alívio ou superação das principais fontes de privação que marcam as atuais condições de existência dos empreendimentos solidários de forma a ultrapassar insuficiências preexistentes e promover o desenvolvimento dessa economia em condições menos desfavoráveis e mais justas (KRAYCHETE, 2021). A sustentabilidade, neste caso, pressupõe uma multidimensionalidade, incorporando requisitos que extrapolam o econômico, abrangendo o âmbito governamental – na formulação e implementação de políticas e programas apropriados –, o âmbito institucional – na busca conjunta de soluções para problemas identificados e na criação de tecnologias sociais – e a dimensão micro, na forma de participação dos movimentos sociais, favorecendo o aperfeiçoamento contínuo das práticas autogestionárias.

De acordo com esta perspectiva, a sustentabilidade dos EES presuppõe a constituição de um ambiente social, institucional e político integrando relações internas e externas aos empreendimentos com o fim de facilitar seu desenvolvimento. Pressupõe um rol de ações e dispositivos que atuem de maneira concertada em relação às dimensões econômica, tecnológica e social transferindo recursos, aprimorando conhecimentos e criando

soluções efetivas para os problemas. Esta noção extrapola uma perspectiva individual, que reduz a sustentabilidade à capacidade de cada empreendimento equacionar os seus problemas particulares ou à soma de experiências individuais bem-sucedidas (CORAGGIO, 2008; KRAYCHETE, 2021).

OS CESOL E A METODOLOGIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

O estudo evidenciou que a Política dos Cesol concebeu uma metodologia consistente de apoio aos EES, capaz de fomentar condições adequadas e sustentáveis de desenvolvimento aos EES. Apesar disto, no processo de operacionalização, foram identificados fatores limitantes, com capacidade de diminuir ou impedir a realização da finalidade de promover condições de sustentabilidade aos EES.

Com o novo enquadramento dos Cesol a partir de 2012, a política de assistência técnica e o próprio Cesol ganharam significados ampliados, concebidos em articulação com as demais políticas de proteção social. A assistência técnica foi considerada “[...] como um processo educativo de difusão de tecnologias adequadas às características organizacionais dos empreendimentos”. (BAHIA, [2019]; , p. 10), envolvendo um conjunto de conhecimentos e práticas multidisciplinares, capaz de abordar uma miríade de objetos, desde que estejam identificados com as necessidades dos trabalhadores associados e seus empreendimentos. Volta-se, portanto, para a formação e o aperfeiçoamento dos trabalhadores envolvidos e o aprimoramento da atividade econômica realizada, considerando e respeitando as suas peculiaridades que expressam uma forma diferente de produzir e de organizar o trabalho, que é associativo e autogestionário.⁶

⁶ A autogestão ou gestão coletiva de um EES refere-se a um processo de democracia e participação direta daqueles que são os sujeitos do processo, os próprios trabalhadores associados. Envolve a necessidade de autodeterminação, que se traduz numa condição de responsabilidade e autonomia para definir as suas próprias regras, as suas prescrições de organização e funcionamento. Implica, portanto, a atuação direta dos trabalhadores associados nas diferentes atividades que envolvem a atividade realizada, e são requeridas relações balizadas pela igualdade e pelo poder compartilhado que impõem certo grau de dificuldade.

A partir da análise feita, é possível afirmar que o processo concebido para a assistência técnica dos Cesol aos EES foi estruturado em procedimentos que se articulam de forma concatenada e que oferece condições adequadas de aprimoramento. A primeira etapa prevista realiza-se por meio da metodologia do estudo de viabilidade, que fornece informações que caracterizam o empreendimento e a sua atividade de uma maneira exaustiva. Esta etapa é indispensável para o processo como um todo, pois é ela que fornece os elementos para o passo seguinte, que é a construção de um plano de ação. O estudo de viabilidade do empreendimento evidenciará as necessidades de aprimoramentos tanto em termos de capacitações e treinamentos específicos quanto de investimentos em equipamentos, adequações no espaço de trabalho, ou melhorias na comercialização.

O plano de ação é o instrumento criado para sistematizar as necessidades do empreendimento identificadas no estudo de viabilidade, separando aquelas que serão transformadas em objeto da assistência técnica direta do Cesol e aquelas que serão encaminhadas por meio de outras mediações, tais como projetos de financiamento submetidos a editais de órgãos de governo⁷ ou de ONG para aquisição de ativos produtivos, uma vez que os Cesol não dispõem de recurso para tal.

A terceira etapa do processo de assistência técnica é a execução do plano de ação de cada empreendimento, onde o Cesol mobiliza todos os seus recursos, incluindo as parcerias institucionais, para efetivar o trabalho previsto ou planejado.

De fato, as entrevistas coletivas com informantes de EES acompanhados por técnicos de Cesol indicaram que processos de gestão, bem como regras construídas para orientar melhor o trabalho coletivo e associado de todos os empreendimentos participantes, foram, de alguma forma, aperfeiçoados por causa da assistência técnica realizada. Dispositivos de controle de gastos e de produção aparentemente foram incorporados por muitos empreendimentos.

⁷ O Governo da Bahia, através de algumas secretarias, realiza editais que contemplam projetos em áreas do setor produtivo que visam melhoramentos para empreendimentos da economia popular, entre os quais os EES.

A metodologia de assistência técnica dos Cesol foi concebida tomando o estudo de viabilidade como um elemento central ou como uma “pedra angular”, como chegou a definir um dos informantes da pesquisa. A adoção desta metodologia de estudo de viabilidade ancorou-se na sua adequação às condições e características dos EES, que se diferencia dos tradicionais instrumentos de gestão, nomeadamente, os planos de negócio e as pesquisas de mercado, formulados originalmente para atender às necessidades das empresas capitalistas.

A definição de uma metodologia específica para EES justifica-se, fundamentalmente, porque as condições que viabilizam um EES são muito diferentes das de uma empresa. Num EES, é o conjunto dos trabalhadores associados que define e decide sobre as regras a reger as relações no empreendimento, suscitando e requerendo “[...] mecanismos democráticos de controle e de gestão” (KRAYCHETE, 2012b, p. 20). Informações sobre como serão divididas as tarefas e responsabilidades ou como será a forma de remuneração dos trabalhadores associados são parte fundamental de um estudo de viabilidade com EES, pois definem os números que entram nas contas finais e que apenas os associados conhecem.

Conhecer bem a atividade econômica que se está a empreender é fundamental, mas, entre empreendimentos dos setores populares, não é incomum a ocorrência de lacunas de conhecimentos. Há empreendimentos que trabalham sem conhecer os custos da atividade realizada e sem ter um acompanhamento contábil das suas receitas (SILVA; CARNEIRO, 2016). Objetivamente, pode haver, por exemplo, desconhecimento sobre o ponto de equilíbrio da atividade (quantidade mínima a ser produzida e vendida para não haver prejuízo) ou a falta de domínio quanto aos custos – fixos e variáveis – envolvidos na produção, entre outros.⁸ São conhecimentos essenciais que, uma vez dominados minimamente, capacitam os trabalhadores associados a fazerem projeções e escolhas a respeito dos

⁸ Baseamo-nos em informações colhidas em banco de dados pela ONG Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa (Capina) e o Programa Economia dos Setores Populares da Universidade Católica do Salvador (UCSal). Cf. Kraychete (2007), p. 43-45.

processos de produção, comercialização e gestão do empreendimento com mais assertividade e autonomia.⁹

O estudo de viabilidade consiste, então, num processo de construção de conhecimentos sobre a amplitude de aspectos que compõe um empreendimento e que não se restringe a fatores estritamente econômicos. “Se o que buscamos são formas de trabalho *economicamente viáveis e emancipadoras*, a eficiência econômica e o modo de gestão não podem ser pensados separadamente” (KRAYCHETE, 2012b, p. 22, grifos do autor). Deve abranger, simultaneamente, tanto os aspectos econômicos e técnicos quanto aqueles voltados à gestão do empreendimento, a envolver, diretamente, as relações associativas entre os trabalhadores, identificando regras construídas que modulam o cotidiano do trabalho coletivo que, em si, implica uma complexidade maior que em outras formas sociais de produção. O trabalho coletivo requer uma disponibilidade de compartilhar decisões e poder, uma disponibilidade de submeter-se à decisão supraindividual. Assim, o estudo de viabilidade é um dispositivo que convoca a reflexões e que cria condições de questionamentos sobre as relações dos trabalhadores associados entre si, do empreendimento com o entorno, quer seja a própria comunidade local, o território em que se insere, o mercado ou instâncias de governo (KRAYCHETE, 2007).

Nestes termos, o estudo de viabilidade é, ao mesmo tempo, meio e fim; um processo educativo e um resultado a alcançar. Como um meio ou um processo educativo refere-se ao fato de que, para ser construído de modo eficaz, não pode prescindir da participação dos sujeitos trabalhadores que fornecem as informações sobre o seu fazer e expressam o conhecimento sobre a organização do empreendimento tal como vivenciam na prática cotidiana do trabalho. Ao fazê-lo, revelam também o que não sabem ou o que ainda não está plenamente assimilado. Podemos afirmar que o estudo de viabilidade “[...] convoca à (re)organização dos saberes já existentes e a novas conexões e consequente ampliação do conhecimento” (AGUIAR, 2007, p. 120). À medida que sistematizam um “fazer”, refletem

⁹ Autonomia como uma capacidade de decidir sobre o que se pretende em relação ao empreendimento, com segurança e conhecimento, incluindo a decisão de pedir apoio, sabendo o que se deseja e para quê (KRAYCHETE, 2012a).

sobre a atividade realizada, criando a possibilidade de novas formulações e aprimoramentos. Como um fim ou um resultado, o estudo de viabilidade deve apresentar, de modo sistematizado, um perfil do empreendimento o mais completo possível, com as devidas demandas apontadas de assistência técnica – produtiva, de gestão, contábil, jurídica, e de comercialização – para aperfeiçoamento da atividade.

A adoção da metodologia do estudo de viabilidade pelos Cesol não se tratou apenas de uma recomendação, mas de uma determinação do contrato de gestão pactuado com as OS. A aderência à realidade e às características dos EES faz com que o estudo de viabilidade seja uma ferramenta necessária à Política. “As organizações econômicas populares possuem uma lógica peculiar. Não podem ser avaliadas ou projetadas copiando ou tomando-se por referência os critérios de eficiência e planejamento típicos à empresa capitalista” (KRAYCHETE, 2012b, p. 21).

Para a efetivação do planejamento metodológico pelos Cesol, foi previsto um investimento inicial em capacitação a fim de prover as equipes de profissionais um aporte teórico e instrumental. Contudo, as evidências da pesquisa indicaram uma oscilação importante no grau de incorporação da metodologia de assistência técnica pelas OS e coordenações de Cesol, e uma variação na capacidade de realizar adaptações e inovações da metodologia sem sair do escopo da proposta. Entende-se que isto comprometeu o serviço prestado porque, se as dificuldades e necessidades de aprimoramento dos empreendimentos não são captadas corretamente, o resultado, a envolver capacitações e melhoramentos do processo produtivo, ficará enfraquecido.

A EXIGÊNCIA DE UNIFORMIDADE E A DIVERSIDADE NA OPERACIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA

A uniformidade em relação à política pública é compreendida como uma condição para distribuir o serviço público com maior equidade entre os usuários e que pressupõe a implementação da política a partir de um mesmo escopo, seguindo parâmetros iguais ou o mais semelhante. Além

disso, facilita a coordenação da política por parte do Estado no controle de procedimentos e na avaliação de resultados e uso dos recursos públicos.

O paradoxo uniformidade *versus* diversidade marca processos de implementação de políticas, principalmente no que tange à implementação de políticas públicas nacionais, que têm a uniformidade como marca num país federativo, associado à diversidade (SOUZA, 2018). A diversidade *per se* não representa uma condição boa ou má, ela existe e deve ser modulada, principalmente, pela ação de monitoramento por parte do governo, que ordena a Política. Ao transpor esta assertiva para a Política dos Cesol, que tem dimensão estadual, destacam-se dois aspectos: o primeiro relaciona-se à dimensão territorial do estado, que contempla grande diversidade nos mais diversos quesitos e impõe desafios ao acompanhamento da Política pelo Estado, que precisa garantir pessoal técnico disponível para os deslocamentos, recursos destinados exclusivamente para este fim; o segundo aspecto diz respeito à gestão dos Cesol realizada por diferentes OS, muitas destas sem histórico de relação com o tema da economia solidária ou afins.

Ficou evidenciado no estudo o esforço de conceber um processo de assistência técnica bem articulado, que cumprisse com o objetivo de estruturar o serviço de apoio aos EES de modo adequado em termos de diagnóstico, planejamento, execução e sistematização. Buscou-se criar uma unidade metodológica que propiciasse uma maior uniformidade na operacionalização da Política, ainda que fossem previstas inovações por parte dos Cesol.

A não incorporação ou a incorporação parcial dos procedimentos da assistência técnica foram notadas desde o princípio e refletiram-se em inconsistências nos relatórios que indicavam inconsistências nas práticas dos Cesol. Estas inconsistências relacionaram-se a práticas em que o estudo de viabilidade não foi realizado, tendo sido utilizadas as mais diversas razões para justificar, resultando em planos de ação feitos com base em informações colhidas assistematicamente pelos agentes socioprodutivos¹⁰ ou por

¹⁰ Na equipe de profissionais dos Cesol, existem os agentes socioprodutivos, que são aqueles profissionais para os quais não se exige formação superior e que cumprem diversas tarefas, inclusive acompanham empreendimentos, mas não são responsáveis pelo estudo de viabilidade.

outros meios. Além disto, o estudo revelou a assimilação de compreensões errôneas, capazes de distorcer o processo de assessoria.

Se o estudo de viabilidade é definido como a primeira etapa da metodologia de assistência técnica, uma vez concluído significa que os elementos para o plano de ação foram sistematizados. A partir daí, as assistências técnicas – específicas, gerencial, socioproductivas e de comercialização (BAHIA, [2019]) – podem ser feitas de acordo com as necessidades levantadas.

A uniformidade, como já dito, é fator de relevância para buscar uma maior igualdade na prestação dos serviços públicos e o seu equacionamento em relação à uniformidade é condicionado às peculiaridades locais, criando algum espaço de adaptação/inação, o que não deve significar alteração do escopo principal do projeto. Em um dos casos incluídos na pesquisa, foi identificada uma importante alteração do processo de assistência técnica com a substituição dos procedimentos metodológicos recomendados e contratualizados com a OS, devido à não incorporação da metodologia do estudo de viabilidade.

As consequências para a operacionalização da Política de uma não assimilação do processo de assistência técnica, tal como foi concebido e estruturado, refletem-se nos resultados. O imprevisto e as práticas assistemáticas diminuem as oportunidades de desenvolvimento de condições de sustentabilidade para os EES, embora possa haver uma aparência de melhoramentos e mitigações das dificuldades, por terem sido repassados ativos produtivos, tais como máquinas e equipamentos.

Segundo a análise feita dos dados coletados e cruzados por relatos e observações, dos Cesol participantes da pesquisa empírica, três apresentaram situações que revelaram inconsistências na assimilação do processo de assistência técnica e apenas um demonstrou incorporar a metodologia corretamente. Além de expressar uma forte incorporação da metodologia de assistência técnica e suas etapas no trabalho de acompanhamento dos empreendimentos, este Cesol apresentou uma boa estruturação do trabalho e desenvolveu ação inovadora. Ressalta-se que, ao apresentar o fator de incorporação do processo de assistência técnica como uma condição

importante ou fundamental para os Cesol realizarem de forma adequada o propósito da Política, não se descarta as inovações que podem aprimorá-la, bem como as adequações que a tornam mais coerente com os territórios ou determinadas características dos EES encontrados.

Neste cenário, foram observados indícios de limites ou impedimentos a uma maior uniformidade na implementação da Política dos Cesol. Nos casos identificados, o projeto consumado expressava, de muitas maneiras, referências e identidades de cada organização social gestora na forma de apreender a metodologia de assistência técnica e executá-la.

A TRAJETÓRIA E O ENRAIZAMENTO TERRITORIAL DA organização social GESTORA

A trajetória da OS ou o seu histórico de atuação diz respeito à participação direta ou indireta em ações no âmbito da economia popular solidária especificamente, e/ou em áreas afins, como, por exemplo, iniciativas ou projetos ligados à criação de oportunidades de trabalho e renda. Muitas organizações espalhadas pela Bahia têm um histórico de colaborações diretas ou indiretas em projetos que disseminaram bancos comunitários, moedas sociais, fundos solidários. Incluem-se as iniciativas que promovem o desenvolvimento comunitário, como, por exemplo, mutirões para construção de equipamentos coletivos, ou de apoio às famílias a exemplo das cisternas no semiárido do estado, a fomentar a cooperação e o associativismo como estratégias para lidar com as dificuldades sociais e econômicas (SILVA, 2016a, 2016b).

Estas vivências feitas no campo da economia solidária podem indicar, em maior ou menor grau, melhores condições para desenvolver as ações previstas no Cesol e efetivar a sua finalidade, dado o acúmulo de saberes, fruto da prática experienciada junto aos problemas e às necessidades dos empreendimentos, e, ao mesmo tempo, ao desenvolvimento de uma linguagem e de formas de aproximação que criam uma maior vinculação com as pessoas que integram os EES.

O outro fator em destaque é o enraizamento prévio no território de atuação, que significa a construção efetiva de uma atuação social, direta ou indireta por parte da OS, no território do Cesol ao qual está vinculada. Este enraizamento propicia um conhecimento prévio e necessário das características e peculiaridades territoriais, das potencialidades e dificuldades em relação ao ambiente natural, institucional e político que facilita o planejamento da execução da Política. Além disso, facilita os contatos institucionais que podem “abrir portas” para as ações planejadas. Dito isto, não se desconsidera que ocorram dificuldades neste processo, mesmo para as entidades já inseridas na área de atuação do Cesol.

Os dois fatores – o histórico de atuação na economia solidária e o enraizamento no território de atuação – foram considerados como capazes de contribuir para uma atuação mais efetiva dos Cesol, pois propiciam um diagnóstico inicial sobre o território e os EES de uma forma mais completa, com informações mais seguras. Não se pode desprezar, também, que obter reconhecimento dos pares sobre o trabalho previamente desenvolvido no território de atuação é uma mais-valia que pode facilitar o diálogo e a implementação da Política. O contrário também procede, isto é, a resistência institucional e política do território à implementação de um serviço por uma entidade desvinculada do local onde vai atuar.

A pesquisa também identificou situação em que, por desconhecimento do território e, conseqüentemente, das características dos EES locais, dificuldades na operacionalização da assistência técnica impediram o seu desenvolvimento por muito tempo.

Um conjunto de aspectos corroboram a interpretação de que o histórico de atuação das organizações sociais no campo da economia solidária e áreas afins e o seu enraizamento no território onde está situado o Cesol que opera são condições que contribuem, decisivamente, para uma operacionalização mais efetiva dos objetivos da Política e favorecem uma maior uniformidade. Entre as OS que participaram do estudo, metade não possui experiência prévia em economia solidária nem em áreas afins, e uma delas assumiu a gestão de Cesol num território no qual não tinha qualquer

tipo de inserção e conhecimento. Este quadro reflete, de certa maneira, a realidade da implantação da Política como um todo, isto é, OS que têm e outras que não têm relação com o território de atuação dos respectivos Cesol e experiência prévia no campo da economia solidária.

Ao apresentar aqui esses fatores ligados à identidade ou aos antecedentes das OS, os quais foram relacionados à efetividade da Política dos Cesol, procurou-se discutir elementos que evidenciaram diferenças na operacionalização do serviço de assistência técnica e que pareceram significar condições mais ou menos favoráveis para a consecução da finalidade da Política. Não obstante, considera-se que uma correlação linear desses fatores com a operacionalização da Política pode conduzir a uma interpretação determinística, o que se distancia do propósito desse estudo. A intenção é destacar elementos que, ao fazerem parte de um conjunto de fatores, coparticipam no bom desempenho da implementação da Política de assistência técnica dos Cesol.

Os achados da pesquisa evidenciaram que a presença dos dois fatores destacados – relação prévia com a economia solidária e com o território de atuação – contribuem com melhores condições para o desempenho das OS em relação à Política dos Cesol. Dito isto, não se exclui que boas práticas possam ser desenvolvidas mesmo sem a presença destes fatores, mas dependerão muito mais do tipo de competência da OS em conseguir selecionar e capacitar uma equipe de técnicos, agentes e coordenadores capazes de superar as dificuldades e alcançar os objetivos propostos.

O enraizamento territorial da organização social foi a condição que demonstrou configurar um maior benefício à inserção e aceitação da proposta de trabalho dos Cesol nos territórios e à construção de relações colaborativas para a efetivação dos objetivos de desenvolvimento para os empreendimentos. Concluímos que possuir um enraizamento prévio confere às organizações sociais condições ampliadas de conhecimento dos territórios, dos atores públicos e privados e dos próprios empreendimentos locais, elementos que se refletem na dinâmica do Cesol e na potencialização das condições de sustentabilidade. Para os Cesol que, ao serem implantados,

já contam com uma rede de apoio territorial, as vantagens são evidentes. Os dados empíricos mostram que a situação mais favorável ocorre quando, cumulativamente, a organização social possui um histórico de participação em economia solidária e áreas afins e um enraizamento prévio no território de atuação, ou seja, quando as duas variáveis estão presentes.

A CORRELAÇÃO DE FORÇAS

Parte-se, para esta análise, do entendimento de que política pública, para além de ser uma atuação planejada do Estado ou dos governos sobre questões ou dimensões da sociedade que a partir de um determinado momento e de uma conjugação de fatores entram na agenda pública, é também expressão de disputas de ideias e interesses a mobilizar decisões sobre recursos e alocações de bens e serviços. Implica, pois, exercícios de poder que conferem contornos ao modo como a sociedade se estrutura, bem como ao modo como os canais de expressão são criados e mantidos em uma sociedade democrática.

Ao tratar dos recursos financeiros destinados para o funcionamento dos Cesol, ficou claro que o valor de cada contrato para instalar e operar os Cesol foi bastante atrativo – considerando que as OS possuem uma capacidade maior de negociação de prazos e formas de pagamento que o Estado, posto que atendem a um regulamento próprio. Apesar da suficiente dotação de recursos, estes não foram pagos com a regularidade prevista, o que se tornou um problema para a operacionalização da Política, com desdobramentos negativos.

As dificuldades geradas pelos atrasos dos repasses influíram na manutenção e continuidade das ações. As parcelas do pagamento relativas ao contrato deveriam ser pagas a cada trimestre após a entrega de um relatório descritivo das ações efetuadas pelo Cesol. Com a suspensão desta regularidade, o funcionamento dos Cesol foi impactado, obrigando aos gestores buscarem soluções para manter a Política ativa.¹¹ Nos casos em que a OS

¹¹ Mesmo sem receber o recurso, as entidades, por contrato, comprometem-se a manter as ações do CESOL, sendo possível, apenas, fazer uma dilação do prazo de execução, proporcional ao período de atraso do pagamento das parcelas.

conseguiu manejar recursos de outros projetos ou criou condições através de reformulações e parcerias que geraram economia de custo, o trabalho do Cesol seguiu sendo feito, mas com restrições.

Algumas soluções foram buscadas de acordo com a realidade e experiência de cada OS. Uma primeira solução criada e reproduzida por todos os Cesol que se mantiveram funcionando foi a redução do número de profissionais da equipe técnica que compõe o serviço. Esta redução, com a finalidade de reduzir custos e conseguir manter o Cesol em operação, teve consequências de caráter limitante. No processo de assistência técnica, há desdobramentos que devem ser acompanhados pelos técnicos do Cesol junto aos empreendimentos atendidos; na medida em que não há profissionais em número suficiente para efetivar o planejamento previsto, a consequência imediata é a diminuição de apoios aos empreendimentos, gerando descontinuidade no acompanhamento de ações iniciadas.

Uma segunda solução, ou forma de lidar com os atrasos nos repasses, foi adiar ou suspender a contratação de prestadores de serviços eventuais para realização de capacitações previstas no planejamento metodológico, e que atendem a demandas específicas de grupos, normalmente em áreas em que o Cesol não tem *expertise*. Neste caso, houve inovação por parte de um dos Cesol, que criou os intercâmbios de aprendizagem, que consistem em encontros formativos, feitos, em geral, no espaço de produção de um empreendimento que apresente um bom nível de desenvolvimento em relação ao objeto de aprendizagem, podendo localizar-se fora do território de abrangência do Cesol responsável pelo acompanhamento. Os intercâmbios promovem a participação de vários representantes de empreendimentos ao mesmo tempo. Estes são estimulados a compartilhar suas dúvidas e conhecimentos, o que amplia a capacidade de aprendizagem destes encontros. Ao retornar aos seus grupos de origem, aqueles que estiveram no intercâmbio estão comprometidos a transmitir para os outros trabalhadores associados os novos conhecimentos, fruto da experiência. Para além do efeito em termos de aprendizagem e capacitação para os EES, esta inovação promove um uso mais racional dos recursos, tanto financeiros quanto do tempo da equipe técnica.

A irregularidade do repasse foi um problema para os gestores dos Cesol e também para a equipe do governo que coordena a Política, com desdobramentos em relação ao processo de monitoramento, responsável por acompanhar sistematicamente a prestação do serviço. Há indícios de que o monitoramento realizado foi insuficiente devido aos fatores orçamentários que restringiram os deslocamentos para as visitas *in loco*, mas também pela diminuta equipe de trabalho. Entre as consequências, está a não possibilidade de verificar com segurança se as determinações dos contratos de gestão foram efetivadas em maior ou menor grau, com maior ou menor qualidade. Mesmo não tendo sido objeto desta investigação perscrutar a eficiência e eficácia da Política dos Cesol, este é um conteúdo importante não apenas porque há que se identificar a concretude dos resultados efetuados ao longo de tantos anos de atuação, como também garantir meios de sistematizar as experiências para aperfeiçoá-las e para que possam ser replicadas.

Aparentemente, a justificativa para o atraso nos repasses, e mesmo para a diminuição de valor repassado – fato que ocorreu em uma das parcelas –, baseou-se no contingenciamento do Estado em decorrência de crise fiscal. Evidenciou-se, entretanto, uma questão de fundo político, talvez disputas de espaços institucionais e de recursos dentro do governo e da secretaria, em particular, que se tornaram ainda mais determinantes que o próprio período de restrição orçamentária. A liberação ou não de recurso para a Política não passou apenas por uma decisão burocrática, técnica ou administrativa. Os dados coletados indicaram a interferência de fatores que extrapolaram a atuação técnica e burocrática.

Segundo Boneti (2017, p. 16), o poder de negociação no âmbito da formulação e operacionalização de políticas públicas relaciona-se com a força política e econômica dos interesses envolvidos, na totalidade dos “agentes de poder”. As demandas postas em jogo não expressam apenas interesses partidários, mas também interesses de grupos e classes sociais representados no governo. Efetivamente, neste processo, alguns projetos vão deixar de acontecer em função de outros.

Nota-se que a correlação de forças dentro do governo, em que a Política apareceu desprestigiada na altura da pesquisa de campo, trouxe como consequência a interferência na liberação dos recursos financeiros, impondo redução do ritmo de trabalho com desdobramentos negativos em vários níveis. A despeito de ter ocorrido contingenciamento justificado por crise fiscal, a restrição de recursos, pelos indicativos do estudo, foi a parte mais visível de uma disputa de poder e de recursos no interior do governo.

Estes fatos concorreram de forma não produtiva para a operacionalização da Política, impactando diretamente as ações quer de monitoramento, quer de assistência técnica propriamente dita. Para além do constrangimento relacionado com os recursos, as ações foram afetadas pela descontinuidade junto aos empreendimentos, pela suspensão total ou parcial do serviço de assistência técnica, e o esvaziamento de propostas. Além de efeitos de ordem prática, como interrupção de capacitações e diminuição de reuniões para assessoria técnica, foram referidos efeitos de ordem simbólica manifestos no descrédito e na desmotivação nos trabalhadores associados assistidos, mas também nas equipes técnicas que conviveram com demissões ou a ameaça de suspensão do contrato de trabalho por falta de condição de pagamento por parte das OS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como propósito discorrer sobre a Política dos Cesol, discutindo as condições dispostas e identificadas na pesquisa que atuam favoravelmente ou como obstáculos à finalidade de promoção da sustentabilidade dos EES. Os resultados permitem inferir que a Política dos Cesol, a despeito de fatores limitantes identificados, consegue articular condições favoráveis à promoção da sustentabilidade dos EES. Este processo desenvolve-se por meio de uma concepção de assistência técnica que se pretende contínua, dispondo de ações de apoios e capacitações estruturadas a partir de uma metodologia concebida de modo apropriado às especificidades dos EES. Esta metodologia é capaz de identificar

possibilidades de viabilidade, contribuindo, desta maneira, para a superação de problemas relacionados à produção, gestão e comercialização. Ao mesmo tempo, a Política promove condições que contribuem para a sustentabilidade do conjunto dos EES, articulando-se com outras políticas públicas numa perspectiva que extrapola a resolução de problemas particulares ou individualizados de cada empreendimento.

Identificou-se, no entanto, uma oscilação importante no grau de incorporação da metodologia de assistência técnica pelas OS e coordenações de Cesol, e uma variação na capacidade de realizar adaptações e inovações da metodologia sem sair do escopo da proposta. Neste cenário, foram observados indícios de limites ou impedimentos a uma maior uniformidade na implementação da Política dos Cesol, condição requerida que assegura condições de igualdade na prestação do serviço. Nos casos identificados, o projeto consumado expressava, de muitas maneiras, referências e identidades de cada organização social gestora na forma de apreender a metodologia de assistência técnica e executá-la.

Buscou-se demonstrar que as condições institucionais e políticas de realização da Política de assistência técnica aos EES impactam sua operacionalização a resultar em descontinuidades, possibilidade de esvaziamento de propostas e descrédito por parte da população assistida. As decisões que alteram de alguma forma o curso da Política podem gerar desdobramentos na prática dos Cesol mais ou menos limitantes em termos da sua capacidade de prover condições de sustentabilidade dos EES.

Para contribuir com a promoção da sustentabilidade dos EES, aos Cesol não basta apenas executar uma assistência técnica de forma regular. Este elemento é necessário e essencial, mas não é suficiente quando a finalidade é garantir melhores condições a longo prazo, capazes de oferecer mais dignidade aos trabalhadores associados em seu conjunto e não isoladamente. Para tanto, os Cesol precisam atuar também como construtores de pontes institucionais que efetivem o acesso a direitos, considerando-se a própria assistência técnica como um direito, dadas as condições históricas de privação e precariedade dos empreendimentos solidários.

Compreende-se que é essencial que os atores dessa Política sejam capazes de fomentar a capacidade de autodeterminação e cidadania, e autonomia no sentido de liberdade.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, K. Economia dos Setores Populares: modos de gestão e estratégias de formação. In: KRAYCHETE, G.; AGUIAR, K. (org.). *Economia dos Setores Populares: sustentabilidade e estratégias de formação*, p. 106-121. São Leopoldo: Oikos, 2007.

BAHIA. Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia. *Edital de seleção nº 003/2013*. Destinado à Seleção de Entidade de Direito Privado Sem Fins Lucrativos, Qualificada ou que Pretenda Qualificar-se como Organização Social, para Prestação Do Serviço De Assistência Técnica a Empreendimentos de Economia Solidária e Rede de Economia Solidária e de Comércio Justo e Solidário, por Meio de Implantação de Centro Público de Economia Solidária. Salvador: Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia, [2019]. Disponível em: http://www.setre.ba.gov.br/arquivos/File/ArquivosPDF/edital_setre_16_07_2013.pdf. Acesso em: 19 abr. 2019.

BONETI, L. *Políticas Públicas por Dentro*. Buenos Aires: Clacso; San Pablo: Mercado de Letras, 2017. *E-book*.

GAIGER, I. A Economia Solidária Diante do Modo de Produção Capitalista. *Caderno CRH*, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

KRAYCHETE, G. Economia popular solidária: sustentabilidade e transformação social. In: KRAYCHETE, G.; AGUIAR, K. (org.). *Economia dos Setores Populares: sustentabilidade e estratégias de formação*, p. 32-60. São Leopoldo: Oikos, 2007.

KRAYCHETE, G. Economia Popular Solidária: indicadores para qual sustentabilidade. In: KRAYCHETE, G.; CARVALHO, P. (org.). *Economia*

Popular Solidária: indicadores para a sustentabilidade, p. 15-25. Porto Alegre: Tomo, 2012a.

KRAYCHETE, G. Viabilidade Econômica e Sustentabilidade dos Empreendimentos da Economia Solidária. *Caderno de Textos e de Exercícios*, Salvador, mar. 2012b.

KRAYCHETE, G. *Economia dos Setores Populares e Inserção Social pelo Trabalho*: a reprodução da vida para além da norma salarial. São Leopoldo: Oikos, 2021. *Ebook*. Disponível em: <https://oikoseditora.com.br/files/Economia%20dos%20setores%20populares%20-%20E-book.pdf> Acesso em: 10 Jul. 2021.

MARTINS, H. H. T. de S. Metodologia Qualitativa de Pesquisa. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2012.

MATOS, L. S. *et al.* Inovação na Gestão Pública Baiana: análise do processo de implantação dos centros públicos de economia solidária. *Revista Nau Social*, Salvador, v. 6, n. 10, p. 9-30, nov. 2015/abr. 2016.

OLIVA, H.; REIS, T. A.; MEIRA, L. Economia Solidária no Governo da Bahia. *Mercado de Trabalho*, Brasília, DF, n. 39, p. 49-55, maio 2009.

PYETT, P. M. Validation of Qualitative Research in the “Real World”. *Qualitative Health Research*, Thousand Oaks, v. 13, n. 8, p. 1.170-1.179, out. 2003.

REIS, T. A.; ALMEIDA FILHO, M. B. Institucionalização e Instrumentos da Política de Economia Solidária: Reflexões à luz da experiência da Bahia. *Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo*, São Paulo, v. 1, p. 81-98, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/mtc/issue/view/661/v1n1>. Acesso em: 17 jun. 2018.

SILVA, R. M. A. da. *Conjuntura e a Política Pública de Economia Solidária*. 2016a. Documento apresentado na Oficina Regional de Gestores de Economia Solidária – Região Nordeste, Natal, set. 2016a.

SILVA, R. M. A. da. Políticas públicas de economia solidária no Brasil: conquistas de direitos e desafios institucionais. *Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 8-34, 2016b. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/mtc/issue/view/661/v1n1>. Acesso em: 29 maio 2018.

SILVA, S. P.; CARNEIRO, L. M. *Os Novos Dados do Mapeamento de Economia Solidária no Brasil*: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos. Brasília, DF: Ipea, 2016.

SOUZA, C. *Coordenação de Políticas Públicas*. Brasília, DF: Enap, 2018.

VASCONCELOS, A. D. P. *et al.* Análise do processo de implantação dos centros públicos de economia solidária (Cesol) na gestão pública baiana. In: CONGRESSO DE PESQUISADORES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 1., 2015, São Carlos. *Anais [...]*. São Carlos: Diagrama, 2015. p. 1-16

APRENDER COM O PASSADO PARA PENSAR O FUTURO: AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL (2003 A 2020)

Mariana Machitte de Freitas¹

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo apresentar uma breve análise das Políticas Públicas de Economia Solidária (PPES) desempenhadas pelo governo federal brasileiro durante os anos de 2003 a 2020. Realizará uma breve atualização de estudo desenvolvido anteriormente (FREITAS, 2012) em que analisamos as PPES entre os anos 2003 a 2010, nos primeiro e segundo mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Esta atualização buscará compreender também o papel das PPES nos governos Dilma (PT), de 2010 a 2016; Temer (MDB), de 2016 a 2018; e Bolsonaro (eleito pelo PSL, mas atualmente sem partido), de 2018 a 2020.

A metodologia de análise será a das estruturas elementares da política pública (DI GIOVANNI, 2009) e da análise dos ciclos das políticas, mais especificamente sobre as mudanças que as políticas públicas sofrem no processo de implementação, nos baseando em Arretche (2001).

Veremos que as PPES foram elaboradas inicialmente enquanto políticas de combate ao desemprego e de incentivo ao trabalho autônomo, mas também como políticas complementares ao combate à pobreza, a partir da

¹ Economista e educadora popular, mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), onde estudou as Políticas Públicas de Economia Solidária no governo federal, doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), trabalha com economia solidária desde 2007.

sua articulação com as ações do Programa Bolsa Família (PBF) executadas nos governos Lula e Dilma. Por conta desta perspectiva, defendemos a tese de que as PPES estiveram integradas a um conjunto de ações definidas no bojo da ascensão e crise do fenômeno designado por André Singer (2012, 2018) como *lulismo*, o qual buscou reduzir a pobreza sem confronto com os interesses das elites. As políticas de combate à pobreza caracterizaram-se como símbolo dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), bem como as de Economia Solidária.

Concluimos que a implementação das PPES entre 2003 a 2016, articuladas às políticas de combate à pobreza, alcançou resultados satisfatórios como política de geração de trabalho e renda de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Na contramão de tal constatação, entre 2016 e 2020, nos mandatos de Temer e Bolsonaro, as PPES se configuraram como uma política residual, sem contar com orçamentos expressivos ou com articulação com outros setores do governo federal, o que contrasta com o cenário de aumento dos índices de pobreza verificado neste último período, e particularmente agravado pelo contexto de crise social e econômica gerada pela pandemia da covid-19.

ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Políticas públicas são ações que os governos realizam para resolver determinado problema observado em uma sociedade. O estudo das políticas públicas surgiu em meados do século XX dentro de uma tradição norte-americana que visava propor soluções práticas após a Segunda Guerra Mundial. No entanto, a peculiaridade linguística influenciou a distinção do que nas línguas latinas entendemos apenas como *política*. Nesta diferenciação, podem ser realizados estudos a partir de uma análise mais da administração pública e dos conteúdos programáticos da política pública (*policy*), dos processos políticos de caráter conflituoso e de disputa de poderes (*politics*), bem como das

relações entre as instituições políticas envolvidas (*polity*) (FREY, 2000). Esta distinção teórica contribui para ampliar categorias dentro das pesquisas em políticas públicas, porém, “[...] não se deve deixar de reparar que na realidade política essas dimensões são entrelaçadas e se influenciam mutuamente” (FREY, 2000, p. 217). Corroboramos, portanto, com a definição dada por Di Giovanni (2009, p. 5, grifo no original) sobre Política Pública:

[...] penso a política pública como uma **forma contemporânea de exercício do poder nas sociedades democráticas**, resultante de uma complexa interação entre o Estado e a sociedade, entendida aqui num sentido amplo, que inclui as relações sociais travadas também no campo da economia. Penso, também, que é exatamente nessa interação que se definem as situações sociais consideradas problemáticas, bem como as formas, os conteúdos, os meios, os sentidos e as modalidades de intervenção estatal.

Para o desenvolvimento de uma abordagem integrada e que consiga englobar toda a complexidade inerente às políticas públicas, Di Giovanni (2009) desenvolveu um método de análise em que quatro estruturas elementares das políticas públicas são observadas. Tais estruturas se inter-relacionam e buscam captar diferentes aspectos de uma mesma política. São as estruturas formal, material, substantiva e simbólica. A estrutura formal busca a compreensão da teoria, das práticas e dos objetivos da política. A estrutura material evidencia o financiamento, suporte e custos. A estrutura substantiva aborda os atores, interesses e regras e, por fim, a estrutura simbólica estuda os valores, saberes e linguagens da política, que são aspectos mais subjetivos desta.² A Figura 1 mostra quais aspectos estão em cada estrutura e suas ligações.

² Neste artigo, abordaremos de forma geral as estruturas elementares aplicadas às políticas públicas de economia solidária. Para aprofundamento da metodologia, ver Di Giovanni (2009) e Freitas (2012).

Figura 1 – Estruturas elementares da política pública.



Fonte: Di Giovanni (2009).

Além do método apresentado, realizaremos uma breve análise sobre o ciclo da política pública, que observa desde quando um problema vira objeto de política pública, até sua formulação, implementação, avaliação e readequação se necessário. Nosso olhar se voltará mais especialmente ao que Arretche (2001) denomina contingência da ação pública. Arretche (2001) defende que o processo de implementação modifica a política pública pois os gestores que formulam a política geralmente são diferentes dos atores que a implementam. Tal contingência se encontra no processo de implementação da política pública:

[...] na gestão de programas públicos, é grande a distância entre os objetivos e o desenho de programas, tal como concebidos por seus formuladores originais, e a tradução de tais concepções em intervenções públicas, tal como elas atingem a gama diversa de seus beneficiários e provedores. (ARRETCHÉ, 2001, p. 45).

Apresentaremos a análise das Políticas Públicas de Economia Solidária a partir das metodologias indicadas. A seguir, dialogaremos sobre

o fenômeno do lulismo e o papel das políticas de combate à miséria para alcançar melhor compreensão das PPES em sua trajetória no governo federal de 2003 a 2020.

O LULISMO E O PAPEL DAS POLÍTICAS DE COMBATE À EXTREMA POBREZA

Longe de esgotar a discussão sobre as políticas econômicas e sociais adotadas pelos governos Lula e Dilma ao longo de 2003 a 2016, abordaremos neste item uma introdução sobre o conceito de lulismo desenvolvido por André Singer (2012) e o papel das políticas de combate à pobreza e à extrema pobreza durante seus governos. Tais aspectos contribuem na análise das PPES ao situá-las com relação ao conjunto de políticas sociais adotadas pelos governos do Partido dos Trabalhadores.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, em seu discurso de posse no ano de 2003, que uma de suas prioridades de governo seria reduzir a pobreza e acabar com a fome.

Por isso, defini entre as prioridades de meu Governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de Fome Zero. Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida. É por isso que hoje conclamo: vamos acabar com a fome em nosso país. (BRASIL, 2003)

Alguns meses depois de sua posse, Lula criou o Programa Bolsa Família, um programa de transferência de renda condicionada que reformulou e unificou programas sociais já existentes. Pode-se dizer que tal política produziu um símbolo, uma marca de seus governos. Além disso, Lula iniciou uma política de valorização do salário mínimo, ampliando a renda real do trabalhador, e de incentivo ao trabalho com carteira assinada. A redução da pobreza já pode ser sentida no primeiro mandato de Lula e produziu um processo que André Singer (2012) denominou lulismo, expresso

no realinhamento eleitoral em 2006, em que a população mais pobre passa a ser a maior parte do eleitorado de Lula.

Teria havido, a partir de 2003, uma orientação que permitiu, contando com a mudança da conjuntura econômica internacional, a adoção de políticas para reduzir a pobreza – *com destaque para o combate à miséria* – e para a ativação do mercado interno, *sem confronto com o capital*. Isso teria produzido, em associação com a crise do “mensalão”, um realinhamento eleitoral que se cristaliza em 2006, surgindo o lulismo. O aparecimento de uma base lulista, por sua vez, proporcionou ao presidente maior margem de manobra no segundo mandato, possibilitando acelerar a implantação do modelo “diminuição da pobreza com manutenção da ordem” esboçado no primeiro quadriênio. (SINGER, 2012, p. 13, grifo do autor).

Sua sucessora, Dilma Rousseff, também foi eleita sob efeito do lulismo em 2010 e 2014. Ela deu continuidade, em seu primeiro mandato, às políticas desenvolvimentistas de Lula. Assumiu a presidência em 2011 afirmando o combate à miséria como bandeira de seu governo e criou o plano Brasil sem Miséria (BSM). Este programa integrou três objetivos: ampliar o Programa Bolsa Família; ampliar o acesso a serviços de cidadania pela população em situação de extrema pobreza com um sistema de Busca Ativa; e realizar a inclusão produtiva destas pessoas no mercado de trabalho.

Foi possível perceber, entre os anos 2003 a 2014, a tendência de redução da extrema pobreza em maior força, e da pobreza em menor. Analistas como Marcelo Neri (2018) e Waldir Quadros (2014, 2019) indicam, a partir de diferentes métodos e com maior ênfase no primeiro e menor no segundo, a redução da miséria no país no período. “O cume da trajetória lulista, alcançado em 2014, foi ter retirado por volta de 30 milhões de brasileiros da miséria e elevado outros 30 milhões acima da pobreza” (SINGER, 2018, p. 78). Os governos Lula e Dilma receberam reconhecimento internacional com as políticas de redução da pobreza e combate à fome. Porém, a ascensão social foi lenta por conta da agenda de reformismo fraco aliada à nossa enorme dívida social em que um contingente grande de pessoas muito pobres passaram a ser pobres (SINGER, 2018).

No entanto, mesmo com a lentidão na integração social, houve uma redução do contingente de pessoas que poderiam ser superexploradas, dada a redução do exército industrial de reserva. O lulismo mexeu com uma estrutura de privilégios que não se encontram apenas nas classes dominantes, mas ampliou o desafeto com a classe média, já antilulista desde 2006 por conta do Mensalão.

Ao integrar a superpopulação excedente, o lulismo foi diminuindo a reserva de mão de obra. Um sintoma: escassez de trabalhadores domésticos entre 2011 e 2013. [...] Mas o trabalho doméstico é apenas um exemplo do processo maior e mais central que estava em curso. O lulismo não pretendia produzir confronto com as classes dominantes, mas ao diminuir a pobreza o fazia sem querer. (SINGER, 2018, p. 22)

Dilma manteve a integração social até 2014 mesmo com baixo crescimento econômico em seu primeiro mandato. Porém se descolou de Lula na condução de políticas para o capital financeiro e na articulação política com o Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) (SINGER, 2018). Conseguiu se eleger ainda sob efeito do lulismo, mas não obteve apoio popular para se defender do processo de *impeachment* que sofreu em 2016. Destacamos o crescimento do antilulismo e antipetismo aliado às investigações da Lava-Jato, conduzindo a uma crise do lulismo e de apoio ao Partido dos Trabalhadores (SINGER, 2018).

O SURGIMENTO E ESTRUTURAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (2003 A 2010)

Compreendemos que as PPES surgiram no Brasil a partir de “[...] dois processos paralelos e complementares entre si” (FREITAS, 2012, p. 63). Um pelo processo de articulação política entre os movimentos sociais envolvidos com iniciativas de economia solidária que já existiam desde a década de 1980 e outro com debates conceituais, seminários de estudos e articulações políticas ocorridas dentro do Partido dos Trabalhadores. O

professor Paul Singer, em entrevista no ano de 2010, destacou o processo dentro do partido político:

Paul Singer: “Não me lembro exatamente a data, mas foi no fim dos anos 90, o Lula convocou uma reunião no Instituto da Cidadania [IC]. [...] Uma série de estudos foram feitos pelo IC. Mas era uma reunião mais política que científica. Lula estava profundamente preocupado com o desemprego, desemprego muito alto e permanente, todos os anos 90. Foi uma reunião notável porque eu já estava na economia solidária. [...] O resultado foi que nesta reunião ele me deixou um espaço pra falar sobre a economia solidária como uma das alternativas ao desemprego, uma alternativa de autoemprego coletivo. [...] Eu sei que foi a partir daí que a ideia da economia solidária começou a se difundir dentro do PT. Em 2000, houve um seminário sobre o socialismo [...] O segundo seminário foi sobre economia socialista. E esse seminário foi importante e eu defendi a economia solidária em um contexto de uma economia socialista. Estava presente eu diria toda a direção nacional do PT, José Dirceu, Genuíno, enfim. E caiu bem, Lula já estava bastante convencido que era uma coisa que tinha importância, o movimento já estava acontecendo no Brasil mas ninguém tinha notado. Então a novidade que eu trouxe não era apenas a novidade teórica, apenas mostrei que igrejas, sindicatos, universidades com as incubadoras, já estavam criando a economia solidária com características socialistas pelo Brasil a fora. Eu sei que a partir daquele momento a economia solidária passou a ser uma das bandeiras do PT. Isso foi decisivo”. (FREITAS, 2012, p. 197-198)

Depois da eleição de Lula em 2002, houve articulação entre membros do PT e setores da economia solidária para a estruturação da política pública em âmbito federal. Estas organizações estiveram presentes desde a formulação das PPES, mas também ao longo da execução das PPES, dos processos de Conferências Nacionais de Economia Solidária (Conaes) e dentro do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES). A análise da estrutura substantiva das estruturas elementares da política pública, que observa a participação dos atores envolvidos, demonstrou caráter

participativo da política (FREITAS, 2012). Porém tal processo não foi isento de conflitos.

A Senaes foi criada em junho de 2003 e alocada dentro do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) com o *status* de Secretaria Especial. Inserir uma política de geração de trabalho e renda em uma estrutura dedicada historicamente e quase que exclusivamente ao fomento do trabalho assalariado ampliou o escopo do MTE e de suas responsabilidades (SINGER, 2004).

A criação da Senaes dentro do MTE foi uma opção política mas também conceitual. Demonstramos em estudo anterior o debate a respeito das interpretações teóricas sobre as PPES ao analisar a estrutura formal desta política (FREITAS, 2012). Foi possível perceber quatro campos de posicionamentos: dois contrários e dois a favor, ambos com diferentes perspectivas de sociedade e de atuação do Estado (Quadro 1).

Quadro 1 – Campos de posicionamentos a respeito da economia solidária enquanto política pública.

	Posicionamento Contrário	Posicionamento a Favor
Estado Bem Estar Social	Economia Solidária como política de precarização do trabalho. Manutenção do paradigma do assalariamento e do pleno emprego	Economia Solidária como política complementar ao Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, atuando nas suas deficiências; e/ou complementar às Políticas da Assistência Social de Combate à Pobreza
Estado Socialista	Economia Solidária como prática que amortece a lutas de classes e desvia o foco da construção de uma nova ordem social	Economia Solidária como política que pode colaborar para a construção de uma outra economia e outro desenvolvimento

Fonte: Freitas (2012).

O *slogan* da Senaes em campanhas publicitárias era “Outra economia acontece”, corroborando com resoluções das Conferências Nacionais de Economia Solidária: a economia solidária como uma política de (outro tipo de) desenvolvimento (FREITAS, 2012). Veremos a seguir se, a partir das práticas, será possível identificar qual ou quais posicionamentos do Quadro 1 influenciaram as PPES.

As primeiras ações da Senaes em 2003, mesmo sem orçamento, foram de realizar formações aos gestores federais para que estes compreendessem o que é economia solidária e articular com as políticas recém-criadas Fome Zero e Bolsa Família.

Paul Singer: “Eu me lembro que quando criamos a SENAES, a primeira prioridade nossa era engatarmos no fome zero. Quer dizer, engatar a economia solidária no combate à pobreza extrema, que foi o bolsa família e tantas outras coisas mais que se fez e que foram muito boas. A economia solidária efetivamente foi, não sei se é majoritária ou não, mas foi causada por uma estratégia de sobrevivência e encontraram, graças às ações da igreja e outras entidades, o autoemprego coletivo, ou seja, juntos as pessoas conseguem ter muito mais chance de criar algo economicamente viável do que isoladamente. Esta foi eu diria, o primeiro grande impulso da economia solidária no Brasil, nos anos 90.

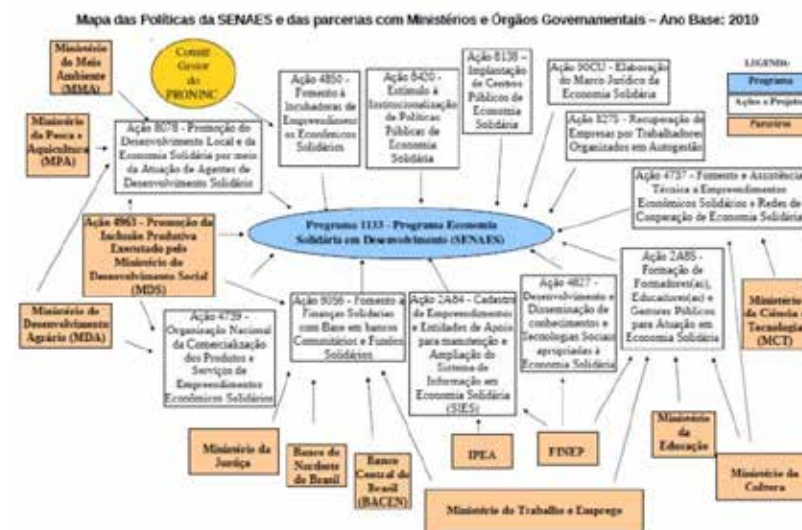
A coisa virou no Brasil no ano de 2004, começamos a crescer com mais consistência e hoje em 2010, seis anos depois, o desemprego praticamente desapareceu, estamos já próximos ao pleno emprego. [...] Então esta motivação da economia solidária vir como estratégia de sobrevivência ainda existe muito porque há bolsões enormes de pobreza nas áreas periféricas e atrasadas do país”. (FREITAS, 2012, p. 70)

As PPES foram traduzidas em ações no Programa Economia Solidária em Desenvolvimento,³ com orçamento destinado para a Senaes e para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), na ação específica de inclusão produtiva, vinculada ao Programa Bolsa Família. A Figura 2 sistematiza as relações entre a Senaes, o MDS e outros ministérios na

³ Plano Plurianual (PPA) de 2004-2007 e de 2008-2011.

implementação das ações dentro do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento (FREITAS, 2012).

Figura 2 – Mapa das políticas da Senaes e das parcerias com ministérios e órgãos governamentais (ano base: 2010).

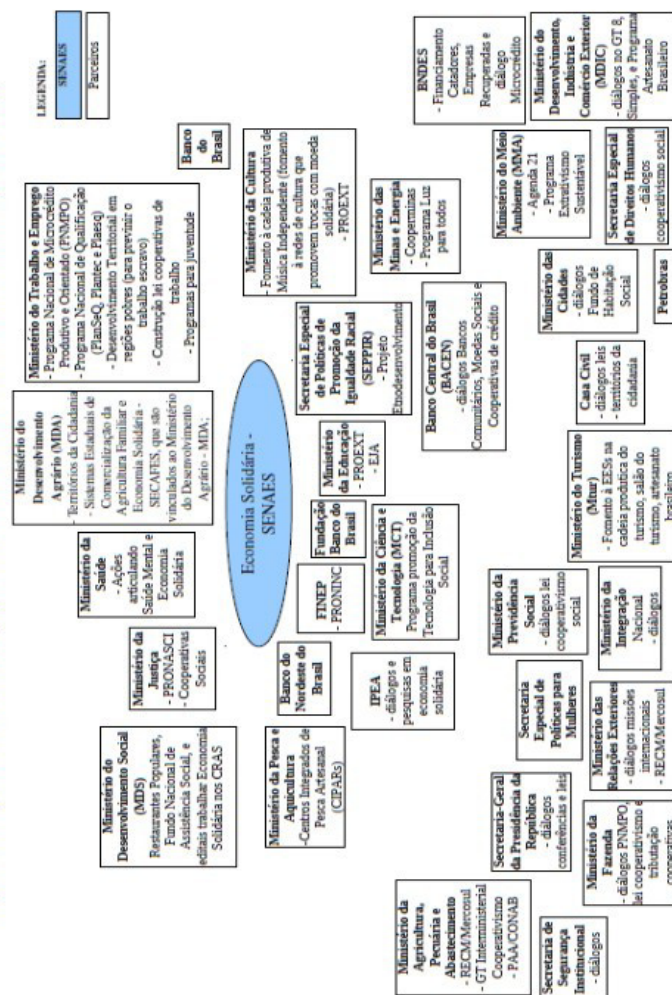


Fonte: Freitas (2012).

Destacamos que outras ações de economia solidária foram inseridas na agenda de outros ministérios e instituições do governo federal, para além do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento. Em mapeamento realizado em 2010, existiam ações e articulações da Senaes com 27 ministérios, com o Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica Federal, Fundação Banco do Brasil, Fundação Caixa, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e Petrobras (FREITAS, 2012). A Figura 3 demonstra estas relações.

Figura 3 – Mapa das relações da Senaes com projetos em economia solidária com outros ministérios (2003 a 2010).

Mapa das relações da SENAES com projetos em Economia Solidária com outros Ministérios (2003 a 2010)



Fonte: Freitas (2012).

Foi possível perceber que as práticas das PPES no governo Lula (2003 a 2010) foram no sentido de produzir a *intersectorialidade* destas ações, ultrapassando a barreira institucional que existe na construção das políticas públicas compartimentadas em setores que muitas vezes não se dialogam.

Ao analisar a estrutura material, conseguimos alcançar apenas o orçamento destinado ao Programa Economia Solidária em Desenvolvimento. A Figura 3 nos mostra que diálogos e outras ações foram executados por outros ministérios, porém, sem necessariamente ter “economia solidária” em sua descrição.

O Programa Economia Solidária em Desenvolvimento contou com orçamento de R\$ 525 milhões no total entre os anos de 2003 e 2010. Destes, a Senaes ficou com R\$ 256 milhões e o MDS, com R\$ 269 milhões (FREITAS, 2012). Esta distribuição demonstrou já o importante papel da articulação das PPES com ações do Programa Bolsa Família.

Silva (2020) demonstra que houve aumento do orçamento destinado ao Programa Economia Solidária em Desenvolvimento comparando o Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 com o PPA 2008-2011. Porém, uma parte deste orçamento não foi de fato executada no segundo PPA (SILVA, 2020; FREITAS, 2012). Houve “contingência da ação pública” (ARRETCHÉ, 2001) no processo de implementação das políticas públicas de economia solidária a partir de 2008. A instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das organizações não governamentais (ONGs) em 2006 produziu uma maior regulamentação dos convênios com o governo federal. Em 2008, foi criado o sistema de monitoramento e acompanhamento *on-line*, denominado Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv). Paul Singer nos conta como foi a implementação deste sistema:

Paul Singer: “O orçamento chegou a 50 milhões nos últimos anos. Mas em 2008 conseguimos gastar menos da metade, tivemos que devolver ao tesouro porque nós não conseguimos gastar.

A crise das ONGs tornou o processo de fazer parcerias com as ONGs extremamente complexo, inclusive por causa do SICONV, mas também pelo despreparo dos nossos parceiros.

[...] O ano de 2008 foi ano de crise mesmo, não só nós, mas uma grande parte não executou. Quando o TCU decidiu de repente, que a partir de setembro de 2008 tudo tinha que passar pelo “raio” do SICONV que não funcionava bem. Enfim, foi um fracasso imenso. Fizemos seminários com os nossos parceiros para explicar como tinha que ser feito, mas enfim, até hoje tem entidade devolvendo dinheiro porque não conseguiu usar o SICONV.” (FREITAS, 2012, p 201).

A dificuldade em executar os convênios por parte das entidades parceiras e que realizavam o fomento à economia solidária em seus territórios foi uma das principais contingências do processo de implementação das políticas públicas de economia solidária. Ao mesmo tempo, pelas pesquisas e mapeamentos do Sistema de Informação da Economia Solidária (Sies), houve um crescimento no número de empreendimentos econômicos solidários (EES) (FREITAS, 2012). Em um contexto de ampliação do emprego formal e de redução do desemprego, pode-se considerar que este incremento é resultado do fomento às PPES, atuando principalmente com pessoas que estão no mercado de trabalho informal.

Por último, a análise da estrutura simbólica no período nos permitiu indicar que, apesar dos avanços das Políticas Públicas de Economia Solidária, de seu reconhecimento em setores nacionais e internacionais, existiram limites na sua consolidação no conjunto da sociedade. Tal institucionalização demandou por leis e decretos para sua estruturação, mas também dependia de a economia solidária se tornar mais conhecida. Paul Singer disse:

Paul Singer: “Enquanto houver isso, quer dizer, enquanto jornalistas veteranos, inteligentes, interessados, não têm ideia quase nenhuma do que se trata [a economia solidária], não dá pra dizer que tá institucionalizada.” (FREITAS, 2012, p. 210)

A temática da economia solidária encontrou dificuldades de ultrapassar barreiras para se tornar amplamente conhecida, mesmo existindo uma secretaria no governo federal destinada a realizar o seu fomento.

A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA ATÉ A SAÍDA DE PAUL SINGER DA SENAES (2011 A 2016)

Dilma instituiu o plano Brasil sem Miséria em junho de 2011 com objetivo de reduzir a extrema pobreza no país. Estruturou o plano em três eixos: a garantia de renda, por meio do PBF; o acesso a serviços de cidadania; e inclusão produtiva. A política de assistência social foi coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e contou com a articulação com outros ministérios e secretarias, dentre eles, a Senaes.

As políticas de inclusão produtiva dentro do Brasil sem Miséria no campo da economia solidária englobaram ações de fomento ao cooperativismo e associativismo na cidade e no campo, organização dos territórios, assessoria técnica aos empreendimentos econômicos solidários, finanças solidárias e comercialização justa e solidária (SINGER; SILVA; SCHIOCHET, 2014). Destacamos que as ações de inclusão produtiva do Plano Brasil sem Miséria não foram exclusivamente para a economia solidária, mas também em ações de capacitação técnica, empreendedorismo, microcrédito produtivo orientado e intermediação de mão de obra.

Entre o lançamento do Brasil sem Miséria, em 2011, e maio de 2014, a Senaes/MTE disponibilizou R\$ 406,9 milhões em 150 parcerias celebradas com governos estaduais, governos municipais e organizações da sociedade civil para desenvolver ações em 2.275 municípios brasileiros.

[...]

As ações de economia solidária no âmbito da inclusão produtiva do Plano Brasil Sem Miséria beneficiam diretamente 233.094 pessoas, no fortalecimento e fomento de 10.925 empreendimentos econômicos solidários na geração de oportunidades de trabalho e renda com pessoas em situação de pobreza extrema. A ampliação dessas ações foi possibilitada pela cooperação técnica e financeira com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com pactuações de ações com entes federados e organizações da sociedade civil. (SINGER; SILVA; SCHIOCHET, 2014, p. 432-433).

O orçamento para as políticas públicas de economia solidária ampliou-se por conta da maior articulação e papel com o plano Brasil sem Miséria (SILVA, 2020). Porém as dificuldades para a execução orçamentária se mantiveram e, em partes, se ampliaram. Uma parte dos convênios para o fomento da economia solidária pelo Plano Brasil sem Miséria foram firmada diretamente com prefeituras municipais e governos estaduais. Percebeu-se baixa execução de tais projetos que deveriam passar também pelo Siconv e possuíam limites, tanto de parte técnica como administrativa. Também geravam descontinuidade ou paralisação do convênio a cada mudança de gestão por conta do processo eleitoral (SILVA, 2020). Outro fator foi o baixo entendimento sobre os significados de economia solidária por parte dos gestores locais, ou seja, quem de fato está no processo de implementação. Este conjunto de processos gerou mais contingências no processo de implementação das PPES. Porém, mesmo com as contingências, houve:

[...] a ampliação da escala e da abrangência geográfica das ações em todo o território nacional, com aumento da capacidade da política pública em atuar com pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza que já vivenciam processos de organização e com aquelas que ainda não estão organizadas. (SINGER; SILVA; SCHIOCHET, 2014, p. 441).

A Senaes era uma secretaria relativamente pequena se comparada à estrutura do MDS. Por isso, uma parte dos convênios firmados no período teve acompanhamento técnico por parte do ministério, com maior vinculação dos projetos aos beneficiários do Bolsa Família e ao CadÚnico. Neste processo, o MDS influenciou a execução das PPES ao mesmo tempo que percebeu-se que a economia solidária se tornou estratégica na política de inclusão produtiva (SILVA, 2020).

Dilma assume o segundo mandato em 2015 em meio a uma crise econômica e institucional. Com seu afastamento no começo de 2016 pelo processo do *impeachment*, parte da equipe da Senaes sai também, incluindo o professor Paul Singer (SILVA, 2020). “A nova equipe encontrou

dificuldades na condução dessa transição, visto que tanto o novo secretário quanto os diretores nomeados não possuíam experiência anterior de atuação profissional ou política associada ao tema” (SILVA, 2020, p. 401).

O partido que assumiu o poder (PMDB) não possui histórico na condução das políticas públicas de economia solidária, muito menos quadros políticos com proximidade ao tema.

A ECONOMIA SOLIDÁRIA EM GOVERNOS SEM AFINIDADE COM A ECONOMIA SOLIDÁRIA (2016 A 2020)

Michel Temer, do PMDB, assumiu a presidência da república em 12 de maio de 2016 após processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Adotou políticas neoliberais e restringiu os gastos do governo, congelando os gastos públicos por 20 anos.⁴ Houve o desmonte de políticas sociais e trabalhistas.

As políticas públicas de economia solidária passaram por mudanças institucionais como a retirada de *status* da Senaes de secretaria especial e redução de dotação orçamentária (SILVA, 2020). Sob o governo Bolsonaro, a Senaes foi alocada dentro do Ministério da Cidadania e continuou com estrutura reduzida de gestão e baixo orçamento.

A recessão econômica iniciada em 2015 gerou, ano a ano, o retorno da população pobre à condição de extrema pobreza. Nem Temer nem Bolsonaro se empenharam em políticas que revertissem a tendência de aumento da pobreza.

No começo de 2020, a crise econômica foi ampliada pela crise sanitária causada pela pandemia de covid-19. Apesar de o governo Bolsonaro ter criado o auxílio emergencial no primeiro ano de pandemia, dando um benefício com valor muito maior aos beneficiários do Programa Bolsa Família, este benefício foi reduzido de forma substancial para o ano de

⁴ Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016.

2021. A tendência ao aumento da pobreza e da extrema pobreza foi mantida e agravada no Brasil como veremos na Tabela 1.

Tabela 1 – Pobreza e extrema pobreza na população total.

	Taxa		Milhões de indivíduos	
	Extrema pobreza	Pobreza	Extrema pobreza	Pobreza
Observado Pré-Pandemia	6,6%	24,8%	13,9	51,9
Observado Julho de 2020	2,4%	20,3%	5,0	43,0
Observado Outubro de 2020	5,1%	24,6%	10,9	52,1
Simulação sem AE	10,7%	31,4%	22,6	66,4
Simulação com AE de 2021	9,1%	28,9%	19,3	61,1

Elaboração: Nassif-Pires, Cardoso, Oliveira (2021, p. 4).

A pobreza e extrema pobreza só não cresceram em 2020 por conta do Auxílio Emergencial. Mesmo assim, no final de 2020, o país voltou ao Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO/ONU), quando havia saído no ano de 2014.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Defendemos que as políticas públicas de economia solidária estiveram integradas a um conjunto de ações definidas no bojo de políticas associadas à redução da pobreza sem grandes confrontos com interesses da elite brasileira. Ao ser associada às políticas lulistas, a economia solidária contribuiu e também foi vinculada à redução da miséria e à melhoria das condições sociais, ao mesmo tempo que recebeu o ônus de ser associada a uma “política do PT” e de governos de esquerda. Isto, em termos de estrutura simbólica, traz impactos para a sua ampliação, principalmente no contexto atual em que temos o acirramento dos posicionamentos políticos

entre lulistas e antilulistas, entre petistas e antipetistas. No entanto, negar tal fato é negar a história de como estas políticas foram forçadas.

O conjunto de ações envolvendo as PPES buscou construir interseccionalidade da política pública (FREITAS, 2012), mas encontrou obstáculos para seu maior avanço, como as contingências do processo de implementação. Mesmo com tais contingências, as PPES no período 2003 a 2015, articuladas às políticas de combate à pobreza, obtiveram resultados para a geração de trabalho e renda de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Percebemos que, na contramão dos anos anteriores, entre 2016 e 2020, as PPES se configuraram como uma política residual nos mandatos de Temer e Bolsonaro, sem contar com orçamentos expressivos ou com articulação com outros setores do governo federal.

A trajetória nos mostrou que o momento em que temos um cenário de aumento dos índices de pobreza e fome deveria ser o momento que justifica maior investimento em políticas de geração de trabalho e renda como as PPES e em proteção social. A pandemia não acabou e novas variantes do coronavírus estão surgindo, o que gera um cenário incerto com maior necessidade de proteção social por parte do Estado. O auxílio emergencial gerou impacto para reduzir a ampliação da pobreza. Após o controle da pandemia, a maior necessidade de investimentos será na geração de trabalho e renda.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, M. Uma Contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, M. C. R. N.; CARVALHO, M. C. B. (org.). *Tendências e Perspectivas na Avaliação de Políticas Públicas e Programas Sociais*. São Paulo: IEE; PUC, 2001. p. 43-56.

BRASIL. *Discurso de Posse – 1o Mandato*. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/discursos-de-posse/discurso-de-posse-1o-mandato/view>. Acesso em: 7 maio 2021.

DI GIOVANNI, G. As estruturas Elementares das Políticas Públicas.

Caderno de Pesquisa, Campinas, n. 82, 2009.

FREITAS, M. M. de. *As políticas públicas de Economia Solidária no governo federal: 2003 a 2010*. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2012.

FREY, K. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas PPP*, Brasília, DF, n 21, jun. 2000.

NASSIF-PIRES, L.; CARDOSO, L.; OLIVEIRA, A. N. M. Gênero e raça em evidência durante a pandemia no Brasil: o impacto do Auxílio Emergencial na pobreza e extrema pobreza. *Nota de política econômica*, São Paulo, n. 10, 2021.

NERI, M. Qual foi o impacto da crise sobre a pobreza e distribuição de renda. *Centro de Políticas Sociais*, Fundação Getúlio Vargas, 2018. Disponível em: https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/NOTA-CURTA-Pobreza-Desigualdade-a-Crise-Recente_FGV_Social_Neri.pdf. Acesso em: 7 maio 2021.

QUADROS, W. 2009 a 2012: heterodoxia impulsiona melhorias sociais. *Texto para discussão*, Campinas, n. 230, maio 2014.

QUADROS, W. A profundidade da atual crise social. *Texto para discussão*, Campinas, n. 361, set. 2019.

SILVA, S. P. A política nacional de economia solidária no ciclo de planejamento orçamentário (2004-2019): da inserção na agenda à crise de paradigma. In: SILVA, S. P. (org.). *Dinâmicas da economia solidária no Brasil*: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Brasília, DF: Ipea, 2020. p. 375-409.

SINGER, P. A Economia Solidária no governo federal. *Boletim Mercado de Trabalho*, Brasília, DF, n. 24, 2004.

SINGER, A. *Os sentidos do Lulismo*: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, A. *O lulismo em crise*: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SINGER, P.; SILVA, R. M. A; SCHIOCHET, V. Economia solidária e os desafios da superação da pobreza extrema no plano Brasil sem miséria. In: CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. da (org.). *O Brasil sem miséria*. Brasília, DF: MDS, 2014. p. 425-446.

LEVANTAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DE CENTROS PÚBLICOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL E CLASSIFICAÇÃO DE MODELOS DE GESTÃO

Bianca Batista Fagundes¹

Vanderson Carneiro²

INTRODUÇÃO

Desde 2003, a política pública de economia solidária começou a se fortalecer no Brasil em razão da articulação nacional ao redor do tema, o que culminou na criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego. Ao longo dos anos, a política de economia solidária vem se desenvolvendo no país através de programas, ações, equipamentos, legislações, secretarias e conselhos de políticas públicas, e grande parte desse desenvolvimento se deu a partir da Senaes.

As diversas ações e programas implementados pela Senaes promoveram grande avanço nas políticas públicas de economia solidária. Uma das principais ações desenvolvidas pela secretaria foi o incentivo a estados e municípios na criação dos centros públicos de economia solidária, que são definidos como espaços públicos multifuncionais, geridos com a participação dos trabalhadores e entidades de apoio e fomento da economia solidária, promovendo ações que visem a geração de trabalho e renda, bem como a promoção do trabalho baseado nos princípios da economia solidária e o desenvolvimento local (MARCONSIN, 2008; BRASIL, 2012).

¹ Graduanda do curso de Gestão Pública do Departamento de Gestão Pública da Universidade Federal da Paraíba(UFPB) e integrante da Incubes/UFPB.

²Doutor em Ciência Política, professor do Departamento de Gestão Pública da UFPB e integrante da Incubes/UFPB.

A Senaes lançou em 2004 um programa incentivando gestores municipais a participarem de editais para liberação de recursos para construção de centros públicos. Em contrapartida, as prefeituras teriam de ter programas, políticas e ações voltados para a economia solidária, e o Centro Público precisaria ser utilizado para implementar tais iniciativas (BRASIL, 2012). Além disso, os termos de referências assinados entre a Senaes e as prefeituras indicavam que a gestão municipal deveria se comprometer a utilizar o equipamento para fomentar a Economia Solidária – por no mínimo cinco anos – e precisavam eleger um Conselho Gestor do Centro Público, composto por integrantes da sociedade civil (50%) e do governo (50%).

No caso dos governos estaduais, destaca-se o Programa de Ações Estaduais Integradas de Economia Solidária para o Desenvolvimento Local e Territorial (Paies), que tem como objetivo principal apoio à implantação de ações integradas de economia solidária como estratégia de promoção do desenvolvimento local e territorial/sustentável visando a superação da extrema pobreza por meio da geração de trabalho e renda em iniciativas econômicas solidárias (SINGER; MARINHO; SCHIOCHET, 2014). A Senaes, entre 2010 e 2012, firmou, a partir deste programa, 64 convênios com órgãos públicos ou entidades da sociedade civil em todo o país, sendo que 18 destes convênios foram realizados com governos estaduais, totalizando mais de R\$ 54 milhões. E, dentre as metas deste programa, estavam a criação de centros públicos de economia solidária.

A partir de 2015, a Senaes foi rebaixada a uma subsecretaria, reduzindo seus aportes e programas na promoção da economia solidária, e foi extinta no atual governo, sendo suas atribuições encaminhadas para o Ministério da Cidadania.

De todo modo, o legado deixado pela Senaes, principalmente na sensibilização e institucionalização de políticas públicas de economia solidária nos estados e municípios, indica que essas esferas se tornam, no cenário atual, os principais lócus de promoção e estruturação das políticas públicas de economia solidária. Isto fica mais claro quando destacamos a continuidade das ações de economia solidária em diversos

municípios e estados.³ Por sua vez, no caso dos centros públicos, observa-se mais um campo de experimentação de modelos de gestão e implementação da política do que uma padronização de modelos de funcionamento desses equipamentos.

Assim, este trabalho procurou suprir uma lacuna em pesquisas que analisem a criação dos centros públicos ao longo dos anos, bem como diferenças nos formatos de gestão adotados em cada gestão pública (estadual e municipal). E, desta forma, contribuir com o debate, por um lado, sobre o papel da Senaes na institucionalização e capilarização da política pública de economia solidária nas diversas regiões brasileiras, dando foco naquilo que indique um legado e continuidade das estratégias da Senaes, e, por outro lado, sobre como, a partir da diversidade de modelos de gestão de centro público, podemos apontar para um campo de experimentação e inovação desta política pública.

A partir deste cenário, o presente artigo se propõe a iniciar um levantamento de Centros Públicos existentes e analisar diferenças nestes Centros em alguns aspectos de gestão e de inserção e papel nas políticas públicas locais/regionais de economia solidária.

Mas para tal levantamento, partimos de uma perspectiva analítica que procura conectar elementos de uma prática socioeconômica com elementos de uma prática sociopolítica. (FILHO, 2006; LAVILE, 2006; CARNEIRO, 2012).

Nos aspectos socioeconômicos, o debate está em torno dos questionamentos sobre a validade dos princípios solidários e dos formatos econômicos (tipo de organização) postulados como alicerces dessas práticas e como estas características apontam como fundamentais para a sustentabilidade econômica dos empreendimentos. Neste aspecto, mesmo que não seja consensual a definição de economia solidária, podemos dizer que as discussões sobre os princípios solidários convergem

³ Nestes, temos, por exemplo, a elaboração de planos Estaduais e municipais, a criação de legislações próprias para a economia solidária; aportes de recursos variados; e criação de equipamentos públicos de assessoramento e comercialização dentre outras ações e programas.

para a identificação de práticas socioeconômicas com características bem particulares quando comparadas às empresas convencionais capitalistas (SINGER; SOUZA 2000; GAIGER, 2007). Assim, de acordo com Carneiro (2012), a economia solidária pode ser definida como correspondente às iniciativas socioeconômicas de caráter coletivo, organizadas de diferentes maneiras, em um campo plural e heterogêneo, mas que possuem em comum formas de gestão baseadas no trabalho associado, na socialização dos recursos produtivos e na adoção de critérios igualitários de distribuição e decisão, baseados na autogestão e na solidariedade democrática, definidos como princípios da economia solidária. Por sua vez, e de forma objetiva, este conjunto de práticas passa a ser reconhecido pela política pública a partir da Senaes como empreendimentos econômicos solidários (EES). Estes devem ter coerência com as características essenciais apontadas para a economia solidária, ou seja, devem ser: i) organizações coletivas de trabalhadores; ii) exercerem a autogestão na realização de atividades econômicas; e iii) que suas atividades sejam realizadas de forma continuada ou permanente (GAIGER, 2009; CULTI, 2010).

Em relação aos aspectos sociopolíticos, o debate tem como foco discussões sobre a organização dos EES enquanto atores políticos, suas vinculações com organizações comunitárias, movimentos sociais e outras entidades da sociedade civil. Trata-se de um campo que reúne sujeitos políticos que reivindicam o atendimento de demandas próprias, e se organizam enquanto movimento social (CARNEIRO; SANTOS, 2017). Por essa razão, a economia solidária, além da dimensão econômica, também compreende a dimensão política que fundamenta seus objetivos, tanto como prática econômica como uma prática sociopolítica.

Por sua vez, esta dimensão política destaca também a relação destes atores com o Estado, principalmente na formulação e gestão de políticas públicas. São atores que formam um campo de defesa de um tipo de política pública, que necessita de conteúdos, instrumentos e arranjos legais e institucionais próprios (CARNEIRO, 2012). Por sua vez, o atendimento a conteúdos próprios da economia solidária e o reconhecimento do público sujeito não encerram a discussão sobre o perfil de uma política

pública de economia solidária, uma vez que se demanda que tanto seu desenho quanto sua gestão estejam em relação direta com os princípios da economia solidária.

Com isto, cabe-nos pensar a política pública de economia solidária para além dos conteúdos necessários e instrumentos adequados para atender este público. Mas este conteúdo deve estar acompanhado de uma forma de gestão que ressalte que aquilo que se coloca como necessário para a autogestão de um empreendimento econômico solidário, ou seja, no seu nível socioeconômico, também deve estar presente em uma dimensão sociopolítica, na qual a autogestão implique a experimentação e adoção de formas participativas de gestão da própria política pública.

Neste caso, tanto a definição da economia solidária como ator econômico e político – os EES – quanto a definição da economia solidária enquanto política pública denotam que os princípios solidários devem estar presentes em todos os momentos. No caso das políticas públicas, isto implica dizer que princípios como o da autogestão devem fazer parte de todo o ciclo da política – do conteúdo e ações promovidas até a gestão e execução da política.

Considerando essa correlação entre a dimensão econômica e a dimensão política, a promoção de iniciativas econômicas de economia solidária, praticadas e apoiadas pelo Estado, pelas universidades e pela sociedade civil, deve ter em conta a dimensão política. Ao apoiar estas práticas, devem considerar, por um lado, os aspectos técnicos e econômicos (indispensáveis para viabilidade econômica), mas, por outro lado, devem reforçar estas práticas enquanto sujeitos de direitos, para que fortaleçam sua autonomia enquanto organização sociopolítica, e promovam assim um desenho de política pública que atenda suas demandas próprias ao mesmo tempo que proporciona a participação ativa em todo o processo de gestão.

Portanto, essa dimensão política ressalta a participação ativa dos EES não somente no interior de seus empreendimentos, mas a autogestão também atuante na promoção das políticas públicas. E, no que se refere aos centros públicos, reforça-se a atenção para a participação dos EES na gestão

deste espaço. Desde a proposta inicial da Senaes, este aspecto esteve presente, especialmente na constituição de Comitês Gestores, sendo esta uma prática não restrita aos centros públicos, mas configurando um modelo de gestão participativa adotada pela Senaes.

Em termos de gestão pública e produção de serviços públicos, esta discussão sobre uma gestão participativa tem aproximação da conceituação e das experiências de coprodução e cogestão de serviços públicos, uma vez que a cogestão de serviços públicos corresponde ao engajamento de cidadãos e servidores públicos no planejamento (*design*) e na implementação (entrega) de bens e serviços públicos (NETO; SALM; SOUZA, 2014). No caso do modelo de gestão inicial dos centros públicos, especialmente a partir da constituição dos comitês gestores, tanto os gestores municipais quanto os EES teriam uma função importante tanto no momento de pensar a estruturação do centro público e sua vinculação à política local (forma e conteúdo) quanto na fase seguinte de implementação e funcionamento diário destes espaços (gestão).

A partir desta perspectiva analítica, a pesquisa procurou, mesmo que de forma panorâmica, levantar informações que nos deem pistas para aprofundar posteriormente em outras pesquisas esta relação dos modelos de gestão adotados nos centros públicos com esta dupla dimensão (socioeconômica e sociopolítica) da economia solidária.

METODOLOGIA

A pesquisa baseou-se em um estudo exploratório com o intuito de identificar as gestões públicas municipais e estaduais que criaram centros públicos de economia solidária no período de 2005 a 2019. Não teve a pretensão de um levantamento exaustivo de casos, mas daqueles centros públicos que possuem de certa forma mais visibilidade e acesso a informações. O ponto de partida da investigação dos centros públicos foram as legislações disponíveis no *site* da Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, no qual foram sendo pesquisados os estados e municípios que

possuíam algum tipo de legislação sobre a economia solidária, visto que seriam mais propensos a ter normas sobre os centros públicos. Após esta consulta, foram pesquisadas outras fontes de informações que tratam de experiências de centros públicos; assim utilizamos mecanismos de busca da internet pesquisando por trabalhos acadêmicos, documentos oficiais, notícias e reportagens, dentre outros documentos que tinham a palavra-chave “Centros Público de Economia Solidária”. Similar à técnica da bola de neve, outros casos foram surgindo a partir de algum vínculo com algum documento pesquisado. Esta busca levantou 27 centros públicos distribuídos por todo o território brasileiro.

Após a identificação dos casos de criação de centro público, foi realizada uma análise para identificar e classificar possíveis diferenças nos modelos de gestão dos centros públicos. Para isto, levou-se em consideração cinco dimensões:

1. ano de criação: buscou identificar em que momento o centro público foi criado, especialmente para contextualizar sua criação em relação à situação da Senaes;
2. legislação: identificar leis de criação do centro público ou outra legislação de economia solidária, o que pode denotar maior segurança institucional ou maturidade desta política na localidade;
3. gestão: identificar diferenças nos responsáveis pela gestão do espaço, classificada como: a) somente o poder público; b) sociedade civil ; c) compartilhada (gestores, sociedade civil e EES);
4. participação: identificar quais eram os participantes do centro público e quais eram os tipos de participação, ou seja, do que eles participam;
5. atividades desenvolvidas: uma lista das atividades encontradas de forma a identificar a funcionalidade do centro público.

Estas informações foram classificadas e inseridas em uma planilha para realizar uma análise geral dos centros públicos.

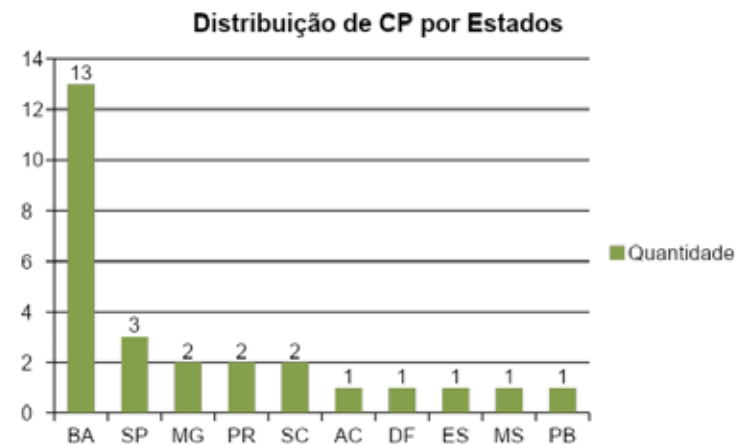
A proposta original da pesquisa pretendia selecionar alguns casos para uma análise mais detalhada e comparativa de modelos de gestão em relação ao contexto de implantação e da esfera da gestão pública correspondente (municipal ou estadual). No entanto, em razão da nova pandemia do coronavírus, algumas informações se tornaram mais difíceis de encontrar, especialmente os contatos com servidores das prefeituras responsáveis pelos centros públicos e o acesso às informações. De todo modo, como exercício de comparação, foi adotado um instrumento de entrevista e a realização em três centros públicos. As entrevistas ocorreram através de videoconferência com o gerente de Inclusão Produtiva do Centro Público de Londrina, o gerente do Centro Público Geral da Paraíba e a gerente do Centro Público de Lauro de Freitas, no estado da Bahia.

Estes três centros públicos foram escolhidos por possuírem, em nosso entendimento, particularidades na gestão e em seu contexto que servem como comparação entre modelos. O caso de Londrina ilustra um modelo de centro público criado no início da Senaes, levando em consideração os termos de referência adotados em 2007 e as contrapartidas exigidas das prefeituras. O caso do estado da Bahia reflete um modelo adotado pelo governo estadual por meio de convênios com OS, e este centro público em particular foi criado em 2019. E, por fim, o caso do estado da Paraíba, que reflete um modelo de gestão compartilhada tendo na gestão do centro público a participação dos empreendimentos econômicos solidários.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A apresentação aqui dos resultados terá como foco os dados gerais sobre o levantamento dos centros públicos a partir das dimensões selecionadas e uma breve descrição dos casos. Como já apontado, a pesquisa mapeou 27 centros públicos distribuídos por todo o território brasileiro. O estado baiano se destaca com a quantidade de 13 centros públicos em seu território, de acordo com a Figura 1.

Figura 1 – Distribuição dos centros públicos por estado.

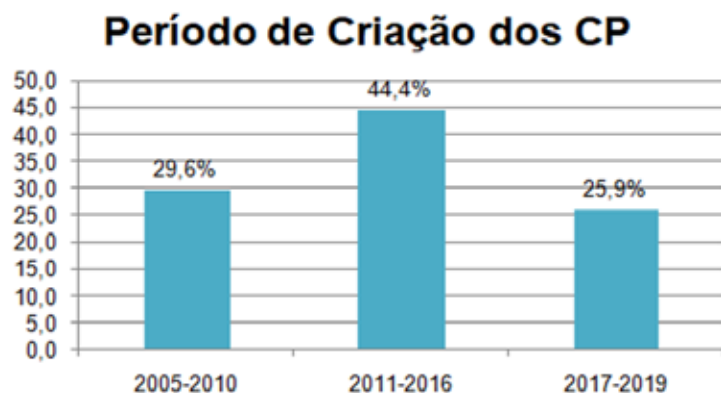


Fonte: elaboração própria.

Foi realizada uma divisão temporal que buscava observar possíveis influências para a criação desses CP, sendo o primeiro período (2005-2010) aquele em que poderiam ser influenciados pelas políticas iniciais da Senaes, como o Programa de Disseminação de Políticas Públicas e os Termos de Referências com as prefeituras. Um segundo período (2011-2016) marca uma nova inserção da Senaes nas estratégias do governo federal, especialmente dentro das ações do Programa Brasil Sem Miséria. E neste caso destaca-se especialmente o Paies e os convênios com os estados e municípios, pois uma de suas metas incluía a criação de centros públicos. Por fim, o terceiro momento (2017-2019) se refere a um contexto sem a presença da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Como mostra a Figura 2, 44% dos centros públicos foram criados no período entre 2011-2016, mas temos também casos mais longevos do primeiro período (29,6%), assim como uma continuidade de criação destes centros no terceiro período (26% entre 2017-2019). Cabe destacar o caso baiano,

no qual 1 CP foi criado no primeiro período (2008), com concentração maior no segundo período (8 CP entre 2013 e 2016), e que mantém a criação no terceiro período (4 entre 2017 e 2019).

Figura 2 – Período de criação dos centros públicos de economia solidária.

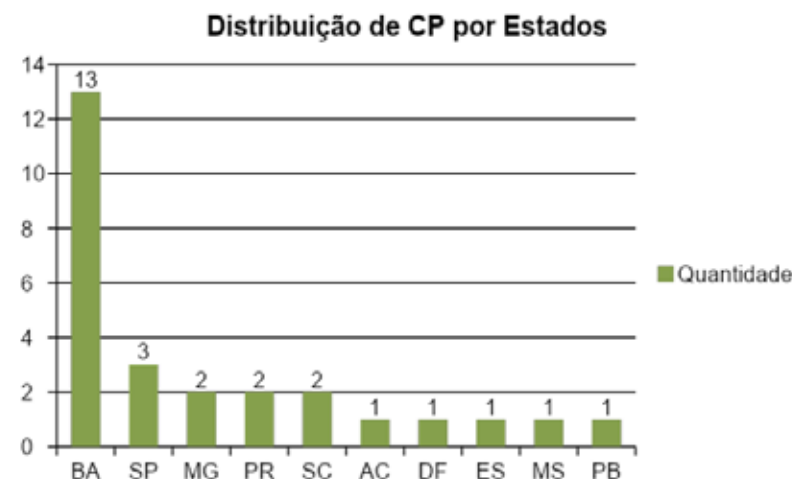


Fonte: elaboração própria.

Dentre os achados, constata-se que todos os centros públicos possuem algum tipo de legislação que os relacione a fomento da economia solidária no seu território, seja esta legislação mais específica para o centro público ou uma legislação mais estruturante como uma lei que institui a política ou programa municipal/estadual que vincula os centros públicos como equipamentos públicos da economia solidária. De todo modo, percebe-se a importância de um marco legal como fator determinante de permanência no tempo destes equipamentos públicos, uma vez que a mudança recorrente de gestões não foi fator de extinção dos centros públicos, e, em muitos casos, a indicação de uma legislação foi apontada como a responsável pela permanência destes espaços, mesmo que de forma precária, nas localidades, inclusive se constituindo como referências de ações de fomento à economia solidária.

Referente à dimensão de gestão e suas particularidades, a pesquisa classificou os modelos em três categoriais, sendo: a) somente poder público: este modelo destaca que o responsável direto pela gestão é somente o poder público, e neste caso os EES e demais atores são públicos do centro, mas não participam do processo de decisão e de gestão do espaço; b) sociedade civil: neste modelo, tem-se uma parceria ou transferência da gestão para uma organização da sociedade civil, quase sempre inscrita como uma organização social (OS), e neste caso as decisões e gestões dos centros públicos cabem a esta OS, que possui algum tipo de contrato com o poder público e que pode ou não ter a participação direta de EES; c) compartilhado: este modelo ilustra o modelo inicial proposto pela Senaes no qual a gestão seria compartilhada entre gestores e EES. Por sua vez, destaca-se que esta gestão compartilhada também pode incluir outros atores da sociedade civil, como entidades de apoio e fomento. De acordo com esta classificação, a Figura 3 apresenta a distribuição dos casos mapeados.

Figura 3 – Tipos de gestão dos centros públicos de economia solidária.



Fonte: elaboração própria.

Destaca-se que, dos 14 CP que têm OS na gestão, 13 são do estado da Bahia, o que configura um tipo de gestão particular deste estado. No estado de SP, destaca-se a gestão pelo poder público (nos 3 casos). Por sua vez, encontramos uma variedade de tipos de gestões nos outros estados, com ênfase na gestão compartilhada em 7 CP. A Tabela 1 traz a informações da classificação das gestões nos 27 CP mapeados.

Tabela 1 – Sistematização das informações sobre gestão.

Centros públicos	Gestão4
Centro Público de Economia Popular Solidária do Município de Contagem (CPEPS)	1
Centro Público de Economia Solidária	1
Centro de Economia Solidária de Rio Branco	1
Centro Público de Economia Solidária de Diadema	1
Centro Público de Economia Solidária e Direitos Humanos	1
Centro Público de Economia Solidária “Paul Israel Singer”	1
Cesol RMS 1 – Salvador	2
Centro de Economia Solidária de São José dos Pinhais	2
Cesol Bacia do Jacuípe	2
Cesol Litoral Sul	2
Cesol Sertão São Francisco	2
Cesol Recôncavo	2
Cesol Sertão Produtivo	2

Centros públicos	Gestão4
Cesol Piemonte Norte de Itapicuru	2
Cesol Irecê	2
Cesol Sisal	2
Cesol Sudoeste e Itapetinga	2
Cesol Baixo Sul	2
Cesol RMS 2 – Lauro de Freitas	2
Cesol Chapada Diamantina	2
Central de Comercialização de Economia Solidária de Mato Grosso do Sul (CCES-MS)	3
Centro Público de Economia Solidária de Itajaí	3
Centro Público de Economia Solidária Mário Faccio	3
Centro Público de Economia Solidária-BH (Cpes-BH)	3
Centro Público de Economia Solidária Arte e Café	3
Centro Público de economia popular e solidária do Distrito Federal (Cepes-DF)	3
Centro Público Estadual de Economia Solidária (EcoParaíba)	3

Legenda: 1: somente o poder público; 2: sociedade civil (OS); 3: compartilhado (gestores, sociedade civil e EES).

Fonte: Elaborado pelos autores.

Em relação aos atores que participam dos centros públicos, destaca-se, além dos próprios EES, outras entidades de apoio e fomento de caráter

local e regional. No caso da Bahia, especialmente, se acentua a presença de organizações sociais (OS). No tocante às atividades realizadas, a principal é a comercialização de produtos da economia solidária, sendo um dos principais motivos de criação dos centros públicos. Mas, por sua vez, é importante destacar a presença de outras atividades, sobretudo de assessoramento técnico aos EES e realização de oficinas e capacitações diversas, o que reafirma o caráter multifuncional destes espaços como local de referência para a política de economia solidária em seus territórios.

Os dados até aqui apontam para diferenças de funcionamento dos CP. Não temos de fato um padrão de organização e gestão destes espaços. Estas diferenças podem estar ligadas a contextos, recursos e capacidades estatais bem específicos dos territórios, ou envolver características que abarquem uma discussão mais ampla da atuação destes sujeitos sociopolíticos na gestão das políticas públicas e mesmo da concepção e importância dada ao lugar dos centros públicos na estruturação da política de economia solidária nos territórios. Desta forma, a pesquisa procurou dialogar com alguns gestores de centros públicos para melhor compreender suas diferenças e inserções na política local. O Quadro 1 indica as principais características dos três CP analisados nesta etapa.

Quadro 1 – Principais características dos Centros Públicos de Londrina, Lauro de Freitas e Estadual da Paraíba.

Centro Público de Londrina (PR)	Centro Público de Lauro de Freitas (BA)	Centro Público da Paraíba (PB)
Ano de criação: 2005	Ano de criação: 2019	Ano de criação: 2017
Ilustra um modelo de CP que foi criado no início da Senaes, levando em consideração os termos de referência adotados em 2007 e as contrapartidas exigidas das prefeituras.	Reflete um modelo adotado no estado da Bahia, no qual o governo do estado implementa a política por meio de convênios com OS.	Se refere a uma gestão estadual, mas, diferentemente do caso baiano, é o único no estado e conta com gestão compartilhada.

Centro Público de Londrina (PR)	Centro Público de Lauro de Freitas (BA)	Centro Público da Paraíba (PB)
A gestão do espaço é dividida entre a gestão municipal, instituição parceira (OSC) e os ES, os quais são responsáveis pela gestão estrutural, gestão de atividades e da comercialização, respectivamente.	A gestão do espaço, em um primeiro momento (2008), era realizada pelo estado, mas atualmente é exercida por organizações sociais que possuem contrato de gestão com a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte.	A gestão é dividida entre gestão estadual (gerente do centro público) e EES (realização de edital de seleção dos EES, que para comercializar criaram uma cooperativa).
A política municipal se estrutura a partir do centro público (sede administrativa e social da política municipal). Possui outros equipamentos e ações em diversos bairros da cidade.	A política pública estadual se estrutura a partir dos centros públicos, sendo organizada uma descentralização em diversos Territórios de Identidade.	O centro público faz parte da política estadual, mas não é a centralidade da política. Conta com apenas 1 centro público e descentraliza a política no estado a partir de casas de economia solidária (4 existentes) e realização de feiras.

Fonte: elaboração própria.

O caso do CP de Londrina ilustra um modelo que foi criado no início da Senaes, levando em consideração os termos de referência adotados em 2007 e as contrapartidas exigidas das prefeituras. A gestão no centro público envolve três atores: o gestor ligado à Secretaria de Assistência Social, que é responsável pela gestão administrativa; o coordenador e os técnicos da instituição parceira, que são encarregados da gestão das atividades; e os

empreendimentos, que são responsáveis pela comercialização. Isto significa que o modo como o centro público opera sua gestão nos dias de hoje diverge do planejado inicialmente, dado que a gestão seria uma atribuição do poder público.

O Centro Público de Londrina corresponde a uma sede administrativa e social da política de economia solidária municipal, além de ser um espaço de formação e de assessoria. É visto pelo entrevistado como uma peça-chave para a gestão da política municipal.

O caso do CP de Londrina exemplifica aquela questão de permanência deste equipamento durante estes anos, pois, como nos relata o entrevistado, a continuidade no tempo do centro público londrinense se deve, entre outros fatores, ao fato de o município ter criado uma legislação que instituiu o centro público. Além disto, destaca que o modelo de gestão foi sendo alterado durante este período. A continuidade do CP levou a gestão municipal a amadurecer aspectos de gestão do CP, uma vez que alterou o formato de gestão (inicialmente com gestão exclusiva do poder público; depois, a proposta de criação de cooperativa; e, atualmente, a gestão conta com a contratação de uma organização social, que faz a gestão de forma partilhada com os EES e o poder público).

Sobre o caso do estado da Bahia, a entrevista ocorreu com a gerente do Centro Público de Lauro de Freitas, um dos CP existentes no estado. De acordo com a entrevistada, a política desenvolvida pela Secretaria de Trabalho, Renda e Emprego foi composta em concordância com as fragilidades e características de cada território, dada a extensão do estado baiano e suas diversidades, os centros públicos estão espalhados por todo território e cada centro é responsável pela venda de produtos característicos da sua respectiva região. Além disso, segundo a entrevistada, os CP são os principais atores da economia solidária no estado.

No caso da Bahia, também encontramos mudanças no modelo de gestão durante os períodos analisados. Em 2007, quem fazia a gestão dos centros públicos era o governo do estado diretamente, mas, a partir de 2012, foram lançados editais públicos para que organizações sociais

ficassem responsáveis pela gestão destes espaços. A contratação das organizações sociais cria, no estado, termos de referência (contratos de gestão) de modo que sejam realizadas determinadas atividades como comercialização, assessoria, formações, entre outras. Atualmente, de acordo com a entrevistada, os centros públicos estão voltados para uma estratégia que visa a inserção comercial e melhoramento do produto, assim como a introdução dos produtos no comércio tradicional. Os centros públicos baianos têm particularidades, todavia, em geral, constituem o eixo de execução da política pública no estado, uma vez que priorizaram a descentralização nos Territórios de Identidade e a expansão da política estadual se dá a partir dos CP e suas articulações territoriais.

A respeito do Centro Público Estadual de Economia Solidária da Paraíba, o entrevistado foi o gerente do Centro Público Geral. O CP foi resultado do Programa de Ações Integradas de Economia Solidária, sendo uma demanda dos empreendimentos econômicos solidários. O entrevistado participou da implantação do centro, que realizou-se a partir do diálogo com a sociedade civil através de comissões gestoras criadas para este fim.

A gestão do centro público é compartilhada entre o estado e os empreendimentos econômicos solidários, sendo que os EES participantes foram selecionados a partir de um edital de seleção e, para a realização das atividades de comercialização, foi constituída uma cooperativa (Ecosol-PB). A cooperativa, inicialmente, contava com 40 grupos de economia solidária, nos diferentes segmentos (artesanato, agricultura familiar, alimentação urbana, finanças solidárias e catadores de materiais recicláveis) de todas as regiões do estado da Paraíba. Esta cooperativa fica responsável pela gestão e comercialização do espaço da loja, enquanto o estado (gestores públicos) se responsabiliza pela gestão dos demais espaços.

O centro público realiza oficinas, formações e comercialização. No que tange aos aspectos de assessoramento técnico, o governo do estado abriu edital para selecionar entidades que pudessem realizar assessoria aos EES no âmbito estadual. Contudo, esta assessoria não está inserida no centro público, apesar de ter fornecido apoio aos EES da cooperativa formada no

CP. Diferentemente do caso baiano, no estado da Paraíba, existe apenas um centro público, sendo que, em outras regiões do estado, optou-se pela criação de casas de economia solidária (são quatro distribuídas pelo território paraibano), principalmente em parceria com governos municipais, EES e fóruns de economia solidária locais. Uma das principais dificuldades consideradas pelo entrevistado está nos processos de comercialização, sua expansão e atuação em rede com as casas de economia solidária. Percebe-se que, apesar da importância do CP na promoção da economia solidária no estado, ele não é visto como um eixo estruturante da política estadual. Além disto, a opção de descentralização da política no território abarca outras estratégias, como a implantação de casas de economia solidária, que, em termos de infraestrutura e de oferta de serviços, tendem a ter menores custos e facilidades maiores de parcerias, mas, como citado, enfrentam dificuldades para estabelecer uma estratégia de comercialização e atuação em rede.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma geral, este levantamento possibilitou um primeiro olhar sobre o funcionamento dos CP, com destaque aos períodos de criação, distribuição no território brasileiro e diferenças nos modelos de gestão adotados por cada gestão pública em diferentes momentos. É certo que outros dados permitiriam avançar nas análises, especialmente sobre a alocação de recursos, resultados alcançados na organização, apoio e promoção dos EES, entre outros. De todo modo, os dados permitem algumas indicações que servem para reflexão e interesse em novas pesquisas.

Um primeiro ponto de destaque é a presença dos CP em diferentes regiões do Brasil e o fato de o ano de criação destacar a permanência destes equipamentos públicos ao longo do período analisado, mesmo quando o governo federal se retirou de cena. Em outros setores de políticas públicas, temos pesquisas que elucidam o papel indutor do governo federal para a disseminação, articulação e coordenação de ações com os demais entes federados, inclusive com intuito de uma padronização das ações.

A política de economia solidária, além de não contar com um sistema nacional, perdeu sua principal referência em âmbito nacional. Mas os dados mostram que nem por isso as criações dos CP tiveram uma interrupção, sendo que este fator pode ser explicado, por um lado, por iniciativas próprias dos governos subnacionais, mas, por outro lado, estas iniciativas têm de certa forma uma ligação com a articulação realizada pela Senaes, o que indica um legado e continuidade da política. No caso da continuidade, importante mencionar a questão da existência de legislações estruturantes que impedem em determinados momentos inflexões maiores da política local de economia solidária, e também que esta continuidade contribui para a experimentação de modelos de gestão.

A presença dos CP durante este período analisado aponta também para diferenças em seus modelos de gestão. Estas diferenças têm relações com questões locais, mas também se abrem para uma reflexão sobre o papel dos centros públicos para o fortalecimento da política de economia solidária e até mesmo para o debate sobre o conteúdo das ações e a forma de envolvimento dos EES na gestão da política pública.

Em relação ao seu papel, percebe-se que boa parte dos CP tem uma importância em suas localidades enquanto espaço que identifica as práticas de economia solidária e, por vezes, passa a ser a referência no território enquanto equipamento da política de economia solidária. Mais do que um ponto comercial, as atividades desenvolvidas, tanto em sua diversidade de ações e serviços quanto dos participantes e segmentos envolvidos, denotam que os CP mantêm sua ideia original de espaço multifuncional e cumprem uma importante tarefa de continuidade da política de economia solidária nos territórios. Esta permanência não é isenta de dificuldades, retrocessos e desafios, mas também conta com experimentações e inovações importantes, sendo objeto de investigações mais acuradas.

É interessante notar como o CP é, em alguns casos, uma estratégia de fortalecimento da política de economia solidária. Em outros casos, é a única ação possível no momento, sendo que, em determinadas circunstâncias, a inserção do CP se dá de forma marginal nas ações

promovidas, o que pode denotar a falta de uma estratégia mais clara para a própria política de economia solidária local/regional e o papel dos CP nesta estratégia.

Aliado a este ponto do lugar que ocupa o CP na política de economia solidária local/regional, cabe ressaltar a forma de inserção dos EES na gestão da própria política local/regional. Ou seja, não é o caso de apontar somente quais instrumentos e ações atendem ao público da política, mas como este público se torna sujeito ativo no processo de gestão (cogestão ou autogestão) da política. Refere-se, portanto, à discussão sobre a dimensão sociopolítica da economia solidária e de inserir os princípios solidários no próprio modo de fazer a política pública.

Os modelos dos CP classificados nesta pesquisa apontam para contextos diferentes desta inserção. A predominância do modelo de gestão baseado na contratualização de organizações sociais tem seus ganhos em termos de operacionalidade, mas não fica claro de que aspecto da política e da gestão do CP os EES fazem parte. O modelo baseado no poder público parece indicar uma atuação mais centralizada, com definição de público a partir de prioridades de outras políticas. Enquanto os modelos de compartilhamento, mais do que uma estratégia clara para a cogestão, parecem indicar, na verdade, opções possíveis nas localidades para aquele instrumento, mas sem configurar um modo de gestão da política como um todo.

De todo modo, precisa-se de outros dados e outras pesquisas que possam aprofundar os contextos de criação, gestão e inserção dos CP na estratégia de implementação da política pública de economia solidária na localidade. Mas, por fim, fica a certeza de que os CP não são instrumentos triviais diante da proposta de implementação e fortalecimento da política de economia solidária no território brasileiro. Mostraram-se persistentes no tempo. Apresentam marcas importantes de compartilhamento de gestão de uma política pública. E configuram-se como espaço privilegiado de inovações e avanços na estruturação da política pública de economia solidária.

REFERÊNCIAS

ACRE. *Lei n. 2.119, de 31 de março de 2009*. Institui o Programa Estadual de Economia Solidária – PEES/AC. Rio Branco: Governo do Estado do Acre, [2020]. Disponível em: <http://www.al.ac.leg.br/leis/wp-content/uploads/2014/09/Lei2119.pdf>. Acesso em: 5 maio 2020.

BAHIA. *Lei n.12.368, de 13 de dezembro de 2011*. Dispõe sobre a criação da Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado da Bahia e do Conselho Estadual de Economia Solidária. Salvador: Governo do Estado da Bahia, [2020]. Disponível em: http://www.setre.ba.gov.br/arquivos/File/EconomiaSolidaria/Legislacao/Lei12368_2011_CriacaodaPoliticaEstadualdeFomentoaEconomiaSolidaria.pdf. Acesso em: 7 maio 2020.

BRASIL.Ministério do Emprego e Trabalho. Secretaria Nacional de Economia Solidária. *Avanços e desafios para as políticas públicas de economia solidária no governo federal 2003/2010*. Brasília, DF: Senaes/MTE, 2012.

CARIACICA. *Lei n. 5.079, de 2013*. Institui a Política Cariaciquense de Desenvolvimento e Fomento à Economia Solidária – PCDFES e dá outras providências. Cariacica: Prefeitura Municipal de Cariacica, [2020]. Disponível em: http://rededegestoresecosol.org.br/wp-content/uploads/2015/11/es_cariacica_lei_fomento1.pdf. Acesso em: 1 maio 2020.

CARNEIRO,V.*Políticas públicas municipais de economia solidária e a dimensão sociopolítica dos empreendimentos econômicos solidários*. 2012. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

CARNEIRO, V.; SANTOS, A. M.As estruturas de ação política e de representação daEconomia Solidária no Brasil. *Revista de Economia Solidária*, Coimbra, v. 9, p. 120-161,2017.

CONTAGEM. *Lei n. 4.025, de 18 de julho de 2006*. Cria diretrizes e estabelece princípios fundamentais e objetivos da Política Municipal de Fomento à Economia Popular e Solidária de Contagem, e dá outras

providências. Contagem: Prefeitura Municipal de Contagem. Disponível em: <http://www.contagem.mg.gov.br/arquivos/legislacao/lei040252006.pdf>. Acesso em: 5 maio 2020.

CULTI, M. N. *Economia solidária no Brasil* – Tipologia dos empreendimentos econômicos solidários. São Paulo: Todos os Bichos, 2010.

DISTRITO FEDERAL. *Lei n. 4.899, de 08 de agosto de 2012*. Institui a Política Distrital de Fomento à Economia Popular e Solidária. Distrito Federal: Governo Estadual do Distrito Federal, [2020]. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/72077/Lei_4899_08_08_2012.html. Acesso em: 7 maio 2020.

FILHO, G. C. F. Políticas públicas de economia solidária no Brasil: características, desafios e vocações. In: FILHO, G. C. F. *et al.* (org.) *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 259-267.

GAIGER, L. I. A outra racionalidade da Economia Solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n.79, p.57-77, 2007.

GAIGER, L. I. Empreendimentos Econômicos Solidários. Verbete. In: HESPANHA, P. *et al.* (org.). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina, 2009. n. 1. (Coleção Políticas Sociais). p. 181-187.

ITAJAÍ. *Lei n. 5.245, de 12 de março de 2009*. Institui a Política de Fomento à Economia Solidária e dá outras providências. Itajaí: Prefeitura Municipal de Itajaí, [2020]. Disponível em: <https://cm-itajai.jusbrasil.com.br/legislacao/1001639/lei-5245-09#art-7>. Acesso em: 1 maio 2020.

LAVILLE, J. L. Aça Pública e Economia: Um quadro de Análise. In: FILHO, G. C. F. *et al.* (org.) *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 21-37.

LONDRINA. *Lei n. 10.523, de 28 de agosto de 2008*. Cria o Programa Municipal de Economia Solidária, e dá outras providências. Londrina: Prefeitura Municipal de Londrina, [2020]. Disponível em: <https://>

leismunicipais.com.br/a/pr/l/londrina/lei-ordinaria/2008/1052/10523/lei-ordinaria-n-10523-2008-cria-o-programa-municipal-de-economia-solidaria-e-da-outras-providencias. Acesso em: 1 maio 2020.

MARCONSIN, A. *Política pública de economia solidária: uma política em construção*. 2008. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

MATO GROSSO DO SUL. *Lei nº 3.039, de 5 de julho de 2005*. Institui o Programa Estadual de Fomento à Economia Solidária de Mato Grosso do Sul – pefes/ms, e dá outras providências. Campo Grande: Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, [2020]. Disponível em: <https://setorialecosolpt.files.wordpress.com/2012/03/estado-do-mato-grosso-do-sul-lei-pefes.pdf>. Acesso em: 5 maio 2020.

MINAS GERAIS. *Lei n. 15.028, de 19 de janeiro de 2004*. Institui a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária no Estado de Minas Gerais – PEFEPS. Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais, [2020]. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/566/3/566.pdf>. Acesso em: 2 maio 2020.

NETO, L. M.; SALM, V. M.; SOUZA, V. B. A coprodução dos serviços públicos: modelos e modos de gestão. *Revista de Ciências da Administração*, Florianópolis, p. 164-178, 2014.

PARAÍBA. *Lei n. 11.499 de 08 de novembro de 2019*. Institui a Política Estadual de Economia Solidária no Estado da Paraíba. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, [2020]. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/doe/2019/novembro/diario-oficial-09-11-2019.pdf/@download/file/Diario%20Oficial%2009-11-2019.pdf>. Acesso em: 2 maio 2020.

SALM, J. F. Coprodução de bens e serviços públicos. In: BOULLOSA, R. de F. (org.). *Dicionário para a formação em gestão social*. Salvador: Ciags/UFBA, 2014. p.42-44.

SANTA CATARINA. *Lei n. 14.830, de 11 de agosto de 2009*. Dispõe sobre a criação do Conselho Estadual do Artesanato e da Economia Solidária

– CEAES, e adota outras providências. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, [2020]. Disponível em: <https://setorialecosolpt.files.wordpress.com/2012/03/estado-de-santa-catarina-lei-conselho-artesanato-e-ecosol.pdf>. Acesso em: 1 maio 2020.

SÃO CARLOS. *Lei n. 15.196, de 26 de fevereiro de 2010*. Dispõe sobre o Programa de Fomento à Economia Solidária e dá outras providências. São Carlos: Prefeitura Municipal de São Carlos, [2020]. Disponível em: <https://setorialecosolpt.files.wordpress.com/2012/03/sc3a3o-carlos-sp-lei-programa-fomento-ecosol.pdf>. Acesso em: 5 maio 2020.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. *Lei n. 1591, de 19 de agosto de 2010*. Institui no Município de São José dos Pinhais, a Política Municipal de Fomento à Economia Solidária, cria o Conselho Municipal de Economia Solidária, o Fundo Municipal de Economia Solidária e institui o Selo de Economia Solidária. São José dos Pinhais: Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, [2020]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/s/sao-jose-dos-pinhais/lei-ordinaria/2010/159/1591/lei-ordinaria-n-1591-2010-institui-no-municipio-de-sao-jose-dos-pinhais-a-politica-municipal-de-fomento-a-economia-solidaria-cria-o-conselho-municipal-de-economia-solidaria-o-fundo-municipal-de-economia-solidaria-e-institui-o-selo-de-economia-solidaria>. Acesso em: 5 maio 2020.

SÃO PAULO. *Lei nº 14.651, de 15 de dezembro de 2011*. Cria o Programa estadual de fomento à economia popular solidária no Estado de São Paulo – PEFES e dá outras providências. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, [2020]. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2011/lei-14651-15.12.2011.html>. Acesso em: 2 maio 2020.

SINGER, P.; SILVA, R. M. A; SCHIOCHET, V. Economia solidária e os desafios da superação da pobreza extrema no plano Brasil sem miséria. In: CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. da (org.). *O Brasil sem miséria*. Brasília, DF: MDS, 2014. p. 425-445.

SINGER, S.; SOUZA, A. R. *A Economia Solidária no Brasil: A Autogestão Como Resposta ao Desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

MUDANÇAS INSTITUCIONAIS NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: ANÁLISE DAS MUDANÇAS OCORRIDAS EM ÂMBITO FEDERAL NO PERÍODO DE 2003 A 2020

Alexandre Vieira Machado Neto¹
Luiz Filipe Goldfeder Reinecke²

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretendeu investigar as posições do movimento da economia solidária e da literatura recente que apontam que a economia solidária enquanto política pública está sendo enfraquecida pelas últimas duas gestões do executivo federal, a de Michel Temer (2016-2018) e de Jair Bolsonaro (2018-2022). Na primeira, houve o rebaixamento da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) para subsecretaria; na segunda, a subsecretaria foi extinta junto do Ministério do Trabalho, impactando no seu remanejamento organizacional, o que resultou na sua fragmentação em nível federal. É debatido atualmente que, na gestão de Jair Bolsonaro, a decisão de transformar a subsecretaria em apenas um departamento da economia solidária e, em seguida, em uma coordenação-geral que faz parte da Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva Urbana pode afetar diretamente a dimensão política do movimento, pois implica diretamente na sua fragmentação, além de reduzi-la à ideia de inclusão produtiva urbana.

Desse modo, este trabalho procurou descrever o processo de institucionalização da política pública de economia solidária em âmbito federal, visando compreender as mudanças institucionais, de avanços e retrocessos,

¹ Graduando em Administração Pública pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc).

² Doutor em Administração pela Udesc, professor assistente.

desde o período do início de sua implementação até o ano de 2020. A descrição destas mudanças também possibilitará entender que a economia solidária apresenta diversas vertentes de atuação (MOYA, 2010), o que demonstra sua interdisciplinaridade e, conseqüentemente, a necessidade do cuidado para lidar com políticas públicas desta temática.

Ademais, tratar de políticas públicas de economia solidária é trazer à tona seus desafios, tanto do ponto de vista macro, ao disputar por espaço e afirmação na sociedade capitalista na qual estamos inseridos, quanto do ponto de vista micro, a partir dos próprios empreendimentos que surgem nesse mercado excludente e competitivo (MONTEIRO, 2009). Conseqüentemente, com base nisso, é possível enxergar a necessidade da atuação do Estado para o desenvolvimento e manutenção de novas iniciativas.

Estas mudanças institucionais são também fruto de mudanças contextuais mundiais pelos autores. Como observado por Moraes e Menezes (2019), as políticas de apoio estão sendo desestruturadas em meio à atual crise econômica, política, social e institucional. A existência de um vácuo jurídico para a economia solidária também é um fator levantado para os autores, ao dizerem que esse fator acaba por dificultar o desenvolvimento das políticas públicas. Paradoxalmente, neste contexto de crise, deveriam ser desenvolvidas mais políticas de fomento à economia solidária. Portanto, analisar as mudanças institucionais ocorridas nos últimos anos pode dar relevância para o debate do marco jurídico para a economia solidária no país. Não obstante, este trabalho pode municiar o movimento da economia solidária para o *advocacy* da política pública de economia solidária em suas múltiplas dimensões ou subpolíticas.

Além disso, também constituída como um movimento social que garantiu diversas conquistas ao longo do tempo com a participação de diversos atores sociais como Empreendimentos de Economia Solidária (EES), entidades de apoio e fomento, organizações do terceiro setor e gestores públicos (CORTEGOSO; SHIMBO, 2005), é importante compreender variáveis que expliquem a sua fragmentação no governo. A partir disto, será possível identificar possíveis demandas e problemas existentes, o que

poderá servir tanto para gestores públicos quanto para o movimento como uma pauta para o desenvolvimento de novas estratégias e políticas públicas.

Dados e análises atuais, em meio ao estado em que a Senaes e, conseqüentemente, a economia solidária se encontram, são relevantes para compor uma fonte de informações formal, fundamentada em estudos e pesquisas, além de dados coletados a partir dos atores que fazem parte desse movimento.

Por isso, considerando as lacunas existentes nos estudos atuais sobre a economia solidária e a Senaes, o presente estudo tem o intuito de compreender as mudanças institucionais na política pública de economia solidária no âmbito federal entre os anos de 2003 e 2020. Para o campo de públicas, portanto, o trabalho será importante para abrir a discussão a respeito da fragmentação da política pública já citada.

Para atingir o objetivo desta pesquisa, foi desenvolvido um modelo conceitual de análise para comparar algumas fases da Senaes. Foram identificadas cinco dimensões para a coleta de dados, tomando como base aspectos levantados na literatura a respeito das políticas públicas de economia solidária e seu processo de institucionalização no Brasil, sendo elas: ação e integração de políticas públicas; recursos financeiros; marco legal; estrutura organizacional; e participação social. A partir destas dimensões, foi possível comparar o antes e o depois das diversas características presentes no processo institucional da política pública de economia solidária, para entender, por fim, os avanços e retrocessos.

METODOLOGIA

Adotar um método de pesquisa que seja adequado e vise, da melhor maneira possível, contemplar o problema e o objeto de investigação é de exímia importância para garantir a confiabilidade e viabilidade do processo (VERA, 1980). Sendo assim, com o intuito de atingir os objetivos aqui propostos, é fundamental abordar a estrutura metodológica da pesquisa.

Quanto à abordagem, esta pesquisa tem caráter qualitativo. Na metodologia qualitativa, os focos principais da abordagem são o processo e o seu significado, além de buscar realizar uma análise e interpretação de aspectos profundos de uma determinada realidade (MARCONI; LAKATOS, 2003). Com relação à natureza, foi empregada a pesquisa descritiva, uma vez que serão expostas as características do fenômeno da economia solidária, assim como a descrição das mudanças institucionais ocorridas no tempo delimitado (VERGARA, 2011).

Para tanto, o levantamento bibliográfico foi utilizado na pesquisa para definir determinados conceitos. A análise de conteúdo também foi necessária, pois foram consultados dados em *sites* como o da Senaes e *sites* governamentais. A partir desses dados, as informações foram descritas e, posteriormente, interpretadas. Aliado a isto, a pesquisa documental também se fez essencial, pois foram analisados documentos que compõem as fontes primárias de informação, documentos estes que podem ter sido produzidos antes ou depois do fenômeno ter acontecido (MARCONI; LAKATOS, 2003). Isso porque, para entender as mudanças institucionais na política de economia solidária, é necessário analisar documentos como o Plano Plurianual de alguns anos, além de leis e decretos.

Os *sites* governamentais consultados para atingir os objetivos foram os do Portal da Câmara dos Deputados, o do Senado, o antigo portal do Ministério do Trabalho e Emprego, e o do Ministério da Cidadania. Com relação aos jornais e revistas, só foram utilizadas notícias publicadas entre os anos de 2018 e 2020, justamente para fundamentar a análise do momento atual, já que em artigos e periódicos não houve resultados o suficiente.

Por conta desta falta de informações oficiais, foi realizada uma solicitação de acesso à informação junto ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) a partir do portal governamental *Fala.Br* (Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação). A solicitação foi direcionada ao Ministério da Cidadania, por ser onde se encontra instalada a Coordenação-Geral de Economia Solidária, Associativismo e Cooperativismo. Na manifestação, foram questionados pontos específicos sobre a estrutura organizacional da

antiga Senaes, dos anos 2012-2015; 2016-2019; 2020-atual, e sobre a composição do quadro de servidores e o quantitativo de servidores na Senaes, dos anos de 2012-2015; 2016-2019; 2020-atual. A manifestação foi respondida pela Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva (Seisp) e a Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAA). Estes pontos foram solicitados justamente por não haver informações oficiais em documentos disponíveis na internet.

Ainda, para que fosse possível alcançar o objetivo geral desta pesquisa, foram identificados, a partir da literatura, cinco dimensões para a coleta de dados, tomando como base aspectos levantados nas discussões realizadas no referencial teórico a respeito das políticas públicas de economia solidária e seu processo de institucionalização no Brasil. A partir destas dimensões, foi possível comparar o antes e o depois das diversas características presentes no processo institucional da política pública de economia solidária, para entender, por fim, os avanços e retrocessos.

Cada uma das cinco dimensões representa um aspecto da política pública de economia solidária identificado a partir da pesquisa, resultando em um modelo conceitual de análise contando com as dimensões: 1) Ações e Integração e Políticas Públicas, 2) Recursos Financeiros, 3) Marco Legal, 4) Estrutura Organizacional e 5) Participação Social.

A partir destas cinco dimensões, portanto, foi possível analisar as mudanças institucionais ocorridas entre as determinadas fases: 1ª) Secretaria Fase I (2003-2011), 2ª) Secretaria Fase II (2012-2015), 3ª) Subsecretaria (2016-2019) e 4ª) Departamento e Coordenação-Geral (2019-2020).

MODELO CONCEITUAL DE ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Neste item, será apresentado o modelo conceitual de análise a partir das cinco dimensões da política pública de economia solidária encontradas na literatura sobre políticas públicas de economia solidária, visando tornar claro o motivo de sua utilização para a análise das mudanças institucionais. Posteriormente, serão apresentadas as quatro fases da Senaes (2003-2011;

2012-2015; 2016-2019; 2019-2020), nas quais serão atribuídas, em cada uma delas, as cinco dimensões para efeito de análise, de modo a tornar evidentes as diferenças ocorridas em cada aspecto nos determinados períodos.

AÇÕES E INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Morais e Menezes (2019) apontam que a política pública de economia solidária possui caráter multidimensional e transversal, logo uma dimensão que trata a respeito de suas ações e integração com outras políticas públicas e áreas se faz não só importante como necessária. No mesmo sentido, para Monteiro (2009), uma política pública de economia solidária, portanto, deve ser desenvolvida a partir de fatores que vão além da dimensão trabalho e renda, tendo em vista dever considerar o desenvolvimento integrado, o território e a mobilização social. Ainda, para Moraes (2015), o seu caráter transversal pode mobilizar diferentes áreas da ação pública e social, unindo objetivos nos âmbitos econômico, social, político, cultural e ambiental.

Nessa mesma perspectiva, portanto, de acordo com Monteiro (2009), a política pública de economia solidária não deve ser encarada apenas como assistencialista ou compensatória, uma vez que seu caráter emancipatório e integrador deve predominar. Logo, a perspectiva de transformação social que ela propõe deve prevalecer, sendo vista a partir de sua especificidade e como propícia para dar condições de autossustentabilidade ao território envolvido, como já apontado na fundamentação teórica.

À vista disso, como o próprio nome sugere, essa dimensão procura identificar na política pública de economia solidária suas diferentes ações e integração com outras áreas e políticas públicas. Ou seja, visa constatar se, realmente, existe essa característica, libertando-a de um caráter unicamente assistencialista ou compensatório. Para detectar isto, é importante observar como a temática da economia solidária aparece nos projetos e ações previstas durante os anos em análise, pois, a partir dessa análise, será possível verificar as diferentes áreas nas quais o tema tramita.

Para analisar essa dimensão, serão observados, além de relatórios do Ministério da Economia (MTE)/Senaes, os Planos Plurianuais de 2004 a 2023, pois com base neles há a possibilidade de visualizar a quantidade e a diversidade de áreas nas quais a economia solidária foi/está sendo inserida pelo governo, além dos projetos e órgãos responsáveis pela execução deles. Além disso, os projetos e ações aprovados no legislativo e executivo também se farão importantes, justamente para demonstrar como e em quais áreas o tema da economia solidária está adentrando.

RECURSOS FINANCEIROS

A dimensão financeira é imprescindível para a análise da política pública de economia solidária, uma vez que a partir dela é possível identificar o investimento nos projetos e ações com o tema, assim como a maneira como o dinheiro foi ou será utilizado. Ademais, como apontado na fundamentação teórica, com a economia solidária existindo em meio ao mercado capitalista, é necessário o auxílio do Estado para o fortalecimento e fomento de suas ações e práticas para que ela não deixe de existir. Para isso, os recursos financeiros se tornam fundamentais. Monteiro (2009) ainda diz que, quando se trata da área financeira, o sistema normativo precisa da iniciativa do Estado, pois isto é de competência do governo federal. Logo, esta dimensão na política pública de economia solidária se mostra importante. Ainda, Moraes (2014), ao tratar dos instrumentos da política pública de economia solidária, aponta iniciativas nas quais os recursos financeiros são indispensáveis, como, por exemplo, o acesso a créditos e financiamentos solidários; o desenvolvimento de tecnologias adequadas e o acesso a elas; assessoramento e assistência aos EES, além da incubação e consolidação dos EES. Portanto, ao observar a Senaes durante suas fases, é relevante analisar como e se a política pública conseguia atender as demandas da economia solidária.

Além disso, autores como Moraes e Menezes (2019), Moraes (2014), Nagem e Silva (2013) e Monteiro (2009) destacaram que o limitado orçamento da Senaes sempre foi um fator preocupante, tendo em vista que isso

pode acabar reduzindo sua capacidade de operação. Além disso, os autores apontam que os recursos da Senaes, que têm origem na Lei Orçamentária Anual (LOA), acabam compartilhando da mesma fragilidade de outras políticas sociais, sendo assim instáveis, já que podem ter suas ações descontinuadas de acordo com o desejo do comando econômico do governo federal. Por isso se torna tão importante tratar dos recursos financeiros como uma dimensão da política pública de economia solidária.

Para identificar as mudanças ocorridas ao longo dos anos, portanto, serão usadas, além dos PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a LOA. Com base nesses instrumentos, será possível observar como os recursos foram utilizados, quando houve quedas ou aumentos orçamentários, assim como a capacidade de execução orçamentária em cada ano. Com esses dados, será possível estabelecer comparações com os outros anos e fases da Senaes, assim como visualizar de que forma o contexto em questão influenciou a questão orçamentária dela.

MARCO LEGAL

Assim como trazido por Moraes e Menezes (2019), há a existência de um “vácuo jurídico” sobre o tema da economia solidária. Nesse sentido, a dimensão Marco Legal busca demonstrar os possíveis avanços nessa questão ao longo dos anos de Senaes, sendo esta uma dimensão importante ao tratar do processo de institucionalização da economia solidária. Uma vez que o poder público se encontra condicionado ao princípio da legalidade, ter um marco legal pode abrir portas para o tema que antes não poderiam ser abertas por motivos de previsão legal. Ainda, como abordado por Monteiro (2009), a economia solidária, por encontrar-se no contexto capitalista, necessita de condições especiais para sobreviver, logo a existência de legislação implica o favorecimento de iniciativas para que ela possa se manter.

Não obstante, da mesma forma como apresentada na dimensão de recursos financeiros a partir de Monteiro (2009), a questão da área financeira traz o sistema normativo que necessita da intervenção do Estado. Logo,

por ser de competência do governo federal, essas iniciativas devem vir do governo central, e isto implica um jogo de forças políticas que deverá estar dentro da legalidade. Outrossim, Moraes (2014) traz como um instrumento da política pública de economia solidária a definição de marcos jurídicos e reguladores, principalmente porque estas políticas são, em sua maioria, políticas de governo, e não de Estado, tornando-se suscetíveis à descontinuidade sem qualquer previsão, pois não exibem um grau mínimo de institucionalização. O estabelecimento de um marco legal, dessa maneira, facilitaria o tratamento de questões como estas.

Demonstrando a relevância de um marco legal para a política, no próprio PPA 2016-2019 foi colocada, como uma das nove iniciativas para atingir o objetivo “promoção da economia solidária e suas diversas formas organizativas”, sob responsabilidade da Senaes, a “articulação institucional para constituição de um marco legal que possibilite a formalização dos empreendimentos, o adequado tratamento tributário, o tratamento diferenciado nas compras públicas e o acesso ao financiamento” (BRASIL, 2015, p. 98).

Assim, para a análise dessa dimensão, é interessante trazer detalhes sobre proposições, projetos que tramitam na Câmara dos Deputados e Senado, e leis em vigor que incluam a economia solidária. É válido destacar que não foi encontrado na literatura um formato para analisar o marco legal, portanto foi decidido buscar informações a partir dessas bases porque entende-se que, a partir desses dados, será possível observar de que maneira o marco legal da economia solidária foi sendo desenvolvido ao longo das fases da Senaes.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Levando em consideração as mudanças ocorridas nos últimos anos com relação à estrutura organizacional da Senaes (de secretaria para subsecretaria, de subsecretaria para departamento, de departamento para coordenação-geral), esta dimensão se torna vital para analisar as mudanças organizacionais ao longo do tempo. Tendo a política pública de economia solidária um caráter específico, como mencionado por Monteiro (2009),

é importante a atenção de tais especificidades, de modo que ela não perca seu real sentido. Dessa forma, a estrutura organizacional pode implicar diretamente as estratégias da política pública e a sua integração/desintegração, tendo em vista sua pluralidade de arranjos. Além disso, a estrutura organizacional implica, também, a operacionalização das atividades da Senaes. Silva (2018) aponta esta questão ao dizer que a mudança de secretaria para uma subsecretaria demonstra um cenário de instabilidade operacional, e que isto pode significar o risco da permanência da política na agenda governamental. Outro ponto destacado pelo autor é com relação à mobilização das pessoas que trabalham na Senaes, tendo em vista a desmobilização ocorrida logo após a saída do secretário Paul Singer, que esteve à frente da gestão desde o início da secretaria. Para Silva (2018), a grande reformulação técnica e gestora que ocorreu logo após a saída do secretário ocasionou dificuldades para a nova equipe na condução dessa transição. A antiga equipe gestora sempre teve ligações próximas com o movimento da economia solidária, trazendo, assim, uma legitimidade importante para a construção de projetos.

Dito isto, entende-se a relevância da dimensão estrutura organizacional na análise das fases da Senaes, já que ela implica não só a questão das estratégias da política pública como também a sua operacionalização. Portanto, com o objetivo de identificar as mudanças ocorridas, será trazida para a análise a estrutura organizacional de cada fase da Senaes com base em Decretos e Relatório de Gestão do Tribunal de Contas da União.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Ao observar o contexto de criação da Senaes, é possível entender que ela só foi capaz de surgir a partir da mobilização de vários atores sociais, como apontado por Nagem e Silva (2013). Além disso, Monteiro (2009) já diz que um dos aspectos mais relevantes a ser levado em consideração para a formulação da política pública de economia solidária diz respeito aos movimentos populares, justamente porque o ideário solidário vem dos

aspectos sociais, culturais e comunitários. Logo, a participação efetiva dos atores envolvidos é imprescindível, assim como a questão da autogestão e a aproximação do Estado com o movimento, pois a partir destas características o movimento é capaz de demonstrar o seu potencial transformador. Para corroborar isso, Santiago (2015) destaca que, desde sua instalação, a Senaes começou um processo de articulação com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) para a criação de estratégias de ação que mobilizassem atores e organizações interessadas em políticas públicas destinadas à economia solidária. Sem a mobilização dos atores do movimento, portanto, o caminho de entrada da temática na agenda política do governo se tornaria mais árduo. Ademais, o próprio contexto de criação da secretaria aponta para a participação social como indispensável para a política pública, uma vez que, de acordo com Forte (2015), a Senaes é fruto de uma articulação política entre o movimento e o primeiro governo Lula.

Arcanjo e Oliveira (2017) ainda colocam tanto as Conferências Nacionais de Economia Solidária (Conaes) quanto o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) como fundamentais na consolidação de um processo público e democrático de transmissão de demandas do movimento para o governo. Para os autores, a criação do CNES em 2016 “materializou o compromisso da Secretaria com a construção participativa das suas políticas” (ARCANJO; OLIVEIRA, 2017, p. 237).

Com isto, se torna clara a necessidade da dimensão participação social para a análise da Senaes, considerando que a partir dela poderá ser observada, mesmo que em uma escala pequena, a participação do movimento e o funcionamento destes órgãos cujo objetivo é a discussão, proposição e articulação de interesses para a construção de políticas públicas.

Sendo assim, esta dimensão será analisada com base nas conferências nacionais e reuniões do Conselho Nacional de Economia Solidária ocorridas durante os anos de Senaes. O intuito é observar se o movimento continua se mobilizando e, para isso, será buscada a quantidade de reuniões, assim como a periodicidade destas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a apresentação das cinco dimensões propostas, é importante analisar as diferenças entre cada uma nas diversas fases da Senaes. Esta análise servirá para proporcionar um olhar acerca das mudanças institucionais ocorridas na política pública de economia solidária entre os anos de 2003 e 2020.

AÇÃO E INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Imprescindível para o desenvolvimento das políticas públicas de economia solidária e para a disseminação do movimento no Brasil, a primeira fase da Senaes, denominada no trabalho como Secretaria Fase I (2003-2011), pode ser encarada como uma das mais importantes nesta dimensão. Isso se deve ao fato de que a secretaria, mesmo estando em um estágio inicial de estruturação, buscou desenvolver relações intragovernamentais e chamar a atenção das esferas centrais do governo, fazendo com que seus projetos fossem vistos além da Senaes (SANTIAGO, 2015). No que diz respeito às suas ações no PPA, o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento (Pesd) já contemplava em seu objetivo a necessidade de políticas integradas, apesar de suas ações estarem praticamente restritas ao Pesd. No entanto, a secretaria, nessa primeira fase, atuava como parceira e coexecutora em diversos outros programas sob a responsabilidade de outros órgãos. Isso resultou na difusão do tema e das ações da economia solidária em 22 secretarias e ministérios.

Na Secretaria Fase II (2012-2015), com o PPA 2012-2015 e com a nova proposta sistemática de planejamento e execução orçamentária proposta pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), o Pesd deixou de existir e as políticas do governo federal correspondentes à economia solidária passaram a integrar o Plano Brasil sem Miséria de Erradicação da Pobreza Extrema (PBSM). Ademais, as ações da Senaes foram inseridas no programa Desenvolvimento Regional, Territorial

Sustentável e Economia Solidária (DRTSES), além de ficar sob responsabilidade da secretaria a execução da Ação Orçamentária do Fomento para a Organização e do Desenvolvimento de Cooperativas Atuantes com Resíduos Sólidos, referente ao Programa de Resíduos Sólidos, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. Observa-se que, por mais que esta nova sistemática tenha permitido a implementação de mais projetos intersetoriais, quando analisada junto das outras dimensões, a capacidade de gestão e operacionalização da Senaes ainda ressentia de uma estrutura institucional.

Na fase da Subsecretaria (2016-2019), houve outras mudanças no desenho do PPA 2016-2019. Com essa transformação de secretaria para subsecretaria, em conjunto com o novo desenho operativo da agenda governamental do PPA 2016-2019, as ações de responsabilidade da Senaes foram inseridas no objetivo 1091: “promoção da economia solidária e suas diversas formas organizativas” (BRASIL, 2015, p. 97), cujo objetivo era o de apoiar a organização de empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação. No entanto, mais uma vez a sua execução ficou comprometida, ainda mais com a crise política resultando em quedas na receita do governo. Além disso, apesar da transformação em subsecretaria, com relação aos programas se manterem mediante o rebaixamento, é notável, quando comparado ao PPA anterior (2012-2015), a diminuição de ações no que diz respeito às áreas. No PPA 2012-2015, foram encontradas nove ações, enquanto no PPA 2016-2019 existiam apenas cinco.

Por fim, com relação às Ações e Integração de Políticas Públicas, na quarta fase, a de Departamento e Coordenação-Geral (2019-2020), nada é encontrado no PPA 2020-2023 do governo federal, o que já demonstra um afastamento da temática da economia solidária devido aos últimos rebaixamentos organizacionais. No entanto, por meio do Guia de Emendas 2020 do Ministério da Cidadania, são encontradas duas ações do antigo departamento, ambas sob responsabilidade do Ministério da Cidadania e associando as ações da economia solidária a ações de assistência social. Nesse sentido, nessa quarta fase é nítida a falta de integração das políticas públicas.

RECURSOS FINANCEIROS

No que tange aos recursos financeiros, a Secretaria Fase I (2003-2011), com início do seu orçamento próprio a partir de 2004 com a inserção do Pesd no PPA, apesar de oscilações, seu orçamento no PPA aumentava com o passar dos anos. No entanto, comparado aos recursos do MTE, o orçamento da Senaes, entre os anos de 2004 e 2011, representava apenas 0,09%. Ainda, mesmo com o aumento do orçamento no decorrer do tempo, a execução orçamentária da secretaria só diminuía, o que demonstrava a sua dificuldade de executar o orçamento.

Na Secretaria Fase II (2012-2015), houve um aumento significativo na escala orçamentária da Senaes, isso porque, a partir do PPA 2012-2015, as políticas de economia solidária adentraram o Plano Brasil Sem Miséria de Erradicação da Pobreza Extrema e as ações da Senaes se inseriram no programa Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária. Ainda, a execução da Ação Orçamentária 8274 – Fomento para a Organização e o Desenvolvimento de Cooperativas Atuantes com Resíduos Sólidos – ficou sob responsabilidade da secretaria, o que aumentou ainda mais o orçamento. Entretanto, como pode ser visto na apresentação das fases da Senaes, a capacidade de execução não acompanhou o ritmo de crescimento orçamentário, que continuou diminuindo.

Com a transformação em Subsecretaria (2016-2019) em meio ao governo de Michel Temer, o orçamento da Senaes foi diminuído de maneira drástica. Em 2016, a queda foi de 52,2% em relação ao ano anterior, sendo R\$ 49.224.756 contra R\$ 130.763.522 em 2015. Em 2017, quando comparada a 2015, a queda foi ainda maior, de 60,6%, ou seja, R\$ 41.709.768 contra R\$ 130.763.522. Em 2018, a dotação prevista na LOA foi a mais baixa entre os quatro anos, totalizando R\$ 19.406.324. E a de 2019, apesar de ser maior que a de 2018, não consta como executada, tendo em vista a extinção do Ministério do Trabalho e da Senaes.

Na fase do Departamento e Coordenação-Geral (2019-2020), a extinção da Senaes refletiu diretamente nos seus recursos financeiros. Apesar

de a dotação da LOA apresentada para o departamento ser maior que a anterior apresentada para a subsecretaria, a execução orçamentária da Senaes em 2019 se tornou a menor da história, sendo o índice de apenas 1,5%. Já para o ano de 2020, até o acompanhamento da execução orçamentária da União da LOA do Ministério da Cidadania do mês de agosto, foi observado que o orçamento consta com o valor de R\$ 19.178.357, sendo R\$ 917.736 executados até o momento. Isso significa 4,79% do total do orçamento, o que demonstra um aumento quando comparado à execução orçamentária do ano anterior, que foi de R\$ 547.760. Com relação ao Programa 2083 – Fomento para as Cooperativas Atuantes com Resíduos Sólidos –, no ano de 2019, o orçamento não consta como executado, e, no ano de 2020, nada relativo foi encontrado no PPA 2020-2023.

MARCO LEGAL

Além da própria criação da Senaes, a Secretaria Fase I conseguiu se destacar na dimensão Marco Legal pela sua inserção no PPA 2004-2007 por meio do Pesd, criação do CNES e também do Sies. A partir destas conquistas, a secretaria abriu caminho para que a economia solidária se fortalecesse no Brasil e as políticas públicas fossem mais discutidas.

Na Secretaria Fase II, o destaque fica para o Projeto de Lei (PL) nº 4.685/2012 (atualmente PL nº 6.606/2019), conhecido como o “PL da Economia Solidária” (PL Ecosol). Esta lei, além de estabelecer as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição da Política Nacional de Economia Solidária (PNES), cria o Sistema Nacional de Economia Solidária (Sinaes) e qualifica os empreendimentos econômicos solidários como sujeitos de direito (BRASIL, 2012). Ao se tratar do quantitativo de projetos apresentados e que foram, posteriormente, aprovados, observa-se que em 2012 foram aprovados dois, em 2013, um, em 2014, um e, em 2015, dois. Totalizando seis PL apresentados na fase II da secretaria que foram aprovados.

Na fase de Subsecretaria (2016-2019), o número de PL aprovados diminuiu. Para o ano 2016, não foi encontrado nenhum PL aprovado, em

2017, apenas um, em 2018, dois, e, em 2019, um. Totalizando quatro PL apresentados na terceira fase da Senaes que foram aprovados. No entanto, é importante destacar que foi no ano de 2017 que o PL 4.685/2012 foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, o que representou um importante passo para a construção de um marco legal da economia solidária.

Da fase Departamento e Coordenação-Geral (2019-2020), ainda não existem muitas informações, uma vez que é um período recente. Entretanto, em 2019 o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 137/2017, o já mencionado PL nº 6.606/2019, que cria a Política Nacional de Economia Solidária e o Sistema Nacional de Economia Solidária, foi aprovado pelo Senado Federal, o que pode significar um caminho rumo a avanços no legislativo. Já em fevereiro de 2020, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 69/2019, que inclui a economia solidária entre os princípios da ordem econômica nacional, foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Na Secretaria Fase I (2003-2011), a Senaes foi formada por gabinete, departamentos e coordenações que executavam, de forma articulada, as competências da secretaria, estando vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego. No entanto, a secretaria ocupava a menor sala do ministério, além de contar com um quadro de pessoal não muito significativo, finalizando o ano de 2010 com 44 funcionários.

A Secretaria Fase II (2012-2015) manteve a estrutura da primeira, sendo uma secretaria vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, formada por gabinete, departamentos e coordenações. A respeito do quadro de funcionários, foi possível identificar que, até o ano de 2016, foram totalizados 50 funcionários, permanecendo uma constante evolução desde a fase anterior até esta.

Na terceira fase da Senaes, a Subsecretaria (2016-2019), ocorre a primeira transformação na sua estrutura organizacional. Foi publicado no *Diário Oficial da União* em 4 de novembro de 2016 o Decreto nº 8.894, transformando

a Senaes oficialmente em uma subsecretaria ligada à Secretaria de Relações de Trabalho, no Ministério do Trabalho. O *status* de secretaria foi perdido, mas a sigla e sua autonomia na execução dos programas relacionados à temática da economia solidária foram mantidas. No entanto, essa mudança na estrutura organizacional, além de sofrer com a saída do então secretário Paul Singer, também sofreu com as mudanças no restante da equipe técnica e gestora, o que resultou em dificuldades para a nova gestão. Para se ter uma ideia, o quadro de funcionários caiu de 50 para 30, de 2016 a 2019.

A perda de espaço do tema da economia solidária na agenda governamental já podia ser vista desde a transformação da Senaes em subsecretaria, mas foi em 2019, em meio ao novo governo e à reestruturação dos ministérios, que a secretaria se encontrou em seu pior momento. Com a extinção do Ministério do Trabalho a partir da Medida Provisória nº 870/2019 e da Senaes por meio do Decreto nº 9.674, de 2 de janeiro de 2019, a antiga secretaria passou a ser um departamento da Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva Urbana, remetido ao Ministério da Cidadania. Além disso, a economia solidária ficou dividida em duas secretarias, acarretando uma política pública desintegrada, já que o setor rural tornou-se parte do Ministério da Agricultura. O quadro de servidores, desta vez, caiu ainda mais, finalizando em 20 de março de 2019 a maio de 2020.

Esta mudança, porém, não durou muito, uma vez que, em 14 de agosto de 2020, foi publicado o Decreto nº 10.461 aprovando a estrutura regimental e o quadro demonstrativo de cargos em comissão e funções de confiança do Ministério da Cidadania. O Departamento de Economia Solidária, portanto, não existe mais, existindo agora a Coordenação-Geral de Economia Solidária, Associativismo e Cooperativismo, inserida dentro do Departamento de Inclusão Produtiva Urbana.

O quadro de servidores aqui finalizou sendo o menor de toda a história durante a institucionalização da Senaes, pois totalizou apenas 12 servidores de junho de 2020 até o final de 2020. Logo, nota-se que a fase Departamento e Coordenação-Geral (2019-2020) foi a que mais perdeu em termos de estrutura organizacional.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

No que diz respeito à Participação Social, a Secretaria Fase I (2003-2011) se destaca das outras fases, já que foi a partir da mobilização do movimento da economia solidária nessa fase que houve a criação da Senaes, assim como a disseminação do tema. Isso é corroborado pela entrevista realizada com o ator-chave que esteve presente na Senaes desde a sua criação. Segundo ele, foi neste período que a economia solidária criou uma identidade política, além da capacidade de dialogar com o governo a partir do CNES. É importante destacar aqui a “Carta ao Lula: Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento – apresentação de diretrizes e situação da ES no Brasil”, que trazia a demanda de criação da Senaes; a atuação do GT Brasileiro em Economia Solidária pela inserção da Secretaria na pasta do MTE; além do CNES e das Conaes.

Com relação às reuniões do CNES durante a fase I da Senaes, desde sua criação, em junho de 2006, até o final de 2011, foram realizadas 12 reuniões ordinárias. A partir do CNES, foi convocada a I Conaes em junho de 2006 e a II Conaes em junho de 2010, totalizando duas conferências nesse período. Isso demonstra que havia mobilização dos atores da economia solidária para continuar sua articulação com o Estado.

Quando observada a questão da Participação Social na Secretaria Fase II (2012-2015), é possível dizer que, com relação ao número de reuniões do CNES, não houve muita diferença quando comparado à fase anterior. Entre os anos de 2012 e 2015, um período de quatro anos, foram realizadas sete reuniões ordinárias do CNES, enquanto na fase anterior, em um período de seis anos contando da criação do conselho (2006 a 2011), foram 12. Logo, a proporção de reuniões se iguala. Destaca-se, ainda, a realização da III Conaes, que teve como foco a criação do 1º Plano Nacional de Economia Solidária, refletindo, mais uma vez, a mobilização do movimento frente às demandas da economia solidária. O entrevistado destacou durante a entrevista que as Conaes foram de exímia importância para o movimento, pois mobilizaram milhares de pessoas e atores importantes.

A fase Subsecretaria (2016-2019), quando analisada a dimensão Participação Social, destoa totalmente das fases anteriores. Desde a III Conaes, nenhuma outra foi realizada, tornando o período da subsecretaria o único até então sem a realização da conferência. Não obstante, só houve três reuniões do CNES, uma por ano até o ano de 2018, quando foi realizada a última reunião. Sendo assim, a partir desta fase, nota-se que a transformação na estrutura organizacional da Senaes também ocasionou o enfraquecimento da participação social, estreitando assim um canal de comunicação importante entre o Estado e o movimento. Para o entrevistado, 2016 foi o ano em que ocorreu o fim da política de economia solidária no Brasil, juntamente com o enfraquecimento do movimento.

A quarta fase da Senaes, Departamento e Coordenação-Geral (2019-2020), serve para corroborar o observado na fase anterior. A partir da ida da Senaes em forma de departamento e, conseqüentemente, do CNES para o Ministério da Cidadania, o Conselho teve suas atividades descontinuadas. Ainda, sua composição foi alterada, passando a ser tripartite e tendo a representação do governo, trabalhadores e empregadores. A inclusão da nova categoria incluindo empregadores distancia o ideário associativista/cooperativista da economia solidária, o que demonstra o desconhecimento da atual gestão. Por fim, desde 14 de junho de 2018, nenhuma reunião foi realizada, e não há perspectiva de retorno para a convocação, que agora está sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Inclusão Produtiva Urbana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia solidária é importante não só como uma alternativa e inclusão por meio do trabalho, renda e produção aos trabalhadores em meio à sociedade capitalista, mas também como um movimento social de todos que visam alcançar uma transformação social a longo prazo. Dito isto, vê-se a importância do papel do Estado no que tange ao apoio de práticas de economia solidária, uma vez que este tem o poder de garantir direitos à população marginalizada ao mesmo tempo que proporciona a sua inclusão social e econômica.

Uma política pública de economia solidária bem desenvolvida, portanto, serviria para dar subsídio às práticas deste movimento enquanto proporciona oportunidades que este grupo não consegue alcançar no modo de concorrência capitalista. No entanto, como foi observado na literatura, é preciso que haja atenção para que a política pública de economia solidária se atenha às suas especificidades e não perca o seu real sentido frente aos seus valores.

O objetivo deste trabalho consistiu em compreender as mudanças institucionais na política pública de economia solidária no âmbito federal entre os anos de 2004 e 2020, e para alcançá-lo foi imprescindível identificar dimensões de institucionalização da política pública de economia solidária para, posteriormente, descrever e compreender as mudanças ocorridas no processo de institucionalização. Assim, a partir do que a literatura apresenta sobre políticas públicas de economia solidária, foram identificadas as cinco dimensões, que serviram para comparar o antes e o depois das características presentes no processo institucional da política pública ao longo de fases distribuídas em quatro períodos históricos. Observou-se que é possível identificar um processo de avanço em todas as dimensões entre os anos de 2003-2015, enquanto, a partir de 2016 até 2020, ocorreu um processo de retrocesso.

Entre os anos de 2003-2011 e 2012-2015 (Fase I e II e da Secretaria), a política pública de economia solidária teve um processo ascendente quando se trata de ação e integração de políticas públicas, recursos financeiros, marco legal, estrutura organizacional, e participação social. Em todas estas dimensões, mesmo com algumas mudanças, como demonstrado na análise dos resultados, houve avanços na política pública em âmbito federal.

Já a partir da fase Subsecretaria (2016-2019) seguida da fase Departamento e Coordenação-Geral (2019-2020), houve retrocessos em todas as cinco dimensões, sendo a última fase a que mais sofreu em todos os quesitos. As principais perdas que merecem ser destacadas são com relação à estrutura organizacional e à participação social. A mudança de governo e, junto disto, do quadro técnico da secretaria e os constantes

rebaixamentos foram impactando diretamente na diminuição da temática da economia solidária na agenda governamental. O CNES, ferramenta de extrema importância para o movimento e sua relação com o governo, teve suas atividades descontinuadas, além de ter sua configuração alterada e demonstrar o desconhecimento da atual gestão a respeito do movimento da economia solidária.

Sendo assim, levando em consideração o exposto, entende-se que, com o decorrer dos anos, desde o surgimento da Senaes em 2003 e a força adquirida pelo movimento com o passar do tempo, os últimos tempos (2016-2020) foram os que mais afetaram a política pública de economia solidária no âmbito federal. Isto demonstra a falta de interesse de um governo com as pautas do movimento, assim como um movimento que acabou se fragmentando concomitantemente às mudanças institucionais. Por isso, este trabalho pode servir como subsídio para que as questões aqui levantadas, pautadas em estudos e dados, sejam levadas adiante com o intuito de servir como uma modesta base para o estudo das políticas públicas de economia solidária, assim como para o seu desenvolvimento.

Por fim, cabe citar que esta pesquisa não serve para preencher todas as lacunas a respeito das mudanças institucionais da política pública de economia solidária em âmbito federal. Por isso, convém deixar alguns comentários, bem como recomendações para que possam servir como orientações tanto para acadêmicos e pesquisadores do campo da economia solidária e do campo de públicas quanto para administradores públicos.

Primeiro, é importante ressaltar que as dimensões aqui identificadas não se limitam ao exposto, podendo ser alteradas ou complementadas de acordo com novos estudos. Logo, nota-se a necessidade de mais estudos neste sentido. Em segundo lugar, é preciso dizer que diversas informações que constavam em *sites* governamentais não são mais encontradas, porque alguns desses portais não existem mais. Por isso, a organização dessas informações seria de grande valia para novos estudos, principalmente com relação à participação social. E, por último, é imprescindível destacar que estudos sobre a política pública de economia solidária devem sempre levar

em consideração sua interdisciplinaridade, seu caráter multidimensional e transversal. O presente estudo demonstra esta importância não só com base na literatura apresentada por diversos autores, mas também ao compreender durante as fases a diminuição da integração da política quando havia retrocesso nesta dimensão.

Com isto explanado, cabe ressaltar que as observações descritas anteriormente foram percebidas durante o desenvolvimento desta pesquisa, mas que não constavam como um dos objetivos. Ainda, é válido deixar claro que elas não se limitam ao que foi apontado, tendo em vista que diversas novas lacunas podem surgir a partir da reflexão de cada um e também ao longo do tempo. O importante é sempre estar disposto a pesquisar e apontar não apenas soluções, mas também questionamentos que promovam a produção de novas pesquisas que resultem em benefícios para o desenvolvimento da economia solidária.

REFERÊNCIAS

- ARCANJO, M. A. S.; OLIVEIRA, A. L. M. A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária: avanços e retrocessos. *Perseu: História, Memória e Política*, São Paulo, n. 13, ano 11, p. 231-249, 2017.
- BRASIL. Ministério do Emprego e Trabalho. Secretaria Nacional de Economia Solidária. *Avanços e desafios para as políticas públicas de economia solidária no governo federal 2003/2010*. Brasília, DF: Senaes/MTE, 2012.
- BRASIL. Conselho Nacional de Economia Solidária. *1º Plano nacional de economia solidária*. Para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável. Brasília, DF: CNES/MTE, 2015.
- CORTEGOSO, A. L.; SHIMBO, I. Empreendimentos Solidários, Universidades, Movimentos Sociais e Gestores Públicos: Articulação de Esforços na Promoção da Economia Solidária no Brasil de Hoje. Trabalho

apresentado na 2a Jornada Universitaria sobre Cooperativismo, Economía Solidaria y Procesos Asociativos, Montevideo, Uruguai, 2005.

FORTE, J. P. S. A construção do direito à economia solidária no Brasil: processo sociopolítico de regulação para uma política pública nacional. *In: CONGRESSO DE PESQUISADORES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA*, 1., 2015, São Carlos. *Anais [...]*. São Carlos: Diagrama Editorial, p. 1-19, 2015.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MONTEIRO, P. C. *Economia solidária como política pública: desafios de uma construção – reflexões a partir da experiência baiana*. 2009. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

MORAIS, L. P. *Estrategias de supervivencia y elaboración de políticas públicas: el papel de la economía social y solidaria en Latinoamérica y la contribución de Brasil hacia la construcción de políticas emancipadoras*. Ginebra: Social and Solidarity Economy; Unrisd, 2014.

MORAIS, L. P. *La necesidad de políticas públicas integradas para la Economía Social y Solidaria: la experiencia brasileña*. Gêneve: ILO, 2015.

MORAIS, L. P.; MENEZES, D. Economia Social e Solidária (ESS) no Brasil no Século XXI: avanços, limites e desafios atuais. *Anuario Iberoamericano de la Economía Social*, Valencia, v. 1, p. 29-40, 2019.

MOYA, R. D. *Limites à Economia Solidária: legitimidade e legalidade*. O caso da Cooperativa Cooperlimp e seus impactos no desenvolvimento territorial. 2010. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – UFSCar, São Carlos, 2010.

NAGEM, F. A.; SILVA, S. P. Institucionalização e execução das políticas públicas de economia solidária no Brasil. *Revista de Sociologia Política*, Florianópolis, v. 21, n. 46, p. 159-183, 2013.

SANTIAGO, A. O. Economia Solidária: a institucionalização de um outro mundo possível. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 39., 2015, Caxambu. *Anais [...]*. São Paulo: Anpocs, p. 2-31, 2015.

SILVA, S. P. Crise de paradigma? A política nacional de economia solidária no PPA 2016-2019. *Mercado de Trabalho*, Brasília, DF, n. 64, 2018.

VERA, A. *Metodologia da pesquisa científica*. Porto Alegre: Globo, 1980.

VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

VOLTANDO A CAMPO 15 ANOS DEPOIS DO PRIMEIRO MAPEAMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Susana Iglesias Webering 1

Maria Anielly do Santos 2

INTRODUÇÃO

A discussão da economia solidária (ES) emergiu no Brasil para designar os grupos de produção e comercialização coletivos e autogestionários – sejam informais, associações ou cooperativas – com a participação e apoio de gestores públicos, assessorias e universidades. Estas relações que (re) constroem o trabalho baseadas na cooperação e ideais de solidariedade vêm constituindo redes de empreendedores, fóruns, disciplinas em universidades, pesquisas, redes de gestores públicos, com diversidade de áreas de atuação, formação e níveis sociais.

Esta pesquisa recupera o histórico desta discussão no Brasil, bem como o intento de institucionalizar o *campo* com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), criada em 2003 no âmbito do então Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e as primeiras ações desenvolvidas por este órgão, entre elas o primeiro mapeamento nacional dos empreendimentos de ES no Brasil, que teve a finalidade de conhecer a realidade da ES, gerar um

1 Docente do Departamento de Administração e Turismo do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT) e do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Estratégia (PPGE) da UFRRJ.

2 Egressa do curso de graduação em Administração do Instituto Multidisciplinar da UFRRJ, onde foi bolsista de iniciação científica da Faperj.

sistema de informações que servisse de base para políticas públicas, disseminar e incentivar os fóruns e redes (BRASIL, 2006).

A pesquisa se desenvolveu então na Baixada Fluminense no Rio de Janeiro voltando a campo 15 anos depois do primeiro mapeamento realizado na região (WEBERING, 2005a, 2005b, 2019, 2020; WEBERING; THIOLENT, 2008; SILVA; WEBERING, 2008; OLIVEIRA; WEBERING, 2010), revisitando dez municípios: Nova Iguaçu, Mesquita, São João de Meriti, Seropédica, Nilópolis, Duque de Caxias, Japeri, Magé, Queimados, Belfort Roxo. Assim, a questão que orientou a pesquisa: qual a realidade da ES na Baixada Fluminense 15 anos depois do processo de divulgação e mobilização realizado pela equipe gestora no estado do Rio de Janeiro por ocasião do primeiro mapeamento de ES no Brasil?

O objetivo foi diagnosticar os espaços de discussão e articulação dos atores envolvidos nos municípios investigados, bem como as políticas públicas e legislação existentes. Para isso, foi realizada uma pesquisa exploratória: levantamento bibliográfico, entrevistas, visitas às prefeituras e secretarias municipais, participação nos fóruns, contatos com os grupos de produção.

Se em 2004 o termo ES era pouco conhecido e havia apenas o embrião de um fórum no município de Duque de Caxias, hoje a região conta com fóruns municipais em quase todos os municípios, normativas jurídicas e está sendo articulado um fórum regional. Não obstante, se reconhece a fragilidade em termos de (re)conhecimento da ES, seu fortalecimento e consolidação de um segmento específico de atividade econômica e social.

ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

O histórico da ES remete à crise econômica da década de 1990 e o desemprego que atravessava o país, quando começaram a se desenvolver experiências de cooperativas populares e ganhava contorno uma ES que não reconhecia a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) como representante única do cooperativismo no Brasil e órgão técnico-consultivo

do governo (PINHO, 2004). Essas cooperativas nunca se registraram na OCB e surgiram representações múltiplas, que no primeiro decênio de 2000 conformariam novos polos de decisões políticas locais, regionais e nacional.

Nesse contexto em que nem a economia empresarial nem a estatal criavam condições de trabalho a uma parcela crescente da população, se reconheceu o papel da economia popular, apesar de toda a sua fragilidade. Um setor da economia que se caracterizava não por investimentos de capital, mas pela própria força de trabalho, em forma de microempresas e empreendimentos que dificilmente se separam da unidade familiar. Alguns começavam a defender a ideia de que a economia estaria dividida em três subsistemas: a economia empresarial-capitalista; a economia pública; e a economia popular, empobrecida, atravessada por contradições internas e que se confronta com os outros dois subsistemas (CORAGGIO, 1998; ICAZA; TIRIBA, 2003).

Em meio ao fenômeno de *viração* dos trabalhadores, na busca de desenvolver maneiras de gerar renda para sua sobrevivência, começaram a surgir também as formas de organizações coletivas do trabalho e o termo economia popular solidária, ou simplesmente ES, para designar o surgimento de um novo tipo de relação entre atores sociais no centro da crescente precarização do trabalho e exclusão social vivenciada no país. Pesquisas começavam a evidenciar a importância dessas experiências; também as ações realizadas pela sociedade – como campanhas de combate à fome, à miséria e ao desemprego – e políticas públicas – como programas de renda mínima, de qualificação e o microcrédito – fizeram parte do processo de propagação do movimento. Na época, chamava atenção o fato de os atores que davam “forma” ao campo teórico da ES estarem envolvidos no movimento através de cursos, assessorias, incubação de cooperativas etc. (WEBERING, 2005a, 2005b).

São considerados princípios da ES: a autogestão: os trabalhadores deixam de estar subordinados a patrões, tomando decisões de forma participativa e coletiva; democracia: a força da ES é a transformação estrutural das relações econômicas, o trabalho deixa de estar subordinado ao capital; a cooperação entre trabalhadores, entre empresas, entre países, como o contraponto à

competição; centralidade no ser humano e não no lucro: o objetivo da atividade econômica é garantir as necessidades das pessoas; valorização da diversidade, reconhecendo o papel da mulher, sem discriminação de crença, cor ou opção sexual; emancipação e liberdade; valorização do saber local, da cultura e tecnologias sociais; valorização da aprendizagem e formação permanentes; justiça social na produção, comercialização, consumo, financiamento e desenvolvimento, contribuindo com a diminuição das desigualdades sociais e disseminação dos valores de solidariedade; cuidado com o meio ambiente e responsabilidade pelas gerações futuras (BRASIL, 2007).

A consolidação do movimento de ES e a sua institucionalização via Senaes, criada em 2003 no âmbito do então MTE e que teve Paul Singer como secretário durante 13 anos, além de secretarias em outros âmbitos da administração pública, transformaria, “de fato”, o papel da OCB como representante única do cooperativismo no Brasil (PINHO, 2004), pois muitos empreendimentos passaram a se orientar pelo conceito de ES.

Foi a Senaes que realizou o primeiro mapeamento nacional dos empreendimentos de economia solidária (EES) no Brasil em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) entre os anos de 2004 e 2006. O mapeamento aconteceu pela organização de uma equipe gestora nacional e equipes gestoras estaduais (EGE) (formadas por universidades, empreendimentos, fóruns de ES, assessorias, delegacias regionais do trabalho etc.) que viabilizaram uma articulação entre movimentos sociais, empreendimentos, fóruns de gestores públicos e entidades de apoio, permitindo que ocorresse uma primeira aproximação desses empreendimentos, em sua maioria informais. Por ocasião do primeiro mapeamento, ocorreu um trabalho intensivo de divulgação da ES e incentivo à criação dos fóruns regionais e municipais. O mapeamento serviu para alimentar uma base de dados, o Sistema de Informações em Economia Solidária (Sies), com o objetivo de fomentar pesquisas, informações e políticas públicas de ES (WEBERLING, 2005a, 2005b).

O primeiro mapeamento identificou 14.954 EES em 2.274 municípios brasileiros (BRASIL, 2006). Entre o final de 2009 e início de 2013,

ocorreu o segundo mapeamento de ES. Nesta ocasião, foram identificados 19.708 empreendimentos, organizados e distribuídos entre 2.713 municípios brasileiros em todos os estados da federação. Deste total, 11.869 (60,2%) eram novos EES, ou seja, não haviam sido registrados no mapeamento anterior, e 7.839 (39,8%) foram EES revisitados (IPEA, 2016).

Além do mapeamento, a Senaes implementou o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, fazendo-o de forma participativa, incluindo a sociedade civil no processo deliberativo. Para isso, duas estruturas foram fundamentais na definição, no acompanhamento e na legitimação de ações e projetos sob a coordenação da Senaes: o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) e as Conferências Nacionais de Economia Solidária (Conaes), que ocorreram em 2006, 2010 e 2014. Para se ter uma ideia, somente na II Conaes foram realizadas 27 conferências estaduais, nas quais foram eleitos 1.460 delegados, sendo 730 de empreendimentos solidários, 365 do poder público e 365 de organizações da sociedade civil. Como preparatório, foram realizadas 187 conferências territoriais ou regionais, em 2.894 municípios brasileiros, com 15.800 participantes de segmentos representativos locais da ES (SILVA; CUNHA; SILVA, 2018).

Em 2015, o 1º Plano Nacional de ES foi aprovado, consolidando as deliberações da 3ª Conferência Nacional e trabalhando com a sociedade civil para fornecer ferramentas para a administração federal e outras instâncias (estaduais, distrital e municipais) agirem, com vistas a fortalecer a ES no país. O Plano Nacional continha como principais desafios: foco na organização da produção, vendas e consumo, obtenção de crédito e fortalecimento de políticas solidárias de financiamento, educação e treinamento, consultoria técnica e progresso das instituições de ES no país. As metas do plano foram traduzidas no Plano Plurianual 2016-2019 do governo federal (IPEA, 2016).

O principal desafio das políticas públicas é a continuidade. No país, há um histórico de descontinuidade das políticas públicas, dependendo da orientação dos representantes eleitos. Desde a sua criação, em 2003, até o ano de 2016, a Senaes desenvolveu ações no sentido de institucionalizar a política pública de ES no Brasil, em diálogo constante com o movimento de

ES, enquanto estratégia de desenvolvimento econômico, social e sustentável. Não obstante, observou-se um retrocesso nestas conquistas desde 2016. Durante o governo Temer, a Senaes foi transformada em subsecretaria do MTE e teve seu orçamento restringido. Já no início do governo de Jair Bolsonaro, o próprio MTE, órgão que representava o espaço de mediação entre capital e trabalho, foi extinto. As atribuições da Senaes foram enviadas ao Ministério da Cidadania, ficando restritas à política de assistência social e renda, vinculada ao conceito de cidadania. Esta ação mutila o projeto de ES enquanto estratégia de desenvolvimento econômico e social via cooperativismo e associativismo urbano e rural. Outra expressão disso foi a paralização do CNES e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea). Do Consea partiu a proposição de programas pioneiros e fundamentais relacionados à agricultura familiar: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); a ampliação e aperfeiçoamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com a determinação de que 30% da alimentação escolar seja comprada dos agricultores familiares; a aprovação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica; a proposição da Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (Projeto de Lei nº 6.670/2016). Ou seja, programas que estiveram relacionados à ES, reconhecida como estratégia para organização dos agricultores familiares (PINHO, 2019).

Não obstante, em dezembro de 2019 o Senado Federal aprovou o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 137/2017, que cria a Política Nacional de Economia Solidária (PNES) e o Sistema Nacional de Economia Solidária (Sinaes). A matéria ainda está pendente de aprovação na Câmara dos Deputados, mas foi considerada uma vitória pelo movimento de ES. O projeto original é de 2012 – Projeto de Lei (PL) nº 4.685 – e foi proposto pelos deputados Paulo Teixeira (PT-SP), Eudes Xavier (PT-CE), Padre João (PT-MG), Luiza Erundina (PSB-SP), Miriquinho Batista (PT-PA), Paulo Rubem Santiago (PDT-PE), Bohn Gass (PT-RS) e Fátima Bezerra (PT-RN). Além do cadastro nacional, o PNES prevê estratégias de desenvolvimento sustentável, fomento do trabalho cooperativo e associativo via empreendimentos solidários autogestionários, define os empreendimentos beneficiários da política e dispõe ainda sobre ações de educação, assistência técnica e crédito

subvencionado (POLÍTICA, 2019). Parece contraditório, pois, justamente quando a Senaes e as instâncias participativas (CNE e Conaes) foram desarticuladas, a PNES está em vias de ser efetivada. A questão que emerge é *se e como* a PNES será operacionalizada.

MEMÓRIA DO PRIMEIRO MAPEAMENTO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E NA BAIXADA FLUMINENSE

Para a realização do mapeamento nacional dos empreendimentos de ES, a Senaes contou com a parceria do FBES entre os anos de 2004 e 2006. O mapeamento aconteceu pela organização de uma equipe gestora nacional e equipes gestoras estaduais (EGE) (formadas por universidades, empreendimentos, fóruns de ES, assessorias, delegacias regionais do trabalho etc.) que viabilizaram uma articulação entre movimentos sociais, empreendimentos, fóruns de gestores públicos e entidades de apoio, permitindo que ocorresse uma primeira aproximação desses empreendimentos, em sua maioria informais. Por ocasião do primeiro mapeamento, ocorreu um trabalho intensivo de divulgação da ES e incentivo à criação dos fóruns regionais e municipais (WEBERING, 2005a).

Para cada EGE, a Senaes disponibilizou uma listagem proveniente do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e da Relação Anual de Informações Sociais (Rais); a partir daí, foi feita uma pré-seleção de empreendimentos, excluindo aqueles facilmente percebidos como empresas capitalistas ou cooperativas de fachada, ou outros cujo próprio nome demonstrasse não estarem relacionados à ES. Para essa pré-listagem, entraram as associações com fins econômicos e cerca de 10% das cooperativas, e as informações precisavam ser completadas pela equipe local (WEBERING, 2005a).

A EGE local precisou indicar uma entidade para a realização do convênio com a Senaes, obtendo assim os recursos necessários para o desenvolvimento das atividades de pesquisa. A EGE era corresponsável pela elaboração do *plano de trabalho* com esta entidade, participando das decisões. Este

plano previa as equipes de entrevistadores, supervisores, como também o roteiro de atividades técnicas que dariam suporte ao Sies. A entidade assumia responsabilidade de trabalhar em parceria e *solidariamente* com a EGE na coordenação executiva da pesquisa (WEBERING, 2005a).

A EGE do estado do Rio de Janeiro era composta por membros de empreendimentos, pelo Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro (FCP), pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pelo Centro de Ação Comunitária (CEDAC), Projetos Alternativos Comunitários (Pacs), Centro de Aprendizagem e Desenvolvimento Técnico e Social (CADTS), Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa (Capina), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Instituto Integrar e por um representante da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) do RJ (WEBERING, 2005a).

Na época, além do FCP, havia a Rede Solidária de Angra dos Reis, o Fórum de ES de Duque de Caxias, que vinha sendo animado desde julho de 2004 pelo Cedac, e o Fórum Municipal de ES de Teresópolis. A discussão da ES concentrava-se nestes locais, abrangendo principalmente empreendimentos da região metropolitana que frequentavam tais fóruns e, de alguma maneira, estavam ligados às instituições de fomento e assessorias. Por este motivo, a EGE planejou a realização de seminários regionais por todo o estado do Rio de Janeiro para divulgar a ES por regiões interioranas (WEBERING, 2005a).

Para que isso fosse possível, os membros da EGE se dividiram por todas as regiões, marcando encontros nas DRT para conversarem com os subdelegados e suas equipes, no intuito de esclarecer o mapeamento e o motivo dos seminários. Algumas delegacias que abrangiam mais localidades ficaram responsáveis por mais de um seminário, como a de Petrópolis, que abrangeu o desta cidade e o de Teresópolis. Para estas “visitas” da EGE nas DRT, também foram chamadas lideranças e entidades de cada localidade, todas por meio do conhecimento e busca dos membros da EGE nestas regiões. Assim, foi possível a formação de equipes locais para a organização dos seminários (WEBERING, 2005a).

Os seminários ocorreram, alguns com mais participação, outros com menos. Em todos eles, estavam presentes pelo menos um membro da EGE. Ao todo, foram 17 seminários nos meses de novembro e de dezembro de 2004 com o intuito de divulgar, pré-cadastrar os empreendimentos e propor a formação dos fóruns regionais de ES. Em algumas regiões, aconteceram as indicações para a continuidade dos encontros, como foi o caso de Nova Iguaçu, Niterói e Volta Redonda (WEBERING, 2005a).

A EGE Rio foi a única a planejar seminários regionais de divulgação, a buscar parcerias com as DRT, lideranças e entidades locais para a organização e divulgação da ES. O seminário que abrangeu Duque de Caxias, Magé e São João de Meriti aconteceu no dia 11 de dezembro de 2004. O seminário que abrangeu os municípios de Belfort Roxo, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados e Mesquita aconteceu no dia 12 de dezembro de 2004. Embora não constem na listagem, pois os seminários ocorreram numa primeira fase do mapeamento e respeitaram a abrangência das DRT, Japeri e Seropédica também foram mapeados (WEBERING, 2005a).

A estrutura e o apoio das DRT (na época vinculadas ao MTE) foram fundamentais para a realização do mapeamento. Este fato gerou até mesmo surpresa por parte de alguns delegados, pois, entre as funções das DRT, estava justamente fiscalizar o trabalho informal, realidade da maioria dos empreendimentos e o que justificava a desconfiança por parte destes (WEBERING, 2005a).

De fato, na época, o seminário de Nova Iguaçu foi proveitoso. Ali foi organizada uma equipe – duas pessoas de assessorias e duas de empreendimentos, sendo uma associação de artesãos e outra do grupo de produção da Diocese de Nova Iguaçu – para garantir a organização de um segundo encontro. A equipe continuou se reunindo na DRT, com a delegada do trabalho, um representante do FCP, um do Movimento Fé e Política e uma pesquisadora da UFRJ. O objetivo era organizar um segundo evento. O grupo cresceu, juntaram-se um padre, mais empreendedores, um representante da Secretaria Municipal do Trabalho, um do Centro de Direitos Humanos da Diocese de Nova Iguaçu. O grupo se dedicou a organizar um segundo

evento, que aconteceu no dia 17 de setembro de 2005 no Sesc de Nova Iguaçu. Optou-se pelo formato de uma feira cultural e de ES, com exposição dos empreendimentos e grupos culturais. O evento contou também com a presença de autoridades locais, palestrantes e membros do FCP. O intuito era oficializar a criação de uma rede de empreendimentos na região (WEBERING, 2005a).

Na segunda fase do mapeamento, os empreendimentos que constavam na pré-listagem organizada pela Senaes, mais aqueles que foram contatados na primeira fase, foram visitados e entrevistados. Posteriormente, aqueles que foram considerados de ES, de acordo com o termo de referência que orientou o mapeamento, foram cadastrados no Sies (WEBERING, 2005a).

A BAIXADA FLUMINENSE

A Baixada Fluminense é parte da região metropolitana do Rio de Janeiro. Pode-se dizer que a ocupação dos municípios que compõem hoje a região, de modo geral, está dividida em duas fases: a primeira permeou desde o período colonial até a primeira metade do século XX, marcada pela economia agrícola; a segunda, a partir da década de 1950 até os dias de hoje, se caracteriza pelo processo de extensão da metrópole, abrigando grandes contingentes populacionais (NOVA IGUAÇU, 2004).

Para expressar o crescimento acelerado na região, Nova Iguaçu cresceu entre os anos da década de 1950 e 1960 a uma taxa geométrica anual de 9,5%. Enquanto em 1950 tinha uma taxa de 46,60% de população rural, chega à década de 1980 com essa mesma taxa a 0,29%, quando se transformou na sétima maior cidade do país, eminentemente operária, de mão de obra não qualificada e composta de migrantes (55% da população) (NOVA IGUAÇU, 2004). Esta evolução histórica explica o fato de hoje a Baixada Fluminense condensar dramáticas contradições da sociedade brasileira.

Até a década de 1940, quase a totalidade da região era composta pelo município de Nova Iguaçu. Na Figura 1, temos o mapa das emancipações.

Figura 1 – Mapa de emancipações.



Fonte: Nova Iguaçu (2004).

O conjunto dos municípios possui em torno de 20% do total da população do estado do Rio de Janeiro e a segunda maior densidade demográfica, inferior apenas à da capital. No entanto, somente o município de São João de Meriti possui a maior densidade demográfica do país, o que representa também a diversidade existente entre os municípios (SEBRAE, 2015).

Somada aos problemas econômicos e sociais, a Baixada é vítima de uma construção narrativa midiática que associa a região a um “outro” exótico, perigoso, desvalorizado, “terra sem lei”, “terra de ninguém” (ENNE, 2013, p. 4).

Na Tabela 1, são apresentados alguns dados dos municípios pesquisados.

Tabela 1 – Dados dos municípios pesquisados.

Elementos	Belford Roxo	Duque de Caxias	Japeri	Magé	Mesquita	Nilópolis	Nova Iguaçu	Queimados	São João de Meriti	Seropédica
População (mil) Censo 2010	469.332	855.048	95.492	227.322	168.376	157.425	796.257	137.962	458.673	78.186
Área (km²)	78,985	467,319	81,697	390,775	41,490	19,393	520,581	75,927	35,216	265,189
Pessoal ocupado (2018)	36.276	164.440	7.513	28.478	16.265	20.821	107.346	17.229	60.853	15.194
PIB <i>per capita</i> (2017)	16.514,03R\$	45.894,84R\$	15.956,10R\$	16.240,43R\$	13.505,21R\$	16.698,88R\$	21.077,70R\$	25.476,94R\$	19.968,09R\$	49.882,41R\$
Taxa de escolaridade de 6 a 14 anos de idade (2010)	96,2%	96,1%	96,6 %	97,7%	97,9%	96,7%	96,2 %	95,7 %	96,6 %	97,5 %
IDHM (2010)	0,684	0,711	0,659	0,709	0,737	0,753	0,713	0,680	0,719	0,713

Fonte: IBGE (2010).

METODOLOGIA

A pesquisa desenvolve uma discussão qualitativa, interpretativa e reflexiva, com base na interpretação de conceitos e implicações teóricas (DENZIN; LINCOLN, 2006); visando dar sustentação ao tema, foram utilizados como instrumentos de coleta de dados, além da pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e entrevistas com os atores envolvidos no campo da ES.

Portanto, trata-se de pesquisa exploratória: levantamento bibliográfico, entrevistas, visitas às prefeituras e secretarias municipais, participação nos fóruns, contatos com os grupos de produção.

Materiais escritos são normalmente os mais utilizados na construção das respostas às questões de pesquisa, mas, para uma adequada análise, o material documentado deve ainda ser diverso: notas de campo, diários de pesquisa, fichas de documentação e transcrição de entrevistas são alguns exemplos, além de áudios, fotos e até mesmo filmes (FLICK, 2009).

As entrevistas foram qualitativas, em que se seguiu um roteiro de questões abertas e um modo conversacional, pois o intuito foi a compreensão do mundo do participante, mediante um esforço de compreensão de significados e expressões (YIN, 2016). Foram realizadas 11 entrevistas com membros de empreendimentos, coordenadores e gestores públicos.

A técnica utilizada foi a análise de conteúdo, como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens com o intuito de gerar inferências, condicionadas pelas condições da produção (BARDIN, 2011).

Procedeu-se então à elaboração de relatórios por municípios, o que possibilitou que se chegasse a interseções, diferenças e desafios do campo.

Tabela 2 – Perfil dos entrevistados.

Entrevistado (a)	Município	Sexo	Idade	Escolaridade	Cargo	Estado civil
1	Belford Roxo	F	50 anos	Superior completo em Administração	Presidente do MP Mulheres, coordenadora do Fesbel, diretora da Federação da Associação de Artesãos	Solteira
2	Duque de Caxias	F	55 anos	Superior completo em serviço social	Assistente social na CD Vida em Caxias	Casada
3	Magé	M	37 anos	Cursando nível superior	Secretário de Agricultura Sustentável e secretário de Trabalho, Emprego e Geração de Renda	Casado
4	Mesquita	F	38 anos	Superior em Biologia e mestranda em Segurança Alimentar e Nutricional	Chefe de gabinete na Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Econômico	Solteira
5	Nilópolis	F	70 anos	Ensino médio completo	Coordenadora no Fórum de ES de Nilópolis e voluntária na Casa da Mulher Nilopolitana	Solteira

Entrevistado (a)	Município	Sexo	Idade	Escolaridade	Cargo	Estado civil
6	Nova Iguaçu	F	65 anos	Ensino médio completo	Gestora do Fórum Municipal de ES de Nova Iguaçu	Casada
7	Seropédica	F	45 anos	Ensino superior	Presidente da Cootraser	Casada
8	Seropédica	F	43 anos	Ensino médio incompleto	Associada do Serorgânico	Solteira
9	Japeri	F	54 anos	Ensino médio completo	Coordenadora da Associação da Feira da Roça de Japeri	Casada
10	Queimados	M	38 anos	Ensino superior em curso	Coordenador da Associação da Feira da Roça de Queimados	Solteiro
11	São João de Meriti	M	83	Ensino médio	Coordenadora do Fórum de São João de Meriti	Divorciada

RESULTADOS

Na Tabela 3, são apresentados os resultados com os dados das entrevistas e pesquisa documental.

Tabela 3 – Comparativo entre os municípios.

Elementos	Belford Roxo	Duque de Caxias	Magé	Mesquita	Nilópolis	Nova Iguaçu	Seropédica	Japeri	São João de Meriti	Queimados
Normativa jurídica	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não
Conselho	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Política pública	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Espaços	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Fórum ou rede	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Realiza reuniões ou assembleias	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Decisões participativas	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Parcerias	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: elaboração própria.

Embora nas legislações municipais existentes – de Belford Roxo, Duque de Caxias e Nova Iguaçu – estejam previstos financiamento, criação de um fundo, capacitação, institucionalização de um conselho municipal (caso de Nova Iguaçu), na prática, as políticas públicas vêm se restringindo à concessão dos espaços de comercialização, com a exceção de Belford Roxo, onde a entrevistada explica haver maior engajamento da prefeitura. Também os municípios de Mesquita e Japeri, que não contam com uma lei, mas decretos municipais, e possuem uma trajetória de apoio na formação e parceria com empreendimentos.

Nenhum município possui conselho de ES, embora esteja previsto na lei municipal de Nova Iguaçu.

Verifica-se que em todos os municípios existem políticas públicas, mesmo que em alguns casos se reflitam apenas em espaços de comercialização. A exceção é São João de Meriti. Em Magé, embora não existam empreendimentos cadastrados no Sies, existe uma feira de agricultura familiar demandada por dois empreendimentos, a Cooperativa Magé e a Associação de Produtores Rurais de Magé, porém não existe um fórum ou rede de ES no município.

Em relação ao diagnóstico dos espaços de construção e realização da ES nos dez municípios investigados, é possível afirmar que atualmente existem espaços de comercialização e de reuniões em todos os municípios. Também é possível afirmar que existem fóruns ou redes em todos os municípios, com as exceções de Magé e Seropédica.

A existência das instâncias deliberativas, participativas e democráticas da ES se expressam na realização de assembleias e reuniões presentes nas experiências de todos os municípios. Embora em Magé haja uma parceria entre empreendimentos da agricultura familiar e a prefeitura, não há uma vinculação ao movimento de ES.

Os atores dos próprios empreendimentos, fóruns ou redes foram os que mostraram maior conhecimento do histórico da ES nos municípios sobre o funcionamento e especificidades da ES, da autogestão, bem como o interesse pela continuidade das experiências. Os gestores públicos

entrevistados não souberam informar a historicidade da ES nos municípios. Isto se explica pelas mudanças a cada governo eleito, o que prejudica também a continuidade das políticas públicas. Esta continuidade vem sendo garantida pela atuação dos fóruns, daí a importância da participação e cooperação entre os empreendimentos.

Quanto à estrutura dos espaços de ES, os membros se organizam de forma democrática e os recursos são oriundos das atividades de comercialização dos empreendimentos, que os próprios membros gerenciam com autonomia, contemplando, portanto, os princípios de autogestão e autonomia da ES.

No entanto, verifica-se uma dependência dos espaços que são cedidos pelas prefeituras, uma vez que as feiras de comercialização necessitam de incentivos municipais e regulamentação própria para exercer suas atividades.

A maioria dos empreendimentos de ES na Baixada Fluminense, de acordo com dados da Senaes, possui caráter informal, sendo formada como complemento de renda, alternativa ao desemprego e desempenho de uma atividade onde todos são donos. Nova Iguaçu possui o maior número de empreendimentos cadastrados, no entanto, é possível perceber também que o Sies não expressa a totalidade dos empreendimentos existentes.

As ações governamentais existentes são resultado da articulação dos empreendimentos via redes ou fóruns, ainda que isto tenha ocorrido com o apoio de igrejas e assessorias. Estas vêm sendo responsáveis, em grande parte, pelas iniciativas de formação e capacitação. Simultaneamente, observamos uma necessidade de ação dos governos municipais, com incentivo à disseminação da ES em seus municípios, objetivando a expansão dela.

Podemos observar que houve uma disseminação e consolidação da ES nos municípios pesquisados, com as exceções de Magé e São João de Meriti, e os fóruns e políticas públicas são expressões disso. O mapeamento empreendido pela extinta Senaes e a atuação da EGE no Rio de Janeiro tiveram papel fundamental nisto, tanto que esta memória aparece nas entrevistas realizadas em Duque de Caxias e Nova Iguaçu. Outro indicador dos desdobramentos do mapeamento é o fato de os entrevistados conhecerem o termo e saberem o que é ES, o que não ocorria naquela época.

Em Duque de Caxias, já ocorriam os primeiros encontros de um fórum municipal, o que se consolidou e conquistou uma lei municipal. Em Nova Iguaçu, aquela possibilidade observada na época dos seminários de disseminação também gerou frutos, com um fórum municipal atuante e lei municipal. A partir daí, grupos em outros municípios também foram se articulando. Hoje existe uma articulação entre os fóruns municipais que preveem a articulação de um fórum regional.

Os dados obtidos na pesquisa sugerem a relevância de empreendimentos solidários de geração de trabalho e renda como contraponto às desigualdades sociais agravadas pelas transformações no mundo do trabalho. Os indivíduos e grupos sociais que foram excluídos do mercado formal de trabalho visualizaram a construção de alternativas para a geração de trabalho e renda, como fonte de subsistência, considerando outras formas de pensar as relações entre trabalho, educação e natureza.

Os benefícios conquistados pelos empreendimentos se reverteram para estes como forma de geração de trabalho e renda, parcerias e aprendizagens, além de benefícios que acabam por direcionarem-se ao território: devido às suas características, potencial de articulação em redes, cadeias produtivas e de comercialização, a ES favorece uma dinâmica territorial, do ponto de vista econômico e social.

Embora a contribuição social seja evidente, esses trabalhadores enfrentam desafios relacionados à educação formal e qualificação profissional. Contudo, as experiências constituem um espaço diferenciado de sociabilização e aprendizagem, construído entre e pelos membros, pelas potencialidades do trabalho coletivo, resgatando a autoestima dos trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A diversidade de estratégias populares para a geração de trabalho e renda decorrentes do contexto de crise econômica, social e ambiental vigente no Brasil e no mundo, mas que assola especialmente os espaços cujos “tempos são lentos” (SANTOS, 1997, p. 79), torna urgente o

reconhecimento dessas outras formas de organização como um mecanismo para a valorização, além de seu potencial produtivo, de uma forma diferenciada de socialização. Algo que coincide com o atual contexto de pandemia em função da covid-19, em que se tem reconhecido a necessidade de se (re) valorizar os laços comunitários e solidários, o consumo local e consciente.

Ao revisitar os dez municípios 15 anos depois do primeiro mapeamento, foi possível perceber que o campo avançou, mesmo com os retrocessos vividos nos últimos anos em termos da desarticulação institucional da ES enquanto estratégia de desenvolvimento econômico, social e sustentável. O protagonista destes avanços é o próprio movimento de ES articulado por meio dos fóruns e redes que se formaram. Voltando a campo 15 anos depois do primeiro mapeamento dos empreendimentos de ES realizado pela Senaes, encontrou-se aquele que foi um de seus objetivos – divulgação da ES e incentivo à criação dos fóruns regionais e municipais – realizado.

Apesar dos embates teóricos, conceituais e políticos, um conjunto considerável de informações permite compreender seus principais padrões de localização e manifestação, bem como seus pontos de conexão com o sistema econômico mais geral e os espaços de disputa política em que seus atores estão envolvidos. Com essas informações, será possível um planejamento mais contundente de desenvolvimento regional, programas, estratégias, tecnologias sociais (DAGNINO, 2006; FEENBERG, 2017; LIANZA; ADDOR, 2015) e capacitação para o melhor aproveitamento do potencial da ES, o que deveria envolver a articulação entre os grupos (via fóruns e redes), as universidades (via extensão) e as ações governamentais (via políticas públicas).

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- APRESENTAÇÃO MP Mulheres. *MP Mulheres*, [2020]. Disponível em: <https://mpmulheres.blogspot.com/2017/01/>. Acesso em: 2 jan. 2020.

ATLAS DIGITAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA. *Projeto Sies*, [2020]. Disponível em <http://sies.ecosol.org.br/atlas>. Acesso em: 3 jan. 2020.

BARBOSA, R. N. C. A política pública de Economia Solidária. In: BARBOSA, R. N. C. *A Economia Solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2007. p. 193-287.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BONETTI, L. W. *Políticas Públicas por Dentro*. Ijuí: Unijuí, 2006.

BRASIL. *Atlas da Economia Solidária no Brasil*. Brasília, DF: MTE; Senaes, 2006.

BRASIL. *Economia solidária, outra economia acontece: cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social*. Brasília, DF: TEM; Senaes; FBES, 2007.

CORAGGIO, J. L. *Economia Urbana: La Perspectiva Popular*. Quito: Ediciones Propuesta, 1998.

DAGNINO, R. Tecnologia Social: retomando um debate. *Revista Espacios*, Caracas, v. 27, n 2, 2006.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. A Disciplina e a Prática da Pesquisa Qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. *O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

DUQUE DE CAXIAS ganha Espaço de Economia Solidária. *Baixada Fácil*, 11 jul. 2012. Disponível em: <http://baixadafacil.com.br/municipios/duque-de-caxias/duque-de-caxias-ganha-espaco-de-economia-solidaria-2052.html>. Acesso em: 3 jan. 2020.

DUQUE DE CAXIAS (RJ). *Lei nº 6.208, de 11 de jun. de 2012*. Institui a Política Pública para a Economia Solidária e define a Política Municipal de Fomento à Economia Solidária de Duque de Caxias-RJ. Duque de Caxias: Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, [2020]. Disponível em: <https://>

www2.leismunicipais.com.br/leismunicipais/originais/rj/duque-de-caxias/decreto-6208-2012.pdf. Acesso em: 2 jan. 2020.

ECINF – Economia Informal Urbana. IBGE, [2020]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9025-economia-informal-urbana.html?edicao=9026&t=o-que-e>. Acesso em: 29 set. 2020.

ENNE, A. L. A “redescoberta” da Baixada Fluminense: reflexões sobre as construções narrativas midiáticas e as concepções acerca de um território físico e simbólico. *Pragmatizes – Revista Latino Americana de Estudos em Cultura*, Niterói, v. 3, n. 4, 2013.

FEENBERG, A. *Racionalização Subversiva: Tecnologia, Poder e Democracia*. [S. l.: s. n.], 2017. Disponível em: https://www.sfu.ca/~andrewf/books/Portug_Racionalizacao_Subversiva_Tecnologia_Poder_Democracia.pdf. Acesso em: 16 nov. 2017.

FLICK, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. São Paulo: Artmed, 2009.

FOGAÇA, I. F. et al. Observatório de Turismo e Lazer na Região Turística Baixada Verde: experiência e resultados. *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, 2020. DOI: <https://doi.org/10.18472/cvt.20n1.2020.1754>.

FRANCISCO, L. D. S.; TEIXEIRA, M. G. C. Democracia e Direitos: Dimensões das políticas públicas e sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA DO CAMPO DE PÚBLICAS, 2., 2017, Brasília, DF. *Anais [...]*. [São Paulo]: ANEPCP, 2017. p. 800-826.

GAIGER, L. I. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER, S.; SOUZA, A. R. *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000. p. 267-283.

GAIGER, L. I. Políticas Públicas de Economia Social e Solidária na América Latina: desafios aquém e além da linha abissal. In: LIANZA, S.; HENRIQUES, F. C. (org.). *A economia solidária na América Latina*:

realidades nacionais e políticas públicas. Rio de Janeiro: Pró Reitoria de Extensão UFRJ, 2012. p. 175-195.

ICAZA, A. M. S.; TIRIBA, L. Economia Popular. In: CATTANI, A. D. (org.). *A outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 101-109.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2003*. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Os Novos Dados do Mapeamento de ES no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos*. Brasília, DF: Ipea, 2016.

LIANZA, S.; ADDOR, F. (org.). *Tecnologia e Desenvolvimento Social e Solidário*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2015.

NOVA IGUAÇU. *Atlas Escolar da Cidade de Nova Iguaçu*. Nova Iguaçu: Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu, 2004.

OLIVEIRA, N. S. F.; WEBERING, S. I. A Importância da Universidade no Apoio ao Empreendimento de ES: o caso da agroindústria Sabor do Tinguá. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 7., 2010, Teófilo Otoni. *Anais [...]*. [Rio de Janeiro: Eneds], 2010. p. 1-12.

PINHO, D. B. *O Cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária*. São Paulo: Saraiva, 2004.

PINHO, L. Economia solidária e a reorganização do governo Bolsonaro: o caminho é a mobilização. *Le Monde Diplomatique*, 30 jul. 2019. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/economia-solidaria-e-a-reorganizacao-do-governo-bolsonaro-o-caminho-e-a-mobilizacao/>. Acesso em: 29 set. 2020.

POCHMANN, M. *Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.

POLÍTICA Nacional de Economia Solidária é aprovada no Senado. *Agência Senado*, 11 dez. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/12/11/politica-nacional-de-economia-solidaria-e-aprovada-no-senado>. Acesso em: 29 set. 2020.

RIO DE JANEIRO. *Lei nº 5.435, de 12 de junho de 2012*. Institui a política pública de fomento à economia solidária, no âmbito da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, e dá outras providências. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, [2020]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/lei-ordinaria/2012/543/5435/lei-ordinaria-n-5435-2012-institui-a-politica-publica-de-fomento-a-economia-solidaria-no-ambito-da-prefeitura-da-cidade-do-rio-de-janeiro-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 29 set. 2020.

RIO lança Plano Estadual de Economia Solidária. *EASYCOOP: cooperativismo em revista*, 8 jun. 2017. Disponível em: <http://www.cooperativismo.org.br/Noticias/38231/Rio-lanca-Plano-Estadual-de-Economia-Solidaria>. Acesso em: 29 set. 2020.

SANTOS, M. *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico Científico Informacional*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. *Painel regional: Baixada Fluminense/Observatório Sebrae/RJ*. Rio de Janeiro: Sebrae, 2015.

SILVA, N. T. da; WEBERING, S. I. Políticas Públicas de ES em Nova Iguaçu e Municípios Vizinhos. In: SEMINÁRIO DO TRABALHO: TRABALHO, ECONOMIA E EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI, 6., 2008, Marília. *Anais [...]*. Marília: Unesp, 2008. p. 1-15.

SILVA, S. P.; CUNHA, G. C.; SILVA, R. F. da. *Mobilização Social e Deliberação Participativa na Formação da Agenda Governamental: uma análise processual das Conferências Nacionais de Economia Solidária*. Rio de Janeiro: Ipea, 2018.

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002.

TRABALHO, Desenvolvimento Econômico e Economia Solidária são temas de conferência em Nilópolis. *FNP*, 27 ar. 2015. Disponível em: <https://www.fnp.org.br/noticias/item/373-trabalho-desenvolvimento-economico-e-economia-solidaria-sao-temas-de-conferencia-em-nilopolis>. Acesso em: 16 jan. 2020.

WEBERING, S. I. *Conhecendo a realidade da Economia Solidária: o mapeamento de empreendimentos*. Rio de Janeiro, 2005a. 131 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Engenharia de Produção, UFRJ, Rio de Janeiro, 2005a.

WEBERING, S. I. Conhecendo a realidade da economia solidária: o mapeamento de empreendimentos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2., 2005b, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005b. p. 1-8.

WEBERING, S. I. Economia Social, Non-Profit Sector, Terceiro Setor ou Economia Solidária: sentidos, diferenças e similaridades. *P2P & INOVAÇÃO*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 62-82, 2019.

WEBERING, S. I. *Autogestão e Cooperação*. Curitiba: Appris, 2020.

WEBERING, S. I.; THIOLLENT, M. J. M. La Economía Solidaria en Brasil: su organización y diálogo con el Gobierno. In: CONGRESO INTERNACIONAL CIRIEC SOBRE ECONOMÍA PÚBLICA, SOCIAL Y COOPERATIVA, 27., 2008, Sevilla. *Innovación y Management: las respuestas a los grandes desafíos de las empresas de la economía pública, social y cooperativa*. Valencia: CIRIEC-España, 2008. p. 1-26.

YIN, R. K. *Pesquisa Qualitativa do Início ao Fim*. Porto Alegre: Penso, 2016.



FINANCIAMENTO E PRÁTICAS DE FINANÇAS SOLIDÁRIAS

COOPERATIVISMO DE CRÉDITO: UMA ALTERNATIVA SOCIAL E SOLIDÁRIA NAS RELAÇÕES FINANCEIRAS

Lucas Ferdinando Rorato¹

Leandro Pereira Morais²

INTRODUÇÃO

O sistema capitalista contemporâneo presencia um contexto paradoxal, no qual apresenta de um lado constantes avanços materiais provocados pela IV Revolução Industrial e a emergência da Indústria 4.0, mas por outro lado apresenta, concomitantemente, crescente aumento de problemas sociais como, por exemplo, concentração de renda, pobreza, desigualdade e desemprego. Em meio a esse paradoxo de avanço material com retrocesso social, emerge um modelo alternativo, presente no próprio capitalismo, que se apresenta como uma resposta a esses problemas sociais, a Economia Social e Solidária (ESS) (MORAIS, 2019).

Nas raízes desse paradoxo é possível encontrar inúmeros problemas sociais que nem o Estado, nem o setor privado do sistema capitalista são capazes de solucionar sozinhos. Por esse motivo, muitos trabalhadores começaram a se organizar em um modelo alternativo que dessem a eles a oportunidade de satisfazerem suas necessidades sociais, conquistando, dessa forma, uma melhor qualidade de vida e de emprego. Esse movimento de busca por um modelo alternativo são as bases da ESS.

1 Mestrando do Programa de Pós-Graduação (PPG) em Economia da FCL – Unesp Araraquara e bolsista CAPES.

2 Professor Doutor e Pesquisador do Departamento de Economia e Coordenador do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Economia Solidária, Criativa e Cidadania (NEPESC) da FCL – UNESP Araraquara/SP

Em virtude de sua grande importância social frente a esse contexto paradoxal e por conseguir resolver problemas socioeconômicos, o conceito rapidamente se disseminou e ganhou espaço na academia, nas políticas públicas e nos debates internacionais. Entretanto, essa rápida disseminação gerou nesse setor uma grande heterogeneidade teórico-conceitual, uma vez que ele engloba uma vasta variedade de atividades e organizações em todos os setores da economia, na forma de cooperativas, associações, ONGs, fundações, entre outras (MORAIS, 2013).

Essa heterogeneidade gerou uma enorme pluralidade no setor e esse se tornou um dos maiores desafios atuais da ESS. Não há um consenso acadêmico com relação a definição desse conceito e quais entidades o compõe, o que torna essa discussão permeada de embates e conflitos (MORAIS, 2013). Diante disso, Moreno & Chaves (2006) dividiu o conceito em três enfoques teóricos: (i) *Economia Social (ES)*; (ii) *Organizações sem fins lucrativos*; e (iii) *Economia Solidária (ESOL)*. Frente a esse cenário de heterogeneidade teórico-conceitual, o presente artigo adota uma divisão, na qual a ESOL é um subconjunto da ES, como objetivo de poder analisar os conceitos de forma individual, elencando suas principais similaridades e diferenças, para se alcançar os resultados esperados.

As bases do que viria a ser a Economia Social (ES) ocorreu durante a I Revolução Industrial, no século XVIII, quando operários que sofriam com problemas socioeconômicos buscaram se organizar em um modelo de autogestão, no qual a finalidade não era mais o lucro, mas melhorar a quantidade e a qualidade do trabalho. Esse modelo deu certo e segundo Singer (2002) passou a ser visto como uma alternativa viável que poderia reduzir o desemprego e a exclusão social, por esse motivo, o conceito rapidamente se disseminou pelo mundo todo.

Nas últimas décadas a Economia Social (ES) ganhou expressivo espaço nas discussões políticas e acadêmicas, em decorrência dos graves problemas de produção e distribuição de recursos que o modelo capitalista apresenta, que acarreta desemprego, pobreza e má qualidade de vida. Diante disso, a ES se tornou uma alternativa de produção dentro do capitalismo que visa alterar esses problemas, tendo como base a justiça social

(MORAIS, 2013). Segundo Ávila e Campos (2018) a economia social é uma realidade econômica composta de formas organizacionais privadas criadas por pessoas que visam satisfazerem as suas próprias necessidades, os seus problemas e suas aspirações sociais.

Paralelo à ES, surge o conceito de Economia Solidária (ESOL), tendo suas raízes desenvolvidas, provavelmente nos anos de 1980, na França. Sua definição, assim como da ES, é ampla e sem consenso, entretanto segundo Morais (2013), a ESOL se caracteriza por um conjunto de organizações que tem por objetivo buscar a solidariedade entre seus membros e os trabalhadores em geral, com ênfase nos mais desfavorecidos.

O conceito de ESOL apresenta em sua gênese princípios solidários como livre adesão, autogestão, democracia, solidariedade e cooperação e engloba organizações que são baseadas na cooperação, como, por exemplo as cooperativas, as organizações do terceiro setor (ONGs e fundações), entre outras. Nesse estilo de organização, os trabalhadores detêm a posse do capital da mesma, fazendo com que trabalho e capital se fundam.

O cooperativismo é uma das organizações de ESOL, e perante a análise desse trabalho, não deixa de ser também um estilo de ES. Nesse modelo alternativo, um grupo de pessoas com os mesmos interesses, se une para realizar uma atividade econômica ou prestar um serviço, com a finalidade de obter vantagens em comum, por meio de uma organização democrática, com direitos e deveres iguais. Atualmente, os principais ramos de atuação das cooperativas são: (i) *agropecuárias*; (ii) *de consumo*; (iii) *de produção*; (iv) *de saúde*; (v) *educacionais*; (vi) *habitacionais*; (vii) *de infraestrutura*; (viii) *de mineração*; (ix) *sociais*; (x) *de trabalho*; (xi) *de transporte*; (xii) *de turismo e lazer*; e (xiii) *de crédito*.

O cooperativismo de crédito, também chamado de cooperativismo financeiro, foco desse artigo, é, segundo o Banco Central do Brasil (BCB), uma instituição financeira que consegue ofertar todos os produtos financeiros, como qualquer outro banco comercial, entretanto, com uma relação totalmente diferente daquela encontrada no mercado financeiro tradicional. A principal diferença está no fato das pessoas não serem tratadas

como clientes, mas ao entrarem para a instituição elas passam a ser sócias dessa organização e, portanto, passam a participar das decisões, uma vez que a gestão é democrática. Por não visarem lucros, mas sim o crescimento sustentado dos associados, essas instituições conseguem ofertar produtos e créditos mais baratos do que as instituições financeiras comuns, trazendo um novo estilo de relação financeira para o mercado, mais inclusivo e justo. A maior cooperativa de crédito do Brasil, a Sicoob Credicitrus, foi fundada em 1983 na cidade de Bebedouro, no interior do estado de São Paulo. Atualmente, essa cooperativa apresenta número impressionantes, tanto financeiros, como sociais e conta com mais de 104 mil associados e 63 unidades de atendimento espalhadas pelos estados de São Paulo e Minas Gerais, sendo um *case* de sucesso, uma vez que consegue unir crescimento sustentável com a manutenção dos princípios cooperativistas, além de promover um desenvolvimento socioeconômico nas cidades onde atua.

Nesse sentido, o presente artigo pretende analisar e compreender as características e fundamentos da Economia Social e Solidária, por meio de uma análise do estado da arte do cooperativismo de crédito, para investigar a hipótese desse modelo alternativo ser capaz de gerar impacto socioeconômico por meio da inclusão financeira. Essa investigação se dará por meio da análise do desempenho econômico-financeiro da maior cooperativa de crédito do Brasil, a Sicoob Credicitrus.

METODOLOGIA

Para atingir os objetivos desse artigo, o mesmo está dividido em três partes. A primeira, busca elucidar o referencial teórico referente a Economia Social e Solidária (ESS), sob o qual será estudado o processo histórico, as principais características, os tipos de organizações sociais e quem são os agentes.

A segunda parte enfoca o desenvolvimento, no Brasil, de uma forma de ESS, o cooperativismo. Para tanto será utilizado uma abordagem histórica da evolução desse estilo de organização, apresentando seus valores,

princípios e a trajetória de desenvolvimento no Brasil, dando ênfase no cooperativismo de crédito, foco do presente artigo.

Por fim, a terceira parte corresponde ao estudo de caso da maior cooperativa de crédito do Brasil, a Sicoob Credicitrus, sediada na cidade de Bebedouro, no interior do estado de São Paulo. Nessa seção será realizado um estudo detalhado da história da instituição, seu desenvolvimento, sua responsabilidade socioambiental e seu desempenho econômico-financeiro, buscando entender seus principais diferenciais frente a outras instituições financeiras.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo Monzón (2000), o primeiro esboço do que viria a ser o conceito de Economia Social (ES) ocorreu durante a I Revolução Industrial. Iniciada na Inglaterra no século XVIII, a Revolução promoveu um intenso êxodo rural, que produziu um excesso populacional nas cidades e uma, consequente, massa de desempregados. A consequência desse fato foi o surgimento do chamado “*Capitalismo Selvagem*”, ou seja, frente ao excesso de oferta de mão de obra, a exploração humana foi inevitável, com salários baixos e condições de trabalho sub-humanas. Diante dos problemas socioeconômicos que começaram a surgir, os operários buscaram se organizar em um modelo de autogestão, que apresentasse melhores condições de trabalho e salários mais justos. Surge assim a ideia de ES.

A expressão “*Economia Social*”, entretanto, só foi aparecer e ganhar força no século XIX. Segundo Montolio (2002), provavelmente esse termo tem origem francesa, sendo mencionado pela primeira vez pelo economista Charles Dunoyer (1768-1862). Após o século XIX, a ideia de ES foi se desenvolvendo, aperfeiçoando e ganhando expressivo espaço nas discussões políticas e acadêmicas, em decorrência dos graves problemas de produção e distribuição de recursos que o modelo capitalista apresenta, que acarreta desemprego, pobreza e má qualidade de vida. Diante disso, a ES se tornou uma alternativa dentro do capitalismo que visa alterar esses problemas, tendo como base a justiça social (MORAIS, 2013).

Mais recentemente, no final do século XX, começou a se desenvolver um outro enfoque teórico, sendo este uma nova vertente, derivada da ES, a Economia Solidária (ESOL). A ESOL tem suas raízes desenvolvidas, provavelmente nos anos de 1980, na França. Após a primeira aparição desse conceito, ele se difundiu rapidamente nessa década e se atrelou a ES, criando um novo conceito, a Economia Social e Solidária (ESS) (ÁVILA, CAMPOS, 2018).

O conceito de ESOL traz consigo a ideia de “*solidariedade*”, que vem se contrapor ao individualismo tão presente nas relações capitalistas. Em sua gênese se encontram princípios solidários como livre adesão, autogestão, democracia e cooperação, além da ideia de a posse do capital ser dos trabalhadores, fazendo trabalho e capital se fundirem. (MORAIS, 2013; MORENO, CHAVES, 2006).

Em virtude de suas similaridades, os conceitos de Economia Social (ES) e Economia Solidária (ESOL) frequentemente são confundidos ou até tratados como sinônimos, que expressam todas as atividades de cunho social. Isso ocorre em virtude das muitas similaridades entre os termos, que estão situados em um espaço social entre as esferas do Estado e do mercado, se relacionando com essas esferas, mas sem pertencer a elas. Apesar dessas similaridades, os conceitos são bastante distintos e heterogêneos, não há um padrão entre as entidades que compõem esses campos, muito menos um consenso na definição teórico- conceitual, o que gera uma enorme dificuldade para caracterizar, delimitar e até mesmo mensurar todas as diferentes organizações, empresas, instituições e entidades que os compõem. O cooperativismo é uma das infinitas formas de ESS e se apresenta como “*uma alternativa socioeconômica baseada em valores e princípios, cujo objetivo é a construção de uma vida melhor para milhões de pessoas ao redor do mundo*” (MEINEN, PORT, 2012, p. 49). É um modelo que se baseia na organização de pessoas, que se juntam em prol de um mesmo objetivo, em uma instituição onde todos são donos do próprio negócio. O cooperativismo é mais que um simples modelo de negócio, ele é uma filosofia de vida capaz de transformar o mundo em um lugar mais justo, feliz e com melhores oportunidades para todos, unindo desenvolvimento econômico com desenvolvimento social.

Formalmente, a primeira cooperativa surgiu no dia 21 de dezembro de 1844, quando vinte e sete homens e uma mulher tornaram-se associados na cidade de Rochdale, na Inglaterra. Essa cooperativa se tornou símbolo do movimento e os princípios criados por ela serviram de inspiração para outras cooperativas do mundo todo.

Após a constituição formal da cooperativa de Rochdale, o movimento cooperativista se espalhou pelo mundo todo. Com a disseminação do conceito, começou a se fazer necessário estudar e compreender o cooperativismo, para assim definir seus valores e princípios. Com relação aos valores, os que são consenso entre os teóricos do assunto, de acordo com Meinen & Port (2012), são: (i) *Solidariedade*; (ii) *Liberdade*; (iii) *Democracia*; (iv) *Equidade*; (v) *Igualdade*; (vi) *Responsabilidade*; (vii) *Honestidade*; (viii) *Transparência*; e (ix) *Responsabilidade socioambiental*.

Já os princípios do cooperativismo, tomando como base o estatuto da cooperativa de Rochdale. Em 1995, na Conferência de Manchester, esses sete princípios foram revisados e vigoram até hoje, são eles: (i) *Adesão livre e voluntária*; (ii) *Gestão democrática*; (iii) *Participação econômica dos cooperados*; (iv) *Autonomia e independência*; (v) *Educação, formação e informação*; (vi) *Intercooperação*; e (vii) *Interesse pela comunidade* (BARCELOS, 2018).

No Brasil, o cooperativismo surgiu formalmente em 1889, entretanto, o movimento no país se desenvolveu de forma diferente da Europa, uma vez que se distanciou dos valores e princípios cooperativistas e se desenvolveu com a chancela da elite agroexportadora brasileira. O cooperativismo brasileiro, portanto, não nasce como uma resposta das camadas mais baixas da sociedade para suprir suas necessidades, mas sim da oportunidade de grandes proprietários de terra se unirem para terem ainda mais vantagens frente ao mercado e ao Estado. Por essa razão, se gerou uma falta de identificação do cooperativismo nacional com as camadas mais baixas da sociedade, elitizando um modelo criado para pessoas, em situações precárias, fazerem frente a seus problemas sociais.

Entretanto, nos últimos anos, vem surgindo em várias regiões do Brasil, diversas cooperativas ligadas a movimentos sociais, que buscam estar

em consonância com os valores e princípios do cooperativismo clássico, surgido na Europa. Essas cooperativas buscam resgatar a credibilidade do movimento, principalmente nos ramos de crédito, agropecuário, trabalho e habitacional, dando um novo ar ao movimento e criando a esperança de reescrever a história do cooperativismo brasileiro, sob uma ótica mais justa, pura, humana e inclusiva.

Uma das tipologias de cooperativismo mais fortes e difundidas no mundo é o cooperativismo de crédito ou financeiro. Seus valores e princípios dão base para a construção de uma relação financeira totalmente diferente daquela encontrada no mercado, entre bancos e clientes. Segundo o Banco Central do Brasil (BCB), uma cooperativa de crédito é uma instituição financeira, como qualquer outro banco, que consegue ofertar todos os produtos financeiros, como por exemplo conta corrente, aplicações financeiras, cartão de crédito, empréstimos e financiamentos, entretanto, com uma relação totalmente diferente.

A origem das principais diferenças entre um banco comercial e uma cooperativa está nos objetivos de cada estilo de instituição. Segundo Meinen e Port (2012), as cooperativas de crédito nascem da vontade e da necessidade de um grupo de pessoas, enquanto que as instituições financeiras comerciais surgem da convicção de uma única pessoa, o dono do capital. Isso, portanto, faz toda a diferença quando se analisa o preço, a qualidade e a inclusão dos produtos financeiros.

Como toda cooperativa, o objetivo final desse tipo instituição não é o lucro, mas a qualidade do serviço prestado aos associados, dessa forma, o produto financeiro oferecido consegue ser mais barato e acessível que o dos bancos comerciais. O clássico exemplo é a isenção da taxa de manutenção de conta corrente.

Segundo o Banco Central, nas cooperativas de crédito a relação entre a instituição e o “cliente” é totalmente diferente da dos bancos, uma vez que nas cooperativas, além dos associados serem usuários e usufruírem dos produtos e serviços, eles também são dono e participam da gestão da

entidade, tendo poder de voto, participação no capital social da cooperativa e em seus resultados.

No Brasil, o conceito de cooperativismo de crédito foi trazido pelos imigrantes europeus, principalmente italianos e alemães, no final do século XIX. Um padre jesuíta, chamado Teodoro Amstad, visando ajudar os colonos, organizou e fundou em dezembro de 1902 a primeira cooperativa de crédito brasileira, em um distrito da cidade de Nova Petrópolis/RS, sendo chamada de Caixa de Economia e Empréstimos Amstad, atualmente com o nome de Sicred Pioneira RS (MEINEN, PORT, 2012).

A Sicoob Credicitrus, hoje a maior cooperativa de crédito do Brasil, iniciou sua história no ano de 1983 e essa trajetória foi permeada de grandes desafios e conquistas. Nos primeiros anos após o início das operações, parcerias com o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) e com o Banco do Brasil criaram possibilidades de crescimento para a cooperativa. Entretanto, no início de 1990, Fernando Collor de Melo assumiu a presidência do Brasil e com a finalidade de romper a trajetória hiperinflacionária que a economia brasileira estava inserida, lançou o Plano de Estabilização Econômica, batizado de “*Plano Collor*”, no qual uma das medidas era o confisco de poupanças.

Apesar do grande problema, o confisco das poupanças não era a única surpresa negativa. O governo Collor também extinguiu o BNCC e, conseqüentemente, privou as cooperativas de oferecerem serviços básicos aos seus associados como, por exemplo, talões de cheque, cheque especial, conta poupança e fazendo essas instituições perderem suas contas de compensação, deixando, portanto, de existirem dentro do sistema financeiro.

Após três meses de completa inatividade, em junho de 1990, a Sicoob Credicitrus firmou um importante convênio com o Banco do Brasil que possibilitou a reativação das contas- correntes da instituição e a nova intensificação das operações de crédito rural, esse fato colocou a instituição em uma trajetória sustentável de crescimento (REVISTA SICOOB CREDICITRUS, 2013).

Os anos 2000 foram os melhores, até então, da história da cooperativa. Uma forte expansão dos depósitos à vista, do patrimônio líquido e do total de ativos fizeram a instituição reportar sobras de R\$ 4,2 milhões, que foram divididas entre os associados. Esses números recordes anunciavam que os anos seguintes seriam de grande prosperidade para a cooperativa.

A base e suporte para esse crescimento foi conquistado em 2001, quando a cooperativa foi escolhida pelo Bancoob para ser piloto de um novo sistema informatizado para o seguimento de crédito rural, chamado Sis-Br. Essa base oferecida pelo novo sistema possibilitou tratar um volume de informações crescentes sem perder a eficiência da instituição, criando condições para conquistar novos mercados, inclusive com a implantação de novas filiais.

O cenário já era extremamente favorável em meados na década quando, no ano de 2006, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lançou o Programa de Capitalização das Cooperativas de Crédito (Procapcred), dando condições de as cooperativas capitarem recursos de seus associados para aumentarem o patrimônio líquido e, em contrapartida, possibilitava aos cooperados possuírem mais cotas de capital da instituição. Com essa nova possibilidade, a Sicoob Credicitrus lançou o produto “*Cotas PLUS*”, que teve aceitação imediata e em menos de um ano foi responsável por aumentar o patrimônio líquido da entidade em 58%, passando de R\$ 193 milhões para R\$ 305 milhões, colocando a cooperativa novamente na vanguarda do mercado e mantendo a trajetória de grande crescimento.

Para completar as conquistas, em 2015, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE 2015), os cooperados votaram e foi aprovado pela maioria a transformação da Sicoob Credicitrus em uma cooperativa de crédito de Livre Admissão, ou seja, a partir daquela data, todo membro da sociedade, independentemente de sua classe profissional, vínculo empregatício ou poder econômico, passou a poder se associar a Sicoob Credicitrus.

Essa conquista representou um marco histórico para a instituição, uma vez que anulou todos os critérios de associação, se tornou mais inclusiva, e passou a oferecer, agora para toda a sociedade, as vantagens e facilidades

não encontradas em outras instituições financeiras como, por exemplo, isenção da taxa de manutenção de conta corrente, anuidades de cartões de crédito reduzidas, menores taxas de juros, distribuição de sobras, pagamento de juros sobre o capital social, entre outras vantagens. Essas facilidades e custos bem menores acabam por dar a oportunidade de pessoas de baixa renda, excluídas pelos bancos comerciais, possuírem acesso aos produtos financeiros, o que torna a Sicoob Credicitrus uma ferramenta de inclusão financeira, com capacidade de ser agente transformador do mercado.

Hoje, 38 anos após sua constituição formal e sendo a maior cooperativa de crédito do Brasil, é possível olhar para a história e perceber que a Sicoob Credicitrus soube enfrentar crises e contornar grandes dificuldades com muita resiliência, mostrando que o espírito cooperativista, baseado em conceitos como solidariedade, democracia e igualdade, é capaz de superar qualquer obstáculo, uma vez que quando se busca um interesse coletivo, e não individual, naturalmente as parcerias aparecem e os momentos de crise são contornados sem grandes dificuldades.

No campo social, em 2005, a Sicoob Credicitrus se uniu à Cooperativa de Produtores Rurais - Coopercitrus, e juntas criaram os Fundos de Investimento Social (FIS), denominado Ação Social Cooperada, com o intuito de praticarem a responsabilidade social com maior eficiência. Foram criados estatuto e normas próprias, nos quais garantiam a transferência de 0,5% a 1% das sobras dos resultados líquidos das duas cooperativas para os fundos. Atualmente, além dessas transferências, os fundos contam ainda com contribuições voluntárias de cooperados, empresas, organizações públicas e privadas, e receitas de eventos beneficentes. Desde sua criação em 2005, os fundos já investiram mais de 18 milhões de reais, em 88 municípios, em mais de 300 diferentes instituições apoiadas. No ano de 2019 foi investido mais de R\$ 1 milhão em 59 projetos sociais de 33 municípios de São Paulo e Minas Gerais.

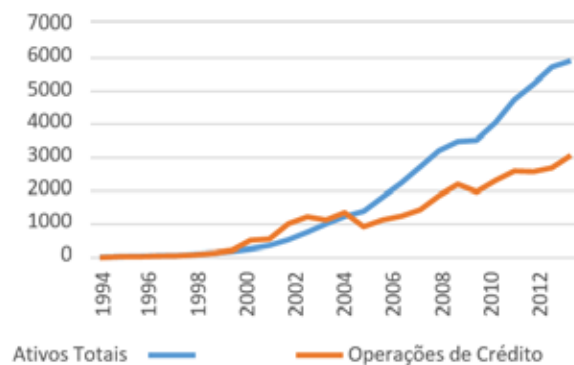
Mais recentemente, em 2019, foram fundados o Instituto Credicitrus e a Fundação Credicitrus Coopercitrus com o objetivo de se somarem à Ação Social Cooperada para reforçarem o apoio a projetos educacionais, sociais, culturais e de geração de renda, tomando como base os 17 Objetivos

de Desenvolvimento Sustentável (ODS) presentes na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

No campo financeiro, o crescimento da Sicoob Credicitrus foi muito rápido, em apenas 38 anos de história essa instituição alcançou números impressionantes e se tornou a maior cooperativa de crédito do Brasil, ultrapassando importantes cooperativas nacionais como, por exemplo, a Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Sicredi Pioneira/RS, a primeira cooperativa de crédito brasileira, fundada em 1902.

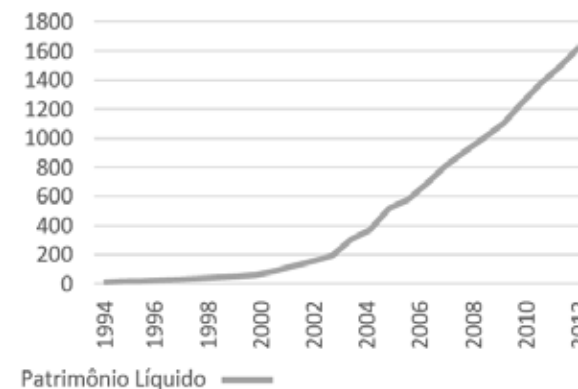
Atualmente, segundo o Relatório de Sustentabilidade (2019), a Sicoob Credicitrus possui mais de 104 mil cooperados, que são atendidos em 63 unidades espalhadas pelos estados de São Paulo e Minas Gerais. O ritmo de crescimento do quadro associativo da Sicoob Credicitrus é surpreendente, nos últimos quatro anos houve crescimento na média de 13% a.a. Dois momentos de crescimento merecem destaque, o primeiro no início dos anos 2000, em decorrência da abertura das primeiras filiais e o segundo momento, em 2015, em virtude do início da livre admissão de cooperados. Os Gráficos 1 a 4, mostram a evolução de importantes indicadores da cooperativa ao longo dos últimos anos:

Gráfico 1 - Ativos Totais e Operações de Crédito, 1994-2019



Fonte: Sicoob Credicitrus. Elaboração Própria.
Valores em R\$ Milhões

Gráfico 2 - Patrimônio Líquido, 1994-2019



Fonte: Sicoob Credicitrus. Elaboração Própria.
Valores em R\$ Milhões

Gráfico 3 - Depósitos à vista e a prazo, 1994-2019



Fonte: Sicoob Credicitrus. Elaboração Própria.
Valores em R\$ Milhões

Gráfico 4 - Resultados líquidos, 1994-2019



Fonte: Sicoob Credicitrus. Elaboração Própria.
Valores em R\$ Milhões

Pelo Gráfico 1 é possível perceber quatro momentos que merecem maior destaque. O primeiro é anterior ao ano de 2001, quando a cooperativa ainda se recuperava das derrotas sofridas na década de 1990 em virtude do Plano Collor. O segundo momento é entre os anos de 2001 e 2007, onde ocorre um *boom* nas operações de crédito, que foram puxadas, principalmente, pela abertura das primeiras filiais e, consequente aumento do número de associados, e pela introdução do sistema piloto Sis-Br implantado pela cooperativa no período.

O terceiro momento é a suave queda das operações de crédito no ano de 2008 e sua rápida retomada à trajetória de crescimento já em 2009. A queda ocorre em virtude da Crise do *Subprime* desencadeada no final de 2007 nos EUA. Contudo, apesar da queda, a instituição sentiu pouco o reflexo dessa crise, quando comparada com outras instituições financeiras brasileiras. Por fim, o quarto momento de destaque é a partir de 2015, quando, em meio ao início de uma crise político-econômica, que inclusive culminou com o impeachment da então Presidente Dilma Rousseff, a cooperativa aprovou a livre admissão de cooperados, viabilizando o aumento do quadro associativo.

Já pelo Gráfico 2, é possível destacar que o patrimônio líquido manteve uma trajetória de crescimento constante no período, inclusive sem diminuir o ritmo em momentos de crise.

O volume de depósitos à vista e a prazo (Gráfico 3), apesar de ser menor que de outras cooperativas brasileiras, também apresenta um ritmo de crescimento bastante expressivo, só nos últimos quatro anos essa variável cresceu em média 20% a.a. Diante disso, as perspectivas futuras são muito boas para Sicoob Credicitrus, uma vez que já é satisfatório o ritmo de crescimento e ainda está prevista a abertura de novas filiais nos próximos anos, o que impactará positivamente esse volume.

Por fim, o Gráfico 4 apresenta o resultado líquido da entidade. Esse dado é muito sensível e influenciado por inúmeras variáveis macroeconômicas, entretanto, para simplificar, é preciso compreender que a principal fonte de receita de uma instituição financeira são as taxas de juros cobradas nas operações, portanto, toda vez que ocorre uma redução ou aumento dessas taxas, as receitas dessas instituições são afetadas. Diante disso, é possível analisar, mesmo que superficialmente, os motivos que levaram ao *boom* de sobras a partir de 2013 e as quedas no crescimento nos anos de 2017 e 2018. Nesses dois momentos distintos, não coincidentemente, houveram mudanças na taxa básica de juros brasileira – Selic. Em 2013 o Brasil iniciou uma fase de aumento na taxa Selic como medida de controle inflacionário em virtude da então crise político-econômica que o país enfrentava, nessa época a Selic chegou ao patamar de 14,25% a.a., portanto, as instituições financeiras conseguiam obter receitas maiores, motivo do boom das sobras da Sicoob Credicitrus a partir de 2013. Entretanto, no segundo semestre de 2016, com o impeachment da então presidente Dilma Rousseff e posse de seu vice, Michel Temer, o Brasil mudou sua política monetária e iniciou um período de diminuição da taxa Selic, como forma de estimular a economia e sair da crise, esse, portanto é um dos principais motivos que fizeram as sobras perderem força nos anos de 2017 e 2018.

Nesse aspecto, os surpreendentes resultados financeiros divulgados nos recentes balanços da Sicoob Credicitrus, somados as inúmeras ações que visam a expansão e o desenvolvimento da cooperativa, geram

expectativas muito positivas e confiança na manutenção do crescimento da instituição, nos próximos anos.

Seu ritmo de crescimento no século XXI manteve-se sempre constante, não diminuindo nem mesmo em momentos de crise, como a financeira de 2008 e a político-econômica de 2014. O constante crescimento no número de associados, patrimônio líquido, ativos, volume de operações de crédito e em suas consecutivas sobras líquidas comprovam sua solidez financeira, com grandes possibilidades de manutenção desse crescimento nos próximos anos.

CONCLUSÃO

O presente artigo objetivou analisar e compreender as características e fundamentos da Economia Social e Solidária, por meio de uma análise do estado da arte do cooperativismo de crédito. Pode-se dizer que esse objetivo foi alcançado mediante explicação do referencial teórico.

Analisando a trajetória histórica dos conceitos de ES e ESOL, pode-se afirmar que a ES é a precursora, se apresentado de forma mais geral, ampla e englobando uma infinidade de entidades sociais, enquanto que a ESOL se apresenta como um subconjunto da ES, muito difundida na América Latina e que está mais voltada para a melhora de problemas sociais dos grupos menos favorecidos. Como ambas buscam o desenvolvimento de modelos alternativos mais justos e inclusivos, é possível uni-las em um único conceito, a ESS, e defini-las juntas, como todo movimento que pretende promover o desenvolvimento e satisfazer as necessidades sociais dos indivíduos menos favorecidos, se baseando em conceitos como justiça social, liberdade, equidade, solidariedade e democracia. Alguns exemplos desses movimentos são as cooperativas, associações, ONGs, fundações, entre outras.

Dentre os diversos movimentos ligados a ESS, o cooperativismo é um dos mais difundidos pelo mundo. Nesse modelo alternativo, as pessoas se unem para suprirem alguma necessidade em comum, tomando como base os valores da (i) *Solidariedade*; (ii) *Liberdade*; (iii) *Democracia*; (iv) *Equidade*; (v) *Igualdade*; (vi) *Responsabilidade*; (vii) *Honestidade*; (viii) *Transparência*; e (ix)

Responsabilidade socioambiental (MEINEN, PORT, 2012) e, como exemplo, a primeira cooperativa do mundo, constituída em 1844, em Rochdale na Inglaterra, que seguiu todos esses valores e conseguiu promover um modelo de produção e consumo, mais justo, humano e inclusivo.

Quanto a hipótese de o cooperativismo de crédito ser capaz de gerar impacto socioeconômico por meio da inclusão financeira, pode-se dizer que ela também foi corroborada, uma vez que esse modelo alternativo, presente no mercado financeiro, se apresenta com uma relação totalmente diferente daquela encontrada em instituições financeiras tradicionais. Seus usuários não são clientes, mas sim sócios da instituição, portanto, possuem direito a voto nas decisões da instituição e parte na distribuição das sobras dos exercícios. Além disso, por não terem como foco o lucro, as cooperativas de crédito conseguem ofertar produtos financeiros com isenção de tarifas e taxas de juros reduzidas, tornando esses produtos mais acessíveis para as camadas mais baixas da sociedade.

O estudo de caso da Sicoob Credicitrus vem corroborar ainda mais a hipótese aqui empregada, uma vez que a história dessa cooperativa mostra que, em apenas 38 anos de existência, essa instituição conseguiu unir crescimento exponencial com desenvolvimento socioeconômico da região onde atua, sem deixar de seguir os valores e princípios do cooperativismo.

Diante desse cenário, é possível concluir que a Sicoob Credicitrus é um *case* de sucesso e uma referência para o cooperativismo de crédito brasileiro, uma vez que, em sua trajetória histórica, conseguiu alcançar solidez financeira, desenvolvimento social local e, principalmente, mantendo os valores e princípios cooperativistas, ou seja, assegurou suas taxas de juros mais baixas, suas isenções de tarifas e suas vantagens em relação ao mercado financeiro tradicional, mesmo com o tentador crescimento exponencial.

Em suma, apesar de o cooperativismo brasileiro ter tomado rumos que fogem dos valores e princípios do movimento, ainda existem cooperativas no país que buscam reescrever essa história, sob uma ótima mais justa e inclusiva, dando forças ao movimento, para que ele consiga fazer frente a um sistema capitalista tão desigual e excludente. A trajetória histórica da Sicoob

Credicitrus confirma que é possível uma cooperativa manter esses valores e princípios e ainda alcançar grande crescimento e desenvolvimento, além de demonstrar que o cooperativismo de crédito é capaz de propor um modelo alternativo que gere impacto socioeconômico nas relações financeiras e ser, portanto, instrumento de inclusão, promovendo um desenvolvimento econômico mais justo, igualitário, humano e inclusivo.

BIBLIOGRAFIA

ÁVILA, R.; CAMPOS J. *La economía social ante los paradigmas económicos emergentes: innovación social, economía colaborativa, economía circular, responsabilidad social empresarial, economía del bien común, empresa social y economía solidaria*. CIRIEC. Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa, nº 93, p. 5-50. 2018.

BARCELOS, M. *Análise do desempenho econômico-financeiro da cooperativa de trabalho médico Unimed Araxá a partir do plano de contas padrão da Agência Nacional de Saúde Suplementar*. Departamento de Economia – UNESP: Araraquara/SP. 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/153257>. Acessado em: 12/12/2019.

GASPARINI, G.; PROSPERO, A. *ICT and Ethical Finance: Fostering Social Innovation and Financial Inclusion*. CIRIEC-Université de Liège Nº. 1911. 2019

LAVILLE, J. L. *Économie solidaire. Une perspective internationale*, Paris: Desclée de Brouwer. 1994.

MEINEN, Ê.; PORT, M. *O cooperativismo de crédito ontem, hoje e amanhã*. Brasília: Confefbras, 2012.

MONTOLIO, J. *Economía Social: concepto, contenido y significación en España*. CIRIEC – Espanha, nº. 42, p. 5-31. 2002.

MONZÓN, J. *La economía social como nuevo marco conceptual del cooperativismo agrario. Uma referencia a los grupos cooperativos*. Jornadas Cooperativas em Canarias, Vasequillo. 2000.

MORAIS, L. *As políticas públicas de economia solidária (ESOL): avanços e limites para a inserção sociolaboral dos grupos-problema*. 2013. 263 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em:

<<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286124>>. Acesso em: 12/03/2019.

MORAIS, L. *A inextricável relação entre a Economia Social e Solidária (ESS) e a Agenda 2030: O caso dos Assentamentos em Araraquara (SP), Brasil*. Conferência Internacional da UNTFSSE: Genebra. 2019.

MORENO, A., CHAVES, R. *Balance y tendencia en la investigación sobre tercer sector no lucrativo. Especial referencia al caso español*. CIRIEC-España, no. 56, noviembre, p. 87-116. 2006.

OCB (2017). *Fundamentos do Cooperativismo*. Série Cooperativismo – Sistema OCB: Brasília– DF. 2017.

OCB (2019). *Anuário do Cooperativismo Brasileiro*. Sistema OCB: Brasília – DF. 2019.

RELATÓRIO ANUAL 2019. Ação Social Cooperada. Bebedouro/SP: Edição única. 2019.

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2009. Sicoob Credicitrus. Bebedouro/SP: Edição única. 2009.

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2019. Sicoob Credicitrus. Bebedouro/SP: Edição única. 2019.

REVISTA CLIC. Sicoob Credicitrus. Bebedouro/SP: ano XII, nº 70, set. 2017.

REVISTA SICOOB CREDICITRUS. Bebedouro/SP: Especial 30 anos em revista. Edição única, nov. 2013.

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Abramo, 2002.

MICROCRÉDITO E OS EFEITOS DA PANDEMIA DE COVID-19: UM ESTUDO BASEADO EM REVISÃO DA LITERATURA E ANÁLISE DOCUMENTAL

Me. Renan Carriço Payer¹

Prof. Dra. Elaine Aparecida Araújo²

INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

A emancipação da população menos favorecida e excluída dos sistemas financeiros tradicionais tem sido tema de muitos debates nos últimos anos; além disso, gradualmente se consolida a convicção de que um cenário de relações financeiras sustentáveis e inclusivas é um catalisador relevante para o desenvolvimento (HERMES; HUDON, 2018). Conforme Borba (2012), no auge desses debates, estão o microcrédito e as microfinanças (mais recentemente).

O sistema convencional de crédito busca resguardar o credor de possíveis efeitos da inadimplência dos tomadores, porém tende a excluir uma considerável parcela da população que não possui garantias ou histórico de crédito exigidos por instituições financeiras convencionais, conforme Silva (2017).

Conforme Araújo (2012), as instituições de microfinanças (IMF) foram surgindo como uma opção relevante para prover microcrédito e outros serviços financeiros a indivíduos excluídos dos sistemas financeiros tradicionais. As IMF gradualmente adotaram medidas para diminuir

¹ Universidade Federal Fluminense (UFF).

² Universidade Federal Fluminense (UFF).

os impactos da assimetria do microcrédito, buscando maiores índices de adimplência dos tomadores.

Uma dessas medidas é o aval solidário. Nesse sistema, os tomadores se agrupam e se avaliam mutuamente. O aval solidário visa minimizar os efeitos na seleção adversa. A seleção adversa ocorre porque as instituições financeiras não são capazes de nivelar os riscos dos clientes e por isso precisam cobrar juros para se protegerem de eventuais inadimplências.

Com o aval solidário aplicado por algumas IMF, esse problema é minimizado, pois a dinâmica de informações é maior dentro de uma vizinhança e os potenciais tomadores podem se juntar a outros tomadores menos arriscados, conforme o conhecimento dessa vizinhança. Assim, as taxas de juros praticadas pela IMF podem ser menores, pois há uma maior probabilidade de adimplência (MORDUCH, 1999; SILVA, 2017).

Outras medidas tomadas pelas IMF são os mecanismos de acompanhamento dos empreendimentos financiados e os empréstimos progressivos baseados na adimplência gradual dos tomadores. Essas medidas mencionadas buscam reduzir os efeitos do risco moral, isto é, quando há desvio de conduta do tomador. Um exemplo desse desvio de conduta se dá quando o tomador, na tentativa de obter maiores ganhos, investe em atividades mais arriscadas do que o combinado no contrato (ARAÚJO, 2012).

As IMF podem ser classificadas de acordo com a forma de atuação. As instituições de primeiro piso (Banco do Nordeste, Banco da Amazônia etc.) atuam de forma direta junto aos pequenos empreendimentos. As instituições de segundo piso (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Associação Brasileira de Entidades Operadoras de Microcrédito etc.) são formadas por entidades reguladas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e possuem maior capacidade de captação de recursos junto ao público em geral e/ou de investidores qualificados, em outras palavras, representam o grupo de entidades que financiam as instituições de primeiro piso.

Os indivíduos excluídos do sistema financeiro tradicional são pessoas carentes, de baixa renda ou pequenos empreendedores. Conforme

Atmadja, Sharma e Su (2018), esses indivíduos constituem o público-alvo do microcrédito e das microfinanças. O microcrédito está atrelado a investimentos em atividades produtivas ou administrado na geração de renda e trabalho para microempreendedores. Ele faz parte de um grupo mais amplo de serviços financeiros (empréstimos, poupanças, créditos, seguros etc.) conceituado como microfinanças.

Esses variados serviços financeiros que formam o escopo das microfinanças precisam estar mesclados com a atenção social, uma vez que o seu público é socialmente vulnerável, conforme apontaram Araújo e Carmona (2015). Essa situação de vulnerabilidade se acentuou consideravelmente com a pandemia de covid-19.

A pandemia de covid-19 tem feito inúmeros casos e deixado milhões de vítimas no mundo inteiro. Muitos perderam entes queridos e os impactos nas famílias foram consideráveis. Estima-se que em muitas regiões já se pode sentir impactos demográficos, ou seja, a quantidade de óbitos (agravada pela pandemia) supera a quantidade de nascimentos num mesmo período (MATAMOROS, 2020).

Os impactos econômicos também continuam a ser sentidos em várias partes do mundo. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) estima que, a cada mês que as grandes economias do mundo passam em confinamento, pode haver uma diminuição de dois pontos percentuais no crescimento anual do PIB. Somente o setor do turismo enfrenta uma diminuição da produção entre 50% a 70% nesse período (MATAMOROS, 2020).

Profundos também foram os impactos sociais. Por isso, o suporte dado pelo microcrédito tornou-se particularmente relevante com a disseminação da covid-19, pois a pandemia levou ao fechamento de muitos pequenos empreendimentos e ao aumento da taxa de desemprego. Em diversas regiões, houve a necessidade de fortalecimento da regulação governamental do microcrédito e de prestação de assistência financeira pelo Estado (YEMELYANOV et al., 2020).

Para Prince, Wahid e Khan (2021), o microcrédito se tornou uma ferramenta alternativa para a redução da pobreza em regiões afetadas pela pandemia de covid-19, por possibilitar o acesso ao crédito com taxas mínimas de juros. Isso possibilitou que pequenos produtores e trabalhadores informais pudessem ter um auxílio financeiro para aliviar o momento adverso causado pelas consequências da crise pandêmica.

Tomando o contexto exposto como norteador, este trabalho objetiva investigar as potencialidades e desafios do microcrédito no contexto da pandemia de covid-19, enquanto instrumento de finanças solidárias que pode ser utilizado no auxílio à ampliação do acesso ao crédito e suporte à geração de renda à população socioeconomicamente vulnerável nesse cenário pandêmico mundial. Pretende-se também realizar uma análise de como o microcrédito tem sido utilizado no Brasil e em países do restante do mundo, de modo a estabelecer comparativos, evidenciar experiências e sistematizar medidas possíveis de serem implementadas nesse campo.

METODOLOGIA

Neste tópico, são apresentadas, de forma sintética, as etapas percorridas para a construção desse trabalho de pesquisa.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Nesta seção, é apresentada uma revisão sistematizada da literatura nas bases Scopus e Web of Science. Foram escolhidas essas duas bases por terem boa reputação e abrangência internacionais. Essas bases abrigam coleções abrangentes de periódicos revisados por pares reconhecidos pela comunidade científica internacional, conforme Silva e Costa (2015).

Foi realizada uma busca nas bases Scopus e Web of Science, por intermédio do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). As palavras-chave “COVID-19 AND

Microcredit” foram utilizadas para pesquisa em títulos, resumos e palavras-chave dos registros nas duas bases citadas.

A busca foi realizada em abril de 2021. Foram encontrados 4 registros na base Scopus e 2 registros na base Web of Science, sendo que os dois artigos presentes na base Web of Science estavam contemplados dentre os quatro artigos encontrados na base Scopus. Todos os quatro artigos foram lidos e analisados de modo a levantar experiências de emprego do microcrédito no contexto da pandemia de covid-19, e os fatores de potencialidades e desafios do microcrédito em cada cenário analisado.

ANÁLISE DOCUMENTAL

A análise documental se deu a partir da consulta a *sites* de instituições brasileiras e internacionais que desenvolvem algum tipo de trabalho em prol do microcrédito, seja viabilizando-o a nível governamental ou associativo, seja atuando como organização de primeiro piso, concedendo os créditos diretamente aos tomadores.

Foram selecionadas as instituições que se destacaram no desenvolvimento de medidas para a superação dos efeitos da pandemia do coronavírus tendo como cenário as atividades relacionadas ao microcrédito.

As análises documentais visavam levantar as experiências dessas instituições, destacar os desafios enfrentados e as lições aprendidas e, dessa forma, verificar como o microcrédito está situado no contexto da pandemia da covid-19.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste tópico, são apresentados os resultados da aplicação das etapas descritas na metodologia, através da análise dos dados e da discussão dos resultados obtidos.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

As principais informações dos quatro artigos encontrados na literatura estão dispostas no Quadro 1.

Quadro 1 – Artigos encontrados na revisão bibliográfica.

Título	Autores	Ano	Periódico
The Mediating Influence of Motivation on Microcredit Training and Capital Creation	Prince, S. A.; Wahid, I. S.; Khan, H.T.A.	2021	<i>Journal of Poverty</i>
Analysis of default risk in microfinance institutions under the Basel III framework	Durango-Gutiérrez, M. P.; Lara-Rubio, J.; Navarro-Galera, A.	2021	<i>International Journal of Finance and Economics</i>
Microcredits for sustainable development of small Ukrainian enterprises: Efficiency, accessibility, and government contribution	Yemelyanov, O. et al.	2020	<i>Sustainability (Switzerland)</i>
Measures to reduce the adverse effects of COVID-19 on rentals of usual housing	Matamoros, P. C.	2020	<i>Actualidad Juridica Iberoamericana</i>

Fonte: elaboração própria.

CENÁRIOS ESTUDADOS PELOS ARTIGOS ANALISADOS

Prince, Wahid e Khan (2021) desenvolveram o seu estudo coletando dados de uma instituição de microcrédito da região norte de Bangladesh. A principal conclusão do estudo foi que os mutuários que haviam recebido

educação financeira e treinamentos das agências fornecedoras de microcrédito estão superando melhor os impactos da pandemia de covid-19 em seus pequenos negócios e gerando ainda mais motivação e valor agregado em seus produtos e serviços.

O estudo de Prince, Wahid e Khan (2021) se utilizou de suas conclusões para exortar a governos e instituições de microcrédito a não somente adotarem mecanismos de facilitação de acesso ao microcrédito, mas também a adotarem e/ou ampliarem políticas de treinamento e formação aos tomadores para que sejam instruídos devidamente e façam o melhor uso possível do crédito tomado, evitando endividamentos e riscos de maiores vulnerabilidades.

Já o estudo de Durango-Gutiérrez, Lara-Rubio e Navarro-Galera (2021) se concentrou na questão da necessidade de instrumentos eficazes de avaliação do risco de inadimplência, por meio de classificações de crédito, sobretudo em tempos de pandemia de covid-19. Os autores realizam um estudo empírico de duas carteiras de microcrédito correspondentes a duas IMF em dois países latino-americanos (Bolívia e Colômbia) para avaliar a probabilidade de inadimplência nos empréstimos concedidos por IMF.

Durango-Gutiérrez, Lara-Rubio e Navarro-Galera (2021) concluíram que a inadimplência está relacionada principalmente ao montante do empréstimo, ao número de pagamentos em atraso, às garantias prestadas, à avaliação do analista de crédito e oscilações cambiais. Além disso, os efeitos da pandemia de covid-19 contribuíram para um aumento nas taxas de inadimplência. Os autores sugerem, portanto, medidas e propostas para que as instituições de microcrédito possam diminuir as taxas de inadimplência no atual cenário pandêmico.

Yemelyanov et al. (2020) avaliaram a eficiência e acessibilidade dos microcréditos para pequenas empresas ucranianas e justificaram a viabilidade de fortalecer as contribuições do governo em empréstimos para garantir o desenvolvimento sustentável das pequenas empresas na pandemia do covid-19.

Yemelyanov et al. (2020) verificaram uma relação positiva entre o montante relativo de microcrédito recebido e a taxa de crescimento dos

ativos das pequenas empresas. Também foi verificado que, ao melhorar as condições e acessibilidade ao microcrédito, sem comprometer sua eficiência orçamentária, havia um aumento significativo de sua atratividade para as microempresas. Por fim, este artigo confirma a necessidade de fortalecimento do apoio do Estado ao microcrédito para pequenas empresas no contexto da pandemia de covid-19.

Matamoros (2020) discorre sobre diversas medidas adotadas pelo governo espanhol para minimizar os efeitos da pandemia de covid-19. Dentre essas medidas, cabe destacar o incentivo ao microcrédito como uma forma de proteção aos pequenos empresários, microempreendedores, produtores rurais, dentre outros.

Matamoros (2020) considera essas e outras medidas fundamentais para amenizar os efeitos sociais da pandemia na vida de milhões de pessoas que vivem na Espanha e em outras partes do mundo. Para o autor, os esforços devem vir não somente do governo, mas de diversas instituições competentes para tornar esse difícil cenário um pouco mais suportável para os cidadãos mais vulneráveis.

O Quadro 2 mostra uma síntese das principais potencialidades e desafios a partir da experiência no emprego do microcrédito no contexto da pandemia de covid-19 que foram percebidos nos artigos analisados.

Quadro 2 – Potencialidades e desafios nos cenários analisados.

Potencialidades	Desafios
Mutuários treinados pelos agentes de crédito são mais prósperos em seus empreendimentos mesmo no cenário pandêmico global	Promover maior instrução e treinamento aos tomadores de microcrédito. Esse esforço deve partir do governo e das instituições de microcrédito
A avaliação de risco bem formulada resguarda a instituição credora e aumenta as chances de adimplência do tomador	Aperfeiçoar instrumentos de avaliação de risco na concessão do microcrédito nesse cenário de pandemia

Potencialidades	Desafios
Atratividade do microcrédito para pequenas empresas devido à sua maior disponibilidade	Maior acessibilidade ao microcrédito e maiores incentivos governamentais aos pequenos empreendedores
Incentivos governamentais ao microcrédito com taxas mínimas de juros e maiores ofertas de crédito	Ampliar as fontes de recursos para as instituições de microcrédito

Fonte: elaboração própria.

PRINCIPAIS ACHADOS NA ANÁLISE DOCUMENTAL DE INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

Como visto na seção anterior, em diversas partes do mundo, diversos esforços estão sendo empreendidos e lições estão sendo aprendidas. No Brasil, diversas instituições têm realizado algumas ações para minimizar os efeitos da pandemia.

O Bacen tem atuado principalmente de forma a garantir o funcionamento dos mercados financeiros, a solidez e a estabilidade do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Em síntese, o Bacen adotou várias medidas para assegurar bom nível de liquidez para o SFN e para fazer fluir o canal de microcrédito. A ideia é que as instituições de microcrédito tenham recursos prontamente disponíveis em volume suficiente para emprestar e para refinarar dívidas dos mutuários mais afetados pela crise (MEDIDAS, [2021]).

Nessa linha, a Associação Brasileira de Entidades Operadoras de Microcrédito (Abcred) confirmou que 29 de suas instituições de microcrédito associadas realizaram mais de 67,6 mil operações de microcrédito no primeiro semestre de 2020, com valor emprestado de R\$ 281,6 milhões de reais, e com 112 mil clientes ativos. E, com base na pesquisa realizada, 49% das operações são do setor do comércio, 40%, serviços, 9%, indústria e 2%, outros setores (MICROCRÉDITO PRODUTIVO, [2021]).

O Banco do Nordeste (BNB), diante do cenário da pandemia de covid-19, disponibilizou linhas de crédito de capital de giro com seis meses de carência (*funding* próprio) e três meses de carência (com fonte do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE). No caso do FNE, a prestação pode ser paga de acordo com o faturamento do cliente. Os recursos são destinados a suportar a necessidade de fluxo de caixa das pequenas empresas cuja receita tenha sido afetada pela covid-19 e seus efeitos (BNB, [2021]).

Além disso, o BNB prorrogou os prazos de pagamentos para os microempreendedores urbanos e clientes do Crediamigo (maior programa de microcrédito produtivo e orientado da América do Sul); criou mecanismos operacionais de reestruturação de dívidas, a fim de ajustar o esquema de reembolso das operações das empresas cuja receita tenha sido afetada pela covid-19; e tem realizado a análise de sensibilidade e testes de impactos adicionais de provisão no ativo sob gestão, em decorrência da retração econômica (geral e em setores mais diretamente impactados) esperada pelos efeitos da pandemia (BNB, [2021]).

O Banco da Amazônia (Basa) criou condições especiais para os microempreendedores que precisam de apoio para superar a crise gerada pela pandemia de covid-19. Uma dessas medidas foi a flexibilização das regras para a suspensão do pagamento de parcelas de financiamento de operações de crédito de pessoas físicas e jurídicas, por um prazo de seis meses, para quem optasse pela prorrogação. A medida visava permitir ajustes nos fluxos de caixa, contribuindo para a redução dos efeitos temporários do coronavírus alinhada à Resolução nº 4.782/2020, do Conselho Monetário Nacional (CMN) (MICROCRÉDITO, [2021]).

Já o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) adotou uma série de medidas emergenciais para ajudar o país a enfrentar os efeitos econômicos e os impactos sociais da pandemia do coronavírus. Dentre essas medidas, o BNDES destaca o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac) pela Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, que teve como objetivo apoiar primordialmente as pequenas e médias empresas (PME), associações, fundações de direito privado e cooperativas, excetuadas as cooperativas de crédito, na obtenção de

crédito durante a fase aguda da crise econômica decorrente da pandemia de covid-19 (BNDES, [2021]).

Em síntese, o BNDES, em conjunto com o Ministério da Economia, lançou o Peac estimulando a concessão de crédito, resguardando a saúde financeira das PME e preservando empregos e rendas. Buscou melhorar o acesso ao microcrédito, com taxas de juros baixas e prazos de carência e financiamento maiores (BNDES, [2021]).

O Quadro 3 mostra um resumo das principais estratégias adotadas por algumas instituições brasileiras voltadas ao microcrédito para minimizar os efeitos da pandemia de covid-19.

Quadro 3 – Estratégias de superação dos efeitos da pandemia.

Instituição	Estratégias
Bacen	Garantir a solidez e a estabilidade do SFN para fazer fluir o canal de microcrédito
Abcred	Ampliação do acesso ao microcrédito por parte das instituições associadas
BNB	Dilatação de prazos de carências e pagamentos, prestações conforme faturamento dos tomadores, criação de mecanismos de reestruturação de dívidas e análises de impactos financeiros
Basa	Flexibilização de pagamentos para ajustes nos fluxos de caixa
BNDES	Sustentação do Peac para estimular a concessão de crédito a juros acessíveis e preservar empregos e rendas

Fonte: elaboração própria.

PRINCIPAIS ACHADOS NA ANÁLISE DOCUMENTAL DE INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS

Em boletim recente, o Consultative Group to Assist the Poor (CGAP) divulgou uma série de medidas que estão sendo adotadas em diversos países. Cabe destacar a situação da Índia, que está vivendo uma segunda onda de

casos de coronavírus. Porém, graças a esforços conjuntos da Associação de Instituições de Microfinanças Indianas (MFIN) e do governo indiano, o microfinanciamento foi declarado serviço essencial, possibilitando a continuidade dos trabalhos de crédito e assistência (FINDEV, 2021).

O World Bank Group, por meio de uma combinação de novos projetos, reestruturação e componentes de emergência de projetos existentes e implantação de instrumentos de financiamento de desastres, direcionou sua resposta à pandemia concentrando-se em quatro áreas principais: proteção à saúde, proteção aos pobres e vulneráveis, proteção aos empregos e rendas e esforços em prol de uma recuperação mais resiliente (THE WORLD BANK GROUP, [2021]).

Dados do Asian Development Bank (ADB) revelam maiores esforços dos sistemas financeiros em possibilitar a dilatação dos prazos de carências e de pagamentos dos empréstimos tomados nas diversas instituições de microcrédito no continente asiático. Essas medidas possibilitaram ajudar a muitos pequenos produtores que sofreram os impactos da pandemia (ADB, [2021]).

Na América Latina, o Banco Interamericano do Desenvolvimento (IADB) adotou diversas estratégias durante a pandemia tais como simplificação dos processos fiduciários; apoio de US\$ 1 bilhão para beneficiar 475 mil famílias e mais de um milhão de trabalhadores, em complemento aos programas emergenciais do governo; apoio ao setor privado através da plataforma ConnectAmericas visando a ampliação da rede de clientes; e, ainda, programas de financiamento e garantias de liquidez de curto prazo, de comércio exterior e de desenvolvimento produtivo, juntamente com empréstimos ou garantias para cadeias de valor estratégicas (COVID-19: WHAT CAN WE LEARN, 2021).

A European Microfinance Platform (e-MFP), entretanto, incentiva uma maior acessibilidade ao microcrédito, mas lança uma análise crítica sobre a capacidade de pagamento dos créditos tomados durante a pandemia. Para tal instituição, até o momento, as IMF têm conseguido, de modo geral, atender à demanda. Mas, se os clientes começarem a inadimplir, os credores podem ver pressão significativa não apenas na liquidez, mas na solvência. Por

isso, o desafio é estabelecer mecanismos de orientação ao tomador e acompanhamento dos empreendimentos financiados (COVID-19, [2021]).

O Quadro 4 mostra um resumo das principais estratégias adotadas por algumas instituições internacionais voltadas ao microcrédito para minimizar os efeitos da pandemia de covid-19.

Quadro 4 – Estratégias de superação dos efeitos da pandemia.

Instituição	Estratégias
MFIN/governo indiano	Incentivos às microfinanças como serviço essencial na pandemia
CGAP/World Bank Group	Proteção à saúde, proteção aos pobres e vulneráveis, proteção aos empregos e rendas e esforços em prol de uma recuperação mais resiliente
ADB	Dilatação dos prazos de carências e de pagamentos dos empréstimos tomados nas diversas instituições de microcrédito
IADB	Programas voltados para auxílio à população vulnerável e suporte a diversos setores, como microempresas, <i>startups</i> e empreendedores
MFP	Desafia instituições de microcrédito a adotar mecanismos mais eficientes de orientação ao tomador e acompanhamento dos empreendimentos financiados

Fonte: elaboração própria.

ESTRATÉGIAS DE AÇÕES E COMPARATIVOS A PARTIR DOS CENÁRIOS ANALISADOS

Para Prince, Wahid e Khan (2021), é essencial a oferta de instrução e acompanhamento aos mutuários durante o financiamento dos seus empreendimentos. Essa necessidade também foi destacada pela MFP e frisada pelo Banco do Nordeste através do Crediamigo no Brasil. Assim,

as condições de vulnerabilidade não seriam ainda mais agravadas por um possível maior endividamento ocasionado pelo microcrédito tomado.

De acordo com Durango-Gutiérrez, Lara-Rubio e Navarro-Galera (2021), é preciso fundamentar bem uma análise de risco ao conceder o microcrédito neste cenário de pandemia. De fato, é preciso estabelecer um ponto de equilíbrio para que o microcrédito não deixe de ser acessível, mas que seja concedido de forma sólida e orientada como tem sido estimulado em medidas adotadas pelo BNDES, ADB e Basa, por exemplo.

Yemelyanov et al. (2020) acreditam que há uma maior atratividade do microcrédito para pequenas empresas quando a sua oferta é maior. Essa estratégia tem sido adotada pelo Banco Mundial. De forma similar, as instituições que fazem parte da Abcred buscam mecanismos de ampliação do acesso ao microcrédito por parte das instituições associadas.

Matamoros (2020) propõe que incentivos governamentais sejam dados ao microcrédito. O Bacen segue essa linha propondo diversas medidas para que as instituições de microcrédito disponham de recursos necessários para o financiamento das atividades de seus clientes.

Para Matamoros (2020), os esforços devem vir não somente do governo, mas de diversas instituições competentes para tornar esse difícil cenário um pouco mais suportável para os cidadãos mais vulneráveis. Um exemplo deste fato pode ser notado nos programas do IADB voltados para auxílio à população vulnerável na América Latina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em consequência dos fatos mencionados, percebe-se que as instituições adotaram diversas medidas para facilitar o acesso ao microcrédito visando minimizar os efeitos da pandemia do coronavírus. Com isso, algumas experiências foram adquiridas e, a partir delas, muitos desafios foram percebidos.

Voltando aos objetivos deste artigo, nota-se as potencialidades do microcrédito no sentido de possibilitar que pequenos produtores,

trabalhadores, microempreendedores e outros pudessem manter parte de suas rendas e projetos durante a crise sanitária provocada pelo coronavírus. O microcrédito deu e continua dando a sua contribuição graças a programas institucionais, incentivos governamentais e projetos de outras organizações.

Mas também são notórios os desafios. Cabe destacar os riscos de uma possível inadimplência dos tomadores agravar a situação de vulnerabilidade já acentuada pela pandemia; a possibilidade de as instituições de microcrédito experimentarem escassez de recursos (ainda maior que a costumeiramente existente) para concessão de financiamentos; e a necessidade de programas de orientação e acompanhamento dos tomadores, que se fazem ainda mais necessários e urgentes nesse cenário.

No Brasil e no mundo, medidas em comum podem ser tomadas no microcrédito para mitigar os efeitos da pandemia: maior acompanhamento dos tomadores de crédito, avaliação de risco e de crédito bem formulada, tornar o microcrédito mais acessível e mais atrativo, criação de incentivos governamentais ao microcrédito, aumentar o portfólio de serviços de microcrédito e, ainda, oferecer juros e carências especiais para os clientes.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, E. A. *Análise do desempenho financeiro e social das instituições de microcrédito brasileiras*. 2012. 337 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2012.

ARAÚJO, E. A.; CARMONA, C. U. de M. Eficiência das Instituições de Microcrédito: uma aplicação de DEA/VRS no contexto brasileiro. *Production*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 701-712, 2015.

ASIAN DEVELOPMENT BANK. The Asian Development Bank (ADB) is committed to achieving a prosperous, inclusive, resilient, and sustainable Asia and the Pacific, while sustaining its efforts to eradicate extreme poverty. It assists its members and partners by providing loans, technical assistance, grants, and equity investments to promote social and economic

development. [2021]. Disponível em: <https://www.adb.org/>. Acesso em: 8 abr. 2021.

ATMADJA, A. S.; SHARMA, P.; SU, J-J. Microfinance and microenterprise performance in Indonesia: an extended and updated survey. *International Journal of Social Economics*, Bingley, v. 45, n. 6, p. 957-972, 2018.

BANCO DO NORDESTE. [2021]. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/>. Acesso em: 7 abr. 2021.

BNDES contra os efeitos do coronavírus. *BNDES*, [2021]. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/bndes-contracoronavirus/medidas-emergenciais-coronavirus>. Acesso em: 7 abr. 2021.

BORBA, P. da R. F. *Relação entre o desempenho financeiro e desempenho social de instituições de microfinanças na América Latina*. 2012. 97 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

COVID-19. *European Microfinance Platform*, [2021]. Disponível em: <https://www.e-mfp.eu/covid-19>. Acesso em: 8 abr. 2021.

COVID-19: WHAT can we learn from past responses to public health crises? *IADB*, [2021]. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/ove/covid-19>. Acesso em: 8 abr. 2021.

DURANGO-GUTIÉRREZ, M. P.; LARA-RUBIO, J.; NAVARRO-GALERA, A. Analysis of default risk in microfinance institutions under the Basel III framework. *International Journal of Finance and Economics*, Hoboken, 26 jan. 2021.

FINDEV COVID-19 Update | 25 Mar – 07 Apr 2021 *FINDEV. FinDev Gateway*, 7 abr. 2021. Disponível em: <https://www.findevgateway.org/guide/2021/04/findev-covid-19-update-25-mar-07-apr-2021>. Acesso em: 8 abr. 2021.

HERMES, N.; HUDON, M. Determinants of the performance of microfinance institutions: a systematic review. *Journal of Economic Surveys*, Hoboken, v. 32, n. 5, p. 1.483-1.513, 2018.

MATAMOROS, P. C. Measures to reduce the adverse effects of COVID-19 on rentals of usual housing. *Actualidad Jurídica Iberoamericana*, [Valencia], v. 12, p. 444-457, 2020.

MEDIDAS de combate aos efeitos da COVID-19. *Bacen*, [2021]. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/medidasdecombate_covid19. Acesso em: 7 abr. 2021.

MICROCRÉDITO. *Basa*, [2021]. Disponível em: <https://www.bancoamazonia.com.br/index.php/microcredito>. Acesso em: 7 abr. 2021.

MICROCRÉDITO PRODUTIVO e orientado segue apoiando empreendedores durante a pandemia. *ABCRED*, 29 set. 2020. Disponível em: <https://abcred.org.br/2020/09/29/microcredito-produtivo-e-orientado-segue-apoiando-empreendedores-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 7 abr. 2021.

MORDUCH, J. The microfinance promise. *Journal of Economic Literature*, Pittsburgh, v. 37, n. 4, p. 1.569-1.614, 1999.

PRINCE, S. A.; WAHID, I. S.; KHAN, H. T. A. The Mediating Influence of Motivation on Microcredit Training and Capital Creation. *Journal of Poverty*, Milton Park, 2021.

SILVA, G. B.; COSTA, H. G. Mapeamento de um núcleo de partida de referências em Data Mining a partir de periódicos publicados no Brasil. *Gestão e Produção*, São Carlos, v. 22, n. 1, p. 107-118, 2015.

SILVA, S. P. Economia solidária e finanças de proximidade: realidade social e principais características dos empreendimentos de finanças solidárias no Brasil. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Texto para discussão*. Rio de Janeiro: Ipea, 2017. v. 2270.

THE WORLD BANK GROUP'S Response to the COVID-19 (coronavirus) Pandemic. *The World Bank*, [2021]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/who-we-are/news/coronavirus-covid19>. Acesso em: 8 abr. 2021.

YEMELIANOV, O. *et al.* Microcredits for sustainable development of small Ukrainian enterprises: Efficiency, accessibility, and government contribution. *Sustainability*, Basel, v. 12, n. 15, p. 6.184, 2020.

OS BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

Anderson Carlos Nogueira Oriente¹

INTRODUÇÃO

As principais formas das finanças solidárias desenvolvidas no Brasil são os fundos rotativos solidários, as cooperativas de crédito solidário, as instituições comunitárias de microcrédito e os bancos comunitários de desenvolvimento, uma importante via de inclusão ao sistema financeiro e de desenvolvimento territorial.

Os bancos comunitários de desenvolvimento (BCD) são instituições que possuem compromissos com a prestação de serviço no território, além de disseminarem microcrédito para atender o consumo e a produção; seu maior objetivo é com a economia solidária através de uma articulação em rede local. Estas instituições de desenvolvimento são geridas por organizações comunitárias, associações, fundações e ONGs em condições de administrar o banco e que prezem pelas questões democráticas em suas decisões, através de conselhos para a tomada de decisões.

Para Dowbor (2017), os bancos comunitários são sistemas financeiros locais ou finanças de proximidades importantes para contribuir com a dinamização produtiva do território e têm resultados impressionantes em termos de retorno social sobre os pequenos investimentos, pois os recursos financeiros são direcionados para onde existe uma carência de financiamento, o que gera um efeito multiplicador.

¹ Professor do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), doutor em Engenharia de Produção na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Segundo Gadotti (2009), os bancos comunitários são atividades financeiras que atuam com os princípios da economia solidária para a geração de trabalho e renda. Sendo importantes para a ampliação das atividades comerciais com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento do território, pois o dinheiro circula na própria comunidade, ampliando o poder do comércio local, aumentando a riqueza circulante na comunidade.

De acordo com França Filho (2013), o banco comunitário pode ser definido “[...] como uma outra lógica de desenvolvimento local ou comunitário”, que se inicia a partir de uma manifestação da própria comunidade com apoio dos atores externos. E o processo de intervenção é articulado em quatro eixos centrais de ações: fundo de crédito solidário, moeda social circulante local, feiras de produtores locais e capacitação em economia solidária.

O Instituto Banco Palmas (IBP) define como “[...] um serviço financeiro, solidário, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltado para reorganização das economias locais, na perspectiva da geração de trabalho e renda e da economia solidária”. O objetivo dos bancos comunitários, diferentemente dos bancos comerciais, não é o acúmulo de capital (lucro) por parte dos acionistas, mas o desenvolvimento do território onde se encontra. Como o próprio nome sugere, o banco pertence à comunidade, que deve participar da sua implantação, gestão e consolidação, “[...] os bancos comunitários são regidos por mecanismos da democracia direta” (MAGALHÃES; MELO NETO SEGUNDO, 2003, p. 8).

METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica apresenta no referencial teórico autores que dialogam com os temas economia solidária, finanças pessoais e educação financeira, crédito e bancos comunitários. Embora sua realização seja de forma aplicada visando gerar conhecimento para as questões práticas acerca dos bancos comunitários em desenvolvimento. O universo da pesquisa para o desenvolvimento do trabalho foi a realização de pesquisa bibliográfica e de campo em quatro bancos comunitários, três no estado

do Rio de Janeiro (Preventório, Mumbuca e Cidade de Deus) e um no estado do Ceará (Banco Palmas).

A coleta de dados foi realizada por documentos, registros em arquivos, entrevistas e observação, ou seja, também podemos dizer que se trata de uma pesquisa descritiva bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa qualitativa foi realizada por meio de duas abordagens: escuta livre e entrevista semiestruturada. Segundo Vergara (2009), nas entrevistas livres, o interlocutor elabora suas ideias quase sem interferência do entrevistador, e nas entrevistas semiestruturadas a ordem dos questionamentos depende da dinâmica da própria entrevista.

A CRIAÇÃO

De acordo com Heloisa Primavera, professora da Faculdade de Economia da Universidade de Buenos Aires e cofundadora da Red Latinamericana de Socioeconomía Solidaria (Redlases), as demandas sobre as criações dos bancos comunitários de desenvolvimento estão sempre misturadas, independente de como elas são pensadas, tampouco pelo território e/ou por iniciativa pública, mas são produtos de uma leitura que o observador faz delas (PRIMAVERA, 2018).

No Brasil, o primeiro banco comunitário de desenvolvimento foi o Banco Palmas (BP), fundado em 20 de janeiro de 1998, pela Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (Asmoconp), no Conjunto Palmeiras, bairro da periferia, localizado a cerca de 20 quilômetros do centro da cidade de Fortaleza, no estado do Ceará. O processo de criação se inicia com a mobilização interna do território, pois o projeto começa a partir de um desejo endógeno, e as ações do BCD vão além da moeda social e do microcrédito; é uma outra lógica de desenvolvimento local e comunitário, pautado nas relações sociais, promovendo formações em economia solidária, educação financeira e uma série de atividades de desenvolvimento socioeconômico baseadas no interesse do território, como a rede de empreendedores locais possibilitando o consumo mútuo e obtendo fluxo circular da renda.

O desenvolvimento local é o elo entre desenvolvimento sustentável e protagonismo local, é a mobilização democrática e produtiva dos territórios como via de transformação social, uma das premissas do banco comunitário de desenvolvimento. Segundo Pedro Hespanha *et al.* (2009), o conceito de desenvolvimento local pertence à mesma categoria do conceito de desenvolvimento participativo, ou seja, com a participação das pessoas como forma de decisão no desenvolvimento comunitário. As dinâmicas de desenvolvimento local são capazes de interagir ações e democratizar seu processo de construção.

Os requisitos iniciais são no mínimo dois funcionários, que precisam ser capacitados para as funções, tais como: gestor, gerente de crédito e agente de crédito; e a comunidade possuir um espaço com uma sala, acesso à internet. E recursos financeiros para o lastro inicial da moeda social, fundo de crédito e pagamentos das despesas operacionais do banco.

A MOEDA SOCIAL E O MICROCRÉDITO

A moeda social (moeda própria) possui valor equivalente ao Real (R\$), ou à moeda que opera no país, e sua tecnologia poderá ser implantada com nome e personagens referenciados na própria comunidade, o que de certa forma é fator de autoestima. Estimula o consumo no comércio local, uma vez que só é aceita na própria comunidade, além de possibilitar o aumento do poder de compra dos moradores, pois sugere aos comerciantes que ofereçam descontos aos usuários da moeda, e os empréstimos para consumo também são oferecidos em moeda social.

A circulação também fomenta o crescimento do comércio local, pois o consumo aumenta, permitindo a expansão dos empreendimentos e a permanência da riqueza no território, chamado na economia de fluxo circular da renda. Teoricamente, se todos os moradores de um território popular fizessem suas compras no próprio bairro, não haveria necessidade de existir uma moeda social, porque a função da moeda é estimular a base monetária dentro do território, o que consequentemente criará poupança interna.

A função da moeda social em um evento de curto prazo é facilitar a troca de produtos, serviços e conhecimento. Funciona como se fosse um “voucher”, que só pode ser usado por um período determinado e em um espaço acordado, entre os organizadores do evento. Insistimos que não é uma “moeda” no sentido estrito do termo, por isso é legal e até recebeu apoio do Banco Central do Brasil a partir de 2004. (PRIMAVERA, 2017, p. 54, tradução nossa)

Para Heloisa Primavera, a criação da moeda social, para quem iria usufruir, tinha sentido de dinheiro, mas, como observadora, tentou mudar o ângulo de observação, até porque antes, na Argentina, se chamava crédito o papel que dava aval à confiança, mas passou a chamar de moeda pois acreditava que era “[...] uma violação a massa monetária universal”, a que chamou de “M1”, fruto da Teoria Monetária, do campo das Ciências Econômicas. Para Primavera, a moeda corrente é a chamada moeda “antissocial”, pois a concentração da riqueza fica em poucas mãos (PRIMAVERA, 2018).

Ao pensar a economia na vida cotidiana na Argentina, percebeu que a moeda teria a quantidade necessária e suficiente para atender o bem viver das pessoas e não acumular. E via liquidez no clube de troca percebeu uma alternativa para evitar concentração, pois tinha uma extensão de validade em um grande espaço que possibilitaria consumir em determinado local, mas sem o acúmulo e sem poupança.

Nesse sentido, acreditamos que é importante resgatar o valor de todas as formas de resistência às moedas oficiais únicas, que se dizem hegemônicas, sejam elas a moeda nacional de cada país, ou o dólar americano, o euro ou o yuan, que alimentam a especulação da economia global e do acúmulo de riqueza em poucas mãos. Bancos de tempo, feiras de troca, mercados de solidariedade, compras comunitárias ou instrumentos orçamentários participativos de instituições ou governos locais devem ser considerados como parte de um amplo movimento para recapturar um mercado sem moeda oficial, destinado a incluir aqueles que foram historicamente excluídos e hoje eles podem se encarregar de deixar um planeta viável para as futuras gerações. (PRIMAVERA, 2017, p. 43, tradução nossa)

De acordo com a professora, a ótica que se observa nas coisas é determinante para a construção do problema e, portanto, da solução. E isto corrobora que nada vem da base, mas das pessoas. Sendo que alguém deve assumir a liderança com todas as responsabilidades, e cita como exemplo a reunião de Mendes, no estado do Rio de Janeiro, o Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidária, em junho de 2000, em que Joaquim Melo (coordenador-geral do Banco Palmas) era participante da oficina ministrada por ela e entendeu a ideia da moeda social. E logo depois começou a utilizar a moeda social no Banco Palmas, pois antes o banco só utilizava o crédito do chamado “Palma Card”, e a partir do encontro de Mendes foi criada a moeda social do Banco Palmas, com o nome de Palmares. Depois da criação de uma espécie de ajuda ou consultoria chamada por ela de “empurrão no Palmares”, aplicou uma nova metodologia com Sandra Magalhães, que na época também era coordenadora do Instituto Palmas, sem a presença de Joaquim de Melo.

[...] comprei carne e vendi com uso de moeda social, após a compra das carnes pelas pessoas que estavam na oficina aplicamos a nova metodologia, as moedas sociais foram recolhidas e logo depois a paridade da moeda social voltou a ser um para um, ou seja, o lastro da moeda social ficaria igual ao da moeda brasileira real (R\$). (PRIMAVERA, 2018)

A moeda social lastreada no banco significa dizer que o banco deve possuir em caixa a mesma quantia em reais que circula em moeda social pelo território. E a troca de moeda social para reais geralmente é permitida para os comerciantes cadastrados no BCD, mas são estimulados a trocar somente o necessário. O Banco Palmas cobra uma taxa de 1% sobre o valor trocado, mas essa cobrança depende do banco, outros cobram uma taxa menor, em torno de 0,5%, e alguns não cobram.

O microcrédito concedido a juros baixos através da confiança é chamado de aval solidário, uma vez que os créditos são oferecidos para os moradores do território e os agentes de crédito consultam a rede de relações de vizinhança do tomador, o que configura um controle social na disponibilidade dos recursos, pois o aval é estabelecido pelos moradores. As linhas

de crédito dos bancos comunitários de desenvolvimento também são de extrema relevância em razão de proporcionar aos pequenos empreendedores oportunidades de financiamentos, aos quais não teriam acesso devido à burocracia, ao nível de renda, aos requisitos de fiador, dentre outras restrições para a concessão de crédito.

Geralmente nos bancos comunitários também se constituiu o Conselho de Aprovação de Crédito (CAC), pequeno grupo de moradores com poder deliberativo para decidir a aprovação do crédito, constituído pelo agente de crédito que visitou o empreendimento do solicitante do crédito, um membro da diretoria da instituição (presidente, vice ou diretor) e um terceiro membro, que pode ser algum morador envolvido com as atividades do banco. Segundo França Filho (2013), dois pontos se destacam neste tipo de análise: a consonante segurança sobre o retorno do dinheiro e o conhecimento da economia do território que opera o serviço de crédito. O primeiro está sujeito também às intempéries da vida cotidiana, mesmo sendo relacionado como um bom pagador, mas no segundo caso existe a possibilidade de assertividade maior porque os recursos passam pela rede de produção e consumo local, os chamados prosumidores.

O CONTROLE SOCIAL E A FORMAÇÃO

O controle social e/ou a gestão de um BC é realizada pela própria comunidade, através da Associação de Moradores ou por funcionários contratados para esta função, com uma equipe que trabalha diretamente no banco e faz a coordenação das atividades. As ferramentas utilizadas para este processo são planilhas, formulários, fichas e controles que facilitem o gerenciamento. Deve prezar pela simplicidade nas operações, pois assim vai permitir que a própria comunidade consiga operar a gestão sem grandes dificuldades, uma vez que em sua maior parte o grau de escolaridade é baixo, mas em muitos casos seus comprometimentos superam as lacunas educacionais, o que gera um compromisso com o banco e facilita a articulação com o território, pois se conhece os moradores, suas histórias, hábitos e culturas.

Apesar de ser uma forma solidária de se administrar democraticamente, é preciso que todos os membros do empreendimento solidário saibam o que está ocorrendo e tomem as providências e decisões cabíveis. Para que seja a contento, é preciso que todos os associados estejam inteirados de tudo o que ocorre, expressando ideias para a resolução de cada problema. Com o passar do tempo, acumulam-se experiências e decisões que, uma vez adotadas, servem para resolver muitos problemas frequentes. A maior ameaça é o desinteresse dos sócios, que acabam delegando suas responsabilidades para um pequeno grupo que detém a direção. De certa forma se pratica a autogestão; segundo Lisboa (2004), para ter a autogestão é preciso existir a coesão social independente das atividades profissionais. O principal mérito da autogestão não é a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes: estar nas reuniões, participar das discussões e decisões do coletivo ao qual se está associado, conscientizar, tornar a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura. Por essa razão, vale a pena se empenhar nesta prática nos Bancos Comunitários porque todos que participam possuem o controle da instituição.

Após as nomeações dos gerentes e dos agentes de crédito, começa a fase de formação, mas todo processo de implantação por si só mobiliza a comunidade e colabora para articular os atores sociais que farão parte do núcleo operacional diário do banco, o que é uma forma de autogestão. Em contrapartida, é importante que a formação seja em economia solidária para ambientar o possível associado (trabalhador) com os princípios da “outra economia” e gestão, pois são realizados diversos processos no banco que, para a maioria dos que ocuparão os cargos de operação, são tarefas desconhecidas das suas práticas diárias.

A formação também deve passar pela educação financeira, para quem vai exercer atividades de gestão, administração e operação, porque aparecerá uma enxurrada de novos termos do cotidiano das finanças, muitas vezes citados como “economês”, que não estão presentes nas atividades diárias da equipe. E, para desenvolver algumas ações na instituição, é necessário entender a nomenclatura técnica, como: lastro; câmbio; crédito; fluxo de produção e consumo; juros; taxa de inadimplência entre outras

expressões que os operadores do banco comunitário (coordenador, caixa, gerente e analista de crédito) devem saber para praticar suas atividades.

O processo formativo deve ser cuidadoso, pois a instituição é um banco que exigirá confiabilidade, capacidade técnica, segurança e equilíbrio para administrar os recursos. Por isso, é importante direcionar bons critérios para selecionar aqueles que participarão do processo, monitorar suas ações, cobrar resultados e exigir qualidade nos serviços. Segundo o Instituto Banco Palmas ([2018]),

[...] um grande desafio: como garantir que a comunidade dê conta dos instrumentos de gestão financeira e social cada vez mais complexos utilizados pelo BCD? Como compatibilizar processos de capacitação e formação das lideranças comunitárias (que geralmente são longos e demorados) com a necessidade de tocar o banco para frente.

Outro fator que se deve destacar neste processo formativo são as noções básicas para captação de recursos, que deverá constituir um fundo do banco com recursos oriundos das múltiplas fontes, doações de pessoas físicas e jurídicas, cotizações dos associados (instituições ou moradores) e prestação de serviços do banco, o que levará à sustentabilidade da instituição. É um processo que no mínimo terá que trazer alguma noção de elaboração de projetos com todas as fases, pois a comunidade passa a “vender” o projeto do banco como algo transformador para captar recursos, o que não vai depender apenas de conversas, mas de um trabalho mais articulado.

O FORTALECIMENTO NO PAÍS E A REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS

Para Antônio Haroldo Pinheiro Mendonça, que foi coordenador-geral de Comércio Justo e Finanças da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), do Programa de Apoio a Finanças Solidárias, no período de 2003 a 2016 (momento em que a Senaes tem um diálogo com a sociedade civil, em especial com as experiências exitosas dos bancos solidários,

fundos solidários e cooperativismo de crédito solidário), e, além de coordenar, organizou editais de fomentos às finanças solidárias que tinham como objetivo fortalecer os bancos comunitários de desenvolvimento e os fundos rotativos solidários, o que orientou toda a política nacional de economia solidária foi a constatação de que até 2005 existiam três bancos comunitários (Banco Palmas, no município de Fortaleza-CE, Banco PAR, no município de Paracuru-CE, e Banco Bem, no município de Vitória-ES), e a partir deste ano até o ano de 2016 foram criados 113 bancos comunitários, resultado de uma articulação com protagonismo do movimento da sociedade civil, o que pode se dizer movimento da economia solidária e Rede Brasileira de Bancos Comunitários (MENDONÇA, 2018).

A experiência dos bancos comunitários com a Senaes foi orientada com base em diálogos com o movimento da economia solidária para a expansão desta metodologia de bancos comunitários para municípios e/ou territórios de baixo IDH, tendo como protagonistas Joaquim de Mello e Sandra Magalhães, ambos do Instituto Banco Palmas, que orientaram a política pública de economia solidária focada nas finanças solidárias, pois foram os pioneiros nessa experiência no país a partir de 1998. Vale ressaltar que, para Haroldo, a instalação de uma metodologia do ponto de vista do governo federal, chamada Banco Comunitário de Desenvolvimento, com uma de suas ferramentas, a moeda social é construída pela comunidade, com identidade do território, com lastro na moeda nacional (Real), e que o banco comunitário não é uma instituição financeira, pelo contrário, é uma instituição social voltada para o desenvolvimento comunitário e o desenvolvimento local, com base nos princípios da economia solidária (MENDONÇA, 2018).

Em alguns locais em que os bancos comunitários foram implantados, não existia nenhum acesso aos serviços bancários. Vale destacar que um banco comercial originário do oligopólio bancário brasileiro não vai implantar um banco em uma região longínqua dada toda a dificuldade do acesso, consequência de uma pobreza econômica e com as ditas populações tradicionais (assentados, quilombolas, indígenas) organizadas em

pequenos agrupamentos. E esta função é feita pelo Banco Comunitário de Desenvolvimento, o que provoca impacto social.

A Rede Brasileira de Bancos Comunitários (RBBC) é definida por Leonora Mol (2018), coordenadora da RBBC, fundadora/coordenadora do Banco Bem (Ateliê de Ideias), como enfrentamento político e uma alternativa de fortalecer politicamente os bancos comunitários de desenvolvimento, chamada por ela de “[...] marcação de um terreno, de um espaço e a possibilidade de construir diferente quando está junto”. Um exemplo citado é a replicação da tecnologia dos bancos comunitários do Ceará para outros estados, pois o Banco Bem foi o primeiro banco comunitário fora do estado do Ceará, logo depois apareceram outros. Antes disso, a tecnologia de bancos comunitários era vista pelos parceiros como uma tecnologia muito peculiar ao Ceará. E o fato de sair do estado mostrou que a experiência dos bancos comunitários era possível. Segundo Singer (2002),

[...] não existir uma clientela formada para seus produtos e ainda, por enfrentar uma competição desigual com as empresas capitalistas, a saída racional se dá através da formação de um conjunto de produtores e consumidores organizados para trocar seus produtos entre si.

No primeiro encontro da Rede, a proposta “era se juntar”, ou seja, os bancos estavam espalhados, mas não trocavam experiências (MOL, 2018). E também naquela época era bem difícil, segundo ela, “[...] até o virtual que se tem hoje não se tinha e ninguém sabia qual a tecnologia que um ou outro estava utilizando” (MOL, 2018). Para Leonora, a RBBC deu o “[...] tom de que é possível” (MOL, 2018). A partir deste momento pensou-se também na interlocução política nos três setores (público, privado e terceiro setor), pois seria muito melhor para fortalecer os bancos, já que todos lutarão pelo mesmo objetivo; na época, havia sete bancos, mas havia dezenas de pessoas, intelectuais e movimentos que apostavam nos bancos comunitários. Hoje “[...] nós somos 113, nós somos centenas e milhares de pessoas por esse Brasil afora, nós somos várias etnias, nós somos várias iniciativas econômicas” (MOL, 2018).

O I Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários ocorreu na sede da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras, em 14 de janeiro de 2006, e foram criados o Regimento dos Bancos Comunitários (BC), o Termo de Referência dos BC, que norteou as iniciativas de bancos comunitários, pelo país. Segundo o Instituto Banco Palmas ([2018]):

A relevância deste evento se sobressai ao se perceber a presença dos representantes do poder público federal (Membros da SENAES/MTE e da DRT-CE/MTE), estadual (Membros da Assembleia Legislativa) e municipal (Prefeitos e secretários municipais das prefeituras envolvidas), além do Ministro da Economia Popular (MINEP) do Governo da Venezuela, Sr. Elias Jaua Milano.

Já no II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, realizado entre 18 e 21 de abril de 2007, no SESC Iparana, em Caucaia-CE, uma das maiores diretrizes foi a questão do BC enquanto identidade, pois já se falava de apropriação do nome banco comunitário pelo Banco do Nordeste; para tanto, foi criado um novo Termo de Referência, com a nomenclatura “Banco Comunitário de Desenvolvimento” e o conceito “[...] serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária” (FRANÇA FILHO, 2013). Segundo o Instituto Banco Palmas ([2018]), dentre outras diretrizes importantes nesta reunião estão:

Cada banco deve ter um fórum comunitário que decida as ações que serão executadas dentro do banco comunitário;
Deve ser uma preocupação dos bancos comunitários a realização de atividades educativas junto aos empreendimentos solidários que solicitam crédito: devem ser parceiros, e não clientes;
Flexibilizar as linhas de crédito e os critérios: cada caso deve ser analisado em particular com as reais possibilidades de retornar o dinheiro;
Reforçar o objetivo de empoderamento das comunidades;
Investir na capacitação local para suprir a falta de pessoal qualificado nos bancos comunitários;

Estimular a elevação no nível de escolaridade da comunidade;
Devem ser temas prioritários de formação: Comercialização; Economia Solidária Consumo Consciente; Importância da circulação da moeda; Importância do Banco Comunitário para a Comunidade; Trabalhar questões de cidadania ativa; Gestão de empreendimentos solidários;
Os bancos comunitários devem estimular a participação dos tomadores de crédito em atividades sociais, comunitárias, associativas, comerciais, em movimentos sociais, entre outros.

Em 2009, o IBP firmou uma parceria com o Banco Popular do Brasil (BPB). O BPB, integrado ao Banco do Brasil, disponibilizou uma carteira de crédito de 1,5 milhão em 2009 para o Instituto Banco Palmas, a juros de 1% a.m. pelo Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Esta carteira fez com que o Instituto Banco Palmas garantisse recursos para a criação de vários outros bancos comunitários no território brasileiro, o que protagonizou o IBP na RBBC, onde é o gestor.

Os encontros da Rede não possuem periodicidade porque, para acontecerem, é necessário um patrocínio, mas nem por isto os bancos comunitários deixaram de se encontrar ou se articular. A Senaes, em parceria com a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, nos encontros e seminários, realizou sistematizações metodológicas, troca de aprendizados e de tecnologias, formações e planejamento de diagnósticos com o objetivo de contribuir para a articulação destes empreendimentos em rede, a partir do lançamento da Chamada Pública nº 002/2011, que fortaleceu a criação e a expansão da economia solidária por meio das finanças solidárias, com base na expressão dos bancos comunitários. E logo depois fortalecida com o Edital de Chamada Pública Senaes/MTE nº 01/2012 – Rede Nacional de Centros de Formação e Apoio à Assessoria Técnica em Economia Solidária, que tinha por intuito fortalecer as iniciativas de bancos comunitários.

No III Encontro Nacional da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, realizado em Fortaleza, 2013, com o nome de “Seminário de Avaliação das Ações do Projeto de Apoio a Bancos Comunitários”, dentre os debates ocorridos, segundo o Instituto Banco Palmas ([2018]), foram apresentadas três grandes conquistas:

1. A CAIXA aceitou o desafio de criar o produto Correspondente Caixa Banco Comunitário.
2. A Comissão de Trabalho do Congresso Nacional aprovou a Lei que regulamenta os Bancos Comunitários (Lei da Deputada Federal. Erundina).
3. Foi eleita e ampliada a nova coordenação nacional da Rede Brasileira.

O IV Encontro Nacional da Rede Brasileira de Bancos Comunitários aconteceu nos dias 25 e 26 de novembro de 2015, em Fortaleza. Segundo o Instituto Banco Palmas ([2018]), sua principal proposta era levar a discussão da RBBC ser uma alternativa ao sistema financeiro vigente e delinear pontos para o Sistema Brasileiro de Finanças Solidárias:

Vamos sonhar grande e pôr em marcha, de baixo pra cima, uma alternativa ao sistema financeiro e bancário hegemônico. Estamos a construir um berço acolhedor da Democracia Econômica e o engatinhar do Sistema Brasileiro de Finanças Solidárias.

Para Eid *et al* (2006), “[...] a economia solidária é de superação das dificuldades iniciais e de reivindicação de direitos e de ampliação do campo de atuação, não uma economia dos pobres”. Segundo os autores, o debate sobre economia solidária tem crescido no seio das organizações populares, mas é preciso encontrar um elemento articulador fundante para que as diversas experiências históricas sejam potencializadas para além da resistência, pura e simples, ao modelo capitalista.

Já no final de 2016, entre os dias 16 e 18 de dezembro, em Vitória-ES, foi realizado o V Encontro Nacional da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, que teve como tema principal “O Comitê de Finanças Solidárias”.

No dia 4 de setembro de 2018, no Encontro Global dos Bancos Comunitários, em Fortaleza, a reunião que aconteceu no evento pode ser chamada de “VI Encontro Nacional da Rede Brasileira de Bancos Comunitários”. A atividade teve o intuito de discutir a abertura dos editais da Senaes, os novos caminhos da economia solidária e o apoio para

as políticas públicas de fortalecimento dos bancos comunitários para os próximos anos. A Tabela 1 mostra os 113 bancos que contam com o apoio da RBBC em quatro regiões do país, o que mostra grande capilaridade desta rede para a troca de experiências e saberes no processo de consolidação dos bancos comunitários.

Tabela 1 – Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

Região	Estado	Município/Bairro	Nome do Banco
Centro Oeste	Distrito Federal	Cidade Estrutural Itapoã Planaltina (DF)	Estrutural Itapoã Planaltina
	Goiás	Iporá	Pequi
	Mato Grosso do Sul	Ponta Porã Dourados Anastácio	Ita Pirê Pantanal
	Mato Grosso	Rondonópolis Alta Floresta Serra (Jacaraípe)	Cerrado Raiz Mar
Nordeste	Bahia	Cachoeira Cairu Canavieiras Ouriçangas Salvador Simões Filho São Francisco do Conde Vera Cruz Camaçari	Cidadania Quilombola Casa do Sol Resex Fonte de Água Fresca Guiné Ecoluzia Ouro Negro Ilha Mar Abrantes
	Sergipe	Barra dos Coqueiros	Dunas
	Paraíba	João Pessoa João Pessoa (São José)	Jardim Botânico Muçubank

Região	Estado	Município/Bairro	Nome do Banco
Nordeste	Rio Grande do Norte	São Miguel do Gostoso	Banco Solidário do Gostoso
	Piauí	São João do Arraial Pedro II	Cocais Rede Opala
	Maranhão	Alcântara	Quilombola
	Ceará	Acarape	Vale Acarape
		Acarau	Dunas
		Beberibe	Bandessb
		Caridade (Campos Belos)	Pe Quilano
		Cascavel	Bandsc
		Caucaia	Potira
		Choró	Sertanejo
		Chorozinho	Rio Choro
		Fortaleza (Pirambú)	Pirambu
		Fortaleza (Grande Portugal)	Rio Sol
		Fortaleza (Conj Palmeiras)	Palmas
		Fortaleza (Sítio São João)	DendeSol
		Fortaleza (Edson Queiroz)	Serra Azul
		Ibaretama	Bancart
		Irauçuba	Amizade
		Irauçuba (Cruzeiro)	Juazeiro
		Irauçuba (Juá)	Itasol
		Itaitinga	Tremembé
		Itarema (Almofala)	Timbaúbas
		Juazeiro do Norte (Timb)	Bansol
		Madalena (Macacoaca)	Paju
		Maracanaú	Jaçanã
		Maracanaú (Jereissati)	Empreendedores
		Maranguape	Itapebussu
		Maranguape (Itapebussu)	Buriti
		Mauriti	Serra das Matas
			Ocards

Região	Estado	Município/Bairro	Nome do Banco
Nordeste	Ceará	Monsenhor Tabosa	Pacatubano
		Ocara	Artpalha
		Pacatuaba	Serrano
		Palhano	Par
		Palmacia	Frei Diogo
		Paracuru	Quixadá
		Paramoti	Feiticeiro
		Quixadá	Quinamuiu
		Tamboril	
		Tauá	
Norte	Pará	Santa Izabel (Carapuru)	Rio Carapuru
		Ananindeua (Paar)	Paar
		Curralinho	Rio Canaticu
		Muaná Belém (Mosqueiro)	Pracaubense
		Belém (Outeiro)	Tupinambá
		Belém	Caratateua
		Belém (Castanheira)	Cajueiro
		Santo Antônio do Tauá	Castanheira
		Igarapé-Miri	Tauense
		Jacundá (Alto paraíso)	Miri
		Marituba (Marituba1)	Paraíso
			Mari
	Acre	Rio Branco (Vitória)	Vitória
		Rio Branco (Triângulo Novo)	Triangulgo
	Amapá	Macapá	Fazendinha
		Laranjal do Jari (Centro)	Farol
	Roraima	Guajará-Miri (Cerraria)	Pérola do Mamoré
	Amazonas	Manaus	Colonial
		Barreirinha	Ariramba
		Boa Vista dos Ramos	Boa Vista de Ramos
Manaus		Nova Aliança	
Manaus		Mauá	

Região	Estado	Município/Bairro	Nome do Banco
Norte	Amazonas	Manaus	Poraquê
		Manaus (Morro da Liberdade)	Conquista
		Manaus (Colônia Antonio Aleixo)	Liberdade
		Parintins (São Benedito)	Parintins
Sudeste	Espírito Santo	Serra (Planalto Serrano)	Abraço
		Serra (Central Carapina)	Passarela
		Serra (Vila Nova de colares)	Viver
		Vitória (Nova Palestina)	Puã
		Cariacica (Vista Dourada)	Sol
		Vitória (São Benedito)	Bem
		Pedro Canário – Cristal do Norte	União
		Cariacica (Nova Rosa)	Esperança
		Vila Velha (Ataide)	Verde Vida
		Vila Velha (Terra Vermelha)	Terra
	São Paulo	Carapicuíba	Tonato
		São Paulo (Inácio Monteiro)	Paulo Freire
		São Paulo (Jardim Apuanã)	Apuanã
		São Carlos (Jardim Gonzaga)	Nascente
		São Paulo (Jardim São Luis)	Autogestão
		São Paulo (Jardim Maria Sampaio)	União Sampaio
		São Bernardo do Campo	Padre Leo Comissari
	Minas Gerais	Várzea Paulista (Vila Real)	Orquidea
		Chapada Gaúcha	Chapadense
		Esmeraldas	Esmeralda
	Rio de Janeiro	Teófilo Otoni	Banclisa
		Rio de Janeiro (Cidade de Deus)	Cidade de Deus
		Niterói (Charitas)	Preventório
		Maricá	Mumbuca
		Silva Jardim	Capivari
		Duque de Caxias	Saracuruna

Fonte: Instituto Banco Palmas ([2018]).

Uma curiosidade que esta pesquisa não conseguiu identificar foi a não abrangência da região Sul na Rede Brasileira dos Bancos. Apesar de a região possuir dois bancos em Porto Alegre, que foram inaugurados em 25 de julho de 2016, os bancos Cascata, no bairro de mesmo nome, e Justa Troca, no Sarandi, e ambos operarem pela plataforma E-dinheiro. E um banco em Florianópolis-SC, o Banco Comunitário da Costeira, inaugurado em 2020.

Segundo o Instituto Banco Palmas ([2018]), “[...] o Banco Palmas tem como missão implantar programas e projetos de trabalho e geração de renda, utilizando sistemas econômicos solidários, na perspectiva de superação da pobreza urbana”. O IBP é hoje uma instituição reconhecida, sendo referência para o modelo de bancos comunitários no país e estimulador de diversos projetos de finanças solidárias no mundo. O reconhecimento e o consequente sucesso levaram à procura por parte de outras instituições interessadas em reproduzir esta tecnologia social. E, para facilitar a execução deste propósito, em 2003, foi criado o Instituto Banco Palmas, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), cuja finalidade é difundir metodologias e tecnologias sociais desenvolvidas pelo Banco Palmas no Brasil e no exterior e integrando-os em rede. Vale destacar o caso do Rio de Janeiro, em que, dos cinco bancos comunitários de desenvolvimento implantados no estado, apenas dois estavam em funcionamento, o Banco Preventório, na comunidade de Charitas, em Niterói, e o Banco Mumbuca, no município de Maricá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Banco Palmas, que foi criado para a superação da pobreza no território, pode ser considerado o principal ator no país para a inclusão de uma camada da população no sistema bancário e de crédito. Seus processos de implantação são definidos de acordo com a peculiaridade local, mas a consolidação dos bancos comunitários não pode ser só de sua responsabilidade, como também por conta de carência de articulação política, embora

nos caiba lembrar que o engajamento do território atrelado a uma liderança política fez com que o banco conseguisse obter fundos e ganhar edital de fomento para manter sua operação mesmo com todas as dificuldades encontradas no processo de consolidação.

Os bancos comunitários em desenvolvimento, modelo criado e multiplicado no país, além de serem uma alternativa ao sistema financeiro, não só no que se refere à inclusão da população que não possui acesso ao sistema bancário, como também ao oligopólio bancário existente no país, também podem ser considerados uma importante ferramenta de desenvolvimento local. É importante destacar o trabalho desenvolvido pelo Instituto Banco Palmas para a sua consolidação e sustentabilidade. O BP possui boa relação com o território, sendo um dos seus principais atores, fomentando fóruns e ações constantes na comunidade, e sua relação política com o ambiente externo impulsiona parcerias. A participação em editais da Senaes com a implantação de BCD no país, além das ações na própria comunidade. E o processo organizacional bem desenvolvido fez com que o BP conseguisse implantar a sua metodologia de finanças solidárias no país e no mundo, tendo como principal parceiro a Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

O processo de expansão de BCD no país, principalmente a partir de 2005, dinamizado pela Rede Brasileira de Bancos Comunitários com fomento da política governamental da Senaes, foi bom para que esta política pública de desenvolvimento ganhasse capilaridade em diversas regiões, mas é interessante apontar que os atores que proporcionaram o seu fomento, ou seja, governos das diferentes esferas, deveriam ser os grandes incentivadores de sua utilização. Mesmo se o banco comunitário fosse utilizado apenas em uma área da cidade, como nos casos dos territórios populares, isto geraria uma multiplicação e/ou elevação da confiabilidade da política de desenvolvimento por parte dos habitantes no uso da moeda social e dos serviços financeiros, para pagamento de títulos diversos e até recebimentos de aposentadorias, pensões e salários em moeda social.

REFERÊNCIAS

DOWBOR, L. *A era do capital improdutivo*: por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

EID, F. *et al.* Cadeias produtivas sob controle de famílias cooperadas do MST-Brasil. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., 2006, Quito. *Anais [...]*. Montevideo: Alasru, 2006.

FRANÇA FILHO, G. C. *Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD's) como expressão de finanças solidárias*: por uma outra abordagem da inclusão financeira. Fortaleza: Arte Visual, 2013.

FRANÇA FILHO, G. C. *et al.* *Ação pública e economia solidária*: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

FRANÇA, B. H. *et al.* *Bancos comunitários do Preventório e de Saracuruna*: experiências pioneiras de financiamento e extensão universitária no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora UFE, 2013.

FRANÇA FILHO, G. C.; SILVA JUNIOR, J. T. Bancos Comunitários de Desenvolvimento. In: CATTANI, A. D. *et al.* *Dicionário internacional da outra economia*. São Paulo: Almedina, 2009. p. 31-36. (Coleção CES).

GADOTTI, M. *Economia solidária como práxis pedagógica*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

HESPAHNA, P. *et al.* (org.). *Dicionário internacional da outra economia*. São Paulo: Almedina, 2009.

INSTITUTO BANCO PALMAS. Um sistema integrado de crédito, produção, comércio, consumo, e felicidade humana. [2018]. Disponível em: <http://www.institutobancopalmas.org/>. Acesso em: abr. 2018.

LISBOA, A. M. *Economia solidária hoje*: significado e perspectivas – 2004. Disponível em: <http://www.cse.ufsc.br/~gecon/>. Acesso em: 10 jul. 2016.

MAGALHÃES, S.; MELO NETO SEGUNDO, J. J. *Bairros pobres, ricas soluções*: Banco Palmas Ponto a Ponto. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2003.

MENDONÇA, A. H. P. [Entrevista cedida a Anderson Carlos Nogueira Oriente]. Rio de Janeiro, out. 2018.

MOL, L. [Entrevista cedida a Anderson Carlos Nogueira Oriente]. Rio de Janeiro, out. 2018.

PRIMAVERA, H. *Futuro sin fronteras*: monedas sociales y otras urgencias de este tiempo. Buenos Aires: Biblioteca Permacultura, 2017.

PRIMAVERA, H. [Entrevista cedida a Anderson Carlos Nogueira Oriente]. Rio de Janeiro, out. 2018.

REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO. *Banco comunitário*: serviços solidários em rede. Fortaleza: Instituto Banco Palmas, 2006.

SINGER. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

EDUCAÇÃO COOPERATIVA

A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ARGUMENTO PARA REFLEXÕES ACERCA DE ABORDAGENS EDUCACIONAIS E CULTURAIS NO ENSINO SUPERIOR

Juliana Maria Greca¹
Marilene Zazula Beatriz²

INTRODUÇÃO

As intenções de análise que este artigo pretende revelar florescem de experiências, estudos e percepções cultivadas no trânsito entre o pessoal e o coletivo, em um constante movimento de estar sendo no mundo com os outros. Nessa perspectiva, como docentes de uma universidade pública brasileira, interessa-nos problematizar questões inerentes aos processos de escolarização que nos são infligidos e, como docentes, infligimos aos outros.

Acometidas por um olhar mais elaborado acerca da realidade acadêmica e sua generosa participação na formação, produção e manutenção das forças de trabalho, sentimo-nos impelidas a nos aprofundar em investigações sobre as questões subjacentes que têm dado sentido à ideia de trabalho, compreendendo-a como uma produção cultural e subjetiva oriunda, não somente, mas também, do próprio sistema educacional, o qual tem alicerçado um princípio-força do sistema capitalista. Na perspectiva dessa reflexão, ou

1 Docente pelo Departamento Acadêmico de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (DAFCH/UTFPR-CT), mestre em Artes pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), doutoranda em Tecnologia pela UTFPR, coordena o LINKS Núcleo de Dança da UTFPR, membro da Tecsol de 2017 a 2019.

2 Docente pelo DAFCH/UTFPR-CT, doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), coordena o Programa de extensão Tecsol, docente no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia (PPGTE/UTFPR).

mesmo revisão dos pressupostos e horizontes vinculados às práticas pedagógicas no ensino superior, este estudo apresenta uma análise qualitativa sobre o conteúdo de cinco vídeos produzidos através da parceria entre a Comissão de Cultura e o Núcleo de Cultura e Comunicação (Nuccom), vinculado ao Departamento de Extensão (Depex), da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, campus Curitiba (UTFPR-CT); tais vídeos foram produzidos durante o ano de 2020 e estão disponíveis *on-line*³. Estas produções em audiovisual convidam a comunidade acadêmica para o engajamento crítico/reflexivo acerca da cultura da/na universidade. Desse modo, esses vídeos sugerem a articulação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), como intento das práticas pedagógicas no ensino superior, visando um projeto educacional ancorado em concepções culturais transdisciplinares, capazes de problematizar aspectos da tecnologia e fomentar padrões culturais mais sustentáveis.

Todavia, compreendemos que o deslocamento dos critérios que têm estabelecido as prioridades das valorizações sociais imbricadas à própria configuração educacional da qual dispomos solicita outras compreensões acerca dos modos de vida e sua organização social, sobretudo cultural e das diferentes formas de estruturação do trabalho. Ressaltamos que a configuração institucional da educação percorre o mundo do trabalho amparada tanto no que diz respeito aos trabalhadores da educação quanto à formação que estes subsidiam aos futuros trabalhadores da nossa sociedade. Nesse sentido, parece-nos evidente que, para ascensão de outros modos de vida, para além da vida pautada sob os valores do sistema capitalista, é preciso o cultivo de outras subjetividades. Por isso, neste artigo a economia solidária se configura como guia para o desenvolvimento da análise textual discursiva (ATD)⁴, a qual este estudo se propôs fazer em relação aos conteúdos inerentes aos vídeos da Comissão de Cultura e Nuccom da UTFPR-CT. Sendo assim,

³ Disponível em: <https://youtu.be/pk-dbwGtjXw/>; <https://youtu.be/WZf2rcTftU/>; <https://youtu.be/CVvWeB7oqkQ/>; <https://youtu.be/mOtjI30nUeY/>; <https://youtu.be/FDDC1Vg-monE>

⁴ Essa metodologia de pesquisa foi desenvolvida pelo professor Dr. Roque Moraes. Graduado em Química, doutor em Educação pela UFRGS, atuou como professor e orientador nos programas de Pós-Graduação em Educação, Educação em Ciências e Matemática na PU-CRS e nos Programas de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA – e Educação em Ciências Química da Vida e Saúde – PPGEA – na FURG.

nossas vivências pessoais, ou seja, as experiências e saberes das próprias autoras, junto à economia solidária, configuram parâmetros, contrapontos, argumentos e a subjetividade norteadora para realização da análise. Interessamos investigar em que medida estes vídeos, os quais estão amparados pelo viés cultural proposto pelos ODS, alcançam e/ou agregam reflexões acerca das práticas pedagógicas institucionalizadas no ensino superior, oferecendo alternativas à lógica produtivista, competitiva e hierárquica que se estabeleceu e a qual considera-se sinônimo de boa educação.

[...] considerações acerca das práticas educativas instituídas que, de modo predominante, são confinadas a meras práticas instrucionais. Práticas instrucionais que se configuram em processos teórico-metodológicos modulados em sua funcionalidade mecânica que privilegiam a formação técnica para os papéis sociais, para a profissão, os valores mercadológicos, superestimando assim, a quantitatividade, o *ter*, e incidindo em processos sistemáticos de desqualificação do *ser*, de desumanização. Essas práticas instrucionais se instituem a partir de pedagogias funcionalistas e escolásticas em que prevalece a mera transmissão de saberes instituídos, mecânica e apaticamente; se processam de forma desvinculada das intensidades do existir, do cotidiano vivido/vivente, dos valores primordiais. (ARAÚJO, 2008, p. 23, grifo do autor).

Considerando essas questões, este artigo terá seu início nas problematizações acerca do ensino. Essa abordagem será feita a partir de Freire (2001; 2013; 2014; 2015a; 2015b), pois suas contribuições foram significativas para elaboração de uma epistemologia coerente às demandas da educação popular. Sendo assim, as problematizações organizadas por Freire auxiliam na visualização das implicações produzidas pelos modos de composição e articulação das práticas pedagógicas contemporâneas, e evidenciam a importância de estas práticas serem constantemente questionadas, incluindo as diferentes realidades sociais. Ademais, esse referencial teórico possibilita a estruturação de vínculos entre a educação popular e a pedagogia da autogestão como caminhos profícuos para práticas educativas contra-hegemônicas. Nesse sentido, discutiremos o contexto educacional

implicado à economia solidária, apresentando-a como movimento popular que denuncia a exploração dos trabalhadores e a produção de desigualdades sociais, na mesma medida em que anuncia outros modos de vida e experiências de trabalho diferentes daquelas produzidas no capitalismo. Nesta perspectiva, evidencia-se a busca e consolidação de relações mais humanas, desvinculadas da premissa da competição e do lucro, vinculando-as às práticas e propósitos do bem-viver.

Dando prosseguimento à discussão, seguiremos para reflexões acerca do contexto cultural específico da UTFPR, compreendendo-o como reflexo de concepções educacionais amplamente difundidas para o ensino superior. A partir dessa premissa, abordamos os conceitos de globalização, universalização e trabalho, a partir de Sodré (2012), articulando-os com as expectativas educacionais que emergem destes próprios conceitos, os quais têm exercido, desde dentro das universidades, modos de subjetivação favoráveis à cultura consentida no sistema capitalista.

Por fim, realizamos uma análise textual discursiva dos vídeos anteriormente citados, com intuito de investigar seus potenciais pedagógicos, tendo a economia solidária como argumento para constituição de parâmetros dissonantes aos modelos educacionais e culturais hegemônicos. Neste artigo, educação e cultura serão abordadas como subjetividades imbricadas entre si e, portanto, indissociáveis.

ABORDAGENS EDUCACIONAIS/CULTURAIS

Discutir ensino contempla olhar para os procedimentos educacionais e os compreender como a organização de intenções preestabelecidas, em que docentes e estudantes são os sujeitos protagonistas. Uma vez que as intenções de ensino estabelecem recortes em um panorama crescente de conhecimento, torna-se possível dizer que ensinar parte de uma primeira

pergunta: o que ensinar?⁵ Posteriormente a esta definição, se iniciam as buscas por um modo de fazê-lo, modo este implicado a um objetivo. Neste ponto, começam os problemas que interessam para nossa discussão. Espera-se que, em uma trajetória ascendente de consciência sobre os sentidos dos processos educacionais, os docentes se questionem: por que ensino “isso” deste “jeito”?

Acolhendo a afirmação “[...] a educação não *vira* política por causa da decisão deste ou daquele educador [...] ela *é* política” (FREIRE, 2015a, p. 108, grifo do autor), defendemos que o pensamento crítico é parte imprescindível de qualquer procedimento que se julgue educacional, devendo estar presente desde a concepção formal de educação, contemplando seus sujeitos e a cultura escolar como um todo. Essa defesa está imbricada ao conceito de educação libertadora, concebido por Freire (2001) em contraposição a outro conceito também organizado por ele: a educação bancária.

Na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão – a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro. O educador, que aliena a ignorância, se mantém em posições fixas, invariáveis. Será sempre o que sabe, enquanto os educandos serão sempre os que não sabem. A rigidez destas posições nega a educação e o conhecimento como processo de busca. (FREIRE, 2013, p. 81)

Compreendemos que a superação desse mecanismo, que vê a educação como atividade instrucional, esteja na construção de um pensamento

⁵ A definição sobre “o que ensinar” é inerente à discussão sobre currículo e muito importante como elemento de problematização da educação. Entretanto, extravasa o foco deste texto e por isso não iremos abordar essa discussão. A investigação que nos propomos, concentra-se no “como ensinar”, embora tenhamos consciência de que decisões sobre o “como” implicam sempre decisões sobre o “o que”. De fato, a maneira de ensinar é a corporificação dessas decisões. Apenas queremos deixar claro que não há uma separação rígida entre conteúdo e forma de ensino. A argumentação de Paulo Freire se baseia justamente nessa compreensão.

crítico⁶ sobre ensino, algo que estamos nos propondo a fazer a partir de uma exploração reflexiva sobre os elementos que configuram o que Freire (2001) nomeou de educação libertadora. A ideia vinculada à noção de liberdade descrita pelo autor está associada à capacidade dos sujeitos se emanciparem diante de suas ações, passando a agir de forma mais consciente no e para o contexto em que vivem, problematizando-o continuamente.

Por isso, o conceito de educação libertadora não é exatamente um conceito simples; seus desdobramentos abrangem discussões sobre cultura, percepção e problematização da realidade, criticidade e conscientização. Interessa-nos aqui discutir estes desdobramentos e fortalecê-los como ferramentas que ajudem em um processo de transição do sujeito contemplativo passivo para um sujeito com consciência crítica.

Transformar a realidade não é fácil, uma vez que a influência que a cultura dominante exerce sobre os sujeitos é intensa e afeta constantemente suas relações de percepção com o mundo, o que equivale dizer, que a sociedade está repleta de dispositivos de poder que incidem suas forças cotidianamente sobre todos nós. Os dispositivos sociais de poder, anteriormente compreendidos como escolas, quartéis, hospitais, manicômios, penitenciárias, atualmente se multiplicaram em inúmeras outras versões, como celulares, redes sociais, programas de televisão, entre outros (AGAMBEN, 2007).

De acordo com Foucault (1989), podemos dizer que existe um movimento do mundo social externo ao corpo, entrando no mundo interno do sujeito, ou seja, o mundo externo, ao “dobrar-se” em direção ao sujeito, produz neste uma cavidade, um espaço, um vazio interior a ser preenchido com aquilo que há fora. Esse movimento sutil, diluído e potencializado nas vivências mais ordinárias, constitui-se em micropolíticas de poder. Conforme Díaz (2012), é possível dizer que o resultado dessa “dobra” é o sujeito como duplicação das subjetividades

6 Segundo Muniz Sodré “A crítica é um modo de ler a realidade, mais precisamente, de aprender a ler a realidade, sem o qual se afigura inócua toda educação, uma vez que a leitura é capaz de mostrar o *real* para além de toda a realidade, ou seja, para pletora de outras possibilidades”. (SODRÉ, 2012, p 19).

da cultura hegemônica que mantém a atuação dos dispositivos de poder, os quais estão difundidos como micropolíticas inseridas no cerne da vida cotidiana.

Constituímo-nos em subjetividades por “dobras” de um fora infestado de forças nas quais se mesclam saberes. A partir dessa informação de Foucault, não é lícito concluir que estamos determinados pelos diagramas e pelas *epistemes*. As forças são ativas, mas também reativas. O exterior nos penetra, mas a relação conosco mesmos nos particulariza. Sabemos que há coisas que devem ser defendidas e que, pelo contrário, há outras às quais se deve opor. A teoria oferecida por Foucault pretende ser um instrumento para compreender a intrincada rede de relações na qual subsistimos. A teoria, entendida como caixa de ferramenta, nos serve para sustentar nossas ações. (DIÁZ, 2012, p. 216, grifo do autor).

Portanto, problematizar o mundo inclui reconhecer a dinâmica de suas forças e ter discernimento sobre o que estas forças produzem. Nesse sentido, a educação bancária nos parece muito semelhante ao movimento de preenchimento proveniente da ideia de dobra, sendo esta uma metáfora para as experiências decorrentes das relações de poder vivenciadas em nossos corpos e atuantes em nossas subjetividades. Freire (2015b) não cita explicitamente o termo dobra, mas discute sobre uma necessidade de libertação dos sujeitos de seus cansaços existenciais. A educação libertadora seria aquela que possibilita recursos aos sujeitos para que a realidade possa ser vista um pouco mais a fundo e conhecida não apenas como se mostra à primeira vista, mas pela forma como é constituída. Deste modo, é possível estabelecer uma percepção sobre o mundo que inaugure outras maneiras de compreendê-lo.

Certamente que essas percepções trazem à tona questões culturais, e não poderia ser diferente, uma vez que os mecanismos pelos quais os sujeitos exercem e manifestam suas subjetividades são produtos de suas relações com seus contextos. Sendo assim, a subjetividade é via de mão dupla, pois é produzida e produtora de cultura.

Esta lógica de “faca de dois gumes” que constitui a percepção dos sujeitos sobre o mundo onde vivem pode ser demonstrada pelos estudos de Santos (2007). Este pesquisador categorizou princípios que regem a organização da sociedade dominante.

Estes princípios propõem a criação de uma realidade que comporta o fortalecimento de apenas um ponto de vista, legitimando o que existe pelo viés do que “não” existe, produzindo-o ativamente como não existente. Para tornar mais evidentes as relações de poder atreladas à produção da invisibilidade do Outro, apresentamos as cinco categorias de monoculturas propostas por Santos (2007, p. 28-32): monocultura do saber, a qual produz a ausência de certos tipos de conhecimento, principalmente aqueles não científicos, tratando-os como não críveis; monocultura do tempo linear, a qual produz a ausência de que existem diferentes escalas de desenvolvimento, onde os que possuem outros modos de se desenvolver são considerados como atrasados ou residuais; monocultura da naturalização das diferenças, a qual produz uma ausência referente aos modos, coisas ou pessoas terem necessidades diferentes e poderem ser igualmente atendidas, cuja consequência é a classificação hierárquica, naturalizando a desigualdade e categorizando o diferente como inferior; monocultura da escala dominante, a qual produz a ausência do que é local e particular, pois estes não têm credibilidade diante de um global; monocultura do produtivismo capitalista, a qual produz a ausência do menos produtivo, caracterizando-o como improdutivo dentro da lógica de consumo capitalista, e desconsidera o conceito de produtividade da natureza, tornando-o invisível.

Quanto mais o mundo for compreendido por este viés, maior será a invisibilidade dos excluídos e suas questões. De acordo com Freire (2014), dentro de uma sociedade de classes, dominantes *versus* dominados, a classe dominante luta para manter seu poder, ainda que o preço seja a exclusão de grande parte dos sujeitos, os quais passam a viver à margem dessa sociedade. Por outro lado, os dominados lutam para existir socialmente, desejando poder ocupar o lugar, de acessos e direitos, resguardado aos dominantes. Ora, fica explícito que, nesse jogo,

nada muda. A transição de um excluído social para dentro da sociedade em nada o liberta, tampouco liberta seus antigos pares que continuam excluídos. O sistema continua configurado na dualidade entre opressor e oprimido, visíveis e invisíveis, silenciadores e silenciados, limitando uma consciência humanitária.

E o dilema é como fazer o silêncio falar por meio das linguagens, de racionalidades que não são as mesmas que produziram o silêncio no primeiro momento. Esse é um dos desafios mais fortes que temos: como fazer o silêncio falar de uma maneira que produza autonomia e não a reprodução do silenciamento. (SANTOS, 2007, p. 55)

Freire (2001) considerou todas essas questões quando idealizou e defendeu a necessidade de uma educação libertadora. E encontrou a resposta, para as implicações que se mostraram atreladas à complexidade de se configurar um pensamento pedagógico libertador, na *conscientização*.

A conscientização é isto: tomar posse da realidade; por esta razão, e por causa da radicação utópica que a informa, é um afastamento da realidade. A conscientização produz a desmitologização. É evidente e impressionante, mas os opressores jamais poderão provocar a conscientização para a libertação: como desmitologizar, se eu oprimo? Ao contrário, porque sou opressor, tenho tendência a mistificar a realidade que se dá à captação dos oprimidos, para os quais a captação é feita de maneira mística e não crítica. O trabalho humanizante não poderá ser outro senão o trabalho da desmistificação. Por isso mesmo a conscientização é o olhar mais crítico possível da realidade, que a *des-vela* para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante. (FREIRE, 2001, p. 33, grifo do autor).

Considerando a conscientização como elemento inerente à educação libertadora, e esta última como imprescindível para o enfrentamento das relações de poder implementadas pelo sistema capitalista, que compreendemos as contribuições de Freire (2001; 2013; 2014; 2015a; 2015b)

como pilares da educação popular, a qual solicita rearranjos e/ou a criação de pressupostos pedagógicos transgressores da concepção dominante de educação e sua correspondente cultura escolar, a qual se apresenta demasiadamente ajustada aos princípios e valores necessários aos modos de vida no capitalismo.

Podemos considerar a pedagogia como sendo uma ciência encarregada de estudar a educação como fenômeno social, a partir de uma dada concepção. Isto é: o que se ensina, como, para que e para quem se ensina. Diante de sua importância, constitui-se em área estratégica do conhecimento, reunindo teoria e prática. Compõem a pedagogia: os processos históricos educacionais vividos por um determinado povo, sociedade, comunidade; um fundamento teórico que referencia a análise sobre a educação, no sentido amplo ou escolar; a contextualização social, econômica e cultural, os valores e/ou princípios dos sujeitos da ação educativa. Isto é: tudo que se estuda e se aprende tem repercussão na vida social, econômica e política de uma dada sociedade. (MEDEIROS et al., 2018, p. 64)

Nesse sentido, percebemos a efervescência de organizações populares que buscam construir realidades fora da lógica exploratória e competitiva, na qual literalmente aprendemos a viver. A educação popular configura a materialidade de um projeto educacional interessado na emancipação social, o que implica a investigação de abordagens pedagógicas que sejam coerentes com a dissolução das relações hierárquicas de poder, as quais têm subsidiado sujeitos dotados de subjetividades pautadas no individualismo competitivo. Essa subjetividade se reflete em inúmeras possibilidades sociais em que controle e submissão representam a verticalidade das relações de poder. O ambiente escolar, em todos os seus níveis de ensino, organiza-se sob este viés. Podemos perceber que a palavra níveis, usada na frase anterior, já aponta para isso. Com intuito da superação desse modelo, a educação popular reivindica a autogestão de suas pedagogias. Corroborando esta perspectiva, os movimentos populares criam arranjos pedagógicos mais contundentes aos propósitos desejados, restabelecendo a educação como estratégia de emancipação social

e produção de conhecimentos que proporcionem a manifestação política das causas e dos sujeitos invisibilizados pela cultura hegemônica. Nesse contexto, onde se buscam alternativas que proporcionem uma sociedade desalinhada das lógicas de poder, encaminhamos nossas reflexões para a economia solidária, a qual pode ser compreendida como movimento popular que denuncia a precariedade da qual emerge e anuncia o bem-viver como realidade efetivamente democrática e sustentável. Por isso, consideramos os empreendimentos econômicos solidários exemplos profícuos da demanda latente por novas pedagogias que sejam autogestionáveis, populares e libertadoras.

A economia solidária é ou poderá ser *mais do que mera resposta* à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: *uma alternativa superior ao capitalismo*. Superior não em termos econômicos estritos, ou seja, que as empresas solidárias regularmente superariam suas congêneres capitalistas, oferecendo aos mercados produtos ou serviços melhores em termos de preço e/ou qualidade. A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc., uma *vida melhor*. (SINGER, 2002, p. 114, grifo do autor).

Quando Singer (2002) se refere a uma vida melhor, relaciona a economia solidária com a cosmovisão do bem-viver “[...] proveniente da matriz comunitária de povos que vivem em harmonia com a Natureza” (ACOSTA, 2016, p. 21) e por isso superam o conceito cultural hegemônico de desenvolvimento, por compreenderem suas limitações e contradições. A cosmovisão inerente ao bem-viver “[...] critica a própria ideia de desenvolvimento, transformada em uma entelúquia que rege a vida de grande parte da Humanidade – que, perversamente, jamais conseguirá alcançá-lo” (ACOSTA, 2016, p. 22). Contudo, ensinamos que todas as pessoas possam vislumbrar as possibilidades e potencialidades de um mundo diferente deste, capitalista, o qual se desenvolve, paradoxalmente, à medida que

produz subdesenvolvimentos. Parece-nos urgente que as redes⁷ de economia solidária ampliem seus territórios.

Mas a economia solidária só se tornará uma alternativa superior ao capitalismo quando ela puder oferecer a parcelas crescentes de toda a população oportunidades concretas de auto-sustento, *usufruindo o mesmo bem-estar médio que o emprego assalariado proporciona*. Em outras palavras, para que a economia solidária se transforme de paliativo dos males do capitalismo em competidor do mesmo, ela terá de alcançar níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias comparáveis aos da economia capitalista e de outros modos de produção, mediante o apoio de serviços financeiro e científico-tecnológico solidários. (SINGER, 2002, p. 121, grifo do autor).

O problema apresentado por Singer (2002) se revela como essencial para as discussões deste artigo, pois aponta para a práxis nas universidades, convocando-as para a produção de conhecimentos científico-tecnológicos solidários. Esse panorama nos faz refletir sobre a necessidade de discussões mais profundas sobre a cultura nas/das universidades, uma vez que as subjetividades nas quais se amparam as práticas pedagógicas estão atravessadas por questões culturais, sendo constituídas na mesma medida em que constituem os propósitos e finalidades da formação acadêmica e produção de conhecimentos. Mobilizadas por essas questões, alinharemos os temas pertinentes desta discussão ao contexto da realidade específica dos vídeos sobre cultura que impulsionaram a realização dessa investigação.

CULTURA NO CONTEXTO UTFPR

Direcionaremos nosso olhar para camadas mais profundas do contexto UTFPR. Consideramos que a UTFPR, antigo Centro Federal de

⁷ Já em 2007 na II Oficina Nacional de Formação em Economia Solidária, o movimento de economia solidária afirmava que “a inserção e articulação em redes é um princípio educativo fundamental”, pois é a articulação que permite a criação de um espírito investigativo coletivo, capaz de envolver os participantes do processo formativo tanto para o desvelamento do mundo, como para a busca de caminhos que favoreçam transformações políticas, econômicas, sociais e culturais. (MEDEIROS, VILAÇA, NUNES, DUBEUX, 2018, p.33)

Educação Tecnológica (Cefet), é uma instituição que vem acompanhando o desenvolvimento do mundo do trabalho em relação às suas necessidades técnicas e tecnológicas, e que no ano de 2005 se tornou universidade com o intuito de ampliar sua capacidade de formação para níveis superiores de ensino. O frescor dessa instituição como universidade nos leva a ponderar que seu surgimento é fruto dos interesses emergentes dos contextos econômicos e políticos do mundo globalizado. E ainda que, em resposta ao tradicional comprometimento com o mundo do trabalho, sua concepção pedagógica está fortemente vinculada às novas necessidades dos processos de formação profissional do século XXI, ou seja, o trabalho como parte subserviente da universalização do mercado capitalista.

Desse modo, para construir um pensamento capaz de elucidar as perspectivas da UTFPR como ambiente educacional, será necessário discutir quais as implicações culturais, provenientes das ideias de globalização, trabalho e universalização que foram impregnadas no mundo moderno pela lógica do capital, estão inculcadas na educação a serviço de uma demanda tecnológica. Para realizar essa análise, contaremos com as reflexões de Sodré (2012), com intuito de compreender a UTFPR como instituição de ensino superior em tecnologia vinculada a um mundo que se denomina globalizado.

Um dos principais aportes da globalização reside na desfronteirização do globo terrestre pelas tecnologias da informação e comunicação (TIC). Estas tecnologias reconfiguraram de forma avassaladora a realidade mundial, implementando uma nova concepção de rede aos relacionamentos e subvertendo as dinâmicas espaço-temporais a partir de um ambiente virtual. Ou seja, um mundo com conexões múltiplas sem distâncias ou cronologia, onde as informações são captadas, criadas e propagadas incessantemente e globalmente. Contudo, para chegar a essa realidade, iniciaremos uma breve caminhada crítica a partir da ideia de universalização.

O processo de universalização não é recente, não advém da globalização e tampouco é seu sinônimo. A ideia de universalização corresponde a um padrão monocultural de relações sociais que prevê um modelo singular de civilização para todos os seres humanos. A universalização tem sido o

princípio fundamental dos processos de colonização, os quais historicamente se resumem em ações de violência justificada pelo etnocentrismo e que, atualmente validam sua dinâmica opressora pelo viés do relativismo cultural. Trata-se, portanto, de um movimento civilizatório ocidental “[...] indispensável ao modo de produção capitalista, que sempre implicou saque, domínio e extermínio do Outro” (SODRÉ, 2012, p. 19). Esse pensamento se alastra no Brasil por mais de cinco séculos de violência predatória e, infelizmente, sobrevive até os dias de hoje. Talvez esse seja, conforme Sodré (2012), o pensamento mais caro e paradoxal que herdamos da Europa iluminista.

Em vias práticas, uma das versões da universalização é parte do ideal de que todos devem precisar e desejar as mesmas coisas, ainda que a desigualdade social que a própria universalização produz impeça que todos tenham igualmente acesso a essas tais coisas. O movimento de gerar um modelo de consumo pautado pelo desejo para além da necessidade é a máquina propulsora do novo capitalismo⁸ e habilita uma atualização do conceito de valor.

A atribuição de valor à vida das pessoas, ou seja, sua força produtiva, foi sendo cultivada pela transformação dos paradigmas sobre o trabalho. Uma grande mudança sofrida no mundo do trabalho aconteceu devido à reelaboração das dinâmicas sociais vinculadas aos processos de produção. Pode-se dizer que, no Brasil pré-colonial, o vínculo do conceito de trabalho era constituído pelo gerenciamento igualitário da sobrevivência humana. Posteriormente ao processo de colonização, essa organização foi completamente desfigurada, determinando outros sentidos para as relações de trabalho. Este último passou a vincular-se tanto à produção dos elementos essenciais para manutenção da vida quanto a produtos essenciais à efetivação de uma sociedade hierarquicamente organizada. Desse modo, o trabalho aos poucos deixou de servir ao bem dos humanos e cuidados

8 De acordo com SODRÉ (2012) a tecnologia, para além de transformações importantes que podem de fato trazer benefícios sociais e ambientais, também está fortemente vinculada ao conceito de inovação. Entretanto, nem sempre ideias inovadoras correspondem ao suprimento de uma necessidade, mas sim na criação de novos aportes para que o desejo por algo, este sim, se mantenha como necessidade.

com a natureza e passou a servir a um mercado de consumo desigual e excludente. De acordo com Sodré (2012), os séculos foram passando e o mundo moderno suscitou a substituição do trabalho artesanal por outro que pudesse ser mais eficiente para a lógica do consumo e extração de mais-valor, sendo o novo modelo de trabalho o que se refere às manufaturas e, mais tarde, à industrialização. Nesse contexto, tanto o trabalho manual quanto os sujeitos foram profundamente desvalorizados. Este trabalhador, para sobreviver diante do novo pensamento universalizado pela lógica produtiva de que “tempo é dinheiro!”, passa a vender todo o tempo que possui, incluindo seu tempo de descanso, de comer, de estar com a família, tempo para si mesmo. É um processo de consignação da vida em favor das linhas de produção, o qual se conserva como realidade ainda hoje. Ou seja, houve uma revitalização do conceito de trabalho, onde cada vez se incluem mais possibilidades de força produtiva a ser oferecida pelos trabalhadores.

Preside a esse campo o conceito de *capital humano*, que é criação de valor não pela força de trabalho externa ao trabalhador nem pelo conhecimento morto incorporado em técnicas objetivas e máquinas (o *capital constante* marxiano), e sim pelo saber vivo do sujeito, dito “imaterial”. Gorz estabelece esta como uma das grandes diferenças entre trabalhadores de manufaturas (taylorista-fordista) e aqueles do pós-fordismo. (SODRÉ, 2012, p. 235, grifo do autor).

Nesse sentido, seguindo a premissa da modernização, a tecnologia tem aberto um campo vasto para identidades profissionais vinculadas ao capital humano, sobretudo na era da globalização. Todavia, a ideia de capital humano dentro da perspectiva do mercado capitalista será sempre uma oferta no mínimo duvidosa, pois, à medida que o trabalhador produz capital com vida, na tentativa de se inserir na cultura hegemônica, ao mesmo tempo atribui valor para “coisas” externas a si mesmo, contribuindo de forma significativa para desvalorização de sua própria humanidade. Quando as pessoas preferem consumir “coisas” ao invés de “consumir” suas próprias vidas, em outras palavras viver, elas promovem o aumento de valor sobre as “coisas” e o barateamento e banalização das vidas.

Há uma universalização da ideia de que o bom profissional é aquele que, a partir de sua liberdade de escolha diante das amplas opções instrucionais, mantém sua formação não apenas durante todo seu tempo de vida, mas também durante todo seu tempo vivido. Sob a perspectiva do capital humano, essa ideia é a representação escancarada do neoliberalismo corrompendo o conceito de educação, transformando-a também em mercadoria.

Em outras palavras, o conhecimento é recuperado para o “terreno de predileção” utilitarista, ou seja, a instância econômica, na qual os economistas e os tecnoburocratas instalam-se como uma nova geração de pedagogos, buscando orientar os rumos educacionais segundo os parâmetros do capital-mundo. Na bacia terminológica em que pontifica a noção de capital humano se alinham palavras-chave como “mercado educativo”, “rentabilidade dos investimentos”, “educação de qualidade” e outras. É uma terminologia comum às organizações internacionais já indicadas, destinadas a naturalizar a ideia de educação como uma mercadoria cujo valor de uso é basicamente econômico. Só que essa naturalização não é certamente econômica em si mesma, mas *simbólica*, o que implica um específico trabalho ideológico por parte dessas organizações. (SODRÉ, 2012, p. 255, grifo do autor).

Afinal, a serviço de quem ou do que está pautada a qualidade ou eficiência da formação dos sujeitos desde sua infância até a velhice? É a lógica da produção capitalista sendo introjetada nos projetos político-pedagógicos de ponta, os quais precisam ser compreendidos criticamente.

Nesse sentido, os vídeos produzidos a partir da parceria entre Comissão de Cultura e Nuccom da UTFPR-CT apresentam-se como contraponto para reflexões que problematizem criticamente a educação resultante da cultura hegemônica. Nos vídeos, o argumento se baseia nos ODS, a partir dos quais se cria a conexão entre os temas abordados pelo material. Para este artigo o contraponto à educação hegemônica estará pautado na economia solidária e faremos o exercício de verificar se os vídeos corroboram, ainda que indiretamente, elementos intrínsecos deste movimento popular. Parece-nos que, ao produzir estes materiais, a Comissão de Cultura e o Nuccom sugerem dois aspectos pedagógicos para instituição, sendo eles:

1) a cultura como área de conhecimento e por isso passível de ações inter e transdisciplinares; 2) os próprios vídeos como prática pedagógica e cultural implicada a modos de subjetivação.

A seguir, apresentaremos a metodologia adotada para análise dos vídeos.

METODOLOGIA

Nossa opção pela análise textual discursiva deve-se ao fato de se tratar de uma metodologia qualitativa de análise de dados que transita entre características da análise de conteúdo e análise discursiva. Todavia, a análise discursiva textual contempla somente alguns aspectos dessas metodologias, delineando-se a partir da hibridação de apenas certas especificidades de cada uma. O grande diferencial da ATD é a possibilidade de os pesquisadores também se colocarem como parte do fenômeno pesquisado, por se compreenderem como existências e subjetividades que estão em interação com o mundo e com os dados da pesquisa, sendo estes igualmente fenômenos que carregam subjetividades. Nessa perspectiva, os pesquisadores atuam ativamente na constituição de parâmetros de análise, os quais não necessitam ser determinados *a priori* e que podem, a partir de aproximações metodológicas e filosóficas provenientes da fenomenologia, constituírem-se através de abordagens da hermenêutica simbólica, a qual pode auxiliar no processo de mediação e constituição de categorias de análise. Estas categorias se revelam, ou seja, vêm à tona como resultado provisório das compreensões e interpretações dos pesquisadores. Este processo, segundo Moraes (2016), se estabelece em ciclos espiralados, onde retornar às informações já significadas se torna procedimento primordial para o avanço e refinamento da análise. Sendo assim, esse processo conduz os pesquisadores por aspectos interpretativos, categorias, parâmetros, informações anteriormente inimaginados. Trata-se de um processo de análise similar a um processo de criação artística, o qual se revela paulatinamente, sempre em movimento, partindo de indefinições e se configurando em algo novo a partir de sua própria transitoriedade. Corroborando Araújo (2008, p. 19):

A hermenêutica simbólica é concebida como perspectiva de interpretação e de compreensão dos fenômenos humanos, do existir, em que estes são constituídos como urdiduras entrelaçadas de modo heterogêneo, como entrecruzamentos de Sentidos imbuídos de policromia e de polifonia. Como uma compreensão de que esses Sentidos se constituem mediante o dinamismo da trama das relações que traduz implicação e co-implicação na rede simbólica da cultura; como uma compreensão que procura penetrar com radicalidade nos Sentidos considerando que estes são sedimentados desde fontes primordiais de repertórios míticos e simbólicos que traduzem seu elã prenhe e anímico e que implicam interligação entre intuição e razão, sentires e pensares, o dionísio e o apolíneo.

A análise textual discursiva é composta por três momentos distintos, os quais posteriormente resultam e delineiam um quarto momento. Este último se refere ao processo de auto-organização pautado em abstrações mais complexas e profundas, as quais surgem em decorrência dos três ciclos/momentos anteriores em interação, sendo eles: 1) desmontagem dos textos, produzindo unidades de sentido; 2) estabelecimento de relações, constituindo sistemas de categorias; 3) captação do novo emergente, compreensão renovada do *corpus* da pesquisa. O quarto momento de auto-organização se caracteriza pela fluidez, intimidade, percepções e continuidade da movimentação espiralada, procedimento que acontecerá indefinidamente, até que o resultado provisório se mostre satisfatório para constituição de um metatexto. Este se apresenta como um “[...] esforço de explicitar a compreensão que se apresenta como produto de uma combinação dos elementos construídos ao longo dos passos anteriores” (MORAES, 2016, p. 34).

A seguir, apresentaremos parcialmente os conteúdos dos vídeos, a partir de algumas unidades de significação que vieram à tona no processo de ATD, ressaltando algumas das categorias que se revelaram oportunas e as discussões suscitadas por essas relações dialógicas e/ou dialéticas entre as pesquisadoras. Relembrando que nosso interesse de investigação foi averiguar a aderência da proposta educacional dos vídeos sobre cultura com a economia solidária, relacionando-os às concepções de educação popular e pedagogia da autogestão.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os vídeos analisados possuem os seguintes títulos: 1) *Cultura como eixo transdisciplinar*; 2) *Você sabe o que é cultura?*; 3) *Por uma cultura sustentável*; 4) *Cultura, educação e tecnologia*; 5) *Cultivando uma educação de qualidade*. São compostos de narração, ambiente sonoro e recursos visuais como fotos, textos e animações, que ilustram conceitos e ressaltam informações. O tempo de duração de cada vídeo é de aproximadamente 8 minutos, sendo o mais curto com 5min50 e o mais longo com 9min14.

Em uma primeira aproximação com o material, foi possível averiguar que os teóricos usados na argumentação de conceitos e sugestões reflexivas representam correntes críticas em seus respectivos campos de conhecimento. Ao longo dos vídeos, são citados: Terry Eagleton, Muniz Sodré, Hannah Arendt, Jürgen Habermas, Boaventura de Souza Santos e Charles Darwin. Ademais, é possível perceber que, de maneira indireta, conceitos arraigados às discussões do campo Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) também foram incorporados aos discursos narrados nos vídeos, incluindo uma breve referência direta ao campo CTS no vídeo *Cultura, educação e tecnologia*. O campo CTS se caracteriza por discutir as implicações da tecnologia na sociedade e, em seu viés crítico, acolhe como parte de seu escopo problematizações acerca das noções deterministas de um progresso linear vinculado à tecnologia, como também a neutralidade da ciência. Além desse embasamento teórico, os vídeos também contam com informações do *site* oficial da ONU e dos documentos institucionais da UTFPR.

Com a intenção de ilustrar brevemente a etapa de fragmentação dos conteúdos dos vídeos, organizamos a Tabela 1, com fragmentos dos elementos que constituíram a gama de unidades de sentido com as quais trabalhamos em nossa análise inicial. Para extração dos trechos, transcrevemos as narrações existente nos vídeos, analisando apenas os textos oriundos dessas transcrições.

Tabela 1 – Unidades de sentido.

Unidades de sentido	Cultura como eixo transdisciplinar	Você sabe o que é cultura?	Por uma cultura sustentável	Cultura, educação e tecnologia	Cultivando uma educação de qualidade
ODS	• Extensão UTFPR • UTFPR reconhecida e valorizada	• Sustentáveis e colaborativas • Vidas promissoras para todas as espécies • Demandas sociais	• Totalidade das pessoas e ambientes • Bem-viver para pessoas e ecossistemas	• ONU prevenindo conflitos • Agenda 2030 • Paz e prosperidade • Culturas sustentáveis	• Todos os povos • Emancipação social e bem-viver para todos
Sociedade	• Formação cidadã para todos • Arte é cultura, mas cultura não é só Arte • Estudos culturais têm a oferecer • UTFPR instituição de ensino pública brasileira	• Distanciamento da origem do termo • Valor social e econômico • Hierarquias, <i>status quo</i> • Ordem simbólica de significados	• Práticas cotidianas, afetivas e de trabalho • Do que as sociedades precisam?	• Necessidades sociais e acúmulo de capital • Desigualdade violência, produtivismo • Qual mundo o conhecimento produz?	• Necessidades e direitos negligenciados • Formação para o trabalho • Desenvolvimento de tecnologias

Unidades de sentido	Cultura como eixo transdisciplinar	Você sabe o que é cultura?	Por uma cultura sustentável	Cultura, educação e tecnologia	Cultivando uma educação de qualidade
Educação	• Implicações culturais • Concepções educacionais	• Autocultivo material e subjetivo • Colaboração • Criarmos juntos • Problematicar	• Tecnologia conceito complexo • Pensar e sentir • Contemplar o bem-viver	• Conversar, compreender, conscientizar • Novo plano de fundo para produção de conhecimento	• Emancipação social • Questões sociais mais profundas • Puxirão

Fonte: elaboração própria.

Estes trechos, entre outros, apontam as unidades (palavras e/ou frases retiradas das transcrições) que mobilizaram uma primeira camada de sentidos, sendo elas: ODS, Sociedade e Educação. É importante ressaltar que as unidades de sentido ampliam suas significações e possibilitam interpretações mais complexas quando articuladas entre si. Tomaremos como exemplo o vídeo *Cultivando uma educação de qualidade*. A unidade Desenvolvimento de Tecnologias, a qual teve seu sentido atrelado a questões da Sociedade, é passível de múltiplas interpretações, transitando entre concepções hegemônicas e contra-hegemônicas da produção científica-tecnológica. Entretanto, quando analisamos outras unidades, vinculadas tanto à Sociedade quanto à Educação e aos ODS, podemos resguardar alguns sentidos em detrimento de outros. Dessa forma, o processo de interpretação evidencia que o Desenvolvimento de Tecnologias estaria para a Sociedade como um modo de salvaguardar as demais unidades de sentido, como, por exemplo: emancipação social e bem-viver para todos. Seguindo esse processo de cruzamento

e imbricações, tecemos algumas relações entre as unidades e seus sentidos, com intuito de refinar as significações e alcançar interpretações mais complexas, tanto para compreensão dos vídeos separadamente quanto numa perspectiva totalizadora. Percebemos que muitas palavras e frases usadas nos vídeos, que aqui configuram unidades de sentido, evocam categorias de análise sensíveis às pautas da economia solidária. Se realizarmos uma leitura da tabela anterior, a partir de suas colunas, poderemos adentrar nas nuances de cada vídeo separadamente, mas, se lermos o quadro considerando suas linhas, teremos condições de articular os vídeos como uma totalidade. Outra possibilidade é ler o quadro a partir de seus quadrinhos internos, agrupando-os aleatoriamente. Em qualquer uma dessas variações, e nós experimentamos todas elas, sempre há uma questão ou convite para seguirmos refletindo, mobilizados por pensamentos inacabados. Parece-nos que há uma atmosfera questionadora e criativa que perpassa por todo material.

Aos poucos, conforme os fragmentos se auto-organizam em relação a essas unidades iniciais, outras camadas de sentido são consolidadas. Sendo assim, começamos a perceber que outros trechos dos vídeos auxiliavam no aprofundamento das interpretações iniciais, como, por exemplo: olhar o mundo com sensibilidade não é uma função exclusiva das artes, mas sim de todas as áreas de conhecimento; a importância de uma escuta generosa, da afetividade nas/das relações, a inevitabilidade do senso de comunidade, sustentabilidade, empatia, colaboração, solidariedade; podemos nos encorajar a pensar sobre um projeto educacional amplo, ou seja, para além das instituições de ensino, mas de sobremaneira a partir delas; para perceber a produção tecnocientífica desde um lugar menos ingênuo; emancipação social e bem-viver para todas as pessoas, grupos e povos.

Estas unidades de sentido podem ilustrar nosso processo de estudo sobre as inter-relações entre unidade e sentidos. Deste movimento, estabelecemos nossas primeiras categorias, as quais evidenciam a problematização das concepções educacionais hegemônicas. Essas categorias, em nosso processo de interpretação, revelaram-se coerentes com a economia solidária,

como também orientadoras da construção de abordagens pedagógicas que contemplem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável deslocados do contexto capitalista. Dito isso, nossas primeiras categorias de análise foram: Bem-viver e Conscientização. Os desdobramentos dessas categorias resultaram nos textos iniciais desse artigo, evidenciando que os pressupostos de bem-viver e conscientização estão intimamente imbricados aos temas da educação popular e pedagogia da autogestão.

Todavia, as articulações entre as unidades de sentido até aqui estabelecidas nos levaram para um novo mergulho nas transcrições, extraindo novas unidades de sentido consonantes ao engajamento reivindicado pela economia solidária, uma vez que esta pode ser compreendida como “[...] parte das ações de resistência ao neoliberalismo, ao patriarcado e ao racismo, e busca construir uma ruptura com o modelo hegemônico capitalista que aponta para exaustão da vida” (MEDEIROS et al., 2018, p. 65). Nesse sentido, as articulações entre as categorias iniciais, Bem-viver e Conscientização, subsidiaram discussões sobre as premissas do próprio sistema educacional.

Seguindo o movimento de análise em espiral, voltamos a estabelecer unidades de sentido, e, dessa vez, a autogestão veio à tona como uma nova categoria de análise, oriunda de unidades de sentido, como estas: deixamos o convite para descobrirmos e criarmos juntos; posamos transitar pelo universo das dúvidas; modos como interagimos; perceber a convivência em sua totalidade; repensar de forma coletiva; construir soluções colaborativas pautadas em objetivos amplamente coletivos; coletivamente implicados; cada um e o todo que formamos juntos; independentemente de suas atividades, reflitam. A categoria de análise Autogestão acompanha as premissas educacionais da educação popular, imbricada a pedagogias da autogestão, a qual, por sua vez, corrobora com a formação em economia solidária.

É objetivo da Economia Solidária que seus processos de organização pedagógica sejam orientados pela experiência vivida no cotidiano do trabalho [...]. Este objetivo expressa a necessidade de reivindicar um processo de educação próprio para trabalhadoras e trabalhadores da economia solidária,

estruturado em princípios e práticas pedagógicas que reflitam os próprios princípios e práticas da economia solidária. (MEDEIROS et al., 2018, p. 63)

Em um último movimento de desmontagem dos textos, uma nova categoria de análise veio à tona, sendo ela: os direitos fundamentais dos seres humanos. A partir daqui, pudemos confrontar algumas questões que consideramos implícitas nos vídeos, tais como: o que se vislumbra a partir dos ODS? O que mobiliza o ensino superior a adentrar as questões pautadas pela Agenda 2030 da ONU? O que deveria ser contemplado em um projeto educacional vinculado aos ODS? Estas questões apontam para as contradições existentes entre as dimensões social e econômica vinculadas aos projetos políticos pedagógicos das instituições. No caso da UTFPR, como as demais universidades federais, os ODS devem ser contemplados nas práticas extensionistas, conferindo-lhes certa identidade. Indagamos sobre o que de fato está condicionado ao selo dos ODS em relação às práxis estabelecidas na extensão universitária. Pois, para além das potencialidades, também existem contradições e limitações, mas este seria um outro estudo.

Neste momento, decidimos que já havíamos aprofundado suficientemente a análise, sendo possível verificar que, sim, os vídeos possuem contribuições relevantes para uma formação em consonância com a economia solidária. Entretanto, após os processos espirais de ATD, encontramos um novo questionamento: os ODS são realmente possíveis no capitalismo?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para esse artigo, consideramos relevante destacar alguns movimentos que operaram em torno da nossa análise. Um primeiro movimento, externo à análise, diz respeito ao contexto e ao intento vislumbrado pelas equipes que trabalharam na produção dos vídeos sobre cultura, os quais sugerem, através de seu embasamento teórico, suas imagens e, sobretudo, suas reflexões e problematizações, a configuração de um novo argumento para

as práticas pedagógicas no ensino superior, o qual possibilite atender as demandas dos ODS, como também possibilite outras relações profissionais para além daquelas que atendem o mercado capitalista. Nesse movimento, verificamos a aderência do material com os pressupostos da economia solidária. Um segundo movimento diz respeito à metodologia de análise escolhida, a qual oportunizou um processo de investigação autogestionável, correspondendo a um dos pilares da economia solidária.

Dessa forma, reiteramos a convergência entre os vídeos resultantes da parceria entre Comissão de Cultura e Nuccom na UTFPR-CT, com uma proposta potencialmente coerente aos aspectos da pedagogia da autogestão e princípios da educação popular, pois foi possível identificar que as informações, nos vídeos, foram apresentadas de forma não autoritária, assumindo o caráter de convites e sugestões ao mergulho reflexivo e de problematização da realidade capitalista. A narração existente no material segue de maneira acolhedora e aponta diversos aspectos que poderiam ser revisados ou reelaborados com intuito de repensar, coletivamente e cotidianamente, os fazeres e objetivos da educação, sobretudo na própria UTFPR.

Por fim, outras movimentações que podem ser compreendidas a partir das potencialidades emergentes da investigação em relação aos vídeos estão atreladas à sua própria validação, ressonância e continuidade. Sendo assim, uma possível sequência desse estudo poderá estar vinculada a novas condutas de pesquisa para averiguação das potencialidades dos vídeos em relação à própria comunidade interna da UTFPR, como também às trabalhadoras e trabalhadores da economia solidária. Novos questionamentos poderão vir à tona, tais como: em qual medida esses públicos se reconhecem no material audiovisual e/ou se co-movem a partir dele? Em qual medida esse tipo de recurso didático e abordagem crítica pode ser promissora para delinear uma pedagogia da autogestão? Por ora, finalizamos este artigo compartilhando com os leitores a provisoriidade de nossas conclusões e a potência do frescor de novos questionamentos.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.
- AGAMBEN, G. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ARAÚJO, M. A. L. de. *Os sentidos da sensibilidade: sua fruição no fenômeno do educar*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- DÍAZ, E. *A filosofia de Michel Foucault*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- FREIRE, P. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Centauro, 2001.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- FREIRE, P. *Pedagogia dos sonhos possíveis*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 52. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015a.
- FREIRE, P. *Política e Educação*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015b.
- MEDEIROS, A. et al. (org.). *Economia solidária, educação popular e pedagogia da autogestão: reaprendendo a repender pelas veredas da descolonização dos saberes no Nordeste*. Olinda: MXM Gráfica e Editora, 2018.
- MORAES, R. *Análise textual discursiva*. Ijuí: Unijuí, 2016.
- SANTOS, B. de S. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SODRÉ, M. *Reinventando a educação: diversidade, descolonização e redes*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

EL PERFIL PROFESIONAL DE LA PERSONA EMPRENDEDORA EN ECONOMÍA SOCIAL Y SU FORMACIÓN ASOCIADA

Alfredo Chourraut Aguirre¹

INTRODUCCIÓN

La persona emprendedora en Economía Social es un/a agente de cambio que ayuda a paliar los efectos del desempleo y de la exclusión social mediante la creación de empresas cuyos principios y valores priorizan a las personas y al fin social frente al capital, concretando en una gestión autónoma y transparente, democrática y participativa, que lleva a que la toma de decisiones se realicen más en función del bienestar de las personas con sus aportaciones de trabajo y servicios a la empresa o en función del fin social de la empresa, que en relación a sus aportaciones al capital social.

Si bien su importancia e interés es innegable, en la literatura económica no existe un reconocimiento explícito y claro del emprendimiento en Economía Social y de la figura de la persona emprendedora en este sector. Una persona empresaria que crea el negocio por vocación para cubrir necesidades sociales y donde la viabilidad empresarial es fundamental para la continuidad del negocio.

A través de este trabajo se busca caracterizar el perfil de la persona emprendedora en Economía Social y de las empresas de la Economía Social creadas por emprendedores/as en su función de promoción de la solidaridad interna y con la sociedad que favorezca el compromiso con el desarrollo local, la igualdad de oportunidades entre hombres y mujeres, la cohesión

¹ Universidad Pública de Navarra.

social, la inserción de personas en riesgo de exclusión social, la generación de empleo estable y de calidad, la conciliación de la vida personal, familiar y laboral y la sostenibilidad.

A su vez, y una vez obtenido el perfil profesional se pretende obtener una formación especializada para profesionalizar dicho perfil.

En una situación de crisis sanitaria y económica como la actual, con un alto nivel de desempleo, la exclusión sociolaboral de ciertos colectivos es muy patente. Estos colectivos que incluso se encuentran con dificultades para acceder al mercado de trabajo en situaciones de estabilidad económica, en la era actual están totalmente desfavorecidos. En este contexto las empresas de Economía Social en sus diferentes acepciones (empresas de inserción, cooperativas de trabajo asociado, sociedades laborales, etc.) tienen un papel clave que desempeñar como herramientas de inclusión sociolaboral de estos colectivos.

La persona emprendedora en Economía Social es un/a agente de cambio (DEES; EMERSON; ECONOMY, 2001) que busca la creación y sostenibilidad de valor social (y no sólo valor privado), un/a líder, que identifica una situación social negativa estática que causa exclusión, marginalización o sufrimiento de un sector de la humanidad, y que busca crear un nuevo equilibrio estable que asegure beneficios permanentes para la sociedad entera. El emprendimiento en Economía Social es definido como el empeño-compromiso, en crear nuevos modelos de actividad que desarrollen productos y servicios que satisfagan las necesidades básicas de colectivos desatendidos por las instituciones sociales y económicas convencionales, o también mediante una aproximación desde la perspectiva de los valores de la iniciativa, el compromiso y la autonomía de actuación, característicos de los proyectos empresariales, al ámbito social (DE PABLO, J.; URIBE, J., 2009). En definitiva, el trabajo del/la empresario/a de la Economía Social conduce al incremento de la riqueza social (RANI JEANE DAN, 2008).

Las personas emprendedoras en Economía Social son en sí emprendedores/as, y por tanto capaces de crear un negocio positivo,

que aúne un proyecto empresarial de viabilidad técnica y económica (negocio posible y rentable) con la utilidad social. No obstante, y a tenor de las distintas publicaciones (KLIKSBURG, 2011; ZANDONAL, F., 2004; MOULDEN, J., 2009) sobre la materia de emprendimiento, es tan escaso que incluso puede afirmarse que apenas existe un reconocimiento explícito a la figura del perfil profesional del/la emprendedor/a en Economía Social, enmarcado dentro de la figura general de empresario/a y/o emprendedor/a.

METODOLOGÍA

Las empresas de Economía Social y las personas vinculadas a su puesta en marcha responden a una serie de características que son propias y específicas de este tipo de entidades.

A través de este trabajo, enmarcado en un proyecto que está realizando Confederación de Cooperativas de Trabajo Asociado de España (Coceta), se pretende definir mejor las competencias de las personas emprendedoras en economía social, identificar las que son propias con el fin de elaborar contenidos formativos y de aprendizaje que habiliten a las personas que están interesadas en capacitarse en ellas y que lo puedan hacer a través de una formación estructurada.

Para ello, se ha recopilado información de carácter primario y secundario (encuestas, artículos científicos, informes en internet, documentos de investigación y fuentes de elaboración propias) para realizar una primera aproximación al perfil que nos ayudará a establecer hipótesis de partida en su definición y posterior propuesta de desarrollo.

Para dar respuesta a los objetivos planteados en el presente trabajo se ha planteado una secuenciación de fases que han consistido en:

- Fase 1: análisis de fuentes documentales primarias y secundarias de publicaciones e informes sobre perfiles de personas emprendedoras en general y en Economía Social en particular. Aunque las referencias bibliográficas existentes no han fijado su atención en el

perfil de la persona emprendedora de Economía Social en general. En base a esta primera investigación de fuentes, configuramos una entrevista semiestructurada que nos sirviese de guion para realizar entrevistas en profundidad con varios agentes que respondiesen al perfil que queremos definir.

- Fase 2: fase cualitativa. Entrevistas en profundidad con personas responsables de las diferentes fórmulas jurídicas empresariales que conforman la Economía Social. A través de estas entrevistas, se ha obtenido la información en detalle de las características que definen el trabajo de un/a emprendedor/a en la Economía Social en su quehacer diario. Las personas entrevistadas han sido seleccionadas, de entre las existentes en las Bases de Datos de las organizaciones representativas de la Economía Social. Con las entrevistas realizadas, se ha elaborado una encuesta de carácter cuantitativo/cualitativa que ha reportado datos para la explotación e identificación de los ítems más relevantes en la definición del perfil competencial del emprendedor/a en Economía Social y de los itinerarios de formación demandados.
- Fase 3: fase cualitativa. Realización de una encuesta. El objetivo de la encuesta ha sido el de definir el perfil emprendedor/a de las personas socias trabajadoras y su desarrollo a través de la capacitación. La encuesta se ha realizado a partir del estudio de una serie de variables esenciales extraídas de las entrevistas, detallando aquellos elementos más relevantes para cumplir el objetivo de investigación. La metodología de realización de la encuesta ha sido online con la herramienta Google Forms. La encuesta ha sido distribuida a través de las bases de datos, publicaciones en páginas webs y plataformas de empleo y formación de las diferentes organizaciones territoriales de la Economía Social en nuestro país. Las personas que han respondido a la encuesta son personas trabajadoras de las distintas familias de la Economía Social y se ha realizado a nivel nacional mediante cuestionario online. El tamaño muestral de las entrevistas ha sido de 175 personas de la

Economía Social a nivel nacional. El trabajo de campo se realizó en el mes de diciembre de 2020.

La encuesta ha sido diseñada para un tiempo de realización máximo de 15 minutos, anónima y con código de control para garantizar la confidencialidad, así como la realización completa de la encuesta.

- Fase 4: para el contraste de las conclusiones extraídas de la encuesta se han realizado tres “Mesas de Expertos/as”. Las conclusiones de las mesas de expertos han servido para contrastar los resultados obtenidos tanto de las entrevistas como en las encuestas.

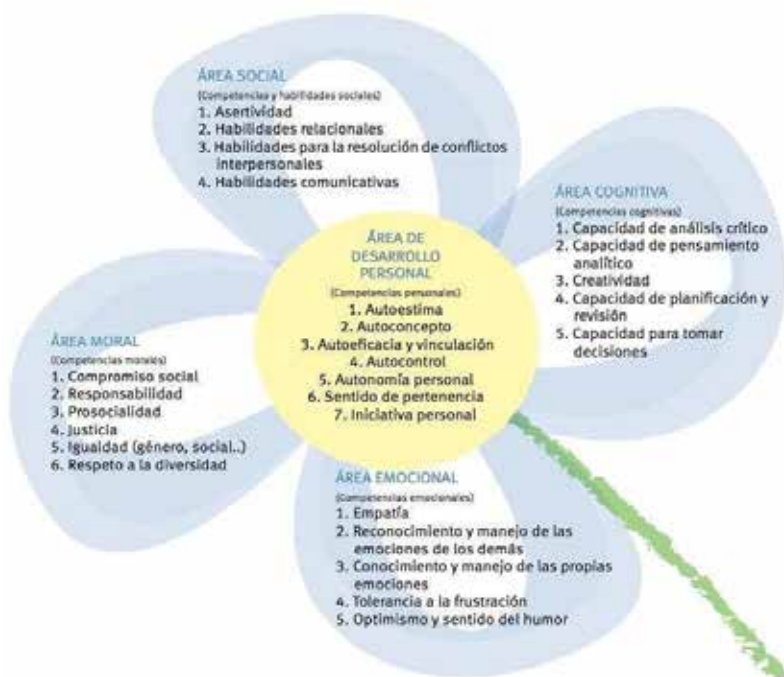
ANTECEDENTES

Una de las primeras tareas a resolver a la hora de valorar si existe un perfil de personas en empresas de Economía Social es preguntarse cuáles pueden ser los elementos que constituyen dicho perfil y que, por lo tanto, pueden constituir, una vez corroborados después de un estudio empírico, objetivos a alcanzar por todo programa formativo que pretenda el desarrollo competencial en personas emprendedoras en Economía Social.

El trabajo se ha basado en el modelo de Oliva Delgado et al. (2016) sobre desarrollo de competencias para testar las competencias de las personas emprendedoras en Economía Social. Este modelo desarrolla las competencias en 5 áreas:

1. Área de Desarrollo Personal.
2. Área Social
3. Área Cognitiva
4. Área Moral
5. Área Emocional

Figura 1 – Modelo de desarrollo positivo.



Fuente: Oliva Delgado et al. (2016, p. 9).

En el modelo de referencia las competencias específicas relacionadas con el desarrollo personal (competencia personal) se sitúan en el centro del mismo. Se trata de competencias, habilidades y capacidades básicas que sirven como pilar del resto de competencias y que, a su vez, se nutren de ellas. Autoestima, autoconcepto y autoeficacia comparten categoría con competencias relacionadas con la individuación, el sentido de pertenencia y vinculación, y la iniciativa personal.

Alrededor del núcleo de competencias relacionadas con la identidad positiva y el desarrollo personal aparecen cuatro grupos. Estas competencias también se relacionan y potencian unas a otras, de modo que el desarrollo personal tiene que ver con las influencias dinámicas y recíprocas que se establecen entre las competencias específicas incluidas en cada uno de los grupos.

Las competencias del área social (competencia social) incluye habilidades o destrezas comunicativas y relacionales para la vida cotidiana, así como para la resolución de conflictos interpersonales. Por otra parte, la competencia cognitiva se compone de tres tipos de inteligencias – crítica, analítica y creativa – y de las capacidades para la planificación, para tomar decisiones y para la revisión de las decisiones tomadas. El área o competencia moral incluye competencias específicas referidas a valores – sentido de la justicia, respeto a la diversidad, igualdad –, así como el compromiso social y la responsabilidad. Finalmente, la competencia emocional recoge competencias específicas tales como la habilidad para conocer y manejar las emociones propias y de las otras personas, la empatía y la tolerancia a la frustración.

Hemos elegido este Modelo Oliva Delgado et al. (2016) porque está en sintonía con la naturaleza de las Empresas de Economía Social, contempla un abanico de “Competencias” Personales, Sociales, Morales, Cognitivas y Emocionales que pueden vincularse con aspectos/factores clave del Modelo de Gestión de las Empresas de Economía Social:

- Empresa de Economía Social como proyecto empresarial colectivo.
- Los principios/valores de las Empresas de Economía Social
- La participación activa de las personas socias que genera un sentimiento de pertenencia a la Empresa de Economía.
- La corresponsabilidad de todas las personas socias.
- Compromiso social con su entorno.

En la Tabla 1 del presente documento se muestran los resultados de la revisión bibliográfica realizada.

Tabla 1 – Fuentes documentales consultadas

Estudios sobre el perfil competencial de personas emprendedoras		
Fuente documental	Objeto de estudio	Principales conclusiones
Ciruela Lorenzo, Cuadrado Serrán y Plaza Angulo (2015)	2979 sociedades laborales de Andalucía	Se consideran responsables, perseverantes, optimistas y con un alto grado de autoconfianza. La toma de decisiones se desarrolla, normalmente, de manera conjunta entre todas las personas socias, para lo cual existe una comunicación interna adecuada. Consideran la innovación como un aspecto muy importante para el desarrollo de sus actividades y para su posicionamiento competitivo en el mercado.
Bargsted (2013)	Revisión publicaciones sobre emprendimiento social	Existencia de un motivo social similar al colectivismo o altruismo para emprendimiento social. Presencia de valores tales como benevolencia y autodirección y emociones empáticas, tales como la rabia empática o un sentimiento empático de injusticia facilitan la movilización de los recursos personales hacia el emprendimiento social. Los/las emprendedores/as sociales participantes tienen un perfil valórico centrado en la benevolencia y la autodirección, experimentan sentimientos de empatía centrados en el otro y no en el propio bienestar, y tienen una identidad de carrera dirigida hacia el servicio/dedicación a una causa y el emprendimiento.

Estudios sobre el perfil competencial de personas emprendedoras		
Fuente documental	Objeto de estudio	Principales conclusiones
Cárdenas Gutiérrez y Montoro Fernández (2017)	182 estudiantes de ESO de Sevilla	Las variables que definen el perfil del emprendedor son: creatividad, liderazgo, logro, control personal y resolución de problemas.
Alonso Nuez (2008)	Revisión bibliográfica sobre factores que influyen en la creación de empresas	Desde una perspectiva psicológica y social se ha asociado la conducta emprendedora con el predominio de valores individualistas y también con la presencia de determinadas variables sociales dentro de los espacios familiar, laboral y personal.
Fuentes García y Sanchez Cañizares (2010)	1367 estudiantes universitarios de Córdoba	La incorporación del análisis del perfil emprendedor teniendo en cuenta el género, como variable capaz de originar diferencias significativas, debe servir de base a las actuaciones en el ámbito de la política laboral.
Moriano León (2001)	Muestra de 77 personas de diferentes edades que han emprendido o no	Los resultados señalan que ser emprendedor correlaciona significativamente y de forma positiva con cuatro de los cinco tipos de valores individualistas: poder, logro, autodirección y estimulación. También correlaciona significativamente y de forma negativa con el tipo de valor colectivista, tradición y el tipo de valor mixto universalismo. Por tanto, parece que el valor ser emprendedor estaría situado dentro de la dimensión individualista.

Estudios sobre el perfil competencial de personas emprendedoras		
Fuente documental	Objeto de estudio	Principales conclusiones
Il Sung Park y Duarte Masi (2015)	Revisión bibliográfica sobre teorías relacionadas con el perfil de la persona emprendedora en Iberoamérica	Algunas características destacan al referirse a las cualidades del emprendedor, tales como: personas innovadoras, creativas, que ven las oportunidades donde los demás solo perciben la rutina, tolerancia al fracaso, perseverancia, necesidad de logro, motivación, optimismo, trabajo arduo, concentración y disfrutar siendo emprendedor/a.
Durán-Aponte y Arias-Gómez (2015)	159 estudiantes latinoamericanos	Las instituciones universitarias deberán sentir la necesidad de dejar a un lado la visión estrictamente contable y económica que se le da a la formación de emprendedores y equilibrarla con la búsqueda del desarrollo de habilidades personales basadas en aspectos psicológicos como vía para influenciar el emprendimiento.
Díaz-Foncela y Marcuello (2013)	29 cooperativas creadas entre mayo y junio 2011 en Aragón	El emprendimiento cooperativo en por oportunidad y aporta nuevos valores a la actividad empresarial.
Rivas (2019)	47 estudiantes universitarios/as de Paraguay	Propone un entrenamiento en aula en base a las competencias y capacidades emprendedoras trabajando cada una de ellas de manera individualizada y observando su evolución.

Estudios sobre el perfil competencial de personas emprendedoras		
Fuente documental	Objeto de estudio	Principales conclusiones
Moriano León, Palaci Descals y Morales Domínguez (2006)	611 estudiantes de Castilla y León	Los resultados muestran que la intención de crear una empresa o trabajar por cuenta propia está relacionada con las variables de estos espacios familiar, sociolaboral y personal.
López Vélez y Sáenz Bilbao (2015)	Se analizan programas de fomento del emprendimiento en España y América Latina	El énfasis en las Competencias Emprendedoras relacionadas con valores éticos o filosóficos es necesario si se pretende lograr personas emprendedoras que estén comprometidas con las transformaciones y cambios en pro de la justicia social.
Portugués Castro, Valenzuela González y Navarro Corona (2018)	79 emprendedores de una incubadora de México	El emprendedor social cuenta con características diferentes a otro tipo de emprendedores, se considera como un agente de cambio, una persona que reconoce una oportunidad dentro de una problemática social.

RESULTADOS Y DISCUSIÓN

RESULTADOS DE LAS ENTREVISTAS CON PERSONAS RESPONSABLES DE ENTIDADES DE ECONOMÍA SOCIAL RELATIVAS AL PERFIL DE LA PERSONA EMPRENDEDORA EN ECONOMÍA SOCIAL

Los resultados obtenidos a lo largo del proceso de investigación arrojan un conjunto de diferencias en torno al perfil específico del/a emprendedor/a de Economía Social y que marcan la diferencia por el corte

social y comprometido con el entorno del socio-emprendedor de una entidad de Economía Social.

En la exposición que hacen los entrevistados sobre su manera de entender el perfil de persona emprendedora en economía social, describen muchas de las competencias que se pueden apreciar en el que ya se conocen como perfil emprendedor en general, pero ponen el acento en uno de los tres elementos competenciales (saber o conocimiento, saber ser o comportamiento, saber hacer o habilidad), el saber ser, que, según ellos, marca las diferencias entre ambos perfiles.

A la hora de dibujar las competencias, se han diferenciado al área de desarrollo al que pertenecen cada una de ellas, para poder entender mejor el origen, y se ha obtenido una estructura de cinco áreas: personal, social, cognitiva, emocional y moral.

En base a ella, aparecen claras diferencias entre el perfil definido del emprendedor/a y el perfil del/la emprendedor/a de Economía Social. Las diferencias se muestran en la Figura 2 del presente trabajo y aparecen resaltadas en negrita.

Figura 2 – Características diferenciales de la persona emprendedora en economía social (Elaboración propia)

Perfil emprendedor/a	Perfil emprendedor/a economía social
1. Competencias en el área personal	1. Competencias en el área personal
a. Autoestima	a. Autoestima
b. Autoconcepto	b. Autoconcepto
c. Autosuficiencia y vinculación	c. Autosuficiencia y vinculación
d. Autocontrol	d. Adaptación al cambio
e. Autonomía	e. Resiliencia
f. Sentido de pertinencia	
g. Iniciativa personal	

Perfil emprendedor/a	Perfil emprendedor/a economía social
2. Competencias en el área social:	2. Competencias en el área social:
a. Asertividad	a. Transparencia
b. Habilidades relacionales	b. Trabajo en equipo y espíritu cooperativo
c. Habilidades comunicativas	c. Habilidades comunicativas
d. Resolución de conflictos	d. Resolución de conflictos
	e. Orientación a grupos de interés
	f. Innovación social
3. Competencias en el área cognitiva (No diferencial):	3. Competencias en el área cognitiva (No diferencial):
a. Creatividad	a. Resolución de problemas
b. Análisis crítico	b. Creatividad
c. Pensamiento analítico	c. Análisis crítico
d. Planificación y revisión	d. Pensamiento analítico
e. Toma de decisiones	e. Planificación y revisión
	f. Toma de decisiones
4. Competencias en el área Moral:	4. Competencias en el área Moral:
a. Responsabilidad	a. Corresponsabilidad
b. Compromiso social	b. Compromiso social
c. Prosocialidad	c. Igualdad
d. Igualdad	d. Equidad
e. Justicia	e. Respeto a la diversidad
f. Respeto la diversidad	f. Orientación al bien común

Perfil emprendedor/a	Perfil emprendedor/a economía social
5. Competencias en el área Emocional:	5. Competencias en el área Emocional:
a. Empatía	a. Empatía
b. Conocimiento y manejo de las emociones de los demás	b. Conocimiento y manejo de las emociones de los demás
c. Conocimiento y manejo de las propias emociones	c. Conocimiento y manejo de las propias emociones
d. Tolerancia a la frustración	d. Tolerancia a la frustración
e. Optimismo y sentido del humor	e. Positividad

En la opinión vertida por los entrevistados en el trabajo de campo desarrollado, se puede observar que la mayor parte de los calificativos y características que resaltan en la definición del perfil de emprendimiento en Economía Social están relacionados con el saber ser de las personas y ligado a su manera de entender el papel frente a su entorno económico, social y medioambiental, en contraste respecto al saber (conocimiento) o al saber hacer (habilidad) que también forman parte del perfil de emprendimiento pero que no resaltan como diferenciales.

Proyecto colectivo, valores (Equidad, justicia social, respeto), bien común, espíritu emprendedor, participación, transparencia, desarrollo de la persona, vinculación con el territorio, legado, generación de riqueza frente a resultados, ayuda y bienestar en las personas son conceptos que se repiten y que refuerzan esa diferenciación, sin que suponga una gran diferencia en el resto de valores que, asociados a las otras dos vertientes de adquisición de competencias, completan y dan forma diferenciada a la manera en que ven el perfil de emprendedor de Economía Social.

RESULTADOS ENTREVISTAS ONLINE

Se han obtenido 176 respuestas a nivel nacional de personas trabajadoras de entidades de economía social. La distribución de la

muestra es igualitaria en cuanto a género, familias de economía social y tramos de edad. La distribución sectorial y geográfica de las personas que han respondido a la encuesta se corresponde con la distribución sectorial y geográfica de la Economía Española.

En el primer bloque del cuestionario on-line se ha tratado de conocer si las personas entrevistadas consideran que el modelo de Empresa de Economía Social es diferenciador con relación a otro tipo de entidades a la hora de emprender. En caso afirmativo se preguntaba por las características más diferenciales y las que son más difíciles de obtener.

Un 17,9% de las personas que han contestado a la encuesta están completamente de acuerdo con que existen diferencias entre las personas emprendedoras en Economía Social y las personas emprendedoras en general, un 51,2% está bastante de acuerdo con la afirmación. Ambos porcentajes suponen un 70% del total de personas entrevistadas.

Un 26,2% no está de acuerdo ni en desacuerdo con la afirmación y tan solo un 4,2% estaría más bien en desacuerdo o totalmente en desacuerdo (0,6%).

El 70% opina que existen diferencias claras entre las personas emprendedoras en Economía Social y las personas emprendedoras en general.

Del catálogo de competencias a contrastar con las personas entrevistadas, estas manifiestan que en el “Perfil del Emprendedor en Economía Social” cobran especial importancia:

Competencias vinculadas al Área de Desarrollo Social:

- Transparencia.
- Trabajo en Equipo y Espíritu Cooperativo.
- Orientación a Grupos de Interés.
- Innovación social.

Competencias vinculadas al Área de Desarrollo Moral:

- Corresponsabilidad.
- Equidad y Justicia Social.
- Orientación al Bien común.

En una segunda parte de la entrevista se preguntó por las competencias más difíciles de desarrollar. Según se ha desprendido de las encuestas, las seis características más difíciles de adquirir en una persona emprendedora de la Economía Social en opinión de las personas que han contestado la encuesta son:

- Liderazgo participativo.
- Colaboración vs competencia.
- Generar riqueza frente a resultados.
- Iniciativa personal.
- Vocación de continuidad y largo plazo.
- Innovación Social.

Son competencias muy ligadas al ser o los valores personales que pueda tener una persona, por lo que para potenciar el emprendimiento en economía social es esencial el activar programas que desarrollen estos temas de carácter más transversal.

RESULTADOS REFERENTES A LAS COMPETENCIAS ESPECÍFICAS DE LA PERSONA EN ECONOMÍA SOCIAL Y ACCIONES FORMATIVAS ASOCIADAS.

Analizado el Catálogo Nacional de Cualificaciones Profesionales se evidencia que en el catálogo no consta como tal la cualificación de Emprendedor/a en Economía Social y que en el catálogo de acciones

formativas de la Fundación Nacional para el Empleo es necesario considerar estas cuestiones en los términos que se exponen a continuación.

Las tres competencias más relevantes que debe desarrollar un/a Emprendedor/a de Empresa de Economía Social en opinión de las personas que han contestado a la encuesta son:

- Coordinar y gestionar la integración, el desarrollo, y el liderazgo participativo de las personas en el proyecto colectivo.
- Planificar y desarrollar la gobernanza de las Empresas de Economía Social.
- Planificar iniciativas y actividades en el modelo de negocio.

Las actuaciones más necesarias tienen que ver con el modelo de empresa de Economía Social más allá de las cuestiones de gestión en áreas funcionales de las organizaciones.

El modelo de gestión de empresas de Economía Social viene muy marcado por el desarrollo de la persona no sólo como trabajadora sino como socia y desde el inicio tiene que estar definido tanto su integración en ambos aspectos, así como su desarrollo incluida la gobernanza de la empresa.

En cuanto a la competencia de *Coordinar y gestionar la integración, el desarrollo, y el liderazgo participativo de las personas en el proyecto colectivo* las acciones formativas prioritarias en opinión de las personas que han contestado a la encuesta son:

- Competencias en liderazgo participativo.
- Comunicación en las Empresas Economía Social.
- Habilidades en liderazgo participativo.
- Generación de entornos de compromiso.

En cuanto a la competencia de *Planificar y desarrollar la gobernanza de las Empresas de Economía Social* las acciones formativas prioritarias en opinión de las personas que han contestado a la encuesta son:

- Generando entornos para la participación.
- Colaboración, cooperación y compromiso.
- Preparándonos para la toma de decisiones.

Finalmente, en cuanto a la competencia de *Planificar iniciativas y actividades en el modelo de negocio* las acciones formativas prioritarias en opinión de las personas que han contestado a la encuesta son:

- Planificación organizativa y de recursos.
- Plan de Negocio y previsión de recursos.
- Planificación de la estrategia comercial y marketing.

CONCLUSIONES

En la literatura económica y en los planes de estudio no existe un reconocimiento explícito y claro del emprendimiento en Economía Social y de la figura de la persona emprendedora. Este trabajo avanza en su definición y se ha podido refrendar que existen diferencias significativas con el emprendimiento en general.

En la opinión vertida por las personas entrevistadas, se puede observar que la mayor parte de características que resaltan en la definición del perfil de emprendimiento en Economía social están relacionados con el saber ser de las personas.

Se constata que el perfil de persona Emprendedora en Economía Social se sustenta en la idea de un proyecto colectivo, de los valores: equidad, justicia social, respeto, bien común, participación, transparencia, desarrollo

de la persona, vinculación con el territorio, legado y generación de riqueza frente a resultados.

En el Perfil de la Persona Emprendedora en Economía Social son especialmente significativas las competencias vinculadas al Área de Desarrollo Social y Moral: transparencia, trabajo en equipo y espíritu cooperativo, orientación a grupos de interés, innovación social, corresponsabilidad, equidad, justicia Social y orientación al bien común.

El “saber ser” debería formar parte de la competencia en el perfil de la persona Emprendedora en Economía Social, ya que es el elemento diferenciador.

De las entrevistas realizadas a 10 personas responsables de empresas de Economía Social y de las 176 encuestas provenientes de personas que trabajan en entidades de Economía Social analizadas podemos extraer los siguientes rasgos diferenciadores y que deben adquirirse a través de la formación en etapas educativas o posteriores y que son específicos en el Modelo de Gestión de Economía Social:

- *Sentimiento de pertenencia.* La persona dotada de esta competencia es capaz de identificar los valores y demás elementos culturales de la empresa de Economía Social y asumírselos como propios para actuar y tomar decisiones en coherencia con ellos.
- *Orientación al bien común.* La persona dotada de esta competencia es capaz de identificar los aspectos importantes y compartidos que se quieren lograr por parte del colectivo de personas socias de la Empresa de Economía Social, adquiriendo una mayor relevancia sobre el interés particular que pueda tener en el proyecto cada una de las personas socias.
- *Liderazgo participativo.* La persona dotada de esta competencia es capaz de tomar decisiones de manera compartida con personas que, teniendo diferentes responsabilidades comparten unos conocimientos, habilidades y actitudes relacionadas con la transparencia, positividad, trabajo en equipo, orientación al logro y al cambio.

- *Espíritu cooperativo, proyecto colectivo, corresponsabilidad y participación.* La persona dotada con esta competencia es capaz de fomentar y promover la colaboración y cooperación con los distintos estamentos de la organización. Cooperar con el resto de la organización y suma sus potencialidades a las de los otros en pro del bien común. Implica la orientación para trabajar con otros de forma interdependiente. Trabajar compartiendo responsabilidades y recompensas por los logros conseguidos.
- *Compromiso y valor social.* La persona dotada con esta competencia se preocupa por igual de objetivos relacionados con el bienestar de las personas, la contribución a la comunidad y al entorno social más próximo. Desarrolla y potencia a sus colaboradores convencido del valor estratégico que estos aportan a la gestión general de la empresa, involucrando y alineando esfuerzos e ideas.
- *Valores sociales y humanos.* La persona dotada con esta competencia se relaciona con el bienestar personal y colectivo, requiere destrezas como la capacidad de comunicarse de una manera constructiva, mostrar tolerancia, expresar y comprender puntos de vista diferentes, negociar sabiendo inspirar confianza y sentir empatía. Las personas deben ser capaces de gestionar un comportamiento de respeto a las diferencias expresado de manera constructiva.

Es necesario incluir competencias específicas en el catálogo de competencias del INCUAL y nuevas acciones formativas en catálogo de acciones formativas de la FUNDAE que reconozcan y den respuesta a las necesidades de las personas que desarrollan su trabajo en las entidades de Economía Social.

BIBLIOGRAFÍA

ALONSO NUEZ, M. J. El emprendedor y la empresa: una revisión teórica de los determinantes a su constitución. *Acciones e Investigaciones Sociales*, Zaragoza, v. 26, p. 5-44, 2008.

AUTODIAGNÓSTICO de actitudes emprendedoras. *Portal PYME*, [2020]. Disponible en: <http://www.ipyme.org/es-ES/DecisionEmprender/Paginas/AutodiagnosticoActitudesEmprendedoras.aspx>. Fecha de consulta: 1 dic. 2020.

BARGSTED A. M. El emprendimiento social desde una mirada psicosocial / Social Entrepreneurship from a Psychosocial look / L'entrepreneuriat social à partir d'un regard psycho-social / Empreendedorismo social numa perspectiva psico-social. *Civilizar Ciencias Sociales y Humanas*, Bogotá, v. 13, n. 25, p. 121-132, 2013.

BARON, R. A. Psychological Perspectives on Entrepreneurship ; Cognitive and Social Factors in Entrepreneurs' Success. *Current Directions in Psychological Science*, Thousand Oaks, v. 9, n. 1, 2000. Disponible en: <https://doi.org/10.1111/1467-8721.00050>. Fecha de consulta: 1 dic. 2020.

CÁRDENAS GUTIÉRREZ, A. R.; MONTORO FERNÁNDEZ, E. Evaluación de un proyecto de educación emprendedora en la ESO. La visión del alumnado. *Revista de Investigación Educativa*, Murcia, v. 35, n. 2, p. 563-581, 2017. ISSN: 0212-4068. Disponible en: <https://digitum.um.es/digitum/bitstream/10201/75191/1/16.pdf>. Fecha de consulta: 1º dic. 2020.

CHRISTENSEN, M. A. *The identification of business starters using attitude*. Calgary: University of Calgary Press, 1994.

CIRUELA LORENZO, A. M.; CUADRADO SERRÁN, M.; PLAZA ANGULO, J. J. La Economía Social como alternativa de autoempleo. El perfil del emprendedor/a en las sociedades laborales andaluzas. *REVESCO – Revista De Estudios Cooperativos*, Madrid, v. 122, p. 59-85, 2016. Disponible en: https://doi.org/10.5209/rev_REVE.2016.v122.52019. Fecha de consulta: 1 dic. 2020.

CONSEJO ECONÓMICO Y SOCIAL (Espanha). *Informe Euromed sobre Economía Social y emprendimiento en la región euromediterránea*. Aprobado en la sesión del Pleno de 19 de septiembre de 2018. Madrid: CES, 2018.

- COQUE MARTÍNEZ, J.; DÍAZ BRETONES, F.; LÓPEZ MIELGO, N. Factores para la puesta en marcha y el éxito de microempresas asociativas creadas por jóvenes egresados universitarios. *REVESCO – Revista De Estudios Cooperativos*, Madrid, v. 112, p. 66-94, 2013. Disponible en: https://doi.org/10.5209/rev_REVE.2013.v112.43063. Fecha de consulta: 1 dic. 2020.
- CUADRADO SERRÁN, M.; CIRUELA LORENZO, A. M. Las Sociedades Cooperativas y Laborales como artífices del emprendimiento empresarial. Análisis comparativo del Perfil del emprendedor de ambas figuras en el contexto de Andalucía. *CIRIEC-España*, Valencia, n. 84, Disponible en: <https://doi.org/10.7203/CIRIEC- E.84.13397>. Fecha de consulta: 1º dic. 2020.
- DE PABLO , J., URIBE, J. Emprendimiento de la economía social y desarrollo local. La promoción de incubadoras de empresas de economía social en Andalucía. *CIRIEC - España. Revista de economía pública, social y cooperativa*, ISSN 0213-8093, Nº. 64, 2009
- DES, J.; EMERSON, J.; ECONOMY, P. *Enterprising Nonprofits: A Toolkit for Social Entrepreneurs*. Ed. Willey non profit series (2001)
- DIAZ-FONCEA, M.; MARCUELLO, C. Motivaciones del emprendedor cooperativo en Aragón. *CIRIEC-España*, Valencia, n. 78, p. 53-70, 2013.
- DURÁN-APONTE, E.; ARIAS-GÓMEZ, D. Intención emprendedora en estudiantes universitarios: integración de factores cognitivos y socio-personales. *Revista Colombiana de Ciencias Sociales*, Medellín, v. 6, n. 2, p. 320-340, jul.-dic. 2015.
- FUENTES GARCÍA, F. J. (dir.). *IV análisis sobre el Perfil Emprendedor en el alumnado universitario de Córdoba*. Córdoba: UCOPress, 2019. Consejo Social Universidad de Córdoba. Disponible en: <https://www.uco.es/ucopress/images/librosgratuitos/978-84-9927-491-1/ebook.html#p=1>. Fecha de consulta: 1 dic. 2020.
- FUENTES GARCÍA, F. J.; SANCHEZ CAÑIZARES, S. M. Análisis del perfil emprendedor: una perspectiva de género/Analysis of the

- Entrepreneurial Profile from a Gender Perspective. *Studies of Applied Economics*, Almería, v. 28, p. 697-697, Jan. 2010.
- IL SUNG PARK, S.; DUARTE MASI, S. El perfil del emprendedor y los estudios relacionados a los emprendedores Iberoamericanos. *Revista Internacional de Investigación En Ciencias Sociales*, Asunción, v. 11, n. 2, p. 291-314, dic. 2015.
- KLIKSBERG, B. (2011). Emprendedores sociales: Los que hacen la diferencia. *Temas*.
- LÓPEZ VÉLEZ, A. L.; SÁENZ BILBAO, N. Las competencias de emprendimiento social, COEMS: aproximación a través de programas de Formación universitaria en Iberoamérica. *REVESCO – Revista De Estudios Cooperativos*, Madrid, v. 119, 2015.
- MALDONADO BRIEGAS J. J., VICENTE CASTRO, F.; CORRALES VÁZQUEZ, J. M. Análisis de la relación entre inteligencias múltiples y habilidades emprendedoras en personas de éxito. *INFAD*, Badajoz, v. 2, n. 1, p. 231-238, 2015. Disponible en: <https://doi.org/10.17060/ijodaep.2015.n1.v2.261>. Fecha de consulta: 1 dic. 2020.
- MORIANO LEÓN, J. A. El perfil psicosocial del emprendedor : un estudio desde la perspectiva de los valores. *Revista de Psicología Social*, Madrid, v. 16, n. 2, p. 229-243, 2001.
- MORIANO LEÓN, J. A.; PALACI DESCALS, F. J.; MORALES DOMINGUEZ, J. F. El perfil psicosocial del emprendedor universitario. *Journal of Work and Organizational Psychology*, Madrid, v. 22, n. 1, p. 75-99, 2006.
- MOULDEN, J., Los nuevos emprendedores sociales : un manifiesto para reinventarse y cambiar el mundo. McGraw-Hill, 2009.
- OLIVA DELGADO, A. *et al.* Más allá del déficit: Construyendo un modelo de desarrollo positivo adolescente. *Infancia y aprendizaje*, Madrid, v. 33, n. 2, p. 223-224, 2016.

PORTUGUEZ CASTRO, M.; VALENZUELA GONZÁLEZ, J. R.; NAVARRO CORONA, C. Diseño y validación de un test de evaluación del potencial en emprendimiento social. *REVESCO – Revista De Estudios Cooperativos*, Madrid, v. 128, p. 192-211, 2018. Disponible en: <https://doi.org/10.5209/REVE.6020>. Fecha de consulta: 1 dic. 2020.

RANI JEANNE DANG (2008). Book review on: Max Boisot, Ian MacMillan, and Keyong Seok Han, *Explorations in Information Space: Knowledge, Actors, and Firms*, 2007, Oxford University Press. Post-Print.

RIVAS, M. T. R. de. Perfil empreendedor de estudantes de Engenharia Industrial de la Universidad Nacional de Pilar. *Brazilian Journal of Development*, São José dos Pinhais, v. 5, n. 12, 2019. Disponible en: <https://doi.org/10.34117/bjdv5n12-379>. Fecha de consulta: 1 dic. 2020.

ZANDONAI, F. Nuevos directivos para nuevas cooperativas : la figura del empresario social en las cooperativas sociales italianas. CIRIEC - España. *Revista de economía pública, social y cooperativa*, [s. l.], n. . 48, p. 145–166, 2004.

DESIGUALDADES E GERAÇÕES NA ESS (GÊNERO, RAÇA E JUVENTUDE)

A CONCENTRAÇÃO DA RENDA NO BRASIL (2012-2018): BUSCANDO CAMINHOS ALTERNATIVOS

Tatiana Figueiredo Breviglieri²

André Luiz Correa³

INTRODUÇÃO

A importância de mensurar a desigualdade⁴ de renda do país como sendo aquela entre os ricos⁵ e o resto da pirâmide da distribuição se deve ao fato de que os ricos, no Brasil, são representados por um ínfimo grupo de indivíduos, mas donos de uma parte significativa da renda, por isso eles exercem um impacto desequilibrado na desigualdade. Pesquisas⁶ mostram que o 1% superior da pirâmide da distribuição se apropria de cerca de um quarto da renda nacional.

Sobre isso, é possível afirmar que o peso dos ricos é tão relevante em um país com renda muito concentrada, como é o caso do Brasil, que são eles que ditam as regras do jogo. Isso é verificado na estabilidade da desigualdade encontrada por Medeiros, Souza e Castro (2015) no período de 2006 a 2012. Os autores mostram que, diferentemente dos resultados

² Doutoranda em Economia pelo Programa de Pós-Graduação da UNESP. E-mail: tatiana.breviglieri@unesp.br

³ Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia da UNESP. E-mail: andre.correa@unesp.br

⁴ Desigualdade, nesse artigo, será usada como sinônimo da concentração da renda, isto é, a desigualdade entre os estratos superiores, começando pelo 1% mais rico e o restante da população.

⁵ No presente trabalho, os “ricos” referem-se ao topo da pirâmide da distribuição da renda no Brasil: a partir do 1% superior.

⁶ Medeiros, Souza e Castro (2015); Gobetti e Orair (2016) e Souza (2016).

apontados pelas pesquisas domiciliares que subestimam os rendimentos mais altos, a utilização dos dados tributários possibilitou uma melhor captura dessas rendas, apontando que a desigualdade, quando medida entre o topo da pirâmide e o restante, apresenta comportamento diferente: ela não caiu nesse período analisado, mas apresentou trajetória estável.

A grave crise sanitária – e o agravamento da crise econômica que se arrasta desde 2014 – causada pela pandemia da covid-19, iniciada em 2020, está se desdobrando em nível recorde de desemprego, arrefecimento da capacidade produtiva da economia e degradação das contas públicas com projeções econômicas e sociais que indicam que tais efeitos deletérios se arrastarão por anos. Esse cenário tem trazido ao centro do debate econômico questões distributivas, entre elas o aumento da tributação dos ricos, principalmente como forma de financiamento de propostas de uma renda básica permanente (CARVALHO, 2020).

Tendo isso em vista, a contribuição da presente pesquisa se dará na disposição de dados sobre a concentração da renda entre os ricos no país. A pesquisa também visa jogar luz sobre o fato de que há distorções graves que devem ser corrigidas em relação ao Imposto de Renda brasileiro. Essas distorções apontam que os estratos superiores da distribuição são compostos principalmente por rendimentos que fogem à tributação progressiva do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), fato que favorece a desigualdade.

O objetivo central do trabalho é mensurar a concentração da renda brasileira no topo da pirâmide durante os anos 2012 a 2018. Especificamente, o quanto o 1%, o 0,01% e o 0,05% mais ricos do país detiveram da renda nacional nesse período. A escolha desse recorte se baseia na proposta do estudo de analisar o impacto que a crise econômica iniciada no final de 2014 exerceu sobre os ricos. A metodologia adotada é a mais comum utilizada em estudos dessa natureza: a interpolação de Pareto. Tal método será aplicado aos dados tributários obtidos através da Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRF) para obtenção das fatias de renda nacional apropriadas pelos ricos. Além disso, será apresentado o cálculo do coeficiente de Gini aplicado aos diferentes tipos de rendimento por categoria de tributação

– tributáveis, isentos de tributação e sujeitos à tributação exclusiva –, para avaliar o quanto eles se concentram entre as rendas mais altas.

A hipótese da presente pesquisa é que a concentração de renda no Brasil é alta e não possui indicações de queda, nem mesmo foi abalada pela crise econômica iniciada em 2014 no país. Sendo assim, nos parece crucial a análise de particularidades brasileiras que corroboram a alta concentração da renda, como o caráter regressivo da tributação no país. Essa é uma questão essencial para ser considerada no desenho de novas políticas que busquem o arrefecimento da desigualdade de renda.

METODOLOGIA

A utilização de dados tributários voltou a ter importância notória na literatura,⁷ permitindo a construção de trajetórias que desenharam a desigualdade de forma mais completa e fiel à realidade em relação àquelas desenvolvidas a partir de pesquisas domiciliares.

As pesquisas domiciliares obtiveram grande importância no século XX, sendo responsáveis por disseminar conteúdo de interesse público e possibilitar um melhor entendimento sobre as sociedades, bem como viabilizar formulações de políticas públicas. No Brasil, há muita riqueza de dados vindos dessas pesquisas, com vasta informação sobre aqueles que estão nos estratos inferiores da distribuição da renda. Estudos conduzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) fornecem um retrato muito claro e detalhado das pessoas que possuem as menores rendas, possibilitando uma rica análise sobre como elas vivem, quem são, onde estão, quais são seus rendimentos e como são afetadas por eventos diversos.

No entanto, para o estudo dos mais ricos, não há essa riqueza de dados, pelo contrário, temos pouca informação sobre o topo da pirâmide. Os dados das pesquisas domiciliares sobre os ricos possuem sérias limitações,

⁷ A obra de Piketty (2014) evidencia essa recuperação do uso de dados tributários na literatura. Com a construção de séries históricas de longuíssimo prazo, o uso de dados tributários pelo autor apresentou uma inflexão nos estudos de desigualdade desse século.

como a subestimação do nível da desigualdade e da trajetória desse nível analisada no longo prazo. Isso se deve principalmente à dificuldade de mensuração da renda no topo da pirâmide: declaração de rendimentos muito inferiores à realidade, não participação dos mais ricos nessas pesquisas, descontinuidade e complexidade de alguns cálculos de rendimentos irregulares são alguns exemplos dessas dificuldades (SOUZA, 2016).

Para o estudo do topo da distribuição, os dados tributários preenchem lacunas deixadas pelas pesquisas domiciliares e proporcionam uma melhor mensuração da desigualdade vista do topo. No caso do Brasil, isso se deve em grande medida à melhor transparência dos dados, uma vez que os indivíduos com rendimentos acima de certos limites têm a obrigatoriedade de realizar a Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF) à SRF. Os declarantes estão enquadrados em alguns requisitos: todos aqueles que obtiveram rendimento anual que ultrapassou certa quantia;⁸ receberam valores isentos ou tributados exclusivamente na fonte até certo limite;⁹ obtiveram ganho de capital com a venda de bens ou direitos sujeitos a tributação; realizaram operações na Bolsa de Valores; possuem propriedade de bem ou direito acima de certo valor;¹⁰ entre outros.¹¹

Todavia, a utilização desses dados tributários também não possibilita uma análise sem ressalvas. A não captação de evasão e elisão fiscal, mudanças na legislação e fiscalização, a restrição da abrangência amostral – uma vez que nem todos os indivíduos são declarantes¹² – e a indisponibilidade do uso de microdados são alguns exemplos. Contudo, para os objetivos dessa pesquisa, os dados tributários representam a melhor fonte

8 Os valores variam de ano para ano. Para exemplificar, no último ano analisado na presente pesquisa, 2018, esse limite era de R\$ 28.559,70. Isto é, todas as pessoas que obtiveram esse rendimento tributável anual estavam sujeitas à declaração.

9 Para o ano de 2018, esse limite era de R\$ 40.000,00.

10 Propriedades de até R\$ 300.000,00 para o ano de 2018.

11 Instrução Normativa nº 1.871, 20 de fevereiro de 2019, da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

12 Para os resultados que buscamos, não se trata de um problema, já que nosso foco é justamente a captação do topo da pirâmide da distribuição, sem importar as distribuições que ocorrem abaixo dele.

de informações para nossas análises, ainda que possam apresentar alguma subestimação que não somos capazes de mensurar. Com as DIRPF dos anos de 2012 a 2018,¹³ aplicamos a metodologia mais utilizada nas pesquisas dessa natureza, a interpolação de Pareto (MEDEIROS; SOUZA; CASTRO, 2015; GOBETTI; ORAIR, 2016; SOUZA, 2016). A partir das tabulações por faixa de renda, obtidas na DIRPF, a interpolação de Pareto permitiu calcularmos os rendimentos por frações da população, com foco no topo da distribuição, a partir do 1% mais rico – nosso objeto de análise.

A distribuição de Pareto possui características específicas que permitem a mensuração da distribuição das rendas mais altas. Sejam os parâmetros de Pareto, k , de escala, α , de forma, x , a variável aleatória com distribuição de Pareto – no caso, a renda –, a função distribuição acumulada $F(x)$, com $k > 0$ e $\alpha > 1$, com pode ser escrita como:

$$F(x) = 1 - \left(\frac{k}{x}\right)^\alpha \quad (1)$$

Dentre as características da distribuição de Pareto que permitem a captação das rendas superiores a principal é o coeficiente invertido de α :

$$\beta = \frac{\alpha}{(\alpha-1)} \quad (2)$$

Tal coeficiente permite a interpolação dentro das classes mais altas. Significa que a razão entre a renda média acima de uma linha de corte e essa própria linha de corte é constante, isto é, a razão entre a renda média dos indivíduos com renda acima de x não depende de x , mas do parâmetro α , podendo, assim, os parâmetros serem estimados. Quanto maior o β , maior

13 Trata-se, a rigor, dos Grandes Números DIRPF 2019, ano-calendário 2018. Significa dizer que esses são os rendimentos que os indivíduos obtiveram em 2018 e foram declarados em 2019. No presente trabalho, para fins de simplificação, apenas trataremos do ano-calendário, isto é, o ano mostrado sempre será referente aos rendimentos obtidos nesse mesmo ano.

é a ocorrência de rendimentos extremos – trata-se da cauda pesada à direita (Souza 2016).

Feenberg; Poterba (1993) estimaram os coeficientes adotando o limite inferior da faixa de renda mais próxima da fração que se deseja mensurar, uma vez que os coeficientes podem variar de acordo com a faixa de renda. Sendo s_i o limite inferior de certa faixa de renda, p_i a proporção da população com renda superior a s_i e $\bar{x}$ a função para a renda média acima de determinado valor, o cálculo para a obtenção da fatia da renda do topo, por exemplo, o 1% superior, é dado por:

$$\beta = \frac{x(s_i)}{s_i} \quad (2.1)$$

$$\alpha = \frac{\beta}{(\beta-1)} \quad (3)$$

$$k = (s_i p_i)^{\frac{1}{\alpha}} \quad (4)$$

Para obter a renda mínima do percentil 99%, calcula-se:

$$P99 = \frac{k}{(0,01)^\alpha} \quad (5)$$

Por fim, para a renda média, calcula-se $\beta P99$.

Para atender nossos objetivos, seguindo a metodologia dos trabalhos anteriormente citados, foi preciso especificar qual população estava em análise e qual renda estava sendo medida para posse dos estratos. Sobre a população, os dados utilizados foram os referentes a projeção da população encontrados no IBGE. O controle escolhido para essa população, isto é, o denominador para a população total, foi o recorte de 20 anos ou mais, condizente com a literatura¹⁵. Tratamos, assim como em Souza (2016), uma declaração correspondendo a um indivíduo. É certo que casais podem declarar imposto de renda em conjunto, no entanto, para casais que possuem rendimentos elevados de ambas as partes convém a declaração feita de forma separada – de acordo

com os benefícios que são obtidos. Tendo em vista que nosso foco está nas rendas mais altas, acredita-se que não houve entraves quanto a isso.

Com a interpolação de Pareto e o denominador para a população, foi preciso atribuir o controle da renda, isto é, o denominador para a renda total para determinar qual renda em análise estava detida nos estratos. A renda escolhida neste trabalho foi a mesma de Gobetti; Orair (2016): a Renda Disponível Bruta (RDB). A RDB vem da Renda Nacional Bruta (RNB), que se trata do Produto Interno Bruto (PIB) mais a renda dos residentes obtida fora do país, menos a renda dos estrangeiros obtida dentro do país. Assim, a RDB é a RNB adicionando os impostos correntes sobre a renda e o patrimônio líquido, as contribuições, os benefícios sociais e outras transferências correntes líquidas recebidas do exterior. Em suma, a RDB é a renda disponível do país para o consumo final e para a poupança.

Essa fonte de dados está acessível no Sistema de Contas Nacionais (SCN) do IBGE, nas Contas Econômicas Integradas (CEI). Para os nossos objetivos, trata-se da RDB do setor institucional “famílias”.

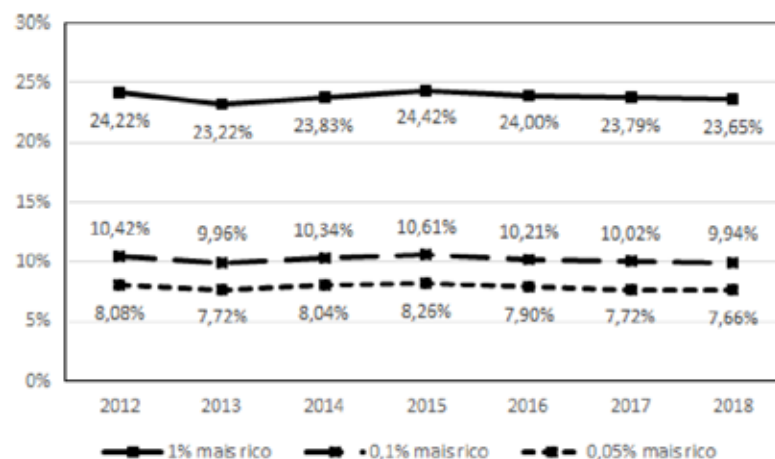
RESULTADOS

Com base nos dados tributários obtidos pela SRF, dispostos em faixas de renda organizadas por múltiplos de salários mínimos, para todos os anos, foi estabelecido um corte na faixa dos declarantes para iniciar a análise a partir do 1% superior da distribuição. O objetivo nesse ponto foi encontrar o p_i , a proporção da população com renda superior a s_i , sendo esse, por sua vez, o limite inferior de determinada faixa de renda. Esse corte foi estabelecido como sendo a razão entre a quantidade de declarantes de determinada faixa e a projeção da população do ano em análise. Para todos os anos estudados, o corte encontrado que representa o 1% mais rico da distribuição foi a faixa de 20 a 30 salários mínimos.¹⁴

¹⁴ Para o ano de 2018, essa faixa corresponde aos rendimentos de 228,9 a 343,4 (em mil reais anuais).

Com a distribuição desejada para a análise das rendas mais altas, foram realizados os cálculos dos parâmetros da função de Pareto – α ; β ; k –, da renda total detida pelo estrato em análise, da renda média e, por fim, dos percentis – $P(99)$; $P(99,9)$; $P(99,95)$ – para todos os anos.¹⁵ Tendo esses valores calculados, foi possível obter a porcentagem da renda nacional apropriada pelos estratos. Os resultados obtidos estão dispostos no gráfico a seguir.

Figura 1 – Participação dos estratos superiores na renda nacional.



Fonte: elaboração própria.

No ano de 2012, o 1% mais rico do país se apropriou de pouco mais de 24% da renda nacional. O 0,1% superior possuiu aproximadamente 10% dessa renda, enquanto o topo extremo da distribuição, o meio milésimo mais rico, se apropriou de aproximadamente 8%. Os resultados encontrados para 2013 mostram que o grupo correspondente ao 1% mais rico do país perdeu um ponto percentual de renda, mas ainda deteve uma parcela

¹⁵ As tabelas com as informações dos estratos referentes a esses cálculos estão no Anexo 1.

elevada: 23,22%. Naquele ano, o 0,1% superior se apropriou de quase 10%, enquanto os mais ricos da nossa análise, o 0,05% superior, tomaram cerca de 8% da renda nacional.

Os dados de 2014 mostram que o 1% superior não passou de 24% de posse da renda nacional, o 0,1% mais rico capturou cerca de 10%, enquanto o estrato mais rico estudado permaneceu detendo por volta de 8% de posse da renda. Já é possível notar certa estabilidade na trajetória da desigualdade: em 2015, o estrato correspondente ao 1% do topo da pirâmide deteve cerca de 24,5% de renda. O próximo estrato, 0,1% mais rico, apresentou pouca mudança, mas o maior percentual do período estudado para esse estrato: 10,6%. O extremo topo da distribuição, naquele ano, continuou com seus 8% de renda nacional em mãos.

Os anos de 2016, 2017 e 2018 corroboram a tendência já observada: uma concentração da renda nacional em um nível alto com uma trajetória estável. O 1% mais rico do país continuou sendo dono de aproximadamente 24% da renda, atingindo 23,8% em 2017 e 23,7% em 2018. O estrato correspondente ao 0,1% superior continuou orbitando em torno dos 10% de posse da renda, enquanto o meio milésimo mais rico foi responsável pela captura de aproximadamente 8% da renda brasileira, variando pouquíssimo: entre 7,9% em 2016 e 7,7% em 2018.

A estabilidade da alta desigualdade vista nesses sete anos nos permite uma avaliação interessante em relação à conjuntura econômica do período. É a partir de 2014 que se tem início a desaceleração econômica que levou a uma das mais longas crises econômicas vividas no país, que, diga-se de passagem, não só não terminou como foi duramente aprofundada pela crise sanitária de 2020. Carvalho (2018, p. 95) explica que a desaceleração da economia fica clara ao comparar o crescimento econômico do ano de 2013, 3% de crescimento real, com o crescimento do ano de 2014, apenas 0,5%: “[...] a menor taxa anual desde a crise internacional de 2008-9”. Essa desaceleração foi observada em todos os componentes do PIB, conforme explica a autora. Isso nos permite avaliar que a crise econômica não impactou os mais ricos no sentido de

que eles mantiveram suas altas parcelas da renda nacional. Em outras palavras, houve uma permanência da trajetória de estabilidade da desigualdade em um nível elevado.¹⁶

Barbosa, Ferreira de Souza e Soares (2020), ao utilizarem a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC) 2012/2018, apontam que a crise econômica a partir de 2014 apresentou uma dinâmica diferente para aqueles que compõem a base da pirâmide e para os representantes do topo.¹⁷ Os autores pontuam que os mais ricos, principalmente em um cenário de austeridade, onde há forte contenção de gastos e podem ocorrer amplos cortes em diversos setores da economia, possuem maior capacidade de apropriação do crescimento econômico.

Os dados da PNADC 2012/2018 apontam que o crescimento da renda nos estratos inferiores da pirâmide apresentou aumento acima da média entre 2012 e 2015, contudo isso se inverteu nos anos seguintes à crise econômica de 2014. Em 2015, Barbosa, Ferreira de Souza e Soares (2020) mostram que de fato houve uma “recessão generalizada”, no entanto, em 2016, a recuperação já era visível para as camadas superiores – principalmente a partir dos 5% mais ricos. Ao chegar no ano de 2018, a crise já havia ficado para trás para a metade mais rica do país, enquanto os 50% da base da pirâmide não conseguiram sair dela, vendo suas rendas diminuírem. Assim, os autores argumentam que a saída da recessão econômica ocorreu “de cima para baixo”. Nossos resultados complementam a análise: para o topo da distribuição, a partir do 1% mais rico, parece que não houve crise, uma vez que esse grupo não foi afetado de forma a perder participação na renda entre os anos de 2012 e 2018.

16 Cabe ressaltar que essa avaliação está limitada apenas ao topo da distribuição da renda, a partir do 1% mais rico, sem qualquer consideração com a distribuição que ocorre entre os estratos inferiores.

17 Importante salientar que os resultados obtidos pela presente pesquisa não são diretamente comparáveis aos resultados de Barbosa, Ferreira de Souza e Soares (2020), uma vez que utilizamos fonte de dados diferentes. Contudo, o objetivo do referido estudo para a presente pesquisa é a avaliação dos outros estratos da pirâmide da distribuição somente captados pelas pesquisas domiciliares.

ANÁLISE DA CONCENTRAÇÃO DA RENDA POR DIFERENTES CATEGORIAS DE TRIBUTAÇÃO DE RENDIMENTOS

Ao analisarmos a concentração da renda brasileira em uma pequena elite, emergem no debate as distorções da tributação no país. A dinâmica de concentrar a renda no momento da tributação – explicada pela alta taxa sobre consumo e produção¹⁸ combinada às deduções e isenções sobre a renda e o patrimônio¹⁹ – e distribuir a renda no momento do gasto gera uma neutralidade no impacto da distribuição dessa renda. Olhar para a estrutura tributária brasileira com os holofotes voltados para o topo da hierarquia da renda nos traz elucidações interessantes quando o assunto é a nossa chamativa desigualdade.

Sobre isso, serão apresentados alguns pontos em relação à tributação sobre a renda no Brasil. O Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) é o imposto com maior potencial distributivo do sistema tributário pois sua focalização pode ser mais precisa do que a dos demais tributos (CASTRO, 2014). As maiores alíquotas que incidem sobre as maiores rendas – isto é, o imposto progressivo sobre a renda – são responsáveis por reduzir a desigualdade.

Atualmente, no Brasil, para a Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF), os rendimentos totais dividem-se em rendimentos tributáveis,²⁰ sujeitos à tributação exclusiva, isentos ou não tributáveis. Os

18 Impostos sobre consumo, produção e serviços são os impostos indiretos, isto é, incidem indiretamente sobre a renda. Significa que uma pessoa rica e uma pessoa pobre pagam a mesma quantia em imposto ao adquirir um bem ou serviço. Esses impostos no Brasil correspondem a aproximadamente metade de toda a arrecadação tributária do país (Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros, SRE, 2018).

19 O estudo da concentração da riqueza no país é complexo, uma vez que não há dados suficientes que permitam uma análise robusta. Contudo, algumas análises pontuais, mesmo que com muitas ressalvas, como o índice de Gini de bens e direitos calculado por Castro (2014), indicam que o patrimônio no país é ainda muito mais concentrado que a renda. O autor obteve um índice de Gini patrimonial 0,840 para o ano de 2012.

20 A partir da soma de todos os rendimentos tributáveis, obtém-se a renda tributável bruta. Dessa renda, subtrai-se as deduções previstas na legislação – contribuições com regimes de previdência, dependentes, despesas educacionais e de saúde, entre outros. Caso seja mais vantajoso, o declarante pode optar pela dedução simplificada, opção que, em vez das deduções pontuais, realiza uma dedução 20% da renda tributável bruta.

rendimentos tributáveis obedecem à incidência de alíquotas progressivas:²¹ aqui estão principalmente os rendimentos do trabalho. Entre os rendimentos isentos ou sujeitos à tributação exclusiva, estão aplicações financeiras, lucros e dividendos, algumas modalidades de pensões e aposentadorias, venda de bens de pequeno valor, alguns tipos de transferências patrimoniais, entre outros. Desde a década de 1960, o IRPF sofreu quedas na sua alíquota máxima²² e um esvaziamento de sua arrecadação por mecanismos que possibilitaram a fuga de rendimentos à sua tributação progressiva. Um desses mecanismos é a isenção de tributação sobre dividendos.

O Brasil é um dos únicos países onde os dividendos são completamente isentos de tributação.²³ A Lei nº 9.249/1995,²⁴ que diminuiu o lucro tributável das empresas e isentou a tributação para dividendos, incentivou um fenômeno chamado por alguns autores de “pejotização” das pessoas físicas: muitos escapam da tributação do IRPF sendo tributados como pessoas jurídicas para obter benefícios fiscais. Essas rendas ficam protegidas mesmo diante de propostas de alterações do IRPF que busquem fomentar sua progressividade. É o exemplo de uma política que vise o aumento da alíquota máxima do IRPF: os lucros, dividendos e outras rendas apropriadas pelos mais ricos não se encaixam nos rendimentos tributáveis, portanto, não seriam atingidos. Nesse caso, *grosso modo*, pode-se dizer de antemão que não haveria mudanças significativas em relação à desigualdade.

21 Para declarações feitas em 2019, referentes aos rendimentos obtidos em 2018, os rendimentos até R\$ 1.903,98 mensais estavam isentos de tributação. Para rendimentos de R\$ 1.903,99 até R\$ 2.826,65, a alíquota incidente era 7,5%; de R\$ 2.826,66 até R\$ 3.751,05, a alíquota passava a ser de 15%; de R\$ 3.751,06 até R\$ 4.664,68, foi para 22,5%; e, acima de R\$ 4.664,68, incidia a alíquota máxima, de 27,5%.

22 A alíquota máxima atualmente no Brasil é de 27,5%. Seu pico foi entre 1962 e 1964, quando atingiu 65%, caindo para 50% após o golpe de 1964. No final da década de 1980, no Governo Sarney, a alíquota máxima caiu para 25% e nunca mais atingiu seu patamar do passado. É uma alíquota baixa quando comparada a outros países: a Alemanha, França e Austrália, por exemplo, adotam a alíquota máxima de 45%. A Itália, 43%, o Chile, 40%, e no México e na Turquia esse patamar é de 35% (SOUZA, 2016, p. 193).

23 A incidência média de tributação sobre os lucros e dividendos – entre pessoas físicas e jurídicas – para os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é de 43,1% (GOBETTI; ORAIR, 2016).

24 Ver Gobetti e Orair (2016).

As fontes típicas de rendas dos ditos capitalistas não são tributáveis e, dentre as que são, o seu encolhimento pode resultar de uma espécie de planejamento tributário (como a troca de pró-labore por retirada de lucros) para atenuar ainda mais a carga do IRPF. (AFONSO, 2014, p. 34)

Além disso, na medida em que há uma fuga significativa dos mais ricos em relação ao imposto progressivo do IRPF, algumas medidas tomadas podem onerar ainda mais quem mais contribui com esse imposto, como é o caso daqueles que possuem nos proventos do trabalho²⁵ sua fonte principal de renda. Nesse sentido, para evitar o esvaziamento do IRPF, o aumento da base tributável torna-se crucial, uma vez que a progressividade desse importante imposto é devida principalmente aos rendimentos do trabalho (GOBETTI; ORAIR, 2016).

É consenso na literatura que lucros, dividendos e outras rendas do capital se concentram à medida que se sobe ao topo da pirâmide. As rendas do capital escapam da tributação progressiva, seja pela isenção total de tributação, seja pela tributação exclusiva. A tributação exclusiva pratica alíquotas fixas para rendas de determinadas categorias, isto é, tais rendas são tributadas de forma neutra, impedindo o desempenho do potencial progressivo do IRPF.²⁶ Os resultados de Medeiros e Castro (2018) mostram que, quanto mais alto é o estrato em análise, maior é a importância dos rendimentos do capital em detrimento aos rendimentos do trabalho. No período analisado pelos autores, 2006 a 2012, o 1% mais rico do país deteve uma grande parcela do capital, bem como uma alta concentração

25 Para dados de 2012, Afonso (2014) argumenta que a alíquota média efetiva dos rendimentos tributáveis foi de 8,9% (fato que, devido a uma série de deduções, já demonstra uma disparidade em relação às alíquotas nominais, de 7,5%, 15%, 22,5% e 27,5%). Em relação a isso, o autor constatou que os empregados de empresas privadas pagaram uma alíquota sobre seus rendimentos de 9,5%, ao passo que o grupo representado por empresários e autônomos pagou 6,9%. Nessa direção, Afonso (2014) explica que trabalhadores assalariados já têm seus rendimentos descontados na fonte e não escapam do IRPF. Já empresários ou profissionais liberais (tais como médicos e advogados) que declaram imposto como pessoa jurídica podem privilegiar a retirada de lucros, esses, submetidos a outra tributação, escapando, assim, da tabela do imposto progressivo.

26 Toda a tributação sobre os rendimentos do capital no país é feita exclusivamente na fonte, e tem apenas caráter informativo na DIRPF, como aponta Castro (2014).

dos rendimentos desse capital, sendo os rendimentos puros de capital, como aplicações financeiras, aqueles mais concentrados:

Em média, cerca de três quartos dos lucros, dividendos e rendas de empresas são apropriados pelo 1% mais rico da população. [...] Três quartos de todos os rendimentos de aplicações financeiras e renda variável são apropriados pelo 1% mais rico da população. [...] Ainda mais concentrados são os ganhos de capital. Em média, quatro quintos desses rendimentos foram recebidos pelo 1% mais rico entre 2006 e 2012. [...] Nenhuma outra fonte de rendimentos é tão concentrada como esta (MEDEIROS; CASTRO, 2018, p. 592).

COEFICIENTE DE GINI

O índice de Gini é o instrumento mais utilizado na literatura para medir a desigualdade da distribuição da renda para uma determinada população. Trata-se de um índice que varia entre 0 e 1. Um índice de Gini igual a 0 corresponde a uma distribuição de perfeita equidade, na qual todos os indivíduos possuem uma parcela igual da renda, isto é, a proporção acumulada de pessoas corresponde à mesma proporção acumulada da renda. No outro extremo, um índice de Gini correspondente a 1 desenha um cenário de perfeita iniquidade, onde apenas um indivíduo detém toda a renda disponível. Os valores do índice de Gini no mundo real, em diferentes sociedades, variam entre esses dois extremos. Por exemplo, o índice de Gini para o Brasil no ano de 2018 foi de 0,545 (BARBOSA; FERREIRA DE SOUZA; SOARES, 2020).

Nessa seção, vamos aplicar um índice de Gini para os diferentes tipos de rendimento por categoria de tributação – tributáveis, isentos e sujeitos à tributação exclusiva. As categorias em análise são as faixas de renda por salários-mínimos, conforme dispostas nas DIRPF. Significa que, quanto maior for o índice de Gini, mais concentrado estará aquele tipo de rendimento nas faixas de rendas mais altas.

Para isso, foi utilizada a seguinte metodologia para decompor esse índice: consideremos uma população de N pessoas – no nosso caso, a quantidade de declarantes da DIRPF – dividida em k grupos –, sendo esses os diferentes tipos de rendimentos por categoria de tributação: tributados, isentos e sujeitos à tributação exclusiva. Seja x_{hi} a faixa de renda da i -ésima pessoa do h -ésimo grupo; n_h o número de pessoas neste grupo; $\pi_h = \frac{n_h}{N}$ a proporção de pessoas no grupo h ; e μ_h a renda média desse grupo. Dessa forma, temos que $N = \sum_h n_h$ e $\mu = \sum_h \pi_h \mu_h$.

Assim, a proporção da renda total (soma de todos os tipos de rendimento) recebida pelo grupo h é:

$$Y_h = \frac{n_h \mu_h}{N} = \frac{\pi_h \mu_h}{\mu} \quad (6)$$

Sejam os grupos ordenados conforme o valor de suas rendas médias, isto é, $\mu_1 \leq \mu_2 \leq \dots \leq \mu_k$. índice de Gini dentro do i -ésimo grupo é:

$$G_h = 1 - \frac{1}{n_h} \sum_i (\Phi_{hi} + \Phi_{h,i-1}) \quad (8)$$

$$\text{Onde } \Phi_{hi} = \frac{1}{n_h \mu_h} \sum_{j=1}^i x_{hj} \quad (\text{Hoffmann, 1998}).$$

Aplicando a metodologia acima, através dos dados dispostos nas tabelações das DIRPF para cada ano, foi calculado p_i , a proporção acumulada de declarantes por faixa de renda. Em seguida, obtivemos as proporções acumuladas de renda, Φ_h , e, depois, $\Phi_h + \Phi_{h-1}$. Por fim, obteve-se o índice de Gini, através do cálculo de: $(\Phi_h + \Phi_{h-1}) * p_i$, para cada faixa de renda. Somou-se o resultado para todas as faixas de renda, e, por fim, obteve-se o índice de Gini para cada grupo, isto é, para cada tipo de rendimento, através da fórmula: $G = 1 - (\Phi_h + \Phi_{h-1})$

Tabela 1 – Índice de Gini dos diferentes tipos de rendimento por categoria de tributação.

Tipos de rendimento	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Tributados	0,437	0,426	0,430	0,438	0,436	0,438	0,438
Isentos	0,815	0,812	0,821	0,811	0,802	0,802	0,801
Tributação exclusiva	0,766	0,731	0,727	0,736	0,736	0,728	0,717

Fonte: elaboração própria.

Apresentando um Gini de aproximadamente 0,8 para todos os anos, podemos concluir que os rendimentos isentos são os mais concentrados. Isto é, as rendas que não são tributadas são as mais desigualmente distribuídas, concentradas nas faixas de rendas mais altas. Os rendimentos sujeitos à tributação exclusiva – aqueles tributados na fonte, como as aplicações financeiras – também apresentam índices elevados, em torno de 0,7: significa que, assim como os rendimentos isentos, esses também são rendimentos que se concentram nas faixas de rendas mais altas. Os rendimentos tributados são os mais igualmente distribuídos, representados por um índice de Gini de aproximadamente 0,4 para todo o período.

Apesar de algumas ressalvas,²⁷ esses resultados corroboram a percepção desse trabalho. As rendas em que não incorrem tributação são as

27 Entre os rendimentos isentos e sujeitos à tributação exclusiva, estão, por exemplo, o décimo terceiro salário e algumas aposentadorias. No entanto, é no topo da pirâmide em que se concentra a imensa maioria dos rendimentos vindos do capital, lucros e dividendos; sendo assim, conforme mostrado exaustivamente nesse trabalho, o topo da pirâmide é representado pela fuga da tributação progressiva em suas rendas.

mais concentradas, pertencendo àqueles que possuem os rendimentos mais altos, isso é, ao topo da pirâmide da distribuição.²⁸

BUSCANDO CAMINHOS ALTERNATIVOS

Tendo em vista esse quadro, fica evidente a necessidade de buscar caminhos alternativos que visem melhorar essa realidade. Para além da necessidade de uma tributação mais progressiva para o topo da pirâmide, como os resultados da presente pesquisa sugerem, a questão sobre a produção desses recursos também emerge no debate: o modo hegemônico de produção capitalista é concentrador de renda.

Nesse sentido, a economia social e solidária se apresenta como um caminho alternativo a esse modo de produção. Trata-se de um campo complexo e com diferentes abordagens, mas todas contemplam formas diferentes de produção daquelas tradicionalmente conhecidas tanto pela administração pública quanto pela empresa capitalista tradicional, tendo a solidariedade e a gestão democrática como pilares de todas as vertentes do campo.

A economia social e solidária contempla empresas e organizações nas quais as atividades produtivas são baseadas em princípios solidários como livre adesão, autogestão e democracia interna. Trata-se de uma alternativa para reparar os efeitos deletérios do modo de produção capitalista, com base na justiça social (MORAIS, 2013). Em outras palavras, o conjunto de organizações que compõem a economia social e solidária trabalham com decisões coletivas a partir de uma governança democrática e participativa com a finalidade de atender o interesse da maioria dos envolvidos, buscando, entre outros objetivos, combater a desigualdade.

28 Um dos próximos passos da pesquisa será incluir a distribuição da renda conforme os percentis das declarações dispostas na SRF no cálculo do índice de Gini. O objetivo dessa etapa será calcular a decomposição do índice de Gini dados os rendimentos totais dos estratos e assim avaliar a contribuição de cada tipo de rendimento por categoria de tributação para a desigualdade.

Fontaneau et al. (2010) explicam que a economia social se baseia em formas específicas de organizações e empresas, como cooperativas, associações, empresas sociais, fundações, entre outras. Tais organizações são marcadas por traços comuns que as tornam diferentes daquelas pertencentes ao modo capitalista de produção tradicional. Esses traços são caracterizados por objetivos tanto econômicos quanto sociais, diferentemente das organizações do setor público e daquelas pertencentes à economia privada. Tais organizações, conforme argumentam os autores, compartilham de princípios que se baseiam na solidariedade, na inovação e na propriedade coletiva. Assim, Fontaneau et al. (2010) afirmam que as organizações que contemplam o campo da economia social apresentam ganhos em relação aos desafios sociais, econômicos e políticos para os países, como a coesão social e o reconhecimento de uma economia plural. Tendo em vista cenários de crise, a alternativa da Economia Social ganha cada vez mais importância ao contemplar um modelo de desenvolvimento alternativo àquele hegemônico que é, por sua vez, mais inclusivo e sustentável, como argumentam os autores.

Tratando-se de uma outra perspectiva de desenvolvimento econômico, a economia social, como coloca Barquero (2018), é uma resposta da sociedade às deficiências sociais cujos principais problemas – como aqueles relacionados ao desemprego, à deficiência habitacional e falta de qualidade de vida dos cidadãos – o mercado e o Estado não são capazes de superar. O autor explica que a economia social contempla empreendimentos voltados para o bem-estar social realizados por cooperativas, micro e pequenas empresas e também organizações sem fins lucrativos nas quais prevalece o trabalho dos que participam da gestão e onde as decisões são tomadas de forma democrática. Além disso, a economia social, conforme explica o autor, permite integrar grupos populacionais em risco de exclusão e convertê-los em atores fundamentais do próprio desenvolvimento de diferentes localidades. Nesse sentido, o trabalho social realizado pelas organizações desse campo tem como objetivos reduzir a desigualdade, fortalecer a capacidade dos cidadãos e mostrar oportunidades para grupos sociais excluídos superarem seus desafios.

Embora relacionadas, a economia social e a economia solidária podem apresentar abordagens diversas, para diferentes autores.²⁹ Em suma, como coloca Moraes (2013, p. 66), o termo “solidária” se refere ao conceito de “solidariedade” que se contrapõe ao individualismo competitivo que é inerente ao modo de produção das empresas privadas tradicionais do sistema capitalista. O autor explica que a economia solidária contempla um conjunto de organizações que estimulam a solidariedade entre seus membros a partir da autogestão, além de praticarem a solidariedade entre os trabalhadores de forma geral, dando maior ênfase aos mais desfavorecidos. Sobre isso, Moraes (2013) argumenta que a participação do Estado para a economia solidária é de suma importância, uma vez que ele atua como agente dinamizador destas iniciativas. De acordo com Moraes (2013, p. 82), o “[...] planejamento de políticas públicas mais amplas, democráticas e integradas que persigam a inclusão social, econômica e produtiva, além da redução da pobreza e da concentração de renda é de extrema importância”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar a desigualdade pelo topo da pirâmide da distribuição da renda é complexo, uma vez que não há, nos dados tributários da SRF, a mesma riqueza de informação fornecida pelas pesquisas domiciliares conduzidas pelo IBGE. Essas últimas foram – e são – muito importantes para a viabilização de políticas públicas nas últimas décadas. Nelas, conseguimos analisar em detalhes a distribuição completa da renda da população brasileira. Contudo, para o topo da pirâmide, essas pesquisas apresentam entraves, como a subestimação das rendas mais altas. A utilização dos dados tributários para o estudo dos ricos representa a melhor fonte de informação apesar de certas ressalvas que foram apresentadas.

²⁹ Não cabe, no presente trabalho, tratar das discussões teóricas mais abrangentes sobre o campo da economia social e solidária. O objetivo principal dessa sessão é apresentar brevemente a existência de um caminho alternativo àquele hegemônico concentrador de renda: a economia social e solidária. Para mais detalhes, ver Moraes (2013).

Estudar os ricos com maior precisão, através desses dados, possibilita ver um outro retrato da desigualdade no país, diferente daquele obtido apenas pelas pesquisas domiciliares. Os dados tributários possibilitaram a mensuração de uma desigualdade alta e resiliente entre os anos 2012 e 2018. Os ricos não sofreram o impacto da crise econômica iniciada em meados de 2014, uma vez que permaneceram nesses anos com a posse de aproximadamente a mesma renda nacional em mãos. O centésimo e o milésimo mais ricos do país concentraram, nesses sete anos, cerca de 24% e 10% da renda nacional, respectivamente. Ainda mais concentrada, foi possível calcular a concentração da renda no meio milésimo mais rico da pirâmide: por volta de 70 mil pessoas se apropriaram de cerca de 8% de toda a renda nacional entre os anos de 2012 a 2018.

Em relação a isso, foi destacada nesse trabalho a questão da tributação como um entrave ao enfrentamento da desigualdade. A tributação sobre a renda no país aponta para uma quebra de progressividade no topo da pirâmide. Isso se deve ao fato de que as rendas do capital são detidas principalmente pelos ricos, e, sendo elas isentas de tributação ou sujeitas à tributação exclusiva, há uma fuga do topo da pirâmide à tributação progressiva do IRPF. Sendo assim, foi calculado um índice de Gini aplicado aos diferentes tipos de rendimentos por categoria de tributação. Os resultados mostraram que as rendas isentas de tributação são as mais desigualmente distribuídas, assim como aquelas em que incide a tributação exclusiva, escapando da progressividade do IRPF. É imprescindível que, para pensar em uma distribuição menos desigual da renda, pensemos em uma tributação mais igualitária.

A crise sanitária causada pela pandemia da covid-19 iniciada em 2020 colocou aqueles que concentram a renda desse país no centro do debate. Pretendemos mudar essa realidade de fato? Se uma distribuição da renda mais igualitária no país é um objetivo a ser perseguido, devemos apontar para esse traço marcante da sociedade brasileira: a alta concentração da renda nas mãos de poucos, que é contemplada por uma tributação favorável a essa desigualdade. Talvez seja o momento para jogar luz sobre quem detém grande parte da renda desse país e o que se pode fazer em relação a isso. Além da distribuição dos recursos, o presente trabalho buscou

apontar a importância de caminhos alternativos em relação à produção desses recursos. Sobre isso, o campo da economia social e solidária se mostra como uma alternativa ao modo de produção capitalista concentrador de renda, baseado em princípios democráticos de gestão que buscam atender o interesse coletivo e reduzir a desigualdade.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, J. R. Imposto de renda e distribuição de renda e riqueza: as estatísticas fiscais e um debate premente no Brasil. *Revista de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal*, Brasília, DF, v. 1, n. 01, ago./dez. 2014.
- BARBOSA, R.; FERREIRA DE SOUZA, P.; SOARES, S. Desigualdade de renda no Brasil de 2012 a 2019. *Blog DADOS*, 2020. Disponível em: <http://dados.iesp.uerj.br/desigualdade-brasil/>. Acesso em 11 abr. 2022.
- BARQUERO, A. V. Reflexiones teóricas sobre la relación entre desarrollo endógeno y economía social. *Revista Iberoamericana de Economía Solidaria e Innovación Sociológica*, Huelva, v. 1, p. 11-22, 2018.
- CARGA TRIBUTÁRIA Bruta atingiu 32,43 % do PIB em 2017. *Gov.br*, 3 dez. 2018. Disponível em: <https://receita.economia.gov.br/noticias/ascom/2018/dezembro/carga-tributaria-bruta-atingiu-32-43-do-pib-em-2017/carga-tributaria-2017-1>. Acesso em: maio 2020.
- CARVALHO, L. *Valsa Brasileira: Do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018.
- CARVALHO, L. *Curto-circuito: O vírus e a volta do Estado*. São Paulo: Todavia, 2020.
- CASTRO, F. *Imposto de Renda da Pessoa Física: comparações internacionais, medidas de progressividade e redistribuição*. 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2014. Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros, SRF, 2018.

FEENBERG, D. R.; POTERBA, J. M. Income inequality and the income of very high-income taxpayers: evidence from tax returns. *Tax Policy and the Economy*, Chicago, v. 7, 1993.

FONTANEAU, B. *et al. Social and Solidarity Economy: building a common concept*. Reader 2010 – 1 st. International Academy of SSE. Turin: ITCILO, 2010.

GOBETTI, S.; ORAIR, R. Distribuição e tributação da renda no Brasil: novas evidências a partir das declarações fiscais das pessoas físicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 38., 2015, Salvador. *Anais [...]*. Niterói: Anpec, 2015.

GOBETTI, S.; ORAIR, R. *Progressividade Tributária: A Agência Negligenciada*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

GRANDES NÚMEROS das Declarações do Imposto de Renda das Pessoas Físicas. *Gov.br*, [2020]. Disponível em: <https://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/11-08-2014-grandes-numeros-dirpf/grandes-numeros-dirpf-cap>. Acesso em: 11 abr. 2022.

HOFFMANN, R. *Distribuição de Renda: Medidas de Desigualdade e Pobreza*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

IRPF (Imposto sobre a renda das pessoas físicas). *Gov.br*, 10 jul. 2015. Disponível em: <http://receita.economia.gov.br/acesso-rapido/tributos/irpf-imposto-de-renda-pessoa-fisica>. Acesso em: mar. 2020.

MEDEIROS, M.; CASTRO, F. A composição da renda no topo da distribuição: evolução no Brasil entre 2006 e 2012, a partir de informações do Imposto de Renda. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 2 (63), p. 577-605, maio/ago. 2018.

MEDEIROS, M.; SOUZA, P. H. G. F.; CASTRO, F. A. de. The stability of income inequality in Brazil, 2006–2012: an estimate using income tax data and household surveys. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 971-986, 2015.

MORAIS, L. P. *As políticas públicas de Economia Solidária (ESOL): avanços e limites para a inserção sociolaboral dos grupos-problema*. 2013. Tese (Doutorado em Economia) –Unicamp, Campinas, 2013.

MORGAN, M. Extreme and Persistent Inequality: New Evidence for Brazil Combining National Accounts, Surveys and Fiscal Data, 2001-2015. *WID Working Paper Series*, 2018.

PIKETTY, T. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PROJEÇÃO da população do Brasil e das Unidades da Federação. *IBGE.gov.br*, [2020]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>. Acesso em: maio 2020.

SCN – Sistema de Contas Nacionais. *IBGE.gov.br*, [2020]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/servicos/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html?=&t=conceitos-e-metodos>. Acesso em: maio 2020.

SOARES, S. *et al. O Potencial Distributivo do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF)*. Rio de Janeiro: Ipea, 2009.

SOUZA, P. H. G. F. *A desigualdade vista do topo: A concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013*. 2016. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2016.

SOUZA, P. H. G. F. Pedro Ferreira de Souza: “Há subsídio do Estado para a saúde dos mais ricos no Brasil”. [Entrevista cedida a] Felipe Betim e Flávia Marreiro. *El País*, 7 out. 2019.

ANEXO 1 – RESULTADOS DA INTERPOLAÇÃO DE PARETO

As tabelas a seguir apresentam os resultados da Interpolação de Pareto aplicada aos dados tributários obtidos pela SRE.

Resultados para o ano de 2012.

	1% mais rico	0,1% mais rico	0,05% mais rico
Renda detida (R\$)	1.187.354.126.048,79	510.701.656.839,67	396.155.749.506,53
Renda média	885.375,87	3.808.155,58	5.908.039,29
População do estrato	1.341.073,51	134.107,35	67.053,68
Parcela da RDB detida	24,22%	10,42%	8,08%

Valores calculados com base no salário mínimo de 2012, deflacionados para o ano de 2018 pelo deflator do PIB. Fonte: elaboração própria.

Resultados para o ano de 2013.

	1% mais rico	0,1% mais rico	0,05% mais rico
Renda detida (R\$)	1.163.694.213.249,78	499.090.153.291,36	386.814.149.149,73
Renda média	853.550,38	3.660.743,37	5.674.435,07
População do estrato	1.363.357,39	136.335,74	68.167,87
Parcela da RDB detida	23,22%	9,96%	7,72%

Valores calculados com base no salário mínimo de 2013, deflacionados para o ano de 2018 pelo deflator do PIB. Fonte: elaboração própria.

Resultados para o ano de 2014.

	1% mais rico	0,1% mais rico	0,05% mais rico
Renda detida (R\$)	1.148.907.083.794,64	498.236.410.718,51	387.442.176.215,51
População do estrato	1.385.617,57	138.561,76	69.280,88
Renda média (R\$)	829.166,08	3.595.771,46	5.592.339,25
Parcela da RDB detida	23,83%	10,34%	8,04%

Valores calculados com base no salário mínimo de 2014, deflacionados para o ano de 2018 pelo deflator do PIB. Fonte: elaboração própria.

Resultados para o ano de 2015.

	1% mais rico	0,1% mais rico	0,05% mais rico
Renda detida (R\$)	1.171.441.920.575,18	508.964.067.793,62	396.008.162.916,18
População do estrato	1.407.992,97	140.799,30	70.399,65
Renda média (R\$)	831.994,15	3.614.819,67	5.625.144,04
Parcela da RDB detida	24,42%	10,61%	8,26%

Valores calculados com base no salário mínimo de 2015, deflacionados para o ano de 2018 pelo deflator do PIB. Fonte: elaboração própria.

Resultados para o ano de 2016.

	1% mais rico	0,1% mais rico	0,05% mais rico
Renda detida (R\$)	1.151.742.647.782,08	490.032.902.061,47	347.767.629.329,21
População do estrato	1.430.437,28	143.043,73	71.521,86

Renda média (R\$)	805.168,23	3.425.755,95	4.862.396,05
Parcela da RDB detida	24,00%	10,21%	7,90%

Valores calculados com base no salário mínimo de 2016, deflacionados para o ano de 2018 pelo deflator do PIB. Fonte: elaboração própria.

Resultados para o ano de 2017.

	1% mais rico	0,1% mais rico	0,05% mais rico
Renda detida (R\$)	1.164.747.730.463,06	490.363.880.826,91	377.935.310.953,20
População do estrato	1.453.037,99	145.303,80	72.651,90
Renda média (R\$)	801.594,82	3.374.749,21	5.202.001,79
Parcela da RDB detida	23,79%	10,02%	7,72%

Valores calculados com base no salário mínimo de 2017, deflacionados para o ano de 2018 pelo deflator do PIB. Fonte: elaboração própria.

Resultados para o ano de 2018.

	1% mais rico	0,1% mais rico	0,05% mais rico
Renda detida (R\$)	1.163.187.231.888,64	488.802.488.490,47	376.522.325.828,24
População do estrato	1.475.476,44	147.547,64	73.773,82
Renda média (R\$)	788.346,87	3.312.845,09	5.103.738,91
Parcela da RDB detida	23,65%	9,94%	7,66%

Valores calculados com base no salário mínimo de 2018, deflacionados para o ano de 2018 pelo deflator do PIB. Fonte: elaboração própria.

COLETIVO FEMINISTA E ANTIRRACISTA ECOSOL MULHER: CONSTRUINDO A CONSCIÊNCIA DAS MULHERES SOBRE SI MESMAS E SOBRE SEU PAPEL SOCIAL

Marcia Silveira Farah Reis¹

Susana Alves dos Santos²

Alcielle dos Santos³

Ingrid Cabral Machado⁴

INTRODUÇÃO

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁵, em 2019, 52% da população residente no Brasil eram mulheres e 48% eram homens. A população branca correspondia a 42,7% e a de pretos e pardos, a 57,3%. Historicamente, as desigualdades de gênero e raça são muito elevadas no país, afetando especialmente o gênero feminino e a raça negra. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE, entre o primeiro e o segundo trimestre de 2020, mais de 6,4 milhões de homens e mulheres negros saíram da força de trabalho (71% do total), contra 2,4 milhões entre as pessoas brancas.

¹ Psicóloga, Secretária de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Santos, integrante do Fórum de Economia Solidária da Baixada Santista.

² Socióloga, mestranda no Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (Prolam-USP), integrante do grupo de pesquisa Rhcados e do Fórum de Economia Solidária da Baixada Santista.

³ Pedagoga, integrante do Fórum de Economia Solidária da Baixada Santista e da Cooperativa de Professores Cipó Educação de Santos.

⁴ Pesquisadora, instituto de Pesca/SAA-SP, integrante do Fórum de Economia Solidária da Baixada Santista.

⁵ Dados disponíveis em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho>.

Na pirâmide social, as mulheres negras ocupam a base e os homens não negros, o topo. Análises do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2020, 2021)⁶ demonstram que as desigualdades entre brancos e negros se acentuaram em razão da pandemia da covid-19, em que a própria doença, o isolamento e a retração da economia provocaram perdas nos rendimentos e de postos de trabalho. Considerando os dados referentes aos rendimentos médios no segundo trimestre de 2020, os homens não negros ganham 121,5% a mais que mulheres negras, sendo que as mulheres não negras ganham 69,1% a mais e os homens negros, 23% a mais. Entre estas mulheres, também se encontra a maior taxa de desocupação, com 18,2%, portanto, 8,7% a mais que os homens não brancos, 6,9% a mais que as mulheres não brancas e 4,2% a mais em relação aos homens negros. A taxa de subutilização, que expressa a demanda potencial por trabalho, chegou, no segundo trimestre de 2020, a 40,5% para as mulheres negras, enquanto a de homens negros foi de 29,4%; sendo, para pessoas não negras, de 19,1% para os homens e 26,4% para as mulheres. O Dieese ainda alerta que, acrescidos a estas análises os fatores de informalidade e benefícios, remuneração e tipo de ocupação, verifica-se a inserção mais vulnerável de negros e negras no mercado de trabalho e, como resultado da pandemia, um agravamento da situação de pobreza e de exclusão social das mulheres, sobretudo a maioria, de negras e pobres.

As menores remunerações e maiores dificuldades enfrentadas pelas mulheres no mercado de trabalho não podem ser atribuídas à educação. Pelo contrário, dados do IBGE demonstram que as mulheres estudam mais que os homens, mas ganham menos e, ainda, passam mais tempo ocupadas com tarefas domésticas que os homens.⁷ Entre a população com 25 anos ou mais, 37,1% das mulheres não tinham instrução ou possuíam apenas fundamental incompleto, contra 40,4% dos homens. Entre as mulheres, 19,4% têm curso superior. Entre os homens, 15,1%.

⁶<https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2020/graficoNegros.html> <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/graficosPopulacaoNegra2021.html>

⁷ <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho>

Segundo a pesquisadora Edilene Machado, “Em um país racista e machista, primeiro, a vaga é do homem branco; depois, da mulher branca; o homem preto ainda vem antes da mulher preta [...]. Mesmo se a mulher preta for mais qualificada, ela ainda será preterida” (LISBOA; OLIVEIRA; SOUZA, 2021). Assim, além de ganharem menos, as mulheres são muito mais suscetíveis ao desemprego, cumprem maiores jornadas de trabalho e ocupam a maioria dos postos informais de trabalho.

Diante do contexto sócio-histórico-cultural, podemos afirmar que a população feminina é uma minoria social. A opressão pelas classes dominantes, ou seja, população masculina, acompanha a reprodução do sistema capitalista pela dominação das relações sociais, especialmente entre gênero, raça/etnia. Afirmam Souza e Guedes (2016) que as relações sociais entre os sexos se apresentam desiguais, hierarquizadas, marcadas pela exploração e opressão de um sexo em contraponto à supremacia do outro. Saffioti (2004 apud SANTOS; OLIVEIRA, 2010, p. 115) também aborda essa questão:

[...] as classes sociais são, desde sua gênese, um fenômeno gendrado. Por sua vez, uma série de transformações no ‘gênero’ é introduzida pela emergência das classes. [...] Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão. [...] Não se trata de variáveis quantitativas, mensuráveis, mas sim de determinações, de qualidades, que tornam a situação destas mulheres muito mais complexa.

Essas desigualdades e opressões são herança do patriarcado e do sistema capitalista, que resultam na discriminação de gênero no universo laboral, conhecida como divisão sexual do trabalho (HIRATA; KERGOAT, 2007). De acordo com Souza e Guedes (2016), os processos históricos do século XIX determinaram aos homens o domínio “natural” do mundo público, exercendo o trabalho produtivo, relegando às mulheres uma posição subalterna no mundo privado e o exercício do trabalho reprodutivo. Os autores mencionam as mudanças culturais que causaram a flexibilização desses limites, permitindo às mulheres o ingresso no mercado de trabalho formal, o que, ao contrário de reequilibrar as funções atribuídas aos

gêneros, acentuou as desvantagens vividas pelas mulheres, que somaram ao papel de cuidadoras a participação na provisão financeira da família.

O papel social da mulher cuidadora invisibiliza uma série de tarefas imprescindíveis para a reprodução social dos povos, para os quais se naturalizou a não remuneração (no lar) ou sub-remuneração (contratadas como domésticas). De acordo com o Dieese (2021)⁸, em 2020, os valores de rendimento médio por hora foram de, respectivamente, R\$ 10,95, R\$ 18,15, R\$ 11,55 e R\$ 20,79 para mulheres negras, mulheres não negras, homens negros e homens não negros. Os empregos domésticos são determinantes das baixas médias de rendimento das mulheres, sendo exercidos predominantemente por mulheres negras. Com a emergência da pandemia de covid-19, houve, entre 2019 e 2020, uma notória redução nos empregos domésticos com e sem carteira, agravando a situação das mulheres negras.

As mulheres realizam a maior parte do trabalho doméstico e do cuidado dos filhos e, quando não o exercem diretamente, terceirizam a uma outra mulher. De acordo com Souza e Guedes (2016), em 2014, a proporção de mulheres casadas responsáveis pelos afazeres domésticos era de 97,5%, contra 46,64% dos homens na mesma condição. Além da sobrecarga física e mental, os autores alertam para um aspecto importante da divisão desigual da responsabilidade pelos afazeres domésticos que é o uso do trabalho feminino para suprir as lacunas dos serviços públicos e políticas sociais, ou seja, a provisão insuficiente de serviços públicos que permitam a conciliação entre trabalho e família, especialmente às mulheres mais pobres. Este estado de insuficiência tem relação direta com o sistema capitalista neoliberal, que suprime os direitos da população trabalhadora. Assim, este trabalho invisível, não reconhecido, não remunerado ou mal remunerado é, na realidade, um pilar para a economia, de forma que trabalho reprodutivo passa a ser um facilitador da atividade produtiva masculina e um substituto da ação do Estado.

Na construção histórica da desigualdade, nós nos deparamos com a existência de diferenças entre as mulheres brancas livres e as negras

⁸ Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/graficosPopulacaoNegra2021.html>

escravizadas. No Brasil, os escravizados sobreviventes da travessia eram dispersados e misturados a integrantes de etnias diferentes, bem como destinados à violência e à humilhação da mão de obra escrava. A condição das mulheres negras era ainda muito pior, pois, para muitas delas, o lugar da escravidão era o âmbito doméstico, que desencadeava contato mais prolongado com seus senhores, facilitando a violência sexual perpetrada pelo homem branco dominador e os ciúmes das senhoras brancas. Além disso, as escravas eram tidas como “investimento”, pois podiam aumentar o número de escravos de um mesmo senhor. Assim, ao adicionar a dimensão racial à de gênero, é possível verificar, com clareza, que a opressão e a violência contra mulheres negras sempre foram extremamente cruéis.

Por outro lado, não podemos esquecer que a construção social de gênero é um processo em constante transformação. Historicamente, dentro da perspectiva cultural-patriarcal, coube às mulheres o dever de cumprir papéis relativos a uma suposta identidade feminina: frágil e submissa. Aos homens, conferiu-se o papel do poder e do controle. Por conseguinte, esse binômio poder/submissão moldou e transformou as relações de gênero, afetiva e socialmente.

O capitalismo, por sua vez, se assenta e opera sob o regime patriarcal e racista, reforçando mecanismos de exploração e opressão. Assim, a sociedade capitalista brasileira, com sua história escravista acentuada, é sexista, machista e racista, e naturaliza a discriminação de gêneros, pois o patriarcado confere poder de dominação a sujeitos machos brancos, que o exercem sobre as mulheres em geral. Essas relações de poder e dominação enraizadas nas relações sociais, culturais, econômicas, políticas e sexuais, ou onde as categorias de gênero, classe e raça/etnia se cruzam, sustentam culturas opressivas e nutrem comportamentos violentos que assumem diversas formas, sobretudo contra mulheres: violência doméstica, estupro, apropriação dos corpos, opressões estéticas, feminicídio, masculinidade tóxica etc. A desigualdade de poder marca a relação em que a superioridade de um anula o outro. A mulher, a criança e/ou adolescente, na nossa sociedade patriarcal, não são sujeitos de direitos, mas sim objetos de intervenção.

Para romper esse ciclo histórico, a naturalização dos papéis impostos aos homens e às mulheres precisa ser desconstruída, e o sofrimento causado pela violência deve cessar.

Diante deste panorama de múltiplas opressões, a reversão das desigualdades entre homens e mulheres inclui repensar o universo laboral com o objetivo de transformar o trabalho em instrumento de emancipação e autonomia feminina. Neste sentido, a visão da economia feminista (FARIA; NOBRE, 2002) é útil na construção de alternativas, uma vez que almeja tornar visível a contribuição das mulheres à economia e integrar aspectos como o trabalho reprodutivo e de cuidado e contabilizar o trabalho não pago que as mulheres exercem nas contas nacionais para que revertam em políticas públicas que deem suporte ao papel social exercido por elas, sobretudo as mulheres pretas e pobres.

A economia solidária atua de maneira convergente neste processo de transformar a sociedade e combater as desigualdades ao criar experiências de inclusão produtiva baseadas na reciprocidade, na gestão democrática, com foco no coletivo e visando a emancipação das pessoas.

As liberdades promovidas pelos princípios da economia solidária, de viabilizar um trabalho sem patrão e com regras flexíveis e adaptadas às necessidades reais das pessoas, é muito compatível com as necessidades das mulheres que cuidam da sobrevivência e bem estar dos seus filhos e necessitam dividir seu tempo entre o mundo doméstico e o mercado de trabalho. Aspectos como a segregação ocupacional (que determina demanda elevada por poucas oportunidades de trabalho, acentuando a baixa remuneração), a necessidade de compatibilização com o trabalho doméstico e a demanda por flexibilidade de horários e jornadas podem ser mais facilmente contornados nos empreendimentos de economia solidária, onde o acolhimento, a escuta e a empatia diante dos problemas individuais convivem mais harmonicamente com a necessidade coletiva de produção e geração de renda do que nas relações patronais. A economia solidária promove, além disso, a educação libertadora que empodera as mulheres, sendo imprescindível para a emancipação e a autonomia.

O coletivo feminista e antirracista Ecosol Mulher emergiu no Fórum de Economia Solidária da Baixada Santista (FESBS), uma vez observada a preponderância de mulheres nos empreendimentos econômicos solidários. Tem por prática a realização de formações, onde são discutidas as temáticas gênero, raça e desigualdade, em vivências muito ricas que trabalham também com a demanda de amparo emocional e sororidade percebida, mas mulheres que sofrem as opressões do machismo e do sistema capitalista. O presente trabalho tem o objetivo de descrever essas experiências e seus resultados, bem como caracterizar a participação feminina nos empreendimentos econômicos solidários integrantes do Fórum de Economia Solidária da Baixada Santista.

METODOLOGIA

ÁREA DE ESTUDO

A Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) é formada por nove municípios: Bertioga, Guarujá, Santos, São Vicente, Cubatão, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe, com uma área de 2.420 km². Embora corresponda a menos de 1% da superfície do estado de São Paulo, é a 17ª região metropolitana mais populosa do Brasil, com cerca de 1,8 milhão de moradores fixos. Compõe um complexo metropolitano expandido – uma megalópole com 30 milhões de habitantes, 14% da população brasileira. Nos períodos de férias, a RMBS acolhe em seus municípios igual número de pessoas, abrindo uma população total de 3,6 milhões (REGIÃO, [2021]).

O total da população residente na RMBS é 1.845.822, sendo 960.446 mulheres (52%) e 885.376 homens (48%). A população economicamente ativa (PEA) isto é, entre 15 e 64 anos de idade, é 1.272.329, sendo 656.778 mulheres (51,6%) e 615.551 homens (48,4%) (PRODUTOS, [2021]).

A RMBS apresenta indicadores sociais considerados elevados. De acordo com o Censo de 2010, todos os municípios da região apresentavam

Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM) – baseado em dados de renda, longevidade e educação – acima da média nacional, de 0,727; sendo o mais baixo de 0,730 para Bertoga e o mais elevado de 0,840 para Santos. Esses dados uniformizam e mascaram as notórias desigualdades da região, onde grande parte da população subsiste em condições de extrema vulnerabilidade, como é o caso das populações que vivem em áreas de palafitas ou em cortiços, em condições precárias e sem proteção social. Deste modo, a economia solidária emerge como uma perspectiva de auto-organização, geração de renda e autonomia para as comunidades desprovidas.

Assim, a Ecosol Mulher, como coletivo integrante do FESBS, parte desta realidade de desigualdade mascarada da região da Baixada Santista, ao planejar suas ações de mobilização e formação de mulheres. Logo, as metodologias adotadas são de abordagem qualitativa e sempre participativas, entendendo-se que os dados são produzidos a partir da realidade concreta (BRANDÃO, 1981).

Se a minha opção é libertadora, se a realidade se dá a mim não como algo parado, imobilizado, posto aí, mas na relação dinâmica entre objetividade e subjetividade, não posso reduzir os grupos populares a meros objetos de minha pesquisa. Simplesmente, não posso conhecer a realidade de que participam a não ser com eles como sujeitos também deste conhecimento. (BRANDÃO, 1981, p. 35)

Neste artigo, consideraremos a metodologia de trabalho da Ecosol Mulher, em suas ações como grupo de trabalho do FESBS, assim como aquelas adotadas na mediação dos encontros realizados pelo coletivo.

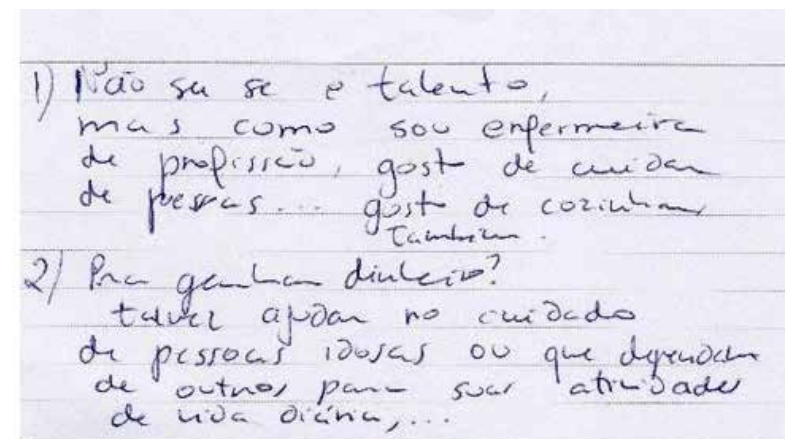
Desde o primeiro encontro realizado pela Ecosol Mulher, os temas a serem trabalhados eram delimitados com as mulheres participantes. No primeiro encontro, a discussão do propósito passou por este levantamento temático inspirado nos ensinamentos de Freire (2015) em relação ao processo de denunciar a opressão e anunciar a mudança, o que só é possível por meio do diálogo e que é produzido com metodologias de problematização para obtenção de tema gerador.

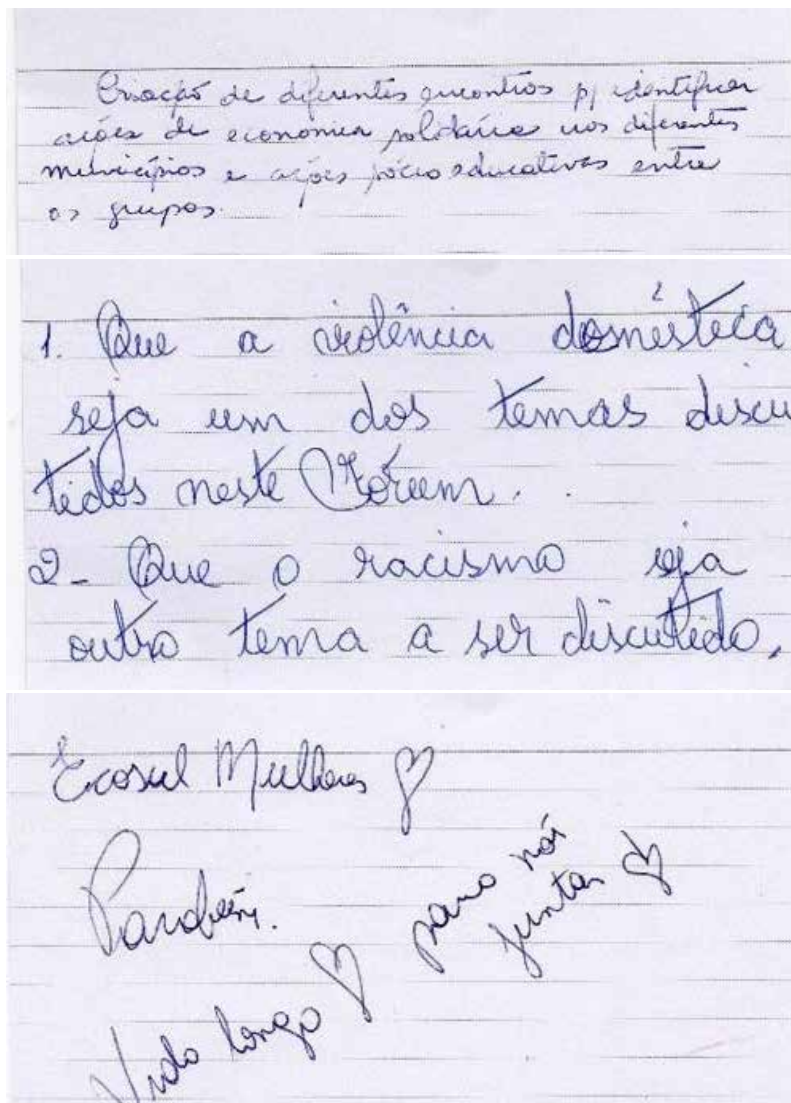
Para Freire, essa perspectiva integra a luta pela libertação, ao propor que a conversa se dê no que o autor chamou de relações homens-mundo:

Será a partir da situação presente, existencial, concreta, refletindo o conjunto de aspirações do povo, que poderemos organizar o conteúdo programático da educação ou da ação política. O que temos que fazer, na verdade, é propor ao povo, através de certas contradições básicas, sua situação existencial, concreta, presente, como problema que, por sua vez, o desafia e, assim, lhe exige resposta, não só no nível intelectual, mas no nível da ação. (FREIRE, 2015, p. 119-120)

Nesta perspectiva, nesse primeiro encontro da Ecosol Mulher, foram entregues fichas às participantes, após dinâmica de abertura com dança circular que colocou a todas em uma sintonia de partilha e construção, em que puderam registrar suas propostas de temáticas. Optou-se por não atribuir, neste primeiro momento, um rigor com o método de problematização temática, mas permitir a livre expressão. Assim, os registros, organizados posteriormente, apresentaram temáticas, mas também avaliações iniciais da ação do encontro e outras percepções das mulheres.

Figura 1 – Fichas de levantamento temático do 1º Encontro do Ecosol Mulher.





Fonte: elaboração própria.

As mulheres do Ecosol Mulher compõem um grupo popular, como denomina Brandão (1981), e esta compreensão leva a abordagens coerentes também com o princípio da gestão democrática, a fim de “desvelar a realidade”, segundo o autor, o que demanda ações formativas. Nas ações do coletivo, pôde-se observar quatro características apresentadas por Bogdan e Biklen (1982 apud LÜDKE; ANDRÉ, 2013, p. 12):

- o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento;
- os dados coletados são predominantemente descritivos;
- a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto;
- o “significado” que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador.

Outra questão importante é que, em um grupo popular de mulheres, a pesquisa se faz como ação coletiva e não de forma unilateral por um pesquisador. Logo, a partir do entendimento de que as mulheres participantes das ações são produtoras do conhecimento do grupo como um coletivo, os temas a serem abordados nos encontros subsequentes foram organizados a partir dos registros do primeiro encontro.

Figura 2 – Temas organizados a partir dos registros do primeiro encontro da Ecosol Mulher.



Fonte: elaboração própria.

As questões de gênero e raça estavam expressas na dimensão Feminismo que foi entendida em intersecção com a dimensão Ecosol, aquela que inicialmente reuniu as integrantes do FESBS. Assim, o empoderamento feminino, que na economia solidária se dá pelo trabalho, foi um ponto central apontado desde o primeiro encontro do coletivo.

Importante considerar que “[...] esses temas se chamam geradores porque contêm em si a possibilidade de desdobrar-se em outros tantos temas que, por sua vez, provocam novas tarefas que devem ser cumpridas” (FREIRE, 2015, p. 130). Assim, nos encontros seguintes, mulheres convidadas trouxeram temas da dimensão Feminismo, em exposições dialogadas. O feminismo, como tema em si, que requer contextualização e estudo dos movimentos que o compõem, e a questão étnico-racial foram temas abordados com contextualização histórica e social. Por outro lado, notou-se que o grupo tinha muita necessidade de fala, de expor suas dores e discutir questões que à primeira vista poderiam ser entendidas como individuais, mas que ganhavam eco no grupo de mulheres, a cada encontro, devido à identidade de gênero e raça entre as integrantes.

Alguns outros princípios, fundamentados em Freire (2013), orientavam as ações do grupo: o respeito aos saberes das mulheres, para apoiá-las na experiência profunda de assumirem-se: “Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto” (FREIRE, 2013, p. 42).

As metodologias de circularidade e horizontalidade promoviam condições para que falas que comunicavam agressões, discriminações, abandonos fossem acolhidas empaticamente por todas as demais participantes que as ouviam nos encontros e, muitas vezes, era por meio do relato de dor de uma mulher que outra conseguia tomar consciência da agressão que também sofria.

Por esse motivo, após uma primeira etapa de encontros em que a metodologia de roda de conversa preponderou, foi pensada pelo coletivo uma sequência de encontros dentro da temática “Mulher que tem voz, tem

vez”, para abordar questões que emergiram em maior número nos primeiros encontros, como a violência contra as mulheres. Como metodologia para esse ciclo, além das rodas de conversa, adotou-se a terapia comunitária, que não dispensou dinâmicas de abertura, interação e/ou expressão corporal.

A terapia comunitária fundamenta-se em Barreto (2008) e trata-se de uma metodologia para grupos comunitários, sistêmica e integrativa. Segundo o autor, “[...] a terapia comunitária é um espaço onde se procura partilhar experiências de vida e sabedorias de forma horizontal e circular (BARRETO, 2008, p. 38). Trata-se de um processo que pode ser preventivo ou curativo e que tem ênfase no trabalho de grupo, de forma a construir coletivamente uma consciência social. Desta forma, a adoção desta metodologia se mostra coerente com a intencionalidade do Ecosol Mulher de formar e estimular a emancipação de mulheres, o que requer consciência histórica, social e política. Os encontros que adotaram essa metodologia foram mediados por uma integrante do coletivo, psicóloga de formação e com experiência no trabalho com mulheres em situação de vulnerabilidade. Além disso, tinha legitimidade constituída no grupo, de forma horizontal, como uma das integrantes do FESBS e de um empreendimento econômico solidário.

A terapia comunitária, como metodologia, inspira-se na obra de Paulo Freire, homenageado no livro de Barreto (2008) em um capítulo em que o traz como referência. Assim, princípios como a horizontalidade e a disposição circular das pessoas durante os encontros estão presentes na terapia comunitária por se inspirarem na dialogicidade proposta nas rodas de conversa de Freire, como situação de ensino e aprendizagem. Outro aspecto central às duas abordagens é o movimento da práxis freireana que propõe um caminhar cíclico e dialético entre teoria e prática. Durante os encontros do Ecosol Mulher, diferentes registros eram produzidos: em fichamentos individuais; em anotações coletivas em plenárias, com apoio de *flip-chart* ou com fotos. Esses registros eram retomados nas reuniões de planejamento, para que se pudesse pensar a continuidade do trabalho, com um novo momento de roda de conversa, ou terapia comunitária ou com a sistematização de um tema por uma expositora, em abordagem dialogada e também apoiada em metodologias participativas e dinâmicas. Assim, os encontros realizados

pela Ecosol Mulher, com as premissas da circularidade e da horizontalidade que fundamentam o desenvolvimento da autonomia e o empoderamento necessário para a emancipação, apoiam-se em Freire (2013, 2015) e Barreto (2008) e para tanto, também tinham como pressuposto, o não julgamento, tão comum no modelo de patriarcado capitalista em que as mulheres sempre são culpabilizadas por suas escolhas e/ou sofrimentos. Foram criadas oportunidades de escuta verdadeira, de fala sem interrupções, em rodas que se constituíam como círculos de segurança e sororidade.

Em muitos depoimentos, essa oportunidade de falar e ser ouvida era destacada por participantes como motivadora da continuidade dos encontros.

As realizações do coletivo feminista e antirracista Ecosol Mulher geram como ensinamento que os temas de gênero, raça e classe, abordados com uso de metodologias participativas e integrativas, devem ser priorizados em grupos de mulheres, também em economia solidária, pois é impossível que a emancipação pelo trabalho se dê sem o desvelar da opressão para as mulheres como as mais afetadas pelo sistema vigente.

Esse entendimento soma-se à justificativa do porquê de privilegiarmos, como coletivo, a dimensão Feminismo para a edificação coletiva da dimensão Ecosol.

Como passo fundamental ao trabalho do coletivo, como grupo de trabalho do FESBS, havia a necessidade de se obter dados de caracterização das mulheres atuantes na economia solidária na Baixada Santista, e a oportunidade se deu na articulação intersetorial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O coletivo feminista e antirracista Ecosol Mulher é um grupo de trabalho do Fórum de Economia Solidária da Baixada Santista, criado por um grupo de mulheres integrantes que entendiam que a presença majoritária de mulheres nos empreendimentos econômicos solidários precisava ser foco de diálogo, estudo e construção coletiva. Em novembro de 2017, no

Fórum Social da Baixada Santista, discutimos a necessidade de trabalhar coletivamente a questão de gênero e raça. Foi neste momento que, dentre diversas atividades autogestionárias, o FESBS organizou vários debates, e, dentre o conjunto de temas envolvendo a economia solidária, tivemos como convidada a filósofa e escritora Djamila Ribeiro, expondo em debate aberto a defesa em torno da temática “Economia Solidária, Raça e Gênero”.

Com a ideia lançada a partir do Fórum Social, planejamos o primeiro encontro, que reuniu mais de 50 mulheres participantes da economia solidária da Baixada Santista, no Instituto de Pesca de Santos, com o objetivo de abrir um espaço para a fala e reflexão sobre as temáticas que envolviam as problemáticas por elas vivenciadas. Já naquele primeiro encontro, a maioria de mulheres pretas e pardas (nomenclaturas adotadas pelo IBGE) já era algo a ser destacado, assim como temas que envolviam pautas de gênero e raça. Desta forma, a constituição do coletivo já deixava como evidentemente necessários temas como racismo e violência contra a mulher. Era preciso quebrar o silêncio das mulheres e refletir sobre a passividade feminina onde se consolida a masculinidade hegemônica.

Entre os anos de 2018 e 2019, o Ecosol Mulher realizou 11 encontros de mediação alternada, fala e escuta de todas as participantes, sempre dispostas em roda, seguindo os princípios de colaboração e gestão democrática. A partir de 2020, em função da pandemia de covid-19, os encontros e debates passaram a ser realizados *on-line*, por meio das redes sociais, não deixando de ser momentos muito ricos de troca e de aprendizado, porém sem o calor e emoções proporcionadas pelo encontro presencial. Foram também 11 eventos *on-line* realizados entre 2020 e 2021.

Neste artigo, a atuação do coletivo Ecosol Mulher será trazida de forma a apresentar sua atuação junto a mulheres que integram empreendimentos e iniciativas econômicas solidárias da Baixada Santista com o objetivo de formar engajamento para a atuação política e social. Esta mobilização passa por processos de autoconhecimento e formação para o desvelar das opressões de raça e gênero que oprimem as mulheres no modelo socioeconômico de patriarcado capitalista.

Figura 3 – Primeira reunião do coletivo Ecosol Mulher, realizada em Santos, em 2018.



Fonte: elaboração própria.

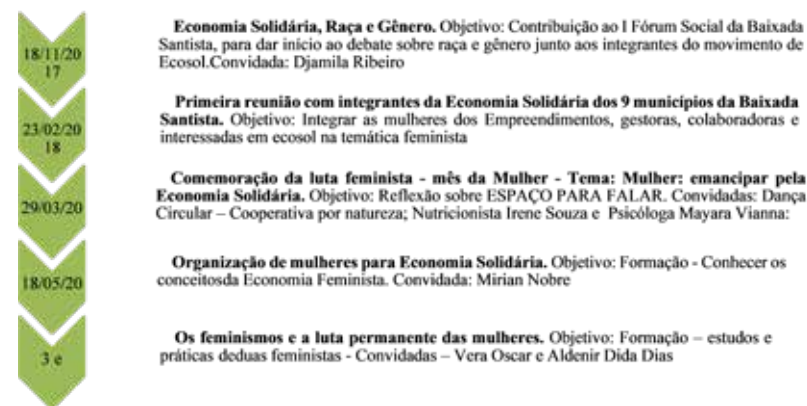
ATIVIDADES REALIZADAS ANO A ANO

Em novembro de 2017, no Fórum Social da Baixada Santista, cuja temática era “Resistência Popular – Participação – Justiça Social”, o FESBS organizou vários debates, tendo como convidada Djamila Ribeiro, expondo em debate aberto uma defesa em torno da temática “Economia Solidária, Raça e Gênero”.

Em 2018, o foco da ação foi em constituir o grupo, debatendo questões como a abrangência, periodicidade e plano de ação preliminar e identificar as pautas necessárias do universo feminino, debatidas principalmente pelas lentes do feminismo. Para isso, buscou-se criar

um ambiente de acolhimento e escuta, privilegiando, ainda, a formação e orientação em temas cotidianos, como nutrição e cuidados femininos e “sobre ser mulher: querer e poder fazer” (encontro de 29 de março) e sensíveis, como estupro, violência contra a mulher e opressões raciais (encontros de 3 e 10 de agosto).

Figura 4 – Linha do tempo das atividades do coletivo Ecosol Mulher nos anos de 2017 e 2018.



Fonte: elaboração própria.

No ano de 2019, teve início um ciclo de eventos, com força de movimento e manifesto, chamado “quem tem voz, tem vez”. Esse ciclo de eventos fortaleceu a vocação antirracista do coletivo feminista Ecosol Mulher, além de incluir temas como a educação, a justiça restaurativa, violência doméstica contra crianças e adolescentes.

Ao trabalharmos com mulheres, não podemos esquecer uma temática que aflije a todas, os filhos, a família, o trabalho, a violência e o papel imposto pela sociedade que é de cuidar, ser mãe e esposa, mas, antes

de entrarmos na temática da maternagem, precisávamos refletir sobre algo que as incomodava muito: a educação dos filhos, mas era necessário falar sobre a educação de meninos e meninas para o feminismo. Neste contexto, pudemos observar o quanto as mulheres tinham em sua cultura o papel imposto pela sociedade patriarcal, ou seja, quando falamos de gênero, estamos sempre falando da relação de poder hierarquizada e vertical de homens e mulheres e às vezes horizontal entre homens (masculinidades). As mulheres, segundo a visão cultural, são mais dóceis, femininas, têm propensão natural a cuidar, ser protegida. Já os homens são mais fortes, mais agressivos e educados para a disputa, competição. Era importante trabalharmos essas questões culturais. Precisávamos destacar que a educação da criança deveria ser compreendida com tarefas compartilhadas, pois há uma naturalização da capacidade de procriar (mulher) com características históricas e sociais fazendo valer a responsabilidade à mulher de cuidar e estar disponível para o outro, ser essencialmente materna. Não precisar trabalhar e ficar em casa se dedicando à família, marido e filhos era um *status* social da mulher branca. As mulheres pobres, principalmente as negras, sempre trabalharam como empregadas domésticas e babás. Era necessário, portanto, desvincular a capacidade de procriar, somente das mulheres, e a capacidade de cuidar, da qual todos os seres humanos são capazes.

Ainda sobre o poder hierarquizado, em forma de agressão, abordamos a temática violência intrafamiliar e as várias formas de ocorrência. Se tornava importante identificar os tipos de violência e as principais consequências das violências para a vida adulta. Crianças e adolescentes submetidos a estas condições de vida, se não cessadas e tratadas, têm uma grande possibilidade de desenvolver atitudes e hábitos semelhantes aos de seus familiares, podendo tornar-se pessoas agressivas. Entendemos que, nestes encontros solidários, era muito importante dar voz às questões das mulheres, estreitar os laços e desfazer os nós. Porque tem hora em que o sentimento pede para ser dito, compartilhado e acolhido.

Figura 5 – Linha do tempo das atividades do coletivo Ecosol Mulher nos anos de 2019.

23/03	Quem tem voz tem vez. Objetivo: Será um espaço para ter VOZ coletiva, único modo de conquistar e garantir a VEZ de cada uma e de todas. Convidadas: Marcia Reis e Cláudia Rodrigues
04/05	Quem tem voz tem vez. Objetivo: Um encontro solidário para dar voz as questões das mulheres, estreitar os laços e desfazer os nós. Fala, compartilhamento e acolhimento. Convidadas: Ingrid Machado e Luciana Melo
08/05	"Como formar filh@s feministas?" Objetivo: Pensar e planejar ações para a educação de meninos e meninas para o feminismo. O Feminismo como luta pela igualdade entre mulheres e homens. Convidada: Alcielle dos Santos
3 e 10/8	"Cala a boca já morreu, quem manda em minha boca sou eu". Objetivo: Trabalhar a dificuldade de falar em público. Convidada: Aldenir Dida Dias
10/8	África e Brasil: suas histórias e culturas. Objetivo: Debater acerca das questões ambientais e refletir sobre o racismo no Brasil. Convidada: Aldenir Dida Dias
21/9	Violência doméstica contra crianças e adolescentes - Objetivo: Identificar os tipos de violência; quais as principais consequências das violências para a vida adulta. Convidadas: Marcia Reis e Verônica Teresi
19/10	Justiça restaurativa reconhece voz e vez. Objetivo: Procedimento facilitador para compartilhamento de sentimentos sobre os desafios da convivência; busca de ideias coletivas. Convidadas: Emilia Lacombe e Maria Cecilia Almeida
9/11	Mulheres e Governança: um olhar pela economia solidária. Objetivo: Contribuição ao II Fórum Social da Baixada Santista, no sentido da construção de uma outra governança da região. Convidadas: Itamirim, Mirian Nobre, Sonia Krupa e Welita Caetano

Fonte: elaboração própria.

Em 2020 e 2021, o distanciamento social imposto pela pandemia de covid-19 fez com que tanto o FESBS quanto o coletivo Ecosol Mulher

trabalhassem em formações e debates veiculados em *lives* em páginas de redes sociais. Foram vários temas ligados ao feminismo e antirracismo que foram debatidos em diversos eventos *on-line* que permanecem disponíveis e sendo acessados.

Percebemos que, em época de distanciamento social, as mulheres continuam merecendo especial atenção, pois, além de estarem mais sobrecarregadas, foram ainda mais limitadas pela desigualdade e pobreza. As mulheres continuaram trabalhando mais, mas recebendo muito menos. E o trabalho, no geral, mudou: tornou-se *on-line*. Ocorre que essas atividades *on-line* não são acessíveis para a grande maioria das mulheres, por conta da situação financeira que as deixou mais vulneráveis. Por consequência, tudo que se tornou “supérfluo” foi retirado do orçamento doméstico, dada a necessidade de pôr comida na mesa. Nesse passo, ter acesso gratuito à internet seria uma medida constitucional, que valorizaria o princípio da igualdade e a inclusão social. Todavia, “[...] o presidente Jair Bolsonaro vetou, integralmente, o Projeto de Lei nº 477/20, que prevê o acesso à internet, com fins educacionais, a alunos e professores da rede pública de educação” (VERDÉLIO, 2021), limitando não só o estudo dos filhos, como também a participação das mães em nossas atividades.

Figura 6 – Linha do tempo das atividades do coletivo Ecosol Mulher no ano de 2020.

23/07	A economia solidária contribui para a emancipação das mulheres? Objetivo: Diferentes mulheres respondem quais ensinamentos as lutas para a emancipação das mulheres pela economia solidária proporcionam. Convidadas: Itamirim, Vera Machado, Digenir Fugazza, Imaculada Conceição Favini, Francisca Eliene da Silva e Marcia Reis. https://youtu.be/cDZ0epYW16s
31/7	Interseccionalidade e decolonialidade. Objetivo: repensar o feminismo frente às consequências da colonização nas relações atuais e entrecruzar questões de gênero, raça, e a desigualdade social ligada ao capitalismo. Convidadas: Eliene Anjos; Marcia Alves; Angelita Mª dos Santos e Andrea Rosendo. https://youtu.be/M0VseQeK3dI
27/08	Justiça Restaurativa para grupos de economia solidária. Objetivo: apresentar a Justiça Restaurativa como uma filosofia prática que auxilia nos modos das relações que desejamos construir e como podemos fazer isso de maneira justa para todos e todas. Convidadas: Fernanda Laender e Heloisa Bonfanti. https://www.youtube.com/watch?v=yH6m8F42Aw&t=65s

01/09	Economia Feminista. Objetivo: Debater temas como a invisibilização do trabalho da mulher, divisão sexual do trabalho, trabalho produtivo e reprodutivo e não remunerado e trabalho de cuidado, estudados pela economia feminista. Convidada: Mirian Nobre. https://www.youtube.com/watch?v=oxmPjpUhlZM&t=11s
11/09	Desconstrução do patriarcado: feminismos, empoderamento e ecosol. Objetivo: Compreender as questões estruturais da sociedade patriarcal, capitalista e racista e debater desigualdades de gênero, violências, opressões e exclusões sociais. Compreender o protagonismo das mulheres na resistência e reconstrução da sociedade. Convidada: Marlise Matos. https://www.youtube.com/watch?v=OwZzNZmyiE&t=1224s
24/09	Terapia Comunitária Integrativa. Objetivo: Compreender como a Terapia comunitária pode ajudar grupos de empreendimentos econômicos solidários, por meio da expressão dos sentimentos e superação das dificuldades. Convidado: Adalberto de Paula Barreto. https://www.youtube.com/watch?v=OwZzNZmyiE&t=1224s

Fonte: elaboração própria.

Em continuidade às ações de 2020, o ano de 2021 segue com ações promovidas no formato de *lives* nas redes sociais do FESBS, com temas que alinham economia solidária e feminismo.

Figura 7 – Linha do tempo das atividades do coletivo Ecosol Mulher de janeiro a abril de 2021.

24/2	A atualidade do pensamento de Rosa Luxemburgo. Objetivo: Conhecer a vida e obra de Rosa Luxemburgo, que defendeu a construção de uma sociedade com justiça social e liberdade, em defesa dos trabalhadores e direitos das mulheres. Convidada: Isabel Loureiro. https://www.youtube.com/watch?v=9LG925vmwRE&t=8s
12/3	Mulheres sem fronteiras: um filtro sobre empoderamento nos rincões do Brasil. Objetivo: Trazer histórias protagonizadas por mulheres que fazem a diferença e que conhecem múltiplas realidades da mulher nos quatro cantos do Brasil. Convidadas: Simone Santarém; Eliana Diniz; Luciana Melo e Neide Duarte.
13/3	Agbara Fundo Social. Objetivo: Interagir com as mulheres do Agbara Fundo Social daregião de Campinas, que apoia financeiramente e atua na formação de mulheres negras e indígenas para o fortalecimento dos seus empreendimentos de gestão familiar. Convidadas: Aline Odara; Fabiana Aguiar; Iara Teixeira; Mariana Pimentel.
08/04	Patriarcado capitalista: o papel do gênero na fabricação das emoções. Objetivo: Debater qual é o papel da mulher na sociedade patriarcal capitalista e o que precisa ser transformado e as transformações necessárias para empoderar mulheres. Convidada: Valeska Zanello. https://youtu.be/uc_Xx71Qnu0

Fonte: elaboração própria.

Em 2020, o FESBS realizou um cadastramento dos empreendimentos econômicos solidários da Baixada Santista motivado pela demanda trazida pelo Fórum Paulista de Economia Solidária (Fopes), ao lançar um *site* com uma parte reservada para a divulgação dos empreendimentos. Os fóruns regionais e municipais ficaram responsáveis pelo recolhimento dos dados. No FESBS, uma comissão constituída em reunião criou um formulário que foi disponibilizado para os gestores públicos responsáveis por apoiar o preenchimento junto aos empreendimentos. Dois tipos de formulários foram aplicados: um voltado para Empreendimentos e Iniciativas de Economia Solidária e outro para Empreendimentos Familiares e Individuais Vinculados à Economia Solidária. Foram solicitados dados sobre os integrantes, tipo de produtos e/ou serviços oferecidos e sobre as formas de comunicação dos empreendimentos.

Embora o cadastramento esteja em andamento, já é possível observar a tendência dos dados em relação à participação das mulheres. Na Tabela 1, foram trazidos dados obtidos a partir das respostas de 64 empreendimentos, sendo 40 familiares e individuais e 24 empreendimentos e iniciativas da economia solidária.

Tabela 1 – Caracterização de gênero dos respondentes ao questionário de empreendimentos e iniciativas de economia solidária feito pelo FESBS em 2020.

	Empreendimentos familiares e individuais vinculados à Ecosol		Empreendimentos iniciativas da economia solidária		Geral	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Mulheres	47	73,44	344	63,82	391	64,84
Homens	17	26,56	195	36,18	212	35,16
Total	64	100	539	100	603	100

Fonte: FESBS (2020).⁹

As mulheres se encontram em maior número e a maior parte dos empreendimentos são protagonizados por mulheres, ou seja, constituídos apenas por mulheres ou por maioria delas, o que pode ser visualizado na Tabela 2:

⁹ Disponível em: <https://fbes.org.br/>.

Tabela 2 – Empreendimentos e iniciativas de economia solidária que declararam ter o protagonismo de mulheres.

	Empreendimentos familiares e individuais vinculados à Ecosol		Empreendimentos iniciativas da economia solidária		Geral	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Total de empreendimentos	40	100	24	100	64	100
Empreendimentos protagonizados por mulheres	25	62,5	16	66,67	41	64,06

Fonte: FESBS (2020)

A presença das mulheres no trabalho autogestionário tem sido abordada no sentido de compreender as oportunidades e os desafios que podem representar para sua emancipação ou para o enfrentamento das desigualdades que as oprimem e subordinam. A prática desta outra forma de organizar o trabalho, com base na gestão e participação democráticas, transparência, respeito à diversidade e à vida, não apenas a humana, resgata vínculos sociais baseados na reciprocidade e permite restabelecer outros valores e sentidos normalmente dissociados da esfera econômica.

Conforme Miriam Nobre (2015, p. 7), pesquisadora e militante que já esteve em duas oportunidades formativas com a Ecosol Mulher, quanto às experiências das mulheres na economia solidária:

As mulheres avaliam sua participação não apenas do ponto de vista da remuneração econômica, mas também valorizam a aprendizagem, a convivência, a possibilidade de abordarem temas como violência contra as mulheres ou sua saúde reprodutiva. Em geral, as mulheres se sentem mais fortes, valorizadas, com maior autoestima por seu conhecimento e sua capacidade de inovar a partir de pouco.

Um olhar feminista e antirracista tem o sentido de se colocar nesta possibilidade de crítica e politização da economia solidária e assumir o desafio de visibilizar e questionar a divisão sexual e racial do trabalho que estruturam o sistema econômico hegemônico discutindo e construindo, coletivamente, caminhos de enfrentamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Coletivo Feminista e Antirracista Ecosol Mulher, tendo como objetivo o acolhimento e a educação libertadora para promover a emancipação de mulheres a partir de participação social e política, realizou em quatro anos de existência nove ações presenciais com metodologias participativas de roda de conversa e terapia comunitária. Todos os encontros partiram de temas geradores levantados pelas mulheres participantes. Frente às limitações impostas pelo distanciamento social, se reinventou para a realização de 11 encontros virtuais, mantendo coerência com os temas geradores dos encontros presenciais, integrados pelas mulheres dos empreendimentos econômicos solidários do FESBS.

O fato de a maioria desses empreendimentos serem compostos por mulheres, conforme confirmado na caracterização feita a partir de questionário do FESBS, comprova que as ações que propõem novos olhares e abordagens para problemas estruturais de gênero, raça e classe que enfrentamos em nosso país são urgentes, pois é preciso que o empoderamento das mulheres seja uma construção social e política feita por elas, em processos que evidenciem a opressão e anunciem a mudança. Assim, como sociedade, visamos alcançar, pela economia solidária, um mundo mais solidário e equitativo para as mulheres.

Concluimos, a partir das experiências vivenciadas pelo coletivo Ecosol Mulher, descritas no presente artigo, a grande urgência de que o movimento da economia solidária se ocupe de abordar as especificidades das pautas feministas e antirracistas em suas estratégias de trabalho. Esta abordagem deve ser efetiva tanto no sentido de fortalecer as alternativas

de empreendimentos compostos por mulheres em geral e mulheres negras em especial, visando a inclusão produtiva e resiliência financeira para a autonomia, quanto no acolhimento mais que necessário frente às opressões sofridas individualmente por elas, como sujeitos sociais inseridos em um contexto reiterada e historicamente reconhecido como desfavorável. A educação libertadora só se consolida quando as pessoas, mulheres e homens, têm as suas dores emocionais integralmente acolhidas e alcançam a compreensão do papel do sistema capitalista e patriarcal na concretização das opressões que sofrem. Promover tal consciência crítica é também tarefa do movimento da economia solidária.

REFERÊNCIAS

BARRETO, A. P. *Terapia Comunitária: passo a passo*. Fortaleza: Gráfica LCR, 2008.

BRANDÃO, C. R. *Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FARIA, N.; NOBRE, M. (org.). *Economia Feminista*. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista, 2002.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

LISBOA, A. P.; OLIVEIRA, I.; SOUZA, T. de. Pretos no topo: desemprego recorde entre negros é resultado de racismo. *Eu Estudante*, 21 mar. 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/trabalho-e-formacao/2021/03/4913182-pretos-no-topo-desemprego-recorde-entre-negros-e-resultado-de-racismo.html>. Acesso em: 08 abr. 2022.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. Rio de Janeiro: EPU, 2013.

NOBRE, M. Economía solidaria y economía feminista: elementos para una agenda. *Papeles de Economía Solidaria*, Bilbao, n. 4, p. 7-22, jan. 2015.

PRODUTOS. *Seade*, [2021]. Disponível em: <https://www.seade.gov.br/lista-produtos/>. Acesso em: 08 abr. 2022.

REGIÃO Metropolitana da Baixada Santista. In: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [San Francisco, CA: Wikimed ia Foundation, 2021]. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Região_Metropolitana_da_Baixada_Santista. Acesso em: 08 abr. 2022.

SANTOS, F. M. M.; OLIVEIRA, L. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. *Rev. Katálysis*, Florianópolis, v. 13, n. 1, jan./jun. 2010.

SOUZA, L. P.; GUEDES, D. R. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 30, n. 87, 2016.

VERDÉLIO, A. Governo veta lei que dá a estudantes acesso gratuito à internet. *Agência Brasil*, 19 mar. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-03/governo-veta-lei-que-da-estudantes-acesso-gratuito-internet>. Acesso em: 08 abr. 2022.

ZANELLO, V. *Saúde mental, gênero e dispositivos: Cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris, 2018.

ELABORAÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO PARA COOPERATIVAS SOLIDÁRIAS¹

Sibelle Cornélio Diniz²

Bruno Siqueira Fernandes³

Thiago Neves Silva⁴

Gabrielle Lima Silva⁵

Gabriel Henrique Almeida⁶

Lucas Fernandes Barbosa⁷

INTRODUÇÃO

Diante do contexto contemporâneo de reestruturação produtiva, transformação e precarização das relações de trabalho, a organização em cooperativas se estabelece como possibilidade de construção de relações

1 Este artigo se relaciona ao projeto de extensão e pesquisa “Elaboração do Índice de Desenvolvimento Inclusivo para Cooperativas Solidárias – IDICS”, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG com número CAAE 38716520.1.0000.5149.

2 Professora no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (Cedeplar/Face-UFMG).

3 Doutorando em Geografia pela UFMG, assistente de pesquisa no Cedeplar/Face-UFMG.

4 Mestrando em Geografia na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), assessor de inclusão na Unicafe-MG.

5 Graduanda em Relações Econômicas Internacionais pela Face/UFMG, assistente de pesquisa no Cedeplar-Face/UFMG. E-mail: gabrielle.lmsv@gmail.com

6 Graduando em Relações Econômicas Internacionais pela Face/UFMG, assistente de pesquisa no Cedeplar-Face/UFMG. E-mail: gabrielhca1@hotmail.com

7 Mestre em Sociedade, Ambiente e Território pelo ICA/UFMG, Assessor de Desenvolvimento Organizacional da Trias Brasil. E-mail: lucasfernandes.barbosa@outlook.com

de trabalho e de produção mais horizontais e solidárias (LIMA, 2004; NAMORADO, 2007, 2009). Como grande vantagem da organização cooperativa, tem-se o controle da organização pelos trabalhadores, que são responsáveis pela definição das estratégias de ação e pelo saber técnico envolvido nos processos (SINGER, 2002; GAIGER, 2013). Nesse sentido, as cooperativas são instituições com potencial de reduzir as desigualdades sociais e promover o bem-estar intergeracional, com inclusão de gênero e sustentabilidade ambiental (SCHNEIDER, 2015).

Dentre os diversos temas de interesse na discussão sobre o cooperativismo, aqueles referentes ao gênero e às juventudes têm ganhado importância nas últimas décadas, especialmente em função da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, da Organização das Nações Unidas (ONU).⁸ No caso da agricultura familiar e da economia solidária, a autopercepção das mulheres sobre suas posições sociais, a inclusão das mulheres em cargos de liderança, o reconhecimento dos diferentes trabalhos femininos e a melhora na qualidade das relações familiares, entre outros temas, são discutidos na literatura empírica recente (WOORTMANN; WOORTMANN, 1997; MAGALHÃES, 2009; SIMON; BOEIRA, 2017; ANJOS; SILVA; PEREIRA, 2018). Já a discussão sobre a juventude passa pelos conflitos intergeracionais, pelas demandas por apropriação de tecnologias na produção e por formação técnica e universitária, entre outras questões (CAMARANO et al., 1999; MENDONÇA et al., 2013; KISCHENER; KIYOTA; PERONDI, 2015; BOESSIO; DOULA, 2016).

Este artigo apresenta o processo de elaboração do Índice de Desenvolvimento Inclusivo para Cooperativas Solidárias (Idics), com o objetivo de mensurar as práticas de inclusão de mulheres e jovens nas 30 cooperativas de agricultura familiar filiadas à União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária de Minas Gerais (Unicafes-MG). O processo de elaboração do índice se deu a partir de uma colaboração entre o Colmeia – grupo de estudos, pesquisa e extensão em economia

⁸ Ver: <http://www.agenda2030.com.br/>.

popular e solidária da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (Face-UFMG), a Unicafes-MG e o Trias Brasil.⁹

O artigo é dividido em quatro seções, além desta introdução. A primeira seção traz uma revisão de literatura sobre juventude e gênero na economia solidária e na agricultura familiar. A revisão foi construída a partir de pesquisa bibliográfica sistemática de artigos e relatórios produzidos nos últimos 20 anos, cadastrados junto aos principais indexadores acadêmico-científicos. A segunda seção traz a metodologia adotada para a elaboração do índice, que passou pela realização de grupos focais com integrantes das cooperativas e dirigentes da Unicafes-MG e por definições metodológicas ligadas à construção do índice. A terceira seção traz a proposta do índice, enquanto a seção final traz uma discussão sobre sua adequação aos objetivos da pesquisa e seus limites.

REVISÃO DE LITERATURA

Mesmo que a maior parte da população mundial seja composta por mulheres, e que a maior parte da força de trabalho ativa no Brasil hoje seja feminina (SIMON; BOEIRA, 2017), ainda podemos observar a influência da discriminação de gênero nos processos e nas atividades de trabalho. As mulheres não apenas ocupam menos cargos de liderança em relação aos homens, como também recebem salários menores para a realização das mesmas funções (SIMON; BOEIRA, 2017). A entrada das mulheres no mercado de trabalho, mesmo com níveis de escolaridade em média superiores aos dos homens, não se traduziu em uma remuneração justa e na plena garantia dos direitos trabalhistas. Além disso, a predominância de uma visão patriarcal e machista de que as atividades femininas são restritas ao ambiente doméstico faz com que, mesmo diante de um cenário de ocupação dos espaços públicos e exteriores ao lar, as mulheres permaneçam

⁹ Trias é uma organização não governamental, sediada em Bruxelas, com atuação em 14 países nos temas de solidariedade internacional e ajuda humanitária. Desde a década de 1980, atua nos temas de desenvolvimento local, agricultura familiar e cooperativismo solidário.

como supostamente “responsáveis” pelas atividades domésticas, o que implica uma dupla jornada de exploração do trabalho e um período de trabalho quase ininterrupto.

Com o surgimento das cooperativas de economia solidária e agricultura familiar, uma nova oportunidade de empregabilidade aparece para esse setor. Baseado nos princípios de solidariedade, equidade e emancipação social, esse conjunto de empreendimentos representa a possibilidade de criar ambientes de trabalho e de coletivização da produção que reconheçam as demandas femininas. Nas cooperativas de economia solidária, em diversos casos, as mulheres encontram a possibilidade de conciliar família e trabalho, de encontrar maior acesso a crédito, alternativas de geração de renda e de participação em processos de capacitação profissional e técnica (SIMON; BOEIRA, 2017; GUÉRIN, 2005). Para além da geração de renda monetária e a segurança alimentar da família, as atividades produtivas desenvolvem um sentido político de identidade e fortalecem a luta das mulheres por reconhecimento.

No entanto, a transição para um cenário mais inclusivo em termos de gênero no interior dessas cooperativas e associações é mais longo do que os princípios parecem supor. Como mostram Anjos, Silva e Pereira (2018), a partir de dados do Segundo Mapeamento da Economia Solidária no Brasil (2010-2013), realizado pela hoje extinta Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), é possível visualizar uma série de gargalos que persistem nesses empreendimentos, que se ligam às típicas opressões de gênero sofridas pelas mulheres no mercado de trabalho formal. Apesar das cooperativas serem a principal fonte de renda para as mulheres e suas famílias, poucas apresentam infraestrutura voltada para especificidades dos problemas enfrentados pelas sócias. Como mostrou o mapeamento, apenas 4% dos empreendimentos apresentam condições de acolher os filhos das sócias durante o período de trabalho, o que deixa quase 20% das associadas dependentes de redes informais de acolhimento (vizinhos, amigos e parentes) e quase 18% dependentes das escolas e das creches. Além disso, ainda se encontra presente uma divisão sexual do trabalho típica do patriarcado – apenas 7% dos maridos e companheiros atuam em atividades domésticas

e de cuidado (GAIGER; GRUPO ECOSOL, 2014 apud SIMON; BOEIRA, 2017).

Dentre as cooperativas de produção e comercialização, por exemplo, ainda predomina a remuneração ou retirada vinculada à produtividade (59,1%). Essa forma de remuneração, além de produzir um ambiente de trabalho mais suscetível à emergência de hierarquias internas ao empreendimento, pode se tornar um fator agravante no que diz respeito às mulheres. A ocorrência frequente de jornada dupla, associada aos trabalhos de cuidado (com filhos, idosos e enfermos), distorce a mensuração da produtividade feminina e potencialmente penaliza as mulheres por não poderem se dedicar integralmente. Apesar de apenas 21,1% dessas cooperativas operarem com a retirada igualitária, a própria existência de um mecanismo outro para as retiradas, que não o baseado na produtividade, aponta para uma possível mudança positiva em termos de inclusão e emancipação socioeconômica feminina (ANJOS; SILVA; PEREIRA, 2018).

Outro exemplo importante diz respeito à garantia dos direitos trabalhistas – equipamentos de segurança, licença-maternidade, qualificação profissional, descanso remunerado e seguridade social. Dentro do grupo das cooperativas de produção e comercialização, só 17,4% asseguram a qualificação profissional e 11,8% dispõem de licença-maternidade. Nas cooperativas de serviços, o cenário não é diferente: apenas 50% garantem a seguridade social, com apenas 19,4% apresentando possibilidade de descanso remunerado e licença-maternidade (ANJOS; SILVA; PEREIRA, 2018).

Mesmo diante desses gargalos, os espaços constituídos a partir dessas experiências e atividades produtivas cumprem um papel crucial para a criação das subjetividades e identidades das sócias. Para muitas mulheres, a possibilidade de “[...] passar a dispor de recursos sob seu controle pessoal amplia seu poder de decisão sobre o uso, fazendo opções diferentes daquelas que o marido adota quando tem o controle sobre os recursos da família” (MAGALHÃES, 2009, p. 281). Além disso, a perspectiva de trabalho baseada nas noções de cooperação, de autogestão e de solidariedade possibilita uma participação efetiva das mulheres nos processos decisórios e nos espaços públicos (SIMON; BOEIRA, 2017).

Os jovens constituem um grupo social extremamente heterogêneo. Os vários indivíduos que compõem esse grupo são expostos a diferentes experiências e valores, o que resulta em uma diversidade de racionalidades, aspirações e desejos. Apesar de guardarem vivências comuns, a realização de recortes é essencial para que se compreenda as várias juventudes (DE ACRE; MATEO, 2018). Para o recorte aqui abordado, o das juventudes no cooperativismo, não se tem uma literatura consolidada, quando comparado a temas como o da juventude rural.

A dinâmica socioeconômica do campo, dizem Pereira e Marcoccia (2019), é marcada por uma dupla subalternização de jovens e mulheres. Essa condição se inicia no ambiente familiar, com a repressão patriarcal e a centralidade do modelo de gestão na figura do pai, geralmente reticente a aceitar inovações, propostas pelos filhos, nos processos gerenciais (CASTRO, 2009; BOESSIO; DOULA, 2016). Soma-se a isso o fato de a figura paterna ser geralmente a responsável pela administração dos recursos financeiros da unidade familiar de produção. A condição de submissão representada pelo controle dos parentes sobre a propriedade agrava-se com a dinâmica de sucessão, fenômeno que historicamente tem moldado diversos aspectos da vida rural.

As estratégias de sucessão tendem a priorizar a continuidade de homens jovens, resultando no êxodo das mulheres jovens para cidades médias e grandes ou na migração para outras comunidades e constituição de novas famílias em outras comunidades rurais. Aliado a isso, a extrema carência de recursos materiais e de serviços públicos contribui para um processo de migração que visa o espaço urbano e contribui para a quebra dos laços comunitários, familiares e culturais ligados ao território deixado (VALADARES et al., 2017). A migração acaba por engendrar um processo de envelhecimento e de masculinização do campo, além de contribuir para a queda no dinamismo do tecido social rural.

Outras demandas que recorrentemente aparecem na literatura sobre juventude e cooperativa dizem respeito à educação e a incorporação das inovações tecnológicas nos processos produtivos (LÓPEZ BARRIOS et al.,

2019). A garantia do acesso à educação e a capacitação técnica se mostraram um dos meios mais eficazes de manutenção do interesse dos jovens, o que aponta para o caráter essencial das parcerias estabelecidas pelas cooperativas com instituições de ensino e de apoio à educação (BOESSIO; DOULA, 2016).

A participação de jovens, além de se dar no âmbito da produção e comercialização, também deve ocorrer nos espaços deliberativos da cooperativa, o que é particularmente importante para a inserção desse grupo no repertório simbólico da instituição. É nesses âmbitos que se consolidam os valores particulares da cooperativa e os princípios do cooperativismo. Como decorrência de situações em que o direito à participação é concentrado nas mãos de alguns poucos atores, pode-se incorrer em uma assimetria de poder que afeta negativamente não só as relações dentro da cooperativa, enfraquecendo seus pressupostos democráticos, como também as relações da cooperativa com os mercados, dependendo de qual for sua natureza (TAMAYO; VALENCIA, 2018).

Ainda de acordo com Tamayo e Valencia (2018), é preciso realizar um processo de gestão das heterogeneidades, sem que se construam hierarquias rígidas que possam simular a organização de mercados ou empresas capitalistas. Sendo assim, a importância de uma proximidade extraeconômica entre esses atores se torna um ponto central, permitindo que se construa pontes entre a vida pessoal dos jovens e o cotidiano da cooperativa. Isso reforça a necessidade de parcerias com iniciativas públicas e políticas preocupadas com a juventude, como é o caso da DAP Jovem e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Face às condições estruturais adversas enfrentadas por esses grupos no mercado de trabalho formal, o cooperativismo surge como alternativa viável ao propor uma forma de organização capaz de prover melhores condições materiais, sociais e econômicas para as famílias agricultoras, ao mesmo tempo que permite um fortalecimento do tecido social, das relações interpessoais e dos processos de construção de identidade e dos laços comunitários.

METODOLOGIA

GRUPOS FOCALIS

Após a revisão de literatura, foram realizados grupos focais com participantes das cooperativas e dirigentes da Unicafe-MG. Entre 15 de outubro e 4 de novembro de 2020, foram realizados três grupos focais: i) com mulheres cooperadas e dirigentes de cooperativas; ii) com jovens cooperados e dirigentes de cooperativas; iii) com dirigentes da Unicafe-MG. Os grupos tiveram como objetivo identificar as principais dimensões da inclusão de mulheres e jovens nas cooperativas filiadas à Unicafe-MG, na perspectiva dos participantes.

Para cada grupo focal, foram selecionados de 6 a 8 participantes. A seleção foi realizada em conjunto com a Unicafe-MG e buscou atender à diversidade das regiões do estado, de gênero e de faixa etária. Os grupos focais foram realizados por meio da plataforma Google Meet. A fim de minimizar possíveis desconfortos para os participantes, a duração do grupo focal foi limitada a 60 minutos, no caso dos dois primeiros grupos, e a 90 minutos no caso do terceiro grupo. A realização dos grupos focais respeitou as diretrizes do Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG.

A elaboração dos roteiros, a condução dos grupos focais e a análise dos resultados ocorreram em parceria com a Unicafe-MG e o Trias, e em consonância com as diretrizes da bibliografia especializada em métodos qualitativos (BARDIN, 1977; FLICK, 2009; WELLER, 2010; ALMEIDA, 2016). Os dados obtidos a partir do grupo focal foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, a fim de capturar padrões e categorias de respostas, de modo a subsidiar a construção do Idics.

De modo geral, os grupos focais foram bem-sucedidos em captar a percepção dos atores sobre a temática da inclusão de jovens e mulheres. A composição dos grupos foi heterogênea do ponto de vista do tipo de participação nas cooperativas, familiaridade com o tema e região de localização dos cooperados e dirigentes. As seções seguintes apresentam uma síntese dos pontos levantados nos grupos focais.

GRUPO FOCAL COM JOVENS COOPERADOS

O primeiro grupo focal ocorreu no dia 15 de outubro de 2020, às 10 horas. Contou com 6 participantes, dos quais 4 tiveram problemas de conexão e não conseguiram acompanhar toda a reunião. Apesar do baixo número de participantes ao final da conversa e da baixa participação feminina, a composição dos grupos foi heterogênea do ponto de vista da forma de participação dos integrantes das cooperativas, da familiaridade com o tema e das regiões de residência.

Entre os pontos discutidos no grupo focal, foi destacada a dificuldade de atrair jovens para participarem nas cooperativas. Um dos participantes relatou que “[...] *é preciso resgatar o sentido e a importância do trabalho do produtor rural entre os jovens*” (Participante do grupo focal com jovens cooperados, 2020, informação verbal). Dentro dessa perspectiva, foi levantada a relevância do reconhecimento do jovem enquanto indivíduo – e não apenas como membro de uma família ou parte de um conjunto, bem como a valorização do trabalho exercido pelo jovem dentro da cooperativa. A questão da migração, também mencionada durante o encontro, retoma a necessidade de reconhecimento e valorização do trabalho desse grupo. Acrescenta-se, ainda, a importância do exemplo, da prova empírica, para reter o jovem no campo. Segundo os participantes, esse grupo “é muito visual e material”, por isso, comprovar a rentabilidade das cooperativas é essencial para que optem por permanecer nestas.

Outro aspecto bastante mencionado foi a dificuldade do jovem em se expressar. Essa dificuldade pode surgir, segundo os participantes, do receio em manifestar-se na frente de pais e cooperados mais velhos, ou mesmo da falta de espaço para isso – não são perguntados sobre suas opiniões ou impressões e, ainda, não são considerados capacitados ou prontos. Desse modo, não são muitas as decisões que passam pelos jovens. Em contraposição, as cooperativas que se abriram para maior participação desse grupo experimentaram inovações importantes. Foi acordado, por todos os participantes, que os jovens têm em si um potencial de inovação muito grande, que pode e precisa ser explorado para a continuidade e aprimoramento das cooperativas.

GRUPO FOCAL COM MULHERES

O segundo grupo focal ocorreu no dia 20 de outubro de 2020, às 14 horas. Contou com 8 mulheres integrantes de cooperativas, com boa diversidade em termos de idade, familiaridade com o tema do projeto, ocupação de cargos de liderança e região geográfica no estado.

Assim como ocorreu no grupo focal com os jovens, as realidades das cooperativas representadas variaram bastante, indo da maior participação e poder de decisão do grupo de mulheres àquelas que contam com apenas uma cooperada. Quanto à valorização do trabalho feminino dentro das cooperativas, houve uma certa convergência no discurso das participantes no que diz respeito à dificuldade de as mulheres serem “vistas”. O trabalho feminino é, por vezes, diminuído ou mesmo subestimado – ainda mais quando existem outras demandas que as mulheres precisam atender, como os cuidados da casa e da família. Dessa forma, algumas cooperativas não apresentam uma presença forte de mulheres. Mesmo para as cooperativas em que a participação é maior, foi mencionada a necessidade de quebrar as barreiras do machismo e da exclusão das mulheres. Diante dessa dificuldade, as participantes reconheceram os avanços conquistados ao longo das décadas, exemplificando que, nos anos 1990, pouquíssimas mulheres participavam das reuniões ou podiam contribuir nelas.

Segundo as participantes do grupo, apesar de não participarem tanto da produção braçal, as mulheres são mais ativas na comercialização. Quando é chegada a hora de vender os produtos nas feiras, as mulheres assumem essa frente nas cooperativas.

A vida como cooperada trouxe, para muitas mulheres, uma maior independência, especialmente devido à renda recebida. Segundo os relatos, aparentemente, não havia brigas ou discussões causadas por essa independência, mas sim uma autonomia maior por parte delas nas questões financeiras dentro e fora de casa, na firmeza das decisões, no controle sobre o processo de produção. Outro ponto mencionado diz respeito à mobilidade no território. De acordo com as participantes, o porte de Carteira Nacional

de Habilitação bem como o acesso a veículos constituem fatores fundamentais para a autonomia das mulheres residentes em áreas rurais.

Outro ponto destacado foi a ausência de jovens mulheres no campo. Essa questão, surgida no primeiro grupo focal, foi trazida novamente no segundo encontro, quando as mulheres participantes demonstraram preocupação e tristeza quanto ao baixo número de jovens mulheres nas cooperativas. Elas associaram o escasso incentivo para que fiquem no campo às poucas oportunidades de trabalho e, por fim, à renda insuficiente para o seu sustento próprio.

A reflexão final, acerca do que é ser mulher nas cooperativas e na sociedade, trouxe alguns pontos interessantes. Uma das participantes definiu esse lugar como um “cumprimento de cotas”: para ela, o “outro lado”, o lado masculino, acaba aceitando a presença feminina não por entendê-la como boa ou necessária para a construção e desenvolvimento do coletivo, mas, segundo a participante, por obrigação. Para as participantes, as mulheres continuamente se impõem sobre os espaços, buscando ocupá-los, serem ouvidas e tratadas igualmente, conquistando um lugar e até um poder que há muito é renegado. Ser mulher, para elas, diz respeito ao difícil desafio de ser forte, ser resistente, buscar acesso e irromper em lugares a ela não destinados *a priori*.

GRUPO FOCAL COM DIRIGENTES DA UNICAFES-MG

O terceiro grupo focal ocorreu no dia 4 de novembro de 2020, às 10 horas. Contou com 7 dirigentes ligados à Unicafes-MG, predominantemente homens maiores de 41 anos. Este grupo focal foi dividido em duas partes: na primeira, foram feitas perguntas acerca do envolvimento e da participação dos jovens em cada cooperativa; na segunda, foram feitas perguntas em relação à participação das mulheres.

Os participantes reconheceram existir uma série de demandas apresentadas (direta ou indiretamente) pelos jovens que não são respondidas pelas cooperativas, relacionadas a renda, educação, trabalho,

autonomia, credibilidade, entre outras. Para os participantes, essas questões não vêm sendo bem trabalhadas dentro das cooperativas da agricultura familiar, tornando-se difícil (“para não dizer impossível”) atrair o jovem para o campo de maneira permanente. Em função disso, a participação dos jovens é baixa: eles não “[...] *exercem um protagonismo de estar na direção das cooperativas, de estar contribuindo nesses espaços e trazer outros jovens para as cooperativas*” (Dirigente da Unicafe-MG, 2020, informação verbal).

Para os dirigentes, a responsabilidade sobre a participação dos jovens não recai apenas sobre a direção, mas também sobre os jovens cooperados. Um dos participantes falou sobre ser necessário “*criar um ‘reencantamento’ dos jovens com o cooperativismo*” (Participante do grupo focal, 2020, informação verbal). Quanto à autonomia dos jovens, os participantes entendem que, apesar de gerarem renda, os jovens não costumam ter autonomia, uma vez que a renda fica retida na família. Assim, é necessário mostrar ao jovem que é possível se sustentar através da agricultura. E, ainda, que, embora a questão de renda seja essencial para atração e permanência do jovem no campo, o envolvimento dele com a cooperativa também é indispensável.

Com relação às questões relacionadas à inclusão de mulheres, as respostas foram diversas. Um/a dos/as participantes afirmou que as mulheres deixam de participar por falta de vontade e iniciativa da parte delas, enquanto outro/a disse existir uma dimensão maior, envolvendo o lar e os filhos – demandas que exigem tempo e dedicação. Outro/a participante relatou que os próprios dirigentes, aqueles que ocupam espaços de tomada de decisão, por vezes não desejam abrir mão desses lugares, ou permitir que outras pessoas também os ocupem. De certa forma, essa percepção converge com um dos relatos apresentados no segundo grupo focal: “[...] *não se trata apenas de colocar mulheres sem capacitação na direção, porque isso faria com que as cotas de 30% fossem apenas para ‘encher linguiça’, por isso a necessidade da formação e da qualificação*” (Dirigente da Unicafe-MG, 2020, informação verbal).

Outros participantes contribuíram afirmando que não é necessária apenas a mudança da mulher ou sua inserção forçada às cooperativas, mas é necessário que os homens também comecem a pensar de maneira diferente quanto ao trabalho feminino e ao lugar que ambos ocupam na cooperativa e na vida familiar. Dentro desse aspecto, a valorização do trabalho feminino é essencial.

ELABORAÇÃO DO IDICS

A revisão de literatura e a realização dos grupos focais permitiram identificar as principais dimensões da inclusão de mulheres e jovens nas cooperativas em questão. Essas dimensões foram então associadas a variáveis de caráter quali e quantitativo. Foi proposto, em seguida, um critério de agregação simples das variáveis em um Índice de Desenvolvimento Inclusivo das Cooperativas Solidárias.

A proposta de construção do Idics teve como base metodológica a literatura específica de elaboração de indicadores sociais (CARLEY, 1985; KAYANO; CALDAS, 2001; JANNUZZI, 2014, 2017). Seguindo essa literatura, listamos a seguir as propriedades desejadas do Idics:

- relevância: o Idics deve contribuir para que a Unicafe-MG e suas filiadas orientem, monitorem e avaliem suas ações de inclusão de jovens e mulheres;
- validade: proximidade do conceito abstrato ou da demanda política que lhe deu origem (inclusão de jovens e mulheres);
- confiabilidade: qualidade da coleta, sistematização e padronização dos dados;
- boa cobertura territorial e populacional: captação de informações sobre a realidade do máximo de pessoas possível;

- sensibilidade e especificidade: capacidade de apresentar variação relevante diante de mudanças na realidade estudada;
- transparência metodológica e comunicabilidade: as pessoas que não participaram da elaboração do índice devem compreender seus métodos e objetivos.

Ainda partindo de Kayano e Caldas (2001) e Jannuzzi (2014), e segundo as etapas anteriores, portou-se por um índice que fosse:

- objetivo: os indicadores objetivos referem-se a ocorrências concretas ou a entes empíricos da realidade social, construídos a partir das estatísticas;
- misto: uma composição de indicadores de insumo, indicadores de processo, indicadores de resultado e indicadores de impacto (JANUZZI, 2014);¹⁰
- analítico e composto: contempla mais de uma medida sobre a realidade estudada. Agrupa, em um único número, vários indicadores simples, estabelecendo algum tipo de média entre eles. No caso do Idics, propomos que seja utilizada a média simples para agregação dos indicadores, de modo a facilitar sua compreensão pelo conjunto dos cooperados.

As escolhas metodológicas citadas acima permitem visualizar dois limites principais do Idics. O primeiro limite diz respeito à sua capacidade de captar a realidade em questão. Embora as questões de gênero e de juventude se relacionem a distintos níveis da realidade social (individual, familiar, da cooperativa, do município e da região, da sociedade), o foco do

¹⁰ Indicadores-insumo correspondem a medidas associadas à disponibilidade de recursos humanos, financeiros ou de equipamentos alocados para um processo ou programa que afeta uma das dimensões da realidade social. Indicadores de processo traduzem, em medidas quantitativas, o esforço operacional de ação e de alocação de recursos. Indicadores-resultado são aqueles vinculados mais diretamente aos objetivos finais dos programas, permitindo avaliar a eficácia do cumprimento das metas especificadas. Indicadores de impacto referem-se aos efeitos e desdobramentos mais gerais das ações, antecipados ou não, positivos ou não (JANUZZI, 2014).

índice está no nível da cooperativa. Desse modo, algumas questões relacionadas ao indivíduo e à família não serão captadas pelo Idics. Já o segundo limite diz respeito à mensuração de aspectos subjetivos. Embora questões subjetivas sejam cruciais para captar aspectos da temática em questão, o Idics não permite incorporá-las. Sugerimos, assim, que as questões subjetivas sejam abordadas e tratadas durante formações e outras ações internas às cooperativas e à Unicafe-MG.

PROPOSTA DO IDICS

Para a construção do Idics, propomos dois subíndices:

I. Índice de Inclusão de Mulheres (IIM);

II. Índice de Inclusão de Jovens (IJ).

Cada um dos subíndices é composto por dimensões, as quais, por sua vez, são formadas por variáveis. Os valores obtidos para essas variáveis são agregados através de uma média simples (soma dos valores dividida pelo número de variáveis). Desse modo, o valor de cada subíndice vai assumir valores no intervalo entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 0, menor o grau de inclusão da cooperativa com relação às mulheres e aos jovens. Quanto mais próximo de 1, maior o grau de inclusão.

O Idics corresponde à média simples entre os subíndices e também vai variar entre 0 e 1, segundo o grau de inclusão da cooperativa com relação às mulheres e aos jovens:

$$\text{Idics} = (\text{IIM} + \text{IJ}) \div 2$$

As tabelas 1 e 2 descrevem o Índice de Inclusão de Mulheres (IIM) e o Índice de Inclusão de Jovens (IJ), ambos compostos por 3 dimensões e 18 variáveis.

Tabela 1 – Descrição do Índice de Inclusão de Mulheres (IIM) – dimensões e variáveis.

DIMENSÃO: PARTICIPAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NA COOPERATIVA		
Variável	Forma de cálculo	Natureza da variável
Participação feminina na cooperativa (cooperadas)	Número de mulheres cooperadas/ Número total de cooperados	Proporção (0 a 1)
Participação feminina na cooperativa (funcionárias)	Número de mulheres funcionárias/ Número total de funcionários	Proporção (0 a 1)
Participação de mulheres em cargos de direção	Número de mulheres em cargos de direção na cooperativa/Número total de pessoas em cargos de direção na cooperativa	Proporção (0 a 1)
Participação de mulheres na comercialização	Número de mulheres cooperadas que comercializaram nos últimos dois anos/Número total de mulheres cooperadas	Proporção (0 a 1)
Participação feminina nas assembleias	Número de mulheres que compareceram à última assembleia da cooperativa/Número total de mulheres cooperadas	Proporção (0 a 1)
Existência de grupo ou coletivo de mulheres	Existência de grupo ou coletivo de trabalho formado por mulheres na cooperativa	Binária (Sim = 1; Não = 0)
DIMENSÃO: AUTONOMIA DAS MULHERES COOPERADAS		

Variável	Forma de cálculo	Natureza da variável
Escolaridade	Número de mulheres cooperadas com ensino médio completo, ensino superior completo ou ensino técnico/Número total de mulheres cooperadas	Proporção (0 a 1)
Renda	Participação comercial (rendimento) média das mulheres cooperadas/ Participação comercial (rendimento) média total	Proporção (0 a 1)*
Autonomia relacionada à mobilidade	Número de mulheres cooperadas que possuem Carteira Nacional de Habilitação/Número total de mulheres cooperadas	Proporção (0 a 1)
Autonomia relacionada a crédito e participação em programas de assistência técnica/produtiva	Número de mulheres cooperadas cujos nomes constam na DAP/Total de mulheres cooperadas	Proporção (0 a 1)
DIMENSÃO: INCENTIVOS PELA COOPERATIVA, FORMAÇÃO E PARCERIAS		
Variável	Forma de cálculo	Natureza da variável
Existência de “quota” para mulheres (percentual ou número mínimo de mulheres cooperadas)	Existência de percentual ou número mínimo de participação de mulheres cooperadas	Binária (sim = 1; não = 0)

Existência de espaço ou de atividades para crianças na cooperativa	A cooperativa conta com um espaço para crianças, destinado aos filhos ou a outras crianças sob cuidado das cooperadas, durante os encontros e eventos realizados pela cooperativa? Ou conta com pessoa responsável pelo cuidado com essas crianças, durante os eventos?	Binária (sim = 1; não = 0)
Existência de resolução ou plano relacionado à igualdade de gênero	Existência, no estatuto ou plano da cooperativa, de resolução voltada a promover, reforçar e monitorar a igualdade e a não discriminação com base no sexo	Binária (sim = 1; não = 0)
Formação interna sobre o tema gênero	Nos últimos dois anos, houve alguma formação (curso, palestra etc.) sobre o tema de gênero, organizada pela própria cooperativa?	Binária (sim = 1; não = 0)
Existência de setor ou funcionário dedicado a questões ligadas às mulheres	Existência de setor ou funcionário dedicado a questões ligadas às mulheres	Binária (sim = 1; não = 0)
Parceria com instituições	Além da Unicafe-MG, a cooperativa possui parceria com alguma instituição para o desenvolvimento de ações específicas para as mulheres?	Binária (sim = 1; não = 0)
Intercâmbio com outras cooperativas e instituições	A cooperativa já promoveu algum intercâmbio com outras cooperativas ou outras instituições de sucesso na inclusão de mulheres (à exceção da Unicafe-MG)?	Binária (sim = 1; não = 0)

Existência de projeto de geração de renda voltado a mulheres	A cooperativa possui algum projeto de geração de trabalho e renda especificamente para as mulheres?	Binária (sim = 1; não = 0)

* Para essa variável, há a possibilidade de valores maiores que 1. Nesses casos, o valor máximo da variável será definido em 1, para fins de simplificação.
Fonte: elaboração própria.

Tabela 2 – Descrição do Índice de Inclusão de Jovens (IIJ) – dimensões e variáveis.

DIMENSÃO: PARTICIPAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE JOVENS NA COOPERATIVA		
Variável	Forma de cálculo	Natureza da variável
Participação de jovens na cooperativa (cooperados)	Número de jovens cooperados/ Número total de cooperados	Proporção (0 a 1)
Participação de jovens na cooperativa (funcionários)	Número de jovens funcionários/ Número total de funcionários	Proporção (0 a 1)
Participação de jovens em cargos de direção	Número de jovens em cargos de direção na cooperativa/Número total de pessoas em cargos de direção na cooperativa	Proporção (0 a 1)
Participação de jovens na comercialização	Número de jovens cooperados que comercializaram nos últimos dois anos/Número total de jovens cooperados	Proporção (0 a 1)
Participação de jovens nas assembleias	Número de jovens que compareceu à última assembleia da cooperativa/ Número total de jovens cooperados	Proporção (0 a 1)

Existência de grupo ou coletivo de jovens	Existência de grupo ou coletivo de trabalho formado por jovens na cooperativa	Binária (sim = 1; não = 0)
DIMENSÃO: AUTONOMIA DAS MULHERES COOPERADAS		
Variável	Forma de cálculo	Natureza da variável
Escolaridade	Número de jovens cooperados com ensino médio completo, ensino superior completo ou ensino técnico/Número total de jovens cooperados	Proporção (0 a 1)
Renda	Participação comercial (rendimento) média dos jovens cooperados/ Participação comercial (rendimento) média total	Proporção (0 a 1)*
Autonomia relacionada à propriedade da terra	Número de jovens cooperados cujos nomes constam no título de propriedade da terra /Total de jovens cooperados	Proporção (0 a 1)
Autonomia relacionada a crédito e participação em programas de assistência produtiva	Número de jovens cooperados cujos nomes constam na DAP (DAP Jovem)/Total de jovens cooperados	Proporção (0 a 1)

DIMENSÃO: INCENTIVOS PELA COOPERATIVA, FORMAÇÃO E PARCERIAS		
Variável	Forma de cálculo	Natureza da variável
Existência de “quota” para jovens (percentual ou número mínimo de jovens cooperados)	Existência de percentual ou número mínimo de participação de jovens cooperados	Binária (sim = 1; não = 0)
Existência de resolução ou plano relacionado à juventude	Existência, no estatuto ou plano da cooperativa, de resolução voltada a promover, reforçar e monitorar a inclusão de jovens e o direito à educação dos jovens	Binária (sim = 1; não = 0)
Formação interna sobre o tema juventude	Nos últimos dois anos, houve alguma formação (curso, palestra etc.) sobre o tema da juventude?	Binária (sim = 1; não = 0)
Existência de setor ou funcionário dedicado a questões ligadas à juventude	A cooperativa possui algum setor ou funcionário dedicado a questões ligadas à juventude?	Binária (sim = 1; não = 0)
Parceria com instituições	Além da Unicafe-MG, a cooperativa possui parceria com alguma instituição para o desenvolvimento de ações específicas para os jovens?	Binária (sim = 1; não = 0)

Intercâmbio com outras cooperativas e instituições	A cooperativa já promoveu algum intercâmbio com outras cooperativas ou outras instituições de sucesso na inclusão de jovens (à exceção da Unicafe-MG)?	Binária (sim = 1; não = 0)
Existência de projeto relacionado à incorporação tecnológica ou inovação	Existem projetos de incorporação tecnológica ou inovação de produto ou de processo na cooperativa?	Binária (Sim = 1; Não = 0)
Existência de projeto de geração de renda voltado a jovens	Existem projetos de geração de trabalho e renda especificamente para os jovens?	Binária (Sim = 1; Não = 0)

* Para essa variável, há a possibilidade de valores maiores que 1. Nesses casos, o valor máximo da variável será definido em 1, para fins de simplificação.
Fonte: elaboração própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou apresentar o processo de elaboração do Índice de Desenvolvimento Inclusivo para Cooperativas Solidárias, com o objetivo de mensurar as práticas de inclusão de mulheres e jovens nas 30 cooperativas de agricultura familiar filiadas à Unicafe-MG. O processo de construção do índice passou por análise documental, revisão de literatura e realização de grupos focais com integrantes das cooperativas e dirigentes da Unicafe-MG. Essas etapas permitiram identificar três dimensões da inclusão de mulheres e jovens nas cooperativas em questão: i) participação e organização; ii) autonomia; iii) incentivos pela cooperativa, formação e parcerias. Tais dimensões foram então associadas a variáveis numéricas. Foi proposto, em seguida, um critério de agregação simples das variáveis em dois subíndices: o Índice de Inclusão de Mulheres e o Índice de Inclusão de Jovens. O Idics corresponde à média simples desses dois indicadores.

No momento da elaboração deste artigo, estava em andamento a coleta de informações a respeito das variáveis, nos 30 empreendimentos, de forma remota. As próximas etapas do projeto serão de tratamento e análise dos dados coletados, buscando, num primeiro momento, checar inconsistências nas respostas, e, num segundo momento, analisar os dados por meio de análise estatística exploratória, e, por último, os dados serão apresentados e validados com a população-alvo e organizações parceiras. A partir dessa análise, será possível identificar níveis de inclusão das cooperativas em relação às mulheres e aos jovens. Além disso, esses resultados serão devolvidos à Unicafe-MG e às filiadas no formato de planilha e modelos de relatórios que poderão ser alimentados futuramente pela própria organização e suas cooperativas.

Espera-se que o Idics seja apropriado como ferramenta de diagnóstico, planejamento, monitoramento e avaliação de ações pelas cooperativas. Para tanto, é necessário que ocorra uma efetiva adesão das cooperativas à ferramenta. Além disso, as cooperativas deverão elaborar um plano de coleta dos dados, designando um responsável pela coleta periódica e organização de informações, dentro do seu quadro de dirigentes e funcionários, que tenha conhecimento dos temas e acesso ao conjunto de informações solicitadas. A coleta de dados poderá ocorrer durante as assembleias, por telefone ou canais digitais.

Além disso, está prevista a elaboração de um material explicativo do índice, a ser enviado às cooperativas e ao conjunto de cooperados no período de difusão do índice. Por fim, os resultados do índice deverão ficar disponíveis para a consulta de dirigentes e cooperados com o objetivo de promover maior participação de mulheres e jovens no cooperativismo solidário praticado pela Unicafe no estado de Minas Gerais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. Roteiro para o emprego de grupos focais. In: SESC SÃO PAULO; CEBRAP (ed.). *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo*. São Paulo: Sesc São Paulo; Cebrap, 2016. p. 42-59.

ANJOS, E. G. dos; SILVA, F. de L.; PEREIRA, E. M. Um olhar sobre o trabalho em cooperativas da economia solidária e a intersecção com as questões de gênero e raça. *Revista de Extensão e Estudos Rurais*, Viçosa, v. 7, n. 1, p. 94-117, 2018.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOESSIO, A. T.; DOULA, S. M. Jovens rurais e influências institucionais para a permanência no campo: um estudo de caso em uma cooperativa agropecuária do Triângulo Mineiro. *Interações*, Campo Grande, v. 17, n. 3, p. 370-383, 2016.

BREITENBACH, R.; CORAZZA, G. Formação profissional e a relação com a sucessão geracional entre jovens rurais, Brasil. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales Niñez y Juventud*, Manizales, v. 17, n. 2, p. 262-296, 2019.

CAMARANO, A. A. *et al.* Êxodo Rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama dos últimos 50 anos. *Textos para Discussão*, Brasília, DF, n. 621, 1999.

CARLEY, M. *Indicadores sociais: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CASTRO, E. G. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales Niñez y Juventud*, Manizales, v. 7, n. 1, 2009.

Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, v. 53, n. 3, p. 532-542, 2017.

DE ACRE, A.; MATEO, G. Juventudes, arraigo y pervivencia del cooperativismo agrario Agricultores Federados Argentinos, 1998-2016. Argentina: Universidad Nacional de Quilmes, 2018.

FLICK, U. *Introdução à Pesquisa Qualitativa*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS [FORPROEX]. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Ouro Preto: Forproex, 2012.

GAIGER, L. I. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 28, n. 82, p. 211-228, 2013.

GUÉRIN, Isabelle. Introdução Geral. In: As mulheres e a economia solidária. São Paulo: Edições Loyola, 2005, p. 11-30.

JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. *Revista do Serviço Público*, Brasília, DF, v. 56, n. 2, p. 137-160, 2014. DOI: <https://doi.org/10.21874/rsp.v56i2.222>.

JANNUZZI, P. M. *Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. 6. ed. Campinas: Alínea, 2017.

KAYANO, J.; CALDAS, E. L. *Indicadores para o diálogo*. São Paulo: Pólis; Eaes/FGV, 2001.

KISCHENER, M.; KIYOTA, N.; PERONDI, M. Sucessão geracional na agricultura familiar: lições apreendidas em duas comunidades rurais. *Mundo Agrario*, La Plata, v. 16, n. 33, 2015.

LIMA, J. C. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 19, n. 56, p. 45-62, 2004.

LÓPEZ BARRIOS, C. *et al.* Campesinos a contracorriente. Estrategias organizativas, productivas y comerciales de la cooperativa indígena campesina Maya Vinic. *Región y Sociedad*, Hermosillo, v. 31, n. 1.079, 2019. DOI: 10.22198/rys2019/31/1079.

MAGALHÃES, R. S. A “masculinização” da produção de leite. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, v. 47, n. 1, p. 275-299, 2009.

MENDONÇA, K. F. B. *et al.* Formação, sucessão e migração: trajetórias de duas gerações de agricultores do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 445-463, 2013.

NAMORADO, R. Cooperativismo – história e horizontes. In: GEDIEL, J. A. P. (org.). *Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania*. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, 2007.

NAMORADO, R. Cooperativismo. In: CATTANI, A. D. *et al.* (org.). *Dicionário internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina; CES, 2009.

NÚÑEZ, R. B. C.; BANDEIRA, P.; SANTERO-SÁNCHEZ, R. Social Economy, Gender Equality at Work and the 2030 Agenda: Theory and Evidence from Spain. *Sustainability*, Basel, v. 12, n. 5, p. 192, 2020.

PEREIRA, M.; MARCOCCIA, P. Subalternização no trabalho e na educação de jovens da agricultura familiar no Primeiro e Segundo Planalto do município da Lapa/Paraná: possibilidades de superação. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 24, e240022, 2019.

SCHNEIDER, J. O. Cooperativismo e desenvolvimento sustentável. *Otra Economía*, São Leopoldo, v. 9, n. 16, p. 94-104, 2015.

SIMON, V. P.; BOEIRA, S. L. Economia social e solidária e empoderamento feminino.

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOARES, K. *A inserção de jovens rurais na economia solidária sob a perspectiva do desenvolvimento local*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFRPE, Recife, 2011.

TAMAYO, P. A.; VALENCIA, N. M. Acción colectiva y asociación de heterogeneidades en mercados agroecológicos campesinos: Asoproorgánicos (Cali, Colombia). *Revista Colombiana de Sociología*, Bogotá, v. 41, n. 2, p. 83-101, 2018.

VALADARES, A. A. *et al.* *A juventude rural no III Festival da Juventude da Contag*: relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

WELLER, Wivian; PFAFF, Nicolle (Org.). Metodologia da pesquisa qualitativa na educação: teoria e prática. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 67-86.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. *O Trabalho da Terra*: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1997.

Anexo I - Descrição dos subíndices componentes do IDICS - versão completa.

Quadro I.1 – Descrição do Índice de Inclusão de Mulheres (IIM) – dimensões e variáveis

DIMENSÃO: PARTICIPAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NA COOPERATIVA (peso = 2)		
Variável	Forma de cálculo	Natureza da variável
M1. Participação feminina na cooperativa (cooperadas)	Número de mulheres cooperadas / Número total de cooperados	Proporção (varia entre 0 e 1)
M2. Participação feminina na cooperativa (funcionárias)	Número de mulheres funcionárias na cooperativa / Número total de funcionários na cooperativa	Proporção (varia entre 0 e 1)
M3. Participação de mulheres em cargos de direção	Número de mulheres em cargos de direção na cooperativa / Número total de pessoas em cargos de direção na cooperativa	Proporção (varia entre 0 e 1)
M4. Participação de mulheres na comercialização	Número de mulheres cooperadas que comercializaram nos últimos 2 anos / Número total de mulheres cooperadas	Proporção (varia entre 0 e 1)
M5. Participação feminina nas assembleias	Número de mulheres que compareceram à última assembleia da cooperativa / Número total de mulheres cooperadas	Proporção (varia entre 0 e 1)
M6. Existência de grupo ou coletivo de mulheres	Existência de grupo ou coletivo de trabalho formado por mulheres na cooperativa	Binária (Sim = 1; Não = 0)

DIMENSÃO: AUTONOMIA DAS MULHERES COOPERADAS (peso = 1)		
Variável	Forma de cálculo	Natureza da variável
M7. Escolaridade	Número de mulheres cooperadas com ensino médio completo, ensino superior completo ou ensino técnico / Número total de mulheres cooperadas	Proporção (varia entre 0 e 1)
M8. Renda	Participação comercial (rendimento) média das mulheres cooperadas / Participação comercial (rendimento) média total	Proporção (varia entre 0 e 1) (*)
M9. Autonomia relacionada à mobilidade	Número de mulheres cooperadas que possuem Carteira Nacional de Habilitação / Número total de mulheres cooperadas	Proporção (varia entre 0 e 1)
M10. Autonomia relacionada a crédito e participação em programas de assistência técnica/ produtiva	Número de mulheres cooperadas cujos nomes constam na DAP / Número total de mulheres cooperadas	Proporção (varia entre 0 e 1)
DIMENSÃO: INCENTIVOS PELA COOPERATIVA, FORMAÇÃO E PARCERIAS (peso = 1,5)		
Variável	Forma de cálculo	Natureza da variável
M11. Existência de “quota” para mulheres (percentual ou número mínimo de mulheres cooperadas)	Existência de percentual ou número mínimo de participação de mulheres cooperadas	Binária (Sim = 1; Não = 0)

M12. Existência de espaço ou de atividades para crianças na cooperativa	A cooperativa conta com um espaço para crianças, destinado aos filhos ou a outras crianças sob cuidado das cooperadas, durante os encontros e eventos realizados pela cooperativa? Ou conta com alguma pessoa responsável pelo cuidado com essas crianças, durante os eventos?	Binária (Sim = 1 ; Não = 0)
M13. Existência de resolução ou plano relacionado à igualdade de gênero	Existência, no estatuto ou plano da cooperativa, de resolução voltada a promover, reforçar e monitorar a igualdade e a não-discriminação com base no sexo	Binária (Sim = 1 ; Não = 0)
M14. Formação interna sobre o tema gênero	Nos últimos 2 anos, houve alguma formação (curso, palestra...) sobre o tema de gênero, organizada pela própria cooperativa?	Binária (Sim = 1 ; Não = 0)
M15. Existência de setor ou funcionário dedicado a questões ligadas às mulheres	Existência de setor ou funcionário dedicado a questões ligadas às mulheres	Binária (Sim = 1 ; Não = 0)
M16. Parceria com instituições	Além da Unicafe MG, a cooperativa possui parceria com alguma instituição para o desenvolvimento de ações específicas para as mulheres?	Binária (Sim = 1 ; Não = 0)
M17. Intercâmbio com outras cooperativas e instituições	A cooperativa já promoveu algum intercâmbio com outras cooperativas ou outras instituições de sucesso na inclusão de mulheres (à exceção da Unicafe MG)?	Binária (Sim = 1 ; Não = 0)

M18. Existência de projeto de geração de renda voltado a mulheres	A cooperativa possui algum projeto de geração de trabalho e renda especificamente para as mulheres?	Binária (Sim = 1 ; Não = 0)

Fonte: Elaboração própria.

* Para essa variável, há a possibilidade de valores maiores que 1. Nesses casos, o valor máximo da variável será definido em 1, para fins de simplificação.

Quadro I.2 – Descrição do Índice de Inclusão de Jovens (IIJ) – dimensões e variáveis

DIMENSÃO: PARTICIPAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE JOVENS NA COOPERATIVA (peso = 2)		
Variável	Forma de cálculo	Natureza da variável
J1. Participação de jovens na cooperativa (cooperados)	Número de jovens cooperados / Número total de cooperados	Proporção (varia entre 0 e 1)
J2. Participação de jovens na cooperativa (funcionárias)	Número de jovens funcionários na cooperativa / Número total de funcionários na cooperativa	Proporção (varia entre 0 e 1)
J3. Participação de jovens em cargos de direção	Número de jovens em cargos de direção na cooperativa / Número total de pessoas em cargos de direção na cooperativa	Proporção (varia entre 0 e 1)
J4. Participação de jovens na comercialização	Número de jovens cooperados que comercializaram nos últimos 2 anos / Número total de jovens cooperados	Proporção (varia entre 0 e 1)
J5. Participação de jovens nas assembleias	Número de jovens que compareceram à última assembleia da cooperativa / Número total de jovens cooperados	Proporção (varia entre 0 e 1)

J6. Existência de grupo ou coletivo de jovens	Existência de grupo ou coletivo de trabalho formado por jovens na cooperativa	Binária (Sim = 1; Não = 0)
DIMENSÃO: AUTONOMIA DA JUVENTUDE COOPERADA (peso = 1)		
Variável	Forma de cálculo	Natureza da variável
J7. Escolaridade	Número de jovens cooperados com ensino médio completo, ensino superior completo ou ensino técnico / Número total de jovens cooperados	Proporção (varia entre 0 e 1)
J8. Renda	Participação comercial (rendimento) média das jovens cooperados / Participação comercial (rendimento) média total	Proporção (varia entre 0 e 1) (*)
J9. Autonomia relacionada à propriedade da terra	Número de jovens cooperados cujos nomes constam no título de propriedade da terra / Número total de jovens cooperados	Proporção (varia entre 0 e 1)
J10. Autonomia relacionada a crédito e participação em programas de assistência técnica/ produtiva	Número de jovens cooperados cujos nomes constam na DAP (DAP Jovem) / Número total de jovens cooperados	Proporção (varia entre 0 e 1)
DIMENSÃO: INCENTIVOS PELA COOPERATIVA, FORMAÇÃO E PARCERIAS (peso = 1,5)		
Variável	Forma de cálculo	Natureza da variável
J11. Existência de “quota” para jovens (percentual ou número mínimo de jovens cooperados)	Existência de percentual ou número mínimo de participação de jovens cooperados	Binária (Sim = 1; Não = 0)

J12. Existência de resolução ou plano relacionado à juventude	Existência, no estatuto ou plano da cooperativa, de resolução voltada a promover, reforçar e monitorar a inclusão de jovens e o direito à educação dos jovens	Binária (Sim = 1 ; Não = 0)
J13. Formação interna sobre o tema juventude	Nos últimos 2 anos, houve alguma formação (curso, palestra...) sobre o tema da juventude, organizada pela própria cooperativa?	Binária (Sim = 1 ; Não = 0)
J14. Existência de setor ou funcionário dedicado a questões ligadas à juventude	Existência de setor ou funcionário dedicado a questões ligadas à juventude	Binária (Sim = 1 ; Não = 0)
J15. Parceria com instituições	Além da Unicafe MG, a cooperativa possui parceria com alguma instituição para o desenvolvimento de ações específicas para os jovens?	Binária (Sim = 1 ; Não = 0)
J16. Intercâmbio com outras cooperativas e instituições	A cooperativa já promoveu algum intercâmbio com outras cooperativas ou outras instituições de sucesso na inclusão de jovens (à exceção da Unicafe MG)?	Binária (Sim = 1 ; Não = 0)
J17. Existência de projeto relacionado à incorporação tecnológica ou inovação	Existem projetos de incorporação tecnológica ou inovação de produto ou de processo na cooperativa?	Binária (Sim = 1 ; Não = 0)
J18. Existência de projeto de geração de renda	A cooperativa possui algum projeto de geração de trabalho e renda especificamente para os jovens?	Binária (Sim = 1 ; Não = 0)

Fonte: Elaboração própria.

* Para essa variável, há a possibilidade de valores maiores que 1. Nesses casos, o valor máximo da variável será definido em 1, para fins de simplificação.

JUVENTUDE E ECONOMIA SOLIDÁRIA: POTENCIALIDADES E DESAFIOS

Maria Luisa Carvalho¹

INTRODUÇÃO

A juventude tem sido abordada por perspectivas diversas, incluindo a de categoria etária, que homogeneiza e naturaliza modos de subjetivação; criminaliza e patologiza o que foge a esse padrão, numa estratégia de enfraquecer a potencialidade de os jovens serem sujeitos de transformação social. No presente trabalho, parte-se da perspectiva crítica de Zamboni (2007) e Groppo e Silveira (2020), que consideram a juventude uma construção social, uma categoria política caracterizada pela transversalidade (gênero, raça, classe social etc.), sendo portanto diversa e histórica. A perspectiva desse autor e dessas autoras enfatiza a potencialidade presente na juventude de gerar novos modos de viver coletivamente e de subjetivação que se contrapõem ao capitalismo.

O foco dessa pesquisa é a juventude trabalhadora, entendida como não sendo uma categoria homogênea, mas que inclui desde jovens que se encontram em situações de exclusão da educação e do trabalho aos que têm acesso a educação de qualidade e trabalho decente; os que se conformam e os que contestam a sociedade capitalista. A crise financeira internacional de 2008 intensificou o avanço das políticas neoliberais e o processo de precarização do trabalho e o desemprego. No Brasil, mesmo durante o período de diminuição do desemprego (2003 a 2015), a oferta de trabalho formal

¹ Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), professora associada e membro da Tecsol Incubadora de Economia Solidária da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

entre os jovens (18 a 24 anos) permaneceu sendo menor em relação às demais faixas etárias economicamente ativas (EHLERT, 2014). Um estudo realizado por Neri (2019) indicou que, desde o quarto trimestre de 2014 até 2019, os jovens de 20 aos 24 anos sofreram uma redução de renda 5 a 7 vezes maior do que a média geral da população. Dentre os mais pobres, essa queda da renda chega a 24,24%. Notou-se também um aumento dos chamados “nem-nem” (nem estudam, nem trabalham), chegando a 24,53% da população jovem no segundo trimestre de 2019, sendo que a maioria deles têm baixa escolaridade, são chefes de família, mulheres e pardas.

A pandemia de covid-19 agravou a já preocupante situação descrita. Silva e Vaz (2020) apontam para os aumentos das taxas de inatividade e de jovens desalentados, para a interrupção da educação e da formação profissional e para o aumento do número dos chamados “nem-nem”. Assim, essa geração se vê atualmente em situação de inclusão precária ou exclusão do mercado de trabalho e educação que a coloca numa condição de instabilidade emocional e financeira (FEIXA, 2015). Diante desse cenário, os autores citados anteriormente e Corseuil e Franca (2020) alertam para a urgência de criação de medidas que possam reverter esse quadro, sob o risco de graves consequências presentes e futuras para os jovens.

Observa-se ainda que, quando inseridos no mercado de trabalho formal, os jovens geralmente ocupam posições de menor remuneração ou direitos trabalhistas. Sob a justificativa de promover a qualificação e inserção no mercado de trabalho dessa população, criam-se tipos particulares de vínculos, como aprendizes e estagiários, que, na prática, frequentemente se tornam meios de obtenção de mão de obra barata. Os jovens também têm sido atingidos pelas chamadas “pejotização” e “uberização” do trabalho, que, na prática, representam vínculos precários de trabalho, camuflados por um “CNPJ” e intermediados por grandes empresas de tecnologia.

Ao mesmo tempo que há um cenário adverso, nos últimos anos observou-se no país mobilizações coletivas por parte de uma parcela da juventude em resistência aos avanços neoliberais. Como exemplo, pode-se citar as ocupações das escolas pelos secundaristas em 2016. Também

observa-se a presença da juventude em movimentos vinculados às questões de gênero, étnicas e ambientais. Com menor visibilidade, no âmbito do trabalho, há iniciativas que resgatam o trabalho coletivo, os saberes tradicionais, o desenvolvimento territorial etc.

Assim, ao considerar tanto as situações adversas que atingem a juventude brasileira como suas ações de resistências, o presente trabalho teve por objetivo identificar e analisar as potencialidades e desafios da inserção da juventude na economia solidária (ES). Buscou-se encontrar respostas a essa questão por meio de uma pesquisa bibliográfica, sendo uma etapa inicial de um projeto mais amplo sobre “Juventude e Economia Solidária” que incluirá estudos de campo e pretende produzir conhecimentos que subsidiem projetos de extensão que fomentem e assessoram iniciativas predominantemente juvenis em uma incubadora de economia solidária vinculada a uma instituição federal de ensino superior.

METODOLOGIA

O presente estudo consiste em uma pesquisa bibliográfica realizada a partir de um levantamento das produções científicas brasileiras no período de 2005 a 2019 referentes à temática “Juventude e Economia Solidária”. A partir dos resultados desses estudos, buscou-se identificar e analisar as potencialidades e desafios dessa relação. Para tanto, procedeu-se uma busca com a expressão “juventude e economia solidária”, no idioma português, de produções (artigos, teses, dissertações, capítulos de livro etc.) divulgadas nas seguintes plataformas: Catálogo de Teses & Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo (USP), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Scielo, periódicos Capes, Sistema de Información Científica Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal (Redalyc) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs). Estabeleceu-se um período de 2000 até 2019, mas o primeiro trabalho

encontrado data de 2005. Foram considerados apenas trabalhos completos. Em seguida, procedeu-se à leitura dos resumos a fim de identificar se a publicação vinculava-se de fato à temática, uma vez que o resultado inicial da busca listou uma gama ampla de trabalhos. Foram identificadas 25 publicações, sendo duas eliminadas porque, embora publicadas em meios distintos, vinculavam-se ao mesmo estudo. Em seguida, procedeu-se à leitura dos 23 trabalhos científicos (objetivos, problema de pesquisa, metodologia, resultados e conclusões), categorizando-se os dados em: tipo de publicação, área de conhecimento, palavras-chave, metodologia, contexto (rural ou urbano) e principais resultados, sendo esse último subdividido em contribuições, limites e contradições da relação juventude e economia solidária.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Quanto ao tipo de publicação, dentre os 23 trabalhos analisados, 7 eram artigos de periódicos científicos, 5 eram artigos completos em anais de eventos científicos, 5 eram dissertações, 3 eram capítulos de livro, 2 eram teses e 1 era trabalho de conclusão de curso.

As pesquisas eram predominantemente da área de Ciências Humanas (14), em especial em Educação (8) e Psicologia (4), seguida de Ciências Sociais Aplicadas (3). Todas as produções científicas foram de cunho qualitativo, tendo como instrumento de coleta de dados mais utilizado a entrevista (13 estudos), e 7 eram relatos de experiências. Onze trabalhos investigaram situações envolvendo a juventude na área urbana e 13 na área rural.

Em relação aos resultados dos estudos, optou-se por destacar, para além dos que apareceram mais frequentemente, aqueles que foram mais significativos para compreender as potencialidades e desafios da relação entre juventude e economia solidária. Por restrições no número de páginas deste artigo, ao apresentar esses resultados, não serão referenciados todos os trabalhos pesquisados, mas apenas os que foram aqui citados.

Os estudos indicaram que a centralidade do trabalho se faz presente entre a juventude pesquisada, sendo que seu sentido se referia à questão da sobrevivência, em especial para os que se encontravam em maior vulnerabilidade social, mas incluía também sentidos de sociabilidade, realização e reconhecimento social. Os jovens em situação de pobreza ingressavam no mercado de trabalho mais precocemente, o que acarretava abandono escolar, o que os levava a trabalhar em áreas mais precárias, fosse no mercado capitalista, fosse em empreendimentos econômicos solidários (EES). Esses jovens consideravam a economia solidária como uma alternativa provisória de geração de renda e fuga do estigma do desemprego mais do que uma opção de outro modo de organização do trabalho ou de promoção de mudança social. Isso ocorria, em especial, devido ao fato de a geração de renda dos EES ser insuficiente e instável. Assim, foi comum entre eles almejar o retorno ao emprego assalariado. Já nos casos em que havia melhor estrutura econômica e familiar e/ou os empreendimentos proporcionavam uma renda satisfatória e mais estável, inserir-se na economia solidária foi visto mais como uma escolha motivada pela identificação com seus princípios (BITENCOURT et al., 2014; CAVALCANTE, 2006).

No caso da juventude rural, os estudos geralmente envolveram assentamentos da reforma agrária ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ou associações da agricultura familiar. Esses jovens enfrentavam a ausência ou dificuldade de acesso a políticas públicas gerais e específicas para juventude e eram impelidos ao êxodo rural devido à baixa geração de renda e ao fato de a área da terra da família ser insuficiente para atender à demanda dos filhos à medida que tornavam-se jovens e tinham suas próprias necessidades econômicas e/ou desejavam constituir seu núcleo familiar. Também havia os que almejavam sair do campo devido ao trabalho árduo e desvalorizado socialmente. Por outro lado, a juventude rural, principalmente aquela com vivência em trabalho associado mais consolidado, considerava que este contribuiu para a permanência no campo, por permitir, via cooperação, maior acesso a recursos materiais, financeiros, assessoria técnica; a construção de uma

identidade positiva de jovem camponês; e fortalecimento dos vínculos sociais (NOVAIS et al., 2016; SGUAREZI, 2018).

As publicações analisadas destacaram que a educação formal reproduz a lógica capitalista e não discute com os jovens questões referentes ao trabalho, muito menos o autogestionário. Assim, a maioria desconhecia outras possibilidades concretas de geração de trabalho e renda sob uma perspectiva emancipatória. Por outro lado, houve estudos que relataram experiências-piloto vinculadas à educação que fomentaram os jovens a pensar a criação de empreendimentos econômicos solidários: *lan house*, loja de acessórios para informática e celular, produção e comercialização agroecológica, moeda solidária (ALMEIDA; ALVES; GUSSI, 2009; RIBEIRO et al., 2019). Alguns estudos destacaram a dimensão pedagógica que a economia solidária exerceu na vida dos jovens, fosse pela vivência da autogestão no cotidiano dos empreendimentos, fosse nas situações educativas formais (oficinas, rodas de conversa etc.), proporcionando uma qualificação profissional e educação ampla (técnica, política, de gestão), interdisciplinar, intergeracional, significativa, prazerosa, pautada no diálogo entre o saber popular e científico e na reflexão crítica. Ainda no que se refere à dimensão da educação, destaca-se que os jovens geralmente tinham uma escolaridade maior do que os adultos que compunham os empreendimentos, o que favorecia que trouxessem novos conhecimentos, tecnologias e conseguissem transitar mais facilmente entre as atividades operacionais e de gestão. Essa maior escolaridade também favorece que a economia solidária avance para outros campos de atuação, deixando de se concentrar em áreas de baixo impacto econômico e social (ESPÍRITO SANTO, 2006; NAKANO, 2005).

Algumas produções científicas destacaram a contribuição da vivência da autogestão para o protagonismo juvenil, autoestima positiva e fortalecimento da organização popular, favorecendo mudanças sociais e a defesa de pautas da juventude rural e urbana. Aliadas à autogestão, a cooperação e a solidariedade potencializavam a criação de laços cooperativos e de reciprocidade (BARBIERI et al., 2017; SOARES, 2011). A vivência da autogestão também foi apresentada como um processo árduo, uma vez que, não raro, os adultos reproduziam relações hierárquicas e paternalistas,

dando pouca voz e espaço para que os jovens participassem efetivamente de decisões e exercessem funções de gestão, sendo vistos como aprendizes (NARDI et al., 2006; CAVALCANTE, 2006).

Ainda no que se refere às relações geracionais, em especial na área rural, resultados indicaram que os pais viam na economia solidária uma possibilidade de garantir a permanência da família e futuras gerações em sua terra, deixando-a, juntamente com as conquistas advindas do empreendimento, como uma herança aos filhos e filhas. Por sua vez, os jovens sentiam-se responsáveis e comprometidos em dar continuidade ao legado recebido e a retribuir ao coletivo o que receberam (LIBONI, 2012; OLIVEIRA; MARQUES, 2016; SOUZA, 2018).

Alguns estudos destacaram que a economia solidária constitui uma alternativa de geração de trabalho e renda para juventude que lhe permite conhecer que há outras formas de organização do trabalho e da economia distintas do capitalismo, pautadas no trabalho associado e com um viés emancipatório. Indicaram que, a partir da experiência em economia solidária, alguns jovens ressignificaram o trabalho, superando a alienação e passando a ter maior resistência em retornar a modelos heterogestionários. Destaca-se que, como já indicado, isso ocorria quando havia uma identificação com os princípios da economia solidária (OLIVEIRA; MARQUES, 2016; SILVA, 2013).

Retomando os resultados identificados, tem-se como fatores que favorecem o envolvimento da juventude com a economia solidária: experiência e formação em trabalho associado; formação em gestão; comprometimento e mobilização dos jovens, associações, organizações não governamentais com o coletivo, território e com a conquista de direitos; geração de renda satisfatória e estável por parte do empreendimento; condições dignas de trabalho. Além disso, identificou-se a necessidade de envolvimento dos jovens na autogestão do empreendimento, em especial quando envolve também adultos, de modo que as decisões venham ao encontro dos anseios e necessidades de todos. Áreas como cultura, informática, confecção, extrativismo foram indicadas como atrativas à juventude. Um

outro fator relevante presente em vários estudos foi a presença de entidades de apoio, com destaque para as incubadoras de economia solidária e cooperativas populares e do poder público atuando como fomentadores, assessores e financiadores. Destaca-se que a inserção dos jovens no trabalho via economia solidária pode fortalecer o protagonismo juvenil, melhorar a autoestima; proporcionar acesso à educação sob uma perspectiva crítica e interdisciplinar, e ressignificar o trabalho, rompendo com a alienação e o individualismo (NARDI, 2006; RIBEIRO et al., 2019; SGUAREZI, 2018; SOARES, 2011; TIRIBA; FISHER, 2011).

Identificou-se também dificuldades que não são exclusivas da relação economia solidária e juventude, mas dos empreendimentos econômicos solidários em geral, como: geração de renda apenas de subsistência; rotatividade dos membros; falta de recursos físicos, de equipamentos e financeiros; dificuldade de aumento da produção, de comercialização e na gestão; não acesso a direitos sociais (aposentadoria, licença-maternidade etc.); ausência de programas e políticas públicas permanentes e efetivas para a economia solidária; projetos iniciados por entidades de apoio e/ou pelo Estado com duração insuficiente para garantir a sustentabilidade dos empreendimentos; contradições em viver princípios da economia solidária num contexto capitalista, pois, como foi apresentado, há situações em que os adultos reproduzem relações hierárquicas e a visão dos jovens como sendo meros aprendizes e não protagonistas (CAVALCANTE, 2006; SGUAREZI, 2018; RITTER, 2010). Percebe-se aqui que, em alguns casos, os empreendimentos econômicos solidários podem representar uma inclusão no trabalho precarizado, consoante com o capitalismo.

Por fim, destaca-se Rueda e Elias (2017), que fizeram importantes questionamentos sobre a relação entre economia solidária e juventude no Brasil, destacando a importância dos jovens para que a economia solidária supere suas dificuldades e contradições e seja uma alternativa sustentável e viável ao capitalismo. O autor e a autora consideram que, atualmente, a juventude encontra pouco espaço na economia solidária brasileira, não sendo dada voz a ela e às suas pautas. Ressaltam que é preciso mudar essa situação e criar espaços, modos de organização, articulações entre

cultura, comunicação e tecnologia a fim de aproximar a economia solidária da juventude, tornando-a consoante aos anseios, problemáticas e modos de ser dos jovens. Por fim, destacam a importância da criação da Juvesol, que é uma articulação de pessoas, empreendimentos de economia solidária, organizações da sociedade civil, movimentos e redes em todo o Brasil que discute e promove ações de discussão sobre trabalho, juventude e economia solidária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seguem algumas considerações, reflexões e sugestões finais no sentido de avançar no debate e nas ações para fortalecimento da relação entre juventude e economia solidária. O contexto pandêmico requer resistência, perseverança e criatividade na busca de soluções para que a economia solidária possa avançar.

Nesse sentido, maior escolaridade, a familiaridade com as tecnologias de comunicação e informação, a criatividade e o desejo de parte da juventude em construir uma sociedade justa e igualitária parecem indicar que a aproximação com os jovens torna-se crucial para a economia solidária. Igualmente, esta pode ser uma via pela qual os jovens possam não apenas obter renda, mas, pelo trabalho autogestionário, solidário e cooperativo, vivenciar e construir outros modos de subjetivação e experiências de uma vida coletiva.

Os resultados da presente pesquisa indicaram que dificuldades de geração de renda, de gestão e de acesso a tecnologias nos empreendimentos são questões recorrentes na economia solidária, não apenas no que tange à juventude, e que precisam ser urgentemente enfrentadas a fim de que a economia solidária seja uma opção efetiva e consciente, e não uma escolha transitória, motivada apenas pelo desemprego.

A redução de acesso a recursos financeiros e políticas governamentais, bem como a criação de uma relação de maior autonomia com o poder

público, requer que o fomento à inclusão da juventude envolva, ainda que parcialmente, recursos advindos da própria economia solidária (fundos solidários, bancos comunitários etc.). Uma outra estratégia importante nesse sentido é a criação e fortalecimento de redes de empreendimentos econômicos solidários, assim como a articulação com outros coletivos e movimentos sociais que possuam princípios e práticas consonantes à economia solidária, congregando campo e cidade.

Os resultados da pesquisa demonstraram ainda a importância da aproximação entre educação e economia solidária a fim de que esta se torne conhecida pelos jovens, e se dissemine a cultura solidária; bem como que as instituições de ensino possam ser espaços de experiências embrionárias e de fomento à criação de empreendimentos econômicos solidários. Destaca-se o papel das instituições públicas de ensino técnico e superior em incentivar estudantes e egressos a constituírem empreendimentos coletivos e autogestionários e desenvolverem tecnologias sociais, de modo que o acesso à educação pública não implique apenas uma conquista com repercussões privadas. Nesse sentido, os estudos indicam que as áreas ligadas a serviços, tecnologia e cultura são mais atrativas aos jovens. Ressalta-se que, em todos esses processos, os jovens devem ser protagonistas.

Torna-se importante a articulação para manutenção e construção de políticas públicas para a juventude que garantam e ampliem direitos e, no que se refere ao âmbito do trabalho, fomentem as organizações coletivas e autogestionárias.

Percebeu-se nas pesquisas a importância de trabalhar questões intergeracionais, em especial no âmbito rural, onde as relações familiares e de trabalho se confundem, a fim de fortalecer as relações de troca, horizontalidade e reciprocidade entre jovens e adultos. Esse foi um estudo inicial e sugere-se que novas pesquisas sejam feitas, como estudos de casos de experiências de êxito da inserção da juventude na economia solidária; mapeamentos de quem são e onde estão os jovens na economia solidária; significados do trabalho e da economia solidária para a juventude, dentre outros.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. M. de C.; ALVES, A. K. A.; GUSSI, A. F. Política de microcrédito para juventude: a experiência de duas atividades produtivas financiadas pelo Programa CREDJOVEM solidário em Fortaleza. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA DOMÉSTICA, 20., 2009, Fortaleza. *Anais eletrônicos* [...]. Fortaleza: UFC, 2009. p.1-8. Disponível em: http://www.xxcbcd.ufc.br/arqs/gt3/gt3_08.pdf. Acesso em: 3 nov. 2019.

BARBIERI, L. *et al.* Mulheres semeando agroecologia: uma experiência de convivência com o semiárido nas comunidades quilombolas da região do cará -PE. *In*: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE AGROECOLOGIA, 6., CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 10., SEMINÁRIO DE AGROECOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO, 5., 2017, Brasília, DF. *Anais eletrônicos* [...]. Brasília, DF: Associação Brasileira de Agroecologia, 2017. n.p. Disponível em: <http://cadernos.aba-agroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/346>. Acesso em: 3 dez. 2019.

BITENCOURT, B. M. *et al.* Sentidos do trabalho para jovens de um empreendimento solidário e para trainees. *Gerais, Revista Interinstitucional de Psicologia*, Juiz de fora, v. 7, n. 2, p. 142-155, dez. 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202014000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 9 dez. 2019.

CAVALCANTE, L. M. *Economia dos setores populares: juventude e educação para o trabalho*. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFC-7_68c609f0c015b89b39cbf211ed8b1453. Acesso em: 9 de dez. 2019.

CORSEUIL, C. H.; FRANCA, M. Inserção dos jovens no mercado de trabalho em tempos de crise. *Mercado de trabalho: conjuntura e análise*, Brasília, DF, ano 26, n. 70, p. 93-104, set. 2020.

EHLERT, A. Taxa de desemprego é maior entre a população jovem. *Bem Paraná*, 20 jan. 2014. Disponível em: <http://www.bemparana.com.br/noticia/299932/taxa-de-desemprego-e-maior-entre-a-populacao-jovem>. Acesso em: 1 nov. 2019.

ESPÍRITO SANTO, J. do *et al.* Cooperjovens: uma experiência juvenil de cooperativismo solidário na região sisaleira da Bahia. *Imagário*, São Paulo, v. 12, n. 12, p. 195-204, jun. 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-666X2006000100010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 jan. 2020.

FEIXA, C. *A juventude como categoria social está morrendo de êxito*. [Entrevista concedida a] Pablo Elorduy. Tradução CEPAT. *Instituto Humanitas Unisinos*, 10 mar. 2015. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/169-noticias/noticias-2015/540624-a-juventude-como-categoria-social-esta-morrendo-de-exito>. Acesso em: 16 jul. 2019.

GROPPO, L. A.; SILVEIRA, I. B. Juventude, classe social e política: reflexões teóricas inspiradas pelo movimento das ocupações estudantis no Brasil. *Argumentum*, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 7-21, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/30125>. Acesso em: 5 maio 2021.

LIBONI, M. T. L. *Pais e filhos problematizando a economia solidária como alternativa de trabalho para os jovens*. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Unicamp, 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/250928>. Acesso em: 20 set. 2019.

NAKANO, M. O Encontro solidário de gerações no mundo do trabalho: possibilidades de resignificação da escola. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 28., 2005, Caxambu. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Anped, 2005. p.1-16. Disponível em: <https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt03-216-intok.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2019.

NARDI, H. C. *et al.* Subjetividade e solidariedade: a diversidade das formas de implicação dos jovens na economia solidária. *Psicologia*:

Reflexão e Crítica, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 320-328, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722006000200019&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 dez. 2019.

NERI, M. C. Juventude e trabalho: qual o impacto da crise da renda dos jovens? E nos Nem-nem? *FGV Social*, nov. 2019. Disponível em: <https://cps.fgv.br/juventude-trabalho>. Acesso em: 6 dez. 2019.

NOVAIS, T. O. *et al.* A economia solidária como uma forma de promoção da juventude no campo / The solidarity economy as a way to promote Youth. *Comunicações em Ciências da Saúde*, Brasília, DF, v. 27, n. 3, p. 223-230, jul. 2016. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-907593>. Acesso em: 21 dez. 2019.

OLIVEIRA, M. L. de; MARQUES, L. R. Políticas de juventudes: histórias de vida, educação e resistência. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 37, n. 137, p. 1.203-1.222, dez. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302016000401203&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 1º nov. 2019.

RIBEIRO, C. G. *et al.* Formação e empreendimentos econômicos solidários: uma análise acerca das oficinas do projeto juventude camponesa do assentamento Roseli Nunes -Mirassol do Oeste-MT. In: ZART, L. L.; PAEZANO, E. dos S. M.; MARTINS, J. de O. (org.). *Fundamentos da produção social do conhecimento*. Cáceres: Editora Unimat, 2019. p. 304-316.

RITTER, C. *O mercado de trabalho para o adolescente em conflito com a lei: a economia solidária como alternativa de inserção social em Santo Ângelo*. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/455>. Acesso em: 15 nov. 2019.

RUEDA, D.; ELIAS, W. da C. A juventude na Economia Solidária: reflexões sobre engajamento e participação. In: BRANDÃO, C. R. *et al.* *Encantar a vida com a diversidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017. p.

83-88. v. 2. (Série Trilhas Educativas). Disponível em: <https://marista.edu.br/ims/wp-content/uploads/2017/07/Livro-Encantar-e-vida-com-a-Diversidade.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2019.

SGUAREZI, S. B. Economia Solidária e agroecologia: juventude camponesa e projetos produtivos em assentamentos de reforma agrária. *Guaju*, Matinhos, v. 4, n. 1, p. 25-42, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/guaju/article/view/58651>. Acesso em: 20 nov. 2019.

SILVA, E. R. A.; VAZ, F. M. Os jovens que não trabalham e não estudam no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil. *Mercado de trabalho: conjuntura e análise*, Brasília, DF, ano 26, n. 70, p. 105-121, set. 2020.

SILVA, J. A. da. *Por uma sociedade de iguais: à formação de jovens para o trabalho na perspectiva da Economia Solidária*. 2013. 233 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-09082013-155622/pt-br.php>. Acesso em: 9 nov. 2019.

SOARES, S. K. N. F. *A inserção de jovens rurais na economia solidária na perspectiva do desenvolvimento local: a experiência da Cooperativa de Adolescentes e Jovens do Setor de Artesanato do Meio Rural, do município de Ouricuri*. 2011. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) – Departamento de Educação, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2011. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URPE_9c7fa56ac287683e6e33eec76f1495b5. Acesso em: 17 dez. 2019.

SOUZA, E. V. S. *O cooperativismo em escolas do ensino médio de Cruz das Almas*. 2018. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Cooperativas) – Centro de ciências agrárias, ambientais e biológicas, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cruz das Almas, 2018. Disponível em: <http://www.repositoriodigital.ufrb.edu.br/handle/123456789/1362>. Acesso em: 10 nov. 2019.

TIRIBA, L.; FISCHER, M. C. B. Formação de jovens trabalhadores associados na produção da vida: questões para debate. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 13-29, jun. 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172011000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 nov. 2019. ZAMBONI, Carolina. Juventude: uma questão de fronteira para a Psicologia Social. In: VERÍSSIMO, Marília; GUARESCHI, Pedrinho (orgs.). *Psicologia do cotidiano: representações sociais em ação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p.275-292.

MULHERES CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: CONDIÇÕES DE VIDA, TRABALHO E ESTRATÉGIAS ORGANIZATIVAS NO BRASIL

Adriana Cristina Xavier Deiga Ferreira¹

Ronalda Barreto Silva²

Roberto Marinho Alves da Silva³

INTRODUÇÃO

A questão dos resíduos gerados pela produção e pelo consumo de bens e serviços é uma importante problemática mundial na contemporaneidade, com implicações e repercussões ambientais, sanitárias, sociais e econômicas. Em 2018, o Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) anunciou que são produzidos mais de dois bilhões de toneladas de resíduos no mundo, por ano, causando problemas de saúde e poluindo nosso meio ambiente (MS. MAIMUNAH MOHD, 2018). No Brasil, segundo a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), em 2018 eram gerados anualmente 79 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos (RSU), dos quais 72,7 milhões foram coletados, restando 6,3 milhões de toneladas não recolhidos junto aos locais de geração; quanto à destinação adequada dos resíduos coletados, 59,5% (43,3 milhões de toneladas) receberam um tipo de tratamento nos aterros sanitários ao passo que

¹ Assistente social, mestranda em Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

² Pedagoga, doutora em Filosofia e História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), professora titular da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

³ Filósofo, doutor em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB), professor associado no Departamento de Serviço Social da UFRN.

os 40,5% restantes (29,5 milhões de toneladas) foram despejados em locais inadequados por 3.001 municípios (PANORAMA, [2020]), demonstrando a ineficiência do poder público para reduzir os impactos dos descartes no meio ambiente.

Nesse cenário, encontram-se homens e mulheres que sobrevivem da atividade de catação de materiais recicláveis. Embora uma parte esteja, hoje, atuando em associações e cooperativas, a maioria trabalha nas ruas e nos lixões em condições extremamente precárias e insalubres. Esse labor representa, na maioria das vezes, a única alternativa de sobrevivência para essas pessoas que foram historicamente excluídas do trabalho formal, permanecem em situação de extrema pobreza e são estigmatizadas por sobreviverem dos restos descartados pela sociedade de consumo.

Com relação ao perfil desses profissionais, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) publicou, em 2013, um estudo com base nos dados do Censo Populacional de 2010 do IBGE, demonstrando que a maioria dos catadores e catadoras se identificou como de cor/raça negra e que os homens representavam 68,9% do total das pessoas que exerciam a atividade de coleta e reciclagem de resíduos sólidos no país (IPEA, 2013). Outras fontes destacam, porém, a predominância de mulheres nas associações e cooperativas de coleta e reciclagem, a exemplo do Movimento Nacional dos Catadores e das Catadoras de Materiais Recicláveis (MNCR), que considera a existência de 800 mil catadores e catadoras no Brasil, sendo 70% mulheres (MULHERES SÃO, 2014). Cherfem (2016) estimou que as mulheres constituem 75% dos integrantes das organizações (associações e cooperativas) vinculadas àquele movimento. Já o estudo encomendado pelo Comitê Interministerial de Inclusão Socioeconômica de Catadores da Secretaria-Geral da Presidência da República (CIISC-SGPR) apontou que o percentual de mulheres em empreendimentos econômicos solidários era de 56% do total, sendo a maioria delas responsável pelo sustento da família: em 51% dos casos, a catação é a única fonte de renda familiar, o que demonstra a “[...] importância do trabalho da mulher no setor de reciclagem, não se constituindo em renda complementar, mas a base do seu sustento e da sua família” (SILVA, 2014).

A literatura também destaca que, a partir da década de 1990, em busca de melhores condições de vida e de trabalho, muitas dessas mulheres catadoras passaram a se organizar junto com os demais catadores em grupos informais, associações e cooperativas locais e, no início do século XXI, atuaram decisivamente na constituição do MNCR, o que possibilitou maior visibilidade das demandas desse segmento perante a sociedade e o poder público. Nesse contexto, questiona-se sobre quais dificuldades são enfrentadas pelas mulheres catadoras para obter reconhecimento político e ocupar espaços de direção nesses processos organizativos, locais e nacionais. Para discutir essa questão, faz-se necessário considerar como se dá o entrelaçamento entre as dimensões e formas de exploração de trabalho que são intrínsecas às relações sociais de produção capitalista e as demais expressões das desigualdades relativas às condições étnico-raciais e das relações patriarcais de gênero que marcam profundamente a formação social brasileira.

As reflexões aqui apresentadas resultaram de estudos documentais e de revisão na literatura sobre a temática, no âmbito de pesquisa realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) sobre as “Políticas Públicas Nacionais de Inclusão Socioeconômica de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis”. A análise considerou, além dos impactos ambientais, sanitários e sociais do manejo dos resíduos sólidos, os processos de constituição das organizações coletivas das catadoras e catadores para incidir nas políticas públicas. Nesse sentido, afloraram as particularidades das condições de vida, de trabalho e organizativas das mulheres catadoras de recicláveis.

Considerando esses aspectos, o objetivo do presente artigo é analisar os desafios que se colocam no cotidiano das mulheres catadoras de materiais recicláveis no Brasil para a conquista de reconhecimento político, considerando a interseccionalidade de classe, raça e gênero no contexto da sociabilidade capitalista em que vivem e trabalham. Busca-se contribuir nesse debate agregando reflexões sobre as estratégias políticas e organizativas construídas pelas mulheres catadoras de materiais recicláveis no Brasil para enfrentar essas formas históricas e estruturais de exploração econômica e de exclusão social.

Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório e explicativo em fontes documentais secundárias e com ampla revisão da literatura concernente ao tema. A análise do objeto foi orientada a partir da abordagem teórico-metodológica do materialismo histórico e dialético que busca apreender as múltiplas determinações e contradições do movimento da realidade sócio-histórica a fim de estabelecer mediações entre as particularidades do objeto de estudo e a compreensão da totalidade das relações sociais. No caso específico, coloca-se o desafio metodológico de apreender, nas condições materiais de vida e de trabalho das catadoras, as formas históricas e estruturais de exploração e negação de direitos fundamentais que são agravadas pelas desigualdades de classe, de gênero e de raça.

O texto está estruturado em quatro partes, considerando esta introdução e as considerações finais. No segundo item, apresenta um panorama sobre as condições de vida e de trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis, perpassadas pelas relações de desigualdades socioeconômicas. O terceiro item trata dos desafios e das estratégias políticas que estão sendo construídas por estas mulheres buscando superar a condição de subordinação nas relações internas às suas organizações e na sociedade. Nas considerações finais, além da síntese das apreensões da realidade estudada, apresentam-se alguns dos desafios que se colocam para essas mulheres e suas organizações coletivas, na atualidade brasileira.

CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO DAS MULHERES CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

Analisar as condições de vida e de trabalho das mulheres que vivem da coleta de materiais recicláveis requer considerar suas especificidades relacionadas à exploração laboral, às desigualdades de classe, de raça e de gênero, bem como as relações sociais e políticas que estabelecem com a sociedade e o Estado.

De início, é importante destacar que as catadoras retratam uma fração da população trabalhadora, cujas condições de vida e de trabalho expressam as circunstâncias extremas de desigualdades sociais e econômicas

da sociabilidade capitalista⁴ e afetam significativamente a vida da maior parte da população brasileira. Um dos espaços mais impactados por essa situação é o lugar onde a sociedade deposita as sobras do consumo, o lugar do lixo, no qual se encontram homens e mulheres que realizam o trabalho de catação como forma de subsistência.

As precárias e insalubres condições de trabalho nos lixões e nas ruas estão intimamente interligadas com outras expressões da questão social:⁵ a baixa escolaridade, as diversas formas de violência, a ausência de moradia (população em situação de rua que vive da catação) ou a vida em residências precárias próximas aos lixões e aterros sanitários, a fome e a miséria, dentre outras mazelas sociais. Não raras vezes, o próprio alimento é retirado dos resíduos, a exemplo do caso relatado por Ferreira (2019) sobre uma catadora que nasceu próxima ao lixão e foi atraída à catação, com apenas 7 anos de idade para procurar alimentos e teve de abandonar a escola por sofrer *bullying* provocado pelo cheiro de chorume que exalava.⁶ Tal realidade demonstra que “[...] para além desses indicadores relacionados à renda e ao usufruto de bens, serviços e da riqueza socialmente produzida, a pobreza é fenômeno multidimensional, é categoria política que implica carecimentos no plano espiritual, no campo dos direitos, das possibilidades e esperanças” (YAZBEK, 2001, p. 34).

Percebe-se que os catadores e as catadoras de materiais recicláveis compõem a parcela excedente para as necessidades médias de exploração do capital, o chamado “exército industrial de reserva”, parte de uma superpopulação relativa, estagnada, constituída por trabalhadores e trabalhadoras em ocupações precárias, irregulares, que estão fora dos empregos

4 Bertero (1997, p. 32) considera que *A Miséria da Filosofia*, de Karl Marx, contém a “[...] formulação primeira, embrionária, da sociabilidade capitalista, em que tudo é alienável, passível de troca: mercadorias em geral, sejam elas produtos do trabalho (como sucede com a maioria delas) ou não (como a terra, por exemplo), sejam elas, ainda, coisas tangíveis (roupas, sapatos, corpo, como no caso das prostitutas, etc.) ou não, como ‘virtude’, ‘amor’, ‘opinião’, ‘ciência’, ‘consciência’, etc. Tudo, enfim, é comercializável”.

5 Enquanto conjunto de expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista, constitutiva das relações sociais, expressa a disputa capital/trabalho de apropriação da riqueza social (IAMAMOTO, 2001).

6 Trata-se do líquido escuro e ácido, de cheiro típico e desagradável, proveniente da decomposição da matéria orgânica depositada nos grandes lixões e nos aterros sanitários.

formais (SIQUEIRA, 2013). Assim, as catadoras que atuam nas ruas das cidades realizam um labor solitário, expostas ao sol e à chuva, disputam espaço com os automóveis no trânsito, geralmente usam carros puxados à mão em pisos irregulares, diversas vezes, cheios e muito pesados, conforme destacam Galon e Marziale (2016). Afirmam que, nos lixões e nos aterros, a precarização é ainda maior, sendo habitual que as catadoras e suas famílias se encontrem no meio de uma vastidão de lixo, concorrendo com outras pessoas, com animais, com caminhões e tratores, expostas ao sol e à chuva e aos riscos de acidentes com objetos cortantes e atropelamentos.

O trabalho realizado requer grande esforço físico, geralmente realizado sem os equipamentos de proteção individual e com exposição aos gases tóxicos produzidos pela decomposição do material. Consoante Costa e Pato (2016), esses locais não possuem infraestrutura para prover necessidades básicas, como ir ao banheiro, ou se alimentar com salubridade, além de, muitas vezes, funcionar como ponto de prostituição e de tráfico de drogas. São situações que ocorrem nesses territórios e acarretam vulnerabilidade social e risco à vida e à segurança das pessoas que vivem da catação.

Tal situação tem suas particularidades históricas e estruturais. Mais de dois terços desses trabalhadores e trabalhadoras da coleta e reciclagem de resíduos sólidos são negros e negras, conforme estudo do Ipea (2013). Cruz (2016) aponta que, desde o século XIX, os serviços de coleta de lixo e de outros dejetos eram atribuídos à população negra, de escravizados e ex-escravizados, o que reflete o processo histórico de construção das desigualdades sociais, econômicas e raciais em nossa sociedade: “Nos cuidados com o lixo, no Brasil, os escravos conhecidos como ‘tigres’ ou ‘cabungos’, transportavam as imundícies das casas. O responsável por esta tarefa era sempre aquele de menor valor dentre os serviços do seu senhor” (CRUZ, 2016, p. 39-40). Essas formas de discriminação permanecem na atualidade, influenciando negativamente e mantendo quase inalteradas as condições de vida e de trabalho de catadores e catadoras de materiais recicláveis.

No século XXI, esses trabalhadores e trabalhadoras são extremamente explorados pelo capital, dada a subordinação na cadeia produtiva da reciclagem,

que “[...] estrutura-se em forma piramidal, tendo as catadoras e os catadores como base; os atravessadores como faixa intermediária; e as indústrias, cuja matéria-prima é o aproveitamento de materiais recicláveis, como topo” (MARTINS et al., 2016, p. 91). A subalternidade é expressa no “[...] pouco poder de voz nas negociações e a volubilidade nos ganhos obtidos com a coleta de recicláveis intensificam a precariedade laboral” (GALON; MARZIALE, 2016, p. 180). Dessa forma, embora colaborem para a reprodução e ampliação do capital, maximizando os lucros da indústria “[...] via exploração do (a) trabalhador (a), diminuição do uso de matérias-primas e economia de energia” (MARTINS et al., 2016, p. 91), os catadores e as catadoras não estão apenas excluídos do mercado formal de trabalho, mas têm sua cidadania negada com a expropriação de direitos trabalhistas e previdenciários.

Ao enfrentar situações tão precárias, as catadoras e catadores vivenciam, frequentemente, sentimentos de autoanulação, passam a não se perceberem como seres humanos, sentindo-se parte do material que manuseiam: o lixo da sociedade. Diversos problemas psíquicos podem atingir esses trabalhadores: “[...] entre eles desânimo, raiva, irritabilidade, ansiedade, baixa autoestima, desamparo e sentimento de humilhação, aspectos diretamente relacionados com a própria desvalorização e rejeição do trabalho do catador pela sociedade” (GALON; MARZIALE, 2016, p. 185). Esses fatores negativos, no entanto, podem contribuir para a tomada de consciência da opressão e formar a identidade social de uma categoria, muitas vezes estimulando a organização coletiva, que tem sido fundamental, pois abre possibilidades de resgate humano, de aumento da autoestima, de conquista de direitos e de redução da sujeição.

Dessa forma, é possível compreender a questão social como intrínseca ao modo de produção capitalista que se revela, conforme Iamamoto e Carvalho (2014), a partir do movimento de reação da parcela da população insatisfeita com suas condições de vida e de trabalho, questionando e afrontando a ordem estabelecida e seus problemas sociais. No caso em análise, esse movimento fica explícito também a partir da organização e da luta de catadores e catadoras, como sujeitos de direito, revelando as mazelas das desigualdades, do processo de pauperização absoluta que, de certa forma, questiona a legitimidade do sistema de exploração. Dessa maneira, o Estado fica

obrigado a intervir por meio de políticas sociais, visando garantir os níveis de produtividade do trabalho exigidos na expansão do capital, e restaurar a credibilidade no sistema de dominação (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014).

Nas associações e cooperativas mais estruturadas, o trabalho é realizado coletivamente, existem espaços amplos para manejar e armazenar os materiais em galpões e com equipamentos de propriedade coletiva, o que possibilita agregar valor e ampliar o poder de barganha do material triado e enfardado. Além disso, essas organizações possuem princípios e práticas de autogestão, cuja provável consequência é “[...] a solidariedade e a igualdade” (SINGER, 2002, p. 10). Todavia, essa ainda não é a realidade da maioria das pessoas que vivem da catação. Além disso, mesmo em condições laborais melhores, permanecem as dificuldades na organização política, no funcionamento e na viabilidade dos empreendimentos associativos e cooperativos.

Apontadas pelo MNCR como maioria entre os participantes dessas organizações coletivas, as mulheres catadoras normalmente trabalham na triagem e na classificação dos materiais, uma atividade que, apesar de considerada fundamental, é pouco valorizada pelos próprios companheiros, quando comparada às funções que geralmente são designadas para os homens: a operação das máquinas, o carregamento e o transporte dos materiais. A divisão sexual do trabalho e o desprestígio do “trabalho feminino” frente ao “trabalho masculino” são expressos, dentre outras formas, na remuneração que as mulheres recebem, em muitos casos em menor valor do que a remuneração recebida pelos homens, sobretudo quando a mulher trabalha uma quantidade menor de horas, pois tem que realizar a jornada reprodutiva, cuidando da casa e das pessoas que dela dependem, provendo alimentação e outros itens essenciais.

Essas circunstâncias fornecem elementos para refletir sobre as relações de trabalho precarizadas e as questões de gênero. As catadoras, além de estarem submetidas às vulnerabilidades sociais, econômicas e relativas à saúde, ainda se encontram expostas aos mais variados preconceitos relacionados ao seu trabalho, à sua classe, ao seu gênero e à sua etnia. Um fator essencial para compreender essa situação de subordinação e exploração é a relevância de sua relação histórica com o patriarcado. A desigualdade das relações de gênero presente na vida das mulheres é

resultante de um processo histórico atrelado ao sistema patriarcal, que teve sua consolidação histórica associada à emergência e produção da propriedade privada, bem como da garantia do seu controle e de sua perpetuação. Segundo Cisne (2013), isso ocorre de forma diferente do que prega a ideologia que perpetua a ideia da subordinação da mulher como algo que nasceu com a humanidade. Na verdade, o patriarcado é resultado de um processo histórico e não de um processo natural advindo do sexo, de forma que se reproduz socialmente no modo de produção capitalista e atravessa a vida das mulheres. Dessa maneira,

Para perpetuar essa divisão desigual de tarefas e poder entre homens e mulheres, garantindo a propriedade privada e sua perpetuação de uma geração à outra, por meio da herança, a família passou a demandar o modelo monogâmico e heterossexual, que coroam a construção de um modelo de família com base no patriarcado. O controle sobre o corpo e a sexualidade feminina via monogamia passa a assegurar a prole aos homens, o que lhes garante força de trabalho e herdeiros legítimos. (CISNE; SANTOS, 2018, p. 58)

Mesmo diante de tamanha opressão, as lutas feministas sempre estiveram presentes ao longo da história da humanidade. Da mesma forma, as mulheres catadoras que atuam coletivamente buscam enfrentar as desigualdades de gênero em todos os espaços sociais, sobretudo nas organizações e movimentos, onde participam, conforme veremos a seguir.

DESAFIOS E ESTRATÉGIAS ORGANIZATIVAS DE MULHERES CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO BRASIL

As catadoras são personagens de uma trama capitalista e patriarcal que mistura gênero, raça e classe social. A dificuldade para se inserir no mercado formal de trabalho, entre outras razões, contribui para que elas busquem estratégias de sobrevivência na atividade da catação, que, mesmo sendo um trabalho pesado e insalubre, é, muitas vezes, a única ou última alternativa para suprir suas necessidades e de sua família:

Existe uma relação intrínseca e de difícil ruptura entre gênero, pobreza e trabalho precário. A baixa escolaridade e a ausência de qualificação profissional, o peso que o trabalho reprodutivo ocupa na vida das mulheres pobres e a necessidade de adquirir renda para o sustento da família direcionam essas mulheres para ocupações precárias. (CAPACLE, 2017, p. 160)

Essa precariedade, no cotidiano das catadoras, apresenta-se mais intensamente para as que trabalham nos lixões e nas ruas, deixando-as expostas às diversas vulnerabilidades que podem atingir a saúde física e psicológica, conforme aqui já citado. Entretanto, há uma quantidade significativa de mulheres que trabalham na coleta, triagem e reciclagem em organizações (grupos, associações, cooperativas e redes de cooperação) onde o processo de trabalho é definido de forma coletiva.

De fato, a partir dos anos 1990, houve um aumento do número de organizações associativas e de cooperação compostas por catadoras e catadores de materiais recicláveis, criadas como formas de enfrentamento das precárias e insalubres condições de trabalho e que visam, também, a redução da extrema exploração a que esses sujeitos são submetidos na cadeia de valor da reciclagem. Essas iniciativas têm sido criadas pelos próprios catadores e catadoras ou incentivadas e fomentadas por organizações da sociedade civil e do poder público municipal. Silva (2015, p. 52) destaca que a “[...] primeira cooperativa de catadores que se tem registro é a Coopamare, de São Paulo, criada em 1989”, embora o trabalho de mobilização e de organização desses catadores e catadoras tenha se iniciado antes, inclusive com a constituição de uma associação em 1985. O autor destaca que nos anos 1990 os Fóruns Lixo e Cidadania se constituíram como espaços de articulação de entidades que apoiavam e fomentavam as organizações de catadores e catadoras de materiais recicláveis no Brasil.⁷

⁷ Conforme Silva (2015, p. 54-55), os Fóruns Lixo e Cidadania, incentivados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) no final dos anos 1990, em âmbito nacional e nos estados, com o propósito de erradicar o trabalho infantil nos lixões, além articular organizações da sociedade civil, movimentos sociais, universidades, empresas e outros órgãos públicos, contavam também com a participação de cooperativas e associações de catadores.

Nesse contexto, em 1999, ocorreu o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, que impulsionou a realização do 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, em 2001, em Brasília, evento que reuniu mais de 1.700 catadoras e catadores. Nesse primeiro congresso, foi concebido o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, como um instrumento de organização e luta por direitos.⁸ A *Carta de Brasília* expressa as principais bandeiras de luta e as demandas da categoria, entre as quais o fim dos lixões, o combate ao trabalho infantil, o reconhecimento e valorização profissional, as condições institucionais para a inclusão social e econômica na cadeia produtiva da reciclagem, entre as quais a regulamentação da profissão de catador de materiais recicláveis, além de reivindicar que “[...] o processo de industrialização (reciclagem) seja desenvolvido, em todo o país, prioritariamente, por empresas sociais de catadores de materiais recicláveis” (CARTA DE BRASÍLIA, [2019]). Esse processo organizativo possibilitou que, em 2002, a profissão fosse reconhecida oficialmente na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e que, em 2010, os catadores e catadoras tivessem efetiva participação e reconhecimento na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei nº 12.305/2010.⁹

Os catadores e catadoras também passaram a reivindicar o atendimento de suas demandas, com a implantação de políticas direcionadas para a melhoria das suas condições de vida e trabalho, como reconhecimento aos serviços ambientais e sanitários que realizam, evitando que milhões de toneladas de material reciclável fiquem acumulados nas ruas e nos lixões. Com a abertura de canais de diálogo com o governo federal, sobretudo a partir de 2003, foram adotadas medidas legais para adoção da coleta seletiva com a participação das organizações de catadores e catadoras, bem como projetos e programas federais que visavam

⁸ É importante ressaltar que o MNCR tem as organizações produtivas (cooperativas e associações) como sua base orgânica, sendo um misto de caráter político e econômico.

⁹ A PNRS reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotadas pelo governo federal, isoladamente ou em regime de cooperação com estados, Distrito Federal, municípios ou particulares, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento adequado dos resíduos sólidos (BRASIL, [2020b]).

fortalecer as suas associações, cooperativas e redes de cooperação, a exemplo do Programa Pró-Catador¹⁰ e do Projeto Cataforte.¹¹ Para Silva e Silva (2018, p. 141) a finalidade era “[...] apoiar a atuação política e fortalecer as organizações produtivas para contratação e realização da coleta seletiva pelos municípios”. Conforme os autores, mesmo com inúmeros limites e dificuldades, os empreendimentos apoiados conseguiram ampliar suas capacidades de prestação de serviços de coleta seletiva, triagem, reciclagem e beneficiamento de materiais, agregando valor aos produtos e aumentando a renda.

Todavia, apesar de o trabalho nos empreendimentos coletivos ser realizado em comum e possuir regras flexíveis, existem vários problemas enfrentados pelas mulheres catadoras. Um deles, de acordo com Capacle (2017), é a grande rotatividade de trabalhadoras nessas organizações. As desistências se dão por diversos motivos, desde as adversidades da vida privada, a dureza do trabalho ou a possibilidade de outra ocupação que lhes proporcione uma melhor renda. As mulheres que permanecem muitas vezes conseguem ir além da finalidade de obter renda na catação e triagem e conseguem maior valorização, melhorando a autoestima, adquirindo novos conhecimentos e habilidades: “[...] fizeram cursos, estudaram sobre cooperativismo e sobre direitos de cidadania. Outras aprenderam no movimento social que a luta é diária e que o catador organizado forma uma comunidade de pertencimento e resistência. Elas tomaram as rédeas da própria vida” (CAPACLE, 2017, p. 182).

Esse processo leva parte dessas mulheres a desenvolver um forte sentimento de pertencimento à organização, atuando efetivamente para a melhoria das atividades, o que conduz a participar mais ativamente das decisões. Diversos estudos (RIBEIRO; NARDI; MACHADO, 2012; SILVA,

10 Instituído pelo Decreto nº 7.405, de 2010, tinha por objetivo a integração e a articulação das ações do governo federal direcionadas a apoiar e fomentar as associações e cooperativas dos catadores, com o intuito de melhorar as condições de trabalho e viabilizar a inclusão econômica e social na PNRS (BRASIL, [2020a]).

11 Criado em 2007, buscou integrar as organizações dos catadores e catadoras na cadeia produtiva da reciclagem, favorecendo a prestação de serviços de coleta seletiva, da logística reversa e do beneficiamento de materiais recicláveis.

2015; CHERFEM, 2016; CRUZ, 2016; MARTINS et al., 2016; CAPACLE, 2017) apontam que está em curso um processo recente de afirmação das mulheres catadoras como lideranças nesses espaços organizativos. À medida que adquirem consciência do valor de seu trabalho e de sua capacidade de se desenvolver como mulheres e como profissionais, passam a reivindicar o reconhecimento político e ocupam lugares de direção nas organizações. Assim, ocorrem avanços na participação política das mulheres catadoras, nas atividades internas com a conquista de cargos de liderança, e externas, em espaços públicos.

Porém, é nesses momentos que aparecem os limites das relações desiguais de gênero. A despeito da valorização do trabalho coletivo, as mulheres catadoras enfrentam dificuldades em obter reconhecimento político e para ocupar lugares de direção, tanto nas organizações locais quanto nos espaços nacionais. Os estudos aqui citados apontam os desafios enfrentados pelas catadoras para alcançar esses objetivos. Conforme Martins et al. (2016), muitas mulheres que ocupam funções de destaque e liderança, como presidentas das associações ou cooperativas, não são vistas ou reconhecidas a partir de suas capacidades de liderança e de gestão dos empreendimentos, mas pela imagem “materna”, do cuidado feminino com os seus próximos. As autoras destacam que os associados enxergam as mulheres catadoras como “mães”, pois elas se preocupam também com as demandas das famílias dos cooperados e procuram transformar o espaço de trabalho em espaço de lazer e cuidado. Já os homens não possuem essas características integradoras na cooperativa. Muitos pensam através de uma racionalidade individualista e ordenada por modelos de masculinidade hegemônica.

Mesmo executando um trabalho o qual normalmente a sociedade patriarcal e machista não destina para as mulheres, a exemplo do trabalho de liderança, a mulher catadora ainda é vista a partir da função reprodutiva materna, o que corrobora estereótipos criados, reproduzindo a missão destinada como norma para as mulheres: o “cuidado”. Essa identificação entre a mulher e a natureza tem sido reforçada historicamente por causa dos processos biológicos de reprodução, ou seja, a relação mulher/natureza é percebida socialmente como determinismo biológico: “[...] é a

partir das diferenças sexuais que a sociedade constrói seu entendimento de masculino e feminino e consequentes relações assimétricas de poder” (NASCIMENTO, 2018, p. 30).

Todavia, apesar de os cooperados e cooperadas reproduzirem um modelo instituído pelo patriarcado, no qual a função da mulher, no caso, da presidenta da cooperativa, é cuidar não só dos cooperados, mas também de suas famílias, é visto por eles e elas como algo benéfico. À vista disso, é importante modificar a forma de perceber o espaço público como pertencente ao homem e o espaço privado, à mulher. Estudo realizado por Ribeiro, Nardi e Machado (2012) mostra que, ao assumir posição mais ativa no empreendimento de reciclagem, as mulheres contestam essa naturalização das funções e atributos tradicionais e das relações de poder entre homens e mulheres, o que, por vezes, tenciona as relações de gênero e de trabalho diante da “[...] instabilidade dos tradicionais papéis masculinos e femininos, questionando, de certo modo, a divisão sexual do trabalho” (RIBEIRO; NARDI; MACHADO, 2012, p. 252). O estudo mostrou que muitos homens não se sentem à vontade quando uma mulher está “deliberando as coisas”, de forma a desrespeitar as lideranças constituídas por mulheres.

Nesse contexto, a estratégia mais adequada para enfrentar essa situação está no fortalecimento das articulações das mulheres catadoras para afirmar o seu lugar nos processos organizativos locais e nacional. Além disso, essas mulheres são protagonistas do desenvolvimento de um trabalho educativo, de sensibilização e de convencimento sobre as opressões de gênero e a luta para superá-las. Conforme Capacle (2017, p. 200), essas estratégias têm repercussões nos diversos espaços e relações sociais das catadoras, inclusive no enfrentamento da violência doméstica, “[...] uma vez que conquistam a independência financeira, a autonomia e a possibilidade de sustentar suas famílias”.

Da mesma forma, Silva (2015) destaca que essas mulheres conquistam nas suas organizações locais e no MNCR os espaços de constituição da identidade, compartilhando suas histórias de vida, “[...] o fato de ter morado na rua lhe trazia prestígio, onde sua história de perda e reencontro, de si

mesma, poderia ser ressignificada e aproveitada para a integração de novos membros, que ainda viviam naquela condição” (p. 174). Conforme o autor, é a partir dessa valorização que emerge a capacidade de liderança, superando o sentimento de vergonha e resignificando “[...] o processo de invalidação social que sofria nas ruas, à luz de uma narrativa compartilhada com os outros militantes do Movimento de catadores. O investimento na militância se dá a partir da ressignificação das humilhações sofridas” (SILVA, 2015, p. 201). Dessa forma, as mulheres catadoras que assumem posição de liderança, em associações e cooperativas, foram desenvolvendo um forte sentimento de pertencimento à categoria, em razão de uma convicção subjetiva acerca da origem relacionada à catação, “[...] relacionada a uma ‘zona de vulnerabilidades’, que permeia a vida dessas pessoas, devido à precariedade do trabalho ou à fragilidade dos laços familiares” (CAPACLE, 2017, p. 195).

Muitas dessas mulheres vão além de suas cooperativas e se preocupam com o conjunto da categoria, passando a lutar para que todos e todas possam alcançar melhores condições de vida e de trabalho. As lideranças do MNCR são oriundas de associações e cooperativas de base ou locais, atuam enquanto dirigentes dos seus empreendimentos, são responsáveis pela negociação com as empresas e com o poder público, assinam contratos de prestação de serviços e negociam com fornecedores. Entretanto, os princípios políticos de organização do MNCR não se restringem à forma de organização produtiva, mas possuem objetivos mais amplos, desde a luta para criar um ambiente institucional favorável à coleta seletiva, com a participação das organizações de catadores e catadoras, até as lutas estratégicas ou emancipatórias contra o sistema de opressão e exploração capitalista que reproduz as condições de precariedade às quais estão submetidas essas catadoras e catadores.

Dessa forma, tornar-se dirigente no empreendimento constitui-se em um caminho para exercer a liderança em espaços mais amplos, não apenas geográficos (local, estadual e nacional), mas no cumprimento da agenda política do MNCR. Espaço este que era normalmente ocupado apenas por lideranças masculinas. Ao analisar essa situação, Ribeiro, Nardi e Machado (2012, p. 251) destacam que há uma tensão no sentido de que normalmente

as decisões finais eram advindas das posições masculinas e a participação das mulheres se dava, praticamente, apenas de forma quantitativa: “Nesse caso, observávamos nas instâncias do Movimento, que a mulher continuava ‘administrando a casa’ (galpão), enquanto os homens praticamente tomavam conta das atividades relacionadas ao ‘público’ (fora do galpão)”.

Para enfrentar essa situação, as catadoras desenvolveram suas capacidades de liderança e de interlocução política com setores da sociedade e do Estado, a partir da ocupação de espaços de direção:

[...] aprenderam a falar em público e a expressar sua opinião, aumentaram as suas redes de contatos e solidariedade, bem como adquiriram novos conteúdos antes impensáveis em suas vidas como domésticas ou nos outros trabalhos presentes em suas trajetórias profissionais. (CHERFEM, 2016, p. 63)

Como parte da estratégia de fortalecimento da categoria e do protagonismo político das mulheres catadoras, foram realizadas diversas mobilizações e eventos, a exemplo dos Encontros Nacionais de Mulheres Catadoras, cuja primeira edição ocorreu em 2008. Da mesma forma, foram realizados encontros estaduais, abrindo espaços de debate para as particularidades das condições das mulheres catadoras no movimento, o que fortalece a presença delas nos espaços de direção política. Em âmbito nacional, conforme noticia o MNCR, “Hoje a Comissão Nacional do MNCR tem em sua composição 60% de mulheres representantes e o avanço do protagonismo feminino é uma estratégia de fortalecimento da categoria como um todo, uma vez que a categoria organizada tem em sua maioria as mulheres” (MULHERES DA COMISSÃO, 2017).

A despeito desse discurso, o estudo de Ferreira (2019) destaca as dificuldades enfrentadas pelas mulheres nesse processo de afirmação nos espaços nacionais de direção política. O MNCR não está isento dos preconceitos e comportamentos criados socialmente, como é o caso do machismo que permeia os mais variados campos sociais, conquanto haja também no espaço do MNCR um trabalho de conscientização desenvolvido pelas catadoras sobre a equidade de gênero, o que aos poucos vai mudando o comportamento de

alguns participantes e, ao mesmo tempo, vai fortalecendo as capacidades de lideranças das mulheres catadoras de materiais recicláveis. Para isso, utilizam-se estrategicamente de palestras, debates e oficinas temáticas, relacionadas a gênero, políticas públicas, relevância dos espaços organizativos de mulheres, dentre outros temas pertinentes à categoria.

Mesmo com as adversidades, as catadoras vão se fortalecendo nos espaços conquistados e conseguem desenvolver o protagonismo feminino nos embates vinculados à categoria e nas lutas mais amplas da classe trabalhadora. Alguns exemplos mostram esses avanços. Em 2019, a União Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis do Brasil (Unicadores), que articula centenas de cooperativas de coleta e reciclagem no país, era presidida por uma mulher catadora. Da mesma forma, a representação da categoria na diretoria da União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (Unicopas) é feminina. Além disso, as mulheres catadoras participam ativamente de espaços de diálogos e de troca de experiências com outros movimentos sociais nos quais as mulheres também constroem e fortalecem espaços próprios de articulação e direção política.¹²

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo, buscou-se compreender as condições de vida e de trabalho para analisar as trajetórias organizativas das mulheres catadoras de materiais recicláveis no Brasil, considerando as determinações históricas, sociais, econômicas e culturais relacionadas às desigualdades de classe, raça e patriarcais de gênero.

A partir da explicitação das condições às quais se encontram essas trabalhadoras, demasiadamente expostas em uma conjuntura extrema de exclusão social e econômica, foi possível uma aproximação do real significado do movimento de emersão política dessas mulheres: o modo como

¹² Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Fórum de Mulheres Negras, Movimento da Economia Solidária, Marcha Mundial das Mulheres etc.

elas conseguem, praticamente, “sair do meio do lixo” onde estavam imersas, para se tornarem catadoras de materiais recicláveis e “sujeitas políticas” que protagonizam as lutas por seus direitos. Este processo se inicia a partir da inserção dessas mulheres catadoras em organizações coletivas associativas e cooperativas locais, onde elas são desafiadas a assumir responsabilidades de gestão, indo além das demandas mais urgentes de sobrevivência, descobrindo a importância da ação coletiva. Aos poucos, foram se descobrindo como trabalhadoras importantes para sociedade e para o meio ambiente, embora fossem invisibilizadas, por serem mulheres, negras e pobres.

Algumas delas encontraram as lutas feministas, desejaram direitos e possibilidades iguais para todas e todos, foram se organizando, ampliando suas articulações e, sobretudo, reconhecendo sua situação de classe social e de mulher numa sociedade com as marcas históricas do patriarcado que explicam as desigualdades de gênero, particularizadas nas condições de vida e de trabalho. Ao adentrar nos espaços organizativos que antes eram privativos de lideranças masculinas, enfrentam as barreiras que distorcem o reconhecimento de suas capacidades políticas e limitam o acesso aos cargos de direção.

Para enfrentar esses desafios, as mulheres catadoras de materiais recicláveis desenvolvem estratégias de autoafirmação, a partir do conhecimento que adquirem de si mesmas e de sua condição de classe social, e passam a se reconhecer como portadoras de direitos, o que possibilita avançar na organização coletiva. Entre as estratégias construídas, têm destaque os encontros estaduais e nacionais que possibilitaram a articulação para partilha de saberes, experiências e sentimentos, fortalecendo uma identidade coletiva que será a base de reconhecimento e ocupação de espaços políticos mais amplos. Hoje, algumas dessas mulheres lideranças estão na linha de frente das lutas locais e nacionais contra a incineração dos resíduos, a favor da coleta seletiva e da logística reversa, com a justa remuneração da categoria pelo poder público, considerando os relevantes e essenciais serviços que prestam à coletividade e ao meio ambiente.

Nesse campo, porém, os desafios que se apresentam também se agigantaram nos últimos anos. Apesar de alguns avanços que tiveram nesse

século XXI no Brasil, sobretudo entre 2003 e 2015, a partir da crise institucional de 2016, conforme Silva e Silva (2018), os retrocessos ficaram evidentes na lentidão de implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos e na perda de importância, na agenda governamental, das iniciativas de inclusão socioeconômica de catadores e catadoras de materiais recicláveis, considerando que contradizem as diretrizes estruturais de ajuste fiscal e de restrição de direitos de cidadania. Mesmo em um contexto desfavorável, as catadoras de materiais recicláveis mantêm suas estratégias de enfrentamento das desigualdades sociais, de raça e das relações desiguais de gênero, fortalecendo a organização política da categoria e realizando, paulatinamente, suas conquistas.

REFERÊNCIAS

BERTERO, J. F. Gênese da sociabilidade capitalista: uma leitura de “A Miséria da Filosofia” de Karl Marx. *Estudos de Sociologia*, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 9-34, 1997. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/issue/view/123>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. *Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010*. Institui o Programa Pró-Catador, denomina Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, dispõe sobre sua organização e funcionamento, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2020a]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7405.htm#:~:text=Institui%20o%20Programa%20Pr%C3%B3%2DCatador,organiza%C3%A7%C3%A3o%20e%20funcionamento%2C%20e%20d%C3%A1. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. *Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010*. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2020b].

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 20 ago. 2020.

CAPACLE, C. *As relíquias do lixo: mulheres catadoras e o engenhoso trabalho de cooperar e resistir*. 2017. 269 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

CARTA DE BRASÍLIA. MNCR, [2019]. Disponível em: <http://www.mnccr.org.br/sobre-o-mnccr/principios-e-objetivos/carta-de-brasil>. Acesso em: 20 mar. 2019.

CHERFEM, C. O. Relações de gênero e raça em uma cooperativa de resíduos sólidos: desafios de um setor. In: PEREIRA, B. C. J.; GOES, F. L. (org.). *Catadores de Materiais Recicláveis: um encontro nacional*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 47-74.

CISNE, M. *Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil*. 2013. 409 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. *Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2018.

COSTA, C. M.; PATO, C. A constituição de catadores de material reciclável: a identidade estigmatizada pela exclusão e a construção da emancipação como forma de transcendência. In: PEREIRA, B. C. J.; GOES, F. L. (org.). *Catadores de Materiais Recicláveis: um encontro nacional*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 99-122.

CRUZ, M. C. A. *As invisíveis necessárias: trabalho e educação das mulheres catadoras de materiais recicláveis em São Luís*. 2016. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação/CCSO, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.

FERREIRA, A. C. X. D. *Mulheres catadoras de materiais recicláveis no Brasil: condições de gênero e desafios socio-organizacionais no século XXI*. 2019. 89 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Centro de

Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

GALON, T.; MARZIALE, M. H. P. Condições de Trabalho e Saúde de Catadores de Materiais Recicláveis na América Latina: uma revisão de escopo. In: PEREIRA, B. C. J.; GOES, F. L. (org.). *Catadores de Materiais Recicláveis: um encontro nacional*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 169-200.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. *Temporalis*, Brasília, DF, n. 3, p. 9-32, 2001.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA [IPEA]. *Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável – Brasil*. Brasília, DF: Ipea, 2013.

MARTINS, I. G. et al. Reciclando as Relações de Gênero: a divisão sexual do trabalho em cooperativas de catadoras e catadores, e o papel de lideranças femininas na política pública de resíduos sólidos no distrito federal. In: PEREIRA, B. C. J.; GOES, F. L. (org.). *Catadores de Materiais Recicláveis: um encontro nacional*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 75-97.

MS. MAIMUNAH MOHD Sharif, United Nations Under-Secretary-General and Executive Director's message on World Habitat Day. UNHabitat, 1 out. 2018. Disponível em: <https://unhabitat.org/ms-maimunah-mohd-sharif-united-nations-under-secretary-general-and-executive-directors-message-on-world-habitat-day>. Acesso em: 20 mar. 2019.

MULHERES DA COMISSÃO Nacional mobilizam núcleos de gênero. MNCR, 26 out. 2017. Disponível em: <https://www.mnccr.org.br/noticias/noticias-regionais/mulheres-da-comissao-nacional-mobilizam-nucleos-de-genero>. Acesso em: 3 fev. 2020.

MULHERES SÃO maioria entre Catadores de Materiais Recicláveis. MNCR, 21 mar. 2014. Disponível em: <https://www.mncr.org.br/noticias/noticias-regionais/mulheres-sao-maioria-entre-catadores-organizados-em-cooperativas>. Acesso em: 3 fev. 2020.

NASCIMENTO, A. G. *Relações de gênero e sustentabilidade com mulheres catadoras de materiais recicláveis em uma Associação em Natal/RN*. 2018. 106 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Centro de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

PANORAMA dos Resíduos Sólidos no Brasil 2018/2019. *Abrelpe*, [2020]. Disponível em: <http://abrelpe.org.br/panorama/>. Acesso em: 3 fev. 2020.

RIBEIRO, I. M.; NARDI, H. C.; MACHADO, P. S. Catadoras(es) de materiais recicláveis e as possíveis articulações entre trabalho precário e relações de gênero. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 243-254, 2012.

SILVA, P. H. I. *O que fazemos do que fazem de nós: trajetórias sociais e militância entre os catadores de materiais recicláveis no Brasil*. 2015. 226 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SILVA, R. B. *Relatório analítico com cruzamento de informações sobre diversos bancos de dados existentes referentes à questão de resíduos sólidos, em especial sobre os lixões brasileiros, com sistematização de dados estatísticos e utilização de ferramentas de geoprocessamento para criação de mapas*. Brasília, DF: Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis; Secretaria-Geral da Presidência da República (CIISC/SGPR), 2014.

SILVA, R. M. A.; SILVA, R. B. Da crise institucional ao estado mínimo: o arrefecimento nas políticas públicas de inclusão socioeconômica de catadores e catadoras de materiais recicláveis. *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*, Brasília, DF, ano 24, n. 65, p. 139-152, out. 2018.

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SIQUEIRA, L. S. *Pobreza e Serviço Social: diferentes concepções e compromissos políticos*. São Paulo: Cortez, 2013.

YAZBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. *Temporalis*, Brasília, DF, n. 3, p. 33-40, 2001.

PRÁTICAS FEMINISTAS DE AUTO GESTÃO NA ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO QUANTITATIVO DAS RELAÇÕES ENTRE JUSTIÇA DE GÊNERO E AS DINÂMICAS ORGANIZACIONAIS EM UMA REDE DE EMPREENDIMENTOS FORMADOS POR MULHERES

Maria de Nazaré Moraes Soares¹

Sílvia Maria Dias Pedro Rebouças²

José Carlos Lázaro da Silva Filho³

INTRODUÇÃO

A economia solidária (ES) atua na rearticulação do econômico às outras esferas da ação social, representando um movimento multiforme para geração de renda e desenvolvimento local, tendo a autogestão como paradigma de organização (GAIGER, 2011; SINGER, 2008; VIETA, 2015). A significativa participação das mulheres na ES resultou na formação de uma rede nacional de empreendimentos autogeridos por mulheres: a Rede

¹ Professora Adjunta da Universidade Federal do Ceará (UFC) em exercício no Departamento de Estudos Interdisciplinares. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará. Doutora e Mestra em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC - PPAC). Especialista Gestão Pública pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).

² Pós-Doutorado em Métodos Quantitativos Aplicados à Economia e à Gestão pela Faculdade de Economia da Universidade do Algarve. Doutorado em Estatística e Investigação Operacional pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Atualmente é professora associada no Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes e fundadora da Dataoutbox.

³ Professor Associado da Universidade Federal do Ceará, desenvolveu estudos de Pós-doutorado no Zentrum Technik und Gesellschaft (ZTG) da TU-Berlin. Doutor pela Technische Universität-Berlin (Alemanha), no Institut für Management in der Umweltplanung (2005).

de Economia Solidária e Feminista (Resf). Considerando a expressiva participação das mulheres na ES e que tal contexto influencia nas práticas de organização dos empreendimentos, torna-se necessário sistematizar tais práticas, a partir da visão substantiva das organizações, dando visibilidade às experiências dessas mulheres (FRASER, 2002; GHERARDI, 2006; MARTIN, 2003; NICOLINI, 2013; RAMOS, 1989). Nesse sentido, o objetivo da pesquisa é identificar as relações entre a justiça de gênero e as práticas feministas de autogestão empregadas pelas mulheres em empreendimentos da economia solidária.

O aparato conceitual relacionado aos estudos feministas nesta pesquisa abrange os estudos de Nancy Fraser (2002) sobre a justiça de gênero, de Patricia Yancey Martin (2003) sobre as práticas feministas de gestão, e de autoras do feminismo pós-colonialista, como Mohanty (2006), Santos (2017) e Maria Lugones (2007), que conduzem a discussão para os contextos periféricos, perspectiva necessária ao observar o movimento de mulheres na ES. Uma questão inicial desse estudo foi compreender as práticas feministas de autogestão na ES como uma busca pela justiça de gênero via justiça econômica; o debate sobre o trabalho das mulheres na ES ainda é reduzido, frente às contribuições das mulheres nas práticas inovadoras de autogestão. Fraser (1997) propõe que a justiça de gênero seja analisada sob três perspectivas: busca por redistribuição, reconhecimento e representação das experiências das mulheres (FRASER, 1997, 2007). Fraser (2001) observa que as práticas redistributivas são aquelas que visam enfrentar as desigualdades sociais e econômicas, podendo estar vinculadas a projetos de geração de emprego e renda, de previdência e assistência social, dentre outros. Já em relação às práticas de reconhecimento, Fraser (2001) relaciona tais ações a mudanças nos padrões culturais, nas representações e interpretações relacionadas à diversidade humana, possibilitando a visibilidade e a valorização dos grupos sociais historicamente discriminados e excluídos. Segundo Fraser (2001), a representação, por sua vez, refere-se à inclusão e à participação dos sujeitos sociais nos espaços decisórios, favorecendo sua presença e a incorporação de suas demandas e necessidades.

Enquanto Nancy Fraser aborda a temática da justiça de gênero sob um aspecto socioeconômico, a abordagem de P. Y. Martin reside no âmbito da teoria das organizações, nas práticas de gestão nas organizações. Considerando que, dentre as teorias sobre as práticas organizacionais feministas, a proposta por Martin (1993, 2003) é a que mais se adéqua às abordagens utilizadas até então nos estudos, partindo de organizações substantivas que se baseiam em práticas coletivistas. A proposta de Patricia Yancey Martin baseia-se em valores da gestão feminina e que foram utilizados neste estudo como variáveis de análise, quais sejam: (i) pergunta pela questão da mulher; (ii) utiliza a razão prática feminista; (iii) promove maior conscientização; (iv) promove laços comunitários e cooperativos; (v) promove democracia e participação; (vi) promove empoderamento dos subordinados (visão do poder como obrigação e não como autoridade); (vii) valoriza a preocupação e os cuidados mútuos; e (viii) luta por resultados transformadores. Embora partam de perspectivas diferentes, o ponto de inflexão das abordagens das autoras é a reorganização da reprodução social, integrando os objetivos políticos da equidade de gênero e relações de poder mais equitativas, nos níveis meso e macro. Portanto, a opção pelo aparato conceitual de Nancy Fraser e Patricia Yancey Martin é instrumental para analisar os fenômenos da presente pesquisa sobre práticas feministas de autogestão e justiça de gênero na ES. A abordagem metodológica desta fase da pesquisa é quantitativa, nas fases de coleta e análise dos dados (COLLINS; HUSSEY, 2005; COOPER; SCHINDLER, 2003; HAIR et al., 2009). A coleta de dados da etapa quantitativa foi operacionalizada através da utilização de dados de duas fontes de dados: a base de dados mapeada no Brasil nos anos de 2010 a 2013 pelo Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies) e 150 questionários estruturados em escala *Likert* de cinco posições junto às mulheres de 16 empreendimentos que compõem a Resf no estado do Ceará. Os dados foram analisados a partir de uma técnica multivariada de análise de dados, Regressão Múltipla, a fim de identificar as relações entre os construtos articulados no estudo. As hipóteses desenvolvidas para o estudo com base nos aportes e categorias teóricas e que serão testadas estatisticamente são: H1)

a implementação da redistribuição depende de práticas feministas de gestão; H2) a implementação do reconhecimento depende de práticas feministas de gestão; H3) a implementação da representação depende de práticas feministas de gestão.

A análise de regressão foi realizada para identificar as relações entre os construtos justiça de gênero e os construtos das práticas feministas de gestão. Portanto, o teste das hipóteses visa atender ao objetivo da pesquisa, que trata de identificar e analisar o nível relacionamento das práticas feministas de autogestão empregadas pelas mulheres com as dimensões de justiça de gênero.

SUPORTE METODOLÓGICO

A pesquisa tem natureza quantitativa, de caráter exploratório. A coleta de dados da etapa quantitativa foi operacionalizada através da utilização de dados de duas fontes de dados, uma primária, outra secundária. A fonte secundária é constituída por base de dados mapeada no Brasil nos anos de 2010 a 2013 pelo Sies da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), abrangendo uma amostra de 19.708 empreendimentos econômicos solidários. Os dados primários foram coletados a partir da aplicação de um questionário estruturado formatado em escala *Likert* de cinco posições junto às mulheres empreendedoras que compõem a Rede de Economia Solidária e Feminista no estado do Ceará, seguindo a orientação teórica das propostas de práticas organizacionais femininas de Martin (1993, 2003) e do modelo tridimensional de justiça de gênero de Fraser (2002). Os dados da fonte secundária serviram de base para uma análise exploratória da condição da mulher na ES e os dados primários foram analisados através da estatística multivariada Regressão Múltipla; utilizou-se como ferramenta estatística o *software* Statistic Package for Social Science (SPSS). Dessa forma, a utilização da abordagem quantitativa foi instrumental e complementar na observação do fenômeno (COLLINS; HUSSEY, 2005; COOPER; SCHINDLER, 2003; HAIR et al., 2009; RAMOS, 1996).

DEFINIÇÃO DAS DIMENSÕES E CATEGORIAS DE ANÁLISE

Este estudo apresenta as seguintes categorias analíticas, que, a partir das inserções teóricas, auxiliaram na construção e condução dos instrumentos de coleta de dados:

- Justiça de gênero: dimensão da justiça social voltada para a emancipação das mulheres em suas dinâmicas sociais, busca a redistribuição em termos de recursos e oportunidades, o reconhecimento das experiências e práticas das mulheres e representação nos espaços de decisão (FRASER, 2001, 2002).
- Redistribuição: visa, principalmente, uma nova apresentação da divisão do trabalho e a redistribuição de renda. Empiricamente foi verificado, por meio de entrevistas em profundidade, observação e dados secundários, como se manifesta a divisão do trabalho e a redistribuição de renda entre membros organizacionais de gêneros diferentes. Além disso, procura-se reconhecer o entendimento de justiça em relação à diferença de gênero no caso estudado (FRASER, 2002).
- Reconhecimento: é classificado por um modelo de *status*, em que se exige o reconhecimento às condições dos membros do grupo como parceiros integrais na participação social. Empiricamente foi verificado, por meio de entrevistas em profundidade, observação e dados secundários, como se expressa a participação dos membros organizacionais no processo produtivo como um todo e se existe acessibilidade dos agentes a diferentes processos (FRASER, 2002).
- Representação: é a preocupação da valoração do gênero através da mudança social política, em que as divisões das áreas de poder se configuram como não excludentes. Empiricamente foi verificado, por meio de entrevistas em profundidade, observação e dados secundários, como o poder está distribuído na organização e como este permite a representação de gêneros distintos (FRASER, 2002).

- Práticas feministas de gestão: formas alternativas de gerir organizações baseando-se em práticas que buscam o reconhecimento do papel da mulher na gestão, questionam a divisão sexual do trabalho e buscam a emancipação das mulheres e resultados transformadores interna e externamente às organizações (MARTIN, 1993, 2003).

Tais conceitos mediarão a escolha do paradigma epistemológico da pesquisa, a elaboração do instrumento de coleta, bem como a análise dos dados coletados.

CARACTERIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES PESQUISADAS

Segundo mapeamento nacional realizado pela Senaes (2014) entre os anos de 2010 e 2013, a ES abrange 19.708 empreendimentos no Brasil. Destes 19.708 empreendimentos em funcionamento, 7.633 apresentam mulheres como maioria, e 2.874 destes empreendimentos são organizados *apenas* por mulheres. A Rede de Economia Solidária e Feminista mapeou iniciativas de mulheres em nove estados nas cinco regiões do país: RS, PR, SP, RJ, DF, PA, CE, RN e PE. O projeto atual vai em frente visando o fortalecimento da rede e sua articulação produtiva por segmentos e/ou arranjos locais, desenvolvendo o assessoramento para gestão e comercialização. Assim, busca dar visibilidade e reconhecimento ao trabalho das mulheres, contribuindo com sua autonomia econômica. Também tem como objetivo avançar na construção de indicadores para a economia feminista e nas articulações com as políticas públicas de diversas áreas, compondo estratégias de desenvolvimento local para a sustentabilidade dos empreendimentos em rede. A Resf atualmente abrange 29 redes, contando um total de 222 empreendimentos no país. No estado do Ceará, a ES é composta, segundo mapeamento da Senaes, por 1.390 empreendimentos econômicos solidários em funcionamento, distribuídos em área urbana e rural, organizados na Rede Estrela de Iracema. A Resf, amostra da presente pesquisa, atua em 26 empreendimentos formados por mulheres. Os empreendimentos onde a Resf atua, no Ceará, operam nas áreas de artesanato, confecção, agricultura ecológica e familiar e alimentação (RESF, 2016).

ESTRATÉGIA DE ANÁLISE DE DADOS

A análise dos dados, além de organizar e resumir os dados, permite buscar padrões sob a ótica da questão de pesquisa, procurando verificar consistência dos resultados junto à teoria (COOPER; SCHINDLER, 2003). Em um primeiro momento, foi realizada uma análise exploratória utilizando o SPSS para identificar possíveis *outliers*, dados discrepantes do restante da amostra, em conjunto com a técnica *outlier labeling rule* proposta por Tukey (1977), resultando em 150 unidades válidas de observação, para uma amostra de 150 questionários respondidos. Em seguida, foi aplicada a técnica multivariada de análise fatorial, que, segundo Hair et al. (2009), utiliza-se para identificar os padrões ou relações latentes para um grande número de variáveis e determinar se a informação pode ser condensada ou resumida a um conjunto menor de fatores. Segundo Cooper e Schindler (2003), a análise fatorial é uma análise multivariada que auxilia na construção de índices a partir de conceitos, validando tais conceitos a partir de fatores ou componentes que apresentam correlação entre si e formam um conjunto de fatores que explicam o construto ou conceito. Para Hair et al. (2009), trata-se, portanto, de uma forma de análise estatística que permite identificar a estrutura de inter-relações entre determinado número de variáveis, procurando descrevê-las através de tais relações apontando cargas fatoriais. Portanto, a técnica analisa as correlações entre um grande número de variáveis, condensando-as (resumindo) em grupos de variáveis que mais se correlacionam; esses grupos são considerados como fatores. Em seguida, o teste das Hipóteses 1, 2 e 3 estabelecidas foi realizado através de Regressão Linear Múltipla pelo método de entrada *Insert*, onde todas as variáveis são inseridas ao mesmo tempo na análise. De acordo com Hair Jr. et al. (2009), o objetivo da regressão múltipla é prever as mudanças na variável dependente (variável de saída) como resposta a mudanças nas variáveis independentes (variáveis previsoras). Os autores apontam que a Análise de Regressão viabiliza a avaliação da consistência da relação de influência entre duas ou mais variáveis independentes e uma variável dependente, no caso, as relações existentes entre as três dimensões da justiça de gênero, redistribuição, reconhecimento e representação, como variáveis dependentes, e as práticas feministas de gestão, como variáveis

independentes. Tal definição parte das perspectivas teóricas relacionadas aos construtos que apontam que o alcance da justiça de gênero depende da implementação de práticas feministas nas dinâmicas sociais, nesse estudo, no âmbito das dinâmicas organizacionais (FRASER, 2002; MARTIN, 2003).

A Análise de Regressão requer algumas verificações para validação do modelo, a partir dos seguintes pontos relacionados recomendados por Hair et al. (2009). (a) O coeficiente de determinação (R^2) varia entre 0 e 1 e representa a proporção da variância da variável dependente explicada pelas independentes através do modelo de regressão. Outra verificação do modelo analisa os coeficientes *Beta*, através dos valores de *F*, uma estatística de teste que verifica se todos os coeficientes associados às variáveis independentes são nulos (Teste ANOVA da regressão), pretendendo-se, para um bom modelo, que o valor *p value* seja baixo. (b) Um problema que pode surgir é a existência de multicolinearidade, que, segundo Field (2009), ocorre quando se observa uma forte (ou fortíssima) correlação entre duas ou mais variáveis preditoras em um modelo de regressão (uma correlação pode ser nula, fraca, forte ou fortíssima). A ocorrência de multicolinearidade aumenta a probabilidade de um bom preditor da variável dependente ser declarado não-significativo e ser excluído do modelo; além disso, a multicolinearidade representa uma ameaça à validade do modelo de regressão múltipla por limitar o tamanho do *R*, dificulta a avaliação de importância dos preditores e gera coeficientes de regressão instáveis no modelo. A estatística de colinearidade VIF (*Variance Inflation Factor*) indica problemas de multicolinearidade se apresentar valores maiores que 10. (c) A verificação da estatística de Durbin-Watson é importante para analisar a independência dos resíduos, segundo Field (2009), depende do número de previsores do modelo e tamanho da amostra e pode variar entre 0 e 4, sendo que valores menores que 1 e maiores que 3 são motivo de preocupação e valores próximos de 2 também podem ser problemáticos dependendo da amostra e modelo. (d) Outra análise dos resíduos, segundo Field (2009), visa identificar a premissa de homocedasticidade, que é o mesmo que dizer que a variância dos erros é constante. Essa premissa pode ser observada nos gráficos de resíduos. A análise de regressão foi realizada a partir da ferramenta estatística de tratamento de dados SPSS (versão 21.0).

A análise de regressão visa atender ao objetivo da pesquisa a fim de identificar tendências na proposição de que as práticas feministas de autogestão na economia solidária relacionam-se com a justiça de gênero, buscando-se, em especial, identificar convergências de resultados, complementações e divergências, conforme proposta de Ramos (1996), Creswell (2007), Stake (1995) e Flick (2009).

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

RELAÇÕES ENTRE OS CONSTRUTOS DE JUSTIÇA DE GÊNERO E DAS PRÁTICAS FEMINISTAS

Análise de regressão para identificar as relações entre os construtos justiça de gênero e os construtos das práticas feministas de gestão. A partir da análise fatorial, foi possível identificar quais variáveis compõem empiricamente cada dimensão, abrangendo-se 24 variáveis relacionadas a 7 práticas feministas de gestão e 13 variáveis relacionadas às 5 dimensões da justiça de gênero, considerando os fatores gerados na análise fatorial precedente. Portanto, a fim de identificar e analisar o nível de relacionamento das práticas feministas de autogestão empregadas pelas mulheres com as dimensões de justiça de gênero, segue hipóteses a serem avaliadas estatisticamente por meio da regressão múltipla: H1) a implementação da redistribuição depende de práticas feministas de gestão; H2) a implementação do reconhecimento depende de práticas feministas de gestão; H3) a implementação da representação depende de práticas feministas de gestão.

A abordagem tridimensional da justiça de gênero de Nancy Fraser e as propostas de práticas feministas de gestão de P. Y. Martin relacionam-se em virtude de uma agenda comum, contudo, existe a necessidade de identificar se tais perspectivas aderem ao contexto da economia solidária, visto que se trata de perspectivas elaboradas em outros contextos de práticas. As reflexões que emergem da discussão sobre as práticas das mulheres nas organizações e na sociedade não se limitam à questão do gênero, como

concluem Calás e Smircich (2014) e Segnini (2007), trata-se de uma agenda que se amplia para a busca por uma justiça de gênero que se reflita nas práticas sociais. De fato, é necessário certo amadurecimento das organizações que desejem adotar as práticas feministas; no caso dos empreendimentos da ES feminista autogeridos por mulheres, as hipóteses propostas visam atender especificamente ao primeiro objetivo da pesquisa, que é identificar e analisar o nível relacionamento das práticas feministas de autogestão empregadas pelas mulheres nos empreendimentos com as dimensões de justiça de gênero, contudo, também complementará o atendimento e compreensão dos outros objetivos elencados no estudo. A partir dos estudos de Martin (1993, 2003), é possível compreender que existem práticas de gestão específicas que são empreendidas pelas mulheres, e que podem ser tomadas como ponto de partida para a discussão sobre como se desenvolvem as práticas feministas de autogestão dos empreendimentos que compõem a Resf no Ceará. Os índices das práticas feministas de autogestão foram considerados as variáveis independentes do estudo, e as dimensões da justiça de gênero são as variáveis dependentes. Tal definição parte das perspectivas teóricas relacionadas aos construtos que apontam que o alcance da justiça de gênero depende da implementação de práticas feministas nas dinâmicas sociais, nesse estudo, no âmbito das dinâmicas organizacionais (FRASER, 2002; MARTIN, 2003).

O teste das Hipóteses 1, 2 e 3 estabelecidas foi realizado através de regressão linear múltipla. De acordo com Hair Jr. et al. (2009), a regressão múltipla é o modelo de análise apropriado quando o problema de pesquisa envolve uma única variável dependente métrica considerada relacionada a duas ou mais variáveis independentes métricas. Além disso, a regressão múltipla permite avaliar a importância de cada variável, a natureza das relações entre as variáveis dependentes e independentes e avaliar a importância de cada variável. O objetivo, segundo Hair Jr. et al. (2009), é prever as mudanças na variável dependente como resposta a mudanças nas variáveis independentes. Para fins deste estudo, foi utilizada como variável dependente a justiça de gênero, considerando os 5 fatores criados a partir da Análise Fatorial (AF), e, como variáveis independentes, os 7 índices que

foram criados a partir da AF relacionados às práticas feministas de gestão. Segundo Malhorta (2001), a análise de regressão viabiliza a avaliação da consistência da relação de influência entre duas ou mais variáveis independentes e uma variável dependente, no caso, as relações existentes entre as práticas feministas de gestão (variáveis independentes) e a justiça de gênero (variável dependente). A análise dos dados foi realizada por meio do sistema de tratamento estatístico de dados SPSS (versão 21.0).

A Hipótese 1 propõe que a implementação da redistribuição depende de práticas feministas de gestão. Observa-se que, na Análise Fatorial, o algoritmo dividiu o construto Redistribuição em dois construtos que foram interpretados como “redistribuição do trabalho produtivo” (Fator 2) e “redistribuição do trabalho reprodutivo” (Fator 3), assim, esta hipótese foi dividida em duas análises, uma hipótese H1a, para analisar a redistribuição do trabalho produtivo, e uma hipótese H1b para analisar a redistribuição do trabalho reprodutivo. Portanto, foi utilizada a análise de regressão para verificar se os 7 fatores relacionados às práticas feministas de gestão estão relacionados positivamente à redistribuição do trabalho produtivo (H1a) e à redistribuição do trabalho reprodutivo (H1b). Foi utilizado o método de entrada *Insert*, em que as variáveis independentes são inseridas todas de uma única vez e analisadas conjuntamente.

Tabela 1 – Coeficientes da Regressão Linear Múltipla para a H1a.

Variável independente (Insert)	Coefficiente B	Erro padrão	Beta padronizado	Estatística t	Sig.	VIF
$R^2 = 0,073$; F (ANOVA) = 1,558; $\mathcal{E} = 138,093$ (Sig = 0,139)						
Constante	1,001E-013	,081	–	,000	1,000	1,000
<i>Emanc1</i>	,079	,081	,079	,983	,327	1,000
<i>Valor2</i>	–,042	,081	–,042	–,522	,602	1,000
<i>Transf3</i>	–,065	,081	–,065	–,803	,423	1,000
<i>Democ4</i>	,168**	,081	,168	2,074	,040	1,000

Variável independente (Insert)	Coefficiente <i>B</i>	Erro padrão	Beta padroni- zado	Estatística <i>t</i>	Sig.	VIF
<i>Consci5</i>	,143	,081	,143	1,771	,079	1,000
<i>Cuida6</i>	-,055	,081	-,055	-,676	,500	1,000
<i>Coope7</i>	-,097	,081	-,097	-1,198	,233	1,000

Variável dependente: Redistribuição do Trabalho Produtivo. Estatística de Durbin-Watson = 1,998. **Coeficientes significativos a um nível de 5%. Fonte: elaboração própria.

Em relação à Hipótese H1a, que afirma que a implementação da redistribuição do trabalho produtivo depende de práticas feministas de gestão, portanto, buscou-se verificar se as práticas feministas de gestão são capazes de prever a justiça de gênero nesta dimensão. A análise resultou [$F(7,142) = 1,558$; $p > 0,05$; $R^2 = 0,073$]; considerando os dados, é possível assumir que o modelo não é melhor que o acaso. O coeficiente de determinação (R^2) exibe o valor de 0,073, o que significa que as variáveis independentes explicam, em média, 7,3% da variação da variável dependente, podendo-se considerar um valor muito baixo. Os valores de F , estatística para um Anova cuja hipótese nula é de que todos os coeficientes associados às variáveis independentes do modelo são nulos, apontam para um F não significativo a 5%. A verificação da estatística de Durbin-Watson é importante para verificar a independência dos resíduos; o valor identificado na saída da regressão realizada para a hipótese H1a é 1,998, um valor próximo de 2, contudo, pode-se considerar que está inserido em uma área inconclusiva, visto que não pode inferir com certeza se há independência nos resíduos ou não. Segundo Field (2009), importa também verificar se a variância dos resíduos é constante, o que pode ser observado nos gráficos de resíduos. Os gráficos de resíduos do estudo indicaram que eles apresentam uma distribuição aproximadamente normal; o gráfico de dispersão, por sua vez, apresentou certa homocedasticidade e está no intervalo limite de -3 e +3, portanto, o efeito de dependência entre os resíduos é relativamente sem importância e pode ser ignorado. A estatística de colinearidade VIF indica problemas de multicolinearidade se apresentar valores maiores que 10, o

que não ocorre conforme se verifica nos resultados: o valor se mantém em 1,000 nas sete variáveis preditoras, o que já seria de se esperar uma vez que as variáveis independentes do modelo foram obtidas pela análise fatorial, tendo sido os fatores extraídos pelo método das componentes principais, do qual resultam fatores não correlacionados. Realizado o teste e análise da Hipótese H1a, considera-se a rejeição da mesma, a um nível de significância estatística de 5%, estando, contudo, considera-se mais relevante analisar os resultados parciais que cada variável preditora relacionadas às práticas feministas de gestão assume ao explicar o construto de saída, dimensão da redistribuição da atividade produtiva, visto que a justiça de gênero e suas dimensões são valores gerais de difícil explicação somente a partir das práticas. Nesse sentido, considerando a análise dos resultados de cada coeficiente $Beta$, a regressão evidencia que, dentre as sete práticas feministas de gestão, a prática representada pela variável *democ4* é a única que apresenta explicação significativa a um nível de 5%, com um $Beta$ padronizado em 0,168 e estatística t em 2,074. Partindo dos resultados estatísticos dos coeficientes $Beta$, notadamente da variável *democ4* para a explicação da redistribuição do trabalho produtivo, é possível realizar algumas análises teóricas. A variável *democ4* representa o Fator 4 da análise fatorial, que envolve as seguintes variáveis:

Quadro 1 – Variáveis relacionadas à hipótese H1a.

Fator	Interpretação	Variáveis	Descrição
4	Promove aprendizagem, democracia e participação	<i>quest1b</i>	Você é estimulada a participar da gestão do empreendimento
		<i>democ5b</i>	Você identifica mais colaboração que exercício de poder
		<i>empod6a</i>	Você é encorajada a aprender e a crescer
		<i>cuida7c</i>	O cuidado com o outro é uma das preocupações no EES

Fonte: elaboração própria.

A interseccionalidade da justiça de gênero mais uma vez evidenciada pela análise estatística possibilita a reflexão de que, segundo Fraser (2001), a redistribuição do trabalho produtivo envolve várias conquistas no movimento de mulheres. Os resultados da análise de regressão em relação à hipótese H1a informam que a auto gestão dos empreendimentos, com a participação das mulheres na gestão do empreendimento, o exercício da colaboração, o encorajamento para a aprendizagem e crescimento e o cuidado umas com as outras, são questões que impulsionam a redistribuição do trabalho produtivo visto que, segundo Martin (2003), tais práticas encaminham a emancipação das mulheres, não apenas no ambiente organizacional, mas também no ambiente privado. Fraser (2007) aponta que existe uma necessidade de discutir a questão da mulher, tal discussão situa-se na percepção dessa mulher sobre o seu trabalho e a valorização do tempo de trabalho de produção. As mulheres compreendem que esse trabalho gera renda, contudo, sem a formação para a questão da mulher, não entendem que esse é um trabalho produtivo que deve ser valorizado até por elas mesmas. Os processos de aprendizagem são parte importante, visto que é a partir da conscientização das mulheres sobre a importância do seu trabalho que a redistribuição ocorre de forma equilibrada.

Prosseguindo com a análise, segue-se o teste da Hipótese H1b, que verifica as relações entre as práticas feministas de gestão e a dimensão redistribuição do trabalho reprodutivo da abordagem tridimensional da justiça de gênero.

Tabela 2 – Coeficientes da Regressão Linear Múltipla para a H1b.

Variável independente (Insert)	Coeficiente B	Erro padrão	Beta padronizado	Estatística t	Sig.	VIF
$R^2 = 0,123$; F (ANOVA) = 2,854; $\mathcal{E} = 130,620$ (Sig = 0,008)						
Constante	1,001E-013	,078	-	,000	1,000	-
<i>Emanc1</i>	-,280**	,079	-,280	-3,561	,001	1,000
<i>Valor2</i>	,005	,079	,005	,068	,946	1,000
<i>Transf3</i>	,055	,079	,055	,699	,485	1,000
<i>Democ4</i>	-,016	,079	-,016	-,202	,840	1,000

Variável independente (Insert)	Coeficiente B	Erro padrão	Beta padronizado	Estatística t	Sig.	VIF
<i>Consci5</i>	,132	,079	,132	1,681	,095	1,000
<i>Cuida6</i>	,054	,079	,054	,686	,494	1,000
<i>Coope7</i>	-,146	,079	-,146	-1,863	,065	1,000

Variável dependente: Redistribuição do Trabalho Reprodutivo. Estatística de Durbin-Watson = 1,824. **Coeficientes significativos a um nível de 5%. Fonte: elaboração própria.

Em relação à Hipótese H1b, que afirma que a implementação da redistribuição do trabalho reprodutivo depende de práticas feministas de gestão, portanto, buscou-se verificar se as práticas feministas de gestão são capazes de prever a justiça de gênero nesta dimensão. A análise resultou [$F(7,142) = 2,854$; $p < 0,05$; $R^2 = 0,123$], indicando que pelo menos um dos coeficientes associados às variáveis independentes não é nulo. O coeficiente de determinação (R^2) exibe o valor de 0,123, o que significa que as variáveis independentes explicam, em média, 12,3% da variação da variável dependente, podendo-se considerar um valor baixo. No que diz respeito à estatística de Durbin-Watson, o valor identificado na saída da regressão realizada para a hipótese H1b é 1,824, evidenciando que há independência nos erros. Os gráficos de resíduos do estudo indicaram que estes apresentam uma distribuição aproximadamente normal; o gráfico de dispersão, por sua vez, apresentou certa homocedasticidade e está no intervalo limite de -3 e +3, portanto, o efeito de dependência entre os resíduos é relativamente sem importância e pode ser ignorado. Tal como para o modelo anterior, a estatística de colinearidade *VIF* indica que não ocorrem problemas de multicolinearidade, uma vez que o valor se mantém em 1,000 nas sete variáveis preditoras. Para tirar conclusões acerca da Hipótese H1b, considera-se mais relevante analisar os resultados parciais que cada variável preditora relacionada às práticas feministas de gestão assume ao explicar o construto de saída. Nesse sentido, considerando a análise dos resultados dos coeficientes *Beta*. O resultado da regressão evidencia que, dentre as sete práticas feministas de gestão, a prática representada pela variável *emanc1* é a única

que apresenta explicação significativa a um nível de 5%, com um *Beta* padronizado em $-0,280$ e estatística *t* em $-3,561$. Partindo dos resultados estatísticos dos coeficientes *Beta*, notadamente da variável *emanc1* para a explicação da redistribuição do trabalho reprodutivo, é possível realizar algumas análises teóricas. A variável *emanc1* representa o Fator 1 da análise fatorial, que envolve as seguintes variáveis:

Quadro 2 – Variáveis relacionadas à hipótese H1b.

Fator	Interpretação	Variáveis	Descrição
1	Promove emancipação para a autogestão	<i>coope4b</i>	Você percebe que o coletivo é mais importante que o individual
		<i>democ5c</i>	Você se sente capaz de participar da gestão do empreendimento
		<i>empod6b</i>	Você é levada a tomar decisões
		<i>transf8b</i>	Você se sente capaz de contribuir no EES e na comunidade

Fonte: elaboração própria.

Uma primeira observação é que a variável *emanc1* está com carga negativa ao explicar a redistribuição do trabalho reprodutivo. A explicação para tal evidência pode ser explicada pelo ainda baixo nível de emancipação das mulheres na ES, em alguns aspectos. A compreensão da mulher periférica e subalterna resulta em uma percepção de que ainda há muito o que se construir em termos de emancipação das mulheres da ES. Muitas dessas mulheres encontram-se em condição de vulnerabilidade social que as impõe um contexto opressivo; mesmo que elas estejam dentro de movimentos de emancipação, que são os empreendimentos, elas vivenciam realidades complexas em seus lares que dificultam a emancipação real. Por isso é importante observar que essa mulher da ES deve ser compreendida em seu contexto e que a interseccionalidade da justiça de gênero exige uma observação ampla da condição da mulher, como observa m Lugones (2007), Fraser (2008) e Santos (2017). O trabalho reprodutivo, segundo Fraser (2007), é uma etapa essencial nesse processo de emancipação das mulheres, e considerando que

ele ainda existe de forma patriarcal, principalmente no contexto de mulheres de baixa renda, a evidência estatística, em conjunto com a reflexão teórica, leva a perceber que a emancipação da mulher da ES é prejudicada pela não redistribuição do trabalho reprodutivo. Portanto, não sentir-se capaz de gerir o empreendimento ou de contribuir com a comunidade pode ser um reflexo de um contexto de diminuição da autoestima dessas mulheres. Prosseguindo com a análise, segue-se o teste da Hipótese H2, que verifica as relações entre as práticas feministas de gestão e a dimensão reconhecimento da abordagem tridimensional da justiça de gênero.

A Hipótese 2 propõe que a implementação do reconhecimento depende de práticas feministas de gestão. Observa-se que, na Análise Fatorial, o algoritmo manteve o construto Reconhecimento em apenas um fator, assim, esta hipótese é única. Foi utilizada a análise de regressão para verificar se os 7 fatores relacionados às práticas feministas de gestão estão relacionados positivamente ao reconhecimento, utilizando o método de entrada *Insert*, onde as variáveis independentes são inseridas todas de uma única vez e analisadas conjuntamente.

Tabela 3 – Coeficientes da Regressão Linear Múltipla para a H2.

Variável independente (<i>Insert</i>)	Coefficiente <i>B</i>	Erro padrão	Beta padronizado	Estatística <i>t</i>	Sig.	VIF
$R^2 = 0,119$; F (ANOVA) = 2,742; $\mathcal{E} = 131,261$ (Sig = 0,011)						
Constante	1,001E-013	,079	–	,000	1,000	–
<i>Emanc1</i>	,200**	,079	,200	2,541	0,012	1,000
<i>Valor2</i>	–,014	,079	–,014	–,178	,859	1,000
<i>Transf3</i>	,155	,079	,155	1,973	,050	1,000
<i>Democ4</i>	,138	,079	,138	1,748	,083	1,000
<i>Consci5</i>	–,002	,079	–,002	–,026	,979	1,000
<i>Cuida6</i>	,157**	,079	,157	1,992	,048	1,000
<i>Coope7</i>	,105	,079	,105	1,336	,184	1,000

Variável dependente: Reconhecimento. Estatística de Durbin-Watson = 1,405.

**Coeficientes significativos a um nível de 5%. Fonte: elaboração própria.

Em relação à Hipótese H2, que afirma que a implementação do reconhecimento depende de práticas feministas de gestão (Fator 1), portanto, buscou-se verificar se as práticas feministas de gestão são capazes de prever a justiça de gênero nesta dimensão. A análise resultou [$F(7,142) = 2,742$; $p < 0,05$; $R^2 = 0,119$], indicando que pelo menos um dos coeficientes associados às variáveis independentes não é nulo. O coeficiente de determinação (R^2) exibe o valor de 0,119, o que significa que as variáveis independentes explicam, em média, 11,9% da variação da variável dependente, podendo-se considerar um valor muito baixo. Contudo, os valores de F , uma estatística de mudança, apontam para um F significativo a 5%, o que significa que a variação preditora impacta na variável dependente. A estatística de Durbin-Watson da regressão realizada para a hipótese H2 é 1,405, portanto, pode-se considerar que está inserida em uma área de não rejeição da independência dos resíduos. Os gráficos de resíduos do estudo indicaram que eles apresentam uma distribuição aproximadamente normal; o gráfico de dispersão, por sua vez, apresentou certa homocedasticidade e está no intervalo limite de -3 e $+3$, portanto, o efeito de dependência entre os resíduos é relativamente sem importância e pode ser ignorado. A estatística de colinearidade VIF indica que as variáveis independentes não apresentam multicolinearidade, uma vez que o valor se mantém em 1,000 nas sete variáveis preditoras. Importa agora analisar os resultados parciais que cada variável preditora relacionada às práticas feministas de gestão assume ao explicar o construto de saída, dimensão do reconhecimento pela análise dos resultados dos coeficientes $Beta$. O resultado da regressão evidencia que, dentre as sete práticas feministas de gestão, duas apresentaram poder de explicação para o modelo, *emanc1* e *cuida6*, a um nível de 5%. A variável *emanc1* apresentou $Beta$ padronizado em 0,200 e estatística t em 2,541; e a variável *cuida6* apresentou $Beta$ padronizado em 0,157 e estatística t em 1,992. Partindo dos resultados estatísticos dos coeficientes $Beta$, é possível realizar algumas análises teóricas. As variáveis *emanc1* e *cuida6* representam os Fatores 1 e 6 da análise fatorial, respectivamente, e envolvem as seguintes variáveis:

Quadro 3 – Variáveis relacionadas à hipótese H2.

Fator	Interpretação	Variáveis	Descrição
1	Promove emancipação para a autogestão	<i>coope4b</i>	Você percebe que o coletivo é mais importante que o individual
		<i>democ5c</i>	Você se sente capaz de participar da gestão do empreendimento
		<i>empod6b</i>	Você é levada a tomar decisões
		<i>transf8b</i>	Você se sente capaz de contribuir no EES e na comunidade
6	Valoriza a preocupação e cuidado mútuos	<i>democ5a</i>	As decisões no empreendimento são tomadas democraticamente
		<i>cuida7a</i>	Você se preocupa com o outro no ambiente de trabalho

Fonte: elaboração própria.

Segundo Fraser (2001), o reconhecimento se relaciona com os padrões culturais, nas representações e interpretações relacionadas à diversidade humana, possibilitando a visibilidade e a valorização dos grupos sociais historicamente discriminados e excluídos, trata-se de um movimento de reconhecimento da diferença, não apenas de ordem cultural; dentre as categorias de análise da justiça de gênero, o reconhecimento tem especial relevância, visto que afeta ainda mais as mulheres em situações de exclusão socioeconômica. A interpretação da evidência da análise da Hipótese H2 demonstra que, para implementar-se o reconhecimento, é necessário haver a predominância do coletivismo em detrimento do individualismo, principalmente nos processos de tomada de decisão. As evidências demonstram ainda que o cuidado com o outro impulsiona a justiça de gênero no reconhecimento, visto que, segundo Martin (2003), tal prática aumenta a confiança dos sujeitos nas dinâmicas organizativas, resultando em maior comprometimento e engajamento com o coletivo. Percebendo-se reconhecidas, as mulheres desenvolvem um senso de autoestima que as emancipa a tomar decisões cotidianas e participar mais ativamente da gestão do empreendimento, ou mesmo sentir-se capazes de contribuir para suas comunidades.

A Hipótese 3 propõe que a implementação da representação depende de práticas feministas de gestão. Observa-se que, na Análise Fatorial, o algoritmo dividiu o construto Representação em dois construtos que foram interpretados como “representação sociopolítica” (Fator 4), e “representação sociocultural” (Fator 5), assim, esta hipótese foi dividida em duas análises, uma hipótese H3a, para analisar a representação sociopolítica, e uma hipótese H3b, para a análise da representação sociocultural. Portanto, foi utilizada a análise de regressão para verificar se os 7 fatores relacionados às práticas feministas de gestão estão relacionados à representação sociopolítica (H3a), e à representação sociocultural (H3b). Foi utilizado o método de entrada *Insert*, onde as variáveis independentes são inseridas todas de uma única vez e analisadas conjuntamente.

Tabela 4 – Coeficientes da Regressão Linear Múltipla para a H3a.

Variável independente (Insert)	Coeficiente B	Erro padrão	Beta padronizado	Estatística <i>t</i>	Sig.	VIF
$R^2 = 0,100$; F (ANOVA) = 2,131; $\mathcal{E} = 134,083$ (Sig = 0,008)						
Constante	-1,001E-013	,079	–	,000	1,000	–
<i>Emanc1</i>	–,095	,080	–,095	–1,191	,236	1,000
<i>Valor2</i>	–,036	,080	–,036	–,447	,655	1,000
<i>Transf3</i>	–,251**	,080	–,251	–3,154	,002	1,000
<i>Democ4</i>	–,036	,080	–,036	–,454	,651	1,000
<i>Consci5</i>	–,152	,080	–,152	–1,904	,059	1,000
<i>Cuida6</i>	–,012	,080	–,012	–,145	,885	1,000
<i>Coope7</i>	–,049	,080	–,049	,616	,539	1,000

Variável dependente: Representação sociopolítica. Estatística de Durbin-Watson = 1,697. **Coeficientes significativos a um nível de 5%. Fonte: elaboração própria.

Em relação à Hipótese H3a, que afirma que a implementação da representação sociopolítica depende de práticas feministas de gestão, portanto, buscou-se verificar se as práticas feministas de gestão são capazes de prever a justiça de gênero nesta dimensão. A análise resultou [$F(7,142) = 2,131$; $p < 0,05$; $R^2 = 0,100$], pelo que nem todos os coeficientes *Beta* associados às variáveis independentes

do modelo são nulos. O coeficiente de determinação (R^2) exibe o valor de 0,100, o que significa que as variáveis independentes explicam, em média, 10% da variação da variável dependente, podendo-se considerar um valor muito baixo. O valor da estatística de Durbin-Watson da regressão realizada para a hipótese H3a é 1,697, portanto, pode-se considerar que há independência nos erros. Os gráficos de resíduos do estudo indicaram que eles apresentam uma distribuição aproximadamente normal; o gráfico de dispersão, por sua vez, apresentou certa homocedasticidade e está no intervalo limite de -3 e $+3$, portanto, o efeito de dependência entre os resíduos é relativamente sem importância e pode ser ignorado. A estatística de colinearidade *VIF* indica problemas de multicolinearidade se apresentar valores maiores que 10, o que não ocorre conforme se verifica nos resultados, o valor se mantém em 1,000 nas sete variáveis preditoras. Importa agora analisar os resultados parciais que cada variável preditora relacionada às práticas feministas de gestão assume ao explicar o construto de saída, dimensão da redistribuição da atividade produtiva pela análise dos coeficientes *Beta*. O resultado da regressão evidencia que, dentre as sete práticas feministas de gestão, a prática representada pela variável *transf3* é a única que apresenta explicação significativa a um nível de 5%, com um *Beta* padronizado em $-0,251$ e estatística *t* em $-3,154$. Partindo dos resultados estatísticos dos coeficientes *Beta*, notadamente da variável *transf3* para a explicação da representação sociopolítica, é possível realizar algumas análises teóricas. A variável *transf3* representa o Fator 3 da análise fatorial que envolve as seguintes variáveis:

Quadro 4 – Variáveis relacionadas à hipótese H3a.

Fator	Interpretação	Variáveis	Descrição
3	Luta por resultados transformadores	<i>razao2c</i>	A visão feminina permite alternativas diferentes de trabalho
		<i>empod6c</i>	Você se sente responsável pelo empreendimento
		<i>transf8a</i>	Você percebe transformações pessoais positivas com o seu trabalho
		<i>transf8c</i>	A sociedade hoje se preocupa mais com a questão da mulher

Fonte: elaboração própria.

Uma primeira observação é que a variável *transf3* está com carga negativa ao explicar a representação sociopolítica. A explicação para tal evidência pode ser explicada pela baixa percepção das mulheres sobre a preocupação da sociedade com a questão da mulher. A compreensão da mulher periférica e subalterna é especialmente influenciada por essa invisibilidade da questão da mulher, visto que está submetida a uma condição de maior vulnerabilidade (LUGONES, 2007; SANTOS, 2017). Nesse sentido, a representação sócio política relaciona-se também com a preocupação do Estado com a questão da mulher e com a percepção das mulheres de que suas vozes são ouvidas. A evidência de que as mulheres não percebem que o poder público se volta para as suas demandas resulta em uma percepção de que suas vozes não são ouvidas. Segundo Fraser (2001), a representação refere-se à inclusão e à participação dos sujeitos sociais nos espaços decisórios, favorecendo sua presença e a incorporação de suas demandas e necessidades. Assim, as mulheres se articulam na ES para que suas demandas movimentem a elaboração de políticas públicas voltadas para suas demandas. A evidência estatística demonstra que a luta por resultados transformadores advém das lacunas de representação da mulher nos espaços públicos de poder. No contexto da ES, a visibilidade e a participação de mulheres em processos decisivos são consideradas necessárias ao modo de produção cooperativo e associativo, visto que trata-se de um contexto onde a gestão segue o paradigma da autogestão. Dessa maneira, a representação da mulher nos espaços públicos, não apenas no âmbito das instituições constituídas, mas no âmbito de suas próprias comunidades, resulta em algum nível de emancipação das mulheres como sujeito político, contudo, trata-se de um processo em construção. Portanto, utilizar formas de trabalho diferenciadas, apoiadas na coletividade e no bem comum, também se materializa em um modo de lutar por resultados transformadores e, por conseguinte, pela representação sociopolítica.

Prosseguindo com a análise, segue-se o teste da Hipótese H3b, que verifica as relações entre as práticas feministas de gestão e a dimensão redistribuição do trabalho reprodutivo da abordagem tridimensional da justiça de gênero.

Tabela 5 – Coeficientes da Regressão Linear Múltipla para a H3b.

Variável independente (Insert)	Coeficiente B	Erro padrão	Beta padronizado	Estatística t	Sig.	VIF
$R^2 = 0,088$; F (ANOVA) = 1,960; $\mathcal{E} = 135,874$ (Sig = 0,065)						
Constante	1,002E-013	,080	–	,000	1,000	–
<i>Emanc1</i>	,080	,080	,080	1,002	,318	1,000
<i>Valor2</i>	,204**	,080	,204	2,540	,012	1,000
<i>Transf3</i>	–,013	,080	–,013	–,167	,867	1,000
<i>Democ4</i>	,017	,080	,017	,211	,833	1,000
<i>Consci5</i>	–,006	,080	–,006	–,077	,939	1,000
<i>Cuida6</i>	–,063	,080	–,063	–,780	,437	1,000
<i>Coope7</i>	,189**	,080	,189	2,361	,020	1,000

Variável dependente: Representação Sociocultural. Estatística de Durbin-Watson = 1,671. **Coeficientes significativos a nível de 5%. Fonte: elaboração própria.

Em relação à Hipótese H3b, que afirma que a implementação da representação sociocultural depende de práticas feministas de gestão, portanto, buscou-se verificar se as práticas feministas de gestão são capazes de prever a justiça de gênero nesta dimensão. A análise resultou [$F(7,142) = 1,960$; $p > 0,05$; $R^2 = 0,088$]; considerando os dados, é possível assumir a fraca importância do modelo para explicação da representação sociocultural. O coeficiente de determinação (R^2) exibe o valor de 0,088, o que significa que as variáveis independentes explicam, em média, 8,8% da variação da variável dependente, podendo-se considerar um valor muito baixo. O valor da estatística de Durbin-Watson da regressão realizada para a hipótese H3b é 1,671, portanto, pode-se considerar que há independência nos erros. Os gráficos de resíduos do estudo indicaram que eles apresentam uma distribuição aproximadamente normal; o gráfico de dispersão, por sua vez, apresentou certa homocedasticidade e está no intervalo limite de –3 e +3, portanto, o efeito de dependência entre os resíduos é relativamente sem importância e pode ser ignorado. O valor do VIF denota ausência de multicolinearidade, uma vez que o seu valor se mantém em 1,000 nas sete

variáveis predictoras. Passa-se então a analisar os resultados parciais que cada variável preditora relacionada às práticas feministas de gestão assume ao explicar o construto de saída, dimensão da redistribuição da atividade produtiva, através da análise dos resultados dos coeficientes *Beta*. O resultado da regressão evidencia que, dentre as sete práticas feministas de gestão, as práticas representadas pelas variáveis *valor2* e *coope7* são as únicas que apresentam explicação significativa para a representação sociocultural, a um nível de 5%. A variável *valor2* apresenta um *Beta* padronizado em 0,204 e estatística *t* em 2,540, já a variável *coope7* apresenta um *Beta* padronizado em 0,189 e estatística *t* em 2,361. Partindo dos resultados estatísticos dos coeficientes *Beta*, notadamente das variáveis *valor2* e *coope7* para a explicação da representação sociopolítica, é possível realizar algumas análises teóricas. As variáveis *valor2* e *coope7* representam os Fatores 2 e 7 da análise fatorial, respectivamente, e envolvem as seguintes variáveis:

Quadro 5 – Variáveis relacionadas à hipótese H3b.

Fator	Interpretação	Variáveis	Descrição
2	Promove a valorização da mulher e da razão prática feminista	<i>quest1a</i>	O EES tem normas, políticas e práticas que valorizam a mulher
		<i>quest1c</i>	O trabalho doméstico e de cuidados é reconhecido
		<i>razao2a</i>	Os problemas do empreendimento são discutidos em conjunto
		<i>razao2b</i>	Os dilemas são solucionados de acordo com a situação
7	Promove laços comunitários e cooperativos	<i>coope4a</i>	O empreendimento promove a cooperação com a comunidade
		<i>coope4c</i>	A cooperação é uma forma de valorizar o seu trabalho

Fonte: elaboração própria.

Segundo Fraser (2007), a representação tem um sentido sociocultural, visto que a condição de desigualdade entre homens e mulheres é comumente

aceita como natural, visto que foi uma percepção culturalmente e socialmente construída. A teoria sobre justiça de gênero aponta que o primeiro passo para discutir a justiça de gênero é compreender e aceitar que existe uma condição de desigualdade entre homens e mulheres construídas social e culturalmente e essa é uma discussão que foi iniciada nas primeiras construções sobre a redistribuição, que foi a primeira dimensão de justiça de gênero trabalhada no movimento feminista, como marco inicial. A evidência estatística demonstra que uma forma de buscar a implementação da representação sociocultural é partir das práticas feministas no cotidiano das mulheres, utilizando suas próprias formas de gestão, e da compreensão de suas condições específicas. A representação sociocultural das mulheres da ES ocorre a partir de suas próprias dinâmicas organizativas, visto que os próprios processos de tomada de decisão, a adoção da cooperação e autogestão como modelos de organização e o envolvimento com a comunidade são formas de transformar suas realidades. Uma questão prática, que advém da evidência estatística, é o reconhecimento do trabalho doméstico como um fator a ser considerado na implementação da justiça de gênero, por meio da representação sócio cultural. A interseccionalidade mais uma vez se observa através da análise estatística, visto que a compreensão sobre a desigualdade de condições baseada no gênero é necessária, especialmente, à dimensão representação, visto que a pergunta pela questão da mulher e sua condição sociocultural a leva a buscar espaços de representação, a participar dos processos de tomada de decisão visando garantir que suas demandas sejam pautadas (FRASER, 2001, 2002; HIRATA, 2002). Hirata (2002) e Ávila (2013) observam que, quando a mulher não tem a percepção da sua condição de desigualdade, dificilmente questionará sua realidade a partir dessa condição ou buscará uma representação efetiva de suas demandas específicas, e esse é um fenômeno comum na sociedade que naturalizou, através dos seus processos socioculturais, a desigualdade entre homens e mulheres. Dos 7 fatores criados pela análise fatorial para representar as práticas feministas de autogestão, apenas o fator 5, relacionado à promoção de maior conscientização, não apresentou-se como relevante em nenhuma das análises da regressão múltipla. O que resulta em uma compreensão de que é necessário desenvolver mais as práticas de conscientização para que as mulheres possam perceber seus benefícios para

a justiça de gênero. Segue quadro-resumo dos fatores observados como significativos na análise de regressão múltipla.

Quadro 6 – Práticas feministas de autogestão (variáveis) importantes para a explicação da justiça de gênero.

Dimensão	Fator	Interpretação	Variáveis	Descrição
Redistribuição do trabalho produtivo	4	Promove aprendizagem, democracia e participação	<i>quest1b</i>	Você é estimulada a participar da gestão do empreendimento
			<i>democ5b</i>	Você identifica mais colaboração que exercício de poder
			<i>empod6a</i>	Você é encorajada a aprender e a crescer
			<i>cuida7c</i>	O cuidado com o outro é uma das preocupações no EES
Redistribuição do trabalho reprodutivo	1	Promove emancipação para a autogestão	<i>coope4b</i>	Você percebe que o coletivo é mais importante que o individual
			<i>democ5c</i>	Você se sente capaz de participar da gestão do empreendimento
			<i>empod6b</i>	Você é levada a tomar decisões
			<i>transf8b</i>	Você se sente capaz de contribuir no EES e na comunidade

Reconhecimento	1	Promove emancipação para a autogestão	<i>coope4b</i>	Você percebe que o coletivo é mais importante que o individual
			<i>democ5c</i>	Você se sente capaz de participar da gestão do empreendimento
			<i>empod6b</i>	Você é levada a tomar decisões
			<i>transf8b</i>	Você se sente capaz de contribuir no EES e na comunidade
	6	Valoriza a preocupação e cuidado mútuos	<i>democ5a</i>	As decisões no empreendimento são tomadas democraticamente
			<i>cuida7a</i>	Você se preocupa com o outro no ambiente de trabalho
Representação sociopolítica	3	Luta por resultados transformadores	<i>razao2c</i>	A visão feminina permite alternativas diferentes de trabalho
			<i>empod6c</i>	Você se sente responsável pelo empreendimento
			<i>transf8a</i>	Você percebe transformações pessoais positivas com o seu trabalho
			<i>transf8c</i>	A sociedade hoje se preocupa mais com a questão da mulher

Representação sociocultural	2	Promove a valorização da mulher e da razão prática feminista	quest1a	O EES tem normas, políticas e práticas que valorizam a mulher
			quest1c	O trabalho doméstico e de cuidados é reconhecido
			razao2a	Os problemas do empreendimento são discutidos em conjunto
			razao2b	Os dilemas são solucionados de acordo com a situação
	7	Promove laços comunitários e cooperativos	coope4a	O empreendimento promove a cooperação com a comunidade
			coope4c	A cooperação é uma forma de valorizar o seu trabalho

Fonte: elaboração própria.

A análise de regressão não resultou em um modelo de aferição da justiça de gênero, o que reflete a complexidade dos construtos, contudo, em conjunto com a análise fatorial, a análise quantitativa permitiu elaborar uma prova de conceito, a partir das reflexões de Nancy Fraser sobre a justiça de gênero. Fraser (2001, 2002, 2007) aponta ao longo de seus estudos sobre a justiça de gênero que a pressuposição da interseccionalidade é uma condição para a compreensão da redistribuição, do reconhecimento e da representação. As evidências da análise quantitativa permitiram perceber que o entendimento das dimensões da justiça de gênero se intersecciona de forma que, por exemplo, a não distribuição do trabalho doméstico interfere na não representação das mulheres em espaços políticos. Considera-se, ao fim desta análise, que a justiça de gênero é um conceito amplo, que não pode ser

compreendido apenas por meio de uma análise de natureza quantitativa, o que fundamenta a necessidade de uma análise de ordem qualitativa que se aproxime da voz das mulheres da Resf.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que a forma como as organizações são geridas na ES é base para uma possibilidade e uma gestão substantiva, que, no âmbito dos empreendimentos autogeridos por mulheres, se performatiza em prol da emancipação das mulheres em contextos periféricos e a partir da busca por redistribuição, reconhecimento e representação (GUÉRIN, 2005; FRASER, 2001, 2002; MARTIN, 2003). Observou-se que a gestão feminista empreendida na Resf está vinculada a uma concepção de interdependência entre bem-estar individual e coletivo, acompanhada pelo comprometimento com a questão da mulher (ARRUDA, 2008; GUÉRIN, 2005; PINHEIRO; PAULA, 2014). Tomando como referencial Vieta (2015), tem-se que o processo de autogestão empreendido na ES prefigura uma emancipação dos indivíduos em suas práticas de geração de renda que implica numa corresponsabilidade em prol do bem comum. Considerando a condição das mulheres, cujo poder é visto como responsabilidade e não como autoridade, as relações de reciprocidade e cuidado mútuo se expandem a fim de alcançar a justiça de gênero, se não no âmbito da sociedade em geral, ao menos no âmbito da comunidade em que vivem.

As construções teóricas empregadas sugeriam uma relação positiva entre abordagem tridimensional da justiça de gênero de Nancy Fraser e as propostas de práticas feministas de gestão de P. Y. Martin, pois ambas demandam uma agenda comum, de emancipação da mulher nos espaços público e privado (FRASER, 2002; MARTIN, 2003; SEGNINI, 2007). A partir da análise da etapa quantitativa da pesquisa, foi possível identificar que, no contexto da economia solidária, o alinhamento dessas abordagens ocorre de forma específica. A análise de regressão não resultou em um modelo de aferição da justiça de gênero, o que reflete a complexidade dos construtos, contudo,

a análise quantitativa permitiu elaborar uma prova de conceito, a partir das reflexões de Nancy Fraser sobre a justiça de gênero e das práticas feministas de gestão propostas por Martin (2003). Fraser (2001, 2002, 2007) aponta, ao longo de seus estudos sobre a justiça de gênero, que a pressuposição da interseccionalidade é uma condição para a compreensão da redistribuição, do reconhecimento e da representação, e, de fato, as evidências da análise estatística identificaram os fatores críticos de justiça de gênero e de práticas feministas de gestão que aderem ao âmbito da ES. A interseccionalidade, segundo Santos (2017), é uma condição para a compreensão de economias feministas, articulando a questão da colonialidade econômica à questão do gênero, e considerando que tais interseccionalidades são necessárias para defrontar os dilemas e estratégias adotados por diferentes grupos de mulheres na reação à escassez de recursos e oportunidades. Logo, o pós-colonialismo atentaria para interseccionalidade, identificando diferentes mecanismos hierarquizantes (de raça, etnia, classe, sexualidade); tais conexões auxiliam, por exemplo, na adequação do pensamento feminista à realidade das mulheres em contextos periféricos, como o da economia solidária.

Em relação às práticas feministas de autogestão, os resultados demonstraram que a prática da promoção da emancipação das mulheres nos empreendimentos é a mais presente e também sofre a influência de diversas variáveis interseccionais, como cooperação, democracia e busca por resultados transformadores. A prática da valorização da mulher e da razão feminista é a segunda em termos de presença nas dinâmicas organizativas das mulheres, seguida da promoção da democracia e participação e promoção de maior conscientização. As variáveis da preocupação com o outro e os cuidados mútuos, bem como a promoção de laços comunitários e cooperativos, estão presentes em todas as práticas identificadas na análise, de forma interseccional, demonstrando que a questão da emancipação da mulher em suas práticas organizativas se desenvolve a partir de vários fatores inter-relacionados que permeiam as relações em uma gestão feminista (MARTIN, 2003). Portanto, mesmo que se busque uma racionalização através da categorização e padronização de fazeres e dizeres das mulheres, não há que se falar em rigidez ou

limites entre uma prática e outra performatizadas pelas mulheres, sendo mais evidente identificar os valores que orientam tais práticas.

REFERÊNCIAS

ANDION, C. A gestão no campo da economia solidária: particularidades e desafios. *Revista de Administração Contemporânea*, Campinas, v. 9, n. 1, 2005.

ARRUDA, M. *Exchanging visions on a responsible, plural and solidarity-based economy*. Rio de Janeiro: ALOE – Workgroup visions of a responsible, plural y solidarity-based economy, 2008.

Àvila, M. B. M. A dinâmica do trabalho produtivo e reprodutivo: uma contradição viva no cotidiano das mulheres. In: Venturi, G.; Godinho, T. (Orgs.). *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. Edições Sesc SP, 2013.

BARRETO, R. O.; PAULA, A. P. Os dilemas da economia solidária. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, 2009.

BAUHARDT, C. Solutions to the crisis? The Green NewDeal, Degrowth, and the Solidarity Economy: Alternatives to the capitalist growth economy from an ecofeminist economics perspective. *EcologicalEconomics*, Amsterdam, v. 102, n. 61, p. 60-68, 2014.

BENINI, É. A.; BENINI, E. G. As contradições do processo de autogestão no capitalismo: funcionalidade, resistência e emancipação pela economia solidária. *Organização & Sociedade*, Salvador, v. 117, n. 55, out./nov. 2012.

BORZAGA, C.; TORTIA, E. Social economy organizations in the theory of the firm. In: NOYA, A.; CLARENCE, E. (eds). *The Social Economy: building inclusive communitie*. Paris: OECD Publishing, 2007. p. 23-60.

CALÁS, M.; SMIRCICH, L. Do ponto de vista da mulher: abordagens feministas em estudos organizacionais. In: CLEGG, S. *et al.* (ed.). *Handbook de Estudos Organizacionais*. São Paulo: Atlas, 2014. p. 273-327.

CARVALHO, N. V. *Autogestão: o governo pela autonomia*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

COLLINS, J.; HUSSEY, R. *Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação*. Trad. Lucia Simonini. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. *Métodos de Pesquisa em Administração*. Porto Alegre: Bookman, 2003.

COSTA, J. C. Mulheres e economia solidária: hora de discutir a relação! *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 19-27, jan./jun. 2011.

COSTA, P. A.; CARRION, R. S. M. Situando a economia solidária no campo dos estudos organizacionais. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 5., 2008, Belo Horizonte. *Anais [...]*. Maringá: Anpad, 2008.

CRESWELL, J. W. *Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DAGNINO, R. Gestão social e gestão pública: interfaces, delimitações e uma proposta. In: BENINI, É. A. *et al.* (org.). *Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas da Economia Solidária*. São Paulo: Outras Expressões, 2011. v. 1.

FARIA, J. H. Autogestão, economia solidária e organização coletivista de produção associada: em direção ao rigor conceitual. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, artigo 5, jul./set. 2017.

FIELD, A. *Descobrendo a estatística usando SPSS*. Tradução Lorí Viali. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FIGUEREDO, P. M.; DELLAGNELO, E. H. L. A gestão de mulheres em organizações não-governamentais. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 1-16, maio/ago. 2011.

Flick, U. *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

FRANÇA FILHO, G. C. A problemática da Economia Solidária: um novo modo de gestão pública? *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, artigo 7, p. 443-461, set./nov. 2013.

FRASER, N. Que é crítico na Teoria Crítica? O argumento de Habermas e gênero. In: BENHABIB, S.; CORNELL, D. (org.). *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987. p. 57-89.

FRASER, N. From Redistribution to Recognition? Dilemmas of Justice in a 'Postsocialist' Age. In: FRASER, N. *Justice Interruptus: Critical Reflections on the "Postsocialist" Condition*. New York: Routledge, 1997. p. 68-93.

FRASER, N. Rethinking Recognition: Overcoming Displacement and Reification in Cultural Politics. *New Left Review*, London, n. 3, p. 107-120, may/june 2000.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas na justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, J. (org.). *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2001. p. 245-282.

FRASER, N. Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. G. (org.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: FCC; Ed. 34, 2002. p. 59-78.

FRASER, N. Social Justice in the Age of Identity Politics: Redistribution, Recognition, and Participation. In: FRASER, N.; HONNETH, A. *Redistribution or Recognition? A Political-Philosophical Exchange*. London: Verso; Frankfurt: Suhrkamp, 2003. p. 98-108.

- FRASER, N. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 291-308, maio/ago. 2007.
- FRASER, N. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. *Mediações*, Londrina, v. 14, n. 2, p. 11-22, jul./dez. 2009.
- FRASER, N. *Scale of justice: Reimagining Political Space in a Globalizing World*. New York: Columbia University Press, 2010.
- GAIGER, L. I. Contribuições para uma agenda de pesquisa. In: HESPANHA, P.; SANTOS, A. M. (org.). *Economia Solidária: questões teóricas e epistemológicas*. Coimbra: Edições Almedina, 2011. p. 237-256.
- GHERARDI, S. *Organizational knowledge: the texture of workplace learning. Organization and strategy*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2006.
- GUÉRIN, I. *As mulheres e a economia solidária*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- HAIR, J. F. et al. *Análise multivariada de dados*. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- HIRATA, H. *Nova Divisão Sexual do Trabalho?* São Paulo: Boitempo, 2002.
- LUGONES, M. Heterosexualisms and the Colonial/Modern Gender System. *Hypatia*, Cambridge, v. 22, n. 1, p. 186-209, 2007.
- MALHOTRA, N. K. *Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- MARTIN, P. Y. Feminist practice in organizations: Implications for management. In: Fagenson, E. A. (Ed.), *Women in management: Trends, issues, and challenges in managerial diversity*: 274-296. Newbury Park, CA: Sage, 1993.

- MARTIN, P. Y. “Said and done” versus “saying and doing”: Gendering practices, practicing gender at work. *Gender & Society*, n. 17, p. 342-366, 2003.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO [MTE]. Secretaria Nacional de Economia Solidária [Senaes]. *Banco de dados do Sistema de Informações da Economia Solidária – SIES*. Brasília, DF: MTE; Senaes, 2014. 1 CD-Rom: base de dados em planilhas eletrônicas.
- MOHANTY, C. T. US Empire and the Project of Women’s Studies: Stories of Citizenship, Complicity and Dissent. *Gender, Place and Culture*, London, v. 13, n. 1, p. 7-20, 2006.
- MONJE-REYES, P. Economía solidaria, cooperativismo y descentralización: la gestión social puesta en práctica. *Cadernos EBAPE. BR*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, 2011.
- NICOLINI, A. Podem Indivíduos e Suas Práticas Promover Aprendizagem Organizacional? *Teoria e Prática em Administração*, v. 3 n. 1, p. 19-38, 2013.
- PINHEIRO, D. C.; PAULA, A. P. P. A mitologia da ineficiência nas organizações solidárias: em busca da resignificação de um conceito. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, v. 12, n. 27, p. 42-65, jul./set. 2014.
- RAMOS, A. G. *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.
- RAMOS, A. G. *A Redução Sociológica: Introdução ao Estudo da Razão Sociológica*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro Ltda, 1996.
- Rede de Economia Solidária e Feminista (RESF). *Documento do Encontro Nacional da Rede*, em Brasília, maio de 2013. Disponível em: http://guayi.org.br/?page_id=1584. Acesso em: 18 de agosto de 2018, 2013.
- SANTOS, L. L. dos. Deve a economia feminista ser pós-colonial? Colonialidade econômica, gênero e epistemologias do Sul. *Revista Crítica*

de Ciências Sociais [Online], Coimbra, n. 114, 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/6797>. Acesso em: 12 jun. 2018.

SEGNINI, L. R. P. Nota técnica: do ponto de vista do Brasil: estudos organizacionais e a questão do feminismo. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. R.; CALDAS, M.; FACHIN, R. & FISCHER, T. (Eds.) *Handbook de Estudos Organizacionais*. São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, S. P. O campo de pesquisa da Economia Solidária no Brasil: abordagens metodológicas e dimensões analíticas. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Texto para discussão*. Rio de Janeiro: Ipea, 2018. v. 2361. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8255/1/TD_2361.pdf. Acesso em: 12 jun. 2018.

Stake, R. E. *The art of case study research*. Thousand Oaks: Sage, 1995.

TUKEY, J. W. *Exploratory Data Analysis*. Addison-Wesley, 1977.

SINGER, P. I. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

VIETA, M. Autogestión: Prefigurando el nuevo cooperativismo y el trabajo como um bien común. In: ENCUESTRO INTERNATIONAL LA ECONOMÍA DE TRABAJADORES Y TRABAJADORAS, 5., 2015, Paranaguá. *Anais [...]*. [S. l.: s. n.], 2015.

REFLEXÕES SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE A ECONOMIA FEMINISTA E A ECONOMIA SOLIDÁRIA: INTERSECÇÕES

Julia da Silva Gutierrez Ruiz²

Paula Wielewski Leme³

Sheila Ghirello Cabestré⁴

Leandro Pereira Morais⁵

INTRODUÇÃO

Após as crises do petróleo na década de 1970, a política econômica passou a substituir a concepção keynesiana de estado de bem-estar social para uma visão amplamente neoliberal. Essa transformação se deu, sobretudo, por meio das privatizações das empresas, em que a presença do Estado foi diminuindo em favor de uma ascensão do mercado em um contexto de globalização. Por muito tempo, este foi o paradigma predominante da economia, no âmbito acadêmico e político.

Entretanto, as crises econômicas vivenciadas pelos países revelam que o sistema capitalista vigente possui alguns conflitos internos e contradições

1 As autoras agradecem pelas contribuições da aluna Natalia Araujo Diniz.

2 Graduanda em Economia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), pesquisadora vinculada ao Núcleo de Extensão e Pesquisa em Economia Social, Solidária, Criativa e Cidadania da Unesp (Nepesc/Unesp) e ao Grupo de Pesquisa em Economia Aplicada da Unesp (GPEA/Unesp).

3 Mestranda em Economia pela Unesp, pesquisadora vinculada ao GPEA/Unesp.

4 Graduanda em Economia pela Unesp, pesquisadora no Projeto de Extensão Política Municipal de Mapeamento e Acesso ao Poder Público das Mulheres Vítimas de Violência como Direito Fundamental em Araraquara.

5 Professor do Departamento de Economia da Unesp, coordenador do Nepesc/Unesp.

em seu funcionamento que colaboram para que as disparidades de gênero, classe e raça sejam ainda mais agravadas. O modelo econômico tradicional reforça ainda mais essas problemáticas, de modo que torna o cenário atual preocupante em termos de distribuição de recursos e de um desenvolvimento sustentável.

Segundo Chaves e Monzón (2018), o atual cenário do século XXI faz com que o modelo neoclássico seja questionado por diversos atores. As próprias empresas privadas – que eram vistas como as principais causadoras dos problemas sociais, ambientais e econômicos – agora precisavam refletir uma mudança no ritmo do capitalismo.

Esta reflexão a nível global faz com que outras concepções econômicas sejam vistas como alternativas ao paradigma tradicional da economia. A teoria heterodoxa se contrapõe cada vez mais ao modelo ortodoxo, e diversas vertentes buscam explicar a origem dos problemas atuais e soluções para estes. É assim que a economia solidária e a economia feminista ganham força.

As bases teóricas e finalidades principais da economia solidária e da economia feminista possuem divergências. Porém, Hillenkamp, Guérin e Verschuur (2014) destacam que, nas organizações de economia solidária, há uma predominância de mulheres. Esta percepção traz a seguinte hipótese em forma de questionamento: a economia solidária e a economia feminista podem beneficiar-se mutuamente e alimentar uma relação harmoniosa? Este questionamento ganha uma importância maior ainda quando as autoras afirmam que as pesquisas de economia solidária ainda não correlacionam as questões de gênero de forma profunda, principalmente por conta da especificidade deste campo teórico, e muitos trabalhos não aproveitam as similaridades com economia feminista para realizar análises detalhadas.

Partindo desta hipótese feita no parágrafo acima, o objetivo central deste artigo é investigar os princípios teóricos sobre estas vertentes da economia e invocar as similitudes entre ambas, dado que envolvem alternativas do modo de produção vigente na conjuntura atual. Para tanto, foi realizado um levantamento de pesquisa bibliográfica com o intuito de

buscar os vínculos existentes entre as teorias de economia solidária e feminista, utilizando a técnica de observação e percepção para traçar essas interseccionalidades.

Além desta breve introdução, o artigo conta com mais cinco seções. A segunda seção descreve a metodologia da pesquisa. A terceira abrange as principais contribuições a respeito da economia solidária, discorrendo sobre esta e fazendo um recorte mais específico sobre a economia solidária no Brasil. A quarta seção apresenta a base teórica da economia feminista e os principais elementos da teoria. A quinta constitui a contribuição do artigo, mostrando as relações percebidas entre a economia solidária e a economia feminista de forma que traçam laços harmoniosos, e também indicando os pontos divergentes das teorias. Por fim, a sexta seção reúne os principais resultados do estudo, assim como as considerações finais.

METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa consiste na análise e investigação dos pontos convergentes e divergentes que os campos teóricos da economia solidária e da economia feminista possuem, para dessa forma cumprir o objetivo do artigo em mostrar que estes campos teóricos constroem uma espécie de retroalimentação. Segundo Gil (2008), é possível classificar o presente trabalho como uma pesquisa social exploratória, com a finalidade de esclarecer conceitos e propiciar uma visão geral de algum fenômeno ou cenário. A partir desta ideia, a metodologia é dividida em duas principais etapas.

A primeira etapa é a descrição dos principais elementos teóricos da economia solidária (terceira seção) e da economia feminista (quarta seção), com a finalidade de evidenciar os objetivos principais dessas vertentes. Deste modo, é uma metodologia em termos de levantamento e pesquisa bibliográfica.

Já a segunda etapa relaciona ambas as teorias de forma a apresentar os vínculos que a economia solidária e a economia feminista possuem, e de

que formas elas se complementam (quinta seção). Esta etapa considera a pesquisa científica e utiliza a técnica de observação e percepção das pesquisadoras, a partir do método comparativo para estabelecer as ligações entre os elementos constitutivos teóricos.

A escolha da metodologia para verificar a hipótese inicial da pesquisa justifica-se através dos argumentos de Gil (2008), que ressalta a importância das pesquisas bibliográficas para textos de caráter social, pois é a partir delas que são feitas as coletas de dados. O autor ainda defende que “[...] os periódicos constituem o meio mais importante para a comunicação científica, graças a eles é que vem-se tornando possível a comunicação formal dos resultados de pesquisas originais e a manutenção do padrão de qualidade na investigação científica” (GIL, 2008, p. 62).

Gil (2008) também justifica que o método comparativo utilizado é uma técnica específica da área das ciências sociais, que parte da investigação de fenômenos e acontecimentos desta natureza com a finalidade de encontrar diferenças e similaridades entre eles.

AS PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES A RESPEITO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

COMPREENDENDO A ECONOMIA SOLIDÁRIA

A discussão sobre a economia social e solidária (ESS) é marcada pela heterogeneidade de definições teóricas e de reflexo na práxis (SANCHES; MORAIS, 2020), o que demonstra a complexidade do debate e as diferentes experiências que permeiam o seio dessa vertente econômica (MORAIS; BACIC, 2010). A ESS trata de organizações que são baseadas nos princípios da solidariedade e participação, produtoras de bens e serviços que também buscam objetivos econômicos e sociais (FONTENEAU et al., 2010), mas, mesmo tendo esta definição, o nome não é o mais difundido no Brasil. Enquanto isso, a terminologia “economia social” é mais utilizada

nas experiências europeias (MONZÓN, 2018) e, entre brasileiros, é comum nomear a ESS de economia solidária (SANCHES; MORAIS, 2020), então este segundo será o tratamento predominante neste trabalho.

Ainda sobre a definição da economia solidária, pode se dizer que

[...] o termo sintetiza uma diversidade de experiências organizacionais de caráter econômico, baseadas em novas e antigas formas de solidariedade. Isso ocorre seja numa perspectiva de busca de alternativa de emprego, seja numa perspectiva de construção de um modelo alternativo ou diferenciado do capitalismo. (MOURA; MEIRA, 2002, p. 78)

Além dessas definições, Lisboa (1999) apresenta a economia solidária como uma alternativa ao modo de produção capitalista, a qual, porém, ainda convive com o capitalismo, estando ela inserida neste contexto. Lechat (2007) expõe a visão de Laville sobre a economia solidária, dizendo que o laço social se faz valorizado a partir da reciprocidade dentro da organização econômica, além de adotar formas comunitárias de propriedade, sendo o oposto de uma economia capitalista.

Como última definição da economia solidária, este trabalho traz a visão de Paul Singer, o qual, além ser um dos principais nomes da economia solidária no Brasil, também foi, por 13 anos, uma forte liderança da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes)⁶ do país e, por esses motivos, o trabalho se aterá principalmente a essas definições. O autor define a economia solidária como “[...] outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual” (SINGER, 2002, p. 10); objetando a economia solidária aos princípios do capitalismo desde o seu princípio, o autor escreve que a economia solidária “[...] foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego” (SINGER, 2002, p. 83). Singer (1997) defenderá, então, a ideia dos produtores autônomos (de qualquer tipo e tamanho) assegurando,

⁶ Singer deixou a Senaes (secretaria subordinada ao Ministério do Trabalho) em 2016, após o impeachment da então presidenta Dilma.

mediante solidariedade, para cada um, um mercado para que possam colocar seus produtos, uma multiplicidade de economias externas, de crédito e orientações pertinentes à sustentabilidade da organização.

A economia solidária possui o termo ligado à solidariedade, como foi citado no parágrafo acima, porque existe um

contraste com o individualismo competitivo, característico do comportamento econômico das empresas capitalistas. Sob este conceito se aglutinam um conjunto de organizações que, de um lado, fomentam a solidariedade entre os membros a partir da autogestão e, por outro, praticam a solidariedade entre os trabalhadores em geral, com maior ênfase nos mais desfavorecidos. (MORAIS, 2013).

E essas organizações podem ser cooperativas (comuns no Brasil), organizações não governamentais (ONGs), fundações, associações, podendo ser também organizações informais, logo os empreendimentos solidários podem contemplar praticamente todos os setores de uma economia (MORAIS, 2013). Singer defende que as cooperativas “autênticas” são ferramentas para combater o desemprego e a precarização do trabalho, sendo que os empreendimentos solidários não são apenas meios de sobrevivência, mas também um projeto de transformação social e revolução (MORAIS, 2013).

A ECONOMIA SOLIDÁRIA: EXPERIÊNCIA NO BRASIL

Embora não haja um consenso sobre a definição da economia solidária e quais entidades de fato a compõem, um grande exemplo prático dessa teoria são as cooperativas. Elas podem operar nos mais diversos setores da economia, como na produção, na comercialização, no consumo, em transporte, para prestação de serviços e até mesmo no setor financeiro, com cooperativas de crédito. De acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB),⁷ no *Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2020*, existem 5.314 cooperativas com

⁷ Ver: <https://www.ocb.org.br/>.

registro ativo na OCB,⁸ tendo, em 2019, aproximadamente 15,5 milhões de pessoas cooperadas no Brasil.

Além das cooperativas, existem as organizações do terceiro setor, ou as ONGs, que não possuem fins lucrativos e “[...] visam a promoção do bem geral” (MORAIS; BACIC, 2010, p. 918). No Brasil, existem organizações sem fins lucrativos (e não governamentais), do terceiro setor, que associam outras (como associações, centros comunitários, fundações, grupos de apoios etc., tal qual é o caso da Associação Brasileira de ONGs (Abong),⁹ criada em 1991 a fim de fortalecer ONGs voltadas à defesa e promoção dos direitos e bens comuns, e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife),¹⁰ uma associação de investidores sociais que empregam cerca de R\$ 2,9 bilhões¹¹ por ano na área social, seja em projetos próprios ou viabilizando a realização de terceiros.

Neste trabalho, o foco se dará na economia solidária (que conversa com a concepção de Singer) em que se refere à Senaes: o conjunto das atividades econômicas que partem da autogestão dos trabalhadores para seu arranjo e sua realização por organizações solidárias (cooperativas, associações, empresas autogeridas, grupos solidários, redes solidárias, clubes de troca etc.) (MORAIS, 2013).

De acordo com Silva (2019), a criação de um espaço institucional para discutir a economia solidária a nível federal no Brasil se iniciou com a vitória do Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições presidenciais de 2002, quando há a proposta dessa criação pelo presidente eleito, porque o partido já havia demonstrado uma abertura para políticas que envolvem o tema e interesse de partidários por essa pauta. Ainda em 2002, ocorre a I Plenária Nacional de Economia Solidária (I PNES), mas é em 2003, na II PNES, com a participação de aproximadamente 800 pessoas, que é apresentado um documento de peso para a ideia da criação de uma entidade

⁸ Até a data de 27 de novembro de 2020.

⁹ Ver: <https://abong.org.br/>.

¹⁰ Ver: <https://gife.org.br/>.

¹¹ Segundo Censo Gife de 2018.

nacional. Essa ideia foi amadurecida e o presidente Lula anunciou a criação de uma secretaria ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego, a Senaes (SILVA, 2019).

Desde a criação da Senaes, várias ações ocorreram para mapear e sanar as principais demandas advindas dos EES (como em questões de infraestrutura, da comercialização, para acesso aos serviços financeiros, entre outras), e também aconteceu uma ampliação, em âmbitos estadual e municipal, das políticas públicas voltadas para a economia solidária, “[...] inclusive com a aprovação de legislações que determinam a implantação de conselhos e o fortalecimento da Rede de Gestores de Políticas Públicas de ESOL” (MORAIS; MENEZES, 2019).

Para Silva (2018), a Senaes inicia suas atividades em 2003, com Paul Singer como secretário, a fim de fortalecer as experiências de economia solidária no Brasil, sendo interlocutora entre os grupos da sociedade civil, também entre os outros setores que compunham o Ministério do Trabalho e outros órgãos estatais. A partir de 2004, a secretaria começa a possuir seu próprio orçamento, sendo que, até 2011, a Senaes e seu orçamento estão voltados à inserção e consolidação das políticas públicas para economia solidária no país.¹² De 2012 até 2015, aconteceu o Programa de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária, para ampliar a estratégia territorial do governo federal com apoio em diversos aspectos do desenvolvimento e do preparo de trabalhadores, agentes, formadores, multiplicadores e gestores de economia solidária, envolvendo bancos comunitários de desenvolvimento e muitas outras partes de um sistema que envolve os empreendimentos de economia solidária (MORAIS; MENEZES, 2019).

A partir de 2012, os programas da Senaes deixam de ser apenas de uma unidade gestora e começam a abranger atividades geridas por outros ministérios (SILVA, 2018), como é o caso dos beneficiários do Plano Brasil

¹² Ainda de acordo com Silva (2018), é neste período que consta no Plano Plurianual do orçamento da secretaria a elaboração do primeiro Mapeamento Nacional de Economia Solidária, necessário para obter informações reais da situação dos empreendimentos de economia solidária no país. O mapeamento foi concluído em 2007.

sem Miséria, que passaram a contar com projetos de inclusão produtiva, criando oportunidades de desenvolvimento econômico local (MORAIS; MENEZES, 2019), assim como o caso do Programa de Resíduos Sólidos, que reconhecia a importância dos catadores de material reciclável organizados em cooperativas como principais agentes do sistema de uma nova política para a gestão dos resíduos sólidos no país (SILVA, 2018), o que também pode demonstrar a proximidade da economia solidária com questões sustentáveis.

Também segundo Silva (2018), no final de 2015, o Ministério do Trabalho foi fundido com o Ministério da Previdência Social, e a Senaes sofreu algumas modificações internas, indicando sinais de mudanças. Após o *impeachment*, em 2016, ocorreu uma reformulação da equipe gestora com a saída de Singer da secretaria, além de coordenadores e diretores que o acompanharam neste movimento. Silva (2008) ainda pontua que a nova equipe gestora não possuía experiência em economia solidária, e a Senaes deixou de ser secretaria, sendo considerada subsecretaria, além de ter seu orçamento cada vez mais restrito no período mais recente. O Decreto nº 9.674/2019 extinguiu a Senaes, mantendo apenas o Conselho Nacional de Economia Solidária, que passou a integrar o Ministério da Cidadania desde a extinção do Ministério do Trabalho. Este conselho está sem ser reunido desde o início de 2019 (PUZZI, 2019), tendo assim as suas atividades paralisadas, além de não haver uma previsão de quando as atividades da entidade possam ser retomadas – inclusive não houve retomada das atividades do conselho durante o ano de 2020, o que torna cada vez mais importantes as discussões sobre esse setor que movimenta, anualmente, cerca de R\$ 12 bilhões no país (ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2019).

Por fim, ainda é válido ressaltar que, de acordo com a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol), no Plano Plurianual de 2020-2021, a renda destinada à economia solidária é de R\$ 8 milhões, enquanto em 2019 a destinação foi de R\$ 27 milhões e o orçamento do Plano Plurianual de 2016 abarcava R\$ 60 milhões, demonstrando uma visível queda e a falta de interesse em investimentos na economia solidária por parte do governo federal atual (PINHO, 2020).

A ECONOMIA FEMINISTA E OS PRINCIPAIS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA TEORIA

Este tópico tem a finalidade de conceituar e definir as bases teóricas da economia feminista, apresentando os principais elementos constitutivos desta área, de forma a identificar possíveis laços com a teoria da economia solidária.

A economia feminista se consolidou como um campo de estudo da ciência econômica sobretudo a partir da década de 1990, sob influência do feminismo, representando uma alternativa ao modelo ortodoxo neoclássico da economia. Como é mostrado por Teixeira (2017), a incorporação da teoria feminista dentro da economia é um processo recente, que iniciou nos Estados Unidos na década de 1980, e foi um fenômeno difundido também para outros países. Em via deste acontecimento, ressalta que há muitas concepções e contradições dentro da teoria da economia feminista. Entretanto, é consensual que um dos objetivos principais dessa teoria é questionar a existência de um *Homo economicus*, já que não considera apenas as relações econômicas centradas nas transações monetárias (GRECCO, 2018).

No caso brasileiro, Bohn e Catella (2017) demonstram que os estudos relativos à economia feminista são incipientes, mas existem. As autoras mapearam a produção acadêmica relacionada a esse tema no período de 1990 a 2015 nos periódicos nacionais com avaliações B1, B2 e B3 para a economia, obtendo uma amostra de 40 mil artigos. Destes, 3,2% abordam a temática de gênero, e apenas 0,23% retrata sobre a economia feminista. A maioria destes foi produzida por mulheres, o que nos leva a perceber a importância da inserção feminina nesta área para abordar pautas que se identificam e romper com a figura do homem como representante da economia.

Esse viés androcêntrico na economia dominante, que acredita na existência de um homem econômico, pressupõe que os indivíduos nascem com suas preferências já desenvolvidas e de forma autônoma, sem depender de mais nada. A economia feminista visa criticar essa abordagem

neoclássica, que presume que o homem seria como um “cogumelo” que simplesmente brota na terra. Além disso, o agente da economia é um ser racional associado logicamente ao homem branco, o que, de acordo com a economia feminista, exclui as mulheres e as contribuições de seus trabalhos (GRECCO, 2018).

Outro elemento encontrado na teoria da economia feminista é a busca pela valorização do trabalho da mulher no campo doméstico e também fora dele. Teixeira (2017) explica que a economia feminista tem o intuito de trazer o debate a respeito da desigualdade salarial existente entre homens e mulheres, a mensuração do trabalho doméstico não remunerado, a questão da distribuição dos afazeres domésticos, a segregação ocupacional e setorial enfrentada pelas mulheres no mercado de trabalho, entre outros assuntos relacionados ao trabalho feminino que são deixados de lado pela economia tradicional em diversos aspectos.

Em concordância, Bengoa (2017) afirma que a proposta da economia feminista é romper com os paradigmas da visão tradicional da economia, com a finalidade de modificar a realidade socioeconômica não apenas em termos de teoria, mas também em termos políticos. A autora afirma que essa teoria pretende discutir a importância que o trabalho doméstico possui para a força de trabalho como um todo, pois o trabalho das donas de casa também faz parte da estrutura produtiva do capitalismo.

Esta concepção sobre a economia feminista foi trabalhada por Picchio (1992, p. 95), ao constatar quatro aspectos que sempre estão presentes no mercado de trabalho feminino: “[...] (a) o número substancial de mulheres sem trabalho remunerado; (b) a quantidade de trabalho doméstico feito por mulheres assalariadas; (c) segregação do trabalho; (d) grande proporção de mulheres em situação de pobreza”. A partir dessas persistências, a autora elabora uma relação entre produção e reprodução.

Para Picchio (1992), o trabalho doméstico une a produção e a reprodução, com a finalidade de sustentar a acumulação de capital. Ou seja, o trabalho feminino dentro de casa é essencial para a reprodução do trabalho remunerado, que utiliza indivíduos para a produção de bens. O trabalho

doméstico, que em sua maioria é exercido por mulheres,¹³ restaura as pessoas para que continuem sendo usadas para a produção. Este seria o vínculo entre produção e reprodução ressaltado pela autora: ao passo que os homens se ocupam das atividades produtivas e remuneradas, as mulheres concentram-se em atividades de reprodução. – valorização¹⁴ do trabalho da mulher no campo doméstico e fora.

Deste modo, o trabalho doméstico também é parte importante na reprodução da mais-valia, e não pode ser analisado de forma dissociada dos demais trabalhos. “Parte do crescimento econômico e do lucro provém destas duas fontes: aceleração dos ritmos da exploração ou da extração dos recursos naturais e intensificação do trabalho de cuidados realizado fundamentalmente pelas mulheres” (BENGOA, 2017, p. 71).

A pesquisa de Teixeira (2017) analisa a evolução do mercado de trabalho brasileiro para as mulheres entre os anos de 2004 a 2013, e constata que as mulheres são as mais afetadas pelo desemprego, pois durante esse período a taxa de inatividade masculina representava 24%, ao passo que era de 44% para as mulheres. Além disso, demonstra que o salário feminino (para indivíduos de 16 anos ou mais) em geral é inferior ao dos homens para todas as ocupações de trabalho, sendo que em 2013 o salário total das mulheres correspondia a 73,1% em relação ao salário total masculino. Deste modo, a autora defende a importância da economia feminista para modificar esses indicadores.

Outra característica da base teórica da economia feminista encontrada na literatura é que não há uma definição geral para o conceito, o que dificulta as pesquisas em termos metodológicos e epistemológicos. Para Teixeira (2017), o único ponto central dessa abordagem é a crítica à

13 Em 2019 no Brasil, as mulheres ocupadas dedicaram aproximadamente 18,5 horas semanais em atividades domésticas e cuidados de pessoas, enquanto as mulheres não ocupadas dedicaram cerca de 24 horas semanais. Já os homens ocupados realizaram aproximadamente 10,4 horas semanais de afazeres domésticos, cuidados de pessoas, ao passo que os homens não ocupados realizaram 12 horas por semana dessas atividades (IBGE, 2020).

14 Picchio (1992) inclusive retoma argumentos de Federici (2019) relacionados a um salário e remuneração pelo trabalho doméstico.

economia neoclássica, como foi mencionado anteriormente, que ocorre por meio de perspectivas diferentes. Em síntese, as vertentes desta teoria buscam identificar as raízes da opressão feminina em sua forma histórica, social e econômica; entretanto, cada uma possui explicações diferentes sobre os motivos dessa opressão, assim como apresentam soluções de combate distintas.

Enquanto alguns trabalhos¹⁵ invocam que as diferentes abordagens feministas dentro da economia estão enraizadas no mesmo sistema social que oprime – o capitalismo – e assim devem se unificar e superar as divisões em prol de uma mesma causa, há outras pesquisas¹⁶ que exaltam as correntes existentes dentro da economia e defendem que a divisão deve se manter. Ou seja, a própria característica heterogênea desta teoria é palco de discussões divergentes.

A partir destes estudos, comprova-se que, teoricamente, a economia solidária e a economia feminista são áreas com traços em comum. A seção a seguir vai destrinchar essas similaridades, evidenciando que ambas as áreas dialogam entre si.

SIMILARIDADES E CONTRASTES ENTRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A ECONOMIA FEMINISTA

Em 2011, foi publicado a partir da realização de seminários com o tema “Diálogos Transversais em Gênero e Fecundidade: articulações contemporâneas” um livro que possuía uma fala muito relevante sobre o assunto debatido neste artigo. Nesse livro, autora Katia Pirota se utiliza das teorias de Amartya Sen para fundamentar os argumentos da economia feminista. Amartya Sen explica que a pobreza não é puramente causada pelos baixos

15 Como é ilustrado em Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019), que posicionam-se contrárias às ideologias de pluralidade existentes na economia feminista.

16 Pérez (2005) e Carrasco (2006) acreditam que a economia feminista dificilmente será unificada por envolver uma ampla multidisciplinariedade, e é mais positivo que seja dividida em várias vertentes.

níveis de renda, mas também pela privação de capacidades básicas, uma vez que a renda não é o único instrumento que pode ser utilizado como geração de capacidades, mesmo que ambas estejam vinculadas. Ele exemplifica que o acesso à educação e a serviços de saúde básicos promove uma maior probabilidade de que as pessoas saiam da pobreza, auferindo maiores rendas.

No capítulo chamado “A condição de agente das mulheres e a mudança social”, Amartya Sen considera muito importantes dois aspectos da agenda da luta das mulheres: os direitos relacionados ao bem-estar e os relacionados à livre condição de agente da mulher. Para o autor, a expansão da liberdade é o fim e o meio do desenvolvimento e, ainda, a condição de agente das mulheres é um dos principais mediadores da mudança econômica e social (PIROTTA, 2011). Para Sen, deve-se levar em consideração questões metodológicas e quantitativas que busquem compreender as mudanças sociais considerando a subjetividade das mulheres, mas também, como já foi explicitado, a compreensão de que não é apenas o baixo nível de renda que as impede de acessar às suas liberdades.

Miriam Nobre (2016) afirma que a lógica do trabalho capitalista e a do cuidado não são conciliáveis, mas são obrigações cotidianas e ininterruptas graças ao uso das mulheres como variável de ajuste. É neste sentido, como já foi dito anteriormente, que as mulheres têm um papel essencial para a reprodução do trabalho remunerado.

Em tempos neoliberais a resolução de todos os problemas da sociedade é dada pela expansão das relações mercantilizadas. O crescimento do emprego doméstico é uma destas respostas, só sendo possível por uma combinação de desigualdades de gênero, classe, raça e colonialismo. (NOBRE, 2016)

Estas são as questões centrais que dão origem ao debate entre economia solidária e economia feminista. Assim como há inúmeros pontos fortes na conciliação entre ambas práticas, ainda existem muitas limitações e condicionantes ao se tentar executar um projeto de economia que é solidária mas também é feminista. Em primeiro lugar, entendemos que a combinação entre a economia solidária e a economia feminista é importante para a

auto-organização do trabalho como uma alternativa dentro do capitalismo e que seja realizada de uma forma democrática, mas que também possa ser uma opção de emancipação das mulheres, em relação à desigualdade de gênero, ao se sustentarem e buscarem um emprego.

A economia solidária, que já é entendida como uma organização de trabalho que desenvolve atividade econômica se baseando nos princípios de propriedade coletiva dos meios de produção, gestão democrática por parte dos trabalhadores e princípio de relação social, que busca satisfazer as necessidades das pessoas e de seu bem-estar (MANSILLA; GRENZNER, 2015), ainda não é transversalizada pela consciência da desigualdade de gênero. A base da diferença no mercado entre homens e mulheres começa com a divisão sexual do trabalho e a desigualdade existente com os cuidados do trabalho doméstico, de reprodução e de cuidado. Esses fatores condicionam como homens e mulheres, de forma bastante destoante, vão participar do mercado de trabalho e, principalmente, como vão se desenvolver nele. Projetos gestados por mulheres (ou que pelo menos tenham mulheres na gestão) facilitam essas questões de conciliar a vida pessoal, trabalhista e familiar porque a auto-organização permite essa flexibilidade para administrar o tempo e os espaços de trabalho (laboral e doméstico). E, ainda, a conciliação referida anteriormente parte do pressuposto feminista de que tanto os homens quanto os demais integrantes da comunidade executarão ambas tarefas de maneira equânime, ou seja, sem a divisão sexual do trabalho pautada na subalternidade feminina.

Dessa maneira, os obstáculos encontrados pelas mulheres dentro das cooperativas são a divisão sexual do trabalho; a subvalorização do trabalho do cuidado; a estratificação por gênero, raça e classe; a rigidez que alguns setores econômicos possuem; o custo de ampliar medidas inovadoras, uma vez que são pagas com os fundos próprios da cooperativa ou de seus integrantes; entre diversos outros. Ainda existem os conflitos gerados em decorrência do gênero, como atitudes gerenciais misóginas, comportamentos autoritários ou até mesmo pelo setor econômico em que a cooperativa se encaixa e que pode dificultar e até mesmo limitar as deliberações que foram discutidas para ser implementadas e combater as desigualdades.

Mansilla e Grenzner (2016) trazem em seu artigo “La economía será solidaria si es Feminista” que a economia feminista traz contribuições muito ricas e inovadoras para a economia solidária, como, por exemplo, a ampliação e cobertura, mediante fundos próprios, da licença-paternidade. Para além do âmbito dos cuidados da família, as contribuições referem-se a questões como diálogo, negociação e aprendizagem através da comunicação, sempre mantendo o bem-estar das pessoas como questão central. Essa combinação, portanto, promove um modelo econômico que é social, sustentável, comunitário e justo, que leva em consideração os marcadores de diferença de forma integral e consubstancializada. A economia feminista cria modelos de intervenção pioneiros para as cooperativas se utilizando de recursos como as políticas públicas para a estruturação da atividade econômica e para promover uma gestão que inclua toda a diversidade de pessoas presentes no grupo.

Dentre elas, as autoras mencionam no artigo: a horizontalidade e apoio mútuo, com criação de redes de apoio; a atenção à saúde sexual e reprodutiva; e a prevenção, atenção e sensibilização contra as violências misóginas. São meios que não só permitem mais mulheres nos projetos, mas, principalmente, que o fazem sem atribuições de gênero estereotipadas. A harmonização entre a economia solidária e a economia feminista promove uma gestão verdadeiramente democrática, uma vez que a equidade de gênero será atingida dentro da cooperativa.

As sinergias entre economia solidária e economia feminista oferecem um terreno fértil para a construção de um modelo social e econômico mais justo e sustentável, em que a discriminação – contra as mulheres e para o restante dos grupos subalternos – seja erradicada e a igualdade de oportunidades se converta em igualdade substancial. (MANSILLA; GRENZNER, 2016, tradução nossa)

No quadro a seguir, foi elaborada uma comparação entre a economia solidária e economia feminista. As comparações foram pautadas nas seguintes esferas: a relação do capitalismo com a desigualdade de gênero; a relação das condições de trabalho com o gênero; o trabalho como alternativa de emancipação dentro do capitalismo e a conceituação do princípio de igualdade.

Quadro 1 – Comparação entre a economia solidária e economia feminista.

Comparação entre as economias solidária e feminista	
Solidária	Feminista
Democratização da economia: alternativa para o desemprego, com melhores condições e flexibilização do ritmo do trabalho	Mercantilização do trabalho do cuidado (contradições de gênero, raça e classe) Romper com a divisão sexual do trabalho (homens: produção; mulheres: reprodução) Socialização do trabalho reprodutivo ou trabalho reprodutivo articulado à produção socializada
Satisfazer as necessidades das pessoas e seu bem-estar, de maneira respeitosa com o meio ambiente (território/social/comunidade) onde desenvolve sua atividade	Globalização neoliberal: trabalho mal remunerado feminino e mulheres quando realizam trabalhos “masculinos” são pior remuneradas A repartição da riqueza deve ser feita de forma igualitária Mulheres: resgate às tradições: atividades culturais e integração com a sociedade
Organizar o trabalho e desenvolver atividades econômicas: propriedade coletiva dos meios de produção Gestão democrática por parte dos trabalhadores e princípio da responsabilidade social	Cooperativas como prestadoras de serviços: criação de guetos femininos (intercâmbio de serviços) Melhores salários, direitos trabalhistas, crédito para economia popular, redução de juros, apoio à reprodução social Sustentabilidade da vida humana: acesso das mulheres à renda monetária, terra, condições de produção etc. Desafio da profissionalização do trabalho ante a informalidade (reconhecimento social através do trabalho)

Aprendizado permanente Inclusão de pessoas em risco de exclusão social e desenvolvimento sustentável enraizado no território/comunidade	Autogestão como criação de princípios de igualdade (enfrentamento à violência de gênero): diminuição da sobrecarga e responsabilidades das mulheres e melhora de suas condições de trabalho Demanda por construção de políticas de enfrentamento à violência doméstica por redes nacionais ou locais e afastamento dos agressores das cooperativas Combate à pobreza por transferência de renda não teve efeito sobre a violência de gênero Economia feminista de ruptura: patriarcado, capitalismo e racismo Não se pode compreender as mudanças sociais sem levar em consideração a subjetividade das mulheres (questões metodológicas quantitativas e qualitativas) – Senaes: 37% são mulheres; 18% dos grupos eram só de mulheres na última década

Fonte: elaboração própria.

Após essas percepções em relação aos textos a partir da investigação dos vínculos existentes entre a economia solidária e a economia feminista, é possível agrupar esses laços em quatro principais categorias.

ABORDAGEM ALTERNATIVA

Um aspecto apontado nos textos é a quebra do paradigma econômico ortodoxo a partir de abordagens alternativas. A abordagem neoclássica do homem econômico e a epistemologia positivista limitam a capacidade da sociedade em ver alternativas e novas racionalidades. As economias solidária e feminista surgem como campos para revolucionar esta visão.

Outro aspecto importante neste ponto é que ambas as teorias consideraram relevantes as atividades não monetárias e atividades não mercantis, que geralmente são exercidas por mulheres. Deste modo, como é apontado por Hillenkamp, Guérin e Verschuur (2014), são teorias que incentivam a emancipação feminina e buscam por alternativas não apenas no âmbito acadêmico, mas também no meio político.

MOVIMENTO COLETIVO

Outro elemento encontrado nos textos referentes às economias feminista e solidária é a questão da universalidade e coletividade. As políticas públicas para o combate à desigualdade de gênero são mais efetivas quando utilizam estruturas de direitos humanos e guiadas pelo princípio da universalidade. A economia feminista dá ênfase nos laços entre a produção e reprodução, por meio da valorização dos serviços essenciais para todos. Essa teoria destaca o papel da troca entre os membros da sociedade para garantir seu funcionamento, e a economia solidária também age nesse mesmo sentido (NOBRE, 2016).

Aguayo e Ramírez (2019) investigaram as redes de colaboração econômicas em favelas na cidade de Talcahuano (Chile), por meio de oficinas feitas com as mulheres. As autoras argumentam que há uma heterogeneidade de práticas econômicas realizadas por mulheres em relação à economia dos cuidados e reprodução da vida, que complementam outros trabalhos de sua família. O cruzamento entre a economia feminista e a economia solidária ocorre devido à resolução coletiva de necessidades no âmbito público, antes exclusivas ao âmbito privado.

AS TEORIAS NÃO SÃO HOMOGÊNEAS

As teorias são plurais e possuem diversos enfoques. Como já foi observado anteriormente, esses campos teóricos abordam temáticas multidisciplinares, o que as faz heterogêneas em seu interior. As pesquisas visam

identificar os problemas do sistema capitalista atual, explicar as desigualdades existentes e buscar formas de solução para os fenômenos observados. Porém, as explicações e formas de resolução são específicas para cada corrente dentro da economia solidária e da economia feminista, o que faz com que não sejam homogêneas e que não haja consenso entre os economistas que estudam estas áreas.

Além disso, de acordo com Isabelle Hillenkamp, Isabelle Guérin e Christine Verschuur (2014), Karl Polanyi defendia uma economia plural a partir dos princípios da reciprocidade, redistribuição, autossuficiência e o mercado. Ou seja, a teoria econômica deveria abranger diversos aspectos, e a economia solidária e a economia feminista conseguem cumprir este objetivo.

Essa característica pode justificar o motivo de uma baixa produção acadêmica que procura relacionar as teorias. Apesar de possuírem laços e semelhanças, e das organizações dentro da economia solidária serem constituídas principalmente por mulheres (sobretudo nas cooperativas), como as autoras indicam, ainda é difícil buscar pesquisas que construam uma análise conjunta sobre a economia solidária e a economia feminista.

SUSTENTABILIDADE

Outros trabalhos ainda relacionam a economia feminista e a economia solidária com a ecologia. É o caso de Reyes e Actis (2019), que examinam as economias feministas, ecológicas e solidárias para refletir se são tipos de economia pós-capitalistas ou que contribuem com o sistema vigente. Para os autores, o sistema industrial atual está em colapso e é inviável, e a transição para um modelo de crescimento mais ecológico é primordial.

Essa transição, se apoiada nas instituições sociais e visando economias solidárias, ecológicas e feministas, pode resultar em melhores consequências; entretanto, os marcos dessas economias caminham a passos muito lentos ainda. De certa forma, visar a sustentabilidade é também uma

crítica ao paradigma econômico vigente e relaciona-se com a proposta de desenvolvimento sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou delinear um panorama da economia solidária e da economia feminista a partir da investigação entre as semelhanças e diferenças entre estas teorias. Por tudo que já foi mostrado, há uma agenda ampla em ambos os campos. Do ponto de vista teórico e conceitual, não há consenso entre os estudos: os dois campos apresentam uma elevada heterogeneidade, com diversas vertentes e interdisciplinaridades, o que dificulta também a pesquisa científica, já que há muitos caminhos para seguir. Esta particularidade das teorias as conecta, e mostra que esses temas ainda precisam de aprofundamento.

Este pode ser um sinal da importância da ligação de ambas as teorias com as experiências práticas vividas pelos agentes, porque, de acordo com as experiências, se tem as definições teóricas e conceituais, o que marca uma primeira similaridade entre a economia solidária e a economia feminista. Outra similaridade entre ambas as teorias notada durante a elaboração deste artigo é que, mesmo com a heterogeneidade de definições, tanto a economia solidária como a economia feminista questionam o *status quo* atual do sistema econômico vigente, tendo a teoria feminista um recorte mais voltado para o trabalho designado a mulheres, e a economia solidária, de uma maneira mais abrangente, envolvendo não apenas as mulheres, porém as inserindo dentro de seus debates internos. Cada teoria, à sua maneira, questiona e busca alternativas para o capitalismo vigente.

Outro laço percebido entre a economia feminista e a economia solidária é a importância que dedicam para a coletividade. Ambas as experiências reforçam que as demandas e resoluções devem ocorrer em conjunto pelos grupos sociais, e não de forma individual. É interessante observar neste ponto que ambas as economias ressaltam a importância da autogestão dos espaços coletivos, uma vez que pode, também, ser utilizada como

criação de princípios de igualdade (enfrentamento à violência de gênero) e a propriedade coletiva dos meios de produção, com uma gestão democrática por parte dos trabalhadores e responsabilidade social são características importantes da economia solidária.

Por fim, como dito anteriormente, esses campos teóricos muitas vezes também incluem a pauta da ecologia e sustentabilidade. Em diversas ocasiões, a crítica referente ao modelo econômico atual realizado pela teoria feminista e solidária consiste no modo de produção atual, que é visto como insustentável. Portanto, adotar práticas sustentáveis também é visto como um vínculo entre as teorias.

REFERÊNCIAS

- AGUAYO, B. E. C.; RAMÍREZ, L. P. A. La Economía Solidaria en la politización del trabajo escondido de las mujeres. *Revista Estudios Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 2, p. 1-12, 2019.
- ANDION, C.; SERVA, M. Uma Delimitação do Campo da Economia Social no Brasil: História, Correntes e Atores. In: EnANPAD, 30., 2006, Salvador. *Anais [...]*. Maringá: Anpad, 2006. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/10/enanpad2006-eora-0424.pdf. Acesso em: 6 fev. 2021.
- ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BENGOA, C. C. La economía feminista: un recorrido a través del concepto de reproducción. *Ekonomiaz: Revista vasca de economía*, País Basco, n. 91, p. 52-77, 2017. Disponível em: dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6038693. Acesso em: 2 jan. 2021.
- BOHN, L.; CATELLA, E. Há economia feminista na ciência econômica brasileira? Avaliação da produção científica da área entre 1990 e 2015. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL, 20., Porto Alegre. *Anais [...]*. Porto Alegre: Anpec/Sul, 2017.

Disponível em: https://www.anpec.org.br/sul/2017/submissao/files_I/i1-575c863d4bcb6e6b7e5fc8434c1f042.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.

CARRASCO, C. La Economía a Feminista: Una apuesta por otra economía. In: VARA, M. J. (ed.). *Estudios sobre género y economía*. Madrid: Akal, 2006.

CHAVES, R.; MONZÓN, J. L. La economía social ante los paradigmas económicos emergentes: innovación social, economía colaborativa, economía circular, responsabilidad social empresarial, economía del bien común, empresa social y economía solidaria. *Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, Valencia, n. 93, p. 5-50, 2018.

DASH, A. An Epistemological Reflection on Social and Solidarity Economy. *Forum for Social Economics*, Milton Park, v. 45, p. 1-27, 2015.

ECONOMIA SOLIDÁRIA movimenta cerca de R\$12 bilhões ao ano no Brasil. *Rede Brasil Atual*, 16 jul. 2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2019/07/economia-solidaria-movimentacerca-de-r-12-bilhoes-ao-ano/>. Acesso em: 10 fev. 2021.

FEDERICI, S. Salários contra o trabalho doméstico. In: FEDERICI, S. *O ponto zero da revolução*. Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante Editora, 2019.

FONTENEAU, B. *et al.* *Social and Solidarity Economy: Building a Common Understanding*. Turin: ILO, 2010.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRECCO, F. S. O viés androcêntrico da ciência econômica e as críticas feministas ao homo economicus. *Temáticas: Revista dos pós-graduandos em ciências sociais IFCH/UNICAMP*, Campinas, v. 26, n. 52, p. 105-134, 2018.

HILLENKAMP, I.; GUÉRIN, I.; VERSCHUUR, C. A economia solidária e as teorias feministas: possíveis caminhos para uma convergência necessária. Tradução Nathalia Capellini. *Revista de Economia Solidária da*

Associação Centro de Estudos da Economia Solidária do Atlântico, Ponta Delgada, n. 7, p. 5-43, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. *Outras formas de trabalho*: 2019 – PNAD Contínua. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101722_informativo.pdf. Acesso em: 3 jan. 2021.

LECHAT, N. M. P. As Raízes Históricas da Economia Solidária e seu Aparecimento no Brasil. *Revista Ibero-Americana de Estratégia*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 3-6, 2007.

MATTHAEI, J. Radical Political Economics, Social Movements and Revolution – From Identity Politics to Solidary Economics: Looking Backward, Looking Forward on the Occasion of URPE's Fiftieth Anniversary. *Review of Radical Political Economics*, Thousand Oaks, v. 50, n. 3, p. 504-521, 2018.

MATTHAEI, J. Feminism and Revolution: Looking back, Looking Ahead. *Development*, New York, v. 61, p. 30-37, 2019.

MORAIS, L. P. *As políticas públicas de Economia Solidária (ESOL): avanços e limites para a inserção sociolaboral dos grupos-problema*. 2013. Tese (Doutorado em Economia) –Unicamp, Campinas, 2013.

MORAIS, L. P.; BACIC, M. J. Políticas públicas “emancipatórias” no Brasil: uma análise acerca das possibilidades de geração de emprego e renda a partir da economia social e solidária. *Bahia Análise e Dados*, Salvador, v. 19, n. 4, p. 913-930, jan./mar. 2010.

MORAIS, L. P.; MENEZES, D. Economia Social e Solidária (ESS) no Brasil no Século XXI: avanços, limites e desafios atuais. *Anuario Iberoamericano de la Economía Social*, Valencia, v. 1, p. 29-40, 2019.

MOURA, M. S.; MEIRA, L. Desafios da gestão de empreendimentos solidários. *Bahia Análise e Dados*, Salvador, v. 12, n. 1, p. 77-84, jun. 2002. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/phl8/download/p024218.pdf#page=73>. Acesso em: 3 jan. 2021.

NOBRE, M. Igualdade para todas: estratégias para políticas públicas e ações do movimento. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 645-652, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. *Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2020*. Brasília, DF: Sistema OCB, 2019.

PÉREZ, A. O. Economía del género y economía feminista ¿Conciliación o ruptura? *Revista venezolana de estudios de la mujer*, Caracas, v. 10, n. 24, 2005.

PICCHIO, A. Women's work at the core of the labour market. In: PICCHIO, A. (org.). *Social reproduction: the political economy of the labour market*. New York: Cambridge University Press, 1992. p. 95-116.

PINHO, L. Como fica a Economia Solidária em 2020? *Unisol Brasil*, 17 dez. 2019. Disponível em: <http://portal.unisolbrasil.org.br/como-fica-a-economia-solidaria-em-2020/>.

PUZZI, T. Conselho Nacional de Economia Solidária Paralisado. *Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária*, 2019. Disponível em: <https://www.rededegestoresecosol.org.br/conselho-nacional-de-economia-solidaria-paralisado/>. Acesso em: 3 jan. 2021.

REYES, L. G.; ACTIS, W. ¿Cómo de alternativas son nuestras alternativas? Criterios para articular economías feministas, ecológicas y solidarias. *Revista Iberoamericana de Economía Solidaria e Innovación Socioecológica*, Huelva, v. 2, p. 213-224, 2019.

SANCHES, C. C.; MORAIS, L. P. Economia solidária e o ecossistema empreendedor solidário: o caso de Araraquara (SP). *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*, Brasília, DF, v. 26, n. 68, 2020.

SILVA, S. P. A política de economia solidária no ciclo orçamentário nacional (2004-2018): inserção, expansão e crise de paradigma. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Texto para discussão*. Rio de Janeiro: Ipea, 2018. v. 2434. Disponível em: <https://www.econstor.eu/handle/10419/211384>. Acesso em: 3 jan. 2021.

SILVA, S. P. Economia Solidária e Movimentos Sociais no Brasil: da Emergência de um Novo Paradigma Mobilizatório ao Momento de Inflexão Política. *Revista de Ciências Sociais*, Araraquara, n. 26, 2019.

SIMON, V. P. Economia feminista, economia social e solidária, paradigma paraeconômico: repensando o paradigma hegemônico e a importância das mulheres. *Textos de Economia*, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 1-29, 2020.

SINGER, P. Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao neoliberalismo. *Proposta – Revista Trimestral de Debates*, São Paulo, n. 72, p. 5-13, mar./maio 1997.

SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TEIXEIRA, M. O. *Um olhar da economia feminista para as mulheres: os avanços e as permanências das mulheres no mundo do trabalho entre 2004 e 2013*. 2017. 228 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017. Disponível em: repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/330990/1/Teixeira_MarilaneOliveira_D.pdf. Acesso em: 2 jan. 2021.

TURISMO, CULTURA E MEIO AMBIENTE

SUSTENTABILIDADE NO TURISMO: APLICAÇÃO DE ÍNDICES DE SUSTENTABILIDADE NA GAMBOA DO MORRO DE SÃO PAULO, CAIRU-BA¹

Laercio dos Santos Silva²

Diogo Antônio Queiroz Gomes³

INTRODUÇÃO

O turismo é uma atividade econômica que envolve vários setores da economia, como de transporte, hospedagem, alimentos, bebidas, dentre outros. A paisagem é um elemento muito importante no turismo, pois as pessoas se deslocam de seu destino para vivenciar experiências novas envolvendo recursos naturais. Porém, por muito tempo, se utilizava os elementos naturais sem uma preocupação com o seu esgotamento e degradação, gerando problemas ambientais como a poluição destes espaços naturais, descaracterização da cultura local, entre outros.

O turismo precisou ser pensado de modo que os impactos negativos fossem mitigados, e levando mais benefícios para as comunidades anfitriãs; deste modo, pensar a sustentabilidade no turismo se faz muito importante para a manutenção econômica, social e ambiental de um destino turístico.

1 Após a apresentação no evento, foram revisados alguns aspectos de acordo com as colocações da banca do GT Turismo e Meio Ambiente. Desta forma, o artigo apresenta alguns aspectos diferente do que foi apresentado no dia do evento. Neste sentido, gostaria de agradecer a todos que ajudaram nas novas reflexões do trabalho, que foi desenvolvido no curso da especialização do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Baiano.

2 Especialista em Desenvolvimento Regional Sustentável pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Baiano.

3 Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz (Uesc).

A Gamboa do Morro de São Paulo fica a 64 quilômetros de Salvador, na Ilha de Tinharé, que ficou muito conhecida por Morro de São Paulo, local que tem maior infraestrutura para receber os turistas. Distante 3 quilômetros, a Gamboa é mais frequentada para passeios durante o dia. Em pesquisas realizadas em Morro de São Paulo, os pesquisadores chegaram ao resultado de que o turismo que tem sido praticado não pode ser considerado um turismo sustentável. Um dos pontos que levaram a esta conclusão é a modificação do espaço da vila de pescadores cujos moradores antes tinham residências próximas ao mar; no entanto, com o crescimento do turismo, a comunidade acabou vendendo suas casas em locais privilegiados e se mudou para espaços como favelas, em que não há a mesma estrutura do espaço turístico.

Outro motivo dessa insustentabilidade é o fato de grande parte dos empreendimentos ser de moradores estrangeiros, assim só restam aos moradores os cargos de trabalhos mais simples, como carregadores de malas, garçons, camareiras. Não há uma qualificação da mão de obra, assim há uma informalidade nos trabalhos, que são, muitos deles, temporários devido à sazonalidade do turismo.

Em Gamboa, segue uma lógica diferente; ainda é possível ver muitos moradores donos de empreendimentos, e ela recebe um fluxo de turistas mais controlado devido ao fato de chegarem para conhecer um dos atrativos, o paredão de Argila, que fica a aproximadamente 20 minutos da praia da Argila, e depois irem conhecer outras praias do outro lado, já próximo ao continente, depois retornando para o almoço terminando o passeio por volta das 16 horas, quando vão para Morro de São Paulo, onde pernoitam.

Neste contexto, surge o questionamento do quanto o turismo praticado na Gamboa do Morro tem seguido as características do turismo sustentável. Este questionamento emerge do fato de morar nesta comunidade há quatro anos. De acordo com discussões atuais, faz-se necessário um turismo sustentável que leve um desenvolvimento para a localidade para que os impactos negativos do turismo sejam amenizados, levando um bem-estar para seus moradores.

O objetivo desta pesquisa foi analisar se o turismo praticado na Gamboa do Morro de São Paulo possui característica de turismo sustentável.

Nesta perspectiva, o turismo deve ser pensado de forma endógena, na articulação entre os atores do turismo, partindo da comunidade local, por ser o ator que mais será afetado pela atividade. Assim, a iniciativa privada poderá criar ações que serão sustentadas pelas políticas públicas, nesta perspectiva garantindo um desenvolvimento sustentável em que haja um melhoramento na vida dos moradores, sem que estes se sintam insatisfeitos com a presença dos turistas.

Este trabalho poderá ser utilizado pela população no futuro para entender seu papel de atuação na conservação de seu meio ambiente como também da cultura local, e desta forma promover ações cobrando do Poder Público e de aliados da iniciativa privada com o objetivo de ter um turismo sustentável, levando benefícios para a Gamboa do Morro de São Paulo.

Esta pesquisa é importante para que, com este diagnóstico, se possa perceber qual tipo de turismo tem sido praticado na comunidade. Neste sentido, o planejamento do turismo pode ser executado pensando-se quais dimensões da sustentabilidade existem ou não, sendo possível traçar uma estratégia para que o turismo tenha as características da sustentabilidade. Haja vista que não há pesquisas acadêmicas que investiguem esta temática aplicada à Gamboa do Morro de São Paulo.

TURISMO E SUSTENTABILIDADE

Os espaços turísticos são criados com a finalidade de atender as necessidades dos turistas, sendo então destinados para o consumo e desejo dos turistas. Portanto, a paisagem torna-se elemento de desejo. “A paisagem constitui a primeira exigência do contato do turista com o lugar visitado e, portanto, ela está no centro da atratividade dos lugares para o turismo” (CRUZ, 2002, p. 13). Paga-se mais caro para estar em um hotel com vista para o mar, apesar de ser um bem natural, que não demanda esforço dos indivíduos para produzi-lo. No entanto, torna-se um produto turístico: “A paisagem constitui um dos muitos recursos mobilizados pelas atividades turísticas, podendo atingir o estatuto de atração e/ou produto turístico. Essa

mobilização ou, em outros termos, a valorização da paisagem para essas atividades” (CASTRO, 2002, p. 128).

A paisagem no turismo será comercializada, sendo incorporada ao meio de produção, que vai refletir no modelo que se tem para vivenciar o lazer, momento de lazer e descanso das pessoas. Estas atividades, no decorrer da evolução das sociedades, passaram a ser aproveitadas de diferentes formas, neste sentido tornando-se uma alternativa muito solicitada para um momento de desconectar das obrigações diárias.

Os anos de 1970 e 1980 foram caracterizados pelo uso demasiado dos recursos naturais. Com um modelo de produção que visava cada vez mais o lucro, não se preocupava muito com a escassez dos recursos naturais. Nesta perspectiva, o turismo era praticado sem uma preocupação com a natureza, o que resultou em alguns problemas, a saber: esgotamento de recursos naturais, grandes construções e descaracterização da paisagem original, aumento na produção de lixo, alteração no ecossistema em consequência de inserção de materiais tóxicos na natureza, dentre outros. Então, fez-se necessário pensar em novas formas de gerir os recursos naturais de modo que a população não degradasse tanto o meio ambiente.

Fonseca et al. (2010) (*apud* BRESSAN, 1996) afirmam que, na Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, foi desenvolvido o “Relatório Brundtland”, também conhecido como “Nosso Futuro Comum”, elaborado em 1987. Este acordo buscava, através do desenvolvimento sustentável, propor ações para a conservação do planeta. Desta forma, é entendido que “o desenvolvimento sustentável é aquele que responde às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responder às suas necessidades” (FONSECA et al., 2010 *apud* BRESSAN, 1996, p. 26).

Segundo Fonseca (2010), aconteceu a Eco 92, haja vista que o “Relatório Brundtland” não foi seguido pelas nações. Esta conferência buscou tratar de assuntos relacionados à conservação da biodiversidade e ações antropogênicas sobre o meio. Houve a participação de 179 países discutindo medidas que assegurassem a sobrevivência do planeta. Assim, foi elaborada a “Agenda 21”, propondo medidas e posturas para serem adotadas

para garantir melhores condições de vida aos seres vivos. Conforme Dias (2003), o fato de que depois da Eco 92 houve outros fóruns ambientais mundiais passando a utilizar o termo “desenvolvimento sustentável”.

Ainda que tenham sido discutidas questões referentes à problemática ambiental, que pode ser acelerada com a atividade turística, ainda hoje não são claros alguns conceitos referentes a estas questões quando aplicadas para estudos acadêmicos do turismo.

O turismo precisou aderir às novas correntes referentes ao consumo; sendo assim, o planejamento turístico visa prever alguns impactos negativos que podem acontecer no meio ambiente. Assim, então, usa-se os preceitos do turismo sustentável, no entanto, como afirmado por Pires (2002), o turismo sustentável não pode ser visto somente como um modelo que é adaptado ao meio natural, mas também que leva em conta os fatores socioculturais e econômicos, possibilitando uma melhor qualidade de vida para as comunidades locais.

Kinker (2002) destaca que o termo sustentabilidade não pode ser aplicado meramente como oposição ao turismo de massa. A sustentabilidade deve ser uma nova postura frente ao desenvolvimento consciente, levando em conta não somente interesses econômicos, mas também fatores ambientais e sociais. Então, o meio ambiente inclui também as questões sociais, as pessoas que residem em locais turísticos.

O turismo sustentável apresenta uma série de opções que podem ser utilizadas para minimizar os impactos negativos desse processo. Entende-se assim o turismo sustentável como: “Atividade que satisfaz as necessidades dos visitantes e as necessidades socioeconômicas das regiões receptoras, enquanto os aspectos culturais, a integridade dos ambientes naturais e a diversidade biológica são mantidos para o futuro” (BRASIL, 2016, p. 17).

A sustentabilidade no turismo, como uma prática responsável com o meio ambiente e com a comunidade que vive no destino turístico é preciso que haja um planejamento da atividade. O planejamento é uma ferramenta administrativa, o qual tem como princípio pensar em objetivos a serem alcançados. Assim como defendido por Ruschmann (1997, p. 9):

A finalidade do planejamento turístico consiste em ordenar as ações do homem sobre o território e ocupar-se em direcionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada, evitando assim efeitos negativos nos recursos, como sua destruição e a redução de sua atratividade.

O planejamento na atividade turística apresenta uma série de benefícios importantes, que buscam trabalhar a atividade de forma a não sofrer resultados negativos. A comunidade local precisa participar deste ordenamento turístico, já que é ela que sentirá os efeitos negativos ocasionados pelo turismo.

Neste sentido, é preciso desenvolver metodologias que garantam um diagnóstico de como tem sido praticado o turismo no destino para minimizar os efeitos negativos da atividade, atingindo assim a sustentabilidade. Um desses métodos são os índices de sustentabilidade.

ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE E TURISMO

O turismo sustentável se faz necessário para que se tenha uma garantia dos recursos naturais, haja vista que estes não são renováveis, como se pensou por um bom tempo, o que resultou em alguns danos causados ao meio ambiente, e às comunidades receptoras, que são irreversíveis. Neste sentido, para que se possa verificar em que estágio o turismo se encontra em um destino, se faz útil o uso dos índices de sustentabilidade aplicados ao turismo.

Conforme Cândido e Santos (2018), os indicadores fazem parte de abordagem holística do planejamento e gestão de destinos turísticos. Os autores citam Cunha e Cunha (2005) para explicar que as instituições internacionais têm realizado muitos estudos para desenvolver novas metodologias para que se possa avaliar de forma integrada as relações entre os fatores econômicos, socioculturais, ambientais e político-institucionais.

Segundo explicam Lacerda, Santos e Ramalho (2012), os primeiros modelos de indicadores de sustentabilidade para o turismo foram usados a partir da adaptação de modelos já existentes como: o da Ecological Footprint, o Dashboard of Sustainability, Barometer of Sustainability e o

Pressure-Estate. De acordo com os pesquisadores, eles possuem características muito semelhantes. Outro modelo que ainda é apresentado por Lacerda, Santos e Ramalho (2012) é o Sistema de Indicadores do Turismo da Macaronésia, o qual foi resultado de um projeto realizado entre os Institutos de Estatística dos Açores e as ilhas Madeira e Canárias e consentido pela comunidade de Portugal.

As comunidades receptoras são as que mais são afetadas pelos impactos do turismo, já que são elas que recebem o turista e lidam com os problemas ocasionados pela atividade turística, como a poluição, alteração do preço de mercadorias, perda da cultura local, a qual é substituída por uma que seja comercializada para os turistas.

Mediante estes aspectos para alcançar o turismo que seja valorizado os elementos das comunidades receptoras, o planejamento para se alcançar a sustentabilidade no turismo os moradores têm que está inserido nas etapas do projeto.

METODOLOGIA

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A Gamboa do Morro de São Paulo está situada na Ilha de Tinharé, pertencente ao município de Cairu, o qual faz parte de uma Área de Proteção Ambiental (APA). Localiza-se a 30 milhas náuticas de Salvador e 10 milhas náuticas da cidade de Valença. A ilha se torna conhecida por Morro de São Paulo, local que mais recebe turistas devido à sua infraestrutura turística; já a Gamboa, Guarapuá e a outra ilha de Boipeba, todas pertencentes ao município de Cairu, são mais usadas para passeios diurnos e ao fim da tarde, retornando para o Morro.

A Gamboa está a 3 quilômetros de Morro de São Paulo, sendo possível acessá-la de barco, o que leva em torno de 20 minutos, ou caminhando por uma trilha na praia, em torno de 40 minutos. Existe um grande número

de moradores os quais deslocam-se para o Morro de São Paulo, onde há maior oferta de trabalho e renda, ainda que na Gamboa existam algumas pousadas, restaurantes, mercado, entre outros. Em oposição ao Morro de São Paulo, na Gamboa ainda existem características de uma pequena vila de pescadores.

Figura 1 – Mapa da localização da área de estudo.



Fonte: Locatel e Thévenin (2014).

De acordo com Corrêa (2006), o turismo começou a se estabelecer em Cairu no final da década de 1970, quando o arquipélago foi descoberto por *hippies* de diversos lugares do mundo, que, junto com os veranistas, divulgavam as belezas do lugar. Assim, houve o crescimento da atividade turística no mundo e, com a visibilidade que a atividade passava a alcançar junto a planejamentos governamentais, com destaque para a política de desenvolvimento do Nordeste, o lugar posteriormente se tornou um dos polos turísticos baianos.

Para Gonçalves (2004), a partir da década de 1980, a atividade turística tem se desenvolvido com muita força, principalmente em Morro de São Paulo (Ilha de Tinharé) e na Velha Boipeba (Ilha de Boipeba), atraindo

grande quantidade de turistas, veranistas e investidores, além de um grande contingente de pessoas em busca de trabalho.

Conforme Corrêa (2006), na década de 1990, com a intensificação da atividade turística, seus impactos começam a ser percebidos no local, e é quando a ideia de desenvolvimento sustentável, atrelado à criação de unidades de conservação, expande-se pelo mundo. Nesse contexto, cria-se, por meio do Decreto Estadual nº 1.240, de 5 de junho de 1992, a Área de Proteção Ambiental das ilhas de Tinharé e Boipeba, tendo como entidade administradora o Centro de Recursos Ambientais (CRA).

O município de Cairu pertence à microrregião de Valença, na Bahia, e é composto por 26 ilhas, dentre elas três maiores e povoadas, a Ilha de Cairu, a Ilha de Tinharé e a Ilha de Boipeba, formando uma área de 451 km². Marcada pela complexidade de seus estuários, localiza-se entre a desembocadura do rio dos Patos, o canal de Taperoá e o oceano Atlântico. Apesar da quantidade de povoados, vilas e distritos, o município, no ano de 2010, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contava com uma população de apenas 15.374 habitantes.

Os trabalhadores do Morro de São Paulo, em boa parte, moram na Gamboa, haja vista que o custo de vida é um pouco mais baixo em relação à vila do Morro. Outra vantagem vista pelos moradores é a sua tranquilidade, além do fato de os terrenos serem mais planos, diferente dos de Morro de São Paulo, que são bem acidentados, com muitas ladeiras.

O passeio turístico da Gamboa (Figura 2) é comercializado nas agências em Morro de São Paulo; alguns condutores de visitantes credenciados e guias de turismo vendem o passeio por um valor em torno de R\$ 60,00 por pessoa. Saindo da terceira praia passando a ilhota do Caetitá, seguindo à esquerda, onde é possível avistar a fortaleza do Morro, seguindo pelas praias do Porto de Cima e Porto de Baixo até chegar ao Paredão de Argila.

Na praia da Argila, os turistas descem do barco já encontrando alguns funcionários das barracas de praias em que os trabalhadores oferecem os serviços de alimentação para os turistas escolherem e em quanto seguem o passeio conhecendo o banco de areia, a praia da Ponta do Curral

já no continente próximo ao Atracadouro Bom jardim, quando voltam em torno das 13h já encontram o almoço servido.

Figura 2 – Passeio da Gamboa.



Fonte: https://www.google.com/search?q=barcos+gamboa+do+morro&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwjwuPvz2u3hAhXPE7kGHSSICYQ_AUIDigB&biw=1094&bih=455&dpr=1.25#imgrc=vsrhmdBKv0gxUM:v.

Na Figura 3, é possível observar os barcos que saem de Morro de São Paulo para a Gamboa. O barco que faz o passeio para em torno de 20 minutos para as pessoas irem até a Argila, e ao fundo tem-se o paredão de argila, um dos atrativos da localidade. As barracas de praias utilizam como estratégias promocionais um acerto com os donos das embarcações que levam ou indicam já uma determinada barraca de praia para o almoço. Pela indicação, a tripulação do barco ganha de cortesia o almoço com bebidas e ainda alguma comissão de acordo com o número de pessoas levadas para as refeições ou valores pagos.

COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A presente pesquisa tem o caráter exploratório, que, de acordo com Oliveira (2000), tem como objetivo a formulação de questões ou de um problema, utilizando a metodologia descritiva. De acordo com Rampazzo (2001), é a pesquisa que tem como objetivo a observação e o registro dos fatos, sem que haja a intervenção do pesquisador.

A pesquisa teve como objetivo analisar se o turismo desenvolvido na Gamboa do Morro de São Paulo possui característica do turismo sustentável. Para se alcançar este objetivo, buscou-se metodologia sobre índice de sustentabilidade aplicado ao turismo que pudesse ser aplicada na realidade local. Optou-se por trabalhar com os empreendimentos de praia, as barracas, por seus trabalhadores terem um contato direto com os turistas.

O estudo trata de uma pesquisa de campo, de caráter quantitativo e qualitativo, e utilizou-se a pesquisa bibliográfica com a finalidade de obter dados sobre a formação do povoado; também foi utilizada a internet em busca de notícias relevante sobre a Gamboa.

Como os trabalhadores dos empreendimentos de barracas de praias têm uma relação direta com os turistas e muito desses trabalhadores nasceram na localidade, optou-se por fazer um levantamento de todos os empreendimentos de barraca de praia, então traçou-se o perfil destas barracas e buscou-se informações para saber se o índice pesquisado se aplicava no destino. Esta abordagem foi feita na segunda semana de janeiro de 2019, quando os empreendimentos estão em boa parte funcionando por ser o verão, o período em que há maior fluxo de turistas.

O vendedor ambulante Brow⁴ foi entrevistado por ter nascido na Gamboa do Morro; sua mãe morava na Gamboa e casou-se com um alemão que passava férias na localidade, este ainda que tenha saído para outra região não se acostumou e prefere morar na Gamboa. Entre os produtos vendidos por ele, se encontra o sabonete de argila. Brow tem um conhecimento grande sobre a matéria-prima do sabonete e mostrou um grande conhecimento sobre a localidade.

⁴ Aqui optou-se por questões ética não usar o verdadeiro nome do informante.

A pesquisa foi constituída de uma busca de metodologias sobre os indicadores de sustentabilidade. Nesta perspectiva, Cândido e Santos (2018) explicam que foram selecionados os seguintes critérios: completude de abrangência (contempla as dimensões econômica, social, ambiental, cultural, institucional, e turística da sustentabilidade). Os autores ainda ressaltam que é importante que tenha a participação da comunidade e outros agentes envolvidos com a atividade turística. O estudo foi realizado em uma área litorânea em Porto de Galinhas-PE, que tem características muito semelhantes às da Gamboa do Morro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O turismo vai usar o espaço para produzir a atividade em muitos casos utiliza-se de ambientes naturais que servem de cenário para o turista, neste sentido existe uma forte relação entre o meio ambiente e o turismo. Como o turista busca uma paisagem natural diferente do seu cotidiano para poder ter um momento de descanso em contato com a natureza, é necessário fazer uma análise da dimensão ambiental.

Na dimensão ambiental (Tabela 1), quanto ao consumo de água, obteve-se o número 1, assim sendo, não se aplica, haja vista que, em períodos de grande fluxo turístico, como o ano-novo, carnaval e feriados, as casas costumam ficar sem água. De acordo com relatos de moradores, boa parte da água é reservada para Morro de São Paulo, em que há o fluxo maior de turistas, enquanto a Gamboa fica sem água.

Tabela 1 – Dimensão ambiental.

Descritores	Indicadores	Valores
Consumo e qualidade da água	A quantidade de água consumida por turistas num período não afeta o consumo local	1
Geração e manejo dos resíduos sólidos	Existe uma quantidade de coletores de lixo suficiente para armazenar o lixo gerado em um período	1

Descritores	Indicadores	Valores
Consumo de energia	Há programa de redução do consumo de energia	1
Resultado		3
Resultado para A = Se ≥ 5 Sustentável, B = se < 5 Insustentável		B

Legenda: 0 = não soube informar; 1 = não se aplica, o destino não aplicou o indicador; 2 = parcialmente, o destino aplicou parcialmente o indicador; 3 = sim, o destino aplicou o indicador. Fonte: elaboração própria.

Em relação à quantidade de coletores de lixo, obteve-se o número 1, devido a não ser suficiente. É comum ver lixo fora dos coletores; o recolhimento do lixo acontece sempre pela manhã, então à noite é possível ver lixos espalhados pela praia.

No que concerne a algum programa de redução de energia, obteve-se o número 1, pois não existe nenhum programa para a redução de energia, e também, em épocas em que há grande fluxo na ilha, há quedas de energia durante vários momentos do dia. Como resultado, teve-se que a dimensão ambiental é insustentável com um coeficiente de 3.

A dimensão ambiental não estar classificada como sustentável leva a um desequilíbrio muito grande para a atividade do turismo, já que o turista busca esta harmonia do meio ambiente com o espaço natural. Não havendo a sustentabilidade neste quesito, os recursos naturais poderão se esgotar, e nem a população local terá acesso a estes.

A atividade do turismo é uma atividade social, pois pessoas se deslocam para conhecer uma localidade diferente da sua, onde serão recepcionadas pelos moradores locais, motivo pelo qual há esta relação ente visitante e visitado, que pode gerar problemas como descaracterização da cultura local, dentre outros. Por conseguinte, é necessário que seja analisada a dimensão social.

A dimensão social permite traçar um conjunto de informações importantes com o objetivo de verificar como se dá a inserção dos residentes

locais na atividade turística de Gamboa, e a satisfação deles quanto ao desenvolvimento do turismo na localidade.

A população precisa estar inserida na atividade do turismo para que a comunidade venha a se beneficiar com melhorias sociais, econômicas, dentre outras, no entanto muitas vezes os autóctones ficam com os piores postos de trabalhos, como exposto por Corrêa (2006), situação que acontece em Morro de São Paulo. De acordo com os empresários, eles preferem mão de obra qualificada e, como não conseguem na ilha, acabam tendo que solicitar trabalhadores de outras localidades.

Existe ainda a informalidade devido ao desemprego, que resulta em trabalhos como de guias de passeios turísticos, carregadores de malas e vendedores ambulantes, dentre outros. Vale ressaltar que muitos trabalham de maneira irregular, como pessoas da comunidade trabalhando como guias de turismo, profissão que é regulamentada pela Lei n. 8.623, de 28 de janeiro de 1993, de modo que é necessário realizar um curso profissionalizante para esta atuação e depois que concluído deve ser solicitado junto ao Ministério do Turismo.

Na Tabela 2, é possível verificar o resultado da dimensão social na Gamboa do Morro.

Tabela 2 – Dimensão institucional.

Descritores	Indicadores	Valores
Envolvimento de administradores e empreendedores com o setor turístico	Produtos típicos locais ofertados (artesanato, produtos alimentícios, souvenirs)	1
Participação social no processo de desenvolvimento turístico	Participação social no processo de desenvolvimento turístico	1

Organização social do desenvolvimento turístico	Organismos sociais, associações e entidades de classe de turismo (guias, hotéis, restaurantes, agências) atuantes nos processos decisórios de desenvolvimento turístico	2
Resultado		4
Resultado para A = Se ≥ 5 Sustentável, B = se < 5 Insustentável		B

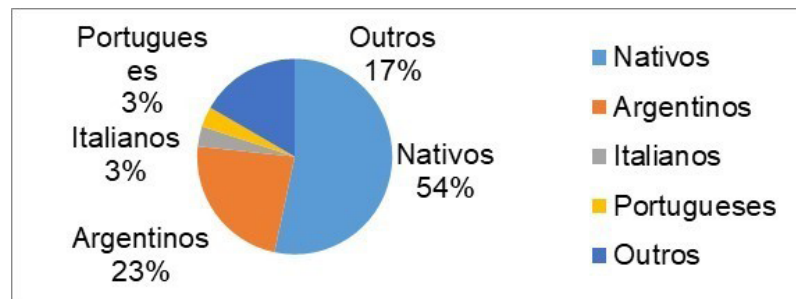
Legenda: 0 = não soube informar; 1 = não se aplica, o destino não aplicou o indicador; 2 = parcialmente, o destino aplicou parcialmente o indicador; 3 = sim, o destino aplicou o indicador. Fonte: elaboração própria.

Ainda referente à Tabela 2, em relação ao nível de empregabilidade, foi aplicado o 3, devido ao fato de nas barracas de praias haver trabalhadores locais, muitos dos quais trabalham junto com os membros da família. Entretanto, há relatos de que muitos são pagos pelo valor que é cobrado de taxa de serviço, os 10% que são facultativos ao cliente, assim, na hora do pagamento da conta, os garçons incentivam os clientes a pagarem e explicam a situação.

Na Figura 3, pode-se perceber a relação da origem dos donos de empreendimentos de barracas de praia, dos quais 53% são considerados nativos;⁵ argentinos são 23%, e tanto portugueses como italianos equivalem a 3%; já 17% são brasileiros de outras regiões do Brasil. Uma situação bem diferente de Morro de São Paulo, em que os argentinos e italianos possuem a maioria dos empreendimentos turísticos.

⁵ Nativo é considerado o morador que nasceu na localidade, no entanto, ao longo da pesquisa, percebeu-se que o termo é utilizado pelos moradores para se referir àqueles que a comunidade assim reconhece, ainda que não tenham necessariamente nascido na localidade. Percebeu-se que mesmo um estrangeiro morando muito tempo na localidade nunca será considerado como um nativo. Alguns dos entrevistados, quando perguntado da origem, dizia que tal pessoa é de Taperoá (município próximo a Valença), mas ela é nativa.

Figura 3 – Origem dos donos dos empreendimentos de praia, barracas.



Fonte: elaboração própria.

Na dimensão social (Tabela 3), o resultado da soma dos índices foi o número 7, o que caracteriza como sustentável, devido ao fato de os donos dos empreendimentos turísticos serem em sua maioria moradores nativos que geram empregos para a população. No entanto, ainda que a dimensão seja considerada sustentável, deve-se salientar que os empregos gerados pelos empreendimentos de praia possuem uma precarização, assim ficando um alerta para esta questão, já que, embora haja essa empregabilidade, ela não proporciona uma satisfação para estes residentes.

Tabela 3 – Dimensão social.

Descritores	Indicadores	Valores
Inserção de residentes locais (origem local) no setor turístico	Residentes locais empregados nos estabelecimentos do destino turístico	2
	Proprietários e empresários turísticos de origem local	2

Nível de empregabilidade em turismo	Empregos fixos e temporários de turismo	3
Resultado		7
Resultado para A = Se ≥ 5 Sustentável, B = se < 5 Insustentável		A

Legenda: 0 = não soube informar; 1 = não se aplica, o destino não aplicou o indicador; 2 = parcialmente, o destino aplicou parcialmente o indicador; 3 = sim, o destino aplicou o indicador. Fonte: elaboração própria.

O turismo proporciona um intercâmbio cultural entre o turista e o morador, no entanto, os laços afetivos culturais como sinais de pertencimento do morador precisam estar fortes, já que é necessária uma manutenção destes aspectos culturais, que fará que a localidade seja interessante para as pessoas visitarem e conhecer mais da história do destino turístico. Assim é preciso fazer uma análise da dimensão cultural.

A dimensão cultural (Tabela 4) teve por objetivo identificar o desempenho dos atores sociais locais na valorização da cultura local. Quanto aos produtos típicos da localidade, observou que a Gamboa não tem um produto referente a artesanato que possa ser identificado como sendo próprio da localidade, parte dos artesãos se deslocam para vender os seus produtos na praça de Morro de São Paulo a noite que há uma exposição de artesanatos. Um dos produtos comercializado que é bem típico é os sabonetes feitos com a argila. O que gera um desequilíbrio ambiental, devido a retirada da argila tanto pelos turistas, em que alguns casos ainda são levados para casa como lembrança ou pela produção do sabonete de argila.

Quadro 4 – Dimensão cultural.

Descritores	Indicadores	Valores
Produtos típicos culturais locais	Produtos típicos locais ofertados (artesanato, produtos alimentícios, souvenirs)	1
Valorização da cultura tradicional local	Eventos e festividades populares tradicionais de manifestações culturais típicas realizadas	2
	Iniciativas de resgate, promoção e manutenção da cultura tradicional	1
Resultado		4
Resultado para A = Se ≥ 5 Sustentável, B = se < 5 Insustentável		B

Legenda: 0 = não soube informar; 1 = não se aplica, o destino não aplicou o indicador; 2 = parcialmente, o destino aplicou parcialmente o indicador; 3 = sim, o destino aplicou o indicador. Fonte: elaboração própria.

A argila se encontra em um paredão que, com o desabamento de terra, ficou à vista e é retirada para a atividade turística. Com as chuvas e com a reiteração da argila, acontece a erosão do solo, algo que deve ser pensado quando for analisada a dimensão ambiental.

No item relacionado às festividades, não foi identificado que há um empenho para que a cultura local, como as festas locais, seja mantida. No mês de maio, há a comemoração da padroeira da comunidade, Nossa Senhora da Penha, porém percebe-se que quem acompanha a procissão em sua maioria são pessoas mais idosas, neste sentido não há a manutenção que seria feita com os jovens que renovariam esta tradição.

Existe um grupo de moradoras antigas que fazem dança de roda, usam roupas bem coloridas, com saias bem rodadas, mas não é comum ver apresentação desse grupo na Gamboa em seu cotidiano, estas apresentações são comuns quando tem algum evento em Morro de São Paulo, assim a cultura é utilizada como uma forma de espetáculo para agradar o turista, sem que haja uma contextualização dos elementos culturais que estão presentes neste costume.

Quando analisado os itens, obteve-se 1 para produtos típicos da localidade, a valorização da cultura obteve índice 2, isto é, se aplica em parte, já que há alguma manifestação, apesar de ter diminuído cada vez mais o número de participantes. Em relação ao item de manutenção do resgate da cultura local, obteve-se o número 1, ou seja, não se aplica ao destino.

Os jovens não têm uma iniciativa para que desenvolvam seus talentos e aspectos da cultura para que haja um momento de diversão entre eles. Muitos dos jovens vão para festas realizadas em localidades como Valença ou mesmo a capital, Salvador, já que muitas das festas que acontecem no centro de Morro são mais voltadas para turistas, não condizendo com o gosto musical da maioria dos moradores locais.

A dimensão cultural obteve o coeficiente 4, o que a caracteriza como insustentável; assim, o planejamento do turismo precisa pensar em formas de a comunidade não ter suas manifestações culturais apagadas, com projetos pelos quais os jovens tentem resgatar os costumes locais.

A dimensão cultural resultou em insustentável, já que a população não tem feito uma manutenção de seus saberes, as festas populares têm sido substituídas por festas para agradar os turistas, de forma que nem o morador local ao longo do tempo vai ter uma noção de seus saberes que estão sendo modificados por questões comerciais. Esta descaracterização faz com que a localidade perca sua autenticidade, cuja manutenção deveria ser incentivada.

O turismo é uma atividade econômica que pode gerar renda para a localidade, no entanto muitas vezes esta renda fica concentrada nas mãos dos

grandes empresários, enquanto a população fica com os postos de trabalhos mais simples, neste sentido ficando com salários mínimos, às vezes nem isso.

Quando analisada a dimensão econômica (Tabela 4), o índice rentabilidade obteve o número 3, haja vista que o turismo consegue empregar os garçons das barracas de praias, e os marinheiros dos barcos que fazem os passeios da Gamboa. No entanto, vale ressaltar, como já exposto, que, apesar de haver estes trabalhos, eles são de baixa remuneração devido ao grande número de mão de obra, o que resulta em pagamentos insatisfatórios.

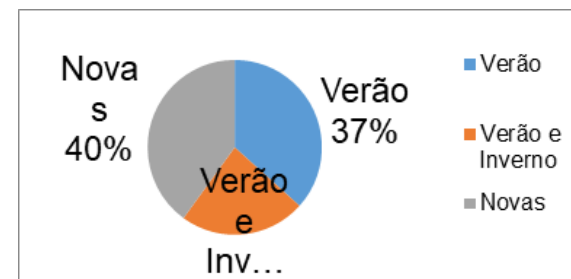
Quadro 4 – Dimensão econômica.

Descritores	Indicadores	Valores
Rentabilidade	Renda gerada pelo turismo	3
Sazonalidade turística	Iniciativas de minimização da sazonalidade turística	1
Novos estabelecimentos turísticos	Novos estabelecimentos, empreendimentos e produtos turísticos num período	1
Resultado		5
Resultado para A = Se ≥ 5 Sustentável, B = se < 5 Insustentável		A

Legenda: 0 = não soube informar; 1 = não se aplica, o destino não aplicou o indicador; 2 = parcialmente, o destino aplicou parcialmente o indicador; 3 = sim, o destino aplicou o indicador. Fonte: elaboração própria.

O índice sazonalidade turística obteve o número 1, haja vista que existe a sazonalidade gerada pelo turismo, em que há um maior fluxo de turistas no verão, e no inverno este fluxo diminui. Neste sentido, a Figura 4 mostra que 37% dos empreendimentos funcionam só no verão, e só 23% conseguem funcionar durante o verão e o inverno.

Figura 4 – Sazonalidade dos empreendimentos de barraca de praia na Gamboa.



Fonte: elaboração própria.

Em relação aos novos estabelecimentos, pode-se inferir que 40% não sabem ao certo se vão funcionar também no inverno; assim, obteve-se o índice 1, pois, apesar de ter novos empreendimentos, é bem provável que grande parte deles não consiga sobreviver ao inverno. Algo que precisa ser levado em consideração é que, dentre estes 40%, a maioria são empreendimentos de moradores e de porte pequeno, já que, como há o espaço na praia e há o fluxo, esses moradores colocam uma cadeira na praia com isopor e começam a vender itens, no entanto há pouca possibilidade de estarem funcionando no inverno.

Para minimizar a sazonalidade do turismo de sol e praia, em que as pessoas viajam motivadas a descansar e conhecer as praias e, assim, acontece mais no verão devido às férias de trabalho e escolares, destinos como Itacaré têm investido em eventos para que, quando o fluxo de turistas esteja baixo, possa haver uma motivação para que as pessoas se desloquem até o destino.

Dentre estes eventos, há o Festival Gastronômico, em que os estabelecimentos inscrevem um de seus pratos para concorrer a um prêmio, então o turista pode ir a vários restaurantes para experimentar estes pratos, e ainda são oferecidos cursos para a comunidade sobre culinária. Outro evento é o Itacaré Moto Fest, encontro de motociclistas com exposição

de motos, feira de roupas e acessórios temáticos. Além disso, há Etapas Internacionais de Surf na região. Neste sentido, o destino da Gamboa poderia promover eventos que levassem em consideração os aspectos culturais, sociais e ambientais, levando um fluxo não somente no verão.

O turismo é uma atividade complexa que exige que todos os agentes estejam envolvidos, pensando no desenvolvimento da atividade de forma que haja benefícios para todos, não somente para os grandes empresários ou para o poder público na arrecadação de impostos, mas que estes ganhos sejam divididos com todos. A comunidade tem um papel importante, pois sabe quais são suas demandas, assim pode exigir do poder público ações para minimizar os impactos negativos do turismo. Por este motivo, será analisada a dimensão institucional.

A dimensão institucional (Tabela 5) tem por finalidade verificar se há articulação entre os diversos atores sociais em prol do alcance do turismo sustentável em Gamboa.

Tabela 5 – Dimensão institucional.

Descritores	Indicadores	Valores
Envolvimento de administradores e empreendedores com o setor turístico	Produtos típicos locais ofertados (artesanato, produtos alimentícios, souvenirs).	1
Participação social no processo de desenvolvimento turístico	Participação social no processo de desenvolvimento turístico.	1

Organização social do desenvolvimento turístico	Organismos sociais, associações e entidades de classe de turismo (guias, hotéis, restaurantes, agências) atuantes nos processos decisórios de desenvolvimento turístico.	2
Resultado		4
Resultado para A = Se ≥ 5 Sustentável, B = se < 5 Insustentável		B

Legenda: 0 = não soube informar; 1 = não se aplica, o destino não aplicou o indicador; 2 = parcialmente, o destino aplicou parcialmente o indicador; 3 = sim, o destino aplicou o indicador. Fonte: elaboração própria.

Quanto ao índice sobre produtos típicos locais, não há um forte artesanato na Gamboa que possa ser conhecido como próprio da localidade, a não ser os sabonetes feitos de argila, no entanto precisa-se pensar sobre a retirada desta argila, que causa desmoronamento do paredão e também é um recurso da natureza de uma área de proteção ambiental, assim este uso deve ser controlado.

De acordo com Brow, o vendedor deste produto, ele retira de um local apropriado para que não cause danos ao meio ambiente. Mas são necessárias pesquisas mais aprofundadas sobre o tema. Então, sobre produtos típicos, foi aplicado o número 1, por não se aplicar na localidade.

O índice sobre a participação da comunidade recebeu o número 1 pois não há registro de uma união entre a comunidade para se pensar no desenvolvimento da atividade turística, o que é muito preocupante, devido ao fato de a comunidade ser a que mais sofre com os impactos negativos.

O índice sobre organismos sociais, que seriam as associações e entidades de classes, relacionado à temática para pensar sobre a atividade do turismo, recebeu o número 2 devido a existir a associação dos marinheiros que fazem os passeios e dos guias de turismo, em que, no entanto, se discute mais relações comerciais de valores e como fazer o passeio, mas não há uma preocupação com a sustentabilidade. Assim, a dimensão institucional teve o índice 4, o que resulta em uma insustentabilidade.

Muitas vezes, ainda que os moradores queiram participar do planejamento do turismo, ou mesmo de conversar com as autoridades sobre a melhoria de vida de cada um, são silenciados pelas autoridades; em reuniões, a forma de falar de um modo formal faz com que os moradores não compreendam do que se está tratando, ou seja, que não é o espaço deles, haja vista que muitos não tiveram um ensino de qualidade nem mesmo completaram o ensino fundamental e médio. Então o discurso faz com que a população não tenha uma participação eficiente junto ao planejamento.

Para se chegar ao resultado final, juntou-se todas as dimensões investigadas na pesquisa e foi feita a conta para saber se no geral pode-se chegar ao resultado da sustentabilidade, ainda que em algumas dessas dimensões se tenha obtido os resultados opostos entre sustentabilidade e insustentabilidade.

Apesar de o resultado final (Tabela 6) dos índices apontar um turismo parcialmente sustentável, três das dimensões analisadas indicaram para uma insustentabilidade. É preciso considerar que este resultado caracteriza o ano de 2018 a 2019, e que em pouco tempo esse índice pode sofrer variação. Desta forma, tem-se um diagnóstico que aponta para dimensões em que precisa ser gasto um empenho maior para melhorar este índice.

Tabela 6 – Sinopse dos resultados.

Dimensão	Indicadores	
Ambiental	Insustentável	3
Cultural	Insustentável	4
Social	Sustentável	7
Econômica	Sustentável	5
Institucional	Insustentável	4
Resultado		23
Legenda		
Resultado = se ≤ 15 insustentável, se < 30 parcialmente sustentável, se > 30 sustentável		Parcialmente sustentável

Fonte: elaboração própria.

Mesmo os índices que foram classificados como sustentáveis pela análise qualitativa mostram a fragilidade destas dimensões, que, ao longo do trabalho, como foi exposto, não têm como ser consideradas sustentáveis. Neste sentido, é necessário o uso de mais indicadores em cada dimensão para ter um resultado mais preciso, da mesma forma que a análise quantitativa tem que considerar qualitativa que consegue elencar mais subjetividades que não é possível através de números.

Uma das questões que devem ser levadas em conta é que há uma tendência na Gamboa à construção de condomínios residenciais, que servem em sua maioria como segunda residência. Neste sentido, pessoas que já possuem uma residência fixa têm esta outra para passeios e férias, e em muitos casos essas casas são ocupadas uma ou duas vezes ao ano, o que as torna habitações que não contribuem muito para o desenvolvimento da localidade, devido à construção deste tipo de residência favorecer a especulação imobiliária na localidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar se o turismo praticado na Gamboa do Morro de São Paulo teria característica de um turismo sustentável, para o que se utilizou a metodologia dos índices de sustentabilidade. No entanto, as análises finais indicam algumas questões a serem pensadas em futuras pesquisas, já que não conseguiram chegar a uma conclusão precisa, haja vista que se pensar na questão da sustentabilidade pode-se inferir que uma questão muito complexa, assim sendo importante estudos interdisciplinares que possam em diversos campos trazer teorias e metodologias para as questões que foram levantadas ao longo da pesquisa.

Uma das questões é o quanto estes índices de sustentabilidade conseguem ser adaptados para a realidade local e traduzir a problemática local, de forma que se faz necessário um tempo maior para a coleta de mais dados utilizando mais índices, para que se tenha um diagnóstico maior dos

problemas apresentados, o que não foi possível no tempo que se esperava para a realização deste estudo.

Outro ponto é pensar de forma mais crítica a questão da sustentabilidade, já que esta é utilizada pelo mercado turístico com interesses diferentes, por exemplo, das necessidades dos moradores locais, da mesma forma que o poder público utiliza o conceito como forma de atrair turistas, mas, no entanto, não consegue incluir a comunidade neste contexto, ainda que em algum momento pense na geração de trabalhos no turismo, mas pesquisas têm apresentado que são postos muito precarizados.

Entre as dimensões que não obtiveram o resultado de sustentável, estão a ambiental, a cultural e a institucional, assim estas dimensões precisam de atenção para pesquisas que se debruçam sobre estes pontos. Quanto à ambiental, por exemplo, a retirada da argila por parte dos turistas causa erosão no solo, que é intensificada com as chuvas.

A população precisa ter força na participação do planejamento do turismo, buscando o cooperativismo como forma de unir forças para a busca de seus objetivos, de modo a proporcionar uma melhor qualidade de vida à população, bem como dinamizar a cultura local.

Assim, se faz necessário que os moradores se reúnam para pensar em estratégias para alcançar no futuro, ou seja, que efetuem o planejamento turístico junto ao poder público, questionando o que ele entende como sustentabilidade, já que em todo material de promoção é divulgado um turismo sustentável, contudo não existe sustentabilidade em que os residentes não sejam inclusos e só sirvam como mão de obra para o trabalho que leva um alto grau de precarização e informalidade, desta forma não garantindo direitos trabalhistas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Turismo. *Ecoturismo: orientações básicas*. 2. ed. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. *Guia Turismo e Sustentabilidade*. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2016.

BRESSAN, D. *Gestão Racional da Natureza*. São Paulo: Hucitec, 1996.

BRIDI, G.; PAULINO E. T. P. Impactos socioculturais do turismo nas comunidades receptoras. In: ENCONTRO SEMINTUR JR – MESTRADO EM TURISMO DA UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL, 2., 2011, Caxias do Sul. *Anais [...]*. [Caxias do Sul: UCS], 2011. Disponível em: https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/04_impactos.pdf. Acesso em: 20 abr. 2019.

CÂNDIDO, G. A.; SANTOS, J. G. Atividades turísticas e indicadores de sustentabilidade: Um estudo em um destino turístico brasileiro. *Pasos Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, La Laguna, v. 16, n. 1, p. 37-54, 2018.

CASTRO, I. Paisagem e turismo. De estética, nostalgia e política. In: YÁZIGI, E. (org.). *Turismo e Paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002.

COELHO, S. D. O turismo comunitário e sua contribuição ao desenvolvimento sustentável da Prainha do Canto Verde, Beberibe – Ceará. *Revista Geográfica Acadêmica*, Boa Vista, v. 10, n. 2, 2016.

CORRÊA, M. F. P. F. *Turismo em Morro de São Paulo: Uma análise dos impactos*. 2006. Monografia (Formação de Professores em Turismo e Hospitalidade) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.

CRUZ, R. de C. A. da. As paisagens artificiais criadas pelo turismo. In: YÁZIGI, E. (org.). *Turismo e Paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 107-119.

DIAS, R. *Turismo Sustentável e Meio Ambiente*. São Paulo: Atlas, 2003.

GONÇALVES, W. J. *Turismo (in)sustentável em Morro de São Paulo, Bahia: Existe turismo sustentável em Morro de São Paulo?* 2004. Monografia (Especialização em Turismo) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2004.

KINKER, S. *Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais*. Campinas: Papirus, 2002.

LACERDA, C. S.; SANTOS, J. G.; RAMALHO, A. M. C. Análise do sistema de indicador do turismo da Macaronésia e sua aplicabilidade nas áreas litorâneas do Nordeste brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE – ANPPAS, 6., 2012, Belém. *Anais [...]*. São Paulo: Anppas, 2012.

LOCATEL, C. D.; THÉVENIN, J. M. R. A natureza nas “ondas” do turismo: uma leitura a partir do arquipélago de Tinharé (Bahia/ Brasil). *Revista Formação (Online)*, Presidente Prudente, v. 1, n. 21, 2014.

MIKHAILOVA, I. Sustentabilidade: Evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática. *Economia e Desenvolvimento*, Santa Maria, n. 16, 2004.

OLIVEIRA, S. L. de. *Tratado de metodologia científica: projeto de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

PAIXÃO, L. H. C. Expansão do turismo no Município de Cairu e ameaça ao modo de vida pesqueiro da localidade de São Sebastião. In: SEMINÁRIO NACIONAL ESPAÇOS COSTEIROS, 3., 2016, Salvador. *Anais [...]*. [Salvador: UFBA], 2016.

PIRES, P. S. *Dimensões do ecoturismo*. São Paulo: Senac, 2002.

RAMPAZZO, L. L. Metodologia científica – para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. São Paulo: Stiliano, 2001.

RUSCHMANN, D. V. de M. *Turismo e Planejamento Sustentável: A Proteção do Meio Ambiente*. Campinas: Papirus, 1997.

SANTOS, J. G.; CÂNDICO, G. A. Engajamento entre os diversos atores sociais para o alcance do turismo sustentável: um discurso sobre seus diferentes papéis. *ABET*, Juiz de Fora, v. 4, n. 1, p. 15-24, jan./abr.

2014. Disponível em: <http://ojs2.uff.emnuvens.com.br/abet/article/view/3017/1031>. Acesso em: 19 abr. 2019.

VALLE, C. E. *Qualidade ambiental: como ser competitivo protegendo o meio ambiente*. São Paulo: Pioneira, 1995.

VINHAS, T. S. *O patrimônio histórico em Morro de São Paulo, Cairu-Bahia*: Lugar de memória, espaço de cultura, opção de turismo. 2007. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Universidade Federal da Bahia, Ilhéus, 2007.

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO PRÁTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: OBSERVAÇÕES COM ÊNFASE EM GÊNERO NO INTERIOR DE SÃO PAULO (IPERÓ)

Cassiana Gabrielli¹

Andrea Rodrigues Ferro²

Rodrigo Vilela Rodrigues³

INTRODUÇÃO

O posicionamento social das mulheres tem sido discutido de modo mais enfático ao longo das últimas décadas, trazendo ao centro das discussões muitos dos meios que são utilizados para mantê-las em posição de subalternidade perante seus pares masculinos. Os avanços das condições das mulheres são representativos nesse período, porém ainda são muitas as barreiras a serem superadas até que a tão aspirada equidade entre os gêneros possa ser vislumbrada. São diversas as frentes de luta para um real empoderamento das mulheres, especialmente aquelas que se referem ao direito ao próprio corpo, ao combate à reificação feminina, à diminuição da violência de gênero, à participação política das mulheres, à sua colocação no mercado de trabalho e remuneração do trabalho doméstico, entre outras.

Em meio à pandemia de covid-19 que assola o mundo há mais de um ano, muito se evidenciou sobre a sobrecarga e precariedade de trabalho das mulheres, assim como a invisibilidade social e a não remuneração do trabalho

1 Professora do Departamento de Geografia, Turismo e Humanidades da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

2 Professora do Departamento de Economia da UFSCar.

3 Professor do Departamento de Economia da UFSCar.

doméstico e de cuidados. (PINHEIRO; TOKARSKI; VASCONCELOS, 2020). Nesse sentido, as ponderações sobre o trabalho na área do turismo/hospitalidade merecem atenção por abordarem atividades que envolvem a comercialização de parte significativa das funções domésticas. Essas tornam-se interessantes suporte para reflexões acerca da divisão sexual do trabalho, que inibe o desenvolvimento plenamente democrático de todas sociedades e persiste ainda no século XXI.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.). (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599)

Desse modo, dialogando com teorias críticas, é possível ponderar sobre o posicionamento das mulheres no mercado turístico, refletindo sobre possibilidades de o turismo ser utilizado como um vetor de mitigação das discrepâncias percebidas entre os gêneros. Vale lembrar que a busca pela equidade entre os gêneros é um dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) listados pela Organização das Nações Unidas (ONU) para serem trabalhados a fim de melhorar as condições de vida da população mundial.

Porém, a atividade turística reiteradamente é praticada sob a ótica tradicional capitalista que enfatiza as potencialidades de aumento de divisas monetárias através da oferta de produtos e serviços para turistas, mas omite os custos ambientais e sociais que muitas vezes não são contabilizados adequadamente, inviabilizando a sustentabilidade dessa prática em diversos destinos. Podendo, inclusive, ser meio de manutenção e exploração de assimetrias sociais relacionadas a classe, gênero, raça, etnia e outras.

Assim, o debate aqui pretendido versa sobre um modelo de desenvolvimento turístico específico, o turismo de base comunitária (TBC) e sua

relação com a economia solidária (ESS), como potência para empoderamento das mulheres envolvidas em tais experiências.

Pois a economia solidária pode estabelecer alternativas, em especial para as mulheres mais pobres, através da criação de espaços intermediários, ultrapassando relações corriqueiras entre privado-doméstico e público e monetário e não-monetário. Além disso, a economia solidária possibilita combater preconceitos e apresentação de ideias, fazendo deste mais um ambiente de luta (SCHNEIDER, 2010). Ou, como pontua Santos (2010, p. 9),

As iniciativas de Economia Solidária devem também poder buscar formas de gestão e de funcionamento capazes de oferecer alternativas à forma como o trabalho das mulheres é explorado na economia de mercado, não só oferecendo alternativas à estrutura econômica capitalista, mas também a uma estrutura econômica que é patriarcal e racista e depende do silêncio das mulheres e da exploração de um trabalho não pago. Tudo, nesse campo de experimentação, pode ser muito importante para começarmos a ver alternativas com relação à opressão das mulheres no sistema econômico.

Já a escolha pelo modelo de TBC se dá por concordar com Igreja et al. (2015) quando apontam que o turismo se aproxima da ESS utilizando produtos e serviços gerados por meio de iniciativas solidárias como fornecedores na cadeia produtiva do turismo, ou por meio de iniciativas em que a comunidade organiza e faz a gestão da atividade turística de modo autônomo e democrático, característico do TBC. Esse, que foi definido, ainda em 2008, pelo Ministério do Turismo (MTUR, 2008) da seguinte maneira:

O turismo de base comunitária, turismo comunitário, solidário, de conservação, entre outras denominações [...] busca a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento turístico, baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação por parte destas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística.

Se considerarmos que os benefícios do turismo nas comunidades não se restringem aos econômicos, mas se ampliam para esferas sociais, culturais e ambientais, podemos perceber que a preocupação em envolver a comunidade local na tomada de decisões assim como o esforço para manter os benefícios gerados pelo turismo na própria localidade podem ser premissas para reflexões e possíveis reposicionamentos sociais de gênero em tais locais, potencializando, assim, a dinamização social em tais comunidades, de modo mais democrático, seguindo as premissas da ESS.

Pois, como parte significativa dos trabalhos para recepção de turistas são tradicionalmente realizados por mulheres, ao estimular a gestão democrática, elas passam a ter voz ativa em esferas públicas, de poder, como associações e cooperativas, por exemplo. Além disso, a visibilização do trabalho doméstico como produtivo, dentro da atividade turística, pode incitar reflexões sobre o reconhecimento financeiro e social dele. Também, o acesso, ainda que sem sair do espaço doméstico, a pessoas de diferentes culturas pode levar ao empoderamento das mulheres envolvidas em tais contextos.

Pois, entendemos o processo de empoderamento dentro da perspectiva libertadora, em contraponto ao empoderamento liberal (SARDENBERG, 2010) ou empoderamento *light* (CORNWALL, 2018). Como esta explica,

O empoderamento liberal procura simplesmente acomodar as mulheres dentro do mercado sem interromper as desigualdades sociais e de poder existentes. O empoderamento libertador, em contraste, coloca as relações de poder no coração de um “processo pelo qual as mulheres alcançam autonomia e autodeterminação, bem como um instrumento para a erradicação do patriarcado, um meio e um fim em si”, para “questionar, desestabilizar e, eventualmente, transformar a ordem de gênero da dominação patriarcal” (Sardenberg, 2010:235). “Tal abordagem”, continua, “é consistente com o foco na organização das mulheres, na ação coletiva, embora não desconsidere a importância do empoderamento das mulheres em um nível pessoal” (id). (CORNWALL, 2018, p. 8)

Assim, partindo de uma pesquisa exploratória, buscou-se referencial teórico para embasar as discussões sobre TBC, ESS e relações de gênero, assim como dados sobre as ocupações relacionadas ao turismo na área rural de São Paulo. Esses foram comparados aos dados levantados ao longo da realização de um projeto de extensão (Proex 23112.001602/2018-50) junto a uma iniciativa de TBC, em estágio inicial, do interior do mesmo estado. Desse modo, foi possível levantar pontos de interesse para aprofundamento das pesquisas que vislumbam a diminuição das iniquidades entre os gêneros e empoderamento das mulheres, por meio da visibilização/produção do trabalho doméstico em iniciativas de ESS.

ESTRATÉGIA DE ANÁLISE

São analisadas estatísticas descritivas dos trabalhadores no turismo nas áreas rurais do estado de São Paulo, comparando-as com as informações da experiência de TBC do Assentamento Ipanema. Os dados utilizados para o estado são os da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) contínua, referente ao terceiro trimestre de 2019. A PNAD contínua é conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desde 2012, sendo que a partir de 2014 substituiu a Pesquisa Mensal de Emprego e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Anual.

A escolha do terceiro trimestre de 2019 tem como objetivo evitar o período atípico da pandemia de covid-19, que afetaria os dados disponíveis mais recentes no Brasil, bem como períodos com sazonalidade conhecida, como férias e festas de fim de ano.

A amostra utilizada é delimitada ainda para os domicílios do estado de São Paulo situados fora da capital, da Região Metropolitana (RM) e da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (Ride) – ou seja, são domicílios situados no interior e litoral do estado. A expansão da amostra foi realizada utilizando o fator de ponderação com correção de não entrevista com pós estratificação pela projeção populacional. Foram selecionados ainda os indivíduos que na semana de referência tinham como ocupação

do trabalho principal aqueles selecionados como típicos da atividade do turismo.⁴ As ocupações da PNAD são as constantes do Código Brasileiro de Ocupações de Pesquisas Domiciliares (CBO-Dom).

A amostra conta com 137 respondentes residentes da área rural, que reportaram uma das 14 ocupações selecionadas no trabalho principal da semana de referência. Após a expansão, essa amostra representa uma população de 41.971 pessoas. Foram investigadas características demográficas e do trabalho de homens e mulheres moradores da área rural, a fim de contextualizá-las no estudo de caso realizado no Assentamento Ipanema, em Iperó, São Paulo.

TRABALHADORES/AS DO TURISMO NA ÁREA RURAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Do recorte investigado, são 26.466 mulheres e 15.505 homens atuando em ocupações relacionadas ao turismo. Esse número é compatível com a realidade do mercado de trabalho no turismo em geral, no qual percebe-se uma maior parcela de trabalhadoras (GLOBAL, 2019), visto que parte das atividades desenvolvidas são relacionadas ao cuidar e servir, que historicamente, no âmbito doméstico, foram relegadas às mulheres (SCOTT, 1991).

Tabela 1 – Distribuição percentual dos indivíduos que tinham ocupações típicas do turismo no trabalho principal da semana de referência no terceiro trimestre de 2019 na área rural do estado de São Paulo

Somente área rural				
Código da ocupação	Ocupação	Homens	Mulheres	Total
1411	Gerentes de hotéis	0,00	0,28	0,17

⁴ Dentre as ocupações do CBO-dom, foram selecionadas aquelas que se equiparam às atividades e funções desempenhadas ao longo das experiências de TBC em comunidades rurais.

1412	Gerentes de restaurantes	9,33	8,09	8,54
3434	Chefes de cozinha	0,47	0,00	0,17
4224	Receptionistas de hotéis	0,00	3,33	2,10
5113	Guias de turismo	0,00	0,00	0,00
5120	Cozinheiros	3,90	22,37	15,55
5131	Garçons	8,42	10,64	9,82
5151	Supervisores de manutenção e limpeza de edifícios em escritórios, hotéis e estabelecimentos	0,00	0,00	0,00
5152	Governantas e mordomos domésticos	0,00	0,99	0,62
5153	Porteiros e zeladores	14,75	3,31	7,54
7317	Artesãos de pedra, madeira, vime e materiais semelhantes	6,73	5,88	6,19
7318	Artesãos de tecidos, couros e materiais semelhantes	2,67	2,80	2,75
9112	Trabalhadores de limpeza de interior de edifícios, escritórios, hotéis e outros estabelecimentos	50,96	34,91	40,84
9412	Ajudantes de cozinha	2,77	7,41	5,69
	Número de trabalhadores	15.505	26.466	41.971

Fonte: IBGE (2019).

Conforme a Tabela 1, percebe-se que, dentre as pessoas ocupadas no turismo, na área rural de SP, as mulheres são maioria proporcional nas seguintes ocupações: gerentes de hotéis; gerentes de restaurantes; recepcionistas de hotéis; cozinheiros; garçons; governantas e mordomos domésticos; artesãos de pedra, madeira, vime e materiais semelhantes; artesãos de tecidos, couros e materiais semelhantes; trabalhadores de limpeza de interior de edifícios, escritórios, hotéis e outros estabelecimentos; ajudantes de cozinha. Já os homens aparecem como maioria proporcional entre as ocupações de porteiro/zelador e *chef* de cozinha.

Tal fato é compreensível visto que as mulheres são maioria quantitativa dentre as ocupações analisadas, sendo que porteiro/zelador é a única tradicionalmente ocupada por homens (ALVES; MOREIRA, 2016), já que é praticada no limite do público e privado (no caso dos porteiros) e no espaço externo, no caso dos zeladores. Além disso, ambas ocupações podem ocasionalmente necessitar emprego de força física. Já a representatividade na ocupação *chef* de cozinha também pode ser explicada pela valorização social distinta para tal tipo de ocupação em detrimento de cozinheira, menos reconhecida e mais constantemente relacionada a mulheres (DÓRIA, 2012).

Ainda de acordo com a Tabela 1, a principal ocupação da população estudada está relacionada a limpeza (aproximadamente 41% do total), sendo as mulheres maioria (54% mulheres e 46% homens nessa ocupação). Vale observar que aproximadamente 51% dos homens e 35% das mulheres se encontravam em tal ocupação.

Tabela 2 – Distribuição percentual de trabalhadores e trabalhadoras com ocupações típicas do turismo no interior e litoral do estado de São Paulo, segundo a posição na ocupação, no trabalho principal da semana de referência do terceiro trimestre de 2019.

Somente área rural			
Posição na ocupação	Homens	Mulheres	Total
Trabalhador doméstico	0,00	4,61	2,91
Empregado do setor privado	62,09	59,11	60,21

Empregado do setor público	15,44	12,94	13,87
Empregador	8,15	4,70	5,98
Conta própria	13,36	16,94	15,62
Trabalhador familiar não remunerado	0,96	1,70	1,42
Número de trabalhadores	15.505	26.466	41.971

Fonte: IBGE (2019).

Na Tabela 2, observamos que a maioria das mulheres (59%), assim como dos homens (62%), são empregadas no setor privado, seguidas de trabalhadores por conta própria (17% das mulheres e 13% dos homens), empregados no setor público (15% dos homens e 13% das mulheres); empregadores (8% dos homens e 5% das mulheres); trabalhadoras domésticas (5% das mulheres e nenhum homem); e trabalhador familiar não remunerado (2% das mulheres e 1% dos homens). Aqui merecem ser comentadas, especialmente, as últimas categorias, em que observa-se claramente a manutenção das assimetrias entre os gêneros quando percebemos que 75% dentre os trabalhadores domésticos não remunerados são mulheres, além de elas serem 100% das trabalhadoras domésticas – uma ocupação que, ainda que remunerada, é historicamente precarizada.

Porém, se observamos a amostra ampliada, incluindo todas as ocupações na área rural, independente de relações com o turismo, destaca-se a clássica divisão sexual do trabalho. As principais ocupações listadas, tanto por homens quanto mulheres, foram: trabalhadores dos serviços domésticos em geral (18% das mulheres e 5,3% dos homens); agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da agricultura (excluídas hortas, viveiros e jardins) (10% dos homens e 6,6% das mulheres); criadores de gado e trabalhadores qualificados da criação de gado (10% dos homens e 4,5% das mulheres); e trabalhadores elementares da agricultura (6,4% das mulheres e 8,5% dos homens).

Porém, quando observamos a divisão dos trabalhadores dentro de cada ocupação, percebemos mais claramente a distinção, sendo: trabalho doméstico (75% mulheres e 25% homens); agricultores (74,5%

homens e 25,5% mulheres); criadores de gado (80% homens e 20% mulheres); trabalhadores elementares da agricultura (70,6% homens e 29,4% mulheres).

Outro ponto interessante se refere à remuneração das pessoas com ocupação principal relacionada a turismo na área rural. Conforme a Tabela 3, o rendimento médio das mulheres é R\$ 1.335,04 e dos homens, R\$ 1.653,19, o que comparativamente representa que as mulheres recebem cerca de 80% do salário dos homens, compatível com a média mundial da atividade turística, que estima o salário feminino em comparação ao masculino no setor do turismo entre 70% e 80% (GLOBAL, 2019), assim como no mercado de trabalho brasileiro, em geral.

Tabela 3 – Rendimento médio habitual do trabalho principal de trabalhadores e trabalhadoras em ocupações típicas do turismo na semana de referência do terceiro trimestre de 2019 no interior e litoral do estado de São Paulo.

Rural		
	Média	d.p.
Homens	1.653,19	995,00
Mulheres	1.335,04	1.227,61

Fonte: IBGE (2019).

Tal fato pode ser compreendido sob a ótica da valorização dispar das atividades e funções tradicionalmente ocupadas por homens e mulheres, também reconhecida como segregação horizontal,⁵ ou ainda com a jornada de trabalho (Tabela 4). Assim como no mercado de trabalho como um todo, as mulheres têm jornada de trabalho menor do que a dos

⁵ A segregação horizontal se dá pela divisão de homens e mulheres em diferentes funções e áreas de atividades, enquanto a vertical se refere a vivências que impedem ou dificultam o acesso de mulheres a determinadas posições hierárquicas, faixas de remuneração e outros (HAKIM, 1979).

homens quando se considera apenas o mercado de trabalho pago. O que essa estatística esconde, no entanto, é o tempo que as mulheres dedicam ao trabalho não pago nas tarefas domésticas e de cuidado, que é superior ao tempo dedicado pelos homens (IBGE, 2020).

Tabela 4 – Média das horas habitualmente trabalhadas no trabalho principal da semana de referência do terceiro trimestre de 2019 no interior e litoral do estado de São Paulo, entre trabalhadores e trabalhadoras das ocupações típicas do turismo.

Rural		
	Média	d.p.
Homens	44,14	12,05
Mulheres	37,40	14,58

Fonte: IBGE (2019).

Homens trabalham em média cerca de 44 horas por semana no trabalho principal, enquanto as mulheres trabalham em média cerca de 37 horas.

Outro aspecto importante, que indica a produtividade do trabalho, é o grau de instrução do trabalhador. A Tabela 5 mostra que cerca de um terço dos trabalhadores nas ocupações típicas do turismo possui o ensino fundamental incompleto na área rural; entre as trabalhadoras, essa categoria responde por cerca de 30% das pessoas. Chama a atenção o fato de que, na área rural, cerca de 30% das mulheres possuem o ensino médio completo – para os homens, essa proporção é menor do que 20%. Além disso, quase 7% das mulheres da área rural em análise possuem o ensino superior completo, uma proporção maior do que a de mulheres da área rural com superior incompleto (2,68%), maior do que a de homens da área rural com superior completo ou incompleto (3,54% e 0,89%, respectivamente).

Tabela 5 – Distribuição percentual de trabalhadores e trabalhadoras nas ocupações típicas do turismo na semana de referência do terceiro trimestre de 2019 no interior e litoral do estado de São Paulo de acordo com o grau de instrução.

Grau de instrução	Somente área rural		
	Homens	Mulheres	Total
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	5,75	0,00	2,13
Fundamental incompleto ou equivalente	33,87	29,80	31,30
Fundamental completo ou equivalente	33,47	17,35	23,30
Médio incompleto ou equivalente	3,62	13,11	9,60
Médio completo ou equivalente	18,85	30,26	26,04
Superior incompleto ou equivalente	0,89	2,68	2,02
Superior completo	3,54	6,81	5,60
Número de trabalhadores	15.505	26.466	41.971

Fonte: IBGE (2019).

Tais observações correspondem ao cenário mais amplo de trabalhadores no turismo, onde se observa que as mulheres são maioria e com grau de instrução mais elevado, comparativamente, que seus pares masculinos, porém ainda recebem remunerações inferiores (ALVES; MOREIRA, 2016).

Quanto às características demográficas, a idade é uma característica importante (embora seja muitas vezes uma aproximação da experiência no mercado de trabalho). A média de idade das mulheres é ligeiramente inferior à dos homens: elas possuem em média 40 anos, enquanto entre os homens essa média é de 45.

Tabela 6 – Distribuição percentual de trabalhadores e trabalhadoras das ocupações típicas do turismo na semana de referência do terceiro trimestre de 2019 no interior e litoral do estado de São Paulo, de acordo com grupos de idade.

Grupo de idade	Somente área rural		
	Homens	Mulheres	Total
18 anos ou menos	2,56	3,02	2,85
De 19 a 25 anos	11,07	13,87	12,84
De 25 a 45 anos	31,46	45,19	40,12
De 45 a 65 anos	51,84	33,52	40,29
Mais de 65 anos	3,07	4,39	3,90
Número de trabalhadores	15.505	26.466	41.971

Fonte: IBGE (2019).

A distribuição em grupos de idade mostra que cerca de metade dos homens da área rural tem entre 45 e 65 anos, enquanto entre as mulheres a maior proporção, cerca de 45%, tem entre 25 e 45 anos de idade.

Em relação ao contexto familiar, a Tabela 7 mostra que, na área rural, enquanto pouco mais de 67% dos homens são considerados a pessoa de referência da família, apenas cerca de 22% das mulheres ocupam essa posição. Por outro lado, entre os cônjuges a proporção de mulheres é de aproximadamente 57%, enquanto essa categoria congrega pouco mais de 10% dos homens. Nota-se ainda cerca de 8% dos homens que se enquadram como outros parentes (sogro, genro, neto etc.).

Tabela 7 – Distribuição percentual de trabalhadores e trabalhadoras das ocupações típicas do turismo na semana de referência do terceiro trimestre de 2019 no interior e litoral do estado de São Paulo, segundo a condição no domicílio.

Condição no domicílio	Somente área rural		
	Homens	Mulheres	Total
Pessoa responsável pelo domicílio	67,51	22,12	38,88
Cônjuge ou companheiro(a)	10,31	57,16	39,85
Filho(a) ou enteado(a)	13,79	20,32	17,91
Outro parente	8,40	0,40	3,36
Outros – não parente	0,00	0,00	0,00
Número de trabalhadores	15.505	26.466	41.971

Fonte: IBGE (2019).

Tais observações corroboram os padrões sociais ancorados na articulação do capitalismo e patriarcado, que se associam e se refletem na valorização social e financeira das atividades tradicionalmente masculinas, reproduzindo no lar tal posição de “poder”. Ou, como coloca Biroli (2016, p. 726),

Essa exploração se daria em dois níveis, um coletivo e um individual. O primeiro consistiria em “atribuir coletivamente a responsabilidade pelas crianças às mulheres, e liberar coletivamente os homens” dessa mesma responsabilidade (Delphy, 2013a: 131). É sobre a apropriação coletiva do trabalho das mulheres que se organizaria a exploração individual, isto é, a apropriação do trabalho de uma mulher por seu marido. É justamente porque sua liberação é coletiva e institucionalizada que um homem poderia “exigir como retorno pela sua participação na provisão financeira das crianças a totalidade da força de trabalho de sua mulher” (idem:133).

Ainda em relação ao contexto familiar, quase 20% dos homens e menos de 1% das mulheres residentes da área rural estão em unidades domésticas classificadas como unipessoais – ou seja, moram sozinhos. Além disso, a proporção de homens e mulheres em domicílios estendidos (que moram com outros familiares) é de cerca de 20% na área rural, enquanto não foram identificados residentes em domicílios compostos (que moram com outras pessoas não familiares). A proporção de mulheres das áreas rurais em famílias nucleares, de cerca de 79%, é 20% mais elevada do que a proporção de homens no mesmo tipo de arranjo familiar. Esse resultado é condizente com a maior proporção de mulheres que são filhas (Tabela 8) do que de homens nessa condição.

Tabela 8 – Distribuição percentual de trabalhadores e trabalhadoras de ocupações típicas do turismo na semana de referência do terceiro trimestre de 2019 no interior e litoral do estado de São Paulo de acordo com a espécie de unidade doméstica.

Espécie da unidade doméstica	Somente área rural		
	Homens	Mulheres	Total
Unipessoal	19,52	0,82	7,72
Nuclear	59,52	79,22	71,94
Estendida	20,96	19,97	20,33
Composta	0,00	0,00	0,00
Número de trabalhadores	15.505	26.466	41.971

Fonte: IBGE (2019).

Além disso, chama a atenção o fato de as pessoas em arranjos unipessoais serem 93% homens e apenas 7% mulheres. Tal discrepância pode estar relacionada à falta de segurança nas áreas rurais, aliada a números elevados de violência contra mulheres no país, como um todo. Há que se considerar, ainda, a carga de trabalho físico habitualmente demandada em propriedades rurais e os padrões culturais que afastam as mulheres desse tipo de atividades.

Por fim, o tamanho médio das famílias tanto de homens quanto de mulheres da área rural vai de aproximadamente 3 a 3,6 pessoas. A distribuição por número de componentes do domicílio, excluindo pensionistas, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos (Tabela 9) revela que as famílias numerosas, com cinco ou mais componentes, representam cerca de 18% dos casos. A maior proporção é de famílias com três componentes (cerca de 29%) – embora seja uma proporção próxima à de mulheres em famílias com quatro componentes. Esse dado desmistifica a ideia, de senso comum, de que as famílias nas áreas rurais são mais numerosas do que as das áreas urbanas, ao menos entre os trabalhadores das ocupações típicas do turismo.

Tabela 9 – Distribuição percentual de trabalhadores e trabalhadoras nas ocupações típicas do turismo na semana de referência do terceiro trimestre de 2019 no interior e litoral do estado de São Paulo, de acordo com o número de componentes do domicílio, exclusive pensionistas, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos.

Número de componentes do domicílio	Somente área rural		
	Homens	Mulheres	Total
1	19,52	0,82	7,72
2	18,36	19,71	19,21
3	25,49	31,60	29,34
4	17,59	29,71	25,23
5	10,87	9,04	9,72
6	7,64	6,11	6,67
7	0,00	2,10	1,33
8	0,00	0,92	0,58
9	0,54	0,00	0,20
Número de trabalhadores	15.505	26.466	41.971

Fonte: IBGE (2019).

Vale observar que, em geral, mulheres de famílias maiores trabalham menos no mercado de trabalho remunerado do que se estão em famílias menores ou são chefes; já os homens trabalham mais, em atividades remuneradas, quando vivem em famílias maiores. Embora não constem informações das atividades domésticas/cuidados com o lar em relação ao tamanho das famílias, é possível presumir, com base nos padrões culturais e na participação em atividades econômicas, que as mulheres se dedicam mais às tarefas domésticas e menos aos trabalhos remunerados conforme o tamanho da família residente no mesmo domicílio (CANTIERI; FERRO, 2018).

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO ASSENTAMENTO IPANEMA, EM IPERÓ-SP

A fim de verificar se o modelo de TBC pode vir a ser mais efetivo na mitigação das discrepâncias entre homens e mulheres por meio da visibilidade e reconhecimento social e financeiro do trabalho doméstico, realizamos um estudo de caso no Assentamento Ipanema, que tem se estruturado dentro dos moldes de TBC para o desenvolvimento de atividades turísticas no local.

Criado oficialmente em 1995, após cerca de três anos da ocupação organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o assentamento Ipanema está dividido em 151 propriedades que variam entre 8 e 20 hectares e se baseiam na cultura de hortaliças, mandioca, goiaba, banana, entre outros. Tal assentamento localiza-se no município de Iperó, distante cerca de 130 km da capital São Paulo.

Os assentamentos ocupados pelo MST resguardam uma história interessante de luta e resistência, além de representarem um estilo de vida rural associado à agricultura familiar e agroecologia, que tem despertado interesse de turistas, nos últimos anos. Esses buscam experiências ativas em visitas permeadas por trocas socioculturais “diferenciadas”. Além disso, a falta de políticas públicas que apoiem a produção agrícola familiar dos assentados e o cenário de instabilidade econômica e social encorajam os assentados a

buscarem fontes alternativas de renda e, também, meios de se contrapor aos estereótipos difundidos pela mídia hegemônica junto ao senso comum, que depreciam assentados rurais, em especial, ligados ao MST.

Por se tratar de um assentamento do MST, alguns princípios relacionados à ESS já fazem parte da organização social local, destacando-se o cooperativismo, já que ao todo existem atualmente 11 cooperativas rurais no assentamento. Foi justamente por intermédio de uma delas (Coppir) que, por meio de um projeto de extensão em parceria com a Universidade Federal de São Carlos (*campus* Sorocaba) e a com a prefeitura do município, se iniciaram ações para a organização do TBC no local, agregando 15 famílias assentadas e interessadas na recepção de turistas. Desenvolvido desde 2017 até 2019, foram realizadas ações de planejamento participativo e roteirização turística no local. No ano de 2019, foram realizadas algumas visitas de escolas e de pequenos grupos de turistas independentes, que não chegaram a ser retomadas em 2020 por conta da pandemia de coronavírus.

Assim, com base nos dados levantados ao longo do projeto, entre 2017 e 2019, reunimos informações de representantes de 10 famílias, dentre as 15 participantes, para verificar os arranjos familiares e a divisão sexual do trabalho, a fim de compreender se há diferenças em relação aos trabalhadores da área do turismo na região rural do estado, que não estão inseridos no contexto de ESS.

Dentre os participantes, foram identificados 6 homens e 4 mulheres que atuam na organização das atividades turísticas no local. Quanto ao número de pessoas na residência, identificou-se um núcleo unipessoal (1 mulher respondente); três domicílios com duas pessoas (3 homens respondentes); duas famílias com três componentes (1 homem e 1 mulher respondente); duas famílias com quatro componentes (1 homem e 1 mulher respondente); um domicílio com cinco residentes (1 mulher respondente); e um domicílio com oito residentes (1 homem respondente). Tais informações são semelhantes àquelas encontradas nos dados da PNAD, com a diferença de que, no Assentamento Ipanema, identificamos uma residência unipessoal feminina e nenhuma masculina.

Por se tratar de um assentamento rural oriundo de ações de reforma agrária, as atividades agrícolas e/ou pecuárias são obrigatórias em todas as propriedades, diferenciando-se efetivamente da amostra PNAD, que apresenta a população rural de modo mais abrangente, apontando que parte significativa dos respondentes trabalham em locais fora de suas residências, em especial lojas, escritórios e galpões.

Assim, dentre o grupo aqui analisado, todos os homens são responsáveis pela produção agrária de suas propriedades. Já dentre as mulheres, 1 é responsável pela mesma função. No total das propriedades pesquisadas (10), apenas 1 tem uma mulher que tem como ocupação principal a produção agrícola. Já quanto ao trabalho doméstico, essa é a principal ocupação de duas mulheres, enquanto o trabalho de secretária é a ocupação principal de 1 das mulheres respondentes. Ou seja, identificamos que, dentre as dez propriedades pesquisadas, em 2 as mulheres têm os trabalhos domésticos como ocupação principal e nenhuma ocorrência de homens na mesma situação. Dados semelhantes àqueles da PNAD.

Um ponto que merece destaque diz respeito à identificação da pessoa de referência da família. Dentre as dez famílias analisadas, apenas 2 homens e 1 mulher se identificaram como referência, e 1 respondente identificou o cônjuge como referência. Outros 6 respondentes não identificaram uma referência pessoal na família. Aqui percebemos que se difere dos dados da PNAD, sendo possível relacionar tal condição ao engajamento dos assentados junto a movimentos sociais e associativismo, incentivando que esses vivenciem relações sociais mais horizontais.

Além disso, quanto à posição na ocupação, pela peculiaridade das regras aplicadas em assentamentos, que devem ser obrigatoriamente produtivos, todos os homens respondentes são trabalhadores por conta própria em relação à ocupação principal; já dentre as mulheres, 2 são trabalhadoras familiares não remuneradas, 1 é trabalhadora por conta própria e 1 é trabalhadora no setor privado. Observa-se que, assim como nos dados da PNAD, as trabalhadoras familiares não remuneradas são todas mulheres.

Aqui cabe uma breve ponderação acerca do registro da propriedade, já que, apesar de não terem posse da terra, visto que é um assentamento da reforma agrária, ainda assim, os registros de cessão de uso foram feitos, em sua maioria, no nome dos homens, seguindo a lógica tradicional do “chefe da família”. No entanto, essa é uma condição que favorece as assimetrias de gênero, sendo, inclusive, uma das recomendações do *Relatório Global das Mulheres no Turismo* que os registros de posse e uso de terras e propriedades seja compartilhado ou em nome das mulheres a fim de lhes dar segurança frente as iniquidades de gênero (GLOBAL, 2019).

Quanto à educação, 3 homens e 1 mulher têm o fundamental completo; 2 mulheres e 2 homens têm o ensino médio incompleto; e 1 homem e 1 mulher têm o ensino médio completo. Porém, nas famílias dos representantes analisados, observa-se que as gerações mais jovens têm aumentado o nível de educação formal, assim como percebe-se que as mulheres têm estudado mais do que os homens, como observado nos dados PNAD e na sociedade em geral.

Sobre o impacto do turismo para essa comunidade, é interessante observar que na prática turística ainda permanece uma divisão sexual do trabalho clássica, em especial no que se refere à oferta de refeições, visto que, quando há grupos acima de cinco pessoas, uma das assentadas é responsável pelo serviço de alimentação, juntamente com sua filha. Assim como também observamos que os arranjos familiares seguem, ainda, organizações tradicionais em que as mulheres são responsáveis de modo mais enfático pelos trabalhos domésticos, enquanto os homens se dedicam ao trabalhos externos/públicos de cuidados com a roça, comercialização dos produtos via cooperativas e feiras.

Porém, o projeto de TBC Ipanema proporciona que se visibilize e recompense todos os envolvidos na recepção de visitantes. Assim, parte da receita advinda das visitas é revertida para o próprio projeto e sua gestão (que é realizada, até então, por uma mulher) (15%); parte é dividida entre as famílias envolvidas na organização da atividade turística no local (10%) e o restante (75%) é destinado às famílias que efetivamente operaram a

recepção dos visitantes. Os valores são cobrados por pacote, que pode incluir apenas uma visita de meio dia, visita de dia inteiro com alimentação, e estadias (em algumas propriedades) que envolvem mais de um dia de visitas, com pernoite e refeições.

De modo geral, as atividades de recepção dos visitantes se dividem entre apresentação da propriedade, que envolve técnicas e tipos de plantio e manejo agroecológico, discussões sobre qualidade da alimentação contemporânea, realização de oficinas (sob demanda), relatos e reflexões sobre reforma agrária, MST e a agricultura familiar, além de serviços de hospitalidade (que envolvem acolhimento, organização e limpeza das casas para recepção, e alimentação para grupos pequenos e/ou em caso de estadias na propriedade). Além disso, são comercializados produtos feitos nas propriedades do assentamento como rapadura, polpa de frutas, doces e alguns artesanatos, além de frutas e verduras produzidas no local.

A percepção dos envolvidos é que tanto mulheres quanto homens participam ativamente da recepção em suas propriedades, sendo responsáveis de modo equânime pelas atividades envolvidas. Vale pontuar que, evidentemente, a organização e divisão das tarefas varia de uma família para outra, e a ponderação aqui reflete a opinião generalizada dos participantes. Além disso, há algumas situações em que um dos cônjuges (em geral a esposa) trabalha na cidade, inviabilizando sua participação ativa na recepção de visitantes em dias úteis (em geral, grupos escolares), fazendo com que os homens assumam integralmente as tarefas de hospitalidade.

Assim, dentre os participantes analisados, 7 afirmam que a experiência de TBC facilitou o engajamento em atividades que até então tinham pouca aderência, sendo 4 homens e 3 mulheres. Já os outros 3 não registraram alterações.

Dentre os principais benefícios percebidos pela prática de TBC, foram listados: fonte alternativa de receita; contato com pessoas de diferentes contextos; valorização da cultura local; outros (não discriminados). Tais percepções atendem às expectativas iniciais do projeto, porém levam à compreensão de

que a aproximação com atividades que até então tinham pouco engajamento não é vista como um benefício relevante do TBC para os participantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho visa observar se o TBC, enquanto prática da ESS, pode ser compreendido como ferramenta atenuante das disparidades de gênero em relação, especialmente, à divisão sexual do trabalho. O intuito de observar dados da PNAD contínua sobre a população rural de SP com ocupações principais relacionadas ao turismo serve de referência para as análises empreendidas numa iniciativa específica de TBC, permitindo o aprofundamento das reflexões.

Assim, percebemos que a população rural de SP ocupada no turismo reflete os padrões sociais mais amplos e, também, aspectos do mercado turístico como um todo. As mulheres são a maioria das trabalhadoras na área, têm renda média mais baixa, aliada a jornadas de trabalho formal menores e maiores níveis de educação. Além disso, as ocupações principais ainda corroboram as construções culturais que direcionam mulheres para atividades domésticas e de cuidados, e os homens para ocupações externas ou que usem força física, valorizando essas em detrimento daquelas.

Desse modo, averiguamos que, dentre os participantes de uma iniciativa de TBC, já iniciados em alguns princípios da ESS por conta de suas trajetórias dentro do MST, esses padrões ainda não são totalmente dissipados, visto que se observa, de certo modo, ainda o acúmulo de tarefas domésticas entre as mulheres e de tarefas “produtivas” entre os homens.

No entanto, dentro de cada arranjo familiar, em particular, é possível perceber, através da divisão das tarefas para recepção de visitantes, assim como sobre aproximação com atividades “novas” e divisão das recompensas sociais e financeiras dos serviços comercializados na prática turística, que aparecem perspectivas de mudanças, ainda que paulatinas, nas relações sociais de gênero no local.

Tais recortes, apesar de pontuais, representam pequenas atitudes pessoais que podem reverberar, a longo prazo, em mudanças socioculturais na comunidade. Tal constatação dialoga com Lunardi, Souza e Perurena (2015, p. 194) quando, analisando a prática turística em área rural no Rio Grande do Sul, concluem:

Essa constatação também foi evidenciada nos estudos de Rivera (2000), segundo a qual não se observou uma mudança no sistema atual de divisão sexual do trabalho, pois a mulher continua dentro do seu espaço físico habitual (a casa) e realiza as tarefas domésticas e reprodutivas, mesmo que a atividade turística tenha produzido efeitos significativos para as mulheres, como a valorização do seu trabalho; a maior independência econômica devido à sua contribuição ser mais visível; o aumento da qualidade de vida e da autoestima, obtida por meio do contato com outras realidades sociais e atividades, como as burocráticas e administrativas.

Porém, tanto nas autoras citadas como nos dados observados da PNAD, e naqueles observados no TBC analisado, percebemos que, apesar da maior visibilidade e algumas alterações nas dinâmicas familiares, ainda não é possível falar em alterações significativas na tradicional divisão sexual do trabalho. Porém, se considerarmos as dimensões do empoderamento propostas por Stromquist (2002) – cognitiva (visão crítica), psicológica (autoestima), política (consciência sobre desigualdades e articulação) e financeira (renda independente) –, é possível identificar potencial para o empoderamento das mulheres em tal contexto. Porém, como a autora ressalta, não basta que tais dimensões sejam trabalhadas isoladamente. No caso aqui estudado, observamos elevação tanto na autoestima das participantes como na capacidade de geração de renda, mas não foi possível observar ainda avanços nas dimensões cognitiva e política. Além disso, a renda gerada pelas atividades turísticas, apesar de reconhecer o papel produtivo das mulheres, é, de modo geral, destinada à família como um todo.

Assim, vale ponderar sobre o TBC como vetor para diminuição das iniquidades de gênero.

É importante observar que não há conexão automática entre essas formas alternativas de turismo e o aumento da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres nos destinos turísticos. Embora muitas iniciativas de turismo de base comunitária possam não ser iniciadas para empoderar as mulheres e possam exigir apoio externo de longo prazo para evitar a perpetuação das desigualdades de gênero, é importante reconhecer que várias iniciativas têm sido fundamentais para empoderar as mulheres em todo o mundo. (GLOBAL, 2019, p. 141, tradução nossa)

Inclusive, no mesmo documento, as duas recomendações para empoderamento de mulheres através do turismo na região da América Latina e Caribe versam sobre o TBC, sendo elas: “Integrar os direitos das mulheres e a igualdade de gênero de maneira mais substantiva nas iniciativas de turismo de base comunitária” e “Garantir que as mulheres se beneficiem do turismo de base comunitária na região, investindo em cooperativas e organizações de mulheres” (GLOBAL, 2019, p. 119, tradução nossa). Ressaltando-se a necessidade de se incluir a pauta de gênero nos documentos norteadores da atividade turística em nível nacional e estadual, a fim de subsidiar os potenciais identificados.

Desse modo, acreditamos que articular a prática turística a princípios da ESS pode resultar, desde que devidamente direcionada e articulada às questões de gênero, em iniciativas promissoras quanto à rearticulação da divisão sexual do trabalho, levando ao empoderamento das mulheres envolvidas nesse tipo de iniciativa.

REFERÊNCIAS

- ALVES, K.; MOREIRA, M. I. Trabalho em Turismo e Relações de Gênero. In: ALVES, K. (org.). *Turismo, trabalho e gênero: uma abordagem interdisciplinar*. Ouro Preto: Ufop, 2016.
- BIROLI, F. Divisão sexual do trabalho e democracia. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, 2016.

CANTIERI, L. O.; FERRO, A. R. A divisão sexual do trabalho e as diferentes composições familiares no Brasil urbano: o que mudou entre 2001 e 2014. *Revista de Estudios Brasileños*, Salamanca, v. 5 n. 9, 2018.

CORNWALL, A. Além do “Empoderamento Light”: empoderamento feminino, desenvolvimento neoliberal e justiça global. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 52, 2018.

DÓRIA, C. A. Flexionando o gênero: a subsunção do feminino no discurso moderno sobre o trabalho culinário. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 39, 2012.

EM MÉDIA, mulheres dedicam 10,4 horas por semana a mais que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas. *Agência IBGE Notícias*, 4 jun. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas#:~:text=Em%202019%2C%20a%20popula%C3%A7%C3%A3o%20com,0%20horas%20para%20os%20homens>. Acesso em: 8 abr. 2021.

GLOBAL report on women in tourism: Second edition. *UNTWO*, 3 dez. 2019. Disponível em: <https://www.unwto.org/publication/global-report-women-tourism-2-edition>. Acesso em: 15 abr. 2020.

HAKIM, C. *Occupational Segregation: A Comparative Study of the Degree and Pattern of the Differentiation between Men and Women's Work in Britain, the United States, and other countries*. London: HMSO, 1979.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. 2019. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2019_1tri.pdf. Acesso em 07 abr. 2022.

IGREJA, A. et al. *Economia solidária e Turismo de Base Comunitária*: Uma proposta metodológica em construção. [Curitiba: ITCP], 2015. Disponível em: http://www.itcp.ufpr.br/?page_id=239. Acesso em: 8 abr. 2021.

LUNARDI, R.; SOUZA, M.; PERURENA, F. O trabalho de homens e mulheres no turismo rural em São José dos Ausentes: O “leve” e o “pesado”. *Turismo Visão e Ação*, Itajaí, v. 17, n. 1, 2015.

MINISTÉRIO DO TURISMO (Brasil). *Catálogo de Turismo de Base Comunitária 2008*. Brasília, DF: MTUR, 2008.

PINHEIRO, L.; TOKARSKI, C.; VASCONCELOS, M. *Nota técnica*: Vulnerabilidades das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia de COVID-19 no Brasil. Brasília, DF: Ipea/Onu Mulheres, jun. 2020. n. 75.

SANTOS, G. *Economia solidária e feminista*. Um encontro possível. Fórum Brasileiro da Economia Solidária. [Brasília, DF: FBES], 2010. Disponível em: <http://cirandas.net/articles/0030/3983/ecosolefeminismo-graciete.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2021.

SARDENBERG, Cecília Women's empowerment in Brazil: tensions in discourse and practice. *Development*, New York, v. 53, n. 2, p. 232-238, 2010.

SCHNEIDER, E. C. As potencialidades da economia solidária na redução das desigualdades de gênero. *Protestantismo em Revista*, São Leopoldo, v. 23, p. 10-20, set./dez. 2010.

SCOTT, J. W. A mulher trabalhadora. In: DUBY, G.; PERROT, M. (org.). *História das Mulheres no Ocidente*: O Século XIX. Porto: Edições Afrontamento, 1991. v. 4.

STROMQUIST, N. P. Education as a means for empowering women. In: PARPART, J.; RAI, S.; STAUDT, K. (ed.). *Rethinking empowerment*: gender and development in a global/local world. New York: Routledge, 2002. p. 22-38.

TRANSFORMANDO o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. *ODS Brasil*, [2021]. http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/Agenda2030-completosite.pdf. Acesso em: 8 abr. 2021

TEORIA DO COOPERATIVISMO, ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA

PERCEPÇÃO DOS CONSUMIDORES QUANTO À SATISFAÇÃO E IMPORTÂNCIA DE UMA COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DO OESTE PARANAENSE

Cinara Kottwitz Manzano Brenzan⁶

Dirceu Basso⁷

INTRODUÇÃO

A ideia de desenvolvimento é de fundamental importância no cenário atual, embora seja no desenvolvimento regional, territorial e local que se fortalece o ambiente e que se constroem as diferentes formas de organização da sociedade (RODRIGUES et al., 2013).

Diante disso, uma proposta de desenvolvimento local é a que envolve a organização da agricultura familiar, e essa proposta deve considerar um diálogo em que o local não se torne um ponto isolado e os produtos, apenas mercadorias definidas pela circulação em cadeias desconhecidas dos produtores. O conhecimento limitado a quem se encontra em um extremo do processo força um descompasso entre o produtor e quem compra ou intermedeia o produto, e essa fragmentação do processo acaba por isolar o agricultor e torná-lo apenas um simples ator dentro dessa cadeia (ROSA, 1999).

Dentre as principais implicações dos processos supracitados que vêm se agravando, está a dificuldade que os agricultores familiares

⁶ Docente do curso de Administração da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), doutoranda do Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável na Unioeste.

⁷ Docente da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

enfrentam para produzir e também escoar sua produção, bem como ter uma vida de qualidade no meio rural (BEZERRA; SCHLINDWEIN, 2017). Nesse contexto, o pequeno agricultor familiar, para fortalecer sua atividade produtiva, busca o ingresso em associações e cooperativas, uma vez que essa alternativa apresenta benefícios potenciais, como: o acesso ao crédito, às novas tecnologias, oportunidade de mercados mais competitivos e vantagens fiscais (ANDRADE; ALVES, 2013).

Partindo-se do pressuposto de que as cooperativas podem auxiliar na organização e competitividade dos agricultores familiares, com o intuito de verificar a visão do comprador, consumidor ou cliente, este estudo tem por objetivo analisar a percepção do consumidor da Cooperativa das Agroindústrias Familiares do Oeste do Paraná (Coperafa), levantando pontos fortes e fracos e oportunidades e ameaças, para aplicar no planejamento estratégico desta cooperativa, que se localiza no município de Nova Aurora, no Paraná, além de verificar o envolvimento e as atividades desenvolvidas pela cooperativa. Destaca-se que o município objeto da presente pesquisa tem como maior parte da sua renda a agricultura e a busca pelo desenvolvimento rural sustentável.

Este artigo está organizado em introdução, seguido da metodologia, resultados e discussões, conclusões e referências.

METODOLOGIA

Para a consolidação deste estudo, foi utilizada a pesquisa quantitativa. Para Raupp e Beuren (2009), o método quantitativo evita distorções de análise e interpretação, garantindo precisão dos resultados; esta pesquisa é utilizada quando se pretende entender o comportamento de uma população, por meio do estudo de uma amostra.

Quanto aos procedimentos, foi elaborado um questionário com 21 perguntas, sendo 18 fechadas e 3 abertas, encaminhado via Docs Google Forms, em outubro de 2020, para 113 entrevistados, tendo 96 questionários

respondidos, já que apenas os clientes da Coperafa eram direcionados ao questionário. Como resultado, obteve-se o perfil dos clientes e sua satisfação, apresentando pontos fortes e pontos a serem melhorados.

Por meio de questionário, é possível descrever características de determinada população e medir variáveis; o questionário composto por questões estruturadas direciona o respondente a optar por uma das alternativas, possibilitando maior uniformidade nas respostas e consequente praticidade no processamento dos dados (RICHARDSON, 2007).

Foi elaborada também uma matriz SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats), que relaciona as oportunidades e ameaças presentes no ambiente externo à organização com as forças e fraquezas identificadas no ambiente interno da cooperativa. Com base neste diagnóstico, é possível definir estratégias e planos de ação (SILVA et al., 2013). A matriz SWOT é uma ferramenta estratégica, nela é analisada a competitividade de uma organização com base em quatro pilares: forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. A Coperafa será competitiva a longo prazo quando os seus pontos fortes estiverem alinhados com os fatores críticos de sucesso para satisfazer as oportunidades (RODRIGUES et al., 2005).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na sociedade moderna, a agricultura familiar apresenta-se como uma realidade multiforme e uma categoria genérica (WANDERLEY, 1999; GEHLEN, 2001). A diversidade de maneiras de viabilizar a produção e viver no meio rural, o manejo dos contextos de inovação, a participação em organizações bem como a inserção nos mercados resultam da capacidade de negociação dos agricultores enquanto atores sociais (BASSO; GEHLEN, 2015; LONG, 2007). Assim, na perspectiva de Long (2007), os agricultores gerenciam suas condutas como participantes ativos que recebem e interpretam informações e esquematizam estratégias de ação em sua sociabilidade nos espaços onde se inserem.

Ao dialogar com Abramovay (1992) e Wanderley (1999), Basso (2013, p. 73) define:

os agricultores familiares como aquela forma social de produção em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo; e as transformações vivenciadas pelos vínculos entre esses agricultores e os mercados apresentam graus variados de rupturas com relação à agricultura familiar tradicional.

As experiências de cooperação dos agricultores familiares, orientadas pelos princípios do cooperativismo moderno, estão contribuindo para uma melhor inserção nos mercados agroalimentares. O movimento cooperativo se apresenta como uma força mundial (MALDENATZ, 2003), possui uma história em que se evidenciam as dificuldades e as mobilizações que as pessoas vivenciavam tanto no processo de produção quanto na distribuição dos bens necessários para a sobrevivência (BASSO; ZIMMERMANN; COHENE, 2020). As experiências cooperativas, enquanto um processo de construção social, possuem as marcas de cada época em que ocorrem (FRANTZ, 1985). Elas possuem importância socioeconômica, política e cultural tanto para o quadro de cooperados e suas famílias quanto para a sociedade de modo geral. Assim, nesse estudo, interessa observar as práticas cooperativas, nos dias atuais, que atuam nas cadeias curtas agroalimentares e contribuem para a questão da segurança alimentar.

A cooperação está presente na história e consolidação da Coperafa, se tornando uma realidade para as cinco cidades envolvidas na época da sua implantação e para todos os agricultores familiares envolvidos na produção e escoamento destes produtos de suas propriedades.

Nas últimas décadas, parte dos agricultores familiares vivenciou novas experiências na sua sociabilidade com os mercados. Experiências estas que estão relacionadas com a busca pela sustentabilidade social. Ou seja, esses agricultores gerenciam outras racionalidades, para além da racionalidade hegemônica que se encontra ligada às grandes cadeias de

commodities, e suas identidades socioprofissionais objetivando a permanência futura enquanto agricultores familiares modernos (BASSO, 2013).

Vivenciam as profundas mudanças dadas pelas transformações tecnológicas, regulação dos processos produtivos, organização da produção, pressões políticas, afirmação institucional bem como aquelas ligadas a outras formas de intermediação entre a produção familiar e os mercados (WILKINSON, 2008).

Desse modo, esses agricultores participaram da construção da realidade social forjando novas maneiras de produzir e de viver no meio rural, orientadas por fundamentos que consideram sua própria história e valores como respeito à natureza, valorização das tradições, diversidade das formas de produção agrícola negados pela razão moderna (LEFF, 2002).

Para os agricultores familiares envolvidos nesse estudo, os ajustes implicaram promover a (re)construção dos projetos produtivos e organização da produção (cooperativa) de forma que valorizaram uma maior autonomia ao mesmo tempo que demandaram mais capacitação (SEN, 2000) para inserir-se em mercados locais, com destaque para a interface com os consumidores. As capacidades dos agricultores encontram-se baseadas nas condições de inovação por meio da experimentação (*learning-by-doing*) e aprendizagem coletiva. Pois a permanência como agricultores familiares está implicada na necessidade de constantemente fazer escolhas e desenvolver habilidades frente aos desafios que estão postos pelo ambiente socioeconômico, ambiental e político em que vivem.

Assim, os agricultores passam a fomentar “[...] experiências inovadoras que, em seu conjunto, podem apontar para a emergência de dinâmicas de desenvolvimento mais endógenas e territorializadas” (NIEDERLE, 2009a, p. 6). Atuam, os agricultores, como atores sociais (LONG, 2007) gerenciando os recursos materiais e culturais disponíveis no contexto em que vivem.

A qualidade dos produtos produzidos pelos agricultores participantes da cooperativa em estudo está ligada às tecnologias utilizadas e referenciadas pela perspectiva agroecológica e/ou, em alguns casos, combinando uma ressignificação tecnológica envolvendo a integração de ideotipos de

diversas racionalidades (BASSO, 2013), buscando valorizar a saúde e os sabores naturais presentes na memória dos consumidores.

Os agricultores estudados, ao fazerem política de modo propositivo por meio de suas organizações, contribuem para revitalizar a noção de desenvolvimento rural. O desenvolvimento resulta da participação das iniciativas coletivas, promovendo parcerias com o Estado (nos três níveis), com organizações civis e com empresas privadas num processo de valorização das potencialidades das diferentes racionalidades dos agricultores, dos recursos institucionais e naturais que compõem o patrimônio sociocultural. “Os agricultores envolvem-se num conjunto de ações que são capazes de produzir relações e interações práticas, normativas, de saberes e simbólicas que objetivam seu bem-estar e a sua sustentabilidade social” (BASSO, 2013, p. 218).

O desafio, para os agricultores participantes desse estudo, conforme destacado por Schneider (2007), consiste na melhoria de sua capacidade de interação social e de inserção em mecanismos de comercialização de proximidade (*non-standards*), de instituições – alimentação escolar e programas sociais – e de nicho, num contexto de “economia de qualidade”. Qualidade esta que pode estar na oferta de produtos com características tradicionais, artesanais, regionais, saudáveis e obtidos em processo produtivo com práticas tecnológicas que respeitem a natureza e valorizem o trabalho familiar.

Os agricultores participantes da Coperafa estão inseridos nas cadeias curtas agroalimentares. Elas expressam a socialização da agricultura familiar com a dinâmica local do desenvolvimento, remetendo a formas de interação dos agricultores familiares com o mercado que se expressam na proximidade entre produtores e consumidores (SCARABELOTTI; SCHNEIDER, 2012). As cadeias curtas são assumidas nesse estudo enquanto mercados alternativos, conforme destacado por Niederle (2009a, p. 7-8):

[...] são vistos a partir do âmbito local e da relação direta entre compradores e vendedores na lógica das cadeias curtas com capacidade de re-socializar e re-especializar os alimentos. São mercados particularistas baseados em nichos ou especificidades.

Ademais, são vistos como construções enraizadas (*embedded*) em relações socioculturais particulares e que fazem da ligação com localidade, tradição, origem, natureza ou modo de produção seus maiores apelos comerciais.

Diante disso, o debate das cadeias curtas encontra-se tributado aos importantes movimentos de mudanças de parte dos consumidores no que diz respeito aos padrões alimentares. Reflexos das transformações nos mercados agroalimentares globais, da ampla percepção dos riscos alimentares e da politização do consumo (PORTILHO et al., 2011). Assim, evidencia-se um deslocamento da demanda dos consumidores “[...] em direção à demanda e valorização por produtos regionais, tradicionais e/ou artesanais, próximos” (CRUZ; SCHNEIDER, 2010). A “virada da qualidade” (GOODMAN, 2003) se expressa com um movimento que se contrapõe ao modelo de produção e consumo em massa associado à economia globalizada e às cadeias agroalimentares longas (SCARABELOTTI; SCHNEIDER, 2012).

A realocação dos sistemas agroalimentares, por meio das cadeias curtas, possibilita a valorização do local e a presença das relações menos impessoais e mais enraizadas (GRANOVETTER, 1985). De acordo com Scarabelot e Schneider (2012), tais relações sociais de proximidade, interconhecimento e solidariedade geram mecanismos de confiança e por sua vez permitem reduzir riscos e custos de transação.

Coloca-se a importância das reflexões acerca dos critérios de qualidade, os quais permitem debater sobre a relação entre os processos de produção (diferentes racionalidades produtivas) e os processos relacionados aos produtos (processamento, embalagens, marcas etc.). Portanto, o tema da qualidade dos alimentos demanda que se (re)avalie as relações entre produtores e consumidores, bem como o próprio sistema agroalimentar. De acordo com Cruz e Schneider (2010), uma definição de qualidade dos alimentos não parece ser simples e também não possui consenso entre os que tratam sobre a temática. Para os autores, analisando estudos diversos, pode-se destacar que cada alimento apresenta diferentes atributos de qualidade, um alimento pode ser bom em relação a uma qualidade e não o ser

em relação a outra. Assim, “[...] cada componente da qualidade mobilizará valores, representações e critérios de avaliação diferentes segundo os consumidores potenciais” (CRUZ; SCHNEIDER, 2010, p. 24).

Os consumidores se deparam com uma grande quantidade de produtos e serviços, que tem como intuito satisfazer as suas necessidades. Resta saber como selecionam esses produtos no mercado, e se suas expectativas com relação ao valor e à satisfação de várias ofertas são contempladas e os levam a comprar os produtos. Os consumidores satisfeitos tendem a comprar novamente e comentam com outras pessoas sobre suas boas experiências. Porém, os consumidores insatisfeitos geralmente migram para a concorrência e depreciam o produto para os outros (KOTLER; ARMSTRONG, 2015).

De acordo com dados coletados junto à prefeitura municipal, Nova Aurora localiza-se no oeste do Paraná e pertence à Região Metropolitana de Cascavel, situando-se a cerca de 570 km da capital estadual. Ocupa uma área de 474,011 km², dos quais 2,4 km² estão em perímetro urbano, sendo sua população no ano de 2018 correspondente a 10.650 habitantes. No mais, 76% da população reside na zona urbana do município, que tem o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) igual a 0,733. A emancipação do município de Nova Aurora deu-se em 25 de setembro de 1967. Devido ao seu potencial, o município recebeu o título de Capital Paranaense da Tilápia em setembro de 2017 e o título de Capital Nacional da Tilápia em 2020.

Figura 1 – Município de Nova Aurora e localização.



Fonte: elaboração própria.

As principais fontes de renda do município se encontram na agricultura, agropecuária e o setor de prestação de serviços. Mesmo com bons resultados na cultura convencional de soja, milho e trigo, os pequenos produtores, para conseguirem se manter no meio rural, estão em busca de outras formas de produção.

A Cooperativa das Agroindústrias Familiares do Oeste do Paraná foi criada, conforme seu estatuto, no dia 6 do mês de março do ano de 2006, com sede administrativa no município de Nova Aurora, com admissão de seus associados e área de abrangência nos municípios de Nova Aurora, Cafelândia, Corbélia, Matelândia e Missal.

Na Figura 2, apresenta-se a primeira sede e a segunda sede, que é um prédio público disponibilizado para a utilização da Coperafa. O símbolo da Cooperativa também está apresentado nesta figura.

Figura 2 – Coperafa.



Fonte: elaboração própria.

A Coperafa atualmente tem 103 associados, 50 dos quais atuantes, e grande parte dos produtos constituídos nas agroindústrias são comercializados nesta cooperativa. Em 2009, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) abriu espaço para o fortalecimento dessas pequenas propriedades e sua diversificação e também oportunidade de estratégias diferenciadas para a cooperativa, o que foi confirmado pela entrevista com a gerente da cooperativa.

A Figura 3 mostra os principais produtos disponibilizados pela cooperativa aos seus consumidores, entre mais de 300 itens diversificados.

Figura 3 – Produtos comercializados na Coperafa.



Fonte: elaboração própria.

Os resultados da pesquisa se deram com a aplicação de questionários aos consumidores, que foram encaminhados através do WhatsApp para grupos de pessoas do município de uma forma geral, solicitando que quem conhecesse pessoas, consumidores da Coperafa, encaminhasse esse estudo para ser concretizado. Após 15 dias de coletas de dados, obteve-se resultados de 113 pessoas, das quais 96 afirmaram ser clientes e foram direcionadas às perguntas; as demais foram direcionadas para os agradecimentos.

Dos respondentes, 85% são mulheres e 75% são casados; os respondentes trabalham em 25 ramos diferentes, e entre os com maior participação estão: professores, agricultores, comerciantes, funcionários públicos, de área administrativa, vendedores, agrônomos, veterinários, autônomos e aposentados.

Foi questionado quanto tempo faz que é cliente da Coperafa e com qual frequência compra seus produtos na cooperativa: dos 96 respondentes, 63 são clientes há mais de 5 anos, 20, de 3 a 5 anos e 13, há menos de 3 anos. Sobre a frequência, uma pessoa vai à feira todos os dias, 35 responderam comprar uma ou duas vezes por semana, 30 responderam duas vezes ao mês, 16, uma vez ao mês e 14 deles vão esporadicamente.

Quanto à importância para os clientes, foi perguntado o que leva a escolher a Coperafa no momento da compra, e as respostas estão apresentadas no gráfico a seguir:

Figura 4 – O que considera importante ao escolher a Coperafa.



Fonte: elaboração própria.

Nesta pergunta, o respondente poderia assinalar mais que uma questão e as respostas evidentes foram que os produtos são da agricultura familiar e pela qualidade destes produtos, demonstrando a importância desta escolha.

Quanto à satisfação dos consumidores, observa-se as seguintes respostas:

Tabela 1 – Satisfação dos consumidores perante alguns questionamentos.

Questionamento	Muito satisfeito	Satisfeito	Insatisfeito
Quanto ao atendimento de vendas: há simpatia e cordialidade ao ser atendido?	34	55	7

Questionamento	Muito satisfeito	Satisfeito	Insatisfeito
Quanto ao atendimento de vendas: há rapidez e agilidade ao ser atendido?	28	61	7
Você é satisfeito quanto às formas e prazos de pagamento?	21	74	1
Há qualidade nos produtos oferecidos?	28	62	6
Variedade, diversidade de marcas, dos produtos oferecidos é satisfatório?	20	64	12
Há satisfação quanto aos preços praticados?	14	71	11
Quanto ao ambiente e estrutura da Cooperativa, a organização da área dos produtos é de boa qualidade (organização, limpeza, iluminação)?	20	72	4

Fonte: elaboração própria.

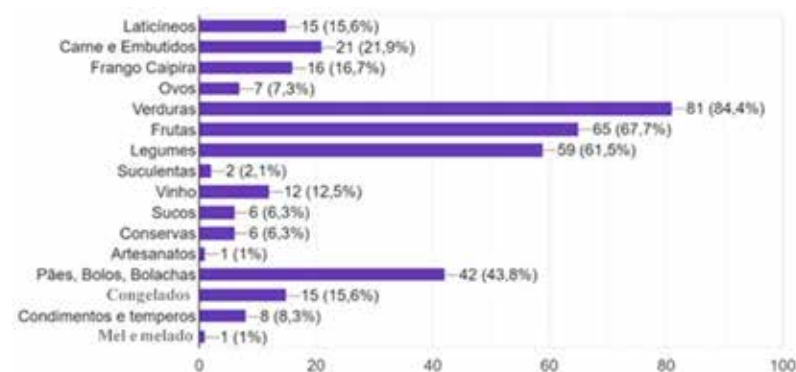
Esses resultados trouxeram dados para a construção da análise SWOT e possível planejamento estratégico da cooperativa, destacando pontos fortes e pontos a serem melhorados na visão dos consumidores que participaram da pesquisa.

Outro ponto abordado na pesquisa foi quanto às redes sociais da cooperativa, se os consumidores acompanham e conhecem; 50 dos respondentes afirmaram que conhecem, porém 46 clientes não têm acesso e conhecimento destes recursos. Nas sugestões de melhorias, apresentam a possibilidade de implantar o *e-commerce*, além de grupos de transmissão

entre os consumidores dos produtos assim que os produtos estiverem disponibilizados nas gôndolas ou ilhas.

Buscando a importância dos produtos para os consumidores, buscou-se entender quais produtos eram mais procurados por eles na Coperafa, e os dados a seguir foram encontrados na pesquisa realizada:

Figura 5 – Produtos mais procurados e comercializados.



Fonte: elaboração própria.

Na Figura 5, apresenta-se os produtos verduras, frutas, legumes e pães, bolos e bolachas como as maiores demandas pelos consumidores, seguidos por carnes e embutidos.

Foram verificados com os consumidores produtos que não se encontram na cooperativa, porém deveriam ser comercializados. Solicitaram mais variedade de produtos (queijos, vinhos, pães, frutas, verduras, massas, artesanatos), além de iogurte natural, produtos orgânicos, cucas alemãs, sucos, produtos sem glúten e lactose, carnes, rosca de polvilho e torresmo.

Para finalizar e contribuir com os resultados, foi questionado aos consumidores sobre os pontos fortes e os que devem ser melhorados na Coperafa, dados que estão organizados e apresentados na análise SWOT.

Tabela 2 – Matriz SWOT.

Forças	Fraquezas	Contexto interno do Ambiente – fatores que podem ser controlados pela Cooperativa
Produtos da agricultura familiar Produtos de qualidade Produtos com valor adequado Ambiente limpo e organizado	Melhorar estrutura física Maior diversificação de produtos Maior abrangência das redes sociais Horário de atendimento	
Oportunidades	Ameaças	Contexto externo do Ambiente – fatores que acontecem independentemente da atuação da Cooperativa
Demanda pelos produtos da agricultura familiar Clima favorável Percentual de chamada pública para os programas do governo (PNAE, PAA)	Mudanças governamentais Qualidade nas estradas rurais Falta de integração familiar para uma possível sucessão	

Fonte: elaboração própria.

Entre os pontos que se destacam neste questionamento, estão apresentados na matriz SWOT: variedade de produto; horário de atendimento; preço; melhorar o *layout*; reposição rápida das mercadorias; higiene e limpeza; transmitir dados através das redes sociais assim que chegarem produtos frescos, adquirir produtos orgânicos, e muitos elogios entre as

respostas deste questionamento, podendo-se verificar um envolvimento e dedicação dos respondentes, podendo contribuir com melhorias significativas para a Coperafa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a constituição da Coperafa, foram disponibilizados produtos da agricultura familiar para a comunidade local e a região das cinco cidades envolvidas. Diante da necessidade de uma alimentação saudável e buscando valorizar esses produtos, encontra-se neste estudo um *feedback* dos consumidores.

Entre os motivos que levam os consumidores até a Coperafa, se destacam: produtos da agricultura familiar e sua qualidade, além do atendimento, preço e localização. Os produtos mais procurados são verduras, frutas, legumes, pães, bolos e bolachas, além de carnes e embutidos.

Ademais, restou evidenciada a análise SWOT, através da qual pontos fortes são destacados e podem auxiliar na consolidação das oportunidades de mercado, inclusive envolvendo as políticas públicas existentes para esse segmento. Também foi possível constatar os pontos fracos, uma vez que os consumidores mencionaram a importância de possível melhoramento da estrutura física, diversificação de produtos, maior abrangência e divulgação nas redes sociais e ampliação do horário de atendimento.

Nesse sentido, é importante destacar que tais pontos fortes e pontos de melhoria devem ser utilizados para a construção do planejamento estratégico da cooperativa e seus associados, razão pela qual os resultados obtidos precisam ser repassados e efetivamente implantados, de modo a organizar ações e mudança.

Há que se ressaltar, portanto, que a presente pesquisa, através dos importantes teóricos destacados e dos resultados obtidos neste estudo, demonstrou que o papel da cooperativa e sua contribuição na comercialização dos produtos da agricultura familiar estão claramente evidenciados, sendo

que o posicionamento do consumidor deve ser considerado na reestruturação em alguns segmentos, conforme pontos destacados.

Assim, há ainda a oportunidade de novos estudos envolvendo os associados e a construção de outras ferramentas de gestão.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- ABRAMOVAY, R. Uma nova extensão para a agricultura familiar. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 1997, Brasília, DF. *Anais [...]*, 1997. São Paulo: Anpocs, 1997. p. 29.
- ANDRADE, M. C.; ALVES, D. C. Cooperativismo e Agricultura Familiar: um estudo de caso. *Raimed – Revista de Administração IMED*, Passo Fundo, v. 3, n. 3, p. 194-208, 2013. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/raimed/article/view/374>. Acesso em: 2 set. 2020.
- BASSO, D. *Racionalidades Modernas e Identidades Socioprofissionais de Agricultores Familiares*. 2013. Tese (Doutorado) – UFRGS, Porto Alegre, 2013.
- BASSO, D.; GEHLEN, I. Agricultores familiares e diversos. *Revista Orbis Latina*, Foz do Iguaçu, v. 5, n. 2, ed. Esp. p. 22-38, jan./dez. 2015.
- BASSO, D.; ZIMMERMANN, S. A.; COHENE, D. J. B. El cooperativismo en la reunión especializada de agricultura familiar del Mercosur (REAF MERCOSUR): decisiones y reflexiones. *Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento*, Curitiba, v. 9, n. 5, Edição Especial Agricultura Familiar no Mercosul, p. 730-756, dez. 2020.
- BEZERRA, G. J.; SCHLINDWEIN, M. M. Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil. *Interações*, Campo Grande, v. 18, n. 1, p. 3-15, jan./mar.

2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/inter/v18n1/1518-7012-inter-18-01-0003.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

CRUZ, F. T.; SCHNEIDER, S. Qualidade dos Alimentos, Escalas de Produção e Valorização de Produtos Tradicionais. *Revista Brasileira de Agroecologia*, [Curitiba], v. 5, n. 2, p. 22-38, 2010.

FRANTZ, W. O cooperativismo e a prática cooperativa. *Perspectiva Econômica*, São Leopoldo, ano XIX, n. 51, Série Cooperativismo n. 16, p. 53-70, 1985.

GEHLEN, I. Pesquisa Tecnologia e Competitividade na Agropecuária Brasileira. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 6, jul./dez. 2001.

GOODMAN, D. The quality “turn” and alternative food practices: reflections and agenda. *Journal of Rural Studies*, Amsterdam, v. 19, p. 1-7, 2003.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, Chicago, Illinois, v. 91, n. 3, p. 481-510, nov. 1985.

KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. *Princípios de Marketing*. 15. ed. São Paulo: Pearson, 2015.

LEFF, H. *Epistemologia Ambiental*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LONG, N. Sociologia del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor. San Luis Potosi: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social/El Colegio de San Luis, 2007.

MALDENATZ, G. *História das Doutrinas Cooperativistas*. Brasília, DF: Confebrás, 2003.

NIEDERLE, P. A. Delimitando as fronteiras entre mercados convencionais e alternativos para a agricultura familiar. *Revista Extensão Rural*, Santa Maria, ano XVI, n. 18, jul./dez. 2009a.

NIEDERLE, P. A. Controvérsias sobre a noção de Indicações Geográficas enquanto instrumento de desenvolvimento territorial: a experiência do

Vale dos Vinhedos em questão. In: CONGRESSO DA SOBER, 47., 2009, Porto Alegre. *Anais [...]*. Brasília, DF: Sober, 2009b.

PORTILHO F. *et al.* A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade. *Revista Ciências Sociais e Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 99-106, 2011.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável as ciências sociais. In: BEUREN, I. M. (org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009. p. 76-97.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RODRIGUES, J. N. *et al.* 50 gurus para o século XXI. Lisboa: Centro Atlântico, 2005. Disponível em: <http://www.centroatl.pt/titulos/desafios/imagens/excerto-ca-50gurusdagestao.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

RODRIGUES, L. M. S. *et al.* O Cooperativismo como Protagonista nos Modelos de Agricultura Familiar: Estudo de Caso da Cresol no Sudoeste do Paraná. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 6., 2013, Santa Cruz do Sul. *Anais [...]*. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2013. Disponível em: <https://www.unisc.br/site/sidr/2013/Textos/108.pdf>. Acesso em: 3 set. 2020.

ROSA, S. L. C. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Local Sustentável. In: CONGRESSO DA SOBER, 37., 1999, Foz do Iguaçu. *Anais [...]*. Brasília, DF: Sober, 1999. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/outras-publicacoes/agricfamiardesenvolvlocalsustentavel.pdf>. Acesso em: 12 set. 2020.

SCARABELOTTI, M.; SCHNEIDER, S. As cadeias agroalimentares curtas e desenvolvimento local: um estudo de caso no município de Nova Veneza/SC. *Revista Faz Ciência*, Cascavel, v. 14, n. 19, p. 101-130, jan./jun. 2012.

SCHNEIDER, S. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. *Revista de Política Agrícola*, Brasília, DF, ano XVI, n. 3,

jul./ago./set. 2007. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/457/408>. Acesso em: 20 mar. 2021.

SEN, A. K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, A. A. *et al.* A utilização da matriz Swot como ferramenta estratégica: um estudo de caso em uma escola de idioma de São Paulo. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 8., 2013. São Paulo. *Anais [...]*. Resende: AEDB, 2013.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. 2. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p. 21-55.

WILKINSON, J. Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PERSPECTIVAS PARA CONSTRUÇÃO DE UM MODO DE PRODUÇÃO SOLIDÁRIO NA PANDEMIA E NO PÓS COVID-19: EMPREENDEDORISMO SOLIDÁRIO E GÊNERO

Tania Cristina Teixeira¹

Emmanuele Araújo da Silveira²

INTRODUÇÃO

Este artigo analisa a contribuição da economia solidária para o desenvolvimento humano e o bem-estar dos empreendedores solidários organizados em feiras coletivas e empreendimentos criados e gerenciados por mulheres trabalhadoras na economia informal. Enfatiza a importância das políticas públicas e do acesso à renda mediante a produção e comercialização de bens e serviços, produzidos por meio de uma estrutura que prima pela geração de renda e de oportunidades reais para aqueles que se encontram nas franjas do mercado e que participam das feiras de economia solidária. Dessa forma, objetiva analisar a economia solidária como um modo de produção que possibilita o trabalho sem vínculo empregatício e que, mesmo presente nas bases do sistema capitalista, busca outros caminhos de consolidação de um modo de produção mais condizente às necessidades de seus participantes. A pesquisa apresentada se baseia nos princípios da cooperação, da autogestão, da solidariedade e da dimensão econômica.

¹ Doutora em Economia Aplicada pela Universidad de Valencia, mestrado em Ciências Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Departamento de Economia e Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), investigadora do Nutra-Proex PUC Minas, vice-presidente do Corecon-MG.

² Bacharel em Ciências Econômicas pela PUC Minas, investigadora voluntária do Departamento de Ciências Econômicas da PUC Minas, Nutra-PUC Minas, conselheira do Corecon-MG.

Expõe a análise de resultados de uma pesquisa quantitativa e qualitativa realizada com os empreendedores solidários, com os respectivos representantes de associações e do Fórum Metropolitano de Economia Solidária de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Discute sobre o processo de fortalecimento, capacitação, formação, empoderamento das produtoras e apresenta novas perspectivas em relação à inserção mercadológica efetiva dos produtos solidários e a melhoria das condições e qualidade de vida. Apresenta os resultados alcançados em uma década de ações desenvolvidas em parceria com a Pró-Reitoria de Extensão da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Proex-PUC Minas) com instituições e membros do Fórum de Economia Solidária em âmbito regional e local. Por fim, discute se a economia solidária, através de uma construção coletiva (democrática), cooperativa e inclusiva, tem proporcionado o desenvolvimento econômico sustentável por meio de ações efetivas que almejem o desenvolvimento humano e a solidariedade, principalmente em tempos de pandemia e no pós-pandemia.

Considera-se que a dificuldade de inserção de empreendedores solidários no modo de produção competitivo (capitalista) e/ou a necessidade de complementação da renda por eles pode ser facilitada por um modo de produção que valorize o bem comum e se apresente como mais humanitário, democrático e participativo, denominado por economia solidária (ES). Conforme Caetano et al. (2016), na ES não existem as relações entre empregados e empregadores presentes no modo de produção competitivo, o que faz com que todos os sócios tanto desfrutem dos lucros quanto suportem os prejuízos. Já o modo competitivo, segundo Paul Singer (2000), tem o caráter de competição hierárquica que pode ser feroz e se tornar destrutivo.

Diferente em vários pontos de vista, a ES apresenta divergências em relação à economia capitalista principalmente no que se refere às inquisições sociais e laborais. Segundo Paul Singer (2002, p. 2), “[...] a empresa solidária nega a separação entre o trabalho e posse dos meios de produção, o que é reconhecidamente a base do capitalismo”.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (TEM), os princípios desta forma de organização social e econômica são marcados por:

cooperação, autogestão, solidariedade e dimensão econômica (BRASIL, 2008). A cooperação é sinalizada pelos objetivos e interesses em comum; a autogestão, que marca o processo de trabalho de acordo com o objetivo do empreendimento; a solidariedade, segundo a qual a distribuição dos resultados advindos do empreendimento de ES é partilhada por todo o grupo; e a dimensão econômica, que engloba a motivação para a produção.

Ao supor que os meios de produção e seus resultados sejam de propriedade coletiva, a ES reinterpreta as relações econômicas existentes atualmente. Neste contexto, permite a inclusão social de indivíduos marginalizados na sociedade – seja por exclusões do mercado de trabalho, seja por outros fatores sociais ou individuais – e promove a cidadania.

A economia solidária tem um importante papel como alternativo ao modo de produção competitivo e ao desemprego. Mas, para isso, é preciso que tenha seus princípios, fundamentos e dimensões respeitados. Desta forma, indaga-se: na atualidade, as atividades do Fórum Metropolitano de Economia Solidária de Belo Horizonte se encontram consonantes com os princípios e objetivos propostos quando do surgimento de um modo de produção solidário? Neste estudo, o Fórum Metropolitano de Economia Solidária de Belo Horizonte será objeto de análise. Para que se objetive a descrição do desenvolvimento da economia solidária no Brasil, avalia-se o posicionamento dos envolvidos no Fórum Metropolitano de Economia Solidária de Belo Horizonte ressaltando a importância dos objetivos e princípios do movimento, relacionando-os com a garantia dos princípios fundamentais estabelecidos pela Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) de 1988.

Por fim, apresentam-se as considerações finais, em uma expectativa de que este estudo possa servir de base para que a comunidade acadêmica, os governos, os membros (empreendedores) dos movimentos de ES e os Fóruns de Economia Solidária possam compreender a importância do correto seguimento de seus princípios e fundamentos. Possam discutir sobre a necessidade de se elaborar e realizar as políticas de ES sobre uma ótica discursiva e não impositiva, sendo a ES um importante mecanismo de promoção, valorização social e consolidação democrática.

ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONCEITO E DEFINIÇÕES

Inicialmente, analisa-se como a economia solidária encontra-se dentro do sistema competitivo capitalista e a relação dos princípios da cooperação, autogestão, solidariedade e dimensão econômica que a determinam nesta perspectiva solidária. O sistema competitivo é baseado no individualismo e na competição como fim maior, que em longo prazo pode se tornar feroz e destrutiva. Dentro desse sistema competitivo, situa-se o capitalismo. Este, em maior parte, utiliza o campo competitivo, no entanto, em alguns momentos, para fins de relações sociais, utiliza o campo solidário. No capitalismo, existem regras a ser seguidas que são pré-requisitos necessários para a inserção e adaptação do indivíduo, assim como em outros sistemas econômicos (SINGER, 2000).

Parte da sociedade que não se identifica com este sistema econômico (capitalismo) por diversos motivos, como a falta de qualificação exigida para o trabalho e a promoção de renda, e/ou por defender valores e fundamentos divergentes a este modelo, acaba buscando outros meios de inserção econômica (PAULA et al., 2011).

Em contrapartida ao referido sistema competitivo, tem-se o sistema solidário. Neste, mesmo com a presença da competição entre os mercados (que, aliás, não deve deixar de existir), pautam-se as concepções da cooperação e o auxílio entre os integrantes dos grupos de trabalho (SINGER, 2004).

A ES apresenta-se, portanto, como uma economia diferente do ponto de vista da competição e se mostra adaptativa às necessidades dos indivíduos, como proposta de melhorar a qualidade de vida (SINGER, 2000). Sendo, por isso, componente de um sistema solidário, em contraposição ao sistema competitivo.

Ainda segundo Singer (2008, p. 289, grifos nossos), a economia solidária é estabelecida:

Como um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central. E a autogestão, ou seja, os empreendimentos de

economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática.

Singer, em outro momento, discorrendo sobre a magnitude da ES como uma ferramenta microeconômica contra o desemprego, destaca a necessidade de se inserir os pequenos empresários num setor econômico caracterizado pela solidariedade entre os integrantes, maximizando, por consequência, suas chances de sucesso (SINGER, 1996).

Na economia solidária, a relação da heterogestão é inexistente, ou seja, todos são donos e desfrutam tanto dos ganhos quanto das perdas dos empreendimentos, assim, a participação em todas as ações, inclusive no domínio dos princípios pelos quais o movimento da economia solidária se funda, é fundamental (BENINI; FIGUEIREDO NETO, 2007).

Nesta linha, as universidades possuem um importante papel no desenvolvimento da economia solidária. A título de exemplo, tem-se a PUC Minas, que é reconhecida, por intermédio de sua Pró-Reitoria de Extensão, como uma instituição que contribui com o desenvolvimento dos empreendimentos solidários. A PUC Minas se propõe a promover anualmente, por meio do Seminário de Economia Solidária, debates sobre relações pessoais, oficinas sobre precificação, educação financeira, princípios da economia solidária, ética no mundo do trabalho, o papel das políticas públicas governamentais no desenvolvimento da economia solidária e outros temas, se comprometendo com a conscientização sobre o saber econômico e social da atualidade (PUC, 2015). Destarte, com a importância da formação dos seguidores do Movimento de Economia Solidária, tem-se os Fóruns de Economia Solidária:

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) é um instrumento do movimento da Economia Solidária, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da economia solidária como base fundamental de outro desenvolvimento socioeconômico para o Brasil. (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2015).

Os fóruns são organizados em âmbito nacional, estadual, metropolitano e municipal. O Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária considera como política o tipo de articulação entre os representantes dos empreendimentos e as organizações apoiadoras. Conjuntamente, “[...] pactuam entre si, o compromisso de atuarem de forma colaborativa no fomento da economia solidária no Estado de Minas Gerais” (QUEM SOMOS, [2017b]).

FUNDAMENTOS E DIMENSÕES DA ES NO BRASIL

No Brasil, os movimentos de ES se fortaleceram em 2002, quando o então presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, propôs políticas públicas e passou a discutir questões relacionadas à ES que, àquele momento, possibilitaram o seu fortalecimento.

Conforme André Ricardo Souza (2011, p. 176), em 2003 foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), coordenada pelo economista Paul Singer: “A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República em 2002 abriu novos horizontes. O movimento, que já contava com alguns fóruns locais e regionais, passou a se organizar nacionalmente, procurando abranger todas as unidades da Federação”.

As ações propostas e realizadas pela Senaes possuem um importante caráter frente às necessidades do movimento de ES, que vai além do suporte, do apoio e da assessoria nos grupos, mas que promove geração de trabalho e renda, consolidando-se verdadeiras políticas públicas que, como se verá no próximo subitem, permitem à ES que se mostre compatível com um Estado Democrático de Direito.

Infelizmente, em 2016, com a sublevação institucional levada a cabo por Michel Temer, atual presidente da República, a Senaes foi extinta, causando grande impacto nos grupos de ES já existentes e dificultando a entrada de novas pessoas para o movimento, bem como prejudicando a articulação dos Fóruns Nacionais, Estaduais e Regionais de ES.

Neste sentido, verifica-se o estudo de Débora Nunes (2007, p. 162) quanto à sólida essência do movimento de ES no Brasil: “[...] temos uma base da economia solidária no Brasil, que nós já construímos resultados, para que a gente possa se orgulhar deles e se animar e perseverar para dar passos adiante nas nossas conquistas”.

Com a criação da Senaes, toda a base da ES foi ampliada, o que impactou diretamente nos fóruns (já existentes), possibilitando-lhes trabalhar com os grupos as questões relacionadas aos fundamentos e às dimensões da ES.

Desta maneira, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) sustenta que os fundamentos da ES estão intrínsecos nas seguintes convicções:

a valorização social do trabalho humano,
a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica,
o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade,
a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e -os valores da cooperação e da solidariedade.
(FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2015)

Neste sentido, estabelece que a ES possui três dimensões: econômica, cultural e política. Quanto à dimensão econômica, se observa que esta se relaciona aos processos de produção, oferta de serviços, comercialização e consumo, todos fundados na cooperação. Já a dimensão cultural é caracterizada pela relação da ES com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, enraizado nos símbolos e valores da própria ES. Por fim, a dimensão política se entrelaça, como já mencionado, pela possibilidade de a ES estabelecer mecanismos de luta por sociedades mais democráticas, participativas e inclusivas (TYGEL, 2011).

ECONOMIA SOLIDÁRIA: MODO DE PRODUÇÃO COM INTERFACE À VALORIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO HUMANO

Paul Singer (2002, p. 114) discute que a ES se apresenta como mais adequada que o modo de produção capitalista pelo diferencial humanístico, justo e solidário que é proporcionado aos integrantes dos grupos:

A economia solidária poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: uma alternativa superior ao capitalismo. Superior no sentido de proporcionar as pessoas que a adotam, uma vida melhor. Vida melhor não apenas no sentido de que possam consumir mais com menor dispêndio de esforço produtivo, mas também melhor no relacionamento com familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho, colegas de estudo etc.; na liberdade de cada um de escolher o trabalho que lhe dá mais satisfação; no direito à autonomia na atividade produtiva, de não ter de se submeter a ordens alheias, de participar plenamente das decisões que o afetam; na segurança de cada saber que sua comunidade jamais o deixará desamparado ou abandonado.

Neste cenário, a ES se apresenta sobre duas vertentes: a social e a laboral. No aspecto social se apresenta como uma economia mais adaptativa às necessidades do trabalhador (empreendedor), que entende e articula mudanças em prol do bem-estar. Em referência à vertente laboral, se trata de um modelo econômico autogestionário, ou seja, onde todos são donos dos meios de produção e desta forma desfrutam dos lucros e suportam os prejuízos de forma uniforme (GAIGER, 2003).

Neste sentido, percebe-se que o movimento de ES pertence aos trabalhadores, sendo, inclusive, mecanismo de inclusão social: “O trabalho é uma forma de aprender, de crescer, de amadurecer, e essas oportunidades a economia solidária oferece a todos, sem distinção” (SINGER, 2002, p. 290).

Desta forma, a ES deve ser entendida como um modo de produção (assim como o modo competitivo), contudo, devem-lhe ser atribuídos os traços de cooperação, solidariedade, autogestão e dimensão econômica, que possuem o caráter transformador da valorização do trabalho humano, da inclusão social e da participação democrática e discursiva das pessoas em suas atividades.

O TRABALHO SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO E A INCLUSÃO DOS EMPREENDEDORES SOLIDÁRIOS

A ES pode ser um instrumento valioso que possibilite a valorização social do trabalho, a consolidação democrática e o desenvolvimento humano (em prosperidade, tanto econômica quanto social). Em vista disso, se observa que a ES possibilita esses processos por meio das relações de produção e trabalho, mas sem se enquadrar na definição legal (pela legislação brasileira) como de vínculo empregatício (SINGER, 2002).

Empreendimentos solidários visam à inclusão nas relações de trabalho das pessoas que por qualquer motivo (por suas vontades ou não) não se adequaram às relações de emprego definidas no Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT):

Art. 3º – Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.

Parágrafo único – Não haverá distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, nem entre o trabalho intelectual, técnico e manual. (BRASIL, [2017], grifo nosso)

A natureza jurídica da relação de emprego é assim definida por Sérgio Pinto Martins (2012, p. 139): “Da definição de empregado é preciso analisar cinco requisitos: (a) pessoa física; (b) não eventualidade na prestação de serviços; (c) dependência; (d) pagamento de salário; (e) prestação pessoal de serviços” (MARTINS, 2012, p. 139).

De acordo com Singer (2003), a ES busca criar um grupo para empreender solidariamente, no qual as pessoas defendem seus direitos e respondem pelos seus deveres como participantes do sistema atual, mas de formas diferentes, caracterizadas pela noção da coletividade e igualdade.

Deste entendimento, percebe-se que os empreendedores de ES não atuam sob a ótica de uma relação de emprego nos moldes da CLT e pelo ensinado por Martins, em razão de não possuírem pagamento salarial, subordinação jurídica a um empregador nem exigência de habitualidade na prestação da mão de obra a este.

Assim, a ES é vista por essa parcela da população como uma forma de gerar renda e trabalho para pessoas que se encontram em operações não regularizadas profissionalmente (seja por terem sido excluídas pelo mercado, ou por terem assim optado) no âmbito empregatício.

A ES pode, portanto, ser qualificada pelo termo “outra economia”, tratando-se do retorno da indisponibilidade do mercado para todos:

Trata-se em essência de um tipo de resposta à exclusão do mercado de trabalho, visto ainda pela maioria dos trabalhadores engajados como algo temporário até que um emprego formal surja ou reapareça. Através dos chamados empreendimentos solidários, trabalhadores, desempregados e marginalizados vem obtendo um meio de sustento e parecem redefinir suas identidades sociais. (SOUZA, 2011, p. 2, grifo nosso)

Assim, os empreendedores solidários não se submetem juridicamente a nenhum empregador, ou seja, não possuem vínculo empregatício, sendo o movimento uma forma de conseguirem trabalho e renda e certa promoção e inclusão social, por si próprios.

PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO E DIVISÃO DOS LUCROS SOLIDÁRIOS

Nos empreendimentos de ES, não há a distribuição de lucros habitualmente conhecida no modo de produção capitalista – ou seja, aquela proporcional à participação dos sócios ou dos cotistas no capital social da empresa. Na ES, todos são donos do empreendimento. Trabalho e capital estão no mesmo plano, desta forma, todos os ganhos em decorrência da produção são divididos igualmente entre os integrantes dos grupos (SINGER, 2002).

Com o objetivo de dividir os ganhos anuais, os grupos de ES fazem a partilha do excedente anual:

O excedente anual – chamado «sobras» nas cooperativas – tem a sua destinação decidida pelos trabalhadores. Uma parte, em geral, destina-se ao reinvestimento e pode ser colocada num fundo «indivisível», que não pertence aos sócios individualmente, mas apenas ao coletivo deles. Outra parte, também reinvestida, pode acrescer o valor das cotas dos sócios, que têm o direito de sacá-las quando se retiram da empresa. O restante das sobras é em geral destinado a um fundo de educação, a outros fundos «sociais» (de cultura, de saúde, etc.) e eventualmente à repartição entre os sócios, por critérios aprovados por eles. Portanto, o capital da empresa solidária não é remunerado, sob qualquer pretexto, e por isso não há «lucro» pois este é tanto jurídica como economicamente o rendimento proporcionado pelo investimento de capital. (SINGER, 2002).

Os empreendimentos de ES podem ser classificados como grupos informais, associações, cooperativas (cooperativa de produção, comercialização, consumo, crédito) e sociedades mercantis, conforme dados apresentados pelo Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária (Sies) através do Atlas da Economia Solidária (2014).

Todas as modalidades apresentadas têm em comum os esforços mútuos em prol dos grupos, baseados na cooperação, na solidariedade, na autogestão e na dimensão econômica.

Além das modalidades apresentadas acima, há os clubes de troca, ou seja, quando um grupo de pessoas se organiza para trocar bens e/ou serviços. Para Singer (2008), os clubes de troca vão além de satisfazer as necessidades das pessoas em relação à permuta dos produtos de que precisam, pois atingem também a socialização das pessoas com a troca de ideias:

E esse grupo tem um traço em comum: eles não conseguem vender seus serviços na medida em que gostariam, todos têm capacidade ociosa. Então se reúnem, geralmente uma vez por mês, e cada um diz o que faz, o que pode fazer e de que bens ou serviços tem necessidade. Não são serviços apenas; um violão que não está sendo usado ou um aposento vago podem ser alugados para quem deles estiver precisando. Depois que as

peçoas enunciaram suas ofertas e demandas, elas entram em processo de troca.

Caetano et al. (2016) ressaltam que outra característica da ES é a produção artesanal, que se consolida com papel de destaque, sendo, sob este ponto de vista, uma manifestação cultural. Os envolvidos podem mostrar sua produção em feiras de economia solidária e ambientes marcados pela troca de experiências entre os feirantes e os visitantes. As feiras solidárias são pontos de distribuição e escoamento da produção.

Contudo, é possível existirem práticas de ES através de ações individuais de homens e mulheres à margem de atividades com certificação profissional, que detinham, primordialmente, a necessidade de obter renda em um curto espaço de tempo. Estas atividades tornaram-se necessárias na maioria das vezes por motivos de subsistência, tomando eles tais ações como uma alternativa ao desemprego naquele momento. Destaca-se que: “[...] as características do empreendedorismo não são de suma relevância, pois o que se vê é que os homens e mulheres que se unem nesses empreendimentos o fazem sob um caráter emergencial e em atividades de baixa qualificação profissional e técnica” (CORNELIAN, 2006, p. 56).

Neste sentido, por possibilitar a ES a participação nas sobras de todos os envolvidos na produção dos serviços e produtos e por ser, sobretudo, um mecanismo de subsistência, manifestação cultural e valorização do trabalho e da renda, é que se destaca a sua importante adequação ao Estado Democrático de Direito instituído pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o que se passa a demonstrar a seguir.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 PELA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Da análise dos princípios, fundamentos e dimensões da ES, surge a necessidade de se analisá-la sob a ótica dos Princípios Fundamentais do Estado Brasileiro, instituídos pela CRFB/88. Em um contexto de Estado

Democrático de Direito, a leitura em acordo com a democracia não poderia ser deixada de lado, afinal, a observância e a análise das atividades humanas não são afastadas de seu contexto histórico e paradigmático (NUNES, 2008).

Isso porque a ES tem importante papel na fomentação da valorização do trabalho humano e, por consequência, da livre iniciativa, na medida em que fornece aos empreendedores as possibilidades de, por si, organizarem seus movimentos e empreendimentos. E é nesta linha que se entende sua íntima ligação com os Princípios Fundamentais do Brasil e o próprio Paradigma Democrático de Direito.

Observa-se que a ES se relaciona com a garantia dos Princípios Fundamentais elencados na Constituição Cidadã de 1988, que assim são definidos em um primeiro momento:

TÍTULO I

Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I-a soberania;

II-a cidadania

III-a dignidade da pessoa humana;

IV-os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V-o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição. (BRASIL, 1988, grifos nossos)

Neste sentido, a ES contribui para a valorização social do trabalho e da livre iniciativa, como uma alternativa à exclusão gerada pelo mercado de trabalho capitalista (SOUZA, 2011). Além de, em certa medida, ser um dos instrumentos (caminhos) para o fortalecimento da dignidade humana e da cidadania daqueles que integram os movimentos, em razão de lhes possibilitar uma vida melhor e construtiva das decisões sobre o movimento de ES (SINGER, 2002).

Com isso, a organização, o planejamento e a execução dos projetos e das políticas públicas em economia solidária devem ser discutidos sob uma ótica procedimental. Isto é, com a contribuição do Estado (mas não imposta por este), dos fóruns, dos movimentos, das universidades, das pessoas que integram os movimentos, enfim, em uma perspectiva onde público e privado se pressupõem mutuamente (NUNES, 2008).

Assim, a cidadania dos participantes da ES seria respeitada a partir de uma construção procedimental dos objetivos e políticas relacionadas à ES, pois com Habermas visualiza-se uma construção discursiva e coletiva das decisões, o que se mostra compatível com a lógica democrática instituída pela CRFB/88: “No espaço procedimental discursivo criado, será possibilitada a livre flutuação de temas e de contribuições, de informações e de argumentos na formação falível da deliberação” (HABERMAS, 2008 apud NUNES, 2007 p. 22).

Por fim, mas de mesma importância, a ES é adequada sob uma ótica de respeito à dignidade da pessoa humana. A ES possibilita às pessoas com deficiência o acesso a uma fonte de renda pela sua iniciativa e o seu trabalho (PINHO, 2015). Além de garantir renda àquelas pessoas que não se adequaram ao mercado de trabalho formal (com vínculo empregatício), seja por serem marginalizados pelo mercado ou por outros fatores (BRASIL, 2015).

ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO DE CASO EM BELO HORIZONTE: A FEIRA DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA DA PUC MINAS – 10 ANOS DE RESISTÊNCIA

A Feira de Economia Solidária da PUC Minas teve início por meio da Campanha da Fraternidade, cujo tema foi “Economia e Vida”. O evento teve como objetivo colaborar com a promoção de uma economia a serviço da vida humana, fundada em uma cultura de não violência “[...] a partir do esforço conjunto das igrejas cristãs e de pessoas de boa vontade, para que todos contribuam com a construção do bem comum, em vista de uma sociedade sem exclusão” (CAMPANHA, 2010).

A Feira acontece anualmente como uma parceria entre a Proex da PUC Minas, o Vicariato Episcopal para Ação Social e Política da Arquidiocese de Belo Horizonte (Aspa), o Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária e a Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (Sedese) do Governo de Minas Gerais (CAETANO et al., 2016; CAMPANHA, 2010). Tem como objetivo a exposição dos produtos artesanais dos participantes e:

A proposta de transformar a feira em um espaço de produção, reflexão e socialização do conhecimento relacionado ao movimento de economia popular solidária, sendo um catalisador para o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos solidários e para o aprimoramento das políticas públicas governamentais. (FEIRA, 2015)

Desse modo, a Feira de Economia Solidária, seguindo as suas próprias bases, busca expandir as atividades econômicas e discutir com os indivíduos participantes sobre o contexto, princípios, fundamentos e dimensões da ES, desde os expositores até os visitantes do evento, que são os alunos, os profissionais da PUC Minas (professores e corpo técnico-administrativo) e o público externo.

Em relação à escolha dos expositores da feira, a Proex ressalta que ela parte dos integrantes do próprio movimento, que, de forma democrática, decidem quais empreendimentos de economia solidária (EES) vão ser representados a cada ano na PUC Minas, de modo que os critérios não são definidos pela universidade.

O evento se propõe a orientar os feirantes na produção de artesanatos e seminários para debater sobre temas relevantes para a promoção da economia solidária. Nesse sentido, o Núcleo do Trabalho e Produção (Nutra), órgão da Proex, que atualmente organiza o evento, realiza a cada ano oficinas para auxiliar os expositores em assuntos relevantes para seu trabalho, como mensuração de seus custos e precificação de seus produtos, gestão e legislação. Além disso, durante o evento, a universidade propõe o debate sobre relações pessoais, ética no mundo do trabalho,

o papel das políticas públicas governamentais no desenvolvimento da economia solidária, apoio aos empreendimentos do movimento, bem como possibilita a compreensão dos princípios e fundamentos da ES, entre outros temas (FEIRA, 2015).

De acordo com Belmiro Alves, Vicariato Episcopal para Ação Social e Política da Arquidiocese de Belo Horizonte, a economia popular solidária possui um papel importante para o desenvolvimento de uma sociedade:

Acreditamos que a ES é, além de uma alternativa de produção diferente da que o mercado pratica, fundamental na questão do desemprego, pois tem capacidade de, conjuntamente com as pessoas, absorver o impacto do mercado, o que uma empresa normal não tem. Nesse contexto, enquanto uma empresa demitiria trabalhadores, a Economia Popular Solidária compartilha a redução de ganhos, mas não abandona ninguém. A EPS é um instrumento fundamental de inclusão social, disse. (FEIRA, 2016)

Desse modo, pode-se afirmar que o objetivo da universidade é contribuir com a consolidação de empreendimentos que possam estimular o empoderamento dos expositores na sua busca por “[...] melhoria das condições de vida, não só material, mas também de participação, liberdade, tomada de decisões, mobilização política” (PUC, 2016b) e incluir na sociedade os indivíduos que se encontram excluídos e/ou marginalizados. Conhecer o perfil dos expositores da Feira de Economia Solidária da Proex-PUC Minas é importante para compreender se eles se adéquam aos princípios e fundamentos da ES e se a universidade tem cumprido sua função, em uma ótica discursiva (conforme se defendeu nos itens anteriores deste estudo) de construção e fortalecimento dos movimentos em ES.

PERFIL DOS EXPOSITORES E DOS EMPREEDIMENTOS

O levantamento de dados, realizado em 2016, 2017 e 2018, demonstrou que a maior parte dos empreendedores solidários participantes do Fórum Metropolitano de Economia Popular Solidária de Belo Horizonte são do sexo feminino: 80%, 78% e 88%, respectivamente (Tabela 1).

Tabela 1 – Perfil do empreendedor solidário.

	2016			2017			2018			Total Geral
	Masculino (n= 7) 20%	Feminino (n= 28) 80%	Total	Masculino (n= 9) 23%	Feminino (n= 31) 78%	Total	Masculino (n= 6) 12%	Feminino (n= 45) 88%	Total	
Idade (anos)	46,71 (24-61)	54,82 (17-82)	50,76	50,44 (26-69)	51,22 (25-80)	50,83	49,4 (21-70)	49,26 (18-81)	49,33	50,3
Cor (%)										
Branco	14,29%	28,57%	42,86%	22,22%	38,71%	60,93%	16,67%	26,67%	43,33%	24,52%
Pardo	14,29%	42,86%	57,14%	33,33%	29,03%	62,37%	50,00%	44,44%	94,44%	35,66%
Negro	57,14%	28,57%	85,71%	22,22%	22,58%	44,80%	33,33%	28,89%	62,22%	32,12%
Indígena	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	-
Outros	14,29%	-	14,29%	22,22%	9,68%	31,90%	-	-	0,00%	7,70%
Estado civil (%)										
Solteiros	14,29%	28,57%	42,86%	22,22%	29,03%	51,25%	33,33%	17,78%	51,11%	24,20%
Casados	42,86%	42,86%	85,71%	66,67%	38,71%	105,38%	50,00%	51,11%	101,11%	48,70%
Separados/divorciados	14,29%	21,43%	35,71%	-	16,13%	16,13%	16,67%	8,89%	25,56%	12,90%
Viuvo	-	3,57%	3,57%	11,11%	6,45%	17,56%	-	13,33%	13,33%	5,74%
União Estável	28,57%	3,57%	32,14%	-	9,68%	9,68%	-	8,89%	8,89%	8,45%
Escolaridade (%)										
Não possui escolaridade	-	3,57%	3,57%	-	3,23%	3,23	-	-	-	1,13%

	2016			2017			2018			Total Geral
	Masculino (n= 7) 20%	Feminino (n= 28) 80%	Total	Masculino (n= 9) 23%	Feminino (n= 31) 78%	Total	Masculino (n= 6) 12%	Feminino (n= 45) 88%	Total	
Idade (anos)	46,71 (24-61)	54,82 (17-82)	50,76	50,44 (26-69)	51,22 (25-80)	50,83	49,4 (21-70)	49,26 (18-81)	49,33	50,3
Ensino Fundamental incompleto;	-	14,29%	14,29%	22,22%	9,68%	31,90%	16,67%	15,56%	32,22%	13,07%
Ensino Fundamental completo	14,29%	10,71%	25,00%	-	6,45%	6,45%	-	8,89%	8,89%	6,72%
Ensino Médio incompleto	-	21,43%	21,43%	11,11%	6,45%	17,56%	50,00%	13,33%	63,33%	17,05%
Ensino Médio completo	28,57%	39,29%	67,86%	22,22%	45,16%	67,38%	16,67%	33,33%	50,00%	30,87%
Ensino Superior incompleto	57,14%	-	57,14%	33,33%	6,45%	39,78%	16,67%	4,44%	21,11%	19,67%
Ensino Superior completo	-	10,71%	10,71%	11,11%	22,58%	33,69%	-	17,78%	17,78%	10,36%
Pós-graduado	-	-	-	-	-	-	-	6,67%	6,67%	1,11%

Fonte: elaboração própria.

Esse número expressivo de mulheres em relação à população dos homens no movimento de economia solidária se justifica em que:

A identidade do homem trabalhador está vinculada ao trabalho assalariado formal. Sendo assim, sua participação nos grupos pode ser vista como transitória. Ao passo que as representações dominantes sobre a identidade feminina, ligada ao papel de mãe, esposa, dona de casa, as aproxima dos grupos que se reúnem na vizinhança do espaço doméstico, que operam com lógicas e valores mais próximos aos seus costumes. (NOBRE, 2003).

Em relação à faixa etária média dos empreendedores (50 anos), verifica-se que já estão acima da meia idade, considerando que a expectativa de vida do brasileiro é de 75,8 anos, conforme dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (MARLI, 2017). A forte presença deles nos grupos pode ser justificada pela necessidade de complementação de renda, assim como ter uma atividade de socialização de ideias, conversar e não ficar ociosos.

Nota-se que a grande maioria se declara em 2016, 2017 e 2018 como negros, representando, respectivamente, 85,71%, 44,80 % e 62,22%, e pardos, representando 57,14%, 62,37% e 94,44%, respectivamente. Esses números divergem da realidade do país, posto que os negros e pardos representam 46,7% da população (SARAIVA, 2017), assim como diverge da amostragem de Belo Horizonte, onde os negros e pardos representam 52,05% da população (PANORAMA, [2018]). No entanto, nos movimentos de ES, especialmente de Belo Horizonte, onde se realizou este estudo, se verifica que, nos três anos da amostragem, os negros e pardos representam 67,78% dos participantes do movimento, o que possibilita demonstrar o abismo social racial brasileiro, posto que, conforme se explicou na terceira seção, a ES serve como mecanismo de valorização social do trabalho e da própria mudança da perspectiva de vida daquelas pessoas que (por motivos diversos) não se adequaram ao mercado de trabalho competitivo (ou por ele não foram aceitas), servindo, assim, a ES de meio para a garantia de suas dignidades.

Sobre a escolaridade, grande parte dos entrevistados afirmou possuir ensino médio incompleto ou completo. O estudo aponta que as mulheres apresentam uma escolaridade superior em relação aos homens, entre os quais predominam pessoas com ensino fundamental completo ou incompleto.

Figura 1 – Nível de renda familiar.



Fonte: elaboração própria.

A Figura 1 revela que, dentre as alternativas descritas, em 2018 a que mais influenciou os expositores a optarem pelas atividades artesanais foi a possibilidade de estas gerarem fontes complementares de renda, uma vez que 52% dos expositores enxergam a economia solidária como uma fonte complementar de renda nesse ano, contra 43% em 2016 e 32% em 2017. A flexibilidade de horários permite que, mesmo que o expositor encontre um emprego formal, não seja necessário abandonar definitivamente seu EES.

AVALIAÇÃO QUALITATIVA DOS EMPREENDEDORES SOLIDÁRIOS A PARTIR DA PERSPECTIVA DA LIDERANÇA DO FÓRUM DE ECONOMIA SOLIDÁRIA PRESENCIAL E NA PANDEMIA DE COVID-19

A entrevista realizada com uma das lideranças do Fórum Metropolitano de Economia Solidária tem o intuito de retratar o posicionamento das lideranças em relação aos desafios enfrentados por estes empreendedores nos dias de hoje. A representante escolhida foi indicada pelos participantes dos empreendimentos solidários e expositores da Feira de Economia Solidária da PUC Minas. A sra. Neuza Maria Ferreira é integrante do EES Oficina das Bolsas e secretária do Fórum de Economia Popular de Belo Horizonte. Iniciou sua trajetória no Movimento de Economia Solidária em 2002, quando, desempregada e com dificuldades financeiras, decidiu participar de um projeto da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte intitulado “Mulher com geração de renda”. Ela destaca em seu depoimento que desde que entrou no movimento “[...] a vida mudou completamente” (Entrevistada 1, 2018, informação verbal). Hoje ela se enxerga como uma mulher “forte, batalhadora e decidida” (Entrevistada 1, 2018, informação verbal).

Para a sra. Neuza, o maior obstáculo que o movimento de economia solidária encontra em Belo Horizonte é interno: falta a união dos integrantes para que suas reivindicações de políticas públicas voltadas para esta forma organizacional sejam atendidas. Segundo ela, muitos EES se preocupam demasiadamente com o próprio negócio, negligenciando a busca por incentivo do poder público e demais órgãos à economia solidária. Para ela, é fundamental que todos se engajem para assegurarem que as conquistas almejadas pelo movimento não deixem de acontecer. Assim, ressalta que é necessário que o movimento resgate alguns dos princípios da economia solidária, tais como objetivos e interesses em comum, bem como a luta conjunta para alcançá-los.

Em momentos de crise econômica, como a vivenciada pelo Brasil nos anos recentes, a Feira de Economia Solidária da PUC Minas é fundamental para a ES de Belo Horizonte, de acordo com Neuza, pois permite

aos artesãos expor seus produtos manufaturados, captando clientes que realizam compras no local ou em momento posterior – é frequente que clientes e empreendedores troquem número de telefone e contato em redes sociais, possibilitando a fidelização. Nesse sentido, a experiência de troca de saberes entre universidade e o movimento de economia solidária se torna, então, mais que financeira e laboral, mas social.

Nessa perspectiva, ela ressalta que a feira proporciona aos EES que ali expõem uma boa oportunidade de vendas, uma vez que a universidade possui um grande fluxo diário de alunos e professores. No entanto, ela destaca que a PUC Minas possui um papel que vai além da cessão de espaço para exposição de produtos advindos da economia solidária: as discussões, conversas, cursos e capacitações oferecidos tanto por meio do Seminário de Economia Solidária quanto os realizados por projetos de extensão são importantes para o movimento.

A entrevistada afirma que as capacitações oferecidas pela PUC Minas ajudam os integrantes de EES a promover autovalorização, valorização de seus produtos e superação de limites e dificuldades, uma vez que acadêmicos possuem percepções distintas quanto à resolução de problemas e conflitos que auxiliam no funcionamento de empreendimentos.

Ela ressalta que a troca de saberes, experiências e oportunidades gera grande proveito na interação entre o movimento e a PUC Minas. Da mesma maneira que a PUC fornece capacitação e espaço para divulgação da economia solidária, os EES oferecem à PUC Minas a possibilidade de realizar pesquisas e estudos sobre o tema, oportunidades de estágio para estudantes e até mesmo oficinas – a própria Neuza já participou como oficina na PUC Minas.

Quando questionada sobre a vantagem da universidade em relação a outros órgãos que apoiam a economia solidária, tais como o Estado e ONGs, Neuza acredita que as universidades possuem maior autonomia financeira e/ou flexibilidade, de modo que há maior possibilidade de demandas do movimento serem atendidas e com menos burocracia. Em relação ao governo, Neuza ressalta que há muito interesse político por trás de suas

ações. Assim, o fato de que o envolvimento da universidade com o público externo tem como finalidade última a democratização do conhecimento, independentemente dos resultados financeiros, é um ponto positivo.

Quanto à melhoria financeira proporcionada aos integrantes de economia solidária, Neuza ressalta que os ganhos são reais: apesar da inconstância da receita advinda do EES, sua melhor situação financeira é a atual, o que lhe permite maior controle de suas finanças e um capital de giro para seu EES, além de realizar compras à vista.

Diante das entrevistas, entende-se que a ES possibilita, sobretudo, a independência pessoal, profissional e financeira, assim como a inclusão social. Todavia, os empreendedores solidários distribuem o resultado do trabalho de forma equânime e consideram as necessidades dos participantes das iniciativas dos empreendimentos realizados sob a ótica da cooperação e da solidariedade, com vistas a uma sociedade que prime pelo bem comum.

A ES é, antes de tudo, uma importante construção para a valorização social do trabalho humano, da promoção da dignidade humana e da cidadania, consolidando, portanto, princípios democráticos e geração de trabalho e renda.

Todavia, na atualidade, as empreendedoras sociais enfrentam fortes dilemas decorrentes da pandemia covid-19 e muitas estão impedidas de comercializar no sistema de feiras solidárias, enquanto outras estão sem condições de produzir devido à escassez de produtos e o custo crescente da produção. É neste cenário adverso que as empreendedoras solidárias traçam novos caminhos e almejam entrar no mercado virtual e investem na capacitação, na redefinição de novos produtos e no acesso a um mercado que requer o uso de novas tecnologias e domínio de outras linguagens, até então tão distanciadas no mundo do negócio solidário. Em maio, realizou-se mais um encontro de economia solidária com o grupo mencionado acima. As empreendedoras preocupadas com a pandemia e o pós-pandemia buscam desenvolver meios de estabelecer novos contatos com os consumidores, desenvolvem formação na área do *design*, do acesso a rede e plataformas de divulgação e de exposição de produtos com vistas a superar as barreiras do

isolamento e da queda efetiva da renda. No entanto, a informalidade e a falta de incentivos por parte do setor governamental, a situação de vulnerabilidade social e econômica continuam a ser grandes dilemas apresentados por todas elas. Verifica-se que o cenário é de incerteza, principalmente para os segmentos sociais que trabalham nas franjas do sistema capitalista. Em função disso, muitas empreendedoras almejam a construção e consolidação de um modo de produção solidário, mesmo que utópico, mesmo que tardio, cujo motor são a solidariedade e a cooperação que visam o bem comum e o bem viver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado demonstrou que a economia solidária é um modo de produção fundado nos princípios da cooperação, da autogestão, da solidariedade e da dimensão econômica, possibilitando aos seus empreendedores a inclusão e a valorização social por meio do trabalho, se mostrando compatível com a ordem democrática instituída pela CRFB/88.

Seus fundamentos são baseados na valorização social do trabalho humano, buscando sempre uma relação harmoniosa dos empreendimentos, garantindo o respeito de gênero e à natureza. As dimensões econômicas, políticas e culturais definem os valores do movimento de forma uniforme e democrática.

Percebemos que é importante alinhar os princípios da ES (cooperação, solidariedade, autogestão e dimensão econômica) ao processo formativo do empreendedor solidário, possibilitando, assim, desenvolver a ES com geração de trabalho, renda e cidadania.

Acreditamos que as universidades e os fóruns de economia solidária possuem importante papel nesse processo de formação de base dos empreendedores, pois são seus participantes que constituirão a ES e a disseminarão.

Sobre este ponto, reforçamos no estudo a necessidade de que a formação, a construção e a realização das políticas públicas em ES, assim como a própria formação dos empreendedores, não devem ser impostas, isto é,

devem ser construídas discursivamente com o suporte e a contribuição de todos (Estado, empreendedores, universidades, fóruns, dentre outros).

A ES caracterizada pelos princípios delineados acima pode ser considerada como um modo de produção solidário (não competitivo) e que possui o caráter de estabelecer a união e a inclusão social, não fazendo sentido que suas políticas sejam criadas e impostas de maneira arbitrária. Além dos princípios, observamos que os fundamentos que valorizam o trabalho humano devem respeitar as necessidades das pessoas, além das dimensões econômica, cultural e política da ES.

Assim, a construção coletiva de uma valorização social do trabalho humano permite uma estrutura organizacional horizontal, ou seja, em que não existe a relação de emprego nos moldes da CLT, e todos os integrantes dos grupos são donos do empreendimento e desfrutam, conjuntamente, dos lucros e compartilham os prejuízos. Essa característica faz com que a ES seja denominada também como uma “outra economia” que permite a inclusão dos que não se adaptaram nos moldes do modo de produção competitivo.

Verifica-se que o Estado tem um papel contributivo junto aos empreendedores solidários através de políticas públicas de ES, marcadas por convênios com prefeituras, facilitação de acesso a fundos públicos e criação de fundos de fomento a estes empreendimentos.

Percebe-se que a extinção da Senaes foi marcada como um retrocesso na valorização do trabalho humano dentro da perspectiva da ES no Brasil.

Verificamos que a ES em Belo Horizonte encontra-se, apesar da atual conjuntura de incertezas e crises política, econômica e cultural, em crescimento. Principalmente em relação às mulheres, que muitas das vezes veem a ES como espaço de “expansão de liberdades”.

Assim, o estudo apontou que a ES é um modo de produção que se amalgama ao modo de produção capitalista, porém almeja a destruição de amarras e das restrições que a competição imperfeita impõe através do fortalecimento, do empoderamento e dos laços solidários estabelecidos por estes empreendedores de negócios e de produtos solidários.

A ES pode ser considerada como um forte motor de um movimento econômico e social, na medida em que possibilita aos seus empreendedores e, por consequência, à própria sociedade consolidar os direitos e garantias fundamentais instituídos pela CRFB/88.

Neste sentido, pode-se concluir que a ES se apresenta como um importante mecanismo de valorização social do trabalho, como garantidora da dignidade humana e da cidadania, mostrando-se, portanto, compatível com o Estado Democrático de Direito em âmbito nacional e local. Mesmo em períodos de grave crise econômica e sanitária, como a que assola o nosso país, as empreendedoras solidárias resistem motivadas seja pela mais pura necessidade, seja pela utopia de consolidar outro modo de produção pautado pela cooperação, pela valorização do trabalho humano e pelos laços de solidariedade em tempos pandêmicos.

REFERÊNCIAS

ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA. 2014. Disponível em <http://atlas.sies.org.br/sobre.html>. Acesso em 31 de maio de 2022.

BALESTRIN, A.; VERSCHOORE, J. *Redes de cooperação empresarial: estratégia de gestão na nova economia*. 2. ed. Porto Alegre: Bookmam, 2016. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=8EbiDAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT28&dq=coopera%C3%A7%C3%A3o&oto=mLFLQ_6Joc&sig=2l-ekLGPTPDw88ukzubElaolO24#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 18 nov. 2017.

BENINI, E. G.; FIGUEIREDO NETO, L. F. Desemprego e Economia Solidária: Repensando a Autogestão. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 4., 2007, Resende. *Anais...* Resende: AEDB, 2007. p. 1-12. Disponível em: http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos07/1412_Economia_Solidaria_Seget.pdf. Acesso em: 12 mar. 2017.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: de 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *I Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária*: documento final. Brasília: TEM; Senaes; SPPE; DEQ, 2006. Disponível em: http://base.socioeco.org/docs/i_oficina_nacional_formacao_educacao_em_economia_solidaria.pdf. Acesso em: 3 abr. 2017.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *O que é economia solidária?* 2008. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>. Acesso em: 25 nov. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Economia Solidária. *Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019)*. Brasília, DF: Conaes, 2015.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943*. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Rio de Janeiro: Presidência da República, [2017]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm. Acesso em: 1 out. 2017.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Ministério do Trabalho. *Avanços e desafios para as políticas públicas de Economia Solidária no governo federal – 2003/2010*. Brasília, DF: Senaes/MTE, 2012.

CAETANO, A. A. *et al.* Economia solidária: cooperação, adesão e mobilidade social. In: SEMINÁRIO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 10., MOSTRA DE EXTENSÃO DA PUC MINAS, 1., 2016, Belo Horizonte. *Anais [...]*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2016. *E-book*.

CAMPANHA da Fraternidade será aberta no dia 18 na PUC Minas. *PUC Informa*, 11 fev. 2010. Disponível em: <http://www2.pucminas.br/pucinforma/material.php?codigo=5972>. Acesso em: 10 abr. 2017.

CARNEIRO, V. G. *Da dimensão econômica à dimensão política: a economia solidária sob a perspectiva do conflito social*. 2006. 150 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/>

VCSA-6WHHQU/disserta o_vanderson.pdf?sequence=1. Acesso em: 27 nov. 2017.

CORNELIAN, A. R. *Concepção de “economia solidária” em Paul Singer: descompassos, contradições e perspectivas*. 2006. Dissertação (Pós-Graduação em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006. Disponível em: http://portal.fclar.unesp.br/possoc/teses/anderson_ricardo_cornelian.pdf. Acesso em: 4 set. 2017.

FAGUNDES, R. C. *Economia solidária: uma alternativa ao desemprego*. 2003. 159 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

FEIRA e Seminário de Economia Popular Solidária. *PUC Informa*, 1º maio 2015. Disponível em: <http://www2.pucminas.br/pucinforma/materia2.php?codigo=1220&materia=20098>. Acesso em: 15 mar. 2017.

FEIRA e Seminário de Economia Popular Solidária. *PUC Informa*, 26 abr. 2016. Disponível em: <http://portal.pucminas.br/pucinforma/materia2.php?codigo=975&materia=17200>. Acesso em: 3 jun. 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. *Carta de princípios da economia solidária*. [Brasília, DF: FBES], 2015. Disponível em: http://cirandas.net/articles/0030/2526/carta_de_principios_do_FBES.pdf. Acesso em: 27 nov. 2017.

FRANCISCO, Papa. Discurso do Papa Francisco aos participantes no encontro mundial dos movimentos populares. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 28 out. 2014. Disponível em: https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2014/october/documents/papa-francesco_20141028_incontro-mondiale-movimenti-popolari.pdf. Acesso em: 20 nov. 2017.

FUKUDA-PARR, S.; SHIVA KUMAR, A. K. (eds.). *Desenvolvimento humano: leituras selecionadas*. Belo Horizonte: PUC Minas Virtual; PNUD, 2007.

GAIGER, L. I. G. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. *Caderno CRH*, Salvador, n. 39, 2003.

GAIGER, L. I. G. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 28, n. 82, jun. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v28n82/v28n82a13.pdf>. Acesso em: 8 set. 2017.

GONÇALVES, B. F.; PEDRON, F. Q. *O poder judiciário e(m) crise*. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2007.

LECHAT, N. M. P. As raízes históricas da economia solidária no Brasil. In: BARCELLOS, E. S.; RASIA, P. C.; SILVA, E. W. da. *Economia solidária: sistematizando experiências*. Ijuí: Unijuí, 2010.

MARLI, M. Expectativa de vida do brasileiro sobe para 75,8 anos. *Agência IBGE notícias*, 1º dez. 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18469-expectativa-de-vida-do-brasileiro-sobe-para-75-8-anos.html>. Acesso em: 10 maio 2018.

MARTINS, S. P. *Direito do trabalho*. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MAZZEU, F. J. C.; DEMARCO, D. J.; KALIL, L. (org.). *Economia solidária e trabalho*. São Paulo: Unitrabalho-Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho; Brasília, DF: Ministério da Educação; Secad, 2007. (Coleção Cadernos de EJA.). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/04_cd_al.pdf. Acesso em: 8 ago. 2017.

MOTTA, F. C. P. *Burocracia e autogestão: a proposta de Proudhon*. 1980. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – FGV, São Paulo, 1980. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/11153>. Acesso em: 20 out. 2017.

NOBRE, M. Mulheres na economia solidária. In: CATTANI, A. D. (org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 14-20. Disponível em: <http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2015/07/MULHERES-NA-ECONOMIA-SOLIDARIA-Miriam-Nobre.pdf>. Acesso em: 22 maio 2018.

NUNES, D. Formação: um outro mundo é possível e está em construção. In: KRAYCHETE, G.; AGUIAR, K. (org.). *Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação*. São Leopoldo: Oikos, 2007.

NUNES, D. J. C. *Comparticipação e policentrismo: horizontes para a democratização processual civil*. 2008. 219 f. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: file:///C:/Users/926629/Downloads/Nunes%20-%20Tese%20-%20Processo%20Jurisdicional%20Democr%C3%A1tico%20(1).pdf. Acesso em: 20 nov. 2017.

PANORAMA [de Belo Horizonte]. IBGE, [2018]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/belo-horizonte/panorama>. Acesso em: 13 maio 2018.

PAULA, A. P. P. de. *et al.* A economia solidária e a questão do imaginário: em busca de novas perspectivas. *Revista Eletrônica Organizações e Sociedade*, Iturama, v. 18, n. 57, p. 323-333, jun. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302011000200007. Acesso em: 15 fev. 2017.

PINHO, K. L. R.; MACHADO, M. L. Economia Solidária e a produção de cidadania na saúde mental: um estudo dos dispositivos de inclusão social pelo trabalho no estado de São Paulo. In: CONGRESSO DE PESQUISADORES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, 1., 2015, São Carlos. *A economia Solidária e os desafios globais do trabalho*. São Carlos: Edufscar, 2017.

PNAD CONTÍNUA: 10% da população concentravam quase metade da massa de rendimentos do país em 2017. *Agência IBGE notícias*, 11 abr. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/20843-pnad-continua-10-da-populacao-concentravam-quase-metade-da-massa-de-rendimentos-do-pais-em-2017.html>. Acesso em: 15 maio 2018.

PRATES, C. de S. *et al.* Solidarityeconomy as publicpolicy for fighting unemployment: implications for brazilianagriculture. *Espacios*, Caracas, v. 37, n. 19, p. 21, abr. 2016.

PRAXEDES, S. F. Políticas Públicas de Economia Solidária: novas práticas, novas metodologias. *IPEA: Mercado de trabalho*, Brasília, DF, n. 39, maio 2009. Disponível em: http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/08_ES3Sandra.pdf. Acesso em: 20 ago. 2017.

QUEM SOMOS. FBES, [2017a]. Disponível em: <http://fbes.org.br/>. Acesso em: 18 nov. 2017.

QUEM SOMOS. *Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária*, [2017b]. Disponível em: <http://forummineiroeps.blogspot.com.br/>. Acesso em: 23 nov. 2017.

SARAIWA, A. População chega a 205,5 milhões, com menos brancos e mais pardos e pretos. *Agência IBGE notícias*, 24 nov. 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-pnad-c-moradores.html>. Acesso em: 10 maio 2018.

SEMINÁRIO e Feira de Economia Popular Solidária no campus Coração Eucarístico. *Proex na mídia*, 3 maio 2016. Disponível em: <http://www2.pucminas.br/proex/index-link.php?arquivo=midia&codigo=250&pagina=5002>. Acesso em: 10 maio 2017.

SEN, A. O desenvolvimento como expansão de capacidades. *Lua Nova*, São Paulo, n. 28-29, abr. 1993. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000100016. Acesso em: 18 maio 2018.

SILVA, J. O. C. da. *Amartya Sen “Desenvolvimento como Liberdade”*. 2018. 75 f. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia do Porto, Porto, 2018. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/43167979/desenv_liberdade.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1528151887&Signature=7f60GRvIRgDA5RC1gZjj7E%2FFfI%3D&respon

se-content-disposition=inline%3B%20filename%3DDesenvolvimento_como_liberdade.pdf. Acesso em: 6 abr. 2018.

SINGER, P. Economia Solidária contra o desemprego. *Folha de S.Paulo*, Opinião, jul. 1996.

SINGER, P. Economia solidária versus economia capitalista. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 16, p. 100-112, dez. 2001a. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922001000100005. Acesso em: 15 fev. 2017.

SINGER, P. Economia Solidária. *Teoria e Debate*, ed. 47, mar. 2001b. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2001/03/25/economia-solidaria/>. Acesso em: 18 maio 2018.

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. As grandes questões do trabalho no Brasil e a economia solidária. *Revista Proposta*, n. 97, 2003.

SINGER, P. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 7-22, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n51/a01v1851.pdf>. Acesso em: 1º abr. 2017.

SINGER, P. Entrevista. [Entrevista cedida a] Paulo de Salles Oliveira. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 22, n. 62, abr. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000100020. Acesso em: 1º abr. 2017.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. de (org.). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, A. R. Um exame da economia solidária. *Otra Economía*, São Leopoldo, v. 5, n. 9, p. 173-184, jul./dic. 2011. Disponível em: <https://sagemm.ird.fr/wp-content/uploads/pdfs/cvs/eixo3/souza-um-exame-da-economia-solidaria-2011.pdf>. Acesso em: 10 set. 2017.

TEIXEIRA, T. C.; SOLER DOMINGO, A. La conformación del cooperativismo en Brasil: tendencia y desafíos en el siglo XXI. *Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, Valencia, n. 43, p. 205-229, 2002.

TYGEL, D. O que é economia solidária. *Cirandas*, 4 mar. 2011. Disponível em: <https://cirandas.net/fbes/o-que-e-economia-solidaria>. Acesso em: 26 nov. 2017.

TEORIZAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA REVISÃO NARRATIVA¹

Letícia Dal Picolo Dal Secco-Oliveira²

Rosemeire Aparecida Scopinho³

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento conceitual de uma economia solidária (ES) tem seu início remetido à década de 1980, sendo frequentemente atrelado à processualidade de sua prática cotidiana. Porém, a origem de um ideal de ES remete, ainda que não utilizando esta nomenclatura, tanto ao movimento cooperativista de Rochdale, na Inglaterra, quanto às Associações de Ajuda Mútua na França, ambos ocorridos no século XIX (LECHAT, 2002b), destacando-se uma epistemologia anterior à busca pela sistematização da ES como conceito.

Assim, ao mesmo tempo que estudar periodicamente a sua ocorrência empírica é importante para compreendê-la, o mesmo se pode refletir acerca de suas concepções teóricas, por abarcarem características contextuais e ideológicas dos atores e autores envolvidos sobre como

¹ Baseado na tese de doutoramento da primeira autora, orientada pela segunda: SECCO-OLIVEIRA, L. D. P. D. *Representações sociais de autonomia e autogestão de catadores de materiais recicláveis e apoiadores da Coopervida*, São Carlos/SP. Tese (Doutorado em Psicologia) – UFSCar, São Carlos, 2018. Disponível em: <https://cutt.ly/gfA20Vq>. Acesso em: 21 abr. 2021. Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo financiamento da pesquisa.

² Docente do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Fundação de Ensino Octávio Bastos (Unifeob), doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

³ Docente do Departamento de Psicologia da UFSCar, coordenadora do Núcleo de Estudos Trabalho, Sociedade e Comunidade (Nuestra).

uma economia e uma sociedade deveriam ser construídos (GAIGER, 2000). Nesse sentido, a variedade de denominações para ideais similares decorreria também dos diferentes contextos nos quais elas se remetem, compostos por realidades variadas e nos quais eclodiram iniciativas visando a superação das dificuldades impostas ao e pelo mundo do trabalho.

Ainda que existam convergências sobre os períodos epistemológicos e de denominação conceitual sobre a ES, ela ainda se encontra em disputa (CRUZ, 2006), havendo tanto perspectivas teóricas com críticas positivas quanto negativas sobre o que seja a ES.

No Brasil, a perspectiva de uma ES emergiu entre as décadas de 1980 e 1990, em contexto de reestruturação produtiva, crises econômicas e inflacionárias e consequentes alterações nas relações de trabalho (SINGER, 2002).

Como característica da reestruturação produtiva contemporânea, podemos mencionar a diminuição da regulação pública nas relações de trabalho, respaldada ideologicamente pelas políticas neoliberais que emergiram com força neste período. Algumas consequências seriam: a diminuição dos postos de trabalho em meio ao aumento da produtividade; a precarização das relações laborais mediante o risco de desemprego; e a migração dos trabalhadores para o mercado informal (ANTUNES, 2000). Vale destacar que esta reestruturação se relaciona à Revolução Técnico-Científico-Informacional, ou Terceira Revolução Industrial. Um resultado apontado por Veronese (2008) sobre este cenário foi a busca de formas de enfrentamento pelas pessoas ante a iminência da exclusão, que impacta tanto materialmente quanto simbolicamente na vida das pessoas, dentre as quais podemos mencionar como alternativa o trabalho organizado sob princípios econômico-solidários.

No contexto brasileiro, desencadearam-se variadas iniciativas para organização de cooperativas a partir de empresas falidas, com a participação de seus trabalhadores, visando recuperá-las tanto para manutenção dos

postos de trabalho quanto para prevenir a migração de trabalhadores para o mercado informal (SINGER, 2002).

Permeando estes processos, estão os ideais econômicos solidários de igualdade e fraternidade – inspirados na Revolução Francesa –, como a cooperação, a autonomia e a gestão democrática (LAVILLE; GAIGER, 2009), bem como a defesa da propriedade coletiva ou associada, da liberdade individual, da distribuição de renda de forma igualitária e da solidariedade (GAIGER, 2004).

Assim, tem-se o objetivo de debater algumas perspectivas teóricas sobre a ES.

MÉTODO

Realizou-se uma revisão narrativa, buscando-se pelos seguintes termos combinados: “economia solidária” e “teoria”. Selecionou-se três artigos de revisão bibliográfica para análise (VIEIRA, 2005; TEIXEIRA, 2007; PINHEIRO, 2013), resultando no debate teórico de trabalhos de 15 autores: Paul Singer; Marcos Arruda; José Luis Coraggio; Luiz Inácio Gaiger; Euclides Mance; Genauto Carvalho de França Filho; Jean-Louis Laville; Lia Tiriba; Antonio David Cattani; Luis Razeto Migliaro; José Ricardo Tauile; Renato Dagnino; Henrique André Ramos Wellen; Aníbal Quijano; e Carlos Vainer. A partir dessas leituras, definiu-se algumas categorias de análise para organizar as discussões teóricas.

A seguir, será realizada uma breve apresentação geral dos resultados, seguida da discussão das categorias de análise delimitadas, e finalizando-se com a interseção entre alguns pontos convergentes e o destaque de aspectos divergentes.

É importante alertar que as análises aqui realizadas são temáticas na busca de uma didática de interpretação. Porém, as possibilidades analíticas sobre os trabalhos dos autores selecionados não se esgotam ao que é apresentado neste texto.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em termos de conceituação da ES, para França Filho (2002), ela ocorreu primeiramente na França, no início da década de 1990,⁴ por Jean Louis Laville e Bernard Ème. Nesta época, estes autores buscavam compreender iniciativas locais europeias de diferentes práticas socioeconômicas. O autor indica, inclusive, a organização por Laville de um livro, em 1994,⁵ sobre a temática. Lipietz (2001) também menciona Laville e Ème no contexto europeu, destacando que, conjuntamente a Alain Caille e outros autores, eles publicaram no âmbito acadêmico, em 1993, um dossiê sobre a ES.

Por outro lado, Lechat (2002a) destaca que Luis Razeto Migliaro utilizou o termo “economia da solidariedade” ainda na década de 1980⁶ no contexto latino-americano, convergindo com indicações de Laville de que a ES teria surgido nesta década (SOARES; GOMES DE SÁ, 2005). Coraggio (2002) vai ao encontro desta perspectiva de conceituação da ES na América Latina antes do contexto europeu, no qual predominava a economia social.

Razeto (1993), destacando-se como pioneiro no uso desse conceito no âmbito acadêmico, também aparece como responsável pela sua primeira utilização no Brasil, mesmo antes de Paul Singer utilizá-lo em matéria para o jornal *Folha de S.Paulo*⁷ (PINHEIRO, 2013). Porém, acerca deste pioneirismo, Razeto ([2006]) afirma que, antes de ele utilizá-lo no âmbito acadêmico, já circulava no contexto popular, atribuindo sua origem às discussões que ocorriam em um fórum de trabalhadores do qual participava sobre alternativas socioeconômicas. Isto indica que sua gênese se remete ao âmbito popular, e não acadêmico.

4 LAVILLE, J. L. Les services de proximité en Europe: pour une économie solidaire, *Formation Emploi*, n. 39, 1992. ÈME, B.; LAVILLE, J.-L. Economie plurielle, économie solidaire: précisions et compléments. *La Revue du MAUSS*, n. 7, 1996.

5 LAVILLE, J. L. *L'économie solidaire: une perspective internationale*. Paris: Desclée de Brouwer, 1994.

6 RAZETO, L. *Las Donaciones y La Economía de Solidaridad*. Santiago: Ediciones PET, 1985.

7 SINGER, P. Economia solidária contra o desemprego. *Folha de S.Paulo*, 1996. Disponível em: <https://cutt.ly/WvF1sHb>. Acesso em: 17 set. 2020.

Independentemente de sua origem, Lechat (2002a) ressalta que as teorizações acadêmicas sobre o conceito de ES intensificaram o conhecimento sobre a sua existência e os debates acerca de suas perspectivas, potencialidades e limitações.

Vieira (2005), Teixeira (2007) e Pinheiro (2013), ao estudarem diversas perspectivas teóricas em ES buscando elucidar a sistematização deste conceito, concordaram quanto à não existência de um conceito único sobre ela, reforçando a perspectiva de Gaiger (2000) sobre a influência de contextos e ideologias diversos de autores estudiosos da ES.

Ainda assim, percebe-se a existência de conformidades sobre sua origem e influências, ao mesmo tempo que a sua natureza e as suas potencialidades propiciam inúmeras discussões e questões cujas respostas somente a realização de pesquisas empíricas poderia dar.

Algumas justificativas sobre essa diversidade são: o desenvolvimento de aspectos diferentes de um mesmo objeto (VIEIRA, 2005); a partida de correntes teóricas distintas pelos autores (TEIXEIRA, 2007); e maior influência de determinados autores pelas consideráveis citações percebidas de seus trabalhos na literatura científica (PINHEIRO, 2013).

Na Tabela 1, estão sistematizados os principais autores estudados por estes trabalhos.

Tabela 1 – Autores da economia solidária por trabalho de revisão.

Autores da economia solidária	Autores dos trabalhos de referência		
	Vieira (2005)	Teixeira (2007)	Pinheiro (2013)
Paul Singer	X	X	X
Marcos Arruda	X	X	X
José Luis Coraggio	X	X	X
Luiz Inácio Gaiger	X	X	X
Euclides Mance	X	-	X
Genauto Carvalho de França Filho	-	X	X

Autores da economia solidária	Autores dos trabalhos de referência		
	Vieira (2005)	Teixeira (2007)	Pinheiro (2013)
Jean-Louis Lavige	-	X	X
Lia Tiriba	-	X	X
Antonio David Cattani	-	X	-
Luis Razeto Migliaro	-	-	X
José Ricardo Tauile	-	-	X
Renato Dagnino	-	-	X

Fonte: adaptado de Secco-Oliveira e Scopinho (2021, p. 50). Baseado em Vieira (2005); Teixeira (2007); e Pinheiro (2013).

A seguir, serão apresentadas e debatidas as seguintes categorias de análise delimitadas: 1) “A economia solidária como um modelo econômico alternativo: Estado, Casa e Movimento”; 2) “A organização de redes econômico-solidárias: viabilizando uma nova economia”; 3) “Outra economia ou outras economias?”; 4) “Empreendendo a economia solidária e regulando as relações econômicas mistas”; e 5) “Entre a utopia, a precarização e o mercado: qual o espaço para uma nova economia?”.

A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO UM MODELO ECONÔMICO ALTERNATIVO: ESTADO, CASA E MOVIMENTO

Paul Singer enfatiza em suas publicações sobre ES aspectos relacionados à forma de produção, propondo-a como um meio de superação do sistema capitalista (VIEIRA, 2005). Singer (2000; 2002) sustenta que as contradições desse sistema levam à elaboração de outras formas de organização econômica, como a ES, que emergem em meio a crises sociais periodicamente ocasionadas pela intensa competição dos capitais privados. Ela se constituiria não somente como alternativa à criação e manutenção de postos de trabalho, mas também como possibilidade de superação do capitalismo, sendo essa organização de trabalhadores em empreendimentos econômico-solidários (EES) um caminho para a livre escolha deles pelo socialismo (SINGER, 2001).

Singer (2002) também acredita ser papel do Estado o financiamento de EES, bem como que os trabalhadores devem se organizar em redes de consumo. Ao mesmo tempo, a sociedade precisaria ser conscientizada sobre a importância da compra de seus produtos e utilização de seus serviços, para que os EES tivessem possibilidade de superar as organizações capitalistas. Autores de tendências marxistas tendem a criticar Singer pela proposta de uma concorrência direta visando uma mudança socialista, já que, para eles, essa proposta não modificaria os valores mercadológicos hegemônicos (TEIXEIRA, 2007). Nas palavras de Singer (2000, p. 13):

A Economia Solidária surge como modelo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios.

Ao mesmo tempo, considerando que a prática da ES ocorre por tentativas e erros, ela significa “[...] portanto, de uma revolução social em potencial, cuja culminação ou ‘vitória’ é uma possibilidade futura” (SINGER, 1998, p. 12).

Já Arruda (2002) remete as suas reflexões à elaboração de críticas ao sistema capitalista, enfatizando a existência de uma crise civilizatória e avaliando que o desenvolvimento humano tem ocorrido com base na opressão e na exploração. Nesse sentido, o autor defende a busca de novas formas de organização social, que não sejam pautadas em princípios de hierarquia e superioridade, considerando a ES um meio para isso (VIEIRA, 2005). Corroborando Singer (2000), para Arruda (2003) a ES é uma proposta ideológica oposta ao sistema capitalista, que deve cunhar valores de solidariedade e reciprocidade em todos os âmbitos da vida.

Arruda (2003), ao deslocar a imposição da relação economia-trabalho para uma economia que abarque as relações humanas, explica que o termo capital vem do latim *capi*, *capus*, *capiti*, que significa “cabeça

humana”, subvertendo as relações humanas em relações de dominação direcionadas pelo mercado.

O conceito de desenvolvimento para o autor, atualmente reduzido à dimensão tecnológica e material que dela devém pela ideologia do capital que vislumbra a produção e a acumulação de riquezas a partir da cópia de padrões de outros países, deve ser substituído por outra lógica, que abarque estratégias governamentais que definam bem os níveis local, nacional e global. Assim, defende que os recursos para investimento no desenvolvimento do país devem vir de fontes internas, considerando os saberes do povo local.

[...] há uma inversão da própria lógica. O desenvolvimento passa a ser um desafio de cada pessoa, de cada comunidade, de cada nação. E não um desafio a ser realizado por atores externos. E por que isso? Porque o referencial é o potencial que a pessoa, a comunidade e a nação carregam, possuem. Ninguém pode desenvolver ninguém; e também ninguém pode se desenvolver sozinho (eu estou tomando emprestado um axioma de Paulo Freire para falar de desenvolvimento). (ARRUDA, 2003, p. 24)

Arruda (2003) reflete que a economia hegemônica é absolutamente distante da concepção originária do grego *ecus nomia*, que significaria algo próximo à gestão da casa. Para ele, essa casa existiria em vários âmbitos, desde nosso corpo, até nossas casas, comunidades, organizações de trabalho, país, e o próprio planeta.

A unidade micro-econômica da reprodução do capital, no mundo do capital, é a empresa, mas a unidade micro-econômica da reprodução da vida é a unidade familiar, o lar, e a comunidade ou conjunto de lares. Esses dois conceitos são díspares; há uma contradição entre os dois, tanto que no mundo do capital existe um crescente mundo de exclusão. A economia popular que é a economia do povo – como ele consegue sobreviver – se dá muito mais no campo da mera reprodução da vida, mas não é aí que o ser humano esgota a sua aspiração. A aspiração de todo ser humano, mesmo o mais alienado, vai além de, simplesmente, sobreviver. (ARRUDA, 2003, p. 25-26)

Conforme nosso sistema educacional não abarca essa percepção, bem como atualmente vivenciamos um sistema econômico misto, o autor defende a proposição de uma nova educação para que a proposta da ES se efetive. Como vivenciamos períodos de grande insatisfação com os resultados propiciados pelas políticas neoliberais, o autor acredita que existem condições propícias para o desencadeamento de uma luta cultural pela reflexão que poderia, inclusive, resultar na transformação subjetiva dos próprios capitalistas.

O papel do Estado, para Arruda (2003), seria contribuir para a emancipação do sujeito trabalhador, considerando a incorporação de tecnologias que possibilitem o desenvolvimento de seus potenciais humanos, a liberação de seu tempo para atividades além das laborais, e a sua participação como cerne do desenvolvimento. Nesse modelo, o Estado seria ao mesmo tempo um subsídio para os cidadãos, imbuídos de direitos e deveres, e guiado por eles, que não ficariam à deriva do Estado ou do mercado, modelos que o autor considera terem falhado.

Para Coraggio (2002), a ES é um projeto político de outra economia, de potencial transformador, atrelado à necessidade de alterações ampliadas das relações sociais. Essas mudanças devem ser democráticas e apoiadas pelo Estado, perspectiva que corrobora Singer (2002) e Arruda (2003).

Aproximando-se de Arruda (2003), que fala sobre a “gestão da casa”, Coraggio (2003) desenvolve sentidos sobre a economia relacionados à unidade doméstica. Ele reflete que as consequências de um desenvolvimento econômico injusto desencadearam iniciativas individuais e coletivas com objetivos tanto específicos de superação das dificuldades materiais quanto transcendentais, ainda que todas as alternativas sejam elaboradas no sentido de sobreviver à exclusão (CORAGGIO, 2003).

Tiriba (2008) e Tauile (2002) atribuem à ES a noção de movimento social em embate com as consequências da reestruturação produtiva global geradora de desequilíbrio econômico. Para Tiriba (2008), a ES seria um movimento no qual diversos grupos sociais convivem, mesmo com diferentes concepções sobre o que gostariam como forma de organização da

sociedade. As demandas apresentadas devem se voltar ao Estado, que por sua vez assumiria o papel de financiar e criar políticas públicas para a ES, a partir da mediação de diversos atores que apoiam os EES. Como uma nova forma de organização do trabalho, faz-se necessário não observar somente a quantidade de tempo trabalhada, mas também quando e como trabalhar, considerando a autonomia dos sujeitos em ditar seu ritmo, conforme a responsabilidade assumida (TIRIBA, 2000).

Conforme a autora defende, mais do que um nome atribuído a uma organização, o que importa, de fato, são os seus resultados, relacionados à produção, organização social e relações entre sujeitos. Destaca-se em seu trabalho também a importância dos processos educativos porque eles possuem potencial emancipatório.

Tauile (2009b, p. 298) corrobora Paul Singer e Marcos Arruda sobre a potencialidade de a ES superar a economia capitalista, atrelando essa possibilidade aos interesses dos trabalhadores e à criação de políticas públicas passíveis de “[...] criar a cultura de sustentação efetiva da rede solidária do tempo [...] [preenchendo] substancialmente as carências sociais com mecanismos democráticos de acumulação”. Para isso, destaca a necessidade de um propor-fazer, vislumbrando em experiências de organizações autogestionárias e de ES um modo eficaz de enfrentamento da exclusão econômica e social. Ainda que, para este autor, seja importante a consideração da lógica mercadológica pela coexistência de ambas, ele considera a ES como única alternativa sustentável para o desenvolvimento econômico a longo prazo. Ele analisa o caso dos catadores de materiais recicláveis para ilustrar o quanto os benefícios sociais resultantes dos EES de catadores não podem ser remunerados a partir da lógica mercadológica, pautada em um conceito tradicional de eficiência. Defende, inclusive, a elaboração de outros indicadores para isso.

O caso é que, além do plástico, do papel, do vidro e dos metais, esses galpões produzem emprego, renda, qualidade de vida, diminuição do volume de lixo em aterros sanitários, redução no desmatamento, menos lixo nos arroios, reaproveitamento de recursos que demorariam séculos para serem biodegradados etc. (TAUILE, 2009, p. 323)

Nesta perspectiva, o autor (TAUILE, 2009, p. 313) define a ES como “[...] conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, com um certo grau de democracia interna, e que remuneram o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade”, caracterizando-a como possuidora de uma dinâmica de reciprocidade de articulação entre interesses coletivos e pessoais.

Razeto [2006], por sua vez, acredita que a ES já acontece como uma realidade cotidiana transformadora que não depende de concepções teóricas, ainda que reconheça a importância da participação de pesquisadores em busca de compreendê-la e de propor alternativas. Ele a define como um projeto embasado na solidariedade que busca uma transformação social, aproximando-se da ideia de necessidade de transformação de valores de Coraggio (2002).

As experiências concretas de solidarismo econômico teriam a faculdade de arrancar os trabalhadores de um contexto prático de reiteração da consciência alienada, quer no agir, quer nos fins que elege. São reais as chances para que se recupere e se reintegre às pessoas a riqueza dos conteúdos do trabalho e da vida coletiva em geral, de modo que interajam por suas qualidades, não “na pobreza e na homogeneidade das suas carências”. (RAZETO, 1997, p. 94)

Na Tabela 2, encontram-se sintetizadas as principais ideias debatidas.

Tabela 2 – Perspectivas teóricas sobre economia solidária – parte 1.

Perspectivas teóricas	Singer	Arruda	Coraggio	Tiriba	Tauile	Razeto
Meio de superação do sistema capitalista	X					X
Necessidade de ser organizada em redes de consumo para se fortalecer	X					

Perspectivas teóricas	Singer	Arruda	Coraggio	Tiriba	Tauile	Razeto
Estado deve regular as relações econômicas e financiar o desenvolvimento de EES	X	X	X			
Próxima à ideia de “gestão da casa”		X	X			
Coexiste com outras economias, sendo parte de um sistema econômico misto		X			X	
Emerge da crise civilizatória capitalista que impacta também na vida familiar			X			
Movimento social				X	X	
Conscientização das pessoas é importante e necessária para a emancipação	X			X		

Fonte: elaboração própria.

A ORGANIZAÇÃO DE REDES ECONÔMICO-SOLIDÁRIAS: VIABILIZANDO UMA NOVA ECONOMIA

Mance (1999) aproxima-se de Singer (2002) ao defender a necessidade de organização de EES em redes solidárias e desenvolver um consumo solidário para que a ES possa se sustentar como uma nova forma de organização econômica. Novaes e Dagnino (2004), aproximando-se da perspectiva de Mance (1999), indicam que essas redes devem ocorrer localmente (contexto micro), em nível intermediário, considerando as trocas solidárias, e em nível global (macro), em busca da reflexão sobre uma nova

forma de economia, baseada em pressupostos de responsabilidade e solidariedade. Porém, eles acreditam que isso possibilitaria à ES conviver com o capitalismo, em uma ideia de transição, até que ele fosse superado e o governo fosse realizado por um Estado democratizado e participativo.

Leite (2007) corrobora essa perspectiva, ao defender um sistema no qual a população seja considerada como força essencial na condução das políticas e das decisões, e não somente o Estado. Para Mance (1999), a possibilidade de superar essa contradição de convivência de dois sistemas econômicos ocorreria pela potencialidade das redes de sustentarem uma comercialização paralela ao mercado capitalista, permitindo a superação e independência dessa estrutura de produção. Nas palavras de Mance (1999, p. 77):

Uma rede econômica, portanto, integra grupos de consumidores, comércio, produção, serviço. Se os consumidores dão preferência aos produtos da economia solidária, os empreendimentos vendem toda a sua produção, e com isso geram excedentes que são reinvestidos de maneira solidária. Com esse reinvestimento é possível gerar outras cooperativas, ou empresas sociais que vão produzir o que na rede ainda não se produz. Desse modo a rede vai crescendo em sua diversidade de produtos e serviços, também se fortalecendo e gerando postos de trabalho e se expandindo.

Mance (1999), nesse sentido, defende uma sistematização econômica das organizações, a divulgação de seus produtos e serviços, além de uma atenção do consumidor à qualidade dos produtos, não sugerindo suas compras por caridade, mas sim como um modo consciente de consumir. Destaca também a necessidade de capacitação técnica do produtor, além de formações em autogestão que abarquem questões políticas e culturais. As redes seriam o caminho para propagar novos valores e consequentes novas relações humanas transformadoras. Dagnino (2014, p. 36) defende que, para que os EES constituintes das redes se estabeleçam, é necessária a “[...] elaboração de uma base cognitiva (inclusive tecnológica)”. Ele vai ao encontro de Paul Singer ao afirmar a necessidade de elaboração de políticas públicas, destacando que elas, enquanto “Estratégia”, devem ser inovadoras,

de modo a combinar produção e emancipação ao desenvolvimento econômico e aos ideais de justiça social, indicando a necessidade das organizações de empreenderem. “A Estratégia deverá aliar e integrar o que se denomina os três momentos – distributivo, formativo e empreendedor – responsáveis pela consecução daqueles objetivos e ideais (DAGNINO, 2014, p. 37-38).

Uma estratégia para o avanço da ES no âmbito tecnológico seriam as adequações sociotécnicas (AST), isto é:

[...] um processo que busca promover uma adequação do conhecimento científico e tecnológico, esteja ele já incorporado em equipamentos, insumos e formas de organização da produção, ou ainda sob a forma intangível e mesmo tácita, não apenas aos requisitos e finalidades de caráter técnico, como até agora tem sido o usual, mas ao conjunto de aspectos de natureza socioeconômica e ambiental que constituem a relação Ciência, Tecnologia e Sociedade. (DAGNINO, 2014, p. 39-40)

França Filho e Cunha (2009) também abordam a perspectiva de organização de redes locais, mas em parcerias com outros atores, como empresas privadas e públicas, organizações diversas e outras comunidades, visando a geração de renda e a articulação política. Sendo a atividade econômica “[...] um meio para a realização de outros objetivos, sejam eles de natureza social, política ou cultural” (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 16), a ES seria mais do que a tentativa de articular economias mercantis, não mercantis e não monetárias.

Na Tabela 3, encontram-se sintetizadas as principais ideias debatidas.

Tabela 3 – Perspectivas teóricas sobre economia solidária – parte 2.

Perspectivas teóricas	Mance	Singer	Dagnino; Novaes e Dagnino	França Filho e Cunha; França Filho e Laville
Necessidade de organização dos EES em redes solidárias em contextos macro e micro	X	X	X	X

Importante incentivar o consumo solidário para manutenção dos EES e das redes	X			
Convivência com o capitalismo (transição)	X		X	X
Processos educativos e capacitação técnica importantes para uma nova subjetividade e desenvolvimento da autogestão	X	X		
Elaboração de políticas públicas voltadas à temática (Estado enquanto regulador)		X	X	

Fonte: elaboração própria.

OUTRA ECONOMIA OU OUTRAS ECONOMIAS?

Coraggio (2003), aproximando-se novamente de Arruda (2003), descreve a existência de uma economia mista, organizada em economia pública e economia capitalista, que até certo ponto realizam intercâmbios entre si. Porém, para que um projeto solidariamente orgânico se desenvolvesse, é necessário que esse princípio permeie tanto as relações sociais quanto as econômicas, que deveriam, por sua vez, andar juntas.

Coraggio (2003, p. 38) propõe o termo Economia do Trabalho, pela necessidade de esse sistema “[...] estar centrado nas capacidades dos trabalhadores e na lógica da reprodução de suas vidas e não na lógica da reprodução do capital (economia empresarial capitalista), ou do poder político (economia pública)”, considerando a solidariedade como atravessando de modo amplo os trabalhadores de diversas ocupações existentes, sejam proletários ou intelectuais.

Essa mudança, por sua vez, aconteceria pela discussão, e não pela imposição, argumento ao qual podemos adicionar a perspectiva de Freire

(1983) acerca da importância e das potencialidades da dialogicidade. Nela, os argumentos devem ser embasados em construções teóricas a partir de experiências reais, bem como projetos e programas que se demonstrem viáveis. Coraggio (2003) destaca as consequências negativas do capitalismo como base de argumentação, considerando que as alternativas solidárias e cooperativas seriam as únicas passíveis de melhorar a vida social, ainda que paulatinamente.

Nós estamos falando, justamente, de uma mudança dialética [...]. Não é primeiro ter as ideias e depois aplicá-las. Nós estamos falando da emergência/construção de um novo sujeito coletivo como resultado de novas práticas históricas, para enfrentar os sistemas de necessidades, os sistemas de representação social e política, o sistema simbólico de constituição de nossa sociedade. (CORAGGIO, 2003, p. 52)

França Filho (2002), corroborando Arruda (2003) e Coraggio (2003), aborda a ES como um fenômeno que pode contribuir para refletir e organizar um novo modo de gestão pública, além de um conceito que abrange experiências de organizações que abarcam novas formas de solidariedade, mesmo que inseridas na dinâmica capitalista atual. Ele destaca a existência de formas econômicas híbridas, baseadas na concepção de economia plural, destacando a ES como constituindo um sistema capaz de englobar atividades mercantis, não mercantis e não monetárias, priorizando uma ação coletiva que não seja serviente às atividades mercantis. Perspectiva similar se encontra no trabalho de França Filho e Laville (2004).

Leite (2007), a partir desse conceito de uma economia plural, destaca a existência, enquanto parte do movimento de ES, de uma economia de comunhão, a qual se vincularia à práxis social, mais do que às teorias exógenas que abarcam explicações sobre a ES.

Laville (2003, p. 16-17), também defendendo a existência de uma economia plural, em prol de consideração de economias além da mercadológica, analisa como necessário:

[...] romper com a ideia segundo a qual só existe uma forma de empresa: a sociedade de capitais. Não há um único princípio de mercado; não há um único tipo de empresa; não há uma única motivação humana baseada no material e no lucro [...]. Existem outras motivações que podem ser incluídas, como a solidariedade que pode representar um fator organizador da produção.

Ele justifica esse foco mercadológico a partir do pressuposto de Adam Smith, que considera que a realização de interesses privados e o bem público podem coexistir, assegurando um equilíbrio social, promessa essa que a história denuncia como não cumprida e que, por outro lado, aumentou a desigualdade e a pobreza. As colocações do autor vão ao encontro de Leite (2007) ao falar sobre a solidariedade mecânica imposta pelo Estado na tentativa de regular as desigualdades resultantes da economia capitalista e de mercado. “Todas as experiências realizadas evidenciam que, hoje, a solidariedade deve reencontrar a dimensão do elo social voluntário e espontâneo entre cidadãos livres e iguais, mas que também seja assegurado um complemento pela redistribuição” (LAVILLE, 2003, p. 17).

Cattani (2003) também indica que a ES é plural, mas no sentido de que se encontram relacionados ao seu conceito diversos verbetes que caracterizam iniciativas de oposição à economia capitalista, tais como: Economia de Dádiva; Economia Popular; Economia de Trabalho; Desenvolvimento Local; Associativismo; Socialismo Autogestionário; etc.

Para ele, o desafio dessa “outra economia” é a reafirmação da importância fundamental do trabalho para sujeitos e sociedade. Ela não objetivaria retornar à era pré-capitalista enquanto alternativa para os pobres e excluídos, mas sim avançar em todas as dimensões, entre os diversos segmentos sociais, ocupando-se em restabelecer a criatividade humana, propiciar boas condições de vida a todos, estabelecer relações democráticas, no âmbito do trabalho, e reforçar as lutas sociais em prol de um controle realmente social, no âmbito político.

Na Tabela 4, encontram-se sintetizadas as principais ideias debatidas.

Tabela 4 – Perspectivas teóricas sobre economia solidária – parte 3.

Perspectivas teóricas	Cattani	Arruda	Coraggio	França Filho	Tauile	Laville; França Filho e Laville
É parte de um sistema econômico misto (público e capitalista)	X	X			X	
Economia plural, com vários conceitos contrários aos capitalistas	X			X		X
“Economia do Trabalho”: volta-se à reprodução da vida, e não do capital			X			
Debate dialógico sobre a ES			X			
Possibilita relações de solidariedades ainda que os EES estejam inseridos no sistema capitalista (coexistência)				X		
Defende o controle realmente social no âmbito político						X

Fonte: elaboração própria.

EMPREENDENDO A ECONOMIA SOLIDÁRIA E REGULANDO AS RELAÇÕES ECONÔMICAS MISTAS

Gaiger (2003), por sua vez, mesmo abordando a ES como um fenômeno potencializador de ideais emancipatórios que possui condições de produzir novas sociabilidades pela sua lógica solidária, não atribui à ES um ideal de superação do sistema capitalista, mas de equilíbrio e regulação do mercado pelos interesses públicos.

Considerando a importância da autonomia para essas organizações, Gaiger (1996) defende que, em termos de reciprocidade, os financiamentos a “fundo perdido” devem dar lugar à obrigatoriedade de sua devolução, diferenciando projetos promissores (parte de proposta política) e projetos de sobrevivência imediata. Nesses casos, o primeiro seria aquele passível de constituir uma ES, tendo a amenização da pobreza como condição primordial para a mobilização popular, já que a adesão de trabalhadores a esses projetos decorre da satisfação de seus interesses. Seria a partir dessa condição que se desenvolveria a possibilidade de apresentar aos trabalhadores outras possibilidades do modo de produção solidário (GAIGER, 2017).

O autor, assim como Dagnino (2014), destaca a importância da dimensão empreendedora de iniciativas associativas para que elas possam cumprir suas metas também econômicas, além da produção de novas sociabilidades, de sua organização em redes e avanços políticos (GAIGER, 2008). Ele, inclusive, critica a relutância na utilização de termos como “empresa, eficiência e empreendedorismo” quando se aborda as iniciativas econômico-solidárias (GAIGER, 2008, p. 63).

Gaiger (2004) considera a possibilidade de haver mudanças na forma como os sujeitos se relacionam, mas sugere que a ES tenha dificuldades em superar o sistema capitalista, já que é a essa cultura que os sujeitos têm o seu desenvolvimento intrínseco. Mesmo que a lógica interna dos empreendimentos seja diferente, e ainda que alguns atuem paralelamente ao mercado capitalista, com o controle solidário de seu

processo produtivo, principalmente pela articulação de redes, muitos atuam de modo dependente desse mercado. Isso seria um fator limitante da autonomia dos sujeitos cooperados, pois dessa forma eles não possuem liberdade para ditar o seu ritmo de trabalho, tendo que cumprir com as demandas externas, bem como correndo o risco iminente de se extinguir pela competição mercadológica.

Na Tabela 5, encontram-se sintetizadas as principais ideias debatidas a partir das obras dos autores mencionados.

Quadro 5 – Perspectivas teóricas sobre economia solidária – parte 4.

Perspectivas teóricas	Gaiger	Dagnino
Economia solidária enquanto reguladora do mercado pelos interesses públicos	X	
Importância da dimensão empreendedora de iniciativas associativas	X	X
Importância das redes para existência paralela e interligada ao sistema hegemônico	X	
Dependência dos EES dos mercados como limitante da autonomia de sujeitos e EES	X	

Fonte: elaboração própria.

ENTRE A UTOPIA, A PRECARIZAÇÃO E O MERCADO: QUAL É O ESPAÇO PARA UMA NOVA ECONOMIA?

Do mesmo modo que alguns autores abordam a ES como algo de algum modo possível, destacando diferentes aspectos e potencialidades, existem outros críticos a estas análises.

Para Vainer (2000), a ES é uma utopia, mesmo considerando sua vivência essencial no combate à desesperança. Ela seria, ao mesmo tempo, uma ideia vendida como possibilidade de superação da miséria e um mecanismo de controle político das populações nessa condição. Observa-se em

sua concepção tanto a ideia de que as políticas públicas continuam reproduzindo desigualdades em prol de uma minoria quanto o reconhecimento de que as iniciativas associativas permitem a vivência de novas relações.

Corroborando com essa perspectiva o autor Wellen (2008), que considera também que a ES pode precarizar as condições de trabalho, dentro de uma proposta ideológica capitalista, pelo fato de os EES e de seus trabalhadores serem privados de direitos trabalhistas, gerarem rendas abaixo da média do mercado formal, com força de trabalho oferecida a valores irrisórios e jornadas exaustivas. Outra crítica se refere à análise de que, por ela propiciar trabalhos e condições exaustivas, desarticula a possibilidade de mobilização de trabalhadores e encobre a existência de conflitos de classe. Nesse sentido, a organização do sistema capitalista e o processo de exclusão e desemprego desencadeado teriam obrigado os sujeitos a questionar e buscar novas possibilidades de organização.

Os autores trazem perspectivas sobre a ES não de superação, mas de solução temporária, analisando que, em termos de políticas, o governo federal ainda investe pouco em aspectos de promoção social e geração de emprego, ao passo que investe em projetos de “autoemprego”, reforçando as estratégias manipuladoras e excludentes do que deveria ser o *Welfare State*.

Vainer (1999) defende uma perspectiva similar, dizendo que a ES só deixaria um espaço de “utopia exploratória” para ser uma alternativa caso as diversas sociabilidades possíveis no trabalho realmente convivessem, a partir de uma perspectiva também subjetiva, e não somente estrutural. Ele também destaca que muitas cooperativas solidárias, tendo sucesso no mercado, acabam virando empresas capitalistas.

Por fim, Quijano (2002), pesquisador peruano, baseia-se em Rosa Luxemburgo (1986)⁸ para afirmar que, ao mesmo tempo que não considera a ES como um produto do capitalismo, não a considera capaz de superar suas mazelas. Ele argumenta que os EES, ainda que possuindo uma sociabilidade interna baseada na solidariedade, necessitam de inserção no mercado para comercializarem produtos e oferecerem serviços. Isso, por sua vez, acarreta a intensificação de processos exploratórios da força de trabalho, levando os

⁸ LUXEMBURGO, R. *Reforma social ou revolução*. São Paulo: Global, 1986.

EES a seguir a lógica capitalista de organização e produção para sobreviver. Quando os empreendimentos conseguem se manter em redes locais, sua inserção se restringiria a esse espaço, sem possibilidades de expansão, contrapondo a ideia de redes exploradas por Paul Singer e Euclides Mance.

Na Tabela 6, encontram-se sintetizadas as principais ideias debatidas a partir das obras dos autores mencionados.

Quadro 6 – Perspectivas teóricas sobre economia solidária – parte 5.

Perspectivas teóricas	Vainer (1999, 2000)	Wellen (2008)	Quijano (2002)
Utopia cuja vivência contribui no combate à desesperança	X		
Mecanismo de controle político para amenizar as consequências dos processos de exclusão	X	X	
Precarizadora das relações de trabalho enquanto entremeada ao sistema capitalista, além de ser por ele explorada		X	X
Relações subjetivas internas dos EES limitadas pelas estruturais externas do mercado			X

Fonte: elaboração própria.

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE AS PERSPECTIVAS TEÓRICAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Observa-se uma tendência à definição de três grandes categorias de pensamento teóricos: 1) ES como possibilidade de transformação social, possibilitando a superação das relações capitalistas e de suas mazelas; 2) ES como estratégia de geração de renda e inclusão social, podendo conviver hibridamente com outras economias; e 3) ES sem possibilidade transformadora por ser uma estratégia capitalista para amenizar os conflitos sociais.

Em meio às diferentes considerações existentes, uma definição considerada oficial de ES constava no Atlas de Economia Solidária no Brasil⁹ da antiga Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), segundo o qual ela seria um: “[...] conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária” (SENAES, 2006, p. 11). Esta definição assume de forma prática uma posição genérica que destaca o aspecto produtivo dos EES, e suas características internas.

Existe a possibilidade de fronteiras entre esta diversidade de conceituações, exemplificadas pela convivência de diversos atores, com perspectivas diferentes, em espaços de articulação que os leva a atuar em uma mesma plataforma de ação. Um exemplo seria o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (PINHEIRO; BARRETO; DINIZ, 2011).

Percebe-se entre os autores que defendem de alguma forma a existência da ES, seja como força de superação capitalista ou apenas um meio de geração de renda e inclusão social, uma tendência a vislumbrar a articulação em rede, tanto de EES, quanto destes com outras instituições e sujeitos que se incorporem ao movimento de ES.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo não se propôs a esgotar as possibilidades de análise sobre a ES, nem afirmar que as únicas perspectivas dos autores estudados são as apresentadas. As categorias identificadas apenas indicam algumas ênfases encontradas nas publicações analisadas como norteadoras de algumas reflexões, não sendo possível abarcar todo o conhecimento dos autores.

Ainda assim, elas indicaram a existência de perspectivas complementares e divergentes que arrematam a reflexão sobre a diversidade de

⁹ Atualmente, o Atlas de 2007 não se encontra mais disponível em *sites* oficiais do governo federal. Uma versão atualizada pode ser consultada no site do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies) (ATLAS, [2021]).

sentidos sobre a ES ter uma ancoragem no viés ideológico dos autores, utilizado como fio norteador as análises por eles realizadas. Isto não quer dizer que essas análises são manipuladas, mas sim genuinamente explicadas por ideologias diferentes sobre o mundo.

Como processo em construção, considera-se que as teorias em suas totalidades podem até ser utópicas por encontrarem limitações em suas possibilidades de aplicação contextual, mas que a prática da ES é inegável como ocorrência, independentemente de seu modo de realização. Isso é reforçado pelo reconhecimento epistemológico da existência de seus ideais e conceito no âmbito popular, antes mesmo das teorizações acadêmicas.

Por fim, faz-se necessário sempre sugerir a elaboração periódica de trabalhos não só de revisão teórica sobre a ES, mas também empíricos, para acompanhamento e compreensão dos percursos de desenvolvimento da ES como conceito e prática – facetas essas inseparáveis.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

ARRUDA, M. Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa. In: ARRUDA, M.; BOFF, L. *Globalização*: desafios socioeconômicos, éticos e educativos: uma visão a partir do Sul. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 49-102.

ARRUDA, M. Situando a Economia Solidária. In: FUNDAÇÃO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES. *Economia Solidária*: desafios para um novo tempo. Salvador: FLEM, 2003. p. 19-32. Disponível em: <https://cutt.ly/PvFNX0E>. Acesso em: 21 abr. 2021.

ATLAS Digital da Economia Solidária. *Sies.ecosol.org.br*, [2021]. Disponível em: <https://bit.ly/3grhjcf>. Acesso em: 21 abr. 2021.

CALBINO, D.; BARRETO, R.; DINIZ, A. P. P. Economia Solidária e Políticas Públicas: uma aproximação possível, mas desejável? *Gestão Contemporânea*, Rio de Janeiro, n. 9, 2011. Disponível em: <https://cutt.ly/QvFNmXp>. Acesso em: 21 abr. 2021.

CATTANI, A. D. *Trabalho e autonomia*. Petrópolis: Vozes, 2000.

CATTANI, A. D. A outra economia: os conceitos essenciais. In: CATTANI, A. D. (org.). *A Outra Economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 9-15.

CORAGGIO, J. L. Distintos conceitos para o entendimento da Economia Solidária. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 12, n. 1, 2002. Disponível em: <https://cutt.ly/cvFNIw4>. Acesso em: 21 abr. 2021.

CORAGGIO, J. L. Economia do Trabalho. In: FUNDAÇÃO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES. *Economia Solidária*: desafios para um novo tempo. Salvador: FLEM, 2003. p. 33-52. Disponível em: <https://cutt.ly/PvFNX0E>. Acesso em: 21 abr. 2021.

CRUZ, A. *A diferença da igualdade*: dinâmica econômica da Economia Solidária em quatro cidades do MERCOSUL. 2006. Tese (Doutorado em Economia) – Unicamp, Campinas, 2006. Disponível em: <https://cutt.ly/evFN2Bn>. Acesso em: 21 abr. 2021.

DAGNINO, R. Em direção a uma estratégia para a redução da pobreza: a Economia Solidária e a adequação sociotécnica. In: DAGNINO, R. (org.). *Tecnologia Social*: contribuições conceituais e metodológicas. Campina Grande: EDUEPB, 2014. p. 35-88. Disponível em: <https://cutt.ly/qvFMrU2>. Acesso em: 21 abr. 2021.

FRANÇA FILHO, G. C. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 12, n. 1, 2002. Disponível em: <https://cutt.ly/GvFMiNp>. Acesso em: 21 abr. 2021.

FRANÇA FILHO, G. C.; CUNHA, E. V. Incubação de Redes de Economia Solidária. In: CATTANI, A. D. et al. (org.). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. São Paulo: Almedina Brasil, 2009. p. 224-230.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE J. L. *A Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

GAIGER, L. I. A dimensão empreendedora da economia solidária: notas para um debate necessário. *Otra Economía*, São Leopoldo, v. 2, n. 3, 2008. Disponível em: <https://cutt.ly/cvFMP15>. Acesso em: 21 abr. 2021.

GAIGER, L. I. A economia solidária diante do modo de produção capitalista, *Caderno CRH*, Salvador, v. 39, 2003. Disponível em: <https://cutt.ly/ovFMChg>. Acesso em: 21 abr. 2021.

GAIGER, L. I. Empreendimentos solidários: uma alternativa para a economia popular? In: GAIGER, L. I. (ed.). *Formas de Combate e de Resistência à Pobreza*. São Leopoldo: Unisinos, 1996. p. 102-126.

GAIGER, L. I. *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GAIGER, L. I. Sentidos e possibilidades da economia solidária hoje. In: KRAYCHETE, G. et al. (orgs.) *Economia dos setores populares*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 167-198.

GAIGER, L. I. Voz do Autor -Entrevista com Luiz Inacio Gaiger, autor da Editora Unisinos. [Entrevista cedida à] Associação Brasileira das Editoras Universitárias [ABEU]. *ABEU*, mar. 2017. Disponível em: <https://cutt.ly/5vFM9qo>. Acesso em: 21 abr. 2021.

LAVILLE, J. L. Globalização e Solidariedade. In: FUNDAÇÃO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES. *Economia Solidária: desafios para um novo tempo*. Salvador: FLEM, 2003. Disponível em: <https://cutt.ly/PvFNX0E>. Acesso em: 21 abr. 2021. p. 13-18.

LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I. Economia Solidária. In: CATTANI, A. D. et al. (org.). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. São Paulo: Almedina Brasil, 2009. p. 162-168.

LECHAT, N. M. P. As raízes históricas da Economia Solidária e seu aparecimento no Brasil. São Paulo: Escola Sindical São Paulo, 2002b. Disponível em: <https://cutt.ly/EvFM66l>. Acesso em: 21 abr. 2021.

LECHAT, N. M. P. Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata? *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 2, n. 1, 2002a. Disponível em: <https://cutt.ly/evFMVcR>. Acesso em: 21 abr. 2021.

LEITE, K. C. *A economia de comunhão: construção da reciprocidade nas relações entre capital, trabalho e estado*. São Paulo: Editora Annablume, 2007.

LIPIETZ, A. *Rapport sur l'économie sociale et solidaire*. Québec: LAREPPS; UQÀM, 2001. Disponível em: <https://cutt.ly/BvF1yUw>. Acesso em: 21 abr. 2021.

MANCE, E. A. *A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis: Vozes, 1999.

NOVAES, H.; DAGNINO, R. O fetiche da tecnologia. *Org & Demo*, v. 5, n. 2, p. 189-210, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/3u7V69z>. Acesso em: 04 abr. 2022.

NOVAES, H.; DAGNINO, R. O fetiche da tecnologia e a visão crítica da ciência e tecnologia: Lições preliminares. In: ENCONTRO DE INVESTIGADORES LATINO-AMERICANOS DE COOPERATIVISMO, 3., 2004, São Leopoldo. *Anais [...]*. São Leopoldo: Unisinos, 2004. CD-ROM.

PINHEIRO, D. C. Economia Solidária: Uma Revisão Teórica a Partir dos Seus “Múltiplos” Conceitos. *NAU Social*, Salvador, v. 3, n. 5, 2013. Disponível em: <https://cutt.ly/6vF1Y2e>. Acesso em: 21 abr. 2021.

PINHEIRO, D. C.; BARRETO, R.; DINIZ, A. P. P. Economia Solidária e Políticas Públicas: uma aproximação possível, mas desejável? *Gestão Contemporânea (FAPA)*, v. 8, n. 9, p. 129-154, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3LY3ApZ>. Acesso em: 04 abr. 2022.

- QUIJANO, A. Sistemas alternativos de produção? In: SANTOS, B. S. (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 475-512.
- RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M.; GUTIERREZ, F. (org.). *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez, 1993. p. 34-58.
- RAZETO, L. O papel central do trabalho e a economia da solidariedade. *Revista Proposta*, São Paulo, n. 75, 1997. Disponível em: <https://cutt.ly/tvF1H6X>. Acesso em: 21 abr. 2021.
- RAZETO, L. *Lecciones de Economía Solidaria: Realidad, Teoría y Proyecto*. Santiago: Ediciones Uvirtual.net, [2006].
- SECCO-OLIVEIRA, L. D. P. D.; SCOPINHO, R. A. Economia solidária e subjetividade: reflexões sobre teorias e práticas. In: MATTOS, M. J. V. M.; QUINTERO, R. S.; PEREIRA, S. C. *Interdisciplinaridade e interprofissionalidade: um diálogo com diferentes campos do conhecimento*. Curitiba: CRV, 2021. p. 47-70.
- SENAES. *Atlas de Economia Solidária*. Brasília: TEM; Senaes. 2006. Disponível em: <https://goo.gl/ePNLP8>. Acesso em: 4 abr. 2022.
- SINGER, P. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- SINGER, P. *Economia solidária: possibilidades e desafios*. Proposta, n. 88/89, 2001. Disponível em: <https://goo.gl/ZFB9aN>. Acesso em: 04 abr. 2022.
- SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (org.). *A Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000. p. 11-30.
- SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S. (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 81-130.

- SOARES, G. J. V.; GOMES DE SÁ, M. Reflexões sobre poder e controle nas organizações da economia solidária (EES): um olhar à luz dos bichos de Orwell. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, 2005. Disponível em: <https://cutt.ly/BvF0An0>. Acesso em: 21 abr. 2021.
- TAUILE, J. R. Do socialismo de mercado à Economia Solidária. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 1, 2002. Disponível em: <https://cutt.ly/SvF0Udp>. Acesso em: 21 abr. 2021.
- TAUILE, J. R. *Trabalho, autogestão e desenvolvimento: escritos escolhidos 1981-2005*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. 385 p.
- TEIXEIRA, L. R. Teorias e práticas da economia solidária: empreendimentos no Brasil e na Bahia. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 5., 2007, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Nesol-USP, 2007. p. 1-19. Disponível em: <https://cutt.ly/lvF0bhM>. Acesso em: 21 abr. 2021.
- TIRIBA, L. A economia popular solidária no Rio de Janeiro: tecendo fios de uma nova cultura do trabalho. In: SINGER, P.; SOUSA, A. (Org.) *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000. p. 221-243.
- TIRIBA, L. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 26, n. 2, 2008. Disponível em: <https://cutt.ly/bvF0jLS>. Acesso em: 21 abr. 2021.
- VAINER, C. O presente de um futuro possível. In: GUIMARÃES, G. (org.). *Sindicalismo e Cooperativismo: a economia solidária em debate*. São Paulo: Unitrabalho, 1999. p. 37-62.
- VAINER, C. Controle Político dos Miseráveis ou Utopia Experimental? *Unitrabalho Informa*, São Paulo, n. 10. São Paulo: Unitrabalho, 2000.
- VERONESE, M. V. *Psicologia social e economia solidária*. Porto Alegre: Idéias & Letras, 2008.

VIEIRA, F. M. *Coerência e aderência da Economia Solidária: um estudo de caso dos coletivos de produção do MST em Mato Grosso do Sul*. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – USP, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://cutt.ly/EvF0egj>. Acesso em: 21 abr. 2021.

WANDERLEY, C. F. *Crítica aos empreendimentos de economia solidária: sob o aspecto da precarização da força de trabalho no Maranhão de 2003 a 2012*. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – UFMA, São Luís, 2012. Disponível em: <https://cutt.ly/HvF15sy>. Acesso em: 21 abr. 2021.

WELLEN, H. A. R. Contribuição à crítica da ‘Economia Solidária’. *Katálisis*, Florianópolis, v. 11, n. 1, 2008. Disponível em: <https://cutt.ly/avF13ey>. Acesso em: 21 abr. 2021.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

ENLACES: UMA EXPERIÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO E INCUBAÇÃO DE EMPREENHIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19

Daniela Maria de Santana¹⁰

Renata Souza Rolim¹¹

Vanderson Gonçalves Carneiro¹²

INTRODUÇÃO

O Espaço Colaborativo da Economia Solidária (EnlaCES) está inserido nas ações do projeto de extensão INCUBES: Economia Solidária e Segurança Alimentar e Nutricional, desenvolvido pela Incubadora de Empreendimentos Solidários vinculada ao Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Economia Solidária e Educação Popular da Universidade Federal da Paraíba (Incubes-Nuplar-UFPB).

A Incubes, criada no ano de 2001, é uma importante referência no estado da Paraíba no que se refere ao apoio a grupos voltados à economia solidária, somando ao longo desses anos inúmeras ações de assessoramento e formações aos grupos populares, movimentos sociais e trabalhadores dos empreendimentos econômicos solidários. O Nuplar, por sua vez, criado no ano de 2014, busca contribuir com o desenvolvimento local e a geração de tecnologias sociais, além de promover novas perspectivas conceituais e práticas para o papel social da universidade, estimulando a reflexão de

10 Graduada em Economia Doméstica, integrante da Incubes/Nuplar da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

11 Mestre em Economia Doméstica. Integrante da Incubes/Nuplar da UFPB.

12 Doutor em Ciência Política Integrante da Incubes/Nuplar da UFPB.

questões epistemológicas nos exercícios da pesquisa, ensino e extensão na área da economia solidária, educação popular, cultura, extensão popular, segurança alimentar e nutricional, entre outros temas correlatos e presentes na dinâmica dos setores populares, movimentos sociais e EES.

A carência de dados e informações atualizados sobre as diversas realidades em que os grupos de economia solidária estão inseridos prejudica na elaboração de ações e implementação de políticas públicas que contemplem os grupos. A descontinuidade de políticas de mapeamento, bem como de atualização e cadastramento de novos grupos implica no desconhecimento dos contextos dos EES e de suas práticas sociais singulares, além disso, interfere no planejamento e execução de ações de extensão universitária.

No Brasil, a primeira experiência de mapeamento dos EES se deu entre os anos de 2005 e 2007. Os dados levantados desse mapeamento foram sistematizados através do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies). Posteriormente, em 2009, deu-se início ao segundo mapeamento, que foi finalizado em 2013. O segundo mapeamento identificou em 2.713 municípios brasileiros, de todos os estados da federação, cerca de 19.708 empreendimentos, entre empreendimentos novos (60,2%) e parte de grupos revisitados (39,8%) do primeiro mapeamento (SILVA; CARNEIRO, 2016).

Assim, o Sies constituiu-se enquanto uma importante base de dados e informações sobre o contexto da economia solidária no país. Entretanto, há uma lacuna de dados e informações sistematizadas atualizadas sobre a economia solidária no país, considerando o período de 2014 até os dias atuais, visto que não houve mais a realização desses mapeamentos. Além disso, esse período é marcado por grandes mudanças no cenário político, econômico e social do Brasil, de modo que, diante desse contexto, tais informações são fundamentais para compreender as circunstâncias que circundam o universo dos EES e o planejamento de ações e políticas públicas.

Diante deste cenário, potencializado com a crise sanitária, econômica e social acarretada pela pandemia do novo coronavírus, SARS-CoV-2 causador da doença covid-19, motivou-se para realização de um levantamento a fim de conhecer e compreender a realidade em que se encontravam

os grupos de economia solidária do estado da Paraíba/Brasil e, através dessas informações, construir de forma participativa com esses grupos/empreendimentos o *site* do EnlaCES.¹³

Para Schiochet (2020), a crise provocada pelo novo coronavírus não coloca a economia solidária em xeque do mesmo modo que coloca o sistema econômico dominante, pelo contrário, reafirma a necessidade, urgência e oportunidade para a construção de um novo sistema econômico, em que a economia solidária tem muito a contribuir.

Nesse sentido, reafirma-se o papel das incubadoras universitárias, que, no âmbito da economia solidária, através de suas práticas de incubação com metodologias educativas e participativas, além de seu caráter multidisciplinar, buscam construir, juntamente com os grupos, processos que contribuam para sua autogestão, o desenvolvimento local, a promoção da emancipação humana e a transformação social. Esse movimento de ultrapassar os muros das universidades dialogando com setores da sociedade, pautado em suas problemáticas e demandas (sociais, culturais e econômicas), estabelecendo um compromisso, faz com que, de acordo com Dubeux (2018), a extensão seja considerada um importante elemento de articulação da pesquisa e do ensino, a serviço da sociedade.

Para Melo Neto (2014), através da extensão, pode-se mirar no ensino, ou, ainda, realizar pesquisas, associando-os em atividades simultâneas. Melo Neto (2017) ainda explica a extensão popular inserida na categoria do trabalho social útil, voltado aos setores sociais excluídos e imbuído de intencionalidade da transformação da realidade. Extensão popular como trabalho porque, numa perspectiva crítica e não alienante, o extensionista, ao articular teoria e prática, atua sobre o processo de transformação da realidade objetiva e de produção de novos conhecimentos. A categoria social relaciona-se ao conceito de extensão porque esta acontece sobre uma realidade material, que não se realiza de forma individual e que extrapola os muros da universidade. É útil porque volta-se para atender uma necessidade humana.

13 Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/nuplar/contents/noticias/incubos-nuplar-realizara-lancamento-do-site-enlaces-espaco-colaborativo-da-economia-solidaria/card-lancamento-enlaces.jpeg/view>

Dessa forma, tomando como premissa para suas práticas a extensão popular, a Incubes busca adaptar suas ações de acompanhamento e incubação dos EES no contexto da pandemia de covid-19. Assim, este trabalho tem como objetivo discorrer sobre a experiência de acompanhamento e incubação dos EES que compõem o EnlaCES no contexto da pandemia da covid-19.

METODOLOGIA E BREVE RELATO DE EXPERIÊNCIA

Em termos metodológicos e da própria concepção de extensão universitária adotada, a Incubes desenvolve suas atividades de modo que as relações e parcerias estabelecidas com a comunidade e empreendimentos de economia solidária requerem ações de imersão e acompanhamento de médio e longo prazo. Ou seja, trata-se de manter dinâmicas e processos continuados de diálogos, formação, assessoria técnica e acompanhamento aos EES e aos territórios/comunidades nos quais estão inseridos, enquanto condição para o fortalecimento e autonomização dos empreendimentos.

No entanto, diante do quadro de isolamento social, readequar formas de atuação e incubação, de modo que se mantenha o foco na promoção do fortalecimento e autonomização dos grupos participantes, tem sido desafiador. Um dos pilares das ações de incubação é a promoção da autogestão, constituindo, assim, um desafio metodológico neste contexto de pandemia, ou seja, manter esta premissa em um momento tão delicado, em que grande parte dos trabalhadores e trabalhadoras dos EES passa por dificuldades, necessitando de atendimentos básicos e emergenciais que garantam sua subsistência.

Desse modo, uma das alternativas de readequação encontradas, devido à necessidade de informações atualizadas e sistematizadas dos EES no estado da Paraíba, bem como para compreender a realidade vivenciada pelos grupos de economia solidária no estado, foi a aplicação de um formulário virtual elaborado através do Google Forms.

Esse instrumento de coleta de dados foi estruturado em seis blocos, a saber: (1) perfil do grupo/empreendimento; (2) histórico; (3) organização

do grupo; (4) apoio e movimento; (5) comercialização/prestação de serviços; e (6) pandemia.

Na elaboração do formulário, foram discutidas as dimensões presentes nos instrumentos aplicados no Mapeamento da Economia Solidária (primeiro e segundo mapeamentos), bem como os itens presentes no Cadastramento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (Cadsol). No entanto, procurou simplificar essas informações e adaptá-las ao atual contexto, de modo que se pudesse, por um lado, facilitar a aplicação do instrumento, uma vez que seria autoaplicável pelos EES, e, por outro, possibilitasse informações atuais sobre a situação dos EES no contexto da pandemia.

Com isso, procurou-se saber a forma organizativa dos grupos; tipo de trabalho realizado; em qual município o grupo estava localizado; ano de criação do empreendimento; histórico de criação dos grupos; existência de *sites* e/ou redes sociais, por exemplo.

Também foi analisado se os EES receberam apoios (por exemplo, financeiros, assessoramentos, formação) de outras instituições/organizações nos últimos cinco anos; participação em fóruns, movimentos sociais, ações comunitárias etc.; formas de comercialização de seus produtos/serviços (feiras, diretamente com consumidores, *sites*/redes sociais), entre outras questões.

E, por fim, buscou-se compreender como os grupos estavam nesse contexto de pandemia, por exemplo, se estavam produzindo; se foi necessário substituir o produto/serviço principal para atender novas demandas; e suas principais dificuldades ante as medidas de contenção e proteção à saúde e à vida.

Para iniciar o levantamento dos EES, a equipe da Incubes, constituída por 2 docentes; 8 discentes do curso de Gestão Pública da UFPB; 2 servidores técnico-administrativos do Nuplar; e 1 colaborador externo (representante dos EES), partiu do banco de dados disponibilizado pelo Núcleo de Economia Solidária da Superintendência Regional do Trabalho da Paraíba, que era a instituição responsável pelo cadastramento dos EES no Cadsol na Paraíba. Optamos por este ponto de partida pois o Cadsol tem as informações mais recentes dos EES, inclusive com contatos dos EES.

Partimos de um universo de 50 EES cadastrados no Cadsol especificamente da cidade de João Pessoa. Para entrar em contato com os EES, a equipe foi dividida por segmentos dos EES (agricultura familiar; artesanato; catadores e outros). Os contatos iniciais foram realizados por *e-mail* e por telefone. O formulário foi disponibilizado no *site* institucional do Nuplar, bem como em grupos de Whatsapp formados por EES da Paraíba. Com esta disponibilização e divulgação pela internet e redes sociais, o projeto ampliou o levantamento para outras cidades da Paraíba.

Dessa forma, no período de junho a setembro do ano de 2020, obtivemos 23 respostas de grupos organizados entre grupos informais, associações ou cooperativas, de diferentes segmentos de trabalho (artesanato, agricultura familiar, finanças solidárias, catção de materiais recicláveis, alimentação saudável, assessoria técnica e terapias holísticas), localizados nos municípios de Areia, Bananeiras, Cabedelo, Cruz do Espírito Santo, Logradouro, João Pessoa e Pitimbu (Tabela 1).

Tabela 1 – Empreendimentos econômicos solidários que compõem o EnlaCES.

Município	EES
Areia	Quilombo Senhor do Bonfim
Bananeiras	Cooperativa dos Agricultores Familiares do município de Bananeiras (Coopafab)
Cabedelo	Associação dos Artesãos Farol de Cabedelo
Cruz do Espírito Santo	Cooperativa Agroecológica Mista da Várzea Paraibana (Comase)
João Pessoa	Arte em nós
João Pessoa	Associação de Artesãos Sereias da Penha

João Pessoa	Banco Comunitário de Desenvolvimento Jardim Botânico (BCDJB)
João Pessoa	Chapéus Curiosa Artesanais
João Pessoa	Afya
João Pessoa	Mãos de Fada
João Pessoa	Unilins
João Pessoa	Umbu
João Pessoa	Ecolanches
João Pessoa	Associação Arte Solidária (Artesol)
João Pessoa	Mulheres de Mãos Dadas
João Pessoa	Associação dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (Catajampa)
João Pessoa	Cooperativa Estadual de Empreendimentos Econômicos Solidários (Ecosol/PB)
João Pessoa	Cooperativa de Sociólogos Solidários (Coopssol Brasil)
Logradouro	Grupo Esperança Viva de Logradouro
Pitimbu	Associação Ecosul
Pitimbu	Lia Artescama
Pitimbu	Cooperativa dos Produtores Rurais da Agricultura Familiar (Coopasa)
Pitimbu	Associação dos Agricultores da Apasa do Abiaí (Apasa)

Fonte: elaboração própria.

Com as respostas desses EES, a equipe da Incubes seguiu com o projeto e passou para a fase de construção colaborativa da plataforma virtual. Para isto, a equipe entrou novamente em contato com os grupos, e foram realizadas reuniões virtuais, através do Google Meet, além de telefonemas e comunicação via WhatsApp para construção colaborativa do *site* do EnlaCES, lançado no mês de outubro de 2020. Após o lançamento do *site*, o projeto passa para uma terceira etapa que trata de ações de acompanhamento remoto dos EES diante do atual contexto de pandemia da covid-19.

Posteriormente, no mês de novembro de 2020, escolheu-se criar uma rede social para o EnlaCES, o Instagram, por ser uma das mais utilizadas no mundo e com isso aumentar a visibilidade dada aos grupos. Faz-se uso ainda, mas em menor proporção, do canal do YouTube da Incubes para postagens de vídeos, e do WhatsApp para distribuir materiais de divulgação sobre os produtos dos EES.

Diante deste processo de construção colaborativa, fazemos a reflexão que o EnlaCES vem se configurando a partir de quatro eixos de ação, são eles: (1) levantamento de informações atualizadas e sistematizadas dos grupos de economia solidária no estado, bem como compreensão da situação e da atuação desses EES, sobretudo no contexto pandêmico; (2) configuração e disponibilização desta plataforma/*site* como um espaço de visibilidade dos EES, suas histórias, lutas, saberes compartilhados, sendo que o processo de criação e inserção de conteúdos nos canais de comunicação se dá de forma colaborativa com os grupos vinculados ao projeto; (3) de forma mais ativa, a realização de campanhas, feiras virtuais e atividades diversas (como datas comemorativas e agendas, por exemplo) para promover a comercialização dos EES, de modo a contribuir com o escoamento de produtos e serviços, drasticamente afetados pela pandemia; e (4) estratégia de acompanhamento/incubação dos EES, levando em consideração a readequação de metodologias, atendimento a demandas de curto prazo (emergenciais), sem perder o foco na promoção da autogestão dos EES.

Desse modo, o processo de manutenção e inserção de conteúdos no *site* e afins se dá de forma colaborativa e contínua com os grupos vinculados

ao projeto. Assim, a partir de reuniões, via videoconferência, a equipe Incubes junto com os trabalhadores e trabalhadoras dos EES fazem um levantamento de conteúdos necessários, bem como propostas de novos itens, espaços no *site*, e também ideias e agendas das campanhas e datas comemorativas. Esta atividade compreende uma proposta metodológica de fazer com que os EES possam ter autonomia na produção de seus conteúdos e que trabalhem de forma colaborativa com os demais integrantes do projeto.

Além disso, tanto essa proposta colaborativa como a realização de campanhas, feiras virtuais e outras atividades objetivam estreitar laços entre os EES, e entre estes e os consumidores e outros atores da sociedade civil e gestores públicos. É uma ideia inicial de constituição de redes e cadeias solidárias. Em analogia à teoria das redes e à matemática, o termo enlaces é uma coleção de nós (nó de redes) que não se cruzam, mas que podem ser ligados. Estas atividades com os grupos têm esse potencial/vocação.

Ressalta-se, ainda, que esse levantamento corresponde a uma primeira fase do projeto, uma vez que o formulário para inscrição no EnlaCES continua aberto aos EES que desejam fazer parte do projeto.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste tópico apresentaremos alguns resultados desta experiência levando em consideração os eixos de ação do EnlaCES citados anteriormente na metodologia.

Em relação ao eixo 1 sobre informações dos EES, com o levantamento, obteve-se 23 respostas de diferentes EES organizados em cooperativas (30%; n = 7); associações (35%; n = 8); e grupos informais (35%; n = 8). Esse resultado revela a diversidade organizativa dos grupos de economia solidária, como também visto por Silva (2017), no estudo *Análise das Dimensões Socioestruturais dos Empreendimentos de Economia Solidária no Brasil*.

Esse resultado ainda, tal como o estudo do autor supracitado, apontou para uma considerável fragilidade institucional dos empreendimentos,

visto que associações possuem limitações para atividades comerciais (apesar de sua formalização jurídica), e os grupos informais, por sua vez, têm dificuldade de acessar financiamentos e programas governamentais de apoio, poucas garantias contratuais de seus associados em relação ao funcionamento do empreendimento e garantia de seu trabalho (SILVA, 2017). Por sua vez, tendo como base o universo dos EES na cidade de João Pessoa e cidades vizinhas que constam no banco de dados do Cadsol, aqueles EES que responderam o formulário e estão presentes no EnlaCES são aqueles EES que, mesmo neste contexto de pandemia e diante de inúmeras dificuldades (antigas e novas), possuem alguma atividade e organização enquanto coletivos, como podemos ver na presença de organizações formais (cooperativa e associações). O outro lado da moeda, entretanto, nos leva a ver um cenário ainda pior para os grupos informais, que frequentemente são as formas de organização predominantes, especialmente nos centros urbanos.

No que se refere à localização dos EES, foi constatado que 60,8% (n = 14) estavam localizados nos municípios de João Pessoa; 17,4% (n = 4), em Pitimbu; 4,34% (n = 1), em Bananeiras; 4,34% (n = 1), em Cabedelo; 4,34% (n = 1), em Cruz do Espírito Santo; 4,34% (n = 1), em Logradouro; e 4,34% (n = 1), em Areia. Esta concentração na cidade de João Pessoa e nos municípios próximos à capital paraibana se deu em grande medida pois o levantamento na sua primeira fase foi direcionado para os EES que são ou comercializam nesta região.

Entre os tipos de trabalhos desenvolvidos pelos grupos, 39,1% (n = 9) realizam artesanato; 26,1% (n = 6) são voltados à agricultura familiar; 8,7% (n = 2), a atividades de recicláveis e reutilizáveis; 8,7% (n = 2), a agricultura familiar e artesanato; 4,3% (n = 1), a finanças solidárias; 4,3% (n = 1), a alimentação urbana; 4,3% (n = 1), a assessoria técnica; e 4,3% (n = 1), a terapias holísticas.

A experiência de incubação de vários EES de distintos segmentos de trabalho reforça e fortalece as relações de trocas, diálogos e interações características da economia solidária. Essa articulação entre vários EES, conforme França Filho e Cunha (2009), propicia um intercâmbio de experiências e saberes formativos.

Em relação ao ano de constituição dos EES, 8,7% (n = 2) foram criados entre os anos de 1995 e 1999; 21,8% (n = 5), de 2000 a 2009; 65,2% (n = 15), entre 2010 e 2019; e 4,3% (n = 1) não souberam responder. O que mostra uma evolução crescente da criação dos empreendimentos, sobretudo na última década. Embora esse período seja marcado por uma série de fragilidades na institucionalização da política pública de economia solidária a nível nacional (como o deslocamento da Secretaria Nacional de Economia Solidária – Senaes para uma subsecretaria e posterior extinção em 2019), na Paraíba observa-se um fenômeno de fortalecimento da economia solidária (CARNEIRO; SILVA, 2018; MELO, 2020). Em 2015, a partir da Medida Provisória nº 230/2015, foi criada a Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária (Sesaes), o que marca um importante avanço para o movimento local, a partir da institucionalização da política pública, visto a fragilidade da política a nível nacional.

O ano de criação nos permite indicar ainda que os EES já possuem uma caminhada na economia solidária, e, quando relacionado ao tipo de organização, corrobora a ideia de que determinados graus de organização coletiva, presença dos princípios solidários e articulações com outros atores contribuíram para o enfrentamento inicial das dificuldades advindas do contexto de pandemia.

As histórias sobre a criação dos grupos são bastante particulares e específicas, mas sobressai a vontade dos trabalhadores e trabalhadoras em se organizarem enquanto grupos de economia solidária; a formalização de seus empreendimentos, seja em associações ou cooperativas; a busca por melhores condições de trabalho e espaços para comercialização; a autonomia; entre outros motivos que justificam e concretizam as histórias de constituição dos grupos.

A maioria dos grupos incubados recebeu pelo menos algum tipo de apoio nos últimos cinco anos. Entre os tipos de apoio recebidos, estavam formações; recursos materiais (maquinários, equipamentos); recursos financeiros; bens de consumo; bens de produção (matérias-primas); assessoria técnica; e de comercialização. E grande parte dos EES também

participava de movimentos sociais, ações comunitárias, redes de comercialização e fóruns de economia solidária.

As formas de comercialização dos grupos antes de se dar a pandemia eram as mais variadas, como feiras livres e itinerantes, Programas de Compras de Alimentos, lojas físicas, eventos diversos e Centro Público de Economia Solidária. No entanto, com as necessárias medidas de contenção para evitar a transmissão do novo coronavírus, SARS-CoV-2, os grupos, de maneira geral, tiveram dificuldades para escoar suas produções e ofertar seus serviços. Dessa forma, buscou-se conhecer a situação dos grupos nesse contexto pandêmico, visto que somente com informações atualizadas as ações de extensão podem ser melhor planejadas, executadas e avaliadas.

A maioria dos grupos estava desenvolvendo suas atividades, não sendo necessário, significativamente, substituir seus principais produtos/serviços, porém com algumas dificuldades, como falta de recursos para produção; falta de algumas matérias-primas; diminuição das chamadas públicas e dos editais específicos com os quais os grupos trabalhavam; falta de alguns equipamentos; falta de interesse dos associados/cooperados, visto que com a pandemia o desgaste emocional e psicológico foi, de sobremaneira, acentuado, além das dificuldades impostas pela pandemia, como a restrição de espaços para comercialização.

Em relação ao eixo 2, de construção conjunta da plataforma/site como forma de dar visibilidade aos EES, seus produtos e formas de comercialização, a partir da análise das informações coletadas por meio do formulário, através de metodologia participativa, realizou-se reuniões virtuais para se construir junto com os grupos de economia solidária uma plataforma – EnlaCES – a fim de dar visibilidade aos seus EES, suas histórias, lutas, saberes compartilhados, acontecer solidário, e de forma mais ativa a promoção de campanhas, feiras virtuais e atividades diversas com o intuito de potencializar a comercialização, devido, sobretudo, às dificuldades e necessidades de escoamento dos produtos e serviços, drasticamente impactada pela pandemia.

No site do EnlaCES, cada grupo possui uma aba/um espaço em que é apresentada a história de constituição, os produtos/serviços ofertados, a

forma de comercialização, algumas fotos para ilustrar os trabalhos desenvolvidos e logomarcas para representá-los visualmente, além de divulgar seus contatos, dado que o EnlaCES tem o objetivo de dar visibilidade, mas não de comercializar em sua plataforma, ou seja, a comercialização é de total responsabilidade dos grupos em seus próprios espaços. É importante enfatizar ainda que o próprio processo de construção do site contribui para um resgate histórico de constituição desses grupos de forma sistematizada e acessível. Dessa forma, o EnlaCES tem se configurado como um espaço importante na visibilidade desses grupos.

“Os Saberes Compartilhados” é um local no site em que os trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária podem expressar como se dão seus processos formativos/educativos e suas trocas de saberes e experiências quando em diálogo com outros EES. Como exemplo, citamos o EES Ecosol-PB, que no ano de 2019 realizou o projeto “Fazendo Acontecer: resgatando saberes” com o objetivo de motivar a construção de saberes e reflexão voltados para a ação, ou seja, o aprender fazendo junto com os outros. Criou-se, assim, um espaço de troca de saberes entre o público externo e os empreendedores solidários, promovendo diversas oficinas de artesanato. No entanto, com a pandemia e as medidas de restrições a feiras e eventos, as artesãs se organizaram e iniciaram a confecção de máscaras de proteção para serem vendidas e outras doadas às pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Nesse sentido, destaca-se um espaço do site chamado “Acontecer Solidário”, que objetiva visibilizar as manifestações de solidariedade inerentes nas práticas dos grupos de economia solidária, reafirmando suas existências e, principalmente, sua resistência frente aos contextos de profundas desigualdades sociais. Práticas essas que são comuns entre os grupos econômicos solidários, mas que a sociedade, em geral, desconhece. Assim, esse espaço oportuniza o conhecimento dessas práticas que reforçam princípios basilares da economia solidária, como a cooperação e a solidariedade na construção de relações sociais mais justas, solidárias e democráticas.

Um dos exemplos que se sobressaiu no âmbito do Acontecer Solidário foi a campanha “Sopão Solidário”, que consistiu na distribuição

de sopas na Comunidade São Rafael (localizada na periferia do município de João Pessoa) pelo grupo Ecolanches. A Ecolanches (outro projeto desenvolvido pela Incubos) é uma lanchonete formada por dez mulheres também residentes da comunidade São Rafael que desenvolvem seu trabalho dentro do Campus I (João Pessoa) da UFPB, oferecendo lanches e refeições saudáveis à comunidade acadêmica. Com a pandemia, as atividades acadêmicas e administrativas da universidade foram substancialmente reduzidas e o trabalho delas teve que ser interrompido, refletindo de maneira drástica em sua renda e, consequentemente, na qualidade de vida de suas famílias.

Acompanhada por outros projetos de extensão da UFPB, dos Departamentos de Engenharia da Produção e Psicologia, a campanha foi uma das ações construídas coletivamente com o grupo em que, através de arrecadação de recursos financeiros e doações de alimentos oriundos de grupos da agricultura familiar, realizava-se ao menos uma vez por semana a distribuição de sopas, feitas pelas trabalhadoras da Ecolanches, para as suas famílias e também de sua comunidade, sendo beneficiadas aproximadamente 100 pessoas a cada ação executada.

No caso do eixo 3, referente às campanhas, feiras virtuais e atividades, como datas comemorativas, por exemplo, são ações que apontam para quatro dimensões importantes que o processo de incubação almeja atingir, a saber: (1) divulgar os produtos e serviços dos EES com a possibilidade de promover a comercialização; (2) promover uma ação específica, de caráter solidário e que expresse os princípios da economia solidária; (3) buscar um estreitamento de laços entre os EES, consumidores e demais atores, isto é, são embriões de futuras redes; e (4) procurar exercitar/vivenciar a participação e autogestão dos EES. Acredita-se ainda que essas campanhas, feiras e atividades realizadas pelo EnlaCES potencializam as relações entre sujeitos que buscam por um mundo mais justo, democrático e solidário.

Nesse sentido, o EnlaCES realizou no mês de dezembro de 2020 a campanha “Brinquedos em Rede” apoiando o projeto “Por um Natal Feliz 2020”, do Instituto Voz Popular (IVP) em parceria com um dos EES acompanhados pelo projeto, o Banco Comunitário de Desenvolvimento

Jardim Botânico. Esse projeto é desenvolvido há 11 anos na comunidade de São Rafael com o objetivo de arrecadar brinquedos e distribuí-los às crianças na noite de Natal.

A campanha Brinquedos em Rede teve por objetivo incentivar a aquisição de brinquedos produzidos pelos grupos de artesanato do EnlaCES, estimulando assim o resgate dos brinquedos tradicionais, além de contribuir com a geração de renda dos EES e aumentar o número de brinquedos arrecadados para o projeto. A campanha foi viabilizada por meio do *site* e do Instagram do EnlaCES, como também através de grupos de WhatsApp, a fim de ampliar o seu alcance. Desse modo, o EnlaCES contribuiu com a divulgação; já os doadores interessados em participar da campanha entravam em contato com os grupos, que destinavam os brinquedos diretamente ao IVP.

Como resultado, de acordo com os artesãos dos grupos, aumentou-se o número de vendas dos brinquedos, inclusive daqueles que estavam disponíveis há cerca de um ano na loja física da Ecosol/PB, localizada no Centro Público Estadual de Economia Solidária (Pedro Belarmino), e os artesãos se sentiram estimulados a produzirem mais e novos brinquedos para as próximas campanhas, feiras virtuais ou datas comemorativas.

No que tange às feiras virtuais, também no mês de dezembro do ano de 2020, o EnlaCES promoveu a “Feira Natalina da Economia Solidária”, que buscava destacar os artigos relacionados a esse período, desde artigos artesanais a produtos alimentícios produzidos pelos grupos. Assim, como na campanha Brinquedos em Rede, divulgou-se os trabalhos dos EES, junto com seus contatos (telefone/ WhatsApp, *sites* e/ou redes sociais), no *site* e também na rede social do projeto com o intuito de ampliar a possibilidade de comercialização dos empreendimentos.

Por fim, o eixo 4, voltado para estratégias de acompanhamento/incubação dos EES, levando em consideração a readequação de metodologias, atendimento a demandas de curto prazo (emergenciais), sem perder o foco na promoção da autogestão dos EES. É importante destacar novamente que a metodologia desenvolvida para promover essas ações consiste na

divisão da equipe da Incubes em duplas para acompanhar, remotamente, determinado número de EES. Nesse sentido, a equipe da Incubes vem buscando orientá-los na obtenção de fotos e informações mais específicas dos produtos/serviços, a fim de colaborar na construção de materiais e produção de conteúdos sobre os empreendimentos para promover a possibilidade de comercialização e dar visibilidade aos EES nas redes sociais e no *site* do EnlaCES. Neste trabalho de acompanhamento, também procura-se levantar demandas dos grupos no que tange às formações específicas de comercialização pela internet e formas de pagamento *on-line*, uso das redes sociais, processos formativos nos temas da economia solidária, entre outros.

Por sua vez, e como indicado, mesmo sendo um espaço idealizado inicialmente com o objetivo de dar visibilidade aos EES, suas histórias e produtos, o EnlaCES tem uma proposta ativa de estimular as interações entre os EES, destes com os consumidores, além de uma busca de sensibilização da sociedade em geral para a economia solidária e os seus trabalhadores e trabalhadoras.

Neste aspecto, e tendo como norte o fortalecimento de laços entre os EES e vocações de constituição de redes de comercialização, o trabalho de acompanhamento/incubação visa potencializar ações e atividades que criem intercâmbios entre os EES, sendo que estas atividades e ações têm intenções e temas bem definidos, normalmente consubstanciado pela própria prática solidária dos EES. Ou seja, uma intenção de potencializar as características inerentes desta outra forma de fazer economia.

Assim, o acompanhamento/incubação procura destacar, por um lado, as características dos EES que fazem parte do EnlaCES, como, por exemplo, os tipos de produtos, quantidade de produção, dificuldades de comercialização e outros dados que indiquem aspectos socioeconômicos dos grupos, e, por outro lado, as vocações destes na formação de redes, sejam de comercialização, sejam redes de apoio, tão necessárias neste momento. Esta é uma estratégia de acompanhamento/incubação que se inspira nas diversas estratégias e experiências no campo da economia solidária de formação de redes solidárias.

O próprio trabalho de acompanhamento/incubação busca a articulação com outras entidades de apoio, poder público e/ou projetos/atividades de extensão desenvolvidos na própria universidade. Em suma, os trabalhos de acompanhamento/incubação visam promover processos de autogestão, de intercâmbio entre os EES e de apoio às suas comunidades/territórios. Isto se dá numa ideia-chave que permeia o trabalho de acompanhamento/incubação: ao apoiar um grupo ou pensar em alguma atividade, a ação procura envolver o maior número de EES e atores na elaboração e execução. *O que dá para fazer em cooperação?*

No desenvolvimento das ações neste pequeno espaço de tempo de vida do EnlaCES, podemos destacar algumas ações que refletem este acompanhamento/incubação. Salienta-se, por exemplo, a articulação do projeto Sisan Universidades UFPB, também desenvolvido no âmbito da Incubes – voltado à segurança alimentar e nutricional com foco na garantia do direito humano à alimentação e à nutrição adequada –, com um grupo de voluntários do Mutirão do Bem Viver, da Paraíba. Nesta articulação, foi possível garantir a aquisição de cestas de produtos agroecológicos de pequenos agricultores e famílias assentadas da reforma agrária. Estes produtos foram doados para o Grupo Ecolanches, que, a partir desta doação e de recursos arrecadados na Campanha do Sopão Solidário, pôde realizar a produção de sopas que foram distribuídas na comunidade São Rafael, assegurando, assim, acesso a alimentos seguros, saudáveis e mais nutritivos, característicos dos produtos agroecológicos.

Para o grupo Ecolanches em particular, esta ação possibilitou às trabalhadoras, além do recebimento de alimentos para suas famílias, a possibilidade de continuidade das interações dentro do grupo (rompidas neste contexto da pandemia) e, assim, de dar continuidade a processos formativos autogestionários, bem como possibilitou a estas trabalhadoras, nas interações externas, a vivência em ações solidárias para e com a comunidade em que estão inseridas.

Outro exemplo, na própria comunidade São Rafael, foi o apoio dado pelo EnlaCES na realização da Feira Agroecológica Popular. Esta feira

mobiliza três EES da agricultura familiar: a Ecovarzea e Comase; um EES de finanças, o BCDJB; e um EES de serviços/assessoria, a Coopssol Brasil, e tem como objetivo levar feiras agroecológicas para as periferias urbanas. Nesta ação, além de formação de redes de alimentação agroecológica na realização de feiras, levanta-se uma importante questão do local de realização destas feiras, aproximando e levando às periferias alimentos de verdade. Outra ação com foco nos grupos informais é a inclusão de produtos de limpeza (sabão ecológico) do grupo Mulheres de Mãos Dadas como um dos produtos comercializados na Cesta de Alimentos vendida por *delivery* por outro EES da agricultura familiar, o Quilombo Senhor do Bonfim, que está vinculado ao grupo Ecosol-PB.

Por fim, outro exemplo, já citado anteriormente no eixo 3, foi a campanha de Brinquedos em Rede, que mobilizou os EES, especialmente de artesanato, na distribuição de brinquedos a crianças de uma comunidade. Destaca-se a sensibilização dos consumidores, tanto aqueles que tradicionalmente já faziam doações para o IVP quanto novos que participaram da campanha entendendo que a compra e doação de brinquedos contribuiria tanto para os EES quanto para as crianças da comunidade.

Em síntese, estas ações buscam manter o assessoramento aos grupos, estreitando laços, estimulando o diálogo entre eles, atualizando as informações do *site*/Instagram do EnlaCES. Desse modo, as trocas de experiências são contínuas, as dificuldades e a busca por soluções para enfrentar os desafios, intensificados com a pandemia, tanto por parte dos EES como da Incubes, são inúmeros, mas se entende que a melhor forma de encontrar caminhos é através do fortalecimento da economia solidária, de forma colaborativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do EnlaCES denota uma construção colaborativa, dialógica e continuada que surge a partir do contexto e das necessidades dos EES locais diante dos desafios econômicos e sociais vivenciados pela

pandemia da covid-19, constituindo-se, assim, como uma prática de extensão universitária popular. Nesse sentido, o acesso a informações atualizadas sobre o contexto, configuração e desafios dos EES, bem como o contínuo diálogo, é de fundamental importância para implementação de políticas públicas e ações que visem fortalecer a economia solidária no território.

O levantamento de informações realizado inicialmente pelo projeto contribuiu para entender as práticas e desafios vivenciados pelos EES no contexto da pandemia. O levantamento inicial, através do envio de formulário *on-line* aos grupos, permitiu perceber quais EES estavam com atividades suspensas ou não, a inserção desses grupos no meio virtual, as práticas solidárias entre os grupos, a estrutura organizativa, o histórico de constituição, os segmentos de trabalho, as formas de comercialização e, partindo desse contexto, construir diálogos para superação ou minimização dos impactos da pandemia. A principal forma de comercialização dos EES antes da pandemia era presencial, o que gerou grande impacto para essa atividade, agravado pela pouca inserção dos grupos no meio virtual. Partindo dessa circunstância, o projeto vem contribuindo para dar visibilidade a esses grupos, para além dos produtos, mas às práticas, lutas e saberes que circundam o universo da economia solidária no contexto local. A construção do *site* do EnlaCES, fundamentado nas necessidades apontadas pelos EES no contexto da pandemia, tem se constituído como uma forma de acompanhamento e incubação dos EES, que, através das reuniões e constantes diálogos, se dá de maneira colaborativa e participativa. Além disso, vem contribuindo para a construção e facilitação do acesso a informações sobre os EES no território, uma vez que o *site* disponibiliza informações sistematizadas sobre os grupos.

A realização de campanhas, feiras virtuais e ações relacionadas às datas comemorativas, que se deram tanto no espaço virtual do *site* como nas redes sociais (Instagram), colaborou ainda mais para a visibilidade da diversidade dos produtos e serviços ofertados pelos EES, aproximando-os dos consumidores. Nesse processo, a Incubes pôde assim prestar apoio e orientação aos grupos quanto à qualidade de fotos, descrição dos produtos, do modo de fazer, o que se constituiu enquanto atividades de incubação

e acompanhamento dos grupos. Além disso, vem colaborando ainda para aproximação e realização de ações conjuntas entre os próprios empreendimentos, fortalecendo assim relações de solidariedade e cooperação que já fazem parte das práticas dos grupos e que, através da plataforma virtual nesse contexto de pandemia, se ampliam.

REFERÊNCIAS

- CARNEIRO, V.; SILVA, I. *Análise do Programa de Ações Estaduais Integradas de Economia Solidária para o Desenvolvimento Local e Territorial (PAIES) no Estado da Paraíba*. Relatório PIBIC UFPB. João Pessoa: UFPB, 2018.
- DUBEUX, A. Extensão universitária no Brasil: democratizando o saber da universidade na perspectiva do desenvolvimento territorial. *Sinergias – Diálogos Educativos para a Transformação Social*, Porto, v. 6, p. 9-24, jan. 2018.
- FRANÇA FILHO, G. C. de.; CUNHA, E. V. da. Incubação de redes de economia solidária. In: HESPANHA, P. et al. (org.). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 224-230. n. 1. (Coleção Políticas Sociais).
- MELO NETO, J. F. de. *Extensão Popular*. 2. ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.
- MELO NETO, J. F. de. *Universidade Popular: Extensão, Ensino e Pesquisa*. João Pessoa: Editora do CCTA/UFPB, 2017.
- MELO, H. Capacidade estatal: diagnóstico da implementação da política pública de economia solidária no Estado da Paraíba. 2020. Dissertação (Mestrado) – UFPB, João Pessoa, 2020.
- PNAD CONTÍNUA: taxa de desocupação é de 13,9% e taxa de subutilização é de 28,7% no trimestre encerrado em dezembro. *Agência IBGE Notícias*, 26 fev. 2021. Disponível em: [https://agenciadenoticias.](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30125-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-13-9-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-28-7-no-trimestre-encerrado-em-dezembro)

[ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30125-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-13-9-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-28-7-no-trimestre-encerrado-em-dezembro](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30125-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-13-9-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-28-7-no-trimestre-encerrado-em-dezembro). Acesso em: 23 mar 2021.

SCHIOCHET, V. A construção de uma economia solidária para superar a crise. *Friedrich Ebert Stiftung Briefing*, jul. 2020. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/16369.pdf>. Acesso em: 23 mar 2021.

SILVA, S. P. Análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos de economia solidária no Brasil. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Texto para discussão*. Rio de Janeiro: Ipea, 2017. v. 2271.

SILVA, S. P.; CARNEIRO, L. M. Os Novos Dados do Mapeamento de Economia Solidária no Brasil: Nota Metodológica e Análise das Dimensões Socioestruturais dos Empreendimentos. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

ESTRATÉGIAS DE GESTÃO NA COOPERTÊXTIL: UMA ESPERANÇA CHAMADA ECONOMIA SOLIDÁRIA?

Carmen de Almeida Alves¹

Silvia Maria Bahia Martins²

INTRODUÇÃO

A concepção de gerenciar que tem a participação como princípio organizador se tornou notadamente relevante a partir dos anos 1980 no Brasil, por ser a via para a efetivação de um dos principais princípios da economia solidária, a autogestão. Depois de um longo período de cerceamento e de marginalidade de exercícios horizontais, coletivos no período da ditadura militar, os empreendimentos que engrossam o movimento de economia solidária passaram a ter voz e expressão especialmente nas pautas públicas, na participação da sociedade antes silenciada pela referida ditadura militar. De um lado, a palavra participação foi alçada, por setores progressistas, a arauto da construção de outra esfera pública, solidária e democrática, como consta, inclusive, na Constituição de 1988; de outro, é interessante notar que setores conservadores e reacionários também passaram a apreciar as vantagens do construto para reprodução de influências e controles.

¹ Sócia da Polis Estratégia -Pesquisa e Consultoria Ltda. Contadora, consultora para gestão do terceiro setor. Mestra em Agroecologia e Desenvolvimento Rural – UFSCar. E-mail: carmenaalves@gmail.com.

² Técnica da Superintendência de Economia Solidária e Cooperativismo da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Governo da Bahia. Mestra em Desenvolvimento e Gestão Social – Ciags/Ufba. E-mail: silvia-bahia@hotmail.com.

Muito se fala da fomentação da participação como o diferencial do movimento de economia solidária e a responsável pela autogestão e emancipação socioeconômica coletiva.

No entanto, é perceptível a permanência da falta de habilidades dos representantes dos empreendimentos em gerir o negócio após a finalização de projetos de incubação, assistência técnica ou assessorias de intervenção social e, em especial, quanto à formação de recursos próprios. Esta é uma das queixas expressadas pela Cooperativa Mista de Produtos e Trabalhos de Artigos Têxteis (Coopertêxtil), empreendimento investigado no presente artigo. Se, por um lado, o pequeno grupo atual que toma a frente das decisões necessita de agilidade para atender as exigências de acesso a recursos, por outro, efetivar as metas torna-se um desafio, justamente por falta de participação coletiva. Entendemos que participação envolve conhecer o todo e saber qual a sua contribuição para a realização deste com sucesso. É nesse sentido que percebemos a necessidade de rever o conceito de participação para além de estar ouvindo uma explicação ou ter que fazer uma tarefa laboral com prazo determinado. Esse é um desafio que envolve a efetivação e transformação da autogestão em um ato político para além da comercialização.

O presente artigo tem como objetivo discutir a participação como uma das ferramentas para a autogestão de produções coletivas. Acompanhamos uma cooperativa popular inserida no movimento de economia solidária, com uma trajetória de mais de dez anos entre capacitações para autogestão, participação de projetos públicos e que atualmente possui dificuldades em manter as atividades produtivas. Por conta de uma aproximação com a cooperativa logo nos seus primeiros anos de vida, retornamos para analisar o quanto as novas exigências para prestação de contas estavam dificultando ou facilitando as operações internas. Para surpresa, encontramos um grupo reduzido de mulheres que não podiam acessar recursos públicos e não sabiam como iniciar um processo para sua regularização fiscal. Utilizando a pesquisa-ação, iniciamos uma rodada de oficinas que tiveram como proposta ouvir a história dessas mulheres, das condições atuais da cooperativa e quais expectativas e esperanças ainda pulsavam entre as

linhas dos teares que as mantinham juntas. Percebemos que o movimento de economia solidária consegue manter um fio grosso e fino de esperança para grupos produtivos, mas ainda não foi percebido um modelo ou processo pedagógico que, para além de transferir ferramentas empresariais, fomentasse uma participação interativa, considerando os limites cognitivos, educacionais, com vistas ao planejamento e à gestão dos projetos. Motivar a participação para além do levantar a mão ou dizer apenas “sim, concordo”. Pensamos que a economia solidária pode ser uma via de esperanças ainda para a emancipação das pessoas envolvidas no processo produtivo com autonomia para decidir o modo, a forma e gerir seus processos produtivos contrapondo-se à lógica posta do capitalismo excludente.

METODOLOGIA

Partindo do pressuposto de que a ciência nunca é neutra nem objetiva (BRANDÃO, 1987), a pesquisa participante caracteriza-se pelo envolvimento dos pesquisadores e dos pesquisados no cotidiano do processo de investigação. A confiabilidade está relacionada à “[...] contribuição de sua prática na procura coletiva de conhecimentos que tornem o ser humano não apenas mais instruído e mais sábio, mas igualmente mais justo, livre, crítico, criativo, participativo, co-responsável e solidário” (BRANDÃO, 1987, p. 4). Dessa maneira, há um caráter aplicado, que se revela não só no conhecimento da realidade, mas também de atuar sobre ela.

Um traço importante desse perfil de pesquisa, que se associa à ação social, é o de superar o entendimento de que as populações são fornecedoras passivas de dados; esse outro sujeito “dissolvido” em dado (BRANDÃO, 2006). A pesquisa é participante porque parte-se da perspectiva epistemológica de que o conhecimento é forjado socialmente num processo interativo e inscrito num espaço e tempo histórico determinados.

O presente trabalho é um produto confeccionado a partir de pesquisa participante, realizada de 2017 a 2019. Vale ressaltar que, durante os anos de 2003 a 2008, já havia uma aproximação com a Coopertêxtil. Somente

em 2017, pudemos retomar a pesquisa a partir da investigação de trabalhos de conclusão de curso (TCC) para discentes de uma instituição de ensino superior (IES) da cidade de Salvador.

Queremos deixar registrado que em 2009, atendendo a prática do curso de viabilidade econômica promovido entre a Superintendência de Economia Solidária e Cooperativismo da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), iniciamos uma aproximação metodológica com a cooperativa. Para acessar as informações necessárias da construção da viabilidade econômica, foi desenhado um roteiro que envolvesse um contexto socioinstitucional. Para isso, foram realizadas quatro oficinas:

- Oficina Retrato Coletivo: a dinâmica utilizada como proposta foi desenhar um rosto coletivo com o objetivo de discutir a inter-relação do grupo. Fomentar discussões no grupo quanto a conceitos sobre rede, cooperativismo, solidariedade, cooperação, economia solidária.
- Oficina DRP (Diagnóstico Rápido Participativo): para obter informações pertinentes de maneira rápida, envolvendo os problemas do grupo. Esta oficina pôde esclarecer o papel da cooperativa na sociedade. Durante esse trabalho, o recurso oriundo da parceria com o Banco do Brasil foi comentado por uma integrante como se esse dinheiro não tivesse sido usado na cooperativa. Durante essa oficina, foi esclarecido e demonstrado todo o processo. Ficou evidente o quanto a participação nos processos é importante.
- Oficina Fluxograma do Produto: conscientização do processo produtivo a partir da seleção de alguns produtos mais procurados pelos clientes.
- Oficina de Levantamento dos Custos: a partir do fluxograma, foram construídos os custos que envolvem as etapas considerando a percepção dos participantes (ALVES et al., 2019).

O processo metodológico focou o levantamento das dificuldades gerenciais, fiscais e contábeis. Ao realizarmos o projeto de intervenção, uma das preocupações foi em relação ao processo metodológico adotado. Pensamos no estudo de caso por podermos aprofundar uma única realidade. Nesse sentido, optamos também pela pesquisa-ação, por imputar uma ação planejada de caráter social, como afirma Thiollent (2008), seja de caráter social, educacional, técnico ou outros.

Além de contribuir para ampliar o diálogo entre discentes, docentes e cooperadas, utilizamos como ferramenta metodológica a realização de três oficinas com as cooperadas, objetivando que todas participassem do processo de discussão e acompanhassem todos os passos de levantamento fiscal e contábil da organização; entrevistas semiestruturadas com as responsáveis legais e cooperadas; questionário sobre as demandas quanto ao acesso de recursos; levantamento dos documentos da cooperativa para separação dos possíveis documentos de escrituração.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

GESTÃO, PARTICIPAÇÃO E EMPREENDIMENTOS POPULARES

Mendez e Tinoco (1990, p. 13) definem gestão como “[...] conjunto de elementos que são postos em prática para obtenção de determinados resultados que, por sua vez, são esperados em função dos objetivos mais gerais da [organização]”. Desse conceito, é possível destrinchar alguns pontos, quais sejam: a) pode-se compreender os elementos como as quatro funções gerenciais básicas – planejamento, organização, direção e controle –, que são interdependentes; b) trata-se de um conhecimento operativo, ou seja, tem relação direta com a ação sobre/transformação da realidade; c) relaciona objetivos prévios e efeitos alcançados.

E todo conhecimento operativo está ancorado em uma visão de mundo, de ser humano, de conhecimento, de organização. E esse conjunto

de pressupostos direciona as práticas de gestão que configuram estilos característicos, mesmo que seus praticantes não os reconheçam racionalmente. Então, é possível identificar estilos de gestão distintos a partir de dois aspectos prioritários: grau de sistematicidade das práticas em uso e grau de democracia interna (RAMOS, 2000). O primeiro, lida com a formalidade e a estruturação (sistematização, registro, por exemplo) a que as funções gerenciais estão submetidas, enquanto o segundo versa sobre os níveis de subordinação e autonomia dos integrantes da organização frente aos processos gerenciais. Partindo dessa perspectiva, é possível inferir que, quanto menor é a sistematicidade, mais espontâneo e informal é o estilo de gestão; de outro lado, quanto menor é a democracia interna, maiores são a verticalidade e a centralização instaladas na organização. O modelo empresarial *mainstream*, dentro dessa lógica, é composto por baixo grau de democracia interna e alto grau de sistematicidade. Já o estilo participativo zelaria pela radicalização do grau de sistematicidade, quando define ideias, implementa e controla suas ações coletivamente, e do grau de democracia interna, ao estabelecer as relações, verticais e horizontais, de modo objetivo e pactuado entre as partes. Torna-se claro que para participar é preciso que a estrutura seja explícita, formalizada e que a tomada de decisões se dê com base em conhecimento de regras.

Para Bordenave (1994), a participação constitui-se como uma necessidade fundamental do ser humano e tem duas bases complementares e que deveriam se equilibrar: uma base afetiva, vinculada ao prazer em fazer coisas com outros, e outra, a instrumental, relacionada aos resultados úteis, quando participar permite atingir objetivos com outros de forma mais eficaz e eficiente frente àqueles alcançados solitariamente.

A busca por distanciamento de narrativas e práticas autoritárias, no entanto, parece não estar acompanhada de conhecimento, condições e procedimentos operacionais que promovam a participação em sua via emancipatória. Ainda que haja esforço, em especial por parte de atores da sociedade civil organizada, novos movimentos sociais e trabalhadores associados, o discurso proclamado tende a estar descompassado dos usos cotidianos, tornando a gestão participativa, por vezes, uma promessa.

Importante atentar para a diferença entre participação e manipulação ou passividade, como alerta Geifus (1987). Para o autor, a participação não é um estado fixo, é um processo gradual, como uma escala de decisão, que envolve etapas como: fornecimento de informação, consulta, incentivo até a autogestão. As pessoas que estão na etapa de fornecimento de informação apenas respondem aos diagnósticos, sem a possibilidade de influenciar ou mesmo usar as informações levantadas (BORDENAVE, 1994; GEIFUS, 1987). Compreender o nível em que o grupo se encontra nessa escala por assessores, pesquisadores e gestores sociais tem como objetivo promover a percepção das diversas formas de relações existentes entre membros, comunidade e instituições, organizações comunitárias e outras. Ou seja, qual a base participativa da autogestão do empreendimento, a partir da fase em que ocorre o nível participativo entre os sujeitos envolvidos.

Gerir no modelo participativo envolve habilidades para planejar estratégias que possibilitem a sustentabilidade econômica a partir da organização das variáveis de compra ou produção da matéria-prima, mercado que absorva o produto, controles de recebimentos, pagamentos dos fornecedores da referida matéria-prima.

Tratar a participação de forma interativa, aproveitando a oportunidade do planejamento da gestão como um processo educacional que envolve todos de forma espiral, considerando seus limites cognitivos, educacionais, mas tendo em comum a partilha do objetivo coletivo, significa que ela vai além do levantar a mão ou apenas dizer “sim, concordo”. Implica pensar o sujeito como um observador das ações cotidianas e a autogestão como meio para promover o empoderamento através do entendimento de problemas complexos do processo produtivo enfrentados no cotidiano. Tudo isso envolvendo todos em uma das etapas do processo, seja para analisar resultados, tomar decisões e solucionar as diversas inconstantes do mercado e das relações interpessoais, como motivador para aguçar a condição de pertença de cada pessoa no resultado. Desconstruir através da participação como agente de empoderamento e pertença das etapas produtivas e de seus resultados atingidos é dar autonomia e fomentar a autogestão. Exige um olhar para além das divisões de postos e hierarquias internas de trabalho.

Dar conta das diversas atividades que envolvem o processo produtivo não é uma tarefa fácil para grupos que convivem em constante enfrentamento político, econômico e social. O processo de produção envolve decisões quanto aos quatro elementos do ciclo operacional: comprar de fornecedores; vender no mercado; controlar recebimentos de clientes; e pagar a fornecedores. Ainda manter o controle das despesas internas fixas ou variáveis e prestar contas aos associados/cooperados.

Independentemente do volume de fluxo dessas atividades, se faz necessário gerir datas, valores, manter as exigências tributárias e fiscais em dia. Tudo isso simultaneamente à busca de recursos públicos, privados ou próprios, enfrentamento do déficit educacional e dificuldade em acessar assessorias técnicas que possam decodificar e facilitar a compreensão das diversas exigências. Portanto, quando se trata de gestão, abordam-se essas atividades que convergem e divergem em exigências de um sistema construído para empresas equipadas, diferente do universo de empreendimentos que buscam através do trabalho coletivo o resgate de sua dignidade cidadã.

É sabido que a formação de um empreendimento solidário agrega em seu bojo um contingente de pessoas que estão excluídas socialmente, tornando a expectativa de acesso a uma renda mais pulsante que todas as exigências necessárias para se manter uma estrutura em funcionamento. No entanto, essa estrutura será a responsável pelo sucesso da sustentabilidade e reprodução da renda por períodos seguintes, independente da origem dos recursos. Quando abordamos os estilos de gestão, trazemos intenções de colocar em pauta o modo ou modelo como conduz as funções gerenciais. Não estão dissociados, contudo: essas funções são instrumentos que possibilitam o acesso à formação sustentável para lidar com mercado e demais agentes, assim como o meio de educar e formar para a participação para além da consulta facultativa e obrigatoria e promover a cogestão.

Uma questão a ser abordada antes de entrar nas funções gerenciais básicas é quanto à formação de grupos de trabalho para responder a objetivos predeterminados por projetos de tempo determinado. Nesse caso, existe um coordenador que de forma empírica aplica as referidas funções

gerenciais de forma automática. Esse é um ponto a ser discutido sobre gestão. Ao final do projeto, os envolvidos não tiveram a educação ou formação para reproduzir o processo de gestão considerando toda prática para organizar outros processos produtivos, menos ainda puderam exercer a efetiva participação na gestão para além da facultativa de responder o mínimo para atender ao gestor do projeto. É nesse modelo de gestão e participação que a cooperativa Coopertêxtil está inserida.

Compreender na prática as funções básicas não é só acessar conceitos e modelos prontos, é um processo, pois, considerando que conhecimento operativo tem relação direta com a ação sobre/transformação da realidade, de qual realidade na qual será transformada e efetivada a ação estamos falando? O entendimento dessas funções para empresários e industriais tem um sentido diferenciado do entendimento dos empreendedores solidários que em sua maioria foram aliados do sistema de educação formal, dos direitos básicos de saúde e moradia. Esses são pontos que influenciam na compreensão e uso de funções gerenciais em tempo curto e com metodologias ditas participativas, mas que não impactam na realidade desses empreendimentos.

Acompanhar empreendimentos solidários de forma que eles possam gerir suas produções exige mudanças de atitude no próprio processo de construção das políticas públicas, estabelecendo metas com prazos viáveis de promoção de mudanças, com sensibilidade dos assessores e técnicos especialistas em aplicação de métodos no sentido de envolver todos os participantes, não só na compreensão dos conceitos, mas, em especial, da prática produtiva e de metodologias adequadas para avaliar a efetivação e eficiência das políticas públicas.

Quando nos referimos às quatro funções gerenciais, quais as variáveis que estão envolvidas? Como impactam nos empreendimentos coletivos solidários? O que é conhecido e o que é ainda desconhecido nesse universo? Em geral, quando tratamos do planejamento, estamos também falando de variáveis como origem de recursos (públicos, privados, próprios), viabilidade econômica, distribuição, fornecedores, organização do processo produtivo, comercialização, mercados. Tudo isso deve estar claro e bem detalhado para

reduzir riscos. Que riscos se o projeto garante tudo? É justamente sobre isso que estamos discutindo, pensar para além de atender ao projeto.

Para acessar recursos públicos via editais, se faz necessária a apresentação de um projeto com metas e orçamento. No entanto, a formulação desses projetos deveria ser a forma de prática participativa para o aprendizado da gestão do início até a entrega da prestação de contas. O que percebemos é que primeiro se garante um planejamento para garantir a seleção do projeto e, depois, vai-se fazendo ações isoladas sem um diálogo com o coletivo da meta geral. Esse é um processo que necessita direção, e escolhas diante das dificuldades do mercado, da falta de recursos ou créditos, da capacitação produtiva. E controle é o fio condutor entre a aplicação do planejado e as respostas da efetivação das ações. Em meio a tudo isso, estão as pessoas que participam ou não, conforme o grau de democratização do conhecimento e discussão da estrutura gerencial construída.

Portanto, a base conceitual para estruturar o processo de produção coletiva e as diversas interações com mercado, exigências fiscais, relações de comercialização de matérias-primas, entre outras, se dão inicialmente pela construção industrial, que foi se adaptando ao comércio e às diversas formas produtivas.

Com o estabelecimento do Marco Regulatório das Organizações Sociais (MROSC), Lei nº 13.019/2014, a narrativa de profissionalização de iniciativas da sociedade civil foi intensificada pelos órgãos públicos como por setores da mídia e organizações de fomento. Depois de longo período de publicidade de criminalização das organizações da sociedade civil em função de casos confusos e/ou persistentes de desvios e de ineficiência, os atores assumiram a condição de regulamentar a relação Estado-sociedade civil, com especial esforço em torno das etapas de monitoramento, acompanhamento e prestação de contas de projetos financiados pelo poder público.

Nesse campo, existe um discurso disseminado, o qual pauta a “modernização” e a “profissionalização” como imperativos que viabilizam a sustentabilidade de empreendimentos no tempo-espço. Tal receituário tem sido propagado para organizações do terceiro setor, empresas familiares

e para o âmbito dos empreendimentos populares como a via possível de adequação ao que o mercado exige em termos de prestação de contas, mobilização de recursos, *performance*. Mas o que significa profissionalizar? Partindo da perspectiva do que a palavra não revela, do seu antônimo, profissionalizar significa escapar do que é amador, que não tem experiência ou competência suficiente (HOUAISS, 2009). E, quando um conceito é adotado, acolhido como algo dado, encerra neutralidade que silencia, oculta o *status* ideológico nele embutido. Há, dessa maneira, um uso do termo que consoma o poder do grupo privilegiado no campo (BOURDIEU, 2007).

O reconhecimento da necessidade de profissionalização é uma maneira de ativar uma concepção do que é adequado, certo, o que revela também o seu oposto, o atrasado, o “primitivo”, o qual precisaria, dentro de um quadro evolutivo, alcançar o grau de “profissional”. E, como sinônimo de modernizar, está todo o arcabouço desenvolvido no âmbito das “ciências da gestão”, recheadas de guias, manuais, instrumentos e métodos. Como se houvesse estágios. Isso se dá, em especial, pela assunção daquilo que Gaulejac (2007) denominou como “sociedade de gestão”, que transpõe o repertório empresarial para as mais diversas esferas da vida, desde o imaginário até a gramática gerencial, sem reservas, e tende a se manifestar como doença social.

A regulamentação viabilizou formalidades, procedimentos considerando princípios como transparência e eficiência, impactando todo o sistema e trazendo à pauta a formação dos servidores públicos/as e a mobilização de esforços em torno da melhoria de desempenho de assessorias, consultorias e pleiteantes. O decorrer do tempo possibilitará prover dados acerca do nivelamento que a lei promoveu quando igualou a diversidade de iniciativas do terceiro setor numa única régua.

Esse modelo didático permite perceber, ainda que de forma extrema, que, apesar de grande parte das organizações reconhecer a importância de implantação, acompanhamento e controle, as práticas de gestão tendem a ser assistemáticas, informais, reativas e pouco transparentes. Empreendimentos populares não escampam dessa lógica. Ainda que a grande maioria defenda a autonomia como valor, tende a atuar com bases em regras de concentração e centralização.

COOPERATIVISMO E O PRINCÍPIO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

O cooperativismo, apesar da sua história e de seu impacto socioeconômico na sociedade, é um fenômeno pouco compreendido, por vezes sendo concebido somente pelo seu viés doutrinário ou sob o olhar da empresa privada (COSTA, 2007). De um lado, rápidas e substantivas modificações tecnológicas impactam nos modelos produtivos, organizacionais e de negócio, das quais as cooperativas tendem a ser receptoras retardatárias na corrida; de outro, a sociedade global tem inquirido as organizações para que busquem soluções sustentáveis, que preservem a biodiversidade e que se pautem por princípios de equidade e justiça, aspectos perseguidos pelo movimento. Também tem havido chamado, inclusive dos governos e de organismos como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização das Nações Unidas (ONU), para que o cooperativismo responda a condições desafiadoras do mundo do trabalho, da vida econômica e social por meio de ações de desenvolvimento e inclusão socioprodutiva. E não há como olvidar das questões relativas à representação e à configuração do movimento, que tem a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e a União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (Unicopas) encabeçando alterações do marco regulatório seminal no Congresso Nacional.

Diante de tantas variáveis, as sociedades cooperativas são instadas a se situar no espírito do tempo e afirmar sua identidade, escapando do procrastinador lema “modelo de negócio do futuro”, o qual denega o tempo presente e se projeta num amanhã imaginado e impreciso.

No seu nascedouro, no século XIX, o cooperativismo foi forjado no bojo das lutas operárias que buscavam alternativas frente às contradições estruturais impostas pelas relações capitalistas. De modo geral, a constituição de cooperativas não gerou rupturas no modelo de mercado que se propunha autorregulado em construção, porém os projetos utópicos e as práticas de ajuda mútua e autogestão apresentaram-se como vanguardistas manifestações de solidariedade operária. A crítica social e a identificação do movimento com os ideais de igualdade, propriedade coletiva e o

compartilhamento dos meios de produção visavam à construção de uma sociedade mais justa e ideal, ainda que os meios para a transição ainda não estivessem evidentes. E, ainda que as cooperativas não tenham condições de transformar as estruturas sociais por si mesmas, elas historicamente foram percebidas como instrumentos de resistência.

Ainda que outras iniciativas a tivessem precedido, a Sociedade Equitativa dos Pioneiros de Rochdale, criada em 1844 por 28 tecelões e tecelãs na Inglaterra, tornou-se um marco na história, especialmente por projetar os princípios que, posteriormente, se tornariam a base identitária de todo o movimento cooperativista no mundo. Os princípios de Rochdale, como ficaram conhecidos, são percebidos como diretrizes, linhas orientadoras por meio das quais as cooperativas praticam seus valores.

Especificamente quanto à “gestão democrática pelos membros”: esta tem relação direta com a dupla personalidade conferida ao trabalhador-dono da cooperativa na formulação de suas políticas e na tomada de decisões. O direito-dever de votar e ser votado se expressa por meios diretos, um associado, um voto, com atuação nas assembleias ordinárias e extraordinárias, por exemplo; e por vias indiretas, pelo exercício de poder representativo advindo de processo eleitoral para composição do corpo dirigente ou atuação em conselhos. E participar implica relação de mão dupla – cooperado que não se exime de sua condição inarredável de estar presente no cotidiano do empreendimento e cooperativa, que fornece os meios da participação, com a criação de canais de acesso a informações e de mecanismos de transparência e controle.

Com as rápidas transformações por que passou o mundo com o advento da globalização, o cooperativismo também foi convocado a se adequar. Aquelas cooperativas que aderem à vertente econômica (FORGIARINI; ALVES; MENDINA, 2018) têm evidenciado tendência de mimetismo de modelo organizacional de viés empresarial, em especial aquelas reguladas por agências governamentais delimitadas nos marcos regulatórios (VIEIRA, 2008). Dilemas também se apresentam: ao longo do século XX, houve tendência de degeneração dentro do movimento cooperativista, especialmente nos

mecanismos de gestão democrática e superação da divisão capital-trabalho, parte das iniciativas passando a se constituir em um híbrido entre empresa capitalista e cooperativa (CUNHA, 2013). De forma geral, quanto maior a cooperativa, maiores as possibilidades de sobrevivência (em especial, para as de crédito); mas, quanto mais cooperados, mais dificuldade de implementar a participação direta (CANÇADO; SOUZA; PEREIRA, 2014).

Já as cooperativas que se relacionam com a vertente doutrinária têm inspiração rochdaleana e assumem a solidariedade como referência principal. No Brasil, as denominações “economia solidária” e “cooperativismo popular” assumiram notoriedade e buscavam gerar contraponto ao modelo cooperativista tradicional.

Os dados provenientes do primeiro mapeamento nacional de economia solidária,³ divulgados em 2006, já sinalizavam que apenas 6% dos empreendimentos produziam exclusivamente para o autoconsumo dos sócios, o que demonstrava, à época, que majoritariamente as iniciativas pesquisadas estavam inseridas em pleno mundo do mercado e do cálculo econômico, ainda que estes cálculos fossem simples e modestos (KRAYCHETE, 2012). Ademais, os produtos tendiam a ser vendidos diretamente para o consumidor final no comércio local e municipal.

No segundo mapeamento, finalizado em 2013, viabilizar economicamente o empreendimento e gerar renda adequada aos sócios apresentava-se como os principais desafios para 27,6% do total de 19.708 iniciativas investigadas no país; a atividade econômica principal era a produção ou a produção e a comercialização de bens para 56,2% dos entrevistados (GAIGER; GRUPO ECOSOL, 2014).

Das iniciativas, 1.740 se enquadravam no formato jurídico de cooperativa, o que representava, à época, 8,82% da amostra, formada também por grupos informais, associações e sociedades mercantis. Na Bahia, e diferentemente do dado nacional, a principal atividade dos empreendimentos

³ Com as tratativas iniciadas em 2003, o primeiro mapeamento nacional foi realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego com a participação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Seus resultados foram divulgados no primeiro semestre de 2006.

era voltada para o consumo e o uso coletivo de bens e serviços pelos sócios (741), seguida de produção ou produção e comercialização (545).

Autores traçam perspectivas específicas acerca dos processos gerenciais na economia solidária. Para Gaiger (1996), o que diferencia os empreendimentos de economia solidária dos de outros grupos comunitários é o fato de os primeiros alcançarem viabilidade econômica por meio da manifestação de uma nova racionalidade econômica. Para França Filho (2012), o empreendimento solidário é portador de uma utilidade social que permite distingui-lo de uma iniciativa privada. França Filho (2004) traça características básicas da organização: pluralidade de princípios econômicos, autonomia institucional, democratização dos processos decisórios, sociabilidade comunitário-pública e finalidade multidimensional. Kraychete (2007) faz a distinção entre a viabilidade econômica de uma empresa capitalista da de um empreendimento associativo. Enquanto na primeira há reprodução de uma relação social de produção específica, marcada pela propriedade privada, pela condição de mercadoria da força de trabalho e pela apropriação privada dos resultados, no segundo, pelo fato de a força de trabalho não estar inscrita como mercadoria nem pelo uso da modalidade de assalariamento, ela não é vendida; as instalações e as máquinas pertencem ao conjunto dos trabalhadores e os ganhos econômicos são condição necessária para a existência e a reprodução ampliada de seus participantes, sendo distribuídos em conformidade com as regras previamente acordadas pelo coletivo. Dessa maneira, se o que se busca são formas de trabalho economicamente viáveis e emancipadoras, a eficiência econômica e o modo de gestão devem ser pensados de forma casada. Na sua ótica, alguns empreendimentos, guardadas as devidas proporções, a relação capitalista foi superada, havendo a permanência demarcada de precariedade do trabalho (KRAYCHETE, 2012).

SOBRE AS ATIVIDADES COM A Coopertêxtil

Uma iniciativa do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) fomentou a formação de uma cooperativa para inserir mulheres negras no mercado de trabalho. A seleção para participar dessa cooperativa foi resultado

da parceria do Peti com o Projeto Axé, com o objetivo de inserir as mães das alunas de dança do referido projeto. Dessa maneira, ainda que houvesse a identificação de uma necessidade, relacionada à inserção no mundo do trabalho, o grupo foi constituído a partir de uma agenda exógena – nenhuma das mulheres agrupadas na formação possuía familiaridade com manualidades; os artefatos da tecelagem foram identificados como produtos com potencial de geração de renda por sua originalidade e valor agregado com base no relato dos técnicos das assessorias, não havendo qualquer pesquisa de mercado pormenorizada para confirmação de tal hipótese. Elas seriam capacitadas para trabalhar com a tecelagem manual e no ano de 2003 a cooperativa foi legalmente reconhecida e aprovada, denominada como Cooperativa Mista de Produtos e Trabalhos de Artigos Têxteis. Formada inicialmente com 40 pessoas cooperados (37 mulheres e 3 homens), que representassem 40 famílias em situação de risco. O objetivo da produção era produzir em dois turnos peças de artesanato utilitário e decorativo: jogos americanos, almofadas, caminho de mesa, guardanapos, tapetes, colchas de casal e solteiro, mantas, toalhas de lavabo e cortinas, utilizando como matérias-primas fios e linhas de algodão rústico e palha de rami. Estava incluído no projeto inicialmente o recebimento de estoque de diversos tipos de linhas, 20 teares de madeira, pacote de capacitação técnica para a confecção das peças, capacitação para gestão, lanche e vale transporte pelo primeiro ano de trabalho.

As mulheres, em sua maioria, nunca haviam acessado o tear, não costuravam e um dos homens que compunha o quadro de cooperados possui deficiência intelectual. Parte delas era de profissionais do sexo e uma parcela significativa morava em bairros periféricos distantes do Centro Histórico. Após um ano de vida da cooperativa, elas já produziam peças que eram comercializadas aos restaurantes, hotéis e lojas do Pelourinho. Participavam de feiras de economia solidária e acessavam editais públicos. Não possuíam orientação contábil ou fiscal. Apenas cinco mulheres no máximo haviam concluído o primário, e, após o término dos benefícios das passagens de ônibus e lanches, apenas 8 mulheres e 1 homem (o rapaz com a deficiência intelectual), cuja mãe não tinha onde deixá-lo durante o dia, continuaram na cooperativa (ALVES et al., 2009).

Durante o ano de 2004, foi feita a leitura do Estatuto Social para esclarecer que as mulheres e homens que haviam saído da cooperativa não possuíam direitos trabalhistas. Até os dias atuais, o primeiro Estatuto Social permanece o mesmo, todos os nomes que constam no quadro de responsabilidade pela cooperativa já não participam desde 2005. Uma grande parte das mulheres não possuía condições de ir à cooperativa por conta do valor dos transportes, outras voltaram a fazer faxina para manter a renda da família, uma das moças que controlava os estoques foi trabalhar em um ateliê de uma das consultoras do projeto. As que ficaram foram as mais velhas e outras novas que entravam na expectativa de se inserir no mercado de trabalho e participar das feiras.

Em relação aos controles fiscais, até 2006/7, elas conseguiam, através de contadores voluntários, enviar as informações necessárias ao fisco e retirar as Certidões Negativas de Débitos. Após a obrigatoriedade da Certificação Digital, em 2007, elas não mais deram informações exigidas por lei e passaram a ter dificuldades de acessar recursos públicos por falta das certidões exigidas. Em 2015, houve falecimento da presidente Claudenice Santos, durante um desabamento causado pela forte chuva que assolou a cidade de Salvador, e essa tragédia consequentemente desencadeou muitas mudanças na cooperativa.

O primeiro levantamento fiscal ocorreu em 2017, impossibilitando a entrega das Certidões Negativas. Em relação às pendências tributárias, encontramos a seguinte realidade:

- Obrigação municipal: foi realizada consulta na situação do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), emissão das Certidões Negativas e Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF).
- Obrigação estadual: pendência na Declaração de Apuração Mensal (DMA).
- Obrigação federal: a consulta não foi possível de ser realizada, o CNPJ era insuficiente.
- As obrigações acessórias Declaração de Débitos e Créditos (DCTF), Escrituração Contábil Digital (ECD) e Escrituração Contábil Fiscal (ECF) não estão sendo realizadas pelo contador voluntário.

Dentro deste cenário as obrigações acessórias e as recentes exigências do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) (e-social, EFD REINF, DCTF Web), tornam-se presentes para todos os tipos de Pessoa Jurídicas (mesmo sem movimento econômico, possuindo isenção) que pretendem manter a continuidade de suas atividades e essas estão muito distantes da realidade da Coopertêxtil.

Devido ao tempo de falta de informação fiscal, decidimos fazer a atualização contábil a partir de 2015, conforme orientação legal; no entanto, pelo fato de elas possuírem uma conta bancária, terem acessado recursos públicos e não possuírem a documentação, não foi possível dar continuidade às escriturações.

A cooperativa possui o Estatuto Social, assinado por todos seus representantes, que, contudo, somente na primeira assembleia estiveram presentes. Apenas cinco a oito mulheres tomam as frentes para articular a comercialização local e participar das formações de gestão por consultores do Sebrae. O Regimento Interno estava resumido a manutenção de limpeza e acesso ao local. Em relação às formações, é salutar informar que todas as capacitações visam profissionalizar os cooperados em ferramentas nunca acessadas por eles, assim como sem aporte tecnológico adequado ao registro das informações. Não tiveram formações para as rotinas fiscais, desconheciam as exigências contábeis e apenas se preocupavam em acessar as Certidões Negativas exigidas pelos editais.

Foram visitadas por universidades, órgãos públicos, participaram de diversas feiras do movimento de economia solidária, fizeram parceria com o Banco do Brasil, que cedeu um computador que não possui mais configurações para acessar inclusive a internet. Nunca tiveram acesso à internet. Fizeram também parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) para acessar subsídio para compra de uma máquina de costura e novas linhas. Nesse período, tiveram que abrir uma conta no Banco do Brasil para recebimento e nunca deram manutenção. Pagam até hoje o aluguel à Igreja de São Francisco e convivem com o telhado quase que inexistente, o que prejudica a conservação dos teares e das peças. Toda documentação ficava

na casa da representante da cooperativa, que foi vítima de um desabamento por conta das chuvas, e todos os documentos, incluindo a logo, documentos oficiais e cartão e senha do banco, foram perdidos nessa tragédia.

Retornamos em 2017 para investigar como a cooperativa prestava contas após as exigências do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. Mesmo sabendo que o cooperativismo atende à Lei 5.764 /1971 e à Lei 9.867/1999 relativas às chamadas Cooperativas Sociais, a Coopertêxtil está classificada como cooperativa popular, mesmo sem possuir robustez para responder as exigências fiscais e contábeis conforme a Lei das Cooperativas. Está inserida no movimento de economia solidária e aciona os editais que envolvem redes, associações e cooperativas produtivas de artesanato, portanto, necessita atender as exigências para prestação de contas do MROSC.

Encontramos um resultado nada animador, conforme Figura 1; a cooperativa não estava mais acessando os editais por falta das documentações e certidões exigidas, assim como não possuía o Certificado Digital, não acessava a internet. O pequeno grupo de mulheres continua trabalhando pelo laço de afetividade e sentimento de pertença, mas sem condições de manter uma quantidade mínima para continuar a oferecer os produtos aos comerciantes locais.

Figura 1 – Realização das oficinas com a Coopertêxtil em 2017.



Fonte: elaboração própria.

Outra questão que chamou a atenção foi o fato de não aparecer mais na busca da internet a marca Coopertêxtil como uma cooperativa baiana iniciada em 2003, situada no Pelourinho com o logo apresentado na Figura 2. Contudo, o nome está vinculado a uma Cooperativa em Minas Gerais.

Figura 2 – Logo da Coopertêxtil refeito durante a pesquisa.



Fonte: elaboração própria.

ANÁLISE DAS CATEGORIAS DE GESTÃO

O empreendimento foi constituído e regularizado no ano de 2003 e somente em 2009 um primeiro exercício de viabilidade econômica, que incluiu formação de preço, ponto de equilíbrio, levantamento de insumos e equipamentos, incidência de depreciação, foi elaborado com apoio de voluntária.

As cooperadas já manifestaram interesse em liquidar a cooperativa e, em paralelo, formar uma associação, modelo que, no seu entendimento, lhes requereria menores investimentos, apesar de inadequado para o ato comercial. Para que tal estratégia pudesse ser viabilizada, toda regularização de documentos e o pagamento das multas à Receita Federal deveriam ser saneados, o que já soma o valor acima de R\$ 6.000,00 em taxas atrasadas.

Há tendência de as cooperadas reconhecerem a importância da gestão e de também a tratarem como complexa e exigente de investimento cognitivo e de tempo, que nem sempre tem retorno assegurado.

Os registros relacionados à cooperativa encontram-se alocados em caixas e não são cotidianamente manuseados, consultados.

Até o presente momento, o estatuto da cooperativa não está compatível com o MROSC, o que impede o empreendimento de pleitear qualquer recurso público. As atas de eleição estão defasadas.

Com o falecimento da antiga presidente (não registrado em Estatuto Social), que, além de representar a cooperativa legalmente, acompanhava o processo produtivo, realizava supervisão de aspectos de qualidade, buscava parcerias e, em grande medida, envidava esforços em torno da abertura de canais de comercialização, em especial no setor hoteleiro e de restaurantes, as atividades administrativas ficaram paralisadas.

A sede do empreendimento, a qual comporta os 20 teares manuais em madeira que a cooperativa possui, foi disponibilizada pela Ordem Terceira de São Francisco ao pagamento de valor simbólico. Não há acesso a computador com internet.

Para analisar a situação quanto às obrigações acessórias, foi realizada uma pesquisa fiscal e de pendências das certidões negativas com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Receita Federal, e todas apresentaram condições positivas. Não existe prestação de contas registrada, nunca foram realizadas demonstrações contábeis como balanço, demonstração de resultado do exercício nem notas explicativas. Possuíram conta bancária no Banco do Brasil, mas nem sabiam informar o número da conta e senha para acesso; o banco as conhece, mas não pode fornecer informações a pessoa não autorizada legalmente, e sem o Estatuto Social ficou inviável obter informação de saldo e situação bancária.

A rotina de produção tende a ser dinamizada em função de encomendas, que ocorrem de modo esporádico. É inegável o primoroso trabalho manual a que as mulheres se dedicam e o caráter de originalidade das peças. Em função de parcerias com organizações vinculadas ao movimento de economia solidária e o Centro Histórico de Salvador, que recebem recursos para promoção de eventos, a Coopertêxtil tornou-se participante contumaz de feiras e exposições sazonais.

Nesse período, a Coopertêxtil lidou com apoio técnico de organizações da sociedade, poder público, profissionais voluntários. Todos os profissionais da contabilidade que se aproximaram do empreendimento lidavam com dois desafios: a) como nenhum deles tinha formação em contabilidade cooperativista, somente conseguiam atingir as franjas dos problemas, quando não criavam; b) como voluntários, não tinham condições de se dedicar à amplitude do serviço.

Não aferir resultados econômicos com constância impacta na qualidade e na continuidade da regularidade do empreendimento frente a organismos estatais.

Mesmo com todas as limitações, pudemos contribuir na análise do Estatuto Social – não conseguimos alterar por conta da falta de recursos para pagar a taxa de atualização; as cooperadas foram orientadas por uma organização que assumiria depois que elas participassem de um projeto, o que não foi concluído mesmo após o término do referido projeto.

Por falta de envio das informações ao Sped, devido à exiguidade dos prazos, existem pendências financeiras com a Receita Federal que impedem que todas as certidões negativas sejam emitidas. Conseguimos entregar as possíveis; entregamos os Documentos de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) com os valores a pagar dos tributos pendentes; realizamos oficinas sobre o MROSC e orientações para prestar contas; resgatamos a logomarca. Sobre a escrituração contábil: realizamos a separação dos documentos, iniciamos o plano de contas, elaboramos a agenda para escrituração.

Nesse momento, percebemos que os custos para manter a cooperativa com a continuidade das atividades eram impossíveis para as cooperadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do breve panorama das condições de (re)produção da Coopertêxtil, poder-se-ia cair numa armadilha, que seria tratar da (in)sustentabilidade do negócio e de sua (in)viabilidade econômica. Partindo do pressuposto de que o empreendimento solidário é portador de uma utilidade

social que permite distingui-lo de uma iniciativa privada (FRANÇA FILHO, 2012), ancorada numa racionalidade específica (GAIGER; GRUPO ECOSOL, 2014) e que sua sustentabilidade perpassa pelas dimensões econômica, social, política, gerencial, cultural, ambiental (REIS, 2005), seria antecipado prescrever um veredito com base nos dados expostos. A armadilha, dessa maneira, seria a de culpabilizar o empreendimento e suas integrantes por sua condição, assumindo uma postura simplista, monocausal. Também se apresenta prematuro um debate sobre o enquadramento e/ou a adesão do empreendimento a um estilo gerencial específico. O que fica evidenciado é que na cooperativa há graus diferenciados de controle sobre as decisões em torno de uma atividade artesanal que gera trabalho e renda, mantida por mulheres. Algumas dessas maneiras de participar são provocadas por agentes externos, os quais podem auxiliar o grupo na consecução de seus objetivos organizacionais e/ou usá-lo como vetor para o atendimento de seus próprios interesses; outras são espontâneas e se revelam a partir da satisfação de necessidades básicas de gerar e manter vínculos, relações de afeto e um senso de comunidade; há a participação imposta, quando se exige o cumprimento dos ritos de eleição e a definição de representantes legais.

Os dados levantados junto à Coopertêxtil permitem identificar uma dinâmica organizacional que lida com trânsitos entre os níveis de participação e as tensões entre o sentido da existência e o normativo, e todos esses elementos se encontram e se confrontam na esfera da gestão. As particularidades de um empreendimento formado para mulheres vulneráveis que se mantém no tempo há 18 anos, num quadro de precariedade de aferição de recursos e de alta rotatividade de membros, remetem à complexidade de arranjos organizacionais que não dominam a linguagem da empresa (GAULEJAC, 2007). São exemplares de espaços nos quais a convivência de valores, lógicas e racionalidades, supostamente paradoxais, interpela o modelo do cálculo e do autointeresse do *Homo economicus*.

Essa moldura, que apresenta nuances de um empreendimento popular real, alerta para a necessidade de o tema da gestão das organizações da economia solidária ser enfrentado, tanto na academia, a partir de esmiuçamento epistemológico que vincule ensino-pesquisa-extensão e sua inserção

nos currículos de cursos superiores, como por organizações que realizam intervenção social junto a esse perfil de público por meio de assessorias, assistências técnicas, incubação ou atuação análoga. Partindo do pressuposto, abordado por Tenório e Rozenberg (1997, p. 8), de que a “[...] participação consciente é aquela em que os envolvidos possuem a compreensão sobre o processo que estão vivenciando”, há de se imprimir esforços em torno da formação de profissionais que pretendam lidar com os desafios do fenômeno do trabalho associado e da coprodução de metodologias que indiquem caminhos possíveis de participação legítima e substantiva.

Por fim, o trabalho lida com limitações, as quais podem ser investigadas em futuras pesquisas, a exemplo da análise da percepção das cooperadas acerca de processos gerenciais e viabilidade econômica.

REFERÊNCIAS

- ALVES, C. de A. *et al.* Tecendo a Vida com as Mãos: Estratégias de Sustentabilidade e Negociação das Artesãs do Pelourinho na Bahia. *Revista Brasileira de Agroecologia*, [Curitiba], v. 4, n. 2, nov. 2009.
- BORDENAVE, J. E. D. *O que é participação*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BRANDÃO, C. Pesquisar-participar. In: BRANDÃO, C. R. (org.). *Repensando a pesquisa participante*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 7-14.
- BRANDÃO, C. R. A pesquisa participante e a participação na pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. In: BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. (org.). *Pesquisa participante: o saber da partilha*. Aparecida: Ideias et Letras, 2006.
- CANÇADO, A. C.; SOUZA, M. de F. A. de; PEREIRA, J. R. Os princípios cooperativistas e a identidade do movimento cooperativista em xequê.

Revista de Gestão e Organizações Cooperativas, Santa Maria, v. 1, n. 2, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/16279/pdf>. Acesso em: 9 fev. 2021.

COSTA, L. de S. O cooperativismo: uma breve reflexão teórica. In: SEMINÁRIO DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DE CASCATEL, 6., 2007, Cascavel. *Anais [...]*. Cascavel: Unioeste, 2007. Disponível em: <http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/VISeminar/trabalhos.html>. Acesso em: 9 fev. 2021.

CUNHA, G. C. A economia solidária e os embates em torno dos sentidos do cooperativismo na construção recente de leis e políticas. *Revista Bahia Análise e Dados*, Salvador, v. 23, n. 1, p. 173-228, jan./mar. 2013. Disponível em: http://www2.setre.ba.gov.br/arquivos/BA&D_v23_n1_web.pdf. Acesso em: 9 fev. 2021.

FORGIARINI, D.; ALVES, C.; MENDINA, H. Aspectos teóricos do cooperativismo e suas implicações para a gestão de cooperativas. *Revista de Gestão e Organizações Cooperativas*, Santa Maria, p. 21-36, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/rgc/article/view/30509>. Acesso em: 9 fev. 2021.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. L. *Economia Solidária: Uma Abordagem Internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRJ, 2004.

FRANÇA FILHO, G. Indicadores para a sustentabilidade em economia solidária: uma questão de utilidade social. In: KRAYCHETE, G.; CARVALHO, P. (org.). *Economia popular solidária: indicadores para a sustentabilidade*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012. p. 27-34.

FRANÇA, J. A (coord.). *Manual de procedimentos para o terceiro setor: aspectos de gestão e de contabilidade para entidades de interesse social*. Brasília, DF: CFC; FBC; Profis, 2015.

FREEMAN, J. A *tiranía das organizações sem estrutura*. Tradução Marco Túlio. *Jacobin Brasil*, 12 mar. 2020. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2020/03/a-tiranía-das-organizações-sem-estrutura/>. Acesso em: 19 abr. 2021.

GAIGER, L. I. Empreendimentos solidários: uma alternativa para a economia popular? In: GAIGER, L. (org.). *Formas de combate e de resistência à pobreza*. São Leopoldo: Unisinos, 1996.

GAIGER, L. I.; GRUPO ECOSOL. *A economia solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

GAULEJAC, V. de. *Gestão como doença social: Ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. São Paulo: Ideias & Letras, 2007.

GEIFUS, F. *80 herramientas para el desarrollo participativo: diagnóstico, planificación, monitoreo, evaluación*. San Salvador: Prochamate-IIICA, 1987.

HOUAISS. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Objetiva, 2009.

KRAYCHETE, G. *Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação*. Rio de Janeiro: Capina; Oikos, 2007.

KRAYCHETE, G. Economia popular solidária: indicadores para qual sustentabilidade? In: KRAYCHETE, G.; CARVALHO, P. (org.). *Economia popular solidária: indicadores para a sustentabilidade*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012. p. 15-25.

MENDEZ, M. J.; TINOCO, J. E. *Guia para Gestão em áreas reformadas*. Recife: Incra; PNUD; Sudene, 1990.

RAMOS, M. T. *Caderno do Participante Curso de Introdução à Gestão das Organizações*. Salvador: Saeb, 2000.

REIS, T. A. *A Sustentabilidade em Empreendimentos de Economia Solidária: Pluralidade e interconexão de dimensões*. 2005. 201 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

TENÓRIO, F. G.; ROZENBERG, J. E. *Gestão pública e cidadania: metodologias participativas em ação*. São Paulo: Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 1997.

THIOLLENT, M. *Pesquisa-ação nas organizações*. São Paulo: Atlas, 2008.

VIEIRA, C.; COSTA, N. do R. Estratégia profissional e mimetismo empresarial: os planos de saúde odontológicos no Brasil. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, Manguinhos, v. 13, n. 5, set./out. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141312320080005000022&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 9 fev. 2021.

O PAPEL DAS UNIVERSIDADES NO FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO¹

Edgard Barbosa Rodrigues²

Carlyle Tadeu Falcão de Oliveira³

INTRODUÇÃO

O presente estudo aprofundou-se na História até chegar ao século XVIII e se deparar com o processo de industrialização que se dava naquele momento, que ocasionou a Primeira Revolução Industrial. Entender esse período é de fundamental importância, porque foi nele que aconteceram os primeiros indícios de alterações nas relações de trabalho impostas pela indústria com rotinas estafantes para pessoas que estavam acostumadas com um ritmo oposto, além da participação dos utópicos que apresentaram possibilidades da relação trabalho *versus* sociedade de forma menos agressiva para o trabalhador (DIAS, 2011).

Surgia aí uma exploração de trabalho sem limites que envolvia mulheres, crianças, pessoas em situações de fragilidade de saúde e incapacidade para manter uma rotina de trabalho tão intensa como a proposta (SINGER, 2002).

¹ Este artigo partiu da pesquisa de dissertação que leva o mesmo nome apresentada à Universidade Federal Fluminense como requisito à obtenção de mestre em Administração no ano de 2020.

² Mestre em Administração.

³ Professor doutor do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Faculdade de Administração e Finanças da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FAF-UERJ).

A economia solidária (EcoSol) emerge como alternativa atenuante à exploração do trabalho e como resistência ao modo de produção vigente. A partir do cooperativismo e da autogestão, o trabalho e as relações sociais podem acontecer de forma mais humana, solidária e sustentável (OLIVEIRA et al., 2018). Esse movimento passa a envolver as universidades, por meio de políticas públicas (níveis nacional e estaduais), cujos objetivos são a formação, a assessoria técnica e disseminação da atividade econômica solidária.

Desse modo, o objetivo deste artigo é identificar possibilidades para as universidades contribuírem para o fortalecimento do movimento de economia solidária no município do Rio de Janeiro.

Para o alcance desse objetivo, foi realizada uma abordagem dos conceitos da economia solidária, da educação popular e do papel das universidades para a EcoSol. Utilizou-se como campo de observação o Fórum Municipal de Economia Solidária do Município do Rio de Janeiro (FES-RJ) e suas redes integradas, que, juntas, se aproximam de 307 empreendimentos solidários, sendo a grande maioria de microempreendedor individual.

Adotou-se uma pesquisa qualitativa de natureza intervencionista, que, além de dialogar com a metodologia, oferece a oportunidade de identificar estratégias de ensino, pesquisa e extensão (VERGARA, 2005). Assim, a metodologia da pesquisa-ação bem como a pesquisa bibliográfica e documental foram as bases para o estudo.

A pesquisa-ação possibilitou uma aproximação com os integrantes do movimento de EcoSol nas plenárias do FES-RJ, além de identificar certas demandas que foram discutidas em seminários com o grupo de pesquisa de Gestão Social e Economia Solidária do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal Fluminense, que tomou o cuidado de estudar cada uma delas e associar com o que estava na literatura sobre o tema.

O capitalismo não consegue atender a população em sua totalidade com oferta de emprego e renda, principalmente para a sociedade mais carente. É justamente esse deslize da economia capitalista que eleva a

importância do estudo sobre a economia solidária. A EcoSol é também base para ensino, pesquisa e extensão no meio acadêmico, mesmo que pouco explorada, ao mesmo tempo de significativa relevância por absorver diferentes agentes da sociedade e dialogar com suas necessidades, tornando-se assim uma forma de inclusão ou reinclusão social. Ainda nessa lógica, a EcoSol é vista como um tema atual com capacidade de trabalhar alternativas que fazem reduzir a desigualdade social, gerando emprego e renda para aqueles que se encontram em situação vulnerável.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Do ponto de vista teórico, o estudo abordou a origem do termo, o conceito de economia solidária, os fundamentos históricos apontando os utópicos e o cooperativismo, a formação em economia solidária, educação popular e o papel da universidade para a economia solidária.

ECONOMIA SOLIDÁRIA: A ORIGEM DO TERMO E CONCEITO

A EcoSol enquadra-se na tentativa de problematização de novas práticas organizativas a partir de um conjunto de referências no que diz respeito a reflexões que tratam da relação entre democracia e economia numa perspectiva descritiva e compreensivista de pesquisa, avaliando milhares de experiências no mundo envolvendo milhares de pessoas assalariadas ou mesmo voluntariadas implicadas, cada uma com sua singularidade (EME; LAVILLE, 1996).

A EcoSol é classificada como um modo de produção onde o coletivo tem o controle e o domínio da propriedade, do capital e do direito da liberdade individual. Esse princípio garante aos envolvidos a formação de uma classe trabalhadora onde todos que estão ali são detentores dos mesmos direitos, obrigações e do capital, tendo como resultado a solidariedade e a igualdade (SINGER, 2002).

Para melhor compreensão do movimento da EcoSol, faz-se necessário remeter-se aos conceitos históricos na Revolução Industrial e suas bases sociológicas por meio dos pensadores utópicos Robert Owen, Charles Fourier e Claude-Henri Saint-Simon, que vivenciaram o período e buscaram, cada um ao seu modo, solucionar os problemas sociais provindos do sistema capitalista e assim perceber que ela já se fazia presente desde a transição do sistema de produção feudal para o capitalismo quando se viu o surgimento do cooperativismo (DIAS, 2011).

Quanto aos princípios da EcoSol no Brasil, é importante destacar que as suas características foram inspiradas nos princípios cooperativistas e acrescidos novos desafios de acordo com a atualidade e incrementados pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (Senaes-MTE): a cooperação; a democracia; a autogestão; a solidariedade/centralização no ser humano; a emancipação; o cuidado com o meio ambiente e responsabilidade com gerações futuras; a justiça social na produção, nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; a valorização da diversidade; a valorização do saber local, da cultura e da tecnologia populares; a valorização da aprendizagem e da formação profissional permanente.

FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO POPULAR

A formação em EcoSol não está limitada ao modelo tradicional de ensino a que estamos acostumados; na maioria das vezes, entender a atividade a ser exercida já é o elemento chave para a garantia do sucesso ou mesmo o convívio entre os cooperados já se converte em uma troca de conhecimentos, fazendo daquele lugar uma escola (PINHEIRO; PAES DE PAULA, 2014).

O conhecimento prévio é um ponto de extrema importância para um empreendimento na economia solidária, pois vai auxiliar no aperfeiçoamento tanto da prática quanto no auxílio ao próximo no momento de execução da tarefa proposta. Isso porque essas pessoas participantes conhecem mais do

que ninguém os problemas atenuantes do seu meio, sabem das necessidades e muitas vezes sabem solucionar aquela deficiência (FREIRE, 1996).

A ideia de educação popular, a luta política, social e a resistência por ela propostas vão além de ideologias políticas partidárias, mas visam superar todas as dificuldades enfrentadas no dia a dia de cada um, ou seja, a superação do analfabetismo, fome, miséria, desigualdade social e pela melhor compreensão do convívio social para a máxima adaptação junto ao sistema. A educação popular é um meio de aprender com base naquilo que se vivencia no cotidiano, é a adaptação do ensino com a realidade em que vive o educando (FREIRE; NOGUEIRA, 1993).

O PAPEL DA UNIVERSIDADE PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

A universidade possui um papel vital no debate sobre a exclusão, participando da construção de alternativas e apontando caminhos com a economia solidária, tão presente em vários centros de discussões acadêmicos, sendo apontada como possibilidade de indução de transformação social. Por ser uma instituição criada pela própria sociedade, relaciona-se diretamente com ela de modo que as questões alarmantes da sociedade são igualmente as da universidade (HECKERT, 2004).

O trabalho dos técnicos e acadêmicos, segundo Murad e Abreu (2016), precisa ter um cuidado para aplicar o conhecimento levando em conta a cultura e a educação dos cooperados que se diferem destes. Conforme Cançado e Tenório (2011), existe ali junto daquele movimento um conhecimento prévio sobre o que vai ser trabalhado, mesmo que de forma popular e não da forma técnica como os universitários estão acostumados a lidar, e isso pode proporcionar uma relação completamente diferente da que se supunha, principalmente de achar que os cooperados são providos de nenhum conhecimento e que essa relação pode oferecer como retorno a possibilidade de orientá-los a desenvolver melhor suas habilidades e senso crítico.

Trabalhos vêm sendo realizados dentro das universidades nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão com a finalidade de auxiliar os envolvidos em projetos dessa natureza para que sociedade e universidade, juntas, possam buscar resultados positivos ao movimento da economia solidária, que para muitos é uma saída capaz de preencher as lacunas deixadas pelo capitalismo (OLIVEIRA et al., 2018).

Partindo dessa lógica, temos como destaque as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), que proporcionam aos estudantes, professores e demais envolvidos no projeto uma experiência inusitada que lhes garante contato direto com a pesquisa em si através da extensão. Desse modo, a universidade, por meio dessas incubadoras, cumpre com o seu papel social, cujo fundamento básico é ajudar a sociedade a solucionar os problemas reais do contexto social no qual estão inseridas, e até mesmo de caráter nacional, quando pensado de forma abrangente (ARAUJO; CASTRO, 2016).

A prática da educação utilizada na economia solidária aponta para o papel da educação popular, que é de extrema importância, pois visa valorizar o conhecimento prévio trazido pelo trabalhador e o papel da universidade para o movimento, garantindo uma série de debates, estudos, experiências capazes de expandir um conhecimento teórico até então não realizado pelos trabalhadores sobre suas práticas, resultando no aperfeiçoamento do movimento e a tão esperada propagação da economia solidária.

METODOLOGIA

ESTRATÉGIA DE PESQUISA E COLETA DOS DADOS

Segundo Vergara (2005), existem muitas taxonomias de tipos de pesquisa, e ela propõe dois critérios básicos para classificação de pesquisas – quanto aos fins e quanto aos meios. Para responder aos objetivos do trabalho, o tipo de pesquisa a ser adotado para justificar os fins será a pesquisa

qualitativa de natureza intervencionista, uma vez que essa pesquisa tem em seus objetivos a identificação de estratégias de ensino, pesquisa e extensão que vão ao encontro das demandas apontadas pelo FES-RJ.

A estratégia metodológica utilizada foi a pesquisa-ação por estar bem amparada por técnicas essenciais para esta pesquisa. A investigação também foi documental porque se valeu de documentos disponibilizados pelo FES-RJ e pelos integrantes das Redes Solidárias que compõem o fórum.

A pesquisa-ação se faz importante por se tratar de uma interação com o campo de investigação proposto, o FES-RJ. Mais que isso, a pesquisa-ação permitiu a interatividade dos pesquisadores com seu objeto de estudo a ponto de, juntos, poderem se envolver nas questões propostas, construindo assim uma relação de confiança mútua, o que facilitou resultados mais eficazes, uma vez que o conhecimento prévio sobre o tema trazido pelos pesquisados é de fundamental importância e concentra uma riqueza de detalhes não encontrada em outro tipo de fonte.

Para essa pesquisa, optou-se por seguir as orientações propostas por Thiollent (2019), fazendo uma ordem sequencial no tempo em que em primeiro lugar aparece a fase exploratória e no final, a divulgação dos resultados.

Na fase exploratória, foi feito contato com o FES-RJ e com seus principais representantes e, nesse momento, foi firmado um acordo para realização da pesquisa atendendo às regras estabelecidas, estando detalhada na metodologia e no item que trata dos resultados.

O tema da pesquisa-ação foi oriundo dos problemas apontados pelo FES-RJ e da área de conhecimento que essa pesquisa tem como ponto de partida, nesse caso, a economia solidária. O auxílio dos integrantes do fórum foi de fundamental importância para tal escolha, pois, uma vez determinadas suas dificuldades, essas foram ponto de partida para a pesquisa (THIOLLENT, 2019).

A teoria foi a primeira fase da pesquisa, priorizando o planejamento como ponto de partida, buscando-se explorar e descrever o conceito de economia solidária, educação popular e identificar o papel da universidade

em sua propagação (VERGARA, 2005). O tema foi explorado em artigos, livros, teses e dissertações a fim de aprofundar os conceitos sobre o tema utilizados previamente antes mesmo de serem levados aos participantes (THIOLENT, 2019).

Os problemas do grupo surgiram da observação na primeira plenária do FES-RJ, quando foi possível perceber que os membros cooperados apresentavam uma série de demandas que iam desde o entendimento sobre o conceito de EcoSol à desativação do Conselho Municipal de Economia Solidária. Essas limitações dificultavam um desempenho mais eficaz do fórum em relação às políticas públicas do setor e a priorização de ações em benefício de seus membros.

A escolha e a delimitação do campo de pesquisa foram feitas em conjunto entre os pesquisadores e os participantes da pesquisa. A amostragem dessa pesquisa deu-se pelos representantes das redes solidárias que participaram das plenárias do FES-RJ e de outros integrantes dessas mesmas redes que não frequentam as plenárias, mas que se inscreveram para participar do Curso de Formação em Economia Solidária.

Dependendo do campo de atuação e da problemática adotada, estão disponíveis vários tipos de ações, e para essa pesquisa foi adotada a tônica educativa, por meio da oferta de um curso de formação em economia solidária aos integrantes do FES-RJ (THIOLENT, 2019). Esse curso de formação em economia solidária teve como objetivo auxiliar os integrantes do FES-RJ no processo de tentar solucionar partes ou a totalidade das demandas que o FES-RJ apresentara na primeira reunião do fórum e ratificadas na plenária seguinte.

As principais técnicas utilizadas para a coleta de dados foram a observação nas plenárias do FES-RJ, com anotações dos fatos, além do contato direto com os integrantes, anotando cada detalhe e informação adquirida. Quanto aos sujeitos da pesquisa (VERGARA, 2005), estes foram definidos por meio de amostragem com critérios intencionais de representatividade do grupo do qual fazem parte. Foi feita também a coleta de dados documentais em atas de reuniões e leis sobre o fórum e o conselho.

Na pesquisa-ação, uma capacidade de aprendizagem é associada ao processo de investigação e é aceitável em um contexto de uma pesquisa em educação, comunicação, organização, entre outros. As ações investigadas envolvem uma tomada de decisão e outros aspectos que acreditam alcançar a capacidade de aprendizagem dos participantes, mesmo estes já tendo seus conhecimentos prévios adquiridos na atividade normal (THIOLENT, 2019). O contexto de aprendizagem para essa pesquisa foi o da educação e para isso foi utilizada a educação popular, justamente por ter uma interação com o tema e com a própria metodologia, o que valoriza o saber informal das pessoas envolvidas.

A pesquisa-ação vê o estudo da relação entre o saber formal e o saber informal como uma estrutura de comunicação entre os dois universos (THIOLENT, 2019). Nesse caso, os pesquisadores, por meio da realização do curso de formação em economia solidária, propiciaram aos participantes um conhecimento teórico quanto ao tema e estes, por sua vez, possibilitaram aos pesquisadores um conhecimento prático no âmbito do FES-RJ, até então percebido por meio de livros e artigos.

Ao longo da pesquisa, os integrantes do FES-RJ tomaram conhecimento dos dados que eram obtidos e como eles estavam sendo utilizados, muitas vezes ajudando na melhor forma de serem trabalhados, fazendo assim o entendimento de uma divulgação interna. Quanto à divulgação externa, os resultados desta pesquisa tornaram-se uma dissertação de mestrado e, posteriormente, artigos científicos, como este (THIOLENT, 2019).

ANÁLISES DOS DADOS

A análise e a interpretação são duas atividades distintas que representam a aplicação lógica dedutiva e indutiva do processo de investigação, levando assim à importância dos dados não por si mesmos, mas para oferecer as respostas para os objetivos. Para proceder à análise e à interpretação, foi criada uma matriz analítica para pesquisa empírica e documental como segue (MARCONI; LAKATOS, 2019):

Quadro 1 – Matriz analítica para pesquisa empírica e documental.

Tema	Conceitos	Especificação
Economia solidária “[...] é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica” (SINGER, 2002, p. 10)	Cooperativismo	O desenvolvimento econômico aliado ao bem-estar social partindo do princípio da participação democrática, solidariedade, independência e autonomia
	Autogestão	Orientação para um conjunto de práticas democráticas participativas nas decisões estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, sobretudo na escolha do dirigente.
	Solidariedade	A solidariedade é expressa desde a congregação de esforços mútuos dos participantes para alcance de objetivos comuns até os valores que expressam a justa distribuição dos resultados alcançados
	Ação econômica	Oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidade e da melhoria das condições de vida dos participantes

Tema	Conceitos	Especificação
O papel da universidade: “A universidade possui um papel vital no debate sobre a exclusão, participando da construção de alternativas e apontando caminhos com a Economia Solidária, tão presente em vários centros de discussões sendo apontada como possibilidade construir estratégias para a inclusão social” (HECKERT, 2004, p.8)	Ensino	Consiste na formação de quadros para as próprias cooperativas e entidades de apoio à EcoSol podem atuar como multiplicadores
	Pesquisa	Consiste em conhecer a realidade desse tipo de gestão, nacional e internacionalmente
	Extensão	Dá-se a participação com representação em redes de formação em economia solidária, nos fóruns estaduais e municipais de economia solidária, entre outros
	Formação	Baseia-se no conhecimento prévio do aluno adquirido ao longo das experiências de vida, associando-os aos conhecimentos científicos
Educação popular é uma prática política “[...] misturada à tarefa educativa, levando em conta que a sociedade se transforma passo a passo com propostas populares em educação” (FREIRE; NOGUEIRA, 1993, p. 20)	Transformação social	É uma conquista por garantir aos grupos sociais um conhecimento daquilo que eles estão fazendo, oferecendo-lhes melhores condições de lutarem pelos seus ideais
	Autonomia do indivíduo	Passa pela relação de trabalho e educação enfatizando a competência e a habilidade, priorizando a experiência e a solidariedade num processo democrático
	Emancipação do indivíduo	Passa pela educação crítica não formal como aquela que se aprende no mundo da vida por meio de compartilhamento de experiências em espaços e ações coletivas

Fonte: elaboração própria.

RESULTADOS

O FÓRUM MUNICIPAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO RIO DE JANEIRO

O Fórum de Economia Solidária do Município do Rio de Janeiro é apresentado como o campo de observação e, para isso, fez-se necessário apontar suas principais características, seus objetivos e componentes, para assim se compreender melhor suas demandas que servirão de base para a pesquisa.

O FES-RJ propõe em seu regimento, como seus objetivos, o fortalecimento do movimento de economia solidária, tornando-a conhecida, juntamente com seus princípios e práticas diante da sociedade, além dos poderes públicos, fazendo uma articulação em todo município do Rio de Janeiro, buscando criar meios e oportunidades de incentivar tal expansão. Os integrantes do FES-RJ, ainda segundo o regimento, são representantes de empreendimentos solidários como cooperativas, associações de trabalho, empresas autogestionárias e grupos informais, representantes de entidades de assessoria e fomento, representantes dos governos das três esferas, além de pessoas físicas que assumem a causa ou simpatizam com a economia solidária.

Até a data de 1º de agosto de 2019, segundo o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (Cadsol), conforme o arquivo dos empreendimentos do RJ disponível no *site* da Economia Solidária RJ, o município do Rio de Janeiro contava com 307 empreendimentos solidários.

Algumas pessoas que se encontram nas redes participam do movimento para terem os benefícios de exporem seus produtos nas feiras solidárias promovidas pela prefeitura em parceria com o FES-RJ, que assume o controle. Trata-se de pessoas que querem complementar renda e viram nas redes uma oportunidade de ganho extra mesmo desconhecendo o verdadeiro sentido da EcoSol.

Artesãos convencidos dos princípios da economia solidária ficam sem representatividade na hora de tomada de decisões visto que muitas

vezes não há diálogo nas plenárias, porque o foco das reuniões sempre está voltado para assuntos que dizem respeito às feiras, porém as decisões nem sempre são tomadas com base nos princípios da EcoSol.

Foi observado, também, que outros segmentos da EcoSol não se fazem presentes no fórum do município, e, com isso, as ações do FES-RJ estão voltadas exclusivamente para o artesanato, o que descaracteriza sua função.

Segundo informações dos próprios integrantes, o FES-RJ não atua com outros grupos porque eles estão em outros pontos da cidade, o que dificulta o trajeto para participar das plenárias e um outro motivo é que alguns grupos participam de outros fóruns, ficando o FES-RJ atendendo, em sua maioria, os artesãos.

DEMANDAS DO FES-RJ

Na fase exploratória, aconteceu a primeira visita ao FES-RJ, na plenária de 26 de novembro de 2018. Desde então ficou evidente uma série de problemas e dificuldades que o coletivo enfrentava e que não era proveniente apenas de uma rede, mas sim de todas elas e do fórum em si. Tais dificuldades foram anotadas em uma caderneta de campo conforme segue:

- falta de um manual de classificação dos produtos fabricados e comercializados pelas redes;
- divisão dos espaços nas feiras com outros expositores;
- falta de capacitação em gestão, do próprio movimento e do conceito de economia solidária;
- o desuso do plano municipal;
- a desatualização do Cadsol e do mapeamento da produção e da capacidade produtiva;

- revisão do calendário das feiras de EcoSol promovidas pela prefeitura;
- a má interpretação de terceiros quanto ao movimento e a exploração causada por eles;
- a ativação do Conselho Municipal de EcoSol.

Cada demanda foi analisada e comparada com os conceitos de economia solidária para identificar quais delas poderiam ser mais bem trabalhadas pelos pesquisadores. A partir daí, houve um tratamento dos dados por meio de análise de conteúdo, em que se fez necessário buscar relações entre o fenômeno investigado e os conceitos da literatura: economia solidária, educação popular e o papel das universidades e das incubadoras (VERGARA, 2005).

Esse primeiro contato dos pesquisadores com os integrantes do FES-RJ atendeu às expectativas propostas por Thiollent (2019, p. 56-57), que diz se tratar de uma fase de identificação conforme explicita: “[...] os pesquisadores tentam identificar as expectativas, os problemas da situação, as características da população e outros aspectos que fazem parte do que é tradicionalmente chamado de diagnóstico”.

Diante dessas demandas e do levantamento teórico realizado antes das visitas ao fórum, foi possível, em uma reunião, definir um diagnóstico e apresentar uma proposta de intervenção por parte dos pesquisadores e da universidade: um curso de formação em economia solidária cujas aulas a serem ministradas trariam temas baseados nas necessidades apresentadas e na teoria adequada a cada um.

O CURSO DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

O curso de economia solidária foi oferecido por meio de uma parceria entre o FES-RJ, a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). A proposta do curso foi

elaborada pelo grupo de pesquisa de Gestão Social e Economia Solidária do Programa de Pós-Graduação em Administração/Mestrado (PPGAd) da UFF, o que, para a pesquisa-ação, é uma capacidade de aprendizagem que está associada ao processo de investigação (THIOLLENT, 2019).

Dividido em 9 subtemas, o curso teve um total de 10 encontros, que se realizaram na Uerj. A turma de 40 participantes foi montada pelo próprio FES-RJ, que priorizou a participação de pelo menos um membro de cada rede e de novos integrantes no movimento.

A metodologia aplicada no curso de formação em economia solidária seguiu os padrões da educação popular, valorizando o conhecimento prévio de cada aluno. Também foram aplicadas dinâmicas de grupo, questionários e rodas de debates. No quadro a seguir, é possível analisar os conceitos, as demandas e a proposta que formaram a ementa do curso conforme já foi sendo detalhado ao longo dessa pesquisa.

Quadro 2 – Demandas do FES-RJ e aulas propostas.

Conceito	Demanda	Proposta de aula/cursos
Economia solidária e educação popular	Falta de capacitação em gestão, do próprio movimento e do conceito de economia solidária	História, conceitos e aspectos gerais de EcoSol; comércio justo e solidário; empreendimentos de EcoSol; finanças solidárias
Políticas públicas	O desuso do plano municipal; a desatualização do Cadsol e do mapeamento da produção e da capacidade produtiva; a ativação do Conselho Municipal de Economia Solidária	Políticas públicas e conselhos; fóruns e rede EcoSol

O papel das universidades e das incubadoras	A falta de um manual de classificação dos produtos confeccionados e vendidos	Tecnologia social e incubadoras; introdução a elaboração de projetos; educação popular

Fonte: elaboração própria.

Ao longo de cada aula, além das aulas propostas conforme o Quadro 2, foi reservado um momento para realização de dinâmicas de grupo. Essas dinâmicas possibilitaram aos participantes identificar em seus trabalhos, nas suas redes e até mesmo no fórum aquilo que estava sendo falado com o que era praticado, a fim de reconhecer alguma similaridade da teoria e da prática.

A décima e última aula foi para apresentar um resultado prévio das observações que foram feitas ao longo do curso, observações que iam desde a postura dentro de sala de aula até atitudes que poderiam ser revistas dentro das redes, no fórum, na forma de comercializar. Cada tópico apontado era discutido e os participantes reconheciam as falhas e sugeriam o que poderia melhorar.

A última ação realizada com os participantes do curso foi o contato pós-curso. O que se esperava identificar nesse contato era a utilidade do curso para o participante em relação aos conceitos de EcoSol; se os participantes repassaram o que foi transmitido para os parceiros de rede; como foi a recepção desses integrantes das redes com os temas abordados; se os parceiros de rede demonstraram interesse em participar de um novo módulo do curso; e, por fim, saber se o curso é capaz de fortalecer a atuação dos participantes na rede, no FES-RJ e no movimento como um todo.

Nesse contato, foi possível perceber que o curso proporcionou um entendimento maior dos participantes do conceito de EcoSol, até mesmo para aqueles que já tiveram contato com a teoria em algum momento, ficando evidente que a relação dos participantes com a teoria não é ativa e frequente.

Foi percebido também que as pessoas demonstraram interesse em um curso efetivo de EcoSol, uma relação mais estreita com o tema, para que assim possam ampliar seus conhecimentos e ser capazes de ter um

relacionamento mais ativo em suas redes, no FES-RJ e com o movimento como um todo, acreditando que uma pessoa preparada com os conhecimentos de EcoSol é mais apta a contribuir com o movimento do que uma pessoa que não tem o mínimo de noção do que trata o tema.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Essa etapa baseou-se nas categorias da matriz analítica exposta no Quadro 1 para interpretar os dados e pontos de referência para análise das informações obtidas. Foram utilizados para realização dessa fase os dados obtidos nas observações, entrevistas e conversas informais realizadas com os integrantes do FES-RJ, além das informações obtidas na pesquisa documental e bibliográfica correlacionando com o referencial teórico.

A PERCEPÇÃO DO CONCEITO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA PELOS MEMBROS DO FES-RJ

O conceito de economia solidária dentro do FES-RJ é um tema pouco trabalhado, pode-se dizer que o movimento hoje precisa passar por uma nova forma de relacionar-se inserindo os princípios de EcoSol na sua prática.

Na argumentação de Singer (2002), os conceitos da economia solidária partem da classificação de um modo de produção em que o coletivo tem o controle e o domínio da propriedade, do capital e do direito da liberdade individual, unindo assim todos os trabalhadores em uma só classe, uma vez que todos seriam possuidores de um mesmo valor do capital em uma cooperativa ou em uma sociedade econômica.

Na prática, acontece o oposto, o desentendimento de tais conceitos vem acumulando integrantes que têm empreendimento individual. Isto acaba ignorando a lógica da EcoSol e ocasionando a prática dos princípios capitalistas, visando o lucro e a lógica da competição, indo de encontro

ao que propõe Singer (2002, p. 9) quando diz: “[...] a solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualmente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar”, tendo como chave para proposta a associação.

Outro resultado negativo observado foi o descontrole das atividades que não se encaixam nos princípios da EcoSol. Pode-se dizer que a única atividade que caracteriza as redes como solidárias é a venda conjunta dos seus integrantes ao compartilharem uma barraca na feira. A união dessas pessoas acontece apenas por serem membros de uma rede solidária e o que acontece entre eles é a troca de informações, o compartilhamento do espaço nas feiras e a representatividade deles no fórum através das plenárias mensais.

O ideal seria a criação de cooperativas dividindo os artesãos de acordo com os produtos confeccionados e apenas uma rede desses artesãos atuando na relação com o FES-RJ e na comercialização dos produtos nas feiras. As redes, por sua vez, teriam a função assistencial, oferecendo aos cooperados uma estrutura para autogestão, cursos de qualificação, ciclo de debates, palestras, parcerias e um mecanismo que aproximasse cada cooperativa da sua comunidade, buscando inserir nos artesanatos práticas e matérias-primas locais e alcançar pessoas que optassem por aderir ao movimento.

Essa ideia de cooperativismo colocaria na prática os princípios da economia solidária e resgataria os princípios dos utópicos, destacando-se Robert Owen, porém, como o cooperativismo não é uma prática efetiva dentro do movimento, não houve relatos que ilustrassem a prática, o que se resumiu apenas em uma sugestão que será levada às considerações finais.

Quando se fala em solidariedade, as pessoas nas redes ainda associam a questão a prestar uma boa ação. Se esse conceito, talvez o mais importante de todos, estivesse sendo levado na realidade dentro do movimento, o FES-RJ teria o entendimento na prática da economia solidária como uma alternativa com capacidade de se sobrepor ao capitalismo, segundo Singer (2002).

A ação econômica dentro das redes e do movimento é mais percebida. A busca de oportunidades que centralizem o ser humano tem seu espaço. Mesmo que essas pessoas não tenham muito preparo para agir

dentro dos princípios da economia solidária, muitas ações praticadas por elas levariam ao conceito e tornariam a relação entre elas mais humana, oferecendo a todas uma oportunidade de emancipação e justiça social.

Foi possível perceber que o grupo depende de políticas públicas para propagação do movimento devido à falta de recurso e da pouca visibilidade que o movimento tem no meio social e no que diz respeito à parceria com as universidades.

O PAPEL DA UNIVERSIDADE DIANTE DO MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

O segundo grupo da matriz analítica trata do papel da universidade subdividido em três subgrupos, ensino, pesquisa e extensão.

Quando a ideia dessa pesquisa foi levada para o FES-RJ, foi possível perceber algumas reações negativas. Muitos integrantes já haviam presenciado parcerias que não obtiveram resultados que lhes fossem benéficos. Eles falaram de parcerias que não deram certo, nas quais pesquisadores iam para colher dados a fim de validar suas pesquisas e nunca apresentavam resultados.

É fato que a opinião dessas pessoas não pode ser considerada como algo frequente e comum no que diz respeito à universidade, principalmente o descaso por parte dos pesquisadores; talvez seja possível que alguns deles não tenham retornado para dar uma resposta sobre o resultado ou tal resultado não tenha sido o esperado por essas pessoas.

É certo que muitos trabalhos acadêmicos vêm sendo realizados ao longo de anos por meio do ensino, pesquisa e extensão, inclusive das incubadoras tecnológicas que tanto contribuíram e ainda contribuem para o movimento de economia solidária. Esses trabalhos incluem assessoria, criação e manutenção de empresas nos moldes solidários, novas tecnologias e mesmo a adaptação daquelas que já vinham sendo utilizadas.

Ao longo do curso de formação em economia solidária, os participantes percebiam o quão importante era aquele momento, como eles

puderam ter uma nova visão dos conceitos de economia solidária e como estavam longe de colocar todos eles em prática. Percebiam a cada aula que dependia de cada um fazer a sua parte dentro do seu espaço para que aquela ideia de movimento fosse expandida.

Ciente do papel da universidade e suas reais possibilidades, essa pesquisa procurou entender qual poderia ser o seu papel na propagação do movimento de economia solidária. Por mais que seja possível se deparar com uma gama de materiais e pesquisas relacionadas ao assunto, percebe-se que o movimento ainda é algo desconhecido por boa parcela da população.

A economia solidária não é um assunto que as pessoas comentam mesmo que de forma superficial, ficando restrito a quem estuda, quem produz, comercializa e a poucas pessoas que consomem. Levar o movimento que acontece na prática para o lugar onde se discute a teoria foi, talvez, o surgimento de um novo conceito de ver e expandir a economia solidária, uma vez que a universidade é o centro de estudo para novos feitos no campo social. Essa ideia vai ao encontro do que foi proposto por Charles Fourier, que idealizava uma comunidade onde houvesse educação, trabalho e qualificação para as pessoas que ali residissem.

O ensino dos conceitos de EcoSol, segundo os entrevistados nessa pesquisa, poderia ser uma realidade nas escolas, nas universidades, e o resultado seriam pessoas conhecedoras do tema e interessadas por produtos que levem esse conceito. Quando se trata do papel da universidade, pode-se afirmar que este trabalho foi uma contribuição da universidade para o movimento nos ramos do ensino, da pesquisa e da extensão.

A disciplina de economia solidária apresentada como eletiva no PPGAd-UFF proporcionou o trabalho de ensino, e a parceria das universidades UFF e Uerj possibilitou o trabalho de extensão que garantiu aos integrantes do FES-RJ um diálogo em um ambiente propício para a questão, mostrando caminhos e possibilidades de continuar o trabalho de ensinar e ao mesmo tempo ampliar para novas pessoas em outras oportunidades.

No ramo da pesquisa, as dissertações e artigos, incluindo este, darão oportunidades à universidade de ampliar o debate dentro dela e

assim atrair novos pesquisadores que darão continuidade à discussão iniciada, ampliando possibilidades para a extensão através de uma incubadora ou mesmo aproximando-se da que já existe na UFF a fim de ampliar a relação da teoria com a prática.

A EDUCAÇÃO POPULAR E O FES-RJ

O terceiro e último campo da matriz analítica trata da Educação Popular subdividido em quatro subgrupos, sendo a formação, a transformação social, a autonomia e a emancipação do indivíduo.

A educação popular, como afirmam Freire e Nogueira (1993), é uma prática política com a missão de educar ao mesmo tempo que observa as mudanças da sociedade a cada proposta popular oferecida. A economia solidária é um modelo de renovação social do indivíduo e do grupo que a pratica e utiliza-se da educação popular, uma vez que seria insustentável ensinar cultura regional e saberes sem considerar os conhecimentos populares que seriam passados pelas pessoas mais antigas da comunidade, o que chamamos de saber local.

Dentro do FES-RJ, foi possível perceber essa interação que as pessoas tinham com o saber local. Foi comum observar pessoas que confeccionam seus artesanatos com técnicas que lhes foram passadas pelos pais, por pessoas dos bairros, dos movimentos sociais dos quais fazem parte, e assim o saber local torna-se uma ferramenta de trabalho.

Como esperado, a educação popular proporcionou um entendimento da educação capaz de fazer com que os participantes do curso passassem a ter maior interesse pela teoria que estava sendo ensinada. A cada tema proposto, despertava um interesse específico, mas principalmente o de conhecer mais sobre o tema, sobre o movimento do qual eles faziam parte, mas que não conheciam na teoria.

Nesse curso, foi possível perceber e colocar em prática a ideia de educação como mobilização, apontada por Freire e Nogueira (1993), uma

vez que o que se propunha a ensinar ali não poderia sair apenas dos livros e dos artigos científicos.

Se a teoria fosse discutida como é feita dentro de uma universidade, talvez esses participantes não demonstrassem tanto interesse pelo curso pelo fato de eles não verem tanto interesse na teoria mesmo sabendo a sua importância, pois seus interesses estão mais voltados aos conceitos e técnicas gerenciais.

Ainda no que propõem Freire e Nogueira (1993), através do curso, os participantes conseguiram alcançar uma autonomia individual. Eles não perderam o foco dos seus trabalhos, daquilo que já sabiam, para aprender a teoria. Cada pergunta realizada por cada um era baseada em seus trabalhos e isso possibilitou a prática da democracia dentro de sala de aula, uma vez que cada um tinha que respeitar e entender a dificuldade dos colegas.

A autonomia foi introduzida ao longo desse processo. Pode-se dizer que cada um dos participantes foi capaz de perceber que a associação do trabalho da economia solidária à educação popular possibilitou relacionar as suas vidas, uma vez que priorizou não só a experiência, mas também a solidariedade. Cabe a cada um manter esse elo entre a educação e o trabalho.

Por mais que o curso não fizesse essas transformações por falta de tempo ou mesmo de maior dedicação, até mesmo por tratar-se de um curso de formação, a semente foi plantada e agora só depende de uma busca individual para que aconteça a transformação. O que não pode ser permitido é que a sua participação no movimento, na rede e no FES-RJ se dê apenas pelo interesse de vender seus produtos nas feiras de EcoSol.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir o tema economia solidária é muito mais que pensar em soluções que as universidades possam oferecer para sanar problemas e aflições sociais de uma parcela da sociedade que ficou às margens do capitalismo. Quando se fala no tema, a responsabilidade que se tem é de mostrar que

economia solidária é uma ferramenta capaz de equalizar as desigualdades que existem entre as pessoas, através da educação, do trabalho e do reconhecimento do meio em que elas vivem, mesmo que elas façam parte de um sistema fundamentalmente excludente.

A importância de trabalhar os conceitos sobre economia solidária faz com que o tema se popularize, alcançando mais pessoas de diferentes classes sociais, criando indivíduos conscientes das práticas e da necessidade de cobrar de seus produtores e fornecedores a possibilidade de aplicação desta ideia em sua forma de comercializar e consumir, beneficiando um número maior de grupos.

Pode-se afirmar que a atuação das universidades vem se dando em um grau que merece reconhecimento. São produções acadêmicas, tecnologia com uma eficácia capaz de atender às necessidades sociais apresentadas, bem como gerar debates sobre o tema nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão.

Foi percebido em uma pesquisa recente no estado do Rio de Janeiro que o tema é discutido principalmente nas universidades públicas nos campos do ensino, pesquisa e extensão, porém pouco abordado nas universidades particulares, o que pode gerar como consequência um número maior de pessoas mais distante do tema (OLIVEIRA et al., 2018).

Essa falta de interação com os conceitos de EcoSol pode dificultar a participação desses futuros profissionais na sociedade, que poderiam oferecer outros meios de relação de trabalho e renda que não se resumissem a uma busca incessante pelo lucro e aumento do capital, mas que focasse a relação do trabalho com a sociedade e o meio ambiente no qual está inserida.

Ao levar essa pesquisa para o campo da educação, houve a necessidade de utilizar métodos e posturas que fossem capazes de interagir com os participantes da pesquisa e nesse momento percebeu-se o quão importante e assertiva foi a escolha desse método tão dedicado à pesquisa social.

Os métodos de educação popular apresentados por Paulo Freire também foram importantes para que as discussões sobre o tema economia

solidária, introduzidos por Paul Singer, fossem compreendidas e trabalhadas entre os pesquisadores e os pesquisados no decorrer do curso. É perceptível como Michel Thiollent, Paulo Freire e Paul Singer foram fundamentais para a execução dessa pesquisa dando sustentação aos resultados alcançados.

A pesquisa mostrou o quanto é importante a participação das universidades para que o movimento de economia solidária caminhe e sustente aqueles que dela dependem, a praticam e a ela dedicam seus estudos.

A abertura de espaço físico nas universidades para os trabalhadores em economia solidária é uma possibilidade que pode ser avaliada, pois geraria uma integração de pessoas que tratam o tema na teoria e na prática, proporcionando uma maior interação entre os envolvidos com chances de alcançar mais as áreas de conhecimento, e ampliando o interesse de alunos e professores pelo assunto. Essa relação harmônica entre estudiosos e praticantes pode ser vista como uma versão atualizada do projeto do utópico Charles Fourier, que acreditava na relação entre as pessoas de acordo com suas paixões e vocações.

A ação realizada entre as universidades Uerj e UFF, que resultou no curso de formação em EcoSol, foi um exemplo de que essa junção de pessoas em um espaço único é possível, mesmo que nessa experiência os pesquisados não estivessem ali na condição de expositores, mas sim de alunos.

Existem no município do Rio de Janeiro outras ramificações do movimento de EcoSol que merecem atenção do FES-RJ, como o serviço de reciclagem, a agricultura familiar e orgânica, o turismo solidário, além de grupos outros que não chegaram ao conhecimento dessa pesquisa e merecem ser investigados.

A união desses grupos de outros segmentos dentro do FES-RJ proporcionaria uma troca de conhecimento e de parcerias capazes de auxiliar na propagação do tema, podendo atrair uma parcela de pessoas que tanto necessita ser inserida no mercado de trabalho e obter assim renda para seu sustento e de seu grupo familiar.

Esses artesãos, que, em sua maioria, trabalham de forma individual, deveriam analisar a possibilidade de se unirem de forma cooperativista e em seguida excluírem suas redes. Uma vez criadas as cooperativas, apenas uma rede passaria a representá-los junto ao FES-RJ.

O FES-RJ, diante dessas alterações nas redes, desempenharia suas funções de acordo com o seu regimento, englobando todos os envolvidos com o movimento, tornando-se um centro de referência de economia solidária capaz de criar debates, palestras, seminários e centro de estudos que fomentem o tema, buscando parcerias e projetos a fim de alcançar toda a sociedade.

Uma vez que o FES-RJ reveja a possibilidade de interação com todas as ramificações de empreendimentos que praticam a EcoSol, a universidade pode auxiliar nesse processo promovendo uma assessoria voltada à formação de replicadores para atuarem nas redes, que, por sua vez, prestariam apoio às cooperativas de acordo com a habilidade de cada uma além das noções administrativas e jurídicas. Esse trabalho dentro da universidade ampliaria a pesquisa nas três áreas: ensino, pesquisa e extensão.

É importante que estejam claras as limitações desse estudo. Houve dificuldade de obter dados do FES-RJ sob alegação de extravio de documentos e, com isso, pedidos de prestação de contas, dados numéricos, atas de reuniões e arquivos, dentre outros, sendo que não houve acesso a mais dados que poderiam subsidiar análises e resultados, ou mesmo futuras pesquisas.

Foi muito difícil até mesmo manter um diálogo informal antes que eles se familiarizassem com a presença constante dos pesquisadores. A própria metodologia limitou essa pesquisa a ter acesso apenas a uma parcela dos integrantes do fórum e sua área de conhecimento ter se dado nos campos da administração pública, ciências sociais e educação. Isso deve ser destacado nas considerações finais porque o estudo não é de caráter universal, mas sim representativo.

Outro ponto importante que não pôde ser explorado devido às limitações de tempo foi o aprofundamento de um estudo que levasse à criação de uma rede de consumidores solidários que pudessem ampliar os debates

sobre o tema, divulgar empreendimentos dessa natureza, bem como cobrar dos produtores sobre as práticas solidárias deles nos seus processos de produção ou, na impossibilidade dessa rede, a criação de eventos como seminários, congressos e feiras capazes de fomentar a discussão sobre o tema, deixando, assim, essa questão para pesquisas futuras.

Ainda para pesquisas futuras, fica como sugestão o estudo da participação do poder público junto à economia solidária. Foi possível perceber que, hoje, tal participação é muito simples comparando-se à proporção da efetividade que os resultados provindos podem tomar.

Uma proposição com base nos achados desse estudo seria a inserção da disciplina Economia Solidária e Gestão Social em todos os cursos universitários como matéria optativa, criando, assim, a possibilidade de expansão do tema e gerando novos replicadores capazes de explaná-lo, mostrando que existe uma forma diferente de comercializar além da forma tradicional que visa o lucro e a desigualdade entre as pessoas.

De volta ao objetivo proposto, essa pesquisa considera que a participação da universidade no movimento de economia solidária pode se dar através das práticas do ensino, da pesquisa e da extensão, ampliando os estudos sobre o tema por meio de debates, publicações, seminários, grupos de pesquisa, dentre outros.

A universidade, uma vez explanando a economia solidária, cria uma nova relação social e assim a capacidade de mostrar aos seus alunos, os futuros profissionais do mercado, que existe outra economia, voltada para o bem-estar social do ser humano, uma economia que visa à solidariedade entre as pessoas, em que a democracia prevalece, de forma que os envolvidos não se sentem prejudicados ou menosprezados pelo trabalho realizado em relação ao outro e que o reconhecimento da sua atividade é valorizado e reconhecido para o desenvolvimento da organização da qual fazem parte.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. R. M.; CASTRO, J. G. S. Desafios enfrentados pelos Empreendedores Sociais da Incubadora: Políticas de Empreendimentos Populares e Solidários de Osasco. *Revista Administração em Diálogo*, São Paulo, v. 18, p. 59-91, 2016.

CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; PEREIRA, J. R. Gestão Social: reflexões teóricas e conceituais. *Cadernos EBAPE.BR.*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, 2011.

DIAS, T. F. *Gestão Social em Empreendimentos Econômicos Solidários: uma abordagem no Oeste Potiguar*. 2011. Tese (Doutorado) – UFRN, Natal, 2011.

EME, B.; LAVILLE, J.-L. Economie plurielle, economie solidaire: précisions et compléments. *Revue du MAUSS*, Paris, n. 7, 1996.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia*. [S. l.]: Coletivo Sabotagem, 2002.

FREIRE, P.; NOGUEIRA, A. *Teoria e Prática em Educação Popular*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

HECKERT, S. M. R. A emergência e potencialidades da economia solidária e autogestão no contexto das transformações do mundo do trabalho: a participação da Universidade, Brasília Mercado de Trabalho. *Conjuntura e Análise*, Brasília, v. 24, p. 7-8, ago. 2004.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MURAD, E. P.; ABREU, J. C. A. Incubadoras universitárias de Economia Solidária: Metodologias em perspectiva. *Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL*, Florianópolis, v. 9, n. 3, p. 108-130, 2016.

OLIVEIRA, C. T. F. *et al.* O papel das universidades no fomento às políticas públicas de Economia Solidária no Estado do Rio de Janeiro. In: CONGRESSO DE ADMINISTRAÇÃO, SOCIEDADE E INOVAÇÃO, 11., 2018, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Eceme, 2018. p.1-20.

PINHEIRO, D. C.; PAULA, A.; PAULA, P. de. A Mitologia da Ineficiência nas Organizações Solidárias: em Busca da Ressignificação de um Conceito. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, v. 12, n. 27, p. 42-65, 2014.

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

THIOLLENT, M. Pesquisa-Ação e Projeto Cooperativo na perspectiva de Henri Desroche. São Carlos: EdUFSCar, 2006.

THIOLLENT, M. *Metodologia da Pesquisa-Ação*. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2019.

VERGARA, S. C. *Métodos de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 2005.

OS ESPAÇOS SOLIDÁRIOS IMPLEMENTADOS PELO CENTRO PÚBLICO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM SALVADOR, NO ESTADO DA BAHIA: UMA EXPERIÊNCIA INOVADORA DE COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA NO VAREJO

Karla Uckonn¹

Silvia Maria Bahia Martins²

INTRODUÇÃO

Os dados provenientes do primeiro mapeamento nacional de economia solidária,³ divulgados em 2006, já sinalizavam que apenas 6% dos empreendimentos produziam exclusivamente para o autoconsumo dos sócios, o que demonstrava, à época, que majoritariamente as iniciativas pesquisadas estavam inseridas em pleno mundo do mercado e do cálculo econômico, ainda que estes cálculos fossem simples e modestos (KRAYCHETE, 2011). Ademais, os produtos tendiam a ser vendidos diretamente para o consumidor final no comércio local e municipal. No segundo mapeamento, finalizado em 2013, viabilizar economicamente o empreendimento e gerar renda adequada aos sócios apresentava-se como os principais desafios

¹ Coordenadora do Centro Público de Economia Solidária de Salvador, Itaparica e Vera Cruz/Filhos do Mundo, mestranda em Desenvolvimento e Gestão Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

² Técnica da Superintendência de Economia Solidária e Cooperativismo, Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Governo da Bahia, mestra em Desenvolvimento e Gestão Social pela UFBA.

³ Com as tratativas iniciadas em 2003, o primeiro mapeamento nacional foi realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego com a participação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Seus resultados foram divulgados no primeiro semestre de 2006.

para 27,6% do total de 19.708 iniciativas investigadas no país; a atividade econômica principal era a produção ou a produção e a comercialização de bens para 56,2% dos representantes de empreendimentos entrevistados (GAIGER; GRUPO ECOSOL, 2014).

Na Bahia, o fenômeno do trabalho associado já apontava aspectos relevantes no início dos anos 2000: foi o segundo estado em quantidade de empreendimentos pesquisados no mapeamento de economia solidária de 2006; o Censo Agropecuário (IBGE, 2009) a identificou como a unidade da federação com maior quantidade de estabelecimentos rurais da agricultura familiar do país – 665.831 –, apesar de seu baixo impacto nos indicadores econômicos gerais. Havia também diversas articulações da sociedade civil em torno de ações de incubação universitária, assessoria técnica, praticantes; dentre elas, estava o Fórum Baiano de Economia Solidária, que pautou o governador eleito Jacques Wagner por meio de uma carta, a qual elencava as reivindicações do movimento para a construção da política estadual e nela já identificava, dentre outros aspectos, a pauta da assistência técnica a empreendimentos populares nos campos da formação, da comercialização, da gestão. Em todas as experiências implementadas sob a guarda de centros públicos de economia solidária (Cesol), pioneiros equipamentos homônimos instalados pela extinta Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), a constituição de ponto fixo que congregasse formação em comercialização e comercialização propriamente dita era desenvolvida em cogestão com os empreendimentos locais. Daí o surgimento de Espaços Solidários.

Esse relato objetiva analisar a experiência do Espaço Solidário no território metropolitano, fazendo contextualização histórica das condicionantes e suas características, abordando o desenho institucional e a metodologia adotada, bem como os aspectos da gestão e da sustentabilidade, à luz dos conceitos da economia plural de Karl Polanyi (2000), elencando elementos de continuidade, reciclagem ou resistência aos modos de gestão das empresas tradicionais.

METODOLOGIA

O presente trabalho é traçado dentro dos referenciais de pesquisa exploratória, apresentando uma visão panorâmica sobre uma experiência de comercialização no varejo no âmbito da economia solidária no município de Salvador, na Bahia. Pelo fato de o Espaço Solidário ter passado por alterações no seu formato organizacional ao longo de 12 anos – de uma experiência implementada pela administração pública direta por meio de Cesol para a sua operação no ambiente de *shopping center* por uma organização social financiada pelo poder público por meio de contrato de gestão –, percebe-se que os estudos tendem a se ocupar primacialmente sobre a implementação e os efeitos da política pública de economia solidária e do Centro Público de Economia Solidária, abordando tangencialmente o Espaço Solidário. Apesar de se tratar de uma das mais longevas iniciativas de Espaço Solidário no país, carece produção acadêmica sobre ela. Gil (2016) considera que esse tipo de pesquisa é desenvolvido com o objetivo de proporcionar visão geral de determinado fato, especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado.

Ademais, esse relato corrobora a elaboração da dissertação de uma das pesquisadoras, auxiliando na formulação de problemas mais precisos e consolidando operações de sistematização de literatura. Para as duas pesquisadoras, que ocupam papéis distintos diante do Espaço – uma é coordenadora do Cesol que gerencia o Espaço Solidário e a outra, técnica de governo que monitora e acompanha os contratos de gestão do Cesol –, a investigação atual também se apresenta relevante por seu caráter instrumental, passível de indicar caminhos que auxiliem na revisão do ciclo de políticas públicas. As pesquisadoras são/foram técnicas (*insiders*) que acompanham/acompanhavam o Espaço Solidário, o que implica maior possibilidade de acesso a dados, por outro lado, também trazem consigo interpretações passíveis de enviesamento e parcialidades.

Para consubstanciar a análise, o texto foi elaborado a partir de levantamento bibliográfico, o qual identificou conceitos que dialogam com práticas de comercialização solidária, e de coleta de dados, sustentada por levantamento de documentos, tanto de registros e controles administrativos

como de peças que compõem arquivos públicos, muitos deles sem tratamento analítico prévio. Nessas considerações, os dados da pesquisa são classificados como secundários, cuja coleta foi realizada em livros, periódicos, documentos, tanto em via impressa como no meio digital (internet).

DISCUSSÕES

MERCADO, COMERCIALIZAÇÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

O pensamento econômico difundido, fundamentado nos pressupostos da teoria neoclássica, compreende que o ser humano é racional e age em consonância com a maximização de seus interesses – a hipótese traçada é que, assim procedendo, os demais integrantes da sociedade fariam uso de sua racionalidade a partir do autointeresse e assim haveria equilíbrio de oferta e demanda. Essa perspectiva propõe que o mercado seja ao mesmo tempo instituição neutra e plena porque serviria à realização dos interesses privados da população. Com o desenvolvimento do capitalismo, essa promessa não foi (e não pode ser) cumprida, veja-se a suposta incompetência de pessoas empobrecidas em se ajustar a essa engenharia. Críticas a essa abordagem foram emergindo, dentre elas a do pensador húngaro Karl Polanyi (2000).

O autor compreendia a relação entre economia e sociedade de forma a proporcionar o bem-estar. Para ele, a propensão de barganhar, permutar e trocar não havia se manifestado até a época de Adam Smith. O seu ensaio *A Grande Transformação* (2000) tornou-se um marco referencial para a Nova Sociologia Econômica ao proclamar que a economia, em tempos pregressos ao capitalismo, estava inserida, ou melhor, incrustada (*embedded*) nas relações sociais. Vida social e economia não eram esferas separadas, sendo a segunda predominantemente subordinada à primeira. O advento da sociedade de mercado está vinculado à interferência do Estado de transformar, forçada e artificialmente, trabalho, terra e dinheiro em mercadoria.

De um lado, o autor revela a incapacidade de a teoria econômica clássica explicar as relações sociais e econômicas para além daquelas baseadas na economia de mercado. De outro, a autorregulação do mercado é percebida como uma invenção que não encontra correspondência com a realidade quando submetida à análise histórica de demais sistemas econômicos. Diante disso, Polanyi (2000) suscita que as crises e guerras desenroladas ao longo do século XIX são consequências diretas do sistema de mercados autorreguláveis porque a economia se tornou uma esfera separada da sociedade. Num sentido propositivo, a obra levanta a necessidade de realinhar, reinserir a economia na sociedade para que a humanidade não sucumba. Em síntese, para Polanyi (2000), o comportamento econômico depende do contexto social, das suas instituições, dos costumes e das crenças; na sua análise institucional, o autor identifica modelos comuns de organização social do processo econômico na história, denominados formas de integração e que são expressos pelos princípios de reciprocidade, redistribuição, domesticidade e também do intercâmbio. Na modernidade, essas formas são agrupadas em três princípios: (i) economia mercantil, fundamentada no mercado autorregulado; (ii) economia não mercantil, fundamentada na redistribuição; (iii) economia não monetária, fundamentada na domesticidade e na reciprocidade (LAVILLE, 1994).

No presente artigo, o mercado é compreendido como uma construção social, acionada historicamente por diversos atores como via de organização das trocas que visam suprir necessidades. Aqui eles são percebidos no plural – mercados – e tidos como espaços e processos socialmente condicionados por interações as mais diversas entre atores econômicos que protagonizam negociações, trocas, transações e configuram contratos e arranjos, e que não se resumem a uma lógica financeira. É um ambiente de interação, regido por normas, regras, códigos, comportamentos, símbolos (formais e informais, explícitos, observáveis ou não), no qual as decisões são operadas constantemente por zonas de influência micro e macroconjunturais. Portanto, é um ambiente dinâmico, operado com certa plasticidade e que, conforme interferências, vai sendo moldado. Não se pode negar, entretanto, que a via convencional mercadológica impõe-se como hegemônica, não só pelo capital operado e acumulado, mas pelas condições de pressão e de operação que exerce.

As questões relacionadas à comercialização assumem grande relevância na economia solidária em função de essa etapa concretizar o esforço empreendido em torno da geração de renda. É no processo de comercialização que se manifestam os custos com transporte/logística e seus modais, embalagens, impostos; é nele que se traduz o preço final, um composto de custos da produção, elementos gerenciais e de divulgação, bem como posicionamento da marca; que se avalia a receptividade do produto, da sua segurança, qualidade e atendimento a marcos regulatórios; que se identifica o perfil de públicos consumidores e de que modo se organizar para acessá-los (modo jurídico, verticalização, inovações e investimentos em tecnologias etc.); que há assimilação das condições de concorrência; que se entrelaçam estoque, pedidos, entregas, formas de pagamento, dentre outros tantos aspectos. Então, é por meio da comercialização, fase na qual os produtos são transformados em renda para seus produtores, que se consuma o ciclo de dinamização econômica (BRASIL, 2010). Até aqui, grande parte das preocupações da comercialização no âmbito da economia solidária é muito similar àquelas constantes no modelo convencional. Dos tantos pontos que as diferenciam (ou deveriam diferenciar), dois fundamentais são o compromisso da primeira de 1) os produtores se apropriarem com maior proximidade do valor que eles geraram no desenrolar do sistema produtivo (BRASIL, 2010) e 2) influenciar e ser influenciada no campo do consumo, revisitando categorias como necessidade, oferta, demanda, mercado, troca, possibilitando o exercício de relações de troca ampliadas, responsáveis e baseadas na intercooperação, a qual permite ativação do ciclo virtuoso de distribuição da riqueza. Valores e princípios como justiça, solidariedade, relações de produção e de trabalho não exploratórias, transparência estão na base desses processos comerciais.

Os espaços convencionais de comercialização, por motivos intrínsecos e extrínsecos (relacionados à própria lógica mercadológica e às dificuldades atuais dos empreendimentos econômico-solidários), têm resistido a absorver bens e serviços populares ao tempo que não se mostram adequados o suficiente para atender as demandas históricas cultivadas pelos produtores organizados. Daí a importância de forjar iniciativas, especialmente no varejo, que contemplem as especificidades dos empreendimentos econômico-solidários e sua interlocução com os públicos consumidores.

ESPAÇO SOLIDÁRIO – EXPERIÊNCIA A PARTIR DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO GOVERNO DA BAHIA

Iniciativa análoga à nacional, o primeiro Cesol baiano contemplou na metodologia a replicação da experiência do Espaço Solidário. Essa primeira versão foi desenvolvida no Cesol Estadual, situado na cidade de Salvador, no bairro do Comércio, a partir de 2008.

Desde antes da inauguração, reuniões com o Fórum Baiano de Economia Solidária e demais organizações da sociedade civil foram deflagradas para coletar informações que subsidiassem a configuração do Cesol e, consequentemente, do Espaço Solidário. A primeira chamada pública voltada para seleção de empreendimentos interessados em participar de processo pedagógico e de formação em comércio justo e solidário foi lançada em janeiro de 2009. O objeto da seleção perpassava pela cessão de uso de espaço físico interno e de serviços para funcionamento do Espaço Solidário (BAHIA, 2008), espaço físico este que se espalhava por 249 m², nos quais estavam dispostas oito estruturas de ilhas com balcão.

Figura 1 – Espaço Solidário no Cesol Estadual, Salvador, bairro Comércio.



Fonte: elaboração própria.

À época, o Espaço Solidário foi concebido como local educativo (BAHIA, 2008), no qual eram realizadas oficinas e demais eventos que pudessem elevar o debate e a formação em técnicas de comercialização no âmbito da economia solidária; seu caráter era eminentemente destinado à aprendizagem e ao estímulo de qualificação dos empreendimentos e de seus produtos.

O processo seletivo pautou-se por critérios em três campos principais: o perfil do público a ser atendido, a rotina e o processo produtivo do empreendimento. No que tange ao primeiro, eram passíveis de participação na seleção empreendimentos sediados no estado da Bahia cujos membros fossem maiores de idade e que atendessem aos critérios adotados pela Senaes para caracterizar um empreendimento solidário (BRASIL, 2004). Quanto à rotina, o barema atentava para a participação do EES em demais espaços de articulação junto à sociedade civil (movimentos sociais, Fórum Baiano de Economia Solidária), seu tempo de funcionamento, capacidade operacional relativa à disponibilidade de equipamentos e local adequado à produção, adesão a processos decisórios participativos (quantidade de reuniões deliberativas realizadas por semestre). Já no que se refere ao processo produtivo, os itens compreendiam originalidade do produto (representação da cultura local), foco na cadeia produtiva (atrelado a se o empreendimento buscava adquirir insumos fornecidos por outros grupos), boa apresentação do produto e atendimento de normas do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), como peso, dimensões e informações técnicas ao consumidor.

Duas fases compunham a seleção: a) recebimento de documentos e da análise da manifestação de interesse, b) visita técnica para averiguação das informações submetidas pelos empreendimentos.

Na primeira chamada, das 10 vagas divulgadas, 6 foram preenchidas e 200 produtos foram contemplados, majoritariamente bijuterias, confecções, artesanato, material reciclado de papelaria, objetos decorativos. Um termo de compromisso era assinado entre as partes, identificando atribuições de cada uma delas. Apartir da Assembleia Geral, o primeiro regimento

interno foi aprovado, e o cotidiano da operação do Espaço passou a ocorrer sob seus moldes, sob a regência de comissões, compostas paritariamente por representantes dos empreendimentos e membros da equipe técnica do Cesol. Três delas foram formadas – financeira, estoque, qualificação de produtos. A Comissão Financeira lidava com tarefas relativas ao resultado financeiro do Espaço. Competia-lhe registrar as entradas e as saídas, viabilizar troco, prestar contas das vendas a cada empreendimento, zelar pelo Fundo Solidário – reserva financeira advinda de percentual, à época 10% sobre o valor do produto, destinado à aquisição de embalagens, realização de ações promocionais. À Comissão de Qualificação de Produtos, competia a realização de oficinas, em especial a de Vitrinismo, Técnicas de Vendas e Marketing, bem como supervisão da qualidade dos produtos. A equipe de Estoque comprometia-se com a metodologia de reposição de produtos no Espaço, conferência de etiquetas e qualidade dos produtos. A proposta era que os membros de cada grupo assistido pudessem permanecer quatro meses em cada comissão, cumprindo um ano do ciclo de formação.

As reuniões gerais ordinárias ocorriam uma vez por mês e tornaram-se os momentos nos quais os assuntos relativos ao Espaço Solidário eram deliberados; as decisões eram legitimadas por maioria simples.

A metodologia estava traçada da seguinte maneira: o programa de formação era constituído de carga horária (144 horas-aula ofertadas em quatro módulos de quatro horas semanais), período (3 meses), dimensões (convivendo em um espaço solidário, formações específicas, sensibilização em economia solidária, práticas do comércio justo e solidário, avaliação do processo) e compromissos preestabelecidos e constantes em edital. Essas formações, inicialmente, seriam desenvolvidas pela equipe de profissionais contratada para as ações do Cesol, o que não impedia convite de atores externos e com expertise em temas específicos.

A venda direta ao consumidor era realizada por três representantes de empreendimentos distintos, que se revezavam de segunda a sexta em plantões diários, que se iniciavam às 8h30 com limpeza das vitrines e abertura da loja e finalizavam às 17h30 com o fechamento do caixa. A criação de

rotina administrativa (livro de ocorrências, fichas de entradas de produtos, manuseio de maquineta de cartão, controle de vendas diário, fundo coletivo) foi desenvolvida com apoio da equipe Cesol no dia a dia do trabalho. Cada empreendimento precisava cumprir, no mínimo, dois plantões por semana e participar de três turnos de atividades pedagógicas. A governança do Espaço era híbrida, acordada entre representantes e técnicos do Cesol, ainda que houvesse submissão inevitável e hierárquica aos marcos regulatórios do estado.

O exercício de controles internos tornou-se um desafio de formação do Espaço Solidário, considerando as condições de letramento dos produtores atendidos e as impossibilidades, de ordem financeira, de implementar sistemas customizados. As vendas ocorriam da seguinte maneira: as etiquetas dos produtos vendidos, afixadas pelo produtor quando da sua entrega à Comissão de Estoque, eram retiradas dos produtos na frente do consumidor e grampeadas em folhas, que eram encaminhadas para a Comissão Financeira, que fazia a prestação de contas. Dessa maneira, eram contumazes problemas com segurança nos processos, inclusive com direcionamento adequado do valor ao respectivo produtor, além de dificuldades com cálculos, trocos.

Seguiram-se mais três chamadas públicas à primeira. A segunda, em meados de 2009, na qual, dos 20 empreendimentos inscritos, 12 foram classificados, sendo 4 deles do ramo alimentício. A terceira, lançada em 2010 e que contemplou 17 empreendimentos, 11 da região metropolitana e 6 do interior do estado, trouxe inovações a exemplo da Comissão de Comunicação (2009) e de Relações Interpessoais (criada em 2010 para mediar os conflitos deflagrados no Espaço Solidário em razão de dificuldades de orquestrar escalas de trabalho, por ausência de participação no processo formativo – até então obrigatória –, por práticas de cópia de produtos e de competição de *performance* de artesãos entre si). Nesse ínterim, houve absorção de produtos de empreendimentos assistidos pelos Cesol Territoriais Portal do Sertão e Vitória da Conquista. E a última seleção pública vigorou de 2011 a 2014, quando as atividades do Espaço Solidário foram encerradas, em 25 de abril, quando o prédio do Cesol Estadual foi interditado por comprometimentos

na estrutura predial. Ali findou o ciclo de Espaço Solidário administrado diretamente pelo governo.

ESPAÇOS SOLIDÁRIOS ADMINISTRADOS PELAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

A partir de 2012, com a decisão da administração pública estadual de descentralizar a ação pública e realizar contratos de gestão, as organizações sociais selecionadas ficaram, então, incumbidas de instalar e manter esse perfil de equipamento como meio de viabilizar a divulgação e a visibilidade dos empreendimentos e de seus produtos, bem como expressar os efeitos práticos da assistência técnica desenvolvida por cada Cesol territorial.

A iniciativa pioneira e que adquiriu maior robustez foi a articulação de dois dos Cesol Metropolitano, Lotes 1 e 2, à época, geridos pela Organização Social Centro de Estudos Socioambientais (Pangea), com o conglomerado comercial JCPM, grupo gestor do Salvador Norte Shopping. Desde então, a parceria tornou-se estreita, e a instalação do Espaço Solidário passou a seguir o ritmo de ocupação e de vacância de lojas, conforme definições da diretoria do *shopping*. O acordo entre as partes desonera o Cesol do pagamento dos custos fixos e variáveis do condomínio – aluguel, água, luz – e credita ao apoiador a exposição de sua marca, em todas as peças de divulgação, ancorada na perspectiva de responsabilidade social. Com o distrato dos lotes 1 e 2 do Cesol, no final do ano de 2015, o poder público articulou junto ao grupo econômico a permanência do Espaço Solidário, agora vinculado a outro lote de Cesol, o Lote 3, gerido pela Organização Social Filhos do Mundo.

A partir daquela experiência exitosa, mais um espaço físico foi cedido, agora no Salvador Shopping, metro quadrado comercial de maior visibilidade da capital baiana. As transações monetárias ali realizadas assumem vulto até então não percebido pelos empreendimentos atendidos pelo Cesol Metropolitano. No decorrer dos seis primeiros meses de implantação do Espaço Solidário no Salvador Shopping, cerca de R\$ 780.000,00 foram

auferidos pela venda das mais de 20 diferentes tipologias e circulação média mensal de 1.818 produtos. A vocação produtiva está direcionada a elementos de decoração, utensílios de uso doméstico, confecções de cama-mesa-banho, brinquedos, vestuário, itens que tendem a remeter à transmissão geracional de saberes relacionados a práticas manuais, repassadas por meio da oralidade e do aprender fazendo.

Figura 2 – Espaço Solidário no Salvador Shopping.



Fonte: elaboração própria.

A receita dos espaços solidários está composta da seguinte forma: recursos oriundos da parceria firmada com o conglomerado comercial JCPM, que desonera o Cesol do pagamento dos custos fixos e variáveis do condomínio; recursos públicos relacionados ao contrato de gestão celebrado entre a Organização Social e o Governo do Estado; e recursos oriundos da comercialização dos produtos, mediante a composição de um fundo formado com o percentual de 30% das vendas realizadas. A receita é utilizada para custeio das ações do Espaço Solidário, a saber: vendas, limpeza, embalagens, gestão financeira, agentes de vendas, *softwares*, taxas bancárias, taxas das operadoras de cartões, gestão do estoque, logística, além das ações de articulação e a formação dos empreendimentos envolvidos.

Do ponto de vista da governança, o Regimento Interno, criado em 2016, previa o estabelecimento das comissões:

- Vendas: tem como finalidade o funcionamento do espaço de comercialização no que tange às questões de atendimento ao cliente, organização e manutenção do espaço de comercialização.
- Gestão: tem como finalidade gerenciar o funcionamento do espaço de comercialização no que tange às questões administrativas, financeiras e fiscais.
- Qualidade: tem como finalidade desenvolver ações de diagnóstico, formação e padronização da qualidade da loja.

As comissões de vendas e de qualidade previstas eram de composição mista, envolvendo representantes dos empreendimentos e da Associação. Sendo que, no primeiro caso, a equipe técnica envolvida tem a função exclusiva de mobilização e articulação, ficando a cargo dos empreendimentos a realização das ações, que eram basicamente o cumprimento de plantões para atendimento ao cliente durante os horários de funcionamento do *shopping*.

Na segunda, estava prevista a composição de três técnicos especialistas do Centro Público de Economia Solidária gerido pela Associação Filhos do Mundo e seis representantes de EES, indicados pelo coletivo de EES da loja. Esta comissão nunca foi implantada e o processo de controle de qualidade é realizado por uma consultora contratada pela Associação.

A comissão de gestão é composta apenas por técnicos do Cesol, que atuavam no desenvolvimento de regras que organizam e padronizam as estruturas dos processos da loja, mediando as negociações referentes à utilização do espaço junto à administração do *shopping*, desenvolvendo e acompanhando a utilização dos instrumentos de gestão de forma a facilitar os processos da loja e realizando prestações de contas mensais das vendas e do Fundo Solidário ao coletivo de empreendimentos que comercializam seus produtos na loja.

Embora tenham sido levados em consideração os modelos de gestão do primeiro (e menor) espaço de comercialização, em período

posterior ao ingresso nos *shoppings centers*, as responsabilidades e níveis influência nas tomadas de decisão foram repactuados. Sendo a pessoa jurídica a dar cobertura jurídica e fiscal para a implantação dos espaços e sendo gestora do Centro Público de Economia Solidária, a Associação assume a maior parte dos riscos, mas também a centralidade nesses processos de decisão.

A assessoria técnica ocorre associada à operação dos espaços, de acordo com as seguintes rotinas:

- Curadoria/triagem de produtos: este processo é realizado por uma *designer*, que avalia as peças de acordo com critérios preestabelecidos e previamente acordados com os produtores. Fica a critério de cada produtor definir em qual momento deverá buscar atendimento por parte da *designer*, de acordo com as suas demandas individuais, se já na etapa de desenvolvimento conceitual e idealização da peça ou para auxílio na escolha e execução das técnicas de produção ou até mesmo na etapa final. Adicionalmente às chamadas periódicas para composição e reposição do estoque, 100% das peças, inclusive as de reposição, são visitadas pela *designer* no sentido de manter a qualidade da produção. As demandas por ajustes porventura identificadas são sinalizadas pela *designer* diretamente ao produtor, para que, mediante um processo de assessoria técnica, possa desenvolver saídas para a qualificação do produto. Neste momento, são observados aspectos relacionados à precificação dos itens e, se necessário, realiza-se o estudo de viabilidade econômica ou construção de ficha técnica do produto.
- Assembleia geral: este espaço, além de apresentar-se como ambiente para tomadas de decisões e avaliação das ações desenvolvidas, funciona como exercício para a condução de processos de autogestão. Nesse momento, são identificadas demandas associadas à formação sociopolítica dos empreendimentos a partir do entendimento de aspectos relacionados à governança dos espaços solidários ou dos próprios empreendimentos em si e com a política pública de economia solidária.

- Repasse dos valores oriundos das vendas: mensalmente, o Cesol emite relatórios financeiros e os empreendimentos são auxiliados na leitura e interpretação das planilhas e posterior controle e planejamento de estoque.

Com relação ao quantitativo de empreendimentos, em um primeiro momento, entre os anos de 2015 e 2017, compunham os Espaços Solidários cerca de 40 empreendimentos coletivos, associados à carteira de atendimento dos Lotes 1, 2 e 3 do Cesol. Esses primeiros anos foram marcados pelo desenvolvimento de protocolos e ferramentas que viabilizassem a operação dos espaços, em conformidade com os parâmetros estabelecidos pelos *shoppings centers* e, ao mesmo tempo, atendendo ao Contrato de Gestão estabelecido entre a Organização Social e a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre).

Entre os meses de janeiro e setembro de 2017, após encerramento do contrato de gestão com a Setre e diante da sinalização da possibilidade de celebração de contrato emergencial, tendo em vista a manutenção das ações de assistência técnica, a Organização Social passa a operar os Espaços Solidários com recursos próprios, a partir do seu corpo administrativo.

Com a redução das ações de assistência técnica, em 2017, nota-se um movimento progressivo de desligamento dos empreendimentos mais vulneráveis e que apresentavam forte dependência do processo de assistência técnica para manutenção do processo produtivo e até mesmo de gestão.

Adicionalmente, diante da grande exposição, os Espaços Solidários passam a receber demandas por parte de empreendimentos com perfil socioeconômico associado à chamada classe C (renda média mensal familiar entre 4 e 10 salários mínimos). Ao aproximarem-se dos Espaços Solidários, esses novos empreendimentos não apresentam demandas relacionadas à assessoria técnica, que era acessada com recursos próprios em instituições privadas, porém trazem como grande demanda a disponibilização de espaço físico para realização das práticas comerciais, de preferência, com pouco envolvimento nas atividades relacionadas à gestão.

Naturalmente, com essa mudança de cenário, esse período é marcado por forte tensionamento entre os empreendimentos com perfis e expectativas distintos e entre esses e a gestão da Organização Social, em busca de seus interesses. Aqui, os empreendimentos que acompanhavam o processo desde o Cesol com gestão estadual têm um papel de grande importância na tentativa de retomada do equilíbrio entre as ações administrativas e de assistência técnica. A essa altura, os Espaços Solidários envolviam cerca de 50 empreendimentos coletivos.

A partir da celebração de contratos emergenciais, o Cesol retoma a sua operação, em outubro de 2017. Diante da grande demanda operacional das atividades dos Espaços solidários implantados nos *shoppings*, a Organização Social reformula a sua carteira de empreendimentos, concentrando esforços nos empreendimentos associados aos Espaços Solidários e, visando manter o quantitativo mínimo estabelecido no Contrato de Gestão, em 3 de outubro de 2017, é lançada uma chamada pública para acolhimento de empreendimentos interessados em participar da experiência dos Espaços Solidários.

Essa chamada teve como foco os empreendimentos coletivos e populares, priorizando os empreendimentos compostos por mulheres, com cadastro prévio no Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (Cadsol), que demonstrassem envolvimento prévio em instâncias de monitoramento e definição relacionadas à Política Pública de Economia Solidária e com perfil para inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) do Ministério do Desenvolvimento Social.

Participaram do edital 8 empreendimentos coletivos, sendo que 6 conseguiram atingir pontuação total suficiente para ingressar nos Espaços Solidários e 2 foram direcionados para atendimento pelo Cesol voltado para a qualificação da produção e apoio na gestão, para posterior ingresso nos Espaços Solidários. A pontuação total do empreendimento, no escopo da chamada pública, analisava aspectos socioeconômicos e produtivos.

Em maio de 2019, é celebrado um novo contrato de gestão para o Cesol, desta vez com ações de assistência técnica voltadas ao fortalecimento

das práticas comerciais. De modo a atingir o quantitativo de empreendimentos a serem atendidos, em outubro de 2019, é realizada uma nova chamada pública, utilizando os mesmos parâmetros da chamada anterior.

Hoje, 128 empreendimentos coletivos estão envolvidos nas atividades dos Espaços Solidários. As pessoas integrantes desses empreendimentos apresentam uma renda mensal média de R\$ 1.617,01, variando entre R\$ 0,00 e R\$ 10.000,00, idade média de 50 anos, variando entre 18 e 87 anos.

Para além das demandas associadas à gestão e à assessoria técnica, um aspecto que apresentou-se como desafio relacionado ao ingresso nos *shoppings centers* e consequente ampliação do volume de vendas foi a demanda por ferramentas apropriadas para controle do fluxo financeiro e de estoque, antes realizados manualmente e que passaram a demandar um grande investimento de tempo e apresentar grandes possibilidades de erros. Para isso, em 2019, foi adotado o uso de um sistema informatizado para controle das vendas e do estoque, além de ferramentas também utilizadas por lojas convencionais, adaptadas às demandas operacionais dos Espaços Solidários. É importante destacar que a escolha dessas ferramentas foi precedida por um estudo das demandas específicas ao espaço solidário, de modo que estas se adaptassem às complexidades da sua operação.

ANÁLISE

Os moldes atuais do Espaço Solidário são interseções entre práticas desenvolvidas no Cesol Estadual e de elaboração e apropriação de processos e instrumentos que pudessem viabilizar o funcionamento destes no diálogo com o mercado convencional. Eis aqui alguns pontos passíveis de análise:

- O Espaço Solidário não está amparado por procedimentos e marcos regulatórios nem de uma loja convencional nem de um organismo do terceiro setor que realize capacitações. E a iniciativa ganhou amplitude: sete pontos fixos chegaram a funcionar simultaneamente em dois *shopping centers* e as dificuldades de controle das operações financeiras e de manutenção da rotina em confor-

midade com as exigências dos condomínios demandaram que a Organização Social assumisse os riscos concernentes à criação da função “agentes de vendas”, pessoas contratadas informalmente e remuneradas com valores do fundo para supervisionar o Espaço Solidário no cotidiano. Entendendo que tal condição tem relações diretas com a possibilidade de estabelecimento de níveis de hierarquia na divisão do trabalho e visando ampliar a sua participação na gestão dos espaços, além de provocar o retorno de parte dos ganhos financeiros das atividades comerciais para os próprios empreendimentos, estes estabelecem um acordo com o Cesol para que os agentes remunerados sejam obrigatoriamente integrantes de um dos empreendimentos que compunham o Espaço Solidário. Ficando responsável pela operação do caixa, cada espaço físico mantinha ao menos um agente de vendas por turno, ou seja, para o funcionamento de um espaço levando em consideração os horários de funcionamento dos *shopping centers*, eram contratados em média três integrantes de empreendimento, com remuneração equivalente a um salário mínimo, acrescida de vale-transporte. Assim, cada espaço solidário aberto, independente da sua receita, comprometia o montante de três salários mínimos na remuneração de pessoal, com recursos do fundo. Esse arranjo, apesar de ser pautado em uma lógica colaborativa e de gestão compartilhada, implica a interveniência da organização social, a qual assume os custos dos empregados que lidam com o caixa e com a venda profissional externa.

- Houve orientação técnica nos campos jurídico, contábil e gerencial de empreendimentos e os empreendimentos adquiriram conhecimentos relevantes em termos de dinâmica administrativa do espaço, como o lidar com a sua rotina – livro de ocorrências, fichas de entradas de produtos, maquineta de cartão, controle de vendas diário, fundo coletivo, a ponto de implantarem suas próprias iniciativas de comercialização coletiva, em espaço próprios, bairros e até mesmo em mercados municipais. No entanto, para uma parcela, ainda não há difusão e apropriação dos processos gerenciais que fundamentam tais práticas e tal dado tem repercussões para a automatização do processo de vendas, que também esbarra

em dificuldades de letramento de grande parte dos plantonistas. Como indicadores formais não estão pautados e pactuados entre equipe interna e produtores, ainda são frágeis as práticas de registro e sistematização, o que torna difícil a maturação de processos de aprendizagem organizacional.

- Houve a sensibilização dos empreendimentos em torno da economia solidária e qualificação da produção de artesãos individuais.
- As mulheres, público prioritariamente atendido, sentiram-se úteis e praticantes de uma causa maior, atraente, emancipadora. Algumas delas transformaram-se em verdadeiras cuidadoras do espaço, o que por outro lado resvalou na capitalização de poder simbólico, tornando-as autoridades em alguns casos.
- À época da implantação do Cesol Estadual, os empreendimentos considerados da “velha guarda” do movimento social não estavam cercados das condições de inscrição e questionaram o modelo adotado pelo governo para composição do espaço. Houve questionamentos acerca da legitimidade da iniciativa, e esse ponto acompanhou a experiência ao longo dos anos. Muitos dos trabalhadores que aderiram, posteriormente, ao Espaço Solidário nem sempre compartilham dos valores propostos pelo movimento; muitos são os fatores que, combinados, confluem para tal. Algumas pessoas se veem desempregadas e sem domínio pleno da atividade produtiva que lhes permita participar do mercado formal; outras lidam com dificuldades as mais diversas no campo da instrumentalidade, da qualidade do trabalho prestado; outras, ainda, que realizavam atividades manuais no âmbito doméstico, majoritariamente por dilettantismo ou por repasse geracional, e ampliaram o fornecimento dos bens produzidos a terceiros; há quem nunca tenha adentrado o perfil de trabalho assalariado e sequer o faça ao longo de sua vida cronológica laboral – eis resumido quadro possível. Então, quando o Centro Público assume a pauta da inclusão socioprodutiva, lida também com trabalhadores que desenvolvem preponderantemente atividades periféricas, residuais ou funcionais à lógica do capital. E aqui se enquadram a revenda de peças advindas de fabriquetas,

como atividades de sacoleiras, entrepostos; a degradante facção de costura; o industriarianato – produtos semi-industrializados, produzidos em larga escala, com interferência mínima do seu operador – que se expressam na montagem de bijuterias, na finalização de itens à base de MDF.

- Quanto aos processos formativos desenvolvidos pela assistência técnica: aqueles associados que eram qualificados não eram necessariamente os vendedores plantonistas, tornando as oficinas sem consequências práticas para o cotidiano do espaço, e a não qualificação dos *outsiders* da formação manteve e reforçou equívocos ou espontaneísmos em relação a práticas comerciais.
- No aspecto mercantil, refere-se à comercialização direta de produtos dos empreendimentos. Hoje, os Espaços Solidários trabalham com um estoque mínimo bastante reduzido, em formato de consignação. O fluxo das vendas determina o ritmo da produção, na medida em que os empreendimentos são acionados periodicamente, com antecedência de 15 dias, para reposição dos produtos comercializados e entrada de novos produtos. O *mix* de produtos, embora seja impactado em certa medida pelo processo de assistência técnica exercido pela *designer* associada ao Cesol, é claramente composto a partir das decisões dos próprios empreendimentos e, ainda que o Cesol conte com uma *designer* voltada para o apoio ao desenvolvimento das peças e controle de qualidade, com pouquíssimo direcionamento por parte da Organização Social. Apesar de ser funcional para a reposição de estoque e de ofertar certa autonomia ao empreendimento acerca do seu processo produtivo e beneficiar produtores com menor capital de giro, ainda percebe-se certa desigualdade na distribuição da receita, privilegiando produtores com maior arrojo, destreza e acesso a formações e repertório estético relacionado ao que o consumidor frequentador dos *shoppings* almeja, o que pode nos alertar para o risco de concentração de renda e fortalecimento de uma lógica meritocrática, ou seja, quem possui apuro e habilidade técnica passíveis de identificação no produto é privilegiado por uma receita média mensal maior oriunda da comercialização dos produtos, enquanto aqueles produtores que

não manifestam tais condições, ainda que tenham seus produtos expostos, tendem a ter sua receita reduzida a tal ponto de tornar a sua participação na experiência inviável.

- Na perspectiva do princípio não mercantil, fundado no princípio da prática redistributiva, a principal via de circulação de riquezas é o contrato de gestão do Centro Público de Economia Solidária, financiado pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte e, mais recentemente, o Termo de Fomento assinado com o Governo Federal por meio da antiga Sub-secretaria Nacional de Economia Solidária do extinto Ministério do Trabalho. No primeiro caso, os recursos são provenientes Fundo Estadual de Combate e Erradicação à Pobreza (Funcep) e, no segundo, do Tesouro Nacional. Os recursos são repassados para a Associação, que desenvolve serviços de assistência técnica e estruturação dos espaços de comercialização. No que tange à estruturação, com os recursos destas fontes, foram adquiridos mobiliários e equipamentos para as lojas. A assistência técnica, além das formações pontuais em temas diversos (economia feminista, economia solidária, *marketing*, precificação etc.), disponibiliza um profissional que auxilia nos relatórios de vendas e na marcação mensal dos plantões, além de uma *designer* de produtos para desenvolver o processo de triagem das mercadorias no ato da entrada dos produtos.
- No âmbito da dimensão não monetária, fundamentada no princípio da reciprocidade, mutualização de recursos e ajuda mútua com ações que favorecem a apropriação democrática dos recursos financeiros, identifica-se um cenário de mobilização social favorável ao estímulo de práticas recíprocitárias, que ocorrem, ainda timidamente, entre os próprios empreendimentos que doam entre si conhecimentos, expertises, matéria-prima e serviços, criando uma rede onde os laços afetivos medeiam a circulação de riquezas que fogem até mesmo aos olhares mais atentos. Durante os turnos dos plantões, que são partilhados entre dois ou três indivíduos de empreendimentos diferentes, além de comercializar os seus produtos e dos seus colegas, conversam e trocam experiências. São aponta-

mentos despretensiosos sobre acabamento ou sobre melhor local para compra de matéria-prima. Embora tímidos, esses episódios indicam que a experiência dos Espaços Solidários abre possibilidades, ainda subaproveitadas, para uma riqueza de processos de estímulo às práticas reciprocitárias, como os bancos de serviços, bancos de insumos e clubes de trocas. O recente surgimento do projeto Gotinhas de Amor, a partir da iniciativa de integrantes dos empreendimentos que vendo-se, neste período de pandemia, com pouco ou nenhum recurso para investimento em insumos para a produção, criaram um banco composto por doações de insumos em bom estado para uso, a partir das próprias integrantes dos empreendimentos, que pode ser acessado pelas demais integrantes, priorizando as de maior necessidade. Em sete dias, mais de 30 itens foram doados, beneficiando cerca de 50 artesãs. Em pesquisa realizada nos meses de outubro e novembro de 2020, por meio do preenchimento de formulário eletrônico, respondido por 47 empreendedores que comercializam nos Espaços Solidários implantados nos *shoppings*, com relação ao grau de cooperação entre os integrantes dos empreendimentos, 50,9% dos empreendedores atribuíram o grau máximo (grau 5) de cooperação, 29,8% atribuíram o grau 4 e 19,7% atribuíram os graus 3, 2 ou 1. Quando esta mesma pergunta estava associada ao grau de cooperação entre empreendimentos, 15% aferiram grau 5, 26,3% aferiram grau 4, 29,8% aferiram grau 3 e 28% aferiram os graus 1 e 2.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De iniciativa de formação em comercialização do poder público estatal baiano a uma das mais relevantes experiências da economia solidária no varejo em ambiente de *shopping center* no país, os Espaços Solidários no território metropolitano tornaram-se um fenômeno complexo de análise; ao longo de sua história, a experiência desdobra-se em camadas que se articulam, conflitam e se complementam. Sob a perspectiva do arranjo organizacional, atores de diferentes naturezas e regidas por racionalidades específicas como governo, organização da sociedade civil, associações

produtivas e *shopping centers* são instados a dar respostas num contexto de crise, formando redes de influências e interesses, o que evidencia contornos de interorganização num contexto de gestão social (FISCHER; MELO, 2004). Já sob o enfoque da experiência em si, enquanto expressão de estrutura e dinâmica organizacional, o Espaço Solidário combina estilos gerenciais em que são apresentados diferentes e ambivalentes níveis e graus de participação a partir do acesso do controle das decisões pelos membros, constituindo um híbrido que coloca sob tensão díades como democracia-eficácia, autonomia-subordinação. E, enquanto ambiente que anima uma ecologia de trabalhadores multifacetados que se inscrevem sob denominações as mais diversas – microempreendedores, informais, da economia solidária, prestadores de serviço, beneficiários de programas de transferência de renda, aposentados – em torno da comercialização, o Espaço Solidário tem vocação para alimentar processos de auto-organização popular, o que o aproxima de coletivos e movimentos.

Um dos desafios do Espaço Solidário está relacionado a situar sua *gestalt* no tempo-espaço. A informalidade e as irregularidades do ponto de vista comercial e tributário acompanham a experiência desde quando estava sob a guarda da administração direta do poder público e parece inviável encontrar “a” solução agora que ela se encontra territorializada no ambiente da responsabilidade social de um representante do palco do consumo na contemporaneidade. Tal dado é fundamental para conceber a sustentabilidade do Espaço Solidário, que modula (inter)dependências e (sub)missões num quadro amplo de dimensões ambiental, econômica, gerencial, social, cultural. A ambiguidade está na base de concepção e operação do serviço ali prestado – a comercialização solidária. Outro desafio que se apresenta é o de conciliar a atuação da assistência técnica em torno dos processos produtivos e gerenciais dos empreendimentos e o alcance de resultados a partir do desempenho das vendas. Enquanto a iniciativa no Cesol Comércio privilegiava a formação pedagógica e patinava em estratégias comerciais, no *shopping*, o Espaço Solidário tende a arrefecer intervenções de cunho educacional em prol da *performance* econômica. Entre a fase da experimentação do Espaço Solidário como laboratório e a

atual, de aproximação do mundo empresarial, apresenta-se uma fissura de teor metodológico: um projeto, político e instrumental, ancorado na (re) conciliação de valores, princípios e viabilidade do negócio.

O fato de a experiência existir e isso, por si só, conter relevância simbólica, educacional e econômica não é suficiente para a sua continuidade na trilha da utilidade social. A maturação de tais pressupostos parece fundamental para a replicabilidade da experiência, que pode incorrer em mimetismos e degenerações se não (re)visitar seu propósito organizacional.

Assim, entende-se que a experiência dos Espaços Solidários é válida enquanto proposta governamental, que pode assumir a roupagem de um arranjo interorganizacional, envolvendo as esferas públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, para mobilização, qualificação e ampliação de renda de empreendimentos urbanos, promovendo um ambiente de proteção da extensão predatória do mercado. Para efetivação desta função social, os Espaços Solidários, adicionalmente ao processo comercial, devem fomentar o potencial contido nas diferentes práticas econômicas distintas do mecanismo do mercado e introduzir mecanismos de auto-organização, fundados em valores da cooperação e da solidariedade.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. *Chamada para manifestação de interesse no processo pedagógico em comércio justo e solidário*. Salvador: Setre, 2008. Disponível em: <http://www2.setre.ba.gov.br/interno/chamadopublicaespacosolidario.htm>. Acesso em: 24 mar. 2021.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. *Termo de Referência do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária*. Brasília, DF: Sies, 2004. Disponível em: <http://docplayer.com.br/9594099-Anexo-i-sistema-nacional-de-informacoes-em-economia-solidaria-sies-termo-de-referencia.html>. Acesso em: 24 mar. 2021.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *II Conferência Nacional de Economia Solidária – Conaes*: “Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável”. Brasília, DF: Conaes, 2010. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Economia_Solidaria_II/deliberacoes_2_conferencia_economia_solidaria.pdf. Acesso em: 24 mar. 2021.

FISCHER, T.; MELO, V. Organizações e interorganizações na gestão do desenvolvimento territorial. *Revista Organizações e Sociedade*, Salvador, v. 11, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-92302004001000013&script=sci_arttext. Acesso em: 24 abr. 2021.

GAIGER, L. I. A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, v. 79, p. 57-77, 2007.

GAIGER, L. I. G.; GRUPO ECOSOL. *A economia solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais*. São Leopoldo: Oikos, 2014.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. *Censo Agropecuário 2006 – Agricultura Familiar, Primeiros Resultados*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/sds_dads_agroextra/_arquivos/familia_censoagro2006_65.pdf. Acesso em: 11 jan. 2014.

KRAYCHETE, G. Viabilidade econômica e sustentabilidade dos empreendimentos da Economia Solidária: conceitos básicos. In: BAHIA. Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. *Economia solidária*. Salvador: Setre, 2011, p. 7-18.

LAVILLE, J. L. Economie et solidarité: esquisse d'une problématique. In: LAVILLE, J. L. (org.). *L'économie solidaire – une perspective internationale*. Paris: Desclée de Brouwer, 1994. (Coll. Sociologie Économique), p. 151-154.

POLANYI, K. *A grande transformação*: as origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SILVA, S. Crise de paradigma? A política nacional de Economia Solidária no PPA 2016-2019. *Mercado de Trabalho*, Brasília, DF, n. 64, p. 163-172, 2018.

PROJETOS E AÇÕES DE PROGRAMAS DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR SITUADAS NO RIO GRANDE DO SUL DO BRASIL, EM TEMPOS DE PANDEMIA

Diana Alves de Sousa⁴

Mônica Concha Amin⁵

INTRODUÇÃO

A pandemia de covid-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2, vem produzindo repercussões não apenas de ordem biomédica e epidemiológica em escala global, mas também repercussões e impactos sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos sem precedentes na história recente das epidemias (IMPACTOS, 2021).

Os economistas do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC) Reginaldo Nogueira e Marcio Salvato, em maio de 2020, avaliaram o cenário gravíssimo provocado pela pandemia de covid-19 e os desafios para a saúde, economia e sociedade brasileira. A taxa de crescimento do PIB brasileiro, segundo estimativas do relatório Focus divulgado em 20 de abril, deve ficar em -2,96% neste ano. Contudo, essa é apenas uma previsão inicial e, à medida que as semanas se passaram, novos dados foram obtidos; é provável que esse número seja ainda mais baixo, ou seja, sem

4 Mestre em Ciências Farmacêuticas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), tecnóloga em Toxicologia Analítica pela Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), bacharel e licenciada em Química pela Universidade Federal de Goiás (UFG), graduanda do Curso de Gestão em Saúde da UFCSPA, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Química da UFRGS.

5 Doutora em Economia Aplicada pelo Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da UFRGS, professora adjunta da UFCSPA.

crescimento econômico e até um encolhimento da economia com relação ao ano anterior. As primeiras previsões apontam para um aumento da taxa de desemprego médio para, no mínimo, 15% em 2020 (fechou 2019 com 11,6%). Isso combinado às dificuldades de autônomos e de empresários (NOGUEIRA; SALVATO, 2020).

No estado do Rio Grande do Sul, os indicadores econômicos ou dados administrativos, avaliados no Relatório Grupos de Trabalho do Comitê de Dados (RGT), traçam os cenários quanto à evolução da atividade econômica estadual em meio aos efeitos causados pela pandemia do novo coronavírus, realizam o acompanhamento do impacto da crise sobre o mercado de trabalho gaúcho e acompanham os efeitos da crise em indicadores econômicos selecionados de países e outros estados do Brasil afetados pela pandemia de covid-19. O RGT aponta que as repercussões da crise do coronavírus serão profundas com consequências negativas para toda economia, e atuando em conjunto com a pior estiagem desde 2012, o qual é mais um agravante. A taxa de crescimento anual do PIB gaúcho em 2020 foi de -16,9%, impactando nas receitas e no orçamento do ano de 2020 do estado do RS. As previsões para taxa de desemprego tendo como variáveis analisadas a taxa de desocupação, seguro-desemprego, Google Trends e bases de dados de acesso restrito do Grupo de Trabalho Atividade Econômica eram de 8,6% no primeiro trimestre de 2020 (COMITÊ, [2021]).

Diante deste cenário, reaparece no debate a respeito do enfrentamento da crise uma proposta com base em experiências existentes no país já há três décadas. Trata-se de um amplo conjunto de iniciativas coletivistas de produção, comércio, consumo, poupança e crédito, pautadas por princípios igualitários e democráticos, chamado de economia solidária (ES) (SOUZA; JÚNIOR, 2020). A economia popular solidária se expressa através de formas associativistas e cooperativistas de produção, de prestação de serviços, de comercialização e de consumo de produtos (GOERCK; CELSO; ALVES, 2013). Esta abrange cooperativas – rurais e urbanas –, empresas recuperadas ou em reabilitação de processos familiares, pequenos empreendimentos associativos (pré-cooperativas), bancos

comunitários e associações locais de troca de mercadorias e serviços mediante o uso de uma moeda social própria. Baseia-se na retomada dos princípios do cooperativismo europeu e pioneiro do século XIX, próprios da autogestão (SOUZA; JÚNIOR, 2020).

Para o entendimento da relação entre o Programa de Extensão Universitária (ProExt) e a economia solidária, é fundamental compreender os objetivos do ProExt em torno do fortalecimento de políticas públicas, desenvolvimento social, cidadania, realidades concretas, troca de saberes acadêmicos e populares, difusão do conhecimento acadêmico e científico e comunidades populares. Através do ProExt, a universidade torna-se fundamental com as propostas de ações extensionistas para economia solidária, vivenciando na prática o compartilhamento dos conhecimentos e saberes que essa relação entre universidade e comunidade permite.

A reciprocidade entre a universidade e a comunidade é fortalecida pelo ProExt, viabilizando que o conhecimento científico gerado seja entendido e vivenciado pelo cidadão que em muitos casos não possui formação escolar de nível técnico e/ou superior e que se torna parte integrante do meio acadêmico. À vista disso, a comunidade é beneficiada com o conhecimento científico ao identificar que a aplicação da teoria ocorre realmente na prática e a universidade cumpre com a sua função social na busca da superação sociopolítica e econômica (CARDENUTO et al., 2017).

A extensão universitária é uma das formas de alcançar o conhecimento acadêmico, assim como é parte do processo de formação de discentes, docentes e, também, dos atores técnico-administrativos, proporcionando impacto nas ações realizadas quando alcançados os objetivos propostos junto à comunidade externa.

O objetivo deste trabalho consiste em relatar experiências das atividades desenvolvidas pelos programas de extensão universitária de instituições de ensino superior (IES) selecionados no Rio Grande do Sul do Brasil durante o primeiro ano da pandemia mundial de covid-19 (março de 2020 a março de 2021).

METODOLOGIA

A metodologia a ser utilizada neste estudo é semelhante à aplicada por Carlyle Tadeu Falcão de Oliveira e seus colaboradores (2018) no estado do Rio de Janeiro em 2018, com adaptação para a realidade do Rio Grande do Sul no contexto atual de pandemia de covid-19. A pesquisa é de natureza exploratória – valendo a apreciação do objetivo proposto à pesquisa. Caracteriza-se por ser descritiva na busca à identificação e análise dos impactos da pandemia de covid-19 nas atividades da extensão universitária no período de março de 2020 a março de 2021. As variáveis deste estudo são qualitativas, buscando descrever as ações e projetos de extensão universitária de universidades públicas e privadas que possuem, através de ações e projetos de extensão universitária, relação entre economia solidária e cooperativismo.

Realizou-se o levantamento das IES cadastradas no Ministério da Educação (MEC) através da consulta avançada na plataforma virtual⁶ aplicando três critérios para seleção das IES: instituições públicas federais, privadas com ou sem fins lucrativos localizadas no estado do Rio Grande do Sul; com conceito institucional (CI) pelo MEC 4 e 5; e em cidades com população acima de 200 mil habitantes.

As informações foram tratadas pela análise dos conteúdos disponibilizados nos *sites* das instituições. Rastreou-se por ações e projetos de extensão universitária relacionados à economia solidária e cooperativismo. Organizou-se os dados com as categorias de IES e classificação das ações e projetos de extensão universitária durante o primeiro ano da pandemia de covid-19. Os resultados então são apresentados através dos relatos obtidos das experiências durante o período de pandemia de covid-19 (março de 2020 a março de 2021), permitindo a elaboração da Tabela 1 com as IES a seguir: Faculdade Meridional de Porto Alegre (IMED); Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFarroupilha), em Santa

⁶ Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>.

Maria; Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em Porto Alegre; Universidade Católica de Pelotas (UCPEL); Universidade Federal de Pelotas (UFPEL); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre; Universidade Feevale (Feevale), em Novo Hamburgo; Universidade Franciscana (UFN), em Santa Maria; e Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo (Escoop), em Porto Alegre.

Tabela 1 – Instituições de ensino superior selecionadas para o estudo no período de março de 2020 a março de 2021.

Instituição	Site	Categoria	CI	Classificação da extensão
Faculdade Meridional de Porto Alegre (IMED)	www.imed.edu.br	Privada	4	Projetos de extensão e outras ações
Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA)	www.ufcspa.edu.br	Pública	5	Programas de Extensão
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFarroupilha)	www.iffarroupilha.edu.br	Pública	4	Cursos de Extensão
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)	www.pucrs.br	Privada	4	Cursos de Extensão

Instituição	Site	Categoria	CI	Classificação da extensão
Universidade Católica de Pelotas (UCPEL)	www.ucpel.edu.br	Privada	4	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)	www.ufpel.edu.br	Pública	4	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	www.ufrgs.br	Pública	4	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
Universidade Feevale (Feevale)	www.feevale.br	Privada	4	Cursos de Extensão
Universidade Franciscana (UFN)	https://www.ufn.edu.br/	Privada	5	Cursos de Extensão
Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo (Escoop)	http://escoop.edu.br	Privada	4	Cursos e Eventos de Extensão

Fonte: elaboração própria.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste estudo, foram analisadas dez IES entre públicas e privadas no Rio Grande do Sul, Brasil, a partir da Extensão ou Pró-Reitoria de Extensão. Foram analisadas as informações disponibilizadas nos *sites* das IES (Tabela 1) relacionadas com os projetos ou ações de extensão desenvolvidos no

primeiro ano de pandemia de covid-19, visando identificar os reflexos da pandemia nas atividades e nas iniciativas da extensão universitária.

Verificou-se que, das 43 IES-RS, 7 faculdades particulares, dos municípios de Porto Alegre, Gravataí, Novo Hamburgo, não possuem menu de navegação para extensão universitária; outras 2 IES, dos municípios de Porto Alegre e Santa Maria, possuem o menu de localização para a extensão, porém não consta informação para o estado RS. Das IES avaliadas, quatro delas se destacam – IFFarroupilha, UCPEL, UFRGS e Escoop – com ações e projetos de extensão destinados a apoiar cooperativas de suas regiões. Não foram localizadas informações sobre as ações do Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas da UCPEL no período desse estudo no *site* da instituição. As dificuldades de realizar o levantamento das ações e projetos de extensão das IES podem estar relacionadas por não possuírem política de extensão universitária ou os *sites* encontram-se desatualizados até mesmo por consequências da pandemia de covid-19. As demais IES identificadas na Tabela 1 oferecem cursos de extensão, na sua maioria, na modalidade de ensino a distância (EaD), salvo as IES-RS selecionadas para a apresentação dos relatos obtidos das experiências durante o período de pandemia (março de 2020 a março de 2021).

A Feira Internacional de Cooperativismo e Economia Solidária (Feicoop) ocorre desde 1994 no município de Santa Maria, e em 2020 completou a sua 27ª edição e a 16ª edição da Feira Latino-Americana de EcoSol. A feira é realizada pelo Projeto Esperança/Cooesperança, tendo como apoiadores a Cáritas Rio Grande do Sul, entidades, organizações, movimentos, pastorais e empreendimentos de economia solidária, a partir de uma metodologia “aprendente e ensinante”. A Universidade Federal de Santa Maria⁷ e o Instituto Federal Farroupilha também fazem parte dessa construção (CORBARI, 2020). A feira geralmente acontece no mês de julho. Em 2020, em decorrência da pandemia de covid-19, a Feicoop ocorreu em dezembro, com desenvolvimento de uma estratégia alternativa,

⁷ A Universidade Federal de Santa Maria, situada no município de Santa Maria, tem papel importante na construção do Projeto Esperança/Cooesperança, porém não foi incluída neste estudo por não atender o critério CI maior que 4.

se destacando como edição especial, *on-line* e estendida. A maior parte da programação foi virtual, utilizando os recursos de mediação das redes sociais de parceiros como a Cáritas, Rede Soberania, Brasil de Fato RS, bem como da própria Feicoop e demais apoiadores. De modo presencial, foi mantida a feira da agricultura familiar, que vem se mantendo mesmo com as restrições impostas pela pandemia (CORBARI; FERREIRA, 2020).

O Núcleo de Estudos em Gestão Alternativa (Nega) da UFRGS visa conhecer, estudar e dar apoio a iniciativas alternativas de geração de trabalho e renda, em especial àquelas identificadas com o campo da economia solidária. Os projetos e programas de extensão oportunizam a acumulação de significativas informações e relações em torno da temática da economia solidária e das experiências alternativas de organização – o que sustentou os processos de questionamento científico e resultou nas questões de pesquisa (NEGA, [2021]). Tendo parte das ações de extensão voltada ao fortalecimento dos bancos comunitários de desenvolvimento (BCD), o Nega, em parceria com o Banco Comunitário Cascata, situado no bairro Cascata, região sul da cidade de Porto Alegre, elabora um programa de apoio aos negócios populares do bairro. Com o intuito de aproximar o Banco à comunidade e de promover a capacitação dos trabalhadores da economia popular, a primeira edição foi realizada em 2019, pensada em um programa organizado em quatro módulos, um por mês, contemplando assuntos que atendessem as questões organizacionais comuns a qualquer negócio, porém sem distanciar-se à realidade socioeconômica do local (LACERDA, 2021).

Em 2020, em função da pandemia do Coronavírus, não foi possível reeditar a atividade presencialmente na Cascata nem a repetir em outras comunidades. Para seguir nesse processo de alavancagem dos circuitos econômicos locais de economia popular, o NEGA desenvolveu, junto com a equipe do BCD, uma página no Facebook para anúncio dos produtos e serviços ofertados pelos pequenos negócios da Cascata, em que também serão postadas notícias e atividades de qualificação na forma de vídeos e outros materiais que ajudem no fortalecimento dessas iniciativas. Outros formatos virtuais de capacitação, como vídeo-aulas, estão sendo planejadas para serem divulgadas em breve.

A Escoop é uma faculdade que possui como objetivo atender as necessidades de qualificação de cooperativas gaúchas oferecendo cursos de nível superior com formação específica em Gestão de Cooperativas em diferentes modalidades, assim como cursos de extensão para qualificação e formação de colaboradores cooperados e sociedade em geral. Em razão da pandemia de covid-19, os serviços para cooperativas assumiram o formato predominantemente virtual. A intensificação na realização de cursos de curta duração (extensão), abertos e sob demanda das cooperativas, na modalidade a distância, foi a estratégia adotada para promover o cooperativismo em diversas cidades (ESCOOP, 2021).

A Faculdade Meridional de Porto Alegre, através do Programa Bem-Estar e com a participação dos estudantes de Odontologia sob a orientação da professora Joseane Viccari Calza, elaborou a cartilha sobre etiqueta respiratória para a covid-19 contendo os cuidados necessários neste período de pandemia, como utilização e higiene de máscaras de proteção, além de dicas sobre lavar as mãos e distanciamento social (SANTOS, 2020).

Várias foram as mudanças ocorridas nesse primeiro ano de pandemia de covid-19 na UFCSPA, desde uma nova elaboração no *site* da instituição dando destaque ao menu “Coronavírus”, em que podem ser localizadas e identificadas várias ações que estão sendo realizadas na instituição desde ações institucionais até projetos de extensão (totalizando 23 projetos). Assim como relatado pela professora de Filosofia e diretora da Editora da UFCSPA, Ana Carolina da Costa e Fonseca:

Quando a pandemia começou e o calendário acadêmico foi suspenso, muitas ações jamais imaginadas tiveram início a todo vapor na UFCSPA, desde a produção de álcool gel e de face shields, até o engajamento da universidade em grandes pesquisas relacionadas à pandemia de Covid-19, como o EPICOVID. Mas o que nós, do Departamento de Educação e Humanidades, poderíamos oferecer à comunidade interna e externa? Que tipo de remédio, alívio, auxílio, poderíamos desenvolver, se não sabemos nada de química, genética ou epidemiologia? Foi assim, pensando alto, que nos veio o nome: Pilulas de Humanidades. (GODOY, 2020).

Nota-se que muitos programas de extensão universitária foram suspensos nas IES-RS nesse primeiro ano de pandemia de covid-19, tendo em vista a necessidade de criação de outros projetos e/ou ações emergenciais para atender as necessidades das comunidades internas (docentes, discentes e atores administrativos) e externas às instituições – afetadas de alguma maneira pelo vírus SARS-CoV-2, seja diretamente (por exemplo, contaminação pelo vírus da covid-19) ou indiretamente (por exemplo, desemprego de ente familiar que sustentava a família). Algumas atividades presenciais foram realizadas seguindo os protocolos de biossegurança recomendados pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Outro efeito diante do prolongado período de pandemia de covid-19 foi a necessidade da implementação de tecnologias e inclusão digital nas IES tanto para o ensino na modalidade a distância quanto nas ações e projetos de extensão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo procurou relatar algumas das experiências de extensão universitária em tempos de pandemia pela covid-19 de IES-RS públicas e privadas. Também buscou identificar as IES-RS que realizaram ações ou projetos de extensão universitária voltados para o cooperativismo e a economia solidária no período de março de 2020 a março de 2021.

Os resultados do estudo evidenciaram a participação das universidades com ações e projetos no cooperativismo e na economia solidária do Rio Grande do Sul com adaptações na forma da realização. Em decorrência do cenário da pandemia de covid-19, foram necessárias adequações no calendário com reagendamentos das diversas atividades, assim como se tornou imprescindível a utilização do recurso tecnológico e de novos canais de comunicação – criação de páginas tais como: Facebook, Instagram e canais no YouTube – para a efetiva concretização.

O estudo demonstra, por outro lado, grande número de IES-RS que, após um ano de pandemia, ainda não conseguiram atualizar seus sites, dificultando a obtenção de dados concretos acerca da realidade da extensão

universitária nesse período. Neste sentido, o estudo revela a necessidade de implementação tecnológica na criação de valor e resiliência de alguns programas de extensão universitária de IES-RS.

Além disso, as IES-RS, em conjunto com os programas de extensão universitária, têm como desafio potencializar o engajamento social, diante do cenário atual, para fortalecer as ações e projetos de economia solidária e cooperativas de modo a alcançar de forma efetiva a comunidade em um cenário de provisão no aumento de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

REFERÊNCIAS

- CARDENUTO, R. M. *et al.* As Atividades de Extensão como Compromisso Social: um Estudo de Caso no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e na Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). *Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL*, Florianópolis, v. 10, n. 4, ed. esp., p. 134-156, 2017.
- COMITÊ de Dados | covid-19. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão [Rio Grande do Sul], [2021]. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/comite-de-dados>. Acesso em: 9 abr. 2021.
- COMUNICADO: Sobre a situação das atividades acadêmicas. *Escoop*, 26 nov. 2020. Disponível em: <http://escoop.edu.br/comunicado-sobre-a-situacao-das-atividades-academicas/>. Acesso em: 5 maio 2021.
- CORBARI, M. A. Feira Internacional de Cooperativismo e Economia Solidária começa nesta terça. *CUT Rio Grande do Sul*, 1º dez. 2020. Disponível em: <http://cutrs.org.br/feira-internacional-de-cooperativismo-e-economia-solidaria-comeca-nesta-terca/>. Acesso em: 9 abr. 2021.
- CORBARI, M. A.; FERREIRA, M. Economia Solidária. Feicoop 2020 inicia edição especial online nesta terça. *Brasil de Fato*, 30 nov. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2020/11/30/feicoop-2020-inicia-edicao-especial-online-nesta-terca>. Acesso em: 9 abr. 2021.

ESCOOP. Faculdade de Tecnologia de Cooperativismo. *Relatório 2021 da Escoop apresenta serviços prestados para cooperativas*. Janeiro, 2021. Disponível em: <https://escoop.edu.br/relatorio-2021-da-escoop-apresenta-servicos-prestados-para-cooperativas/> Acesso: 9 abril 2021.

ESCOOP. *Relatório 2020 ESCOOP*. Porto Alegre: Escoop, 2020. Disponível em: <http://app8.conteudo-compartilhado.com/120/relatorio-2020-inicio>. Acesso em: 5 maio 2021.

FARIAS, L.; WOJCICHOSKI, N. Para que(m) produzimos? Por que(m) acordamos todos os dias pela manhã para trabalhar? *Nega*, jan. 2021. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/gestaoalternativa/para-quem-produzimos-por-quem-acordamos-todos-os-dias-pela-manha-para-trabalhar/>. Acesso em: 9 abr. 2021.

GODOY, A. B. Extensão. Pílulas de Humanidades. *UFCSPA*, nov. 2020. Disponível em:

<https://www.ufcspa.edu.br/vida-academica/congresso/edicao-2020/universidade-na-pandemia/extensao> . Acesso em: 9 abr. 2021.

GOERCK, C.; CELSO, R. A.; ALVES, B. S. Incubação de empreendimentos de economia solidária em Santa Maria no Rio Grande do Sul. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 403-412, jul./dez. 2013.

IMPACTOS Sociais, Econômicos, Culturais e Políticos da Pandemia. *Portal Fiocruz*, 2021. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/impactos-sociais-economicos-culturais-e-politicos-da-pandemia>. Acesso em: 9 abr. 2021.

LACERDA, D. Nega desenvolve programa de apoio aos negócios populares do Bairro Cascata. *Nega*, out. 2021. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/gestaoalternativa/nega-desenvolve-programa-de-apoio-aos-negocios-populares-do-bairro-cascata/>. Acesso em: 9 abr. 2021.

NEGA. Núcleo de Estudos em Gestão Alternativa. [2021]. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/gestaoalternativa/>. Acesso em: 9 abr. 2021.

NOGUEIRA, R.; SALVATO, M. Coronavírus: os reais e dramáticos impactos econômicos e sociais. *InfoMoney*, 8 maio 2020. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/colunistas/um-brasil/coronavirus-os-reais-e-dramaticos-impactos-economicos-e-sociais/>. Acesso em: 9 abr. 2021.

OLIVEIRA, C. T. F. *et al.* O papel das universidades no fomento às políticas públicas de Economia Solidária no Estado do Rio de Janeiro. In: CONGRESSO DE ADMINISTRAÇÃO, SOCIEDADE E INOVAÇÃO, 11., 2018, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Eceme, 2018. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/11casi/119066-o-papel-das-universidades-no-fomento-as-politicas-publicas-de-economia-solidaria-no-estado-do-rio-de-janeiro/>. p. 1-19.

SANTOS, Daniel. *Comunicação. Notícias. Estudantes de Odontologia elaboram cartilha sobre etiqueta respiratória para a Covid-19*. IMED. Maio, 2020. Disponível em: <https://www.imed.edu.br/Comunicacao/Noticias/estudantes-de-odontologia-elaboram-cartilha-sobre-etiqueta-respiratoria-para-a-covid-19>. Acesso: 9 abril 2021.

SOBRE A FEICOOP 2020 online. *Feicoop*, abr. 2021. Disponível em: http://feicoop.com.br/content/knowledgebase/kb_view.asp?kbid=1. Acesso em: 9 abr. 2021.

SOUZA, A. R. de; JÚNIOR, F. A. A Economia Solidária como Resposta à Crise Pandêmica e Fator de Outro Tipo de Desenvolvimento. *P2P & Inovação*, Rio de Janeiro, v. 7, ed. esp., p. 8-25, 2020.

RECONSTRUÇÃO DAS ALTERNATIVAS METODOLÓGICAS NO PROCESSO DE INCUBAÇÃO DE GRUPOS DA SAÚDE MENTAL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: RELATO DE EXPERIÊNCIA DA ASSOCIAÇÃO TRABALHARTE

Chena Kim Huruta¹

Luiz Felipe Novais Falcão²

Juliana Macário de Oliveira³

INTRODUÇÃO – A REFORMA PSIQUIÁTRICA BRASILEIRA, INCLUSÃO SOCIAL PELO TRABALHO E ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONTEXTUALIZAÇÃO E NECESSIDADE DE (RE)AFIRMAÇÃO NO PERÍODO DE PANDEMIA

O movimento da Reforma Psiquiátrica chegou ao Brasil na década de 1970 e implicou a desconstrução dos manicômios e a criação de um modelo substitutivo de cuidado em saúde mental pautado na liberdade, na autonomia, na reabilitação psicossocial e na cidadania (BRASIL, 2005b; MINAS GERAIS, 2006). Mas, para além da reconfiguração dos serviços e tecnologias de cuidado, a Reforma Psiquiátrica buscou redefinir a própria concepção de “loucura” e delinear um novo lugar social para ela, o que possibilitou a construção de outras estratégias e dispositivos não apenas clínicos e terapêuticos, mas também políticos, sociais e culturais (AMARANTE; NUNES, 2018).

¹ Graduanda em Psicologia, bolsista formadora do programa de extensão Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Juiz de Fora (Intecoop-UFJF).

² Coordenador da Intecoop-UFJF, doutorando, mestre e graduado em Comunicação pela UFJF.

³ Consultora da Intecoop-UFJF, mestre em Serviço Social pela UFJF.

A inclusão social pelo trabalho é um dos componentes fundamentais do processo de mudança do modelo de assistência em saúde mental. De acordo com Saraceno (1999), o trabalho, mais do que uma simples resposta à necessidade, é concebido como um espaço de produção de sentido, de valores subjetivos e de troca. Além disso, conforme Lancman (2007), o trabalho está diretamente ligado à formação das redes sociais dos indivíduos e a suas trocas afetivas e econômicas, norteadas a rotina de vida das pessoas e alicerçando o sentimento de pertencimento social. O estudo de Lussi (2009) corrobora esta ideia quando constata que, na percepção dos sujeitos de sua pesquisa – usuários de serviços da saúde mental participantes de projetos de geração de renda –, o trabalho se configura como uma importante ferramenta para a emancipação social deles. Além disso, o trabalho possibilita o autoconhecimento e a autorrealização e permite ainda uma diminuição da ociosidade. Nesse sentido, o trabalho deve ser considerado como um dos eixos fundamentais implicados no processo de reabilitação das pessoas com transtorno mental, tendo-se as iniciativas de geração de trabalho e renda e as cooperativas como instrumentos bastante eficazes (DELGADO, 2005).

Considerando que a vida diária com a sociedade e com o mercado capitalista excludente impõe exigências e condições que não dialogam com as propostas da inclusão social pelo trabalho, encontrou-se na Economia Solidária (EcoSol) o marco referencial que propiciou um caminho mais promissor para as construções práticas e teóricas desse novo campo da Reforma Psiquiátrica, uma vez que ambas nascem dessa mesma tentativa de lutar contra a exclusão social e econômica e de mudar a sociedade para que ela seja mais justa, inclusiva e solidária (BRASIL, 2005a).

O desenvolvimento das atividades com esse grupo de pessoas segue nas últimas décadas enfrentando desafios constantes e a pandemia de covid-19 pode ser inserida nas barreiras impostas para a socialização e inserção desses indivíduos à sociedade pelo trabalho. Ela impôs mais uma dificuldade nas lutas empreendidas pela Reforma Psiquiátrica e também pela economia popular solidária.

Historicamente, a EcoSol destaca-se na inclusão de pessoas em situação de desvantagem social, seja no mundo do trabalho ou na sociedade. De acordo com Singer (2002), a perspectiva baseada no lucro adota uma posição competitiva que, embora proporcione crescimento econômico para determinadas pessoas e organizações, acarreta uma série de problemas sociais, como desigualdade, empobrecimento e alienação. É a partir desta problemática que a economia solidária se apresenta como uma outra economia que oferece possibilidades de geração de trabalho e renda, autonomia e cidadania para os sujeitos que se encontram excluídos da sociedade e que sofrem as consequências do modelo capitalista.

A economia solidária constitui-se de empreendimentos que, independentemente da forma e dos nomes que recebem (cooperativas, associações, mutirões, etc.), caracterizam-se por ser solidários e autogestionários. São solidários porque dividem os custos do investimento e repartem os lucros. E são autogestionários porque os próprios trabalhadores administram o empreendimento. (ALCÂNTARA, 2003, p. 33)

A economia solidária representa também outra forma de produção e de organização da sociedade e mesmo da cultura (CORTEGOSO; CIA; LUCAS, 2008). Segundo França Filho (2006), as atividades populares empreendidas a partir da perspectiva da economia solidária impactam nas condições de vida mais gerais das pessoas no seu plano socioterritorial, como a melhoria da infraestrutura urbana, por exemplo, não se limitando ao seu aspecto econômico, mas também envolvendo “[...] as dimensões social, política, cultural e ambiental num determinado contexto espacial” (FRANÇA FILHO, 2006, p. 262). Como valores fundamentais da economia solidária, pode-se citar: a adesão voluntária e esclarecida dos membros, participação democrática em processos decisórios, autogestão, cooperação, intercooperação, promoção do desenvolvimento humano, preocupação com a natureza, preocupação com a comunidade, produção e consumo éticos e solidariedade (CORTEGOSO; CIA; LUCAS, 2008).

Segundo Ghirardi (2004), as cooperativas alicerçadas pelos princípios da economia solidária apresentam-se como uma boa alternativa para a

inclusão no mercado de trabalho de pessoas que apresentam algum tipo de deficiência. Para Pacheco (2008), o trabalho autogestionário cria condições de ampliação da inclusão social de usuários da saúde mental por meio da participação no movimento da economia solidária. Conforme o autor, a experiência de participação na rede de economia solidária é rica e promove trocas de apoio, carinho e solidariedade, sem discriminação.

Segundo Mazaro, Matsukura e Lussi (2020), em uma análise dos dados constantes no Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies) referentes ao último levantamento dos empreendimentos de economia solidária (EES) no Brasil, realizado entre 2010 e 2013, foram identificados 140 empreendimentos compostos predominantemente por pessoas com transtornos mentais. Reconhece-se, apesar disso, que a inclusão social pelo trabalho das pessoas que possuem transtornos mentais ainda tem sido integrada de forma insuficiente e precária na assistência em saúde mental (VECHI; CHIROSI; PRADO, 2017).

Levando todos estes aspectos trazidos pela revisão bibliográfica até aqui, é possível projetar os efeitos que o contexto de isolamento, crise sanitária, inseguranças e medo trazidos pela pandemia trouxe para os grupos formados por pessoas com transtornos mentais.

A Associação Trabalharte, objeto de nossa análise, é um desses grupos que precisou vencer algumas barreiras e desafios para seguir mobilizado, atuante e principalmente proporcionando um espaço de vivência virtual potente, capaz de não romper com os resultados alcançados ao longo de quase duas décadas de trabalho.

A HISTÓRIA DA TRABALHARTE: 18 ANOS DE LOUCURA PELA ARTE

A Trabalharte Associação Pró Saúde Mental surgiu a partir dessa perspectiva de reabilitação psicossocial e resgate da cidadania das pessoas portadoras de transtornos mentais por meio de ações voltadas para a geração de trabalho e renda. A Trabalharte foi criada em 2001 a partir das oficinas de

produção artística que eram realizadas no Centro de Atenção Psicossocial Casa Viva (Caps Casa Viva), do município de Juiz de Fora, Minas Gerais. No entanto, com o aprimoramento e a necessidade de escoamento e circulação social das produções, os usuários da Rede de Atenção Psicossocial, seus familiares, voluntários e trabalhadores da área de saúde mental se uniram para a criação da associação. Para a formalização técnica e jurídica e orientação nos princípios da economia solidária, do associativismo/cooperativismo e da autogestão, contou com a assessoria da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Juiz de Fora (Intcoop-UFJF), que incubou a Trabalharte no período de 2001 a 2009. Nesse primeiro momento, a Intcoop/UFJF foi fundamental para o desenvolvimento da associação. De acordo com Mendes (2007, p. 119):

O trabalho da Intcoop junto aos usuários, familiares e técnicos permitiu a aquisição de conhecimentos e treinamentos de habilidades por parte daqueles que conseguiram acompanhar as atividades que abrangeram a formação em cooperativismo, as relações grupais, técnicas de produção, propaganda e comércio. Os cursos de treinamento adotaram instrumentos que permitiram lidar com as limitações que dificultavam os processos de aprendizagem. O trabalho interdisciplinar, envolvendo técnicos da saúde mental e da incubadora, permitiu que tais instrumentos fossem construídos.

No ano de 2006, a Trabalharte passou a atuar em parceria com o Centro de Convivência da Rede de Atenção Psicossocial (Raps) do município, onde estabeleceu sua sede. Porém, a partir de setembro de 2019, por questões de ordem administrativa dissonantes com as diretrizes do grupo, encerrou-se o vínculo de parceria com o citado serviço, e a associação voltou a ser incubada pela Intcoop-UFJF. Tem ocupado um espaço cedido na Casa Helenira Rezende (Helenira Preta) da UFJF, sob intermediação da Intcoop-UFJF, no qual desenvolve as atividades de assembleia, ateliê de artes, artesanato e práticas comunicacionais.

Atualmente, o grupo é composto por pessoas portadoras de transtorno mental, seus familiares, voluntários e membros da comunidade e se encontra

em fase de reestruturação, buscando ampliar sua atuação para outras esferas sociais e estabelecer novas parcerias. Conforme Silva e Motta (2020, p. 7), o grupo compreende que: “[...] a saída de um dispositivo de saúde representa a possibilidade de maior circulação na cidade, maior autonomia em decisões grupais e favorece a autogestão, que é tão cara à associação”.

A dinâmica de funcionamento da associação estabelece-se a partir da realização de oficinas semanais de produção coletiva – como o ateliê de artes e a oficina de comunicação “Rádio e TiviPirai”, por exemplo –, e de reflexão e deliberação – como a oficina de cidadania e a assembleia geral. A perspectiva do trabalho pauta-se na reabilitação psicossocial através das trocas e vínculos sociais estabelecidos pelos associados entre si e com a comunidade a partir das atividades da geração de trabalho e renda. É bom salientar que os valores arrecadados com as obras e artesanatos produzidos durante as oficinas é revertido, em sua maior parte, na compra de insumos para o próprio trabalho.

EXTENSÃO, INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES E A INTECOOP-UFJF

A universidade brasileira, ao se articular a partir do tripé de ensino, pesquisa e extensão, coloca para si a possibilidade de contribuir com a redução de desigualdades e de transformação da sociedade. Como exigência para que isso ocorra, é necessário que o trabalho acadêmico seja pautado em uma prática reflexiva, comprometida e crítica em relação ao seu significado social. Destaca-se o papel da extensão universitária no desenvolvimento de ações junto à comunidade e na organização dos sujeitos e da própria instituição de ensino em torno da aprendizagem mútua, coletiva e crítica em busca do atendimento das demandas populares e da promoção de estratégias que fomentem o exercício da cidadania e democratização.

Tomamos aqui a definição da extensão universitária a partir daquilo que preconiza a Política Nacional de Extensão Universitária, pautada pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Forproex). O documento, além do destaque à indissociabilidade entre

ensino, pesquisa e extensão, dá relevo a aspectos como a interdisciplinaridade, os processos educativos, culturais, científicos e políticos como promotores da interação da universidade e setores da sociedade de modo transformador (FORPROEX, 2012).

Nas universidades, um espaço privilegiado em que o resgate dessa função social do trabalho acadêmico é colocado, cotidianamente, são as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) (SANTOS; CRUZ, 2008). Na perspectiva de Sônia Heckert (2003), as ITCP têm assumido um importante papel nas universidades brasileiras: a efetiva incorporação dos setores populares através da inserção em uma nova forma de organização para o trabalho. Isto é, estruturadas como programas de extensão, têm como proposta fomentar empreendimentos econômicos populares em modelos distintos à forma capitalista de produção, fundamentados sobre os princípios da economia solidária.

Em 2003, o então coordenador acadêmico da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITCP-USP) e também secretário nacional de economia solidária, Paul Singer (2003, p. 8), escreveu o prefácio da publicação *Cooperativismo Popular: reflexões e perspectivas*, no qual trata o trabalho das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares como sendo

Um novo tipo de extensão universitária, que combina ensino, aprendizado mútuo e pesquisa. A incubação é antes de tudo um encontro entre jovens acadêmicos e populações muito castigadas pelo infortúnio econômico. O encontro não é fortuito, tem propósito e obedece a estratégia.

É nessa direção que caminha a Intcoop-UFJF, em busca de reconhecer e valorizar os saberes dos diversos setores populares, integrando sua ótica no desenvolvimento do conhecimento acadêmico, promovendo uma ação de extensão interativa (HECKERT, 2003).

A Intcoop-UFJF foi criada em 1998 e, apesar de ter passado por um período de interrupção das suas atividades, acumula 35 coletivos acompanhados,

inserindo no mercado de trabalho de Juiz de Fora e microrregião aproximadamente 600 trabalhadores, nas áreas de artesanato, coleta e reciclagem de resíduos sólidos, produção, beneficiamento e comercialização de alimentos, agricultura familiar, prestação de serviços técnicos e administrativos, e confecção (UFJF, 2016). Atualmente, a Intecoop-UFJF atende a oito grupos com uma equipe formada por 15 bolsistas de extensão da graduação e pós-graduação, dois consultores, um coordenador e uma secretária terceirizada. Organiza suas ações a partir de três frentes: Movimentos Sociais; Agroecologia; e Arte, Artesanato e Reciclagem. Envolve 235 trabalhadoras e trabalhadores, além de atuar junto ao: Fórum Regional de Economia Popular Solidária da Zona da Mata Mineira (FREPSZMM); Fórum Municipal de Economia Popular Solidária (Fomeps); Projeto Troca de Saberes; e Fórum de Segurança Alimentar e Erradicação da Fome, que afetam a rotina de pelo menos outras 300 pessoas.

METODOLOGIA – A COVID-19: UM DESAFIO PARA A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O DESENVOLVIMENTO DE NOVAS PRÁTICAS NO ACOMPANHAMENTO DE GRUPOS POPULARES

A magnitude da pandemia de covid-19 implantou inúmeros problemas e afetou diversos setores da sociedade. O isolamento social foi a medida adotada e aconselhada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), comunidade científica e diversos governos ao redor do mundo como principal recomendação em defesa e combate na disseminação do SARS-CoV-2 (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2020a, 2020b).

No campo da educação, as universidades do país tiveram que suspender as atividades presenciais e implantar atividades remotas de modo emergencial. No entanto, no que concerne à extensão universitária, realizada a partir da inserção no campo de suas práticas e das trocas mútuas, colocou-se como questionamento e desafio: como realizar extensão universitária diante do isolamento social imposto pela covid-19?

Problemática semelhante foi enfrentada no campo da saúde mental, no qual os serviços da Rede de Atenção Psicossocial, pautados

essencialmente no convívio social e na realização de oficinas coletivas de produção e reflexão, viram-se confrontados com a necessidade de distanciamento social.

O enfrentamento à pandemia, portanto, estabeleceu uma nova realidade que demandou a adaptação da sociedade e a busca por novas habilidades, estratégias e alternativas possíveis dentro desse contexto.

No espaço das ITCPs, em específico, mais do que nunca os saberes acumulados precisaram ser revisitados e reorganizados para que a economia solidária não só se configurasse como resposta significativa dos trabalhadores em relação às transformações ocorridas no mundo do trabalho – por meio de iniciativas que propõem uma forma de trabalho distinta à tradicional, pautadas em princípios de solidariedade, propriedade coletiva dos meios de produção e participação conjunta nas tomadas de decisão –, como também se constituísse como um espaço de resistência e de estruturação de soluções de enfrentamento ao cenário pandêmico.

Nesse estudo descritivo e pautado pela “pesquisa-ação” descrita por David Tripp (2005), buscamos relatar exatamente esses esforços empreendidos durante as atividades da Intecoop-UFJF realizadas junto à Trabalharte Associação Pró Saúde Mental durante o período de maio a dezembro de 2020, no cenário da pandemia da covid-19. É um relato de experiência que faz uma reflexão constante sobre a metodologia de trabalho desde o início da pandemia e suas adaptações e ressignificações diante das condições impostas pelo distanciamento social.

Anteriormente à pandemia, todo o trabalho realizado pela Intecoop-UFJF junto aos coletivos sempre foi pautado na presença física, na interação social e nas trocas afetivas. No entanto, ante o isolamento social, foi necessário se adequar às novas maneiras de contato e inserção social, lançando mão de ferramentas como aplicativos de interação pelo celular, salas de reuniões virtuais e ainda redes sociais digitais. Houve muitas incertezas por parte da equipe e dos coletivos quanto à possibilidade de funcionamento através das ferramentas virtuais, uma vez que as novas competências midiáticas são particularmente desafiadoras para o público atendido pela Intecoop-UFJF

e, em especial, para os associados da Trabalharte. Apesar disso, parte deles já fazia uso de aparelhos celulares, sendo mais restrito a aplicativos como WhatsApp e Facebook.

Desse modo, a atuação junto à Trabalharte ocorreu por meio da realização de encontros semanais *on-line* através de chamadas pelo WhatsApp, uma vez que essa era a ferramenta de maior uso e facilidade de acesso pelos associados. De modo geral, o intuito dos encontros teve como foco: manter o vínculo já preexistente com o grupo, abordar pautas relativas à organização e mobilização da associação e acolher demandas diversas que surgissem decorrentes do momento de enfrentamento à pandemia. A partir dos encontros e das deliberações coletivas geradas, fomos norteando outras ações junto ao grupo e o envolvendo nas demais reuniões e mobilizações do movimento de economia solidária da região.

As atividades desenvolvidas com o grupo foram pautadas na educação popular, uma vez que esta:

[...] mostra-se como um dispositivo de crítica social e das situações vivenciadas por indivíduos, grupos e movimentos, permitindo a visão de fragmentos que estavam invisíveis e ideologias naturalizadas como realidades favorecendo a liberação de pensamentos e de atos ativos de mudança social. (BRASIL, 2007, p. 15)

Com base nessa ideia, pretendeu-se, através dos encontros realizados com o grupo, discutir acerca das mudanças sanitárias, sociais, econômicas e políticas impostas pelo cenário da pandemia, mas também promover a reflexão crítica sobre como essa situação afetou o grupo direta e indiretamente, possibilitar a produção de novos sentidos para a vida diante da nova realidade que se apresentava e estimular a vontade de agir em direção às mudanças que julgasse necessárias.

Participaram dos encontros a bolsista formadora da Intecoop-UFJF responsável por acompanhar a Trabalharte, os associados e voluntárias da associação. O perfil dos participantes é composto por usuários da rede

pública de saúde mental, assistidos pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) instituído através da Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), com idades que variam de 23 a 65 anos. O número de participantes oscilava entre os encontros, variando entre 6 a 8 pessoas por encontro. Considerando todos os encontros, participaram, ao todo, 16 associados.

Todos os encontros foram registrados em relatórios e discutidos nas reuniões de equipe junto aos demais membros da Intecoop-UFJF, para avaliar o andamento das atividades e também para traçar estratégias possíveis em busca de atender às demandas trazidas pela Trabalharte.

RESULTADOS E DISCUSSÕES – A PRÁTICA DO TRABALHO COM GRUPOS DA SAÚDE MENTAL REFLETIDA E RESSIGNIFICADA

Inicialmente, a proposta de realizar os encontros semanais com a Trabalharte era construir uma rotina de reuniões e diálogos a partir daquele novo ambiente, o virtual, e, desse modo, possibilitar uma maior familiaridade dos associados com esses espaços digitais e ferramentas *on-line* de reuniões. Os encontros iniciais, portanto, tiveram um caráter experimental, focando mais a orientação do grupo em relação às medidas sanitárias da pandemia e possibilitando aos participantes um espaço de fala, de acolhimento e de compartilhamento sobre suas situações e anseios particulares diante do novo contexto que se apresentava.

As primeiras tentativas de reunião foram através do Google Meet. No entanto, apesar das orientações e até da elaboração de um vídeo tutorial sobre como baixar e mexer no aplicativo, a maior parte do grupo apresentou grande dificuldade nesse processo. Além disso, observou-se que o acesso que muitos tinham à internet era insuficiente para baixar o aplicativo e também dois associados não tinham um aparelho que suportasse aquela ferramenta. Desse modo, a opção mais viável para realizar os encontros foi através da chamada coletiva do WhatsApp.

Cada reunião estruturava-se a partir de uma conversa inicial sobre questões gerais e depois era direcionada para a apresentação das pautas.

Cada associado era questionado acerca das pautas que queria levar para o coletivo ou sobre o que gostaria de compartilhar. Procuramos seguir a estrutura que já era realizada nas atividades presenciais de forma a manter a dinâmica a que o grupo já estava adaptado e também por gerar um debate bastante produtivo e democrático.

Percebeu-se que grande parte das questões levantadas pelos associados versava sobre a pandemia, especialmente sobre a impossibilidade de se encontrarem e a falta que as atividades produtivas realizadas na Tralhartte estavam fazendo. É importante ressaltar que, apesar de alguns dos associados realizarem artesanatos de forma autônoma, a proposta da Tralhartte é a produção coletiva através de oficinas presenciais como ferramenta de reabilitação psicossocial. A diversidade cultural, política e social além das múltiplas vivências são excelentes ambientes de troca não apenas para as pessoas com transtornos mentais, mas para todo o coletivo da sociedade que com o grupo se relaciona. “As práticas em saúde mental devem fomentar a ampliação da rede social de apoio dos usuários e o fortalecimento gradual de laços diversos na comunidade. Tal tarefa somente acontecerá com ações conjuntas entre diferentes equipamentos e atores sociais” (FERRO, 2012, p. 151).

Tendo isso em vista, pouco a pouco, o diálogo convergiu para utilizarmos o próprio espaço virtual para a construção de materiais artístico-comunicacionais a partir do trabalho coletivo.

Assim, o grupo, em parceria com um projeto de extensão de comunicação, produziu materiais de áudio contendo mensagens de inspiração para enfrentamento da pandemia e respeito à quarentena, o qual foi veiculado através da plataforma SoundCloud. Também, na mesma perspectiva de ressignificar e promover um novo olhar sobre a quarentena, o grupo realizou uma exposição *on-line* de fotos do cotidiano de cada associado chamada “Imagens da Quarentena” através de sua página no Facebook e pelo Instagram da Intecoop-UFJF. Foram elaborados, ainda, vídeos a partir dos materiais audiovisuais já produzidos pela Tralhartte, para celebração

de datas significativas para a associação, como o dia 18 de maio – Dia da Luta Antimanicomial – e o aniversário de 7 anos da Rádio TiviPiraí.

A partir dos encontros e acompanhamento do grupo pelo WhatsApp, também foi possível fomentar a participação de representantes da associação nas instâncias deliberativas do movimento de economia solidária – como Fóruns Municipal e Fórum Regional da Zona da Mata –, que também estavam ocorrendo de forma *on-line*. Esse envolvimento culminou na participação da Tralhartte nos processos de discussão e apresentação da carta de princípios e demandas do movimento de economia solidária para candidatas e candidatos à prefeitura e na elaboração de uma proposta de lei municipal de economia popular solidária. O empenho nas discussões e na participação dessa construção coletiva mostra o quão potentes são estes espaços para a criação de vínculos, sentimento de pertencimento e promoção da cidadania.

Na mesma perspectiva de uso e inserção do grupo nos diferentes espaços virtuais, a Tralhartte também participou de eventos *on-line* sobre saúde mental e economia popular solidária, como palestras e rodas de conversa.

Como consequência do contato mantido com o grupo de forma virtual, foi possível também inscrever a Tralhartte em editais de premiação cultural – como o edital “Nanuvem” e a Lei Aldir Blanc –, para o que muitos membros do grupo se articularam para enviar fotos dos seus documentos, necessárias para a participação. Há que se considerar o valor dessa conquista, tendo em vista as dificuldades apresentadas pelo grupo tanto no acesso quanto no uso dessas ferramentas.

Nossas ações se voltaram também para o acolhimento de demandas pontuais do grupo. Como foi destacado anteriormente, a pandemia desencadeou diversos impactos e nosso trabalho na Intecoop-UFJF também teve que se adaptar para dar conta de lidar com eles. Como exemplo, cita-se o caso em que um dos associados da Tralhartte necessitou realizar uma importante cirurgia de vista durante a pandemia e a Intecoop-UFJF e o próprio grupo se mobilizaram em uma campanha de arrecadação

financeira. Além disso, também foi preciso lidar com as demandas psicológicas de alguns associados, prestando acolhimento e suporte através das próprias reuniões coletivas como também de forma individual. Percebe-se nisso a indissociabilidade do nosso fazer técnico com a construção de trocas afetivas, e a pandemia veio nos mostrar principalmente essa faceta do trabalho junto a grupos populares e, em especial, os grupos do campo da saúde mental. Não desfazendo dos conhecimentos técnicos e científicos que pavimentaram todo o caminho até então, mas enfatizando o valor das relações construídas para a sustentação do trabalho até então conquistado pelo grupo e pela Intecoop-UFJF com o grupo. Como disse um dos associados em um dos encontros: *“Esse momento tá sendo difícil para todo mundo, mas a gente tendo união e compreensão com as dores de cada um, tem nos fortalecido”*.

Com relação às dificuldades encontradas, observou-se a grande dificuldade de uso e acesso dos associados aos meios digitais e à internet. Isso impossibilitou o contato e o envolvimento nas reuniões de muitos dos membros da associação. Além disso, devido à instabilidade da internet de alguns associados, a dinâmica dos diálogos construídos nas reuniões algumas vezes se perdia ou era interrompida. Considerando ainda essa dificuldade de uso dos meios digitais, percebeu-se a participação de um número menor de associados da Trabalharte nas reuniões dos fóruns e demais eventos da Intecoop, na perspectiva contrária do que se vinha construindo com o grupo anteriormente à pandemia, que cada vez mais estava se inserindo nos espaços de mobilização e reflexão do movimento de economia solidária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período da pandemia de covid-19 está sendo desafiador para todas e todos. A experiência relatada neste trabalho revela aspectos bem particulares dos grupos de pessoas com transtornos mentais nesse cenário de incertezas. Para além de seus impactos sanitários, econômicos, políticos, sociais e psicológicos globais, a pandemia gera muitos desafios para os

movimentos de resistência e de luta contra-hegemônica por uma sociedade “melhor”, mais justa, equânime e solidária.

A pandemia veio escancarar desigualdades já antes estabelecidas e isso ficou explícito em nosso trabalho de incubação, especialmente pela dificuldade de acesso à internet e meios digitais por parte dos grupos incubados que sabemos estar, em sua grande maioria, em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica.

Outro aspecto bastante relevante foi poder observar sob nova perspectiva o quão necessária é a manutenção dos vínculos afetivos, assim como é vital o exercício da escuta e da compreensão do grupo em suas reuniões particulares e também do grupo no contexto de outros grupos da economia popular solidária.

A extensão universitária foi colocada à prova no sentido de precisar desenvolver ações a distância. A mobilização da equipe em torno de manter o trabalho com os coletivos e não deixar que se perdessem as conquistas tão exaustivamente trabalhadas até então também merece ser pontuada. Promover a inclusão social, a econômica e a cultural é dispositivo potente e gerador de identidade que ultrapassa a equipe de professores, técnicos e bolsistas formadores. O esforço em manter os grupos atuantes é um exercício que mostra aos associados o quão importantes e necessários eles são. Os sentimentos acionados nessa troca se mostraram significativos no envolvimento de todas e todos para atravessar esse período atípico.

Nesse sentido e diante do contexto que ainda vai ser estabelecido pós-covid, entendemos que a observação, a reflexão e a análise constante das metodologias empregadas no acompanhamento dos grupos são imprescindíveis para alcançar os resultados. Compreender os sentimentos, as necessidades individuais e coletivas e, principalmente, conseguir identificar o que é mais eficaz no estabelecimento e na manutenção de vínculos são habilidades que precisam ser desenvolvidas e ressignificadas o tempo todo. O tensionamento trazido pelo isolamento social mostrou que, com atenção às particularidades de cada pessoa, é possível superar parte dos problemas.

Identificamos também que é urgente, para que nosso trabalho de extensão e fomento às iniciativas populares possa continuar sendo realizado, garantir a inserção desses grupos aos meios digitais. Certamente, condições melhores de acesso são capazes de proporcionar ao grupo condições mais favoráveis de desenvolver as habilidades necessárias no uso das tecnologias e, assim, responder ainda melhor às ações propostas pela metodologia de incubação.

A pandemia impôs restrições, trouxe angústias, acentuou desigualdades. Mais uma vez, o trabalho desenvolvido pelo tripé ensino, pesquisa e extensão se fez necessário para mitigar alguns desses efeitos e trazer qualidade de vida a pessoas em situação de sofrimento e vulnerabilidade. O enfrentamento à crise sanitária não terminou, novos obstáculos certamente surgirão, mas, diante do cuidado em investigar de maneira constante as metodologias de incubação e da flexibilidade às mudanças e possibilidades, acreditamos que vamos driblar mais essa dificuldade calcados em vínculos sólidos, solidários e verdadeiros.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, F. H. C. Institucionalismo, racionalidade e solidariedade em cooperativas populares. *In*: HECKERT, S. M. R. **Cooperativismo popular: reflexões e perspectivas**. Juiz de Fora: UFJF, 2003. p. 15-58.

AMARANTE, P.; NUNES, M. de O. A reforma psiquiátrica no SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 6, p. 2067-2074, June 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018000602067&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 mai. 2021. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018236.07082018>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde mental e economia solidária: inclusão social pelo trabalho**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2005a. (Série D. Reuniões e Conferências).

BRASIL. Ministério da Saúde. **Reforma Psiquiátrica e política de Saúde Mental no Brasil**. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, novembro de 2005b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Caderno de Educação Popular e Saúde**. Brasília, DF: MS, 2007.

CORTEGOSO, A. L.; CIA, F.; LUCAS, M. G. Economia Solidária: o que é e como se relaciona com a psicologia. *In*: CORTEGOSO, A. L.; LUCAS, M. G. (org.). **Psicologia e economia solidária: interfaces e perspectivas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008. p. 25-37.

DELGADO, P. G. *Conferência de abertura: Economia solidária e Saúde Mental*. *In*: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Saúde mental e economia solidária: inclusão social pelo trabalho**. Brasília, DF: MS, 2005. p. 15-30.

FERRO, L. F. *et al.* Grupo de Convivência em Saúde Mental: perspectivas de usuários e a experiência do curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Paraná. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 146-152, 2012.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS [FORPROEX]: **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: Forproex, 2012. p. 41. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em: 5 maio 2021.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Políticas públicas de economia solidária no Brasil. *In*: França Filho, Genauto Carvalho de (Org.) et al. **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Salvador: EDUFBA; Editora da UFRGS, 2006, p. 259-268.

GHIRARDI, M. I. G. Trabalho e deficiência: as cooperativas como estratégia de inclusão social. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 49-54, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rto/article/view/13939>. Acesso em: 29 abr. 2021.

HECKERT, S. M. R. (Org.). **Cooperativismo popular: reflexões e perspectivas**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2003.

LANCMAN, S. Psicodinâmica do trabalho. In: CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. **Terapia ocupacional: fundamentação e prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. p. 271-277.

LUSSI, I. A. O. **Trabalho, reabilitação psicossocial e rede social:** concepções e relações elaboradas por usuários de serviços de saúde mental envolvidos em projetos de inserção laboral. 2009. 169 f. Tese (Doutorado em Enfermagem Psiquiátrica) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22131/tde-29102009-135550/en.php>. Acesso em: 28 abr. 2021.

MAZARO, L. M.; MATSUKURA, T. S.; LUSI, I. A. de O. Solidarity economy as a social inclusion strategy through work in the field of mental health: national overview. **Cad. Bras. Ter. Ocup.**, São Carlos, v. 28, n. 1, p. 127-146, mar. 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S252689102020000100127&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 5 maio 2021.

MENDES, S. M. D. O. **Saúde Mental e Trabalho:** Transversalidade das Políticas e o Caso de Juiz de Fora. 2007. 164 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007. Disponível em: <http://repositorio.ufjf.br:8080/jspui/handle/ufjf/2890>. Acesso em: 5 maio 2021.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. **Linha-guia:** Atenção em Saúde Mental. M. E. Souza (org.). Belo Horizonte, 2006. Cap. III, IV, VI, VII, VIII. Disponível em: http://www.saude.mg.gov.br/images/anexos/linha_guia/Linha_Guia-Saude_Mental.pdf. Acesso em: 28 abr. 2021.

PACHECO, J. L. Inclusão social através do trabalho. In: CORTEGOSO, A. L.; LUCAS, M. G. (org.). **Psicologia e economia solidária:** interfaces e perspectivas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008. p. 219-224.

SANTOS, A. M.; CRUZ, A. C. M. **Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares:** interdisciplinaridade articulando ensino, pesquisa e extensão universitária. *e-cadernos CES*, n.2, p. 01-16, dez. 2008.

SARACENO, B. *Libertando identidades. Da reabilitação psicossocial à cidadania possível*. Rio de Janeiro: Editora Te Cora, 1999.

SILVA, H. G.; MOTTA, D. B. Luta Antimanicomial e Participação Social: a experiência da Associação Pró Saúde Mental Trabalharte. **Cadernos de Psicologia**, Juiz de Fora, v. 3, n. 2, p. 85-107, jan./jun. 2020.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. Prefácio. In: HECKERT, S. M. R. **Cooperativismo popular:** reflexões e perspectivas. Juiz de Fora: UFJF, 2003. p. 7-10.

TRIPP, D. **Pesquisa-ação:** uma introdução metodológica. *Educação e pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, 2005.

UFJF. UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Revitalização e fortalecimento da incubação de empreendimentos econômicos solidários do Núcleo da Economia Solidária** (NUSOL/UFJF). Juiz de Fora, 2016.

VECHI, L. G.; CHIROSIO, P. S.; PRADO, J. N. C. A inserção social pelo trabalho para pessoas com transtorno mental: uma análise de produção científica. **Rev. Psicol. Saúde**, Campo Grande, v. 9, n. 1, p. 111-123, abr. 2017. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2017000100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 27 abr. 2021. <http://dx.doi.org/10.20435/pssa.v9i1.368>.

WORLD HEALTH ORGANIZATION(a) (WHO). **Timeline of WHO's response to COVID-19**. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/detail/29-04-2021>. Acesso em: 29 abr. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION(b) (WHO). **WHO Coronavirus Disease (COVID-19) Dashboard**. Disponível em: <https://covid19.who.int/table>. Acesso em: 29 abr. 2021.

DIVERSIDADE RACIAL, COOPERATIVISMO E EMPREENDEDORISMO NEGRO

DESAFIOS DOS AFROEMPREENDEDORES NA GESTÃO DE NEGÓCIOS NO RIO DE JANEIRO

Izabel Silveira¹

Rita Afonso²

INTRODUÇÃO

Pessoas que desejam empreender precisam ter ou desenvolver habilidades e competências que são importantes para a manutenção do negócio, porém existem características pessoais que são impossíveis de serem modificadas ou aprendidas e que podem se tornar empecilhos ao ato de empreender, como a cor do dono do negócio. O Brasil é um país formado majoritariamente por pessoas negras e, segundo levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), tem sua população composta por 43,1% indivíduos autodeclarados brancos, 46,5% pardos e 9,3% pretos. Sendo assim, com a união dos pardos e pretos, tem-se que, do total da população brasileira, 55,8% é formada por negros.

Ainda que seja um país miscigenado, o Brasil carrega consigo preconceitos vindos desde os tempos da escravidão que ainda moldam a convivência em sociedade entre brancos e negros (PEREIRA, 2012). As relações sociais foram forjadas em parte por membros da burguesia e da aristocracia que, abalados com o fim da escravidão, desejavam manter o *status quo* e utilizaram o mito da democracia racial como uma armadilha ideológica para apagar o caráter estruturador que as questões raciais têm nas relações (SAMPAIO, 2013; PEIXOTO, 2013).

¹ Pós-graduanda do Laboratório de Responsabilidade Social do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Lares IE UFRJ).

² Professora da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC) da UFRJ.

A desigualdade social gerada pelo racismo possui vertentes políticas e econômicas que influenciam na tentativa do negro de se inserir no mercado de trabalho qualificado (MADEIRA; GOMES, 2018). De acordo com Rezende, Mafra e Pereira (2018), mesmo com toda a apropriação da lógica capitalista aos seus negócios, os empreendimentos criados por pessoas negras ainda representam uma forma mais autônoma de inserção no mercado de trabalho. Para Almeida (2013), a condição étnica passa a fazer parte da estratégia de mercado e os indivíduos passam a enfrentar, além das dificuldades inerentes a qualquer empreendimento no sistema capitalista, as questões de natureza étnico-raciais.

Diante das considerações apresentadas, definiu-se a seguinte questão de pesquisa: quais são os desafios enfrentados por afroempreendedores na gestão de negócios localizados na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro? Para responder tal questionamento, foram elaborados os seguintes objetivos específicos: mapear as dificuldades encontradas por pessoas negras que empreendem na região metropolitana do Rio de Janeiro e identificar as estratégias adotadas por afroempreendedores para enfrentar as barreiras em seus negócios.

Os aspectos das relações étnico-raciais no Brasil, para Oliveira, Pereira e Souza (2013), representam um obstáculo, além dos inerentes a manter um empreendimento, para os empreendedores. Portanto, uma justificativa encontrada para o presente estudo refere-se à existência de uma lacuna na produção acadêmica sobre o perfil dos afroempreendedores apontada por Paixão (2003), Oliveira e Guimarães (2006), Oliveira, Pereira e Souza (2013) e Monteiro (2013, 2017) e as dificuldades dos empreendedores negros apontada por Paixão (2003), Oliveira, Pereira e Souza (2013) e Monteiro (2013, 2017).

REFERENCIAL TEÓRICO

AFRO-BRASILEIROS

A vinda do negro para o Brasil aconteceu de forma traumática e contra sua vontade, e, após ser arrancado de seu país e de seus familiares,

foi obrigado a exercer trabalho forçado ao ser escravizado e mercantilizado por outros homens (PEREIRA, 2012).

Para Silva (2011), o argumento de que a escravidão já existia no continente africano é uma das justificativas usadas até os dias atuais para explicar a instituição do tráfico de negros para servir como mão de obra durante o período de expansão. No entanto, ainda segundo o autor, a escravidão entre os povos africanos estava relacionada às guerras entre povos rivais e não ao escravismo como um negócio.

De acordo com Quijano (2005), raça e identidade racial serviram como instrumento para a classificação social da população, codificando a relação de dominação entre conquistadores (superiores) e conquistados (inferiores) imposta pela própria conquista. Para Nascimento et al. (2015), as relações raciais possuem não apenas aspectos biológicos, mas também aspectos semânticos e sociais e através de sua discussão são evidenciadas as formas de relações de poder da sociedade.

Rezende, Mafra e Pereira (2018) afirmam que o padrão de poder mundial baseado na raça é responsabilidade da colonização europeia e que, mesmo com o fim dela, a colonialidade é utilizada como instrumento para legitimar as diferenças e as desigualdades. Para as autoras, a ideia de colonialidade retorna ao termo colonialidade do poder criado pelo sociólogo Aníbal Quijano e definido como “[...] um conceito que dá conta de um dos elementos fundantes do atual padrão de poder, a classificação social básica e universal da população do planeta em torno da ideia de ‘raça’” (QUIJANO, 2002, p. 4).

Essa colonização abriu espaço para o lócus fraturado que, segundo Rezende, Mafra e Pereira (2018), possibilita uma relação em que o colonizado vive em tensão constante entre resistência e colonialidade. Segundo Madeira e Gomes (2018), as organizações políticas do movimento negro se intensificaram a partir dos anos 70 e muitas destas formas de resistência podem ser encontradas, atualmente, nos espaços de periferia.

A discussão sobre as relações raciais no Brasil sempre foi desestimulada em função do mito da democracia racial que afirma que o país não

é racista por ser miscigenado (NASCIMENTO et al., 2015). Para Pereira (2012), em contraposição ao fato de o Brasil ser um país miscigenado, ele ainda carrega consigo sequelas do período escravocrata. De acordo com Monteiro (2017), as desigualdades estruturais entre negros e brancos se fazem presentes até os dias atuais na sociedade capitalista brasileira.

Madeira e Gomes (2018) afirmam que o negro no Brasil tem sido subjugado e violentado desde a época da escravidão e esta violência permaneceu no país mesmo após o processo de abolição para satisfazer os interesses socioeconômicos das classes ricas. De acordo com Martins e Santos (2013), a população negra é a mais pobre e discriminada da sociedade e sofre com a falta de acesso a serviços básicos, como educação e saúde, e com as péssimas condições de vida das periferias dos centros urbanos.

Para Silva (2011), as questões econômicas, políticas e culturais estão presentes desde a escravização do negro no período da expansão colonial, quando pessoas eram tratadas como mercadorias vindas em navios negreiros para serem comercializadas. Para Madeira e Gomes (2018), o racismo é uma relação que se mostra presente em questões econômicas e políticas, fazendo assim com que a raça esteja no centro das desigualdades sociais.

De acordo com Nogueira (2007, p. 292), o preconceito racial pode ser dividido entre preconceito de marca e preconceito de origem, que nos dizeres do autor são definidos como:

Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é de origem.

Segundo Rezende, Mafra e Pereira (2018), a criação da categoria raça serviu para diferenciar de forma identitária os colonizadores dos colonizados a partir de suas origens e justificar a exploração do trabalho. Essa classificação social serviu para definir o negro como pertencente de uma

raça inferior destinada a servir como escravo (SILVA, 2011). De acordo com Monteiro (2017), desde então a imagem do negro é associada à ideia de vendedor de força de trabalho desqualificada.

Com isso, as relações étnico-raciais no Brasil foram criadas a partir de um discurso que afirmava que o negro era acomodado com a sua situação de escravizado, o que o colocava, ao mesmo tempo, no papel de vítima e de culpado por suas próprias mazelas (MADEIRA; GOMES, 2018), fazendo com que os negros fossem responsabilizados pelas situações que lhes foram impostas (PEREIRA, 2012).

Para Fanon (2008), nesse momento começa a construção do sujeito colonizado baseado em discursos e práticas discriminatórias e racistas. O que, para Rezende, Mafra e Pereira (2018), é responsável por fazer com que o negro seja visto como inferior ao branco em questões sociais, econômicas e intelectuais.

Segundo Madeira e Gomes (2018), a narrativa de democracia racial no Brasil foi utilizada para que o grupo dominante pudesse usufruir de seus privilégios e lugares sociais históricos, enquanto os negros seguiam sendo inferiorizados em relação aos brancos (REZENDE; MAFRA; PEREIRA, 2018).

Em harmonia, Nogueira e Mick (2013) afirmam que um dos legados da escravidão é a cidadania negada aos negros por meio do racismo como prática social dominante em que os brancos são ligados ideologicamente aos seus privilégios. Nogueira e Mick (2013, p. 116) afirmam que “[...] o racismo estrutural é o principal obstáculo a ser superado para romper as barreiras que separam negros e brancos, quando verificamos os indicadores socioeconômicos”. Segundo Peixoto (2013), é papel do Estado facilitar a inclusão social de segmentos da sociedade que possuam dificuldade em acessar bens e serviços cotidianos através de políticas públicas elaboradas em parceria com os setores envolvidos. Contudo, ainda segundo o autor, o aprisionamento das funções estatais aos interesses dos grupos no poder da máquina pública está presente no Brasil desde a época colonial.

Para Nogueira e Mick (2013), alguns fatores foram responsáveis por dificultar a participação da força de trabalho negra na industrialização

e desenvolvimento do país desde o período pós-abolicionista, como, por exemplo: o impedimento de acesso aos postos de trabalho imposto pelos donos de meios de produção com o subsídio do Estado – responsável pela vinda de imigrantes para o país – e o fato de o acesso à educação nas escolas ser um privilégio das elites brancas.

EMPREENDEDORISMO

Segundo Fillion (1999), o campo do empreendedorismo é aquele que estuda o empreendedor, sendo entendido para o autor como a área de estudo que “[...] examina suas atividades, características, efeitos sociais e econômicos e os métodos de suporte usados para facilitar a expressão da atividade empreendedora” (p. 21).

Oliveira, Pereira e Souza (2013) afirmam que os empreendedores são os atores principais dos estudos sobre empreendedorismo e que tais estudos no Brasil devem levar em consideração o fenômeno da estratificação social do país como grande influenciador dos aspectos dessa área. Fillion (1999) afirma que economistas e comportamentalistas instituíram abordagens distintas sobre empreendedores. Para Fillion (1999), os economistas e os seguidores da escola de Schumpeter associam o empreendedor à inovação. Para esses pesquisadores, os empreendedores são indivíduos que introduzem alguma inovação e por isso têm função essencial para a manutenção do sistema econômico, sendo pessoas que percebem oportunidades e assumem riscos com o objetivo de auferir lucros (FILLION, 1999).

Segundo Souza Neto (2017), a recusa dos estudiosos da economia em aceitar modelos não quantificáveis e a dificuldade em mensurar o comportamento complexo dos empreendedores levou o campo de estudos sobre empreendedorismo a se voltar para o universo dos comportamentalistas. Para Fillion (1999) e Souza Neto (2017), o primeiro autor a dar contribuições a essa linha teórica foi David McClelland. As pesquisas de McClelland e dos comportamentalistas atribuem características comuns aos empreendedores e dizem que esses indivíduos são motivados pela necessidade de realização

(FILLION, 1999). Para Souza Neto (2017), foi constatado por eles que há a influência de valores de determinada sociedade e de determinadas culturas no comportamento dos empreendedores. De acordo com Souza Neto (2017), a ação empreendedora possui papel fundamental no crescimento e na prosperidade econômica dos países. De acordo com Oliveira, Pereira e Souza (2013), os empreendedores são o símbolo do sucesso capitalista por terem sido capazes de vencer as barreiras socioeconômicas para estabelecer negócios lucrativos.

Em harmonia, Oliveira e Guimarães (2006) afirmam que algumas diferenças entre empreendedores com negócios bem-sucedidos e aqueles que haviam fechado suas empresas estavam relacionadas não só à experiência prévia no ramo da atividade, mas também a características como “[...] capacidade de construir redes de relacionamentos, capacidade de inovar e visualizar uma oportunidade de negócio, capacidade e habilidade para lidar com as incertezas de mercado, principalmente a concorrência acirrada e as dificuldades de acesso ao crédito” (p. 18). De acordo com Oliveira, Pereira e Souza (2013), as relações sociais e as políticas estatais são fontes de recursos necessários para viabilização de empreendimentos e por isso têm papel importante no desenvolvimento do empreendedor. Oliveira e Guimarães (2006) identificaram que políticas públicas de incentivos a novos negócios e a existência de agências de suporte influenciam no aumento da taxa de fundação de novas empresas.

Fillion (1999, p. 20) afirmou que “[...] empreendedores involuntários tendem a optar pelo auto emprego, mas não são empreendedores no sentido geralmente aceito do termo. Criam uma atividade de negócio, mas não são movidos pelo aspecto da inovação”. Para o autor, esses empreendedores são pessoas que, ao se depararem com o desemprego, foram forçadas a criar suas próprias oportunidades de inserção no mercado.

Já na visão de Souza Neto (2017), esses empreendedores “vira-dores” são sobreviventes que não se enquadram nas teorias estabelecidas para o estudo dos empreendedores nem constituíram grandes fortunas. Os empreendedores não nascem prontos, contudo são capazes

de sobreviver criando soluções criativas de acordo com suas aptidões, inserindo-se numa entre as teorias econômicas e comportamentais (SOUZA NETO, 2017).

Segundo Monteiro (2017), certas características individuais humanas são valorizadas como atributos importantes do empreendedor pela literatura organizacional, como a confiança em si mesmo, saber aproveitar as oportunidades, autoestima, autorrealização, assumir riscos, conhecer o ramo do negócio, ser perseverante, organizar, tomar decisões, saber liderar e iniciativa. Ainda segundo o autor, mesmo que a experiência humana diga que algumas características tenham papel fundamental na decisão de uma pessoa a se dedicar aos negócios, pesquisas das áreas da Administração, Psicologia e Ciências Sociais mostram que fatores passíveis de serem aprendidos ou desenvolvidos fazem parte das características atribuídas aos empreendedores.

Barretto (2013) afirma que a valorização da capacitação empreendedora tem mostrado que a educação formal é componente importante para diminuir desigualdades no mercado de trabalho. Em consonância, Monteiro (2017) afirma que as chances de sobrevivência dos empreendimentos no mercado estão associadas ao investimento em educação formal e treinamento por parte dos empresários.

Para Oliveira, Pereira e Souza (2013), o perfil do empreendedor está associado com a assunção moderada de riscos, criatividade e capacidade de criar soluções inovadoras, contudo essas características não provêm apenas de uma questão individual, tendo como base também as relações sociais e as políticas estatais do ambiente no qual está inserido. Monteiro (2017) afirma que a articulação sistêmica de fatores econômicos, políticos, tecnológicos e socioculturais é capaz de influenciar um indivíduo a empreender e explica a organização do trabalho dentro da sociedade.

Ainda de acordo com Oliveira, Pereira e Souza (2013), mesmo que os estudos sejam focados na figura do empreendedor, não devem deslocar o fenômeno do empreendedorismo do contexto social no qual está inserido. Contudo, no Brasil, para as autoras, algumas categorias sociais são

negligenciadas nas pesquisas sobre o tema, principalmente as que envolvem questões étnicas e raciais.

AFROEMPREENDEDORISMO

Para Nogueira e Mick (2013), a história dos negros como empreendedores teve seu início enquanto se findava o sistema escravista, e no momento da chegada da família real portuguesa no Brasil já havia mais de 400 mil negros livres e libertos que “[...] constituíam significativa parcela dos artesãos, comerciantes e prestadores de serviços especializados. As quitandeiras são um exemplo, documentado na rica iconografia do fim do império” (p. 102). Monteiro (2013) afirma que os empresários e empreendedores negros apresentam valor social, econômico e estratégico fundamental para o desenvolvimento do Brasil.

Segundo Nogueira e Mick (2013), mesmo com a abolição do trabalho escravo e o começo do trabalho assalariado, os negros não deixaram de ser vistos apenas como uma força de trabalho que não atingiria a posição de empresários e empreendedores dentro do sistema capitalista. Além disso, segundo Sampaio (2013), o negro foi visto como dado ao ócio e incapaz de se adequar às relações de trabalho do novo sistema vigente.

De acordo com Monteiro (2017), o início das empresas afro-brasileiras se deu com os negros livres que trabalhavam como artesãos e pequenos empreendedores que inicialmente exerciam suas funções nos centros das grandes cidades e posteriormente foram deslocados das atividades mais qualificadas e para regiões periféricas, o que aumentou até mesmo a dificuldade de circulação das mercadorias produzidas.

Segundo Almeida (2013), o empreendedor negro sempre estará cercado por questões que transcendem a lógica puramente capitalista, tendo em vista que, dentro do mercado étnico, os produtos e serviços entregues cumprem também a função da valorização da identidade de alguma minoria social. Em consonância, Monteiro (2013) afirma que as empresas

têm não só a função de gerar lucros, como também de difundir a visão de mundo e valores sociais.

Para Martins e Santos (2013), os empresários negros apresentam necessidades específicas em função da formação histórica do negro no país. De acordo com Monteiro (2013), ao negro recém liberto não foi permitido o acesso à educação, o que dificultou seu ingresso aos postos de trabalho que eram disputados com os trabalhadores europeus.

Peixoto (2013) afirma que as relações raciais têm uma função estruturadora nas relações sociais e nos papéis desempenhados por brancos e negros na sociedade brasileira. Segundo Paixão (2003), o mito da democracia racial foi utilizado como forma de camuflar o racismo estrutural presente nas relações sociais e dificultou a criação de políticas públicas voltadas à plena integração do antigo escravizado na sociedade.

Monteiro (2013) afirma que o negro foi deixado a própria sorte após a abolição da escravidão e que por isso se viu obrigado a aceitar o subemprego e o trabalho mal remunerado. Para Nogueira e Mick (2013), os intelectuais que ajudaram a confirmar o mito preconceituoso da baixa habilidade para o trabalho dos negros criaram uma forma sistêmica de exclusão social. As falsas descobertas científicas sobre a superioridade da raça branca serviram também para forjar a imagem e valores negativos atribuídos à população negra (MONTEIRO, 2017).

Para Oliveira, Pereira e Souza (2013), mesmo a população brasileira sendo formada majoritariamente por negros, a maior parte dos estudos sobre empreendedorismo analisa as características da sociedade sem levar em consideração as questões étnicas. Para Monteiro (2013), ainda que conquiste a posição de patrão de si mesmo, o negro empreendedor precisa lidar com a desconfiança de clientes e fornecedores que muitas vezes é pautada no mito da baixa capacidade intelectual e desqualificação da pessoa negra.

Paixão (2003), Monteiro (2013, 2017) e Oliveira, Pereira e Souza (2013) concluíram que as questões étnicas formam um obstáculo a mais para os empreendedores negros em suas relações com fornecedores, clientes

e concorrentes, mesmo com domínio técnico profissional do setor em que atuam e educação formal que os capacite a ser bom gestores de seu negócio.

Para Thobias Junior (2013), a ideia de que o crédito está disponível para todos os donos de negócio, independente da raça ou gênero, tem se mostrado cada vez mais incoerente com a realidade. Nos dizeres do autor, no caso dos negros, grupo historicamente tido como intelectualmente inferior, a possibilidade de obtenção de crédito se torna ainda mais difícil.

Segundo Monteiro (2013), os negros que procuravam obter créditos no mercado acreditavam que, além das altas taxas de juros e da burocracia inerente ao processo, o preconceito racial também se fazia presente. De acordo com Oliveira, Pereira e Souza (2013), a questão étnica faz com que os empreendedores negros tenham que lidar não apenas com as dificuldades inerentes à manutenção de um negócio, mas também com barreiras à obtenção de recursos financeiros e nos processos de gestão de seus negócios.

Segundo Paixão (2003), o racismo cordial brasileiro, camuflado pela democracia racial, coloca diversas dificuldades no caminho do empreendedorismo negro. Para Monteiro (2017), o mito da democracia racial é fortemente propagado dentro da sociedade e, apesar de serem muitas vezes sutis, as atitudes preconceituosas não poupam o empresário negro de ter que administrar também o racismo.

Degen (1989 apud MONTEIRO, 2017) afirmou que, dentre os fatores inibidores do empreendedorismo, três são de suma importância na análise do empreendedorismo afro-brasileiro: a imagem social, o capital social e a disposição para assumir riscos.

De acordo com Monteiro (2017), a imagem social é um inibidor para o empreendedorismo na medida em que as pessoas tendem a se acostumar com a posição que ocupam em seus respectivos trabalhos e “[...] tornar-se empreendedor significa romper com tais situações confortáveis, muitas vezes adquiridas ao longo de anos de trabalho” (p. 167). No caso do negro, sua imagem social foi construída baseada em preconceito, discriminação racial e estereótipos de que não é capaz de ocupar posições de patrão e

consumidor de força de trabalho, sendo visto apenas como operário e mão de obra pouco ou nada qualificada (MONTEIRO, 2017).

Já o capital social, para Monteiro (2017), está associado à visão de mundo composta por crenças e valores de um determinado grupo ou segmento que é construída pelas agências de socialização, como a escola e os livros didáticos, dentro de determinado contexto social e que são muitas vezes responsáveis por aproximar ou afastar os indivíduos de atividades laborais. Para o negro, o capital social atua como um inibidor ao empreendedorismo porque em seu convívio dentro das agências de socialização o negro dificilmente tem sua imagem representada por atividades qualificadas ou empreendedoras, sendo esses papéis comumente representados por pessoas brancas (MONTEIRO, 2017).

Segundo Monteiro (2017, p. 171), os negros têm disposição para assumir riscos inerentes à atividade empreendedora, contudo, os empreendedores negros, além de lidar com os riscos e custos materiais envolvidos no negócio, trazem consigo os custos emocionais vindos do conjunto de valores, mitos e estereótipos sociais e por isso “[...] o racismo e o preconceito destroem a autoconfiança e são poderosos inibidores da vontade e da disposição de correr riscos, mesmo que calculado, enfim, da vontade de empreender”.

O contexto social e econômico brasileiro, de acordo com Monteiro (2017), exige que a população negra empreendedora se associe para estabelecer estratégias de ação social organizadas e impulsionar a criação de políticas públicas quando necessário. Para Paixão (2003), assim como a população negra de forma ampla, os empreendedores negros também não foram alvo de políticas públicas que visassem desenvolver suas condições socioeconômicas.

Para Fillion (1999), os empreendedores integram, assimilam e interpretam as culturas, necessidades e hábitos da região na qual estão inseridos, sendo condutores e modificadores da cultura regional. O autor acrescenta que, mesmo na era eletrônica, os relacionamentos entre empreendedores e a população em geral, no nível regional, geralmente refletem a cultura de suas

comunidades. De acordo com Truzzi e Sacomano (2007), as redes de contato têm relação com a economia étnica, já que, dentro das comunidades em que possuem alto capital social, os atores podem ter acesso a informações, recursos e apoio dos membros para desenvolvimento de seus negócios.

Para Nogueira e Mick (2013), o direito à educação formal escolar foi retirado dos negros recém libertos, bloqueando o acesso dos negros a posições de maior remuneração e gerando vulnerabilidade nessa população que, na falta de melhores oportunidades, se viu obrigada a se sujeitar à precarização de sua força de trabalho. Para Barretto (2013), independente do setor da atividade econômica, a educação é fundamental para a manutenção dos negócios.

De acordo com Monteiro (2017), micro, pequenos e médios empresários constituem grupos de baixa formação formal e, mesmo que a possuam, a formação prática e o conhecimento da atividade desenvolvida são fundamentais na decisão de empreender. Além da educação, o autor ressalta a importância do associativismo.

Os empresários e empreendedores negros, ao formarem associações com profissionais de diversos setores da economia, buscam garantir que seus negócios sejam economicamente viáveis, mas também juntar forças para lutar contra os desafios impostos pelo racismo (MONTEIRO, 2013). Para Barretto (2013), os negros têm formado associações de empreendedores como forma de lutar de forma unida contra as dificuldades impostas pelo racismo e possibilitando assim a abertura de portas no mercado.

De acordo com Monteiro (2017), através da união da comunidade afro-brasileira, podem ser criadas associações de empresários negros locais, articulações regionais e nacional. Para o autor, o empreendedorismo negro, mais do que ser uma forma de desenvolvimento econômico para o Brasil, é uma maneira de desenvolver o povo negro, ampliando as oportunidades de emprego e elevando a autoestima para essa parte da população que sempre teve sua força de trabalho e intelectualidade desvalorizadas.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa descritiva e qualitativa, as técnicas de coleta foram pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas (GIL, 2002). Afroempreendedores e empreendedores negros são considerados sinônimos e foram definidos como pessoas que se declararam pretas ou pardas que são trabalhadores por conta própria ou empregadores independentemente do setor de atuação, da formalização e tamanho de seus negócios.

Os entrevistados foram numericamente identificados de acordo com a ordem em que as entrevistas foram realizadas. As entrevistas de número 1, 2, 11 e 12 foram realizadas com fomentadores do empreendedorismo negro, enquanto as entrevistas do número 3 ao 10 e 13 foram realizadas com afroempreendedores de diversas áreas, conforme Tabela 1.

Tabela1 – Afroempreendedores participantes da pesquisa.

Quem	Área de atuação	Idade do negócio	Sócio(s)	Funcionário(s)
Entrevistado 3	Moda	6 anos	Sim	Não
Entrevistado 4	Educação financeira	4 anos	Sim	Sim
Entrevistado 5	Companhia de dança	8 anos	Sim	Não
Entrevistado 6	Educação tecnológica informal	1 ano	Sim	Não
Entrevistado 7	Produção cultural	2 anos	Sim	Não
Entrevistado 8	Recrutamento e seleção	1 ano	Sim	Sim
Entrevistado 9	Moda	3 anos	Sim	Não
Entrevistado 10	Produtos infantis	7 anos	Sim	Sim
Entrevistado 13	Consultoria	3 anos	Não	Sim

Fonte: elaboração própria.

Foram realizadas 9 entrevistas com 9 afroempreendedores, sendo 5 mulheres e 4 homens que se autodeclararam negros ou pretos e com idades

entre 22 e 60 anos. Todos eram moradores dos municípios do Rio de Janeiro e Niterói e com negócios localizados no município do Rio de Janeiro.

Todos os entrevistados possuíam negócios formalizados e apenas o Entrevistado 13 não possuía um ou mais sócios. Foram escolhidos participantes com negócios em áreas de atuação diversas e apenas os Entrevistados 3 e 9 pertencem ao mesmo ramo. Já no que tange ao grau de instrução, todos possuíam ao menos o ensino médio completo, sendo que 3 possuíam ensino superior incompleto, 5 já haviam cursado algum tipo de pós-graduação e 1 estava com pós-graduação em andamento.

Os entrevistados 1, 2, 11 e 12 são fomentadores que possuem papel de conectar os empreendedores a oportunidades de trabalho, cursos de aperfeiçoamento de suas habilidades técnicas, além do apoio às atividades de gestão de seus negócios.

Para definir o número de entrevistas necessárias para responder o problema de pesquisa, foi utilizado o ponto de saturação (THIRY-CHERQUES, 2009). Os instrumentos de pesquisa utilizados foram dois roteiros de entrevistas semiestruturados, sendo um para afroempreendedores e outro para fomentadores. As entrevistas, com duração média de 1h30, foram realizadas pessoal e individualmente.

Após a realização das entrevistas, feitas no período de dezembro de 2019 a março de 2020, foram realizadas as transcrições literais das gravações que foram codificadas e categorizadas, considerando cada uma das entrevistas separadamente, com auxílio do *software* ATLAS.ti.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

DIFICULDADES PARA EMPREENDER

As dificuldades enfrentadas pelos afroempreendedores se apresentavam de formas diversas, mas sempre circundando dois temas específicos:

atividades intrínsecas à gestão do negócio e relacionamento com os atores-chave. O preconceito racial de origem, conforme definido por Nogueira (2007), mostrou ter poder para ditar as relações dentro e fora dos negócios, estando presente desde o momento da fundação das empresas e dando a cor do dono à empresa. Os negócios liderados por pessoas negras são administrados dentro do mesmo sistema dos negócios de pessoas não negras, porém a questão racial aparece como um inibidor e uma dificuldade a mais a ser superada (PAIXÃO, 2003; OLIVEIRA; PEREIRA; SOUZA, 2013; MONTEIRO, 2017). A questão histórica e social que levou à criação das identidades de raça no Brasil tem que ser gerida cotidianamente pelos empreendedores e pode ocorrer de forma implícita ou explícita (PAIXÃO, 2003; QUIJANO, 2005).

ACESSO A INFORMAÇÕES

Características desenhadas historicamente como a falta de exemplos familiares e a dificuldade (e, no período imediatamente após a abolição da escravidão, a impossibilidade) de acesso à educação formal mostram suas consequências até os dias atuais. A dificuldade de gestão dos negócios se mostrou presente no desempenho de atividades cotidianas como a emissão de notas fiscais, e também, em alguns casos, ajudou a trilhar os rumos do negócio por existir desde o momento de fundação por falta de conhecimento das vantagens e desvantagens dentre os tipos de empresas existentes no momento da formalização do negócio.

Ter acesso a informações sobre formas de organização de negócios e sobre a necessidade de declarar imposto de renda é um dos desafios que os afroempreendedores enfrentam por falta de conhecimento. Além disso, algumas noções sobre ferramentas e processos de gestão de negócios que no primeiro momento são tidas como de conhecimento comum e básico para muitos cidadãos que pensam em empreender podem não ser se o gestor do negócio não tiver acesso a esses conhecimentos específicos por meio de instituições de ensino nem tiver exemplos de outros empreendedores na família ou próximos.

FALTA DE CREDIBILIDADE

Mesmo quando se apresentavam como responsáveis pelos negócios e mostravam a viabilidade da empresa, os afroempreendedores percebiam que eram constantemente convocados a provar suas capacidades enquanto gestores.

De acordo com Monteiro (2013) e Oliveira, Pereira e Souza (2013), a questão étnica é um empecilho a mais nas relações estabelecidas entre afroempreendedores e seus clientes, fornecedores e funcionários e pode acarretar maiores dificuldades na gestão do negócio e para obtenção de crédito no mercado. Portanto, a necessidade de reafirmar o seu papel de empreendedor é constante devido aos diversos casos de tentativa de tirar a legitimidade de gestor do negócio mesmo entre colaboradores da própria empresa que não viam o líder do negócio como capaz de estar naquela posição.

Além de lidar com a falta de credibilidade no seu papel enquanto empreendedor vinda até mesmo de parceiros internos, é preciso estabelecer relacionamentos interpessoais muitas vezes agressivos com o público externo para garantir que o seu papel de líder organizacional seja visto e respeitado. Sendo necessário reafirmar várias vezes seu papel enquanto líder do negócio e sobre a seriedade de suas empresas.

A necessidade de reforçar suas capacidades e seu lugar de dono de negócio frente aos outros está associada à imagem e ao capital social conforme defendido por Monteiro (2017). Por não terem a sua imagem associada ao papel de empreendedores, os negros donos de negócios, quando colocados em situações de acordos e negociações comerciais, precisam lidar com a desconfiança vinda de seus interlocutores.

VISÃO SOBRE O DONO EM VEZ DO NEGÓCIO

Outra consequência encontrada pelos afroempreendedores por não corresponderem ao perfil tido como adequado de dono de negócios é o impacto que essa visão estereotipada causa na maneira como as pessoas

enxergam suas empresas. Os negócios geridos por pessoas negras não são lidos como negócios sérios e capazes de gerar lucros, são vistos como projetos temporários ou movimentos sociais e que precisam de ajuda:

As pessoas brancas elas vêm sempre como se elas estivesse te fazendo um favor e você fosse um pobre coitado... E é o que mais me deixa desconfortável. E aí é o que eu falei que às vezes precisa dar carteirada né? Você precisa mostrar a sua capacidade toda hora, se não às vezes gritar que você é capaz de fazer e sempre, é engraçado tipo “ah tadinha né? Ah pobrezinha, pobre coitada que faz no trabalho assim. Vamos fazer uma ciranda aqui e circular para te ajudar”. (Entrevistado 5, 2019, informação verbal)

A imagem social de pessoas negras e os estereótipos que afastam o negro do papel de um empreendedor de sucesso, conforme afirmado por Thobias Junior (2013) e Monteiro (2017), fizeram com que a busca por uma parceria social fosse associada a um pedido de ajuda. Sendo assim, a dificuldade para conseguir parcerias foge do aspecto puramente econômico e passa a estar associada com a visão que se tem sobre o empreendedor e não sobre o empreendimento.

ACESSO AO CRÉDITO

No cotidiano dos afroempreendedores, essa imagem social se mostrou presente quando tentavam obter empréstimos ou investimentos com instituições bancárias ou mesmo de fomento ao empreendedorismo. Se torna necessário que eles não apenas provem a capacidade de seus negócios, mas que estejam constantemente provando suas capacidades intelectuais.

Mesmo após comprovar ter todas as capacidades técnicas necessárias para a obtenção de um investimento, ainda existem questões subjetivas que podem dificultar o acesso ao crédito. Para Thobias Junior (2013) outra questão que dificulta o acesso ao crédito por parte dos empreendedores negros é o fato de os negros terem sido historicamente marginalizados dentro da sociedade. Essa visão estereotipada leva a situações constrangedoras dentro de instituições bancárias, conforme os relatos abaixo:

Todas as dificuldades que eu enfrento têm a ver com o fato de eu ser uma empreendedora negra e ter um negócio que é preto, né? A primeira dificuldade que enfrentei foi para abrir conta no banco é porque a gerente me disse que a conta seria aberta em dois dias e a gente levou quase dois meses e no final assim ela disse que tava demorando porque gente como eu geralmente usa essas contas e a máquina de cartão de crédito para substituição. (Entrevistado 10, 2019, informação verbal)

Na busca por ter o seu negócio dentro de uma sociedade que vive sob um mito que afirma que o Brasil não é um país racista (PAIXÃO, 2003; MONTEIRO, 2017), afroempreendedores precisam lidar com a desconfiância vinda até mesmo de pessoas que deveriam fazer o julgamento de seus negócios de forma objetiva e não com base na imagem do dono, como no caso das instituições financeiras. Assim, como afirmado por Monteiro (2013), Oliveira, Pereira e Souza (2013) e Thobias Junior (2013), a dificuldade do acesso ao crédito vivenciada pelos afroempreendedores entrevistados também mostrou que pode estar baseada no preconceito racial.

Isso faz com que ainda percebam a necessidade de produzir mais para atender as mudanças que ocorrem sazonalmente em seus negócios, pode encontrada como barreira a dificuldade de acesso ao crédito. Dificuldade essa que vai além das capacidades técnicas e relacionais do gestor do negócio, como defendido por Oliveira e Guimarães (2006), Oliveira, Pereira e Souza (2013) e Monteiro (2013), mas sim por questões externas do sistema social e financeiro que dificultam o acesso de empreendedores negros ao crédito.

Thobias Junior (2013) afirma que o negro até pouco tempo atrás era impedido de ter terras e isso influencia na capacidade atual dos empreendedores negros de oferecerem garantias quando vão buscar crédito no mercado. Além do mais, ainda segundo o autor, outro fator que dificulta o acesso ao crédito por parte dos afroempreendedores é a imagem social do negro como incapaz intelectualmente.

ESTRATÉGIAS PARA A MANUTENÇÃO DOS NEGÓCIOS

Com todos os desafios enfrentados, foi necessária a adoção de estratégias que permitissem a manutenção dos negócios. Ainda que essas atividades não sejam realizadas com esse objetivo especificamente, foi possível inferir que algumas medidas eram comumente utilizadas pelos afroempreendedores como forma de gerir ou melhorar seus negócios, sendo elas: participar de programas de incubação ou aceleração de negócios, estudar mais sobre a atividade fim, ferramentas de gestão, formar redes e aprender com seus próprios erros ou com pares empresariais e a celebração da imagem do negro.

PROGRAMAS DE ACELERAÇÃO E INCUBAÇÃO

A participação em programas de aceleração e incubação de empresas mostrou ser uma estratégia para obter conhecimentos técnicos de gestão e estar em contato com outros atores-chave do mercado.

Oliveira e Guimarães (2006), Monteiro (2013) e Thobias Junior (2013) apontam a importância das agências de suporte para o início e manutenção das atividades empreendedoras, tendo essas instituições função de auxílio e acompanhamento das empresas criadas por meio de um profissional de gestão para ajudar com as demandas de implementação e consolidação das empresas. Através dessas oportunidades, os empreendedores puderam ter acesso a ferramentas de gestão e contabilidade, noções sobre o mercado em que atuam e técnicas para causar o crescimento de seus negócios.

Os empreendedores usaram essas agências para entender mais sobre os seus negócios e assim ter mais clareza para tomar decisões de gestão. A busca por mais conhecimento com auxílio de instituições e pela educação formal também é um aspecto apontado por Barretto (2013), Nogueira e Mick (2013) e Monteiro (2017) como diferencial para os empreendedores de sucesso. Para além da educação, essas agências também

podem fornecer suporte que pode modificar a trajetória de um negócio, como a possibilidade de utilizar equipamentos dessas instituições de fomento e o apoio de profissionais experientes em gestão para auxiliar na implementação de ideias para os negócios, ajudando os afroempreendedores a lidar com o medo de falhar.

Esse medo de errar corrobora o que foi apontado por Fanon (2008), que afirmou que, caso um profissional negro cometesse algum erro, era o seu fim, assim como seria o fim para todos os outros profissionais negros. Ficou evidenciado que a importância das instituições de suporte foi percebida não apenas pela necessidade de continuar estudando e se mantendo atualizado sobre ferramentas de gestão, mas também por ir ao encontro da vontade dos negros de assumir riscos que é muitas vezes podada por inibidores do empreendedorismo baseado em mitos e estereótipos sociais que fazem o negro não se sentir preparado, estimulado e confiante para empreender, em consonância com Monteiro (2017).

FORMAÇÃO DE REDES DE RELACIONAMENTO

As redes de relacionamento mostraram-se importantes não apenas como possibilidades de obtenção de indicações para novas parcerias, divulgação de serviços e produtos e soluções de questões relacionadas ao negócio, mas também como forma de união entre negócios que se complementam ou para barganhar no mercado.

Para Oliveira e Guimarães (2006), a capacidade de criar redes de relacionamentos comerciais é uma das principais diferenças entre empreendedores com negócios em atividades daqueles com negócios encerrados. Para Truzzi e Sacomano (2007), as redes interorganizacionais dentro da economia étnica têm como característica o fato de os seus líderes compartilharem estratégias para lidar com adversidades vindas do ambiente, proporcionando acesso à ajuda mútua e assistência. Portanto, a utilização dessas redes tem uma função inclusive de ferramenta gerencial mais dinâmica e ágil para a solução de problemas.

Ainda que tenha sido defendida na literatura a importância de formação de redes entre empreendedores (OLIVEIRA; GUIMARÃES, 2006; TRUZZI; SACOMANO, 2007; MONTEIRO, 2013, 2017), os afroempreendedores pesquisados mostram entender a importância e poder das redes, contudo contrariam, em parte, a teoria ao mostrar a importância da participação de grupos de forma mais informal ou esporádica e sem a necessária institucionalização destes.

As redes, ainda que não sejam completamente organizadas formalmente, mostraram-se capazes de cumprir sua função. Seja com participação constante ou de maneira pontual, os afroempreendedores mostraram compreender o poder de estar em redes de relacionamentos comerciais e como eram úteis para o desenvolvimento dos negócios de todos os envolvidos.

Assim como afirmado por Paixão (2003), foi apontado pelos entrevistados que uma das formas de conseguir aumentar a quantidade de negros empreendedores seria com a utilização de projetos e programas estatais que facilitassem o acesso de novos empreendedores e que possibilitassem a manutenção dos negócios dos negros no mercado, porém a capacidade de mudança estatal foi tida como lenta e a união de pessoas negras da sociedade civil seria a responsável por uma mudança de forma mais rápida e duradoura.

O papel das empresas e do Estado na mudança do cenário não foi descartado, contudo as pessoas negras foram tidas como principais atores e agentes de mudança para a situação atual do empreendedorismo negro. De acordo com Oliveira, Pereira e Souza (2013), as relações sociais e as políticas estatais têm a capacidade de ser fonte de recursos e aspirações para os empreendedores. No entanto, para Peixoto (2013), o aparato estatal é utilizado como forma de atender o interesse das elites e manter o *status quo*.

BUSCA POR CONHECIMENTO

Para Barretto (2013), o associativismo é ainda mais benéfico para grupos historicamente discriminados por permitir abrir portas no

mercado. Com isso, aprender com outros empreendedores que fazem parte de uma mesma rede de relacionamentos entre empreendedores, sejam eles do mesmo ramo de atuação ou não, ou ainda empreendedores com mais experiência de mercado tem se mostrado uma estratégia eficiente para utilização das redes e dos recursos que elas proporcionam.

Trabalhar coletivamente para construção e manutenção de negócios se mostrou eficaz até mesmo para modificar a visão que os afroempreendedores tinham sobre eles mesmos. A capacidade de se adaptar às mudanças no cenário esteve presente em muitas das falas dos participantes que mostraram vontade de aprender também com os próprios erros e fazer disso uma estratégia para a manutenção dos negócios em atividade.

Assim, a falta de conhecimento de gestão foi superada pela vontade de manter o seu negócio em funcionamento. Para Barretto (2013), o grau de escolaridade e constante atualização sobre as técnicas eficientes de gestão são atributos que influenciam na sobrevivência de uma empresa. Segundo Thobias Junior (2013), as habilidades necessárias a um empreendedor podem ser aprendidas e por isso é necessário que os afroempreendedores estejam sempre buscando desenvolver seus conhecimentos técnicos para conseguir superar desafios, e essa busca pode inclusive indicar a necessidade de buscar auxílio de profissionais de áreas específicas de gestão de negócios, como contadores e advogados.

SER PRETO É MANEIRO

Ainda que não tenha sido um aspecto diretamente apontado na literatura revisada, foi relatado por diversos entrevistados que uma das estratégias adotadas por alguns afroempreendedores era a promoção da celebração da imagem do negro ou trazer à tona a ideia de que “ser preto é maneiro”. Os negócios gerenciados por pessoas negras mostraram ter um papel fundamental no desenvolvimento de uma autoestima e sensação de pertencimento das pessoas negras.

Mesmo que inicialmente os negócios não tenham necessariamente esse propósito, o poder da representatividade dos afroempreendedores e das suas empresas se mostrou presente em relatos sobre o próprio negócio ou sobre outras empresas:

A Feira Preta é um bom lugar para gente ver isso, a gente vê que os negócios são todos pensando a gente, né? São todos pensando questão racial, por mais que um negócio não se propõe a isso no fim das contas o discurso desse negócio é tipo “ser preto é maneiro” sabe? Falando de um jeito muito superficial assim... tô pensando até em numa marca assim a Yolo, não sei se você conhece, é uma... tem a festa Yolo e eles têm uma marca de roupa e o discurso da marca é “somos urbanos, somos bonitos, somos potentes”, mas é uma marca feita por um cara preto para pessoas pretas de periferia que tem um estilo específico que veste pessoas pretas. Então, o que ele tá dizendo é “somos pessoas pretas potentes” né? Ele não tá dizendo só “somos pretos”. (Entrevistado 10, 2019, informação verbal).

Quando a gente consegue... quando a gente trabalha com educação a gente sabe que daqui a 10 anos essas meninas negras que passaram por aqui, elas não vão aceitar muita coisa que a gente teve que aceitar por falta de conhecimento às vezes, sabe? [...] Agora a gente dentro dessa, do micro ao macro, a gente consegue se pagar, a gente consegue comprar com os nossos, a gente consegue fortalecer o trabalho das pessoas negras, o empreendedorismo negro, as organizações independentes movimentadas por pessoas negras e isso para acontecer também precisa de todo um trabalho de educação que o [nome da empresa] também tá tentando fazer, né? Para que daqui alguns anos, daqui algumas décadas seja um pouco menos doloroso pra gente. (Entrevistado 7, 2019, informação verbal).

Mas sou eu que lido com eles e isso eu que lido com o público também e as pessoas, o público da [nome da empresa] em si, nossos alunos, eles... eu sinto que ele se sente muito à vontade em me ver ali como um exemplo para eles, sabe? Então já ouvi isso de alguns alunos meus alunos, ex-alunos meus que eles acreditam que o fato de eu tá ali na frente tá mostrando para eles é possível, deu muita força pra eles para eles continuarem porque eles não acreditavam. Então são pessoas incríveis, potencial incríveis que talvez a gente, talvez eles pudesse tá numa outra situação se de repente não fosse eu. (Entrevistado 6, 2019, informação verbal).

As empresas passam, portanto, a ter um papel educacional e de formação de pessoas com a maior noção crítica sobre a realidade histórica, social e cultural na qual estão inseridos os afro-brasileiros.

Logo, a estratégia de produzir um discurso de promoção do povo negro tornou-se uma ferramenta que consegue fazer com que o negócio se promova financeiramente, criando marcas que se tornam referência nesse sentido e que também possam ajudar na promoção de valores sociais. Através de seus negócios, os afroempreendedores levam para o conhecimento do público questões da história do negro e se tornam fonte de inspiração ao provar que o negro pode ser dono de empresas em qualquer ramo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ato de empreender é o mesmo para pessoas negras e não negras, porém as vivências históricas e a visão que a sociedade tem das primeiras não podem ser excluídas da análise de seus perfis enquanto empreendedores e da análise de seus negócios. O preconceito racial mostrou estar presente direta ou indiretamente nos desafios enfrentados pelos afroempreendedores.

Os aspectos sociais e raciais presentes no cotidiano dos afroempreendedores não foram completos inibidores da atividade empreendedora e os empreendedores negros mostraram-se dispostos a buscar estratégias que viabilizassem a manutenção de seus negócios, através de auxílio de terceiros e instituições e com a criação de parcerias.

A questão racial passa, portanto, por todos os aspectos estudados, sendo um desafio e uma estratégia. Desafio, porque é mais uma barreira a ser ultrapassada. Estratégia a partir do momento em que esses empresários se apropriam de suas características raciais como forma de promover seus negócios e criar alianças e parcerias. Passa então a ser uma característica dos empreendimentos feitos por pessoas negras porque elas não conseguem desassociar sua cor de seus negócios mesmo sendo empresas desenvolvidas

dentro das regras do mercado e sem ter como objetivo a promoção desse grupo étnico ou ter como público-alvo apenas pessoas negras.

Pode-se perceber que uma das dificuldades enfrentadas por afroempreendedores estava associada ao fato de terem os seus negócios descredibilizados e tidos como movimentos sociais e não empresas. Portanto, estudos futuros podem explorar negócios de empresários negros que têm por objetivo causar impacto social na população negra, através da promoção da cultura e história afro-brasileira. Outros aspecto passível de estudos futuros são os negócios que almejam de alguma forma levar o acesso à educação, cultura e arte, apontando suas principais diferenças e similaridades em relação aos negócios de pessoas negras e os negócios geridos por pessoas não negras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. S. M. Consumo e identidade: a produção para o consumo a partir dos insights dos empresários negros. In: NOGUEIRA, J. C. (org.). *Desenvolvimento e empreendedorismo afro-brasileiro: desafios históricos e perspectivas para o século 21*. Florianópolis: Atilênde, 2013. p. 241-274.

BARRETO, L. A força dos negros no empreendedorismo. In: NOGUEIRA, J. C. (org.). *Desenvolvimento e empreendedorismo afro-brasileiro: desafios históricos e perspectivas para o século 21*. Florianópolis: Atilênde, 2013a. p. 35-60.

BARRETTO, L. Sebrae. In: NOGUEIRA, J. C. (org.). *Desenvolvimento e empreendedorismo afro-brasileiro: desafios históricos e perspectivas para o século 21*. Florianópolis: Atilênde, 2013. p. 5-10.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. Tradução de Maria Leticia Galizzi e Paulo Luz Moreira. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 6-28, 1999.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. *Análise dos resultados do GEM 2017 por raça/cor*. Curitiba: IBQP, 2017. Disponível em: https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2018/08/GEM-An%C3%A1lise-por-ra%C3%A7a_cor-2017.pdf. Acesso em: 3 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Características Gerais dos Moradores 2012-2018 e Características Gerais 2018*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/fd031c76b642dc0012_eaa56c8ead7841.pdf. Acesso em: 3 jun. 2019.

MADEIRA, Z.; GOMES, D. D. O. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 133, p. 463-479, 2018.

MARTINS, J. C. B.; SANTOS, A. Um marco para a construção de uma política nacional para os empreendedores afro-brasileiros In: NOGUEIRA, J. C. (org.). *Desenvolvimento e empreendedorismo afro-brasileiro: desafios históricos e perspectivas para o século 21*. Florianópolis: Atilênde, 2013. p. 17-26.

MONTEIRO, J. A. A formação e a ação coletiva do empresariado afro-brasileiro: processos e desafios. In: NOGUEIRA, J. C. (org.). *Desenvolvimento e empreendedorismo afro-brasileiro: desafios históricos e perspectivas para o século 21*. Florianópolis: Atilênde, 2013. p. 61-96.

MONTEIRO, J. A. *O Empresário Negro: Trajetórias de Sucesso em Busca da Afirmação Social*. 2. ed. Porto Alegre: SimpLissimo, 2017.

NASCIMENTO, M. C. R. *et al.* Com que Cor Eu Vou pro Shopping que Você me Convidou? *Revista de Administração Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 19, 3. ed. esp., art. 1, p. 245-268, out. 2015.

NOGUEIRA, J. C.; MICK, J. Desenvolvimento, empreendedorismo e promoção da igualdade racial. In: NOGUEIRA, J. C. (org.). *Desenvolvimento e empreendedorismo afro-brasileiro: desafios históricos e perspectivas para o século 21*. Florianópolis: Atilênde, 2013. p. 97-122.

NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo Social*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 287-308, jun. 2007.

OLIVEIRA, D. C.; GUIMARÃES, L. O. Perfil empreendedor e ações de apoio ao empreendedorismo: o NAE/Sebrae em questão. *Revista Economia & Gestão da PUC Minas*, Belo Horizonte, v. 6, n. 13, 2006.

OLIVEIRA, J. S.; PEREIRA, J. A.; SOUZA, M. C. D. Empreendedorismo, cultura e diversidade: a participação dos empreendedores negros nas atividades empreendedoras no Brasil no período de 1990 a 2008. *Contextus: Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, [S. l.], v. 11, n. 2, 2013.

PAIXÃO, M. J. P. *Destino manifesto: estudo sobre o perfil familiar, social e econômico dos empreendedores/as afro-brasileiros/as dos anos 1990*. [Brasília, DF:] Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2003.

PEIXOTO, E. Pobreza rural, desenvolvimento territorial, cadeias produtivas e comunidades quilombolas. In: NOGUEIRA, J. C. (org.). *Desenvolvimento e empreendedorismo afro-brasileiro: desafios históricos e perspectivas para o século 21*. Florianópolis: Atilênde, 2013. p. 179-240.

PEREIRA, O. A dor da cor: Reflexões sobre o papel do negro no Brasil. *Cadernos Imbondeiro*, João Pessoa, v. 2, n. 1, 2012.

QUIJANO, A. Colonialidade, poder, globalização e democracia. *Novos Rumos*, Marília, ano 17, n. 37, p. 4-28, 2002.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. LANDER, E. (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-Americanas, Buenos Aires, p. 107-130, 2005.

REZENDE, A. F.; MAFRA, F. L. N.; PEREIRA, J. J. Empreendedorismo negro e salões étnicos: possibilidades de resistências na (re)construção social da identidade negra. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 25, n. 87, p. 589-609, dez. 2018.

SAMPAIO, E. Subdesenvolvimento e exclusão racial: a questão da mão de obra em Formação Econômica do Brasil e seus efeitos sobre as políticas de desenvolvimento brasileiras. In: NOGUEIRA, J. C. (org.). *Desenvolvimento e empreendedorismo afro-brasileiro: desafios históricos e perspectivas para o século 21*. Florianópolis: Atilênde, 2013. p. 123-168.

SILVA, S. R. A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola. *Revista NERA*, São Paulo, v. 14, n. 19, p. 73-89, jul./dez. 2011.

SOUZA NETO, B de. *Contribuição e elementos para um metamodelo empreendedor brasileiro: o empreendedorismo de necessidade do "virador"*. 2. ed. São Paulo: Blucher, 2017.

THIRY-CHERQUES, H. R. Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento. *Revista PMKT*, São Paulo, n. 3, p. 20-27, 2009.

THOBIAS JUNIOR, A. C. A democratização do crédito e a participação dos afroempreendedores. In: NOGUEIRA, J. C. (org.). *Desenvolvimento e empreendedorismo afro-brasileiro: desafios históricos e perspectivas para o século 21*. Florianópolis: Atilênde, 2013. p. 275-294.

TRUZZI, M. S. O.; SACOMANO, M. N. Economia e empreendedorismo étnico: balanço histórico da experiência paulista. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 47, n. 2, p. 1-12, jun. 2007.

VOZES NEGRAS: AS PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO AFROEMPREENDEDORISMO NO YOUTUBE POR MEIO DO FUNDO DE APOIO AOS CRIADORES DE CONTEÚDO NEGRO

Ana Carolina Moraes dos Santos³

Juarez Tadeu de Paula Xavier⁴

INTRODUÇÃO

Nos anos 2000, ações como os Pontos de Cultura e o programa ACESSA SP possibilitaram que jovens afrodescentes se apropriassem de equipamentos e ferramentas digitais para produzir conteúdo, conectar capitais e construir uma narrativa contemporânea de combate à discriminação racial. Além da difusão de informações antirracistas, percebeu-se uma oportunidade de geração de trabalho e renda a partir das redes sociais. A economia criativa é um setor que se baseia em insumos imateriais e possui “mídias” como uma de suas vertentes. Desta forma, a internet formou um mercado de trabalho próprio. Hoje 39% dos criadores de conteúdo se autodeclaram como negros.

As redes sociais ganharam mais destaque para publicidade e entretenimento durante a pandemia de covid-19. No último ano, o YouTube lançou um fundo para apoiar criadores de conteúdo negros na plataforma, o Fundo Vozes Negras. Com recursos de US\$ 100 milhões, a iniciativa vai

³ Jornalista e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp), faz parte do Núcleo de Estudos e Observações sobre Economia Criativa (NeoCriativa), no qual pesquisa sobre afroempreendedorismo.

⁴ Jornalista, professor universitário e vice-diretor da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (Faac) da Unesp, coordenador do NeoCriativa.

investir na infraestrutura, preparação e qualificação de criadores do Brasil, África do Sul, Austrália, Estados Unidos, Nigéria, Quênia e Reino Unido. Esta experiência pode ser uma oportunidade para fortalecer empreendedores criativos que trabalham com a internet.

Este artigo analisa o Fundo Vozes Negras do YouTube como uma ferramenta para formação e geração de trabalho e de renda nas redes sociais, refletindo sobre as perspectivas pós-pandemia para o empreendedorismo negro nesta rede. Compreendemos o afroempreendedorismo na internet a partir de três dimensões: como fábula, a narrativa é de que as redes sociais são inclusivas e há espaços para todos; como perversidade, observa-se que, apesar da participação no mercado, criadores negros recebem menos por publicidades e suas participações tendem a estar limitadas às campanhas sobre diversidade e raça; como possibilidade está o potencial de articulação para o combate à discriminação racial e a melhoria de condição de vida da população negra, por meio do empreendedorismo na economia criativa.

EMPREENDEDORISMO COMO FÁBULA

De acordo com o sociólogo Milton Santos (2000), é possível compreender o mundo a partir de três perspectivas: da fábula, da perversidade e da possibilidade. Esta é uma das ideias centrais do livro *Por uma outra globalização* e atenta para os impactos possíveis de um fenômeno, como a globalização e as mudanças decorrentes deste modelo, na sociedade. Há uma intencionalidade por trás de cada movimento e ela é quem constrói a narrativa para aqueles que se beneficiam ou quem vive os prejuízos.

Para compreender o empreendedorismo na leitura de Milton Santos, é preciso entender como esse setor pode ser explicado dentro das três dimensões. Primeiro, o empreendedorismo como fábula. Fábula, segundo Santos (2000), é a realidade como ela é contada. Neste sentido, perceber o empreendedorismo a partir desse enfoque é reconhecer um aspecto implementado por uma lógica liberal, que tomou conta da narrativa comum nas grandes mídias e que ocupa grande parte do senso comum na sociedade.

A ideia disseminada por Hayek (1990) de que os trabalhadores têm um alto grau de independência e autonomia e que são responsáveis diretos pelo seu sucesso ou fracasso foi absorvida pela mídia tradicional que, desde o começo dos anos 1990, tem pautado as discussões sobre a política econômica no Brasil sob a égide do liberalismo.

A fábula construída pelos liberais e disseminada pelos jornais é contraposta com a segunda dimensão de Santos: a perversidade, o mundo como ele é. Observamos que, na prática, o empreendedorismo não é acessível. Empreender demanda conhecimentos técnicos sobre gestão – de negócios, projetos, processos, da parte financeira – e contabilidade, por exemplo. Os investimentos são parte fundamental para começar um negócio e é preciso considerar também o período que o empreendimento leva para, de fato, começar a gerar lucros.

Para a população negra, excluída do mercado de trabalho, o empreendedorismo não é uma escolha individual. Muitas vezes, empreender é a única chance de gerar trabalho e renda para essas pessoas. As mulheres negras foram obrigadas, devido às dificuldades de inserção e/ou recolocação no mercado de trabalho, a empreender sem base técnica para tal; fizeram da necessidade uma fonte de geração de renda sem saber que estavam empreendendo. Importante observar que esta é a forma de sustento mínimo dessas famílias, e não uma ferramenta de ascensão social para essas mulheres.

A terceira dimensão trazida por Milton Santos é a possibilidade: o mundo como ele pode ser. Essa compreensão nos traz a leitura de que o empreendedorismo e a economia criativa podem ser uma forma de redução das desigualdades com o aporte, fomento e manutenção desses arranjos por meio de políticas públicas. Não é possível pensar que essas mulheres possam construir condições de vida melhores para si sem políticas voltadas a este setor, qualificando a estrutura de trabalho, capacitando profissionalmente e potencializando os rendimentos desse setor. É fundamental entender que os esforços por parte do Estado para auxiliar os empreendedores são suficientes na geração de emprego e renda para essas pessoas, sem que seja

necessário abrir mais postos de trabalho ou “flexibilizar as leis trabalhistas” para gerar mais empregos – como gostam de destacar os liberais e sua visão perversa do mundo.

Consideramos que há uma intersecção entre os temas empreendedorismo, economia criativa e afroempreendedorismo. Para compreendê-la, trouxemos uma breve explicação de cada tema a seguir. De modo geral, essa intersecção ocorre da seguinte forma: identificamos que a economia criativa é um território muito fértil para que as pessoas negras, pobres e residentes dos bairros acêntricos possam driblar as adversidades do mercado de trabalho e conseguir uma forma de geração de renda. Essa atividade, muitas vezes, é percebida como empreendedora, ainda que o arranjo produtivo local não seja formalizado. Quando direcionamos o olhar aos arranjos produtivos locais de pessoas negras, observamos que estes arranjos buscam, além da renda, o resgate da ancestralidade e cultura, além da mobilização para a transformação social.

O termo empreendedorismo pode ser definido, segundo Joseph A. Schumpeter, como uma forma de desenvolvimento econômico por meio da inovação. Esta conceituação, que surge na década de 1940, é apresentada no livro *Capitalismo, socialismo e democracia* e é também a base da compreensão sobre o tema utilizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a principal instituição brasileira de apoio ao empreendedor. A instituição foi formada em 1972, vinculada ao governo federal, mas se tornou independente e privada em 1990. Esse período é marcado pela abertura da conta de capital no país, seguindo o modelo estabelecido no Consenso de Washington, que prezava por reformas tributárias, livre-comércio, privatização de estatais e desregulamentação, direcionando, desta forma, a economia brasileira para uma menor presença estatal e queda na arrecadação sobre as grandes empresas.

As pesquisas mais antigas sobre o empreendedorismo no Brasil datam do início dos anos 2000. No relatório do Global Entrepreneurship Monitor (GEM) daquele ano, por exemplo, o Brasil é destacado como um dos países com maior índice de crescimento do setor – ocupava o primeiro

lugar dentre os países pesquisados com alto número de empresas nascentes (12,3%), à frente dos Estados Unidos e da Austrália. Interessante pontuar que a hipótese desta pesquisa era de que o empreendedorismo impulsionava o crescimento econômico do país e que, na prática, não se confirmava no Brasil. Apesar da expressiva presença da atividade empreendedora, verificada por meio dos resultados, o PIB do país era o penúltimo da lista dos participantes do estudo (acima apenas da Índia). O relatório concluiu que o Brasil é uma exceção à hipótese, uma vez que a economia brasileira tinha forte influência agrícola, com tendência a ter bolsões de atividades produtivas locais intensas em algumas áreas geográficas ou em setores econômicos específicos (GEM, 2000).

A economia criativa se caracteriza como um setor que está baseado em insumos imateriais para geração de trabalho e renda. De acordo com o relatório de Economia Criativa da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, 2010), a atividade econômica na criatividade resulta da articulação de quatro capitais – social, cultural, humano e estrutural ou institucional – para determinar o crescimento da atividade, ou o capital criativo. O setor traz referências econômicas para as artes criativas e cênicas, os arranjos patrimoniais e culturais e os artistas da música, a fim de proporcionar uma organização econômica para o setor e identificar as cadeias produtivas, perfil dos consumidores e a atuação do governo. Ela está dividida em quatro vertentes: música, mídias, inovação técnica e patrimônio cultural material e imaterial. Importante ressaltar que a economia criativa pode ser encarada como alternativa para um desenvolvimento orientada às pessoas – e não aos lucros – somente quando há a intenção de transformar a realidade. Por mobilizar ideias, o setor possui um potencial de transformação social intrínseco a ele: possibilita que artistas, artesãos, cozinheiros, comunicadores e músicos trabalhem de forma autônoma, em lugares e de modos diversos. Sem intencionalidade, a economia criativa se torna mais um setor para o mercado.

O afroempreendedorismo, por sua vez, pode ser simplesmente compreendido como o empreendedorismo praticado pelos negros. Para a comunicadora e doutoranda Taís Oliveira (2019), o afroempreendedorismo

pode estar inserido dentro da economia étnica, modelo definido como a ação conjunta de pessoas pertencentes a um mesmo grupo étnico para geração de trabalho e renda. Em sua pesquisa de mestrado *Redes sociais na internet e a economia étnica: um estudo sobre o afroempreendedorismo no Brasil*, a pesquisadora atenta para a possibilidade de uma nova economia e da importância do afroempreendedorismo para a comunidade negra, seja para resgatar as origens, seja para tentar suprir carências sociais ou do Estado.

Para a pesquisa, compreendemos o afroempreendedorismo dentro da economia criativa como uma manifestação que busca resgatar a ancestralidade e trabalhar com a cultura negra. Em um primeiro momento, o objetivo do empreendimento é a geração de renda e trabalho, para a sobrevivência da comunidade; entretanto, esse motivo não está descolado da ambição de transformar a realidade em que se vive. Empreender por necessidade não é uma prática nova para a população negra. As primeiras iniciativas afroempreendedoras remontam do tempo da escravidão. Atividades como a culinária, o comércio de panos e sabão, a expressão artístico-musical, a produção e a comercialização de balaio eram desenvolvidas por negros libertos entre os séculos XVII e XIX (FREYRE, 2003). Todas as práticas citadas se encaixam em uma das quatro vertentes da economia criativa.

AFROEMPREENDEDORISMO NA INTERNET

No século XXI, o principal fator que impulsionou o afroempreendedorismo foi a promoção de políticas específicas para a população negra. Em 2003, o Governo Federal instituiu a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, cujo objetivo principal era a redução das desigualdades de raça. O texto previa o fomento à adoção de políticas de reserva de vagas para pessoas negras nas universidades e no mercado de trabalho e à inclusão de programas de diversidade racial nas empresas, entre outras medidas. A manutenção destas políticas no começo da década de 2010, por meio de documentos como o Estatuto da Igualdade Racial, favoreceu o debate

sobre empreendedorismo negro como alternativa para gerar trabalho e renda. Ainda assim, à época, verificou-se a necessidade de formulação de uma agenda de ações para promover o afroempreendedorismo no Brasil (NOGUEIRA; MICK, 2013).

Um dado interessante sobre este período é o crescimento no número de empreendedores negros. Segundo o levantamento do DataSebrae, entre 2001 e 2014, a quantidade de negros empreendedores subiu 8%. O dado foi baseado na plataforma Portal do Empreendedor do Governo Federal. Ainda de acordo com a pesquisa, em 2014, 51% (12,8 milhões) dos empreendedores se autodeclaravam como negros. Em 2018, mais de 51 milhões de brasileiros eram empreendedores, conforme os resultados da pesquisa da GEM no Brasil.

Mas afirmar que os negros são maioria entre os empreendedores não significa que, na prática, esses empreendimentos sejam sustentáveis. Um levantamento do GEM, realizado pelo Sebrae em 2017, apontava que 38,8% dos pequenos negócios eram geridos por negros. De acordo com a empresa brasileira Boa Vista SCPC, 96,5% das falências de 2018 são de pequenas empresas. A partir desses dados, é possível estabelecer a relação de que, como a maior parte dos pequenos negócios são geridos por pessoas negras e o maior índice de falência ocorre entre micro e pequenas empresas, os negócios que mais vão à falência são os de pessoas negras.

A fábula do empreendedorismo foi vitoriosa enquanto narrativa dominante na mídia hegemônica com a ideia de que abrir o próprio negócio é a única possibilidade para prosperar no mercado de trabalho e que todas as pessoas são capazes de empreender. “A máquina ideológica que sustenta as ações preponderantes da atualidade é feita de peças que se alimentam mutuamente e põem em movimento os elementos essenciais à continuidade do sistema” (SANTOS, 2000, p. 9). Seguindo a lógica capitalista, existem mecanismos que não só sustentam a desigualdade, como retroalimentam narrativas universalizantes de prática que demandam aprimoramento técnico e conhecimento específico e são mascaradas por discursos meritocráticos e generalistas. Essa narrativa reforça estereótipos e contribui

com a responsabilização do indivíduo pelo fracasso, por desconsiderar o contexto de cada empreendedor. O contexto revela a perversidade desta compreensão. Os dados citados anteriormente nos mostram que a maior parte dos micro e pequenos empreendedores brasileiros era formada por empreendedores negros e que a maior parte das empresas falidas em 2018 era de pequeno porte. Esta perspectiva camufla a competitividade do atual estágio do capitalismo ao mesmo tempo que desumaniza as pessoas e os processos envolvidos no ato de empreender (SANTOS, 2000).

Ao desconsiderar as condições nas quais os negros empreendem, desconsidera-se também a desigualdade – de gênero, classe e raça – e os desafios da população negra no Brasil. Daí, pode-se dizer que a prática empreendedora para a população negra expõe o racismo, mesmo quando esta não é a intenção do arranjo. O racismo e a discriminação colocaram a população negra em posições de desvantagens e era previsível que, no empreendedorismo, a situação dos negros fosse desigual.

O YOUTUBE E O FUNDO VOZES NEGRAS

Criado em fevereiro de 2005, o YouTube é uma plataforma de compartilhamento de vídeos com sede na Califórnia, Estados Unidos. A plataforma foi adquirida pela Google em 2006 e, desde então, faz parte dos serviços disponibilizados pela corporação. A rede tem como missão “dar a todos uma voz e revelar o mundo”, conforme consta no *site*, e seus valores são: liberdade de expressão, direito à informação, direito à oportunidade e liberdade para pertencer. Atualmente o YouTube possui mais de 2 bilhões de usuários e está presente em mais de 100 países.

Em outubro de 2020, o YouTube lançou o Fundo Vozes Negras, uma iniciativa para apoiar e dar mais visibilidade para profissionais negros que estão na plataforma em todo mundo. Foram selecionados criadores negros de conteúdo do Brasil, África do Sul, Austrália, Estados Unidos, Nigéria, Quênia e Reino Unido. O valor total do investimento é de US\$ 100 milhões e, de acordo com a plataforma, este recurso está dedicado a amplificar e

desenvolver vozes e histórias negras. Esta iniciativa prevê o trabalho do YouTube em colaboração com os criadores ao longo dos próximos meses, como um suporte para ajudá-los a prosperar na plataforma e um valor de financiamento para investir na estrutura do canal, além da participação em programas de *networking* e treinamentos.

Do Brasil, 35 pessoas foram selecionadas. “Nosso objetivo é apresentar narrativas inovadoras que enfatizem o poder intelectual, autenticidade, dignidade e alegria das vozes negras, bem como educar o público sobre a justiça racial”, declarou Bibiana Leite, diretora de desenvolvimento de parcerias de conteúdo no YouTube e líder do programa *#YouTubeBlack* no Brasil sobre o Fundo Vozes Negras. De acordo com a plataforma, a expectativa é manter o fundo ativo por pelo menos três anos e investir em mais de 500 criadores em todo o mundo.

METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa está baseada no livro *Pesquisa em Comunicação*, de Maria Immacolata Vassalo Lopes, que compreende a pesquisa como um processo de aprofundamento das instâncias e fases dos estudos. A professora divide o desenvolvimento da pesquisa em quatro instâncias cujas operações estão diretamente relacionadas entre suas instâncias e dialogam com suas fases (LOPES, 1990). A escolha dessa metodologia partiu da necessidade de compreender os aspectos sociais do tema e do sujeito. Além da sistematização bruta dos dados sobre a realidade da população negra no Brasil, há a preocupação em valorizar a existência e as percepções (sobre si e sobre o mundo) dos afroempreendedores brasileiros.

Para isso, partimos da reflexão epistemológica sobre raça e empreendedorismo para compreender de que forma o racismo afeta os empreendedores negros. Essa parte foi abordada no tópico anterior, na qual debatemos sobre o empreendedorismo a partir da perspectiva de Milton Santos sobre a fábula, a perversidade e a possibilidade. Com essa observação, seguimos para uma análise mais empírica sobre a realidade dos empreendedores

negros no Brasil a partir dos dados das pesquisas *Empreendedorismo Negro no Brasil 2019* e “Black Influence: um retrato dos creators pretos do Brasil”; a primeira pesquisa fornece informações atuais sobre a realidade dos afroempreendedores no país e a segunda traz o recorte de gênero e raça para os diálogos sobre o mercado da influência.

A partir da análise dessas duas pesquisas, buscamos identificar três criadoras negras de conteúdo que representassem os dados indicados pelos estudos e fossem contempladas pelo Fundo Vozes Negras para monitorar o reflexo deste apoio em seus canais/empreendimentos. Cabe destacar que compreendemos o afroempreendedorismo como uma prática empreendedora dentro da economia criativa, uma vez que objetiva a geração de trabalho, renda e transformação social por meio das vertentes de mídia, música, patrimônio material e imaterial e inovação técnica. Os resultados apresentados neste artigo são parciais, pois o período de análise (de fevereiro a abril de 2021) corresponde aos meses iniciais do Fundo Vozes Negras.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com dados do levantamento *Empreendedorismo Negro no Brasil 2019*, realizado pelo Instituto Feira Preta, as mulheres negras são maioria entre os afroempreendedores – representavam 52% deste total. Pessoas com idades entre 30 e 39 anos e 18 e 29 anos se destacaram como os principais grupos etários de afroempreendedores, com 34,7% e 33,9%, respectivamente. Outros dados revelados pela pesquisa mostram que 48,6% dos empreendedores negros possuem o ensino médio completo e 31,1% possuem o ensino superior completo, a maior parte (37%) dos afroempreendedores tem rendimentos entre R\$ 2.000,00 e R\$ 4.999,00.

A pesquisa trouxe também os perfis dos empreendedores negros, com as seguintes características:

- Por necessidade, que corresponde a 46% dos participantes da pesquisa e é qualificado como pessoas que têm dificuldade de acesso

ao mercado de trabalho, o apoio de familiares e amigos para iniciar o negócio e a existência de barreiras para se reconhecerem como empreendedores.

- Por vocação, representando 51% dos entrevistados, e é definido pela familiaridade com a atividade e o desejo de ser autônomo, a necessidade de mostrar valor do próprio trabalho dissociado da luta contra o racismo e a percepção de oportunidade.
- Engajado, correspondente a 29% dos afroempreendedores entrevistados e caracterizado pela identificação com a atividade, a vontade de empreender combinada a posturas e ações antirracistas, e se destaca por se autodenominar como afroempreendedor.

Entre os perfis mapeados pelo estudo, os engajados são os que estão mais formalizados (64%), possuem o controle financeiro do negócio separado das finanças da casa (64%) e são maioria (39%) entre os afroempreendedores que já tiveram crédito negado sem explicação. No perfil de afroempreendedores por vocação, possuem 61% de empreendedores formalizados.

Para compreender a configuração do afroempreendedorismo nas redes sociais, utilizamos a pesquisa “Black Influence: um retrato dos creators pretos do Brasil”, realizada pela consultoria Black Influence, o *site Mundo Negro*, e as consultorias YouPix, Squid e Sharp. O objetivo da pesquisa é entender as interseccionalidades do mercado de influência no país, compreendendo a representatividade e diversidade deste setor.

A pesquisa revelou que 39% dos criadores de conteúdo participantes do estudo se autodeclararam como negros (22% são pardos e 17% são pretos). Apesar da presença expressiva, o estudo indicou que os criadores negros de conteúdo são mais contratados para abordar temas relacionadas a questões de raça. Além disso, a pesquisa mostrou que influenciadores pretos recebem, em média, 12% a menos que o influenciadores brancos – com relação aos pardos, a diferença é de 18%. Entre as conclusões elencadas pelas consultorias, estão: o racismo como elemento que mais motiva ataques de ódio

recebidos pelos criadores; influenciadores pretos são menos contratados por marcas para publicidade (principal fonte de renda dos criadores de conteúdo); e há uma significativa diferença na remuneração por publicidade entre criadores não-brancos e brancos, ainda que o engajamento das redes sociais seja similar.

As duas pesquisas trazem perspectivas similares sobre as condições nas quais as pessoas negras empreendem, seja em negócios físicos ou na internet, compreendendo a atuação do criador de conteúdo como uma forma de trabalho dentro da economia criativa, no vetor das mídias. As dificuldades para começar o próprio negócio, para a manutenção dos empreendimentos e a forma como o racismo afeta o desenvolvimento do negócio reforçam que, na prática, os negros estão em posições de desvantagens no mercado. Para o sociólogo Clóvis Moura (1988), existem mecanismos históricos que explicam o imobilismo social do negro no mercado de trabalho. Segundo Moura (1988, p. 44), “[...] a situação do negro no mercado de trabalho demonstra a existência de mecanismos estratégicos que são manipulados pelas classes dominantes racistas para mantê-lo nos últimos estratos da sociedade”. Assim, podemos compreender as práticas de diferenciação de cachês entre criadores brancos e não-brancos e a contratação de influenciadores negros para falar sobre temáticas raciais como manifestações do racismo estrutural, que mantém criadores pretos e pardos em patamares inferiores dentro deste setor.

OS CAPITAIS DE BOURDIEU

Em uma sociedade hierarquizada, os gostos e preferência dos sujeitos são moldados pela influência dos capitais social, cultural, econômico e simbólico, afirma Pierre Bourdieu. Este complexo pensamento foi apresentado em uma das principais obras do sociólogo, chamada *A Distinção: crítica social do julgamento*. Bourdieu aponta que há interdependência de diversos arranjos, de ordem material e simbólica, para determinar a posição

social ocupada por cada grupo. Nesse sentido, é preciso ter para ser ou o sujeito só é o que é por ter o que tem.

No texto “A escola conservadora”, Bourdieu (2013a) destaca como a escola enquanto instituição de ensino opera como um mecanismo de manutenção da ordem e de certo imobilismo social. O autor pontua que o capital cultural – transmitido das famílias às crianças – é um indicador de êxito nas escolas nos primeiros anos de vida. Entende-se como capital cultural o conhecimento formal reconhecido (com o diploma, por exemplo). Essa “herança” familiar varia de acordo com a classe social dos pais e ajuda a compreender as desigualdades da sociedade. Isso porque, quando a família tem origem em classes dominantes e nas elites, o contato e a percepção cultural tendem a se manifestar de uma forma mais presente. Por consequência, o conhecimento de mundo transmitido às crianças tende a ser mais simples entre as famílias mais pobres e o próprio referencial cultural da criança, menor. Para Bourdieu, entender essa diferença é fundamental para compreender o capital cultural como um condicionante para o acesso ao segundo grau e ao ensino superior pelo sujeito. No artigo de Bourdieu, ele explica essa ideia por meio do exemplo de crianças que nascem em famílias economicamente favorecidas, que tendem a frequentar, desde cedo, teatros, cinemas, ter contato com outras línguas, enquanto crianças de famílias pobres terão esse contato muito depois (se é que terão acesso aos equipamentos culturais); desta forma, essas referências tendem a facilitar a formação intelectual dessas crianças (ricas), e colocar os filhos de trabalhadores e operários em desvantagem frente a elas.

A referência à cultura exemplifica a relação entre capital e poder. Na prática, esse ativo está sendo acumulado (capitalizado) para marcar uma posição de destaque na sociedade. A mesma leitura pode ser aplicada aos demais capitais. No caso do capital econômico, o que está em jogo são os recursos materiais, a renda e as propriedades; o capital social diz respeito às relações sociais que podem garantir algum ganho pessoal – indicações, influências, prestígio –; o simbólico, por fim, é aquele que garante o *status*, a honra e os privilégios sociais. Logo, a junção ou a ausência dos capitais, sejam eles herdados ou obtidos, é o que designa o lugar ocupado por grupos

ou sujeitos nas estruturas sociais e preserva o estilo de vida e as oportunidades de ascensão social.

A leitura de Bourdieu sobre as hierarquias na sociedade, os grupos sociais e seus comportamentos e a influência dos capitais dentro de cada grupo revela a profundidade das desigualdades sociais para além da realidade. Em “Capital simbólico e classes sociais”, texto escrito para a revista *L’Arc*, o autor defende que a ideia de classes sociais precisa superar a dicotomia objetivista-subjetivista. Partindo das reflexões de Weber, Bourdieu afirma que, para uma leitura social adequada, é necessário integrar “[...] a verdade parcial captada pelo conhecimento objetivo e a verdade própria da experiência primeira como desconhecimento (mais ou menos permanente e total) dessa verdade” (BOURDIEU, 2013b, p. 113). Isso porque o sociólogo compreende que a realidade social possui uma dimensão objetiva – física, caracterizada por aquilo que podemos medir e distribuir – e outra subjetiva – marcada pelas percepções que fazemos sobre os indicadores objetivos e o que eles representam na sociedade. Neste contexto, o capital simbólico é o elemento que reveste os registros de poder (econômico) – como propriedades, títulos de nobreza e de ensino superior, conforme apresenta o autor – de certo encantamento – descrito por autor como esnobismo.

É importante notar que Bourdieu (2013b) destaca o capital simbólico como resultado da percepção acerca das relações sociais. No campo da subjetividade, este elemento figura como um marcador de quem é e de quem não é sujeito na sociedade por atribuir mecanismos de distinção aos recursos físicos (capital econômico). Cabe aqui uma breve reflexão sobre a forma como Frantz Fanon percebe o racismo. O psiquiatra pontua que as diferenciações raciais são oriundas da percepção sobre o outro, de forma que os brancos, ao não se perceberem como sujeitos racializados, criam diferenciações para inferiorizá-los – nas palavras do autor, “[...] é o racista que cria o inferiorizado” (FANON, 2008, p. 90). Assim como Bourdieu, guardando as devidas proporções para a comparação, este pensamento de Fanon também traz a compreensão sobre marcadores objetivos (cor) e subjetivos (raça) para uma percepção total sobre a realidade, cujo objetivo é restringir o sujeito a um locus social.

As questões de classe e de raça são mais do que um indicador social: elas compõem parte fundamental de um imaginário coletivo sobre a realidade social, capaz de determinar e de justificar as condições – de acumulação ou de ausência de recursos – dos indivíduos. A junção da leitura objetiva e subjetiva assimila o modo de existência desses indivíduos e ser negro ou ser pobre deixa de ser entendido apenas como a cor da pele ou a situação econômica ao contemplar, também, percepções sobre como vivem esses grupos.

A RALÉ DOS NOVOS ESCRAVOS

A ralé brasileira é o grupo social equivalente aos novos escravos. As favelas e regiões acêntricas nas cidades são as senzalas modernas (SOUZA, 2009). A ralé é formada majoritariamente por pessoas pretas e pardas, descendentes dos negros escravizados entre os séculos XVI e XIX, que vive em condições similares aos seus antecessores no período da escravidão. Os dados apresentados no capítulo anterior, sobre a realidade das mulheres negras, corroboram essa afirmativa. Souza (2009, p. 122) apresenta que essa classe compõe um terço da população brasileira e está “[...] abaixo dos princípios de dignidade e expressivismo, condenada a ser, portanto, apenas ‘corpo’ mal pago e explorado, e por conta disso é objetivamente desprezada e não reconhecida por todas as outras classes que compõem nossa sociedade”. Para esse não-conhecimento, o sociólogo destaca a influência da ideologia do mérito como um mecanismo de individualizar e responsabilizar os sujeitos por suas condições de vida, considerando as diferenças de capitais que moldam os estados sociais das classes brasileiras.

O que queremos dizer é que os capitais – econômico, social e cultural – são herdados por sangue e simbolicamente entre as gerações e contribuem para a estruturação, de modo fixo, das hierarquias sociais brasileiras. Desta forma, a representação dessa herança de capitais é manifestada, na prática, não só por meio do prestígio e reconhecimento social, mas também pelas possibilidades de apreensão de conhecimento útil. Quem não “herda” esses capitais – a ralé dos novos escravos – é responsabilizado individualmente

por esse fracasso, uma vez que o sujeito não “fez por merecer” o seu *status* – no caso, o não-*status*.

A questão racial aprofunda ainda mais as tensões sociais. O racismo é um produto do discurso supremacista moderno – conforme apresentamos nas reflexões do primeiro capítulo desta pesquisa – e também opera como um mecanismo de quem vive e de quem não vive. Além da questão da classe social, que é caracterizada pelo discurso meritocrático daqueles que nasceram sem a herança dos capitais (econômico, social e cultural), existe o racismo como um elemento decisivo para a marcação da existência dos corpos da ralé brasileira – nessa lógica, quanto mais preto, mais repugnante é a existência. Esse pensamento forma a base da necropolítica brasileira que historicamente instituiu políticas para impedir a inserção do negro na sociedade formal do país – desde as leis que antecederam a abolição da escravidão até as estratégias do imobilismo social de Moura (1988).

PERIFERIA DIGITAL: AS PERSPECTIVAS PARA OS CRIADORES NEGROS DE CONTEÚDO NA INTERNET

A partir da reflexão teórica sobre o racismo, o empreendedorismo e da análise das pesquisas sobre o empreendedorismo negro no Brasil e o perfil dos criadores negros de conteúdo na internet, selecionamos três influenciadoras negras que trabalham no YouTube e representam os perfis indicados pela pesquisa do Instituto Feira Preta. Além de identificar as características de cada perfil, buscamos influenciadoras mulheres (por serem maioria no mercado da influência), negras e jovens (por serem o grupo etário com maior número de empreendedores tanto na pesquisa da Feira Preta quanto no levantamento da Black Influence), que foram contempladas pelo Fundo Vozes Negras do YouTube, possuem mais de 100 mil seguidores no YouTube e mantêm uma produção constante para a plataforma. As informações apresentadas sobre quantidade de inscritos e visualizações em vídeos foram extraídas em 7 de maio de 2021.

Como o perfil de afroempreendedorismo por necessidade, está o de Luci Gonçalves, carioca de 22 anos, favelada, que está na plataforma desde 2012. Em seus vídeos, Luci fala sobre suas experiências como mulher, negra, pobre, moradora da periferia do Rio de Janeiro e bissexual, traz conteúdo sobre moda, autocuidado e comportamento. Seu canal foi criado como um espaço de expressão, abordando sua transição capital. Atualmente, seu canal possui 297 mil inscritos. Consideramos que ela tem o perfil da empreendedora negra por necessidade porque ela narra em vários vídeos sobre a dificuldade de acessar o mercado de trabalho, conta sobre as experiências trabalhando como autônoma (maquiadora) e, até hoje, conta com o apoio e a parceria de amigos para desenvolver a criação de conteúdo.

Já o perfil de vocação está alinhado com o canal Nath Finanças, de Nathália Rodrigues, que é orientadora financeira. Seu canal trabalha temas relacionados a economia e finanças com uma abordagem direcionada às pessoas de baixa renda. Em seus vídeos, Nath traz dicas sobre economia doméstica e planejamento financeiro, explica modalidades de parcelamento, investimento e como conseguir crédito. As temáticas raciais são pouco trabalhadas por não serem o foco do canal, que foi criado em 2019 e possui 238 mil inscritos. Nathália se encaixa no perfil de empreendedora negra por vocação por perceber as oportunidades que o trabalho com a criação de conteúdo trouxe (em vídeos e em suas redes sociais, Nath conta sobre como foi deixar o estágio para arriscar neste universo e como isso foi transformador para sua realidade) e também por buscar mostrar o seu valor como profissional independente da raça.

O perfil engajado é identificado em Náty Neri, cientista social de 27 anos e idealizadora do canal Afros e Afins. Na descrição de Náty, o canal surgiu do “[...] desejo de compartilhar com o máximo de pessoas, todas as descobertas e novas informações que eu estava acessando sobre sociedade, individualidade, estilo de vida e muito mais”.⁵ Entre os seus conteúdos, Náty traz vídeos sobre estilo de vida e sustentabilidade, além de abordagens teóricas e reflexivas sobre questões raciais, de gênero e de sexualidade – temas

⁵ Disponível em: https://www.youtube.com/results?search_query=N%C3%A1ty+Neri+cientista+social.

que fazem parte de sua vivência. Nátaly criou seu canal em 2015 e hoje tem 754 mil inscritos na plataforma. Este perfil foi direcionado para a Nátaly pela forma como ela encara a produção de conteúdo – como um processo de cura da discriminação, de autoconhecimento e de oportunidade de trabalho.

ANÁLISE DO CANAL DE LUCI GONÇALVES

De fevereiro a abril de 2021, Luci Gonçalves subiu 12 vídeos no seu canal do YouTube. A maior parte foi divulgada em fevereiro, quando a frequência média de publicação era de dois vídeos por semana; em março, foram três vídeos postados e, em abril, dois. Os principais assuntos abordados foram relacionados a comportamento, com vídeos sobre autocuidado e estilo de vida.

A média de visualizações do canal nesses dois meses foi de 4 mil. O vídeo mais visualizado, com 12,4 mil visualizações, é sobre sexualidade, abordando o tema de não-monogamia, e foi publicado em 3 março de 2021. Os vídeos com menores visualizações (2 mil) são o “Tentei fazer *waves* de novo”, divulgado em 28 de fevereiro e que fala sobre moda/tendências para cabelos, e o “Saúde mental e criação de conteúdo”, postado em 28 de abril de 2021, com um diálogo sobre a realidade do trabalho com internet, que destaca os desafios dos criadores de conteúdo não-brancos – desde a diferenciação por tratarem de temas sensíveis (racismo, machismo, lgbtfobia), a dificuldade para crescer e tornar o canal sustentável e os discursos de ódio nas redes.

ANÁLISE DO CANAL DE NATH FINANÇAS

Entre os meses de fevereiro e abril de 2021, Nathália Rodrigues publicou 21 vídeos em seu canal. A frequência média de publicação, nesse período, foi de duas vezes por semana, com divulgação às segundas e quintas-feiras. Os conteúdos produzidos abordaram, principalmente, assuntos relacionados a organização financeira e declaração do imposto de

renda, além de vídeos de entretenimento sobre dinheiro e enriquecimentos milagrosos (como os quadros “Milionários que perderam tudo” e “O *coach* tem que acabar”).

A média de visualizações desse período foi de 3 mil. O vídeo com o maior número de visualizações foi o “Organizando as contas para sair de casa”, publicado em 3 de março de 2021, que registrou o número de 10,3 mil visualizações. O conteúdo traz dicas de planejamento financeiro para quem quer morar sozinho e como gerenciar as despesas da casa no período de adaptação. O vídeo com menor índice de visualizações é o “Quais documentos são necessários para declarar imposto de renda?”, publicado em 26 de abril de 2021, que teve 1,3 mil visualizações. O conteúdo informa quais são os comprovantes necessários para fazer a declaração do imposto de renda.

ANÁLISE DO CANAL DE NÁTALY NERI

Nátaly Neri publicou 8 vídeos na plataforma entre fevereiro e abril de 2021, com frequência de um vídeo a cada 8 ou 10 dias, sem uma periodicidade fixa. Os vídeos abordam, principalmente, temáticas relacionadas ao autocuidado, com publicações sobre como fazer água de rosas para cuidados com a pele e cabelo, como fazer *kombucha* (chá fermentado) e as mudanças que ela teve nos cuidados com a menstruação usando absorvente de pano, por exemplo.

Nesse período, as visualizações dos vídeos ficaram em torno de 30 mil. O vídeo mais visualizado foi o “ASMR: água, incenso, sons da ‘natureza’ e meditação com óleo essencial de pinho siberiano”, publicado em 8 de fevereiro de 2021; a publicação teve 130 mil visualizações. Já o vídeo com menor visualização foi o “A dimensão de gênero no Grande Impulso para a Sustentabilidade no Brasil”, uma transmissão realizada em 22 de março, que teve 6,8 mil visualizações, e falou sobre a relação entre mulheres e o combate às mudanças climáticas.

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS CANAIS ANALISADOS

Observamos que, apesar das diferenças de frequência de publicação, as criadoras de conteúdo têm se dedicado a produzir vídeos mais dialógicos com suas realidades e com as temáticas de seus canais. Luci Gonçalves, por exemplo, tem gravado cada vez mais vídeos sobre seu estilo de vida e suas práticas de autocuidado – sendo uma mulher, negra, jovem, periférica e bissexual –, construindo uma rede de trocas e de acolhimento. Nath Finanças, por sua vez, diversifica seu conteúdo entre vídeos de entretenimento/diversão e orientação, sempre com um viés sobre educação financeira; em seu canal, é possível observar uma constância de produção e divulgação dos vídeos. Já Nátaly Neri tem explorado mais suas preferências e afinidades, compartilhando com a sua rede as mudanças e ações que têm sido transformadoras para ela – como o caso dos absorventes de pano. Mesmo com uma produção menos constante, o canal Afros e Afins tem um bom número de visualizações, o que demonstra a força de sua comunidade dentro da plataforma.

Cabe pontuar aqui que, entre as criadoras de conteúdo selecionadas, Luci Gonçalves é a que tem mais tempo de trabalho na plataforma; entretanto, é a que teve menos estrutura para começar o canal. Considerando a reflexão sobre os capitais de Bourdieu, temos que Luci começou a empreender no YouTube sem ativos culturais, econômicos, sociais e simbólicos – estes foram sendo obtidos durante o processo de desenvolvimento da criação de conteúdo, ao passo que ela aprendia como trabalhar na internet e conciliava com outras vivências e trabalhos para poder se sustentar. Hoje, Luci alcançou um patamar de estabilidade que lhe possibilita adquirir conhecimentos mais orientados às suas preferências e tem se destacado como uma autoridade dentro dos temas que aborda em seu canal.

Nath Finanças, que começou o canal com a finalidade de trabalhar com educação financeira, alcançou uma solidez para a criação de conteúdo em pouco mais de dois anos e hoje se dedica exclusivamente a este trabalho. É importante ressaltar que Nathália Rodrigues é formada em administração (criou o canal quando ainda estava na faculdade) e se organizou financeiramente para lançar o canal, para se dedicar exclusivamente

à produção de conteúdo, para expandir sua empresa. Nesse sentido, observamos que Nath possui capitais econômico e cultural para a criação de conteúdo, o que pode ter potencializado seu crescimento nas redes e favorecido sua visibilidade na internet.

Nátaly Neri possui o canal com o maior número de inscritos dentre o trio selecionado para a pesquisa, destaca-se pelo engajamento de sua rede, que se faz presente com uma produção que respeita seus limites criativos. Ao trazer o paralelo dos capitais de Bourdieu, notamos que ela precisou mobilizar o capital cultural – conquistado por meio da experiência na universidade pública e também por suas vivências pessoais – para alcançar os ativos econômicos, sociais e simbólicos para se tornar uma das referências em criação de conteúdo na internet; por sua atuação e pelas abordagens da temática racial em suas redes, Nátaly é muito reconhecida por ser uma mulher negra ativista e não somente por ser uma criadora de conteúdo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objetivo com essa análise não é ter respostas definitivas sobre a sustentabilidade de criadores de conteúdo na internet, mas observar como os perfis de afroempreendedores nas redes estão trabalhando e o que isso pode indicar sobre o mercado da influência. A principal contribuição dessa análise é perceber a influência dos capitais (cultural, social, econômico e simbólico) na consolidação dos arranjos que trabalham na internet e, assim, evidenciar como essa hierarquização desfavorece influenciadores negros.

Se é possível falar em uma hierarquização por gênero e raça na internet, essa estrutura repete as camadas da hierarquia social brasileira, colocando as pessoas negras na base dessa estrutura. Além do reconhecimento, fator que demonstra a credibilidade e a referência do criador de conteúdo, a remuneração e a contratação de influenciadores negros estão em posições desiguais quando comparamos brancos e não-brancos. Teoria, dados e análises reforçam essa conclusão: enquanto Milton Santos nos alerta sobre o perigo da fabulação da realidade, as informações identificadas

pelas pesquisas citadas demonstram a perversidade do racismo atuante na realidade dos criadores de conteúdo (menor participação em campanhas publicitárias e cachês inferiores aos dos criadores brancos). A possibilidade está em estratégias que mobilizam os capitais cultural, social, econômico e simbólico, que têm como potencial fortalecer esses arranjos nas redes sociais. Iniciativas como o Fundo Vozes Negras criam possibilidades para a profissionalização e o reconhecimento dos criadores de conteúdo, valorizando a presença, existência e narrativas desses afroempreendedores.

Sendo assim, o desenvolvimento do afroempreendedorismo na internet precisa ser encarado não como uma prática individual, mas como uma ação coletiva para a transformação da realidade. Não se trata apenas de produzir conteúdo antirracista: é preciso pensar na formação de redes de criadores de conteúdo para formulação de políticas de enfrentamento ao racismo sistêmico. Garantir oportunidades justas para os profissionais não-brancos que estão nas redes sociais – com suporte financeiro, de infraestrutura, formações e capacitações técnicas e profissionais – é uma forma de viabilizar uma transformação social para o indivíduo e para a comunidade, tornando-a cada vez mais diversa e plural.

REFERÊNCIAS

ABC de Bourdieu. *Revista Cult*, 14 out. 2016. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/abc-de-bourdieu-2/>. Acesso em: 17 mar. 2021.

BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: BOURDIEU, P. *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 2013a. p. 41-64.

BOURDIEU, P. Capital simbólico e classes sociais. *Revista Novos Estudos*, São Paulo, n. 96, p. 105-115, jul. 2013b.

DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: formação das famílias brasileiras sob o regime da economia patriarcal*. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR [GEM]. *Empreendedorismo no Brasil 2000*. [Curitiba: IBQP], 2000. Disponível em: <https://ibqp.org.br/wp-content/uploads/2016/09/Empreendedorismo-no-Brasil-2000.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2021.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR [GEM]. *Empreendedorismo no Brasil: Relatório Executivo 2018*. Curitiba: IBQP; Sebrae; UFPR, 2018. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2019/02/Relat%C3%B3rio-Executivo-Brasil-2018-v3-web.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2021.

HAYEK, F. O caminho da servidão. Tradução e revisão Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

INSTITUTO FEIRA PRETA. *Empreendedorismo Negro no Brasil 2019*. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1GnwdImOWngqmriBukMRfgityOC37IP7c/view>. Acesso em: 7 maio 2021.

LOPES, M. I. V. *Pesquisa em comunicação: formulação de um modelo metodológico*. São Paulo: Loyola, 1990.

MOURA, C. Estratégias do imobilismo social contra o Negro no Mercado de Trabalho - *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 44-46, jun 1988. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v02n02/v02n02_08.pdf. Acesso em: 3 jan. 2021.

NOGUEIRA, J. C.; MICK, J. Desenvolvimento, empreendedorismo e promoção da igualdade racial. In: NOGUEIRA, J. C. (org.). *Desenvolvimento e empreendedorismo afro-brasileiro: desafios históricos e perspectivas para o século 21*. Florianópolis: Atilênde, 2013.

O QUE É SER EMPREENDEDOR. *Sebrae*, 23 jan. 2019. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/o-que-e-ser-empendedor,ad17080a3e107410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acesso em: 21 fev. 2021.

OLIVEIRA, T. S. *Redes sociais na internet e a economia étnica: um estudo sobre o afroempreendedorismo no Brasil*. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do ABC, Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais, São Bernardo do Campo, 2019. Disponível em: <https://taisoliveira.me/redes-sociais-na-internet-e-a-economia-etnica-um-estudo-sobre-o-afroempreendedorismo-no-brasil/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

PESQUISA: Black Influence. Um retrato dos creators pretos do Brasil. *Squid*, 2020. Disponível em: <https://conteudos.squidit.com.br/pesquisa-creators-pretos>. Acesso em: 7 maio 2021.

SANTOS, M. *Por outra globalização: do pensamento único ao pensamento universal*. São Paulo: Editora Record, 2000.

SILVA, T. Racismo Algorítmico em Plataformas Digitais: microagressões e discriminação em código. *Tarcízio Silva*, 30 jun. 2019. Disponível em: <https://tarciziosilva.com.br/blog/tag/algoritmos/?fbclid=IwAR18tje3bBHbhtCaef4ILZ0PCSJRp9u3UoPWzvm1c0RFiJM-PgDq1KnLmjo>. Acesso em: 12 ago. 2019.

SOBRE o YouTube. *YouTube*, [2021]. Disponível em: <https://www.youtube.com/about/>. Acesso em: 7 maio 2021.

SOUZA, J. *Ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT [UNCTAD]. Relatório de economia criativa 2010: economia criativa, uma opção de desenvolvimento. Brasília, DF: Secretaria da Economia Criativa/Minc; São Paulo: Itaú Cultural, 2012. Disponível em: https://unctad.org/pt/docs/ditctab20103_pt.pdf. Acesso em: 27 jan. 2021.

WEST, C. Genealogy of modern racism. Tradução Luiz Felipe M. In: WEST, C. *Prophesy deliverance! An afroamerican revolutionary Christianity*. Louisville, KY; London: Westminster John Knox Press, 2002. p. 47-65. Disponível em <https://luizcandido.files.wordpress.com/2015/09/genealogia-do-racismo-moderno-cornel-west.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2019.

XAVIER, J. Exoesqueleto Digital Afrodescendente. *Alma Preta*, 18 maio 2016. Disponível em: <https://www.almapreta.com/editorias/o-quilombo/exoesqueleto-digital-afrodescendente-parte-1>; <https://www.almapreta.com/rss/blog/exoesqueleto-digital-afrodescendente-parte-2>. Acesso em: 21 dez. 2020.

YOUTUBE em números. *YouTube*, [2021]. Disponível em: <https://www.youtube.com/intl/pt-BR/about/press/>. Acesso em: 7 maio 2021.

ZANINI, D. Etnografia em mídias sociais. In: SILVA, T.; STABILE, M. (org.). *Monitoramento e pesquisa em mídias sociais: metodologias, aplicações e inovações*. São Paulo: Uva Limão, 2016.

